ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

# DISCURSOS ACADÊMICOS

TOMO VI

1981-1995

Rio de Janeiro
2010

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

DIRETORIA DE 2010

Presidente: *Marcos Vinicios Vilaça*
Secretária-Geral: *Ana Maria Machado*
Primeiro-Secretário: *Domício Proença Filho*
Segundo-Secretário: *Luiz Paulo Horta*
Diretor-Tesoureiro: *Murilo Melo Filho*

PUBLICAÇÕES DA ABL

Produção editorial
*Monique Cordeiro F. Mendes*

Revisão
*Fábio Frohwein*

Capa e Editoração eletrônica
*Maanaim Informática Ltda.*

DISCURSOS ACADÊMICOS – ISSN 1677-7239

Sede da ABL: Avenida Presidente Wilson, 203
Castelo – 20030-021
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (0xx21) 3974-2500 / Fax : (0xx21) 2220-6695
E-mail: publicacoes@academia.org.br
Site: http://www.academia.org.br

# DISCURSOS ACADÊMICOS

## ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

MEMBROS EFETIVOS – 2010

Affonso Arinos de Mello Franco
Alberto da Costa e Silva
Alberto Venancio Filho
Alfredo Bosi
Ana Maria Machado
Antonio Carlos Secchin
Ariano Suassuna
Arnaldo Niskier
Candido Mendes de Almeida
Carlos Heitor Cony
Carlos Nejar
Celso Lafer
Cícero Sandroni
Cleonice Serôa da Motta Berardinelli
Domício Proença Filho
Eduardo Portella
Evanildo Cavalcante Bechara
Evaristo de Moraes Filho
Pe. Fernando Bastos de Ávila
Geraldo Holanda Cavalcanti
Helio Jaguaribe
Ivan Junqueira
Ivo Pitanguy
João de Scantimburgo
João Ubaldo Ribeiro
José Murilo de Carvalho
José Sarney
Lêdo Ivo
Luiz Paulo Horta
Lygia Fagundes Telles
Marco Maciel
Marcos Vinicios Vilaça
Moacyr Scliar
Murilo Melo Filho
Nélida Piñon
Nelson Pereira dos Santos
Paulo Coelho
Sábato Magaldi
Sergio Paulo Rouanet
Tarcísio Padilha

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Antonio Carlos Secchin
José Murilo de Carvalho
Marco Maciel

# SUMÁRIO


Apresentação – ..... ix

*Dinah Silveira de Queiroz* (7 de abril de 1981)
I - Discurso da Sra. Dinah Silveira de Queiroz ..... 1
II - Resposta do Sr. R. Magalhães Júnior ..... 21
*Eduardo Portella* (18 de agosto de 1981)
I - Discurso do Sr. Eduardo Portella ..... 45
II - Resposta do Sr. Afrânio Coutinho ..... 55
*Orígenes Lessa* (20 de novembro de 1981)
I - Discurso do Sr. Orígenes Lessa ..... 69
II - Resposta do Sr. Francisco de Assis Barbosa ..... 85
*José Guilherme Merquior* (11 de março de 1983)
I - Discurso do Sr. José Guilherme Merquior..... ..... 103
II - Resposta do Sr. Josué Montello ..... 121
*Carlos Castello Branco* (25 de maio de 1983)
I - Discurso do Sr. Carlos Castello Branco. ..... 137
II - Resposta do Sr. José Sarney ..... 151
*Sergio Corrêa da Costa* (14 de junho de 1984)
I - Discurso do Sr Sergio Corrêa da Costa . ..... 165
II - Resposta do Sr. Afrânio Coutinho ..... 185
*Arnaldo Niskier* (17 de setembro de 1984)
I - Discurso do Sr. Arnaldo Niskier ..... 201
II - Resposta da Sra. Rachel de Queiroz ..... 217
*Evaristo de Moraes Filho* (4 de outubro de 1984)
I - Discurso do Sr. Evaristo de Moraes Filho ..... 225
II - Resposta do Sr. Josué Montello ..... 271
*Marcos Vinicios Vilaça* (2 de julho de 1985)
I - Discurso do Sr. Marcos Vinicios Vilaça ..... 287
II - Resposta do Sr. José Sarney ..... 303

*Lêdo Ivo* (7 de abril de 1987)
I - Discurso do Sr. Lêdo Ivo ..... 315
II - Resposta de Dom Marcos Barbosa ..... 327
*Lygia Fagundes Telles* (12 de maio de 1987)
I - Discurso da Sra. Lygia Fagundes Telles ..... 347
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella ..... 355
*Celso Ferreira da Cunha* (4 de dezembro de 1987)
I - Discurso do Sr. Celso Ferreira da Cunha ..... 365
II - Resposta do Sr. Abgar Renault ..... 381
*Carlos Nejar* (9 de maio de 1989)
I - Discurso do Sr. Carlos Nejar ..... 393
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella ..... 403
*Oscar Dias Corrêa* (20 de julho de 1989)
I - Discurso do Sr. Oscar Dias Corrêa ..... 413
II - Resposta do Sr. Afonso Arinos de Melo Franco ..... 471
*Nélida Piñon* (3 de maio de 1990)
I - Discurso da Sra. Nélida Piñon ..... 481
II - Resposta do Sr. Lêdo Ivo ..... 497
*Geraldo França de Lima* (19 de julho de 1990)
I - Discurso do Sr. Geraldo França de Lima ..... 509
II - Resposta do Sr. Lêdo Ivo ..... 523
*Ariano Suassuna* (9 de agosto de 1990)
I - Discurso do Sr. Ariano Suassuna ..... 535
II - Resposta do Sr. Marcos Vinicios Vilaça ..... 551
*Candido Mendes de Almeida* (12 de setembro de 1990)
I - Discurso do Sr. Candido Mendes de Almeida ..... 571
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella ..... 585
*Dias Gomes (Alfredo de Freitas)* (16 de julho de 1991)
I - Discurso do Sr. Dias Gomes ..... 595
II - Resposta do Sr. Jorge Amado ..... 605
*Ivo Pitanguy* (24 de setembro de 1991)
I - Discurso do Sr. Ivo Pitanguy ..... 619
II - Resposta do Sr. Carlos Chagas Filho ..... 637

*Alberto Venancio Filho* (14 de abril de 1992)
I - Discurso do Sr. Alberto Venancio Filho ..... 651
II - Resposta do Sr. Américo Jacobina Lacombe ..... 707
*João de Scantimburgo* (26 de maio de 1992)
I - Discurso do Sr. João de Scantimburgo ..... 721
II - Resposta do Sr. Miguel Reale (lida por Josué Montello) ..... 741
*Sergio Paulo Rouanet* (11 de setembro de 1992)
I - Discurso do Sr. Sergio Paulo Rouanet ..... 751
II - Resposta do Sr. Antonio Houaiss ..... 773
*Darcy Ribeiro* (15 de abril de 1993)
I - Discurso do Sr. Darcy Ribeiro ..... 785
II - Resposta do Sr. Candido Mendes de Almeida ..... 803
*Roberto Marinho* (19 de outubro de 1993)
I - Discurso do Sr. Roberto Marinho ..... 815
II - Resposta do Sr. Josué Montello ..... 823
*Marcos Almir Madeira* (11 de novembro de 1993)
I - Discurso do Sr. Marcos Almir Madeira ..... 843
II - Resposta do Sr. Abgar Renault ..... 861
*João Ubaldo Ribeiro* (8 de junho de 1994)
I - Discurso do Sr. João Ubaldo Ribeiro ..... 867
II - Resposta do Sr. Eduardo Portella ..... 877
*Antonio Callado* (12 de julho de 1994)
I - Discurso do Sr. Antonio Callado ..... 887
II - Resposta do Sr. Antonio Houaiss ..... 903
*Sábato Magaldi* (25 de julho de 1995)
I - Discurso do Sr. Sábato Magaldi ..... 913
II - Resposta do Sr. Lêdo Ivo ..... 941

# APRESENTAÇÃO

A publicação dos *Discursos Acadêmicos* atinge agora o Tomo VI, abrangendo quinze anos de atividade (1981-1995), intervalo temporal mantido nos tomos anteriores, com ligeira flutuação para mais ou menos. Inicia-se com a recepção de Dinah Silveira de Queiroz, em 1981, e encerra-se em 1995, com a posse de Sábato Magaldi.

A prática dos discursos de recepção e de resposta remonta à fundação da Academia Brasileira de Letras: desde seu nascimento em 1897, a instituição tornou-se um dos centros de nossa vida intelectual e passou a abrigar grandes nomes de nossa cultura, os quais, empossados, respeitam a praxe de produzir um texto, reverenciando a memória de seus antecessores e apresentando-se à comunidade acadêmica. Com isso, além de fornecer pistas sobre sua própria obra, o novo confrade ilumina aspectos da biobibliografia dos predecessores de sua Cadeira. Parafraseando Machado, a cerimônia de posse ata as duas pontas da vida acadêmica: o culto ao passado e a perene renovação.

Este sexto tomo distingue-se dos demais pelo fato de abrigar até então o maior montante de acadêmicos vivos (dezesseis) – e também a primeira

geração a que se facultou escrever seus discursos no computador –, o que, conferindo contemporaneidade à publicação, arquiteta valioso painel para estudiosos da cultura de hoje, tão heterogênea quanto a aldeia global que lhe serve de casa.

Rio de Janeiro, novembro de 2010
MARCOS VINICIOS VILAÇA
Presidente da Academia Brasileira de Letras

NOTA EDITORIAL

Desta coleção, o Tomo I compreende o período de 1897 a 1919; o Tomo II um período de dezesseis anos, e nos subsequentes, o período é de quinze anos, conforme abaixo:

Tomo I - 1897-1919
Tomo II - 1920-1935
Tomo III - 1936-1950
Tomo IV - 1951-1965
Tomo V - 1966-1980
Tomo VI - 1981-1995
Tomo VII - 1996-

Rio de Janeiro, novembro de 2010
ANTONIO CARLOS SECCHIN
Comissão de Publicações da ABL

Discurso da
SRA. DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ

e

Resposta do
SR. R. MAGALHÃES JÚNIOR

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 7 de abril de 1981*

# I

# DISCURSO DA SRA. DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ

## AS VOZES D'ÁFRICA

Na doçura da noite de Lisboa, quando mil ruídos de insetos a vinham perturbar no verão europeu, e em céu limpo acendia luz de um avião que passava por cima dos jardins, como um olho luzente, atravessando às nove horas da noite as últimas claridades do estio, vi com dificuldade andar um homem a caminho de sua pequena casa, fincada junto à Embaixada do Brasil. Ele assim andava penosamente porque perdera suas duas pernas na guerra e, embora usasse muito bem-postas as artificiais que lhe deram e sobem além do joelho, seu quartinho sabe que esse humilde funcionário, vindo da Guiné, deixa em seu leito, todas as noites, rastos de sangue, quando retira seus aparelhos. Esse jovem africano, risonho e simpático, habita no fundo do parque de nossa Embaixada, labuta o dia todo, ao abrir dos grossos portões. Quem o vê, o rosto redondo e negro, sempre atento e sorrindo na sua juventude já desgraçada, não imagina que cada passo que dá se torna sofrimento. Religa-me essa criatura à distante África, de onde há seis anos regressaram mais de meio milhão de portugueses, muitos homens de cor. Então, nesta hora, eu ouço como se viesse de dentro da folhagem, as "Vozes d'África":

> Deus! ó Deus! onde estás que não respondes? / Em que mundo, em qu'estrela tu t'escondes / Embuçado nos céus? / Há dois mil anos te mandei meu grito / Que embalde desde então corre o infinito... / Onde estás, Senhor Deus?..." E o final do

poema: "Basta, Senhor! De teu potente braço / Role através dos astros e do espaço / Perdão pra os crimes meus!... / Há dois mil anos... eu soluço um grito... / Escuta o brado meu lá no infinito, / Meu Deus! Senhor meu Deus!...

Tanto em Brasília quanto em Lisboa – e esta última é ainda hoje a única Capital onde há representações diplomáticas dos cinco países africanos de Língua Portuguesa – tivemos relacionamento com inúmeros representantes africanos de diferentes nações, absorvendo ou tentando compreender muito de seu humanismo e de sua forma de viver. Todas essas pessoas, e mais os que viveram juntamente com nossa família, como que tornam mais possível a esta hora ouvir e, quase se pode dizer decifrar, as verdadeiras "Vozes d'África", vozes que hoje se fazem presentes na igualdade dos plenários internacionais, nos congressos entre os povos, numa verdadeira ânsia de recuperar o tempo perdido. Enquanto o avião toma a direção do Continente Africano, em mim ecoa uma espécie de resposta ao poeta Castro Alves, quando ele afirmou: "Hoje em meu sangue a América se nutre / Condor que transformara-se em abutre, / Ave da Escravidão." Se aquele gênio que se chamava Antônio de Castro Alves, por um desses supostos milagres da reaparição dos mortos, estivesse comigo nesse momento em que um avião partia para a África e um africano alcançava sua pequena casa, tingindo ainda de sangue sua vestimenta, depois de uma guerra que acabou há seis anos... se Castro Alves pudesse vir assistir à evolução, um por um, dos países de povos negros, à formação de tantas nações independentes, ao esforço de todo um continente, através de suas dificuldades, pobrezas, vicissitudes e fatalismos procurando igualar-se, bem ou mal, às nações mais felizes, tomando diferentes caminhos esses países que se desenvolvem e têm cada vez mais pressa em desenvolver-se, estaria ouvindo agora outras vozes d'África: as "Vozes da Libertação", os clamores da sua independência. Como vivo exemplo dessa ascensão, queria assinalar que nossa Academia escolheu para dela fazer parte um poeta, um ilustre pensador e chefe de Estado de uma dessas jovens nações africanas, Léopold Sédar Senghor, ex-presidente do Senegal. Nele, como em tantos outros líderes, habita a idealização de uma nova África redimida pelo sangue dos escravos que dilacerou o coração de nosso eterno poeta. Eu também parecia ouvir as novas Vozes d'África com suas por vezes tão trágicas revoluções, mas aprumando cada qual a seu modo o seu conceito de pátria e de liberdade.

É ele, é Castro Alves, aquele jovem tão belo com sua larga testa, seus olhos fundos, seus cabelos fortes como se tivessem movimento, vivos na disparada de seus poemas, de sua "Vozes d'África", que estaria agora influindo com sua profunda vocação todos os que se abrigaram à Cadeira 7 desta Academia como Patrono. E por um desses prodígios da bênção de padrinho imprimiria a nós, seus pupilos, uma direção. Eis aqui Valentim Magalhães um dos fundadores da Academia que, em 1879, recita: "Ó luz, Ó liberdade! / Não estás longe, não! Vens perto da verdade, / Pois que o trabalhador começa a meditar!" No seu espírito revolucionário, que poderia defluir também do sentido da obra de Castro Alves, acrescenta Valentim certa maneira satírica para estudar os escritores que lhe foram contemporâneos e...

> Entre nós, quando um poeta e um prosador, ao cabo de haver-se arruinado a editar-se a si próprio, e de haver obrigado bom número de cidadãos incautos a ficar com as suas obras... de graça e de estar farto de se ouvir chamar célebre pelas gazetas – julga-se em caminho da notoriedade, para fora do reposteiro negro da obscuridade, passa um dia, inesperadamente, pelo amargo desengano, pela decepção de ouvir perguntar-lhe um dos seus colegas de repartição ou um dos seus habituais companheiros do café, do bonde ou da charutaria: 'Como? Pois também você é literato? Não sabia.' Aquele 'também' é característico e, como sintoma, vale bem um império.

Mas em Euclides da Cunha, na corrente formada em torno do simbólico número "sete", esse espírito de indomável individualidade, profundo senso do humano de Castro Alves, prossegue com o painel de rebeldia tão bem sintetizado em *Os Sertões*. Passei parte da minha infância ou toda adolescência, pois quando fui estudar voltaria por ali, nas férias, numa fazenda em São José do Rio Pardo. Não há visitante da região que passe pelo Rio Pardo sem parar e ver a pequena casa recoberta por uma "redoma" onde o engenheiro Euclides da Cunha escreveu a epopeia de *Os Sertões*. Quando o fanatismo se torna uma via de libertação e quando a mística de um espírito revolucionário se junta ao poder de uma crença, incompreendida pelos que combatem o fenômeno, o espírito rebelde contra a escravidão se renova. Posso dizer que meu sangue conheceu aquela dura etapa vivida por Euclides da Cunha. Ele escrevia os capítulos de *Os Sertões*, enquanto descansava de seu labor de engenheiro. Meu tio Valdomiro Silveira, como outros intelectuais, vinha ali, naquela humilde moradia, ouvir Euclides contar sobre tudo que fizera e como fizera

em *Os Sertões*. Valdomiro teve as primícias de ouvir da boca de seu próprio autor trechos e mais trechos de *Os Sertões*. Contava o autor de *Os Caboclos*, com muita graça, que ao bulir pelos cantos da desleixada moradia encontrou várias coleções de romances de capa e espada. Seriam, naquela época, o correspondente entre nós das novelas de televisão e amenizariam os cuidados e as dificuldades do engenheiro com sua ponte e sua obra literária. Ele a fez tão forte, esta ponte de São José do Rio Pardo, tão bem construída quanto a saga de *Os Sertões*. A férrea ponte e a escrita duríssima iam sendo criadas pouco a pouco. Há anos, uma enchente descomunal do rio destruiu várias pontes mais recentes, executadas por grandes engenheiros na audácia poética das construções em concreto. Algumas ruíram sob a força das águas. A de Euclides, esta não. Está resistindo sempre, embora sendo muito mais antiga e possuindo uma técnica hoje não usada pelos construtores. Ela ficava um monumento genialmente sólido também deixado, um outro bem irmanado a *Os Sertões* materializado em seu gênio. Reabre-se em Euclides de *Os Sertões* o espírito libertário de as "Vozes d'África", embora o autor não tratasse de africanos, mas sim de brasileiros, escravos de sua obstinação e de sua rebeldia. Ao responder a Euclides da Cunha, em nossa Academia, disse Sílvio Romero:

> Os governos, os chefes políticos, os diretores dos partidos, os grandes, os potentados, todos os que formam a classe de dirigentes não têm querido cumprir o seu mais elementar dever para com as populações nacionais, inquirindo de seus mais inquietantes males, de suas mais urgentes necessidades... A Literatura não o tem também cumprido, estudando-as, dizendo-lhes a verdade, educando-as, estimulando-as, corrigindo-as... Entretanto é urgentíssimo que nos aparelhemos.

Foi em 1911 que o baiano Afrânio Peixoto disse nesta grande Instituição acadêmica:

> Euclides da Cunha, como devia ser, veio da Bahia. Como tantos outros iguais – Rebouças, Nabuco, Murtinho, Bilac, Rio Branco... de ascendência baiana e nascidos pelos acasos da vida longe de sua origem – foi dádiva feita ao Estado do Rio pela generosidade perdulária daquela terra que, além de dar ao País seus melhores homens, ainda possui com que enfeitar e servir as suas irmãs menos fartas.

E comentou a campanha de Canudos assim:

> Fato policial, transformado por incúria e descaso em calamidade pública, chamou para os sertões da Bahia a atenção do País. Em um recanto abandonado, como tantos do interior do Brasil, de que nos falta até a consciência, sem vias de comunicação, sem liames morais de instrução ou dependência administrativa, formou-se a sociedade rudimentar em torno de uma fé simples, que lhe dava esperanças em Deus já que fora completamente largada da providência dos homens. Fanático, do qual a lenda fez celerado, réprobo e até monarquista, atentando contra a moral e ameaçando a ordem estabelecida, reuniu em torno de si algumas milhares de pobres gentes sertanejas, que viviam parcamente de lavouras e rebanhos, até o dia em que uma autoridade leviana e má interveio desmandadamente em agressão. Talvez apenas imprudente, ou estouvada, e resultou a provocação irritante de um conflito.

O juízo que Afrânio Peixoto aqui fazia sobre Canudos era ainda quente de emoções. Era um juízo do ontem, pois pouco mais de dez anos apenas eram então decorridos do fim daquela tragédia.

Encontro em Afrânio Peixoto outros ingredientes de uma forma de libertação do homem – a da sua mente – como grande médico que foi. Até mesmo referindo-se em seu discurso de posse traçou o retrato do jovem Euclides da Cunha, retrato de quem o antecedia na Cadeira 7, o de um cadete republicano que se rebela em desfile militar, no fim da Monarquia. Posso dizer que, nos últimos anos de vida de Afrânio, tive o contentamento de conviver, em alguns passeios do centro de Petrópolis, com um mestre ainda bom conversador, mas perto já de um tempo que deveria acabar com ele. Descendo da Serra, certa vez, fui a uma conferência e disse – eu estava ao lado do famosíssimo Afrânio Peixoto – um adeus familiar, em gesto de muita intimidade a Guiomar Novaes, nossa gloriosa pianista, casada com um primo, Octávio Ribeiro Pinto. Guiomar Novaes era muito mais da música, das aberturas para o céu – mostrava-se sempre muito religiosa. Frequentemente, via-a a rezar o terço. Seu espírito dela escapava, deixando-a sempre distraída, concentrando-se Guiomar apenas no poder da música, que arrebatava para delícia de seus admiradores. Quando Afrânio Peixoto viu que eu conhecia Guiomar Novaes com intimidade, ficou excitado: "Mas eu não conheço Guiomar Novaes! Queria tanto conhecê-la! Você me apresenta?" Muitas vezes "musical" em seus romances, Afrânio Peixoto mostrava seu encantamento até por essa Arte na própria natureza, como acentua Wilhelm Giese: "A comparação das manifestações do ciúme com uma tempestade tem a natureza por base." O cantar "peito ferido"

do "sem-fim" simboliza o amor de Bugrinha: é a ameaça assustadora da profética natureza que antevê e proclama: "o coração de Bugrinha também tem de sangrar." Em *Fruta do Mato*, a descrição do despontar da manhã mostra a sua inclinação para que seus romances se banhem em vozes de tonalidades musicais. "Havia festa de luz no céu. A passarada fazia-a de melodia pelas campinas em torno. Dominava o coro a insistência dos bem-te-vis". Mais adiante dirá:

> O ruído eterno da vida, lá fora, guinchos, trilos, piados, gargarejos que me chegavam em surdina: grilos, besouros, roedores, aves penadas, que fazem o cantochão das noites sertanejas. Dominava um tantã de sapo ferreiro, compassado, no brejo...

e não sou eu, mas o crítico, que acrescenta: notem-se "surdina" e "cantochão" como expressões musicais. Era este amante da música que pretendia ter a emoção de cumprimentar Guiomar Novaes. Para mim, que estava exatamente no começo da carreira, a aproximação daquelas duas personagens fabulosas era uma ocasião felicíssima. Terminada a conferência, levei Afrânio Peixoto a Guiomar Novaes que já estava saindo da sala. "Tenho a honra de apresentar duas glórias nacionais" E fiz o gesto de apontar: "Guiomar Novaes, Afrânio Peixoto." Guiomar moveu para ele os olhos estagnados, tranquilos: "Afrânio Peixoto... Afrânio Peixoto. Eu já ouvi este nome!" – "Decerto", eu disse a Guiomar, sentindo já o fogo no rosto, "ele é nosso grande escritor, um dos maiores do Brasil". Guiomar Novaes estava mesmo imperturbável: "Ah, então o senhor é escritor? Que livro foi mesmo que o senhor escreveu?" Nesse momento, eu, que me sentia tão orgulhosa por apresentar aquelas duas celebridades, bem me tornei uma espécie de rato humano. Desejava encontrar um lugar para sair daquela constrangedora situação. Mas, quando um espírito é grande, ele jamais perde a sua grandeza por mais difícil que seja a situação. Na sentença do poeta francês: "O pássaro, mesmo quando anda, vê-se que ele tem asas." Pois ainda guardo na concha do ouvido as palavras de Afrânio à imorredoura pianista: "Dona Guiomar, a senhora não me conhece, mas 'eu trago calos nas mãos de lhe bater palmas.'" Ela saiu sem sentir nem de leve aquela cavalheiresca ironia, e eu tratei de escapulir por entre os últimos assistentes e poder respirar ar livre. Posso dizer que um outro caso também constituiu um dos contatos meus de conversa com o grande Afrânio Peixoto. Contou-me ele de suas experiências como psiquiatra. Disse de um homem que ele havia curado, completamente, no hospital.

Deu-lhe alta. Ao sair, o doente agradeceu, mas ainda estava muito comovido e parecia preso ao receio do que lhe poderia advir, daí por diante, no mundo dos sãos. Afrânio Peixoto com muita bondade aconselhou: "Esqueça o período que passou aqui. Você está completamente curado. Pode fazer qualquer trabalho, ajudar a família, integrar-se, como se diz, na sociedade. Olhe, você agora tem tanto equilíbrio quanto qualquer um de nós." O homem agradeceu mais uma vez. Ia saindo, mas voltou para junto do Dr. Afrânio Peixoto: "Agora, me diga, por favor, quem me vai restituir meu crédito de juízo?" Na verdade, o crédito de juízo de uma pessoa que foi louca será sempre o mais difícil de vir a ser recuperado. E quando Afrânio Peixoto me relatou este caso, num banco de jardim de Petrópolis, ficou meditativo, pois casos como este ele deveria conhecer muito bem, fazendo-o sofrer. Araripe Júnior, saudando Afrânio Peixoto, continua na linha de Castro Alves, a das vozes distantes, incompreendidas.

> O crítico e psicólogo na sua apreciação não deixou passar esta circunstância. Era fenômeno digno da maior atenção o dos trezentos anos de atraso daquelas populações perdidas ainda no fetichismo. Fizestes o terrível diagnóstico. Não desconhecendo a comoção de Euclides da Cunha diante da carnificina de Canudos, a exaltastes. Depoimento – ainda há pouco o dissestes –, libelo, sentença, que punirá, no dia em que tivermos consciência, a crueldade dos mandatários e a inépcia dos mandantes desse crime coletivo.

Na sua devoção ao Patrono da Cadeira 7, Afrânio foi editor das obras completas de Castro Alves e, além de ter feito uma edição das obras de Gregório de Matos, interpretou e glorificou em sua pena a Camões. Nesta própria Academia, fez estudos decisivos sobre nosso Beato Padre Anchieta que bem merece o título de primeiro escritor destes Brasis. Seus romances *Maria Bonita*, *Fruta do Mato*, *Bugrinha*, *Uma Mulher como as outras*, *Sinhazinha*, eu os li como livros encantadores, mas fugidios às profundezas psicológicas da alma humana que ele como psiquiatra tão bem conhecia. É um dos mistérios da criatividade: o grande e profundo conhecedor da angústia, dos terrores, das danações que sofrem os loucos não transparecia nas suas obras, interessantes como temas, às vezes deliciosos em *Bugrinha* ou *Fruta do Mato*, mas, sem dúvida, carecendo do rompimento de segredos que ele, como médico, bem conhecia. Ficou-me de Afrânio Peixoto uma visão que talvez

não corresponda à verdade de sua figura. Encontrávamo-nos sobretudo em seus últimos verões em Petrópolis. Via-o passar de charrete ou então caminhar já pausado pelas sombras que naquela época eram maiores do que as de hoje, uma cidade mais devastada pelos altos edifícios. Quando saía de charrete, o seu rosto era ameninado e róseo; quando pisava o chão, seus passos já iam bem devagar. Mas sua prosa continuava tão jovem e deliciosa que muita vez seria eu, a aprendiz de Literatura, que procurava o mestre, sentindo nele já a irreversível queda que se aproximava.

E, sucedendo a Afrânio Peixoto, vem Afonso Pena Júnior, recebido por Alceu Amoroso Lima que, ao saudar o quarto ocupante da Cadeira 7, afirmou: "Diziam os antigos que era preciso temer os homens de um só livro." Referia-se ao homem que leu um livro só e nele esteia a sua pretensa sabedoria. Sobre o homem que lê mil livros e busca a sabedoria como a abelha e não como a aranha, referiu-se Alceu Amoroso Lima a *A Arte de Furtar* de Afonso Pena Júnior, dois volumes publicados em 1946. Afonso Pena Júnior pertencia ao grupo de juristas que tão extraordinário relevo deram e dão à Academia Brasileira de Letras. Tendo sido professor de Direito Internacional Público e Direito Civil, membro do Tribunal Superior Eleitoral, consultor jurídico do Banco do Brasil e reitor da Universidade do Distrito Federal, professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro e ministro da Justiça, ele representava a parte do Direito à qual acudiam muitas vocações de inexcedível valor nesta Instituição. Digamos que esse filho de um presidente da República bem se despojava de sua herança ilustre para servir como professor, como mentor de consciências dentro de um Brasil em tempos em que o Direito brilhava tanto ou mais do que a própria Literatura, pois a grande sementeira dos professores e das obras de Direito estava a produzir seus frutos mais importantes. Assim *A Arte de Furtar* e o nome de seu autor numa investigação fascinante, a "Crítica da Atribuição de um Manuscrito da Biblioteca da Ajuda", de Lisboa, perfizeram a obra do escritor propriamente dita, quando o seu saber era aquele de jurista e de crítico, e os que o conheceram diziam do esbanjamento de sua cultura em conversas vivas, modernas e de seu amor como discípulo de Montaigne, desse verdadeiro fundador de uma grande Literatura com seus *Ensaios*, que em nossa casa habitavam bem vivos, quando alguém esboçava, através de estudos e de

mais estudos, o livro que jamais chegaria a escrever sobre Montaigne. Basta saber deste fato, de sua predileção pelo iniciador dos *Ensaios*, que meu coração se abre em profundidade e nostalgia. Na Europa, não se conhecem homens perdulários de sua ciência e de seu saber. Infelizmente, no Brasil, há muitos assim – e eu citaria aqui um nome, apenas como exemplo, Santiago Dantas – um ser cuja simples conversa daria para avaliar o mestre de Direito e profundo conhecedor da Literatura, aquele que esbanjava entre amigos plantando sempre em outras mentes os grãos de uma Cultura que se fez generosa e não cativa de si mesma. Ocorre-me mencionar o caso extremo daquela personagem de Eça de Queirós, Fradique Mendes, dissipador de uma enorme riqueza intelectual que bem poderia ter talhado um monumento imperecível do "pó de ouro" que ele soprou a todos os ventos, como a figura da semeadora França... Mas nós, ficcionistas, representamos o oposto, quase sempre. Sabemos que somos a espécie que traz consigo a mansa loucura de acreditar nos seres que brotam de nossa cabeça como sangue de nossa alma. É conhecida a história de Balzac que, nos últimos dias, chamava por seu personagem, um médico, como se ele existisse e o pudesse socorrer. Ao começar minha carreira, escrevendo *Floradas na Serra*, na parte da morte de Belinha dei com minha tia-avó em meu quarto perguntando: "Mas por que você está chorando, minha filha?" Com o rosto banhado em lágrimas respondi: "Porque Belinha morreu." Mas Afonso Pena Júnior foi aquele que teceu para outros as germinativas ideias e as sugestões de seu saber jurídico ou literário que a ele cabia espalhar. Seu trabalho sobre *A Arte de Furtar*, esta obra publicada em 1652 e escrita por um português anônimo, "mui zeloso da Pátria", foi um enigma a que muitos se dedicaram na sofreguidão do indecifrável. A autoria do livro atribuída, desde o padre Antônio Vieira, ao padre Manoel da Costa e a D. Francisco Manuel de Melo, de acordo com Afonso Pena Júnior, teria sido escrita por Antonio de Sousa de Macedo, oriundo de uma família nobre e aparentada aos Bragança. Macedo foi um diplomata enérgico, secretário de Estado, ensaísta e teólogo, defensor dos interesses de Portugal, desempenhando funções diplomáticas com as de um enviado especial a Londres ou de embaixador nos Estados Gerais da Holanda. Entretanto, no *Dicionário de Literatura*, sob a direção do mestre português Jacinto do Prado Coelho, lê-se este trecho:

> O problema da autoria de *A Arte de Furtar*, não obstante o grande número de votos que Antônio de Sousa Macedo tem recolhido até aqui, está, porém, ainda longe de se poder considerar solucionado. Um novo candidato foi recentemente encontrado, o Padre Manuel da Costa, jesuíta português e figura até agora completamente desconhecida nas Letras, embora houvesse produzido outro trabalho além do que se lhe atribui. Conquanto ainda haja dúvidas que levem a comparação de *A Arte de Furtar* a refletir-se no estilo do Padre Manuel da Costa, foi extraordinária a dedicação de Afonso Pena Júnior que com tanta acuidade tratou daquela obra, pois *A Arte de Furtar* merecia de um jurista, como ele era, aquela intenção de compreender a testemunha que apontava para ministros venais, desordens de costumes, desonestidades de nobres e funcionários de alta categoria, atacando fornecedores de um Exército em guerra que se enriqueciam escandalosamente à custa dos dinheiros públicos. Hoje, assinala ainda Jacinto do Prado Coelho, em Portugal, não se pode estudar o problema da autoria da *A Arte de Furtar*, ou a obra de Sousa Macedo, sem ter à mão o trabalho de Afonso Pena Júnior.

Assim, o nosso acadêmico, como dele disse Solidônio Leite, bem se dedicava nesta ampla jornada de identificação com a personalidade estudada, quando, em *A Arte de Furtar*, livro escrito em data tão antiga, o autor já denunciava a lábia de maus advogados e não poupava os sacerdotes desviados acusando com muita força os falsos médicos. É um painel antigo, mas que se desdobraria diante do professor de Direito, do homem que estudava os mecanismos da República, com uma paixão de descobrir de quem seria esse grande testemunho de *A Arte de Furtar*. Filiava-se, em sua aparente frieza, Afonso Pena Júnior, através desta sua sondagem, ao idealismo de Castro Alves, talvez vendo em nossa Pátria reflexos daqueles males descritos em *A Arte de Furtar*.

Faço aqui uma pausa. Quero perguntar, como principiou em mim a ideia da Academia? Foi durante um percurso de automóvel, quando eu havia recebido o Prêmio Machado de Assis. Meu tão saudoso Osvaldo Orico estimulou-me, dizendo-me que me apoiaria integralmente – o que fez – com elegância e fidelidade até a revogação do impedimento da entrada de escritoras na Academia. Gratíssima a ele como devedora, assim como à generosa acolhida nesta Casa.

E agora volto a assumir minha condição, vir a ser eu mesma para descrever um encontro decisivo de minha vida com Hermes Lima. Estivera na Espanha como adida cultural e lá me casara. Portanto, entregando minha mis-

são ao Ministério das Relações Exteriores, fui procurar Hermes Lima. Ele me recebeu como velha amiga que dele sempre fui e de sua mulher. Eu deveria embarcar para a Rússia, juntar-me àquele que me daria o nome, que é o desta Cadeira, como numa antecipação feliz e um título. As discussões na opinião geral sobre o caso dos foguetes e a possível retirada destes de Cuba estavam na ordem do dia. Perguntou-me, dando-me imensa deferência, se eu achava que a Rússia abandonaria Cuba no transe, em que se falava até de guerra iminente entre as duas grandes potências: Estados Unidos e União Soviética. Disse-lhe com simplicidade que a Rússia não iria expor-se a vir brigar tão longe e sob os fogos dos Estados Unidos. Esperava paz e entendimento e foi o que aconteceu, embora inúmeras pessoas achassem que os foguetes eram uma "ficção" dos Estados Unidos para o pretexto de uma invasão da ilha. No momento político, saía-se da órbita do que estaria acontecendo para o que pudesse estar sendo escondido.

Hermes Lima muito sofreu, mas jamais perdeu aquela sua doçura e serenidade própria que transmitia aos amigos. Quando preso, de novembro de 1935 até dezembro de 1936, os que conviveram com Hermes Lima, Graciliano Ramos, professor Castro Rebelo, Maurício de Medeiros, Leônidas de Resende, souberam de sua integridade no sofrimento. Graciliano Ramos afirmava: "Hermes Lima foi a pessoa mais civilizada que já vi. Naquele ambiente, onde nos movíamos meio nus, admitindo linguagem suja e desleixo, ele vestia pijama – parecia usar traje rigoroso. Amável, polido, correto de amabilidade, polidez e correção permanentes." Tanto na *Introdução à Ciência do Direito* quanto em *Problemas de Nosso Tempo*, havia em Hermes Lima a preservação de um caráter único extremamente peculiar que se verificava na sua qualidade de advogado ou de professor. Ele era um grande, nós sabemos, e o presidente Austregésilo de Athayde falava por todos quando, em 1978, disse à beira de seu túmulo com sabedoria:

> Em todos os postos que ocupaste, do professorado à chefia de um Ministério Parlamentar da era republicana, no Jornalismo no qual, como o Apóstolo das Gentes, combateste sempre o bom combate, no Magistério, um exemplo incomparável para a juventude, e, alçado à mais alta magistratura republicana, foste um juiz probo, alerta, seguro, altivo e indormido na defesa do Direito e na profissão da justiça. Eras feito de bondade, de tolerância e de amor, e de ti com acerto pode-se lembrar aquilo do

> Salmo, "porque não desprezaste nem abominaste a aflição do aflito, nem escondeste dele o teu rosto, antes, quando ele clamou, tu o ouviste.

Ainda estou a ouvir aquele seu "Vai com a minha benção, Dinah", de partida para tão longe – a Rússia. E em Neném, sua mulher, e em Gonçalo, seu filho, reside hoje uma espécie de veneração, um certo pálio de bondade que a morte de Hermes Lima não destruiu e que recai sobre eles. Gostaria de dizer também aqui que Hermes Lima ouviu as "Vozes d'África", sendo portanto continuador não só dos anseios de justiça e liberdade de Castro Alves, mas um convicto de que a África já estaria a dar a sua resposta: países e mais países prosseguiam em sua caminhada para a independência, acelerada a partir de 1960. Mais fortes, mais fracos, mais tímidos, mais guerreiros, mais pacíficos, os países da África eram uma orquestração de um mundo que se abria para uma nova era e devolvia, com seus estampidos e estridências, ou soluções diplomáticas, ao poema de Castro Alves as suas novas vozes. Pois Hermes Lima fez parte da Delegação do Brasil à Assembleia Geral da ONU de 1960, quando nada menos de 15 países africanos surgiram para a independência e passaram a ter assento no organismo mundial. Mas o que mais impressiona no espírito lúcido e observador de Hermes Lima é ter ele sentido em toda sua força as novas "Vozes d'África" já em 1951, quando pela primeira vez integrou nossa representação a uma Assembleia Geral da ONU:

> Nem as tribos da África escapam à insatisfação reinante. Realmente, na própria África, o desejo do melhor, embora vago e impreciso, agita populações que, há vinte ou trinta anos, dormiam no mais pleno conformismo. O processo final do colonialismo abriu-se, por assim dizer, nesta Assembleia Geral. Patenteado também ficou que a maioria dos Estados não se sente à vontade dentro de um esquema internacional que tende a colocá-los como simples caudatários das potências que disputam a hegemonia.

Há tempos, há realmente muitos anos, uma jovem vinda de São Paulo habitava certa casa de Ipanema. Foi derrubada há alguns anos, para construção de um prédio. Era uma jovem magrinha, sensível e não muito feliz. Passava por dificuldades financeiras, sofrimentos íntimos e tudo ou quase tudo que seu marido ganhava em sua principiante carreira de advogado seria destinado (como diz bem a canção) ao "leite da criança". Recordo com uma certa nostalgia de mim mesma aquele bravo encobrimento de uma vida difícil.

Seria hoje capaz de realizá-lo? Um português que cuidava dos pequenos jardins que se formavam na calçada de Ipanema foi a solução para meus sofrimentos de recente dona de casa, asfixiada entre aquilo que podia ter ou que tivera de bem-estar na casa da tia-avó e o que me reservavam aqueles dias difíceis. Achava-o gordo e bem-disposto. "Onde come o senhor?" A pergunta vinha de um íntimo angustiado. Com o que se ganhava em casa não se podia alcançar o nível exibido em abundância de carnes por aquele simples cortador de grama. Ensinou-me ele uma pensão de onde se poderia obter a comida. "Não é para a menina", disse, "só serve para um brutamontes como eu que come qualquer espécie de comida". Sim, a solução estava aí. Passamos a comer de uma pensão de humilde qualidade a tal comida que mais tarde iria fazer-me adoecer. Ao ter tal revelação, quando totalmente vivia ignorante do que se passava comigo, minha tia Zelinda ofereceu dar-nos "alguma coisa que nós deveríamos depois devolver, para consertar o orçamento da casa". Foi nesta época que, vindo meu pai morar também no Rio de Janeiro, reencontrou Pontes de Miranda, cuja casa frequentara ao tempo em que fora chefe da Casa Civil do Presidente Washington Luis. Havia já uma ebulição enorme dentro de meu lar, pois Narcelio de Queiroz preparava seu salto para a magistratura durante um ano de estudos, e eu às vezes ficava por dias inteiros sem ter qualquer ocupação além dessas miudezas a que se dedicam as jovens mães, quando giram em torno de seus filhos pequeninos pelos dias e pelas noites. Foi nessa época que meu pai apanhou em casa um escrito que eu havia feito por desfastio. Por desfastio, sim, já traduzira uma novela inteira de Lenormand, baseada num caso de Freud, intitulada "Fidelidade". Nunca pensei entregá-la a um editor. Praticava sim, o francês que aprendera no colégio. Aquilo seria um exercício; nada mais. Fui até o fim da tradução sem ter a mínima ideia de seu aproveitamento que por certo seria bem aceito, tão avançada era a obra para a época. Creio que foi o conto "Pecado", que eu não sabia ser bem um conto (numa família de escritores o ato de escrever é natural e não sofrido), que meu pai levou à leitura de Pontes de Miranda que morou até morrer numa bela casa de Ipanema, perto de nós, onde segundo meu pai o símbolo visto em muitos lugares de seu escritório e biblioteca era a coruja, representante da sabedoria ocidental. Assim, sem ter consciência de que me lançava à minha já hoje longa carreira literária, conheceu Pontes de Miranda meus pri-

meiros escritos através de meu pai. Será por este motivo que tenho vários livros de Pontes de Miranda com dedicatória. A vida transporia muitos e muitos anos até quando nos defrontássemos como candidatos a uma eleição na Academia. Antes da eleição, da qual ele saiu vencedor, recordou que conheceu meus primeiros escritos. Depois da época inicial de minha carreira, eu o encontrei várias vezes, em várias circunstâncias. Uma de suas características era aparecer nas conversas a dar notícia de algum fato político inesperado, ou a dizer de alguma personalidade de importância mundial que ele conhecera. Sua conversa tornava-se ponto de atração em qualquer lugar a que ele ia, pela vastidão de sua cultura nos mais variados campos, pelo brilho de sua palavra e pelo seu humorismo refinado ao referir-se a fatos importantes que ele testemunhara. Sabe-se hoje: esse homem tão pouco conviveu com seus colegas da Academia Brasileira de Letras, quando outros juristas se caracterizavam por ter com ela larga e profícua convivência. Miguel Reale, ao fazer o discurso de recepção de Pontes de Miranda, disse, referindo-se a Hermes Lima, cuja vaga seria preenchida por Pontes:

> Quando inesperadamente nos deixou, foi parte de minha existência que partiu com ele como bem o soubestes retratar nos belos versos em que confidenciais: À medida que os anos passam, cresce, / alteando-se, junto a nós, como um suave abrigo, / num obscurecer de céus em que anoitece, / aquele algo de nós que morre em cada amigo.

E o grande e ilustre jurista Miguel Reale prossegue:

> A um amigo sucede outro amigo, a um jurista, outro jurista. Nossa amizade, Senhor Pontes de Miranda, é quase tão antiga, pois, mesmo antes de contarmos com a vossa prestigiosa presença em São Paulo, no primeiro Congresso Internacional de Filosofia realizado no Brasil como parte das comemorações do Quarto Centenário da Cidade, já compartilhara dos valores de vosso espírito, desde os aforismas de *A Sabedoria dos Instintos* e *A Sabedoria da Inteligência*, até o monumental edifício jurídico que viestes construindo pedra por pedra.

Clóvis Beviláqua cita Pontes de Miranda entre os formandos da Faculdade de Direito do Recife em 1911, dentre os quais figurava outro jovem que também viria a fazer parte desta Academia: Antônio Carneiro Leão. No ano seguinte de sua formatura, Pontes de Miranda, aos 20 anos de

idade, estreava nas Letras com o ensaio filosófico *A Moral do Futuro*, prefaciado por José Veríssimo. E dez anos depois, publicava o clássico *Sistema de Ciência Positiva do Direito*, em dois volumes, em que, como assinalou Dahas Zarur em seu recente discurso de posse na Academia Carioca de Letras, ao fazer o elogio de Pontes de Miranda, "revela sua tendência filosófica positivista, apesar da profundidade da influência da cultura alemã em sua personalidade, quando é sabido que o pensamento germânico não levou a sério o Positivismo".

Na descrição de Raul Floriano, publicada na *Revista dos Tribunais*, eis como vivia e trabalhava o jurista Pontes de Miranda.

> É um ambiente de artista que conduz a uma biblioteca de 70.000 volumes, de Direito Mundial e Ciências Matemáticas, Físicas, Biológicas, Antropológicas e Sociológicas, distribuída em dois pavimentos, nos quais, o mestre circula lepidamente, sem dificuldades. No setor de Direito, os velhos clássicos portugueses assumem posição de comando, desde o célebre livro de Pedro Barbosa, de 1554, *Dei judicia*, o único exemplar existente além do que está em Portugal, na Torre do Tombo; o primeiro *Tratado da Prescrição*, em latim, de 1544; o *Tratado das Execuções*, de Morais; todo o *Glück Pandekten*, do primeiro ao último volume. Portugal, por sua alma e por seu espírito, vive ali recolhido na afeição de Pontes de Miranda, admirador de seus juristas e praxistas, e possuidor de quase todos os livros de sua história que se relacionam com o Direito. Estais a ver, meus senhores, que mais importantes que essas obras raras e que as mil e setecentas monografias de Direito Alemão, das quais a Guerra de 1943 destruiu mais de mil, na Alemanha, mais importante que tudo isso é o fichário de estudos de Pontes de Miranda, tão metódico e tão organizado que um amigo íntimo, após vê-lo, comentou: "Você é tão obstinado que leva tudo a sério." Na sala dos livros de Ciências Humanas e Exatas, ides encontrar uma preciosa coleção de corujas, única talvez pela maneira pela qual foi reunida. Aqui está uma coruja talhada em madeira brasileira, que a Princesa Kalachinka, de nacionalidade russa, esculpiu para lhe oferecer. É a coruja anárquica. Ali uma coruja alemã, que lhe foi oferecida pelo embaixador alemão, apelidada de "coruja administrativa". Outro embaixador alemão visitou-o depois com um embrulho para presente e lhe disse: "O Senhor possui uma coruja anárquica (russa) e outra administrativa (alemã), mas não possui uma coruja *coquette* (francesa) como esta que ora lhe ofereço." "Eu não gosto de coruja", disse-me o Mestre ao mostrá-las, prossegue Raul Floriano. "Mas possui muitas dezenas delas de todas as partes inclusive da Indonésia, e até em miniaturas esculpidas em ouro. Mais do que isto: esculpiu duas em madeira e pintou duas outras,

> oscilando entre o Cubismo e o Futurismo. E deu expansão às suas habilitações de pintor e escultor. Pontes de Miranda se cerca da coruja porque é ela o símbolo europeu da Cultura.

Desse homem que tão cedo desabrochava para as Letras e para o Direito, aos 17 anos de idade, disse Clóvis Beviláqua, após referir-se à obra Sistema da Ciência Positiva do Direito, publicada em 1922:

> Admiro em vós a inteligência superior que ilumina e escolhe, aprende e produz. Sem vossa excepcional capacidade de trabalho, sem a vossa mentalidade superiormente organizada e sem a coragem que vos dá a confiança em vós mesmo, não poderíeis escrever esta obra, amostra magnífica de altura a que atingiu o Pensamento Jurídico Brasileiro.

Em 1970, o embaixador da República Federal da Alemanha, Von Holleben (que atravessou dramática vicissitude em nosso País) – quem sabe era o presenteador da coruja francesa? – comentava o conceito de "espaço social", firmado na obra *Introdução à Sociedade Geral*, e textualmente dizia: "A exatidão dessa tese foi confirmada por Albert Einstein, cujas teorias do espaço tinham sido retificadas por Vossa Excelência, em certos pontos." A ocasião dessas palavras, segundo Raul Floriano, era a condecoração de Pontes de Miranda com a Grã-Cruz do Mérito da República Federal. O destino, aliado a meus confrades da Academia Brasileira de Letras, permitiu-me que eu fosse o sétimo ocupante da Cadeira 7, neste dia sete, e que por uma dessas incríveis e misteriosas destinações chegasse aqui trazendo o próprio nome de Castro Alves, pois pela lei assim me chamo.

Mas deixemos falar sobre nosso Patrono o próprio jurista, o amante da Filosofia, o sociólogo e embaixador Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, e cito:

> Passemos a falar da Cadeira 7. O Patrono, Castro Alves, faleceu aos 24 anos, e quem lê hoje o que ele escreveu não só se ufana de ter tido o Brasil homem tão dedicado ao ser humano, qualquer que fosse a raça, como também pelo sentimento, pela substância e pelo lirismo dos seus poemas. A poesia enchia a vida de Castro Alves.

E agora acrescento eu que ele se alçava "para muito além do lirismo enclausurado nas duas polegadas do coração", como de um seu ilustre perso-

nagem dizia Eça de Queirós. Castro Alves era daqueles poetas novos que, seguindo o mestre Victor Hugo, "iam numa universal simpatia buscar motivos emocionais fora das limitadas palpitações do coração – iam à história, à lenda, aos costumes, às religiões, a tudo que através das idades, diversa e unanimemente, revela e define o homem". Quando se trata de um gênio, repetirei que profeta e poeta vêm da mesma raiz, representam o mesmo apelo misterioso de coisas que ainda estão por nascer, de sentimentos apenas velados pelo futuro. As "Vozes d'África" estão hoje ainda mais vivas no largo mundo em que embebemos nossa mente e nossas preocupações. Vozes que marcam também a direção de um Brasil, não mais aquele que se servia do Continente negro para dele usufruir os frutos de um trabalho não pago, na servidão da escravatura. A aproximação com a África tem o sentido do resgate de uma dívida. A ninguém é dado ficar frio ou indiferente àqueles conceitos de Joaquim Nabuco, em Massangana: "Não só esses escravos não se tinham queixado de sua senhora, como a tinham até o fim abençoado... A gratidão estava do lado de quem dava. Eles morreram acreditando-se os devedores." Cicatrizaram-se as feridas, cria-se dentro do País o reconhecimento por tudo que a raça escrava imprimiu de bondade, pelos valores culturais que ela fez desabrochar no Brasil. No estudo panorâmico desse relacionamento, avulta, entre tantas obras de valor, um verdadeiro e indestrutível monumento: *Casa-Grande & Senzala,* de Mestre Gilberto Freyre. Hoje, somos nós que buscamos a África através da nossa diplomacia. Escritores brasileiros são lá muito bem conhecidos, principalmente nos países de Língua Portuguesa, e o braço e o engenho de jovens brasileiros abrem estradas, constroem barragens. Através da ponte que há séculos trouxe os africanos para o Brasil, agora, para lá, por esta mesma ponte feita em carne e sangue, seguem seus irmãos brasileiros, pois a África quer crescer depressa e precisa de nós, como dela tanto carecemos e tanto ganhamos na própria criação do homem brasileiro.

E, ao dizer "homem brasileiro", não esqueçamos de sua própria alma, sempre presente e dona desta Casa. Machado de Assis, entre todos nosso mais perfeito romancista, nosso hospedeiro e senhor. Através de seu pai já liberto, quem mais do que ele estaria próximo da África?

Perdoem-me se me alonguei: não tive o dom de falar, como discursou Rachel de Queiroz, transmitindo por inteiro sua capacidade de ser íntima até

na glória, próxima pelo coração de todos nós, em momento culminante de sua vida, assim como não possuo a força de quem a saudou, o mestre de estilo, nosso capitão Adonias Filho. Serei sobrepujada, estou certa, pelo Raimundo Magalhães Júnior, o homem dos "impossíveis", aquele que nas complexas biografias é tão penetrante, minucioso e veraz! Lembro-me do dia em que Jorge Amado aqui discursou com a magia da sua penetração e de sua criatividade. Foi também Raimundo quem o saudou. Noite inesquecível! E uma palavra sobre aquele que com tanta beleza, eficiência, quanto mansuetude, associa as Letras e o culto da História à vida política e que, pela parte que tem neste ato de hoje, ainda mais perto está de meu coração: Luís Viana Filho.

Já agora permitam que fale da própria ocupante número sete, da Cadeira 7. Na galeria dos que me antecederam havia o sopro da liberdade, herdada de formas diversas. Pois em mim esta liberdade é mais do que tudo: é a vida, é ressurreição, é Cristo e fraternidade. Outrora dizia de mim mesma que era uma católica escritora. Depois de dedicar-me durante cinco anos a escrever um livro sobre Cristo, em que pretendi que ele por minha pena narrasse sua própria Vida e sua Doutrina, considero que tomei a condição de escritora católica. Humildemente, eu fecho esta contribuição, abrindo os braços fraternos diante de vós: colegas, irmãos, nova família, novo abrigo.

# II

# RESPOSTA DO SR. R. MAGALHÃES JÚNIOR

Antes de dar-vos as boas vindas do estilo, em nome dos vossos companheiros da Academia Brasileira de Letras, quero convidar-vos, Sra. Dinah Silveira de Queiroz, para um passeio num veículo, que muito bem conheceis, pois vossa infância foi povoada pelas maravilhosas criações da fantasia de Herbert George Wells, o H. G. Wells, cujas histórias vosso pai, o erudito Alarico Silveira, vos lia à sombra das árvores na sua fazenda de café de São José do Rio Pardo. Esse veículo, criado em 1895, foi por seu imaginoso inventor chamado *Time Machine* e passou para as traduções de Portugal e do Brasil como "A máquina de explorar o tempo". Permitia tal máquina, a seus tripulantes, viajar tanto em direção ao passado como em direção ao futuro. Não disse Wells quantas pessoas poderia ele conduzir a um só tempo, mas estou em que poderia comportar, como um gigantesco Jumbo, todos os que estão nesta sala. Convido-vos, Sra. Dinah Silveira de Queiroz, e a todos vós, senhoras e senhores, a tomar os vossos lugares, a fim de retrocedermos no tempo até o ano de 1880. Quando aí aterrissarmos, estaremos habilitados a compreender melhor a excepcional significação do acontecimento que nos reúne nesta noite de festa.

Concentrai vossos pensamentos, apertai vossos imaginários cintos de segurança, procurai abstrair-vos do presente e vereis como a viagem é ao mesmo tempo breve e segura, sem atritos ou solavancos. Pronto! Já estamos

em 1880. Que encontramos ao nosso redor? Um Brasil diferente, uma sociedade ainda manchada pela escravidão, um Rio de Janeiro geralmente mencionado como Corte do Império. Nele, as mulheres brasileiras aprendem a bordar e a coser, mas só as da elite privilegiada vão para os bons colégios de onde saem sabendo o francês necessário para ouvir e aplaudir as criações de Sarah Bernhardt. E, ainda que o queiram, não podem passar disso. Nesse ano, uma jovem brasileira, chamada Maria Augusta Generosa Estrela, que em vão tentara ser admitida numa escola de Medicina do Rio de Janeiro, termina seu curso médico em Filadélfia, para vergonha dos nossos lentes, que aqui lhe haviam recusado a matrícula. Pioneira, com o seu retrato estampado em *O Novo Mundo* e na capa da revista de caricaturas *O Mequetrefe*, de 6 de março de 1880, essa moça brasileira, com seu gesto decidido, derrubou a muralha que impedia o acesso de mulheres às nossas escolas superiores.

Em meados de 1881, o benemérito brasileiro F. J. Bethencourt da Silva cria no Imperial Liceu de Artes e Ofícios, do Rio de Janeiro, o primeiro curso destinado a moças. Até então, essa Instituição ao mesmo tempo alfabetizadora e profissionalizante só tinha alunos do sexo masculino. Tal iniciativa recebeu os mais encorajadores aplausos da imprensa e das figuras de destaque do meio intelectual. Machado de Assis escreveu um artigo, com o título de *Cherchez la femme*, publicado em *A Estação*, e ainda um soneto, para a polianteia consagrada à inauguração daquelas aulas. Luis Guimarães Júnior escreveu no folhetim da *Gazeta de Notícias* o artigo intitulado "A nova legião", que poderia ser subscrito por qualquer líder feminista dos nossos dias. Foram numerosas e entusiásticas as manifestações de apoio ao Imperial Liceu de Artes e Ofícios. Registro apenas essas, por terem partido de dois ilustres fundadores desta Casa.

Mas nem tudo eram flores e aplausos. Quando as primeiras estudantes começaram a ser matriculadas nas nossas escolas superiores, foram vítimas das zombarias masculinas, inclusive na comédia *As Doutoras*, que em 1889, meses antes da proclamação da República, muito fazia rir às mulheres tradicionalistas, escandalizadas com as sabichonas que queriam ser médicas e advogadas... – Comédia de autoria de França Júnior, talento cômico de primeira água e, por sinal, Patrono da Cadeira 12 desta Academia.

Autora, que sois, de uma biografia da Princesa Isabel, deveis saber que a Monarquia não caiu em 1889 apenas por causa da questão religiosa, da questão militar e da libertação dos escravos, em 1888. Caiu também porque D. Pedro II não tinha um filho varão apto a substituí-lo no trono, mas uma princesa de coração sensível e nobres sentimentos, mais criticada por suas virtudes que por seus defeitos. Contudo, nessa sociedade modelada por homens, para o gozo de homens, já começara a se definir uma tradição literária que colocava em singular relevo alguns talentos femininos.

## MACHADO DE ASSIS E AS ESCRITORAS DE SEU TEMPO

Nos idos da década de 1860, quando escrevia no *Diário do Rio de Janeiro*, o jovem jornalista Joaquim Maria Machado de Assis, que trinta e poucos anos depois viria a ser o nosso primeiro Presidente, não se cansava de louvar o talento dramático de Maria Ribeiro, autora de peças teatrais abolicionistas, como *Gabriela* e *Cancros Sociais*. Referiu-se também na mesma época, a uma brasileira ilustre, que morreria em Rião, na França, em 1885, aos 76 anos de idade. Essa figura excepcional era Dionísia Gonçalves Pinto, que adotara o farfalhante pseudônimo de Nisia Floresta Brasileira Augusta. Embora escondesse seu verdadeiro nome, ao adotar um pseudônimo feminino, Nísia rompia com a prática da geração anterior, que levava escritoras de talento a adotar disfarces masculinos, se é que queriam ser lidas. Isso acontecia mesmo nos países mais civilizados, como a França, onde Aurore Dupin se converteu em George Sand, e na Inglaterra, onde Mary Ann Evans alcançou a celebridade como George Eliot. O mesmo fizeram as três irmãs Bronte – Anne, Charlotte e Emily – que publicaram seus romances sob nomes masculinos, conservando nos pseudônimos apenas as suas iniciais: Acton Bell, Curre Bell e Ellis Bell. Pioneira dos direitos femininos, da liberdade dos negros e da sobrevivência dos índios, Nísia era um talento tão robusto e tão conflitante com o meio que, nascida no Rio Grande do Norte e tendo dirigido colégios de moças no Recife e, em seguida, na Corte do Império, acabou por trocar o Brasil pela Europa, vivendo na França, na Itália e na Alemanha o último terço de sua vida. E foi na Europa que publicou uma parte de sua obra, em francês

e em italiano. Foi em francês que saiu, em Paris, o livro escrito sobre os três anos que passou na Itália e ao qual se referiu Machado de Assis, na crônica publicada a 10 de julho de 1864. Era um registro breve, mas cheio de simpatia. Escreveu o cronista apenas três períodos sobre o aparecimento de tal livro, o último dos quais era este:

> Três anos na Itália devem ser um verdadeiro sonho de poeta. Até que ponto a nossa patrícia satisfaz os desejos dos que a lerem? Não sei, porque ainda não li a obra. Mas, a julgar pela menção benévola da imprensa, devo acreditar que o livro merece a atenção de todos quantos prezam as letras e sonham com a Itália.

Contudo, o nome dessa mulher excepcional não foi lembrado para patrocinar uma das cadeiras desta Academia. Patronos bem mais obscuros seriam lembrados e aceitos. Mas Dionísia, ou Nísia, tinha contra si a condição de mulher.

## AS GRANDES POETISAS DO FIM DO SÉCULO

Movimentemos o nosso veículo para a última década do século passado. E descobriremos que, pouco antes da fundação da Casa em que hoje sois recebida, Machado de Assis, nas crônicas de *A Semana*, publicadas dominicalmente na *Gazeta de Notícias*, fazia o louvor de novos talentos femininos. A 4 de novembro de 1894, era nestes termos expressivos que aludia à fluminense Julia Cortines:

> Esta poetisa de temperamento e de verdade disse-me coisas pensadas e sentidas, em uma língua inteiramente pessoal e forte. Que poetisa é esta? Lúcio de Mendonça é que apresenta o livro em um prefácio necessário, não só para dar-nos mais uma página vibrante de simpatia, mas ainda para convidar essa multidão de distraídos a deter-se um pouco e ler. Lede o livro; há nele uma vocação e uma alma, e não é sem razão que Julia Cortines traduz, à página 94, um canto de Leopardi. A dor é velha; o talento é que a faz nova, e aqui a achareis novíssima. Julia Cortines vem sentar-se ao pé de Zalina Rolim, outra poetisa de verdade, que sabe rimar os seus sentimentos com arte fina, delicada e pura. *O Coração*, livro desta outra moça, é terno, a espaços triste, mas é menos amargo que o daquela; não tem os mesmos desesperos...

A 18 de janeiro de 1896, voltava Machado de Assis a louvar as mesmas poetisas e, ainda, uma terceira, não menos talentosa e estimável. Antes disso, elogiara uma iniciativa de duas ilustres damas paulistas, cujos nomes infelizmente não citou. Em suas palavras:

> Duas paulistas ilustres tratam de abrir carreira às moças pobres para que disputem aos homens alguns misteres, até agora exclusivos deles. Eis aí outro cuidado prático. Estou que verão a flor e o fruto da árvore que plantarem. Quanto à vida espiritual das mulheres, basta citar as duas moças poetisas que ultimamente se revelaram, uma das quais, D. Zalina Rolim, acaba de perder o pai. A outra, D. Francisca Júlia da Silva, tem a poesia doce e por vezes triste como a desta rival que cá temos e se chama Júlia Cortines; todas três publicaram há um ano os seus livros.

## A EXCLUSÃO DAS MULHERES NA FUNDAÇÃO DA ACADEMIA

Foi justamente no fim desse ano de 1896 que se iniciaram as reuniões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras. Deve ser reconfortante, para vós, Sra. Dinah Silveira de Queiroz, saber que aqui estais ocupando a Cadeira que, na fundação desta Casa, coube a um partidário da inclusão das mulheres no rol dos acadêmicos. Citarei, a este propósito, um testemunho valioso, que é o de Lúcio de Mendonça, reconhecido por Machado de Assis, bem como por todos os seus contemporâneos, como o nosso verdadeiro Fundador. Três dias antes da primeira reunião preparatória, realizada na modesta e acanhada sala de redação da *Revista Brasileira*, dirigida por José Veríssimo, escrevia Lúcio de Mendonça em *O Estado de S. Paulo* um artigo em que deixava bem patente a intenção de admitir, neste Grêmio, os grandes talentos femininos das nossas Letras.

Esse artigo, que foi a terceira de suas "Cartas literárias" para a grande folha paulista, terminava com a enumeração dos 40 nomes que lhe pareciam dignos de figurar entre os fundadores da nova Instituição. Dos 40 nomes por ele citados, 24 se tornaram fundadores e 3 nela ingressaram posteriormente. E entre esses nomes estava o de uma grande escritora brasileira, reconhecida como a maior do seu tempo.

Fazendo cautelosa ressalva, escreveu o ideador da Academia Brasileira de Letras:

> Sem me responsabilizar pela exatidão absoluta, pois uma ou outra modificação pode ainda ocorrer afinal, penso, entretanto, que posso comunicar-lhes, como interessante primícia, a seguinte lista, por ordem alfabética, de que sairão os 40 membros efetivos da Academia Brasileira de Letras do Rio de Janeiro: Adolfo Caminha, Afonso Celso Júnior, Alberto de Oliveira, Alberto Silva, Alcindo Guanabara, Araripe Júnior, Artur Azevedo, B. Lopes, Capistrano de Abreu, Carlos de Laet, Coelho Neto, Eduardo Salamonde, Escragnolle Dória, Escragnolle Taunay, Eunápio Deiró, Ferreira de Araújo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Sousa, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Júlia Lopes de Almeida, Luís Delfino, Luís Murat, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Osório Duque-Estrada, Pedro Rabelo, Ramiz Galvão, Rodrigo Octavio, Rui Barbosa, Silva Ramos, Teixeira de Melo, Urbano Duarte, Valentim Magalhães, Virgílio Várzea e Xavier da Silveira.

A lista publicada por Lúcio de Mendonça, refletindo naturalmente suas inclinações ou simpatias pessoais, nem por isso deixa de ser muito significativa. Pois que nela o nome de Júlia Lopes de Almeida, a romancista de *A Falência* e de *A Família Medeiros*, suplantava não apenas o de seu marido, Filinto de Almeida, mas o de figuras como Aluízio Azevedo, José do Patrocínio, Sílvio Romero, Domício da Gama, Luís Guimarães Júnior, Eduardo Prado, Clóvis Beviláqua, Oliveira Lima, Raimundo Correia e outros, inclusive os irmãos Mendonça, Lúcio e Salvador, que o articulista não havia citado.

A intenção de Lúcio era a de dar à Academia um alcance nacional, através da escolha de sócios correspondentes, não no exterior, como veio a ser feito, mas nos diversos estados brasileiros. Seu artigo, publicado a 12 de dezembro de 1896, dizia, a tal respeito: "Dentre os vinte correspondentes, penso não andar muito arredado da verdade, se, desde já, revelar para São Paulo os nomes de Garcia Redondo, Francisca Júlia e Brasílio Machado." O primeiro, amigo íntimo de Lúcio, viria a figurar entre os fundadores.

## AS TRÊS JÚLIAS

Vencido duas vezes, uma quanto à inclusão de Júlia Lopes de Almeida entre os fundadores, a segunda quanto à da notável poetisa dos *Mármores* e das *Esfinges* entre os correspondentes, Lúcio de Mendonça nem por isso se deu por inteiramente convencido do acerto dos que o derrotaram. Se quereis

uma prova disso, lede o que ele escreveu, a 6 de março de 1897, no jornal *República*, dirigido pelo Acadêmico Alcindo Guanabara. Com o título de "As três Júlias", esse artigo dizia, de início:

> Curiosa coincidência é que tenham igual nome – nome de batismo ou prenome – as três mais notáveis de nossas escritoras de hoje – Júlia Lopes, Júlia Cortines e Francisca Júlia. Digo com a restrição "de hoje", porque não me posso esquecer do nome de Narcisa Amália; mas a cantora das *Nebulosas* há mais de vinte anos que se exilou das Letras, encerrando-se num mutismo incompreensível depois dos triunfos alcançados. Sei que convolou da Poesia para o Magistério; mas não era razão para quebrar a lira. Aí estão como prova de compatibilidade, Adelina Lopes Vieira e Zalina Rolim, duas professoras que não deixaram de ser poetisas.

Ao fazer o elogio das três Júlias, era para a prosadora que Lúcio reservava seus maiores louvores:

> Júlia Lopes tem produzido páginas que mais de uma vez têm sido comparadas às do mais vigoroso *conteur* da França, Guy de Maupassant, e a comparação, que é a mais expressiva e eloquente para a demonstração do meu conceito, é justíssima: dois, principalmente, dos contos da escritora brasileira, lembram como irmãos os do autor de *Boule de Suif* – a admirável "Caolha", que foi para mim a verdadeira revelação deste poderoso talento e, por último, o conto do concurso publicado na *Gazeta de Notícias* com o título de "Os Porcos", uma maravilha de sobriedade, de vigor, de colorido, de exatidão de traço.

A intenção de Lúcio de Mendonça parece ter sido a de demonstrar que Júlia Lopes de Almeida fora a grande injustiçada, por ocasião da constituição da Academia Brasileira de Letras, filha rebelde, que logo escapara ao controle paterno. Depois de elogiar os versos saídos das liras de ouro das outras duas Júlias, escrevia ele:

> Para concluir, uma nota de tristeza. Na fundação da Academia de Letras, era ideia de alguns de nós, como Valentim Magalhães e Filinto de Almeida, admitirmos a gente do outro sexo; mas a ideia caiu, vivamente combatida por outros, seus irredutíveis inimigos. Com tal exclusão, ficamos inibidos de oferecer a espíritos tão finamente literários como o das três Júlias o cenário em que poderiam brilhar a toda luz.

## A PRIMEIRA CANDIDATURA FEMININA

As excluídas não protestaram, por excessiva modéstia ou por desdenhosa altivez. E mais de trinta anos decorreram até que uma mulher de letras, esposa de um acadêmico, resolveu reivindicar um lugar ao pé do ilustre marido, o eminente jurista Clóvis Beviláqua. Embora autora de vários livros, um deles muito elogiado por Sílvio Romero num dos estudos de *Provocações e Debates*, D. Amélia de Freitas Beviláqua não teve sua candidatura aceita à vaga de Alfredo Pujol.

Na sessão de 20 de maio de 1930, o Acadêmico Aloísio de Castro, então na Presidência da Casa, disse que, sendo a primeira vez que se apresentava uma candidatura feminina, e como não se julgasse autorizado a interpretar o artigo 2.º dos estatutos, solicitava ao plenário que se manifestasse a respeito, a fim de que pudesse ter um critério seguro, para aceitar ou rejeitar a inscrição de D. Amélia. Sete acadêmicos tomaram parte no debate que se seguiu: Constâncio Alves, Augusto de Lima, Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto, Silva Ramos, Alberto de Oliveira e Coelho Neto. Desses, só Augusto de Lima se manifestou a favor. Com ele votaram Adelmar Tavares, Luís Carlos, Afonso Celso, Fernando Magalhães, João Ribeiro e Laudelino Freire. Além deles, três outros acadêmicos eram sabidamente a favor da aceitação de candidaturas femininas: Magalhães de Azeredo, que assim se manifestara por ocasião da morte de Francisca Júlia, dez anos antes; Félix Pacheco, que faria nesse sentido uma declaração pública; e, naturalmente, Clóvis Beviláqua, esposo da aspirante – a candidata.

Representavam eles pouco mais da quarta parte da Academia, então com seu quadro efetivo reduzido a 39 acadêmicos. Votaram contra: Aloísio de Castro, Gustavo Barroso, Olegário Mariano, Afrânio Peixoto, Alberto de Oliveira, Coelho Neto, Constâncio Alves, Dantas Barreto, Goulart de Andrade, Humberto de Campos, Luís Guimarães Filho, Ramiz Galvão, Roquette-Pinto e Silva Ramos, no total de quatorze. Para tal decisão, preponderaram os depoimentos de dois dos fundadores: Alberto de Oliveira e Silva Ramos, que disseram ter sido o assunto debatido por ocasião da constituição da Academia, decidindo a maioria que as mulheres não seriam nela admitidas. Nosso Confrade Josué Montello, que, como Machado de Assis, tem grande apreço pelas anedotas, transcreveu o pitoresco depoimento de José Júlio da Silva Ramos em seu *Anedotário Geral da Academia Brasileira*:

> Silva Ramos, membro da primeira Diretoria da Corporação, traz à controvérsia, na sua fala teimosamente portuguesa de brasileiro educado em Coimbra, um depoimento valioso: / – Eu posso afirmar que, quando votamos os estatutos e escrevemos a palavra "brasileiros", referimo-nos unicamente a brasileiros "machos"! / E, entre o riso do plenário, encerrou-se a discussão.

## AS DECLARAÇÕES DE ROQUETTE-PINTO E FÉLIX PACHECO

Depois disso, houve, entretanto, algumas manifestações de inconformismo, expressas em "declarações de voto". O próprio Roquette-Pinto buscou justificar sua atitude como um ato de respeito à vontade dos fundadores da Academia, entre os quais citou Lúcio de Mendonça, por ignorar que este fora vencido, em seus nobres propósitos, pela maioria de seus companheiros. Mas dizia: "Estou convencido de que a Academia só poderá lucrar admitindo no seu Grêmio as senhoras que se dedicam às Letras e tenham alcançado, pelo talento e pela cultura, posição eminente entre os intelectuais do País. As minhas ideias, a respeito das justas aspirações femininas, são conhecidas." E dizia ser preciso alterar – e não apenas nesse ponto – os estatutos da Academia, "se ela não quiser envelhecer mais depressa do que todos desejam".

Félix Pacheco, na sessão de 12 de junho, leu também uma declaração, dizendo não ter estado presente à sessão de 29 de maio. E afirmava, a seguir: "Estivera presente, o meu voto fora favorável ao ingresso das mulheres. Entendo que toda restrição nesse sentido é iliberal e ilógica." No fim de seu arrazoado, afirmou estar certo de que

> erraria se procurasse de qualquer forma impedir que viesse a fazer parte do nosso Grêmio escritoras e poetisas da estirpe de Maria Eugênia (Celso), Amélia de Freitas (Beviláqua), Albertina Berta, Ana Amélia, Gilka da Costa (Machado) ou Rosalina Coelho Lisboa, para não citar senão alguns nomes entre os muitos que vão por aí fulgurando.

E acrescentou:

> Por que motivo havemos de seguir tão de perto aos fundadores no desacerto inicial que praticaram? Se o mal é de nascença, razão maior de o corrigirmos! Não é

> triste que, na primeira lista de quarenta, deixassem de figurar Júlia Lopes e Francisca Júlia? Para que ampliarmos, eternizarmos essa tristeza, insistindo na negativa?

Mas a isso contrapôs Constâncio Alves os argumentos da corrente vitoriosa. Não só Júlia Lopes de Almeida fora excluída. Proposto, para uma Cadeira de correspondente, o nome da eminente filóloga D. Carolina Michaelis de Vasconcellos, alemã de nascimento e portuguesa pelo casamento, fora a sua candidatura igualmente rejeitada.

## A PROPOSTA DE LAUDELINO FREIRE

Na sessão de 24 de julho de 1930, Laudelino Freire pediu que a Academia reconsiderasse a decisão de 29 de maio, juntando a seu requerimento dois pareceres jurídicos, um de autoria de Spencer Vampré, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, e outro do Acadêmico Clóvis Beviláqua, ambos assegurando que a palavra "brasileiros", nos estatutos da Academia, também incluía as mulheres, em vez de excluí-las. Contestando a validade da decisão tomada a 29 de maio, o eminente autor do *Código Civil Brasileiro* demonstrou que a Constituição de 1891 – prestes a ser rasgada pela Revolução de outubro de 1930 – ao declarar no artigo 69, inciso primeiro "São cidadãos brasileiros os nascidos no Brasil", incluíra entre os que tinham tal qualidade também as mulheres. E, com toda a razão, disse que a interpretação em contrário, dada aos estatutos da Academia, era

> repelida pelos preceitos elementares da hermenêutica e pela mentalidade contemporânea, que não considera a inteligência da mulher, no poder criador e no brilho, inferior à do homem, e lhe abre espaço a todas as nobres conquistas do espírito, com alto proveito para a civilização.

Mas nessa mesma sessão voltou à carga o acadêmico Constâncio Alves, talvez o mais encarniçado adversário das candidaturas femininas. Formado, não em Direito, mas em Medicina, na Bahia, ele era surdo a todos os argumentos de ordem jurídica e iria assinar o atestado de óbito da iniciativa, não direi generosa, mas justa, de Laudelino Freire. Já na sessão de 29 de maio,

fizera ele veemente pronunciamento. Como exemplo da mentalidade predominante, pedimos à vossa paciência vênia para citar um pequeno trecho:

> A restrição que os estatutos estabelecem para a escolha dos membros desta Academia maravilha, segundo dizem, a muitas pessoas, principalmente aos que comparam a marcha vertiginosa do feminismo e a nossa imobilidade de frades de pedra. Não nos atemorize o sobrecenho com que nos olha o modernismo. Não nos leve a mudar a censura dos que veem em nós a singularidade de um penhasco teimoso, resistindo à fluência vivaz da vida corrente. Não somos exceção escandalosa. Não estamos sozinhos, mas na boa companhia de outros rochedos pertinazes. A Academia Francesa, por exemplo.

Na verdade, na França, as mulheres já haviam conquistado certo grau de igualdade com os homens – mas somente perante a guilhotina. As cabeças ensanguentadas de Maria Antonieta e Madame Roland foram aparadas nas mesmas cestas que receberam as de seus maridos decapitados. Mas as outras igualdades muito teriam que esperar...

## AS MULHERES NA ACADEMIA GONCOURT

Outros exemplos foram aduzidos pelo extremado machismo de Constâncio Alves. E o principal, dentre eles, era o que se referia à Academia Goncourt. Declarou ele:

> Edmond de Goncourt criou sua Academia e não queria que para ela entrassem mulheres. Não consta dos estatutos essa exclusão mas, apesar disso, os da Academia Goncourt acatam a vontade do fundador e, para não a transgredirem, fecharam a porta a Colette, escritora de primeira ordem.

Gabrielle Sidonie Colette, ou simplesmente Colette, cujo valor o próprio Constâncio reconhecia, mereceria não apenas uma Cadeira na Academia Goncourt, mas na própria Academia Francesa, que era então, como a nossa, um penhasco teimoso – e um penhasco de quase três séculos.

Entretanto, Constâncio incidira num erro e logo fora contestado: a poetisa e prosadora Judith Gautier – cujos poemas do *Livro de Jade*, publica-

dos aos 17 anos sob o pseudônimo de Judith Walter, Machado de Assis traduzira, em parte, na "Lira Chinesa" das *Falenas* – ao morrer, no ano de 1917, era um dos 10 membros da Academia Goncourt. Advertido por um de seus colegas, voltou Constâncio ao assunto na sessão de 21 de agosto de 1930. E alegou, então, que a eleição de Judith Gautier fora o resultado de um equívoco: os que a elegeram não sabiam que Edmond de Goncourt queria que só homens pertencessem à tal Academia. E acrescentou:

> Quando souberam que haviam desobedecido involuntariamente a vontade do Fundador, arrependidos do equívoco, resolveram tomá-la em toda a consideração e demonstraram a firmeza do seu propósito não hesitando em infligir um revés à escritora notável que é Colette. Grande é a força do precedente, e o de Judith Gautier podia favorecer à pretensão de Colette, que ele justificava. Mas a Academia Goncourt reconheceu que, mais forte que o precedente, era a tradição, a vontade do Fundador: e resgatou o seu engano de modo impressionante: a derrota de Colette é a corrigenda da eleição de Judith Gautier.

Ninguém então lembrou a Constâncio Alves que uma injustiça não resgata um erro, nem que o caso da nossa Academia era bem diverso, pois a tradição aqui estabelecida contrariava a vontade de nosso Fundador, Lúcio de Mendonça, publicamente expressa por mais de uma vez. Se Constâncio Alves, desaparecido do nosso convívio em 1933, houvesse vivido mais doze anos, teria visto esse seu frágil argumento esboroar-se por inteiro, pois que, em 1945 – o mesmo ano em que as mulheres francesas adquiriram o direito de voto e ingressaram na vida política –, a Academia Goncourt, reconhecendo, envergonhada, a enormidade de tal injustiça, acabou finalmente por eleger Colette. Mais ainda: por vezes, os outros nove membros dessa Instituição Literária se reuniram em seu apartamento, porque ela, envelhecida e enferma, já não podia afastar-se de seus aposentos. Colette não ia à Academia Goncourt. Essa Academia é que ia a ela, ao seu apartamento do Palais Royal – o mesmo em que vós, senhora acadêmica, no ano de 1952, fostes comovidamente beijar-lhe a mão, já trêmula e enrugada –, a mão que escrevera as páginas admiráveis de *Claudine* e de *La Naissance du Jour*. Ainda tenho presente na memória o dia em que, no salão de vosso hotel, na Avenue Montaigne, descrevíeis a alguns amigos brasileiros, entre os quais eu, a emoção que vos causara a visita

àquela velhinha de 79 anos, em que ainda não se apagara a chama do espírito e que fora uma das vossas grandes admirações juvenis.

## A ATITUDE DE JOÃO RIBEIRO

No *Jornal do Brasil*, de 5 de novembro de 1930, João Ribeiro comentou a atitude da Academia Brasileira de Letras de um ponto de vista inteiramente favorável às candidaturas femininas. O eminente escritor escreveu nesse magistral artigo:

> A meu ver pessoal, a Academia cometeu o erro de recusar preliminarmente a admissão de escritoras, por ilustres que fossem, ao nosso primeiro Grêmio de Letras. Deixemos de parte o abusivo e insólito argumento de que os estatutos da Academia falam de membros brasileiros e que este adjetivo não envolve as mulheres, e antes as exclui. É evidente o sofisma; falando de brasileiros, os estatutos não se referem ao sexo, mas à naturalidade. O adjetivo aí figura por oposição a estrangeiro. Argumento melhor, embora frágil, foi o da tradição. O Cenáculo, em verdade desde a sua fundação, não quis escolher nenhuma mulher.

Mas dizia João Ribeiro que, dos fundadores ainda vivos, alguns haviam votado a favor das mulheres, como Afonso Celso e Medeiros e Albuquerque, além de ser conhecida a opinião favorável de Clóvis Beviláqua. Em seguida, perguntava: "A que fica reduzida a tradição?" Ainda nesse artigo, dizia mestre João Ribeiro: "Vários publicistas e escritores, igualmente, J. Cavalcanti, Odylo Costa, Spencer Vampré, Rui Caracas, Pinheiro de Vasconcelos, Heitor Santos, J. H. de Sá Leitão, Carlos Xavier e outros, protestaram contra o anacronismo acadêmico." Anacronismo que, com o passar do tempo e o surgimento de novos e mais numerosos valores literários femininos, foi se tornando cada vez mais ostensivo, senão mesmo escandaloso.

## PRÊMIOS ÀS LETRAS FEMININAS

O penhasco a que se referira Constâncio Alves não tinha a solidez nem a teimosia que o velho cronista do *Jornal do Commercio* lhe atribuíra.

Começara a ser aluído antes mesmo de 1930, quando, incorrendo em singular contradição, a Academia, ao mesmo tempo em que excluía as mulheres de seus quadros, começara – e ainda bem que assim procedera – a atribuir prêmios literários a escritoras, não em concursos a elas exclusivamente destinados, mas em pé de igualdade com os concorrentes masculinos. Em 1920, seu prêmio de poesia fora dado a Rosalina Coelho Lisboa, pelo livro *Rito Pagão*, enquanto que as menções honrosas cabiam a Gilka Machado, pelo livro *Poesias*, e a Prado Kelly, pelo livro *A Alma das Coisas*. E, em 1929, a Academia preferia premiar Carolina Nabuco, autora de *A Vida de Joaquim Nabuco*, em vez de Basílio de Magalhães, autor de um estudo sobre o nosso primeiro grande historiador, Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), Patrono de nossa Cadeira 39. Depois, viria a ser sucessivamente conferido a ilustres escritoras brasileiras o Prêmio Machado de Assis, com que, entre outras, foram laureadas Cecília Meireles, Rachel de Queiroz, Carolina Nabuco, Gilka Machado e vós mesma, Sra. Dinah Silveira de Queiroz, no ano da publicação de *A Muralha*. A mulher brasileira se impunha também em outros campos. Depois da Revolução de 1930 adquirira os direitos políticos, podendo votar e ser votada. Tinham surgido, em 1934, as primeiras deputadas federais, nas pessoas de Berta Lutz e de Carlota Pereira de Queiroz. Contudo, foi essa uma experiência transitória, interrompida pela ditadura que se estendeu de fins de 1937 a fins de 1945.

## AS MULHERES NO MUNDO DE HOJE

Depois da Segunda Grande Guerra, as conquistas femininas se aceleraram, em vários continentes. Coisas com que ninguém antes sonhava começaram a acontecer. Em vez de homens providenciais, começaram a surgir as primeiras mulheres providenciais: Golda Meir, governando o Estado de Israel em suas horas mais críticas; Indira Gandhi, governando por duas vezes os destinos dos quinhentos milhões de habitantes da Índia; a Sra. Sirimavo Bandaranaike, dirigindo por seis anos os destinos do Sri Lanka, que os navegadores portugueses por má audição converteram em Ceilão; e, por fim, agora vemos a Sra. Margaret Thatcher dirigindo os destinos da Inglaterra; e Simone Veil presi-

dindo o Parlamento Europeu. Uma mulher, de cinquenta anos, a Sra. Vigdís Finnbogadóttir, preside a vulcânica e gelada Islândia, e a Noruega, este ano, passou a ter como primeiro-ministro a jovem Sra. Gro Harlem Brundland, de 42 anos. Mulheres exercem cargos de ministro nos Estados Unidos, na França e, ainda há pouco, como bem sabeis, até mesmo em Portugal. Não duvido que, em futuro bem próximo, um presidente da República Federativa do Brasil tenha a ousadia de dar maior representatividade à parte preponderante da nossa população, chamando pelo menos uma brasileira ilustre para a Pasta que melhor se coadune com a sua sensibilidade e a sua formação cultural, ou elevando uma das nossas juristas à mais alta esfera do Poder Judiciário.

A Academia Brasileira de Letras, sendo uma Instituição viva, atenta às transformações sociais e culturais por que a nossa sociedade tem passado, e reconhecendo a crescente importância da contribuição feminina às nossas Letras, acabou por vencer as divisões existentes em seu seio. Os dois partidos – o que se apegava a uma tradição de mais de setenta anos e o que queria romper com essa tradição, atualizando-a – acabaram por chegar a um acordo. Não se tocava nos estatutos, dando-se-lhes, porém, a interpretação que era a de Clóvis Beviláqua, de Spencer Vampré e, posteriormente, a de Vicente Ráo. A Academia passaria a admitir candidaturas de escritoras. Mas, para isso, foi necessária a vossa decisão. Arrependida do impulso juvenil que vos levara a firmar uma declaração de que jamais bateríeis às nossas portas – documento firmado também por Álvaro Lins, José Lins do Rego e Marques Rebelo, que apesar disso voluntariamente vieram ter conosco –, resolvestes um dia anunciar a intenção, mais que legítima, de pertencer ao nosso Grêmio, onde sempre fostes admirada pela excelência de vossas letras.

## A BRIGADA DE CHOQUE

Desde logo, formou-se aqui dentro uma espécie de brigada de choque, cuja função era a de preparar, pela persuasão, o terreno para a aceitação de candidaturas de escritoras, dignas da consagração acadêmica. Já não estão conosco, infelizmente, alguns dos nossos mais destemidos vanguardeiros. Um deles foi Odylo Costa, filho, que entrara para *Jornal do Commercio*, ainda menino, pela mão de Félix Pacheco, defensor, em 1930, das candidaturas

femininas. E, além disso, seu pai, o velho desembargador Odylo Costa, escrevera nesse mesmo jornal, a 5 de junho de 1930, um artigo em que, como jurista, sustentava não apenas a legitimidade da inscrição de D. Amélia de Freitas Beviláqua, como candidata, mas ainda citava, como merecedoras de serem aqui recebidas, Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Gilka Machado, Rosalina Coelho Lisboa, Maria Eugênia Celso e Carolina Nabuco – esta última a única sobrevivente, então, desse grupo de admiráveis talentos. Odylo Costa, filho, tinha a quem sair e foi um dos mais ardorosos e constantes combatentes de tal causa. Também não está conosco Otávio de Faria, que realizou um trabalho discreto, mas eficiente, nem o nosso verdadeiro líder, Osvaldo Orico, que, além do transbordante entusiasmo que punha em tudo quanto fazia, tinha o prestígio advindo da ancianidade nesta Casa, onde ocupou durante 43 anos a Cadeira em que sucedeu a Laudelino Freire, outro decidido defensor dos direitos femininos à imortalidade. Com tal comandante, a batalha seria ganha em pouco tempo. Mesmo os que ainda resistiam em nome de uma injusta e insustentável tradição, começaram a duvidar de suas teimosas atitudes. Outros se converteram ao nosso ponto de vista, compreendendo que a Academia devia fazer o que era mais correto, mais justo, mais digno, principalmente em se tratando de uma Instituição que tem recebido favores do Governo – um destes a doação do chão em que se erguem esta Casa e o imponente conjunto, ao lado, que recebeu a denominação de Casa da Cultura – e que, por isso mesmo, não deveria continuar a fazer discriminações contra a parte mais numerosa da nossa população, a das mulheres.

Ingressais nesta Casa com a mágoa de não encontrar nela esses três entusiastas da causa feminina. Mas aqui estão numerosos outros participantes dessa retardatária revolução acadêmica, entre os quais Adonias Filho, a quem coube dar boas-vindas à nossa primeira acadêmica, Rachel de Queiroz.

## GESTO DE GALANTERIA

Vencida a batalha e inscrita na primeira vaga, tivestes um gesto de galanteria, evitando concorrer para a divisão do eleitorado favorável às aspirações femininas, que aqui se formara, e que subia a quase três quintas partes da

Academia. Cedestes assim o passo a uma escritora de vossa admiração e de merecimentos não menores – a romancista, cronista, dramaturga e poetisa arrependida Rachel de Queiroz – que assim se tornou a nossa primeira acadêmica, precisamente quando se aproximava o cinquentenário da publicação de seu primeiro grande romance, *O Quinze*. A eleição de Rachel de Queiroz constituiu, por todos esses motivos, um marco histórico na vida desta Casa. Mas a vossa eleição não o é menos. Entre uma e outra, havia o risco de que a Academia se desse por satisfeita com a quebra do antigo tabu e fizesse de sua primeira acadêmica uma figura única, um caso isolado, destinado a representar simbolicamente todas as demais escritoras, a quem ficariam cerradas, daí por diante, as nossas portas. Mas esse risco foi conjurado com a força e o prestígio de vossa candidatura. E a vossa eleição representa a contraprova da sinceridade da corrente acadêmica, deliberada a enterrar de uma vez por todas a velha e indesejável tradição. Entre a eleição de Rachel e a vossa, a Academia Francesa, esse penhasco de três séculos e meio – para usar a expressão de Constâncio Alves – seguiu o nosso exemplo, não só deliberando admitir candidaturas femininas, mas ainda acolhendo em uma de suas vagas a eminente escritora Marguerite Yourcenar.

## PRÊMIO AFONSO ARINOS

Já disse, e agora repito, que a vossa candidatura a uma das Cadeiras desta Casa era mais que legítima, e não apenas porque correspondia aos desejos de seu Fundador. Quem mais a legitimou foi a própria Academia Brasileira de Letras, de início ao laurear em 1950 vosso livro *As Noites do Morro do Encanto*, com o Prêmio Afonso Arinos, instituído em honra do grande escritor mineiro que, ao lado de vosso tio, Valdomiro Silveira, foi uma das expressões marcantes do Conto Regional Brasileiro em fins do século passado. Foi pelo Conto que começastes a exercitar a vossa capacidade de criação e logo com o primeiro deles, "O Pecado", triunfastes num concurso latino-americano. Na vossa bibliografia, *As Noites do Morro do Encanto* vinham figurar ao lado de *A Sereia Verde*, de cujas histórias outros autores, com a vossa generosa permissão, extraíram peças teatrais, aplaudidas pelo público. Alguns desses contos estão hoje em antologias publicadas nos Estados Unidos, Argentina, Peru, Venezuela, França,

Portugal, Noruega, Israel, Japão e Coreia. Aquele prêmio da Academia pouco representava, porém, para uma escritora do vosso merecimento, que irrompera vitoriosamente em nossas Letras com o romance *Floradas na Serra*, laureado no ano seguinte pela Academia Paulista de Letras e que, depois de sucessivas edições, foi traduzido na Argentina, levando o vosso nome aos países de Língua Espanhola. E não tardou a ser convertido em filme de sucesso, preservando em suas cenas emotivas a imagem dessa grande atriz brasileira que se chamou Cacilda Becker e estando agora em vias de ser adaptado em São Paulo para uma novela de televisão de 22 capítulos. Pouco depois aparecia *Margarida La Rocque*, romance intensamente dramático, inserindo o vosso nome entre os autores que exploraram o mistério das ilhas perdidas nas solidões oceânicas. Sem os inocentes idílios de Bernardin de Saint-Pierre, sem os canibais de Daniel Defoe ou o ouro dos piratas de Robert Louis Stevenson, a vossa ilha era uma ilha tenebrosa, de pecados e tormentos, não espantando que logo tenha passado para o Francês com o título de *L'Ile aux Démons*, com que foi publicado pela editora Julliard em 1952. Se os franceses invocaram o Diabo, os espanhóis preferiram fazer o oposto, colocando-o nesse mesmo ano na Coleção Grandes Novelistas, de Barcelona, com o título de *El Juicio de Dios*.

## PRÊMIO MACHADO DE ASSIS

Quatro anos depois de laureada com o Prêmio Afonso Arinos, escrevíeis o vosso terceiro romance, *A Muralha*, vasto painel do primitivo burgo colonial de Campo de São Paulo de Piratininga, com seus rudes heróis, desbravadores de terras desconhecidas, seus padres catequistas, seus mamelucos, seus escravos índios e negros, e as mulheres animosas, que vinham do outro lado do Atlântico, consignadas a futuros maridos de quem só os nomes conheciam. As figuras que colocastes nessa narrativa épica, nascidas de vossa fecunda imaginação, parecem retiradas das crônicas históricas, transbordantes de vida e de verdade. Valorizastes, principalmente, a galeria feminina, com os retrados de Cristina; de Joana Antônia, a egressa da Taverna do Toiro; Margarida e Mãe Cândida; Brasília, já trazendo no nome o da terra, autoritária e violenta, com seu chicote de cabo de prata; Isabel, de quem "Nosso Senhor troçou quando a fez mulher"; e Rosália, a mentirosa, que mentia sem

maldade, para enganar a si mesma, como tantos mentirosos compulsivos... Mas o friso em que se destacam as figuras masculinas não tem menor relevo, principalmente as do patriarca D. Brás Olinto e seu filho Tiago, a quem vem consignada a portuguesinha Cristina. Numa frase dela, colocada no fecho do romance, vós mesma definis, numa síntese admirável, a gente que então habitava a pequena vila lamacenta e suja, com porcos à solta refocilando no lixo das ruas: "Com homens assim, assim loucos e teimosos, e mulheres tão atrevidas e obstinadas... Sabe o que me veio à cabeça? Que esta sujeira... – e ela quase cuspiu de raiva naquele desafio à grandeza de Deus, mas se dobrou, cativa da imensidão... bem pode tornar-se, um dia, uma grande cidade!"

Tão grande foi o impacto causado por esse romance que a Academia Brasileira de Letras imediatamente vos conferiu a maior de suas láureas – o Prêmio Machado de Assis. Lavrou o parecer o ilustre acadêmico Pedro Calmon em quem a vocação para os estudos históricos infelizmente acabou por estiolar o ficcionista juvenil de *Pedras d'Armas*, e de *A Bala de Ouro*. Revestido de dupla autoridade, a de ficcionista e a de historiador, ele consignou, em seu parecer:

> Com essa faculdade descritiva, em que se desdobram as mais diferentes situações psicológicas, interpretando o selvagem desassombro dos desbravadores da terra e povoando-a de heroísmo bárbaro, a Sra. Dinah Silveira de Queiroz fez arte pessoal, romance de estrutura complexa, admirável restauração de cenários e imagens que lhe asseguram uma posição inequívoca entre os nomes vitoriosos da Literatura Contemporânea.

O parecer não trazia qualquer restrição ou limitação. Não falava em letras femininas. Englobando mulheres e homens, ao aludir a "nomes vitoriosos", assim terminava: "É a razão de se lhe conferir o Prêmio Machado de Assis de 1954, ano do quatricentenário de São Paulo, em cuja honra, aliás, escreveu ela *A Muralha*."

Louvada pelos futuros acadêmicos José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Adonias Filho em termos altamente encomiásticos, *A Muralha* teve também a consagração pública, atestada por numerosas reedições e várias traduções. Não tardaria muito que chegasse à televisão, sob a forma de novela, como chegaram tantas outras das nossas grandes obras literárias, entre as

quais *Senhora*, de José de Alencar; *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães; *Helena*, de Machado de Assis; e *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado – para citar apenas escritores cujos nomes estão ligados a esta Casa.

Uma das mais interessantes particularidades desse vosso romance, que não vi anotada ou realçada por qualquer de seus críticos, é o fato de não trazer uma única data. Todas foram deliberadamente omitidas. Fizestes o levantamento de uma época, com os seus costumes, seus tipos, seus cenários primitivos, sua linguagem, seus preconceitos e suas virtudes enérgicas, mas nem uma só vez nos dizeis que o vosso romance se desenvolva no último quartel do século XVII. Só o sabemos indireta ou obliquamente, pela colocação, entre os seus personagens, de Manuel de Borba, depois nomeado como Borba Gato bem antes de partir com o sogro, Fernão Dias, à caça das esmeraldas nas serranias das Minas Gerais.

Novos êxitos coroaram as vossas atividades literárias, nos 26 anos que se seguiram. Com outro romance, *Os Invasores*, associastes vosso nome às comemorações do Quarto Centenário do Rio de Janeiro. Tomastes como tema as incursões francesas do início do século XVIII, primeiro com a desastrosa aventura do Capitão Jean François Du Clerc e, depois, com seu vingador, o ex-corsário René Du Guay-Trouin, elevado à condição de chefe de esquadra e que colocou a cidade sob resgate. Se *Os Invasores* não chegaram à televisão como *A Muralha*, tiveram, no entanto, a consagração popular, convertidos em tema do desfile de uma escola de samba. Dessas incursões pelo nosso passado histórico, destes, na vossa máquina de explorar tempo, um gigantesco salto para o futuro, alcançando os mundos misteriosos de galáxias desconhecidas, nas histórias de *Comba Malina*. E de lá voltastes, logo depois, para nos dar um denso romance da moderna vida carioca, em *Verão dos Infiéis*.

## A ANIMADORA DOS NOVOS

Impressiona a qualquer observador atento à multiplicidade de vossa obra a variedade de vossa inventiva, a segurança com que passais destramente de um a outro gênero, do Conto ao Romance, da Crônica à Biografia, da Literatura Infantil ao Teatro, da recriação do nosso passado histórico às pro-

jeções futurológicas da Ficção Científica e aos temas religiosos, na reinterpretação da vida de Cristo. Sois uma trabalhadora das letras, como os que mais o foram. As vossas crônicas do *Café da Manhã*, escritas cotidianamente, dariam para preencher dezenas de volumes, caso fossem todas publicadas, como as de Coelho Neto, Humberto de Campos e outros cultores do gênero. Mesmo ausente – quer na Espanha, como adida cultural do Brasil, quer em Roma, em Moscou e, agora, em Lisboa, ou ainda no Japão e na Coreia do Sul, para o lançamento de vossos livros ali traduzidos, nunca deixais de estar presente no Brasil através das vossas mensagens matinais.

Há um traço da vossa personalidade que muito vos aproxima do primeiro ocupante da Cadeira 7. Valentim Magalhães foi, antes de tudo, um grande animador da vida literária de seu tempo. Em sua revista, *A Semana*, acolhia generosamente os novos escritores, sem distinção de escolas, e realizava constantemente concursos literários, ora de contos, ora de traduções de sonetos famosos. Ninguém ignora o que foi a vossa atuação, à frente do *Jornal dos Novos*, do desaparecido jornal *A Manhã*, onde acolhestes, entre outros jovens, as figuras expressivas de Fausto Cunha, Fábio Lucas, Luiz Canabrava, Renard Pérez, Terezinha Eboli, Leda Barreto, Nataniel Dantas, Samuel Rawett e o prematuramente desaparecido Jones Rocha Filho. E trazeis, ainda, por singular coincidência, para esta Cadeira, o nome de seu Patrono, a que tendes direito por vosso casamento com o ilustre diplomata Dário Castro Alves, a quem acompanhastes a Moscou e a Roma e a quem, hoje, na Embaixada do Brasil em Lisboa, dais inestimável colaboração, assumindo parte relevante dos encargos sociais de tão importante representação brasileira. Sois não apenas a embaixatriz do Brasil em Lisboa, mas também a delegada permanente das nossas Letras e da nossa Cultura. E não há de ter sido por outra razão que o Presidente de Portugal, Ramalho Eannes, às vésperas de vosso recente embarque para o Rio de Janeiro, vos condecorou com o colar de Sant'iago da Espada, que ostentais nesta noite e com o qual a Pátria de Camões premia o mérito literário, artístico e científico. Já exercíeis tal delegação antes mesmo da vossa investidura acadêmica. Mas podeis agora, com este novo título, falar em nome destes 39 vossos companheiros e desta Instituição que, ao envelhecer, permanece disposta a se renovar.

Para terminar, diremos apenas uma palavra a mais, em honra do nosso Fundador. Se o homem não se desfaz por inteiro no pó das sepulturas, o espírito de Lúcio de Mendonça deve rejubilar-se conosco, nesta noite festiva. As tristezas que ele manifestou pela exclusão das três Júlias começaram a ser vingadas pelo ingresso nesta Casa das duas Queiroz: a romancista de *O Quinze* e a ficcionista de *A Muralha*.

Principalmente por vós. Mais uma Queiroz viria muito a propósito para desmanchar aquela antiga amargura. Se olharmos bem ao nosso redor, veremos uma nova estrela literária em fulgurante ascensão com esse nome. Não nos cabe, porém, insinuar candidaturas. O nosso dever imediato é apenas o de dizer que, se a nossa justiça foi tardia, nem por isso é menor o nosso júbilo ao receber a nossa segunda acadêmica. Sede bem-vinda à Casa de Lúcio de Mendonça e de Machado de Assis, Sra. Dinah Silveira de Queiroz Castro Alves!

Discurso do
SR. EDUARDO PORTELLA

e

Resposta do
SR. AFRÂNIO COUTINHO

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 18 de agosto de 1981*

# I

## DISCURSO DO SR. EDUARDO PORTELLA

A honra da escolha e o profundo contentamento pela convivência que se inicia em caráter permanente não nos autoriza, de maneira alguma, a ceder à tentação autobiográfica. Temos diante de nós os nomes, os temas, as lições, que identificam o próprio traçado assimétrico da modernidade brasileira. Eles, os titulares da Cadeira 27 desta Casa de Machado de Assis, falaram por nós. As suas palavras continuam conosco, precisamente porque, entre a constatação e a antevisão, souberam caminhar, fazendo o caminho.

As marcas que a Cadeira 27 traz, na sua alma e no seu corpo, deixam que se destaquem, emblematicamente, a consciência pública e o compromisso da participação. Os homens podem equivocar-se; jamais evadir-se – uma verdade que se fez legenda no roteiro trepidante que vai de Joaquim Nabuco, o Fundador, a Otávio de Faria, o mais recente ocupante, a quem pertence primordialmente esta noite.

Joaquim Nabuco (1849-1910) escolheu como Patrono da Cadeira a personalidade prismática do seu conterrâneo Maciel Monteiro (1804-1868); encarnação fidedigna da Mitologia Romântica, precocemente cindida entre o trabalho e o lazer, a cumplicidade e a recusa, que o dandismo literário por ele cultivado conseguiu representar nos termos do protocolo burguês então vigente. A cisão, mesmo aqui, não dispensou a participação.

Mas é com Joaquim Nabuco que se potencializa e predominará, em meio a inevitáveis variações de temperatura, o clima liberalizante que tanto contribuiria para configurar o perfil maior da Cultura Brasileira, a uma só vez contrastiva e confluente. Aqui nesta Casa, Nabuco definiu "o espírito público" como pré-requisito para o exercício superior da "Política" e como aliado "inseparável de todas as grandes obras". A sua flama libertária, imune ao fanatismo, jamais se esgotaria na destemida e memorável campanha abolicionista, porque se ampliará, infatigável e sempre mais resoluta, no interior do humanismo operativo, que ele conduziu objetivamente, pragmaticamente – antes ao modo britânico que francês –, por cima de toda a retórica dominante.

Nabuco era o "intelectual orgânico" de sua classe, que não vacilou em atravessar o grande rio da consciência política, ou humana, para, na outra margem, denunciar as imposturas sociais, institucionalizadas e protegidas pela "elite do poder". Mesmo que lhe custasse a incompreensão, o murmúrio furtivo, o isolamento; ou contra ele se levantasse a ira ou a insanidade dos imobilistas, naquele registro, altissonante e histérico, que fez um dia a glória melodramática de um pequeno teatro fraudulento, e hoje se resume na mímica dissoluta de uma farsa malograda. Nabuco é todo o contrário desse cerimonial insincero por intermédio do qual a pseudointelectualidade explode a sua cólera. Nabuco praticou a tolerância e com ela adquiriu a prerrogativa de conceituá-la no seu insuperável *Minha Formação*: "a intolerância – diz ele – é uma fobia da liberdade e do mundo; é um fenômeno de retração intelectual." Sabia ele que só o dinamismo crítico e a mobilidade social, reciprocamente articulados, constituem traços identificadores da ação interativa consequente. Nabuco é o "intelectual orgânico" cuja bússola política movimenta-se norteada por indicações éticas. Com ela, chega ele à cena pública e, acompanhado por ela, sabia retirar-se nos momentos oportunos, sem conceder o que não se concede, sem trair, sem falsificar. O vigor moral do seu discurso não deixa dúvida quanto à lisura e à honradez das relações matinais entre o intelectual e o poder no Brasil. É que para o antiáulico Nabuco, o político eticamente respaldado, o escritor livre, o poder constitui um valor transitivo, tanto mais necessário quanto mais se fizer sinônimo de serventia pública.

O estatuto político de Joaquim Nabuco aponta-nos o homem como um ser necessariamente social, interpessoal, o "eu" mais o "outro", mediado

pelo respeito recíproco. O homem não é senão convivência, na mesma medida em que toda convivência nasce e cresce sob a égide do consenso. Mas para que os canais do consenso mantenham-se desobstruídos, abertos, produtivos, a Política não pode abrir mão da imprescindível cobertura ética, uma vez que, privada desse suporte, logo se degeneraria numa trama mesquinha, vazia de densidade histórica porque destituída de substância humana. Foi daí que Nabuco, ele que trazia consigo o sentido da grandeza, pôde, antecipadamente, pensar a Nação no seu voo universalizante.

Os sucessores de Joaquim Nabuco, Dantas Barreto (1850-1931) e Gregório Fonseca (1875-1934), cada qual ao seu feitio, preservaram os atributos da Cadeira 27, especialmente na linha imperturbável da participação pública. Inscrevem-se eles numa moldura clássica, em que as Armas e as Letras se entendem como que orgulhosamente: em qualquer hipótese, cordialmente.

Mantém-se e prossegue o corte emblemático da Cadeira. E agora, no centro de nossas perplexidades institucionais, emerge a figura de Levy Carneiro (1882-1971) – o intelectual sensível, o advogado combativo, o jurisconsulto competente. O Estado de direito revigora-se, e o papel da sociedade civil vê-se reconhecido para além das decisões voluntaristas dos mandarins eventuais. A força motriz da ética mais uma vez se faz presente. Não a ética traiçoeira das vestais, porém aquela outra, verdadeira, legitimada por relações idôneas porque livres e respeitosas. Dentro desse espaço confiável, a moral, enraizada, alarga e multiplica o universo jurídico. A lição do seu mestre Rui Barbosa é levada adiante e, atenta às palpitações comunitárias, desbloqueada e atuante, imediatamente se define e solidamente se afirma como esteio consensual do Estado de direito.

Esta é a Cadeira a que chegou Otávio de Faria, no dia 6 de junho de 1972. Aqui estamos para consignar o nosso tributo, por tudo o que representa a sua obra inconformista, a narrativa inesgotável da *Tragédia Burguesa*, sedimentada no percurso coerente, porém sofrido, que une *Mundos Mortos* a *O Pássaro Oculto*. O enigma do homem é o tema central, seja na visão imediata das relações interpessoais, seja na antevisão sobrenatural; quando o choque, explícito ou implícito, entre o bem e o mal, que é encontro e é revelado, desenha a silhueta partida da tragédia.

Otávio de Faria começou por impugnar as falsificações semânticas da modernidade, responsáveis pela banalização das paixões libertárias, igualitárias e fraternas. Reduzidas a meras etiquetas vazias, elas estariam extraviadas na "Desordem do Mundo Moderno", tese apresentada ao Centro de Estudos Jurídicos e Sociais, em 1930, e que se constitui em uma espécie de plano-piloto, particularmente de sua ensaística. É que o fim da Primeira Grande Guerra desmistifica um conjunto de crenças abstratas que tornaram risonha e bela aquela época dourada: a certeza olímpica que os triunfalistas exibiam sem o menor pudor ou a mais leve consternação. De qualquer modo, as promessas e as fantasias da cidade liberal burguesa chegavam àqueles anos inquietos acompanhadas dos primeiros sintomas de descrença. O Otávio de Faria ensaísta, reunido em *Maquiavel e o Brasil* (1931), *Destino do Socialismo* (1933), *Cristo e César* (1937), lança um brado de revolta contra o Liberalismo crepuscular. E, como tantos dos seus companheiros de geração que, insatisfeitos e perdidos, foram buscar, generosamente, nas mais diversas latitudes ideológicas, a saída, o caminho, ele também abriu um ilimitado crédito de confiança ideológico. O pessimismo spengleriano, oráculo da decadência, compêndio inoportuno da crisologia, exerce uma influência disseminada. Em meio ao nevoeiro dos anos de 1920 e 1930, o esforço obstinado de superação do imobilismo impunha-se como um ato de bravura cívica. Otávio de Faria não se furta ao risco e, cada vez mais com a ajuda de Deus, e já não do Anticristo, assume o viver perigosamente. Leva consigo quase todas as contradições, que não o diminuíram porque o multiplicaram – aquela intermitente guerra interior. Ele é o seu personagem mais trágico, porque poderia dizer ou gritar o seu grito recluso: carrego comigo a minha guerra.

Cresce, pelas mãos de Otávio de Faria, uma "literatura problemática", que ultrapassa os limites cronológicos por ele mesmo estipulados. Os adolescentes desatinados de *Mundos Mortos* estão antes submersos no ocaso do Capitalismo Liberal, quando César põe, e Cristo já não dispõe. A burguesia, que em *O Anjo de Pedra* "matava o indivíduo", passaria a liquidar a individualidade. O modelo tecnocrático começa a mostrar as suas garras afiadas no frágil amanhecer da industrialização no Brasil. E o romancista, entre desolado e combativo, tenta resistir à derrocada do "espírito" nas malhas da razão ins-

trumental. Otávio de Faria jamais foi um contemplativo, incapaz de manter o equilíbrio necessário entre a missa e a missão.

No planejamento romanesco de Otávio de Faria, na medida em que a obra se precede, pressupõe o seu itinerário, poderíamos deplorar um certo mecanicismo, expresso em um cronograma obedientemente cumprido. Mas a suposição imediatamente se desfaz. O impulso gestaltista vê-se dirigido pela vida interna do romance. A personagem Ângela sai das páginas de *Ângela ou as Areias do Mundo* para, investida de inesperado encargo, dar origem ao *A Sombra de Deus*. É o romance se fazendo, a vida livre dos personagens, e não a elaboração fria e artificiosa.

O caráter reflexivo do romance de Otávio de Faria induziu a crítica compartimentalista, aquela que se compraz em separar os níveis descêntricos de qualquer produção artística, a uma denegação. Apoiada num anacronismo retórico, empenha-se em prolongar os modelos estáveis ou didaticamente institucionalizados, sem prever que todo aquele que ignorar a simultaneidade dos gêneros e não souber saltar as fronteiras imaginárias do romanesco estará condenado à tarefa inútil de perseguir a imagem coesa de um mundo visivelmente dilacerado. Os heróis problemáticos da *Tragédia Burguesa*, que um dia perderam a paz e jamais ganharão a guerra, são registros da desestabilização histórica, desdobrada numa poética avessa às classificações absolutistas. Só o romance-ensaio, que Otávio de Faria conduziu crivado por tantas incompreensões, está em condições de expressar o escândalo e a desolação da burguesia, a quem faltou a verdade bem antes de ter faltado a vergonha.

No espaço aristocrático-burguês, o homem se transformou em um colecionador de perdas. Primeiro a perda do paraíso, que Milton descreveu com uma inaceitável resignação; depois veio a perda das ilusões, que Balzac fotografou com a correspondente exasperação; estamos agora ameaçados de perder a linguagem, por instância da emergente cultura da violência. Sem o paraíso, sem as ilusões, sem a linguagem, o que restará do homem? O que podemos esperar dessa entidade sonâmbula, afogada em sua própria tragédia? Otávio de Faria abriu os olhos com tanta vontade que viu tudo isso de uma só vez. E, porque viu, indignou-se para sempre. O indignado está tão próximo de Deus quanto deliberadamente longe do "indigno", esta ilha sinistra onde o mal é a lei e a fronteira. Podemos entender por que o romance "*O*

*Indigno* – segundo nos adverte o autor – não tem por substrato senão um personagem, naturalmente invisível: o demônio, isto é, o diabo". A ordem deixou de ser uma alternativa terrena, e o Deus da encruzilhada surpreende-se investido de obrigações adicionais, ao longo do romance ou das esquinas de Ivo, Branco, Pedro Borges, Padre Luís. O desempenho do mal é mais do que impositivo: é tirânico.

Agora a narrativa de Otávio de Faria, cíclica e ciclotímica, resvala numa curva descendente. O desânimo e o desamor parecem perguntar: onde estava o seu Deus, que tudo permitiu? Terá morrido, conforme o vaticínio implacável de Zaratustra? Não. Otávio de Faria crê e confia. A esperança é a sua companheira de viagem. E, quando a distensão ideológica permite a descontração cênica dos personagens, a façanha liberalizante avança, para configurar o mundo excitado e excêntrico, vário e prospectivo. Ao longe, é possível divisar a imagem catolicamente familiar do guardião da esperança. O infortúnio social como que encontra a redenção. E, nesse instante, fugaz e eterno, Cristo pode mais do que César. É a hora em que o romancista, unamunianamente agônico, desaparecido no cerne da comprovação e ressuscitado nos braços da fé, faz do descarte ideológico a salvação e do sofrimento a criação. Um Lázaro moderno, que recuperasse a vida para sofrer ainda mais.

O romancista não necessita ser um pregador. A sedução do ideário teológico ronda a sua porta sem obter a permissão do ingresso. "Um autêntico romance – afirma Otávio de Faria – não deve ser 'católico', isto é, visar a fazer moral católica – que é matéria dos manuais de apologética". O escritor exorcizou os fantasmas do proselitismo, num gesto de instauração da liberdade – da liberdade autêntica, conquista cotidiana, para além da liberdade mitológica, que recolhemos mitologicamente no seio do Absolutismo. A dor da existência hoje consiste, em grande parte, em ter de abandonar o mito da verdade absoluta.

É fácil perceber como a ilusão ideológica vai cedendo progressivamente à construção literária. O acontecimento poético, como o acontecimento humano, não cabe em nenhum recinto formal. Cofluente e legionário, projeta a Literatura como manifestação plural, preferindo dizer: o que a ideologia desfez, a arte refez. Esta é também uma denúncia do gênero como a forma perecível da Literatura transcendental. Otávio de Faria, estranho conviva da linha do horizonte, soube compor um texto em que as espécies se aproximam,

mas em função de uma nova vida. O gênero é muito menos do que a "linguagem"; porque o primeiro deixa-se conduzir pela submissão, e a segunda somente consegue viver, porque sustenta de pé o sentido da liberdade. Foi a linguagem que baniu o decorativo em nome do decoro e afastou a estilização para dar curso ao estilo; identificável em todos os quadrantes do seu fazer: na narrativa romanesca, no ensaio político ou literário, na crítica cinematográfica ou na crônica esportiva.

Na sua *Autocrítica*, uma das páginas mais elevadas de nossa história literária, Otávio de Faria se reconhece como "uma absorção contínua e ardente de todos os extremos do pensamento." E os extremos do pensamento são os seus desvios ideológicos, na extensão que se alonga do impasse do poder à crise da revelação. A máscara ideológica aponta, imperceptivelmente, para a violência, individual ou coletiva, num esquema de intolerável servidão. Porque a violência, mais do que o malogro comunicativo, é a sombra da história que, obsessiva e compulsiva, subjuga e domina o interesse emancipatório da espécie humana.

Desde a virada iluminista que os papéis se alternam, mas o quadro continua o mesmo. Permanecem os mecanismos de sacralização, embora perfazendo um circuito fechado que sai de Deus para chegar à Razão. E a todo instante confunde-se razão humana com razão burguesa, no cerimonial predatório da Tragédia Moderna; que outra coisa não é senão a percepção da opacidade, que invade a classe burguesa ao tomar conhecimento, por intermédio do seu núcleo intelectual, do engano em que incorrera ao imaginar-se proprietária exclusiva da universalidade, árbitro supremo do igualitarismo. Os renegados de Otávio de Faria carregam, pelos caminhos do mundo, essa ferida aberta.

Na sociedade antes de massa que de classe, o eixo das tensões é deslocado dos confrontos classistas para os conflitos que se debatem no interior da condição humana ou se exasperam nos transportes coletivos. Era perfeitamente previsível que o último capítulo da Tragédia, na época planetária, fosse um ato de força hiperideológico, consequência não de uma coalizão cultural, mas de uma colisão tecnocrática, da qual o homem consegue sobreviver amputado, sem alternativa porque sem história. Mas é exatamente nesse minuto-limite, quando o trágico recupera a sua positividade e promove a luta sem quartel contra a patologia do tempo. A Tragédia Moderna,

em vez de ser o mausoléu de todos os sonhos extraviados, ergue-se e dilata "agonicamente" o nosso próprio horizonte existencial. Como se a partir do bloqueio, ou do choque representado em *Os Caminhos da Vida*, começássemos a superar o impasse.

Somos levados, com a licença e o perdão de Otávio de Faria, a imaginar uma inesperada contracena, montada por Charlie Chaplin e Léon Bloy, em que os dois, a quatro mãos, terminariam por fornecer, pelo menos, o roteiro do interminável longa-metragem dos "tempos modernos", profano e nostalgicamente confessional, solitário e solidário a uma só vez.

Estaríamos imersos em plena utopia? Talvez sim e talvez não. De qualquer maneira, evitamos aqui chegar para derramar as nossas últimas lágrimas diante da Tragédia Burguesa. O que desejamos é simplesmente empreender uma constatação prospectiva. A utopia concreta, o ainda-não, o possível, constituem mola propulsora do curso do tempo.

Mas é este o tipo de reflexão para ser levado a efeito no auditório da Academia? A resposta é uma só: sem dúvida alguma. À Academia não se ingressa para encerrar a jornada, ou apenas esfolhar um simpático catálogo de rememorações. À Academia se chega para prosseguir, para recomeçar até. Aqui nos ocupamos da "língua", entendida como a codificação vitalizada do acontecer humano, e dedicamos a nossa especial atenção para as "linguagens", a produtividade cultural, movimentada criadoramente na estrutura das formações simbólicas. Por isso, a sua legitimidade advém da tradição, e a vida futura e presente da Nação.

Na Casa de Machado de Assis, o intelectual, depositário do acontecido e agente do acontecer, sente-se em casa. Jamais como quem absorve placidamente o repouso residencial, e sim como quem elabora, tenazmente, laboriosamente, a sua agenda do amanhã. Porque o intelectual, o trabalhador intelectual, é a ponte sólida que liga e mistura o *homo sapiens* ao *homo faber*, sem prescindir da valiosa cooperação do *homo ludens*. O seu oposto, a imagem decrépita e residual da "torre de marfim", de há muito se inscreveu, fazendo jus a um lugar de destaque, entre as grandes contrafações da história da Cultura. O intelectual sacralizado, na figura do profeta ou do prestidigitador, foi pelo menos uma insensatez inaceitável, gerando uma aleatoriedade, que o incompatibilizou com o Poder. Falhou ele ou falhou o Poder? Falharam os

dois, certamente. A pura e simplória condenação do poder, querendo ser uma postura heroica, não passa de um recurso demagógico, completamente destituído de vigor crítico. Do mesmo modo que o Poder, definido como criação, e não apenas produção, terá de incorporar a participação intelectual, tanto mais consequente quanto mais desinibidamente crítica.

O crítico é aquele que busca a compreensão rigorosa dos fenômenos, das ocorrências, das ideias, sem desvirtuar-se no contestador intransigente ou no opositor inveterado. Nesta impressão linear da Crítica, o que costuma estar presente é a ingenuidade ou a mera explosão temperamental, gerando o contrapoder, exibicionista e ocioso. Porque toda a crítica que radicasse o seu trabalho no confisco ou na delação, além de desatender aos seus deveres técnicos, mergulharia num imperdoável niilismo; e o crítico, tão impotente quanto ressentido, jamais conseguiria ultrapassar a faixa de um satelitismo irreversível. A sua efêmera luminosidade adviria dos pequenos jatos de luz vazados do planeta ao qual se opõe – e porque apenas se opõe, vive de opor-se. Esta síndrome da Crítica militante passa ao largo do Poder e do Saber. Mesmo considerando que cada um deles – e aí reside um fator de pujança – dispõe de mil e uma faces.

O Poder é pedagógico. Ensina e forma. Deforma, quando se expõe com um Poder vazio de Saber. O Saber reforça o Poder para ganhar, nessa troca incessante, os instrumentos de circulação e consumo do fato cultural. É inconcebível hoje pensar-se o fazer público por meio da condenação ou da rejeição – frequentemente ilusória – da economia do Poder. Cabe, isto sim, resgatá-la socialmente.

Esta Cadeira se afirmou, no rumo de Joaquim Nabuco e Otávio de Faria, como um lugar superior da convivência. Os homens que aqui estiveram sabiam ser, exemplarmente, seres conviventes. E a capacidade de conviver, na medida em que venha a combinar, harmoniosamente, o trabalho, a interação e o Poder, conseguirá, decorrentemente, livremente, assegurar os níveis de preservação e desenvolvimento da humanidade. E se constituirá em traço identificador da própria condição humana. É por tudo isso que somente os verdadeiros cultores do convívio, desse intercâmbio multiplicador, estão aptos para falar e enfrentar o desafio humano.

A história dos nossos dias, agora mais do que nunca, tem a obrigação de substituir o prazer enfermo da dissolução pela competência do conviver. Pela sabedoria do "viver com". Ao lado dos conviventes e impulsionados pela saudável energia da convivência, imunes portanto ao veneno da violência, haveremos de construir o amanhã do encontro.

## II

## RESPOSTA DO SR. AFRÂNIO COUTINHO

Sr. Eduardo Portella,

nascestes na Bahia, naquela Salvador barroca, cidade encantada e misteriosa, altamente civilizada e civilizadora, da qual recebestes o gosto da conversa amável e culta, da convivência gentil, das boas maneiras, da sociabilidade, do convívio familiar, da arte de bem receber e da boa mesa. Dela deriva a vossa tendência à composição sem capitulação. É que, civilização humanística a da Bahia, procura resolver os contrastes políticos e sociais pela conciliação e pelo diálogo, pela miscigenação e hibridismo, detestando os sectarismos e as posições extremas. Estou a ouvir a música celestial de seus milhares de campanários dobrando às Ave-Marias! Ainda escuto o batuque de seus atabaques, subindo do fundo dos vales e enchendo as suas noites de sonho e mistério. Bahia mágica!

De vossa genitora, D. Maria Diva Mattos Portella, representante típica da classe média daquela sociedade, baiana de tronco longínquo e ilustre, herdastes as qualidades de distinção que fazem o gáudio da boa gente de vossa e minha terra. Também dela recebestes a vocação para o Magistério, competente e culta professora de quem fala alto a comunidade de Feira de Santana, pela admirável folha de serviços prestados à causa da Educação em nosso Estado.

Nessa cidade, porta do Sertão, sede de um dos mais importantes centros do ciclo econômico do couro e do gado, hoje verdadeira encruzilhada dos caminhos que buscam o Norte e o Nordeste, em Feira de Santana, vosso pai, Enrique Portella, honrado comerciante espanhol, cedo se estabeleceu e fixou no ramo em que prosperou. Viera da Espanha, daquela área da Galícia dos caminhos de Santiago de Compostella, de cuja imigração se enriqueceu a Bahia, de forte colônia espanhola. E foi ele, vosso pai, quem vos despertou a compreensão valorativa da Europa e a paixão pela Espanha, e, nos vossos dois irmãos, Enrique Portella e Franco Portella, a tranquila vocação empresarial.

Assim, ao tronco baiano juntou-se um forte enxerto espanhol, de cuja mescla se engendraria muito do encanto e da robustez de vossa personalidade humana e intelectual.

Como se não fosse suficiente, ocorreu outra enxertia para mais vos fortalecer o espírito. Concluídos os estudos primários e iniciadas as humanidades, em 1947 partistes para Recife, a fim de completar o curso secundário e seguir os estudos superiores na famosa e admirável Faculdade de Direito, na qual vos matriculastes em 1951. Aí aguçastes o temperamento crítico e o pendor para as ideias, em que se distinguiram aquela cidade e aquela forja, sempre fiéis ao debate intelectual que caracterizou os tempos de Tobias Barreto e Sílvio Romero. Recife era no Direito o que a Faculdade do Terreiro de Jesus na Bahia foi para a Medicina: extraordinários centros de irradiação cultural.

Ainda ressoavam pelos salões e corredores da vetusta Academia os ecos do famoso concurso de Sílvio Romero, em 1875.

"A metafísica está morta", bradava ele a um examinador menos cordato as suas ideias.

"Foi o senhor que a matou?" Perguntou o lente sarcástico.

"Não, não fui eu, foi a ciência... o espírito positivo, o progresso". E retirou-se da sala renunciando ao concurso, ante a mofa dos examinadores e em meio aos aplausos frenéticos da estudantada sempre ávida de novidades.

Mal sabia o nosso gigante que a história das ideias não o confirmaria: a metafísica não morreu.

Também pelas ruas, pelas sacadas e no interior do velho Teatro Santa Isabel, parece que se ouviam as vozes de dois pugnazes boêmios da Poesia –

Tobias Barreto e Castro Alves – que se encontraram como dois navios iluminados, cruzando-se na escuridão da noite.

A briga entre o sergipano e o baiano, por causa de duas atrizes, explodiria em versos.

Meus instintos não esmago
Não sonho, não me embriago
Nos banquetes de Friné...

Era Tobias na ofensiva, ao que retrucava o Castro:

Sou hebreu... não beijo as plantas
Da mulher de Putifar...

A Academia do Recife, contudo, não logrou fazer-vos um bacharel típico, embora vos diplomastes em 1955. Dela, é verdade, saíram juristas que, com os da Faculdade de São Paulo, deram ao nosso País a sua estrutura jurídica. Mas também por ela perpassaram jovens que se tornariam escritores, alguns notáveis escritores, historiógrafos, poetas, romancistas, críticos literários. Trazíeis do bom berço a vocação docente. A ela se ligaria, desenvolvendo-se, a vossa vocação de escritor. E vos fizestes escritor e crítico literário. Nessa condição, é que entrais para esta Academia. Desde muito cedo, vosso e meu querido Jorge Amado e eu conspirávamos a vossa entrada para a Academia. E isso é de longe. O próprio autor de *Os Velhos Marinheiros*, ao empossar-se em 1961, já prenunciava a vossa eleição.

Sentistes, no Recife, que não era aquele o vosso caminho. Vosso inconformismo intelectual exigia mais que um diploma de bacharel em Direito. Por isso, buscastes a Espanha. E, enquanto decorriam os anos do curso jurídico, ao mesmo tempo, viajáveis à Espanha, dividindo o ano de estudos entre Recife e Madrid, conciliados os períodos letivos, que não coincidiam, e assim conseguindo queimar as etapas de um e outro, num esforço explicável somente por indômita vontade de saber.

Dessa forma, foi-vos fácil absorver obras como as de Unamuno e Ortega y Gasset, ao tempo em que vos familiarizáveis com a grande Literatura Espanhola e com as lições, então no apogeu, da escola espanhola da estilística,

nos cursos de Dámaso Alonso e Carlos Bousoño, bem como de Filosofia com os professores Xavier Zubiri e Julian Marias.

Durante esse tempo, não desdenhastes a França e a Itália, onde Paris e Roma vos proporcionaram ainda mais que aprender.

Então, concluídos em 1955 os cursos de Letras em Madrid, em 1956 chegastes ao Rio de Janeiro, com o caráter formado e a inteligência burilada. Aqui plantaríeis a vossa tenda de pegureiro intelectual, armado de baraço e cutelo para grandes feitos no campo das Letras.

Ficará, todavia, acima de tudo, marcado para sempre no vosso espírito aquele hibridismo Bahia-Pernambuco. Não é novo, aliás, o fenômeno em nossa vida cultural. Nossos Castro Alves e Rui Barbosa dele participaram. O pernambucano Joaquim Nabuco era filho de pai baiano. Gilberto Freyre é muito querido e festejado na Bahia e ainda em artigo recente salientava o fato de Pernambuco e Bahia, desde o século XVI, "constituírem as bases, uma completando a outra, de uma cultura, nacionalmente brasileira".

Vós perfizestes essa união estabelecendo o vosso lar harmonioso com uma doce pernambucana, D. Célia Maria de Albuquerque Portella, pós-graduada em Educação, a qual já vos propiciou, como dádiva e patrimônio maior, a carioquinha Mariana.

É dessa mistura que se tem constituído o Brasil.

A convite de nosso companheiro Mauro Mota, tivestes ao retorno uma fugaz passagem pelo Recife, como redator político e crítico literário no *Diário de Pernambuco*. Mas a velha capital intelectual do País vos atraiu, e aqui fostes nomeado técnico de Educação do MEC, professor assistente da antiga Faculdade Nacional de Filosofia e participastes do Gabinete Civil da Presidência Juscelino Kubitschek.

Começa, então, vossa atividade de crítico literário militante no *Jornal do Commercio* em 1957, a chamado do saudoso Santiago Dantas. Não éreis novo no mister. Ainda estudante no Recife, já haviam aparecido artigos críticos de vossa lavra, tanto quanto, de volta ao Brasil, em jornais de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Essa atuação firmou definitivamente o vosso conceito de notável crítico literário.

De mim, entretanto, não enxergo em vossa personalidade intelectual um crítico de exclusiva formação literária, muito embora vos considere um

dos maiores que já tivemos, um crítico de Literatura, a que não falta a preocupação com os segredos da linguagem. Compreendo que não aceiteis a crítica sem um embasamento doutrinário, ao invés do que ocorria com os críticos impressionistas. Roland Barthes, a maior figura das letras francesas da geração surgida após a Segunda Guerra Mundial, em uma das admiráveis entrevistas reunidas no seu último livro – *Le Grain de la Voix* – afirma não compreender método crítico independente de uma filosofia mais geral e reconhece que "toda crítica declara a ideologia sobre a qual inevitavelmente ela se funda."

É esse o vosso caso. Considero-vos um crítico de literatura envolto por um crítico de ideias, filosoficamente fundamentado e sustentado. Sois, mais do que isso, um crítico da Cultura, voltado ontologicamente para tudo o que diga respeito ao homem, o homem universal, dentro e fora da "tragédia burguesa". Parece-me que ressoa permanentemente aos vossos ouvidos aquela máxima sábia de Terêncio: sou humano, e tudo o que é humano me concerne.

Por isso é que sois um crítico militante nos mais diferentes espaços do saber: a Literatura, a Filosofia, a Política, a Educação, a Comunicação, os diversos níveis do acontecimento brasileiro, sobre os quais se debruça constantemente a vossa rica e original meditação.

Sois um crítico de Literatura num amplo trajeto que começa com os vossos pioneiros estudos reunidos nos livros *Dimensões I, Dimensões II, José de Anchieta*, escritos à luz da estilologia espanhola, até chegar a *Literatura e Realidade Nacional* e especialmente à formulação de uma teoria ontológica da Literatura, na vossa tese de doutorado, defendida na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e aparecida em livro sob o título de *Fundamento da Investigação Literária* (1974).

Enquanto crítico de ideias, vós vos afirmais como pensador, numa linha de coerência dentro da filosofia ocidental, que se articula de Heráclito a Nietzsche, atingindo Heidegger e os pensadores da escola de Frankfurt, especialmente Jurgen Habermas. Os vossos ensaios sobre Ortega y Gasset, Sartre, Lukács, Heidegger, são testemunhos vivos da vossa vocação filosófica.

Como crítico da Cultura, vós reunis a compreensão aberta da Cultura, a de sempre e a que emerge em nossa sociedade de massa, tal como aparece em vossos livros *Dimensões III, Teoria da Comunicação Literária* e *Vanguarda e Cultura de Massa*.

Também aí se instaura a vossa oportuna e atilada "pedagogia da qualidade", concepção nova a ser incorporada ao nosso ideário educacional, e aparecida em artigos e conferências esparsos, e no discurso de vossa posse na Academia Brasileira de Educação, publicado sob o título de *Educação e Estado*, no qual empreendeis uma análise magistral do nosso saudoso Anísio Teixeira, o Estadista da Educação, na feliz definição de Hermes Lima. Consoante vossa concepção, cultura e educação podem ser vistas unidas num jogo alternado, marcado por extrema originalidade e no qual os sistemas formais e os mecanismos informais configuram um novo e matizado espaço pedagógico.

Visto desse ângulo, vós sois um político, um pensador político, no sentido alto, mas não sois, de modo algum, um "partidarista". Vejo-vos antes como um "inteirista", se me for permitida a expressão de um mestre muito de vosso agrado, D. Miguel de Unamuno.

Sois um militante livre, como cabe a todo intelectual autêntico, jamais submisso ao jargão da militância.

Daí que vossa linguagem é aberta, como vosso pensamento e como a História, a Sociedade, a Cultura e a Literatura que postulais e estudais.

Vossa militância, não sendo partidarista, exerce-se nos livros, na cátedra, na imprensa, na *Revista Tempo Brasileiro* e em vossas publicações autônomas e também nas funções públicas que desempenhastes, inclusive no Ministério da Educação e Cultura do Governo do eminente general João Batista de Oliveira Figueiredo.

Não posso esquecer, ainda, que tendes tido uma brilhante carreira universitária: bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, seguistes no estrangeiro cursos de especialização em Filosofia, Literatura e áreas de Ciências da Linguagem. Posteriormente, conseguistes em concursos públicos os títulos de doutor em Letras e titular de Teoria Literária pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual viestes a ser diretor. Os cargos públicos que ocupastes vos chegaram naturalmente, convocado graças ao conceito excelente que granjeastes, sem que corresses atrás deles, nos quais entrastes e deles saístes com a mesma dignidade e naturalidade, sem precisar usurpar para subir.

Desta maneira, poderíamos dividir, da perspectiva doutrinária, o vosso itinerário crítico e filosófico, em três momentos principais: o primeiro é o

"culturalista". É a fase da formação na Espanha, sob a égide de Ortega y Gasset e Unamuno e da estilologia de Dámaso Alonso, Carlos Bousoño, além de Amado Alonso. Não faltaram nesse período as sábias lições do grande hispanista francês Marcel Bataillon e dos alemães Leo Spitzer, Ernest Robert Curtius, Erich Auerbach e Hugo Friedrich.

A segunda fase é a da absorção progressiva da trepidação social e da crise contemporânea da civilização, quando se nota a presença de Jean-Paul Sartre, que trouxestes ao Brasil, por ocasião do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, reunido, por vossa iniciativa e organização, na cidade do Recife, em 1961. A esse momento pertencem os vossos livros *África: Colonos e Cúmplices* e *Literatura e Realidade Nacional*. E é dentro dessa mesma atmosfera cultural que criastes, em 1962, a *Revista Tempo Brasileiro*, que até hoje dirigis, na qual a controvérsia intelectual de nosso tempo encontrou uma tribuna e um valioso núcleo de debates. A Editora Tempo Brasileiro, que edita a revista, e de que sois conselheiro editorial, deve o seu êxito também ao vosso irmão Franco Portella.

O terceiro momento de vossa evolução literária se caracteriza pelo exercício e elaboração de uma ontologia plantada socialmente, onde se busca, em meio às dificuldades impostas pelas seduções tecnocráticas do nosso tempo, o encontro e o intercâmbio convenientes do homem moderno com a técnica.

Sois, assim, um pensador, um crítico literário, servido por um escritor nato.

Como todo escritor de categoria, vós possuís o gosto da palavra. Tendes o prazer sensual de lidar com elas, elegantes e finas que se tornam em vossa pena. Não foi em vão que recebestes as lições dos mestres da estilística. Hoje sois dono de uma das mais belas prosas do Brasil. Sem esquecer também aquele vezo bem baiano do trocadilho, do *bon mot*, do epigrama, do torneio malicioso e da ironia mordaz, heranças da linguagem baiana dos Gregório de Matos, de quem gostais de dizer-vos descendente.

Vossa escritura denota um gosto voluptuoso da frase torneada, bem soante, melódica, sem concessões ao racionalismo do idioma e do estilo de Racine, efeitos esses obtidos graças a inovações inusitadas aproximações de palavras e frases de rica sonoridade em que excele a vossa alma sensitiva.

Por isso e muito mais, como escritor e crítico literário dos mais bem dotados de vossa geração, vosso lugar sempre foi nesta Casa.

Aliás, ela vos acompanha há muito. Prova-o o Prêmio Sílvio Romero de Crítica Literária que vos concedeu em 1959. Outros prêmios vos foram galardoados, revelando o apreço em que vos têm os juízes literários. Assim, o Paula Brito, da Prefeitura do antigo Distrito Federal (1959), o Fernando Chinaglia da União Brasileira de Escritores (1971), o Golfinho de Ouro de Literatura (1971).

Não posso esquecer que vossos méritos têm sido reconhecidos também através da concessão de honrarias estrangeiras e nacionais, como as condecorações de Grande-Oficial da Ordem do Mérito Militar, a de Grande-Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, A Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval, a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Brasília, a Grande Medalha da Inconfidência, a Gran-Cruz da Orden Civil de Alfonso El Sabio, oferecida esta última pelo Rei da Espanha, D. Juan Carlos, além da Cidadania Carioca, outorgada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

***

Sr. Eduardo Portella,

em recente conferência sobre a Missão da Universidade, o vosso mestre Julián Marias assinalava que a Universidade não é um sindicato, nem um partido político: é uma Universidade – e é assim que deve atuar na vida pública. Se agir de outro modo, torna-se estéril, acrescenta.

Aprofundando o seu pensamento, Julián Marias, por se tratar da inauguração de uma cátedra com o nome de Ortega y Gasset, relembrou palavras muito pertinentes do imortal pensador espanhol. Pregava Ortega a reforma urgente da Universidade e afirmava que o mal espanhol era então o que ele designava por "grosseria", isto é, a complacência com a vulgaridade. O contrário da grosseria é o homem que, dotado de caráter, procura fazer as coisas, não de qualquer maneira, mas bem feitas. E aquele que tenta fazer as coisas bem. Essa é a principal obrigação do homem que exige de si mesmo.

Nenhuma reflexão mais apropriada a nosso mundo em crise, submerso em um aviltamento de valores, característico de uma época de transição. Esta

é a tragédia de nosso tempo, de todos nós: vivemos no fim de uma época e começo de outra, ainda somos presos a valores arcaicos e não criamos novos, estamos destruindo um tipo de civilização e não logramos gerar outro. Não nos faltam progressos técnicos, materiais, mecânicos. Falta-nos grandeza. E nenhuma civilização digna desse nome ainda cresceu sem grandeza.

Daí a importância que dou à vossa "pedagogia da qualidade", componente, a meu ver, de todo um acervo de importantes meditações, que desenvolveis neste momento, acerca das relações entre o intelectual e o poder.

Desde que D'Alembert, em 1753, lançou o seu famoso ensaio sobre o Intelectual e o Poder, desencadeou-se uma polêmica, ainda hoje viva, a propósito do papel que o intelectual pode desempenhar no governo das sociedades, ora posto em dúvida, ora em conflito, ora requestado como influência possível ou colaboração desejada. Não tem sido fácil a intimidade. De um lado, há às vezes a tendência ao isolamento, à torre de marfim, à recusa a sujar as mãos. Do outro, a anulação frequente da independência. E ainda, em diversas ocasiões, o chamado ao engajamento, ao enfeudamento, nesse ou naquele grupo, do homem de pensamento e do escritor de imaginação. Nunca talvez como em nossos dias essa polêmica foi tão aguda. E que nossa época é particularmente estúpida ao reduzir os homens à oposição maniqueísta de direita e esquerda. De qualquer modo, esquerda, direta, centro, partidos políticos conservadores ou revolucionários, de todos os quadrantes sociais o intelectual é bafejado ou repelido, seja como ineficiente aos tecnocratas, seja como incômodo às burocracias totalitárias, seja como buliçoso demais para os conservadores, seja envolvido em desconfiança pelos governos temerosos da força da inteligência.

Sr. Eduardo Portella, é estreita a porta dos donos da vida e das mansões do Poder.

Por isso, não temerei afirmar: para quem possui a vocação das Letras, a Literatura acima de tudo. Mesmo porque o mister literário só depende de nós. Jamais se logrou impedir o ato de escrever a quem possui esse dom. Nem tribunais, nem censuras, nem inquisições.

Não recearei asseverar ainda: no Brasil, a Literatura é a mais importante expressão do espírito nacional. Somos um povo literário por excelência. Foi a Literatura que desenvolveu, desde Anchieta, a nossa identidade de povo e de Nação. É ela que vem empreendendo, de maneira progressiva e pertinaz, o

processo brasileiro de descolonização mental. É ela que melhor reflete em nosso País as formas de sua unidade na variedade. É ela que resiste a qualquer tendência ao abastardamento, tão comum entre nós, de homens, costumes, instituições. É ela o melhor espelho do caráter brasileiro. *Littérature d'abord.*

Em nossos dias de crise, fomos deixados órfãos pela Política, Religião, Ciência, Educação. Nenhuma delas parece apta a propiciar ao espírito conturbado a força necessária para levarmos avante a aventura humana. Que nos aguarda?

A vida humana existe muito além do cotidiano. É um projeto, em constante desenvolvimento, no qual há muito de mistério. Pois a Literatura é a viagem ao desconhecido, é a busca de solução para o destino ignoto, é uma resposta à noite existencial. Ela nos torna comensais dos gênios. Integra como um só todo o homem e o mundo, a natureza e as coisas, ela aponta o sentido da vida, ensina a viver a dignidade. Só ela nos salva do naufrágio das ilusões. Ela é a própria esperança.

***

Srs. acadêmicos,

a Cadeira 27, cujo Patrono é Maciel Monteiro, e na qual se sucederam Joaquim Nabuco, Dantas Barreto, Gregório Fonseca, Levi Carneiro e Otávio de Faria, atualiza a sua tradição – participante, liberal, legalista, literária, crítica – ao incorporar a personalidade de Eduardo Portella.

Sr. Eduardo Portella,

um privilégio que desfrutareis nesta Casa, dos mais nobres templos da Cultura Brasileira, é o ensejo que tereis de privar mais frequentemente com um mestre, que é vosso tanto quanto meu, e que é dos maiores brasileiros de todos os tempos, a figura ímpar de Alceu Amoroso Lima.

Ainda há pouco, em um programa de televisão, entre as inúmeras provas de sua grandeza intelectual, ouvimos esta lição oracular de sua velhice gloriosa: o que vale acima de tudo na vida é a sabedoria do coração.

Sr. Eduardo Portella: vós sois um homem que vive pelo coração, não obstante a refinada, lúcida e ativa inteligência que Deus vos deu.

No Brasil, duas coisas comunicam essencialidade ao nosso viver: a Natureza e o Coração.

Nada mais importante do que saber curtir a Natureza, essa Natureza generosa que a nossa incúria depreda, essa paisagem espantosa de praias, baías, montanhas, lagos, florestas e planícies, essa riqueza de flores, frutos, árvores, este céu azul de luz, que nos provariam a existência de Deus, não fôssemos amiúde assaltados pela velha dúvida do herói dostoievskiano. Não foi em vão que o gênio florentino de Botticelli fez surgir a Vênus por entre as forças da Natureza simbolizando assim o nascimento do Amor e da Beleza.

Por outro lado, Sr. Eduardo Portella, não menos fundamental é saber viver pelo coração. E isso vós o sabeis. Vós sois um autêntico homem cordial, sabeis fazer amigos, sabeis ser amigo, sabeis ser amigo dos vossos amigos, jamais vos esqueceis deles, sabeis dar-vos – e a doação de si é a suprema dádiva, tudo isso torna um prêmio a vossa convivência. Viver é conviver. E conviver com as pessoas, com os companheiros, com os irmãos da mesma fé e de idênticos ideais. Sabeis ser generoso. Sois um artista da amizade. E a aptidão para a amizade pressupõe a renúncia à inveja e aos impulsos momentâneos dos interesses e da inautenticidade. O vosso gosto da amizade traduz-se por vossa capacidade invencível de admirar.

Quando, ao final da existência, voltamos a mirada para trás, nada mais compensador do que a recordação dos amigos que fizemos na caminhada. Nada mais confortador do que ouvir de companheiros de infância o que escutei há pouco pela voz de um querido e saudoso amigo, Péricles Madureira de Pinho: "Seu Afrânio, está fazendo sessenta anos que nos encontramos nos Maristas!" E de outro não menos querido, Jones Seabra, catedrático de Medicina na Bahia: "Você é o meu mais velho amigo!"

Isso faz um bem enorme à alma, meu caro amigo. Poder sentir que fomos amigos, que não traímos nenhuma amizade, que não decepcionamos e fomos fiéis aos amigos, o que é igual a ser fiel a si mesmo.

Os moralistas e sábios sempre exaltaram a amizade. Há referências e mesmo estudos sobre a amizade em Homero, Hesíodo, Eurípides, Xenofonte, Aristóteles, Cícero, Virgílio, Ovídio, Shakespeare, Montaigne, La Rochefoucauld, Molière, La Fontaine, Boileau, La Bruyère, Voltaire, Oscar Wilde, Cocteau e inúmeros outros. A Voltaire se atribui a frase: *Toutes les grandeurs de ce monde ne valent pas un bon ami*. Nosso Machado de Assis também refletiu sobre o assunto e verberou a ingratidão, que é a pior forma da antiamizade. É possível mesmo admitir que a amizade é superior à paixão, à sensualidade, ao amor.

Sr. Eduardo Portella, nesta Casa da convivência amiga, encontrareis grandes oportunidades para dar expansão às excepcionais qualidades do vosso coração. Sereis aqui bom amigo de muitos amigos: alguns já são antigos, outros serão amizades novas dia a dia construídas.

Sede bem-vindo à nossa convivência, Sr. Eduardo Portella.

Discurso do
SR. ORÍGENES LESSA

e

Resposta do
SR. FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 20 de novembro de 1981*

# I

# DISCURSO DO SR. ORÍGENES LESSA

Senhores acadêmicos,

esta Cadeira 10 tem um passado glorioso, já longo. É uma das sete mais antigas da Academia Brasileira de Letras: tem quase duzentos anos. Nasceu no cai-o-pano do século XVIII, nesta boa e leal cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Nascia a 8 de outubro de 1799 com Evaristo Ferreira da Veiga, filho de Francisco Luís Saturnino da Veiga, chegado ao Brasil, com 13 anos de idade, trazendo de Portugal uma singular vocação de brasileiro e um privilégio que nem sempre o destino reserva para muita gente: o de ser pai de um dos maiores brasileiros do seu tempo.

Mestre-escola e modesto livreiro, o velho Veiga, não tão velho assim, transmitiu ao filho, muito cedo, tudo o que aprendera na vida e nos livros, inclusive a arte não fácil de ganhar dinheiro a vender livros. Não se limitaria Evaristo, porém, às lições que o pai lhe dava. Foi buscar num seminário eventual e em mestres avulsos quatro ou cinco línguas que o ajudariam na vida, do Inglês ao Latim. E soube frequentar, acima de tudo, como assinala Otávio Tarquínio de Sousa, uma Universidade exclusiva: as estantes da loja paterna, onde muito jovem foi caixeiro e onde, como leitor cativo, mergulhava, nas horas sem freguês, no que de mais quente chegava da Europa em matéria de

livros. Aliás, a julgar por anúncios nos jornais da época, é surpreendente – e até lisonjeira para a cidade – a presença de títulos em Inglês, Francês e Italiano em balcões da Rua da Alfândega e da Rua dos Pescadores, embora não menos surpreendente fosse a presença de um caixeiro e leitor da categoria de um Evaristo da Veiga.

É importante insistir nesta Universidade livre à margem do trabalho, porque a Livraria vai ser a coluna-mestra de toda a vida de Evaristo da Veiga. Ele, com menos de 30 anos, já é o grande jornalista de sua terra. Foi o primeiro a conquistar projeção nacional. Sem jamais ter andado por lá, muito jovem, elege-se deputado pela Província de Minas Gerais. A explicação? Simples decorrência de seus artigos na *Aurora Fluminense*, folha que imantava, de Norte a Sul, as classes mais esclarecidas – ou esclarecíveis – da jovem Nação. Era aquele – e é quase ofensivo relembrar... – um tempo sem linotipos, *offset* e demais parafernália jamais sonhada pelo avô Gutenberg. Tempo de não rádio, não tevê, não telex. Tempo de não aviões, não foguetes. Tempo, quando muito, de belos cavalos de galope ilustre, diligências gentis de fácil desconjuntar nas estradas por haver, de veleiros românticos por águas inquietas a levar mensagens.

O Brasil daquele tempo era, na prática, muito mais vasto que o dos nossos dias... Nele, as distâncias mediam-se não em milhas ou léguas, mas em termos de tempo de locomoção: dois dias, duas semanas, dois meses, dois anos. Hoje ainda pode acontecer, não vamos negar, mas na ocasião era a regra. A opinião emitida no Rio era esperada a médio e longo prazo nas províncias perto ou longe pelos seus opositores ou parceiros. A informação não passava, inúmeras vezes, de mero capítulo ultrapassado da História, quando chegava ao seu destino.

A notícia, por exemplo, da morte de D. Pedro I em Portugal, já reduzido a Duque de Bragança, morte, como a vida o fora, de tão grande importância na vida brasileira e na atividade político-jornalística de Evaristo da Veiga, só aproava ao Rio de Janeiro depois de setenta e vários dias pelas incertezas do mar. Deixara Lisboa na última semana de setembro de 1834. Navegara todo o mês de outubro. Foi sacudida por ondas e tempestades em novembro. Chegava aqui na primeira semana de dezembro. E só então iria mudar e tran-

quilizar em parte a Política local, toda ela voltada ainda, a favor ou contra, para o nosso primeiro imperador.

A certas províncias os jornais cariocas – *Aurora Fluminense*, a *Malagueta*, o *Mutuca*, o *Jurujuba*, o *Jornal do Commercio* – chegavam por vezes com atraso maior.

Mas a presença da *Aurora Fluminense*, jornal de inédito bom senso, construtivo argumentar, serena linguagem no fragor das paixões, não se enfraquecia por isso. Pelo contrário! O jornal já fizera, à distância, deputado por Minas Gerais o seu diretor. Outros deputados fizera e fazia, tal a autoridade firme da palavra que chegava de longe.

Grande jornalista foi ele, mestre isolado para os contemporâneos, mestre permanente para os jornalistas ainda hoje.

Deputado, várias vezes se reelegeu... Derrubou governos. Sustentou governos. Em verdade, seu feitio era mais de construir que de derrubar. Foi homem de fazer ministros e regentes. Para ele, se voltava o País aflito nas horas aflitas. Foi traído, bajulado, liderou. Foi odiado também. Politiqueiros e pelotiqueiros ladravam-lhe no encalço. Calúnias, insultos, injúrias anônimas ou públicas latiam-lhe aos pés. Ele revidava e sorria. Juravam matá-lo. Uma vez o tentaram. Um dia, um tiro de pistola soa. A bala vem, o sangue jorra. Atingido no rosto, Evaristo, entre colegas ou fregueses, toma de um livro, estava assustado. Conseguiria ler? Conseguiu. Não estava cego. Volta-se então para a rua, de onde o tiro partira, fala com desprezo: argumentos como aquele nunca o fariam calar...

O atentado acontecera em pleno dia, alcançara o grande jornalista na loja de seu antigo e presente ganha-pão, prolongamento e garantia, mesmo, de sua vida pública. Quando a malta, lá fora, já não tendo o que dizer e ainda sem coragem para o tiro, hesitava na escolha do insulto, os inimigos lançavam-lhe em rosto aquela pecha:

– Livreiro!

O que escandalizava muita gente era aquilo: ser livreiro, mero livreiro, deputado que outro título não tinha...

Assacar pecha como essa dava menos trabalho que a calúnia: não era preciso inventar. Nem provar. Bastava passar pela Rua dos Pescadores, 49. Balconista – a palavra ainda não fora cunhada... – para uma sociedade de

senhores de escravos, barões da terra e já pululantes fidalgos de fornadas recentes, era mais humilhante que qualquer outro labéu. Trabalho de loja não passava de ocupação degradante, coisa de francês recém-chegado, com seus perfumes ou perucas, de inglês materialista vendendo mercadorias ao bater do martelo. Na realidade, trabalho, de um modo geral, não era "bem".

Revivia, no Brasil que mal começava, a mentalidade satirizada por Gil Vicente em Portugal três séculos antes. Destino de escravo, de gente inferior, falta de imaginação de mercadores sem avós conhecidos. Balcão, principalmente, era de envergonhar filhos e netos. Balcão não dava *status*. Aquele rapaz que não estudara em Coimbra, que se mostrava insensível à primeira grande corrida nacional por pastas e postos (ministérios e mordomias), não passava de uma excrescência constrangedora aos olhos da sociedade engatinhante. O rapaz tinha títulos? Poucos, na realidade, ostentava. Quais? Honestidade... Grande coisa... Honesto, qualquer um podia ser... Independência? O problema era dele... Tudo bem... Nada contra. Mas que não pretendesse governar ou tentar governar o País escondido atrás de um reles balcão mercantilista. Até homens da envergadura de um visconde de Cairu e de um General Abreu e Lima, veterano das guerras de Bolívar, insistiam em chamá-lo de "sevandija livreiro", vil inseto plebeu, sem perceber que estavam proclamando, com as próprias palavras com que o pretendiam negar, a insofismável altitude por ele alcançada.

Orgulhoso da profissão que lhe dera o sustento e lhe dava autonomia, permitindo-lhe enfrentar as tentações do poder e os riscos da impopularidade, Evaristo timbrava em alternar a Câmara com a livraria, o jornal com o balcão, o "não apoiado" parlamentar com o "quer que embrulhe" do caixeiro eventual.

Nunca foi um profissional da Política no sentido moderno. Embora para a Política nascido, jamais soube tirar dela qualquer proveito pessoal. Poucos imitadores teve no seu tempo, bem poucos teria em nossos dias... Nunca se arriscou a viver só de jornal, ainda que a fidelidade de seus leitores e assinantes a vinte, trinta ou cinquenta léguas, a duas, três, dez semanas de distância, bastasse para manter a *Aurora Fluminense*, façanha que hoje só os anúncios das multinacionais tornam possível.

Mas o que acima de tudo singulariza o balconista de livros acusado ou reconhecido como condutor da Política Brasileira pelos seus contemporâneos,

amigos ou não, é saber que, sem jamais transigir, sem comprometer a sua verdade com o desejo de agradar ou pelo receio de desagradar, sua palavra foi a mais tranquila do Jornalismo do seu tempo. Evaristo foi sempre, no jornal ou na tribuna, serenidade e despaixão, culto frio da verdade numa das horas mais difíceis da nossa evolução como povo. Ninguém mais seriamente preocupado com os desencontros e descaminhos daquelas duas décadas que precederam o Segundo Reinado. Nenhuma voz mais objetiva, mais calma, nenhum apelo mais teimoso ao raciocínio. Ninguém com desprendimento maior. Ninguém com igual coragem para perder até seus maiores amigos, se tivesse de optar entre o amigo e a causa pública. Principalmente, se era amigo no Poder. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o padre Diogo Antônio Feijó, o regente que ele tanto ajudara a subir. No dia em que Evaristo sentiu que já não havia, no paulista de espinha indobrável, condições de continuar, confirmando, no turbilhão daquelas horas, o que dele tinha dito e previsto, na campanha que o levara ao Poder, Evaristo não teve a menor hesitação. Sofreu com o amigo, rompeu com o regente. Era a sua maneira muito pessoal de ser amigo: tinha que ser antes brasileiro.

Vida não longa, porém, foi a sua. Apenas 38 anos. Menos um pouco. Vida pública, praticamente dez anos, pouco mais. Quase nada em quase quinhentos anos de História. Mas vinte, cinquenta, cem anos da vida nacional foram marcados e preservados pela palavra sem barulho de voz, moderada, moderadora, aliciante, sem brilho maior, sem galas de estilo, desse homem que não apareceu no cenário político do País apenas para acabar nome de rua.

Osvaldo Orico, num estudo notável sobre o Patrono da Cadeira 10, evoca um dos momentos cruciais daquele período. É o dia em que o regente Feijó convoca os seus amigos mais chegados para uma comunicação da maior gravidade, que alguns, no seu íntimo, temiam. Ele estava cansado e desiludido. O desnorteio geral envenenava os seus dias. A paralisia, pouco a pouco, avassalava o seu corpo. A Política o enoja. Feijó resolvera, portanto, renunciar ao seu alto posto em caráter irrevogável. Alguns já esperavam aquele gesto. Ninguém estava de acordo, porém. Todos resistem. Em vão, apelam para o patriotismo daquele homem de "tenacidade vertical". Ele não cede. É irredutível. Seu capítulo está encerrado. A Regência acabara. A sua, é claro. Vai

regressar à sua província. Não mais Rio, não mais Corte, não mais caos, não mais aquela Política, aquela Câmara. E como que resumindo tudo:

– Nunca mais verei essa Câmara, onde falta o Evaristo!

É que o País estava um pouco menor. Mais que o País, a Câmara. Poucos dias antes, Evaristo morrera...

Na simplicidade de suas palavras, do alto de sua autoridade moral, Feijó acabava de pronunciar a primeira consagração póstuma do tribuno diferente. E o que tornava mais eloquente esta consagração era o fato de partir ela de um homem no Poder sobre o homem que o ajudara a subir, mas que pouco antes dele se afastara.

Mas o tribuno excepcional e o jornalista que deixou na *Aurora Fluminense* um padrão para as gerações futuras receberia a sua mais definitiva consagração a quase um século de seu nascimento. Foi quando Rui Barbosa o escolheu como Patrono da Cadeira que viria ocupar na Academia Brasileira que então se fundava. Enquanto houvesse esta Cadeira 10, estava de pé um compromisso de honra, assumido pela que seria a maior Instituição cultural do País: a obrigação de periodicamente lembrar às novas gerações que este País teve um homem da grandeza de Evaristo da Veiga. Quem foi, quando foi, quanto foi, como foi... Alguém que, do ângulo de visão desta Casa, deveria ser olhado não apenas como Patrono de uma Cadeira, mas de todo o Jornalismo Brasileiro.

A simples escolha, feita por quem a fez, vale como o supremo elogio de Evaristo e – por que não? – como o supremo elogio comum.

Aquele Amazonas que foi Rui Barbosa, durante mais de meio século presença mágica nos diversos territórios da afirmação nacional, que se agigantava em todas as direções, transpondo fronteiras, empolgava, em casa e fora, as multidões. Homem, torrente, catadupa, vendaval, tufão, ele é a própria paixão em todos os seus gestos. Escolhe, porém, como Patrono, alguém que aparentemente é a inesperada despaixão, o lago manso.

Tão diferentes, tão da mesma cepa...

O Evaristo que se multiplicou pela preservação da unidade nacional, pela defesa de um incrível patrimônio de milhões de quilômetros quadrados, milagre nas tempestades do hemisfério Sul, que sonhava não somente com assegurar e consolidar a independência recente do Brasil, mas com a independência ainda

hoje por se afirmar do homem brasileiro, não ficaria isolado. Ele, que foi um dos pioneiros do pensamento abolicionista, campeão de todos os direitos humanos, prolonga-se na palavra de Rui, que durante não dez, mas cinquenta anos, não só no manuseio dos problemas nascendo, mas dos já maduros – e quantas vezes trágicos! – soube colocar a serviço do Brasil uma cultura não feita ao acaso de leituras ocasionais, mas no lento meditar do gabinete.

Sob certos aspectos, Evaristo vai se realizar plenamente no homem que o escolheu como Patrono. O que era apenas clarão luciluzindo no caminho da emancipação é campanha organizada, apaixonada, apaixonante, de longos anos de tribuna e jornal na vida de Rui. A unidade nacional, sonho maior do primeiro, tem na voz poderosa de Rui um paladino sem par. E as liberdades do homem, os direitos do homem, pelos quais os homens ainda agora lutam quase em vão, ganharam, nas mãos e na voz do autor das *Cartas de Inglaterra* e "Oração aos Moços" um manejar e tonitroar ainda hoje a sacudir os ares.

Mais de cinco decênios de longo e insano labor estão aí para relembrar esse gigante, voz pioneira ou grito maior nos campos da luta quase inútil, mas bela, do homem pelo destino dos homens. É só respigar na obra imensa. A campanha civilista, a revolta contra as ditaduras, a luta pelas liberdades fundamentais, a batalha pela igualdade jurídica das pequenas e das grandes nações, onde houver problema, crime, ameaça, opressão, mão de injustiça, onde houver, em nossos dias, um atentado qualquer aos direitos do homem, sim, é só respigar na obra de Rui: o protesto já estava lá, aquela bandeira já se erguera no espaço. E é importante lembrar que em nossa Língua e em nossa América a primeira grande voz que se ergueu por ocasião do *Affaire Dreyfus* foi a de Rui.

É verdade que no Rui chegado até nós, tão vivo ainda, há sempre lugar para pequenos cuidados de limpeza de estátua. Especialmente no que foi inventado ou idealizado pela imaginação popular. O folclore de Rui tem ingenuidades que poderiam ser retocadas sem qualquer irreverência. As lendas se multiplicavam, tangidas pela admiração popular. A do Rui poliglota, para citar uma delas. A Águia de Haya tinha de ombrear pelo menos com os porteiros dos hotéis de cinco estrelas. Lembro-me de ter ouvido na Paraíba, na feira de Campina Grande, há trinta anos, um camelô fabuloso. Para atrair a atenção de seus fregueses, aos quais pretendia vender um xarope milagroso, bom para fraqueza de homem, ele falava em Rui Barbosa e exaltava o seu gênio e as muitas

línguas em que era capaz de se dirigir aos homens de todas as raças. Falava Inglês, Alemão, Chinês, Turco, Persa, Holandês, falava Russo, ("não era comunista, meus senhores, só falava a língua...") conhecia quase todas.

Esse Rui folclórico, de enciclopédia vendida em fascículos, que colocava tabuleta na casa em que foi viver, exilado na Inglaterra, oferecendo-se para dar lições de Inglês (a lenda nunca esclareceu se a novos exilados brasileiros, se aos próprios membros da família real), esse Rui que triturava, na língua do aparteante, as objeções que lhe levantavam na Conferência da Paz, no fundo era uma forma de desabafo de compensação para um povo frustrado que se vingava de seu não saber, de seu não ter aprendido, de seu não ter podido aprender...

Ele fora escolhido para saber em nome de milhões de analfabetos, entre os milhões de sem-escola do seu tempo...

E tão alto subiu o seu nome, não só na imaginação popular, mas entre as camadas mais cultas, que, ao pensar na Academia, muitos ironizavam: quando ele morrer, a vaga vai ficar em aberto, não será preenchida.

Realmente, não seria fácil preencher. Alguém que reunisse todo o seu virtuosismo em tantos terrenos (falava até a língua do cão, dizia o meu camelô de Campina Grande...) ninguém conhecia, quando o gigante caiu. A vaga ficaria a descoberto? Foi quando apareceu um candidato que tinha com o Mestre pelo menos uma afinidade essencial. Podia ser uma só, mas convencia: o mesmo amor, o mesmo culto à língua em que Rui escreveu, falou, quebrou lanças, derrubou barreiras, formou e municiou seu exército de milhares e milhares de páginas, muitas delas imortais.

Esse homem foi Laudelino Freire. Linguista ilustre, pesquisador emérito, com várias obras publicadas, tinha em preparo uma que seria monumental, o seu Dicionário, e era um campeão dos estudos linguísticos através da *Revista de Língua Portuguesa*, que só ela já o creditava para bater às portas desta Casa. Foi assim que ele bateu. Foi assim que as portas se abriram com honra. Deixou ele um trabalho sobre o próprio Rui que sempre deverá ser lembrado. Mas era tão intenso o fulgor da estrela de Rui, tão grande a irradiação da sua personalidade que o escolhido para saudar o novo acadêmico, Aloísio de Castro, num discurso de recepção de quinze páginas, tem oito dedicadas a Rui, complementando com brilho o que Laudelino dissera.

O amor já não apenas à Língua Portuguesa, mas à própria Academia Brasileira de Letras, foi a bandeira, programa de vida, que muito cedo ergueu Osvaldo Orico, inspiração e aspiração do seu caminhar desde os anos do começo do século e desde o seu começo de vida em Belém do Pará.

De família modesta – ele seria o primeiro avô ilustre da família –, desde muito menino Osvaldo Orico sonha com um lugar na Casa de Machado de Assis. Descobriu, ainda menino, que, desde a morte de José Veríssimo, um dos gigantes do passado acadêmico, outro paraense não tivera ingresso na Academia Brasileira de Letras. Descobre e resolve... Esse paraense vai ser ele! Problemas? Claro que havia... Um deles: chegar antes que outros paraenses chegassem (e sempre os houve em condições de chegar...) Outro mais: fazer os livros. Até que era fácil... O vencedor de todos os torneios literários, o orador cativo de todas as turmas escolares (mais tarde seria, na opinião de muitos, o mais brilhante orador desta mesma Academia), o poeta de todas as explosões do coração já nem pensa em ultrapassar os companheiros de estudo, os colegas de faixa etária. Era preciso ir mais longe. E ele vai... Quando, anos mais tarde, publica seu livro de memórias, Osvaldo Orico dá-lhe um título que é exatamente a síntese, com final feliz antecipado, de toda uma carreira vitoriosa: *Da Forja à Academia*. O título diz tudo. Ele tem orgulho da origem modesta, do ferreiro seu pai de têmpera de aço. Recorda comovido seus banhos nas docas do Reduto e no Igarapé das Almas. Não consegue esquecer o açaí de após o almoço e o tacacá das quatro horas da tarde, nem as velas coloridas do *Ver-o-Peso*. E tem água na boca ao relembrar as mangueiras pejadas de frutos da Avenida Nazaré, páginas antológicas de uma saudade sensual que envolveria os leitores.

Mas, na velha Belém, saudade até de quem nunca esteve lá, quando evocada por quem lá esteve ou nasceu, o jovem Osvaldo Orico sabe que não poderia ficar, se quisesse atingir o ideal que se havia proposto. Sua realização pedia o Sul. Ele tinha que vir. Não hesitou. Precisava publicar os seus livros. Publicou. Ainda em província, mas a província é São Paulo: está mais perto do Rio. O editor é apenas Monteiro Lobato. Tem 23 anos, quando surge *Dança dos Pirilampos*. Nova coleção de poemas no ano seguinte: *Coroa dos Humildes*. Quando, quatro anos depois, lança o terceiro livro de versos, tem nas livrarias três volumes em prosa, já autoridade em matéria de ensino, já

orador de voz conhecida. Galga posições rapidamente. É diretor da Instrução Pública no Distrito Federal em 1930. E secretário geral do Estado do Pará em 1936. Nesse mesmo ano, comanda um dos departamentos vitais do Ministério da Educação, no Rio. Está ora no Pará, ora no Rio, ora em Montevidéu em missões oficiais. É logo nome nacional. Todo aquele ir e vir, viajar e fazer, porém, é apenas detalhe quase à margem. O que ele é, o que apenas quer ser, é escritor. Os livros estão crescendo e se multiplicando. O grande biógrafo está nascendo, o crítico literário, o historiador. *A Vida de José de Alencar* é de 1929. O belo estudo sobre Evaristo da Veiga é de 1930. E é desse período um dos seus livros mais humanos, talvez o maior, *O Tigre da Abolição*, em que evoca a figura de José do Patrocínio com luxo de pesquisas e depoimentos inéditos. Caxias, Silveira Martins e outros grandes do Império povoam seus livros. Temas brasileiros. Temas sul-americanos. Incursões pela Cultura universal. Mas o Pará e a Amazônia continuam vivos e ardentes na sua obra. São de 1929 os *Mitos Ameríndios*. O *Vocabulário de Crendices Amazônicas* é de 1937. Outros viriam depois. É intenso o trabalho. Dois, três, quatro livros por ano. Contos, conferências, ensaios, literatura infanto-juvenil. Sobrepairando cada livro novo, inspirando todos eles, o compromisso de há muito assumido: o primeiro paraense vai ser ele... Seria! Livros já tinham saído. Novos estavam saindo. As reedições estão começando. Nome nacional já é. Está faltando a Academia. Vai tentar. Uma, duas vezes. Terceira? Não importa. É pelo Pará. O lugar é do Pará. É dele. Vai ser. Quarta vez... É derrota? Não. É desafio. Talvez ele tivesse começado um pouco cedo... Em geral, se chegava mais tarde. Mas o lugar, um lugar na Academia, tem dono. Questão de livros? Saindo sempre! E desta forma é que, aos 37 anos de sua vida, uma vaga se abre como um novo desafio. A Cadeira é de muita responsabilidade? Problema não é. Até que Evaristo da Veiga e Rui Barbosa são um bom material para um discurso de posse, principalmente para quem se especializou em biografias. Vai ser difícil para quem venha depois. A oportunidade é excelente para quem está chegando. Ele está chegando. Chegando e vencendo afinal. O Pará, durante mais de quarenta anos, tem cadeira cativa na Academia Brasileira de Letras.

Osvaldo Orico assumia a Cadeira 10. Bem vistas as coisas, o tempo a rolar, até que tanta pressa não havia... Tem pela frente uma vida... Em 1954,

escreve as memórias. Pressa desnecessária também... Ainda vai ver muito mundo. Ver e viver. Ver, viver e contar. Ainda escreveria mais de 30 volumes, nessa vida que se desdobrava...

Em dias do ano da graça de 1980, há menos de um ano, portanto, alguém procura o Presidente desta Casa. Traz uma pergunta e um estranho diálogo se inicia:

– 1980 está no fim... Será que ainda vai sair este ano o livro *O Livro d'Além Túmulo*?

– D'Além o quê?

– Túmulo...

– De quem?

– De Osvaldo Orico...

– Não sei, amigo. Pergunte a ele. Osvaldo Orico está vivo...

– Eu sei... Mas o livro estava prometido há muitos anos para 1980.

– Por que não levanta o assunto diretamente com ele?

– Eu gostaria apenas de saber se os originais vão ser liberados para consulta, caso o livro não saia... Vão ser liberados?

– Ninguém melhor que o autor para responder... A vaga não foi aberta, meu caro...

– É que os originais estão aqui...

– Aqui... onde?

– Na Academia...

– Informação de quem?

– Do próprio autor...

– Ah! Já esteve com ele?

– Informação publicada...

– Onde?

– No primeiro livro de memórias, *Da Forja à Academia*... Deve ser fascinante...

E, abrindo o volume que levava consigo, lê na última página: "A segunda parte desta obra – diário de fatos, situações humanas, amizades, inimizades, ódios, amores, brigas, encontros e desencontros será publicada em 1980 sob o título *O Livro d'Além Túmulo*..."

O Presidente o interrompe:

– É simples. Pelo visto, o livro ainda vai ser publicado...

– Um momento... Eu ainda não acabei a leitura...

E continuando:

"... sob o título *O Livro d'Além Túmulo*, devendo os originais permanecerem até essa data nos cofres da Academia Brasileira de Letras...".

Aí o Presidente viu tudo:

– Já sei, já sei. Agora me lembro. Já me falaram no assunto. Deve ser pilhéria dele, especialista nelas, apenas preparada com antecipação muito grande... Osvaldo Orico não sabia, em 1954, que chegaria aos 80 anos e já estava gozando as confusões que iria provocar...

Não demorou muito (o espírito alerta, o coração a falhar) falecia Osvaldo Orico. Faleciam. Porque houvera dois, pelo menos. Um, o Osvaldo Orico oficial, o das condecorações, o dos títulos, o dos discursos brilhantes de períodos redondos. Outro, um Osvaldo Orico paralelo, que marchara a vida inteira a seu lado.

Era o dos tempos do açaí, do tacacá, dos banhos lúdicos no Igarapé das Almas e nas águas do Reduto, o das mangas disputando, entre olhares e risadas, a cabeça dos passantes nas calçadas largas. Esse conseguira sobreviver a todas as glórias e vitórias do primeiro. Sempre que possível, levantava a cabeça e daí as pilhérias e as brigas e os gestos não convencionais de uma longa carreira, surpreendendo os amigos com trotes incríveis, obrigando os inimigos a calar, muitas vezes no braço. Mas vivera sempre sob o olhar vigilante do companheiro oficial. Tirava agora a desforra. Confirmava-se a previsão de Austregésilo de Athayde. *O Livro d'Além Túmulo* não apareceu nem fora escrito, apesar de tão anunciado e de tão esperado por tantos...

É que o Osvaldo Orico paralelo se divertia, de risada franca, pela última vez, com os amigos, os inimigos, os admiradores e os biógrafos do seu ilustre amigo.

Com a cumplicidade, certamente, do ilustre Osvaldo Orico oficial...

E agora uma palavra não muito protocolar, porque de explicação pessoal, talvez desnecessária.

Eu venho de uma pequena cidade do interior de São Paulo, um pouco estranha de nome para quem não o tenha ouvido a vida inteira: Lençóis Paulista. É nossa crença, lá, que o Brasil e o mundo breve estarão acostuma-

dos com esse nome, o da cidade que sempre amei com um sentimento confuso de orfandade e de culpa.

De orfandade, porque lá não cresci nem tive infância. De culpa, certamente por haver crescido longe e nunca ter feito a minha parte por ajudá-la a crescer. Esse amor, aprendido com meu pai, trazia consigo um velho sabor de compromisso pessoal. Era do feitio de meu pai amar as pessoas e as cidades que conhecia, nele apenas desdobramento do amor geral que a religião lhe inspirava e tanto coincidia com o seu jeito de ser. Muitas cidades amou, desde Palmares, Pernambuco, onde nasceu, e São Luís do Maranhão, onde cinco anos foi pastor – e eventualmente professor de Grego – até São Paulo, onde seus dias findaram. Muito natural, portanto, que amasse a cidade de seu início de carreira, onde lhe nasceu e com poucos meses morreu seu primeiro filho, onde lhe nasceu o segundo, por enquanto com vida.

Eu também amei as cidades de meu pai. A de seu começo de carreira e de meu nascimento, porém, foi sempre de um amor machucado. Porque a sabia pequena, pobre, distante, desconhecida e sem apoio dos governos, seu nome procurado sempre nos jornais e nunca visto. Ou quase nunca... Por volta do ano de 1951, lembro-me bem, o nome de Lençóis Paulista, visto numa publicação oficial, me arrasou. Livrarias, claro que não... Papelarias? Talvez... Bibliotecas? Sim... Uma! Num colégio... Cento e poucos volumes...

Mas os anos passavam... A cidade começava a existir, a caminhar por conta própria... O nome ainda não aparecia nos grandes jornais? Bondoso Deus, que bom! Cidade sem crimes, ocupada, sem pressa em crescer... Sua economia se afirmava. Seus jovens atletas conquistavam medalhas. Seus produtos ganhavam mercados. Um filho da terra chegou a campeão mundial dos meios-pesados. Não por longo tempo, é certo, mas do mundo...

Foi quando surgiu lá – a terra era boa – a ideia de fundar-se uma biblioteca. Não de cento e poucos volumes, como a primeira, mas pelo menos com mil volumes no final de dez ou doze meses...

A terra era boa, a terra é boa. Aquela ideia, dentro em pouco, tinha sede própria, tinha estantes e livros, alegria de leitores chegando. A cidade vibrava. O prefeito, os professores, os colégios, e o milagre bom dos amigos de perto e de longe. Pedro Bloch é um dos primeiros a falar, numa reportagem, sobre a biblioteca de Lençóis Paulista. Uma tradutora de autores brasileiros sabe da

notícia, faz a sua campanha particular. Livros aparecem, vindos de Buenos Aires. Estão lá nas estantes esperando os leitores futuros, que a massa de leitores da Biblioteca nascente é feita dos leitores de amanhã. Há vinte anos que eles vêm sendo preparados sucessivamente, num clima de amor, pelos amigos de perto ou de longe que ajudaram a constituir o seu fabuloso patrimônio. Nem todas as bibliotecas do Brasil possuem livros doados por um Manuel Bandeira. Quantas bibliotecas do Brasil podem mostrar o manuscrito de um artigo de Alexandre Herculano ou as cinco páginas ao vivo de uma crônica de Olavo Bilac, oferecidas por um Procópio Ferreira, que Deus tenha? Poucas tiveram doadores tão ilustres. Menotti, de uma vez, quinhentos volumes. Paulo Rónai, ao longo dos anos, muito mais. Guilherme Figueiredo, milhares de autógrafos e documentos. Quem quiser conhecer a letra e assinatura de vários presidentes da República, a de Pedro II e a de Santos-Dumont, a de dezenas e dezenas de membros da Academia Brasileira de Letras (a de Machado Assis ainda não temos...) pode ir a Lençóis Paulista, Praça Comendador José Zillo n.º 1, bem no centro da praça... A casa está em obras de ampliação: fora prevista para vinte mil volumes, já tem quase trinta mil. Parece muito? É não... Podem mandar mais... Espaço é problema da Prefeitura, que no momento, por exemplo, dispõe de uma verba acrescida ao orçamento normal da Biblioteca e destinada à encadernação de mais dois ou três mil volumes. De onde veio? De uma economia graças à editora Tecnoprint, que fez questão de cuidar de um fardão que a Prefeitura julgava seu fardo. Mas o mais importante não são os quase trinta mil volumes e essa verba inesperada para as encadernações em andamento: são os cinco mil leitores por mês que a Biblioteca já tem numa cidade que ainda não tem cinquenta mil habitantes...

Todo esse comercial em torno de uma instituição sem fins lucrativos (embora aceite penhorada toda e qualquer remessa de livros, documentos, obras de Arte e autógrafos, se possível de Machado de Assis...) é feito um pouco também, para uma final explicação.

Uma série de circunstâncias favoráveis – e muito em particular a contribuição de centenas de amigos, muitos dos quais aqui presentes – fez de quem vos fala, num dado momento, uma espécie de meio herói popular na cidade em que nasceu. Principalmente, no seio do mundo infantil, que afinal é o

mundo de amanhã... Assim é que, numa das promoções da Biblioteca, vai para três ou quatro anos, um garoto de dez ou doze anos se aproxima dos setenta e poucos de um visitante encabulado. Os dois estão... O menino também. "O Senhor nasceu mesmo em Lençóis Paulista?" "O Senhor tinha feito boa viagem?" "O Senhor morava em São Paulo ou no Rio?" "O Senhor quantos livros tinha escrito?" "Quando o senhor pretendia voltar?"

E, após uma ligeira pausa remata, com o devido respeito e com tranquila segurança:

– O Senhor é da Academia Brasileira de Letras, não é?

É a profunda decepção daquele garoto diante da natural negativa do citado senhor que o coloca, três ou quatros anos depois, diante de vós nesta Casa.

Osvaldo Orico se orgulhava de ter devolvido ao seu Estado uma das Cadeiras a que o Pará tinha direito nesta Academia. Eu me sinto orgulhoso de ser aqui o primeiro da minha cidade. Não somente por mim, mas pelo gosto de estar abrindo caminho para outros de lá, para um ou para alguns dos cinco mil leitores mensais da Biblioteca de Lençóis Paulista. E talvez – quem sabe? – para aquele mesmo menino, que deve ser ainda hoje um dos cinco mil de todo mês. Eu confesso que não o saberia reconhecer. Seus traços me fugiram, seu rosto perdi. Não consigo esquecer, porém, o desapontamento profundo que li em seus olhos. Tenho a impressão de que aqueles olhos sonhavam também com a glória desta Casa...

# II

# RESPOSTA DO SR. FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA

Sr. Orígenes Lessa,

no belo discurso que acabais de proferir, traçastes com impecável adequação, no mais puro modelo acadêmico, a saga da Cadeira 10, de Evaristo da Veiga a Osvaldo Orico, passando por Rui Barbosa e Laudelino Freire. Esta Cadeira agora vos pertence. Em Evaristo, o jornalista e o político, que Rui Barbosa escolheu para Patrono da Cadeira, vistes com justiça, em toda a sua grandeza, o protótipo das ideias liberais em nossa formação nacional. E ele a grande figura do glorioso período republicano da Regência, a antecipação dos princípios de Democracia e justiça social de que Rui Barbosa se constituiu em paladino na Primeira República. Todos os ocupantes desta Cadeira, e, de um modo muito expressivo, o próprio Patrono, vieram do Jornalismo, que foi sem dúvida a escola superior, se quiserem a universidade, da maioria dos nossos escritores e estadistas.

É este o vosso caso, com uma agravante. Além de jornalista, cronista e repórter, a atividade de publicitário ocupa uma grande parte do vosso labor intelectual, o ganha-pão do escritor, num País onde são raros os que podem viver exclusivamente das Letras. Em toda a vossa bibliografia, que é das mais extensas, até a presente data, com dez novelas/romances, outro tanto de cole-

tâneas de contos, seis volumes de reportagens, vinte de histórias infantis, muitos com numerosas edições, adaptações para o rádio, a televisão e o cinema, dois pelo menos ultrapassaram a barreira de um milhão de exemplares: *O Feijão e o Sonho*, publicado em 1938, tem mais trinta edições; outro, porém, mais novo de 1970, *Memórias de um Cabo de Vassoura*, com 24 edições, registra um número bem maior de exemplares, superior à casa do milhão. *Memórias de um Cabo de Vassoura* foi tema da Escola de Samba Unidos de Lucas, e, na grande noite da nossa maior festa popular, trezentos garotos montados em cabos de vassoura compuseram a nota dominante do desfile.

Designado pelo nosso querido, imortal e irremovível Presidente, Austregésilo de Athayde, para fazer o vosso elogio acadêmico assaltou-me desde logo uma pergunta: em discurso de meia hora, por onde começar?

É grande e variada a vossa produção intelectual. Ficcionista, contista e novelista, repórter, cronista maior da Revolução de 1932 e entrevistador de Charles Chaplin, Sinclair Lewis, Langston Hughes, John Steinbeck e tantas outras celebridades internacionais nos anos vividos nos Estados Unidos; este é apenas um aspecto da vossa obra. Há mais: autor de histórias para crianças, estudioso do folclore, sobretudo da Literatura de Cordel, analista do fenômeno do papiamento no universo linguístico do Caribe.

Outro trabalho ainda inédito merece uma referência. É o estudo comparativo entre Inácio da Catingueira e Luis Gama, o primeiro, poeta popular, nascido na Paraíba, escravo e analfabeto, o segundo, negro inserido na sociedade de São Paulo onde militou na imprensa e no foro:

> Ambos têm sangue de escravo, ambos quase negros, por negros tidos, ambos assumindo a negritude, o primeiro, sujeito por lei, o segundo contra a lei combatendo. Luís Gama conseguiu estudar numa batalha heroica, tinha consciência bem viva da luta geral em que se empenhava. Chegou a libertar mais de quinhentos escravos, dizem os seus biógrafos. Inácio não sabia ler, tinha apenas gênio (ou genialidade), era, aliás, maior poeta que Luís Gama.

E, vejam bem, Srs. acadêmicos, "A Bodarrada", o famoso poema de Luis Gama, é considerado por Manuel Bandeira e Péricles Eugênio da Silva Ramos, dois dos nossos maiores exegetas da Poesia, como uma obra-prima

do Romantismo Brasileiro. O vosso estudo é, porém, de caráter sociológico e não estético e envolve uma das questões mais graves e menos estudadas entre nós: o preconceito racial, que se torna ainda mais cruel e absurdo, quando desce na escala social e contamina os mais desprotegidos, ou como dizeis,

> aquele que leva os mestiços a repudiarem, com o primeiro vago alvejamento da epiderme, o contingente de sangue negro que possuem, sangue muitas vezes mais limpo que o dos brancos, porque nem sempre de bandidos, de degredados, de marginais e, na melhor das hipóteses, de simples vendedores e compradores de escravos.

O racismo na Literatura de Cordel é um tema que há muito perseguis e será certamente uma contribuição da mais alta importância para a compreensão desse problema, senão do combate a essa mácula que não devia existir, em nossa sociedade de mestiços, para a configuração futura de uma autêntica democracia racial, nosso fanal e nosso orgulho, nossa utopia.

Repito a pergunta, que me desafiava, e ainda agora me deixa perplexo: Por onde começar? Tentarei um atalho. Tentarei abrir uma clareira em toda a floresta construída em mais de cinco decênios.

Ao acaso, lembro-me de um texto de publicidade, prosa repassada de poesia, que pode talvez iluminar o caminho a ser percorrido. E um exemplo, como tênue fio de luz, em meio a tantas outras opções que teria, diante da obra do escritor:

> Eles voltaram. Nós voltamos com eles. Nós e toda a humanidade. Todos nós vivemos, em amor e espanto, esta fantástica aventura, a conquista maior do gênio humano. Agora a Lua é ali. Está apenas a 384 mil quilômetros. Terá poucos atrativos turísticos, desolada e hostil como parece. Mas o homem já esteve lá e vai voltar. A Ciência o levou. A Ciência vai reconstruir, friamente, dos fragmentos da Lua já trazidos, toda a sua história, do Sol e outras estrelas. Dentro em pouco a Lua não terá mais segredos para o homem. Vai ser livro aberto, sem mistérios. Mas, vista da Terra, a Lua será sempre a mesma namorada dos poetas de todos os tempos. Saudemos os cientistas que a conquistaram. Saudemos os heróis que voltaram de lá. E saudemos a Lua, que não vai mudar. O luar continua...

Dos milhares de textos que escrevestes, é este um dos últimos, talvez, ao fim da jornada, no vosso ofício de publicitário, em julho de 1969, por

ocasião do voo espacial da Apolo XI. Brotado espontaneamente, desferido num jato, como é de vosso feitio. Texto diagramado e imposto pelas dimensões implacáveis da geometria do espaço jornalístico: vinte linhas, 19 batidas. Como jamais utilizáveis a máquina de escrever, e tudo teve e tem de sair na primeira tentativa, a mão, lápis, ou *bic*, as batidas estavam e estão gravadas no computador da vossa memória, que, em mais de cinquenta anos de tarimba profissional, não apresentou, graças a Deus, nenhuma avaria ou outro qualquer sinal de desgaste. Essa instantaneidade na redação de um anúncio chegou a ser posta em dúvida pelo diretor de uma agência de publicidade. Era um anúncio de escova de dentes, pronto quinze ou vinte minutos após a encomenda. O texto retornou às mãos do redator, com um bilhete: "Está muito bom, não há dúvida. Mas pode ser melhor. O senhor abusa da sua facilidade. Estude um pouco mais. Pense um pouco mais. Garanto que fará um anúncio ainda melhor." O diretor era delicado. Dirigia-se ao mais qualificado dos redatores da agência, por todos considerado o "cobra" dentre os mais capazes, medindo as palavras, com respeito e admiração. Lessa não vacilou. Apanhou a lauda datilografada, com as letras encarreiradas nos quadradinhos, espaços, vírgulas, cíceros, tudo certinho, na lauda estereotipada pela técnica publicitária. Releu o texto do princípio ao fim, com redobrada atenção, emplacou mais uma letra, um "esse", que havia escapado, e pediu à datilógrafa que tornasse a bater, tal qual, sem emendas, mas num papel azul. A moça não entendeu. "Bata esse anúncio naquele papel azul...". Num átimo, o trabalho estava de novo datilografado, como ele queria. Mais um instante de estupefação da secretária. Depois da releitura do papel azul, sem emendas, o redator disse apenas: "Está ótimo. Deixe-o aí, em cima da mesa." Era para não entender mesmo. O texto do anúncio ficou assim como que esquecido durante quase três horas. E só ao final do expediente seria levado à diretoria. Aquele mesmo anúncio, é bom repetir, sem nenhuma alteração, apenas o conserto da letra "esse", falha mecânica que havia passado despercebida. Mas só que o texto estava datilografado em papel azul. Lessa aguardou impassível a reação do chefe. O homem leu pausadamente, uma leitura técnica, profissional, como se apurasse todos os seus conhecimentos, e sorriu vitorioso. "Eu não disse? É outra coisa... Agora, sim, o anúncio está perfeito".

Ao longo da vossa carreira profissional como publicitário – quase meio século, escrevendo sobre sabonetes, automóveis, geladeiras, seguros e tantos outros produtos e mil invenções da nossa incrível sociedade de consumo, produzistes em linhas e palavras, quantidade e qualidade, uma obra poucas vezes superada, no entanto irresgatável porque esparsa em páginas de jornais e revistas, programas de televisão, trabalho impessoal, anônimo, trabalho de operário que não dá dinheiro nem glória.

Vossa condição de publicitário de prestígio nacional disputado pela fama de eficiência, que cedo soubestes conquistar, atingirá o ponto culminante entre os da vossa classe: padrão da disciplina e do amor ao trabalho, embora nem sempre tivésseis prazer ou entusiasmo pelo que éreis obrigado a fazer, por dever do ofício.

Esta profissão de publicitário, tal como a de comunicador social, para usar a nova terminologia com que passou recentemente a ser rebatizada (ou estigmatizada) a antiga nobre profissão de jornalista, há que ser exercida com dignidade, coragem e probidade, com uma ponta de heroísmo até, sem mentiras e mistificações, desprezando ou tornando desprezível a impostura e a falácia.

É a vossa admirável lição, na dura caminhada. O trato com a publicidade trouxe-vos certamente uma experiência fascinante na utilização da palavra, fundamental em vosso ofício, na versatilidade, plasticidade, agilidade com que aprendestes a manejá-la, até adquirir o virtuosismo na arte de escrever, na carpintaria da composição, sobretudo na concisão, na precisão, na síntese, na elaboração rápida que o trato diário na redação de jornal transmite ao profissional. Artesão consumado da palavra, não faltastes ao compromisso do escritor, fiel à verdade, à vossa verdade.

É o que reconhecem antigos e novos companheiros de ofício, os que formam o Clube de Criação do Rio de Janeiro, na mensagem por ocasião da vossa eleição para a Academia Brasileira de Letras:

> Um imortal, Orígenes, você sabe muito bem, não tem nenhum problema com as palavras.
>
> Mas a nós, simples mortais do Clube de Criação do Rio de Janeiro, as palavras escapam.

> Principalmente nessa hora em que estamos ao mesmo tempo orgulhosos e emocionados com a sua vitória na Academia Brasileira de Letras.
>
> Fica, aqui, portanto, a nossa homenagem ao homem de criação, ao escritor, ao imortal Orígenes Lessa.
>
> Orígenes, nós, simples mortais, só queríamos dizer que estamos muito orgulhosos.

Um dos vossos pequeninos leitores foi mais pragmático, sem dúvida menos retórico. Trata-se de um menino de Itabira do Mato Dentro, terra do grande poeta Carlos Drummond de Andrade. Chama-se Hélio Afonso de Sousa Júnior e pertence ao Clube Duas Rodas, que tem por finalidade a difusão do ciclismo no seu Município. Foi dos que vibraram com a eleição da Academia e, com a autoridade de quem havia conquistado, pela segunda vez, o primeiro lugar no concurso de Literatura da FIDE, acabou por convidar o seu colega acadêmico para aceitar o posto de sócio honorário do Clube Duas Rodas, pedindo-lhe dois retratos 3 x 4, para ser feita a carteirinha e a ficha de inscrição.

Dos vossos leitores infantis, tendes muitas histórias para contar. A mais interessante talvez seja a da menina de 9 anos do Colégio Santo Antônio, Maria Zaccaria, que vos mandou entusiástica mensagem, a propósito de *Memórias de um Cabo de Vassoura*: "Muito obrigada. Foi o melhor livro que li na minha vida." Ao conhecê-la, em visita ao colégio, indagastes com uma simplicidade quase ingênua: "Você leu? Gostou mesmo?" Com a carinha linda, repetiu o que havia escrito. Daí a pergunta: "Que outro livro você já leu?" E ela, com a carinha ainda mais linda: "Bem... por enquanto só esse...".

Depois de duas experiências, ainda nos primeiros anos da vossa atividade como escritor, só muito mais tarde é que descobristes o filão da Literatura Infantil. Deu certo, pois a vossa teoria neste campo se reduzia a um teorema facilmente demonstrável: livro de criança que não interessa aos adultos não interessa também ao pequeno leitor. Fazeis um teste preliminar com a vossa mulher Maria Eduarda, colaboradora e leitora obrigatória. Em seguida, a leitora ou ouvinte é a neta Juliana, mais ouvinte que leitora, desde que passou a viver na Inglaterra. Ouve agora as histórias do avô através da tradução oral feita pelo pai, Ivan Lessa, que, na intimidade, sobretudo diante da filha, derrama-se em doçura e mansidão, o avesso do ácido panfletário de *O Pasquim*.

> O livro infantil – dissestes, em entrevista a Edla van Steen – deve deixar a criança no à vontade da não interferência e do não temor dos mais velhos. Nem máscaras, nem pose, nem dedo apontado. Não o "não faça". E muito menos o "faça". Se ela tem que aprender (e precisa), faça com que ela aprenda como quem conclui ou descobre por si mesmo. As lições da vida e das histórias (ou estórias, parece que não há mais jeito...) devem ser aprendidas por quem vive (sem ouvir o "eu não tinha dito?") e por quem lê sem que se perceba ter sido aquela intenção ostensiva ou disfarçada do autor. O autor (penso eu, sei lá!) tem que se sentir criança como os leitores que procura. Pertencer, quanto possível, ao seu mundo. E nunca, de maneira nenhuma, tratá-los "como se fossem crianças". Elas não o são: pertencem a um mundo maravilhoso e transitório, muito superior ao dos mais velhos, que no fundo são uns chatos.

Por isso mesmo, um dos vossos pequenos leitores disse-vos uma vez à queima-roupa, num dos elogios mais sinceros que poderia enaltecer um escritor de livros infantis: "apesar da idade, você escreve muito bem." Creio que a penetração dos livros de Lobato junto ao público infantil, que logo se identificou com Narizinho, Pedrinho, Dona Benta e Emília, acabou levando o grande escritor a abandonar a Literatura para adultos e dedicar-se quase que exclusivamente ao mundo das crianças. Daí o papel de sociólogos e cientistas sociais que passaram a exercer o marquês de Rabicó e o Visconde de Sabugosa na conscientização de toda uma juventude – num País onde a população é predominantemente de gente moça. Crianças e adolescentes compreenderam, mais depressa que os políticos e os bem pensantes, os enigmas do pauperismo e da incapacidade da utilização das nossas fontes energéticas, através da análise e interpretação lúdicas de Lobato. O próprio Lobato, na trilha de Euclides da Cunha, Alberto Torres e tantos outros patriotas, tentara em vão mobilizar o País para a solução de alguns desses problemas fundamentais, quando escrevia só para gente grande. Como autor de histórias infantis, chegou a ser apontado como subversivo, tal o poder de comunicação junto ao público jovem, com o seu *O Poço do Visconde*, além de muitas outras páginas em que ensaiou um processo de desmistificação da nossa História e retratou sem retoques a realidade social.

Seguis a mesma trilha, Sr. Orígenes Lessa, sem pretender o lugar deixado por Monteiro Lobato. Vossa mensagem é bem diferente. Sem agressividade, espírito polêmico ou depreciativo. Está impregnada de confiança no futuro. E toda de solidariedade humana e de esperança, na luta contra a miséria e a igno-

rância, pela melhoria das condições de vida, saúde e educação de toda uma legião de meninos abandonados, de meninos pobres, carentes de hospitais e de escolas. Esses meninos montados em cabos de vassoura é que hão de construir o futuro deste País. Com mais de vinte livros, em edições sempre renovadas, com um público cada vez mais numeroso, numa faixa etária entre os nove e os quinze anos, a vossa receita pegou. Assim tem sido, desde *Aventuras e Desventuras de um Cavalo de Pau* até o mais recente *A Greve das Bolas*.

A vossa obra ficcional começou com *O Escritor Proibido* (1928), livro considerado à época pela crítica (João Ribeiro, Medeiros e Albuquerque, Múcio Leão, Sud Menucci) como obra de humorista. São quadros da vida urbana de São Paulo, que se transformava de repente em metrópole cosmopolita, a Cidade que mais cresce no Brasil, o maior centro industrial da América Latina, *slogans* que acompanharam o desenvolvimento da que em poucos anos seria a maior cidade do País. De certo modo, o escritor se identificou com esse clima da burguesia paulista em ascensão, chegando mesmo a participar da Revolução Constitucionalista de 1932, exaltação do regionalismo paulista, sublimado, após a derrota, no sentimento da integração nacional, que foi sempre a vocação do povo paulista, desde a epopeia do Bandeirismo.

O melhor da vossa obra de contista está reunido em *Histórias Urbanas* (1963), selecionadas por Ricardo Ramos, autor do prefácio que é uma das mais lúcidas sínteses do significado da vossa presença como autor de vanguarda desse gênero literário, numa posição singular, e talvez única, em Língua Portuguesa. A vossa obra literária se reveste quase sempre de surpresas, quer na busca de novas concepções, incursões nos domínios do suprarreal, como em *A Desintegração da Morte*, do subconsciente, de tipo da aventura póstuma de *João Simões Continua*, mas onde o discurso não se altera, para que não haja qualquer interrupção entre o escritor e o seu público, pois na verdade quereis ser lido e entendido por todo o mundo, sem sofisticações de linguagem, sem hermetismos ou complicadas parábolas indecifráveis. Fiel a vós mesmo, fiel também ao vosso público. Em suma, sois um escritor popular, no mais autêntico sentido da palavra.

Paulista de Lençóis, boca do sertão, filho de um pastor protestante pernambucano, que havia completado a sua formação intelectual e teológica na área fluminense e depois em São Paulo, e de mãe paulistana, de ascendência

mineira, toda a vossa vida está como que marcada por uma predestinação nacional. Sois, sem dúvida, um escritor que se poderia chamar de pan-nacional, pela trajetória da vossa experiência intensamente vivida desde a infância, em vários Estados, não apenas em cidades do interior, mas em viagens sucessivas ao Nordeste, nas pesquisas da Literatura de Cordel, em excursões aos aldeamentos indígenas, na vossa constante preocupação de conhecer e interpretar os sentimentos e os problemas das nossas populações, dos grandes centros metropolitanos aos humildes aglomerados. Da poesia popular, que analisastes em ensaios magistrais, como *Getúlio Vargas na Literatura de Cordel*, e dos flagrantes de *Oásis na Mata*, a propósito dos índios caiuás, nos confins de Mato Grosso, "vivendo e morrendo de braços cruzados no maior desamparo, sem qualquer estímulo, sem qualquer apoio", o apelo do escritor é sempre no sentido da sobrevivência da gente humilde do interior, caboclos, índios e negros.

Nessa encruzilhada, vosso espírito de bandeirante se une na mesma ansiedade ao de um outro desbravador de caminhos, Noel Nutels. Em vosso livro, *O Índio Cor-de-Rosa*, descrevestes o retrato de corpo inteiro, corpo e alma de outro extraordinário pan brasileiro, nascido em Odessa, na Rússia, cedo aclimado em Alagoas, estudante no Recife, apaixonado pelo frevo e pelo carnaval, e que seria, afinal, o criador do serviço de assistência médica às populações indígenas, através dos aviões que transformou em hospitais. A biografia que escrevestes, pensando, sobretudo nos leitores jovens, Sr. Orígenes Lessa, dá bem as dimensões humanas de Noel Nutels e faz justiça ao esforço gigantesco do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas, SUSA, por ele impulsionado com o apoio de Maurício de Medeiros, figura apostolar de médico e escritor, que tanto honrou a nossa Academia, ao tempo ministro da Saúde, no governo sempre lembrado do Presidente Juscelino Kubitschek. A predestinação do bandeirismo, que começa na casa de madeira da zona pioneira de Lençóis Paulista, continua com a vossa infância, vivida em São Luís do Maranhão, tradição e lirismo, dos três aos nove anos de idade.

Acompanhastes o vosso pai nas peregrinações evangélicas por todo o Estado, em contato com as populações pobres, campos, rios e bichos. Da vossa infância maranhense, deixastes um livro, já em quarta edição, que deve ser lido por todos quantos desejarem conhecer e impregnar-se do que é e de que vale ser brasileiro, *Rua do Sol*. Não só pela morte da vossa mãe, que perdestes aos

sete anos, esse livro é uma lição de Poesia e humildade, com algumas das melhores páginas do gênio criador do autor, como o caso de Raimundinho, o filho do morfético, que surpreendestes numa das visitas pastorais paternas, em povoado distante, numa casa de palha, isolada de tudo e de todos.

> Teria oito anos. Claro, os traços delicados, os bracinhos leves, um olhar de doçura, de inveja e de medo nos meninos sadios.
>
> – Sai, lazarento!
>
> Ele já estava à distância. Olhava apenas. Assistia a vida dos outros.
>
> – Sai daí, filho de lazarento!
>
> Ele se afastava humildemente como cão enxotado, ficava mais distante ainda, contemplando em silêncio. Sentava-se às vezes no chão, ficava juntando terra com as mãos, que depois deixava escorrer, fininha, por entre os dedos, formando montículos que depois afilava em cone, com pequenos cuidados.
>
> – Tá sujando a terra, desgraçado?
>
> Ele se erguia, trêmulo, corria, parava um pouco mais longe. Os outros brincavam. Mas não se ia embora. Às vezes, muito raramente, faltava alguém para completar o brinquedo e ele era afinal convidado.
>
> – Vem brincar, Raimundinho. Mas não encosta na gente!

Do Maranhão, voltastes a São Paulo, não para a vossa pequena e querida Lençóis, e sim para a capital, onde ingressastes como aluno do Colégio Evangélico, de que o vosso pai era vice-diretor. A fase da adolescência é de leitura tumultuada, de dúvida religiosa, que vai explodir na revolta contra a perspectiva de ver-se doutor em Teologia, honrando o nome que havíeis recebido de um dos primeiros filósofos e doutrinadores da Igreja. Vossas leituras de insubmisso se concentraram então em Platão, Voltaire, Leopardi, Shakespeare. Pelos dezesseis anos, descobristes numa livraria as brochuras do anarquismo, que vinham de Portugal, da Espanha e da Itália, nos navios de imigrantes, toda uma onda libertária dos anos heroicos do movimento proletário, engrossada no fim da Primeira Guerra Mundial e que havia conquistado a juventude inquieta e desiludida, com o fracasso da campanha civilista, descrente das eleições a bico de pena e das ligas que se organizavam pelos aliados ou pelo serviço militar obrigatório.

Aos vinte anos, o retorno à religiosidade, que vos dava a ilusão de cumprirdes o destino paterno. Era o sonho de vosso pai, desde a morte do primo-

gênito, Jonadabe, ainda infante. Mas, ao cabo de dois anos, abandonastes o seminário e viestes para o Rio de Janeiro. São quatro anos de frustrações como jornalista, aluno da Escola Dramática, entremeados de momentos difíceis, quando passastes necessidades materiais e chegastes a dormir ao relento algumas vezes no Passeio Público.

Só em 1928 retornastes a São Paulo, trabalhando como tradutor de Inglês numa firma comercial. Em 1931, é que escolhestes a propaganda como profissão, entre o Jornalismo e a Literatura. Vossas leituras se voltaram então para Pirandello, Chesterton e os romancistas russos, Gorki, Tchecov, Andreiev. Na vossa bibliografia, sobressai a tradução de *Os Sete Enforcados*, de Andreiev, uma das chaves talvez das grandes influências assimiladas: o trágico e o grotesco, o lírico e a fantasia, combinados quase sempre com obsessiva procura, através de episódios e personagens, numa temática que é sempre a da solidariedade humana, conforme assinalou Gilberto Mendonça Teles, no ensaio da *Seleta*, publicada pela Livraria José Olympio Editora, da Coleção Brasil Moço, Literatura Viva Comentada, sob a direção de Paulo Rónai.

Gilberto Mendonça Teles estabeleceu com precisão as coordenadas da vossa antítese criadora, em ensaio de tanta agudeza e compreensão, mostrando as características da obra vasta e multiforme do contista, do romancista, do autor de histórias infantis. Todo esse universo tem por base princípios aparentemente antagônicos: a solidão e a solidariedade. Firma-se, no entanto, nesse dualismo paradoxal uma construção sólida e estruturada com o vigor de uma coerência indestrutível, sob a forma de signos, o significante e o significado, faces opostas, no entanto vinculadas e inseparáveis da mesma realidade ficcional.

Diz Gilberto:

> É que Orígenes Lessa, voltando-se para si mesmo, não se torna um alienado, no mais amplo sentido que se costuma dar atualmente a esta palavra. Pelo contrário, é na sua solidão – o que significa: na origem da sua linguagem criadora – que o escritor combina as suas experiências com a vida, com os homens, com os animais e com o mundo, fazendo emergir da solidão a sua constante solidariedade para com os seres indefesos e infelizes em que se reflete a sua própria solidão: a solidão que o acompanha desde menino, quando sentiu a morte da mãe, quando se tornou amigo de Raimundinho (o filho do morfético), quando se esquivava do companheiro de escola, por se sentir pobre, mal vestido e doente. Assim, essas duas atitudes vivenciais – sístole e diástole do seu processo criador – apenas na aparência parecem contraditórias:

> elas se identificam no espírito do escritor, tanto que se prolongam sobre a obra, constituindo os pólos em torno dos quais se movem: de um lado, os aspectos de uma temática ideologicamente humana – solidária; e de outro, as estruturas de sua linguagem – solitária na sua essência, mas transparente na sua solidariedade. Os temas (do passado, do presente e/ou do futuro) recebem o tratamento que os vincula a um ideal de relações humanas: mas só os princípios solitários (psicológicos, estilísticos) da criação conseguem convertê-los na realidade concreta da linguagem literária. Daí porque – acentua Gilberto Mendonça Teles – em Orígenes Lessa a solidariedade é uma condição de ser recluso, não precisamente fechado sobre si mesmo, mas fechado sobre a imagem do mundo reduzida e convertida em matéria da solidão criadora.

Embora desligado de grupos e correntes literárias, indiferente às promoções em torno de si mesmo, surgistes como escritor depois da Semana de Arte Moderna. De qualquer modo, não escapastes à lufada renovadora, no despojamento da linguagem, simples e direta, que se foi no entanto aperfeiçoando no lento e difícil trabalho de escrever. Ninguém melhor do que mestre Manoel Cavalcanti Proença, que tinha olhos de penetrar o fundo da criação literária, pôde acompanhar essa evolução. O grande e inolvidável crítico dos *Estudos Literários* deu-nos a melhor lição sobre o vosso estilo.

> De fato – passo a palavra a mestre Proença – Orígenes Lessa não é escritor à *croire que l'art ne respire qu'en sa plus nouvelle apparence*. Citação de Gide que nos vem a propósito da formação francesa do contista, com seus momentos voltairianos, capaz de apresentar essa difícil aparente facilidade em tudo o que escreve. Enganadora facilidade, ilusão de leitor que, por ler sem cansaço e sem esforço, imagine que o livro não deu trabalho para escrever.

Proença continua:

> Entretanto, lendo-o com olhos mais atentos, sente-se em Orígenes Lessa a permanente aplicação, o trabalho constante de artesanato, de vigilância e autocrítica, o que é traço de modéstia em autor consagrado, pois, voltando a Gide, a falta de aplicação *est due plus fréquemment encore à une suffisance excessive*.

Conclui o mestre: "O que, desde logo, nele chama a atenção é a espontaneidade que consegue dar às frases curtas e ao diálogo, o desenho de um pormenor posto no lugar justo, para efeito de verossimilhança."

De Proença, vou aos evangelistas, sem a pretensão de completar a exegese. *A Bíblia* é vossa leitura permanente e indispensável, desde a infância no Maranhão, ensinada e vivida pelo ministério paterno. Não há versículo neste livro eterno que não seja modelo de concisão. Está tudo escrito numa admirável precisão e economia de palavras. Vosso *O Evangelho de Lázaro* coincide com o vosso reencontro, no entardecer de uma existência trabalhosa e sofrida, com a religião protestante, de que vosso pai foi pastor exemplar e admirável historiador do culto no Brasil, em alentado volume de 711 páginas, os *Anais da I.ª Igreja Presbiteriana de São Paulo*.

De Vicente Themudo Lessa, além da bondade e da inteligência, recebestes a vocação de escritor. Vosso pai é o autor de uma série de obras de grande interesse, como as biografias de *Calvino (1509-1564), sua Vida e sua Obra*, *Luthere* e *Maurício de Nassau, o Brasileiro*, além dos estudos históricos de *Episódios e Perfis*. Foi um grande homem Vicente Themudo Lessa, discípulo e companheiro de Eduardo Carlos Pereira, de uma geração de eruditos protestantes de primeira ordem, a começar pelo próprio Eduardo Carlos Pereira, Othoniel Mota, Erasmo Braga, Ernesto de Oliveira, Alfredo Teixeira e Albertino Pinheiro. O pai está sempre presente na vida e na obra do filho ilustre, hoje acadêmico, com o mesmo espírito de tolerância, modéstia e humildade revivido de forma imorredoura no conto "Viúvas, Enfermos e encarcerados", sem dúvida uma das vossas páginas mais inspiradas.

Vicente Themudo Lessa foi um bom e um justo. Em toda a vida, sem mágoas, nem ressentimentos, soube sempre repartir o pouco que recebia, como se estivesse desfrutando a bem-aventurança e a fortuna dos privilegiados.

No dia do aniversário dos filhos, ensinou-lhes que o melhor presente era a maçã que dividia em fatias iguais – o pedaço do aniversariante, um pouquinho maior – para que todos pudessem compartilhar da mesma alegria. É o quinhão dos puros e limpos de coração.

Para Lençóis Paulista, onde iniciou Vicente Themudo Lessa o seu ministério de pastor evangélico, pequenina povoação da boca do sertão, zona de pioneiros, que se agigantou em grande centro de produção canavieira, volta-se nesta noite o pensamento do filho amoroso do seu torrão natal e da sua Biblioteca Municipal, talvez a obra de que mais se orgulha Orígenes Lessa. Não foi dele a iniciativa, faz sempre questão de acentuar. A Biblioteca

Municipal de Lençóis Paulista foi idealizada por um funcionário do Instituto do Açúcar e do Álcool, já falecido, um nordestino, de nome difícil, de alma simples e coração grande, Zanderlite Duclerc Verçosa que, além da biblioteca, deixou na cidade um jornal e uma estação de rádio. Mas a biblioteca tornou-se um centro de irradiação cultural de toda a região graças à devoção de Orígenes Lessa. Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Jorge Amado, Menotti del Picchia, peças teatrais de Guilherme Figueiredo e Pedro Bloch. Muitos deles, e mais Paulo Rónai, Mário da Silva Brito, Procópio Ferreira, formam entre os beneméritos da Biblioteca Municipal de Lençóis Paulista.

Sr. Orígenes Lessa,

sim, esta é a vossa colheita. Os que têm o privilégio de privar da vossa companhia – os companheiros da Academia, Menotti del Picchia e Genolino Amado, há mais de cinquenta anos; Jorge Amado e Raimundo Magalhães Júnior, há mais de quarenta; eu mesmo, em anos de que já perdi a conta – todos sabemos de vossa natureza introvertida, mas amável e generosa, envolta numa timidez, quase que diria humildade, incorporada à vossa maneira de ser, num misto de caipira desconfiado, meio sem jeito ou absolutamente sem jeito, um riso amarelo que se abre em flor nos momentos de expansão, vencida a barreira da autodefesa de quem parece estar sempre a indagar: Posso falar? Posso entrar? Posso...? Como vos devem estar pesando sobre os ombros, querido Orígenes Lessa, as galas e os bordados do nosso pomposo e aurifulgente fardão acadêmico! E como estareis, no instante da vossa investidura na Casa de Machado de Assis, aflito e desamparado, pássaro encolhido, durante toda a sessão, do princípio ao fim do interminável cerimonial, enfarpelado e assustado, ao espocar dos flashes fotográficos, ao embalo do colar com a inscrição *Ad Immortalitatem*, nas plumas do chapéu de dois bicos, com fita verde e amarela, que ninguém tem coragem de colocar à cabeça, e, sobretudo, no espadim à cinta, este artefato que conduzis contrafeito. E dos mais extravagantes adornos do uniforme acadêmico, mas o vosso antecessor, Osvaldo Orico, dele muito se vangloriava. Garantia haver pertencido nada mais nada menos que a Edmond Rostand, afirmando-o em tom peremptório, próprio à

sua condição de anjo do Exército do Pará, segundo a gnomonia de Jayme Ovalle, aperfeiçoada por Manuel Bandeira.

Pois entrai na vossa casa, Sr. Orígenes Lessa. Tomai assento na vossa Cadeira e nela deixai-vos ficar por muitos e muitos anos. É vossa a Cadeira 10, inaugurada por Rui Barbosa, iluminada pelo liberalismo de Evaristo da Veiga. Esse incômodo e quase escandaloso fardão é só para os dias de gala. Às quintas-feiras, dias das nossas tertúlias semanais, as reuniões são informais e até divertidas. São como os bate-papos das rodas literárias, das redações dos velhos bons tempos, das mesas de café que já desapareceram. O outro lado da Academia, a obra que vem sendo construída há quase um século, na preparação dos dicionários e dos vocabulários, no estudo dos clássicos e dos contemporâneos, na permanente vigília da Língua Portuguesa, na defesa da unidade e grandeza da Literatura, da liberdade de expressão do pensamento, da dignidade da profissão de escritor, tudo isso se pratica sem alarde, como é do vosso gosto, Sr. Orígenes Lessa, no silêncio dos gabinetes, à sombra das bibliotecas, sem ouropéis e lantejoulas, quando nos despimos dos aparatos e dos ônus da fugaz e fantasiosa imortalidade.

Discurso do
SR. JOSÉ GUILHERME MERQUIOR

e

Resposta do
SR. JOSUÉ MONTELLO

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 11 de março de 1983*

# I

# DISCURSO DO SR. JOSÉ GUILHERME MERQUIOR

Senhores acadêmicos,

nos 17 lustros de vida desta egrégia Companhia, a Cadeira que, em vossa magna indulgência, houvestes por bem confiar-me só contou três ocupantes: o Conde Afonso Celso (1897-1938), o Professor Clementino Fraga (1939-1971), o Embaixador Paulo Carneiro (1971-1982). Um espírito irônico seria tentado a dizer que, nesta Poltrona, assenta-se com demasiada convicção a crença na quimera da nossa imortalidade... Todavia, a densidade moral e humana da Cadeira 36 sempre andou na razão inversa da demográfica, e no modelo de meus predecessores há muito mais a imitar do que a mera longevidade.

Pedia Pope que, no crítico, não se perdesse o homem: "[...] *nor in the critic let the man be lost*!" Deixai-me seguir o preceito do poeta e, antes mesmo de referir qualquer traço da obra desses autores, lembrar aqui que eles foram não apenas três homens de bem, senão também de caráter – de caráter posto à prova em momentos diversos –, mas igualmente decisivos, dessas três vidas tão exemplares quão gloriosas. Já advertia o romancista que, em nossa época, o que falta não são os homens de ação e sim as ações de homem. Pois bem: essas ações, Afonso Celso, Clementino Fraga e Paulo Carneiro não se

eximiram de praticá-las, quando os tempos se tornaram desafio. Logo lhes recordaremos a têmpera, ao evocar-lhes o temperamento intelectual.

Desta Cadeira de profícuos provectos, o Patrono, por contraste, morreu bem jovem. Foi ele Teófilo Dias (1854-1889), o poeta das *Fanfarras* (1882), livro em que o despudor antirromântico refletia o trato com a superfície das *Fleurs du Mal*, e no qual figura um poema antológico, "A Matilha", assinalado pelo outro Teófilo, Teófilo Braga, e não desdenhado por Manuel Bandeira na seleção – *Poesia do Brasil* (1963) – em que me deu a honra, nos meus primeiros passos de Crítica, de secundá-lo. A Teófilo Dias se aparentava, como protoparnasiano, o poeta Afonso Celso, embora com musa de mais recato, mais afeita ao intimismo de Gonçalves Crespo que à sensualidade de aparato. Daí a escolha do sobrinho de Gonçalves Dias, desaparecido com o Império, para padroeiro desta Poltrona.

Sobrinho de Gonçalves Dias, encaminhado no ensino da Corte pela mão de Benjamin Constant, e casado na grei dos Andradas, Teófilo Dias nos faz pensar que a Cadeira 36, à força de resistir à Parca, como que buscou compensar a pequena galeria de seus ocupantes por uma espécie de nexo simbólico, tecido na biografia dos que a ela se associaram, com os próprios numes tutelares da nacionalidade. Assim, se, na vida do Patrono, se entrelaçam os vultos do Patriarca da Independência, do primeiro poeta central do Brasil soberano e do fundador da República, o quadro se completa com as sombras de Oswaldo Cruz, a cuja plêiade de diletos discípulos pertenceu o jovem Clementino Fraga, de Caxias, em cuja estirpe se casou Paulo Carneiro, e de Rondon, que foi seu padrinho na Igreja Positivista. Que secreta e harmônica magia, nesse pano de fundo biográfico, verdadeiro compêndio de brasilidade!

"Brasilidade", bem o sabeis, é vocábulo criado por Afonso Celso (1860-1928). Polígrafo de valor, o futuro conde papal começou pela Lírica e a Oratória parlamentar. Em 1881, mal completa a maioridade, sai deputado pela lei Saraiva, que conjugava a eleição direta com o retorno ao sistema distrital, a que só agora forcejamos por voltar. Filho de um dos maiores próceres liberais do fim do Segundo Reinado, declara-se republicano e é, na Câmara de 1886, o único abolicionista confesso. Mas eis que a queda do Império o torna monarquista, em parte por fidelidade a seu pai, o visconde de Ouro Preto, estadista dos mais vilipendiados no início do novo regime, e em parte

por altivo repúdio ao adesismo generalizado da classe política. Com sarcástica dignidade, resume o sentido de sua conversão:

> Manifestei-me outrora republicano e presentemente monarquista. Modificaram-se-me as convicções. Deu-se comigo o mesmo que se deu com a quase totalidade dos políticos ora figurantes. A diferença consiste em que o meu republicanismo terminou no momento em que o deles emergiu, isto é, a 15 de Novembro.

A bravura de Afonso Celso recusava o conselho de Maquiavel: *stà con chi vince*! Quixotescamente, decide, como Eduardo Prado e alguns poucos mais, fustigar nossa vitoriosa fronda pretoriana (a expressão é de Sérgio Buarque de Holanda) por meio de "guerrilhas" jornalísticas – título com que, efetivamente, coligirá, em 1895, seus artigos antirrepublicanos.

Jornalístico é, de resto, todo o estilo de Afonso Celso, inclusive nos períodos breves de seu gráfico memorialismo (*Oito Anos de Parlamento, Vultos e Fatos*). A diferença entre o Jornalismo e a Literatura, zombava Oscar Wilde, é que o primeiro é ilegível, e a segunda não se lê... Pois Afonso Celso compôs artigos altamente legíveis que, hoje, se deixam percorrer como Literatura da boa. Relede, por exemplo, o retrato de Nabuco em *Oito Anos de Parlamento*: não cede, na sua precisão evocatória, a vinhetas que o próprio modelo nos legou, no seu primoroso *Um Estadista do Império*. Como seus dois sucessores nesta Casa, Afonso Celso possuía um estilo eminentemente verbal que, longe de ser verboso, refletia da oralidade o hábito da fluência elegante, acostumada ao adjetivo definidor e ao ritmo vivaz da frase.

Muito haveria que falar sobre o homem, o escritor e o líder cultural. Sobre o grande viajante, que palmilhou (coisa rara na época) nosso hemisfério e não só a culta Europa e acabou sendo instado, em Salt Lake City – belo homem que era – a render-se à prática da poligamia... Sobre o ficcionista e o copioso poeta sentimental. Sobre o intelectual católico, que, em suas próprias palavras, pertenceu apenas ao partido de Cristo. Sobre o operoso presidente, por todo um quarto de século, do Instituto Histórico, precursor operoso do descortino e dedicação de Pedro Calmon. Mas prefiro despedir-me de meu Fundador, lembrando nele o promotor da Ação Social Nacionalista e o criador do ufanismo. Numa época em que nacionalismo não era xenofobia, nem arte de inventar bodes expiatórios para nossos erros e falhas, e sim empenho

de valorização do nosso passado e da nossa raça frente à descrença na viabilidade do Brasil e nas virtualidades de seu povo, Afonso Celso, em pleno quarto centenário do Descobrimento, lançou seu breviário patriótico – *Porque Me Ufano de Meu País*. É impossível não aproximar esse ufanismo de 1900 do brasileirismo de 22. Ao ensaísmo dos modernistas, coube desenvolver numa dimensão analítica a mensagem animadora de Afonso Celso. Mensagem na qual o Gilberto Freyre de *Ordem e Progresso* não vacila em reconhecer um "corretivo" para o desprezo que outrora acometia os brasileiros, ao refletir sobre as suas origens étnicas e históricas.

Clementino Fraga (1880-1971) inaugura na Cadeira 36 e reforça na Academia uma valiosa tradição: a aliança de Ciência e Humanismo, que Paulo Carneiro tão bem saberia prolongar. Filho de modestos agricultores do Recôncavo, o moço Clementino viveu numa Salvador onde as aulas de Ernesto Carneiro Ribeiro, o filólogo e contendor de Rui, se alternavam com a volúpia da vida praiana, sem esquecer aquele gosto pelas festas populares a que só a Bahia sabe dar uma aura simultaneamente cósmica e telúrica. Imaginai uma vocação de "capitão de areia" que fosse ao mesmo tempo aluno brilhante, clara promessa intelectual: aí tendes, em síntese, a infância feliz de Clementino, entre livros e saveiros.

Na minha adolescência, conheci vários monumentos de Salvador pela mão de seu irmão Artur Fraga, destacado comerciante daquela praça e pude perceber que o amor ilustrado à decana das cidades brasileiras era, entre os Fraga, uma virtude de família. Como o é no mais antigo de meus amigos e mentores baianos: Luís Viana Filho.

Assessor de Oswaldo Cruz na epopeia sanitária do governo Rodrigues Alves, amigo e admirador admirado de Carlos Chagas e Miguel Couto, príncipe dos esculápios de sua terra na segunda década do século, douto e querido lente das escolas médicas da Bahia e do Rio, Clementino enfrentou, com a maior valentia, no crepúsculo da República Velha, o retorno da febre amarela à capital do País, agora em forma insidiosamente epidêmica. Paulo Carneiro, em seu discurso de posse, traçou com mão de mestre o dramático alcance dessa batalha, conduzida por Clementino Fraga na qualidade de diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, cerca de dez anos antes de ocupar

a Secretaria de Saúde do então Distrito Federal, na gestão do Prefeito Henrique Dodsworth.

Clementino Fraga foi um representante exponencial de uma espécie ora julgada por muitos em vias de extinção: a raça dos médicos cultos, íntimos do pensamento e das Letras. De Francisco de Melo Franco e Manuel de Macedo, o médico que nunca clinicou, ao superclínio Luís Delfino e a Afrânio Peixoto; de Jorge de Lima, José Geraldo Vieira e Peregrino Jr. a Guimarães Rosa e Pedro Nava, vários foram os doutores que enriqueceram deveras, em todos os seus períodos, a nossa Literatura. E, mesmo aqueles que não cultivaram o verso ou a ficção, contribuíram em alto grau para a excelência da Crítica, do Ensaio e da Oratória, ainda quando ilustrar esses gêneros lhes fosse uma projeção da atividade científica: se o crítico Afrânio Coutinho trocou muito moço a Medicina pela anatomia da forma literária, aí estão Deolindo Couto e Carlos Chagas Filho para mostrar que o bem escrever e o comércio com as humanidades não são apanágio dos literatos puros. A prosa tersa, frequentemente irônica, de Clementino Fraga, repassada de humanismo experiente, pertence a essa linhagem, que seus filhos Hélio e Clementino prolongaram entre a cultura médica do Rio de Janeiro.

***

Conheci Paulo Carneiro na Paris pré-maio de 1968; pela mão de Guilherme Figueiredo, ao tempo da marcante embaixada de Bilac Pinto. Logo fiquei cativo da excepcional fidalguia do seu trato, sempre manifesta em ocasiões sociais na embaixada, na UNESCO, ou na companhia de outros aristocratas do espírito de frequente passagem por Paris – um deles, velho amigo de Paulo Carneiro e como ele, veterano das lides da UNESCO: esse alto poeta e sábio pedagogo que se chama Abgar Renault. Outro, o historiador e biógrafo Francisco de Assis Barbosa, com quem muito conversei, desde esse tempo, sobre duas gerações: a de Paulo Carneiro e a de seus pais, os positivistas da nossa *Belle Époque*.

Como resistir ao encanto do parisiense *chevronné*, fino *gourmet* e consumado esteta, que se dava ao trabalho de apresentar ao terceiro-secretário

ainda nas fraldas da *carrière* alguns dos templos da gastronomia da Rive Gauche? Como não sucumbir ao sortilégio de sua conversa ao mesmo tempo amena e filosófica? O terceiro-secretário, na instintiva petulância da juventude, pensava que sabia tudo, ou quase; o embaixador, ainda vigoroso no limiar da velhice, sabia que saber é sobretudo conhecer quanto se ignora. No entanto, quanta aceitação o primeiro encontrava no segundo, ao sabor das tertúlias provocadas pela voga estruturalista, ou pelo refluxo dos *événements* de Maio!

Por vezes, na Maison de l'Amérique Latine ou em outra sala de prestígio, Paulo Carneiro nos brindava com uma palestra. Conferencista nato, seu domínio do francês era um objeto legendário da admiração de sucessivas gerações intelectuais e diplomáticas. Ouvi-lo, na sua perfeita elegância de dicção e exposição, equivalia a concordar com o aforismo inglês: o bom poeta põe um mundo em poucas palavras; o bom orador, de poucas palavras extrai um mundo.

"Quem nada tem a dizer", pensava Bernard Shaw "não tem nem pode ter estilo". Paulo Carneiro tinha sempre muito a dizer, conforme é fácil concluir ao mero manuseio de seu livro-suma: *Vers un Nouvel Humanisme*, editado por Pierre Seghers em 1970. Este orador, que tinha o gênio da comemoração, jamais se perdia na palavra fútil. Assim punha ele no mais mundano dos gêneros literários – a conferência extracurricular – uma constante substancialidade de pensamento, sem qualquer laivo de oportunismo intelectual e, em particular, sem a mínima veleidade de seguir as modas ideológicas reinantes. Pouco ou nada lhe importavam os decretos da *haute couture* do espírito, os ucasses dos gurus germanopratinos; e, quando se abalava a comentar algum, era única e exclusivamente em função do que houvesse de autenticamente relevante na sua obra, para além de todo modismo. Foi com esse discernimento que se interessou, por exemplo, pela renovação da antropologia devida a meu mestre Lévi-Strauss, sobre cujas afinidades com certos aspectos do Positivismo Paulo Carneiro discreteava com especial sagacidade.

Pronunciei enfim a palavra: Positivismo. Paulo Carneiro foi, todos o sabemos, o último grande apóstolo da fé comteana – no Brasil e na França. Falar dele sem falar nela seria omitir o perfil mais próprio de sua fisionomia intelectual e moral. Permiti, portanto, que vos diga duas ou três coisas sobre o que foi – o que representou – o Positivismo entre nós.

Do Positivismo Brasileiro, já se disse que foi "a vocação espiritual mais sincera e mais heroica" de nossa Cultura. Sabeis de quem são esses superlativos? De algum idólatra, decerto, pensarão alguns. Engano – são de um não positivista, cético à Renan na mocidade e católico convicto no outono de seus anos: ninguém menos que Joaquim Nabuco. É que não escapou a Nabuco o sentido genuinamente espiritual da mensagem de Comte e, sobretudo, da prática de seus maiores discípulos tropicais – os positivistas brasileiros das três primeiras gerações republicanas. Não lhe escapou a estatura moral dessa espiritualidade sem transcendência, que foi sem vacilação abolicionista, republicana, socialíssima sem ser socialista, profundamente humanista e visceralmente pacifista, tudo isso em meio a um ambiente viciado pelas formas mais estéreis e predatórias de individualismo e autoritarismo. Pois o Positivismo foi principalmente um momento de vertebração ética de nossa consciência social. Daí o acendrado ascetismo (logo notado por Nabuco) de seus fundadores, Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Daí, quem sabe, nossos comtistas terem sido mais ortodoxos que os próprios epígonos franceses de Comte e terem dado tanta ênfase – exceto entre os castilhistas – ao tema da "religião da humanidade".

Não disponho de tempo, nem vós, certamente, de paciência que me permita evocar aqui, em sua plenitude, a configuração ideológica do Positivismo. Bastará, a rigor, esboçar uma distinção: a diferença entre o Positivismo-clima e o Positivismo-seita. O primeiro foi uma atmosfera mental, na verdade o substrato comum do que já se chamou com acerto de Ilustração brasileira, e corresponde, na história de nossa Cultura, à época parnasiano-positivista. Desse clima ideológico, andou impregnado, nos anos 80, Rui Barbosa, e na dobra do século, Euclides da Cunha.

Já o Positivismo-seita foi algo mais específico: uma espécie de teocracia leiga, caracterizada, no caso brasileiro, pela mais estrita ortodoxia. Josué Montello, em página recente, exumou deliciosa anedota, que bem retrata o purismo doutrinário dos positivistas do Apostolado, no Rio de Janeiro. Naquele tempo, era corrente distinguir-se o ortodoxo do simpatizante. Só que não se dizia simpatizante e sim "simpático". Um belo dia, Teixeira Mendes, santo homem proverbialmente distraído, demandando o templo positivista, perdeu-se no dédalo das ruas pecaminosas da Lapa. Uma mulher-dama, debruçada de uma sacada, põe-se a chamá-lo: "Vem cá, simpático..."

Ao que nosso apóstolo, indignado, prontamente replica: "Não sou simpático, minha senhora – sou ortodoxo!"

Minha educação secundária ainda recolheria – no Instituto Lafayette, criatura do positivista Lafayette Cortes – os últimos clarões desse *ethos* altruísta e generoso, que unia amor ao saber e amor ao próximo, fundindo assim o melhor do Cristianismo com o melhor da Ilustração. O Positivismo foi a tentativa mais consistente de alcançar uma síntese entre Iluminismo e Romantismo, razão crítica e sentimento comunitário. Por aí se explica sua voga no anteontem de nossa história – naquele Brasil que era, no dizer de Manuel Bonfim, pouco mais do que um mundo de escravos dominado por um mundo de ignorantes: um meio social por definição supercarente do hábito do conhecimento e da vivência da comunidade.

Nada mais fácil que caricaturar os excessos doutrinários de Comte, o mimetismo de suas obsessões litúrgicas, o anacronismo de tal ou qual ponto de seu credo epistemológico. Bem mais remunerador, entretanto – hoje que já dispomos da necessária distância histórica para compreender o fenômeno positivista – é procurar entendê-lo como um nobre esforço para levar a sério o terceiro mandamento da Revolução Francesa, demonstrando que a síntese das duas tendências dominantes do mundo moderno, liberdade e igualdade, passa, necessariamente, pela lúcida mediação do dever e sentimento de fraternidade.

Da liberdade e da igualdade, nossos positivistas não descuraram nem um pouco. Pregaram a liberdade de opinião e de confissão religiosa, combatendo com empenho as ameaças à livre expressão dos católicos e monarquistas. Insistiram na liberdade de profissão, como se pressentissem que os séculos marchavam para o despótico e desacreditado formalismo da "sociedade de diploma". Defenderam, quase sozinhos, o direito de greve e a humanização da condição operária. Compreenderam o papel social da família, valorizaram a mulher e enalteceram o apego à pátria sem nenhuma concessão ao Nacionalismo estreito. Mas foi certamente seu senso único e ativo de fraternidade que levou o estudante burguês Paulo Carneiro, bisneto de notáveis do Império, a viver, por todo um ano, como aprendiz de ferreiro no Engenho de Dentro.

Meio século mais tarde, ao escolher uma epígrafe para seu livro, ele se lembrou da Segunda Epístola de São João: "[...] não amemos de palavra nem de língua, mas por obra e em verdade."

Mas o aprendizado social não era, para o filho do doutor Mário Barbosa Carneiro, modelo de servidor público da nossa Primeira República, mera efusão sentimental. Antes se conjugava com o desabrochar de uma autêntica vocação de pesquisador, que em breve floresceria no viveiro científico do Instituto Pasteur, onde o químico Paulo Carneiro realizaria suas experiências com o *curare*. O brilhante aluno da Politécnica, pupilo de Julio Lohmann, tinha encontrado seu caminho. E, pela mesma época, veraneando no vale de Itaipava, ganhou o coração da jovem e bela Corina de Lima e Silva, sua futura mulher e mãe de seus dois filhos, Beatriz e Mário. Consta que Tennyson seduziu sua companheira desfechando-lhe à queima-roupa, num desses bosques mágicos do sul da Inglaterra, a pergunta irresistível: "você é uma náiade ou uma dríade?...". Suspeito que o encontro de Paulo e Corina, o sedutor e a ninfa, não terá sido muito diverso.

De volta ao Brasil, após seu estágio inicial em Paris, Paulo Carneiro penetra na casa dos trinta, conquistando garbosamente a livre docência de química geral na Escola Politécnica – e mergulhado de peito aberto na vida pública. Mas esse filho do século não estava destinado à política e sim à "ação" pública (e quantas vezes as duas são antônimas!), à prática destemida do "reformismo ilustrado". Seus maiores esforços se resumem em duas memoráveis campanhas. Mil novecentos e trinta e três: Juarez Távora, sucedendo a Mário Barboza Carneiro na Pasta da Agricultura, convida o filho de seu predecessor para, como cientista, assessorar o gabinete do ministro. Delegado brasileiro à conferência preparatória do III Congresso Internacional de Indústrias Agrícolas, realizado em Paris, Paulo Carneiro se bate contra a política de destruição de estoques – inclusive do nosso café – e concita as autoridades econômicas a adotarem formas racionais de aproveitamento dos produtos em superprodução. Esse inconformismo do jovem cientista contra a economia selvagem daqueles anos de crise prefigurava, em sua humanitária preocupação com o desemprego, certos aspectos da visão reformadora de Keynes. O positivista afeito à consciência dos problemas sociais se sentia desinibido para desobedecer aos tabus do *laissez-faire* e via mais longe do que os gestores do capitalismo em crise.

Em breve, essa audácia intelectual se completaria, na trajetória de Paulo Carneiro, com seu momento de maior coragem moral. Refiro-me – já o adivi-

nhastes – aos nove meses em que ele esteve, em 1935, a convite do governador Carlos de Lima Cavalcanti, à frente da Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco, com o mandato expresso de remodelá-la. A determinação com que o novo secretário equacionou o problema da subnutrição no Estado cedo o levou a propor medidas de reforma agrária, abrangendo a desapropriação das reservas florestais e dos latifúndios incultos, para que fossem explorados em regime de economia mista.

Tanto bastou para que se assanhasse contra ele, indignada e intransigente, a oligarquia rural da velha província. Paulo Carneiro lutou. Debateu na Assembleia, apelou para o clero, argumentou pela imprensa – tudo em vão. Debalde, os jornalistas independentes da época lhe prestaram seu concurso. Um deles, particularmente intimorato em ano tão agitado de nossa História, pois que marcado pelo embate do comunismo primário e do anticomunismo não menos crasso, não hesitou em prevenir: "Creio que o secretário de Agricultura de Pernambuco, Sr. Paulo Carneiro, vai ser tachado de vermelho, só porque voltou os olhos para os mocambos e quis melhorar a sorte dos operários das usinas e dos engenhos, que se alimentam de farinha e rapadura." E o mesmo artigo – publicado no *Diário da Noite* em outubro de 1935! – advertia que a justiça social, além de perfeitamente cabível nas instituições liberal-democráticas, serviria de barreira à violência das massas oprimidas. Quereis o nome do autor? Ali está ele: era Austregésilo de Athayde.

Mais de trinta anos depois, o conceito social de propriedade da terra finalmente vingaria entre nós, em tácita homenagem a pioneiros como Paulo Carneiro. É suficiente lembrar que, somente num ano – 1981 – o Governo Federal distribuiu títulos de propriedade agrária abrangendo uma extensão total superior à área de Portugal: mais de 100 mil $Km^2$..

Não foi esta a última cruzada de envergadura a que se dedicou Paulo Carneiro, como cientista militante. Citarei apenas mais uma: seu bom combate pela abordagem científica da Hileia Amazônica, desenvolvido na UNESCO, em 1946 – o primeiro ano de sua longa e fecunda gestão como delegado (ministro e depois embaixador) do Brasil junto ao braço educacional, científico e cultural da ONU.

Mas não antecipemos. A metamorfose definitiva de Paulo Carneiro no maior diplomata cultural latino-americano do nosso tempo data do pós-guer-

ra. Antes dela, no clima carregado do período pré-bélico, o químico voltou às suas pesquisas no Instituto Pasteur, enquanto o jovem intelectual estreitava relações com luminares do pensamento europeu e se ligava, com filial afeto, ao embaixador Sousa Dantas, o amigo de Briand, grande representante brasileiro na França da III República.

Em quase cinquenta anos de residência em Paris (interrompidos tão-somente pelo internamento em Baden Baden (com Guimarães Rosa) e em Bad Godesberg (com Sousa Dantas) por força do ingresso do Brasil no conflito, em favor dos Aliados), a projeção adquirida por Paulo Carneiro fez dele um paradigma de diplomacia. Seu prestígio pessoal na UNESCO o situa, na opinião unânime dos que bem conhecem a hoje atribulada organização, entre seus maiores patronos, ao lado de Julian Huxley, Jean Rostand, Torres Bodet...

Quando cheguei em posto a Paris, Paulo Carneiro já tinha passado o bastão da Délégation du Brésil ao renome e dinamismo de seu amigo Carlos Chagas. Por outro lado, não faltavam, na representação diplomática latino-americana, chefes de missão do melhor gabarito intelectual. Lá estavam, entre outros, Miguel Angel Asturias (a quem Jorge Amado me apresentou); o insigne historiador mexicano Silvio Zavala; o notável ficcionista cubano Alejo Carpentier... Porém, manda a verdade que se diga: para orgulho do Brasil, nenhum deles desfrutava da situação de "Paulô Carnerô" entre os intelectuais de Paris, que não são, como sabeis, apenas faróis da França e sim estrelas de todo o Ocidente. Pode admirar que o tenham escolhido para integrar o conselho executivo da UNESCO, para membro correspondente do Instituto, para presidente da União Latina e, finalmente, para liderar sua própria criação, a Academia do Mundo Latino, que também se reúne *sous la coupole*?

Nesta última, a seu convite, participei de um júri, tentando conferir sua láurea máxima ao outro europeu, entre nossos intelectuais de sua geração: o grave e grande poeta que foi Murilo Mendes.

O internacionalismo não era, para Paulo Carneiro como para o próprio Murilo, um cosmopolitismo oco e vazio, uma superfetação diletante. Homens como eles não concebiam a internacionalidade sem raízes. O católico Murilo em Roma, o positivista Paulo Carneiro em Paris jamais esqueceram suas origens – antes viviam a proclamá-las e ambos tomaram sempre a Cultura latina como a moldura natural e orgânica de nosso jeito íntimo de ser. Por isso, não havia

neles o menor indício de desnacionalização em prol de não sei que postiça osmose às terras em que, por tanto tempo, viveram e atuaram longe do Brasil. Ninguém mais francófilo do que Paulo Carneiro – mas, igualmente, ninguém menos afrancesado. Sua ardente devoção à latinidade refletia essa postura autêntica. Latino tropical por direito de nascença, nunca o senti pedindo permissão às metrópoles do mundo românico para expressar sua latinidade peculiar – e o mesmo valia, *mutatis mutandis*, para o seu profundo sentido do europeu em Cultura. A assombrosa naturalidade com que Paulo Carneiro se movia no âmbito da civilização do Velho Mundo foi a melhor confirmação prática daquele agudo reparo de Borges: os verdadeiros europeus, a rigor, somos nós – os euramericanos; pois, num certo sentido, enquanto o francês é mais francês, o inglês mais inglês, o italiano mais ítalo que europeu, só nós é que conseguimos estabelecer, de chofre, uma relação espontânea com o conjunto da Cultura europeia. "Europeu", culturalmente falando, é o euramericano culto – a figura humana de que Paulo Carneiro foi um exemplo quintessencial.

E, talvez por tê-lo sido, é que ele obteve, com tanto *donaire*, o que tão poucos de nós (a despeito desse potencial) alcançamos: a capacidade de levar Cultura à Europa, não de modo tópico e efêmero, mas de maneira permanente e frutífera. Foi exatamente isso o que fez Paulo Carneiro, como guardião da casa e do legado de Comte e fidelíssimo intérprete do seu pensamento.

A ele devemos os estudos mais iluminadores sobre a correspondência do filósofo de Montpellier, particularmente no tocante à elucidação de sua teoria social e política, apressadamente tachada de autoritária. E não foi menor o mérito de Paulo Carneiro ao acentuar a índole antidogmática da ideia comteana de Ciência, com seu acento na relatividade do saber. Relede o erudito ensaio sobre Galileu constante de *Vers un Nouvel Humanisme*: lá se mostra como Comte se recusava a absolutizar os resultados da Física Clássica. Não conheço nada mais alto, entre as várias doações do espírito latino-americano a suas culturas ancestrais, que o primoroso discurso com que Paulo Carneiro fez entrega ao primeiro-ministro Raymond Barre dos papéis de Auguste Comte, carinhosamente zelados por sua total dedicação durante décadas de quase completo descaso público. São os próprios franceses que o dizem: Paulo Carneiro transformou o culto inteligente de Comte numa admirável contribuição do Brasil à História da Filosofia Ocidental. Ao reler essa

nobre alocução de oferta, redobra em mim o orgulho de figurar, ao lado de quem a proferiu, numa página acerca de brasileiros em Paris, das mais líricas nas memórias de Afonso Arinos.

Comte, o exaltador da latinidade, redivivo no cuidado de Paulo Carneiro! Percorrer, guiado por ele, as salas, os móveis, os livros e documentos da Rua Monsieur le Prince era uma espécie de rito iniciático – um suave mistério de penetração na vida, no pulso de todo um sistema de crença e análise. Revejo o vulto esbelto e encanecido do mago que presidia a visitação da aura... Que emoção não terá ele experimentado, por seu turno, quando, na glória dos seus setenta anos, dia por dia, seu cunhado Ivan Lins o recebeu neste salão – a ele, o sobrinho-bisneto de Teixeira Mendes, devotado à custódia do lar e da obra do Mestre, acolhido entre os díspares herdeiros do Bruxo do Cosme Velho pelo último abencerragem da fé positivista sob o Cruzeiro do Sul?...

Sem querer, minha lembrança voa para o gabinete de Comte; recorda o timbre lhano da voz do mago, na luz tamisada da tarde outoniça. Uma voz ática, de translúcida clareza. As longas, delicadas mãos do fino epicurista, que sublimara a vontade ascética dos pioneiros da doutrina positiva no conhecimento criterioso do prazer. O voluptuoso do belo, que retornava qual um pássaro aos rútilos tesouros de Veneza, hospedado no Hotel Gritti para melhor divisar as volutas barrocas da Salute... Em que fórmula cabe seu ensinamento?

Quem sabe em três lições. A primeira é um precioso traço antigo: a aliança de Humanismo e Ciência, tão longínqua desse rejeicionismo obscurantista em que se refugia o que hoje passa por "humanismo". O Humanismo, senhores, esse filho excelso da razão ocidental, sofre, sob nossos olhos, uma estranha perversão. De Leonardo a Goethe, ele foi basicamente "inclusivo": aberto ao progresso do saber e às revoluções científicas. Isso tanto era certo do Humanismo filosófico da Renascença quanto do Humanismo dos *philosophes* ao tempo do enciclopedismo; e também, muito significativamente, dos próprios fundadores da Ciência Moderna: Galileu foi um humanista. Só conosco é que se instala no Humanismo estabelecido o rancor contra a Ciência, a denúncia irracional e indiscriminada do progresso; só conosco é que humanistas passaram a repudiar, injustificadamente, a Cultura Moderna. A reagir, como diz Roberto Campos, ao processo histórico com acesso histérico.

Espíritos claros como Paulo Carneiro resistiram em toda a linha a essa patologia do Humanismo, buscando no evangelho de Comte uma relação incomparavelmente mais madura entre a Ciência e o humano. O próprio engajamento social – social e não sectário – dos positivistas era uma forma de praticar aquele "amoroso uso da sapiência" de que nos fala Dante e que Miguel Reale inscreveu no fecho da nossa mais densa obra filosófica, Experiência e Cultura. A Ciência não pode ser "humanizada"; porém não só pode, como deve ser humanizante: Paulo Carneiro foi um dos que melhor o compreenderam.

A segunda lição de Paulo Carneiro foi a cortesia – a civilidade e desprendimento que o levaram, entre tantos outros gestos de escol, a renunciar à sua candidatura acadêmica em favor do benemérito Anísio Teixeira. E a terceira, a suma tolerância – humana, intelectual, ideológica. Tolerância que era como que a contrapartida de sua ilimitada liberdade intelectual, fonte do seu destemor face aos "terrorismos" das vanguardas ideológicas, na Política, na Arte e na Filosofia. Juntas, essas três atitudes do espírito e da conduta trescalam o perfume mais inconfundível do *ethos* positivista: a soma de *pietas* e progresso, a vontade de humanização da humanidade emancipada. A obra, a vida de Paulo Carneiro ressumavam essa mensagem. Não sejamos surdos ao seu intenso, ao seu imenso significado.

Caros confrades,

desculpai não ter eu podido, como o Fundador desta Cadeira, pronunciar minha oração sem lê-la, fiado tão só na força da memória. Pudesse eu fazê-lo, e ela houvera sido sem dúvida mais concisa, senão mais sábia. Logo vos dareis por pagos do tédio, ao ouvir a palavra enfeitiçante de um grão-senhor do discurso – Josué Montello, amigo e companheiro de Paulo Carneiro e que tão magistralmente soube evocá-lo, na festa dos seus oitenta anos e na tristeza do seu desaparecimento.

De resto, ser recebido, na Casa de Machado de Assis, pelo líder da Literatura maranhense desperta em mim grata reminiscência: a lembrança de que foi pelas Letras do Maranhão que iniciei meu convívio com a musa morena – a Poesia do Brasil. Meu pai gostava de recitar ao filho menino os versos de Gonçalves Dias – e ao poeta do *I Juca Pirama* permaneço obstinadamente fiel, na galeria de minhas máximas admirações.

Ó guerreiros da Taba sagrada,
Ó guerreiros da Tribo Tupi,
Falam Deuses nos cantos do Piaga,
Ó guerreiros, meus cantos ouvi.

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.

.....

O forte, o cobarde
Seus feitos inveja
De o ver na peleja
Garboso e feroz;
E os tímidos velhos
Nos graves concelhos,
Curvadas as frontes,
Escutam-lhe a voz!

Domina, se vive;
Se morre, descansa
Dos seus na lembrança,
Na voz do porvir.
Não cures da vida!
Sê bravo, sê forte!
Não fujas da morte,
Que a morte há de vir!

E pois que és meu filho,
Meus brios reveste;
Tamoio nasceste,
Valente serás.
Sê duro guerreiro
Robusto, fragueiro,
Brasão dos Tamoios
Na guerra e na paz.

.....

.....

Porém se a fortuna,
Traindo teus passos,
Te arroja nos laços
Do imigo falaz,
Na última hora
Teus feitos memora,
Tranquilo nos gestos.
Impávido, audaz.

E cai como o tronco
Do raio tocado,
Partido, rojado
Por larga extensão;
Assim morre o forte!
No passo da morte
Triunfa, conquista
Mais alto brasão.

As armas ensaia,
Penetra na vida;
Pesada ou querida,
Viver é lutar.
Se o duro combate
Os fracos abate,
Aos fortes, aos bravos,
Só pode exaltar.

Já vedes, portanto, que minha entrada em Literatura se deu na fase oral; não exatamente naquela conceituada por Freud e, no entanto, pejada da mesma carga afetiva... Como poderia eu imaginar que, 35 anos mais tarde, me caberia o privilégio de proferir, desta tribuna, o merecido elogio de Paulo Carneiro, um sobrinho-bisneto de Ana Amélia, a Beatriz do mesmo Gonçalves Dias?... Bem vos dizia ao começar: paira sobre a vida desta Cadeira um círculo mágico de afinidades eletivas, banhadas de brasilidade.

Meu intuito, porém, foi tão só dizer-vos da admiração fascinada que Paulo Carneiro, como tipo intelectual, provocou em mim. Nem sei em que dúbia medida isso poderá valer como juízo de uma outra geração. E foi sem dúvida a toda uma geração que vos abristes, ao radicalizar, com a escolha de

meu nome, o processo de renovação cronológica que iniciastes quando aqui acolhestes a ficção de Sarney e a crítica de Eduardo Portella. Possa este vosso desejo, que ora passo a partilhar, trazer-nos, com o tempo, aqueles que, muito melhor do que eu, saberão casar aqui a novidade com a continuidade e o rejuvenescimento com a tradição.

Tenho, pois, toda a consciência do que há de unilateral em meu louvor de Paulo Carneiro. Mas, afinal, que seria das academias, se elas não nos proporcionassem as ocasiões por excelência para os encontros da mente ao longo do tempo? Fontenelle aborrecia a guerra, porque ela interrompe a conversação da humanidade. Venho a vós na certeza de que o diálogo, mesmo na eventual divergência, é a via régia do conhecer e da paixão que me anima: a paixão de compreender. O prêmio da vida acadêmica não é a discordância sem discórdia? Venho, como na epístola horaciana, "[...] *inter silvas Academi querere verum*": procurar a verdade entre os bosques de Academus. Entretanto, bem sei, o escritor autêntico é sempre alguém que pode converter uma resposta num enigma (Karl Kraus). Não desdenhastes minhas primeiras respostas; aceitai agora meus projetos de enigma, que vos ofereço pelo que são: meras migalhas da perene, silenciosa conversa da humanidade consigo mesma.

# II

# RESPOSTA DO SR. JOSUÉ MONTELLO

Nosso primeiro encontro ocorreu em Paris em 1968 e durou dois anos de convívio afetuoso; nosso segundo encontro ocorreu ano passado, com a vossa eleição para esta Academia, e vai durar o resto de nossas vidas.

Como vedes, dou à palavra encontro, nesta oportunidade, não o sentido dos caminhos que se cruzam ou tangenciam, mas o dos espíritos que se reconhecem, logo descobrindo entre si a concordância das ideias e sentimentos, com a qual se alicerçam as amizades verdadeiras.

Em 1968, fostes meu colega e companheiro, na Embaixada do Brasil; hoje, sois meu confrade.

Quer isso dizer que vamos caminhar lado a lado, fraternalmente, pelo tempo adiante. Não cometo o despropósito de afirmar-vos que envelheceremos juntos, mas posso perfeitamente pedir a Deus que me permita assistir ao despontar de vosso outono, lembrando-vos ainda este reparo de Joaquim Nabuco, no discurso de inauguração da nossa Academia: nesta Casa, os velhos não têm velhice.

Há quase 28 anos, na mesma tribuna em que há pouco nos falastes, eu tive ensejo de afirmar, exibindo neste Salão os meus saldos de juventude:

> O velho conflito entre epiléticos e paralíticos, com que Ortega Y Gasset resumiu o antagonismo das gerações que se sucedem, jamais prevaleceu na Casa de Machado de Assis, em cuja altitude espiritual os acadêmicos podem ser comparados,

> em relação ao tempo que vai fluindo, aos pastores do topo da montanha, na tradição incaica do dilúvio universal: à medida que as águas subiam, a montanha também subia – e salvava os pastores.

Quase que eu poderia dizer, repassando a vista pela vossa obra, que chegastes a esta eminência, subindo os degraus de vossos livros. Cada um deles, na verdade, compôs o caminho ascensional que vos propiciou este patamar. A muitos de nossos predecessores, estas altitudes serviram de pretexto à insularidade da torre de marfim. Ou pelo menos deram ensejo ao descanso do guerreiro que alonga o olhar para o horizonte, já cansado de guerra, como a Teresa Batista do nosso Jorge Amado.

No vosso caso, não vai ser assim. Sois daqueles que nasceram com a vocação e o gosto da ação literária. E ação que transborda da coluna de jornal e da tribuna universitária ou acadêmica para o contexto do livro. Mas não tendes o gosto do livro pelo livro, no sentido acumulativo da obra do escritor. Tendes o gosto do livro como instrumento de ação pública, porque sois, concomitantemente, um escritor e um político. Como Nabuco. Como Rio Branco. Como Otávio Mangabeira. Como João Neves da Fontoura, para citar apenas alguns de nossos antepassados na Academia, e para os quais a palavra escrita, como substância da Obra de Arte, sempre teve no pensamento político a sua inspiração essencial. Um exemplo vivo? Ali está: Afonso Arinos. Outro? Barbosa Lima Sobrinho. Outro mais? Alceu Amoroso Lima.

Quatorze livros compõem, até este momento, o vosso acervo de escritor. Começastes com um livro de Crítica e Estética, *Razão do Poema*, estudando Ronsard, Bocage, Joaquim Cardozo, Hoffmann, Gonçalves Dias, Drummond, Murilo Mendes, Cassiano Ricardo, João Cabral de Melo Neto. E com uma singularidade a mais: a de introduzirdes em nossas Letras, com o ensaio *Estética e Antropologia*, nesse livro, os conceitos de Antropologia Estrutural de Lévi-Strauss, ligados à reflexão estética. Quer isso dizer que, estudando a poesia alheia, quer nacional, quer estrangeira, vossa reflexão constituiu pretexto, desde cedo, para o universalismo das ideias modernas, retomando assim o caminho com que Sílvio Romero, no século XIX, renovou entre nós a Crítica Literária, ajustando-a a um plano de reflexão científica que sensivelmente a enriquecia e transformava.

Toda a vossa obra vai desdobrar-se na mesma direção. Ou seja: a da atualização cultural em função da Literatura Nacional. Mesmo quando preferis incursionar por mestres estrangeiros de vosso agrado, vossas vilegiaturas literárias têm por escopo servir à assimilação desses autores por parte dos autores brasileiros.

E aqui convém acentuar que é tão arraigada, em nossa atividade crítica, a vocação do Magistério, que os nossos críticos mais eminentes sempre compartiram a militância crítica, na coluna de jornal, com o tirocínio da cátedra humanística ou universitária, desde Sílvio Romero e José Veríssimo a Antonio Candido, Wilson Martins, Afrânio Coutinho e Eduardo Portella, sem esquecer Múcio Leão, Álvaro Lins e mestre Alceu Amoroso Lima.

A Crítica Literária, quer como síntese impressionista, quer como análise reflexiva do texto, tem muito de pedagógico, no sentido de corresponder a um método e a um sistema com que o crítico transforma a sua opinião pessoal em opinião coletiva. A visão individual se alarga em visão global, proporcionando ao texto literário a repercussão que toda obra de Arte reclama, na ordem do fenômeno social.

Por isso mesmo, ao compassar o caminho de vossa vida, não me surpreendi ao verificar que, à revelia de vossa carreira na diplomacia, a condição de professor tem acompanhado a vossa condição de crítico literário. Não me pergunto se o crítico vem do professor ou se o professor vem do crítico, porque um e outro correspondem às duas faces da mesma medalha, e medalha de ouro puro, com algo de sol compactado nas entranhas da terra.

Antes de vosso bacharelado em Direito, em 1963, já havíeis recolhido na mesma Universidade do Rio de Janeiro a licenciatura em Filosofia para alcançar, dez anos depois, na Universidade de Paris, com uma tese sobre a poesia de Carlos Drummond de Andrade, o título de doutor em Letras.

Ano passado, quando vos vi assomar na escadaria interna da Biblioteca Nacional, aqui no Rio, para abrir a exposição comemorativa do octogésimo aniversário de Drummond, logo concluí que nos íeis falar sobre o poeta, não apenas com o saber de vossos livros, mas também com a autoridade de vosso doutorado de Paris.

Toda a vossa vida, meu caro confrade, é uma constante lição de dedicação ao saber, quer como estudante, quer como professor. Um de nossos

maiores, o velho João Ribeiro, ao publicar um de seus livros de maturidade, chamou-o de *Notas de um Estudante*. E não o fez por humildade, embora fosse humilde de feitio e condição: fê-lo para empregar a palavra própria, visto ser essa a condição de quem não perde a curiosidade pelo saber, a despeito do grande nome, da autoridade reconhecida e dos cabelos brancos.

Contou-me, certa vez, o embaixador Caio de Mello Franco, com quem tive a honra de servir em Lima, no Peru, que, ao iniciar-se na carreira diplomática, sob os cuidados do velho embaixador Sousa Dantas, em Paris, ouviu do chefe este conselho:

> Nunca deixe que o vejam trabalhando. Dê sempre a impressão de que não está fazendo nada. Passeie, converse, vá a recepções, a coquetéis, borboleteie pelas livrarias e casas de moda; depois, em casa ou na Embaixada, ponha o seu serviço em dia, mas de modo que ninguém o apanhe em flagrante, trabalhando. Do contrário, você desmoraliza a carreira. Siga o meu exemplo.

Acabastes de fazer, na tribuna da Academia, o louvor de um dos discípulos diletos do embaixador Sousa Dantas. Ninguém viu jamais o nosso Paulo Carneiro trabalhando. Eu não vi. Vós não vistes. O embaixador Lyra Tavares também não viu. Paulo, muitas e muitas vezes, marcou encontro comigo, em Paris, para passear. Passear nos Champs Elysées. Passear nas margens do Sena. Passear no Bois de Boulogne. Para olhar as ruas, as árvores, as casas, as mulheres de Paris, os garotos de Paris, os peniches que vão descendo devagar pelas águas de Paris.

A conclusão natural, a extrair-se desse gosto da ociosidade e do passeio, é que Paulo Carneiro passou a vida sem fazer nada. Puro engano. Paulo Carneiro passou a vida trabalhando. Trabalhando segundo a recomendação do embaixador Sousa Dantas – sem testemunha. Vede a formidável enciclopédia que publicou na UNESCO e de que foi o grande coordenador. Vede o arquivo de Augusto Comte que ele fez sozinho, com a chave passada na porta da velha casa do filósofo, na Rue Monsieur Le Prince. Vede as obras de Arte que conseguiu salvar no Egito. E como se não bastassem os seus escritos, os seus livros, as suas pesquisas de laboratório, Paulo se dedicava aos amigos, aos confrades, aos patrícios, a quem quer que o procurasse. Tinha o gênio da dedicação aos outros, o gosto e o requinte da gentileza. Certa vez, em hora

difícil para as suas finanças pessoais, convidou-me a almoçar, não num bistrô qualquer de Paris. Não. No Tour d'Argent. Com os melhores pratos. Os melhores vinhos.

Eça de Queirós, se houvesse conhecido Paulo Carneiro, tê-lo-ia tomado como modelo para o personagem central de *A Cidade e as Serras*. Aquele requintado Jacinto, príncipe da Grã-Ventura. Ou então como paradigma de Fradique Mendes. De quem disse o romancista, para resumir-lhe o saber, que "só quando sorria ou quando olhava se surpreendiam imediatamente nele vinte séculos de literatura".

E agora vos quero dizer, Sr. José Guilherme Merquior, que, para o tipo de diplomata preconizado pelo Embaixador Sousa Dantas, tendes perfeitamente – como se diz em linguagem de teatro – o físico do papel. Relevai-me se vos afirmo que ainda deixais sentir um ar inaugural. Dir-se-ia que andais pela casa dos vinte anos, aguerrido, bem disposto, os cabelos pretos, o jeito afirmativo, o gosto de bem realizar. Correis o risco de que vos tomem por terceiro secretário e já sois ministro, a um passo apenas do fecho de vossa carreira.

Vossa mocidade harmoniza-se com a mais antiga tradição da Academia. Ou seja: daquela que vem de suas origens, quando se uniram duas gerações de escritores para criar esta Instituição sob a liderança intelectual de Machado de Assis. Nessa hora, o mais jovem dos companheiros, o futuro Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo, tinha apenas 25 anos, enquanto o mais velho, o Historiador Pereira da Silva, já havia passado dos oitenta. Creio mesmo que prevaleciam os moços: alguns, na casa dos vinte anos; muitos, na dos trinta.

Permiti que vos conte, pelo seu a-propósito, o que ocorreu comigo, ao tempo em que me candidatei à Academia. Tinha eu 36 anos e fui visitar o Ministro Ataulfo de Paiva, que já andava a beirar os noventa.

Mestre Ataulfo recebeu-me no seu gabinete na Fundação Ataulfo de Paiva. Fez-me sentar, disse-me algumas palavras afetuosas e desfechou-me esta pergunta:

"Qual é a sua idade, Josué?"

Rapidamente, pensei comigo: "Se eu disser minha idade verdadeira, este ministro é capaz de mandar que o seu contínuo me leve a casa por eu estar sozinho na rua, no centro da cidade." E decidi acrescer uma década à minha idade verdadeira. Dei à voz um tom convicto:

"Quarenta e seis anos, ministro."

Ataulfo olhou-me durante alguns momentos, como a observar-me. E depois do exame meticuloso:

"Você está muito novo, eu pensava que fosse mais velho."

E eu, de mim para mim:

"Perdi esse voto. Eu devia ter aumentado não dez, mas vinte anos. Ou trinta."

E, como me limitei a dizer que tinha 46 anos, em vez de 56, ou 66, o ministro deu o seu voto a um de meus competidores, que ia a caminho dos setenta.

Felizmente, tanto no meu caso quanto no vosso, a idade não nos impediu a vitória. Mas, quanto a mim, desejo ainda acrescer um episódio complementar, ocorrido no dia seguinte ao de meu triunfo. Passava eu defronte da porta da ABL e ali encontrei o poeta Bastos Tigre, meu velho amigo. O poeta, que se candidatou várias vezes à Academia, sem alcançar a merecida vitória, recolheu de suas derrotas a impressão excessiva de que, nesta Casa, os poetas, os romancistas, os ensaístas, que fossem apenas poetas, romancistas ou ensaístas, dificilmente alcançariam os sufrágios necessários para vestir este fardão.

Por isso, ao abraçar-me pelo meu triunfo, Bastos Tigre me fez este reparo ao pé do ouvido, referindo-se aos meus eleitores:

"Josué, eles se distraíram."

Na verdade, eu tinha aqui grandes amigos, grandes mestres, velhos companheiros, tão sensíveis ao meu gosto das Letras, que logo me abriram a porta da Academia, quando aqui bati pela primeira vez. Pudestes recolher também essa impressão feliz, meu jovem confrade, embora vos obrigássemos a aguardar que o pleito se repetisse. Moço como sois, tínheis o tempo a vosso favor.

Ao explicar ao nosso confrade Humberto de Campos por que havia votado em Ribeiro Couto, para a vaga de Constâncio Alves, Alcântara Machado lhe fez esta confidência:

"Preciso da companhia dos moços para ter a impressão de que também sou moço."

Mas a verdade é que, tanto pelo que estudastes quanto pelo que escrevestes, já alcançastes aquela maturidade reflexiva que vos coloca entre os altos espíritos de que se orgulha o Brasil. Mais do que figura representativa de uma

nova geração literária, sois, hoje, uma figura representativa do Brasil intelectual, no altiplano dos seus mais eminentes pensadores.

Raymond Aron, que de perto vos conheceu, não hesitou em declarar:

"Este moço leu tudo."

Sim, lestes tudo, conduzido pela curiosidade universal de tudo saber. Aquela curiosidade que levava Cervantes a ler os papéis da rua. E que pôs nos lábios da mãe de Flaubert este receio:

"Tenho medo de que os livros acabem por secar-te o coração."

No vosso caso, o convívio dos livros, em vez de estancar-vos as fontes do sentimento, na realidade aprimorou-as, aguçando-vos o olhar para o mistério da Poesia. E daí a penetração com que esse olhar aclara o verso de Drummond, de João Cabral de Melo Neto, de Gonçalves Dias, de Cecília Meireles, de Fernando Pessoa, de Carlos Nejar. A leitura ideal, como sabeis, não é apenas uma forma de conhecimento, é sobretudo um processo de reconhecimento, que identifica na mesma obra de Arte literária o leitor e o autor.

***

Nas breves notas biográficas que preparastes a meu pedido, para que servissem de subsídios a este discurso, omitistes a condição que, no meu entender, define o vosso pendor fundamental: a de polemista. Sois ensaísta, crítico, jornalista, professor, conferencista, mas sois, em essência, um polemista.

No entanto, quem vos olha, vendo em vosso rosto e em vossa pessoa um ar de menino contente, jamais imagina que, por trás dessa doçura, dessa voz suave, desse sorriso afetuoso, está o polemista destemido, com algo de Cirano de Bergerac, na peça de Rostand, sobretudo no famoso lance do duelo com o Visconde de Valvert, em que o poeta retine a espada e vai compondo uma balada.

Léon Daudet, que foi mestre da polêmica, quer em livro, quer na tribuna política, quer na coluna de jornal, e que não se esquivou ao duelo verdadeiro, com armas e testemunhas, diz-nos, em um de seus livros mais típicos, *Flammes*, que, desde a invenção da imprensa, ninguém pôde mais abafar o pensamento irritado.

Mas há polêmica e polêmica. Polêmica em que o polemista vem a público, a serviço da justa cólera literária, e chama ao desforço da pena o confrade que o irritou. E também polêmica em que, a despeito de todas as hostilidades e agressões, o escritor vai seguindo o seu caminho, teimando com a sua arte e as suas convicções.

Nosso Machado de Assis, tão sereno e superior no monumento à entrada da Academia, soube ser um polemista completo, tanto com a arremetida bravia, como quando criticou Eça de Queirós, a propósito de *O Primo Basílio*, quanto pela circunstância de ter realizado uma obra que não se confunde com qualquer outra, em nossa Literatura.

No entanto, foi ele quem deu este conselho à sua pena de escritor, numa crônica magistral: "Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretensiosa, e, em um abrir e fechar de olhos, perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar." E concluía: "O pugilato das ideias é muito pior que o das ruas."

Entretanto, se não tivesse dado curso ao seu pendor polêmico, Machado de Assis jamais teria escrito as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Em vez de ajustar-se à moda, que reclamava romances à maneira de Zola, de Eça de Queirós, com a realidade viva e a denúncia social, Machado recolheu seus modelos no século XVIII e talvez seja, por isso mesmo, o mais vivo e atual de nossos romancistas – o romancista da condição humana – a despeito de todo livro injusto e demolidor que lhe consagrou Sílvio Romero.

Olhai para o nosso Presidente, tão suave e tão bem comportado, debaixo daqueles cabelos brancos. Pois ficai sabendo que este dom Athayde conheceu na juventude, ao iniciar-se como crítico literário no Rio de Janeiro, os dois tipos de pugilato – o das ideias e o das ruas. Houve mesmo um período renhido em que, além dos punhos de jogador de boxe, com que impunha um argumento a mais às suas convicções literárias, aceitava medir-se com qualquer desordeiro da república das Letras.

Hoje, continua a ser o polemista, mas com outro método, outra astúcia. E o certo é que nenhum de nós lhe disputa mais a Presidência da Academia. Vence-nos pela operosidade, a dedicação e a gentileza, como outrora vencia o

adversário com a frase viva e ágil, na coluna de jornal. E já desarmou a todos nós. Inclusive a mim.

A vós mesmo, Sr. José Guilherme Merquior, já ele venceu. E venceu sem que désseis por isso. Quisestes que fosse no prédio novo esta vossa festa. Estáveis disposto a lutar, a teimar, a bater com o pé, e eu vos segredei, com este meu saber de experiências feito:

"Conversa com o Athayde. Depois, volta a me falar."

Conversastes e não tardastes a me dar o resultado dessa entrevista:

"O presidente tem razão. A festa tem de ser mesmo no prédio velho."

A polêmica não é privativa do Presidente da Academia. Faz parte da condição acadêmica. E é por espírito polêmico que nos metemos neste fardão. E por espírito polêmico que entramos aqui. E é por espírito polêmico que aqui permanecemos.

Nosso saudoso Confrade Vitorino Nemésio, no estudo que serve de prefácio aos dois volumes de *As Grandes Polémicas Portuguesas*, publicado em 1964, em Lisboa, pela Editora Verbo, lembra-nos que Alexandre Herculano era um tipo curioso de polemista, ou seja: um objetor de vocação, que afirmava, indignando-se.

Sereis assim, Sr. José Guilherme Merquior? E por que não, se o paradigma é bom? Convém não esquecer que Herculano, numa breve frase, tonteou o mais famoso polemista de Língua Portuguesa, Camilo Castello Branco, quando afirmou que Camilo insistia em desconhecer a ortografia visto que continuava a escrever camelo com I.

Agora, vede o lado criativo das velhas rinhas literárias, na opinião do grande Nemésio:

> Só quando a polêmica nacional sai do puro terreno da dissidência literária para o desta alargado de implicações religiosas e políticas, e, ainda melhor, para o simples *ring* das testilhas pessoais e partidárias, o seu vigor e relevo têm consequências profundas na criação linguística e na caracteriologia etnológica. Só então ela exprime o comportamento do português como reatividade humoral, sofística, euforia verbal, gosto do contraste e do impropério.

Se não chegastes a este recurso extremo, quase sempre completado pela troca das bengalas e dos tiros, vós o deveis à vossa condição de diplomata – a

mesma que há de ter poupado de solução análoga aquele a quem Gilberto Freyre chamou de D. Quixote gordo. Refiro-me ao velho Oliveira Lima, de quem dizia Emílio de Menezes:

> Tem mil léguas quadradas de vaidade
> por milímetro cúbico de banha.

Não seria tanto assim. Oliveira Lima teve, sempre, a consciência plena do seu valor, com o espírito da luta, o gosto da controvérsia das ideias, o pendor para o litígio das opiniões.

No vosso caso, a polêmica é uma forma de afirmação permanente. Se desabais sobre o vosso contendor com o peso das vossas leituras, sabeis perfeitamente que assim fazia Tertuliano, que se atirou contra pagãos e católicos, no auge do pugilato religioso.

Por isso mesmo, qualquer de vossos livros é um livro polêmico. Mesmo *As Ideias e as Formas*. Ou *A Natureza do Processo*. Ou ainda a revisão do conjunto de nossa história literária, *De Anchieta a Euclides*. E também *Saudades do Carnaval*, com o qual correis o risco, como carioca, de fornecer subsídio à história do carnaval no Rio de Janeiro, embora tenhais circunscrito à crise da Cultura o território literário de vosso debate.

***

Já Gonçalves Dias, na "Canção do Tamoio", nos advertiu de que

> A vida é combate
> Que os fracos abate,
> Que os fortes, os bravos.
> Só pode exaltar.

Bem sabeis que a própria vida diplomática, a despeito de suas cortesias externas, é uma luta vigilante em que o ruído dos entrechoques internacionais se processa o mais das vezes com o tinido dos cristais e dos talheres. A con-

versa amena, por onde circulam as anedotas, substitui o corpo a corpo e pugilato, assim como a braçada de flores elide a intimidação pelas armas.

Sois diplomata, e dos mais ilustres e experientes, e sois crítico literário e ensaísta político. Poder-se-ia supor que o diplomata neutralizaria o crítico e o ensaísta, mas os três têm igual substância polêmica, cada qual com o seu estilo e o seu modo de ser.

É preciso ver-vos num debate ao vivo para ter a dimensão de vossos recursos de esgrimista exímio. Não vos inflamais além da vivacidade de vosso papel. E tendes o recurso supremo, para os entrechoques mais renhidos: a palavra fluente, e apropriada, assim como a citação justa, que cai no debate como uma brigada de choque.

Já fostes acusado de pôr abaixo uma biblioteca para contestar uma opinião contrária. Sei o que é isso, porque também já fui acusado de mobilizar autores e livros, exibindo minhas leituras, para sustentar um ponto de vista.

Estamos em boa companhia. Montaigne fazia isso mesmo. A citação objetiva e clara, com a indicação da autoridade e da fonte respectiva, faz parte da probidade do escritor. Se este ou aquele mestre disse isto ou aquilo que se ajusta ao meu texto, porque deixar de aludir ao seu nome e ao seu trabalho, na hora própria? Vede *Casa-Grande & Senzala*, de nosso Gilberto Freyre, ou *Rondônia*, de Roquette-Pinto, e ali encontrareis a multidão de mestres que permitiram a um e outro o apoio de suas convicções – sem prejuízo da originalidade própria, que está na essência e na inspiração daquelas obras permanentes.

Se pergunto a mim qual dos vossos livros tem a minha preferência, começo por dizer que todos têm o meu aplauso. Porque qualquer deles corresponde às várias etapas especulativas e reflexivas de vosso espírito. Nascestes com a vocação do universal para melhor servir ao nacional, e foi isso que fizeram Euclides, Tobias, Oliveira Viana, Tavares Bastos, Sílvio Romero. Em suma: todos aqueles que se valeram dos grandes mestres para vivificar o pensamento brasileiro, nas Letras, nas Artes, nas Ciências, nas Técnicas, no estilo e na norma de vida.

Um dos nossos mais argutos e cultos ensaístas, Franklin de Oliveira, meu conterrâneo e meu companheiro de geração, teve oportunidade de acentuar, opinando sobre um de vossos grandes livros, *As Ideias e as Formas*, que

sois sobretudo um escritor. Vale à pena repetir-lhe as palavras, nas luzes desta noite: "José Guilherme Merquior, que é antes e acima de tudo um escritor, vê e pratica o ensaio não só como a grande forma da inteligência crítica, mas também como uma província limítrofe da Poesia." E acrescenta, linhas adiante: "Se Merquior assume o ensaio como gênero artístico, simultaneamente o maneja como heresia, na acepção de Adorno."

Tendes aí um testemunho a mais em favor da citação adequada. Franklin disse, por mim, de modo exato e límpido, o que eu queria dizer, nesta cosmovisão de vossa obra.

É preciso não esquecer, porém, que essa obra está em pleno processo formativo. Ides ainda em meio do caminho. E pertenceis à linhagem dos escritores que se aprimoram diante do público. Uns esplendem ao amanhecer, como o sol de primavera. Outros, ao meio-dia, como o sol do outono. Outros no entardecer, como o sol de verão.

Este encontro com a Academia ocorre numa hora de plenitude. Mas sei que sois daqueles mestres que têm o sentido da continuidade do trabalho literário, como Alceu, como Jorge Amado. De um de vossos confrades, já ouvi esta determinação: que só deixará de escrever, quando Deus lhe tomar a caneta.

Compreendo que seja assim. A palavra escrita, para o verdadeiro escritor, é uma forma de vida que só a morte tem o dom de interromper. Perguntai a Austregésilo de Athayde qual o segredo de sua vitalidade? E a Alceu? E a Barbosa Lima Sobrinho? E a Afonso Arinos? E a resposta é a mesma: a fidelidade ao trabalho literário. Porque ele é também o nosso testemunho.

***

Eu gostaria de chamar a atenção de nossos confrades para um de vossos ensaios, *Vt Ecclesia Parnassus*, incluído no volume *Estruturalismo dos Pobres e outras Questões*. É nesse estudo que debateis a função social do escritor na civilização industrial, tomando como ponto de partida o problema da emancipação do pensamento literário, de que a obra de Goethe é mais do que o exemplo – é o testemunho vivo, nas três modalidades fundamentais da mimese poética: a Lírica, a Narrativa e a Dramática.

Nossa época tem esta singularidade: o pensamento político tende a assumir uma postura religiosa, vizinho do fanatismo, na radicalização da luta pelo poder. Chega a ser dogmático. E com este parentesco com a velha Igreja inquisitorial: inclina-se mais a condenar que a tolerar e salvar. Não quer compreender. Sobretudo quando está em causa o velho pensamento liberal. Ortodoxo, sim, heterodoxo, não.

Não creio que Goethe, hoje, depois de dialogar com Napoleão, pudesse manter a sua postura olímpica, acima das controvérsias irritadas. Seria empurrado para a Direita. Com todo o esplendor de seu gênio. Ou insultado, ou condenado ao silêncio.

A esta altura de minha vida de escritor, se algo eu pudesse dizer aos meus confrades mais novos, como súmula da vida que vivi, eu lhes dirigiria estas palavras:

"Defendei, como patrimônio fundamental do homem, esta conquista suprema: a liberdade." Liberdade para exprimir o vosso pensamento. Liberdade para publicá-lo. Liberdade para responder por ele. Não vos coloqueis acima do bem e do mal, porque tendes este compromisso secreto: o das vossas verdades. Não abdiqueis jamais desse compromisso. Lembrai-vos do exemplo de Galileu. Tão oportuno, tão atual.

Sei, por experiência própria, o quanto custa ao escritor preservar a sua independência. Por isso, no momento em que chegais a esta Casa, vale a pena proclamar que esta Instituição se constituiu sob o signo da comunhão das ideias. Aqui se irmanaram, liderados por Machado de Assis, os jovens republicanos e os velhos monarquistas. Ao longo do tempo, soubemos preservar esse espírito de concórdia na discordância das ideias e das convicções.

Certa vez, nos entrechoques da Primeira Guerra Mundial, um jornalista perguntou em Lisboa ao velho crítico português Teófilo Braga se este era germanófilo ou aliadófilo. Ao que o velho prontamente respondeu, com verdade e bom humor:

"Eu, cá, sou Teófilo."

No jogo das controvérsias radicais, temos de ser Teófilos. Ou seja: fiéis a nós mesmos, a nossas verdades básicas, aquelas em virtude das quais a palavra escrita não pode ser um devaneio ou uma vadiação, mas um privilégio – o

privilégio em virtude do qual a palavra enunciada, que é efêmera, tende a perpetuar-se, convertida em obra de Arte, no texto impresso.

Esse privilégio vos trouxe até aqui. Já tínheis, por isso mesmo, a vossa imortalidade – confirmada agora pela imortalidade da Academia. E estes aplausos.

Discurso do
SR. CARLOS CASTELLO BRANCO

e

Resposta do
SR. JOSÉ SARNEY

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 25 de maio de 1983*

# I

# DISCURSO DO SR. CARLOS CASTELLO BRANCO

Lamento, senhores acadêmicos, não dispor da prerrogativa concedida pelo primeiro regimento da Academia – da qual se serviu o mais eminente dos meus antecessores, o Barão do Rio Branco – de tomar posse mediante carta. Se tal fosse possível, isso nos pouparia o desprazer de um discurso mal lido e mal ouvido, pois me faltam o dom da oralidade e o diapasão da voz necessários à prática da Oratória.

Submeto-me às normas da Casa, espero que com brevidade que torne menos monótona essa parte da cerimônia. Depois de mim, ouvireis um orador, o Acadêmico José Sarney, que dará a esta festa o brilho adequado às solenidades da Casa de Machado de Assis.

Oradores, aliás, foram o Patrono desta Cadeira, o Padre Sousa Caldas, uma das grandes vozes do Púlpito Brasileiro, e seu primeiro ocupante, o Conselheiro Pereira da Silva, que por quarenta anos frequentou com eficiência a tribuna parlamentar do Império, de cujos pródromos foi historiador emérito.

A Oratória, a Historiografia, a Política, a Administração, a Poesia, o Teatro, a Biografia e o Jornalismo aqui por esta Cadeira 34 passaram numa sucessão ilustre que chega ao seu momento de modéstia na pessoa de um repórter, que vem representar a parte mais humilde de uma profissão, no

entanto exercida, no mais alto nível, pela maioria dos acadêmicos, a começar por Machado de Assis, o mais alto de todos.

Historiadores foram Pereira da Silva, o Barão do Rio Branco e Raimundo Magalhães Júnior, a quem tenho a honra de suceder. Políticos foram os três, no Parlamento, na direção da Política Externa do País e, finalmente, no exercício da vereança por dois mandatos no antigo Distrito Federal. Foi como vereador do Partido Socialista Brasileiro que Magalhães Júnior se empossou nesta Cadeira. Mas políticos e administradores foram ainda Lauro Müller, jovem tenente republicano, que exerceu o governo de Santa Catarina e subiu depois ao plano federal, como o grande ministro da Viação de Rodrigues Alves e o sucessor, no Itamarati, do Barão do Rio Branco; e D. Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá, poeta de suave dicção, que pagou antes de investido na dignidade episcopal seu tributo à Política, assumindo ainda jovem o governo de Mato Grosso.

O Teatro representa-se nesta Cadeira por meu antecessor, que, no discurso de posse, selecionou na sua vasta bibliografia as peças teatrais para afirmar que ingressava na Casa como um "autor de pequenas comédias". Naquele ano de 1956, o autor de Carlota Joaquina presidia a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais e havia recebido os aplausos das plateias brasileiras pelas onze peças com que iniciou sua intensa participação na vida literária do País.

Raimundo Magalhães Júnior, nascido no Ceará a 12 de fevereiro de 1907, filho de conhecido jornalista, começou sua vida profissional também como jornalista na cidade de Campos, na *Folha do Comércio*, da qual foi diretor até 1930, quando veio para o Rio de Janeiro. Aqui exerceu, até a morte, aos 74 anos de idade, em jornais e revistas, a mesma profissão do pai e da adolescência. Desde 1927, no entanto, a Literatura lhe invadiu a vida, impondo-se como sua atividade criadora, múltipla, numerosa, obsessiva.

Seguindo caminhos trilhados pela geração anterior, o Teatro e a Ficção foram a sedução da sua juventude, o núcleo da sua produção literária e o fermento de sua vida de jovem jornalista e escritor com os envolvimentos boêmios comuns a ambos os ofícios.

Onze peças, escritas e representadas entre 1934 e 1945, e cinco livros de contos e novelas assinalam a primeira parte de sua bibliografia. O êxito na cena e nas narrativas curtas não o afastou da imprensa, a que permaneceu fiel.

Repórter e redator, foi comentarista parlamentar e cronista de ideias gerais. Dirigiu *A Noite Ilustrada*, *Carioca*, *Vamos Ler* e a *Revista da Semana* e manteve colunas assinadas em *A Noite*, de que era redator, na *Folha Carioca*, no *Diário de Notícias*, em *A Tribuna de Santos*, na *Última Hora* e na *Folha da Noite* de São Paulo. Encerraria sua atividade jornalística, como redator da *Manchete*, à porta de cujo prédio, numa idade em que é rara a aplicação profissional, foi colhido por um carro ao descer de outro que o levava cotidianamente à banca de trabalho. As circunstâncias da sua morte testemunham a natureza inquieta, inconformada, e o temperamento ativo de quem já atingira o ponto culminante da carreira e da vida mas infatigável no gosto de trabalhar e de viver.

Foi já na década de 1950 que Raimundo Magalhães Júnior, provavelmente induzido por sua alma de repórter, enveredou pela pesquisa histórica e biográfica, à qual dedicou o melhor do seu talento e onde se revelou a mais preciosa das suas vocações. A maturidade o alcançaria nos arquivos e nas bibliotecas, tudo lendo, tudo observando. Suas pesquisas centram-se principalmente na vida política, literária, teatral, jornalística e boêmia da segunda metade do século XIX, estendendo-se às duas primeiras décadas deste século. A elas chegou municiado, como autodidata, de vasto conhecimento da Literatura Ocidental e da versatilidade que o levava a cotejar citações e informações na bibliografia do seu tempo.

Disse-me Francisco de Assis Barbosa, não sei se por ciência própria ou por informação de terceiros, que Magalhães Júnior exercia uma espécie de pesquisa múltipla, anotando nos seus cadernos tudo quanto lhe despertava interesse e curiosidade nos cartapácios que folheava ou nas pesadas coleções de jornais e revistas sobre que se debruçava. A inter-relação da vida da maioria dos seus personagens, além do estímulo natural do seu temperamento, tornam provável essa versão, ainda mais porque, ao longo dos seus livros, se repetem ou se apresentam sob ângulos diferentes notícias sobre a época que estudou e sobre a vida e a obra das pessoas que a representaram.

A paixão pelo Teatro persistiu ao longo de exaustivo trabalho de biógrafo e historiador da Literatura. Seu primeiro personagem é, sintomaticamente, Artur Azevedo, como ele, autor de comédias, de contos, jornalista incansável, poeta e boêmio e ainda zeloso funcionário. Com poucas exceções, os escritores sobre cuja obra e vida se deteve passaram, mesmo que rapida-

mente, pelo Teatro e, com mais constância, pela imprensa, na época estuário natural da atividade literária e tribuna inevitável das vocações políticas.

Seus poetas, quase todos, ensaiaram-se no Teatro, ainda que episodicamente, como o jovem Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo e Cruz e Sousa. Seus jornalistas e romancistas também, como foi o caso de José de Alencar, dos dois Patrocínios, de João do Rio e do seu personagem supremo, Machado de Assis. Além disso, escreveu livros sobre Leopoldo Fróes e Martins Pena, homens de teatro e só de Teatro.

Estudou ainda a vida literária de Olavo Bilac e Augusto dos Anjos. Nos seus livros sobre poetas, romancistas e jornalistas, é de observar que não foi, aplicadamente, o biógrafo, mas sobretudo o historiador da sua obra e da evolução das suas ideias, das suas fontes de inspiração e dos modelos que neles influíram. Estudou os meios que cada um utilizou para realizar-se e encontrar a própria maneira de ser. A ele interessava de preferência o escritor no exercício da atividade literária, no conhecimento e na indicação das fontes, na correção de erros nos estudos dos que o antecederam e na vitoriosa descoberta de textos esquecidos ou perdidos nos desvãos dos tempos. Implacável investigador, conferia todas as informações, dispondo para tanto de um arsenal de leituras literárias realmente incomum.

A não ser no caso pessoal de Patrocínio Filho, em quem o seduz mais a aventura da vida do que a obra, ele pouco acrescentou à biografia de seus personagens. Peguemos um exemplo: Augusto dos Anjos, cuja formação literária, cujas fontes inesperadas de formação poética e de informação científica ele decifra e expõe, e de quem revela tantos trabalhos inéditos e imaturos, surge do livro de Magalhães Júnior como o mesmo provinciano incolor e tímido que só pelo talento superou as limitações do pobre cenário em que se desenvolveu toda a sua vida. Pouco se acrescenta à história desse moço triste, mas entende-se que a superfetação de sua terminologia científica não deixa de ser no fundo uma projeção do espírito provinciano deslumbrado pelo contato com modelos superiores de Cultura.

Machado de Assis, a quem dedicou oito volumes, culminados com os quatro tomos monumentais de *Vida e Obra de Machado de Assis*, continua a ter a intimidade quase tão preservada quanto no seu tempo de vida. Nenhum biógrafo do autor de *Dom Casmurro*, aliás, descobriu informações minucio-

sas sobre sua infância, a família, o pai, a mãe, a madrasta, a madrinha e sobre a transição dos primeiros anos até a adolescência. O anedotário repete-se de biógrafo a biógrafo, com algumas correções introduzidas por Magalhães Júnior. Não há provavelmente documentos, mas hipóteses e versões de contemporâneos expostas mais ou menos superficialmente. Carolina é apenas a sombra que dele recebeu o afeto derradeiro e as flores arrancadas da terra que os viu passar unidos. Seus amores boêmios são alusões discretas, sobretudo o segundo já na vigência do casamento.

Em compensação, Magalhães Júnior abriu janelas que clarearam a postura mental e afetiva de Machado de Assis ante os temas e problemas do seu tempo. Ele desfez a mitologia do *Dom Casmurro* e nos apresentou, a partir de *Machado de Assis Desconhecido*, um jovem tocado pelo liberalismo da sua geração, fiel às causas que emocionaram seus companheiros, leal aos sentimentos de revolta contra a escravatura e observador atento da realidade política, econômica e social do Brasil em que viveu. Na sua literatura, desde as tentativas nativistas de sua poesia até nos contos mais expressivos, mostra-se nítida a participação nos dramas contemporâneos. Depois de serenada com os anos, a meditação e a leitura, a alma do jovem liberal permanece no interesse pelo que acontecia no País e na sua época. As crônicas semanais revelam o observador atento das realidades, pequenas e grandes, do País, embora a postura cética, mais literária do que real, houvesse polido sua expressão.

Da afetividade de Machado de Assis, do seu fundo ético e sentimental traduzido no carinho pelos amigos, sua correspondência conhecida dá a notícia minuciosa e comovente. Essa correspondência, por sinal, é a matéria-prima do delicado ensaio de Luís Viana Filho sobre o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

O estudo de Machado foi a principal obsessão literária da maturidade de Magalhães Júnior. Além dos oito volumes sobre sua obra, vida e atividades, organizou sete volumes de contos e crônicas, que não integravam as edições de suas obras completas. Trata-se de contribuição exaustiva e preciosa para levantar o legado literário do autor.

A esse propósito, gostaria de registrar que me parece imprópria a decomposição da obra de um escritor tão cuidadoso na organização de suas coletâneas de contos e variedades quanto o era o maior autor brasileiro do seu

tempo. Creio que, a partir das edições Jackson, a integridade da obra original do Fundador da Academia Brasileira de Letras foi violada, desmontada a armação sutil dos seus volumes em benefício de uma distribuição mais coerente, na aparência, das páginas representativas dos diversos gêneros que versou.

Penso que, respeitados os volumes construídos em vida pelo autor, a obra remanescente poderia dar lugar a outros volumes, especialmente destinados aos estudos acadêmicos e universitários. Magalhães Júnior não foge, aliás, ao debate do tema. No livro sobre Casimiro de Abreu, transcreve as seguintes palavras de Teixeira de Melo: "Sempre me pareceu perigoso para a reputação dos autores, cedo arrebatados pela morte, esse escavar em ruínas, esse prurido de acrescentar alguma coisa ao que o autor já deixara feito." Essa crítica veio a propósito da edição de 1884 das obras de Casimiro de Abreu preparada por Joaquim José de Carvalho Filho. Magalhães Júnior nega justiça à censura. "Trazendo-os a público", acrescenta, "ele permitiu que os estudiosos da obra de Casimiro de Abreu tivessem uma visão mais completa de sua produção poética. São versos que não têm interesse apenas literário, mas igualmente biográfico".

No caso de Machado de Assis, que viveu quase setenta anos e publicou o que lhe pareceu adequado, não se trata de um "escavar em ruínas", tal a qualidade da matéria literária remanescente que não organizou em volumes. Na verdade, porém, ele morreu deixando obra completa e acabada a que estudiosos e admiradores acrescentaram, para efeito biográfico, a copiosa Literatura que ele despejou em revistas, jornais e até em álbuns de família.

A contribuição de Magalhães Júnior ao conhecimento da vida e obra de Machado de Assis é a mais completa e minuciosa que já se fez. Trouxe à luz todos os elementos disponíveis a partir dos quais os críticos, na permanente sucessão das doutrinas e das exegeses literárias, irão refazer os grandes painéis, que sempre terão por pano de fundo a extraordinária biografia literária e os numerosos acrescentamentos do que fez e escreveu e de como viveu o mestre da Literatura Brasileira.

Não me alongarei na análise de outras obras do gênero, nem mesmo do notável livro sobre José de Alencar. Prometi ser breve, e há outros pontos a abordar.

Como historiador, a principal obra de Magalhães Júnior é *Deodoro, a Espada do Império,* onde está a história da fundação e dos primórdios da

República e a história dos seus heróis. Dos heróis que a pregaram, dos heróis que a proclamaram e dos heróis que a realizaram nos primeiros anos. Nela também estão as origens da intervenção militar na vida política do País, precedida da ação pioneira do Duque de Caxias, primeira expressão política dum exército que se organizara e consolidara ao longo da Guerra do Paraguai. Deodoro é a expressão continuada desse exército, forjado naquela guerra, com os sentimentos de honra e de solidariedade de corpo alimentados no fragor das batalhas.

A transformação do herói da guerra no herói da República, a espada do Império que se voltou contra o Império, está corretamente narrada com todas as peripécias que caracterizaram a época e consumaram o declínio do Segundo Reinado, sob a inspiração de políticos desiludidos, de senhores de escravos frustrados e do ímpeto duma juventude militar que soube mobilizar seus velhos comandantes para a tarefa dos novos tempos. Tal é a história exemplar dum processo político que se desenvolveria até nossos dias.

Se a narrativa histórica, pioneira, é completa, se o retrato profissional e moral do Marechal Deodoro da Fonseca, irretocável, a Magalhães Júnior, como aconteceu no relato da vida literária dos principais autores da segunda metade do século XIX, também não interessa a intimidade do personagem, cuja vida doméstica, exceção das referências ao heroísmo da mãe de tantos heróis numa mesma prole, é quase uma página em branco nesse livro tão rico de história. Nele se apreende o momento culminante em que se afirmou a interferência militar na Política Nacional realizada por um general solitário.

Raimundo Magalhães Júnior classificou entre suas obras de História o livro em que buscou externar, na personalidade de Rui Barbosa, o mito de homem, consagrado por contemporâneos e pósteros. O livro ocupa, no entanto, um lugar à parte. O pesquisador, o farejador de informações inéditas, o esmiuçador dos fatos é o mesmo. O espírito desse trabalho não traz todavia a marca generosa com que essa grande figura da Academia acompanhou a vida dos seus personagens. Veja-se quão diferente é sua atitude diante das fraquezas de José do Patrocínio, a que não deixa de aludir, mas a quem desculpa tudo. O biógrafo do abolicionista não é, na alma, o mesmo que investigou a trajetória tão complexa de Rui Barbosa. Aqui, optou por questionar a essência dos atos do grande baiano, deixando de lado a narrativa coerente da sua vida e do seu trabalho.

Rui Barbosa, tão intensamente dedicado à vida pública, é, no entanto, basicamente um advogado; logo um profissional que recorre ao manancial da Ciência Jurídica e da Jurisprudência à procura de argumentos com que defender seus clientes. Essa é a contingência do advogado e sua servidão, a que não pode escapar até mesmo por imposição ética. Defender quem o procura é, para o advogado, rotineiramente, obrigação. As razões de defesa são recolhidas num manancial comum, variado e contraditório.

Como político, há a considerar que Rui dedicou cinquenta anos de sua vida a essa atividade. Quem o fez tão longamente sem acumular contradições e incoerências? Magalhães Júnior oferece ao estudo e ao debate aspectos curiosos e importantes da vida pública de Rui Barbosa, sobre cuja lisura suscita as dúvidas que justifica. E, a seu modo, uma contribuição valiosa ao exame da ação de um brasileiro que, por cima de fraquezas e erros, legou à Nação noções de civismo, e combatividade, e respeito à consciência do cidadão e à ordem constitucional da República que se incorporaram ao patrimônio das gerações seguintes. A legenda é sempre sujeita a revisões, mas, com as dúvidas e certezas que propôs, Magalhães Júnior não chegou a eliminar da imagem de Rui Barbosa o mito que a emoldura.

É vasta e importante a obra de Magalhães Júnior, sobretudo no que ela acrescenta ao conhecimento duma época singular da vida brasileira e da obra de tantos dos seus expoentes. Gostaria, porém, de fixar um pouco os traços que me aproximam desse jornalista, com quem raras vezes estive pessoalmente. Sei dele o suficiente para identificar o traço de honestidade que dominou não só sua atividade intelectual como sua atividade profissional. Sucedendo-o, parece-me adequado apontar alguns pontos que diferenciam hoje o exercício da profissão de jornalista do Jornalismo que se fez historicamente no Brasil e transparece nos seus estudos biográficos. Magalhães Júnior é como um traço de união entre as antigas e as novas gerações de jornalistas.

A princípio, a imprensa era, antes de mais nada, tribuna política e tribuna literária. Aos partidos, aos chefes políticos, às facções era indispensável dispor de instrumento de comunicação suficiente para atender seus objetivos, assegurando-se uma faixa mais ampla de leitores. É por isso que os grandes jornalistas do passado, desde a Independência, foram políticos ou vocações

que, não lhes sendo dado acesso à direção do País, se tornavam necessárias à execução do trabalho jornalístico a que nem sempre chefes podiam atender.

Ao lado de uns e de outros, a imprensa era o depositário inevitável da Literatura da época e oferecia a escritores pobres, além da possibilidade de divulgar seus escritos, o ganha-pão adicional, indispensável à sua sobrevivência, em troca da elaboração da matéria noticiosa e da crítica de amenidades. Todos os escritores de que trata Magalhães Júnior, todos, ensaiaram a reportagem e recorreram aos jornais em busca da evidência literária e da pequena retribuição pecuniária. À margem de políticos e escritores, vegetava escassa fauna de repórteres e boêmios a se esforçarem por alcançar o *status* de escritor, nem sempre com êxito. Cumpria-se a famosa predição do escritor francês segundo o qual *le journalisme est une excellente école de vie, à condition d'en sortir*.

Da servidão do Jornalismo à Política, Magalhães Júnior dá-nos documento pungente no relato de um episódio que envolveu Justiniano José da Rocha, "o maior jornalista do seu tempo", segundo avaliação do Barão do Rio Branco. Mulato e pobre, como grande parte da galeria pintada por Magalhães, tornou-se o defensor da política de conciliação do Marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão. Em dado momento, ele foi inserido pelo Partido Conservador na representação de Minas Gerais. Deputado, sentiu-se inesperadamente um igual do grande e orgulhoso Marquês e teve seu espírito crítico despertado o suficiente para ver que os fatos não correspondiam à pintura deles.

O episódio é narrado por Magalhães Júnior no pequeno livro *Três Panfletários do Segundo Reinado,* onde transcreve as principais peças dos grandes jornalistas da época. A de Justiniano José da Rocha chama-se "Ação; Reação; Transação" e é uma límpida defesa da política de conciliação. Era um panfleto a favor. Na Câmara, Justiniano animou-se a romper a unanimidade da Casa e pronunciou discurso de crítica ao Chefe do Gabinete, abordando a política externa, mas denunciando, principalmente, a concentração de todo o poder nas mãos de um só homem, a tal ponto que o Gabinete avizinhava-se do absolutismo.

Honório Hermeto não veio imediatamente ao revide. Deixou o assunto para o final da sessão e, em rápidas palavras, anotou a contradição entre o que dizia antes o jornalista e o que ousara dizer o deputado. Dispensou-se de jus-

tificar o Governo sob a alegação de que ao deputado é que cabia explicar-se. Foi tal o efeito da mordacidade do marquês, conta Magalhães Júnior, que, na sessão seguinte, Justiniano se julgou na obrigação de voltar à Tribuna. "Foi então que proferiu, entre lágrimas e soluços, um discurso sem paralelo nos anais parlamentares do Império."

Vamos transcrever Magalhães Júnior:

> Fez o jornalista conservador uma confissão dramática das vicissitudes que lhe afligiam a existência de foliculário governamental. Entre outras Justiniano José da Rocha mostra com a maior franqueza como se procedia à distribuição de escravos apreendidos às figuras da alta administração e, ainda, aos jornalistas. Assim revela, sem rebuços, essa forma de suborno, espontaneamente oferecido não só a ele próprio, mas aos seus dois companheiros de redação: "Nós três abundávamos nas ideias dos ministérios; sustentávamos a luta na imprensa, e nesse tempo nenhum favor ministerial me foi feito, nem nós pensávamos em favores materiais. E, senhores, já que eu falo nisso, vá uma pequena revelação. Distribuíam-se africanos, e eu estava conversando com o ministro que os distribuía, e S. Exa. me disse:
>
> – Então, Sr. Rocha, não quer algum africano?
>
> – Um africano me fazia conta – respondi-lhe.
>
> – Se V. Exa. quer por que não o pede?
>
> – Se V. Exa. quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas..."
>
> A essa altura um largo riso se fez ouvir no recinto da Câmara. Imperturbável, no entanto, Justiniano José da Rocha continuou:
>
> "Disse S. Exa.:
>
> – Lance na lista um africano para o Sr. Rocha, um para o Sr. Fulano e outro para o Sr. Beltrano..."
>
> O ministro, segundo o historiador, era Bernardo Pereira de Vasconcelos. Rocha, justificando-se, disse que era casado com esposa sem dote, nascendo-lhe um filho a cada ano. Não bajulava poderosos nem frequentava gabinetes de ministros. Nas épocas de revolução expusera a si e a família a represálias. Com a ascensão dos conservadores, em 1842, ia às vezes à casa do Visconde do Uruguai, ministro da Justiça, de quem recebia instruções e pequenos auxílios pecuniários. A esta altura a emoção o domina e ele derrama:
>
> "O Sr. Paulino se entendia com a tipografia para a publicação, a administração e distribuição da folha. Nós nada disso sabíamos nem queríamos saber. Escrevíamos e mandávamos nossos artigos à tipografia. Às vezes, senhores, eu, que tenho família, e família numerosa (o orador começa a soluçar), pois, além de ter Deus abençoado o meu consórcio com numerosa prole, também a desgraça veio pairar sobre a minha família, levando-me meu pai... (voz do orador fica suspensa pela comoção, e vários

> Srs. Deputados lhe dirigem palavras consoladoras). Então, o Sr. Paulino, em remuneração do trabalho insano da sustentação de um periódico, dava-me de vez em quando um papel dobrado e nele algumas notas de 200$000 (O orador continua em pranto). E, senhores, (com força) eu vivia com família numerosíssima e digo esta verdade que não me pode ficar mal."

Há mais. Mas a cena exemplar se basta a si mesma.

Perdoai-me a extensa transcrição. Chego à Academia como jornalista. Foi essa a condição que me deu notoriedade e abriu-me caminho nos vossos corações. Magalhães Júnior também o era, mas optou pela condição de autor de comédias. Como os senhores sabem, a imprensa evoluiu e, se, para bem de todos, continua a ser o veículo pelo qual nossos grandes escritores se comunicam com a Nação, hoje é, sobretudo, uma empresa montada em moldes econômicos, e o jornalista, um profissional que desfruta os privilégios da lei, embora não se exima das imposições decorrentes do quadro econômico e social em que vivemos.

Seduzido pelas Letras na adolescência, a vida empurrou-me para o jornal. Repórter de polícia, percorri todos os trâmites de uma longa profissão. Minha geração de jornalistas, como a vossa de escritores, viveu momentos difíceis na vida do País. Atravessamos dois períodos ditatoriais. Sei que na Academia, não se fala de Política, tal a comunhão mais elevada dos seus membros e o respeito às convicções de cada um. Alceu Amoroso Lima, quando me candidatei pela primeira vez, identificando motivação política na pretensão, advertiu-me: "Na Academia só se entra pelas razões da Academia, jamais por outras quaisquer." Mas devo ressaltar que, em determinado momento da vida profissional, quiseram os fados que fosse o intérprete mais ostensivo de sentimentos que não se podiam então exprimir. A sociedade ansiava por informações; e coube-me abrir, graças ao apoio do *Jornal do Brasil*, um canal de mensagens cifradas mediante as quais atendia a expectativas tão amplas quanto frustradas.

Sei que não trabalhei em vão, e é muito em função disso que me acolheis aqui, independentemente dos sentimentos políticos de cada qual. Eis talvez a razão por que um repórter chega pela primeira vez, como tal, a ocupar uma Cadeira nesta Casa de expoentes da vida brasileira. Mas aqui terei a companhia de repórteres a cujo lado trabalhei, como Otto Lara Resende e Francisco de Assis Barbosa, que noutros tempos luziam como repórteres de

primeira linha e continuam ainda a escrever em jornais, mais como escritores do que como jornalistas.

A Academia é presidida por Mestre Austregésilo de Athayde, jornalista a vida toda e meu diretor por mais de vinte anos. Barbosa Lima Sobrinho, redator e diretor de jornal, preside a Associação Brasileira de Imprensa. José Sarney foi repórter em São Luís do Maranhão. Mauro Mota, repórter e diretor do *Diário de Pernambuco*. José Cândido de Carvalho, colunista em diversos jornais. Afonso Arinos foi diretor da *Folha de Minas*, e são presenças periódicas e constantes na grande imprensa brasileira Tristão de Athayde, há dezenas de anos, Barbosa Lima, Josué Montello, Rachel de Queiroz, Adonias Filho, D. Marcos Barbosa, Genolino Amado, hoje recolhido, Otto Lara Resende e José Guilherme Merquior. Mantém-se assim uma tradição da vida brasileira, tradição que ainda uma vez nesta Casa tem Machado de Assis como seu predecessor mais ilustre.

Todos nós, repórteres, redatores, editorialistas, articulistas, comentaristas, temos conhecimento e consciência do quanto se valorizou na escala ética e na exigência intelectual a profissão de jornalista. Não ignoramos que continuam a existir "foliculários governamentais" mas a verdade é que nenhum dos que chegamos à Academia vindos das redações de jornais tivemos o constrangimento de receber um dia um africano. Aqui dentro, portanto, como em nossos locais de trabalho, podemos bater-nos com honra por nossas convicções liberais e defender os direitos humanos, respeitando os ideais que a cada um de nós pareçam mais adequados à preservação dos valores nacionais.

Mas falei da sedução pelas Letras do adolescente que fui. Na Literatura, imaginava estar o meu destino, que brotava do convívio do menino com o pai apaixonado pela Poesia e pela expressão literária de um modo geral. Desde menino, ouvi-o recitar os poetas da terra. De Da Costa e Silva, seu companheiro de estudos no Recife, de quem tomara por ditado alguns sonetos, aos grandes poetas da época, Bilac, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira. Em sua biblioteca, descobri os volumes de Poesia e Prosa de Cruz e Sousa e nela me deslumbrei com os romances de Eça de Queirós. A Academia integrava seu universo literário. Lia no *Jornal do Commercio* os relatos das reuniões acadêmicas e os discursos de posse dos novos membros desta Casa. Em casa dos tios, com a cooperação de parentes, inclusive de meu pai, fun-

dou-se a Academia Piauiense de Letras, a que se dedicaria Cristino Castello Branco até o recente fim da sua vida.

Na derradeira visita que lhe fiz, aos noventa anos de idade, ainda me recitou versos dum velho poeta piauiense, Baurélio Mangabeira, o qual, residindo nas proximidades do cemitério, publicara no jornal que sozinho escrevia, compunha e imprimia um soneto que assim terminava: "Quanta gente a passar para o cemitério / e eu caladinho faço mais um ano..." Essas recordações ressurgem nesta hora solene em que aqui ingresso como o terceiro filho do Piauí, berço de poetas sertanejos e de modestos visionários tocados pela poesia do Parnaíba, velho monge... Antes de mim, nascidos na mesma cidade, vieram Félix Pacheco, poeta e jornalista, e o grande mestre da Medicina, Professor Deolindo Couto, ainda vigoroso nos seus gloriosos oitenta anos.

Meus senhores,

ao fim dessa divagação sentimental, espero não agredir vossa sensibilidade ao mencionar a fala de Machado de Assis, reeleito Presidente da Academia, na sessão de encerramento dos trabalhos de 1897. Nela, concitou seus companheiros a prosseguir nos trabalhos de elaboração do dicionário crítico de brasileirismos das diferenças de modos de escrever e falar dos dois povos. Disse tratar-se de "pesquisa grande e compassada", "matéria de útil e porfiado trabalho". E acrescentou: "Com os elementos que existem esparsos e os que se organizarem, far-se-á qualquer coisa que no próximo século se irá emendando e completando. Não temamos falar no século; é o mesmo que dizer daqui a três anos..."

Precedido dessa advertência, ouso colocar um tema que haverá de horrorizar a quantos, neste recinto, compõem e ilustram a Academia Brasileira de Letras. Acaso já terá ocorrido a algum dos presentes que, dado o caráter nacional desta Instituição, seu destino seja trasladar-se um dia para a capital da República? Claro que não. Brasília, jamais. Mas fica aí o lembrete. Se a ideia entrar aqui em alguma cabeça, pode ser que no próximo século ela se irá emendando e completando. "Não temamos falar no século, é o mesmo que dizer daqui a três anos...".

# II

# RESPOSTA DO SR. JOSÉ SARNEY

Sr. Carlos Castello Branco,

foi o nosso Presidente Austregésilo de Athayde, essa extraordinária figura de homem, intelectual de soberba estirpe, quem imaginou que as noites de posse na Academia não seriam assistidas somente pelos vivos.

No meio da Casa, flutuando nos espaços, entre damas e cavalheiros, diplomatas e escritores, dignitários do Estado e das igrejas, estavam os nossos antecessores, no esplendor da morte, de fardão dourado, atentos, concentrados e jubilosos, na glória de uma presença eterna que se repetiria nestes instantes, como "objeto do nosso culto, honra da nossa existência, guarda e proteção dos nossos ideais", sentinelas das nossas tradições.

Nasceria dessa comunhão do passado com o presente, da vida com a morte, a sagrada existência da nossa imortalidade. É que, nós todos, somados, menores que a Academia somos. Por isso mesmo, este momento tem sempre um significado transcendental.

A minha escolha para saudar-vos, Sr. Carlos Castello Branco, abrindo os louvores da chegada, é uma fraqueza do vosso coração, tocado por velha

amizade, pela faina comum da Política, pela vida mesmo, em dias e afeições que se confundem e se completam no gosto da convivência.

Viemos das mesmas terras, de história e geografia comuns, de costumes e destinos semelhantes, de gemidos e cantos entoados pelas mesmas bocas sedentas e sofridas, pelos mesmos olhos amarelados da pobreza e da imensidão dos infortúnios.

João Neves da Fontoura advertia que o discurso acadêmico de recepção não era fácil. Manda a tradição que o louvor não seja total e que "aqui e ali as pontas de alguns alfinetes resvalem, de leve".

Quebrarei a tradição acadêmica, porque as minhas palavras serão como aquelas cantigas de São Gonçalo, dos alegres bailes dos sertões do Gurgeia e de Jerumenha:

Batateira quando nasce
bota rama pra baía
onde tem rapaz solteiro
casado não tem valia.

Venho nuvem do Levante
pra nesta festa louvar
São Gonçalo do Amarante
padroeiro do dançar.

Assim, minha missão será louvar, somente louvar, Sr. Carlos Castello Branco, e vós o mereceis.

## UMA AGULHA ENFERRUJADA

Uma única farpa poderia lançar-vos, lembrando o vosso livro *Os Militares no Poder*. Mas seria uma agulha enferrujada, aquela mesma que Sousa Bandeira, ao receber Félix Pacheco, endereçou-lhe, aludindo à sua "inaptidão pessoal para a carreira das armas" e o contraste de vê-lo metido no uniforme acadêmico, bordado a ouro, e de espada embainhada: "Quanto à farda, contentai-vos com a que hoje trazeis e que, valha a verdade, vos fica muito bem."

## CADEIRA RICA

Ocupais uma Cadeira rica que pertenceu a Pereira da Silva, Rio Branco, Lauro Müller, D. Aquino Correia, tendo como Patrono Sousa Caldas. Sucedeis a uma das presenças mais constantes na vida intelectual do País das últimas décadas, Raimundo Magalhães Júnior, escritor de variados gêneros, de obra vastíssima em todos os campos. Nele é difícil destacar – como acentuou Viriato Correia – qual a faceta melhor, a não ser um campo comum, sedutor e impressionante: o trabalhador das Letras.

Na Rua da Glória, esquina do Mercado, nascestes, na Chapada do Corisco, para onde o conselheiro Saraiva, quando governou a Província do Piauí, levou a Capital, dando-lhe o nome de Teresina – composição de Teresa e Cristina, homenagem à Imperatriz.

A duzentos metros da casa do Desembargador Cristino Castello Branco, pai e mestre, corre o Rio Parnaíba, rio cantado em prosa e verso, por gerações e gerações de intelectuais da vossa terra, desde Da Costa e Silva, que o eternizou no verso do "Velho Monge de Barbas Brancas Alongado", até os nossos tempos, como no romance de Assis Brasil, *Beira Rio Beira Vida*, como no *Margem Rio Mundo*, de Álvaro Pacheco, dos melhores poetas de sua geração, a dizer, na evocação das lavadeiras:

> Bate roupa, bate sol
> bate fome, bate peitos
> bate carne descarnada
> na pedra, no quarador.

É que o Parnaíba exerce o fascínio e o encantamento das águas. O mesmo encantamento e fascínio que invadiu Odylo Costa, filho, maranhense com um lado do coração no Piauí, ao escrever *A Faca e o Rio*. O rio da novela é o Parnaíba. De Deolindo Couto, não conheço nenhuma confissão pública de amor ao Parnaíba, mas não tenho dúvida de que, às escondidas, deve ser a mesma paixão dos piauienses.

O Parnaíba é um rio que tem ares de avô, já nasceu velho, é vacilante no passo, cuidadoso no andar, olhos cansados de olhar as margens dos mara-

nhões e dos piauís, onde mais aproxima do que separa, desde as nascentes do Boi Morto e do Água Quente, ao pé da Serra da Tabatinga.

Uma noite de estrelas, numa canoa de remos, vi o delta do Parnaíba, onde ele, para não se entregar de uma vez na boca do oceano, parte-se em braços, de Tutoia, Carrapato, Igaraçu, Canárias e Caju. Aí, se enrola em bancos de uma areia alva, que brilha e foge, esconde-se em igarapés, pequenos riachos, lagoas e charcos. E, não satisfeito, inunda os campos planos fugidios, onde resplandece dominante a carnaúba, esguia, altiva, árida.

Foi nesse instante que confirmei a vocação piauiense do Parnaíba e compreendi a magia que ele exerce. E uma correspondência: na hora de morrer, é em terras do Piauí que ele mais se enrosca, se encurva, se deita.

## A CAMINHADA

No Liceu Piauiense, fundado pelo Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, começastes os estudos. Ouvindo o pai recitar Alberto de Oliveira, Da Costa e Silva – de quem recolheu o soneto "Saudade" – Cruz e Sousa e Gonçalves Dias, lendo Eça, Humberto de Campos, Herculano e Camilo, sentistes o despertar da vocação literária. Era mais um da família a ingressar na dinastia da inteligência piauiense, em que figuram tantos, desde Leonardo de Nossa Senhora das Dores, passando por Teodoro, Hermínio, Deolindo Cristino, até Carlos, todos Castello Branco. O ambiente da casa sempre foi o da convivência literária. Os parentes Clodoaldo e Lucídio Freitas pertencem, ao lado de Fenelon Castello Branco, Anísio de Abreu, Joaquim Ribeiro Gonçalves, Baurélio Mangabeira, Higino Cunha e tantos outros, à chamada geração de ouro, que trouxe de Pernambuco a poesia nova, divulgaram Filosofia e incentivaram um grande movimento cultural no Estado, que desembocou na fundação da Academia. Cristino Castello Branco, vosso pai, continuaria a obra dos parentes Freitas e, com Martins Napoleão, José Auto de Abreu, Artur Passos, Edson Cunha e outros continuaria aquilo que Herculano de Morais chamou "uma fase pródiga da literatura piauiense".

O Piauí, perdoem-me a digressão, é um Estado singular. Em qualquer lugar do mundo, o Poder, nas revoluções, se toma pela força. Pois no Piauí

ele é assaltado pela Poesia. Gabriel Luís Ferreira, segundo a tradição popular, recita para o povo as estrofes condoreiras do poema a "Pátria Livre" e com elas vai ao Governo do Estado, na Proclamação da República.

## AS MINAS GERAIS

Moço, em vossa terra fizestes, aos quatorze anos, o primeiro jornal. Tanta precocidade induzia a família a mandar-vos estudar nos grandes centros. O Rio de Janeiro, sem dúvida, seria o destino natural. Mas aconselharam vosso pai a pensar em lugar mais protegido, bom clima, cidade sanatório, de bom nível cultural e sem os riscos da perdição, que diziam existir em cada enseada da Baía de Guanabara. Belo Horizonte, de costumes severos, foi a escolhida, e para lá fostes.

Otto Lara Resende assim vos descreve, na lembrança desses tempos: "De pequena estatura, cara oblonga de piauiense recheado de silêncio, o Carlos Castello Branco dos tempos iniciais de Belo Horizonte, quando lá chegou, pouco tem a ver, aparentemente, com o homem desenvolto e o ágil colunista político de hoje." E conclui: "O tempo tornou-o mais jovem: desatou-lhe a língua."

Para vossa formação política, a passagem por Minas Gerais é definitiva. No Piauí era a Literatura o tema de todas as horas, em Minas é a Política. Daí, confessais, consolidastes a vocação liberal de vosso espírito. Há nessa etapa, a presença de um mestre.

O que mais vos seduziu, o que mais vos encantou e escravizou pelo tempo afora, Artur Versiani Veloso, professor de História da Filosofia que vos ensinou a ler, a ler um sistema e saber o que estava lendo. Esse homem, primo do nosso confrade Cyro dos Anjos, expoente dessas luzes da inteligência e do espírito de Minas Gerais.

Mas a perdição estava no vosso caminho e vós a encontrastes. Foi mesmo em Minas Gerais, aos 18 anos, o ingresso na carreira de jornalista, e, para começar, repórter de polícia. Mas os acontecimentos políticos são confundidos, por vezes, com os fatos policiais. Já foi dito que a Queda da Bastilha, em 1789, foi narrada como um acontecimento policial.

Rapidamente, galgastes promoções, sendo presença constante, a partir desse momento, como repórter, redator, editorialista, secretário, chefe de redação, colunista em *A Noite*, *O Jornal*, *Diário da Noite*, *Diário Carioca*, *Mundo Ilustrado*, *O Cruzeiro*, *Tribuna de Imprensa*, *Folha de S. Paulo*, até chegardes ao quase centenário *Jornal do Brasil*, tradicional órgão que honra a Imprensa Brasileira, onde há mais de vinte anos, diariamente, sois a figura solar do Jornalismo Político do País.

## UM SIMPLES REPÓRTER

Os jornalistas que chegam à Academia fazem-no com a humildade de uma contribuição menor do Jornalismo ao mundo das Letras. Vós não sois exceção e, humildemente, vos declarais "um simples repórter".

Assis Chateaubriand se apresentou como "gerente de jornais e revistas", Elmano Cardim e Félix Pacheco, como "homens de imprensa". Afrânio Peixoto contestou essa modéstia em plena sessão solene nesta Casa e acentuou que "a Imprensa sempre trouxe acadêmicos" e, para concluir, desejoso de estimular uma candidatura, acrescentou: "Não vejo ninguém do Jornal do Commercio."

Na mesma linha, Aníbal Freire, ao receber Assis Chateaubriand afirma que "a Academia Brasileira de Letras sagrou o jornalista" e que "a nossa Instituição sempre teve o fascínio pelos líderes da imprensa". Essa predileção nos vem dos fundadores. Rui ao escolher o seu Patrono, escolheu a Evaristo da Veiga, Sílvio Romero a Hipólito da Costa, José do Patrocínio a Joaquim Serra. Entre os nossos fundadores não estavam também Alcindo Guanabara, Medeiros e Albuquerque e Carlos de Laet?

André Siegfried dizia que aprendeu mais "com as viagens e com a conversação do que com as leituras. Meu método é o de um repórter", confessava. Félix Pacheco comentava que "no jornal as pessoas vão se polindo na banalidade do noticiário e sentindo de perto as crepitações da vida comum" – para concluir: "Quanto repórter não subiu daí a escadaria do sonho."

Levi Carneiro, no discurso de recepção a Elmano Cardim, afirmava que os méritos do empossado eram apenas de jornalista e bastavam: "De vós não conheço uma só poesia, nem uma só página de ficção" – disse-lhe.

Porém de vós, Sr. Carlos Castello Branco, não podemos dizer a mesma coisa. Ao lado do jornalista, está o ficcionista consagrado dos *Continhos Brasileiros* e do *Arco do Triunfo* que mereceram da crítica elogios e reconhecimento.

Manuel Bandeira diz, ao escrever sobre o *Arco do Triunfo*:

> Castello é, no consenso de todos os homens de imprensa do Brasil, o nosso melhor observador e cronista. No *Arco do Triunfo*, a trama do romance é desenhada com aquela firmeza de traço em que não há linha morta, e até as personagens episódicas vivem intensamente. Castello, esse grande prosador, é também grande romancista.

Jorge Amado não resistiu à prova de fogo da leitura de livro, aquilo que ele chama "sua capacidade de arrastar o leitor", e confessa: "*Arco do Triunfo* é um desses livros que a gente lê avidamente, e, uma vez iniciada a leitura, não se interrompe. Ninguém, no entanto, após ler *Arco do Triunfo*, pode honradamente discutir as qualidades de escritor e de romancista de Carlos Castello Branco."

O livro aborda um tema político, narrando a história de um homem que se degrada, na ambição do sucesso. Carlos Lacerda, que leu duas vezes a obra e escreveu sobre ela dois artigos críticos, vê no romance uma transposição de tipos, acha o livro cruel, mas reconhece que "Carlos Castello Branco tem uma insistente vocação para a literatura de ficção". Adolfo Casais Monteiro, o grande crítico português, estudando o romance, afirma que "o livro foi feito por mão de mestre".

Mas a verdade é que entrais na Academia como jornalista, dos maiores de nossa história, na galeria dos grandes escritores, dos que mais prestaram serviços ao País, pela coerência, pelas convicções.

A Casa acaba de ouvir a vossa primorosa oração de posse, sequência do vosso estilo direto, da palavra leve, da frase sem morada para adjetivos, do cuidado para com a Língua. Quem vos conhece sabe que esta noite deve ser uma das maiores emoções que tendes vivido. E vosso coração já sofreu tantas emoções, desde as mais singelas até o limite amargo do punhal do destino.

Na evolução do Jornalismo Brasileiro, reconheço aquilo que Pompeu de Sousa, o nosso grande Pompeu, pai e mestre de tantos jornais e jornalistas, afirma terdes herdado, ou seja: a pena com que José Eduardo de Macedo Soares, por quase meio século, debateu os problemas políticos nacionais. Ele, por sua vez, havia sucedido a Alcindo Guanabara. Porque há toda uma genealogia do

comentário político brasileiro, que vem de Evaristo da Veiga, Clemente Pereira, José Bonifácio, José do Patrocínio, Joaquim Serra e Quintino Bocaiúva, para resplandecer na vossa pena, no momento atual da vida brasileira.

O Jornalismo é, muitas vezes, para o puro homem de Letras, uma atividade paralela, que ele comparte com a Poesia, o Romance, o Ensaio Crítico, o Teatro. O vosso antecessor foi o bom exemplo desse tipo de atividade diversificada, embora tenhamos de assinalar que, no seu caso, o Jornalismo foi a atividade dominante, que influenciou as demais. Daí o poder de comunicação de seu estilo.

Nosso Patrono, Machado de Assis, foi também jornalista, na sua condição de cronista constante, como Josué Montello, o nosso inexcedível Josué, atento ao que se passava no mundo ou à sua volta e que merecesse o comentário da sua pena. Assim Félix Pacheco, jornalista e piauiense como vós, assim Constâncio Alves, assim Carlos de Laet, assim Aníbal Freire, assim Assis Chateaubriand, assim Múcio Leão, assim Álvaro Lins, assim Austregésilo, assim Alceu Amoroso Lima, assim Barbosa Lima Sobrinho, assim Francisco de Assis Barbosa, assim Otto Lara Resende, assim Adonias Filho, assim Afrânio Coutinho, assim Rachel de Queiroz, assim Dinah Silveira de Queiroz, assim D. Marcos Barbosa.

No vosso caso, Sr. Carlos Castello Branco, o Jornalismo, além de ser a atividade dominante, tem uma feição especial, a do Jornalismo Político.

E que é o Jornalismo Político? É o político que fez do Jornalismo a sua tribuna. Em vez de vos orientardes no sentido da tribuna parlamentar, tendestes para a tribuna do jornal e ali exerceis uma tão grande influência, que se pode dizer, sem lisonja nem perigo de erro, que sois um dos líderes do pensamento político do Brasil neste momento.

Vossa presença no *Jornal do Brasil* é mais do que um espelho da atualidade. É um processo de consciência da própria Política Nacional. Porque não vos limitais à condição de expositor dos acontecimentos: sabeis ser o pensador e o teorizador, com a capacidade de ver, de intuir e de concluir.

E isso decorre de dois fatores importantes: de um lado, a vossa capacidade de apreensão; de outro lado, a vossa extraordinária experiência dos homens e dos acontecimentos. Trouxestes, da solidão dos campos do Piauí e das montanhas de Minas, o gosto de ouvir a Natureza, que vos talhou para

escutar. Tende o ar de quem está sempre atento ao que ides ouvir, mesmo quando interferis no diálogo. Sempre o fazeis de tal modo, que o vosso interlocutor costuma dizer-vos mais do que intimamente pretendia. Sócrates chegava à verdade pela Maiêutica; vós adotais um processo mais simples, que consiste num simples *hum hum*, dito de passagem à boa maneira piauiense e maranhense, e que puxa pela palavra alheia com singular habilidade e eficácia.

Em toda murmuração política, há fantasia e verdade. Já se disse que a Política é uma mistura de realidade e sonho. Por vezes, a fantasia é mais verossímil, com todas as aparências da verdade, enquanto a verdade muitas vezes parece fantasia. Só uma coisa imita o inusitado e o imprevisível na Política: a vida. Sabeis discernir uma e outra, como se ambas passassem por um exame de laboratório, capaz de detectar o fato real e o simples boato.

Já se definiu a missão do jornalista, no plano do Jornalismo opinativo, como poder de transformar a opinião pessoal em opinião pública, por intermédio do jornal. Esse poder continua a existir no jornal impresso, a despeito da competição exercida por meios mais modernos de comunicação de massa, como o rádio e a televisão. Mas o jornal impresso é ainda o instrumento reflexivo por excelência.

Os meios da moderna tecnologia colocada a serviço do fazer jornal vieram ajudar a difusão da mais importante liberdade, asseguradora de todas as outras liberdades, que é a liberdade de imprensa. Quando esta entra em colapso, todas as outras liberdades desaparecem. O poder de questionar governos, políticas, atitudes e comportamentos – básico nas democracias – só se torna efetivo com Imprensa livre.

Digo isto, Sr. Carlos Castello Branco, para acentuar a singular importância de vossa presença na história do Jornalismo Brasileiro. Cito um exemplo:

Quando o Congresso esteve fechado, declarado em recesso, Carlos Castello Branco, esquecendo a censura, não deixou passar um só dia sem falar do Congresso, anunciando sua volta, dizendo da sua importância como a maior das instituições liberais e substituindo o silêncio das tribunas parlamentares pela inteligência de sua tribuna jornalística. O Poder Legislativo tem para com esse jornalista, ainda não resgatada, uma grande dívida.

Ele foi o Congresso quanto o Congresso não era.

Seu comportamento ético, sua firmeza de princípios, a retidão de sua conduta, compõe a personalidade do grande escritor, que, para defender suas convicções democráticas, provou a polpa amarga da prisão. Sua integridade moral é absoluta.

Quando trabalhava em determinado órgão, o proprietário da empresa deu-lhe as instruções para fazer o Editorial: "O jornal, Castello, é um moleque que exige o sacrifício diário de uma reputação. Você ataque a quem quiser, contanto que ataque uma pessoa a cada dia."

Em seguida, perguntou ao jovem empregado que se sentava à máquina: "A quem você vai atacar?"

Castello respondeu: "Ao Senhor!"

Sois um referencial. Marcais uma época. Tivemos o tempo do panfleto, da linguagem de fogo queimando reputações e pessoas, derrubando gigantes e poderosos. É o "Timandro", de Torres Homem, é um Thomas Payne com o seu temerário e audaz *Common Sense*. Tivemos o Jornalismo doutrinário, a serviço de uma causa. Era a hora de Patrocínio, de Bocaiúva e Guanabara, de Macedo Soares e Lacerda...

Temos hoje o Jornalismo de análise. Nele o fato político é dissecado com precisão e frieza de cirurgião. Todos os ângulos são examinados sem a paixão do panfletário nem o arrebatamento e o comprometimento do ativista. Existe a informação para ser trabalhada, analisada em correlação com outros fatos presentes, dos quais devem ser retiradas ilações de consequências futuras.

Esta fase é vossa. Sois a figura inaugural, no legado que conseguistes acumular ao longo de tantos anos, no amassar diário do barro da informação política. O acervo desse trabalho, indispensável ao estudo da História Brasileira Contemporânea, impresso, comporá dezenas de volumes.

Evandro Carlos Andrade, brilhante expoente da atual geração de jornalistas do País, traz o testemunho dos novos, ao declarar que sois "o melhor repórter político que já houve e que há".

Passastes por Minas, onde aprimorastes a solidão e a nostalgia de vossa terra.

Aqui chegais, e convosco vem o Piauí. Pelo berço e pela geografia. Pela presença ausente de Cristino Castello Branco que amava a Academia e que morreu sem ver as luzes desta noite.

Vem também com Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castello Branco; o primeiro, o poeta cósmico, valente guerreiro das lutas pela liberdade, no verso de Dobal:

"Cantos de queimadas, dos currais de pedra do homem e de outros bichos esquecidos nos campos de cinza e da cinza do Piauí onde se enterram."

Sede bem-vindo!

A Academia está honrada e jubilosa com a vossa presença.

Discurso do
SR. SERGIO CORRÊA DA COSTA

e

Resposta do
SR. AFRÂNIO COUTINHO

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 14 de junho de 1984*

# I

# DISCURSO DO SR. SERGIO CORRÊA DA COSTA

Não sei de distinção que me honrasse mais do que a admissão à vossa companhia. Sou imensamente grato aos acadêmicos que sufragaram o meu nome e, de modo muito particular, aos que me encorajaram e ajudaram, desde a eleição anterior, sem a menor ressalva ou reticência. Dentre estes, desejo destacar Rachel de Queiroz, Abgar Renault, Afrânio Coutinho, Carlos Chagas, Adonias Filho. Esses amigos diletos não apenas me ofereceram solidariedade irrestrita, mas empenharam-se generosamente a partir do primeiro momento, dando muito de si e do seu tempo para que eu hoje pudesse ter o privilégio de incorporar-me à Academia.

Como esta é uma Casa que vive, respira tradição, sinto que, de alguma forma, terá pesado na vossa decisão o desejo de homenagear um antigo companheiro, membro fundador da Academia, meu avô, Raimundo Correia.

Não tive a ventura de com ele conviver, mas, por intermédio de minha avó e de minha mãe, creio que cheguei a conhecê-lo bem, em seu espírito, suas idiossincrasias, seu profundo senso poético, a extensão da sua pureza e a dimensão da sua integridade. Minha mãe, que dele herdou a curiosidade intelectual e a sensibilidade, conduziu meus primeiros passos através de seus versos, incutindo-me o gosto pela Poesia e a atração da aventura literária.

Relevai-me a fraqueza de voltar, por um momento, à minha infância e dizer-vos um de seus sonetos, dentre os que então nos pareciam mais belos e sonoros:

A Cavalgada

A lua banha a solitária estrada...
Silêncio!... Mas além, confuso e brando
O som longínquo vem-se aproximando
Do galopar de estranha cavalgada.

São fidalgos que voltam da caçada;
Vêm alegres, vêm rindo, vêm cantando.
E as trompas a soar vão agitando –
O remanso da noite embalsamada...

E o bosque estala, move-se, estremece...
Da cavalgada o estrépito que aumenta
Perde-se após no centro da montanha...

E o silêncio outra vez soturno desce...
E límpida, sem mácula, alvacenta
A lua a estrada solitária banha...

A essa evocação de Raimundo Correia, não posso deixar de associar o meu regozijo por estar sua Cadeira ocupada pela extraordinária figura humana que é Rachel de Queiroz. Mais do que um grande nome, Rachel tornou-se marco relevante em nossa história literária, consagrada pioneira no romance do Nordeste com o seu *O Quinze*.

Senhores acadêmicos,

se procurarmos um denominador comum compartilhado pelos sete ocupantes da Cadeira 7, encontraremos, de uma forma ou de outra, com as feições até contraditórias de cada um – facúndia ou sobriedade –, um traço vigoroso de nacionalismo, de exaltação da terra e do homem, de amor romântico pelo Brasil, de afirmação do singular destino brasileiro.

O Patrono – Castro Alves – não apenas atribui particular majestade à Cadeira, mas dá-lhe essa tônica de brasilidade que vai logo adiante adquirir com Euclides da Cunha proporções de vertente nacionalista, de intensa afirmação das peculiaridades da raça e da Cultura brasileiras.

Por mais severos que sejam os juízos de críticos e exegetas, o fato é que ninguém, como Castro Alves, alcançou tão profunda identificação, tão ampla congenialidade com o gosto poético do povo brasileiro. Poeta da raça, poeta social, o mais lido e admirado do nosso País, sua fulgurante passagem pelo mundo continua a retumbar mais de um século depois de sua morte e do impacto do único livro que chegou a ver impresso – *Espumas Flutuantes*.

O fundador da Cadeira – Valentim Magalhães – revelou sempre intensa preocupação com o Brasil e sua Cultura, seja na liderança intelectual que exerceu, seja na continuada prática do Jornalismo, em que fixou temas e aspectos da nossa realidade social e política, até então escassamente apreciados. Seu empenho junto aos demais fundadores desta Academia, no sentido de dar à Instituição um cunho nacional, eminentemente representativo das tendências e características de todas as regiões do País, confirma esse traço marcante que procuro assinalar.

Sucedeu-lhe uma figura estelar – Euclides da Cunha. A controvérsia até hoje intensa sobre onde situar a singularidade do fenômeno *Os Sertões* dá-nos bem a ideia da perplexidade que esse livro máximo ainda nos causa e do impacto que perdura, passados mais de oitenta anos.

Romance ou ensaio ou epopeia, o fato é que *Os Sertões* são o monumento estruturalmente mais amplo e complexo da civilização brasileira, onde ressoa a "linguagem mais épica que já se escreveu em Língua Portuguesa".

A decisão de Júlio Mesquita de designá-lo correspondente de *O Estado de S. Paulo* em Canudos daria rumo providencial ao destino de Euclides.

Havendo perfilhado a versão oficial, que atribuía sentido monarquista à insurreição, Euclides pôde contrastá-la com a realidade das condições de vida da população sertaneja, virtual comunidade de párias e deserdados. A ferocidade da luta e da repressão fê-lo retificar o julgamento e denunciar à Nação o genocídio de Canudos. E o potente libelo contra o atraso e a desumanidade seria o arroubo de *Os Sertões*, "vasto afresco da vida sertaneja em instante de crise dramática", na bela síntese de Afrânio Coutinho.

Entre 1904 e 1907, Euclides desloca-se para a Amazônia e escreve *Contrastes e Confrontos* e *Peru versus Bolívia*. A visita à Amazônia, diz-nos Franklin de Oliveira, "deu-nos quase um outro Euclides". E explica:

> A Hileia o educou (e) ensinou a ver o que não tinha visto em Canudos – a heroicidade do homem enfrentando a espoliação econômica, do homem que trabalhava para se escravizar (...). Só o entendimento da exploração humana, que a Amazônia lhe revelou, teria sido suficiente para fazer de *Um Paraíso Perdido*, caso o projeto de livro se tivesse cumprido, um *opus* maior que *Os Sertões*.[I]

Afrânio Peixoto, entrando para a Academia apenas com o seu primeiro aceno literário que foi *Rosa Mística*, recebeu a eleição como efetivo encargo cultural envolvendo tarefas específicas a desempenhar. Veloz e febril, desencadeou a sua obra de romancista, entregando ao editor, em sucessão, *A Esfinge*, *Maria Bonita*, *Fruta do Mato*, *Bugrinha*, *As Razões do Coração*, *Uma Mulher como as outras*, *Sinhazinha*...

Com a devoção que punha em cada empreendimento, em cada posto ou função, revelou-se um trabalhador infatigável, a serviço, por inteiro, da Cultura do Brasil. Nunca será demais repetir que, durante sua residência e graças aos contatos pessoais que mantinha no exterior, conseguiu de Poincaré e Millerand, em 1923, a doação deste prédio que abriga a Academia desde então. Esse feito nos leva naturalmente a evocar também a admirável realização do nosso ilustre Presidente, Austregésilo de Athayde, em cuja sábia e equânime gestão se consolidou e se expandiu a alforria desta Instituição numa escala que não teríamos ousado sequer sonhar. São, ambos, credores do reconhecimento não apenas nosso, mas do nosso País e de nossa Cultura.

Identificada com o seu tempo, a obra de Afrânio é como uma caixa de ressonância das ideias e sentimentos que agitavam o País. Nos seus ensaios, nas conferências e, sobretudo, nos romances aparece a realidade do Brasil, de todo o Brasil, com suas gentes e paisagens, fazendo da obra desse baiano genial (perdoai o pleonasmo...) um dos mais preciosos documentários da nossa História e Cultura.

---

I OLIVEIRA, Franklin de. *A Espada e a Letra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 96.

Afrânio Peixoto, onímodo autor de cem volumes, é sucedido por Afonso Pena, homem de um livro só. Ambos filhos do garimpo: um, do coração diamantino da Bahia; e outro, do centro de faiscadores e pedristas do sertão mineiro, duas pepitas de quilo, uma após outra, mas duas vocações distintas no fundo da bateia.

Ao voraz, pantagruélico baiano, segue-se a pertinácia unívoca do mineiro, absorvido vinte anos em tema único, consórcio monogâmico com a controvérsia tricentenária em torno da autoria da *Arte de Furtar*.

Essa intensa inclinação pela crítica atributiva, aliada a uma erudição singular (mais do que familiaridade, intimidade com os clássicos), permitiu ao sábio mineiro decifrar plenamente o enigma literário e restituir, definitivamente, ao legítimo dono, Antonio de Sousa de Macedo, a sua subtraída paternidade.

Hermes Lima, jornalista, professor de Direito, teórico do Nacionalismo, constituinte de 1946, primeiro-ministro do parlamentarismo e, durante nove meses, chanceler do Governo João Goulart, terá sido levado à militância política, antes de tudo, pela sua constante preocupação com os problemas nacionais. Creio mesmo que a opção socialista, que o levaria ao cárcere, violentava, no fundo, as suas próprias tendências conservadoras, que terminariam predominando. Em toda a sua atividade, pública ou particular, a constante invariável foi o propósito de servir o País e buscar soluções dignas e eficazes para a problemática do nosso desenvolvimento social e político.

Pontes de Miranda foi, sem dúvida, o mais versátil e abrangente dos juristas brasileiros. O sólido embasamento filosófico, político e sociológico de sua formação deu-lhe uma verdadeira cosmovisão do Direito, transparente em sua gigantesca obra de renovação do nosso saber jurídico. Ao longo de muitos anos, seus pareceres foram os mais disputados e acatados nas lides forenses brasileiras. Uma opinião sua já era meia vitória, pois sua lucidez e poder de persuasão aliciavam juízes e intimidavam adversários. O menino do interior das Alagoas poderia orgulhar-se de haver alcançado o cimo da montanha, assegurando ao nosso País espaço de relevo na Literatura Jurídica Universal.

Sua excepcional disciplina de trabalho e luminosa capacidade de coligir e correlacionar fatos e situações nunca sopitaram um outro aspecto de sua fascinante personalidade que em nada afetou a sisudez da sua obra de cantaria – o traço inconfundível de sonhador e de poeta. Com efeito, talvez a ele

pudesse caber o conceito de La Rochefoucauld sobre o Cardeal de Retz, que se deleitava em confidenciar aos amigos aventuras extraordinárias: *Souvent son imagination lui fournit plus que sa mémoire...*

Senhores,

Dinah Silveira de Queiroz, fiel à matriz básica que é a presença palpitante da realidade brasileira – paradigma dos ocupantes da Cadeira 7 –, procura igualmente reter e interpretar essa realidade, em sua ampla contribuição ao nosso patrimônio cultural.

Sabemos todos o quanto se empenhou para que a Academia deixasse de ser um reduto masculino. Bateu-se, antes de tudo, pelo princípio. Vitoriosa, instou para que fosse Rachel a primeira a candidatar-se. A lutadora postularia, a seu tempo, a admissão a que a credenciava sua obra literária.

Sete romances maiores, quatro coleções de contos, uma de crônicas, vários livros de Literatura Infantil, uma peça de Teatro e uma antologia consagram a versatilidade do seu espírito e a pureza de sua pena. Com estilo direto e sóbrio, é capaz de devassar os escaninhos da alma com a mesma naturalidade com que nos pinta um painel histórico ou assusta o leitor com o recurso ao desvario ou ao sobrenatural. Mas o pano de fundo, a rampa de onde projeta a imaginação, é sempre a ternura pelo cotidiano, a identificação com a terra, o dia a dia, a poesia do corriqueiro, que Dinah foi fixando, ao longo de quarenta anos, em mais de dez mil crônicas para jornais e para o rádio. O simples fato de chamar-lhes "Café da Manhã" mostra o quanto se comprazia nesse encontro matinal com os ouvintes – na intimidade da hora, na prosa coloquial, na jovialidade dos comentários.

No seu cosmos literário, se acomodavam os mais diversos estilos narrativos, do sentimental ao épico, do satírico ao místico, do alucinatório ao picaresco. Há, porém, um denominador comum que é a forma, na sua simplicidade e pureza. Por isso, a narração flui fácil e envolve o leitor.

*Floradas na Serra*, o romance com que iniciou sua carreira, assinala sua inclinação mais autêntica, que é a configuração psicológica dos personagens. As linhas de urdidura valem menos como trama do que como recurso para penetrar a intimidade do ser, suscitar tensões e fazer vibrar facetas recônditas

da criatura humana. Em um horizonte dominado pelo romance nordestino, todo ao ar livre, a escritora reivindica espaço literário para um componente novo que é a fisionomia interior – o romance intimista/sentimental, introspectivo/psicológico.

Depois de um volume de contos – *A Sereia Verde* –, Dinah sacode o nosso tranquilo ambiente literário de 1949 com *Margarida La Rocque*, decidida incursão no fantástico/mítico, gênero então escasso no País. A personagem-título, de neurose crescente, confinada a degredo sem remissão numa ilha de demônios e fustigada, continuamente, ora pela injustiça, ora pelo sobrenatural, sempre perplexa diante da própria sorte, constitui, talvez, a caracterização mais completa e mais bem acabada de toda a obra de Dinah.

Essa narrativa na primeira pessoa é intensamente autoanalítica, com ação no século XV e aparente intenção prefigurativa ("Margarida não passa de uma reencarnação da própria Eva, purgando sua falta", assinalou o crítico Temístocles Linhares), e como que prenuncia a suprema ousadia fabular que foi o *Memorial de Cristo*, 25 anos mais tarde.

A seguinte peça de porte é uma epopeia histórica – *A Muralha* –, reconstituição da primitiva e áspera vida pioneira em São Paulo no início do século XVII. Se, no universo da ficcionista, a introspecção prima, nitidamente, sobre o enredo, *A Muralha* será exceção. Tanto a descrição ambiente, em pinceladas fortes, quanto o enredo em si merecem da autora igual prioridade. As personagens são como talhadas em pedra em cenário de extrema rusticidade, mas de beleza poética, em que o crítico Malcolm Silverman assinala um não disfarçado tom rousseauiniano, dando como exemplo a simbiose telúrica de um índio: "Quando estava no meio da Natureza era como uma criança no ventre de sua mãe, gostoso e confortável."[2]

A incursão na Ficção Científica foi mais uma prova de sua imensa curiosidade intelectual e disposição de trilhar caminhos novos. Os contos que reuniu em *Eles Herdarão a Terra* (1960) e *Comba Malina* (1969) tiveram impacto, uma vez que muito pouco se escrevera no País, no gênero, desde a *Amazônia Misteriosa* (1925), de Gastão Cruls, *O Presidente Negro* (1926),

2 SILVERMAN, Malcolm. *Diversity in the Prose Fiction of Dinah Silveira de Queiroz*. Lisboa – San Diego, 1979.

de Monteiro Lobato, e a *República 3.000* (1930), de Menotti del Picchia. Entre algumas exceções, cabe lembrar o trabalho de Orígenes Lessa, em 1947 – *A Desintegração da Morte*.

Na Ficção Científica de Dinah, a dimensão humana não se apequena irremediavelmente diante do progresso. Longe de deificar a Ciência e a Técnica, chega a desafiá-las com o seu ceticismo intuitivo e a sua crença no triunfo do humanismo sobre a mecanização insensível e repressora da personalidade. Para a escritora, em todo o universo das Galáxias, a nossa Terra turbulenta, com suas deficiências e limitações, ainda é o habitat mais desejável e onde há lugar para a aspiração à felicidade.

Nos seus devaneios, a autora não se desgarra do nosso Planeta e nem do nosso País. Seu sentido de brasilidade é tão onipresente que chega a contagiar cenários, situações e até as próprias personagens extraterrestres. Por isso, transparece na narrativa um evidente traço caricatural, um tom de sátira e de humor. Caso típico é o do conto "O Carioca", em que define o protagonista como "Robô inteiramente viciado" e o faz passear pelas ruas de Copacabana e da Lagoa Rodrigo de Freitas, espécie de Macunaíma da era eletrônica...

Disse há pouco "incursão" na Ficção Científica porque Dinah, de fato, não mais tentou pressentir o futuro após *Comba Malina*.

A atração pelas retrospectivas históricas, revelada em *A Muralha*, levou-a a dar-nos, em 1965, *Os Invasores*. Em tom bem diverso da epopeia histórica de 11 anos antes, o novo romance enquadra-se melhor entre as sátiras épicas. O ambiente é intencionalmente confuso e as situações – sem dúvida – grotescas, tragicômicas na dramatização que a autora nos faz da invasão do Rio de Janeiro pelos franceses, em 1710.

Já o romance *Verão dos Infiéis* (1968), definido como paródia intimista, é um inventário de problemas emocionais que anuviam e dilaceram uma família inteira. A um tempo autores e vítimas da poluição ambiente, os protagonistas agem e interagem com suas cargas neuróticas, formando um painel sombrio e opressivo.

A versatilidade que revelou no romance, Dinah a repetiu nas suas quatro coletâneas de contos, onde as narrativas se sucedem em amplo leque de estilos e técnicas e exibem tramas de intensa complexidade. O gosto pela sátira, pelo fantástico e pela dissecção emocional dos personagens, aliado ao

engenho na manipulação do espaço e do tempo, dão riqueza temática e ambiental e essas coleções - sobretudo *As Noites do Morro do Encanto*.

Segundo o crítico Frederick C. H. Garcia, Dinah revelou em *Margarida La Rocque* não apenas a sua sede de universo, mas lançou, com esse romance, a primeira pedra de um monumento que se completaria com *O Oitavo Dia* e com o *Memorial de Cristo*.

O interesse pela pessoa do Jesus histórico é um fenômeno relativamente recente. No começo do século XIX, duas teologias se confrontavam: a tradicional, segundo a qual os milagres da Bíblia ocorreram tal como descritos e devem ser aceitos como ato de fé; e a dos racionalistas, que buscavam uma explicação objetiva para todos os acontecimentos aparentemente sobrenaturais. Em obra notável, *Das Lebens Jesu*, 1835, Friedrich Strauss, de boa formação hegeliana, procurou reconciliar a tese dos supernaturalistas com a antítese dos racionalistas e sintetizou-as no que denominou interpretação mítica. Foi ele o primeiro a distinguir, sistematicamente, o Cristo da fé e o Jesus da História, só sendo possível chegar a esse último despindo o documental de todos os aditivos míticos. Sem tentar explicar, logicamente, como os racionalistas, cada incidente dos Evangelhos, Strauss sustentou que grande parte do Novo Testamento é, em última análise, ficção e, como tal, pertence à Teologia, mas não à História.[3]

No vasto campo da literatura dita "pós-figurativa", em que a ação é "prefigurada" segundo modelos míticos conhecidos (*Ulysses*, *Doktor Faustus*), a evocação de Jesus como herói da Ficção Moderna surgiu e desenvolveu-se ao longo dos últimos cem anos, aspirando mesmo à condição de categoria literária própria. Na medida em que os preconceitos religiosos se foram atenuando, os escritores deste século começaram a dar tratamento literário à figura de Jesus, com crescente desembaraço. Os Evangelhos passaram a ser considerados parte de um patrimônio cultural, mais do que apenas artigos de fé.

Esse hoje amplo espectro de "transfigurações ficcionais" de Cristo alinha escritores do vulto de Thomas Mann, Gerhart Hauptmann, John Steinbeck, Hermann Hesse, Ignazio Silone, Nikos Kazantzakis, William Faulkner e mui-

3 ZIOLKOWSKI, Theodore. *Fictional Transfigurations of Jesus*. Princeton University Press, 1978, pp.34-36.

tos outros. Como adaptam, moldam e acomodam a figura de Cristo a seu belprazer, o que distingue o recurso imagético e o sentido do simbolismo são as próprias crenças pessoais dos autores. *Ergo*, o Cristo moral, nesses casos, não reflete, nem busca refletir, necessariamente, o da fé cristã, já que, na transfiguração, o paralelismo é essencialmente formal, não religioso.

Como pano de fundo, para melhor situar o *Memorial* de Dinah no universo da cristologia, permiti-me que recorde as categorias de Ficção que envolvem o drama de Jesus, alinhadas por Theodore Ziolkowski, professor de Literatura Comparada em Princeton: (1) as "transfigurações"; (2) as biografias ficcionalizadas. (3) *Jesus redivivus*; (4) a *imitatio Christi* e (5) os "pseudônimos" de Cristo. O tema das "transfigurações" é um herói moderno cuja vida foi meramente "prefigurada" por Jesus. Nas "biografias ficcionalizadas", a peça capital é o próprio Jesus histórico. Nessa clave se inscrevem a *Storia di Cristo* (1921), de Papini, o *The Day Christ Died* (1928), de Emil Ludwig, *The Shepherd* (1959), de Robert Payne, e – sem dúvida, os mais brilhantes – *King Jesus* (1946), de Robert Graves, e *A Última Tentação de Cristo*, de Nikos Kazantzakis. Na mesma clave ainda, figura a subcategoria dita *apocrypha*, misto de erudição, ficção e contrafação literária, isto é, pretensa fundamentação em documentos recém-descobertos, que esclareceriam o mistério da vida de Jesus, especialmente os chamados "Anos de Silêncio", dos 12 aos 30, sobre os quais os Evangelhos são omissos. É o caso de *La Vie Inconnue de Jésus Christ*, publicada em 1894, em que Nikolas Notowitch pretende provar que Jesus, durante aqueles anos obscuros, teria ido buscar na Índia os ensinamentos que pregou.

Na categoria que Ziolkowski denomina *Jesus Redivivus*, a estória se passa em nossos dias, mas o Jesus histórico – milagrosamente – aparece. São exemplos o *Jésus-Christ en Flandre* (1831), de Balzac, *La Dernière Incarnation* (1846), de Louis Constant, e, mais recentemente, *They Call me Carpenter* (1922), de Upton Sinclair, e *Jesus in Osaka* (1970), de Günther Herburger.

A categoria *Imitatio Christi* tem seu paradigma no livro de Thomas Kempis e abrange as obras em que o herói se propõe viver tal como Jesus, se nascido em nosso meio. Já não se trata do histórico Jesus redivivo, mas de heróis modernos que agem segundo sua própria concepção de Cristo. É o que

ocorre com *Robert Elsmere* (1888), de Humphry Ward, e *What would Jesus do?* (1950), de Glenn Clark.

A quinta e última categoria – a dos "pseudônimos de Cristo" – é bastante mais ampla e vaga. Acolhe qualquer ficção desde que o herói tenha semelhança perceptível com Jesus, ao passo que, nas anteriores, as transfigurações são delimitadas com precisão, impondo-se que a ação seja prefigurada, imutavelmente, pela letra dos Evangelhos.

O Jesus imaginário de *Aleluia*, que Josué Montello situou com rara beleza e originalidade no plano da grande ficção, talvez paire, solitário, sobre a classificação de Ziolkowski, ou venha a exigir do mestre de Princeton a adição de mais uma categoria que tenha como patrono e paradigma o próprio Josué Montello. Quanto ao *Memorial de Cristo* – que Ziolkowski se inclina a inserir na segunda das suas categorias, isto é, a das biografias ficcionalizadas, ainda aí, provavelmente, teria ele de abrir um escaninho especial para a fabulação de Dinah, que se distingue e singulariza nitidamente nesse imenso painel de transfigurações e ficcionalizações.

Com efeito, o herói de Dinah não é apenas Jesus, mas o Cristo. As liberdades a que se aventura são apenas recursos literários com o fim de alcançar mais seguramente o coração do leitor, guardadas, porém, todas as cautelas para evitar o menor desvio da ortodoxia canônica. O homem que sua imaginação busca situar nos vazios e reticências dos Evangelhos não é apenas a figura histórica, o profeta, o crucificado de Pôncio Pilatos, mas, essencialmente, o Filho de Deus, o Cristo querigmático. É extremo o cuidado em evitar gesto ou palavra que possa, de algum modo, induzir, ainda que remotamente, à "secularização" da imagem de Cristo. A iconologia, o recurso alegórico, as analogias revelam essa atenção constante à fidelidade estrita à doutrina da Igreja.

A ousadia de fazer o Cristo falar na primeira pessoa, Dinah a justifica como artifício destinado a aproximar o leitor do biografado e reduzir o distanciamento natural do ser humano no trato com a divindade.

É na imaginosa tarefa de "reconstituir" a infância e a adolescência de Jesus que mais se evidenciam o talento e a sensibilidade da autora. Ao preencher as lacunas dos Evangelhos, revela delicadezas de um retocador de quadros. Seu estilo se apura e refina, e Dinah como que procura conter a própria fantasia e submetê-la à disciplina da inferência e da busca da presunção mais

plausível. Esse comedimento da imaginação e a sobriedade imagética dão à narrativa não apenas beleza, mas também força de persuasão.

Sua documentação de base são os Evangelhos, menos documentos históricos do que manifestações de fé. E, como o seu tema é estritamente o Cristo humano, não se aventura na seara dos teólogos e encerra a narrativa com o episódio da Ressurreição.

Essa, a obra da vossa saudosa companheira, a quem hoje tenho a honra de suceder.

Senhores,

como já salientei, os ocupantes da Cadeira 7, cada qual à sua maneira, foram tocados pelo que Machado de Assis chamou de "Instinto de Nacionalidade". Não apenas contribuíram para dar conteúdo e sentido à temática nacional, mas, sobretudo, viveram intensamente a sua época.

Em nossos dias, não será exagero dizer que estamos presenciando a alvorada de uma civilização de alcance efetivamente global, alicerçada nas conquistas tecnológicas do Ocidente e enriquecida pelas contribuições de todas as demais culturas. A principal missão das novas gerações será evitar que o Homem, cuja criatividade dominou a natureza, o espaço e a própria matéria, seja vítima do enorme descompasso entre a velocidade da inovação científica e a lentidão do processo político-social, num quadro de contradições e de crise moral e espiritual.

Segundo Tristão de Athayde, a missão das Academias "não é inovar, renovar, orientar...", e sim "...conservar, defender, preservar o passado".

Vinte anos depois dessa bela lição, entretanto, creio que o próprio ato de conservar deixou de ser passivo para ganhar uma dimensão eminentemente dinâmica. Em vez de mera reação a contingências, um novo conceito de preservação do passado requer perspectiva de longo prazo e atuação esclarecida.

Tudo indica, senhores acadêmicos, que a revolução tecnológica em curso está destinada a ter impacto ainda mais amplo e profundo sobre a mentalidade e a cultura humanas do que a suscitada na Renascença pela difusão da imprensa, da bússola e do papel.

Essa realidade reclama visão pioneira e nos impõe a aceitação de inovações que ora nos causam perplexidade. De outro modo, como proteger esta Casa contra a obsolescência e conservar, num mundo dominado pela Tecnologia, o que seriam as reivindicações legítimas, a tradição autêntica, em suma, o legado cultural do País?

Temos, todos, plena convicção de que pode estar em jogo o futuro mesmo da Cultura, como a concebemos. Conquistas como a interação instantânea do fato e da notícia, correndo em tão rápida sucessão, geraram o vendaval que nos agita a todos, acelerando e atropelando o que desejaríamos evoluísse ordenadamente sem saltos extremos ou traumas maiores. E esta Casa, que foi sempre remanso e pausa, centro de reflexão e criação, não se poderia alhear aos grandes rumos e tendências da nossa época.

É certo que as Academias não foram concebidas como guias da Literatura Nacional, nem como foros de planejamento cultural. Mas estariam contrariando sua própria razão de ser se viessem a transformar-se em enclaves culturais estagnados num cenário em mutação vertiginosa, em que a televisão provoca a erosão da imprensa, em que os livros se podem tornar anacrônicos e os dígitos já substituem não apenas palavras, mas sons, nomes e fisionomias.

Nesse mundo, cujos umbrais estamos ultrapassando, mundo da memória eletrônica, da robótica, da inteligência artificial, do processador de palavras, das traduções instantâneas por computador, cabe-nos – antes de tudo – a ingente missão de preservar espaço para o Humanismo, maior apanágio desta Casa. Ainda que aqui não confundamos saber com erudição e, menos ainda, com a erudição dos bancos de dados e microfichas, será cada vez mais difícil impedir que a erudição fácil entorpeça o florescimento do saber.

Mas, se não há como desacelerar o ritmo da inovação tecnológica, cumpre acelerar o ritmo da nossa própria acomodação – única forma de dar adequada proteção ao nosso patrimônio cultural.

Se, na década de 1990, como se espera, um único videodisco poderá armazenar toda a Enciclopédia Britânica, com expressão visual e sonora, disporemos dos meios de conservar, com maior abrangência e eficácia, o que de mais significativo houver da Cultura do País.

A informação de bibliotecas e arquivos, além de assegurar a conservação da memória cultural e dar-lhe dimensão verdadeiramente operativa, deverá

torná-la acessível a todos. O levantamento, por exemplo, do que se escreveu no Brasil sobre determinado assunto – virtualmente inviável com os meios de hoje – poderá ser concluído rapidamente, graças ao recurso informático.

Senhores acadêmicos,

permiti que abuse da vossa indulgência para estender-me, ainda por alguns minutos, sobre o advento da Informática, cujas implicações são de tal forma amplas que tornam seu impacto eminentemente social e político, portanto cultural.

Muito mais do que as revoluções tecnológicas do passado, a da informática está destinada a afetar profundamente a organização geral da sociedade, os métodos educacionais, o equilíbrio econômico, a ordem social e, em larga medida, a própria soberania das nações. Insinuando-se de forma tentacular, tornou-se fator de aceleração de todas as demais inovações, indispensável, onipresente e dominadora. Privilégio de poucos, durante a curta pré-história dos computadores de grande porte, a miniaturização e a redução de custos dos equipamentos ensejou a universalização do seu uso: das grandes empresas às médias, às pequenas e, agora, aos indivíduos.

Os aparelhos não apenas são hoje manipulados por leigos e crianças, como deixaram de ser isolados, isto é, passaram a comunicar-se por meio de redes cada vez mais interconexas. A Informática, em breve, já não será um instrumento a serviço do poder econômico, portanto elitista, e se encontrará ao alcance de todos, como a eletricidade.

O rápido enlace que se verificou entre o universo dos computadores e o das Telecomunicações deu nascimento a uma nova realidade que se agiganta a cada dia – a da Teleinformática. Esse consórcio engendrou um horizonte com vocação para tornar-se o mais abrangente fenômeno de massa em todos os tempos.

Segundo o estudo encomendado pelo presidente da França a Simon Nora e Alain Minc, em 1978, *L'Informatisation de la Société*, a teleinformática, ao contrário da eletricidade, não fará circular uma corrente inerte, mas a informação, isto é, o poder.

> A linha telefônica e o canal de televisão constituem as premissas desta mutação, (...) começam a interligar computadores e bancos de dados e disporão, proximamente, graças aos satélites, de um instrumento verdadeiramente imperial. A Teleinformática não constituirá uma rede a mais, porém uma rede de outra natureza, fazendo jogar entre si imagens, sons e memória: ela transformará o nosso modelo cultural. Com o potencial de interferir nas mais diversas atividades do homem, em seu próprio sistema de ser e de viver, nas relações sociais e de trabalho e, sobretudo, no acesso à informação, esse novo instrumental tangencia ou penetra áreas de competência do Estado e envolve-se no próprio jogo de poder, portanto com implicações sobre a segurança e a soberania dos países.
>
> A Teleinformática deverá influenciar, a médio e a longo prazo, os instrumentos maiores da Cultura: a linguagem, nas relações com o indivíduo e, mesmo, na sua função social; o saber, como prolongamento das memórias coletivas e como instrumento de igualização ou de discriminação dos grupos sociais.[4]

Num dos campos que nos interessam diretamente, isto é, o da Língua, mudanças relevantes estão à vista. Assim como os "tabloides" cunharam vocabulário próprio e alcançaram extrema concisão de estilo, por economia de espaço, a Informática está criando, por sua vez, um linguajar sumário, direto, depurado, para permitir a comunicação a menor custo. Os seus idiomas iniciais, de semântica rígida, estão sendo simplificados rapidamente para aproximar-se da linguagem corrente, tendência que será acelerada ainda mais com o acesso em larga escala dos colégios e dos lares aos pequenos computadores.

Inevitavelmente, esse linguajar enxuto, desataviado de qualquer ornamento, será transposto ao diálogo corrente, ao estilo epistolar, à obra literária. Tenderá a limitar-se ao estritamente essencial, passando a economia de palavras e o recurso ao símbolo a dominar a comunicação entre as criaturas, dando lugar a uma espécie de dialeto que se superpõe ao linguajar corrente, enlaçando-o e poluindo-o – espécie de novo Esperanto, vitorioso em todo o mundo.

Mais visível do que a disciplina sintática e a sequência uniforme da frase é a invasão de termos técnicos, intactos na versão inglesa, como *software* e *interface*, incorporados, pura e simplesmente, não apenas no Brasil mas em quase todos os países. O intenso uso de verbos compostos, que já se observa

---

4 NORA, Simon; MINC, Alain. *L'Informatisation de La Société*. Paris : La Documentation Française, 1978.

no estilo dos operadores da informática importada, é um exemplo corrente da influência da linguagem de computador, ainda inteiramente baseada no idioma Inglês. Muito mais relevante, porém, é a influência sobre a própria formulação do pensamento, o que implica, necessariamente, transfusão de cultura. Com efeito, se a Tecnologia pode ser neutra, como queria Marx, a informação, a notícia, nunca será qualitativamente neutra ou objetiva. Seu formato e construção trazem a carga indelével do meio cultural de onde provêm. O recipiente da notícia é, pois, necessariamente, um recipiente de cultura.

Se, pela primeira vez, a criatura humana entra em diálogo com entes não humanos, e estes, por sua vez, em diálogo entre si, o que a linguagem ganhar em concisão deverá perder em sutileza com a rarefação inevitável das nuanças e meias-tintas. Embora se alegue que, a longo prazo, o computador chegará a ter razoável sensibilidade estética, o predomínio inarredável da lógica formal tolherá certamente as liberdades semânticas ou léxicas em benefício da uniformidade e disciplina exigidas pelo circuito eletrônico. Daí o temor natural de que essa virtual transferência das limitações da máquina ao homem termine por atrofiar neste a própria faculdade de criar.

O contra-argumento – que me parece válido – funda-se na presunção de que o Ensino atual, baseado na memorização passiva de fatos, seja substituído pelo aprendizado do "relacionamento" da informação, isto é, como estruturar, concatenar ou correlacionar a informação para alcançar o fim desejado. Ora, essa necessidade de interação Homem-Máquina na busca de nexo, de vínculo, só poderá estimular a iniciativa e a criatividade, em vez de limitá-las.

Quando se consumou, num momentoso processo de sinergia tecnológica, a ligação do computador ao aparelho de televisão e ao telefone, estava dado o grande salto capaz de "conectar" o simples indivíduo, literalmente, ao resto do mundo. A montagem desse triângulo sagrado dos sistemas de informação eletrônica deu efetivamente ao homem, partícula infinitesimal do universo, um poder mágico, cujas consequências mal podemos vislumbrar: deu-lhe o acesso desimpedido a todas as fontes do conhecimento, em qualquer ponto do Globo, mediante a simples manipulação de um terminal doméstico.

Esse prodígio da inventiva humana, ao abrir à nossa civilização horizontes insuspeitados, suscita, naturalmente, indagações e reflexões quanto ao efeito que terá sobre o futuro da própria Cultura. É certo que o computador

registra, elabora, racionaliza e soma conhecimentos em escala virtualmente ilimitada. Mas, se a Cultura é a sublimação do conhecimento, o influxo torrencial e indiscriminado da informação ameaça criar uma falsa erudição, incapaz de ser nutriente válido. Ainda que manancial portentoso de informação, o computador jamais poderá criar Cultura, o que continuará privilégio exclusivo do ser humano.

Com efeito, o acesso fácil e imediato à informação, aos bancos de dados, que já proliferam, começou a dispensar o recurso ao livro, a pesquisa pessoal nos arquivos ou a visita à biblioteca. Assim como o estudante de hoje, com a calculadora no bolso, não se dá mais ao trabalho de exercitar sequer as quatro operações, a juventude de amanhã terá ao alcance dos dedos, sem sair de casa, instantaneamente, seja no vídeo ou no jorro da impressora acoplada ao seu terminal, o texto que procura, o artigo de jornal, o poema, o discurso, catadupas de material sobre o que desejar ler.

É tamanha a velocidade das transformações, que já estamos assistindo a uma novíssima revolução que consiste na transição do processamento da informação ao processamento do próprio conhecimento, o que me traz à lembrança a indagação angustiada de T. S. Eliot: "Onde está a sabedoria, que perdemos no conhecimento? Onde está o conhecimento, que perdemos na informação?"

A grande indústria hoje em gestação é a do conhecimento. Do conhecimento, mercadoria vendável como qualquer outra. Engenharia do conhecimento e pesquisa de inteligência artificial – eis os setores de ponta nas pranchetas da Ciência Moderna, impulsionados pela convicção de que o conhecimento é poder, e o computador é o amplificador desse poder.

Há mais de 30 anos, Oswaldo Aranha, a meu ver o estadista de maior visão que já teve o Brasil, costumava dizer que, em futuro não muito distante, a maior potência já não seria a que dispusesse de melhores armas, mas da melhor informação.

Ainda quando possa parecer que vos li páginas de Ficção Científica, creio que sou apenas sensível à transparência do cenário tecnológico moderno, que se me afigura tanto fonte de regozijo quando de preocupação.

Ao pedir vossa atenção para os desafios da inovação tecnológica, sobretudo no campo da informação, e ao formular perguntas sem aventurar respos-

tas, não tenho outro propósito senão o de suscitar novas indagações para serem submetidas, umas e outras, ao vosso escrutínio e reflexão.

Senhores,

venho do Itamarati – Casa como esta, de tradições –, cuja melhor tradição consiste em identificar em cada momento histórico os interesses nacionais a defender. A constante preocupação com o Brasil perante o mundo e a busca permanente de meios para bem cumprir sua missão valeram justamente ao Itamarati a qualificação de "estado-maior civil da Nação".

A diplomacia brasileira tem sido representada nesta Casa, desde a sua fundação, por eminentes personalidades que trouxeram, com frequência, contribuição valiosa de experiência adquirida no exterior, com base em postos de observação privilegiados, personalidades entre as quais avultam, desde logo, o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco. A oportunidade de acompanhar de perto as transformações políticas, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas em curso no mundo permite ao diplomata agraciado pela vossa acolhida vir oferecer à Academia o seu acervo de vivência com outras culturas e civilizações.

Pertencerei, aqui, à clave dos historiadores, cujo Patrono é o egrégio Pedro Calmon. Como para a moderna Ciência Histórica o passado é um processo dinâmico, o mister de historiador não exclui a indagação sobre o porvir nem o exercício de extrapolar o possível desenrolar dos acontecimentos nacionais e mundiais.

Se é exato que sem o componente social a história econômica é estéril e a história política ininteligível, podemos concluir que o historiador em nossos dias só fará obra fecunda se lograr apreender, em sua plenitude, o sentido e a profundidade das transformações que a terceira revolução industrial começou a impor à civilização contemporânea.

Senhores acadêmicos,

chamado ao vosso convívio, trago-vos a mensagem de quem vê com otimismo o novo mundo em gestação, convicto de que esse novo mundo não

fugirá às inspirações superiores de todos os que, ao longo dos séculos e em nossos dias, defenderam e defendem os padrões do Humanismo, conciliados não apenas com os imperativos do progresso, mas, sobretudo, com as aspirações de equidade e justiça, de paz e harmonia social por que clamam, angustiadas, as novas gerações.

Muito obrigado.

# II

# RESPOSTA DO SR. AFRÂNIO COUTINHO

Sr. Sergio Corrêa da Costa,

esta Academia é uma Companhia.

Claro que não possui o feitio, a estrutura e a finalidade daquela que o grande Santo Inácio de Loyola imaginou, como soldado que era, colocando, a serviço do Cristo, verdadeira milícia de combate para trazer ao bom caminho os que O haviam esquecido ou ainda não O conheciam.

A nossa Companhia é de paz, ou melhor, é também de combate, mas um combate paradoxalmente pacífico, porque a sua dinâmica atua exclusivamente no mundo do espírito. É uma ação pela Cultura, pela Literatura, pela Língua. A dos filhos de Santo Inácio também mobilizava, de outro modo os instrumentos espirituais, mas para a ação temporal. Tanto que dela nasceu uma nova fase histórica, hoje designada como a era barroca do século XVII. Da sua atuação, transformaram-se Artes e Letras, maneiras de pensar e sentir, de vestir e jardinar, de construir igrejas e outros monumentos arquitetônicos. Estava fadada a criar no Brasil um tipo de civilização cristã-comunitária, nos moldes da que vinham os jesuítas construindo nas Missões, não fora impedida pelo ciúme e falsa visão de estadista de um ferrenho marquês metido a ilu-

minista. Possivelmente, diverso teria sido o nosso destino, não houvessem extinguido aquele exército de negras sotainas que

> Do zimbório de Roma – a ventania
> O bando dos apóstolos sacudia
> Aos cerros do Brasil.

E que buscavam eles? Ouro, pedras preciosas, âmbar, cravo, como os ambiciosos colonizadores?

> "Mentira"... respondia em voz canora o filho de Jesus...
> "Pescadores... nós vamos no mar fundo
> Pescar almas pra o Cristo em todo o mundo,
> Com um anzol – a cruz! –"

O nosso bardo Castro Alves tinha a intuição dos gênios. Por isso, compreendeu o papel que tiveram em nossa terra os filhos de Santo Inácio.

Nossa Companhia tem esse nome, porque é constituída de companheiros. Somos companheiros uns dos outros pela existência. Sofremos e nos alegramos juntos. Aqui chegados, largamos na soleira as sandálias de nossas desavenças ou incompreensões ocasionais, em que a vida é fértil, e nos tornamos companheiros. Que quer isso dizer? As palavras companhia e companheiro originaram-se do latim *compania* que quer dizer acompanhar, formada de *cum* e *panis*, com pão, isto é, que "come pão com", desenvolvida a expressão pelos soldados do Baixo Império. Aqui, nós, companheiros, tomamos "chá com". De qualquer modo, somos, para a vida, *compagnons de route*.

Antes mesmo de aqui pousar, Sr. Sergio Corrêa da Costa, já éreis companheiro. Vosso temperamento, vosso comportamento, vossa atitude convivial, denotavam o vosso caráter de bom companheiro, e isso não passou despercebido à Instituição. A Academia Brasileira de Letras é dotada de um *esprit de corps*. Suas reações não são individuais, nenhum de seus membros é dono dela, nem abriga tal pretensão. O que a anima é um espírito coletivo, que existe independentemente dos seus componentes eventuais e momentâneos. Esse espírito é permanente. É invisível, impalpável.

Vossa conduta era de companheiro nosso antes de pensardes em bater à porta da Casa de Machado de Assis. Há um episódio de vossa vida bastante significativo. Vivíeis tranquilo a cultivar o vosso pomar, o doce lar que construístes ao lado dessa extraordinária companheira com que Deus vos premiou. O vosso pomar, como não podia deixar de ser, comunicava-se com uma floresta, a jangla feroz que é o nosso mundo. Certo dia, ao passardes por uma aleia mais solitária, ouvistes um gemido. Parastes a escutar melhor. O gemido repetia-se. Havia um desvão meio escondido atrás de uma soca de arbustos e dali partia o gemido. Aproximastes-vos com a cautela devida. E destes então com um vulto escuro. Era um leão. Restava estendido, com a cabeça encostada no chão, da qual escorria sangue. Receoso, foste-vos chegando aos poucos para perto. O leão parecia cego. Uma flecha incompetente vazara-lhe um olho. Mas a vida ainda não lhe fugira. Tomastes o ferido, inteiramente inerme e perdida a ferocidade natural, e o trouxestes para casa. Emprestastes-lhe todo o conforto e carinho, ajudando-o a sarar a ferida e reconquistar a visão. Até que um dia sentistes que não podíeis mais detê-lo, chamado pela floresta. Já sarado, o leão aguardou um momento propício, olhou-vos com a maior ternura, como a dizer-vos adeus e agradecer-vos, e penetrou matagal adentro. Vosso espírito de companheirismo estava satisfeito.

Sr. Sergio Corrêa da Costa,

a Cadeira que vindes ocupar em nossa Academia é a 7, que se inicia com um Patrono maravilhoso, o vate magnífico de "Vozes d'África". Ela é marcada pelo signo nacionalista. A palavra de ordem herdada de vossos antecessores é que devemos ter orgulho de ser brasileiros. Com todos os defeitos que reconheçamos nele, construímos um País, uma civilização, nos trópicos, façanha inédita, a avaliarmos o grau de progresso que conseguimos. E fomos nós que a realizamos, nós brasileiros, a despeito do sistema colonialista a que ficamos subjugados por séculos. Não carece queixar-nos. Nenhuma nação da Europa teve as mãos limpas na vigência do pacto colonial, desde que o ímpeto renascentista, mudando a face do mundo, abriu os mares e plantou-as nas terras que descobriram. Mas isso já terminou. Não alimentemos ódios nem ressentimentos, mas tampouco sentimentalismos. Não se muda a evolução

dos tempos. Não esqueçamos, contudo, que somos outra coisa, uma nova situação histórica, uma nova gente, uma nova era, olhando para o futuro e não virada para o passado, como a estátua de sal da Bíblia. Nossas raízes estão aqui fincadas no solo pelos nossos antepassados que, a despeito da mó colonial, abriram caminhos e estradas, fundaram vilas e cidades, construíram fazendas, descobriram minas, criaram a agricultura, cantaram os nossos feitos dos primeiros anos e diferenciaram da europeia a Língua Brasileira, que herdamos da portuguesa, do mesmo modo que portugueses, espanhóis, franceses, italianos fizeram com a latina, e os holandeses, com a alemã.

Como brasileiros, dotados de caráter e sensibilidade peculiares, vivendo costumes próprios, aqui por nós desenvolvidos e inovados, criando uma Música e uma Literatura, maneiras de fruir o lazer, nas praias e em nossas festas de arraial e igreja. Não abrimos mão das nossas peculiaridades, mesmo que isso implique prejuízos materiais. É que a vida de um povo não consiste somente em enriquecer e acumular poder. Há outras coisas que proporcionam felicidade, e, pobres como somos, e enfrentando séria crise no momento, é espantoso que realizemos, como assistimos anualmente, uma festa como o carnaval, divertimento mágico.

Além de tudo, não nos esqueçamos de que há algo muito precioso na curtição da Natureza e na sabedoria do amor e da amizade, que são características de nossa psique.

Sr. Sergio Corrêa da Costa,

escrevestes um belo livro sobre uma das figuras mais representativas do nosso espírito nacional, aquele marechal das nossas gloriosas Forças Armadas, que, ante a ameaça de lesão à nossa soberania, não ficou encucado e reagiu como devera, mostrando que, àquela altura, já havíamos concluído o processo de descolonização, processo este que estudei em livro recente no campo literário.

Vossos livros expressam a vossa dedicação à causa da Pátria, e esse princípio vos guiou desde o início de vossa vida. E, ao escolherdes a carreira diplomática, vosso espírito público, vossa inteligência e habilidade, vossa dedicação e competência sempre se fizeram presentes nas vossas providências e ações no estrangeiro, através de carreira notável, começada nos Estados

Unidos e chegada, trinta anos após, ainda a Washington, depois das embaixadas de Londres e das Nações Unidas. E agora, nesse posto de grande relevo, seguis à risca os dois maiores guias e exemplos que vos sugere a legação em Washington: Joaquim Nabuco e Oswaldo Aranha, duas figuras excelsas da vida brasileira. Não terá sido por acaso que o destino vos colocou na família do grande estadista gaúcho, como a sugerir-vos, por gratíssima coincidência, os rumos que devíeis trilhar nas relações internacionais em defesa dos nossos problemas, na mesma Embaixada por ele regiamente exercida, em momento não menos difícil que o de nossos dias, Embaixada que está no centro de nossas relações internacionais.

Nesta Casa, paira também sobre vós a sombra augusta de vosso avô, o nosso poeta-filósofo Raimundo Correia.

Como vós, todos os vossos antecessores na Cadeira 7 pugnaram pela grandeza de nosso País: Castro Alves, o Patrono, deu-nos a autonomia de nossa linguagem lírica; Euclides da Cunha clamou contra o abandono em que foram deixados os nossos sertões isolados da influência civilizatória; Afrânio Peixoto pôs em relevo pelo Romance o contraste entre as áreas urbana e rural na mesma linha de pensamento pela valorização do interior esquecido desde a colônia; antes, Valentim Magalhães empenhara-se pelo desenvolvimento cultural, estimulando a agremiação dos homens de inteligência e a criação de órgãos literários; Afonso Pena era um esmiuçador do nosso passado cultural, e Hermes Lima, um gladiador pelo nosso futuro mediante transformações sociais necessárias à libertação das nossas raízes arcaicas e arcaizantes; Pontes de Miranda falou a favor do Brasil no estrangeiro, e Dinah Silveira de Queiroz escreveu uma obra de ficção toda ela refletindo a nossa gente, os nossos costumes, a nossa sensibilidade, a Língua Brasileira, tal como fazem nossos criadores de Literatura, consolidando a nossa Ficção e a nossa Poesia, colocando-as em lugares do mais alto relevo pela originalidade e peculiaridade e dando continuidade à tradição criada pelos nossos Gregório de Matos e Antônio Vieira, os dois grandes brasileiros que, ao lado de Anchieta, deram início às nossas Letras, com um sentimento de autonomia, que, na palavra barroca de ambos, foi o nosso primeiro brado de protesto e reivindicação espiritual autonômica e nativista.

Como historiador, vindes ao nosso meio sobraçando, entre outros trabalhos, dois livros nacionalistas. Um acerca de D. Pedro I, o implantador de

nossa Independência, em 1822, contra a vontade das câmaras de Lisboa, e o outro sobre Floriano Peixoto, o consolidador da República, esta que constituiu a nossa verdadeira independência, pois o século XIX, entre nós, permanece um século português, com laços muito fortes, de todo tipo, ainda nos prendendo ao antigo sistema. Gilberto Amado deixou-nos uma afirmação de extrema argúcia: a República é que teve capacidade de criar Brasil dentro do Brasil.

Esses dois livros são de excelente teor historiográfico: *As Quatro Coroas de D. Pedro I* e *A Diplomacia do Marechal*, o primeiro de 1941, tínheis vinte anos, o segundo de 1945, são obras que revelam um espírito preocupado em realçar os trabalhos de homens de Estado construtores da nossa independência.

Vosso gosto e preferência historiográfica, ao lado do trabalho de pesquisa em arquivos e publicações de documentos, tarefa importante e indispensável, vos conduz para compor sínteses de épocas centradas em torno de figuras que buscaram dirigir o País para a consolidação de sua identidade nacional, como Pedro I e Floriano, em duas fases críticas e decisivas de nosso passado, momento em que se operaram profundas mutações históricas, quando o País mostrou sua vontade de abandonar uma fachada de aparência para encarar a realidade concreta e modernizar-se.

Três faces caracterizam a vossa obra de historiador: a paixão documental, a ideia de síntese e a interpretação da história viva, de ação e combate.

A Historiografia Moderna surgiu na França na década de 30 e mudou completamente a concepção e orientação de escrever História desde que Marc Bloch, Lucien Febvre e Henri Berr conceberam a revista *Les Annales* e aplicaram a Teoria da Síntese Histórica na grande coleção de cem volumes de *L'Evolution de L'Humanité*. Daí surgiu a *Nouvelle Histoire* à qual estão ligados nomes de notáveis historiadores como Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, Jacques Le Goff, Marc Ferro e Fernand Braudel, este último autor do extraordinário livro sobre *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, das maiores obras de História jamais escritas e que tanta ajuda nos fornece para a compreensão da Península Ibérica. Essa "História nova", ciência moderna, revolucionou, nas últimas décadas, a metodologia histórica tradicional. Se ela exige uma reflexão teórica, no dizer de Jacques Le Goff, não se submete a nenhuma ideologia. "Ela afirma, ao contrário, a fecundidade das abordagens múltiplas, a pluralidade dos sistemas de

explicação, além da unidade problemática. Ela é uma História escrita por homens livres para homens livres ou em busca da liberdade a serviço dos homens em sociedade", arremata o historiador francês.

Não hesito em enquadrar as vossas duas obras principais, sobre D. Pedro I e o Marechal de Ferro, nos moldes da nova História, tal como descrita no dicionário *La Nouvelle Histoire*, volume das *Encyclopédies du Savoir Moderne*.

Vossa preocupação, como disse, dirige-se em três rumos: o documental, a síntese, a ação.

O livro sobre Floriano Peixoto é obra de síntese magistral. É de admirar o vosso instinto de pesquisador do documento certo no arquivo certo. Daí a riqueza documental que exibis. O mesmo pendor vos leva a enxergar no acontecimento o entrechoque dos fatores econômicos, políticos, psicológicos, e o digladiar de correntes nacionais e internacionais. Tratando da diplomacia no governo de Floriano Peixoto, não escrevestes um livro seco de discussões diplomáticas. Vossa perspicácia não perde de vista as correntes subterrâneas e o conflito dos interesses que procuram sobrepor-se às razões nacionais. O que, acima de tudo, perseguis é o interesse nacional, é o pensamento do Brasil. Daí que conseguis uma visão global, sintética, dos acontecimentos, acima dos quais pairam as figuras poderosas, muito brasileiras, de Pedro I e Floriano Peixoto. Além do mais não desprezais os canais literários da boa escritura, do estilo, da capacidade narrativa para a ressurreição do passado e do registro dramático dos acontecimentos.

À luz da vossa mestria na arte de Plutarco e La Bruyère, em que a análise psicológica surge do pano de fundo dos acontecimentos, três personagens ressaltam de vossa pena no primeiro livro: Floriano, Saldanha da Gama e Salvador de Mendonça.

Embora situados em posições opostas, Floriano e Saldanha assumem porte de grandeza que o vosso pincel traça com a força dos grandes retratistas da história literária. Floriano é a consolidação das novas instituições, que defende com astúcia, bravura, firmeza, autoconfiança, dignidade, visão clara do que representava melhor o ponto de vista do País. Enfermiço, frágil e esquivo, como dizeis, defende-se da mão armada dos adversários sem contar a princípio com os meios bélicos necessários a enfrentá-los, recursos que só no

decorrer dos meses vai improvisando contra a parte da Armada em rebelião. Mas suas táticas, seu pulso de ferro, sua resistência moral, sua autoridade e austeridade conseguem levar de vencida a provocação e o desafio de Custódio de Melo e Saldanha da Gama, merecendo "o reconhecimento e o orgulho da Pátria". São vossas estas palavras. Do outro lado, é Saldanha a figura que se agiganta da neutralidade e hesitações iniciais até a morte solitária, melancolicamente, em combate, nas mãos de um lanceiro numa grota da fronteira do Rio Grande com o Uruguai, depois de se haver revelado com atos de incrível bravura na Guerra do Paraguai. A Pátria venera esses dois heróis das suas forças militares de terra e mar.

Idealista, inconformado com o curso que tomara a História do País, Saldanha entrou na luta, assim que percebeu chegado o momento azado para tentar a restauração monárquica do agrado de uma corrente da opinião pública e política.

O terceiro personagem que se destaca é o nosso embaixador em Washington, Salvador de Mendonça. À sua capacidade diplomática, à sua paciência e pertinácia, deve o Brasil ter-se resguardado de intromissões alienígenas para a debelação da revolta, sem quebra da soberania nacional, inclusive evitando a declaração da beligerância para os revoltosos, e que, apesar da intensidade da arrogância estrangeira, logrou ganhar a batalha diplomática. A figura de vosso antecessor em Washington ressalta com toda inteireza e justiça. Para honra nossa, ele também pertenceu a esta Casa.

Cabe aqui registrar o papel do Conde do Paço D'Arcos, embaixador de Sua Majestade Fidelíssima o Rei de Portugal. Em meio à confusão reinante no Rio de Janeiro e, sobretudo, na baía da Guanabara, pela presença da frota rebelada e de navios mercantes e de guerra de outras nações, que se arvoravam a interferir no conflito sob o argumento de defesa dos nacionais de suas respectivas pátrias, entre o Rio de Janeiro e Petrópolis, onde residiam quase todos os diplomatas fugindo à febre amarela, o conde luso, irrequieto, com sua inexperiência diplomática, sua impertinência e suas artimanhas, querendo influir na vida interna do País, criou tal estado de insatisfação no Governo, que acabou pondo termo às relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil. O Visconde de Cabo Frio, diretor-geral do Ministério das Relações Exteriores na época, segundo correspondência de Paço D'Arcos, teria até grande má

vontade contra Portugal, o qual, como comenta o diplomata português, "ele, visconde, supõe sempre disposto a desfrutá-lo como se ainda fosse a sua antiga colônia!". A saída de Paço D'Arcos foi pedida pelo Governo brasileiro porque, segundo ainda outra correspondência oficial por vós transcrita, ele se envolvia "abertamente na Política Brasileira, de modo a tornar-se incompatível com o Exm.º Sr. Vice-Presidente da República", isto é, Floriano Peixoto.

***

Vossa exímia arte de pintar retratos já havia dado demonstração cabal, em relação a D. Pedro I e às duas imperatrizes, D. Leopoldina e D. Amélia. No Augusto Fundador do Império, com o vosso seguro conhecimento histórico, apontais o homem extraordinário, o Rei Cavaleiro, na definição do nosso Pedro Calmon, o soberano sereno, generoso, magnânimo, em reação, sem hesitações, contra a prepotência das cortes de Lisboa inconformadas com o ato de 1815, de D. João VI, ao criar o Reino Unido. Discutis e argumentais muito bem com os fatos. Eram o valor, a lealdade do Príncipe para com o povo brasileiro, que ele queria retirar da situação colonial, quando não nos era permitido nem importar livros nem montar tipografias, cujo ouro e produtos agrícolas é que sustentavam o consumo da Metrópole, inteiramente dependente da Colônia, e, por isso, em luta pela recolonização. Traduzis com muito conhecimento de causa o que pensavam de nós na Europa: "O Brasil não passava de uma colônia longínqua, povoada por gente de várias cores, sem conforto, sem civilização." D. Pedro, entretanto, recusou a oferta de coroas europeias para permanecer ao lado do povo que nele depositava total confiança e que o aclamaria seu Defensor Perpétuo. Corajoso, bravo, intimorato D. Pedro! Jamais seria a sua teimosia perdoada pela Metrópole, pois àquela "existência tormentosa e romanesca", para repetir as vossas palavras, foi negado até um funeral de rei, e só mesmo o carinho da filha Maria da Glória é que colocaria sobre o peito do moribundo a Grã-cruz da Ordem da Torre e Espada, conquistada por bravura, valor e lealdade.

Enlaçada ao retrato do rei, vossa página sobre as duas esposas é uma miniatura de singela beleza, que põe em evidência a ventura que teve o rei sol-

dado, a primeira esposa ajudando-o na campanha da Independência, a segunda animando-o nas lutas liberais da Península. E ele cresce na vossa pena e a vossos olhos ao lado dessas duas heroínas. Do Imperador, disse Osvaldo Aranha palavras esplêndidas:

> Apesar da elevação moral e do patriotismo com que o filho, o segundo Pedro, veio a governar o Brasil durante quase meio século, é na juventude impetuosa do pai que sentimos palpitar qualquer coisa de adolescente e inquieto que ainda hoje acentua o retrato psicológico da nossa Nação [...] D. Pedro I esse, como que nasceu da própria natureza brasileira; refletiu numa certa desordem de vida (que jamais quebrou a dignidade fundamental do seu caráter) as quedas, os arrancos, as improvisações ambientais. A identificação do seu temperamento com o temperamento do povo que o rodeava é que o torna tão vivo diante dos nossos olhos. [...] Não sei quê do seu sangue palpita no nosso sangue,

conclui Osvaldo Aranha que está presente aqui no regozijo de seus filhos por vossa glorificação.

Essa mesma tendência nacionalizante pode-se apontar na evolução de nossa Literatura, criando o que chamei "a tradição afortunada", em livro deste título. Desde Anchieta, Gregório e Vieira, essa tradição existiu, embora até o século XIX sufocada pelo arrocho colonialista. Mas ela evoluiu firme, através da História, mediante o esforço intelectual de homens de gênio, como os referidos e mais um José de Alencar, um Castro Alves, um Araripe Júnior, um Sílvio Romero, um Raul Pompeia, um Machado de Assis, até consolidar-se com os modernistas, em verdadeira linhagem nacionalista a que se deve hoje em dia possuirmos uma Literatura que se iguala com as maiores do mundo. Essa Literatura, junto da Música Popular, do carnaval, do futebol e da religiosidade popular são o que de mais autêntico surge da alma do homem brasileiro, esse mestiço de sangue ou cultura.

***

Esta Academia, Sr. Embaixador, tem laços muito fortes com a História que cultivais e com a Diplomacia, pela qual servis o nosso Brasil, procurando lá fora engrandecer o seu nome, a sua civilização, a sua Cultura.

Pela sua índole e formação, nossa Instituição não é apenas constituída de homens de Letras no sentido estrito, isto é, de romancistas, poetas, cronis-

tas e críticos. Como a Academia Francesa, seu ilustrado modelo, assentam-se nas suas Poltronas homens de Letras em sentido lato, homens de cultura, expoentes nas várias atividades do espírito. Grandes médicos, grandes eruditos, grandes historiadores, grandes jurisconsultos, grandes sacerdotes, grandes cientistas, grandes jornalistas, grandes militares, grandes educadores e tantos outros. No discurso inaugural da Academia, Joaquim Nabuco bem caracterizou essa condição peculiar com a sua palavra bela e eloquente. E Afrânio Peixoto costumava salientar a necessidade de a Academia possuir como seus membros um mínimo de dez acadêmicos estranhos às atividades puramente literárias. Disso decorria o prestígio de que desfruta.

Desde os Patronos João Francisco Lisboa e Varnhagen que a Historiografia é representada na Academia: Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Afonso Taunay, Rocha Pombo, Roberto Simonsen, Gustavo Barroso, Luís Edmundo, Paulo Setúbal, Viriato Correia, Rodolfo Garcia, João Ribeiro, Ramiz Galvão, sem falar em memorialistas e biógrafos. Agora mesmo aqui estão Pedro Calmon, Luís Viana Filho, Américo Jacobina Lacombe, José Honório Rodrigues, Afonso Arinos. Recusou-se a pertencer ao quadro dos fundadores Capistrano de Abreu, o grande mestre da nossa Historiografia, porque, na sua alegação de casmurro iluminado, só pertencia a uma sociedade, o gênero humano, assim mesmo porque não havia sido consultado.

Tendo existido a diplomacia desde a Grécia, Egito, Roma, Assíria, Florença e no mundo moderno, por que também não teria entrada nas Academias? Não há incompatibilidade entre as duas atividades de escritor e diplomata. E, em nossa Casa, tivemos o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Domício da Gama, Oliveira Lima, Luís Guimarães Filho, Luís Guimarães Júnior, Magalhães de Azeredo, Salvador de Mendonça, Graça Aranha, João Neves da Fontoura, Hélio Lobo, Gilberto Amado, Osvaldo Orico, Pontes de Miranda, Paulo Carneiro, Ribeiro Couto, Guimarães Rosa, diplomatas escritores ou escritores diplomatas, e o fato repete-se em nossos dias, com João Cabral de Melo Neto e José Guilherme Merquior. A vossa admissão aos nossos quadros vem premiar um diplomata brilhante, eficiente, capaz, uma personalidade humana cujo convívio é enriquecedor, e isso importa sobremaneira à Academia. Vindes acrescentar-nos com os vossos dotes

superiores de espírito, a vossa formação moral e a vossa cultura. Será para nós um orgulho a vossa companhia.

Graças a esses dons de vossa pessoa chegastes à Academia Brasileira de Letras ao mesmo tempo em que ao mais importante posto da nossa diplomacia. Em Washington, tereis fartas oportunidades de elevar o nosso País, ajudando o nosso Governo a resolver a crise profunda que abala os alicerces de nossa estrutura econômica e social. A vossa marca é de um historiador atuante, vale dizer de um historiador para quem a História não é coisa morta, mas um instrumento de combate pelo presente e pelo futuro à luz da interpretação do passado. A escolha de vossos temas e o tratamento que lhes destes mostra bem a vossa garra. Essa mesma virtude se evidencia no diplomata.

O que temos diante de nós, Sr. Embaixador, é um desafio. O Brasil necessita de todos os brasileiros, pequenos e grandes, sobretudo dos que, pelos acasos da vida, ocupam os postos de elite dirigente e se devem empenhar para vencermos as dificuldades presentes e entrarmos em dias melhores, dominando as nossas mazelas, herança de uma colonização espoliativa, predatória e obscurantista. Crescemos ao léu, sem qualquer planificação, sem instrução, a não ser a ministrada pelos jesuítas, sem educação superior universitária, sem imprensa, os nossos produtos pilhados – o pau-brasil e outras madeiras de lei consumidos pela Europa inteira com benefício de intermediários espertos, e assim o açúcar, as pedras preciosas, o ouro, tudo o que só aproveitava ao estrangeiro. Não logramos fazer do Brasil um País para nós mesmos, como conseguiram os norte-americanos, cuja população é dividida em duas partes – uma que produz e vende, a outra que compra e consome. E todos vivem felizes, numa sociedade socialista como jamais houve igual no mundo. E isso graças à existência de um mercado interno que não nos deram chance de criar. Ao contrário, entre nós, uma economia baseada no trabalho escravo, deu lugar a uma falsa elite, passageira, ociosa, sem o gosto do trabalho, que se banqueteava em tablado podre, exibindo os adereços e até os alimentos importados. Pela ausência de ensino generalizado e superior, não desenvolvemos um padrão de competência em nossos homens – nas áreas públicas e particulares. Enquanto a população era pequena, íamos caminhando ao deusdará, e assim o País cresceu. De repente, a explosão demográfica passou a exigir um sentido técnico para todas as atividades, daí o colapso inevitável. Feita

no papel, improvisada e atrasada, nossa Universidade não tem condições de socorrer o País com pessoal técnico, especializado, competente, que cobrisse as necessidades das várias classes – do mecânico ao engenheiro, do enfermeiro ao médico, do bancário ao funcionário público, do agricultor ao industrial.

Somos um País surrealista, imprevisível, ilógico, no qual tudo acontece menos o óbvio, como disse muito bem Carlos Drummond de Andrade, o vate que nos honra em ser nosso contemporâneo.

E, no entanto, o País merece, pois é ocupado por um povo alegre, sensível, imaginativo, criativo, de boa índole, inteligente, hábil, embora com uma parte vasta – cerca de oitenta por cento – vivendo uma situação subumana, semiprimitiva, conforme a retratou o pincel mágico de Portinari, e cujos vícios lhe foram comunicados e impingidos pelo sistema de séculos de erros acumulados.

O quadro é desalentador, mas não devemos desanimar nem perder a esperança. Países europeus que hoje ostentam um nível alto de civilização, quando tinham quatro séculos de vida, que exibiam? Salteadores nas estradas, candidatos ambiciosos ao trono que assassinavam os legítimos herdeiros para abocanhar o poder, rainhas que financiavam e transavam a pirataria nos mares e uma vida social nem sempre animada por bons padrões morais, sem falar num clero vicioso e parasita. Em verdade, cinco séculos são quase nada na vida de uma nação. Embora não tenhamos completado a nossa, e uma nação nunca se completa, muito já fizemos e por nós mesmos. Aqui existe realmente um mundo novo.

Não percamos a fé. Nesta Casa ilustre de Cultura, procuramos dar o bom exemplo pelo labor continuado em prol do País.

Sr. Sergio Corrêa da Costa,

pelo vosso valor e pela tradição da Casa de Machado de Assis, esta Poltrona há muito já era vossa. Aqui estamos para vos aplaudir e bem receber-vos em nosso ameno convívio.

Discurso do
SR. ARNALDO NISKIER

e

Resposta da
SRA. RACHEL DE QUEIROZ

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 17 de setembro de 1984*

# I

# DISCURSO DO SR. ARNALDO NISKIER

Tanto sonhei, que aqui estou, assomando pela primeira vez a esta tribuna, a mais ilustre do País. Meta e Meca, desafio e santuário dos homens de Letras e do espírito, todos aqui se veem compelidos a debruçar-se sobre o passado.

Cada qual olha o caminho percorrido, não tanto para aferir o problemático espaço de uma láurea, mas o fatigado tamanho de uma luta. Sinto-me como o jovem Sérgio ao ouvir o pai, à porta do Ateneu, na descrição de Raul Pompeia. "Vais encontrar o mundo... Coragem para a luta". Permiti, senhores acadêmicos, que o novo confrade dedique esse exórdio aos anos de formação e sonho, peregrino que atinge a porta do templo e olha para trás, na comoção da própria chegada.

Nascido no Rio de Janeiro, em Pilares, filho de imigrantes judeus que ao Brasil chegaram num período em que o mundo tragicamente tomava contato com a intolerância e o ódio, conheci os surpreendentes labirintos da pobreza, da falta de perspectiva, do pão incerto, da incerta vida. Nada mais justo, pois, que, neste momento, o mais alto da minha vida, peça a vossa complacência para a saudade e a gratidão.

Na pessoa de meus pais, que da terra estranha fizeram um espaço seu, construindo um lar, formando família, transformando a dor da perda das raízes, destruídas pela violência, na esperança da conquista, na figura deles vejo o

exemplo da coragem, do trabalho e do amor à vida, legado único, mas bastante, dos cinco filhos, que jamais esqueceram o preço de tão grande herança.

Garoto pobre, logo senti à minha volta o encanto e a magia do meu Rio de Janeiro. Cedo, ainda, ouvi o apelo de suas vocações maiores: o Jornalismo e o Magistério. Mal saído da adolescência, fui trabalhar em *Manchete* como repórter e revisor e ali conheci a figura patriarcal de Adolpho Bloch – cujo nome pronuncio com respeito e sentimento. Amando a Imprensa, o rapaz modesto nunca deixou de amar a Escola, o Ensino e chegou à conquista da cátedra, por concurso público, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ney Cidade Palmeiro, João Lyra Filho, Haroldo Lisboa da Cunha e Francisco Alcântara Gomes Filho foram mestres e amigos dessa hora importante.

Ao referir-me aos meus pais e irmãos, à minha mulher Ruth, inexcedível em amor e dedicação, a meus queridos filhos Celso, Andréia e Sandra, à minha família, a meus mestres e incentivadores, àqueles que apostaram em mim e de mim fizeram o que sou, sinto-os ainda mais perto nesta noite que vossa bondade preparou para o novo companheiro e que também lhes pertence.

Vivemos numa época em que é pouco o tempo para a reflexão capaz de permitir elaborar o novo. Cada vez mais fragmentadas, as ideias não duram senão quinze ou vinte anos. Antientrópicos por excelência, os meios de comunicação de massa diminuem-lhes a força, a circunscrição, a originalidade.

Hoje, temos a divulgação acelerada e, portanto, a tradução e a traição. O problema da imortalidade, do novo e do velho, do discípulo e do mestre, é bastante antigo. Homero não foi o criador da *Ilíada* ou da *Odisseia*, nem tampouco Ésquilo o de *Prometeu*. Eles apenas emprestaram ao mito a sua letra. A *Eneida* bebe na obra de Homero e faz de Virgílio um exemplo de assimilação da Cultura Grega pelos romanos.

## O POVO DO LIVRO

Nesse quadro de aproximações e intercursos nos vem à lembrança a denominação de serem os judeus "o povo do livro", o que é fruto de duas interpretações lisonjeiras: a de terem produzido o Livro, ou seja a Bíblia; e a de serem obcecados pelos livros, de um modo geral.

A tradução grega da Bíblia foi extraordinário acontecimento, quer na história judaica, quer na história espiritual do mundo greco-romano. Em torno dessa tradução, há uma vasta literatura. A lenda mais difundida é a que consta da Carta de Aristeu, datada de Alexandria, no século II a.C. De acordo com ela, o Rei Ptolomeu II Filadelfo, ao saber da existência e do grande valor dos livros sagrados judaicos, providenciou-lhes a tradução, para que figurassem na biblioteca real, onde já se encontravam as produções literárias de todos os povos.

Foi mandada uma delegação a Jerusalém, com o fim de solicitar ao sumo sacerdote a designação de uma comissão de eruditos, capazes de traduzir a Torah para o grego. O sumo sacerdote enviou a Alexandria 72 estudiosos. Alojados na Ilha de Faros, começaram o seu trabalho. Cada um dos 72 sábios fez a tradução independentemente dos demais, e todos os dias eles se reuniam para cotejar as traduções já feitas e redigir o texto final. O trabalho dessa comissão abrangeu o Pentateuco e foi executado em 72 dias. Do número de tradutores, resultou o nome *Septuaginta*, pelo qual é conhecida a tradução grega (Bíblia dos Setenta). Nos séculos seguintes, essa tradução representou um fator de relevo universal na fermentação ideativa que levou à crise ético-religiosa do Velho Mundo. Sem a *Septuaginta*, a Europa não se teria tornado cristã, pois foi ela o instrumento de combate ao mundo pagão.

Nossa civilização nasceu do "cosmo literário" representado por esses professores silenciosos cuja voz passou a ser o próprio livro.

Ele, diálogo ou forma de relacionamento, no dizer de Jorge Luis Borges, nos traz, pela letra de Gilberto Freyre (*Os Começos da Literatura Israelita na América*, Uri Zwerling, 1936), mais um depoimento do percurso judaico, em seu amor ao livro:

> ...a Literatura Israelita na América parece que desabrochou no Recife. Pelo menos, afirmou-se aqui. Era talvez de judeus do Recife, aquele escrito, sobre questões litúrgicas, dirigidas ao Rabi Sahbathai, de Salônica, que Kohut considera 'o primeiro vestígio de Literatura Judia na América'. No século XVII, sob o domínio holandês, o Recife esteve cheio de talmudistas e de poetas judeus, cheio de sefaradins ilustres: Aboab da Fonseca e Rafael de Aguillar, entre outros. Jacob de Andrade Velosinho, judeu cuja fama de médico se tornou europeia, no século XVII, nasceu no Recife. Tão importante era a congregação de judeus desta cidade, que Menasse ben Israel, o

grande rabino e sábio de Amsterdam, dedicou um seu trabalho a alguns membros da mesma congregação.

É esta comunidade israelita, hoje de cento e cinquenta mil almas, presente em nosso País, que dá efetiva e relevante contribuição ao desenvolvimento econômico e sociocultural brasileiro. Ela guarda sempre, no seu espírito, as palavras com que Agnon esperava comparecer, lá no alto, diante do Trono do Julgamento: "Eu tentei seriamente, muito seriamente, preservar da destruição a herança do Senhor."

## NARCISOS DO SÉCULO XX

Hoje, as palavras ecoam nas palavras, como os antigos mitos nas ideologias. Narcisos do século XX, encarando os meios de comunicação de massa como extensões nossas e, portanto, ficando sem possibilidade de reflexão, fechamo-nos e tendemos à morte. No entanto, essa propensão à narcose e à necrose é contrabalançada pelo nosso Outro. Eco, a ninfa, fecunda Narciso, injetando nele um sopro de vida. Por isso, o saber humano não morre. É a entropia positiva, atuando e equilibrando a entropia negativa da comunicação.

O cinema englobou o Romance, o Jornal e o Teatro. A TV incorporou o Cinema e provocou mudanças importantes e profundas na programação radiofônica. A Pintura foi atingida pela Fotografia e, na Literatura Brasileira da atualidade, vê-se muito do estilo da reportagem. Mas todos continuarão subsistindo e coexistindo, de uma forma ou de outra, durante um tempo maior ou menor, porque o homem será sempre capaz de, utilizando a técnica do cruzamento, obter um novo momento de verdade, obter a revelação, despertar da narcose, liberar-se do torpor.

Surge esse momento inaugural do educar, do comunicar, do civilizar – jogos de fascinação entre mestre e aprendiz, permanente tensão entre um saber adquirido no intercurso; entre uma verdade originada e uma verdade a originar-se; entre o imobilismo, o pretérito, o acúmulo e o movimento, e o presente, o fazer-se; entre vida e morte, entre Eros e Tânatos.

Mas ninguém é só mestre ou só discípulo. Todo processo educacional, de comunicação ou civilizatório, implica perda e aquisição, estrangulamento e revitalização, corrosão e construção, ainda e já.

## A SUCESSÃO

Um dos vossos – Levi Carneiro – costumava distinguir antecessores e antepassados. Os primeiros seriam aqueles que vieram antes de nós, sem que haja entre eles e o novo acadêmico a identidade profunda, que faz do elogio um reconhecimento de parentesco, no plano do espírito. Os antepassados, para Levi Carneiro, são os espíritos afins, as almas consanguíneas, os mestres que passaram pelo caminho que vamos trilhando e que nos precederam nas surpresas e no gosto da mesma escalada.

Ao longo de quase noventa anos de tradição acadêmica, ocuparam esta Cadeira, além do Fundador José Veríssimo (1857-1916), sob a glória do Patrono João Francisco Lisboa (1812-1863), o Barão Homem de Melo (1837-1918), o folclorista e humanista Alberto Faria (1869-1925), os poetas Luís Carlos (1880-1932) e Pereira da Silva (1876-1944), além do escritor, jornalista e professor Peregrino Júnior (1911-1983).

Neles pensando, encontro, ao mesmo tempo, antecessores e antepassados. Identifico-me com vários pontos de seu pensamento, especialmente quando demonstram uma prolongada militância educativa. Verifico em todos, sempre, uma preocupação comum, o que nos torna íntimos: o futuro das novas gerações, o que, afinal, a partir do próprio número 18 da Cadeira – *chai*, em hebraico, vida –, é um compromisso com a perenidade.

João Francisco Lisboa foi um pioneiro na defesa da Cultura Indígena. É um dos grandes prosadores da Língua Portuguesa. Suas ideias ecoavam, por certo, em José Veríssimo, ao escolhê-lo Patrono da Cadeira. Ao ler as obras do Timon maranhense, quando estudante no Ceará e em São Paulo, e ao fazê-las adotar quando inspetor da Instrução Pública do Município Neutro, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo – o Barão Homem de Melo – mantinha com o texto daquele escritor o convívio a que tinha direito, como um dos valores clássicos da nossa Literatura.

Deixar um legado às gerações futuras, agindo sobre seus contemporâneos, transformando-lhes os espíritos, fazendo-os atuar num sentido diverso, tirando-os da acomodação e impondo-lhes a própria marca – outra não era a intenção de João Francisco Lisboa quando escreveu:

> No nosso País, vê-se de um lado a negação absoluta do direito revolucionário, proclamando-se de outro a sua extensão e aplicação de um modo não menos exagerado. Os doutores da seita de conservação e centralização, no excesso de seu zelo, vão até supor, como os doutores Sangrado e Tirte-Fora, que se o doente lhes morre, ou pelo menos definha a olhos vistos, é só à míngua de copiosas sangrias ou por não guardar uma rigorosa dieta de todas as iguarias liberais. Os da escola liberal, por seu turno, atacam uns a instituição da realeza, e outros a forma falsa e complicada no nosso governo misto, queixando-se todos da decadência, corrupção e falácia, e clamando por uma mudança ou reforma mais ou menos radical. Estes reformadores divergem não só no alcance das suas reformas, senão ainda nos meios de realizá-las, pelas armas, ou pela propaganda; – pelos meios prontos e violentos, ou pelos lentos e pacíficos. Exageração, abuso e falsa doutrina por toda a parte!

Não posso deixar de referir-me ao seu ensaio sobre *A Vida do Padre Antônio Vieira*, enriquecido por uma prosa incomparável, especialmente quando descreve o jesuíta diante da sentença com que a Inquisição tentava condená-lo à reclusão e ao silêncio. De Vieira, ressalta a defesa dos direitos humanos em nossa sociedade.

Hoje, ao retomar do Patrono as palavras, dispo-as do tom polêmico e reflito sobre elas, tornando-o presente na oportunidade de minha travessia.

## JOSÉ VERÍSSIMO

Nesta chamada, em que a identidade e também a diferença desenham o pensamento do homem brasileiro, gravam o contorno do nosso caminho, busco José Veríssimo, primeiro ocupante da Cadeira. E encontro o jornalista militante que não amou a vida de jornal, o crítico severo, o Severíssimo, no trocadilho de tantos, que não poupou o sempre louvado Coelho Neto e o seu *Rei Negro*; que, elegendo como *ex-libris* a inscrição Pelo Nome, procurou segui-la, não deixando, mesmo em razão da amizade, sair-lhe fácil o elogio.

Vejo-lhe a preocupação com a Literatura Brasileira, já então, segundo ele, "a expressão de um pensamento e um sentimento que não se confundem mais com o Português e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa".

Lembro-lhe a participação corajosa no Congresso Literário Internacional, realizado em Lisboa, difundindo o que era nosso e recebendo do governo português a Ordem de Cristo.

Rememoro-lhe o trabalho sobre o *Homem de Marajó*, apresentado no X Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, em Paris.

Acho o prosador atento, objetivo na sua prática realista, ao fazer o registro das cenas da vida amazônica. Mas me identifico, sobretudo, com o homem interessado nos problemas da Educação Brasileira, que criticava a sobrecarga dos nossos programas escolares; que se batia por um ensino normal melhor e mais adequado; que lutava contra o abuso de uma "erudição gramatical impertinente e, ao cabo, inútil" e valorizava a aquisição linguística por intermédio da leitura, a introjeção dos padrões de nossa Língua, através do falar, do ouvir, do ler e do escrever; que se batia por um ensino prático das Ciências, numa visível defesa do verdadeiro método científico.

José Veríssimo trabalhou no *Pedagogium*, criado pelo governo federal em 1890. Sua lição inaugural, que recolho da *Revista Brasileira* de 1.º de junho de 1895, assim termina:

> Todos os países cultos dão à Pedagogia, no seu ensino oficial, ou particular, um digno lugar. Nos Estados Unidos como na Alemanha, ela não é só ensinada nos estabelecimentos destinados especialmente ao preparo profissional dos mestres, mas professada nas Universidades. A França, que a tinha já nas suas escolas normais, criou há poucos anos cadeiras de Pedagogia nas suas Faculdades de Letras. E, se países tais – e de todos os países de alta cultura se poderia dizer a mesma coisa – possuem uma longa tradição pedagógica que tem como que derramada em seu ambiente a preocupação da Educação e de seus métodos, julgam útil e proveitoso sistematizar nas escolas, nas Faculdades e nas Universidades a arte da Educação, parece-me que errados andamos tratando-a nós, que nada daquilo temos, com a desconsideração com que a tratamos.

O grande crítico literário queria com isso significar o seu apreço à prioridade da Educação, como se estivesse dando razão a Emerson. Quando lhe perguntaram a partir de que momento se deveria cuidar da educação de uma criança, o pensador americano respondeu: "Cem anos antes de seu nascimento!"

## HOMEM DE MELO

Da mesma preocupação com a Escola, participou o segundo ocupante desta Cadeira, Homem de Melo, professor que foi de História Antiga e Idade Média do Colégio Pedro II e de História Universal e Geografia no Colégio Militar. Não se limitando a ensinar, a repetir o que diziam os compêndios, pesquisou e escreveu *Estudos Históricos Brasileiros, A Constituinte perante a História, Excursões Geográficas* e outras tantas obras, as quais bem demonstram o espírito científico de quem é apontado como um dos quatro grandes beneméritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Se suas lições, hoje, não encontram eco, porque evoluiu a pesquisa histórica, porque outras fontes foram encontradas, porque são diversos o ponto de vista e o momento, o texto de Homem de Melo é extrato de uma época e seus mapas jamais deixarão de ser um marco na Cartografia Brasileira.

Partidário de uma Educação permanente, focaliza o homem em sua totalidade, imerso em sua problemática existencial, onde os aspectos biológicos e sociais são importantes, da mesma forma que são relevantes aqueles que dizem respeito à história de vida de cada um, que se realiza independentemente de alguém estar ou não na escola. Não posso deixar de considerar como parte de uma verdade o conceito tradicional de Educação de Homem de Melo naquele que seria o seu discurso de posse nesta Academia:

> A nós, professores, cabe o desempenho de uma das mais altas funções sociais. Somos nós, os estudiosos sedentos de saber, que penetramos além nos séculos, perscrutando os segredos da Ciência: recolhemos o patrimônio da civilização universal e o transmitimos, como um depósito sagrado, às novas gerações, que preparamos e educamos com a nossa palavra.

## ALBERTO FARIA

O discurso do presente não pode ignorar o do passado. É como se tece o futuro. Por isso, de uma angulação diversa, sem buscar a ótica do dominador, mas procurando os saberes populares, Alberto Faria, sucessor de Homem de Melo na Cadeira 18, também pesquisou a tradição. O interior de São

Paulo, onde aos quatorze anos já fundava um jornal, *A Alvorada*, cultivou-lhe o amor pelas coisas simples, pelo saber do povo, pelo nosso folclore, que, mais tarde, iria registrar nas suas *Aérides*, nas *Acendalhas* e na sua permanente colaboração em almanaques. Como José Veríssimo, teve Alberto Faria amor pelas coisas brasileiras e estudou os nossos escritores. Entre eles, o Patrono da sua Cadeira na Academia Paulista de Letras, Luís Gama, o "Orfeu da Carapinha", numa valorização não só do negro, como principalmente da Sátira, estilo por vezes marginalizado pela Crítica. No projeto demolidor dos versos de Luís Gama, lamentou Alberto Faria a influência de Xavier Novaes, que, no seu entender, vinha enfraquecê-los.

## DOIS POETAS

Se, na ânsia da imortalidade, passaram por esta Cadeira homens preocupados com a Política, o Ensino, a Crítica Literária, a busca de nossas raízes, jornalistas todos, também teve ela dois poetas: Luís Carlos e Pereira da Silva. O primeiro, racionalista, mestre nos versos decassílabos e no alexandrino e, dentro desse rigor, pintando a paz sertaneja, os horizontes de Minas, delineando os fatos domésticos, refletindo sobre a existência humana. O segundo, na linguagem de alusão e mistério do Simbolismo, criando uma atmosfera de transcendência. Numa prova do espírito eclético e democrático por que sempre se pautou esta Academia, a Cadeira 18 reuniu Luís Carlos, branco, descendente da Condessa de Belmonte, camareira-mor do Paço Imperial, neto e filho de doutores, e Antônio Joaquim Pereira da Silva, filho de carpinteiro, coroinha na Capela da Conceição, estudante do Liceu de Artes e Ofícios e da Escola Militar, no seu destino de criança pobre, para quem a igreja, a escola pública, o ensino profissionalizante e o Exército eram os únicos espaços educacionais possíveis. Luís Carlos, no seu descritivismo neoparnasiano, e Pereira da Silva, na sugestão de seus versos simbolistas, pesquisaram a alma humana e se imortalizaram na medida em que, hoje, lendo seus versos, neles percebemos uma inquietação que também é nossa.

E, não sendo poeta, me encontro nesses dois antecessores, pelo que de universal e atemporal traduzem. Mas neles me acho também pelo amor à téc-

nica que um demonstrou e pelo início de vida que o outro viveu, pois passei por vicissitudes semelhantes.

É verdade que essas coincidências não tornam ninguém imortal, mas fazem o companheirismo, o *cum panis*, o provar do mesmo pão, que assemelha os homens no itinerário em que a morte física é a única certeza.

## PEREGRINO JÚNIOR

Esse companheirismo, também como educador, encontro-o em Peregrino Júnior, filho de professor e ele mesmo apaixonado professor universitário. Suas palavras sobre o papel da Universidade, ditas em 1940, quando andava eu pelo Jardim de Infância do Instituto de Educação, revelam pelo Magistério um sentimento do qual sempre partilhei:

> A situação do Ensino não permite a timidez hesitante do conformismo, nem as atitudes estéreis de negação ou de resistência passiva. Todos têm o dever de cooperar para que o ensino universitário entre nós melhore progressivamente nos seus quilates culturais, quer dizer, no sentido perpendicular da profundidade e da altura. Para isto, poderemos contribuir decisivamente todos nós, professores, se nos lembrarmos de que o professor moderno deve exercer, no organismo universitário, aquela prodigiosa função hormonal de que nos falava Marañon. É exatamente esta a função mais importante do professor: a função estimuladora, que leva o espírito do estudante os excitantes específicos do entusiasmo, da fé, da confiança e do interesse científico. Sem esses hormônios espirituais, o ensino universitário será vão e precário: poderá preparar autômatos o máquinas especializadas; não formará, jamais, médicos, pesquisadores, nem homens para o trabalho da Cultura. Além de tudo, o problema da disciplina nada perde nessa orientação: ao contrário, a disciplina que nasce do respeito mútuo e da mútua estima é uma disciplina mais humana e mais sólida, porque emana de um ato gratuito de aceitação e de cooperação. É esta a disciplina voluntária que não humilha nem compromete a dignidade humana, porque deriva simplesmente da hierarquia do trabalho. É a ela que eu desejaria que todos na Universidade se subordinassem, no interesse da nossa harmonia moral e do entendimento pedagógico dos nossos cursos.

Esse texto, além do pensamento de Peregrino Júnior sobre Educação, mostra sua dimensão humana, que se reflete no contador de histórias, em que sobressaem o espírito crítico e o bom humor, de que flui uma certa ternura.

Foi com esse estilo que ele se tornou diretor da Escola de Educação Física da Universidade do Brasil (hoje UFRJ).

Para Rachel de Queiroz, sua grande amiga desde 1939, quando veio morar no Rio, Peregrino, diferente do paroara nordestino, trouxe outra espécie de ouro da Amazônia: a descoberta da beleza da terra, do mistério do grande rio, que até então só se conhecia literariamente como "inferno verde".

Acompanhados desse espírito, penetramos os igarapés, banhamo-nos de verde, colocamo-nos sob o sol coado e ouvimos os ruídos da mata e do rio. Contando do homem amazônico e de seus costumes, Peregrino Júnior escreveu *Pussanga* (1929), *Matupá* (1933), *Histórias da Amazônia* (1936) e *A Mata Submersa* (1960), este último o que o próprio autor chamou de dívida de gratidão para com a terra que o acolheu na adolescência.

Na realidade, para o homem-menino-peregrino, a Amazônia foi o ingresso na Dor, aquela mesma Dor que opera a cisão e inscreve o homem na Cultura.

Embora, no conto "Buenolândia", de *A Mata Submersa*, Peregrino Júnior diga que: "à luz morna da noite tropical, minha infância voltou, sorriu-me, com um perdão unânime, para todos os meus erros e debilidades, e envolveu-me num abraço manso, sem palavras...", e que era preciso conhecer a Amazônia, "estuprá-la, dominá-la violentamente para poder possuí-la com amor", também declarou ter sido nela que "o menino mofino, rapaz frouxo, homem sem disposição para a luta" reforçou "o caráter e endureceu a alma". A Amazônia foi a sua aventura do mundo – a aventura da liberdade e da solidão.

Peregrino, como escritor, no plano das Letras puras, teve esta direção singular. Numa fase em que ainda predominava o esplendor verbal de Rui Barbosa e de Coelho Neto, vai ele buscar em Machado de Assis a afinidade natural do seu espírito. Escreve com sobriedade, tem o gosto da forma simples e é direto e objetivo como compete a um genuíno homem de jornal.

É ele, no início da sua vida literária, o escritor que sabe o que pretende. Adota o estilo que se ajusta ao seu temperamento e, nesse estilo, além de escrever os seus artigos, as suas reportagens e os seus comentários da vida social, produz contos admiráveis.

Euclides da Cunha e Alberto Rangel, seguidos de perto por um mestre esquecido, Raimundo de Morais, ajustaram o estilo literário à riqueza amazônica. O estilo opulento, derramado, por vezes torcido na sua expressão procu-

rada, como que simétrico àquela região que Euclides definiu como a última página do *Gênesis*, ainda por escrever. Muitos mestres que vieram depois, como o citado Raimundo de Morais, autor de vasta bibliografia amazônica, moldaram-se pelo metro literário de Euclides. Citarei ainda um exemplo, mais próximo de nós: Alfredo Ladislau. E também o saudoso Osvaldo Orico, autor do *Vocabulário de Crendices Amazônicas*.

Convém não esquecer que a Literatura da Região Amazônica teria um mestre de outra linha, na prosa de José Veríssimo, notadamente nas *Cenas da Vida Amazônica*. A sobriedade estilística daquele que seria o grande crítico da obra machadiana, reconhecendo-lhe a preeminência no quadro geral da Cultura Brasileira, faria também seus discípulos, criando uma outra linha de escritores da região. Entre eles, Peregrino Júnior.

Ao transferir-se para o Rio de Janeiro e aqui continuar seus estudos de Medicina, Peregrino irá ser, na Santa Casa de Misericórdia, um dos grandes discípulos do professor Antônio Austregésilo, como o nosso Deolindo Couto, outro grande mestre, ao mesmo tempo que desdobra a sua atividade literária nestas duas direções: escreve contos e crônicas, além de reportagens e artigos de jornal. O cronista social retoma aqui a sua pena de comentarista malicioso e atento em cenário maior.

Em 1922, com o Centenário da Independência, o Brasil como que se debruça sobre si mesmo, na revisão do caminho percorrido, por um lado, e na prospecção do caminho que irá percorrer, por outro lado. Surge o Modernismo Literário, com repercussões imediatas na Academia. Daqui sairá o líder do movimento, na pessoa de Graça Aranha, e seu grande opositor, na palavra de Coelho Neto.

E é nessa oportunidade que Peregrino Júnior se faz o grande repórter do Modernismo. Não se limita a acompanhar a mudança de ordem cultural e social. Registra essa mudança. Objetiva e corretamente. E de tal modo que não se poderá recompor, hoje, a fase beligerante do Modernismo sem aludir ao que Peregrino Júnior recolheu nas suas primorosas reportagens.

A rigor, ele soubera ser modernista antes do Modernismo. Mas resguardando a sua independência pessoal. Não participou da liderança da Revolução, mas soube ser o seu cronista – fino, polido, imparcial.

Agora, perguntareis, com saudade natural de vosso admirável companheiro:

"E o Acadêmico Peregrino Júnior?"

O destino dos modernistas foi chegar à Academia. E ela os acolheu na hora própria. Aqui chegaram, entre outros, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia. Peregrino veio no momento exato – para entoar o louvor do poeta Pereira da Silva, acolhido por Manuel Bandeira.

O Rio Grande do Norte é que ficou nele como a terra idílica, a infância, a idade do ouro. Dele extraiu as recordações mais poéticas: Natal, cidade lírica e linda na sua humilde paisagem provinciana é meu passeio ao mundo mágico da infância... E os banhos alegres e livres no sítio de meu avô na Rua do Morcego, onde cada cajueiro tinha um nome e cada coqueiro um dono...

No espaço da saudade, a terra natal não apresenta defeitos. Já a Amazônia foi para Peregrino Júnior, como disse Manuel Bandeira, "um caso clínico". Ele não a vê com deslumbramento, mas com observação. Com os mesmos olhos, viu o Rio de Janeiro e, cronista social, registrou-lhe o movimento em *Vida Fútil*: o recesso dos salões literários, o surgimento do arranha-céu, a extinção da sala de visitas.

No entanto, a Crônica Social, para Peregrino Júnior, não foi mera obra do acaso. Seu estilo tinha algo de diferente – uma certa malícia corroendo a aura que não pudesse envolver uma domingueira, uma festa do *set* ou um salão literário. Era o olhar do homem nordestino, cauteloso e crítico, que o fazia ter saídas como esta, contada por Josué Montello no seu *Diário da Manhã*:

> Corria em Belém a notícia de que o cronista social Peregrino Júnior, tendo caído do cavalo, havia fraturado o braço. Osvaldo Orico, seu velho amigo, foi visitá-lo no hotel em que então morava Peregrino e o encontrou, realmente, com o braço engessado, na tipoia. Não conteve a pergunta:
>
> "Peregrino, como foi que você caiu do cavalo, se eu nunca soube que você praticava equitação?"
>
> E Peregrino, depois de passar a chave na porta:
>
> "Osvaldo, eu não caí do cavalo, caí da rede. Mas não ficava bem a um cronista social cair da rede. Não diga isso a ninguém. Fica entre nós."

Afinal, acrescento eu, a rede era a montaria de Peregrino. Nela, ele se punha a sós consigo próprio, em viagens que só a memória e a fantasia podem empreender.

Espectador de uma sociedade que, segundo ele próprio, vivia com o coração e o pensamento em Paris, cujas "moças aprendiam História do Brasil e doutrina cristã, em Francês, no Sion, e a cujos homens as *cocotes* da Glória e do Catete ensinavam, na sua doce missão, não só a arte de amar, mas também a de beber e de comer, e ainda o gosto de falar Francês", frequentou os salões literários onde o Parnasianismo ainda tinha vez.

Nele ecoavam, por certo, e conforme ele próprio afirmou, os autores lidos no Pará quando do seu contato com os mestres franceses. Verlaine, Mallarmé, Rimbaud se imortalizavam na medida em que sua linha de pensamento encontrava continuidade.

Desse diálogo entre os Peregrinos de dois tempos, surgiram ainda as *Recordações de um Cronista Mundano Aposentado*, que ele publicou no *Correio da Manhã*. O "rapaz de jornal" iluminava o ensaísta, como outra dimensão daquele espírito que mostrava afinidade com a Ciência, com o Magistério, com a Literatura.

Peregrino registrou e registrou-se, imortalizou e imortalizou-se. Lendo-se o seu mosaico, é possível levantar as linhas de um homem, de um tempo, de um pensamento.

Hoje, nesta tribuna que homens como Peregrino Júnior, Pereira da Silva, Luís Carlos, Alberto Faria, Homem de Melo e José Veríssimo honraram, sou compelido a procurar também os traços do meu percurso.

## A FORÇA DA EDUCAÇÃO

Eles se harmonizam com a força da Educação e de todo o seu incomensurável elenco de virtualidades. Em nosso planeta finito, a imaginação humana é infinita. O avanço da Ciência e da Tecnologia coloca em xeque a posição do homem diante do mundo moderno. Sempre houve um componente técnico na natureza humana, da mesma forma que sempre coexistiram o instrumento e a linguagem. Se fosse necessário estabelecer uma ordem de precedência, diríamos que o Humanismo, no que ele representa de espírito perquiridor, de busca do ideal da realização humana, precede a Técnica, pois a ferramenta procede da palavra, do pensamento, da criação.

O que se busca é uma nova síntese que supere os antagonismos entre humanismo e civilização tecnológica. Nem o Humanismo é um fim em si mesmo, contemplativo e estático, nem a civilização tecnológica deve subjugar o homem, com suas ofertas desmedidas e, às vezes, desnecessárias. Pois, se não houver o equilíbrio, pode-se chegar ao que Claude Lévi-Strauss afirmou sobre as civilizações tropicais: "elas correm o risco de passar do estágio de carência para uma grande depressão, sem conhecer a opulência."

Queremos chegar ao paraíso preconizado por Dieter Stolze no seu admirável *Igual aos Deuses*:

> Ainda no fim deste século, poderemos conhecer a vida sem trabalho, um paraíso criado pela Ciência e pela Tecnologia, em fartura dourada, a Terra, com recursos para alimentar até 50 bilhões de pessoas, promoverá a recriação da vida vegetal e animal, a saúde eterna, e o homem conquistará o Universo em foguetes de fótons, indo a outros sistemas planetários.

Repetindo o *Gênesis*, o homem será como os deuses, conhecendo o bem e o mal. Este será o grande momento da revivescência do Humanismo na sua visão integral. E poderemos fazer como o salmista, no Antigo Testamento, dirigindo-se a Deus: "Nas tuas mãos está a minha sorte."

Tudo dependerá da forma como se conduza a Educação. Segundo a UNESCO, ela deve preparar o indivíduo para adaptar-se à mudança e participar do desconhecido, para aprender a aprender, de forma que se torne apto a adquirir conhecimentos novos no curso da vida; aprender a pensar de forma livre e crítica; aprender a amar o mundo e torná-lo mais humano; aprender a expandir a sua personalidade através do trabalho criador e do lazer satisfeito. São os pontos essenciais de uma Educação verdadeiramente democrática e os compromissos de quem, como educador, deseja o melhor para o seu País.

Senhores acadêmicos,

nesta longa sucessão de feitos que formam a tradição e o prestígio da Cadeira que agora venho assumir, como seu sétimo ocupante, uma grave lição é praticamente extraída dos numerosos exemplos que acabei de lembrar. Esta é uma Cadeira do Ensino, da Educação, da Literatura. Exige-se do novo acadêmico uma sintonia espiritual e moral com os seus antecessores, com aqueles

que, nos dados do destino, vieram a ocupar a mesma Poltrona. Acredito que, ao postular meu ingresso nesta Casa e ao merecer a vossa consagradora aprovação, ficou marcado de parte a parte um compromisso maior.

O novo acadêmico aqui não procurou um oásis para descansar sua discutível glória, muito menos aqui se abrigou para adquirir um respeitável pretexto para depor amas e usufruir o ócio. Pela idade, pelo temperamento, pelos laços afetivos com o meu próprio passado, sou um homem que ama o trabalho, que nele encontra a compensação de todas as incompreensões humanas.

Não considero esta chegada à Academia o término da minha missão humana intelectual. Pelo contrário: é antes uma posição de primeira linha que me compromete, que me obriga a lutar ainda mais pelas causas que fazem parte do meu ideário e que, hoje, se harmonizam e se somam ao ideário da Academia Brasileira de Letras. Esta mesma Academia que aprendi a admirar através das incontáveis conversas, ao longo de mais de 20 anos, com o meu inesquecível companheiro de *Manchete*, escritor R. Magalhães Jr., a quem presto agora minha comovida homenagem.

Como homem de Comunicação e profissional do Ensino e da Educação, faço neste instante um pacto de trabalho com os senhores acadêmicos e com a comunidade intelectual do Brasil: não pleiteei uma glória estanque, mas um roteiro de luta. Por força de sua alta representatividade, a Academia Brasileira de Letras tem de ser, com os recursos científicos e tecnológicos de que hoje dispõe a humanidade, a memória viva da Cultura Nacional. Ela, que já nos deu o Dicionário e o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, maratona que por si só constitui um galardão, certamente irá além, conduzida pela visão e a inesgotável capacidade de Austregésilo de Athayde, que sempre teve a noção perfeita do fato acadêmico.

Ao chegar, sinto muito mais do que glória e láurea – labor, missão e compromisso. Deus, que me trouxe até aqui, sabendo que continuo fiel à minha simplicidade e às minhas origens, há de continuar a iluminar-me os passos. É com amor que espero servir à Academia, correspondendo à vossa generosidade.

Para concluir, lembro estas palavras de Alcântara Machado: "Só em minha terra, de minha terra, para minha terra, tenho vivido: e, incapaz de servi-la quanto devo, prezo-me e amá-la quanto posso."

Muito obrigado

# II

# RESPOSTA DA SRA. RACHEL DE QUEIROZ

Sr. Arnaldo Niskier,

entrais nesta Casa, ocupando a Cadeira 18, na vaga do nosso tão querido e saudoso Peregrino Júnior.

Cadeira número Dezoito: Como o sabeis, Sr. Arnaldo Niskier, o número 18 tem um sentido muito especial na tradição hebraica. O dezoito representa a palavra *Chai*, cujo significado é vida. Vida, senhor acadêmico, símbolo e desafio, fonte de esperança e força, mormente para Vós que entrais aqui assim jovem – tão jovem que pareceis um rapaz à nossa senioridade. Vida, palavra que, para vós, se traduziu sempre em estudo, trabalho, excelência.

Filho de imigrantes, proclamais que o sois. Filho de judeus poloneses, fugidos à maré montante do nazismo que, já no início da década de trinta, assolava a Europa Central.

No Brasil, escolheram os vossos pais, como morada, um modesto subúrbio carioca – o bairro de Pilares. Lá onde nascestes.

E a circunstância de nascerdes filho desse tipo especial de imigrantes, tornados apátridas por ação de inominável tirania, como que vos fez mais brasileiro do que os outros brasileiros de raízes antigas, mais brasileiro do que

os que vivem tranquilos na certeza dos seus direitos e privilégios de cidadania, sem jamais conhecerem o medo e o risco de perdê-los.

Já vós, consciente da perda e dos riscos sofridos por vossos pais, como que vos dissestes a vós próprio, desde criança:

"Esta terra é minha, e eu sou dela, pátria e abrigo, a quem terei que honrar e servir por dever espontâneo de amor e por inalienável direito de nascimento."

Esse rumo, esse voto de devoção, nunca o deixastes de seguir até hoje, Sr. Arnaldo Niskier.

Sabendo, pelo testemunho dos vossos pais, como as suas velhas raízes europeias foram arrancadas pelo furacão nazista, plantastes aqui as vossas raízes novas; e, assim, a dúbia, jamais plena cidadania que a vossa família perdera na Polônia, nunca vos fez falta.

Assumistes totalmente o Brasil, vossa terra do berço; assumistes o Brasil no seu todo e o Rio de Janeiro em particular: sua história, suas tradições, suas vivências.

Assumistes a vossa condição de brasileiro e carioca – sois mesmo um dos chamados "cariocas da gema" – praticando e fruindo tudo a que como carioca tínheis direito. Estudando em escola pública, batendo bola em pelada, torcendo fanaticamente pelo América (circunstância que, como vascaína, eu deploro – mas ai, ninguém pode mesmo ser perfeito!), tostando na praia, namorando no cinema, dançando nos clubes, curtindo carnaval, praticando esportes. Nesse capítulo dos esportes, brilhastes especialmente no basquete e na natação, disputando em competições e acumulando vitórias e medalhas cujo número passou de meia centena.

Estudante secundarista e universitário, tomastes sempre uma parte muito ativa, com característica dedicação juvenil, nos movimentos acadêmicos: chegastes a presidente do Diretório Acadêmico e a presidente do DCE da vossa Universidade.

Menino e rapaz pobre, essa convivência íntima com o povo da vossa cidade, essa experiência de abrir caminho com os próprios pés, essa escalada – às vezes dura – não vos deixou frustrações nem amarguras. Foi antes uma escola de bem viver, uma descoberta permanente e enriquecedora.

Adulto, por fim, já assentado na vida, constituístes, ao lado de Ruth, essa bela família brasileira cujo amor invocastes em palavras de comovente ternura nas primeiras linhas do vosso discurso.

Mesmo através de um rapidíssimo escorço biográfico, poderemos verificar que, à medida que a idade de adulto vos chegava, ia crescendo em vós uma intensa consciência dos problemas brasileiros e o correspondente interesse por resolvê-los.

Jornalista desde a adolescência, não vos bastou o uso cotidiano da Imprensa para canalizar em plenitude a vossa paixão de cidadão prestante. Procurastes ofício ainda mais exigente que o do jornal e vos entregastes de corpo e alma ao Magistério.

Nessa carreira, subistes desde o mais modesto ao mais alto escalão – de professor de Geometria a catedrático por concurso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Fostes, aliás, o mais jovem professor catedrático do Brasil.

E quero crer que foi precisamente no Magistério que encontrastes o caminho predileto para os vossos talentos. Aliás, não vos bastou o limitado raio de ação alcançado pela cadeira de mestre: o trabalho na Imprensa vos ensinara que a palavra escrita vai mais longe e mais fundo do que até mesmo os mais sofisticados meios de comunicação da *mídia* eletrônica: e então começastes a escrever livros.

Livros onde se debatem os rumos, dificuldades e perspectivas da Educação, no Brasil. Onde se apontam as prioridades inarredáveis exigidas para o desenvolvimento do nosso sistema de ensino, em qualquer nível.

Vinte e oito livros foram por vós publicados até agora, contendo análises, diretivas, programas, visando todos ao aperfeiçoamento da Educação Brasileira.

Vinte e oito livros (dois dos quais premiados por esta mesma Academia Brasileira de Letras, que hoje vos recebe como ocupante da Cadeira 18), vinte e oito livros – e tendes apenas 48 anos!

A natureza das vossas preocupações intelectuais logicamente vos abriu outros e novos caminhos, e daí o início da vossa carreira de homem público.

Foi normal, então, que as pessoas de Governo se apercebessem das vossas tão evidentes potencialidades, em matéria cultural, e cobiçassem a vossa colaboração naquela área específica.

Tínheis apenas 33 anos, quando fostes convidado pelo então Governador Negrão de Lima para ocupar a recém-criada Secretaria de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Desbravando área nova, sem modelo anterior a seguir, criastes o vosso próprio modelo e fixastes a doutrina de Ciência e Tecnologia da Cidade do Rio de Janeiro, identificando-a como pólo de alta sofisticação.

Entre outras realizações, criastes o Planetário da Gávea, visando a despertar o interesse dos jovens para a decifração dos enigmas do Cosmos, hoje, nesta era espacial, tema obrigatório de especulação e estudo.

Foram criações vossas, também, a Feira de Ciências, a Mostra Internacional do Filme Científico e o Prêmio Álvaro Alberto, destinado a trabalhos de pesquisa científica.

Ao iniciar-se o governo Chagas Freitas, novamente fostes convocado, desta vez para secretário de Estado de Educação e Cultura. Vossas realizações, nesse cargo, ainda estão presentes no espírito de cariocas e fluminenses.

Exemplo: a solução, que eu diria salomônica, para o grande movimento de greve dos professores do Estado, que recebestes como herança, ao assumirdes a Secretaria.

Outro exemplo: a volta do então banido ensino da Filosofia no 2.º Grau.

Outro: a reintrodução do ensino do Francês como língua moderna obrigatória.

Criastes mais de um milhar de novas salas de aula.

Criastes o Corredor de Educação Rural, com várias escolas agrícolas postas a serviço das populações do interior do velho Estado do Rio, cuja venerável tradição agrícola, matriz de opulência outrora, vem sendo tão tristemente abandonada.

Saindo do âmbito estadual, criastes a Maratona Escolar de Literatura, chamando a essa disputa intelectual os alunos de 2.º Grau de todo o País.

Notação especial merece o que realizastes como presidente da Fundação de Artes do Rio de Janeiro, a Funarj. Devolvestes ao Rio a sua condição meio esquecida de capital cultural do País, reativando, em inesquecíveis temporadas, o balé, a ópera, os concertos sinfônicos, quer na Casa que é especificamente deles – o Teatro Municipal – quer nos outros teatros e salas de concerto pertencentes à Funarj.

Homem do vosso tempo, é claro que não vos limitaríeis aos recursos tradicionais da revista e do livro, embora os viésseis utilizando com notória dedicação e competência, nas Empresas Bloch, onde começastes ainda adolescente. Assim, ingressastes na área sedutora da Comunicação Eletrônica. Sois o criador e responsável por um programa de entrevistas de altíssimo gabarito, durante o qual se discutem os problemas mais relevantes do momento nacional; e chamais a aparecer nas telas da TV Manchete, em milhões de lares brasileiros, a voz e a imagem de figuras de primeira magnitude, vindos das áreas da Cultura, da Política, das Finanças, da Tecnocracia.

Sob a vossa inteligente mediação, que sabe ir do profissionalmente cordial ao afavelmente irônico, mas tendo sempre como base de trabalho o conhecimento do assunto em pauta é o senso da boa direção no encaminhar dos debates, esses convidados tentam explicar o Brasil, reviver a memória do seu passado, estudar-lhe as vicissitudes do presente e analisar-lhe as perspectivas do futuro.

Pela vossa origem, pela tradição imemorial dos vossos antepassados, pertenceis a uma linhagem de homens e mulheres que sempre tiveram como padrão de vida a excelência.

Já que o fanatismo e o preconceito negavam aos judeus, por todo o universo da Diáspora, a vida normal dos outros homens – ou seja, o direito à posse e ao cultivo da terra, ao serviço das armas, às funções públicas, restavam-lhes, apenas, em todas as terras cristãs onde habitavam, o exercício do comércio e a dedicação ao estudo.

Aprofundando-se no estudo, alargando com arrojo os limites estreitos do mundo dos negócios, enobreceram os filhos de Israel essas atividades até então desprezadas por aquelas sociedades de rudes guerreiros, clérigos e camponeses.

Usando o melhor possível os seus talentos, tomando como padrão a excelência dentro das realizações que lhes estavam abertas, tornaram-se *scholars*, eruditos, sábios, filósofos, matemáticos, astrônomos, pensadores do melhor quilate. Brilharam nas artes liberais, especialmente como médicos e advogados.

Criaram as bases do comércio moderno, das modernas redes bancárias, de toda a estrutura financeira mundial.

Começada a era dos descobrimentos, lá estavam eles tomando a sua parte na aventura dos navegadores, logo peritos nas artes de marear, marcando pre-

sença e peso nos melhores centros de pilotagem do mundo de então – como, por exemplo, aquele que foi o maior de todos, a famosíssima Escola de Sagres.

Os novos horizontes, criados pelas descobertas, lhes abriam ares largos para o fôlego oprimido, terras virgens onde viver e ser livre.

Sr. Arnaldo Niskier, esta Casa, como a Casa do Pai, no Evangelho, tem muitas moradas.

Nela cabem os que cultivam todos os ramais da Cultura: os poetas, os ficcionistas, os historiadores, os filósofos, os filólogos, os jornalistas – e os professores, como vós.

Representam até mesmo os professores um tipo de certa forma onímodo, que penetra em todos os demais gêneros de atividade intelectual. Quantos, entre os quarenta da Academia, não fomos professores, em tempo parcial ou total?

Ouvi certa vez Afonso Arinos, que é poeta, jurista, memorialista, cientista social, historiador, político, indagado por uma moça repórter de como preferia ser chamado: se embaixador, ministro, senador, acadêmico – responder sem hesitação: "Prefiro que me chame professor."

Entendia-se que o título de professor, para o Mestre Arinos, englobava – ou superava – todos os outros a que tinha direito.

Entre os acadêmicos que vos precederam na Cadeira 18, citastes, como professores também, José Veríssimo, Barão Homem de Melo, Alberto de Faria e o vosso antecessor imediato, o nosso sempre saudoso Peregrino Júnior.

Sim, professores de ofício temos tido muitos, na Academia, e eu vos poderia lembrar alguns dos mais ilustres, hoje mortos, que nestas Poltronas tiveram assento: recordaria poucos entre os muitos. Como por exemplo o grande Mestre Cândido Motta Filho, cuja vaga tive a honra de ocupar, na Cadeira 5, e mais um Carneiro Leão, um Fernando de Azevedo.

Vede, pois, Professor Arnaldo Niskier, que, vindo para cá, estais em boa companhia.

E nós, tendo-vos aqui conosco, posso vos garantir que nos sentimos também em muito boa companhia!

Discurso do
SR. EVARISTO DE MORAES FILHO

e

Resposta do
SR. JOSUÉ MONTELLO

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 4 de outubro de 1984*

# I

# DISCURSO DO SR. EVARISTO DE MORAES FILHO

*A revolução integral, no sentido da lição de Francisco de Assis, tanto é uma revolução religiosa e moral, em suas raízes confessionais ou não confessionais, como uma revolução que atinge as próprias estruturas e instituições sociais, de tipo político, econômico ou cultural.*

AAL, São Francisco de Assis, Rio, 1983, p. 69-70

I. A 3 de outubro de 1226, exatamente há 758 anos, falecia São Francisco de Assis. O dia de hoje lhe é consagrado. Foi o santo que de mais perto tocou o coração de Alceu, "o mais exemplar dos santos", como escreveu em 1972. De meu conhecimento, pelo menos nove acadêmicos, já desaparecidos, lhe dedicaram belas páginas, em prosa e verso, de veneração e afeto, como que o fazendo o Patrono da Casa – Carlos Magalhães de Azeredo, Constâncio Alves, Augusto de Lima, Afrânio Peixoto, Fernando de Magalhães, Gustavo Barroso, Guilherme de Almeida, Ribeiro Couto e Alceu Amoroso Lima. "Réplica humana de Jesus, [...] a maior lição que o homem já deu à humanidade: a perfeição é possível neste mundo", segundo Afrânio. "Onde o despotismo duro cimentava servidões, a sua alegria sonora reclamava liberdade", na frase de Fernando de Magalhães.

Por escolha ocasional, vejo que não poderia ter sido mais feliz ao marcar a data desta minha posse na vaga deixada pelo maior de todos nós – a

quem simplesmente sucedo, mas que não o substituo. No ensaio que escreveu sobre o Santo quando do sétimo centenário de sua morte, retomado na última década de sua vida, mostra Alceu que os dias de hoje assemelham-se aos do século XIII, nos quais viveu Francesco Bernardone, pelo luxo e pela violência. Se por milagre voltasse à vida, teria de recomeçar a mesma luta – pela simplicidade das coisas, contra o desenfreado espírito de ganho, pela paz e pela fraternidade, contra as rígidas hierarquias, pela justiça e pela igualdade. Só a fé de uma criança, como a sua, poderia renovar a alma do mundo moderno, como renovou a do seu tempo.

É sob a inspiração "desse desajeitado ermitão de Rivo Torto, cuja estatura era pequenina e, entretanto, não coube dentro de sua época", cujo poema místico "Cantico di frate sole" inaugura praticamente a Literatura Italiana, que me dirijo a vós, senhores acadêmicos, sumamente agradecido por me haverdes acolhido como vosso par nesta Casa. A vós, Sr. Josué Montello, quero vos agradecer e vos declarar que não está esquecida a carta que me endereçastes de Paris, em janeiro de 1970, consolando-me do ato arbitrário e me indicando generosamente o caminho desta Academia.

A despeito do brilho e da riqueza do fardão – que me perdoe São Francisco, ele que havia celebrado "santas núpcias com a Senhora Pobreza" –, o meu estado de espírito é de humildade e de simplicidade, desajeitado e surpreso. Por mais que a Ciência progrida no sentido de afastar o insólito da vida humana, como pregava Descartes, não há negar que imensa será sempre a margem do inesperado e do surpreendente. Talvez seja esse, afinal, o desafio da vida, cercada de mistério e de fragilidade em cada minuto. Tive a ventura de viver o bastante, de trabalhar um pouco, de haver realizado alguma coisa, parcos títulos com que me apresento ao vosso convívio. E o momento era este, e não outro. Quase ao fim do prefácio da sua *Crítica à Filosofia do Direito*, lembra Hegel que é ao entardecer, no crepúsculo, que o mocho de Minerva inicia o seu voo. Se é uma hora de melancolia, é também de meditação. É um tempo de balanço e de retomada de novo impulso. De nenhum modo, é o fim, pois ao cair da noite só os pessimistas e os moribundos deixam de acreditar no sol...

Em seu discurso de posse, a 14 de dezembro de 1935, escreveu Tristão que são de duas ordens as funções literárias da Academia – de tradição, de manutenção do que ficou de bom e que mereceu ser conservado; e de criação, de

renovação da Cultura Nacional. Ambas se completam. Pois bem, normalmente costuma-se atentar somente para a primeira delas, quando a segunda é igualmente importante e necessária. Na verdade, a Academia não dá nem tira talento a quem quer que seja. Por si só, não cria uma obra para quem nela ingressa, nem dele a retira ou impede de realizá-la. A Academia, afinal de contas, meus senhores, são os próprios acadêmicos, em sua diversidade de temperamentos e vocações, não somente os atuais, mas os de todos os tempos – passados, presentes e futuros. Como um corpo poroso, nunca opaco, aberto a todos, por ela passam ou podem passar os escritores de todos os gêneros literários do País: da Poesia, da Ficção ou do Ensaio. Há, sem dúvida, em pequeno número, os tímidos ou hesitantes e os que jamais desejaram candidatar-se à Academia, têm medo de perder a liberdade e receiam assumir compromissos até o fim de seus dias, como num casamento indissolúvel. Esses são indiferentes à Academia, dela não precisam para o maior brilho de sua glória, mas há ainda os nostálgicos, que aparentam desprezá-la, quando na realidade são apaixonados por ela... A Academia é aquilo que os acadêmicos fazem dela, pois não é uma entidade estática, hipostasiada, *per se stante*. Nela não há cânones literários nem normas de comportamento cultural; é possível a convivência de todas as escolas. Respeitados certos padrões normais de conveniência social, cada um é senhor de si e do seu destino intelectual, de suas opções, de suas crenças religiosas, de suas ideias filosóficas, políticas e sociais. Cada qual constrói por si a própria fortuna crítica; afinal, a Academia não é nenhum batismo coletivo com um só padrinho.

2. Em seu discurso de posse, não dedicou o grande morto de agosto de 1983 nenhuma palavra ao Patrono da Cadeira 40, Visconde do Rio Branco. Nisso, não lhe poderia seguir o exemplo, tamanha é a admiração que dedico ao primeiro Paranhos, herdada de Evaristo de Moraes: como político, como diplomata, como brasileiro.

> Rio Branco – escreve Joaquim Nabuco em *Um Estadista do Império* – foi a mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado, e se, como estadista, ele precisasse de outro título além desse, teria o de ter sido o mais capaz diretor da nossa Política Externa em uma época em que ainda dependia dela a união do Brasil.

Recorde-se também o artigo de Rui Barbosa, no *Diário de Notícias* de 7 de março de 1889, aludindo à campanha pela Lei do Ventre Livre:

"Desenvolveu (Rio Branco) qualidades parlamentares que entre nós nunca foram excedidas, adquirindo, incontestavelmente, jus à admiração agradecida com que a posteridade para sempre lhe associou o nome aos dos poucos benfeitores desta terra."

No seu ensaio de história parlamentar da Lei de 28 de setembro, anotou Evaristo de Moraes a soma de 21 discursos proferidos por Paranhos, o que o levou a escrever, depois de analisar esse esforço imenso:

> Em verdade, nada existe na história das instituições monárquicas e na crônica parlamentar do Brasil, que possa ser equiparado ao trabalho de Rio Branco, para fazer vingar o projeto emancipador de 1871. Nunca, no Brasil, foi uma ideia servida por vontade mais persistente.

Só a benemérita lei emancipadora de 1871 vale todo um programa, toda uma vida. Ao fim da Guerra do Paraguai, julgando o País pronto para a reforma, dizia Rio Branco: "Asseguro que empenharei todas as minhas forças para que triunfe quanto antes esta causa, que é a causa da humanidade, e também a causa dos verdadeiros interesses e do futuro engrandecimento da minha Pátria." Nos estertores da morte, a 1.º de novembro de 1880, em delírio, pedia que não perturbassem a marcha do elemento servil, em palavras recolhidas pelo Visconde de Taunay, que lhe assistira aos últimos momentos, vindo a exclamar, por fim: "Confirmarei diante de Deus tudo quanto houver afirmado aos homens." Essa bela frase, que poderia ter sido também proferida pelo último ocupante desta Cadeira, mereceu transcrição no *Dictionnaire des Citations du Monde Entier*, 1960, de Karl Petit, no qual aparecem referidos somente mais dois brasileiros: Rui Barbosa e Manuel Bandeira.

3. Rio Branco não pode ser esquecido, porque é exatamente nele que se inicia, na Cadeira, "essa tradição humanista integral", considerada por Alceu "a mais bela expressão da Cultura sobre a face da Terra" e apontada por ele em seus antecessores. "Essa 'humanidade' profunda" já estava no Patrono.

Os quatro ocupantes da Cadeira 40 foram grandes espíritos universais, de sólida formação cultural, mas nunca descurados dos problemas do seu País. Pela vida, pelos livros e pela ação nunca abandonaram as suas raízes e sempre colocaram a sua cultura a serviço do povo brasileiro. Encontra-se nesse entranhado e permanente sentimento do povo a nota que os reúne na

mesma família espiritual, sob a mesma coerência fundamentadora. De Rio Branco a Amoroso Lima, passando por Eduardo Prado, Afonso Arinos e Miguel Couto, foram todos tocados pela mesma vontade de servir, pela mesma vocação humanitária de ser útil e de elevar a dura condição dos pobres e dos humildes. Servindo ao povo, serviam a Deus. Viram a miséria do seu povo, do litoral ou do sertão, e a denunciaram, pregando a necessidade de uma reforma social. Nunca praticaram a Arte pela Arte nem a Literatura como mero divertimento. Não cabe a nenhum deles, nem ao próprio autor da frase, o dito pessimista de Voltaire, tão do agrado de Schopenhauer: *Nour laisserons ce monde-ci aussi sot et aussi méchant que nous l'avons trouvé en y arrivant*. O mundo, sem dúvida, pelo contrário, ficou melhor depois deles, pelos seus exemplos e pelas suas lições, que não foram em vão.

Com exceção de Miguel Couto, de origem modesta – mas que também veio, por esforço próprio, a pertencer à elite –, Prado, Afonso e Alceu, de origens nobres ou burguesas, tiveram nítida compreensão do papel das elites e de suas responsabilidades sociais. Todos e cada um poderiam assinar estas palavras de Alceu, datadas de setembro de 1960: "Um dos ideais do regime democrático é precisamente integrar elites e massas na mesma resultante: Povo. Massas e elites, sociologicamente falando, são conceitos relativos e subordinados a essa entidade superior, o Povo, que é o corpo da nacionalidade."

De Rio Branco, nada mais preciso ser acrescentado. O Patrono dita o mote da Cadeira. Sobre Eduardo Prado, são muito repetidas certas frases feitas a seu respeito: monarquista, católico, nacionalista, aristocrata, homem fino e de sociedade, amigo de Eça de Queirós, a quem inspirara o Jacinto, de *A Cidade e as Serras*: Quase como dândi, amante das boas viagens pela Europa, passeando o seu tédio, quando na verdade era um apaixonado da sua terra e da sua gente. Viajava, mas era no seu sertão que ficavam o seu espírito e o seu amor. Quando da publicação, em 1893, da primeira edição da *A Ilusão Americana*, seu livro mais conhecido, foi expedida ordem de prisão contra ele. Informa Capistrano de Abreu (*Ensaios e Estudos*, I, 1931, p. 343): "Atravessou os sertões de Minas Gerais e Bahia, onde tomou o paquete. Talvez devido a seu estado de espírito, esta jornada gravou-lhe profundamente a imagem da pobreza e da esterilidade dos sertões por onde andou." Ardentemente católico, "deu a seu proceder um tom cristão, socorrendo compassivo os pobres, atenuando a

ironia, de que, aliás, nunca foi pródigo, vendo as coisas com mais caridade"... "Considerava o Brejão sua verdadeira e única morada; o mais eram pousos passageiros; quadros, livros, armas, curiosidades, tudo ali concentrava."

De *A Ilusão Americana*, quase todos só se lembram da sua denúncia do imperialismo americano, pois este é um livro do qual muito se fala, mas que poucos o leram realmente. Dando seguimento à coerência do que seria esta Cadeira 40, escreve: "O ódio não cria cousa alguma. Só o amor é criador." Estamos a ouvir Alceu Amoroso Lima! E em outro passo, mais diretamente:

> Sem dúvida, a questão operária é de todos os países e o problema da riqueza e da pobreza é tão antigo como o mundo. Todas as soluções desse problema são soluções muito relativas e sempre provisórias. [...] Na vida moderna o capital cresce por si mesmo, cada vez mais se avoluma, e é fora de dúvida que a fatalidade faz com que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. [...] A Igreja patrocina o socialismo cristão, e não o faz somente por palavras, [...] procurando estender a mão aos operários, que afinal são a força, são o número, são a justiça e serão o poder amanhã.

Notai bem, senhores acadêmicos, que estas são palavras de Eduardo Prado, aqui substituído por Afonso Arinos, seu amigo e correligionário de ideias, crenças e sentimentos, que se casa em 1897 com Antonieta Prado, sobrinha de Eduardo. No mesmo ano, Afonso escreve um artigo sobre o epílogo da campanha de Canudos, mostrando que o movimento não era político nem de banditismo:

> O Brasil Central era ignorado; se nos sertões existe uma população, dela nada conhece, dela não cura o Governo; e eis que ela surge, numa estranha e trágica manifestação de energia, afirmando sua existência e lavrando com o sangue um veementíssimo protesto contra o desprezo ou o olvido a que fora relegada. [...] Esses que foram mortos ou subjugados pelas armas nacionais fazem parte do grande conjunto de homens espalhados pelos 8 milhões e 300 mil quilômetros quadrados da superfície do nosso território, que vivem ignorados e esquecidos e não tomaram parte nas especulações da bolsa, não ganharam em contrabandos, não fizeram deposições, nem motins, nem contratos lucrativos; nem de longe lhes chegou a ação civilizadora do Governo.

Ficou o ensinamento, dizia Afonso.

Em 1898, publica *Pelo Sertão*, o seu livro mais célebre, que lhe daria notoriedade, reunindo contos sertanejos que, em sua maioria, já haviam sido

publicados em revistas. Também no mesmo ano edita por *O Comércio de S. Paulo*, em forma de folhetim e com o pseudônimo de Olívio Barros, a "novela sertaneja" *Os Jagunços*. A sua ficção não é romântica, mas realista, de quem conviveu desde a infância com os seus personagens e os conhecia em cada fibra da alma. Polemizou em defesa deles, da sua autenticidade, tidos como falsos ou exagerados por alguns críticos da Rua do Ouvidor. Afonso os conhecia, sentia por eles uma grande empatia, limitara-se a recriá-los em sua arte, na mesma linha literária regionalista, cujo ponto mais alto será Guimarães Rosa. E é pensando neles, fora da Ficção, que deixará talvez a sua página mais forte, de protesto contra a miséria e o abandono dessas populações. Leva o significativo título de *A Unidade da Pátria*, conferência feita em Belo Horizonte em favor dos flagelados do Nordeste, publicada postumamente em 1917. Alguns passos, breves:

> Esse dever de aliança para a ação compete tanto mais à classe culta, quanto, até agora, quem ainda mantém a união brasileira não são os homens superiores, mas o povo [...] Sem ter parte no Governo, o povo não tem culpa nem dos abalos políticos ou das revoluções, nem da desorganização administrativa, nem dos desmandos de toda ordem, nem da consequente penúria financeira. Ele não tem culpa e ele sofre mais do que os grandes, visto como nas calamidades é sempre o pobre o mais atingido. Ele continua resignadamente a lavrar a terra, a plantar o milho, a criar suas galinhas, seus porcos, suas vacas, a benzer as bicheiras do gado, a rezar o seu Pai-Nosso e a ser mais ou menos chupado de barbeiro e de impostos [...] Não é, pois, de esforço popular que depende a salvação do País: o povo faz o que pode e dele não se deve esperar mais. O exemplo vem do alto. É preciso um grande esforço das classes cultas.

Dois passos mais, que até parece foram escritos para os dias de hoje:

> É preciso que esses elementos dispersos se ponham em contato diário, congregando-se e organizando-se para reerguimento do Brasil, taganteado pela Imprensa do mundo como caloteiro e falido fraudulento. A hora é decisiva. A própria soberania nacional está em risco e não poucos homens de responsabilidade contam certo com a tutela estrangeira, meta onde parará a nossa crise.

Falecendo em Barcelona a 19 de fevereiro de 1916, para a sua vaga foi eleito Miguel Couto, grande médico e professor. Foi recebido nesta Academia a 2 de junho de 1919, respeitado e consagrado por toda a Nação. De origem

humilde, foi uma criança sem infância, entregando remédios e varrendo a farmácia do irmão para poder manter os estudos. Era conhecido por "Miguelzinho da Botica". Depois de formado, trabalhou durante treze anos no bairro pobre da Prainha, acostumando-se ao espetáculo da miséria e do sofrimento. Conjugou o verbo "servir" em todos os tempos e por toda a vida, nas palavras de Alceu ao substituí-lo. Marcado pela bondade e pela ternura humana, dizia Miguel Couto, às primeiras palavras da sua posse, que a convivência do sofrimento lhe ensinara a humildade e lhe fizera presente a cada dia que o homem nem ao menos é uma sombra, senão apenas "o sonho de uma sombra", como advertiu Píndaro. Referindo-se a Arinos, escreveu ele, páginas adiante, que a verdadeira bondade é "a que faz o bem pelo bem que logra, porque sente o mal alheio como próprio". Também a si mesmo caberiam tais palavras.

Preocupou-se desde cedo com a saúde e com a educação do povo, a fim de tirá-lo da miséria, da subnutrição e da ignorância, elevando-o na escala social e lhe dando melhor qualidade de vida. Fixou-se na Educação, enxergando nela o único problema nacional: "Ensino e higiene são o mesmo e os nossos patrícios mergulhados nos sertões do Brasil não podem permanecer no desamparo dos poderes públicos. [...] É dolorosa esta necessidade de repetir, monotonamente, a cada hora, que a maior riqueza de uma nação é o homem." Propunha a criação de um Ministério da Educação, com dois departamentos, o do Ensino e o da Higiene. E no parágrafo único, para que não pensassem que era candidato: "Nunca, jamais, em tempo algum, sob nenhum pretexto será Ministro o Dr. Miguel Couto..."

Tudo isso se encontra na sua conferência, de 1927: "No Brasil, só há um problema nacional: a educação do povo", mandada imprimir a requerimento de Maurício de Lacerda, na sessão do Conselho Municipal do Distrito Federal, de 8 de julho daquele ano, a fim de que fosse distribuída pelas escolas públicas, normal e institutos profissionais, para leitura pública a seus alunos, em classe aberta, segundo os termos da proposta.

Coerente e fiel à sua pregação, eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1933 pelo Estado do Rio de Janeiro, foi magna parte na elaboração do capítulo referente à Educação e à Cultura como direito de todos, com ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos, além da tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao

primário, a fim de torná-lo mais acessível. É do seu próprio punho a redação do art. 156 da Constituição de 16 de julho de 1934, em mandamento pioneiro: "A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos." A Constituição de 1946 manteve o mesmo percentual (art. 169) e somente pela Emenda Constitucional n.º 24, de 1983, foi acrescentado o § 4.º ao art. 176 da Carta de 1967/1969, que era omissa a respeito, aumentando os percentuais, respectivamente, para 13% e 25%.

4. Mas, agora, já é tempo de lembrar aqui as palavras de Alceu no discurso de posse. "Como falar de Miguel Couto, que foi um mundo, nos escassos limites de alguns minutos?" "Não perdendo tempo", direis vós. "E com razão". Maior ainda é a minha perplexidade, se a esse mundo se soma o imenso universo que foi Alceu Amoroso Lima. E a resposta é a mesma: não perdendo tempo. E voltareis a ter razão.

"Foi Miguel Couto um belo exemplar de Humanismo científico ou de Ciência humanizada", na síntese feliz de Alceu, ao suceder-lhe e substituí-lo em 1935. Estava mantida a coerência fundamentadora da Cadeira 40, que chegaria a seu ápice exatamente com o novo ocupante. Ninguém mais representativo desse Humanismo – quer na Crítica Literária, quer no pensamento social, quer na pregação política ou na prática religiosa. Desde os seus primeiros ensaios, a partir de 1916, foi essa a constante da sua vida: a busca incessante de um Humanismo Brasileiro, sem o dogmatismo de uma rígida caracterologia nacional, nunca descurado da universalidade da Cultura, mas voltado para o homem do seu País, da elite ou da massa, do litoral ou do sertão, no que tenha de mais profundo e singularizador em suas camadas anímicas. Globalista, partindo do todo para as partes, mas sem desprezar estas em suas individualidades, nunca foi unilateral nem reducionista, buscou sempre o homem todo em todos os homens, com humildade, sem jactância, mas com coragem, bravura, sem medo. Como no Conselho de Goethe – com quem mantém grandes afinidades espirituais –, meteu a mão em cheio na vida, vivendo-a intensa, resoluta e belamente. Foi, em todos os terrenos, um perfeito modelo desse Humanismo Brasileiro que ajudou a construir pelo seu exemplo e pelos seus escritos. Viveu como que a se consumir na própria

chama, na permanente e inquieta busca da Verdade, procedendo sempre com os olhos fitos nela, coerente consigo mesmo em cada etapa percorrida, fosse qual fosse a aparência do jogo político, sem reticências mentais de nenhuma espécie. A verdadeira coerência está na sinceridade de propósitos e na elevação da causa a que se serve. Em tudo o que fez ou escreveu, por onde passou, deu-se inteiro, de coração aberto, com dignidade total. Se todo homem deve ter uma marca, nem que seja do diabo, na conhecida frase de Júlio Maria – padre redentorista muito do seu afeto e admiração –, Alceu sempre a teve e não foi a do diabo: foi a de Deus e de Cristo. Nunca foi um furta-cor nem um hesitante, embora nunca houvesse sido radical nem sectário pelo prazer de sê-lo. Simplesmente foi firme, nada mais. "A agressividade não é um sinal de Deus. A energia na defesa, sim", disse-o Alceu em 1944.

Como São Francisco de Assis, via no amor o caminho para a verdadeira construção da morada do homem, na Terra ou na vida eterna. Fez do amor o seu instrumento da crítica, da compreensão e do perdão para todas as criaturas. Deus é amor. À maneira de São João da Cruz, optou pela *sapientia cordis*, pelo conhecimento do coração e não da pura razão. Onde não houvesse coração, talvez fosse melhor também que não houvesse cérebro.

> A fé, afirma Alceu, não é apenas um poder de afetividade, mas representa o amor como forma de conhecimento da verdade. Essa é a força do Cristianismo, que sustenta que o amor não é apenas afetivo, mas cognoscitivo, capaz de levar ao conhecimento.

O amor de Alceu pela humanidade é tão grande, tão profundo, que se arrisca a assumir uma posição que não é muito ortodoxa e, com Orígenes e Papini, "deseja e pensa que haverá um perdão no juízo final, [...] porque todo pecador antes de pecar tem no fundo o arrependimento de ter pecado". De pouco vale pregar a fé sem realizá-la, se não se "tirar dela a sua essência que é o amor".

Alceu viveu às claras, numa típica transparência de homem de bem. Jamais teve nada a esconder, por isso a sua biografia é quase folclórica por este Brasil afora, tenham-no ou não lido, porque a sua história é quase uma lenda. Dos seus primeiros artigos na *Revista do Brasil*, em 1916, até aos últimos no *Jornal do Brasil*, em 1983, transcorreram 67 anos de produção ininterrupta, sob qualquer forma de comunicação, em livros, jornais ou revistas,

em aulas, debates ou conferências. A Cadeira 40, nesta Academia, foi por ele ocupada durante 48 anos, tempo somente superado pelo Fundador da Cadeira 9, Carlos Magalhães de Azeredo, que a ocupou por 66 anos.

Grande ledor, devorador de papel impresso, dominando, pelo menos, seis línguas vivas, além do Latim, mantinha-se a par do que de melhor se produziu ou se vinha produzindo no mundo. A minha geração habituou-se, na segunda metade da década de 1930, a buscar nos seus livros, notadamente nas cinco séries dos *Estudos*, o ensinamento da Cultura nova. Muitos foram os autores divulgados entre nós por ele, cabendo-lhe as primícias de citá-los e situá-los. A isso já se referia Nestor Victor em 1927, com evidente má vontade, onde há, como disse um crítico atual, "saborosa mistura de admiração e despeito" (no meu entender, mais este do que aquela):

> Ainda mais: ele é cheio de novidades, como eu já disse, em consequência de sua Cultura. Ler o escritor de *Estudos* é, a cada passo, aprender-se o que quer que seja de que ainda não estávamos informados. Ora, a maior parte da gente, nisto, por exemplo, de Geografia, de História, de Filosofia, de Física, de Química, de Ciências Naturais, está muito pela antiga, isto é, pelos sistemas ainda de ontem. Ele já passou uma revisão geral, minuciosa e profunda, em tudo o que aprendeu, quando ainda há pouco estudava seus preparatórios. E fala de tudo, conforme as cousas estão assentadas neste momento. Assentadas ou reviradas. Causa tudo isso verdadeira delícia aos que não dormiram de todo e de tudo isso já sabiam algo, embora mais ou menos pela rama. Mas a maior parte, que é sempre de vadios ou de preconceituosos, embezerrados, há de enraivecer-se, o que perturba a necessária retentiva para chegar-se ao fim, lembrando-nos do começo.

*Obra Crítica de Nestor Victor*, Rio de Janeiro, 1973, v. 2, p. 370.

Nem por isso, deixou Alceu de lhe reconhecer, em 1936, o justo valor na Crítica Brasileira, no caminho de uma crítica verdadeiramente estética, pois até então não lhe havia ainda sido "feita toda a justiça na história das nossas letras".

Como dizia, Alceu viveu às claras. Numa das suas últimas entrevistas, prestada a Lourenço Dantas Mota (1983), declarava ele: "Toda a minha vida é de janelas e portas abertas. Evidentemente, cada um de nós tem a sua vida interior, particular, que nos diz respeito exclusivamente, mas, afora isso, não tenho reservas interiores." Essa vida interior, particular, ele a defendia com todas as suas forças: era a sua intimidade, o seu lar, a sua privatividade. Esse

homem aberto e franco precisava de recolhimento para o estudo, a meditação e a oração. Só esses momentos são verdadeiramente criadores. Em suas palavras, num trecho significativo:

> Só na solidão encontramos o nosso verdadeiro eu. Só na solidão descobrimos o verdadeiro sentido da vida. Só na solidão nos abeberamos na fonte de verdadeira renovação. A vida interior não existe sem o amor da solidão. A vida ativa não tem sentido se não se renova na solidão [...] É no silêncio que ouvimos a voz das coisas, como ouvimos as vozes profundas do nosso próprio eu e como chegamos a ouvir a voz de Deus. (*Meditação sobre o Mundo Interior*, Rio, 1955, p.75-6, 67).

Em artigo no *Jornal do Brasil*, de 18 de dezembro de 1982:

> O sentido profundo do mistério é o silêncio. Fazendo silêncio em nós, tocamos a essência do mistério. E com ele em nós e fora de nós, na humildade de cada passo e cada ato, estamos carregando a nossa pedra obscura para a construção de um mundo melhor, mesmo que destinado a morrer como morrem as civilizações.

Assistia à santa missa todas as manhãs e, de volta, escrevia longas cartas à filha monja beneditina, abadessa em São Paulo, que lhe respondia semanalmente.

Andarilho habitual, inventor do método *Cooper avant la lettre*, deslocava-se nesta cidade do Rio de Janeiro, que tanto amou, de um ponto para outro de seus compromissos diários, sempre apressado, em passos rápidos, a carregar uma enorme e pesada pasta preta, bojuda e surrada. Logo reconhecido, pouco se detinha, mas para todos tinha um sorriso e uma palavra amável. Homem alegre, sempre renovado, expansivo, paciente e atento, vivia em constante empatia com a humanidade. Sabia-se comprometido com o destino dos humanos, seus irmãos e semelhantes. Inteiramente sem pose, a simplicidade era o seu natural. Vejam-se estas linhas irretocáveis de Álvaro Lins (*Notas de um Diário de Crítica*, Rio, 1943, p. 181):

> Almoço com Tristão de Athayde. Estou-me lembrando, agora, de o ter visto, pela primeira vez, em outro almoço, há seis anos, quando o encontrei com a emoção de um provinciano em face de uma figura gloriosa. O que me surpreendeu naquele momento, ainda hoje, que o conheço de mais perto, constitui uma surpresa: a espécie de inocência, de bondade natural, com que ele se coloca em face de todas as coisas. Ao contrário de Mallarmé – ele leu todos os livros e ficou alegre.

Essa alegria de viver, essa alegria de estar vivo, esse otimismo, essa confiança na existência está no cerne mesmo da sua personalidade, decorre do seu temperamento saudável, hígido de corpo e de espírito e de sua fé religiosa, principalmente desta. A vida é o maior dos bens, como dádiva de Deus, deve ser amada e não amaldiçoada. O Cristianismo não é uma filosofia de tristeza e de morte, como queria Nietzsche. É uma filosofia de alegria e de vida, de vida terrena e de vida eterna, esta prolonga aquela e entre si fazem uma perfeita unidade. Em 1962: "Esse o sentido do meu invariável otimismo, apesar de todos os pesares. Da minha resistência ao pânico"; e em 1983: "Meu temperamento é antipessimista." De forma exemplar, na *Estética Literária* (1945); "Viver é alegria. Se a vida nos faz sofrer é que foi mutilada, em sua natureza original, pelo uso ilegítimo feito pelo homem do mais belo dos dotes com que Deus o distinguiu – 'a liberdade'." E em *Tudo é Mistério* (1983):

> Gostaria de contar quantas vezes a palavra "alegria" se encontra nos Evangelhos. [...] A Alegria, portanto, como a Liberdade, não é apenas um direito congênito a cada ser humano, mas um dever naquela lei de perfectibilidade que a todo momento invocamos, como uma das leis essenciais da condição de todos os seres e em particular do "ser dos seres", a criatura humana. Mas a tristeza não é um pecado em si, nem mesmo venial, mas uma omissão. A omissão do dever da alegria. E, acima de tudo, do seu "prazer sobrenatural", como sinal de vida eterna.

Eis Alceu: na doutrina, na fé e na vida.

5. Desde os seus cinquenta anos, tornou-se hábito a comemoração de cada nova década, sempre com livros de homenagens, entrevistas, balanço da vida vivida, depoimentos. Preparavam-se grandes festas para 11 de dezembro do ano passado, quando completaria noventa anos. Tudo isso e mais as *Memórias Improvisadas*, de 1973, inteligentemente recolhidas e redigidas por Medeiros Lima, dão a história minuciosa da vida de Alceu, completadas agora pelas deliciosas *Histórias de meu Avô*, de Xikito Affonso Ferreira. Por isso mesmo, a este respeito, serei breve. Mas a notoriedade de Alceu, quase lendário, produziu o risco da repetição superficial e leviana; a frase passa de boca em boca, por ouvir dizer, e poucos são os que lhe vão diretamente aos textos. Viu-se ele classificado, catalogado e metido nas páginas dos livros, nem sempre de boa-fé, como borboleta seca espetada a alfinete no quadro pelos entomologistas. Pela sua vida de permanente liderança e de compromisso com a

liberdade, poucos têm sido, neste País, tão vítimas dos enganos e dos equívocos como o grande autor de *O Espírito e o Mundo*. Em *Testemunho*, publicado em sua homenagem quando dos cinquenta anos, deplorava ele que nem sempre era bem compreendido, talvez até por incapacidade sua, vendo-se, não raro, "refletido em espelhos deformantes". "O que mais devemos saborear em nossos próprios pensamentos é o caminho pitoresco que vão fazendo pelo mundo afora, nessa sarabanda de verdades soltas e enlouquecidas, em que Chesterton via o segredo da inquietação contemporânea". Em 1973, nas *Memórias*, como que retomando estas palavras de trinta anos atrás: "Devo, aliás, a esses erros de interpretação a maioria das dissidências ou das calúnias, que de resto nunca faltam a quem, por mais de sessenta anos, vive de pena na mão e de janelas abertas."

Alceu Amoroso Lima nasceu a 11 de dezembro de 1893, em plena revolta da Armada, numa ampla chácara, que subia pelo morro, no Cosme Velho. A Casa Azul nunca mais o abandonaria, pelo resto da vida estaria sempre presente em sua memória como *Rosebud*, o pequeno carro de esquiar do *Cidadão Kane*, de Orson Welles. A saudade levou-o a compor a obra-prima, que é o "Adeus à Casa Azul" (1940), página do mais puro sabor proustiano. O livro de memórias, que não chegou a escrever, teria como título *A Casa Azul e outras Casas*. Sua mãe, D. Camila, natural da cidade do Porto, pertencia à tradicional estirpe Peixoto da Silva. Sua bisavó, pelo lado paterno, era nascida no Curral d'El Rei e batizada em Sabará em 1802. A filha "da nobre matrona mineira", avó de Alceu, casara-se com o Visconde de Amoroso Lima, também de velha cepa lusitana. "Na verdade – escreve meu antecessor –, nossa gente vinha dos trabalhos da terra, sem nenhuma linhagem aristocrática". Seu pai, Manuel José de Amoroso Lima, mais tarde comendador, era brasileiro. Fora caixeiro ainda no Império, participando dos movimentos da classe dos empregados no comércio. Fundara um centro caixeiral no Rio, tomando parte na agitação em favor da melhoria da classe. Republicano histórico, jacobino ardente, formou entre os seguidores fanáticos de Floriano, cujo nome quis dar ao seu único rebento varão.

O menino aprendera a ler com a mãe e foi aluno – talvez mais companheiro menor do que aluno – de João Köpke, grande educador e revelador dos profundos mistérios da alma infantil. Foi ele um precursor da Escola

Nova, praticava o ensino intuitivo, com participação ativa do educando, nos moldes das lições de coisas, aqui difundidas por Rui Barbosa. Colaborou com o professor, aos nove anos, num pequeno livro de leitura, por ele conservado por longo tempo, mas que, infelizmente, veio a perder-se. Aos oitenta anos, confessava Alceu que seu grande sonho de infância era ser motorneiro ou baleiro de bonde, pelo que significavam de liberdade e de aventura. Vizinho de Machado de Assis, o viu muitas vezes em passeio com a doce Carolina, ficando-lhe marcada na memória a cena do enterro do criador de D. Casmurro em 1908. Teve uma infância cercada de afeto e conforto, própria de um lar bem constituído de família de classe média superior. Era verde o seu vale, cortado pelo rio Carioca. O pai, ex-seminarista, conservou-se amigo dos padres por toda a vida, vindo a falecer em 1923. A mãe, cética, menos afeita às coisas da religião, morta em 1938, não escondeu a sua preocupação quando da conversão do seu ilustre filho. Teve Alceu uma educação católica rotineira, convencional, meramente social. Se jamais foi rígida a sua formação religiosa, nunca chegou ele a ser agnóstico, ateu ou irreligioso. Sua babá e seu padrinho constituíram-se em dulcíssimas figuras da sua infância, inesquecíveis. Na sua lembrança ficaram as imagens de Cesário Alvim e de Manuel Vitorino, moradores do bairro, que passavam frequentemente pela Casa Azul. Recorda-se de Rui Barbosa, em visita à família, "um velhinho branco e curvo, de fraque claro, que olhava as plantas com imenso carinho". Sob as mangueiras da chácara, deliciou-se, ouvindo anedotas de Gastão da Cunha, mas "foi à sombra dos sapotizeiros que Afonso Arinos povoou a sua (nossa) infância de um sonho sertanejo, cheio de bravura e de poesia".

Apesar de todas essas boas lembranças que lhe ficaram gravadas para sempre, surpreendentemente, confessa Alceu que não teve uma infância feliz, porque nenhuma criança é verdadeiramente feliz. Prometeu a si mesmo desmentir o mito e o cumpriu no seu livro preferido, autobiográfico, *Idade, Sexo e Tempo*, segundo ele o seu livro mais bem feito, com dezenas de edições, "onde – como disse – deixou a experiência de uma vida".

Aos seis anos de idade, em 1900, viajou para a Europa pela primeira vez, lá voltando, até a Guerra, em 1909, 1913 e 1914. Na terceira viagem, assistiu a cursos de Bergson (Filosofia) e de Louis Dimier (História) no Collège de France, e o primeiro se constituirá numa das suas admirações per-

manentes e sobre o qual dará um curso no Centro D. Vital em 1928. Esteve com Graça Aranha em Paris na mesma ocasião, recebendo dele o conselho de que fundasse no Rio o Clube Goethe, "na linha do romântico *Sturm und Drang*, do século XVIII", a fim de agitar o meio literário nacional, tirando-o do marasmo em que se encontrava. No mesmo ano em que a guerra foi deflagrada, de passagem pela Itália, sofreu grave crise existencial na cidade de Veneza, sentindo-se inteiramente desinteressado da vida e chegando até a pensar em suicídio. Nas suas andanças pela cidade, por certo não teria deixado de visitar, no Grande Canal, a casa em que morrera Richard Wagner, em 1883, um dos gênios musicais da sua predileção. O outro era Claude Debussy. Pela educação musical que recebera do maestro Alberto Nepomuceno estava bem à altura de compreendê-los.

No Ginásio Nacional, Alceu fora aluno de Coelho Neto e Fausto Barreto, vindo a formar-se em Direito a 20 de dezembro de 1913. Sílvio Romero, paraninfo da turma, fora seu professor de Filosofia do Direito, impressionando-o fundamente como caráter e como mestre. Transmitira-lhe a doutrina do evolucionismo spenceriano e acabara por lhe sacudir as frágeis práticas católicas da infância. Dirigiu a revista *A Época* e com o seu amigo Ronald de Carvalho dera-lhe um sentido mais literário do que jurídico, publicando nela alguns contos de sua autoria. A sua ficção era fraca, como reconhecerá mais tarde. Surpreendido, em 1915, por Afonso Arinos na elaboração de um conto, cujos título e tema eram franceses, recebeu deste o conselho para ocupar-se com assuntos brasileiros, da sua terra: "Não se desnacionalize. Volte-se para o seu País." Perguntara-lhe se já havia lido o *Conde de Abranhos*. Com a resposta negativa, exclamou surpreso: "Que homem feliz, ainda não leu alguma coisa de Eça de Queirós." A verdade é que, em 1973, confessava Alceu que se recordava dos seus contos "com humilhação e remorso".

Aos 14 anos, já havia lido *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, tendo descoberto com Afonso Arinos "a literatura regional de sabor popular". Nessa mesma época, ainda ginasiano, lera Shakespeare, de quem já ouvira falar nas lições de João Kopke. Ainda no que chama de período da *Belle Époque* – que só vai terminar com as hostilidades de 1914 – teve em Rui, pela campanha civilista, o seu herói e se decepcionara muito com a sua derrota. Eça, Anatole e Machado foram os seus autores prediletos, três céticos e

negativistas religiosos, mestres da ironia e do estilo. Iam ficando cada vez mais distantes as crenças, já por si tênues, da sua infância. Faziam parte ainda da sua leitura e do seu encantamento as obras de Balzac, Dickens e Stendhal. *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, era lida em voz alta – mais pela forma do que pelo fundo – por ele e seus amigos.

Praticando esportes e muito afeito à dança, mais tarde ele próprio chamaria a esse período de sibaritismo. Depois de formado, trabalha no escritório de advocacia de João Carneiro de Sousa Bandeira, seu antigo professor de Direito Administrativo, discípulo de Tobias Barreto e tio de Manuel Bandeira. Sousa Bandeira, falecido em 1917, fora membro desta Academia. Sabia de cor largos trechos de Goethe e os recitava em alemão. Sua casa constituiu um dos últimos salões literários do Rio e era frequentada por Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, Aluísio de Castro e Carlos Peixoto. Com a morte do chefe do escritório, ingressou no Itamarati, servindo a dois ministros, Lauro Müller e Nilo Peçanha, reencontrando-se com seu amigo e colega, Ronald de Carvalho. Permanece no cargo somente por um ano e, como tinha pouco o que fazer, passava o tempo dedicado a leituras, a longas conversas e a grandes planos literários.

6. A guerra, porém, pelos seus horrores e pelo seu realismo trágico, dava fim à *Belle Époque*; as doçuras do bom viver iam ficando para trás. A humanidade despertava de seu sonho de paz permanente. A razão cedia aos instintos, o homem se desesperava e assistia perplexo à transmutação dos antigos valores. Em 1932 dirá Alceu: "Fomos sacudidos até o fundo de nossas entranhas!" Quanto ao Brasil, que se vira obrigado a participar da guerra, voltava-se para dentro de si mesmo, numa introspecção capaz de lhe indicar os novos rumos a seguir. Fazia-se forte o sentimento nacionalista, de busca às raízes brasileiras. É nessa época que Alceu visita velhas cidades de Minas com o seu amigo Rodrigo Melo Franco de Andrade e sobre a viagem escreve um artigo, "Pelo passado nacional", na *Revista do Brasil*, em dezembro de 1916. Era um artigo nacionalista, preocupado com a tradição brasileira, com a sua memória, e, sobretudo, com a sua arte religiosa. Revela grande sensibilidade mística, em defesa das velhas capelinhas em ruínas, denunciando as suas desastradas e ineptas restaurações. Dizia em certo passo:

> A missão suprema do brasileiro de hoje é reunir os materiais para preparar um espírito nacional, em todas as manifestações de sua atividade. [...] A Arte, a Literatura, o estilo, a organização verdadeiramente nacionais serão uma consequência lógica do nosso meio, do nosso clima, da nossa filiação, das nossas tendências.

Já se vislumbra aí o grande ensaísta e crítico que desabrocharia menos de três anos depois. Em artigo do ano seguinte, na mesma Revista, refere-se à "ilusão cientificista" do século XIX, o que já representa uma reação contra Sílvio Romero e será uma das aquisições definitivas da sua concepção filosófica em todas as etapas da sua vida. Em artigo subsequente, aparecem também algumas ideias econômicas e sociais que o acompanharão até o derradeiro dia da existência. Estávamos em 1917, diante de um jovem de 23 anos. Prega "a conjuração no berço (do nosso desenvolvimento econômico) da guerra das classes". E acrescenta, ao fim do período: "O meio prontamente acessível de se chegar a esse resultado parece ser a distribuição mais equitativa das riquezas, evitando a miséria."

E quanto ao nacionalismo, bem mergulhado no seu tempo: "Pode-se dizer que, hoje, o trabalho útil do País é o que tender a torná-lo cada vez mais livre. Eis a pedra de toque para julgarmos dos homens e dos atos brasileiros." Tudo caminhava neste sentido, vislumbrando o jovem Alceu a renovação da Literatura e o seu reflorescimento em São Paulo, como seu futuro centro dinâmico. Aqui está, sem dúvida, uma intuição, pré-modernista, que cinco anos mais tarde se confirmará:

> Em nossos dias, libertou-se a Literatura daqueles atavios; a feição nacional das "Letras" é hoje uma necessidade da inteligência e não um esforço do sentimento. [...] Hoje, a mesma lei da história, que tem encontrado entre nós, como vemos, confirmação plena, nos autoriza a prever que o futuro movimento intelectual no Brasil vai irradiar de São Paulo. Vivendo em pleno germinar da ideia regionalista, desfrutando metade da fortuna nacional, possuindo uma aristocracia da terra, tendo herdado os seus filhos a altivez e o bom senso dos "Paulistas" de Piratininga, prepara-se São Paulo para a realeza da República... [...] O século XVI pertenceu a Pernambuco, o XVII à Bahia, o XVIII a Minas Gerais, o XIX ao Rio de Janeiro; o século XX é o século de São Paulo. Dessa diversão pela nossa história literária se conclui que os povos precisam ser livres para ser ricos, e ricos para ser inteligentes.

Os tempos, realmente, eram outros, e Alceu mudava com eles. *Tempora mutantur et nos mutamur in illis* – mudam-se os tempos e nós muda-

mos com eles. E assim procederia Alceu ao longo da vida, sempre sensível e alerta, coerente com a causa que se propunha. O seu antigo sibaritismo – uso o termo empregado pelo próprio Alceu, embora me pareça exagerado – ia ficando para trás. Já não se podia mais disfarçar a existência da questão social entre nós. Aumentava o proletariado urbano, e era grande a agitação operária. A carestia da vida crescia assustadoramente, chegando à sufocação das classes pobres. As maiores greves de todo o período republicano eclodiam no Rio de Janeiro e em São Paulo e em outras capitais do País. As ideologias de mudança social se multiplicavam e se digladiavam entre si. O impacto da revolução russa sacudira a Nação; temia-se uma greve geral, como noticiavam os jornais, para tomada do poder pelos trabalhadores. A repressão do governo foi imediata, com medidas de segurança ostensivas. Estávamos em 1918 e a sociedade brasileira sentia-se assustada, receosa do dia de amanhã.

Nesse mesmo ano, a 27 de agosto, casa-se com Maria Teresa, filha de Alberto de Faria. O namoro iniciara-se em Petrópolis no ano anterior. Por 63 anos, Tristão e Isolda – como mais tarde eram chamados em família – seriam absolutamente felizes, numa das uniões mais perfeitas de que se tem notícia. Edita ainda, por sua conta, em 1918, uma bela plaqueta de Poesia, *Redenção* – que chegou ao meu conhecimento, com empréstimo do exemplar, pela gentileza de Rubens Porto –, com versos líricos e românticos, dedicados à noiva: "Tibi, Maria Thereza, *dulcis*". Sabia-se do próprio Alceu que havia ele publicado um soneto, numa revista de cujo nome não se lembrava, com o pseudônimo de Vasco de Athayde. É que, na ocasião, já se encontrava trabalhando com o pai à frente do seu empreendimento industrial em Petrópolis e não desejava ser identificado como o autor do soneto. Daí lhe sairá o pseudônimo, Tristão de Athayde, quando convidado por Renato Lopes para ser o titular da coluna bibliográfica de *O Jornal* em 1919. A prole de Alceu foi numerosa, sete filhos: Maria Helena, Sílvia, Lia (atual Irmã Maria Teresa), Jorge, Alceu, Paulo e Luís. Ao falecer, deixou dezessete netos e um bisneto. Em longevidade, em produção intelectual, em apostolado católico, em bondade, enfim, em tudo, Alceu foi múltiplo e exuberante.

7. Iniciando-se na crítica literária propriamente dita a partir de 17 de junho de 1919, nem por isso deixou o jovem crítico de se ocupar e preocupar com os problemas sociais e econômicos do seu tempo, quer no âmbito uni-

versal, quer no âmbito nacional. Ingressávamos, como nunca mais se cansará de dizer, na fase de grande transformação oriunda da Guerra, da Revolução e da Crise. Escrevia no artigo do dia 28:

> A influência da guerra sobre a Literatura é o problema literário do momento [...] Esse duplo caráter – nacionalista e socialista – distingue a nossa corrente contemporânea. Foi a guerra que determinou o movimento. A visão da Europa e do mundo em luta aproximou-nos de nós mesmos. Todas as guerras produzem uma revisão de valores. Esta nos obrigou a cogitar de nossa terra, com mais interesse e carinho.

E, já prevendo a nova Ficção e a nova Poesia dos anos de 1930:

> Inspirada pela terra e apiedada pelo homem, a nossa Literatura de amanhã viverá num largo sopro de naturalidade [...] A guerra nos veio libertar o pensamento de muitos preconceitos. Se o momento é de regionalismo na inspiração e no ambiente, é de humanitarismo nas ideias. A paz, sem a revolução ou talvez ainda com ela, aproxima os homens.

Onde o diletantismo? Acaba aí definitivamente *La Belle Époque*, o liberalismo descuidado dava o seu adeus como possível forma de organização política da vida social. As terapêuticas que se ofereciam, em sua maioria, eram radicais e violentas. O diagnóstico estava feito, havia que escolher o tratamento. Alceu, mais uma vez, fazia-se presente e não omitia a sua opinião, a despeito de pertencer, social e economicamente, à classe burguesa. Os quatro primeiros artigos e muitos outros posteriores versam temas mais de Política e Filosofia Social do que propriamente de Literatura em sentido estrito. No artigo de estreia, prega a "individualidade nacional" e dirige-se aos que "amam esta terra e confiam neste povo". O quarto artigo nada mais é do que uma simples recensão do *Clarté*, de Henri Barbusse, "cuja frase poderosa *La révolution c'est l'ordre* resume o seu idealismo positivo". Pela piedade, diz Alceu, Barbusse chegou à razão, "ao amor pelo homem do povo sofredor, vítima do mecanismo social". E completa:

> Sua fé na remodelação social não é utópica. Ele não crê que qualquer regime social possa influir na felicidade – paraíso íntimo e pessoal –, mas a 'vida equilibrada e cuidada é necessária ao homem para construir a mansão isolada da ventura', para

> viver a paz e o trabalho justo, a doçura do lar, o conforto geral, para os inventos, os acordos, as virtudes. Não é idílico o seu quadro futuro: é justo e razoável.

Não deve ser esquecido que o autor do artigo se encontrava à frente de uma empresa industrial...

Contra "a guerra de classe", como vimos, colocava-se Alceu a favor da reforma social sem violência, conquistada por meios pacíficos e evolutivos, nunca revolucionários. Esta será a sua posição pelo resto da vida, em todas as etapas por que tenha passado. Sob a inspiração de Barbusse e Anatole, aspirava a uma social-democracia plena e humana, a um suave socialismo, espiritual e democrático. A influência maior, àquela época, foi a de Anatole, a quem adjetiva de "incomparável" mais de uma vez. Dirá, mais tarde, nas *Memórias*:

> O que mais me atraía em Anatole France era a combinação, o contraste, a complexidade desse espírito conservador, digamos assim, do ponto de vista da expressão literária, e o homem de ideias revolucionárias, pois, como se sabe, era um socialista. Combinava, paradoxalmente, um estilo clássico com uma ideologia libertário-romântica. Digo libertário-romântica, porque nunca chegou a ser um revolucionário no sentido atual do termo. O revolucionário de hoje, disciplinador de ideias e de política, certamente o horrorizaria. [...] Estilisticamente me ensinou o Humanismo Clássico através de seus livros. Sociologicamente, despertou-me para o problema da transformação social. Filosoficamente, atenuou a importância de Sílvio Romero, transmitindo-me a sua visão cética da vida e do mundo.

Pela seriedade, pela cultura, pelo trato dos assuntos nacionais e universais, pelas novidades e, sobretudo, pelo equilíbrio, o novo crítico impôs-se de imediato. Chegou e venceu. Percebeu-se desde logo que seria o sucessor e o substituto da admirável trindade – Araripe, Sílvio e Veríssimo –, que desaparecera de cena com a morte deste último, em 1916. No ano seguinte, nas conferências que fez sobre Machado de Assis, escrevia Alfredo Pujol:

> Com José Veríssimo, desapareceu a Crítica no Brasil. A quem caberá receber o legado, que vem de Machado de Assis? O glorioso cetro tem de passar às mãos de Oliveira Lima. A ele compete, com as suas preciosas qualidades de historiador e filósofo, e com a sua extraordinária cultura literária, prosseguir nos seus trabalhos de crítica impressionista, reacendendo o facho que a morte extinguiu nas mãos de Machado de Assis e José Veríssimo.

O sucessor, porém, já fazia, ao tempo, os seus primeiros ensaios na *Revista do Brasil*: chamava-se Alceu Amoroso Lima, que só irá adotar o pseudônimo ao estrear em *O Jornal* em 1919. Escrevendo mais tarde sobre essa *vacatio* da Crítica, dirá Xavier Marques que Tristão de Athayde estava "para aquele momento da inteligência crítica no País como Tobias Barreto para a mentalidade crítico-filosófica anterior a 1870". João Ribeiro, porém, que praticava com bonomia uma crítica impressionista, temia pelo seu futuro, pois o achava demasiado erudito para a simples crítica semanal de rodapé.

O crítico se impôs e, como viria a declarar Mário de Andrade nos anos de 1920, era seu hábito todos os domingos à noite "comprar *O Jornal* e ler Tristão o que diz". Alceu estreia em livro no ano de 1922, com o ensaio sobre Afonso Arinos, fiel à adoração que por ele nutria desde a infância. Já é um ensaio denso e novo sobre a Literatura Brasileira, mormente sobre o problema do regionalismo literário em face das ideias universais, tema que será uma constante na sua obra. Mas é na "Introdução" que dá o seu recado sobre o que entende por Crítica Literária. Desfaz-se do impressionismo inicial que seguia, dos seus mestres franceses. Filia-se ao objetivismo de Croce e inventa o neologismo 'expressionismo crítico'. Ao invés da mera impressão subjetiva do crítico, por mais brilhante que seja, deve-se buscar a expressão objetiva do texto e do autor. Repousa essa crítica

> numa penetração mais profunda do espírito das obras, numa fusão preliminar da alma do crítico com a do autor, na transformação da análise objetiva em síntese expressiva, na indicação do juízo estético – nasce da eliminação dos preconceitos nas críticas parciais anteriores.

Essas críticas parciais eram: a Didática, a Acadêmica, a Histórica, a Moralista, a Verbalista, a Pedagógica, a Sociológica, a Psicológica, além do lirismo crítico e do diletantismo. Propunha-se Alceu a "concorrer um pouco para o arejamento da Crítica entre nós". Foi modesto ou, em causa própria, foi mau profeta, não soube adivinhar o futuro, pois, como se sabe, concorreu muito para esse arejamento.

Mais do que uma simples reação a caminho da Crítica Estética, da qual foram precursores Nestor Victor e Ronald de Carvalho, inaugura-se ela com o próprio Alceu, significativamente, no ano de 1922. Procurava aplicar ao

trabalho crítico "critérios propriamente literários", libertando-o de todo e qualquer condicionamento determinista, externo ou interno. A tentativa mais forte anterior fora a *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919), de Ronald – mais uma interpretação do que uma história narrativa da Literatura –, no sentido da Crítica Estética, que consiste – dirá Alceu em 1936 nesta Academia –

> em olhar as obras literárias em função de sua beleza, de sua inteligência, de sua vida propriamente de obra de arte. Individualizava-se o critério crítico. Passava-se do Naturalismo ao Impressionismo ou deste ao Expressionismo – corrente ainda posterior –, para procurar nos livros o seu sentido estético.

Sem fazer parte de nenhuma igrejinha nem frequentar qualquer círculo literário, mantinha-se Tristão inteiramente livre e desembaraçado para bem julgar as obras que vinham aparecendo no Brasil de após-guerra. Os antigos ídolos dos primeiros quinze anos do século já pareciam esgotados; havia um certo marasmo por toda a parte, como que prenunciando alguma coisa de novo e de revolucionário. Os próprios simbolistas, já nos fins do século XIX, se haviam lançado agressivamente contra os parnasianos, demasiado formais e artificiais, segundo diziam. Mas a verdade é que nem bem o Simbolismo conseguia, ele próprio, firmar-se como movimento autônomo, quando já se vislumbravam as primeiras manifestações do que Tristão denominou Pré-Modernismo, na Poesia, na Ficção, nas Artes Plásticas e na Música. Valem como fontes primárias o próprio livro de Alceu, *Contribuição à História do Modernismo Literário*, I, *O Pré-Modernismo* (1939), e a sua continuação nos *Estudos Literários* (1966).

Embora com atraso e já esmaecidas, aqui chegavam logo no início da década de 1910 os ecos das rebeldias de Marinetti e de Paul Fort, autor de versos livres, eleito príncipe dos poetas franceses. Ecos trazidos, quando mais não seja, pela chegada de Oswald de Andrade, de volta da Europa em 1912, que conhecera o manifesto do primeiro, em *Le Figaro* (1909), e assistira ao coroamento barulhento do segundo. Manuel Bandeira praticava versos livres, com motivos estranhos ao Parnasianismo, desde *A Cinza das Horas* (1917) e principalmente em *Carnaval* (1919). De 1917 são *Nós*, de Guilherme de Almeida, e *Moisés* e *Juca Mulato*, de Menotti del Picchia, que, sob o pseudô-

nimo de Hélios, no *Correio Paulistano*, será o cronista do Modernismo em São Paulo. Já em 1915, sem maior repercussão, é *Dentro da Noite*, de Cassiano Ricardo. *A Flauta de Pã*, parnasiano, é de 1917, como do mesmo ano é *Há uma Gota de Sangue em cada Poema*, também parnasiano, de Mário de Andrade. Na crítica de Alceu, iniciada em 1919, já aparecem os nomes de Graça Aranha, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho, Manuel Bandeira (o São João Batista do Modernismo), Adelino, Magalhães, Nestor Victor, entre outros. Estava-se em plena vigília modernista. Ainda não surgem os dois Andrades, Mário e Oswald, nem os nomes dos artistas plásticos, como Segall e Malfatti, que já tinham feito as suas exposições renovadoras, respectivamente, em 1913 e 1917. Di Cavalcanti, Mário e Oswald, entre outros, tomam a defesa de Malfatti contra os ataques de Monteiro Lobato. Com razão, em 1948, Lourival Gomes Machado chamaria Anita Malfatti de "a protomártir da nossa renovação plástica".

A verdade é que a Semana de Arte Moderna, realizada nas noites de 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, longe de significar o início do movimento modernista, era o seu coroamento. A crônica da Semana anda nos livros de História Literária Brasileira e em monografias especiais. Foi uma explosão, na qual se misturavam sob diferentes denominações – Futurismo, Desvairismo, Modernismo – todas as ânsias de renovação. Rompia-se com o passado imediato, como é próprio dos movimentos tidos como revolucionários, a despeito de algumas injustiças flagrantes. Os seus primeiros ímpetos eram de destruição, de abertura de caminhos, de libertação das regras tradicionais de Arte. Sabia-se somente o que não se queria, pouco importando o que viesse depois, pressentido vagamente.

Clara ou confusamente, baseava-se o movimento em três princípios fundamentais: "o direito permanente à pesquisa estética, a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora", na síntese de Mário de Andrade. Ao grupo paulista inegavelmente vai pertencer essa etapa de ruptura, com os Andrades à frente e Menotti del Picchia, seu cronista atento, como ficou dito. Mais tarde Alceu chamará de "lúdica" à Semana, para ele "o maior acontecimento de nossa história literária no século XX". Ludismo aí significa irreverência, inconformismo anticlássico, espontaneidade criadora:

> Tudo isso representa um acesso de ludismo, de criancice, de brincadeira, de irresponsabilidade, de volta à infância e ao espírito infantil, extremamente sadio. Mesmo quando se deixou levar pela hipertrofia do primitivismo e da antropofagia. Essa infantilidade de espírito que presidiu à Semana e às suas obras efêmeras, mesmo quando sofisticada, foi precisamente o sinal de sua importância e de sua ressonância. Foi "rindo" que a Semana de 1922 entrou para a História. E nela permaneceu.

Na primeira noite, entre vaias e aplausos – aquelas mais do que estes –, Ronald recitou "Os Sapos", de Bandeira, o maior protesto contra a redução da forma a formas. Este mesmo Ronald costumava citar, mais tarde, os versos de Mário, retratando a loucura da Semana: "[...] é louca, mas louca, pois anda no chão!"

Apesar de algumas obras, com esse espírito, dos seus corifeus, vai ser somente depois de 1924 que o movimento ganhará maior repercussão nacional, tendo como acontecimento principal a conferência de Graça nesta Academia, pregando o espírito moderno e rompendo com o tradicionalismo. Proclamava quase ao final do discurso: "Se a Academia se desvia desse movimento regenerador, se a Academia não se renova, morra a Academia." Na expressão de Alceu, foi um gesto que fez levantar o voo dos pássaros na lagoa parada, um tiro na mata silenciosa. Entre os espíritos jovens citados pelo orador, encontravam-se os de Guilherme de Almeida, Manuel Bandeira, Tristão de Athayde, Menotti del Picchia e Ribeiro Couto, os quais, ao longo do tempo, candidataram-se à velha Casa e a renovaram. Foi uma tarde de *Hernani*, de luta entre clássicos e modernos, e, em meio ao delírio, Graça saiu do recinto carregado nos ombros de Alceu e de Murilo Araújo (talvez de Augusto Frederico Schmidt).

A partir daí, de maneira espetacular, recebia o Modernismo esses dois grandes aliados – Tristão e Graça –, vindos de fora de São Paulo e com inegável prestígio literário no País. Mas, ao mesmo tempo em que se firmava, começava o movimento a subdividir-se em diferentes correntes: Primitivismo Pau-Brasil, Antropofagia, Dinamismo, Nacionalismo, Totalismo, Desvairismo, Tristão manteve-se independente de todas elas, criticado praticamente por todas, que lhe reclamavam a filiação com uma opção definitiva. Não aderiu a nenhuma, colocando-se numa posição de equilíbrio, aceitando o que havia de bom no moderno sem abandonar o que merecia ser conservado do

clássico. Era contra os extremos, os desvairismos e os primitivismos, por julgá-los falsos, artificiais e meros produtos de importação. As mais duras críticas de Tristão eram dirigidas contra o Primitivismo, a Antropofagia e o Dinamismo panteísta de Graça Aranha, seu amigo e mestre de mocidade, "o traço de união com a velha geração". Em artigo de 1925, é veemente na análise dos irracionalismos e desvairismos de certas correntes:

> E começamos a observar conscienciosamente tudo que chega. Cegamente. Sem seleção. Sem critério de deterioração. [...] Não penso que o mundo moderno seja apenas esse desvario suprarrealista. De muitas formas novas que ele trouxe à tona devemos nos prover. Estamos num período capital do nosso pensamento [...] E por isso é que mantenho o meu ponto de vista. Nunca tivemos, como hoje, tanta necessidade de consciência, de lucidez, de disciplina, de predomínio da claridade sobre o obscuro. Nada disso impedirá a fordização da Poesia pelo Sr. Oswald de Andrade, nem todos os delírios do subjetivismo e da anarquia.

Por isso mesmo, por essa orientação da crítica de Alceu, é que o grupo espiritualista de *A Festa* reclamava o seu ingresso em suas hostes e não compreendia o seu afastamento. Mas, a despeito da veemência da análise, escreveria Alceu em 1944 que havia 25 anos que ele e Oswald conservavam plena liberdade de crítica, sem "anistias" nem "colaborações", mas nunca como desafetos.

O ano de 1922 foi da maior significação na história da renovação nacional. Alceu indica-lhe três revoluções: a estética, com o Modernismo; a política, com o início do Tenentismo e do ciclo revolucionário; a religiosa, com a publicação das obras fundamentais de Leonel Franca e Jackson de Figueiredo. Esquece ele, no entanto, de incluir duas outras manifestações também da maior importância, que se podem subsumir naqueles títulos maiores: a criação do Partido Comunista e o seu próprio ensaio, renovando a crítica, sobre Afonso Arinos. Como aconteceu com o Romantismo – já houve quem chamasse o Modernismo de Neorromantismo –, vivia-se uma época de manifestos e programas estéticos de toda ordem. Cada grupo tinha a sua revista e a sua cartilha estética; cada criador era ao mesmo tempo um crítico. Não há negar, contudo, que Mário e Tristão foram os dois maiores críticos do Modernismo; aquele, engajado, também criador, em plena liberdade de suas pesquisas estéticas; e este, mais sereno, era, como foi em todas as etapas de sua vida, o observador participante. Getúlio Vargas, em discurso pronunciado

na Universidade do Brasil, na presença do então Reitor Pedro Calmon, acabou por associar as duas primeiras revoluções, indicadas por Tristão, que se iniciavam no ano da Independência:

> As forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do Modernismo na Literatura Brasileira, que se iniciou com a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a Revolução vitoriosa de 1930. A inquietação brasileira, fatigada do velho regime e das velhas fórmulas que a rotina transformara em lugar-comum, buscava algo de novo, mais sinceramente nosso, mais visceralmente brasileiro. Por outro lado, a evolução econômica do mundo, o progresso técnico e industrial, a ascensão do proletariado urbano como força ponderável na decisão dos fatos políticos estavam a exigir nova estruturação da sociedade e novas leis, capazes de atender com eficiência a essas necessidades. Uns e outros fatores se congregaram para forjar o movimento, que aos poucos se dilatou, criou raízes e finalmente amadureceu, determinando, de um lado, a renovação dos valores literários e artísticos, de outro lado, a renovação dos valores políticos e das próprias instituições. Na verdade, o movimento modernista, nas Letras e nas Artes Brasileiras, foi um impulso revolucionário que cresceu e extravasou, como o foi o movimento político causador da Revolução de 1930.

E ninguém mais do que Alceu, como crítico, acompanhou e registrou todas as etapas desses movimentos. Em carta a ele dirigida, de 19 de junho de 1928, dizia-lhe Mário: "Respeito a Crítica e considero você especialmente o melhor crítico que possuímos hoje." Em 1933, escrevia a seu respeito Alcântara Machado, com quem se havia desentendido mais de uma vez: "Reabilitador da Crítica entre nós, Tristão de Athayde à autoridade de sua esplêndida cultura juntou a sua probidade inatacável... Não formando embora na vanguarda do chamado Modernismo, tomou partido por ele. Lia tudo. Procurava compreender tudo. Não ficava na superfície, mas descia bem fundo nas intenções e nas ideias." Neste sentido, exatamente por não ser um modernista engajado é que Alceu foi o crítico do Modernismo. É o que, de certa forma, vai dizer Cassiano Ricardo bem mais tarde em Carta mais ou menos poema: "Mestre Alceu, a tua crítica feita de amor, de justiça, foi nossa luz em 1922. – Crítica criativa além de sábia. – E nós a seguimos depois, como se bebêssemos lições de beleza, em fonte pura."

Ninguém como ele teve o privilégio, pela vida longa e pela capacidade de trabalho, de acompanhar todas as fases do movimento. Percebeu-o aos primeiros sinais e lhe deu forças antes de 1922; conviveu com ele, mantendo-se livre para melhor julgá-lo em sua ascensão e apogeu; demarcou-lhe o ano do esgotamento, simbolicamente, com a morte de Mário de Andrade em 1945. Começava o Pós-Modernismo. Em todos esses períodos, chegando até 1983, houve mais do que "meio século de presença literária" (título do livro de 1969) de Alceu. A sua obra crítica e ensaística é um verdadeiro inventário do que se fez no campo cultural deste País, com raros intervalos de ausência. Ninguém o disse melhor do que Austregésilo de Athayde, em conferência feita nesta Academia em 1955:

> Se desaparecesse o enorme monumento da Literatura Modernista e nada mais se soubesse da Poesia e do Romance Modernistas, e da catástrofe sobrerrestasse a obra de Tristão de Athayde, seria possível sem esforço refazer o mundo perdido, na essência de sua estética, nas suas repercussões sobre a vida brasileira, no que teve de revolucionário e de construtivo, de verdadeiro e de falso, de efêmero e de perdurável.

8. Mas em Tristão havia outra face oculta de sua vida espiritual. Em verdade, nunca fora agnóstico ou ateu, jamais blasfemara contra Deus ou a Igreja. Sua natureza mística e bondosa guardava a fé da infância, esmaecida só, não apagada, à espera de um sopro que a reacendesse. E esse sopro começou pelos espetáculos da guerra, da revolução e da crise, que o despertaram da disponibilidade em que havia vivido. Faltava-lhe uma causa que lhe justificasse a vida, como escreveu numerosas vezes. Quando da sua conversão ou reconversão – ou deoversão, na terminologia do Padre Penido –, em agosto de 1928, surpreendendo alguns amigos seus, dizia Alcântara Machado que esperava a sua opção, o seu engajamento, sim, mas a favor do Socialismo. Por muito tempo, hesitou, sem dúvida, mas apresentado a Jackson de Figueiredo em 1918 por Afrânio Peixoto, desde o ano seguinte, iniciou com ele uma longa correspondência, que se intensificou e se transformou em assuntos filosóficos e religiosos a partir de 1922, num crescendo de espiritualidade e transcendência. Eram duas almas que se abriam num debate em torno de Deus e da fé, e nele se assiste a um exemplo didático de catequese, como numa pescaria na qual durante muito tempo não se sabe quem vai levar a

melhor, se o pescador ou o peixe. Nesta, Jackson, o pescador de almas, conseguiu a sua melhor e maior presa, ele que ajudaria muitos outros à conversão. Nos escritos de Alceu nos anos de 1920 – como o ensaio sobre São Francisco de Assis, de 1926 –, já se notavam sinais de mudança próxima. Finalmente, os argumentos de Jackson e as conversações com o padre Leonel Franca trouxeram-no de volta à Igreja, na confissão e comunhão. A 15 de agosto de 1928, recebe a Eucaristia da mão do padre Franca. Na verdade, como na conhecida frase de Newman, quem procura Deus já O encontrou. Daí haver escrito Alceu que "só Deus converte". Joaquim Nabuco, outro grande convertido, já deixara escrito que "a fé é um pássaro que poisa no alto da folhagem, e canta nas horas em que Deus escuta". E essa hora chegou para Alceu.

Com a morte inesperada de Jackson a 4 de novembro, seu nome é logo lembrado para substituir o seu amigo à frente do Centro D. Vital e da Revista *A Ordem*, o que equivale a dizer à frente do laicato católico. O convite é feito por D. Sebastião Leme, com quem se identifica sem reservas e com ele empreende a luta pela catolicização da sociedade brasileira. Com o Cardeal e sob suas ordens funda a Ação Católica e a Liga Eleitoral Católica, já na década de 1930, e entrega-se de corpo e alma à luta do apostolado em defesa da Igreja. No tremendo emaranhado ideológico em que viviam o mundo e o Brasil, pelos acenos de espiritualidade e de religiosidade dados pela direita – que defendia a Igreja e nela se apoiava, invocando-a a cada instante –, nessa direção caminhou Alceu com o ardor e o desassombro do cristão-novo, conhecidos de todo o País. Revestiu-se das ideias, dos ideais e da própria personalidade de Jackson, que não eram as suas na maneira de ser. Recolhendo-lhe o legado como recém-convertido que era, investe contra tudo que lhe parecesse contrário à fé havia pouco abraçada. A morte de Jackson, tão próxima da sua conversão, a gratidão que lhe devia, tudo o leva a querer ser o seu substituto total, na pregação e no temperamento. Contudo, ao assumir a presidência do Centro D. Vital, em novembro de 1928, dirige-se aos companheiros e dá como condição de aceitação do encargo "a que se tirasse ao Centro até mesmo as aparências de caráter político militante que lhe atribuem". Sua atividade deveria ser unicamente cultural e apostolar, como irá fazer logo depois com as reuniões, conferências e criação de órgãos de estudo.

Não pôde, porém, cumprir os propósitos que almejava e, embora sem fazer do Centro um núcleo propriamente político, viu-se envolvido nos problemas políticos, sociais e religiosos de fins de 1920 e principalmente de depois de 1930, quando todos procuravam uma saída viável no caldeirão ideológico que era a sociedade brasileira. Colaborou em jornais, deu cursos, fez conferências, submeteu-se a concursos universitários, sempre com o mesmo espírito ardente de levar a fé aos incrédulos e de impedir a debandada de seus liderados. Se chefiava, era também chefiado. Não podia ficar no meio do caminho. Nessa fase, que vai até os primórdios da guerra de 1939, está bem à direita no terreno temporal. Vive com intensidade a sua fé e combate com ardor qualquer proposta que lhe pareça contrária. Os adversários também não o poupavam, bastando lembrar o livro de Carlos Süssekind de Mendonça, de 1934, *Catolicismo, Partido Político Estrangeiro*, desenvolvendo tese apresentada ao Congresso Regional da Liberdade de Consciência, realizado no Rio no ano anterior.

Combate os tenentes e o tenentismo, o manifesto da Escola Nova, prega o ensino religioso nas escolas, o casamento indissolúvel, a organização corporativa da sociedade, mas com autonomia e pluralidade sindicais. No campo cultural, propriamente dito, denuncia os exageros da liberdade de cátedra, pelo mau uso que dele podem fazer os inimigos da Igreja. No campo religioso, aponta no Protestantismo, no Judaísmo, no Espiritismo e na Maçonaria os inimigos a vencer. Desse período são os seus livros que tanto assustaram os seus amigos modernistas da antevéspera. Já eles haviam sido avisados pela carta, *Adeus à Disponibilidade*, a Sérgio Buarque de Holanda. Mas, em verdade, a carta não prometia toda a linha que haveria de ser seguida no futuro.

Contra a sua índole amável e tolerante, viveu Tristão os dez anos mais polêmicos e radicais da sua existência, como se fora Jackson redivivo. Mas, diga-se a bem da verdade: fazia-o em nome da fé, em defesa da Igreja. Pregava uma revolução espiritual, uma mudança de costumes e de atitudes religiosas, merecendo mais a sua censura os católicos acomodados e displicentes do que os irreligiosos declarados. Com o advento do Estado Novo, em novembro de 1937, inquieta-se com os prenúncios de autoritarismo e adverte:

> Com a atual organização política, desaparece a função eleitoral da LEC, mas impõe-se o prosseguimento de uma atividade "cívica e social" da Ação Católica, para que o chamado Estado Novo, longe de ser um Estado anticristão, incorpore em suas leis os princípios gerais do Cristianismo, para o bem comum da sociedade brasileira. À Ação Católica, porém, caberá sempre manter-se em sua posição independente e extrapolítica, e o Estado saberá compreender que o Brasil só tem a ganhar com a união dos católicos em tudo o que interessar à penetração, na sociedade, das doutrinas sociais da Igreja, que são as do bom senso, da reta razão, da justiça social e da tradição moral mais pura da humanidade e de nossa Pátria. E, portanto, só podem concorrer para o bem comum, que deve ser o interesse supremo dos dirigentes do Estado (*Elementos de Ação Católica*, Rio, 1938, p. 242).

Contudo, dentro dessa filosofia, nunca se filiou ou se enquadrou a qualquer partido político. Nem no Integralismo, ao qual pertenceram grandes espíritos da Cultura e do Pensamento brasileiros. Sentia-se em grande afinidade com ele, pelo seu programa e pela sua resistência às correntes de esquerda, e quando ainda não se denunciavam nele as suas inequívocas tendências totalitárias. O primeiro bem da Ação Católica, dizia, é a sua "liberdade" e não este ou aquele privilégio. Junto com a Hierarquia, devem-se a Tristão os maiores êxitos religiosos da primeira década pós-revolucionária. Marcou-se, deixou-se marcar, mas traria uma só marca, a de Deus, que nunca mais o abandonaria até o momento final. Havia optado pela autoridade, mas a da Igreja, querendo-a cada vez mais alta e respeitada, nunca a do Estado, e jamais, ainda nessa fase, se esquecera dos propósitos de reforma social, de combate à miséria, de mudanças na sociedade, não deixando nunca de denunciar os abusos e as injustiças do regime capitalista.

No plano temporal, a mudança não fora só de Alceu, mas da própria Igreja. A partir da guerra, na linha das Encíclicas de Leão XIII (1891) e Pio XI (1931), cresceram as manifestações sociais, políticas e econômicas da Igreja, no sentido de maior abertura evangélica, até chegar ao ecumenismo e ao Vaticano II. Cada vez mais coincidiam as doutrinas mais liberais de Tristão com as que pregavam os novos documentos papais, vindo a culminar em João XXIII, a quem dedicou um livro da maior veneração. Contudo, já era de Pio XI a *Ação Católica, fora e acima dos Partidos*, que

> dera a todo o orbe católico a indicação do verdadeiro caminho a seguir na tremenda crise de perplexidade que agitava o mundo desde o fim da guerra de 1914. A Igreja recusava a sua incorporação a um dos extremos do anfiteatro político. Não se considerava nem à esquerda, nem à direita. Colocava-se no seu verdadeiro e único lugar possível – 'no centro e acima' de todas as divisões acidentais de ordem política. (T. de A., *O Cardeal Leme*, Rio, 1943, p. 200).

E esta, segundo Alceu (1973), foi a posição do Cardeal, que, "se vivo fosse com que fervor veria as suas ideias amplamente confirmadas e ampliadas pelo ecumenismo de João XXIII e do Concílio!"

O que pôde ocorrer com D. Sebastião Leme, por haver falecido em 1942, aconteceu com o autor da frase. Manteve-se firme na sua fé e nos serviços da Igreja, mas politicamente caminhou mais de Jackson para D. Sebastião Leme, de cujas personalidades escreve belas páginas de confronto. Durante toda a vida cobraram de Alceu o que acoimavam de contradição, como se ele fosse o único homem no mundo a mudar de posição. E, vede bem, posição meramente existencial, porque, no plano ontológico, manteve-se firme e coerente na mesma fé, nas mesmas crenças, na mesma Igreja. Depois de 1928, não mudara mais, espiritualmente. Ninguém mais do que o próprio Alceu tinha consciência da mudança, mas, ao contrário dos seus acusadores, lamentava justamente o tempo em que serviu mais à Autoridade e não à Liberdade. Com esta, passado "o espírito do dever para com o morto" (Jackson), deu-se "dentro da sua própria posição religiosa um processo de autonomia crescente". Foi sobretudo com Maritain, Chesterton e Bernanos, e depois da leitura de um artigo do Padre Congar, francês, *Dieu Est-il à Droite?* que se convenceu de que a Igreja não está nem à direita, nem à esquerda, mas acima e além das duas, para ser "uma defesa da liberdade e da justiça", onde quer que estejam ameaçadas. Já em 1938, colocava a Igreja fora dos extremos totalitaristas. Valem duas passagens, com a mesma pregação de sua fase final:

> O que dá à ação social o seu sentido católico, é que ela é toda informada pelo espírito de verdadeira caridade. [...] Ação Católica é sacrifício, é mortificação, é renúncia. É esforço com o espírito de obra comum, sem vaidades, sem suscetibilidades, sem rivalidades, sem todo esse jogo mesquinho de paixões que nem ao menos tem a grandeza de ser violentas. Para fazer Ação Católica é preciso ter personalidade.

Alceu mudou. Em 67 anos de atividade intelectual e de vida pública, somente durante dez anos esteve numa posição que logo reconheceu não ser a sua, a do seu temperamento, a da sua formação. Caminhou para um "catolicismo aberto, democrático e reformista". E concluiu nas *Memórias*: "Eis por que, nessa evolução que em mim se operou, terminei, de certo modo, 'voltando às minhas ideias políticas liberais, anteriores à minha conversão'." E, noutro passo:

> Só quando a minha conversão ou reversão se impregnou em meu próprio espírito é que pude reatar o meu eu de 1938 com o meu eu anterior a 1914. Voltei, portanto, a reatar os dois extremos da corrente de minha vida. Com a assimilação de minha conversão, quando deixei de ser cristão-novo para ser cristão-velho, as minhas raízes tradicionais, as minhas raízes da infância e da adolescência haviam se acomodado em mim.

Em sentido inverso, a mesma coisa ocorrera com Bernardo Pereira de Vasconcelos, que caminhara da liberdade para a autoridade, do progresso para o regresso, e, quando acusado, defendia-se na Câmara em 1837:

> Chamarei homem de caráter aquele que rende culto aos princípios, só por amor dos princípios; e que, por consequência, quando a observação, o estudo, a experiência mostram que esses princípios devem ser modificados, que alguns deles devem ser renunciados em obséquio à verdade, não hesita em sacrificar o erro.

(Cf. O. Tarquínio de Sousa, *História dos Fundadores do Império do Brasil*, Rio, 1957, v. 5, p. 189). Afinal, como no verso sempre repetido de Auguste Marseille Barthélemy – *l'homme absurde est celui qui ne change jamais...*

Escrevendo sobre Rui, quando do centenário de nascimento, Alceu como que falava de si próprio, pois ambos foram acusados de haver mudado. A glória de Rui – diz – consiste precisamente em não ter sido um fanático do antes quebrar que torcer. E completa:

> Pululam hoje em dia os salvadores desse tipo, que se gabam de jamais ter variado uma linha em sua conduta política. Pululam os que pregam, para nossa salvação pública, a camisa de força, o regime da disciplina a todo transe. Venceu em quase toda linha, no século XX, a política do crê ou morre, do tudo ou nada, do homem subordinado à rigidez e à forma das instituições.

Pouco antes, já havia deixado manifestada esta profissão de fé democrática e antiautoritária, bem anterior aos acontecimentos brasileiros da década de 1960:

> A Política moderna é essencialmente institucional e não humana. O que ela prega é a ordem, a disciplina, a obediência, a autoridade, o dirigismo. O que ela exalta é o homem de mão de ferro. O que ela procura é a uniformidade a todo transe, a segurança e a riqueza mesmo que seja à custa da liberdade e da justiça. A política moderna é desumana.

9. Em todas as etapas da sua vida, ainda no período em que se havia, com a Igreja, colocado à direita, nunca deixou Alceu de pregar a reforma social, no propósito de uma sociedade mais justa e mais humana. Em meio às aparentes contradições ideológicas, manteve-se sempre fiel a essa pregação de reforma social, diante do espetáculo da miséria e da má distribuição dos bens da vida. Sempre lhe desagradaram o espírito burguês, o culto do bezerro de ouro, a injusta desigualdade social baseada na fortuna e não no mérito nem nas virtudes. Contra o individualismo e o egoísmo, queria por meios pacíficos uma sociedade melhor, mais justa, mais humana, com a manutenção da propriedade, inerente à própria personalidade, mas de livre acesso a todos. Era preciso que a lei moral informasse a vida política e familiar. Daí o seu humanismo antiburguês, anticapitalista, antimaterialista, igualmente afastado de qualquer forma de Estado totalitário de esquerda ou de direita, que anulasse o indivíduo, cooptando-o e absorvendo-o. Contrário à violência, deseja essa mudança das relações entre os homens por uma revolução espiritual, que englobe a econômica e a social.

Nesses propósitos reformistas, reside a coerência da pregação de Alceu, sem esquerda nem direita, numa constante de sempre. Ele próprio o reconhecerá em palavras ardentes no prefácio de *O Problema do Trabalho*, datado de 1946: "Uma de minhas filhas, que teve o trabalho de datilografar as páginas deste ensaio, delas fez uma crítica que me parece inteiramente justa: 'Papai, por que você repete todo o tempo a mesma coisa?'"

> Escrito de um só jato, em quinze dias, não aspira este estudo nem à beleza literária, nem à concisão científica. Será quando muito um grito de desabafo. São as mesmas coisas que voltam todo o tempo. São os mesmos erros que se condenam a

> cada passo. São os mesmos remédios que tornam sem cessar. Não há nele novidade alguma. Não há preocupação de outra ordem que não seja ser fiel a um pensamento profundo, a um sentimento irresistível *que vem do horizonte de muitos anos já ultrapassados*. *A obsessão da miséria*. A visão das favelas. O contato diário com as mãos calosas, as faces macilentas, os pés descalços, as roupas em pedaços, as crianças desnutridas, as multidões madrugadoras, as palhoças enegrecidas, os trens superlotados dos subúrbios, a comida incomível das marmitas, toda a sombra trágica que acompanha, no Rio de nossos dias, o espetáculo de luxo e de grandeza dos arranha-céus que se multiplicam, dos automóveis suntuosos que enchem as ruas, dos teatros e das praias, das joias e das peles, dos cassinos e dos palácios, de tudo o que o luxo cosmopolita ou nacionalista exibe nas avenidas suntuosas da cidade ou nas ruas tranquilas dos bairros residenciais favorecidos. (O grifo não é do autor).

Realmente, essa "obsessão da miséria" vinha desde os seus primeiros escritos de 1916, quando pregava a distribuição da riqueza. No primeiro período da sua vida, mas já às vésperas da conversão, basta destacar justamente o seu escrito sobre o distributismo (forma usada por Alceu, aqui respeitada), diretamente influenciado por Chesterton. Sempre participante, aventura-se ao tema, propondo soluções econômicas e sociais, porque não quer ser "o odioso homem que olha apenas". O distributismo parte do homem. E esclarece:

> Precisamos atingir uma organização social que não mutile o pleno desenvolvimento da personalidade humana, que permita à liberdade individual uma expansão justa [...] A sociedade contemporânea chegou, pela acumulação de riqueza em um número cada vez mais restrito de mãos, à supressão daquela liberdade natural do homem e ao obstáculo à expansão normal da personalidade [...] O distributismo, como seu nome o indica, visa à distribuição do que se cristalizou com o tempo, à disseminação das riquezas que se concentraram. Pode-se dizer, portanto, que o distributismo vem restabelecer a propriedade. A propriedade, não no sentido romano, mas no sentido humano. A propriedade limitada e justa. A propriedade que é uma expansão da personalidade. A propriedade que é o núcleo econômico da família. A propriedade fornece o único fundamento para a liberdade. (*Estudos*, 2º série, 1928).

Ao receber a conferência sobre o distributismo, dizia-lhe Jackson, em carta de 22 de julho de 1927, que ele lhe havia dado "as melhores alegrias dos últimos tempos". Pois bem, quatro anos mais tarde, já depois da conversão, em 1931, confirma Tristão a sua pregação distributista como solução racional, nacional e cristã. A propriedade, os bens e os serviços devem ser dis-

seminados ou prestados a todas as camadas da sociedade e não somente a um pequeno número de privilegiados. "O distributismo – conclui – baseia-se na disseminação da propriedade" (*Preparação à Sociologia*).

No ano anterior, com *Esboço de uma Introdução à Economia Moderna* – Tese de concurso para a cátedra de Sociologia do Instituto de Educação, que não chegou a defender devido ao irrompimento da revolução de outubro –, Tristão estuda a gênese do 'proletismo' (termo seu) e o aponta como um produto negativo do Capitalismo, citando em seu apoio o livro do pensador católico Goetz Briefs, *O Proletariado Industrial,* aparecido na Alemanha em 1926: "Essencial para o destino de toda vida proletária é o caráter de mercadoria que o trabalho assume, a subordinação individual do trabalho e o fato que esse trabalhador é livre mas sem propriedade e por isso condenado, permanente e hereditariamente, ao trabalho." E depois, com palavras suas:

> *A mão de obra* passa a figurar nos cálculos e balanços, como um elemento equiparado às *matérias-primas*. O trabalho desumaniza-se radicalmente. Materializa-se [...] De modo que o resultado foi suprimir as servidões jurídicas, os laços jurídicos aparentes, e deixar prevalecer as servidões profundas, os laços econômicos invisíveis que fazem parte do proletariado moderno, em sua maioria, uma nova forma de escravidão, a escravidão oculta, a escravidão econômica de homens politicamente livres (grifo do autor).

Esta é uma das concepções de Alceu que permanecerão em sua filosofia social. Em livro da mesma época, de 1932, já em plena ação social católica, o seu programa ainda é mais nítido e concreto. Mantém essa denúncia da contradição da sociedade burguesa, que dá liberdade política à classe operária, mas a priva da propriedade, mantendo-a num estado de subordinação econômica real, afastada dos postos de orientação e direção política e econômica. E completa:

> A situação social do mundo contemporâneo era e ainda é a de uma ordem social existente na maioria das nações em que uma classe, a burguesia, domina geralmente as demais, absorvendo a estabilidade social para si [...] De modo que o resultado espantoso a que chegou é o de uma humanidade que morre de miséria no meio de uma hipertrofia de riquezas.

Entre os remédios para a possível correção desses males, indica: a intervenção do Estado, a legislação do trabalho, a regulamentação dos preços, a limitação da propriedade privada em benefício da coletividade, o auxílio às pequenas propriedades, a nacionalização de certos serviços públicos, a participação dos grupos econômicos e profissionais no Estado, o restabelecimento das relações mais íntimas entre o Estado e a Igreja (*Problema da Burguesia*).

Nos anos de 1933 e 1934, procurando influenciar a Assembleia Constituinte que então se reunia, escreve Alceu uma série de artigos indicando os princípios que devem constar da nova Carta. Organizados na Liga Eleitoral Católica, conseguem os católicos grandes conquistas legislativas no novo texto, como nunca as haviam obtido ao longo da República. Alceu foi o chefe da campanha, comparecendo quase diariamente ao recinto da Assembleia. Em defesa da liberdade e da autonomia sindicais, em favor da pluralidade contra a unidade sindical, polemiza com Oliveira Viana, consultor jurídico do Ministério do Trabalho e mentor do que se vinha fazendo na legislação do trabalho. No seu programa de reivindicações, encontra-se o que de mais avançado existia à época em matéria social. Basta a transcrição do primeiro tópico:

> A economia é a organização metódica dos bens materiais de um povo para a satisfação das necessidades humanas. A economia individualista também faliu porque se baseou na livre concorrência e no lucro ilimitado, em vez de se basear na organização racional e na satisfação das necessidades. A economia, portanto, existe para o serviço do ser humano (*Indicações Políticas*).

No seu primeiro grande livro de após-guerra, *O Problema do Trabalho*, são retomados e aperfeiçoados os seus pontos de vista sempre sustentados. Mas aí vai além e defende o primado do trabalho, apontando para uma nova civilização que se inicia:

> Estou convicto de que a humanidade vai entrar em uma era social completamente diversa daquelas por que tem passado em todas as civilizações. E o elemento diferencial e específico dessa nova era é o trabalho humano. Desde o século XVIII que Mirabeau o dizia. Só hoje começa a ser uma realidade efetiva. Estamos no limiar da era do trabalho. [...] Vamos, pela primeira vez na história da humanidade, tentar uma grande civilização humana, em que o trabalho manual deixe de ser o privilégio negativo de uma classe de parias para ser a medida das grandes realizações sociais.

Isto é de 1946. Mas fiel, como sempre, à sua pregação de reforma social não revolucionária, sem violência nem intolerância, viaja Alceu para Montevidéu, a fim de participar do Movimento que leva o nome daquela cidade para fundar a organização da Democracia Cristã na América Latina. Estávamos em maio de 1947, e a revista *A Ordem* assim publicou os seus objetivos:

> 1. O Movimento se funda sobre a doutrina social cristã. 2. O movimento realizará os princípios do Humanismo Integral. 3. O movimento não terá caráter confessional, dele podendo participar todos os que aceitam estes princípios. 4. O movimento procura a redenção do proletariado, pela libertação crescente dos trabalhadores das cidades e dos campos e seu acesso aos direitos e responsabilidades do poder político, econômico e cultural. 5. O movimento afirma como indispensável ao regime de convivência entre os homens a volta total ao império da ética e do direito e sua expressão institucional na lei. Repele, portanto, toda ditadura, no terreno político, econômico e cultural, bem como toda hipertrofia das funções do Estado. 6. O movimento repele e combate toda promulgação do Fascismo, sob qualquer forma ou dominação com que se apresente e aqui designamos por Neofascismo. 7. O movimento repele e combate o Comunismo, bem como a todo anticomunismo que encubra qualquer reação antidemocrática. 8. O movimento se empenha pela superação do Capitalismo, individualista ou estatal, por meio do Humanismo Econômico.

Não poderia Alceu ter sido mais coerente em suas ideias de reforma econômica da sociedade contemporânea; de 1916 a 1983 combateu a miséria, a desigualdade econômica, a subordinação da classe operária à classe burguesa, a concentração de riquezas na mão de minorias ou do Estado, o controle sindical pelo governo; pregou sempre o acesso de todos à propriedade privada, um nível de vida digno e decente para todos, o direito ao trabalho honesto e remunerado, a assistência e previdência na prevenção e reparação dos riscos sociais da existência. Tudo isso pode ser resumido nas palavras constantes do Movimento de Montevidéu: a redenção do proletariado.

10. Ao contrário do que se afirma, não são minoritárias, no conjunto das obras de Alceu, as que dedicou a temas literários ou assim considerados na sua classificação geral; somam mais da metade de sua imensa produção. É bem verdade que são raros os seus critérios, reunidos em livro, puramente literários ou estéticos, já que a sua crítica ou o seu ensaísmo, em qualquer época da sua vida, pelo universalismo cultural, raramente se limitam a um

campo só de atividade intelectual. A Crítica sempre foi de ideias, em qualquer das fases em que a praticou. Num mesmo livro, como na série dos *Estudos*, *Primeiros Estudos*, *Estudos Literários*, *O Espírito e o Mundo*, não exerce somente a crítica sobre o texto literário, há de tudo que diga respeito às chamadas Ciências Humanas, além de Literatura propriamente dita. Aí são versados temas filosóficos, sociais, econômicos, históricos, pedagógicos, políticos e religiosos. A obra de Alceu, e ele próprio era o primeiro a reconhecer, surgiu antes sob a forma de artigos, de aulas ou de conferências, para mais tarde ser editada, nem sempre com critério sistemático, e, sim, meramente cronológico, versando matérias heterogêneas. Não raro havia coerência temática nessa reunião de escritos, como acontece com *Adeus à Disponibilidade e outros Adeuses* e com *Companheiros de Viagem*, o mais poético e melancólico dos seus livros, feito todo de saudade sem ser saudosista.

Homem de meditação filosófica, não foram muitas as oportunidades que teve de estudos propriamente monográficos ou sistemáticos de Filosofia pura ou acadêmica, a exemplo do ensaio que escreveu sobre Leibniz em 1946, quando do tricentenário de nascimento do filósofo. Dedicou ensaios especiais também a Bergson e Maritain, ambos com grande influência em sua formação espiritual. Deste, confessava-se em 1932 "o último dos discípulos". Chegou a iniciar pela imprensa, em 1961, uma série de artigos de História da Filosofia, não editados em livros. "Mitos do nosso tempo" (1943), "O existencialismo" (1951), *O Existencialismo e outros Mitos do Nosso Tempo* (1956), *Meditação sobre o Mundo Interior* (1954) talvez sejam as suas obras de cunho filosófico mais pronunciado, em sentido próprio, porque a sua capacidade abstrativa e conceitual nunca deixou de estar presente em tudo que escreveu.

Ainda na primeira fase da sua vida intelectual, foi-lhe de grande valia a doutrina da razão vital de Ortega y Gasset, que lhe completava o intuicionismo bergsoniano. Libertava-o do biologismo materialista de Spencer, aprendido com Sílvio Romero, ao mesmo tempo em que lhe proporcionava fortes argumentos contra o idealismo racionalista cartesiano ou kantiano que desde o século XVII domina o pensamento moderno. Tudo isso veio completar-se com a conversão católica, lenta, newmaniana, levando-o ao estudo, mais aprofundado e sistemático, da filosofia tomista, estágio a que não chegara Jackson de Figueiredo, mais inclinado por sua própria natureza ao jansenismo pasca-

liano. Voltou-se então, demoradamente, não só para os textos originais de Santo Tomás de Aquino, como igualmente para as suas grandes exegeses contemporâneas. Além de Maritain, muito o ajudaram o tratado aristotélico-tomista do beneditino Josepho Gredt e os comentários de Sertillanges e Garrigou Lagrange. Sem ortodoxia exagerada, passava o tomismo a ser a sua filosofia especulativa e da vida, a sua teoria do conhecimento, a sua ética, a sua metafísica e a sua própria teologia, por assim dizer. Se não lhe chegava a dar uma tranquilidade definitiva diante do mistério da existência, proporcionava-lhe, em última instância, "o pensamento filosófico que estaria mais próximo da mensagem cristã" (1973). Escrevia-lhe Jackson a 28 de agosto de 1927, somente um ano antes da sua conversão: "Sua carta tem, na verdade, uma frase terrível, que ficou vibrando em mim como um dardo de fogo: o homem é uma experiência que Deus abandonou." Com a fé e com o tomismo, Alceu afinal encontrou uma causa, encontrou a paz.

II. No plano propriamente literário, já agora deixava a sua crítica de se basear numa metafísica implícita, difusa ou não confessada, para se assentar numa metafísica explícita, católica. Como sabeis, foi esta a acusação que lhe endereçou Mário de Andrade na *Revista Nova*, em 1931, enxergando uma irremediável "contradição entre a Arte e a Crítica Sectária. [...] Perdemos um excelente crítico literário, apesar dos defeitos, excelente: ganhamos um pensador católico. Que estamos de parabéns é minha opinião". Em 1934, dizia Rodrigo Melo Franco de Andrade, seu velho amigo, que era preciso anunciar no jornal: "Precisa-se de um crítico."

Para Alceu, no entanto, ambos estavam enganados, como todos os que lhe repetirão a censura. Com a conversão, esclarece, ampliou-se a sua visão da obra literária, na incessante busca da verdade total. Nunca mais, pelo resto da vida, deixará Tristão de defender-se e responder a esse respeito, em escritos diversos, de épocas diferentes. O valor estético não se confunde com o juízo moral nem com a fé religiosa. A Arte não pode ser "transformada em simples instrumento de apologética e moralização". Mas não há negar que "a Arte não se separa, como nenhuma das demais atividades humanas, de uma filosofia geral da existência". Com Maritain, em *Art et Scolastique*, Alceu vê no artista um continuador da obra de Deus; toda arte é fabricadora e criadora. O

artista é "um sócio de Deus", que, usando a matéria criada, sobre ela torna a criar, por assim dizer, em segundo grau.

O crítico, como o artista, é de igual modo um criador, cria também alguma coisa de novo que não se encontrava anteriormente nem na Natureza nem na obra sujeita a seu exame. Se não lhe basta a sua simples impressão subjetiva, com abandono da análise do texto na sua literariedade, também não se deve esgotar nesta todo o seu trabalho. De maneira global e total, constrói o crítico uma síntese compreensiva da obra, com empatia, com amor, levando em conta não só o texto propriamente dito, em sua forma ou linguagem, como igualmente o seu conteúdo, implicando a personalidade do autor e as demais circunstâncias da sua criação. A esse tipo de crítica, construtiva, denomina Alceu Crítica Humanista, de caráter estético, sem dúvida, mas não chegando nunca a um objetivismo científico de rigorosa e exaustiva análise do texto na sua literariedade e fazendo dessa tarefa, não raro estatística, todo o propósito da Crítica. Deve-se, assim, entender por Crítica Literária "a apreciação criadora da expressão verbal". Supõe-se nessa apreciação uma dualidade essencial: o objeto, a obra a julgar; e o sujeito, de quem parte o juízo de valor, o julgamento. E ela é tanto mais livre quanto mais fiel ao objeto, daí ser a verdade o fim último do crítico. Por isso, a despeito da ambiguidade do termo, fixou-se Alceu na expressão Humanismo Crítico,

> em que o valor das obras se mede não por sua obediência às regras transmitidas ou a uma perfeição verbal estereotipada, mas como expressão de uma convicção pessoal, em que o valor da pessoa humana é primacial. E portanto uma visão da Literatura como expressão total da vida, em todos os seus aspectos, natural e sobrenatural, passado, presente e futuro, com uma sede de totalidade limitada apenas pela natureza da pessoa humana e por um humanismo teocêntrico que, longe de o limitar, é realmente a sua integração (*Meio Século de Presença Literária,* 1969, p. 176 e seg., 210).

Jamais chegou Alceu ao formalismo crítico, sob qualquer de suas modalidades, não por incapacidade – pois lhe bastava, como o fizeram os seus epígonos, iniciar-se em suas técnicas –, mas por absoluta incompatibilidade pessoal de concepção do mundo e da vida. Todo o seu ser, e não só a sua inteligência, sentiu-se sempre incompatível com a Crítica Formalista, para Alceu mera anatomia, descritiva e dissecante, do texto. O estilo, a forma, a

linguagem não podem bastar a si mesmos como síntese e finalidade da obra literária; a liberdade não pode ser substituída pela disciplina, o critério artístico pelo rigor científico. Em verdade, diz Alceu,

> jamais consegue o crítico penetrar a essência da criação, ora por excesso de generalização, ora por excesso de análise. A Crítica anatômica dos nossos dias, que disseca os poemas como os alunos de Anatomia Descritiva dissecam cadáveres, é tão injusta para com os poetas e tão mortífera para com a Poesia como os juízos apressados em adjetivos sonoros. A solidão dos homens é trágica e impenetrável, como o mistério das obras (p. 137).

Superado está o Impressionismo, mas a verdade é que nenhuma técnica e nenhum método, por mais pretensamente científicos que sejam, conseguem substituir o bom gosto literário. Afinal de contas, é o crítico que "torna fecundos os métodos de que se serve... O que vale é o modo de os tratar. O crítico faz a crítica...". E tanto peca o Humanismo, que se perde no estudo das influências e da elaboração da obra como o Formalismo mal compreendido, que se converte num literalismo seco e infecundo.

Alceu não chegou a escrever a história geral e sistemática da Literatura Brasileira, como, por exemplo, dele a reclamava Manuel Bandeira em 1960: "Amoroso Lima ainda não nos deu a História da Literatura Brasileira que nos deve e de que é penhor seguro de excelência a série dos *Estudos*." Dois anos antes, porém, observava Alceu que Araripe Júnior, "o maior crítico literário que já tivemos até hoje", não chegou a escrever, como seus dois companheiros de geração, uma história da Literatura Brasileira, como Capistrano de Abreu não chegou também a escrever uma história do Brasil, "apesar de ser, no consenso geral, o maior historiador que já tivemos". Talvez ou certamente sem o pretender, escrevia-se aqui a defesa do autor da *Introdução à Literatura Brasileira* e do *Quadro Sintético da Literatura Brasileira*, ambos de 1956, que, por si sós, pagam grande parte do débito reclamado por Manuel Bandeira. A outra parte do débito foi paga pelos concursos universitários que Alceu prestou na década de 1940, com os quais se inauguravam, em nível superior, o ensino e o estudo sistemáticos da Literatura Brasileira.

> A crítica escrita prosseguiu na crítica oral. Aos leitores invisíveis e remotos sucederam os alunos presentes e colaboradores. Ao comentário do livro do dia, substituiu-se a apreciação dos que sobreviveram à gastura do tempo e resistiram ao juízo da posteridade.

São palavras de Alceu na Mensagem ao I Congresso de Crítica e História Literária, reunido em Recife no ano de 1960.

12. Se para fazer ação Católica é preciso ter personalidade, essa Alceu a teve – com marca nítida, inconfundível – durante toda a vida. Dizia em 1973: "Só escrevo o que sinto ou porque acho que devo escrever." Sempre fez o que lhe pareceu justo e correto no fundo da sua consciência, no silêncio e na solidão, em comunhão com Deus. Às influências de Maritain, Chesterton e Bernanos, vieram somar-se as de Thomas Merton, Fulton Sheen e Padre Lebret e, no plano filosófico, as de Teilhard de Chardin, Emmanuel Mounier e Gabriel Marcel. Filosoficamente, desde antes de 1928, sempre se revelou adverso ao racionalismo, ao intelectualismo e ao individualismo póscartesianos. O realismo do pensamento tomista em teoria do conhecimento, a sua concepção do direito natural, o seu conceito de pessoa distinta do puro indivíduo, tudo isso preparava Alceu para uma filosofia concreta da existência, de concretude, como a foi encontrar em Gabriel Marcel. Gostava de recordar a sentença de Santo Tomás de Aquino: "A razão é apenas a imperfeição da inteligência." Com Marcel, admitiu a categoria ontológica da "presença" como típica da meditação cristã sobre o mundo, derivada da presença sobrenatural de Cristo na História, como "ideia encarnada, ideia vivida". Para essa filosofia concreta da existência, importa mais "mostrar" do que "demonstrar"; a vida passa a ser uma tensão constantemente renovada e criadora dos problemas humanos. *Homo viator,* viajante, o ser humano só se explica a si mesmo, abrindo-se para a transcendência, para o Ser. E este caminho lhe é indicado pela esperança, que só ela permite à humanidade que sofre e que luta um sentido para o universo e para o seu próprio destino. Significa ela a solidariedade universal para um ideal comum, no qual todos são chamados "a colaborar na grande epopeia, e, por mais humilde que seja cada ator, adquirem todos uma dignidade moral e metafísica" (Gabriel Marcel).

Contrário a qualquer maniqueísmo, nada parecia mais absurdo a Alceu que pretenderem forçá-lo a optar entre uma coisa "ou" outra. Substituía

sempre o "ou" pelo "e", não dividia, nem alternava; somava, associava, aproximava, fiel ao seu permanente critério trinitário. Sempre achou possível a convivência e a coexistência dos contrários, em busca de uma união de propósitos, mais adiante, que de forma alguma significa unidade. De tudo, procurava extrair o que houvesse de bom para a construção do melhor.

> A coexistência dos contrários é para mim a mesma coisa expressa pela palavra divina: o joio crescendo junto com o trigo. O erro não tem valor substancial, mas acidental, é uma privação, um vazio. Não se trata, pois, de eliminar o 'outro', mas de respeitá-lo.

"Só a morte transforma o homem em si mesmo – assinalou Alceu em *Companheiros de Viagem* –, '*tel qu'en lui même enfin l'éternité le change*', como dizia Mallarmé". Também era muito do seu agrado o versículo 24, do livro XII, de João: "Só frutifica a semente que morre." E aqui o temos mais ele mesmo do que nunca, herdeiros que somos da sua messe. Nunca temeu que o chamasse de utópico ou de seráfico. Colocou-se sempre contra o fanatismo e a conivência com o mal. O que é ser cristão hoje? Respondia:

> É saber ver o Cristo no outro, por mais estranhos que sejam suas aparências e seus atos. É compreender a força dos fracos. É a supremacia do Coração sobre a Razão. Da humildade sobre a arrogância. Do perdão sobre a vingança. Da infância espiritual sobre a enfatuação do conhecimento, do poder e da riqueza.

Isso é de 1981. Dez anos antes, dizia que, entre as duas sentenças de Cristo – "quem não é comigo é contra mim" e "quem não é contra vós é por vós" –, ambas com a mesma autoridade, mas em circunstâncias diferentes, é a segunda que prevalece: "A primeira na base da exclusão. A segunda na base da inclusão. A primeira separatista. A segunda integradora." Já em 1947, dera exemplo disso, associando-se ao Movimento Renovador e lhe ajudara a redigir o manifesto, quando dele faziam parte as mais diversas ideologias, de todos os matizes sociais, mas as reunia o mesmo propósito de justiça, liberdade e democracia. A propósito, ocorre-me ao espírito a dedicatória de Ramon Fernandez, do *Front Populaire*, a Georges Bernanos, da *Action Française*: *De l'autre côté d'une barricade, heureusement transparente. En toute affection.* Era esta também a permanente disposição de Alceu.

Ao fazer 60 anos, dizia – e nisso repetia Goethe, das *Xênias Suaves* – que durante a vida fora sempre um amador; mas, anos mais tarde, acrescentava que amador não é sinônimo de diletante nem de superficial, muito pelo contrário, tudo o que faz é com amor, por escolha, dando-se inteiro, com entusiasmo e alegria. Assim foi Alceu em todos os momentos da sua existência e por isso, na construção da sua cidade futura – mais humana, realmente cristã, justa e livre –, enfrentou em nome de Deus, com serena determinação, todos os obstáculos que se lhe apareciam no caminho, quaisquer que eles fossem. Nestes últimos 20 anos, na terceira fase da sua vida, que chamava a dos acontecimentos – as duas primeiras foram a das formas e a das ideias –, entregou-se Alceu à denúncia dos abusos e violências de toda ordem, num combate direto contra os atentados à dignidade e à liberdade da pessoa humana. Constituiu-se, na consciência viva do seu tempo, merecedor de respeito e de veneração do povo brasileiro, como exemplo inexcedível de grandeza moral e coragem cívica. A sua presença fez-se carne e sangue e a todos os injustiçados acudiu sempre com a esperança. Continua entre nós e continuará enquanto houver no mundo alguém com sede de justiça e necessidade de amor. "Onde o despotismo duro cimentava servidões, a sua alegria sonora reclamava liberdade".

# II

# RESPOSTA DO SR. JOSUÉ MONTELLO

Estamos na idade em que o centenário de nascimento de velhos amigos e conhecidos começa a nos assustar. De vez em quando, pelo aviso de amigos comuns, ou pelo noticiário dos jornais, somos informados de que este ou aquele confrade, com quem convivemos ou conversamos, estaria a completar 100 anos, se não houvesse dado as costas à vida, na hora própria, cumprindo determinação superior.

Entretanto, o susto do centenário alheio, embora nos faça correr um leve frio pela espinha dorsal, já não será tão forte e surpreendente quanto os sustos de outrora, por igual motivo.

A esta altura do tempo, esses centenários se tornaram tão usuais e comuns, que há mesmo quem prefira, como é o caso de nosso Presidente, festejá-los em vida.

Instalados na idade dos cabelos brancos, ou da falta deles, sentimos que somos mais prudentes, mais compreensivos, mais humanos ao mesmo tempo em que se aviva em nós certa vontade irreprimível de dar lição aos mais novos. Daí o reparo de La Rochefoucauld, lembrado por mim há vinte e nove anos, naquela tribuna: quando não podemos mais dar maus exemplos, passamos a dar conselhos. Sim, é verdade, e infelizmente fazem conosco o que fizemos com os mais velhos, na hora adequada: não nos ouvem nem nos

levam a sério. Porque é da lei da vida que cada geração dê as respectivas cabeçadas, por conta própria. A aprendizagem é sempre mais segura.

Como conquistastes, na noite de hoje a vossa imortalidade, Sr. Evaristo de Moraes Filho, convém que eu, um pouco mais moço na idade, e bem mais velho na experiência dessa mesma imortalidade, transitória, vos advirta em tempo para as emoções que vos aguardam.

No tempo de José de Alencar, conforme se verifica pelos seus romances, os anciãos tinham cinquenta anos; hoje, conforme vós e eu assentamos, têm de ter pelo menos oitenta. O Presidente Reagan, que já empurrou para trás os setenta, não quer deixar a presidência dos Estados Unidos, por ainda sentir-se capaz de bem exercê-la. Do outro lado do mundo, na União Soviética, é nessa faixa etária que o Partido Comunista vai buscar seus líderes. Cumpre-nos recordar os pinheiros do poema de António Nobre:

> Altos pinheiros septuagenários
> E ainda empertigados sobre a serra!

Nesse ponto, não precisamos criar dívida externa. Temos experiência própria, oferecida também por esta Academia. Setenta anos são para nós a juventude em flor. O mais velho, aqui, tem 92 anos e recebeu um prêmio de Poesia, na semana passada: Menotti del Picchia. Quanto aos demais – silêncio. Vosso antecessor, Sr. Evaristo de Moraes Filho, já beirando os noventa, deixou-nos esta lição: velho mesmo é o moço que pinta os cabelos.

Vede agora o que escreveu Maurice Goudeket, com a sua autoridade de grande médico e de exemplar companheiro de Colette:

> Jovens, que temeis a perspectiva da velhice, sabei por mim que não há estado mais aprazível. Fausto era um louco que trocou essa condição contra a vossa e se deu mal. De início, deixai que vos revele um segredo, eu que terei 75 anos antes de concluir este livro: não é verdade que se envelheça. E vós, septuagenários, antes de contribuir, como é de vosso hábito, para difundir um erro que se baseia em falaciosas aparências, interrogai a vós mesmos: o eu de vossa primeira maturidade mudou? Essa respiração mais curta, esse movimento mais lento, essa espinha menos flexível, pertencem ao nosso corpo. Que ele se arranje. Porque o ser impalpável, que anima nossa estrutura ameaçada, não tem, não terá jamais uma ruga.

Quando o nosso companheiro Afonso Arinos aqui chegou pela primeira vez, espantou-se, à mesa do chá, com a vivacidade dos seus confrades. E, como estava ao lado de Barbosa Lima Sobrinho, fez-lhe este reparo:

– Ninguém diz, ouvindo estas cabeças claras, que uma tem setenta, outra oitenta, outra noventa anos. Parecem jovens, na vivacidade da conversa.

Logo Barbosa Lima acudiu com a voz da experiência:

– Quando você quiser saber a idade de um acadêmico, não o ouça, no Plenário ou à mesa do chá – vá esperá-lo na porta, para ver como sobe a escada. É pelos pés, e não pela cabeça, que se sabe a idade de um acadêmico.

Chegais a esta asa, Sr. Evaristo de Moraes Filho, para enriquecê-la com a vossa vida e a vossa obra, ainda de pés ágeis, para galgar os degraus da entrada, e de cabeça clara e culta, para nos aligeirar o fluir das horas com o vosso saber.

Sucedeis àquele que era, entre nós, o maior de todos e dele traçastes o perfil exato, no discurso que acabamos de aplaudir. Um de meus mestres me advertiu, num de seus livros, que, de confrade a confrade, o louvor é atestado de identidade. Vossa identidade com Alceu Amoroso Lima é o vosso discurso. E esse discurso nos dá a certeza de que, ao longo do tempo, na cadeira que hoje vos pertence, sabereis zelar pela glória de vosso antecessor. Esse zelo póstumo é que é a glória das Academias.

José de Alencar nos adverte, no fecho de *Iracema*, que tudo passa sobre a Terra. Machado de Assis, ainda, moço, logo retrucaria, no fecho de outro romance, *Iaiá Garcia*: "Alguma coisa escapa ao naufrágio das ilusões."

Nas Academias, se passam as obras, desfeitas pelas alterações do gosto literário, e se passa o rumor da glória à vossa volta, apagado pelas novas glórias que vão despontando, o que realmente perdura, com o sabor e o sentido das efemérides, é esta noite de apoteose, com o companheiro que chega para louvar o companheiro que se foi, na eminência da tribuna em que nos exibistes o ouro da vossa prosa e o dourado de vosso fardão.

Por isso, trazido por vossa compreensão intelectual e por vossa palavra, Alceu Amoroso Lima acaba de responder à vossa chamada, presente a este Salão de Festa, tanto pela nobre vida que viveu, refletida nas suas obras e nas suas atitudes, quanto pela imagem que dele guardamos, como escritor, como mestre, como companheiro.

Quem conhece a história das Academias sabe que estas nem sempre põem na Cadeira vazia alguém que tenha afinidade com o confrade que ultimamente a ocupou. Um agnóstico, como R. Magalhães Júnior, sucedeu a D. Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá. Uma figura mundana como Ataulfo de Paiva cedeu lugar a José Lins do Rego, grande romancista. Daí a perplexidade de um de nossos confrades, na solenidade de sua posse, quando indagou, em tom patético, daquela tribuna, referindo-se ao seu antecessor, por quem não morria de amores:

– Senhores, que é que eu vou fazer deste homem?

No vosso caso, Sr. Evaristo de Moraes Filho, ficou demonstrado que, no giro das sucessões acadêmicas, vos coube a figura adequada. Nenhuma outra mais rica de conteúdo humano e de saber universal. Alceu, para caber num discurso acadêmico, vos obrigou à habilidade paciente do presidiário que consegue meter um navio no interior de uma garrafa. E com que habilidade o fizestes, sem prejuízo de vossa liberdade. Mas não proferistes um mero panegírico, em que as palavras dançassem em redor de seus assuntos. Não. Estudastes a alta figura singular do mestre de *Mitos de Nosso Tempo*, e o analisastes, e o louvastes, no tom superior com que ele soube escrever muitas e muitas páginas fundamentais de nossa Crítica Literária.

Toda a vossa vida, Sr. Evaristo de Moraes Filho, é uma escalada de triunfos. Da escola primária à colação de grau, na velha Faculdade de Direito. Não esperastes a solenidade da formatura para terdes um nome. Adolescente, já éreis escritor. Com o gosto dos grandes temas. E o desembaraço de discorrer sobre eles. Ora vos atraía a Filosofia, ora o Direito, ora a Literatura. Mas sem esquecer a Política. O Socialismo, que trazíeis no sangue, como uma herança paterna, andou a chamar por vós, ao longo de vossos caminhos. Entretanto nunca vos orientastes pela militância política. Ficastes no puro terreno especulativo das grandes doutrinas. A teoria, para o verdadeiro teórico, não é uma renúncia, na ordem da vida prática. E um modo de ser e de existir. A atuação fecunda, no plano das ideias.

Andei a ler, e a reler, toda a vossa obra, para escrever este discurso. E o que me espanta, e o que me surpreende, é que não tivésseis chegado mais cedo a esta Casa. Já devíeis estar aqui.

A Academia, ao contrário do que presumem alguns de nossos companheiros que não chegaram até aqui, é também abrigo, na hora dos desencontros de opinião, quando o País procura mudar de caminhos. Protege. Tem a respeitabilidade de sua tradição. Como deixar de levar em conta que por aqui passaram Rui e Machado de Assis, Nabuco e Rio Branco? Valemos pelo que somos e também pela Instituição que nos acolheu para o resto da vida, sensível à obra ou à vida que realizamos.

Há um pouco de ridículo nesse chapéu de plumas e nessa espada inofensiva? Sim e não, desde que se confrontem os pontos de vista. Entretanto, convém advertir para esta lição de um mestre francês, quando nos diz que as instituições tendem a perecer, quando se desfazem do cerimonial que lhes é próprio.

Um de nossos saudosos confrades, quando no exercício da Presidência, ouviu, certa vez, a conversa afetuosa de um funcionário da Casa com um acadêmico. Conversa de velhos amigos, com você para cá, você para lá, e mesmo um tu mais efusivo. Quando o acadêmico se foi, o Presidente chamou o funcionário para advertir-lhe que, aqui, no recinto da Academia, os acadêmicos só devem ser chamados de doutor e tratados por Vossa Excelência. E o funcionário, depois da reprimenda:

– Sim, Excelência.

Dias depois, morre na Itália um dos grandes poetas de vossa devoção: Gabriel d'Annunzio, sócio correspondente de nossa Academia. Logo o funcionário, prestativo, expedito, telefonou para a casa do Presidente, chamou-o ao telefone, para dizer-lhe, em tom de voz desolada:

– Senhor Presidente, estou comunicando a Vossa Excelência que ontem, em Roma, faleceu o Dr. d'Annunzio.

Pondo de lado o leve ruído do riso, ou do sorriso, saibamos reconhecer que, no exercício da vida, o mistério da própria vida nos leva naturalmente à austeridade, à revelia da recomendação chinesa, que nos diz: "Quem não sabe rir, que feche a loja."

Pessoalmente, sois inclinado ao bom riso sadio, a que se associa frequentemente a pitada de pimenta das irreverências necessárias. Mas toda a vossa obra é austera. Nos temas. No modo de debatê-los. Nas conclusões.

Era assim também o vosso antecessor. Pessoalmente, no convívio diário, Alceu gostava de rir, trazendo ao rosto acolhedor a risada envolvente e sadia, de que participava todo o seu ser, no movimento das mãos, na luz do olhar.

Escrevendo, sabia transmitir à sua prosa fluente as sobrancelhas contraídas. Não escrevia por escrever – escrevia para cumprir a sua missão. E essa missão trazia em si um sentido apostolar. Mesmo na Crítica Literária. Mesmo no texto de uma conferência. Estou certo de que Mestre Alceu sempre escrevia com uma intenção de eternidade. Como deve escrever todo escritor que tem a consciência de seu ofício. Intenção, vede bem. Porque a palavra, para o escritor genuíno, é um privilégio. Deve durar. Deve sobrepairar ao efêmero, como substância da obra de Arte Literária. Ou como chave para nossos mistérios.

Sou testemunha de que, nos últimos meses, só vos consagrastes ao estudo da vida e da obra de Alceu Amoroso Lima. Hoje, sabeis mais sobre ele do que saberia talvez o próprio Alceu, repassando as suas recordações. E por uma razão muito simples: nossa memória é essencialmente antológica: tem pendor seletivo, guarda apenas o que deve ser guardado e ainda passa uma camada de verniz sobre imagens e figuras, para nos proporcionar aquilo que Machado de Assis chamava, num de seus romances, o prazer das dores velhas.

Descestes às camadas mais profundas da obra de vosso antecessor. Nem seus versos vos escaparam. Um de nossos antecessores, Medeiros e Albuquerque, sempre que desejava troçar de um velho inimigo e seu confrade, Carlos de Laet, aqui na Academia, recitava o poema de juventude em que o grave líder católico confessa à namorada o desejo de ser o seu gatinho.

Felizmente, no caso de Alceu, se encontrastes os versos da mocidade apaixonada, ali não descobristes o gatinho de Laet. Sempre encontrastes o espírito austero, mesmo nos seus momentos líricos, embora Alceu também soubesse rir, e rir a seu modo, como quando me dizia, a propósito de Augusto Frederico Schmidt:

– A amizade com o Schmidt é difícil. Temos de provar, todos os dias, que somos amigos dele.

Estou inclinado a vos dizer, Sr. Evaristo de Moraes Filho, que essa busca de Alceu, nos livros, nos jornais, na lembrança dos amigos, foi, em boa parte, a busca de vós mesmo. Saístes em busca de Alceu Amoroso Lima e encontrastes Evaristo de Moraes Filho, com o mesmo gosto das ideias, a

mesma paixão literária, o mesmo pendor para os ensaios, o mesmo gosto da reflexão sobre o texto alheio e, também, a claridade da mesma fé.

Quando procuro dentro de mim as mais antigas recordações de nosso convívio, vejo-vos na redação do *Dom Casmurro* na Praça Marechal Floriano, no Rio de Janeiro, como meu companheiro de geração literária. Que fazíeis por esse tempo? Escrevíeis sobre Goethe, Schiller, Keyserling, Balzac, Zola, Flaubert, Machado de Assis, tanto no jornal de Álvaro Moreyra e Brício de Abreu quanto nos suplementos literários do *Correio da Manhã*, do *Diário de Notícias*, de *O Jornal*, de *O Estado de S. Paulo*.

No transcurso do vigésimo quinto aniversário da morte de Proust, fostes chamado a colaborar na polianteia organizada por Saldanha Coelho, *Proustiana Brasileira*. Ali vos achei, ombro a ombro com Alceu, assinando um primoroso ensaio, *Marcel Proust e o Realismo*. Sinal de que os vossos espíritos, orientados por idênticos motivos, já estabeleciam a concordância que vos traria a esta Casa, a este Salão, a esta noite, para a glória desta investidura.

Na verdade, sois um escritor. E que é o escritor? É a sensibilidade que faz da palavra escrita o seu pretexto para a obra de Arte. Sois assim por determinação da natureza.

Vosso livro de estreia, *Profetas de um Mundo que Morre*, publicado em 1946, é mais do que o indício veemente (para falar aqui à maneira do velho Evaristo de Moraes) é a prova irrecusável de vosso pendor literário. Estudais ali três figuras, que correspondem a três caminhos: Alexis Carrel, Hermann von Keyserling e Gabriele, d'Annunzio.

Neste último, poderíeis ter encontrado a consolação de nossas cabeças luzidias, que as lâmpadas deste Salão parecem ter o gosto perverso de torná-las mais brilhantes. Porque foi d'Annunzio quem deu esta resposta, quando um de seus admiradores se espantou de que o poeta fosse tão calvo:

– A erva não cresce na cratera.

Não, não cresce. Como que as ideias em ebulição lhe crestam as raízes. Por isso, à medida que flui o tempo, mais a erva se vai, mais o brilho se alastra e permanece.

Deixai que vos faça aqui uma revelação. Eu, no tempo do *Dom Casmurro*, estava certo, certíssimo, de que chegaríeis à Academia antes de mim. Tínheis uma obra e grandes planos. Jamais eu poderia presumir que,

como vosso amigo, e companheiro de geração, seria o confrade escolhido para vos dar as boas-vindas, nesta hora única, em nome de nossos colegas.

Entretanto, como tenho o gosto de acordar cedo, e cedo dar começo ao meu dia de trabalho, aqui cheguei aos 36 anos, para pedir que me deixassem entrar. E entrei. Logo ao bater da primeira pancada na aldrava da porta. Só não digo que tenha entrado a crédito, como de si próprio disse Graça Aranha, porque a benevolência de meus futuros confrades, sob a liderança de Alceu Amoroso Lima, já me tinha conferido os prêmios de Teatro, de Romance e de Ensaio, além de ter publicado um de meus livros, o estudo bibliográfico sobre Gonçalves Dias.

Em 1946, quando publicastes o vosso primeiro livro, o País entrara numa nova fase de normalidade democrática. Obrigados ao silêncio político, no período do Estado Novo, convivemos durante largo tempo com a censura, a repressão, o culto da personalidade na pessoa do chefe de Estado e assistimos, um tanto perplexos, à volta da liberdade. A monarquia de Vargas, com o hiato da eleição indireta de 1934, se não nos levou à clandestinidade no período mais agudo da repressão política, como que nos deixou desorientados, assim que voltaram a funcionar as instituições democráticas. Que íamos fazer de nós mesmos, nessa claridade de meio-dia, depois de ajustar os olhos às sombras demoradas?

Esse o drama de nossa geração. Procurei fixá-lo em alguns de meus romances, notadamente em *A Coroa de Areia*. Não apenas eu, como romancista, estou ali. Estão meus mestres, meus colegas, meus amigos, meus companheiros, vítimas do arbítrio que antecedeu à implantação do Estado Novo.

Tudo me leva a crer que, na adolescência, quando se traça para o futuro o caminho que devemos seguir, foi nas Letras que projetastes a vossa estrada real.

No entanto, cabe aqui dizer que é preciso estar de sobreaviso para as eventuais mudanças de rota, impostas pelas astúcias de nosso destino. Sem sair da Academia, quero lembrar neste momento a lição de Machado de Assis. Sabeis que este nosso Patrono, convidado pelo Barão de Ramiz Galvão para chefiar a Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, declinou do convite com a justificativa de que estava bem encaminhado na contabilidade do Ministério da Viação. Indagareis, com espanto:

– Trocar a Biblioteca pela contabilidade?

É verdade. Agora, vede o desenrolar da lição Teixeira de Melo, o notável poeta romântico de *Sombras e Sonhos*, aceitou o convite que Machado de Assis recusara e foi zelar pelos manuscritos da Biblioteca Nacional. Apaixonou-se por eles. Deixou de lado a Poesia. Nunca mais escreveu versos. Em vez de compor poemas, publicou as *Efemérides Nacionais*, em três volumes.

Sobre as rumas do poeta romântico, medrou e floresceu o pesquisador erudito em Teixeira de Melo. Imaginai agora o nosso Machado de Assis. Em vez de *Dom Casmurro* ou do *Quincas Borba,* teríamos de sua pena graves estudos de inspiração histórica por força da atmosfera erudita da Biblioteca Nacional. Preso à contabilidade como funcionário público, o mestre das *Várias Histórias* desforrou-se dela, em casa, e talvez mesmo na repartição, escrevendo contos, crônicas, romances, poesias, e com isto salvou-se o escritor.

No vosso caso, Sr. Evaristo de Moraes Filho, o destino se valeu de outro recurso, para vos trazer da adolescência à maturidade plena, realizando o sofisma matemático que faz da linha curva o caminho mais curto entre dois pontos. O escritor da juventude haveria de reencontrar-se com o escritor de hoje, na eminência desta Academia, depois de toda uma vida consagrada à Filosofia, à Sociologia e ao Direito do Trabalho. Mas sem que o escritor se esquecesse das Belas-Letras. A verdade é que continuastes a lembrar-vos delas e a cultivá-las, lendo, escrevendo, tendo-as sempre ao alcance da mão, na vossa primorosa biblioteca. Lá estão os mestres de todas as grandes literaturas, ora para a vossa reflexão, ora para o vosso lazer, ora para o vosso carinho, porque os livros também reclamam o nosso afago. E é com esses afagos que não envelhecem.

Trouxestes do berço, para os vossos ombros viris, a glória do velho Evaristo de Moraes, que conheci por volta de 1937, à porta do Instituto Nacional de Música, por trás de seus vastos bigodes, sobraçando uma pasta escura. Mestre Evaristo não se contentou em transferir-vos o seu nome ilustre – transferiu-o também a outro filho, e fez bem, porque a glória que vos transmitiu, ressoante de sucessivas lutas e vitórias, podia ser perfeitamente repartida entre os dois fraternalmente.

Enquanto vosso irmão recolhia a glória do criminalista, para lhe dar continuidade na mesma linha de triunfos, recolhestes as glórias do historiador, do jornalista, do político, do jurista, para acrescê-las com o pendor das

Letras, outro traço de consanguinidade com o mestre paterno que escreveu o grande livro sobre *A Campanha Abolicionista*.

Por largo tempo, dir-se-ia que vos havíeis esquecido de vossas Letras literárias. Por onde andava o companheiro que se debruçava sobre Goethe e Shakespeare, Dante e Molière, Cervantes e Balzac, Castro Alves e Machado de Assis? Tínheis o direito do trabalho a defender, quer como mestre, na cátedra universitária, quer como jurisperito, na elaboração das leis e normas complementares daquele Direito. Toda uma vida consagrada ao estudo, e com o aplauso e o reconhecimento universais – na mesma fase em que vosso irmão, sabendo que o direito do cliente é a razão básica do advogado, se fazia a voz daqueles que a Revolução de 1964 ia punindo com a ira dos convictos e dos exaltados.

De repente, numa tarde de céu sereno, fostes surpreendido com a notícia de vossa aposentadoria sumária, na cátedra que havíeis conquistado com distinção, na velha Faculdade Nacional de Direito. E por quê? Não sabíeis. Ninguém sabia. Que tínheis feito para que desabasse sobre a cumeeira de vossa casa o raio punitivo? Tratastes de saber. Investigastes. Perquiristes. Os amigos acorreram, estarrecidos. Como? Era mesmo verdade? Afinal, tivestes acesso às fontes secretas de onde emanavam as punições. Foi então que, com espanto, dissestes à autoridade que vos permitira a pesquisa:

– O advogado dos cassados não sou eu. É meu irmão, que tem o mesmo nome. Eu sou apenas professor e jurista.

E o vosso interlocutor, com espanto ainda maior:

– E há dois Evaristo de Moraes Filho? Não é só o senhor? E o advogado é o outro? Valha-nos Deus!

Mas nem Deus, nessa hora, poderia valer-vos. Os atos da Revolução, insusceptíveis de revisão superior, eram a própria fatalidade que vos desfazia a vida, sem levar em conta os altos serviços que já havíeis prestado ao País. De Paris, mandei-vos minha palavra de solidariedade e apontei-vos o caminho desta Academia.

Em vosso discurso, tivestes a bondade de recordar minha palavra solidária, como se se tratasse de algo excepcional.

Não, não tinha esse relevo, por ser o dever natural do amigo e companheiro, no momento das injustiças. Fiz assim com todos aqueles que precisavam de meu amparo, na hora sombria e disto dei ciência ao meu embaixador,

Bilac Pinto, pondo-o à vontade para promover o meu regresso ao Brasil. Registro, aqui, com emoção, a altitude com que me fez guardar a carta que seria o ponto final de minha missão em Paris.

Nosso companheiro Aurélio de Lyra Tavares, que lhe sucedeu, teve para comigo a mesma linha de grandeza, instando para que eu continuasse no meu posto, quando os meus já me chamavam, do outro lado do mundo. Por isso mesmo, o nosso comum amigo Edmundo Moniz, ali, durante o seu exílio, nunca deixou de receber minha visita. Nunca. Como nunca o meu dileto amigo Juscelino Kubitschek deixou de frequentar meu apartamento, no Bouvelard Saint Germain, e eu o dele, na sua reclusão altaneira.

Quando o ex-presidente foi atingido pelo ato político que o excluía da vida pública brasileira, não fiz mais do que o meu dever de amigo, quando solicitei ao então ministro Flávio de Lacerda que me dispensasse de minhas funções na direção geral do Museu Histórico e de membro do Conselho Federal de Educação, e publiquei meu protesto, no dia seguinte, na minha coluna do *Jornal do Brasil*.

Nesses instantes decisivos, é o velho meu pai que está em mim, com seu rigor presbiteriano e a norma de conduta que me transferiu como seu legado. Se vos digo estas coisas íntimas, é porque sabeis o que é isso. Tendes no sangue o brio viril da dignidade paterna. Nos vossos impulsos, nas vossas decisões meditadas, está convosco o velho Evaristo de Moraes, inflexível na sua linha de conduta. E daí não terdes aceitado a volta à vossa cátedra, quando a anistia acudiu a reparar o irreparável. Não aceitastes esse regresso. Mas aceitastes o título de professor emérito que a própria Universidade vos conferiu por unanimidade.

Estou em dizer-vos agora que a reparação suprema é a apoteose desta noite. Como já o havia sido para Hermes Lima, retirado do Supremo Tribunal pelos mesmos excessos. E como já havia sido também para Antônio Houaiss, nosso confrade ilustre. Aos que não compreendem a função das Academias, conviriam guardassem essas lições – a mesma lição que soube dar a Academia Francesa, quando o grande Chateaubriand, aceitando medir-se com a onipotência de Napoleão, foi tirado de seu ostracismo altaneiro para ter a glória de sua Poltrona na Casa de Richelieu.

Não sucedeis a Chénier, que se apagou nas voltas do tempo, sem dar a Chateaubriand o pretexto para louvá-lo. Sucedeis a uma figura que o tempo

não apagará. Ao mestre desassombrado que sempre protestou contra as injustiças. Ao líder que fez de sua grande vida uma lição de altivez e dignidade, a serviço dos valores fundamentais da condição humana. Recolheis esse legado e tendes altitude para merecê-lo. Daí o vosso triunfo, na hora adequada à reparação pública a que tínheis direito. Neste instante, nós acadêmicos não somos intérpretes apenas de nosso voto, mas de toda a Nação.

Repasso as obras com que balizastes esta ascensão e vejo que sobem a oitenta títulos os vossos trabalhos, sem contar os artigos e conferências com que vos dispersastes nos jornais, nas revistas e nas tribunas, correspondendo à convocação de vossos alunos e admiradores, orgulhosos do mestre de que hoje nos orgulhamos.

Não direi que as Letras, ao longo de vossa estrada real, foram lenitivo e companhia. Não. Elas continuaram a constituir emanação de vossa pena, trazendo-vos ao nosso convívio. Completastes a longa volta e aqui chegastes para o nosso aplauso.

O poeta Heine nos ensinou, num de seus reparos à margem da vida, que o escritor, em casa, para trabalhar, precisa contar com o silêncio da companheira. Não tivestes apenas o silêncio, a mesa limpa, tudo em seu lugar. Tivestes sobretudo a solidariedade, na hora polêmica, e aquela confiança na reparação da própria vida, para desfazer os tropeços do caminho. Ileda nunca vos faltou. Nem os vossos filhos. Tampouco os vossos amigos verdadeiros. Isso consola? Consola. E dignifica. Sinto que umedeci vossos olhos. E aqui vos repito a lição de Gonçalves Dias:

> Corram livres as lágrimas que choro,
> Estas lágrimas, sim, que não desonram.

Permitis que conclua este discurso de boas-vindas, recordando uma passagem da vida de meu saudoso e grande amigo Juscelino Kubitschek, a quem tanto esta Casa fez falta na hora da reparação necessária. Guardei a data, no meu *Diário da Tarde*: 5 de outubro de 1965. Conforme registro de *O Estado de S. Paulo*, no dia seguinte, eu tinha acompanhado o ex-presidente ao local em que se realizava o inquérito das supostas relações de seu Governo com o Partido Comunista. Ali encontramos, vigilante, combativo, o grande Sobral Pinto, ao lado do exemplar Tancredo Neves. Enquanto a inquirição se processava,

Tancredo Neves e eu ficamos a caminhar na Rua Barão de Mesquita, na vigília dos passos perdidos, ao longo da nesga de sombra que a tarde ia alargando.

Ao fim da demorada inquirição, ao ver o ex-presidente sair, com ar fatigado, e sereno, ainda com as sobrancelhas travadas, eu lhe disse, tentando confortá-lo:

– O senhor precisa ter um pouco de orgulho do que fez e realizou pelo Brasil, para suportar melhor esta provação.

E ele, senhor de seus nervos:

– Basta-me a simplicidade que eu trouxe de Diamantina.

Também a vós, Sr. Evaristo de Moraes Filho, bastou a vossa simplicidade e o vosso mérito intelectual, para chegar a esta Academia. São vossas as palmas que ides ouvir.

Discurso do
SR. MARCOS VINICIOS VILAÇA

e

Resposta do
SR. JOSÉ SARNEY

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 2 de julho de 1985*

# I

# DISCURSO DO SR. MARCOS VINICIOS VILAÇA

Nazaré da Mata. Mauro Mota. Na realidade, se o início de tudo é o mais difícil, eu falaria da dúvida do início, a "dúvida constante", de que cuidou o poeta baiano, a "quanta indecisão", de que tratou o vate mineiro. Vacilo, procuro, entre os nomes, um nome: o nome da cidade ou o nome do poeta?

O dono dos Grandes Sertões – João Guimarães Rosa – socorre-me com uma palavra mágica: "Cordisburgo". Cordisburgo abre e fecha o seu discurso de posse. Faz dezoito anos. Faz e não faz dezoito anos, porque é hoje que Guimarães Rosa acende em meu espírito não a palavra cordisburgo mas a palavra nazaré. Em verdade, Nazaré da Mata. Chamo Nazaré da Mata e chamo, em seguida, Mauro Mota. Mata e Mota. Por que tal ordem? Porque, quando eu pronuncio Nazaré da Mata, sem dúvida que digo Mauro Mota e, de uma certa forma, eu também me digo.

"Cordisburgo", escreveu Rosa, "era uma pequena terra sertaneja, trás-montanhas, no meio de Minas Gerais". Digo eu: Nazaré da Mata é uma terra entre canaviais, na parte norte e doce de Pernambuco. Lá, viveu o poeta Mauro Ramos da Mota e Albuquerque. Lá, coincidência, nasci eu, filho de Evalda, nazarena astuta, perspicaz; e de Antônio, agrestino, dos bons de coração.

Nazaré da Mata: engenhos de açúcar; a mata substituída pelos canaviais; as bandas de música apelidadas Revoltosa e Capa-Bode; Epaminondas,

de "seu" Alfredo Laurindo, de Crimeia; Laurindo, de Japaranduba; Maçu, do Hotel; Sinhozinho, de Pedra Furada; a escola de Alice e D. Vieira; as farmácias de Artur Neves e de Joel de Lima; Joca Progresso; Cordeiro contando mentiras; "seu" Quintino, o italiano; Nanci, de doutor Fernando; Célia e Vanda; a Troça Carnavalesca Doutor Pisada; o Cinema Lux; a Praça da Catedral; Aguiar, dentista; coronel Vitor Vieira de Melo; Alfredo Coutinho e o Engenho Pedregulho; a Rua do Bom Jesus; Papi; o Centro de Prosa, de Eugênio Pimenta; Virgínio Simplício; Paulo Guerra – vaqueiro e governador, Mandacaru e Violeta; Arquimedes, de Babilônia; Quincas, de Oratório; a Rua do Juá, a *Gazeta Nazaré*; dona Amélia, mãe de D. Ricardo Vilela; as sentenças do juiz de direito, Djalma; a parteira D. Dedé; "seu" Martins, cozinheiro; Alcides Preguiça, motorista; Adani Filipe, fuxicando; Nazaré de ontem e de hoje, Nazaré que não mudou nas mudanças.

Evoco outro poeta pernambucano, Marcus Accioly, que, em sua louvação a Mauro Mota, diz: "Em Nazaré da Mata (Pernambuco) / um poeta viveu sob um menino / (como a semente vive sob o fruto)."

Quando vai para Recife, Mauro leva e guarda consigo Nazaré, o tempo todo. Se está no Bar Lero-Lero, junto ao *Diário de Pernambuco*, ou no Restaurante D. Pedro, em frente ao Arquivo Público – lembre-se que, do *Diário* e do Arquivo, foi diretor –, Nazaré está junto. Nazaré, o tempo todo.

Nas "peladas" do Baby Futebol Clube, em frustradas tentativas de ser goleiro, nas aulas do Salesiano, quando o padre Nestor lhe ensinava a fazer versos, onde conheceu o colega-irmão Álvaro Lins e onde foi aluno de Oscar Mendes, o que Mauro sentia no sapotizeiro do pátio do colégio era o cheiro do mel de Engenho Nazareno: "Vinha dos banguês a doçura dos ares, / pregões de cocada, alfenim, caramelo."

Ele juntou o Recife a Nazaré. Os bairros do Recife, flutuantes em mar e rio, boiavam nas águas do Tracunhaém, o rio que molha Nazaré.

Não negava isto. Na sua trajetória pelo Jornalismo, seja nos jornaizinhos escolares – *O Colegial, O Lírio, Altos Coqueiros* – ou em *A Pilhéria* e no *Diário de Pernambuco* é fácil encontrar a impressão da marca nazarena.

Mais tarde, vemos que o Jornalismo foi nele a sobrevivência imediata, depois impossível de abandonar. E aí cumpriu, no suplemento literário do *Diário*, um papel transcendental de apoio aos novos. Novos, como já foram

novos Edson Regis, Edilberto Coutinho, Virginius da Gama e Melo, José Sarney, Carlos Pena Filho, Renato Carneiro Campos e até eu mesmo, quando ali publiquei um artigo sobre *Jubiabá*, felizmente nunca do conhecimento de Jorge Amado. O suplemento era, de uma parte, um coração de mãe, de outra, uma peneira seletiva, mas tudo de forma harmoniosa, nada conflitante.

Dessa capacidade de produzir uma triagem eficiente dos textos, em sua época de redação, é que, no *Diário*, não mais se falava do tempo desta forma:

> Imenso e imóvel, o azul foi invadido de nuvens
> alvadias que o eclipsaram soberbamente.
> Afiada como uma lâmina de aço, passeou a lua,
> à noite, através dos campos sidérios.

E mais: aos redatores e repórteres, Mauro Mota dava a sua lição: bispo é bispo, não é respeitável prelado; médico é médico, não conceituado esculápio; menino é menino, não é interessante petiz; faca é faca, não é instrumento cortante; fritada de caranguejo é fritada de caranguejo, não é fritada de crustáceos acéfalos.

A picardia de Mauro Mota, tão comum na sua prosa, ao contrário dos versos, tão no formato da dor, consubstanciava-se – e para isto já chamou a atenção de todos o Presidente Austregésilo de Athayde – em absoluta seriedade nos editoriais.

Foi um praticante da dermatologia literária: tira as manchas do fraseado, remove os chocalhos da adjetivação.

Perdoai-me, que para mim o tempo agora pára, suspende o seu voo, como no verso de Lamartine. Por isso, desajeitado, eu tento pegar o pássaro, tento escrever a elegia que seria a de n.º II, a elegia de Nazaré da Mata. Mas não é a elegia de que preciso. Preciso de Mauro Mota vivo, aqui, ao meu lado: "tua lembrança chega esta noite / depois de percorrer longos caminhos do espaço / rompidos pelas músicas da distância."

Ele disse: "Meus amigos, vou-me embora." Ele disse, mas não se foi, Mauro nunca se vai, Mauro é o que fica.

Ele não está lá, está aqui. Ele, que falou do navegante Gilberto Amado, é "o menino vestido de marujo" – e eu diria mais: é o menino vestido de mar – como "Alfonsina", na canção.

Ele, que escreveu os *Epitáfios*, que viu "tudo nos seus espaços / o mundo e o carrossel", mereceria o seu autoepitáfio: "Fique a lembrança do Pastor Fugace, / que foi pastor só para que ficasse / nas colinas a música da flauta."

Pastor Fugace, poeta maior, "poeta poetíssimo" – como disse Gilberto Freyre –, Mauro foi um lírico desalentado, e "o seu canto de desalento" – diz José Lins do Rego – "transformou-se em imagens e ritmos de um grande poeta". "Não sei de versos brasileiros" – aponta Valdemar Cavalcanti – "onde se encontre tão nítido o sentido do patético. Tem aí a sua poesia um acento de prodigiosa ressonância". "Retirando o verso do sangue" – agora é Adonias Filho quem observa – "a conversão poética, surgindo com espontaneidade, retoma uma espécie de romantismo heterodoxo porque, ao invés de pensar, o que faz sentir é Poesia".

Aí está a grande diferença dos poetas, pois há um poeta que faz e um poeta que sente. Fernando Pessoa falaria dos graus da Poesia Lírica, que vai do poeta "monocórdio de emoção" até o "poeta que vive". João Cabral de Melo Neto fala do ato de "aprisionar a poesia do poema" e do de elaborar a Poesia em Poema.

## POETA DO MUNDO QUE SE VAI

Em outra linguagem, teríamos o poeta "possesso" e o poeta "artífice". Mauro foi um poeta possesso, possuído por todas as musas.

Quando Hermantine Cortez fica – apenas pelos fios castanhos dos cabelos – preso à vida, ele se desespera em dez elegias, talvez as mais belas escritas em nossa língua. Elegias de "sombra, perfume, ressonância, imagem".

Ele se desespera na "desesperada solidão", nos "passos incertos sobre as lajes frias" e busca o "fantasma dançando a valsa lenta".

Ele arranca da morte a vida, prende a "brisa da tarde" e canta a canção que as mães cantam, mesmo apesar de mortas, "para embalar os pequeninos filhos".

Josué Montello chama a atenção que,

> de repente, seu nome cresce e irradia-se. Como Leopardi, a morte foi o deflagrador instantâneo de sua genialidade evidente. Até então Mauro Mota era o intelectual, quase circunscrito

> ao renome pernambucano. A morte da companheira, ocorrida de modo tão atordoante, levou-o a seguir à risca o conselho de Goethe – transformando a sua dor em Poesia.

Thomas Mann, fazendo o elogio ao efêmero, havia dito que é ele

> que cria o tempo, e o tempo é, ao menos em potencial, o dom supremo, o mais útil, aparentado por essência e mesmo identificado a todo elemento criador e ativo a toda mobilidade, todo valor, todo esforço, toda progressão no sentido de um plano mais alto e melhor. Onde não existe o efêmero, nem começo nem fim, nem nascimento nem morte, o tempo se abole – e a atemporalidade é o nada permanente, absolutamente desprovido de interesse.

O efêmero é elemento motivador de seu contrário: a perenidade. É através dele, por seu intermédio e pelo receio do perecível e pela busca que o homem tem de permanência e duração das coisas, que o efêmero toma importância e se revela como a força propulsora dos movimentos para a eternidade.

Mauro Mota havia escrito em seu livro de aforismo: "Precisamos morrer para saber se somos imortais." Aí parece estar resolvida a dialética do efêmero e do eterno, do que fenece e do que perdura. Através de sua obra, onde, a princípio, os temas são fugazes, fragmentos do cotidiano ou da memória, cenas da vida nordestina, Mauro vai construindo sua definitiva e duradoura obra, rompe a linearidade das coisas de desprezível interesse, secciona e estanca o tempo para nos dar a beleza e a imortalidade da sua produção.

Adonias Filho falou do sentimento e do sangue em Mauro Mota. Eu falo do Mauro Mota possesso, ou seja, do que possui o sentimento do sangue ou o sentimento no sangue.

A Poesia cai bem sobre esta noite, sobre esta Casa: "A casa inverte a missão domiciliar, sai da rua. / A casa agora mora no antigo habitante." Escreveu Mauro Mota e, novamente, inverte-se a missão domiciliar: o antigo habitante, Mauro Mota, mora nesta Casa que morou nele, nesta Casa-Academia. Por isso, compreendo este sentido da imortalidade, o antigo habitante volta a habitar o tempo, volta a habitar a Casa de Machado de Assis, que é também a dos senhores.

Ao contrário da Irene, de Bandeira, ao chegar ao céu, entro aqui pedindo licença.

Pedindo licença, é certo, mas também fazendo uma oferenda, pois trago na alma, para esta convivência, além do Capibaribe, meu rio, "espelho do meu sonhar", meu rio do Recife e de Limoeiro, os

> Guararapes, montes
> sagrados dos pernambucanos,
> germinais da Nação,
> cenário mais antigo que compomos
> para ser o que somos.

Tenho a impressão de que não chego a esta Casa, para merecer a honra de vossa companhia, nem muito cedo, como o que aqui chegou aos vinte e cinco anos, nem muito tarde, com o que bateu à vossa porta depois dos oitenta.

Dir-se-ia que, para alcançar esta eminência, escolhi a idade em que as ilusões já estão sujeitas ao reativo da experiência.

Chego em circunstância singular, como sabeis, desde que o pernambucano, meu compadre, meu padrinho de casamento e amigo, me trouxe até a entrada desta Academia.

Vede bem que digo: à entrada desta Academia. Sentia ele a vida declinar, por uma emboscada da má fortuna, e queria que fosse eu o seu sucessor. Entretanto, e eu o sabia, esse tipo de escolha não era próprio dos critérios que regem o ingresso nesta Instituição.

E disse-lhe:

– Meu amigo, se eu vier a entrar para a Academia, o importante para mim é o seu voto, que já tenho, não a sua vaga, que não penso ter.

Mauro Mota, como sabeis, era uma alma lírica e um espírito brincalhão. Nunca se podia saber quando o espírito brincalhão se misturava à alma lírica, porque Mauro conservava, por trás de seu bigodinho branco (o dos últimos anos), a mesma gravidade bem composta, o mesmo ar sisudo com que dissimulava, por vezes, o seu riso e as suas alegrias.

Então, segurando-me pelos ombros, a olhar-me de frente, ele me disse:

– Compadre Vila, estou falando sério.

Preferi mudar de conversa. Por que insistir em imaginar a glória desta Casa, associando a imortalidade acadêmica à perda de um dos meus melhores

amigos? O tempo correu, e Mauro não deixava de insistir no seu apelo, que me perturbava e me comovia.

Com a sua morte, perdeu a Língua Portuguesa um de seus mais altos poetas, perdeu Pernambuco um seu grande filho, perdeu o Brasil uma das grandes expressões de sua Cultura, enquanto nós, os seus amigos e conterrâneos, perdíamos o companheiro querido, de tão grato e inesquecível convívio.

Eu poderia ter adiado a ideia de transpor a entrada desta Instituição, que reúne tão altos nomes da inteligência brasileira. Mauro trouxera-me até ela. Competia-me subir-lhe os degraus. Foi o que fiz, graças à vossa generosidade. E tenho, assim, oportunidade de fazer nesta noite, que me comove, o elogio de Mauro Mota: celebrando o homem, realçando os valores de seu feitio e de sua condição, repassando o amável itinerário de nossa amizade fraterna, destacando o poeta e o escritor, fazendo incidir sobre a sua incomparável figura humana a luz do elogio acadêmico.

É da tradição, na Academia, que o escolhido sempre o é por unanimidade, descontando naturalmente o voto de seu predecessor. No meu caso, posso dizer que Mauro Mota também votou. E votou não só em mim, votou para que Maria do Carmo, Marcantônio, Rodrigo Otaviano e Taciana Cecília pudessem ver o que para tanto contribuíram no carinho do apoio e da animação, sem pressa e sem descanso.

Falou, como sabeis, a alguns de seus confrades, pedindo-lhes que sufragassem meu nome, na hipótese de seu desaparecimento. Talvez alguns votos tenham resvalado na urna em decorrência desse compromisso sentimental. E é por isso que vos digo que Mauro Mota também se associou à unanimidade que me levou à glória acadêmica.

## PERICUMÃ E CAPIBARIBE

Aporto nesta Casa, senhores acadêmicos, trazido por meus amigos. Todos. E, como se os sufrágios não bastassem, destes-me o remate da amizade, para a solenidade desta noite, fazendo que me recebesse na Academia, em vosso nome, outro fraterno amigo, o Acadêmico José Sarney, sem ignorar até mesmo o fato de que ele tem uma metade pernambucana, acorrentada por D.

Kiola – mãe dele –, pernambucana de Correntes, pertinho de Lajedo, onde meu pai nasceu.

Ligam-me a ele laços de forte afeição, na amizade que entrelaça as nossas famílias, sob as ternas lideranças de Taciana Cecília e Roseana.

Para Taciana, ele escreveu este "galope", onde, nos exageros, vê-se como pensa que somos: da família dos boagentes, consanguíneos dos bonsdeuses:

Quando nasceu Taciana
no reino do rei Vilaça
e da rainha Maria,
do Carmo também chamada,
o povo todo sabia
que a menina era dotada
das belezas que trazia
dessa rainha Maria
e grandes dotes de graça
dos sangues do rei Vilaça.

Agora aqui tá chegando
das terras do Maranhão
gente que vem presentear
bonduras do coração
para homenagem da nina
da terra pernambucana
doce e bela Taciana
a quem devo devoção
dentro dos céus e da lei,
dessa família o escravo,
o cantador.

José Sarney

Devo confessar-vos que, se houvesse um signo efetivo e objetivo para presidir as vidas humanas, a minha teria por signo a amizade. Ouso alterar a frase de filósofo que tanto influiu em minha geração, para dizer-vos que, ao longo da vida, nada mais tenho a reconhecer que as amizades. Alegro-me em reconhecer que as amizades nunca me faltaram. Por isso, nesta hora, enche-se de amigos este Salão. Amigos de toda a vida.

## MENINO DA NAU-CATARINETA

Mauro Mota não foi um menino de engenho. Foi "o menino debaixo dos cajueiros" da cidade interiorana. Há uma diferença grande entre o menino de engenho e o menino de cidade do interior. A poesia de Mauro revela esta diferença.

O menino de engenho canta o aberto, e o menino da cidade do interior canta o fechado. Mauro Mota se fecha em seu canto e canta. É preciso ler o *Capitão de Fandango* para entendê-lo, é preciso entrar nas boticas e ver "o tempo sem remédio na farmácia".

É preciso olhar o simples, o cotidiano. É preciso ver o que ninguém vê, para vê-lo. Ele está por trás, por dentro, nas dobras, nas mangas: ele é a mágica do mágico. Carlitos de "sapatos soluçantes", de "novos itinerários". Sim – Carlitos – por que não? Quem não o viu fazendo uma frase-feita? Quem não recebeu, pelo telefone, um trote da sua voz? Ele foi muitos. Ele se multiplicou. Ele era Mauro Mota e era Ramos e Albuquerque.

Mas era também André Bicalho, Conrado Montezuma, Meneleu Padilha, Suzana Cantuária, Major Aristarco Gadelha, Mateus Camorim, Dr. Muta, para os famosos trotes, em que sobressaía um talento específico, o da adequada representação teatral.

Falando ao telefone, tanto podia ser o sacerdote quanto o ministro de Estado, o médico ou o comissário de Polícia, o cobrador quanto o amigo distante, o inimigo furibundo quanto o admirador incondicional e desconhecido.

Dava-nos a impressão de que não apenas se comprazia com suas amizades, divertia-se com elas.

Mauro Mota perdurará, em nossa memória, como a criatura singular – ora angélica, ora diabólica, mas de um diabolismo específico, mais perto do Céu que do Inferno. Um diabolismo que levava antes à graça divina que à desgraça da condenação eterna.

De suas brincadeiras, fui aprendiz e cúmplice. Da nossa preferência, naquele tempo de espichadas viagens em aviões de hélice, era promover aniversários de passageiros amigos. Muitas vezes já embarcávamos com o bolo camuflado. E minha sogra era a vítima mais frequente.

Numa dessas ocasiões, inventamos o aniversário da minha querida comadre Marly Mota – pintora e cronista, esposa exemplar e mãe boníssima. Guardo os versinhos que ele pôs num papel, tão logo acabaram de sugerir-lhe um "apaga-vela" para Marly:

Querido Marcos Vilaça,
sua ideia é ideia-mãe.
Que Marly mais anos faça,
quero que ela me acompanhe.

Que grande contador de histórias foi Mauro Mota. E o danado é que a gente nunca conseguia apurar a veracidade delas.

Uma delas: vai dar a aula inaugural no Instituto de Educação. Ao final, as alunas o cercam. Abraçam-no. Dizem do prazer de ouví-lo. Uma das alunas confidencia:

– Mamãe fala muito do senhor.

– Ah, é? Ela lê minhas crônicas no *Diário* ou gosta das minhas poesias?

Resposta da estudante:

– Nem uma coisa nem outra. Ela foi sua namorada.

Mais outra: sua tia Yayá, muitíssimo surda, teria sido aconselhada pelo sobrinho padre, o hoje bispo D. João Mota, a levar escrito ao confessor, dentro do missal, a lista de seus pecados, evitando que os proclamasse, aos berros – como boa surda – dentro da igreja.

Um dia, eis que Mauro Mota descobre a papeleta e conhece os terríveis pecados da tia Yayá:

"Olhei para trás na igreja durante o santo sacrifício da missa."

"Sábado, deixei de rezar o ofício de N. Senhora."

E encerrando sensacionalmente:

"Tentativa de mau pensamento."

## O FINO TECELÃO DA POESIA SOCIAL

Nele conviviam o chiste e a seriedade. Impossível esquecer o "Boletim Sentimental da Guerra no Recife" ou a poesia social A Tecelã: "Para ti nem

sobra ao menos um pano preto de luto. / [...] / Teces toalhas de mesa, e tua mesa vazia."

Ou em a "Cantiga do Engenho Cavalcanti sobre o Livro de Assentos do Barão de Tracunhaém":

> Ainda o pomar em volta
> com suas interdições para todos os moleques:
> manga de noite é veneno;
> abacate dá sezões;
> goiaba, dor de barriga;
> jaca-mole, hidropisia;
> para morrer de repente,
> talhada de melancia.

Aqui o poeta denuncia dura realidade e se engaja numa poesia nunca despida à poeticidade de visão estética. Mauro optou em *A Tecelã* pela participação e colocou seu nome entre aqueles que fizeram da Poesia uma arma poderosa e acusação contra uma realidade cruel que cerceia e corrompe a dignidade do homem. Ao falar do "sofrimento têxtil" das moças tecelãs nas fábricas, Mauro deixou por um instante a sua lírica pessoal e entonou uma poesia de lírica coletiva, se assim podemos dizer.

Gilberto Freyre havia dito que o lírico, em Mauro Mota, não deixa de ter namoros épicos. O Brasil existe, como totalidade épica, para ele, tanto quanto existiu, com suas palmeiras e seus sabiás, para Gonçalves Dias, exilado. "Ele não sabe compreender-se, nem como pessoa, nem como grande poeta que é, desligado desse Brasil total".

Se pensarmos que toda a extensa obra de Mauro Mota, constituída de sua prosa e verso, bem reflete essa visão plural do Brasil e de Pernambuco, que a sua epicidade se dá em termos do conjunto que ele tentou globalizar, em afrescos menores que formariam um grande painel, é com *A Tecelã* que Mauro Mota mais agudamente tenta retratar uma realidade desse Brasil épico-lírico / particular-coletivo.

Essa capacidade de virtuose em operar com o lírico e o épico sem perder a noção social nas pequeninas coisas domésticas, circunstanciais, nem perder o senso heroico até nas configurações humanas de experiências individuais e microcêntricas, é um dos grandes méritos da poesia mauriana.

O épico, aqui, não é tonitruante, reverberante no fazer do coletivo a personagem e o pano de fundo de sua poesia; o épico é sussurrante, ecos de paixões, canção fraternal para os humildes, lances heroicos de sua lembrada gente. Não é propriamente um canto coletivista, mas um grande mural onde vemos, no drama individual destacado, o drama da multidão.

De outra parte, a fidelidade de Mauro Mota ao seu circundante, já explicou Eduardo Portella, não deforma nele o poder de universalização. O regional não é provincianismo. A região se transfigura em nobre e digna dimensão simbólica.

Veja-se no primeiro capítulo – "Algemas e alfenins" – de *O Pátio Vermelho* – o que Mauro Mota escreveu:

> O alfenim partido, a semente retroativa.
> Desintegra-se, recua, cresce verde. Molha-se no açude, enche o vale.
> Bois e cavalos, brinquedos e iguarias, furos nos chifres e cortadeiras, trabalham nesse estágio. A canga e os cambitos.
> As enxadas, o feitor. Suor no campo, carne viva nas moendas.
> Os canaviais entram pelas casas da rua, expulsam a gente
> .

Aí, sem dúvida, está uma amostra do seu mundo. Mundo esmiuçado, um pequeno grande universo de coisas que, do interior, se amontoam no íntimo da memória. O canavial entrando pelas casas da rua, expulsando a gente. O menino da cidadezinha olhando a luta do vento, nas folhas, tudo chega do campo e assalta a cidade.

## O ENSAÍSTA DE PLANTÃO

O ensaísta em Mauro Mota é fruto da inquietação intelectual. Aí, também, nele, o sentimento encontra a palavra adequada à sua expressão.

Muito já se anotou de como Poesia e Prosa se confundem em Mauro Mota. *O Cajueiro Nordestino* é uma boa prova de que tem razão Eugênio

Gomes ao afirmar que ele realiza a extrema temeridade de entremear Poesia e Ciência, tudo dando certo.

Esse suposto antagonismo entre Poesia e Realidade foi rejeitado por Unamuno, ao falar do que havia de poético em inventores e engenheiros. E poderia ter lembrado, como o fez Gilberto Freyre, a comunhão com a Poesia ser possível até mesmo aos políticos, inclusive, aos políticos do tipo britânico de um Disraeli.

Quando Gilberto disse isto, é bom registrar, não havia ainda a Nova República, nem muito menos poeta-presidente ou presidente-romancista.

A tese de Mauro Mota para a cátedra de Geografia, no Instituto de Educação de Pernambuco, mais do que uma dissertação didática, para ater-se ao rito da conquista, é um esplêndido estudo sóciocultural, imprescindível para o conhecimento da realidade brasileira.

E assim acontece a sintonia da Ciência com a Lírica, da objetividade com o sonho, tudo no formato da boa linguagem, como em *Paisagem das Secas*, *Geografia Literária*, *Votos e Ex-Votos*, *Fitofobia e Dietas*, entre outros. Acontece também ao escrever para a Rádio Tamandaré "peço a palavra", crônica diária, tal como no jornal a seção "Agenda".

Num de seus últimos livros, *Pernambucânia ou Cantos da Comarca e da Memória*, título e temas parecem querer explicar tudo que fez e foi o nosso querido Mauro.

Há uma trajetória de saudade, já que a "rememoração é o seu forte"; há uma obsessão da morte – a mãe dele, D. Neném, nunca tirou o luto da viuvez –, onde o que não morre é assassinado, como a confirmar o *Tiempo Homicida* de que falara Antônio Machado; há o choro que não resvala para o grito de um revoltado; há o humor, que Edilberto Coutinho chegou a defender como elemento estrutural da sua poesia e sua prosa; há a sua província, o seu mundo, o seu vasto mundo.

"Pernambucânia" aporta bem no binômio (comarca-memória). De um lado, o chão; do outro, a memória individual/coletiva do homem.

Mauro Mota realiza esse desafio de unir a tradição à ruptura. Ele é renovação e herança.

Misturador do regional com o universo, parte do pequeno para armar o grande. E consegue.

Há palavras nossas que são apenas dele: alfenim, compota, guarda-louça, açúcar-cândi, pião, realejo.

Não é Luciana, é ele quem brinca com a caixa de letras e apreende um tempo, assim como se a partir do doce na compoteira fizesse uma viagem retroativa e o açúcar voltasse ao caldo, o caldo à cana, a cana à terra, a terra ao homem.

## A CADEIRA 26, DEPOIS DA 35 E DA I

Em muitos discursos de posse nesta Casa, anoto lembranças às coincidências das cadeiras tal como houve – ainda que poucas – nas minhas Cadeiras 35, da Academia Pernambucana de Letras, e I, da Academia Brasiliense de Letras. Pois nesta, também, existem, seja pela sua nordestinidade nos últimos tempos, pelo que é significativo de presença do Jornalismo ou pelos poetas que nela se sentaram.

Mas cantarei algo especial para mim: a 3 de outubro de 1965, ao me receber na Academia Pernambucana de Letras, quase cinco anos antes de sua posse na Academia Brasileira, lembra Mauro Mota, abrindo o discurso:

> Ainda na casa dos vinte, chegais a esta Academia, ultrapassando o estágio academicista. Dele se livraram bem poucos entre os pernambucanos e brasileiros, hoje academiados.
>
> Um caso, símbolo dos outros, o desse escritor de sete fôlegos revelados no seu primeiro livro de memórias, sem estilo castigado e citação, livro de pena solta e do menino, solto em Itaporanga, ganhando para o romancista, para o ensaísta, o erudito, o congressista, o embaixador na ONU; fazendo dessa aldeia de Sergipe uma cidade universal da Literatura; do vasa-barris, que lhe molha as terras, um portento da geografia fluvial.
>
> Esse caso, símbolo dos outros, inclusive dos nossos, o de Gilberto Amado. [...] Esperou, ou foi esperado um tempo equivalente ao duplo de vossa idade, Sr. Marcos Vinicios Vilaça: cerca de meio século.

Como imaginar que, mais tarde, ele substituiria Gilberto Amado, de quem, certamente, guardais convosco a lembrança da posse, ao evocar Ribeiro

Couto, já quase cego, a tatear a mesa, à procura do talher, como se tocasse piano na toalha do mármore.

E como imaginar que, agora, seja eu a me apresentar aqui, nordestino fanático e pernambucano ortodoxo, para ser guardião das glórias de Laurindo Rabelo – Patrono da Cadeira 26 –, de Guimarães Passos, seu Fundador, e dos sucessores.

Cada um dos que me antecederam incorporou à tradição da Academia o seu modo de ser, a sua reação diante a vida.

Paulo Barreto, vertiginoso, todo nervos, deu a impressão de ser uma força da natureza. Uma dessas janelas por onde se formam as correntes de ar: abre-se a rótula, e os painéis voam, e as cortinas se arredondam, no impulso do vento que vai entrando.

Ainda está para ser mais bem examinado o trabalho dele na inovação do Jornalismo, nas duas primeiras décadas deste século, aqui no Rio de Janeiro.

O que escreveu, pôs no jornal. Acreditava no jornal. Lendo-se *A Alma Encantadora das Ruas* e *As Religiões no Rio*, verdadeiras pesquisas no campo da Psicologia Urbana e da Antropologia Cultural, é que a gente sabe nada significarem lembranças polêmicas que deixou no rastro.

Depois dele, Constâncio Alves – o famoso dizedor de verdades amargas. O que definiu a Carlos de Laet como jararaca de pátio de igreja.

Em seguida, Ribeiro Couto, o reformador do Conto e da Crônica, que abriu caminho a Marques Rebelo. Foi ocupante, por longo tempo, desta Cadeira. A sua mensagem transita pelos tempos, e dela Carlos Drummond de Andrade diz ter "eternidades do minuto" e ocupar "um território privativo da nossa Poesia".

E é com a plena consciência da significação excepcional desse legado de Arte e de Cultura que recolho a honra da sucessão, nas glórias desta noite.

Não venho suceder ao poeta nem ao grande homem público de que Pernambuco e o Brasil tanto se orgulhavam. Venho zelar por sua memória, na Cadeira que ele elevou de modo tão irradiante. Porque é essa, também, senhores acadêmicos, uma das funções da Academia.

No norte da África, ao ver em certa cidadezinha uma rua com o nome de Flaubert, perguntou Georges Duhamel, ao guia que o acompanhava, quem era aquele Flaubert.

E o guia, para não deixar a pergunta sem resposta:

– Foi um rei, senhor.

Talvez alguém diga, no terceiro milênio, que Mauro Mota foi um rei. Dirá bem, se o disser. Porque, se não foi um rei, no sentido dinástico ou monárquico, foi certamente um príncipe – no modo de ser, como figura humana e no modo de afirmar-se, com a singularidade de seu talento criador.

Andarilho de Olinda – para onde me convidava sempre, não para o "banho de mar" mas para o "banho de oceano" –, dono de todos os bodes e de todos os cajueiros, dono do boi de barro de chifres doces, chifres de cana-caiana, Mauro Mota foi um príncipe, um cavalheiro, uma flor de gente.

Agora, à semelhança de "seu" Miguel da Banda Euterpina Juvenil, de Nazaré da Mata; não pela Rua da Palha, mas pela Avenida Presidente Wilson; não de clarineta, mas de flauta; não de farda, mas de fardão, limpo de tempo e de areia, Mauro Mota vem permanecer conosco.

Está tranquilo: o canário seu gouveia e o galo-de-campina alcione vão cantar; sua comadre Maria do Carmo fará comida sem cebola; as evaldinas estão no jarro da janela; os cajus amarelos foram colhidos no jardim da Fundação Joaquim Nabuco, tanto dos seus amores; Marly fritou agulha e preparou a tapioca de coco; tem água fresca na quartinha e cerveja bem geladinha.

# II

# RESPOSTA DO SR. JOSÉ SARNEY

Em nome da Academia, Sr. Marcos Vinicios Vilaça, dou-lhe as minhas saudações de chegada. Em nome da Casa, maior do que todos nós, e em nome de todos nós, passageiros da glória e do sonho de Machado de Assis.

O discurso de recepção deve ser generoso, ensina nossa tradição, mas não tanto que não comporte algumas alfinetadas, coisa leve, feita para despertar sonolentos e chamar à colação o sentimento da humildade, nesta noite em que tudo são luzes e brilhos.

Tem sido assim, mas hoje não será. Começo por defender Marcos Vilaça ao afirmar que seu convite para recebê-lo data de alguns meses anteriores a 15 de março...

Não vem de artes de adivinho, mas dos largos rios da amizade. Do gosto comum pela Política e pela Literatura, pelas minhas raízes pernambucanas de que tanto me orgulho, da gloriosa e forte mãe do semiárido, terra entre a Mata e o Sertão, de Correntes, Bom Conselho, Cabrobó, que povoaram minha infância, na história da família pobre. Dali, ela partiu, no sofrimento dos retirantes, em busca dos vales verdes do Maranhão.

E é como acadêmico que o venho saudar, no momento em que o Sr. recolhe a glória de seu amigo e conterrâneo, Mauro Mota, para ser o continuador das glórias da Cadeira, por onde também passaram Gilberto Amado,

Ribeiro Couto, Constâncio Alves, Paulo Barreto e Guimarães Passos, todos eles sob o pálio dos lauréis de Laurindo Rabelo.

Marcos Vinicios Vilaça é um político e um homem de letras. É seu o gosto da renovação, por inquietação criadora, e o gosto da tradição, pelo cuidado em estabelecer a ligação natural entre o passado e o futuro, de modo que não haja solução de continuidade na teoria de valores do patrimônio nacional.

O gosto da renovação o impele à Política, como processo contínuo dos novos tempos à melhoria das condições sociais e individuais no mundo em transformação – enquanto o gosto da tradição o leva a buscar nas obras representativas de nossa Cultura a própria essência da nacionalidade.

Todo homem, por força de sua condição social, é, necessariamente, um político, tanto por querer influir na comunidade a que pertence quanto por defender essa comunidade. Ninguém se dissocia desse modo de ser, tão antigo quanto o próprio homem. É consubstancial à natureza humana.

A ordenação política é uma luta permanente entre duas tendências: a tendência que leva à ordem, pela disciplina autoritária e vigilante, e a disciplina que frequentemente se rompe, para que o processo social se revitalize, buscando formas de existência e afirmação. Uma restringe a liberdade, a outra tende a ser caudal que abre a barragem e inunda o chão em seu redor.

A melhor solução é a conciliação da disciplina com a liberdade. Com a liberdade de romper a sociedade organizada, pela sincronia dos opostos, sem prejuízo da plenitude da liberdade – a liberdade de opinião, da renovação, da proposta, da experiência válida, em consonância com as aspirações nacionais.

Diz-me a experiência que ninguém deve aspirar ao pleno exercício da atividade política sem levar em conta estes dois elementos básicos: a palavra enunciada, para conduzir o processo social, e o silêncio acolhedor, para recolher a opinião e a advertência, que se incorporam aos instrumentos desse processo, como afluentes do grande rio.

Poucos escritores foram tão políticos quanto o primeiro Presidente desta nossa Casa. Realmente, toda a vida de Machado de Assis é uma fina urdidura política. Porque, ao escritor, não cabe apenas realizar uma obra – cumpre-lhe também realizar uma vida.

Certa vez, indeciso um colega sobre se deveria aceitar ou não um alto posto administrativo, nosso Confrade Afonso Pena Júnior sussurrou-lhe ao ouvido:

– Aceite. Vai lhe dar trabalho. Mas melhora a biografia.

A Presidência da Academia não constituiu, na vida de Machado de Assis, uma homenagem ao romancista de *Dom Casmurro* ou ao poeta das *Crisálidas*. Foi o reconhecimento da sua liderança. De uma liderança política, capaz de aglutinar companheiros, levando-os à mesma direção, que culminou com a criação desta Casa.

Outras tentativas tinham sido feitas, ao longo do tempo, com igual aspiração, mas nasceram com o chamado mal-de-sete-dias: despontaram, fizeram algum ruído e desapareceram. Só esta vingou, venceu o tempo e nele se enraizou. E por quê?

Porque encontrou o seu líder, na hora própria, que lhe deu normas, que lhe deu estatutos, que lhe deu espaço para reunir-se, que lhe insuflou a vida perdurável. A constituição da Academia é, assim, um ato político, realizado por um grande líder.

Não é por outra razão que os acadêmicos passam, levados pelo tempo, e o nosso grande e querido Austregésilo de Athayde permanece, na Cadeira da Presidência, com esses cabelos brancos, esse ar perenemente presidencial.

Se me perguntarem qual foi a alegria mais clara, o único momento da minha vida em que a vaidade me fez pecar, eu direi que foi o dia em que fui eleito para esta Casa.

Aqui é a glória que não passa.

Aqui não existe dívida externa e nem interna.

Mas, se a Política e as Letras aqui se irmanam, convém acentuar que a Política só abre caminho a esta eminência se traz consigo a impregnação das Letras. Perguntemos a Joaquim Nabuco por que chegou até aqui. E a João Neves da Fontoura. E a José Américo de Almeida. E a José Carlos de Macedo Soares. Todos eles tiveram para com as Letras a sensibilidade adequada.

As academias, lembrou Mauro Mota ao recebê-lo na Academia Pernambucana de Letras, Sr. Marcos Vinicios Vilaça, não inventam, não fazem escritores menores ou maiores. Os escritores, sim, é que as inventaram.

E fechou: as Academias nada têm a dar-lhes além do reconhecimento dos valores e dos poderes do convívio.

No seu caso, estou inclinado a crer que o senhor foi trazido à Academia pelas duas vertentes, harmoniosamente conjugadas: a das Letras e a da Política.

A das Letras, com os estudos que lhe deram preeminência em sua geração, no plano dos ensaios históricos e sociais; onde despontam *Coronel, Coronéis*, que Barbosa Lima Sobrinho diz ser um modelo de observação e realismo, e *Em Torno da Sociologia do Caminhão*, saudado por Adonias Filho pelo que representa de significativo em inflexão literária e investigação científica.

A da Política, com seu gosto de encontrar a concordância onde outros encontram as divergências. E ainda por esse modo arraigado de pensar brasileiramente o Brasil, no Discurso, na Tese, no Artigo de Jornal, na vasta obra com que marcou sua presença, depois de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Aluísio Magalhães, no selo e na restauração de nosso patrimônio histórico e artístico.

Dir-se-ia que a inspiração de Rodrigo e a operosidade de Aluísio se fundiram na sua pessoa, e daí a obra que realizou.

Impressiona também a visão moderna que o senhor soube dar a tudo em que tocou, como bem reconheceu Francisco de Assis Barbosa ao prefaciar seu último livro: *Cultura e Estado*.

Pertencemos à mesma geração – aquela que, em plena adolescência, assim como ouviu os clarins da vitória, ao fim da Segunda Guerra Mundial, também ouviu, apreensiva, a explosão da primeira bomba atômica, abrindo um novo ciclo na história da humanidade.

Cumpre-nos redobrar de esforços para prosseguir no sentido da paz definitiva, que permitirá ao homem concentrar a sua inteligência nos valores eternos – os valores que refazem a cada momento o nosso itinerário até Deus.

Andei a ler o *Memória*, livro com o qual seu pai, Antônio Vilaça, recompôs a sua experiência existencial, para ao fim dizer, tomado de compreensivo orgulho, que, como filho, o senhor é a sua realização mais destacada.

Permitam-me recordar aqui um pequeno episódio risonho da vida de Alexandre Dumas, ocorrido na noite de estreia de uma das peças de Alexandre Dumas Filho.

O velho romancista, gordo, efusivo, instalara-se perto do palco. Dali, num dos intervalos da representação, pôs-se a aplaudir com entusiasmo, levantando-se.

Um de seus confrades, ao vê-lo tão expansivo, perguntou-lhe:

– É o senhor o autor da peça?

E o grande Alexandre:

– Mais do que isso, amigo. Sou o autor do autor.

Como autor do autor, o nosso bom amigo Antônio Vilaça tem razões redobradas para o aplaudir, Marcos Vinicios, ao longo da vida, sobretudo nas glórias e luzes desta noite.

Aqui alcança o senhor a culminação de sua vida, no plano da merecida apoteose. Não se diga que tenha conquistado esta culminância por um favor da fortuna. Não. O senhor soube vencer etapas sucessivas, notadamente a que o levou à presidência da Academia Pernambucana de Letras. Foi lá o companheiro e o realizador.

Quando o senhor chegou, a Academia era uma: quando lhe deixou a presidência, era outra a gloriosa Casa de Joaquim Maria Carneiro Vilela.

Mais rica. Mais acolhedora. Instalada no seu Palácio. E a tudo soube dar o toque de seu bom gosto pessoal. Gilberto Freyre, que tanto o admira, cunhou uma frase que define bem esse raro talento de administrador: "Tão jovem e tão presidente."

No prefácio a um de seus livros, *O Tempo e o Sonho*, eu tive oportunidade de escrever estas palavras:

> Marcos Vilaça tem pago à sua província natal um comovente tributo. Grande escritor, de nível nacional, sua dedicação a Pernambuco não teria dado tempo de ocupar o lugar que lhe pertence no País. Sua terra é para ele mais do que tudo. Porque tem sido fonte permanente da inspiração e devoção.

Bem sei o que significa esse apego à terra berço. Dela jamais nos desprendemos. Quando a deixamos, ela nos acompanha – está a nossa volta, a seguir nossos passos. E o prato eletivo de nossa mesa é o livro preferido de nossa estante, é a cantiga que cantamos, é a saudade que floresce dentro de nós.

Certamente, o senhor sente aqui a presença dos rios que lhe acompanham a vida: o Tracunhaém e o Capibaribe; das luzes do sol do Agreste per-

nambucano, onde o menino em homem se transformou; dos sons de viola dos tocadores da feira de Limoeiro; do cheiro do sapoti e da manga-itamaracá, fruteiras do quintal da casa, no bairro do Encanta-Moça.

Nosso confrade Ataulfo de Paiva costumava dizer que entrara para a Academia por unanimidade de votos e mais um. Esse "um" correspondia ao voto de Rui Barbosa, que pouco antes se havia agastado com a Academia, esquivando-se de participar de nossos pleitos. Mestre Ataulfo, hábil, jeitoso, trouxe para a sua eleição o voto esquivo, depois de amaciar Rui Barbosa.

No seu caso, Sr. Marcos Vinicios Vilaça, ocorreu também uma particularidade, que igualmente singulariza a sua escolha. O senhor foi eleito também por seu antecessor.

Nosso saudoso Mauro Mota, ao sentir que se ia aproximando a "indesejada das gentes" do poema de Manuel Bandeira, não se limitou a pôr em ordem a sua vida e os seus próprios papéis literários. Fez sentir que gostaria de tê-lo como seu sucessor nesta Casa.

No passado de nossa Instituição, como sabe o senhor, desejos análogos já haviam ocorrido. Mas sempre terminaram malogrados: o candidato, além de ter perdido o voto e o amigo, perdia também a eleição, visto que, nesta Casa de imortais, ao contrário do que outrora acontecia em nossos pleitos políticos, os mortos não votam.

Mauro Mota, nosso grande amigo, não se limitou a lhe falar sobre seu desejo: transmitiu-o a outros confrades. Estes, que já iam sufragar o seu nome, acresceram à justiça do voto a consideração e o carinho pelo saudoso companheiro.

Seu competidor, uma das mais altas figuras da inteligência brasileira, o quase meu conterrâneo, pelas raízes maranhenses: o Professor Candido Antonio Mendes de Almeida. Sua vitória foi fácil.

O primeiro foi o senhor que chegou. Mas ficou na Academia, conforme nos aconselhou Machado de Assis, por intermédio de uma carta a Joaquim Nabuco, o compromisso de ir buscar lá fora, no momento próprio, a outra alta figura de escritor e homem de ação e pensamento, à altura desta Instituição.

Esta noite é sua, Sr. Marcos Vinicios Vilaça. Estas luzes se tornaram mais profusas em sua homenagem. Há, aqui, gente de todas as partes, mas é

saudável o acento pernambucano desta noite, em que ao seu lado participa de tudo Maria do Carmo, a "Baronesa de Limoeiro" do poema de Odylo Costa, filho, Maria do Carmo e os filhos.

Creio que se passou com Laurindo Rabelo, Patrono de sua Cadeira, o pequeno episódio que vou relatar. O poeta, pouco depois de estrear um traje elegante, viu-se convidado a comparecer a uma festa. Imaginando que o convite era dirigido não ao poeta, mas ao dândi, ao elegante, Laurindo ficou em casa e mandou, em seu lugar, numa bandeja, a roupa nova.

Ninguém aqui se lembraria de repetir o gesto boêmio do poeta cuja glória o abriga na Academia. O fardão, que tanto estimula o talento dos chargistas, associa-se para sempre à nossa tradição de acadêmico. Quer faça frio, quer faça calor, é ele que nos encaderna, dando o ar vistoso e dourado com que neste momento o admiramos.

Por ocasião de um incêndio na Embaixada Francesa, em Tóquio, ao tempo em que era ali embaixador o grande Paul Claudel, acadêmico e poeta, o criado japonês correu ao seu encontro, radiante, em meio à confusão do fogo dominado, para lhe dizer:

– Salvei o que Vossa Excelência tem de mais precioso – o seu fardão.

E saltitante, rindo, exibia-lhe o fardão acadêmico.

Esse fardão, Sr. Marcos Vinicios Vilaça, é o lado decorativo da condição acadêmica. Está na tradição da Casa. Vem dos velhos tempos de Paulo Barreto e Medeiros e Albuquerque como a indumentária própria de nossa condição.

Mas é um adorno externo, que não influi nas nossas ideias. A Academia Brasileira de Letras é uma Instituição aberta a todas as correntes de Arte e Pensamento.

Que outros companheiros façam da criação pura o seu Teatro, o seu Conto, o seu Romance, a sua Novela. O senhor optou pelos estudos sociais e políticos e deles nos deu os mais altos testemunhos de aplicação e competência. Sua obra não lhe basta. O senhor colocou sua vida pública a serviço da Cultura Brasileira. Foi assim que o julgou Eduardo Portella: "Marcos Vinicios Vilaça sabe combinar harmoniosamente espírito público e impulso intelectual, que nele se desdobram ao longo de pelo menos duas virtualidades dignas de serem grifadas competência e serventia societária."

Rejubilo-me de saudá-lo em nome desta Academia. Já éramos bons amigos, antes de sua chegada. Agora, seremos companheiros pelo resto da vida, lado a lado, fraternalmente, como convém a uma Casa de confrades.

Eça de Queirós, na página famosa sobre Antero de Quental, nas *Notas Contemporâneas*, diz-nos que o poeta, no simples ato de rasgar papel para atirá-lo ao cesto, obedecia, a uma disciplina e a uma ordem: dobrava a folha em duas, depois em quatro, depois em oito e por fim, com uma faca afiada, dava dois golpes, convertendo a folha em retângulos, que ia amontoando a um canto a mesa, antes de atirá-los ao lixo.

Tudo quanto o senhor realizou, Sr. Marcos Vinicios Vilaça, obedeceu a uma ordem. O senhor é homem do método. Da hierarquia de valores. Ninguém compôs com tanto acerto a sua eleição para a Academia quanto o senhor mesmo. Tudo a seu tempo. Tudo na sua sequência natural. Por fim, esta noite enfeitada de amigos.

Estou a me lembrar de um poema de nosso Mauro Mota, "Domingo na praça", e em que nos diz: "Na praça, este domingo não é de hoje: é antigo."

Estive inclinado a reconhecer que também esta noite não é de hoje: é antiga, mas logo concluí que não. Tudo aqui, embora preparado, tem o toque do improviso afetuoso, que só as amizades sabem urdir, para tudo dar certo.

Um dos seus biógrafos (porque também de sua vida já há biógrafos), o cordelista José Costa Leite, depois de celebrar em versos populares a sua vida e os seus feitos, deu ao cordel este remate de seresteiro inspirado: "Leitores, peço desculpas se eu não souber escrever do jeito que merecia."

Não posso terminar sem duas invocações: de Gilberto Amado, a quem devotei grande estima, e Mauro Mota, meu amigo, fraterno, inesquecível companheiro, ambos ocupantes da Cadeira que hoje pertence a Marcos Vilaça.

Com Gilberto Amado, trabalhei nas Nações Unidas em 1961. Foram quatro meses de um convívio diário, rico de longas conversas. De uma não esquecerei. Foi um domingo, em Nova Iorque. Domingo vazio, das grandes metrópoles. Nas ruas, um silêncio cortante, espaçado, frio. A solidão toma conta das pessoas, num desespero sem tréguas.

Estávamos, havia longas horas, no bar do Blackstone Hotel, onde Gilberto falara de sua vida. De Pinheiro Machado, da gratidão que lhe devotava, pelo apoio recebido quando esteve preso. Do Rio do seu tempo. De sua

obra. Reminiscências. Amarguras. Aquela força da natureza, agressiva, fluente, cáustico, sem falar de sua proverbial e bendita vaidade, que ele administrava com grande charme.

De súbito, ficou tomado por uma crise de possessão e desabafou:

– A juventude do Brasil não conhece Gilberto Amado. Isso é uma injustiça. Ninguém mais lê Gilberto Amado.

Repliquei, delicadamente, que não era assim. Todos conheciam Gilberto Amado. O problema da leitura entre os jovens tinha outros aspectos.

A Marly, que estava presente, ele foi direto:

– Você já leu Gilberto Amado?

– Não, embaixador, confesso que não li.

Pensei, conhecendo o seu temperamento, que íamos romper uma amizade de muitos anos. Gilberto era agressivo, imprevisível. Disse com meus botões: "Será que vamos ter uma cena de pugilato, num domingo, num bar, logo com nosso deus Gilberto?"

Ele parou. Ficou calado e depois replicou:

– Pois, Marly, quero muito bem a você. Você tem que ler Gilberto Amado. E vai ler.

Subiu ao seu apartamento e voltou com dois volumes de suas memórias: *Minha Formação em Recife* e *Presença na Política*.

– Amanhã vou lhe telefonar para saber em que página você está.

E assim fez, com grande assiduidade.

Depois, aliviados do incidente, ouvi de Gilberto um hino ao Brasil, e foi surpresa para mim ouvir, repetido, aqui nesta Casa, no seu discurso de posse, o que ele mesmo me dissera naquela tarde:

> A palavra Brasil ressoará, ressoará na sua voz pelo infinito, [...] um Brasil de problemas resolvidos, economia organizada, riqueza bem distribuída, saúde, ordem interna assegurada e aceita na satisfação popular, justiça social efetiva, pobres tornando-se ricos, ricos contribuindo para a prosperidade geral, tudo certo, tudo equilibrado, tudo num grande ritmo, dentro da grande luz. [...] Imagens e visões que povoaram a nossa vida.

Foi assim que ele terminou o seu discurso de posse.

De Mauro Mota, guardo a afeição de irmão mais novo. Cheguei ao Recife em 1947. Ia participar do Salão da Poesia do Recife. Levava uma carta

de Bandeira Tribuzi, apresentando-me a Mauro Mota, que dirigia o suplemento literário do *Diário de Pernambuco*, onde passei a colaborar. Desde então, ficamos amigos, amigos de toda a vida. De carta e conversa.

Inteligência extraordinária, personalidade incomparável, poeta dos maiores na Língua Portuguesa. O Soneto prospera em épocas de Renascença, dizem alguns críticos ingleses.

No futuro, o progresso não será medido por índices econômicos, mas pelo Soneto. Assim não serão Keynes ou Stuart Mill, mas Petrarca, Camões, Baudelaire, Bilac...

A ser assim, a época vitoriana de Pernambuco será de Mauro Mota.

As elegias são eternas. Daqui a mil anos, sempre haverá alguém que repetirá, na tristeza da morte, mãos cruzadas da esposa: "As mãos, beijei-as nas alvas conchas e nos dedos finos. Mãos, pássaros voando nos violinos."

Sr. Marcos Vilaça: esta é sua grande noite. Há, no Salão, evocações de Olinda, flores do Encanta-Moça, o deus Gilberto Freyre, areias de Boa Viagem e o altar da Igreja de São Pedro.

E como sons de eternidade, os versos de Manuel Bandeira, orquestrados numa banda de pífaros, de Nazaré da Mata, de farda nova e alegrias nos olhos: "Com dez anos vim para o Rio. Conheci a vida em suas verdades essenciais. Estava maduro para o sofrimento. E para a Poesia."

Discurso do
SR. LÊDO IVO

e

Resposta de
D. MARCOS BARBOSA

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 7 de abril de 1987*

# I

# DISCURSO DO SR. LÊDO IVO

Numa tarde de outono, um homem caminha pelas ruas de Londres. O frio e o vento o obrigam a encolher-se no seu sobretudo. Sozinho e desconhecido na metrópole que Verlaine comparou à Babilônia, esse homem é um exilado, expulso de sua pátria por um caudilho taciturno. E, enquanto ele marcha entre as folhas que caem, em seu espírito flui a interminável reflexão sobre o seu país que, no outro lado do oceano, vive as turbulências do dissídio e do desencontro.

Esta é a imagem que me ocorre de Rui Barbosa, o Fundador da Cadeira 10: a do exilado.

Os dias de Londres impuseram ao tribuno tonitruante um falar em voz baixa, para si mesmo e sua solidão. O resultado desse quase silêncio, desse murmúrio comparável ao das águas do rio estrangeiro, é a prosa solene e majestosa das *Cartas de Inglaterra* – conjunto de ensaios que está para a Literatura Brasileira como os *Ensaios* de Macaulay para a Literatura Inglesa. Bastaria esse livro admirável para que o Fundador desta Cadeira ocupasse, como ocupa, um dos sítios mais privilegiados da história da Prosa Literária em nossa Língua.

Bendito exílio! Bendita amargura cívica que, sequestrando-o do convívio pátrio e condenando-o às marchas erradias pelas ruas da Inglaterra, permitiu a

Rui Barbosa a reflexão prolongada que haverá de guiá-lo quando, de volta ao Brasil, tornar a falar em voz alta e a empolgar, com seu estilo suntuoso e indignado, as praças públicas, as tribunas políticas e literárias e as colunas dos jornais.

Na trajetória extraordinária de Rui Barbosa desfila o mundo político, com as suas ambições, vitórias, derrotas, confidências e inconfidências, frustrações e perplexidades, sonhos e promessas – toda essa galáxia dos homens e acontecimentos envolvidos no infindável processo de conquista, manutenção e perda do poder, e na qual se estendem tantas escuridões, estrelas cintilam e se apagam e voltam a brilhar misteriosamente como se fossem as luzes dos destinos surpreendentes, e silêncios se sucedem a palavras inflamadas, e a vibração dos comícios e do povo nas ruas é, às vezes, abruptamente substituída pelo avançar dos tanques e a cintilação das baionetas.

Desse mundo ao mesmo tempo mutável e petrificado, que foi também o de Evaristo da Veiga, o Patrono desta Cadeira – desse mundo de utopias e sucessivas esperanças adiadas, dessa comédia política engastada na grande comédia humana, Rui Barbosa foi o habitante glorioso e exemplar, sempre voltado para nós, para a nossa inquietação, e pronto a nos dizer que a História não é só o passado, a experiência acumulada ou perdida, mas também o tempo que está sendo vivido por todos nós, o hoje e o aqui. A História é o presente dilacerado que nos incita e incomoda. Na sua lição suprema, a Liberdade avulta como o nosso bem mais valioso, pois os que a menosprezam ou condenam, sob a justificativa de que a sua supressão, mesmo temporária, seria indispensável ao estabelecimento da Ordem e da Justiça, são na verdade os emissários da Injustiça e até do Terror. Nas nações que suprimiram a liberdade a fim de implantar a justiça, não há justiça nem liberdade.

Como no tempo de Rui Barbosa, prosseguimos buscando o modelo de organização nacional que nos permita consolidar, para sempre, o regime republicano e democrático e fundar uma sociedade justa e moderna num Brasil ainda separado em duas civilizações distintas, a da riqueza e a da miséria, assentado em privilégios inextirpáveis e desprovido do sentimento de solidariedade social.

Não encontramos até hoje esse sistema de convívio, que deve estar presente não apenas nas Constituições mas, principalmente, nos espíritos, e incorporar-se às nossas vidas como uma verdade e um destino. Por isso, con-

tinuamos pagando, periodicamente, pesado e escuro tributo pela nossa incapacidade. E o caminho do exílio, inaugurado pelos poetas da Inconfidência e seguido por José Bonifácio e Rui Barbosa, permanece aberto, como símbolo da casa dividida e do trágico desencontro das vontades políticas.

Ao longo da História do Brasil, os exilados formam verdadeira legião, o que levou o grande historiador José Honório Rodrigues – desde ontem guardado em nossos corações de companheiros – a cunhar a palavra exiliografia para designar esse arquipélago de sombras.

Com o poder e o esplendor da Linguagem, Rui Barbosa nos deixou uma obra que, tocando sempre em nossas feridas ora cicatrizadas, ora reabertas, nos indaga e nos responde.

Mas a Literatura é o reino do terror e da interdição. Nos lábios do iniciante que se dispõe a mudar o destino das Letras, como se assim também mudasse o destino do mundo, está sempre suspensa uma condenação à morte.

Cada geração arma o cadafalso destinado ao sacrifício dos que vieram antes. Mas, graças a Deus, essa alvorada sanguinária traz a consolação de que o crudelíssimo verdugo juvenil de hoje será amanhã sumariamente decapitado. A liberdade estética anunciada pelo porta-estandarte pressuroso antecipa nova servidão e já traz em seu bojo a garantia da revolta futura. As transgressões mais ousadas são temporárias e passarão como passa o vento que faz fremir a folhagem das florestas. A última palavra não existe em Arte. Ninguém ocupará por muito tempo a fortaleza sitiada e expugnável. E assim vai o mundo: de justiça em justiça, de injustiça em injustiça, de ilusão em ilusão.

Não é de estranhar-se, pois, que o Modernismo, com o seu exacerbado cultivo da coloquialidade e presunçoso desapreço pela retórica, tenha excluído Rui Barbosa da praça principal das nossas Letras, atingindo-o mortalmente no seu ponto vulnerável – ou invulnerável.

O conceito vigente de Literatura, que privilegia a criação poética e a ficção, destituindo vários gêneros preclaros – como a Oratória Política e Religiosa, a Epistolografia, a Prosa dos grandes jornalistas que são também grandes escritores, a Historiografia – contribuiu ainda mais para o afastamento de Rui Barbosa.

Todavia, a sua obra torrencial e oceânica, a sua prosa durável como os rochedos e fragorosa como as ondas das tempestades, insiste em propor-nos a

interrogação fundamental que se submete sempre a uma resposta temporária: onde começa e onde termina a Literatura.

E a sua prosa juncada de fulgurações retóricas nos adverte que a Literatura se divide em várias famílias espirituais e estilísticas, não podendo, portanto, ser representada por uma única e monótona família, enfraquecida e empalidecida pelas sucessivas uniões incestuosas e na qual todo mundo seja primo de todo mundo. Os adeptos da linguagem única para a criação poética e literária, com a adoção compulsória de um determinado estilo, são, na realidade, sequazes do autoritário ou totalitário partido único.

Na Casa do Senhor, há muitas moradas – guardemos em nossas almas essa verdade bíblica, que o meu antecessor, Orígenes Lessa, certamente muito amou. Na diversidade estilística, residem o brio, a força e a honra das literaturas.

A grande Geração Realista e Parnasiana de Rui Barbosa e Machado de Assis se caracterizou pela obsessão de pureza e correção gramaticais, numa atitude estética que promoveu a relusitanização de nossa Língua literária e contrariou o processo de ruptura linguística iniciado pelo nosso Romantismo e que, ainda hoje, confere um encanto primaveril à prosa de José de Alencar e à poesia de Castro Alves.

As polêmicas em que se envolveu Rui Barbosa – especialmente a que se travou em torno do texto do *Código Civil* e teve como sobranceiro antagonista o também baiano Carneiro Ribeiro – indicam esse cuidado obsessivo, que chegou mesmo a contagiar a opinião pública e a dispor, na imprensa, de um espaço permanente.

Sucessor de Rui Barbosa nesta Cadeira 10, o sergipano Laudelino Freire – que nos legou um dos mais prestigiosos dicionários da Língua – pertence ao mesmo universo cultural do autor de *Réplica*. Em seu caminho, percorrido na disseminação das regras do bem escrever e do bem falar, acumulam-se as respostas às consultas dos leitores e às polêmicas, numa ação didática que, aliás, não logrou evitar a contaminação anedótica.

Confesso que, para mim, uma polêmica entre gramáticos tem o mesmo encanto de um duelo num romance de aventuras, é tão emocionante como *Os Três Mosqueteiros*, de Alexandre Dumas. Como no tempo em que eu lia a *Coleção Terramarear*, a *Pleiade* de minha infância, a minha respiração resta suspensa no momento em que um dos polemistas ressuscita a abonação

daquele frade que andou pelas Índias e, com essa descoberta formidável, paralisa o descuidado adversário. Esse instante supremo só é comparável àquele em que o espadachim afortunado faz fulgurar a estocada imprevisível. A riqueza dos argumentos invocados desdobra vastos horizontes, como se estivéssemos diante de um daqueles tesouros conquistados pelos piratas de Emilio Salgari nos mares da China. E, assim, todas as transgressões léxicas e sintáticas se convertem em acertos. No manancial que Rui Barbosa tanto frequentou e no qual hauriu a sua opulência de discípulo do quase baiano Padre Antônio Vieira, renovando galhardamente a expressão barroca, todas as lições, inclusive as mais heréticas, estão acumuladas. Esta Língua belíssima e planetária, que é a nossa guarda em seu acervo os amparos mais surpreendentes, assegura foros de cidade à prosa mais canhestra e à sintaxe mais desastrada – e tanta é a generosidade do presente sucessivo convertido em passado, que os mais acirrados depredadores do idioma podem buscar, no florilégio esquecido ou caluniado, as suas justificações mais respeitáveis e a sua nutriente ração de vernaculidade.

A ordem e o rigor que regem o universo dos gramáticos e filólogos não passam de enganos ledos e cegos. São portões que se abrem para a liberdade, a desordem e a aventura. São grilhões que só escravizam os já cativos.

É de lamentar-se, pois, que as polêmicas gramaticais tenham desaparecido. Considero essa desaparição um sinal lúgubre, uma incômoda evidência do nosso declínio, já que o homem não interroga mais o seu dizer e o seu falar.

Não esqueço, contudo, os seus inconvenientes. Afeiçoadas à vocação querelosa dos homens, as polêmicas transcorrem numa atmosfera carregada de ironias, intolerâncias, rancores e até ódios. O interlocutor mais douto e mais forrado em argumentos e certezas é insultado e escarnecido e retribui na mesma moeda perversa, numa lauta compensação de injúrias. Contudo, esse bilioso desapreço pelo próximo corre por conta do grande e inabalável amor que os gramáticos dedicavam à nossa Língua. Eles muito odiaram, porque muito amaram – e que esse puro amor os absolva de todas as suas impiedades. Benditos gramáticos que, no inferno amarelo das polêmicas, encontravam o paraíso da Linguagem!

Hoje, os consultórios gramaticais foram substituídos pelas seções de horóscopos. A utopia individual e as esperanças descabidas dos homens inva-

diram o lugar privilegiado antes ocupado pela legislação linguística. Assim, em vez de ensinar os homens a falar, os jornais do nosso tempo os habituam aos sonhos desabridos e os nutrem diariamente da presunção grandiosa de que os seus destinos estão acumpliciados com o movimento das estrelas.

Todavia, aqueles dentre nós que todas as manhãs renovam o compromisso de "dar um sentido mais puro às palavras da tribo", segundo a lição do poeta, não podem deixar de evocar os tempos ditosos, quando os astrólogos ainda não haviam enxotado os filólogos e gramáticos.

Hoje, a Babel está instalada em toda parte, até no coração dos homens. A incomunicabilidade é a evidência contundente deste tempo de comunicação acelerada. Neste século de imagens, mais do olhar que da língua, as ambiguidades e plurissignificações despem as palavras de sua exatidão. Vivemos num mundo em que tudo é dúvida e indagação. Quase poucos sabem o que dizem, porque não aprenderam a dizer – e esse caos deslumbrante, típico da sociedade de massa e das multidões solitárias que juncam as ruas, tornou-se a própria matéria da expressão artística e literária. O homem avança para as estrelas, no novo Renascimento em que as naves espaciais substituem as caravelas, mas, ao mesmo tempo, regressa às cavernas, no eterno retorno em que o futuro o devolve insidiosamente ao passado mais remoto e iracundo.

Senhores acadêmicos,

na buliçosa trajetória do paraense Osvaldo Orico, sucessor de Laudelino Freire nesta Cadeira, continua crepitando o rastilho do fogo polêmico que crestou tantos figurantes literários da Primeira República.

Num volume de memórias, ele não hesita em empregar tintas fortes para descrever, com grande desenvoltura e talvez algum desabuso, as peripécias de suas colisões, tão entranhadas no que considerou ter sido a sua estonteante ascensão pessoal.

Foi Osvaldo Orico um dos nossos passantes literários mais bizarros. Tendo surgido no alvorecer do Modernismo, não o atraiu a estética de ruptura e busca do novo. Com a sua notória autoestima, viveu sempre ao redor de si mesmo, jamais se fatigando de contemplar-se num espelho previamente aparelhado para confirmar o conceito que tinha tanto de sua obra variada

como de sua vida rumorosa e até colisiva – e o incansável ver-se a si mesmo o terá compensado decerto do silêncio crítico generalizado que circundou o seu estilo borboleteante. Dos seus livros, lembro *Cozinha Amazônica*, colorido e sápido catálogo de manjares equatoriais. Para completar essa referência, recordo aqui uma noite, numa festa em casa amiga, em que esse meu antecessor se nutria das bebezainas e comezainas suculentas e, talvez, excessivas de sua terra natal. Embora nos arredores dos oitenta anos, continuava ancorado numa mesa que parecia resumir todas as seduções do mormaço amazônico, nela praticando um meticuloso ritual de repetições, quando apetites bem mais jovens já se haviam retirado daquele porto de delícias. E a sua soberba pertinácia inquietava o seu médico, ali presente e temeroso de que a afeição do seu ilustre cliente à culinária nativa o privasse de chegar a uma idade ainda mais provecta.

A Osvaldo Orico, que tanto contribuiu, com o seu temperamento impetuoso, para a trepidação de nossa vida literária e nela deixou persistentes sinais, sucedeu, nesta Cadeira, o modesto e meigo Orígenes Lessa, amigo dos homens, dos livros e das árvores. O que o convívio cultural pode oferecer de mais claro e salubre se encarnava nesse filho de pastor evangélico, nesse paulista de Lençóis que se distinguiu pela sua humildade pessoal e devoção às Letras e ainda pelo exemplo de solidariedade intelectual e humana, a que não estava ausente um frêmito utópico.

A vasta bagagem de Orígenes Lessa está destinada a leitores de todas as idades e aberta às curiosidades mais várias. Ele pertencia à linhagem invejável dos criadores literários que escrevem diariamente, história após história, livro após livro, e passam a vida inteira rodeados de seus próprios enredos e personagens, respirando simultaneamente a existência real e essa outra existência a que a linguagem confere nítida realidade.

Foi Orígenes Lessa fundamentalmente um ficcionista que, num estilo correntio, soube realizar-se no Romance, na Novela, no Conto e no domínio da Literatura Infanto-Juvenil.

Como romancista, não são poucos os títulos que ostentam o seu tirocínio – presente no inesquecível *O Feijão e o Sonho*, na ficção pungente e nostálgica de *Rua do Sol*, comovido tributo a uma infância reinventada pela imaginação no sombrio mergulho psicológico de *A Noite sem Homem*, sem

esquecer a narrativa nervosa de *O Joguete*, cuja precisão e brevidade nos remetem para a sua arte de contista.

Ao longo de sua carreira, Orígenes Lessa se afirmou como um dos nossos mais apreciados cultores da história curta. Nutrido em Maupassant, Tchekov e Mark Twain, e ainda nos paulistas Monteiro Lobato e Antônio de Alcântara Machado, ele nos oferece, em obras como *Omelete em Bombaim* e *A Desintegração da Morte*, conjuntos consideráveis de contos que documentam a sua capacidade de criar personagens vívidos, engendrar situações e captar pequenos flagrantes da vida cotidiana, destramente surpreendidos sob uma luz insólita ou burlesca, quando não trágica. O exemplar e modelar *Milhar Seco*, a história do pequeno engraxate que encontra a morte em plena alegria, sendo uma das obras-primas do conto em nossa Língua, reclama ser considerado o seu instante mais alto de contador de histórias, cuja mão segura sabia levantar o véu que esconde os pequenos destinos e com olhar atento acompanhava os passos das criaturas anônimas das ruas e as convertia em ficções.

Às histórias de Orígenes Lessa, longas ou sumárias, e sempre povoadas de miúdas vidas cinzentas, não falta, às vezes, uma aura de parábola ou alegoria, a testemunhar sua fidelidade à Bíblia, ao seu alcance desde a infância. Nos dias finais, o filho de pastor evangélico e antigo menino que havia fugido do seminário, no passo atrevido que antecipava a vocação de escritor e exprimia a escolha entre dois caminhos tão diferentes, demonstrou essa assiduidade em livros como *O Evangelho de Lázaro* e *Simão Cireneu*, aos quais se acrescentam as inéditas *Narrativas Bíblicas*.

Sua obra mais célebre, *O Feijão e o Sonho*, tem, aliás, algo de alegórico, entranhado na singeleza e pungência da narrativa. Esse romance se nutre das duas vertentes nítidas da existência humana: a necessidade e a fantasia, os limites da vida diária, com as suas estreitezas e servidões, e as aventuras e satisfações espirituais que nos esperam a todos quando abrimos as portas da imaginação.

E ele, Orígenes Lessa, sabendo olhar o chão e sabendo contemplar o longo e evasivo horizonte, cumpriu belamente o seu ofício literário e humano. Até mesmo nas horas derradeiras, já com o coração pacificado, e cercado pelo apreço de seus pares e a consagração de milhares de leitores, continuou fazendo do sonho a matéria de sua própria vida.

Experiente escritor profissional, convertia a sua imaginação no pão bíblico de cada dia – no feijão de sua mesa de operário das Letras. E o reconhecimento unânime não saudava apenas o ficcionista que tão bem conhecia o caminho travessio que leva ao mundo dos adultos. O aplauso vindo de todas as partes recompensou também a pena aérea e delicada que escreveu tantas histórias para crianças e adolescentes.

A presença notável de Orígenes Lessa na Literatura Infanto-Juvenil já o tornou um dos nossos clássicos no gênero – um dos raros que podem ser colocados ao lado de Monteiro Lobato. Esta última e fervorosa afeição literária nos induz a reconhecer que esse escritor amado pelas crianças e jovens possuía algo dos seres para os quais a vida é uma ronda de surpresas; e, conhecedores da natureza humana, preferem o sorriso indulgente ou malicioso ao ríctus de rancor ou amargura. Sorriem melhor os que sorriem por último.

Não foi apenas para a Literatura que convergiram a imaginação e criatividade de Orígenes Lessa. Na história da Propaganda e Publicidade, ele dispõe de uma posição qualificada. Contudo, o pioneiro em Comunicação Social que foi Orígenes Lessa não a utilizava em benefício próprio, para a projeção de sua imagem pessoal ou de sua obra, cuja trajetória clareada pela aceitação popular se caracterizou pela ausência de trombetas, pelo seu ar quase esquivo. Em seu caminho de homem e escritor, guiava-o decerto aquela luz mais alta que estabelece a hierarquia oculta dos homens e confere uma primazia incontestável aos que sabem guardar em seus espíritos uma perpétua infância e se sentem rodeados de vozes longínquas. Não esqueçamos do amor que ele devotava aos livros e seu papel no aprimoramento social e comunitário, o que o levou a criar, em sua cidade natal – nessa cidade de Lençóis Paulista que tanto o ama e foi amada por ele –, uma biblioteca admirável. E também não nos esqueçamos de seu interesse pelos poetas anônimos das feiras, o que o fez recolher tão amorosamente, com a mais límpida competência, letras e vozes do nosso folclore.

Senhores acadêmicos,

para Goethe, com a verdade e a mentira o artista constrói uma terceira coisa, que é a obra de Arte. Na paixão pela fabulação própria do homem, ele identifica o seu e nosso pendor para a edificação de mundos imaginários.

Assim, não deve servir de pasto à estranheza que certa roupagem florida se acrescente, como um selo, à nossa vocação para a prática de um imaginário que, começando por ser inventado por nós, termina por nos inventar e nos impor o seu emblema de mitografia e ficção. Nessa metamorfose, as nossas obras findam por gerar as nossas vidas e escrever as nossas biografias. A nossa aventura interior corrige a monotonia do mundo. E vivem duas vezes os que não dispensam a passagem dos cavaleiros da ilusão pelos palcos da vida.

Num poeta, coexistem o intelectual e o primitivo, e ambos formam uma unidade inseparável. A inteligência se enraíza nas profundezas da carne e da terra e desses reinos escuros e misteriosos extrai a sua força criadora, esse enlace da imaginação e do amor, esse fruto maduro de segredos sepultados.

Assim, o que o poeta diz haverá de ostentar, sempre, o sinal coletivo dos que, em sua fala individual, exprimem as vozes do outro e dos outros e recolhem o sussurro interminável que quebra o grande silêncio do mundo. A criação poética é, pois, uma dádiva e um testemunho. É uma devolução que o poeta faz ao seu berço. A linguagem de todos, tornada uma linguagem pessoal, regressa, em forma de canto, às suas origens que são a própria capital da vida.

A Poesia é uma magia da linguagem: uma magia criada pelos homens. E, na mesa do mundo, essa infindável celebração do universo, testemunhando uma vocação e um magistério, haverá de ter sempre uma serventia, quer assegurando a continuidade do idioma nativo através dos tempos, quer renovando as imagens da existência e do homem como prova maior de nossas vidas.

Graças a essa linguagem, aqui estou. Certamente fui trazido pelos navios de minha infância e pelos ventos do mar que, atravessando lagunas e coqueirais, ilhas e estaleiros apodrecidos, alcança esse irmão separado de nós que se confunde com os caranguejos semiocultos na terra mole e escura dos mangues e maceiós – essa terra congeminada à água que é a minha raiz e o meu berço, a minha Pátria e a minha Linguagem, e até mesmo o meu pesadelo.

Reinos da malícia, as academias amam as anedotas e as frases afortunadas. Atrevo-me, pois, a contar-vos uma pequena história. Num telhado em Paris, no fim do século passado, alguns gatos costumavam reunir-se. Uma noite, um deles foi atraído pela presença de uma belíssima angorá. Perguntando-lhe quem era, numa delicada interpelação que decerto prenun-

ciava abordagens mais ousadas, recebeu dela a seguinte resposta: "Dizem que sou a gata do poeta Stéphane Mallarmé."

Essa resposta felina e ambígua exprime a nossa dificuldade de ser. Mesmo vestidos em fúlgidos uniformes, que o tempo se incumbirá piedosamente de desbotar, nossa dúvida permanece. Não sabemos ao certo quem somos, já que a nossa imagem se nutre do que presunçosamente pensamos ou julgamos ser e do matizado conceito alheio, numa escala que vai do vitupério ao louvor.

Duvidoso de mim, como a gata de Mallarmé, nutre-me a certeza de que me acolhestes como presumo ser e presumis que eu seja. Sou grato à vossa carinhosa acolhida. Mas ouso confessar que, entre vós, e vencido o longo caminho, me sinto ainda como o aluno relapso que um dia, inexplicavelmente, ganha nota dez.

Nesta Casa misteriosa, é convívio o que, em outras paragens, seria indiferença, e a cordialidade ocupa o lugar da colisão. Os antagonistas de ontem se convertem aqui em amigos de infância, semanalmente aplicados em partilhar radiosas lembranças imaginárias.

Assembleia literária e cultural, corredor político, salão mundano, entreposto de ambições, estuário de sonhos e até escola de polidez, esta Instituição oferece a quem busca a sua verdade um perfil ambíguo, capaz de desorientar tanto o singelo portador do aplauso unânime como o rancoroso e sinistro detrator.

Na verdade, a Academia é o que cada um julga que ela seja, com sua fidelidade, distanciamento ou desamor. E, ao julgamento que fazemos desta Casa sempre iluminada pelas luzes fortes e obstinadas de um poder e de um prestígio que ela gerou desde momento inaugural, haverá de acrescentar-se o dos nossos antecessores, que a escolheram como lugar de convivência.

Essas vozes de cinza, aqui presentes na evocação continuada, nos ensinam que a Literatura é um sistema e uma permanência, uma herança e uma promessa, uma graça e uma fidelidade, uma ininterrupta acumulação da memória, a pergunta que não nos cansamos de fazer aos nossos corações inescrutáveis.

Essas vozes cortadas pela morte nos advertem para o capricho do tempo que muda as obras mais ruidosas em silêncio, apaga rostos e silencia fanfarras, converte as vanguardas mais belicosas em tradições vetustas ou em piedosos esquecimentos e nos incita a não confiar muito na generosidade e justiça do dia seguinte ou nas conspirações felizes da posteridade.

Mas a nossa palavra, mesmo perdida ou avariada pelo vento da noite, haverá de ser sempre dádiva e serventia, pois a nossa tarefa consiste em exprimir o mistério da vida e criar uma nova imagem do mundo. Neste dizer pelos que não dizem e neste cantar pelos que não cantam, está a nossa honra.

Senhores acadêmicos,

Pascal observa que a vaidade está de tal modo ancorada no coração do homem, que todos, seja um cozinheiro ou um filósofo, se vangloriam de ter os seus admiradores e os desejam. Os que escrevem mal reclamam a glória de escrever bem; e o próprio leitor almeja apregoar a glória da leitura.

Que, entre tantas vaidades naturais à sempre tolerável miséria de nossa condição humana, me seja permitido propalar aqui a de reunir-me agora a tantos amigos, a tantos companheiros do crepúsculo.

Que a vaidade do convívio harmonioso entre vós seja a minha derradeira vaidade.

# II

# RESPOSTA DE D. MARCOS BARBOSA

Permiti, Sr. Lêdo Ivo, que eu dê início a estas palavras de boas-vindas, lembrando, sem dúvida por deformação profissional, passagem dos Evangelhos. A parábola do homem que persiste em bater à porta até que ela se abra: "Batei, e abrir-se-vos-á!" Mais de vez batestes às portas da Casa de Machado de Assis, que hoje se abrem de par em par para acolher-vos. E a vossa persistência em bater, sendo afinal recebido por unanimidade e em votação relâmpago, terá decorrido de duas convicções. A do vosso próprio valor e a de que os membros desta Casa sabiam sobejamente que merecíeis, como poucos, uma de nossas Cadeiras, tanto por direito de nascimento como por direito de conquista.

Por direito de nascimento, porque já nascestes para as Letras como poeta consagrado, desde que publicastes, aos vinte anos, na mesma Faculdade de Direito pela qual passei antes de vós, o vosso livro de estreia, *As Imaginações*, saudado com entusiasmo não só por Mário de Andrade, Lúcio Cardoso, Sérgio Milliet e Roger Bastide, como também por Afonso Arinos, Adonias Filho e Otávio de Faria, que haveriam de preceder-vos nesta Casa. Mário de Andrade classificou a vossa estreia de "deslumbrante". Nascíeis para as Letras como a província de Minas Gerais, presente aqui não apenas naquele que vos saúda, como naquela que vem sendo a metade de vossa alma e hoje partilha a

vossa glória. Pois já lembrava Alceu Amoroso Lima, citando Diogo de Vasconcelos, que as Minas já nasceram prontas e acabadas, como Minerva da cabeça de Júpiter, não conhecendo infância nem folclore, a tal ponto que os poetas da Escola Mineira sobrepujavam então os da Metrópole.

Vossa estreia não era uma promessa, mas uma evidente realidade, que dispensava a condescendência dos críticos, diante de versos definitivos como estes: "Um céu espera por mim / em um áspero continente / que nenhum mapa registra." Ou então, já prefigurando, logo no ano seguinte, *Ode e Elegia*, o sentido e longo poema em memória de vosso irmão Éber Ivo:

> Éber,
> o espírito de Deus pousou em tuas mãos trêmulas
> e na agonia dos teus olhos enevoados
> que se entrecerraram porque o ritmo do teu coração morreu
> e teus sonhos procuraram outros roteiros mais extensos.
>
> [...]
>
> Nós guardamos o teu retrato de primeira comunhão
> e o ampliaremos para que cresças durante a prolongada ausência;
> recolhemos os teus livros e os teus cadernos
> de primeiro da aula e choramos os teus dez anos inquietos;
> outros souberam somente que partiste num esquife branco
> e teu último traje terreno foi uma roupa de marinheiro.
>
> [...]
>
> Teus olhos se transformaram em faróis
> e sentiste a permanência do grande poeta que é Deus
> antes de sentires a transfiguração poética;
> peço, porém, que digas aos poetas que encontrares por aí
> que o mundo se afunda em grandes tormentas
> e os poetas continuam sendo os timoneiros do mundo;
> mesmo que as estrelas não brilhem nos céus claros estarás conosco,
> tão integrado conosco que não te sentiremos ausente.

Dizei-me, senhoras e senhores, se isto são versos de vinte anos. E não julgueis ser a emoção que torna perfeito o longo poema de que citamos alguns

versos. A emoção é antes uma armadilha e só consegue ser Poesia, quando é, como já se disse, recolhida na tranquilidade. Na tranquilidade do artista que domina seus meios de expressão por alta capacidade técnica, que não esperou, no caso de Lêdo Ivo, tão bem nascido nas Letras, *le nombre des années*.

E viriam, logo em seguida, vossas odes, elegias e baladas em longos versos claudelianos, que não significam, contudo, influência ou cópia do grande poeta de nossa comum admiração e nosso comum afeto. Na "Descoberta do inefável", que dedicastes a Lêda (que descobrimos assim tão cedo em vossa história), há um contínuo perpassar de anjos:

> Temos necessidade de anjos, para ser homens.
> Temos necessidade de anjos, para ser poetas.
> Vem, incontável música, e anuncia
> (ao poeta e ao homem, humilde unidade)
> a ressurreição diária dos anjos.
> Restaura em mim a certeza de que a folha voando
> é o seu indomável divertimento,
> pois às vezes sinto que meu primeiro verso foi murmurado talvez,
> sem que eu soubesse, por um anjo
> perturbado com o meu ar desesperado de papel em branco.

Dedicastes a Lêda esse longo poema de tantos anjos, mas logo, na "Elegia" seguinte, vos dirigíeis diretamente a ela:

> Moça, de onde vem essa beleza que antecede à voz?
> Esse ar de quem viu pássaros voando, muito longe,
> onde o descobriste, em que sono ou viagem, moça?
> Fala, menina, que o silêncio te escuta. Canta,
> que o canto é a necessidade do céu, é a alegria
> a descer sobre nós como se estivéssemos subindo
> para a incessante altura.

E, prosseguindo na conquista da Academia, para a qual já havíeis nascido com o primeiro livro, dá-se em breve o *Acontecimento do Soneto*, pois não há poeta que se preze que os despreze. E, no primeiro deles, sendo todos dedicados a Lêda, concluíeis, davidicamente e camonianamente, com estes dois tercetos:

Sôbolos rios que cantando vão
a lírica mortal do degredado
que, estando em Babilônia, quer Sião,

Irei levando uma mulher comigo,
e serei, mergulhado no passado,
cada vez mais moderno e mais antigo.

Bem compreendeis (ou não seríeis o grande poeta que sois) não haver oposição entre o moderno e o antigo, entre o particular e o universal, entre o efêmero e o eterno.

Retomais, depois dos sonetos, os poemas longos, de longos versos, mas agora cada vez mais alternando-se com novos sonetos ou pequenos poemas, como este "Para embalar tua filha", espécie de pintura em porcelana, que podemos citar inteiro, de tão breve, de tão leve:

À flor d'água, a flor.
E porque a quiseram
vai o nadador
também à flor d'água
em busca da flor.

E por mais que nade
nada encontra n'água.
Sumira-se – encanto! –
à flor d'água a flor.
Nada o nadador.

Atrás da flor n'água
nada o nadador.
Nada até morrer
de amor à flor d'água
em busca da flor.

E assim, nadando em busca dessa flor simbólica, que sempre parece escapar-nos como a própria beleza, conquistastes enfim a Academia, embora já a tivésseis merecido há tanto tempo como Jacó a Raquel.

O ano passado, numa reunião menos formal que a de hoje, nosso Presidente (o da Academia) denunciava entre os presentes um candidato que não ousava confessá-lo, mas vivia de olho no jeton e no mausoléu. Não éreis vós o candidato enrustido, pois não estáveis presente àquela tarde e jamais ocultastes vosso desejo de pertencer a esta Casa. Tendes, portanto, aqui, a partir de hoje, não só vossa Cadeira cativa, como o vosso jazigo no São João Batista. Sois ainda bastante moço para que vos possa falar, sem causar susto, da "indesejada das gentes", como a chamava Manuel Bandeira. E, além disso, que eu saiba, sois o único acadêmico com epitáfio pronto, composto por um dos nossos confrades, nada menos que João Cabral de Melo Neto, a quem considerais, desde 1940, "companheiro na viagem da vida, por mais distanciados que estejamos geográfica ou esteticamente":

Aqui repousa
livre de todas as palavras
LÊDO IVO,
poeta,
na paz reencontrada
de antes de falar,
e em silêncio, o silêncio
de quando as hélices param
no ar.

Livre das palavras. Pois as palavras, que vos gabais de dominar quando declarais: "Sou um pastor de palavras", vos dão também não pouco trabalho, de tal modo as lavais antes de usá-las. O que levou Guimarães Rosa a chamar-vos numa dedicatória: "poeta das palavras lavadas."

Jean Cocteau dizia que um acadêmico, ao morrer, se transforma em Cadeira. Graças aos cuidados de nosso precavido Presidente, nos transformamos também em mausoléu. Talvez não vos pareça tão importuna essa conversa fúnebre, se vos lembrar que, até à Revolução Francesa, o secretário da Academia, modelo da nossa, tinha a expressa obrigação de propor aos acadêmicos doentes a vinda de um padre que os assistisse. Não temos aqui secretário perpétuo, mas, por livre e espontânea vontade dos seus eleitores, um Presidente que se perpetua, garantindo as tradições da Casa. Mas, se não é mais função dos secretários precaver contra a morte os seus pares, colocastes entre

vós um monge, um simples monge. Sem as vestes episcopais de D. Silvério Gomes Pimenta e de D. Aquino Correia, não deixa de ser, entre o ouro dos vossos fardões, um *memento mori*! E isso é bom para que vossas imortalidades não vos subam à cabeça... E até os heróis pagãos, como atesta São Jerônimo, faziam-se acompanhar, em seu carro triunfal, de um escravo a lembrar-lhes, de espaço em espaço, sua condição humana e não divina.

Mas, como diz o *Eclesiastes*, tão amado e citado por Machado de Assis, há tempo para tudo: hora de nascer e hora de morrer, hora de plantar e hora de colher o que se plantou, hora de chorar e hora de rir. A hora desta noite é de alegria, tanto para vós, Sr. Lêdo Ivo, para a Academia que unânime vos recebe, unanimidade que nos absolve de não vos termos logo aberto a porta, como nos consola também um pouco de a não terem aberto, antes de vós, ao grande poeta Jorge de Lima, que hoje, alagoano também, parece entrar convosco nesta assembleia.

Comemoramos o ano passado o XVI centenário da conversão de Santo Agostinho, que nos deixou *As Confissões*. Entre as suas e as de Jean-Jacques Rousseau, a distância torna-se maior pela semelhança do título. E Ernest Hello comentou:

> Temos diante dos olhos duas modalidades de confissão: a confissão de quem se arrepende e a confissão de quem se gaba. Pois, há um modo de narrar as faltas pior que a própria falta. E há um modo de se comprazer no crime pior que o próprio crime. A confissão é um mundo que tem dois pólos: Santo Agostinho e Jean-Jacques Rousseau.

Também vós, Sr. Lêdo Ivo, nos destes as vossas confissões, que não são as de um santo nem as de um pecador, por serem, como pusestes no título, as *Confissões de um Poeta*. Nelas não pretendestes, como Agostinho, narrar a obra da graça de Deus em vossa alma (quem sabe um dia ainda o fareis?), nem pretendestes, como Rousseau, fazer de saída o próprio elogio, proclamando-se "o melhor". Vossa intenção foi apenas estética. Narrar, isto sim, como fostes sendo possuído pela Poesia, ao contrário do vosso irmão Éber que, como dissestes no poema, foi conhecer, pela morte, o poeta que é Deus, antes de conhecer a transfiguração poética.

> Antes mesmo de saber que a Poesia existia (contai-nos em vossas confissões), e presumindo que ela se reduzia a um segredo pessoal, a uma mensagem intransmissí-

> vel, eu era poeta. Da realidade do dia consumido, eu fazia o que bem quisesse, guiado pela imaginação. Transformava os acontecimentos, mudava o destino e a fisionomia moral das pessoas, alterava a geografia, voava através dos tempos, encolhia e espichava o tempo ao meu bel-prazer. Rival da vida e do mundo, o meu universo pessoal impunha, no silêncio de mim mesmo, a sua verdade irresgatável. E eu dormia tranquilo e confiante. Sabia que a vida jamais haveria de deformar-me. Eu pertencia à linhagem de seres dotados do escudo invisível de sua própria e múltipla verdade.

Permiti-me discordar, Sr. Lêdo Ivo, dizendo que exagerais. Na minha opinião, não éreis ainda poeta. Tínheis então um dos elementos da Poesia. Aquela sensibilidade que possuem também todos aqueles que são capazes de compreender, de vibrar com os vossos poemas. Só vos tomastes, no entanto, poeta, só começastes a ser plenamente poeta, no dia em que descobristes as palavras, em que compusestes o primeiro verso, no dia em que para vós o verbo se fez carne. Pois o poeta, que vem do grego, é "aquele que faz". A emoção, comum a todos que amam a Poesia, constitui apenas uma primeira parte: o poeta só nasce no momento em que a consegue recolher na tranquilidade, em que consegue expressá-la em palavras que lhe servem de limite e auréola. E me dais plenamente razão quando dizeis, em mais de um lugar, que não existe uma Sra. Forma distinta de um Sr. Fundo, mas que ambos constituem um casamento indissolúvel. E, se isto vale para a Literatura em geral, que se dirá da Poesia? O poema perfeito é aquele em que não se pode mudar uma palavra, ou mesmo uma vírgula. E dizeis acertadamente: "Assim como não temos um corpo (somos o nosso corpo) a Poesia não tem uma forma. É a sua forma."

O poeta só começa realmente em vós, quando dizeis do vosso *alter ego*, Teseu do Carmo:

> Como todos os meninos, ele amava guardar pedras, calhaus, uma lívida e esponjosa estrela-do-mar. Mas, também, desde a infância, ele quisera guardar consigo as chuvas que caíam sobre os sítios hipotecados, o farol da curva do bonde, os caranguejos que desapareciam no negro trapiche, o negro casco de um navio contra o azul, a lua que o seguia no caminho noturno quando voltava da escola. Escrever era para ele uma tentativa canhestra de recolher essas imagens e torná-las duráveis; guardá-las como o avarento guarda as suas moedas e a lágrima o seu sal. Quisera retê-las no papel para não esquecê-las e poder lembrá-las sempre.

E foi então que começastes, para isto, a pastorear as palavras e, muito cedo, sentistes que elas vos obedeciam e reconheciam como a um bom pastor, a ponto de vosso primeiro livro, publicado ainda antes da vossa maioridade, já ter sido um livro maior.

Em *Situation de la Poésie*, Jacques Maritain nos lembra que as palavras não são usadas pelo poeta apenas como sinais, mas como símbolos. Por isso, não se preocupa ele apenas com o que a palavra significa, mas com sua música, o seu volume, o seu cheiro, a sua cor: pois as palavras possuem tudo isto. E o poeta não joga apenas com as palavras em si, mas com novas centelhas que lhes arranca, aproximando-as insolitamente umas das outras, como uma cor valoriza a outra.

E por isso mesmo, como frequentemente observastes, Sr. Lêdo Ivo, torna-se às vezes quase impossível distinguir entre Prosa e Poesia. Vós mesmo, embora na pele de Teseu do Carmo, declarastes vossa perplexidade, quando vosso editor vos pediu uma antologia de prosadores. A princípio, parece muito simples, como dizia o filósofo a Monsieur Jourdain: "Tudo o que não é Prosa é Verso, e tudo o que não é Verso é Prosa." Mas eis que há prosadores que se tornam de repente poetas, como Machado de Assis, ao chamar à existência, como o Criador, numa síntese de poeta, a humilde figura de D. Plácida, a esconder nas saias os dedos queimados nos tachos, fruto da conjunção de duas "luxúrias vadias", o sacristão da Sé e uma mulher que fazia doces para fora.

Mas, se há prosadores que se tornam de repente poetas em plena prosa, quando esta atinge de súbito uma intensidade imprevista, produzindo uma centelha inesperada, vós, ao contrário, Sr. Lêdo Ivo, sempre poeta, desde que, menino e moço, ainda na cidadezinha que em vão tentastes revisitar, a mão do Anjo da Poesia vos tocou na espádua. Em vão, escrevestes romances, crônicas, ensaios. Como tudo se transformava em ouro ao toque do rei Midas, tudo se transforma em Poesia em vossas mãos, em vossa pena. Bem o reconheceis, quando declarais abertamente: "Sou essencialmente um poeta. Minha prosa é o descanso do guerreiro." Sim, pois o poeta deve lutar com as palavras e vencê-las, como Jacó ao lutar até a aurora com o anjo do Senhor, que então lhe muda o nome para Israel: "Forte contra Deus." E escrevestes: "Sou um poeta: as palavras me obedecem." E vos surpreendeis a assinalar a frequente

intromissão de versos em vossa prosa, quando escreveis, por exemplo, a respeito de um dos vossos romances: "Em *Ninho de Cobras*, encontro um verso que o poeta Lêdo invejaria: 'O tumulto das ondas hesitantes.'"

Além da impossibilidade de traçar fronteiras entre Prosa e Poesia, outro problema preocupava Teseu do Carmo, este sósia que criastes, para falar de vós mesmo na terceira pessoa e até para criticar-vos ao atingi-lo, às vezes, com vossa ironia, como o Aristarco de *O Ateneu* sentiu ciúmes da própria estátua, quando um dos bajuladores quis coroá-la... Teseu do Carmo, que se insurgira contra a ideia de colocar Prosa e Poesia em compartimentos estanques, sentiu na própria carne a impossibilidade e a decepção das *Poesias Completas*. Quando o editor telefonou-lhe para que fosse receber o primeiro exemplar das suas, sentiu-se um hipócrita e farsante, pois já trazia no bolso um soneto clandestino, que desmentia aquela completude. Pois escrevestes, Sr. Lêdo Ivo: "O destino, a fatalidade e a essência da obra de um poeta é ser incompleta – dessa incompletude vive e morre." E tendes razão. As poesias não podem ser completas, porque, sob um certo aspecto, nenhum poema é perfeito, nenhuma obra de Arte é perfeita. Dizeis com precisão: "A última palavra não existe em Arte." Terminada a obra em que o artista colocara o quanto tinha, esta já não lhe basta, e parte para outra.

Escreve Baudelaire:

> O imortal instinto do belo nos leva a considerar a terra e seus espetáculos como um vislumbre, uma "correspondência" do céu. A sede insaciável de tudo o que está além do que a vida revela constitui a mais viva prova da nossa imortalidade. É, ao mesmo tempo, pela Poesia e através da Poesia, pela Música e através da Música, que a alma entrevê os esplendores do além-túmulo; e, quando um poema magnífico nos traz lágrimas aos olhos, elas não são o sinal de um excesso de alegria, mas antes o testemunho de uma melancolia irritada, de uma postulação dos nervos, de uma natureza exilada no imperfeito e que desejaria apoderar-se imediatamente, ainda aqui na terra, de um paraíso revelado.

*La beauté boîte*, dizia Jean Cocteau, ao comparar, como já lembramos, o artista com Jacó, a quem a luta com o anjo deixa manco.

O artista, e sobretudo o poeta, esse artista dos artistas, não pode parar, sempre à procura, peregrino do absoluto, do ideal jamais atingido, o que torna impossível, mesmo como obra póstuma, a edição de *Poesias Completas*.

Se Lêdo Ivo ou Teseu do Carmo (este nome ecumênico, pagão e cristão) consentiu em reunir em *O Sinal Semafórico*, em 1974, *As Imaginações, Ode e Elegia, Acontecimento do Soneto, Ode ao Crepúsculo, A Jaula, Ode à Noite, Cântico, Ode Equatorial, Linguagem, Um Brasileiro em Paris, O Rei da Europa, Magias, Os Amantes Sonoros* e *Estação Central*, não considerou tudo isto Poesias completas. Pois *Finis non coronat opus*; a obra permanece sempre aberta, sempre incompleta. Em Arte, repetimos convosco, "a última palavra não existe".

Aliás, Sr. Lêdo Ivo, não recusais apenas os limites do tempo. Recusais também os de Escola, os de estilo, os de influências. Várias vezes, vos irritais contra os entrevistadores que querem saber, além do vosso número de colarinho e sapato, as influências que sofrestes, julgando que a noite dos vossos poemas seja a mesma do meu amado Charles Péguy, que o vosso *Ninho de Cobras* tenha alguma coisa a ver com o *Le Noeud de Vipères*, de François Mauriac, outro autor que amamos juntos. Como se não tivésseis a vossa própria noite (*Chaque Homme dans sa Nuit* é um título de Julien Green), atravessada pelo farol que encheu a vossa infância em Alagoas antes mesmo de saberdes as letras de "Ivo viu a uva". Como se vossas personagens não fossem também as da cidade natal, inteiramente recriadas e transfiguradas pela vossa fantasia e inspiração. Bem tendes razão em detestar – são palavras vossas – "esse empenho didático em só enxergar influências livrescas, como se um autor não passasse de um boneco de papel e tinta, um calhamaço andante, a só se nutrir de letra!"

Sempre vos guardastes das influências, dos críticos que vos pretendessem mostrar o vosso caminho e guiar a vossa mão na hora da escrita. Não consentistes em ser etiquetado, amarrado a um estilo, em renegar vossa veia barroca, a vossa própria pessoa, para enfileirar-vos na esteira desses poemas herméticos que deparamos por toda parte e que parecem todos escritos pelo mesmo autor.

Mas que sofrestes influências, bem que sofrestes, embora numa época em que nem sabíeis que elas existiam, e que apenas vos davam o gosto pela vida interior, pelo reino dos sonhos, pela partida numa chalupa, como as de Emílio Salgari, cheirando a sal do mar e a emoção dos ventos. Não se tratava então de influências literárias, de receitas de estilo, de modelos a seguir.

Entrevistastes, em 1948, o meu saudoso amigo Cornélio Penna, como recordáveis recentemente, quando vos falei pelo telefone da morte de Maria Odília. Dissera-vos ele: "Devemos deixar os corpos dos nossos autores apodrecer em paz." Isto é, não devemos esmiuçar-lhes a vida, mas, sim, a dos personagens que inventaram e onde os encontraremos de modo mais profundo. Gostaria, no entanto, de convocar neste momento, pelo menos, um parente vosso que citais expressamente em vossas *Confissões*.

Minha tia mais velha, Sr. Lêdo Ivo, sobrinha, aliás, de Lúcio de Mendonça, o verdadeiro fundador desta Casa de Machado de Assis, minha tia mais velha foi por algum tempo, na cidade mineira em que nasci e para onde o tio e tutor a levara em busca de melhores climas, "a dona do correio". Dona do correio, eu supunha – a ponto de ter ficado surpreso ao verificar que também precisávamos comprar selos para as nossas cartas. Vós tivestes um tio carteiro. Mais que vosso pai, que nutria uma certa desconfiança pelos intelectuais, terá ele contribuído para que tomásseis gosto pelas letras e assento, hoje, nesta Casa. Passemos a palavra ao sobrinho, pois o crime do tio, agora prescrito, teve as melhores consequências. Assim nos contais em vossas *Confissões*:

> Carteiro, Tio Zeca portava sempre um saco cheio de envelopes e impressos. Quando comecei a me interessar por livros, e minha avó, diante dos meus êxitos escolares, garantia que eu haveria de ser um novo Rui Barbosa, tive nele fiel fornecedor. Mergulhava a mão na sacola e dizia, os óculos escorregando pelo nariz: "Vou ver se tenho alguma coisa para você." Com a maior desenvoltura, extraia um pacote, rasgava a embalagem e me entregava um volume qualquer. Certa ocasião fui contemplado com uma obra de Allan Kardec, decerto encomendada por algum espírita. Tio Zeca formava um péssimo conceito da comunidade alagoana. Asserções desabridas saltavam de sua boca a serviço da verdade e da justiça. Assim, sonegando livros e revistas aos seus destinatários e confiando-os ao sobrinho, ávido de leitura, esse alagoano de boa lei corrigia injustiças e desacertos da má organização do mundo, e escolhia o leitor certo para a obra incerta, romance ou almanaque.

Referindo-vos ao vosso *Álbum de Família*, vós dizíeis, mostrando que a vida vos causou mais influências que a Literatura:

> Eu, menino, sorvia a beberagem forte e vinagrosa de suas palavras. A variedade do elemento humano me atraía e deliciava; diante de tão vasta galeria de destinos e temperamentos, não haveria de sentir tédio pela vida inteira. Os meus semelhantes fariam de minha existência uma festa incessante, para meu exemplo e divertimento. Era como se todos fossem personagens de romances, à espera da minha longínqua mas inevitável maturidade literária.

Curioso que, como também me acontecia e, sem dúvida, a todas as crianças, os aleijados e miseráveis, que víeis, sem dúvida, em maior quantidade que eu, não afetavam ou perturbavam o vosso encantamento pelo mundo e pela vida. Parece-nos natural que haja mendigos e doentes, pobres e ricos, como existem flores e bichos, dia e noite, pedra e água. Mesmo quando fostes para o colégio da capital da província, não víeis a miséria barroca que comia o passado faustoso de vossa terra, almoçando anjos bochechudos e os púlpitos de jacarandá.

> Só muitos anos depois – escrevestes – longe e já quase estrangeiro, eu veria a miséria da minha terra correr ao meu encontro como um visitante sem palavras na boca desdentada. [...] A dose leonina de ufanismo que nos era servida, em casa e na escola, afastava a miséria, ou a tornava a manifestação imperativa da vontade de um Deus que, em sua imensa sabedoria, resolvera dividir o mundo entre os ricos, os remediados (classe a que presumíamos pertencer) e os pobres e miseráveis.

Já começáveis a sentir o mistério da obscuridade e da miséria humana pousado em vosso ombro como um pássaro. Só muito depois, escreveríeis a "Primeira lição":

> Na escola primária
> Ivo viu a uva
> e aprendeu a ler.
>
> Ao ficar rapaz
> Ivo viu a Eva
> e aprendeu a amar.
>
> E sendo homem feito
> Ivo viu o mundo
> seus comes e bebes.

Um dia no muro
Ivo soletrou
a lição da plebe.

E aprendeu a ver.
Ivo viu a ave?
Ivo viu o ovo?

Na nova cartilha
Ivo viu a greve
Ivo viu o povo...

Também em relação à Igreja, uma grande parte do clero acha que só hoje a Igreja viu o pobre, a Igreja viu o povo. Na sua ignorância, não sabem que São Bento foi que ensinou a Agricultura aos bárbaros, sendo considerado, como Virgílio, o pai do Ocidente, como esquecem também as missões no Novo Mundo, onde só veem falhas, considerando os selvagens sob a ótica de Rousseau.

Um dia perguntastes à vossa mãe se vosso pai era rico, ao que ela respondeu, enigmática: "Rico de filhos!" O que tanto podia significar que éreis demasiados (onze!) para o orçamento de um guarda-livros que só bem tarde se formaria em Direito, como também dizer, à semelhança da mãe dos Gracos, que éreis vós as suas joias. E, no entanto, coisa inconcebível hoje, tínheis em casa três empregadas...

Casado mais tarde com uma mineira de Montes Claros, uma das coisas que mais a impressionaram em vossa terra foi o rito familiar da mesa farta, onde o almoço, começado pouco depois do meio-dia, prolongava-se por várias horas. Mas nem sempre terá sido assim, quando éreis muitas fomes para a bolsa de um guarda-livros. Em todo caso, ficamos sabendo que a galinha, em suas partes, não era optativa. Vosso pai ficava com o sobre (a que dáveis um nome mais completo e que também se poderia chamar supremo ou mitra, segundo uma inspiração jurídica ou eclesiástica). A tia Flora ficava com o fígado de um amarelo-esverdeado. E todas as outras partes tinham, sem dúvida, os donos respectivos. Daí a vossa surpresa em Washington quando, querendo juntar galinha ao leite e à torta da vossa bandeja, perguntou-vos a garçonete: "Coxa ou peito?" Belo mundo em que se podia escolher!

Mas esse dia vos reservava uma surpresa maior. Sobrando-vos tempo, subistes as escadarias da Biblioteca do Congresso. Um guia imaginário assegurou-vos que havia ali 41 milhões de livros, opúsculos, jornais, microfilmes. Um anjo irônico induziu-vos a procurar o vosso nome no catálogo geral. Aceitando o desafio, abristes resolutamente a gavetinha com vossas iniciais. Dez obras vossas, em prosa, em verso, e também aquelas em que Prosa e Verso se guerreavam num campo de letras, ali se encontravam numa das 270 mil prateleiras, quando, talvez, não houvesse uma só delas em vossa cidade natal. Tomastes a vossa esferográfica e anotastes o número da classificação esotérica: PQ 9697.

Aquele dia fostes mordido, mais que de costume, pelo demônio do orgulho. Pois, na cama do hotel, tivestes um sonho: alguém vinha ao vosso encontro com uma terrina, que destampava, perguntando: "Coxa ou peito?" Só que esse garçom irrepreensível era nada mais nada menos que o presidente dos Estados Unidos... E agora compreendo melhor a vossa decepção, quando, ao descrever-me recentemente um almoço, capaz de fazer inveja a um monge na Quaresma, declarastes que o cardápio não fora muito além de uma "pálida asa de frango"! Não era apenas o alagoano amante da boa mesa, mas, também, o poeta que escolhera tão acertadamente o adjetivo: "pálida asa de frango."

Mas não façamos a injustiça de supor-vos sobretudo preocupado com as generosas cozinhas amazônica ou alagoana, contrastando com a austera mesa dos mineiros. Vossa preocupação é, sobretudo, a palavra, a ponto de lamentardes que os horóscopos tenham tomado nos jornais os espaços outrora ocupados por aqueles que, através do inferno amarelo das polêmicas, encontravam o paraíso da Linguagem. Contudo, os horóscopos não vos metem medo, pois escreveis no "Pacto ao cair da noite":

> As taciturnas potestades
> já traçaram nossos destinos:
> morreremos ambos à noite.
> Amanhã seremos divinos.

Porém, antes mesmo desse amanhã em que seremos divinos, já conviveis com os vossos mortos que hoje vos cercam invisíveis. Pois, também, escrevestes:

Mortos continuam
vivos quando amados.
Viver é guardá-los.

Fechado o ataúde,
seguras as alças,
o morto se evade.

Em verdade um morto
nunca é enterrado.
Volta com os vivos.
Por isso acordamos
nas noites escuras
cercados de mortos.

O pai morto dá
conselhos miúdos
ao seu filho aflito.

E a mãe morta vem
embalar, na noite,
o filho barbado.

Sê fiel, meu filho,
à tua prosápia.
Pratica teus mortos

(como o marinheiro
respira a onda nua
na entrada da barra).

Enquanto viveres
cubra-te a caliça
de todos os mortos.

Ouve o que te digo:
está morto o vivo
que esquece os seus mortos.

Esta evocação dos mortos nos traz à lembrança um conto de Carlos Drummond de Andrade. Certa moça, morando perto do cemitério São João Batista, costumava passear à tarde entre os túmulos. Um dia, distraidamente, apanhou uma florzinha que brotara num deles e que, se bem me lembro, logo jogou fora. Daí a sua surpresa quando, ao atender em casa ao telefone, uma vozinha lhe disse: "Quero a minha flor!" A princípio, pensou que fosse um trote, mas a voz voltava todos os dias. Em vão, mandou rezar missas, em vão cobriu de flores um túmulo que, talvez, fosse o do morto exigente. Mas a alma não se deixou subornar. Tirou o telefone da casa, mas continuava a ouvir a reclamação insistente: "Quero a minha flor!" Começou a emagrecer, não sorria, não comia e acabou morrendo...

Sr. Lêdo Ivo, escrevestes que um dos atos essenciais do ofício de escritor é dar título a um livro. E denominastes um dos vossos *Ladrão de Flor*. Porém, as flores que roubastes não vos conduziram à morte, como a inditosa moça do conto, mas à imortalidade acadêmica.

Vós mesmo vos confessais ladrão de flor. Não das flores de retórica dos vossos colegas de ofício, mas das vislumbradas na vossa infância pobre das Alagoas ("a flor d'água, a flor") ou numa rua de Paris, ou numa tarde de Nova Iorque. Roubastes visões e vivências que transformastes em Poesia. Mas, nesta Casa só recebemos pessoas honestas. Proponho-vos, por isso, um advogado.

Explicais, nas vossas *Confissões*, que não sois descendente do escritor português Pedro Ivo, que era apenas pseudônimo de Carlos Lopes; mas fostes encontrar na Arcádia Ulissiponense um Miguel Tibério Piedegache Brandão Ivo, do qual teria vindo vossa vocação poética, vosso amor "pelas formas clássicas da Língua, como o Soneto, a Balada, a Ode e a Elegia". E declarais expressamente:

> Por um momento me sinto vivo e completo, fruto consumado do Arcadismo Português com a antropofagia dos caetés alagoanos que, ao comerem o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, na verdade queriam assimilar toda a Europa.

O advogado que convoco a defender-vos não pode ser considerado suspeito, pois não consta que tenha nas veias o mesmo sangue. Se tem o nome de Ivo, o tem como nome de batismo e não de família. Nascido na Bretanha e vivendo em Paris, no século XIII, quando Tomás de Aquino ensinava na famo-

sa universidade, e o rei São Luís fazia justiça debaixo de um carvalho, daria origem ao epigrama que honrava o santo mas condenava uma classe: *Sanctus Yvo erat Brito* (da Bretanha); *Advocatus et non latro, / Res miranda populo*. [Santo Ivo era bretão, / Advogado e não ladrão, / Coisa que o povo admira.]

Porém, o santo advogado acabou juiz *in utroque jure*, isto é, tanto no tribunal dos homens como no Tribunal de Deus, onde o réu é, ao mesmo tempo, o acusador e a testemunha, e o juiz sempre absolve. Certa vez, veio a Santo Ivo um padeiro arrastando um pobre mendigo, a quem acusava ter passado toda a manhã aspirando o bom cheiro dos pães do seu forno. Ivo tomou ao mendigo todo o dinheiro que recolhera de esmola. Em seguida, foi atirando, uma a uma, as moedas sobre a mesa. Porém, quando o padeiro estendeu o braço para arrecadá-las, como se constituíssem o pagamento reclamado, o Santo pronunciou a sentença: "Para pagar o cheiro do pão quente, basta o tinido das moedas..." E devolveu-as ao mendigo.

Também a vós, Sr. Lêdo Ivo, ladrão de flor, para saldar vossos roubos, bastarão os vossos versos, caindo, um por um, das páginas dos vossos livros, no ouvido e no coração dos leitores.

Vosso nome é um adjetivo que significa alegre e tem feminino e plural; Lêdo, Lêda e Lêdos. Hoje, Lêdo e Lêda, estais ledos por partilhardes a mesma vitória: o poeta e a musa.

Não nadastes em vão, Sr. Lêdo Ivo.

À flor d'água, a flor.
E porque a quiseram
vai o nadador
também à flor d'água
em busca da flor.

A flor não sumiu como no poema. Eis que o nadador a tem agora entre as mãos. Só lhe resta colocá-la, como um troféu, no colo de Lêda.

Se excetuarmos as duas acadêmicas e alguns intrusos que ultimamente ameaçam transformar esta Casa num jardim de infância, somos, para usar uma expressão vossa, embora vos referindo a outro grupo, "homens de Letras bastante servidos em idade". Isto não nos impede de acolher-vos, satisfazendo a vossa última vaidade, como amigos de infância. Ainda mais que acabais de

tomar posse da Cadeira de Orígenes Lessa, o escritor das crianças, criança também ele, por seu encanto e bondade.

O menino Orígenes. O menino Lêdo. Enquanto líeis a *Coleção Terramarear*, estáveis vós mesmo na confluência desses três elementos que constituem vossas barrentas Alagoas, elementos aos quais juntastes o Fogo da vossa Poesia, para a celebração do Universo. Ave, poeta maior, um poeta menor vos recebe em nome da Casa que vos acolhe!

Por isso, esquecendo o costume atribuído aos trapistas de se saudarem um ao outro com o *memento mori* e dos gladiadores romanos antes de entrar em combate, o *Ave Caesar, morituri te salutant*, "Ave, César, os que vão morrer te saúdam", dizemos agora:

Ave, Ivo, os imortais te saúdam!

Discurso da
SRA. LYGIA FAGUNDES TELLES

e

Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 12 de maio de 1987*

# I

# DISCURSO DA SRA. LYGIA FAGUNDES TELLES

No pequeno laboratório de química dos meus tempos ginasiais, aconteciam as mais extraordinárias experiências sob a inspiração do nosso professor. Lembro-me de que era um homem pálido e meio balofo, com a mesma cara secreta de um Buda de bronze que ficava na vitrine dos bibelôs da sala de visitas da minha mãe. Falava baixo esse professor. Enfática era a voz borbulhante dos tubos de ensaio com suas soluções que ferviam sob a chama da lamparina nas famosas aulas práticas. Os misteriosos tubos de ensaio com seus lentos vapores – as fumacinhas escapando das misturas de inesperadas colorações – e que podiam explodir de repente ao invés de darem uma vaga precipitação, ah! o suspense daquelas combinações. Só ele, o químico de avental branco, parecia não se impressionar com as intempestivas ocorrências ao longo da tosca mesa esfumaçada, com ares de uma oficina de bruxaria medieval. Costumava ele fazer no quadro-negro os seus cálculos e, em seguida, anunciava: "Vocês verão agora este líquido amarelo ficar azul." E o líquido amarelo ficava vermelho. Ele não se perturbava, era um homem calmo. Recomeçava, sem pressa, a operação, enquanto deixava escapar alguns fiapos de monólogo, "acho que algo não deu certo, hem?...". É, concordávamos, alguma coisa não funcionou, o que seria? E, sem muito interesse pela resposta, voltávamos a acompanhar, com atenta perplexidade, os movimentos do mestre de uma Ciência tão austera. E tão esquiva. A malícia, essa escondíamos na expressão

meio idiotizada que só conseguem ter os adolescentes. Certa manhã, ele chegou filosofante: "Vejam, meninas, na Química há sempre uma larga margem de imprevistos, como na vida, que também desobedece regras e leis...Vocês vão se lembrar disso mais tarde."

A esse grão de imprevisto – o principal – fui juntando os acessórios: o acaso que reside nos pequenos acontecimentos fortuitos. E a loucura, o terceiro grão que compõe essa estupenda fórmula, anarquizando uma ciência com a nitidez da Matemática. Anarquizando a circunstância do homem e o próprio homem, esse mesmo homem que Pascal considerava tão "necessariamente louco, que não ser louco representaria uma outra forma de loucura".

A loucura, o acaso e o imprevisto desencadeando reações dentro do mesmo caldeirão. A fogo brando, para evitar o pior.

D. Pedro I chamava a atenção da ambiciosa Marquesa de Santos (Pedro Calmon a considerava ambiciosa) para a importância de "certas misteriosas combinações". Que combinações seriam essas? D. Pedro sabia, ele e certamente esse outro Pedro, o Calmon, que pesquisou e analisou "as vinte mil léguas submarinas" da vida do Rei Cavaleiro. Nessas combinações, que para mim começaram naquele antigo laboratório de química, residiria o luminoso mistério que é o sal da vida.

Creio que foi sob a inspiração dessas combinações instigantes que me veio a ideia de fazer vibrar a corda tensa, de extremos aparentemente antagônicos: numa ponta, Gregório de Matos, o Patrono desta Cadeira 16. Na outra ponta, Pedro Calmon, o seu último ocupante. Nessa desafiante operação, eis que me surpreendi de repente com a mesma perplexidade daquelas manhãs no laboratório de Química, diante das soluções que pareciam desacatar a previsão oficial. Que neste caso seria afastar o baiano tão ilustre que foi Pedro Calmon do anti-ilustre baiano que foi Gregório de Matos.

Contudo, aqui estou não só unindo esses extremos mas com eles dando um nó forte e quente, porque são extremos feitos da mesma incomparável matéria dos seres raros. Entrelaçados nas suas raízes por uma paixão comum: a paixão da palavra. A palavra falada. A palavra escrita.

A dementada paixão da palavra que os levou a lutar com a mesma coragem. Com a mesma generosidade – duas virtudes comuns aos dois artistas. Embora, na opinião de Carlos Drummond de Andrade, essa fosse uma luta vã:

Lutar com a palavra

é a luta mais vã
entanto, lutamos
mal rompe a manhã.

Confesso que não vejo o trovador delirante que foi Gregório de Matos acordando com a manhã, pois era nas noites boêmias que ele apurava sua viola. Quem acordava com os passarinhos era Pedro Calmon, ansioso por iniciar a luta que se assemelha a uma luta de boxe, sim, o escritor atracado à palavra como um *boxeur* numa contenda que é busca e encontro. Dor e celebração. Com suor e sangue, a palavra verte sangue.

O satírico do século XVII, Gregório de Matos Guerra, o Boca do Inferno, liberto e libertino, errando "despassarado" de viola a tiracolo por Lisboa, Coimbra, Bahia, Angola e Recife. E os vínculos coincidentes com o bem-comportado orador do século XX, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, historiador e jurista refinado e polido, irônico, mas não sarcástico, colérico às vezes (a cólera é necessária) como no período em que foi reitor e, de peito aberto, defendeu a estudantada contra a polícia. Perspectivo e lúcido como o outro, o falso demente Gregório de Matos. Um descompondo e o outro compondo, mas testemunhando, cada qual à sua maneira e ao seu tempo, a sua gente e o seu país.

Curioso o destino desses dois baianos iluminados pela paixão da palavra falada. Na sua tormentosa viagem para Ítaca, Ulisses fez-se amarrar com cordas no mastro do navio para assim resistir ao canto sedutor das sereias. Os que ouviram Gregório de Matos com seu estilo barroco e fescenino e os que ouviram Pedro Calmon, barroco, também, mas não licencioso – os que ouviram essas duas sereias das mesmas águas não precisaram se amarrar para resistirem ao impulso de seguir o líder da ralé e o líder da elite nas universidades e academias. Pedro Calmon tinha três tribunas prediletas: a desta Academia, a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. A tribuna do poeta era a taverna, a rua. Ele, que não tinha um "gato pingado pra puxar pelo rabo", gostava de gatos? O gato de Pedro Calmon chamava-se Reinaldo. Gregório de Matos e o seu destino obscuro "naquela pobre Bahia fidalga, no ano do Senhor de 1684". Pedro Calmon e o seu destino glorioso.

Mas, afinal, o que queriam esses dois sonhadores, a verdade? A verdade. Usando e abusando do poder da palavra (o terrível poder da palavra!), sondaram, analisaram e interpretaram essa verdade tão escorregadia na face dos reis e dos vagabundos. Dos poetas e dos santos. *Qui est veritas*?, foi perguntado ao Filho de Deus. Ele não respondeu. E lembro aqui a paixão de ambos por esse mesmo Deus – outro traço comum na natureza mais profunda das duas ovelhas, a branca e a preta, esta a mais carente. A se oferecer nos instantes de lirismo para pousar a cabeça no seio da mulher amada. Ou no Coração do Senhor:

> Nesse lance, por ser o derradeiro,
> Pois vejo a minha vida anoitecer;
> É, meu Jesus, a hora de se ver
> A brandura de um Pai, mesmo Cordeiro.

A beleza deve ser repetida: "Nesse lance, por ser o derradeiro, / Pois vejo a minha vida anoitecer;"

Pedro Calmon clareou essa noite quando escreveu sobre *A Espantosa Vida de Gregório de Matos*, tantos espantos! Sem dúvida, reconheceu que "uma centelha genial lhe abraçou a incrível facilidade do verso. Não se negue mais, aqui e em Portugal, que é dele o primado do abrasileiramento da Língua Portuguesa".

Não se negue também que foi Gregório de Matos, com sua poesia coloquial, o criador da modinha, a famosa modinha brasileira, que ele inventou e divulgou nas suas serenatas em Coimbra. E quando para cá voltou com seu canudo de doutor e sua viola.

Influências de Gôngora e Quevedo? Sim, mas o bardo baiano não aceitava ordens ainda que viessem metamorfoseadas em influências. Foi tentado, chegou a pensar que podia vender a alma ao Diabo, quando aceitou cargos e honrarias com a condição de se calar. Durou pouco o contrato do silêncio, ah! todo o ouro do mundo não valia a sua liberdade. Jogou longe os aparatos, tirou a viola do saco e voltou às suas sátiras contra a corrupção política, contra o pedantismo e contra a hipocrisia de um reino que nunca respeitou. Orfeu amansava as feras ao som da sua lira. Com sua viola, o poeta atiçava essas feras. Arriscava-se? E muito. Mas viver perigosamente era a sua destinação.

E o poeta sem princípios tinha princípios. Os seus princípios. Se amor é transgressão, ele transgrediu à beça em todos os estados civis pelos quais passou, principalmente no estado de casado, ele gostava de se casar. Contudo, num tempo em que os homens de bem escondiam ferozmente seus amores proibidos e os frutos abomináveis desses amores, assumiu o chamado "caso escabroso". Lá está, nos assentos da freguesia de São João da Pedreira, a confissão da paternidade: "Aos dezoito de julho de mil seiscentos e setenta e quatro batizei a Francisca, filha de Gregório de Matos e Guerra, casado, e de Lourença Francisca, solteira."

Sem querer exagerar na relação das coincidências (o ficcionista é um exagerado), gostaria de lembrar mais um elo de coincidência e que implica uma razão como chave da corrente: eu era estudante na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco ("paulista sou, há quatrocentos anos"), quando um colega me ofereceu um livro: *Poesias de Gregório de Matos*. Sentei-me sob as arcadas. Abri o livro. Então o bedel veio me perguntar se à noite eu não viria assistir à conferência do Professor Pedro Calmon.

Os jovens desconfiam sempre das celebridades de outra geração, mas eu estava em disponibilidade, e esse era um programa. Confesso que entrei na sala meio hesitante, levando comigo as poesias da manhã, uma garantia na hipótese de me sentar na frente e não poder fugir. O tema da conferência era Castro Alves. Entrei desconfiada e saí fascinada. O público ainda aplaudia de pé, quando pensei em felicitar o orador de sorriso franco e olhos largos, brilhantes. Não fui, havia gente demais em redor dele. Mas enviei-lhe o meu primeiro livro de contos com uma dedicatória emocionada. Dias depois, recebi o seu cartão que me deixou radiante, mostrei-o aos colegas. Só mais tarde fiquei conhecendo alguns títulos da sua vastíssima obra tão severa, tão brilhante. Destaco as biografias de Castro Alves e de D. Pedro II. E esse admirável ensaio, *As Ideias Políticas do Brasil*. Alguns livros eu amo. Outros, apenas admiro. Eis um livro que amei e admirei.

Araripe Júnior, crítico literário e ensaísta, foi o criador desta Cadeira de veludo azul. "O veludo da Cadeira azulou como azularam os cabelos" – ouço Gregório de Matos soprar com seu risinho irreverente.

Ralho com ele e retorno à figura do ensaísta com sua vontade de renovação – mas não é estranho? Araripe Júnior, de aparência tão convencional (as apa-

rências!) e não se sujeitando ao convencional gosto literário da época: ele ousava. Buscava a aventura de novas linguagens e, nessa busca, voltou-se como um girassol deslumbrado para autores como Ibsen, Edgar Poe e... Gregório de Matos.

Félix Pacheco vem em seguida. Como o seu antecessor, tem o ar ajuizado da laboriosa formiga da fábula, mas gostava mesmo era de ouvir as cigarras. Foi poeta na primeira juventude. O pai queria que ele seguisse a carreira militar; rebelou-se e foi ser jornalista no *Jornal do Commercio*, onde começou como simples repórter policial e chegou a diretor. Foi também deputado e chanceler da República. Fala tanto nas antigas ilusões, nos sonhos, acredita mesmo que o homem pode se salvar através do sonho – ainda a inquietação do poeta de colete rigorosamente abotoado. Com a emoção arrebentando os botões em suas bizarras paixões literárias: tinha para escolher toda a bem-comportada galeria dos poetas parnasianos, mas quem ele foi buscar? Baudelaire, Rimbaud e Cruz e Sousa, o negro simbolista dos escarros e vísceras. E Gregório de Matos, naturalmente, o bem-amado dos ocupantes desta Cadeira. Félix Pacheco era feliz? Não sei. Sei que teve a coragem de assumir, já na maturidade, a sua condição de poeta, ele que passara a vida aspirando o buquê perverso das ambiguidades do mal e das ambiguidades do bem. Amava os gatos.

Imaginai agora uma reunião na linha dos malditos, dos raros. Daqueles que, pelos caminhos mais inesperados, escolhem a ruptura. Fora do tempo e ocupando o mesmo espaço, estão todos numa sala, é noite. Os gênios ignorados num País de memória curta, que parece preferir os mitos estrangeiros como se estivéssemos ainda no século XVII, sob o cativeiro do reino. Os mitos estrangeiros que continuam nos vampirizando, já estamos quase esvaídos e ainda oferecemos a jugular no nosso melhor inglês, "o vosso amor é uma honra para mim!". Pois, imaginai essa reunião com gente aqui da terra: abraçado à sua viola, num canto de sombra, está Gregório de Matos, ouvindo embevecido o piano de Villa-Lobos. Ao lado, um homem pequeno (o Aleijadinho?) diz qualquer coisa que faz Guimarães Rosa rir seu riso luminoso. Tarsila desenha em silêncio, observada por Oswald de Andrade, que gesticula e fala, enquanto Cruz e Sousa se aproxima de Castro Alves, que conversa com Glauber Rocha em tom de conspiração. Vislumbro o perfil de Brecheret. Corre o vinho. Há mais convidados, sim, mas os vultos se esgueiram e se confundem em meio da fumaça penumbrosa dos charutos. Lima Barreto, o

moderador da mesa, tira a palheta e começa a falar, mas ninguém presta atenção, reina a indisciplina: "É raro encontrar homens assim – diz ele –, mas os há, e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente sente mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça."

Pedro Calmon está atento para registrar e interpretar a contraditória História, matéria para a eternidade. Chama Mário de Andrade e aponta, na vidraça da janela, dois olhos verdes que espiam enviesados. Mário abre a porta e o sorriso. O convite é à maneira bandeiriana: "Entra, Clarice, a casa é sua, você não precisa pedir licença..."

Senhores acadêmicos, senhora acadêmica,

comecei por narrar as minhas perplexidades naquele modesto laboratório de Química da minha adolescência. Das imprevistas misturas, com suas explosões, passei para o imprevisível homem, com sua circunstância, e, assim, nesse mundo fantástico e surrealista, juntei num forte nó as pontas extremas do fio da baianidade: Gregório de Matos e Pedro Calmon. O herói e o antiherói. "A disparidade dos seres é acidental", ensinou Aristóteles. "A unidade dos seres, essa é essencial". Tudo somado, chegamos às tais "misteriosas combinações" tão do agrado de D. Pedro I, desde que nelas estaria incluído o seu amor pela marquesa.

Senhores acadêmicos, senhora acadêmica,

antes de a Academia Francesa de Letras, que foi nosso modelo, receber Marquerite Yourcenar, esta Academia Brasileira de Letras teve o *beau geste* de abrir suas portas para Rachel de Queiroz. Em seguida, para Dinah. "Não quero um trono – diria também Rachel de Queiroz. – Quero apenas esta Cadeira."

A mesma paixão que nos une: a paixão da palavra. A mesma luta tecida na solidão e na solidariedade para cumprir o duro ofício nesta sociedade violenta, de pura autodestruição. E neste tempo que está mais para Gregório de Matos do que para Pedro Calmon – ah! quanta matéria para a inspiração do trovador com sua viola demolidora. Um tempo que marca a plenitude da sáti-

ra, da charge política: a salvação através do humor. Com esse humor incandescente, ele iria se empenhar de novo na denúncia dos males que desde o século XVII já afligiam o País, centralizados na Política com seus demônios crônicos na delirante corrida pelo poder: o demônio da Gula (leia-se voracidade), o demônio da Vaidade e o demônio da Soberba. O burocrático demônio da Preguiça, esse vem se arrastando por último.

O duro ofício de testemunhar um planeta enfermo nesta virada do século. Às vezes, o medo. Quando perseguido, o polvo se fecha nos tentáculos e solta uma tinta negra para que a água em redor fique turva e, assim, camuflado, ele possa então fugir. A negra tinta do medo. Viscosa, morna. Mas o escritor precisa se ver e ver o próximo na transparência da água. Tem de vencer o medo para escrever esse medo. E resgatar a palavra através do amor, a palavra que permanece como a negação da morte.

Às vezes, a esperança. O homem vai sobreviver, e essa certeza me vem quando vejo o mar, um mar que talhou com tanta poluição, embora! mas resistindo. Contemplo as montanhas e fico maravilhada porque elas ainda estão vivas. Sei que é preciso apostar e de aposta em aposta cheguei a esta Casa para a harmoniosa convivência com aqueles que apostam na palavra. Sei ainda que estou feliz nesta noite: vejo minha família – meu filho Godoffredo Telles Neto deve estar por aí me filmando, é cineasta. E vejo os meus amigos. Esses amigos que me acompanham e me iluminam.

# II

# RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

A Academia Brasileira de Letras, a Casa de Machado de Assis, recebe hoje uma escritora, um escritor – a escritora Lygia Fagundes Telles. Quando digo escritor quero ressaltar um traço peculiar, uma condição insubstituível, um sentido específico. E procuro distinguir, para tornar bem clara esta decisão semântica, entre escritor, escrivinhador e escrevente. O terceiro estabelece com a Língua uma relação instrumental – é, talvez, um usuário burocrático. O segundo se nos afigura como um diletante, abandonado à sua aventura intransitiva. Jamais escreve "para"; escrivinha simplesmente. Tem alguma coisa do *dandy* da palavra, porém se deixa afogar na sua intransitividade congênita. Já o escritor, este, não. Ele inventa signos, imagens, objetos não identificáveis – que nos provocam, nos reencaminham, nos induzem a viver. Esses objetos são sujeitos: são vidas.

A escritora Lygia Fagundes Telles começou acompanhada dos receios inerentes a uma responsabilidade prematura. Esse receio, esse medo, que já se antecipava como medo do tempo, núcleo e força propulsora de sua narrativa vigorosamente existencial, não passou desapercebido à perspicácia de Mário de Andrade. "Escreva sem medo, não seja assim", aconselhou ele, naqueles dias matinais. Não se sabe até hoje se o conselho já se encontrava dentro dela, guardado debaixo de sete chaves, ou se ela seguiu à risca as indicações do

mestre. Sabe-se que a escritora derrotou ou domesticou o medo. Aliás, toda vez que o medo se deixa domesticar, deixa-se igualmente derrotar. O medo foi derrotado com a mais pacífica e a mais perigosa de todas as armas – a palavra: este sonho escrito, que rasga corações, deflagra revoluções, entre perplexo, eloquente e mudo, diante do seu "mistério". Do seu "mistério", para falar com uma palavra-chave de Lygia Fagundes Telles.

Diz um famoso médico vienense, criador de uma paraciência muito ambiciosa, tão ambiciosa que se imaginou completamente ciência, que as representações do medo podem não ser verdadeiras, mas o medo sim. Com uma diferença radical: aqui o medo não se reduz à mera produção de fantasmas, porque se dedica a criar vidas. A escritora soube perceber, como o personagem do "Verde Lagarto Amarelo", que só lhe restara: "escrever." Para vencer o medo do tempo.

## I

Em meio ao desconforto existencial, todo perpassado pelo travo da inadaptação, tocado ainda pela consciência infeliz, ergue-se um tempo romanesco, solitário e incomunicável. A busca do sentido da vida, a procura do "outro", vai desdobrando um projeto narrativo que não recusa, porque abraça e leva adiante, os emblemas do desejo. A narradora evita reter ou subjugar o real. Pelos interstícios ou pelas frestas do que fora uma realidade estável e coesa, passam agora as impurezas da razão. Configura-se um realismo diferenciado, provavelmente um realismo imaginário, onde contracenam o natural e o sobrenatural, o cotidiano e o extraordinário, impulsionados pela legenda voluntariosa do "eterno retorno". As rememorações se sucedem, porque o tempo é o centro do mundo. E as palavras se alternam, não raro, ludicamente, porque o jogo alarga o sentido.

Em uma entrevista altamente reveladora, concedida a *O Estado de S. Paulo*, dizia Lygia:

> Eu sou uma jogadora. Meu pai era um jogador. Ele jogava com as fichas, eu jogo com as palavras. Eu acho que nós temos de arriscar, o tempo todo, até a morte. Então, arrisco e acho válido. É uma forma de transpor o círculo de giz, a fronteira. Isto, para o escritor, é sempre uma esperança.

Esse traço modernizante, esse salto rigorosamente qualitativo que vai da ilusão da plenitude à aventura do possível, esse risco calculado, atento às regras do jogo, instala a esperança no interior da Linguagem. E a Linguagem não é senão a Língua mais a premonição.

A Literatura então se afirma como vontade, vontade realista de domar o tempo e evitar o apodrecimento dos homens e das coisas. Essa deterioração se vê metaforizada, verticalmente, em *Ciranda de Pedra*.

II

A vida, essa incontrolável "ciranda de pedra", exprime e imprime o Antropocentrismo de fundo humanista que a sociedade tomada pelas promessas modernizadoras experimentou em meio à exaltação e ao desastre. O jogo cênico que se desenrola principalmente entre Virgínia, Laura, Natércio e Daniel não esconde o impulso desmitificador, com que põe em xeque as práticas e as efusões do cotidiano pequeno-burguês. O Drama estaria fadado ao melodrama, não fosse a perícia do romancista no representar as oscilações de um mundo quase soterrado, porém sobrevivente. A crise dos padrões éticos, cindida entre o impasse social e o bloqueio psicológico, dá lugar a uma trama bem urdida, onde o desenho da desagregação consegue ser, a uma só vez, preciso e imaginoso.

Aí já se perfila um dos temas centrais da novelística de Lygia Fagundes Telles: o dos personagens insulares, que se debatem, incessante e despropositadamente, como pequenas ilhas extraviadas. A moldura ambiental, que serve de pano de fundo às peripécias de Virgínia e seus coadjuvantes inglórios, aponta para um espaço inerte, todo ocupado pela voracidade do tempo. A transcendência, ou a correta mobilização de detalhes imediatos, se desprende de sua base metonímica para multiplicar-se metaforicamente. Corta o azul do teto e o verde do horizonte. O "outro", que permanecia deliberada ou involuntariamente oculto, se vê revelado, mas revelado como representação de afetos e linguagens truncados. Porque se desestabilizara, na derrocada moral, o conjunto social que se supunha organicamente estável. Jamais conseguiu ela ser atendida naquela aspiração verbalizada no *Verão no Aquário*: "Era preciso, ao menos, que não continuássemos como ilhas."

## III

A energia serena que atravessa o texto faz com que a sua cadência narrativa, a sua pontuação interior, consiga ser simultaneamente abrupta – o vocábulo cortante ou desbocado – e pausada – evocativa e afetuosa. Recupera-se o novo, que fora proscrito pela novidade. "A obra de Arte para mim – adianta Lygia – é um imprevisto. Um grande imprevisto de loucura." Os sentidos alucinados revidam ou expulsam qualquer tentativa ou tentação formalista. Emerge uma espécie de razão perceptiva, que se nutre de contatos e enlaces inesperados. Quando ela deslinda e reprograma o real, é antes a percepção quem age.

Talvez se possa falar, ainda aqui, de uma razão apaixonada. A consistência da paixão aponta para a razão perceptiva, que inclui e desenvolve experiências furtivas e até chocantes. A paixão, saudavelmente impura, recusa o mundo objetivo tal qual ele se impõe e, ao agir sobre os entes, refaz o percurso e recupera o paradeiro da liberdade.

"A obra de Arte é uma criação de liberdade, de liberdade e de amor" – acrescenta Lygia Fagundes Telles, como quem retoca os termos de uma poética descontraída e aberta. Mas a liberdade, no seu afã de transpor os limites, deseja afirmar-se diante do tempo: esse animal narrativo, imperturbável e imprevisível.

Há uma explicitação no romance *As Meninas*, de alguma maneira ilustrativa: "– Tinha um relógio grande assim na torre e eu queria me agarrar nos ponteiros, segurar as horas, por que é que o tempo não parava um pouco? Queria ficar lá dependurado, segurando o tempo." A razão perceptiva parece tocar fisicamente no tempo, animada pela hipótese, mesmo que remota, de redução da sua velocidade.

## IV

A narrativa de Lygia Fagundes Telles, as suas "ficções", para lembrar o "memorioso" Jorge Luis Borges, são o tempo, o tempo todo. Sobretudo porque o tempo tem, é, a chave do sentido. E, motor da criação, a sua tarefa maior, o seu encargo prioritário, consiste em recuperar as ocorrências passadas ou grava-

das na memória. Por isso, escrever é rememorar – rememoração direta e rememoração oblíqua e dissimulada, em virtude da qual o homem, mais que tudo a sua letra impressa, luta subversivamente contra o poder onipotente do tempo.

Os personagens envelhecidos, e tanto mais isolados quanto mais envelhecidos, desvelam a consciência dolorosa da fugacidade do tempo.

É assim em "Apenas um Saxofone", no diálogo que se estabelece entre a narradora e a sala repleta de objetos antigos: "É que fomos escurecendo juntas, a sala e eu."

É assim em "Helga":

> Como é difícil reconstituir os acontecimentos! Lembrar o ano em que tudo aconteceu já exige esforço. Distribuir os fatos pelos meses não consigo. Mas ordenar os sentimentos é para mim totalmente impossível. Revivo o tempo da contemplação de sua beleza e depois os instantes de fundo desejo.

É assim também em "A Chave": "Agora era tarde para dizer que não ia, agora era tarde."

E assim por diante.

A narrativa de Lygia Fagundes Telles se estende como paisagem da rememoração e se autolegitima, a todo momento, como deliberação, vontade mobilizada de resgate do "mistério". O mistério que se dessacraliza porque se confunde com a vida e avança como força propulsora da criação. E a outra face da medalha do tempo, que se concretiza no texto, nos domínios verbais do imaginário. E Lygia não deixa dúvidas, quando afirma: "É o texto que responde ao tempo. Este é o mistério da criação." Daí, o seu investimento constante no resgate do mistério – a vida.

*A Estrutura da Bolha de Sabão*, uma de suas mais bem realizadas histórias curtas, pode ser lida como metáfora do mistério, que se resolve pela paixão, tripartida entre a criação, o amor e a morte. Os olhos da paixão aumentam o mundo, mesmo porque as dimensões da paixão constituem o caminhar do mistério. Por isso, a criação vem a ser uma paixão paciente, movida pela "disciplina do amor".

Mais uma vez criar, resgatar o mistério, é ganhar o tempo. A pertinência ficcional de Lygia Fagundes Telles jamais se furta em mostrar que a paixão

nunca obscurece a visão, porque limpa e apura o campo visual, nos limites em que se movimentam, repousam ou se enervam, as nossas impacientes retinas.

Ao amor fica reservado o desempenho essencial, na medida em que nele se concretiza o encontro, a revelação do mistério, embora emaranhado na sua fugacidade irreversível. Se cada ser humano é um tempo particular, o desencontro termina sendo passagem obrigatória. O amor nasce ferido de morte. A finitude do amor desaba sobre a vida como uma espécie de fatalidade. Mas de qualquer modo, ferido ou combalido, é ainda o amor a fonte da vida. O olhar matizado de Lygia Fagundes Telles nos faz ver que não há outro roteiro para a salvação. Tudo o que quer o amor é se apossar do tempo, para vencer a morte e ganhar a vida.

Está bem claro que o discurso capaz de dar conta dessa astúcia, dessa desolação ou dessa ousadia, só pode ser o discurso vazado do realismo imaginário. Ele é ambivalente por excelência, aguçado pela crise do sujeito individual, na rota moderna que nos conduz das "ilusões perdidas" até a "era da suspeita" ou das "incertezas". A *mímesis* recupera o seu vigor antigo e faz a opção do fantástico. "As formigas", relato emblemático, se descolam da terra. Os anões, referência persistente, significam entidades fora do tempo – deslocadas: o meio caminho sem percurso.

É necessário reforçar a ação perceptiva com a ajuda da imaginação; deixar para trás o que seriam as pautas neonaturalistas, em função das quais o fantástico passaria ao largo da realidade, e o mistério seria um fator de perturbação da ordem narrativa. Na verdade, a vida, o mistério e o fantástico são termos correlatos, que se desgarrariam na apreensão empírica ou na prisão fatual. Na ficção, nunca. A criação quer de volta, refortalecido e diversificado, o mistério da vida.

## V

Como surpreender o sentido da vida em meio à solidão? Como experimentar o desencontro, no corpo e na alma, sem se abandonar ao niilismo? As *Histórias do Desencontro*, que reúnem heróis destituídos, herdeiros deserdados, parceiros extraviados, inauguram, de modo insólito, a solidão acompanhada. Aquela solidão que aflora, dramática e ironicamente, no conto "Eu

Era Mudo e Só". "Mas, se é difícil carregar a solidão – diz a autora – mais difícil ainda é carregar uma companhia. A companhia resiste, a companhia tem uma saúde de ferro!"

A força da subjetividade confere um elevado estatuto ficcional a esses enredos partidos. Quando as lembranças projetam imagens da dissolução geral, os seres e as coisas registram os mínimos abalos. Os objetos são objetos do sujeito, porque nos primeiros estão cravados afetos e desafetos do segundo. O próprio espaço pode ser percebido como projeção da dor individual, moída pela roda enferrujada do tempo. Os objetos corroídos e desbotados, em tantos relatos evocativos, em "A Caçada", precisamente, recebem toda a carga do tempo degradado. Daí o valor da juventude. "Antes do Baile Verde" é a alegoria da juventude, desdobrada sobre a recusa da morte e o convite auspicioso, vital, amoroso, da festa. "Apenas um Saxofone" é a exaltação da juventude, "a única coisa que existe": a respiração que passa desapercebida até que se perturba. "Alguém por acaso fica atento ao ato de respirar?", fala a personagem. A juventude representa o tempo sem mediação, inconsciente e alado.

Persiste, velada ou explicitamente, a questão do sentido, da crise do indivíduo encarnado socialmente: persiste por entre as formas informais da subjetividade, que culminam nos fragmentos de *A Disciplina do Amor*. As narrativas abertas, os pedaços de textos infensos à conclusão, guardam a sua tragicidade ancestral. O sentimento trágico da vida advém da impossibilidade de ultrapassar o tempo e nos segue de perto, ao longo das diferentes etapas da modernidade. A própria compreensão do envelhecimento, sustentada pela antiga ideia da claridade e da nitidez, parece abrigar a visão épica do mundo. Daí a irreparável sensação de perda, a intensificação do jogo contrastivo que busca a saída para o impasse comunicativo. A saída somente poderia ser utópica. E o lugar real dessa utopia, dessa esperança concreta, dessa revelação do mistério, é a Literatura. Mas a Literatura de um escritor, de um criador de linguagens.

Quem se aproxima da rigorosa humanidade de Lygia pode compreender, sem se entregar ao biografismo fácil, o quanto a pessoa influiu no personagem. Influiu sem dirigir, sem subjugar os movimentos livres da cena. Influiu no alto teor ficcional, influiu na temperatura afetiva das reconstituições, influiu no exercício sem alarde, no exercício silencioso e pontual da soli-

dariedade, que é, nos mínimos gestos reclusos, a façanha de um encontro ao mesmo tempo intelectual e humano.

Esta escritora radical, enraizada, que estamos recebendo agora – Lygia Fagundes Telles –, já pertencia, de há muito, à família espiritual do fundador desta Casa, não por acaso também conhecido como o Bruxo do Cosme Velho. É justo que a recebamos nesta noite, felizes e reconfortados. Reconfortados e felizes por sermos confrades de Lygia Fagundes Telles.

Discurso do
SR. CELSO FERREIRA DA CUNHA

e

Resposta do
SR. ABGAR RENAULT

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 4 de dezembro de 1987*

# I

# DISCURSO DO SR. CELSO FERREIRA DA CUNHA

Senhores acadêmicos,

sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento pela prova de apreço com que me cumulastes ao trazer-me para o vosso sábio convívio.

Recebo-a com humildade, não como uma consagração pela obra produzida, mas como um estímulo para realizar tarefas mais ambiciosas no campo do saber filológico.

Minhas relações com esta Casa são antigas. Mal saído dos bancos da Faculdade Nacional de Filosofia, aqui trabalhei três anos na preparação do *Dicionário da Língua Portuguesa*, projetado e coordenado por meu inesquecível Mestre Antenor Nascentes. Em 1956, fui galardoado com o Prêmio José Veríssimo, de ensaio e erudição, pela monografia "O Cancioneiro de Martin Codax". E, depois, durante anos, participei ativamente dos trabalhos da Comissão Machado de Assis, que foi desativada em má hora, justamente quando os seus membros haviam adquirido uma experiência – difícil de ser renovada – na editoração crítica de textos modernos. Poderíamos ter-nos antecipado em suas finalidades ao Institut des Textes et Manuscrits Modernes, criado pelo saber e clarividência do Professor Louis Hay e que, com o desenvolvimento da Crítica Genética, revolucionou a própria noção de texto.

Agora, senhores acadêmicos, me recebeis como um dos vossos e numa Cadeira que me é particularmente cara.

Filho de um liberal sem fissuras, que nunca sacrificou suas ideias aos interesses menores da Política, nascido, como ele, na cidade que conserva a tradição e o nome glorioso de Teófilo Otoni, cedo aprendi a admirar esse exemplo paradigmático do Liberalismo, que foi Tavares Bastos, Patrono da Cadeira 35, escolhido pelo Fundador Rodrigo Octavio, por ter sido o maior amigo do seu pai.

Rodrigo Octavio Filho, que lhe sucedeu, foi colega de turma de meu pai na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais e, enquanto viveu, coordenou sempre uma reunião anual dos colegas, rememorativa da data da formatura em 1914. Lamento, hoje, que uma insuperada timidez não me tenha permitido frequentá-lo como devia. Dele, no entanto, recebi sempre palavras amigas de estímulo na carreira que abracei.

José Honório Rodrigues, conheci-o na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, numa época de ardentes debates políticos, que estremavam uma esquerda de ideias um tanto difusas de uma direita integralista mais organizada nos seus propósitos.

Formava ele entre os estudantes de esquerda, por influência, mais tarde confessada, da doutrinação de linha marxista do professor Edgardo de Castro Rebello, real e merecidamente o mestre mais prestigioso da Faculdade, que só vim a conhecer, a admirar, e de cuja intimidade participei, a partir de 1953, quando assisti a uma conferência sua na Faculdade de Direito de Paris, conferência magistral, coroada pelo vivo e alto debate com o sábio professor Rippert. Quando devia ser seu aluno de Direito Comercial no terceiro ano, estava ele preso a bordo do navio Pedro I.

Na Faculdade de Direito, tive, porém, o privilégio de ser colega, desde o pré-jurídico, de Leda Boechat.

Foi ela a primeira classificada no vestibular e assim continuou por todo o curso, razão do alto apreço que lhe tinham os professores. A sua devotada colaboração à pesquisa histórica de José Honório Rodrigues, mesmo antes do casamento, fazia-me lembrar o exemplo admirável de D. María Goyri, que, depois de produzir alguns estudos eruditos de rara agudeza crítica, resolveu dedicar-se exclusivamente à obra do seu esposo, D. Ramón Menéndez Pidal,

tendo chegado à perfeição de ler todas as revistas relacionadas com o vasto campo dos seus interesses, marcando os pontos de que, pela contribuição inovadora, ele deveria tomar conhecimento.

A longevidade de D. Ramón (que por quatro meses não chegou aos cem anos) impediu que D. María Goyri lhe sobrevivesse e se encarregasse da publicação póstuma de suas obras, o que Leda começa a fazer com renovada dedicação relativamente às do marido. Teremos, assim, brevemente, em dois volumes, a segunda parte da *História da História do Brasil*. Pela Editora Ática, sairão duas obras há muito esperadas: *Capítulos da História do Açúcar no Brasil* e Capítulos das *Relações Internacionais do Brasil*. Finalmente, a Companhia Editora Nacional publicará os seus *Ensaios Livres*.

Senhores acadêmicos, esta Cadeira viveu sempre sob a égide do Liberalismo Político. O patrono era também convicto liberal na área econômica, o que sabia harmonizar com a ampla visão dos graves problemas sociais com que se debatia o País.

É realmente admirável que em tão curta vida se tenha distinguido pela firmeza no desenvolver de tantas ideias, algumas consubstanciadas em lei no seu tempo; outras, depois da sua morte.

Rui Barbosa, tão comedido no elogiar, considerou-o "alma de gigante", "cabeça que comensurava todas as questões do nosso futuro". E Evaristo de Moraes Filho na breve, mas penetrante, análise do seu ideário, escreve:

> Espírito livre, adversário dos preconceitos e do atraso, viveu e consumiu-se Tavares Bastos num só ideal: tirar o Brasil do subdesenvolvimento em que se encontrava, trazendo-lhe uma ideologia de renovação e de esperança [...].
>
> Queria uma sociedade mais justa, com a fortuna pública mais bem dividida entre todas as camadas sociais, com iguais oportunidades para todos, no pleno gozo das liberdades e das franquias constitucionais, livres do medo, da violência e das necessidades.
>
> Publicista do nosso tempo, de todos os tempos, talvez tenha sido o maior pensador político do Império, pelo conjunto de sua mensagem, pelos métodos realistas de análise, pela sua brasilidade universalista.

José Honório Rodrigues vai além, ao reputá-lo "o mais orgânico, o mais sistemático e o mais lúcido pensador político que o Brasil já produziu".

Tavares Bastos atribuía quase todos os males do Brasil do seu tempo à colonização portuguesa e ao modelo econômico nela adotado. José Honório

Rodrigues também critica a antiga metrópole por seu processo colonizador de base extrativista, de exploração comercial, complementar e não-concorrencial de produtos.

Eu mesmo, em estudos sobre o Português do Brasil, tenho enumerado certos aspectos deficientes do domínio português, em particular na área cultural.

Estender, porém, as restrições ao modelo de colonização (e a História nos mostra que para o colonizado não há, nem nunca houve, bom colonizador), estender essas restrições, como faz Tavares Bastos, ao estágio sociocultural português na época do Descobrimento do Brasil é cometer grave injustiça histórica.

O Portugal que descobriu ao mundo novos mundos não o fez por acaso, mas porque estava realmente na vanguarda da Ciência Experimental do tempo. Basta lembrarmos alguns nomes cimeiros da Cultura Universal de Quinhentos, como o do matemático Pedro Nunes, o do cosmógrafo D. João de Castro, o do cartógrafo Fernando Álvares Seco e o dos botânicos Garcia de Orta e Cristóvão da Costa.

Foi esse "saber de experiências feito", que para si reivindicava o próprio Camões e que tanta importância teve no progresso ulterior da Ciência, que permitiu o domínio paulatino do "mar tenebroso" e deu à façanha de Vasco da Gama não o caráter de aventura da de Colombo, mas o de uma "viagem de cabotagem de alto estilo", como já se escreveu.

E, do ponto de vista humanístico, a criação por D. João II do sistema de bolsas para especialização no exterior permitiu que os beneficiados, "os bolseiros d'el-Rei", ingressassem nas grandes universidades da Europa, onde chegaram aos mais altos postos do Ensino e da Administração, como Diogo de Gouveia e André de Gouveia, reitores dos Colégios de Santa Bárbara e de Bordéus e mestres de Rabelais, de Montaigne, de Calvino e de Inácio de Loyola. Mais de cem professores portugueses lecionaram, no século XVI, nas mais prestigiosas universidades europeias do tempo: de Paris a Salamanca, de Oxford a Praga, de Louvam a Bolonha. E, nessa época, em que se vivia "em signo de Latim", a Língua das Artes e das Ciências era ensinada – e o foi durante duzentos anos, do extremo da Europa ao extremo da Ásia – pela gramática de um modesto jesuíta madeirense, o Padre Manuel Alvares. Ainda em 1869 saía em Xangai uma edição desse livro afortunado.

A Literatura Portuguesa – disse-o o insuspeito Aubrey Bell – é a mais importante literatura elaborada por um pequeno povo, depois da Grega. E, quanto à atividade comercial, não nos devemos esquecer de que a Lisboa dos séculos XVI e XVII era cognominada "empório do mundo e princesa do mar oceano".

Não faz honra, portanto, a um pensador político e social dos mais eminentes que possuiu o Brasil, em qualquer época, afirmar que "Portugal brilhou um dia, no século XV, e morreu para sempre".

De Rodrigo Octavio, o preclaro brasileiro que foi o Fundador da Cadeira e que tanto serviu à Academia nos seus primeiros e difíceis momentos, muito haveria de dizer pelos relevantes serviços que prestou ao País, particularmente nas áreas do Direito e da Diplomacia, e pela alta qualificação de sua obra poligráfica. O seu elogio, no entanto, já foi feito, e por quem tinha credenciais especialíssimas para fazê-lo: o ilustre filho, que levou o seu nome, que lhe sucedeu na Cadeira e que desde a infância lhe acompanhou, orgulhoso, a modelar existência.

Rodrigo Octavio Filho foi também um vitorioso no campo de batalha da vida e conseguiu-o sem deixar de ser bom. Essa qualidade, ligada à sua cortesia, à devoção, à amizade, ao seu porte elegante e a outros dotes que lhe ornavam o físico e o espírito, por numerosos e raros, lançaram a segundo plano a obra seleta que realizou nas áreas da História e da Literatura, como criador e como crítico. Ainda hoje não foi superada a sua monografia sobre o "Penumbrismo na Literatura Brasileira", nem, tampouco, o foi o seu estudo sobre Mario Pederneiras, onde reclama da Crítica o tratamento menor dado ao grande poeta carioca, para o qual reivindica o lugar que verdadeiramente lhe compete em nossa Literatura como inovador no verso, na rima e no ternário poético.

Rodrigo Octavio Filho esteve sempre de bem com a vida e legou-nos um autorretrato espiritual na página "Confissão", que inicia o seu livro *Simbolismo e Penumbrismo*, onde se lê:

> O que eu gosto é de falar do que me agrada. Procuro, apenas, o lado bonito, o lado bom da vida. Não falo mal dos outros, nem dos livros que escreveram, nem do mal que me fizeram. Só leio o que me interessa, ensina ou consola. Costumo dizer que para não se ver uma mulher feia basta não olhar... As outras passam, em revoada, por nossa lembrança... Assim aconteceu com os livros que li e com as criaturas do

meu convívio. A verdade é que grande parte de minha modesta obra literária é de evocações. Síntese das emoções da minha memória.

A ninguém poderiam aplicar-se, com mais propriedade, os versos de "Una rosa blanca" de José Martí:

*Cultivo una rosa blanca*
*En junio como en enero*
*Para el amigo sincero*
*Que me dá su mano franca.*

*Y, para el cruel que me arranca*
*El corazón con que vivo,*
*Cardos ni urtiga cultivo:*
*Cultivo una rosa blanca!*

Ao contrário dos dois Rodrigo Octavio, que acreditavam não ser a ternura coisa inútil neste mundo, antes procuravam com ela envolver todos os seus atos e os seus gestos, Tavares Bastos e José Honório Rodrigues não cultivaram com a mesma devoção a rosa branca de que fala o grande Martí. Por vezes, o ardor na defesa das suas teses levava-os às raias da agressividade.

Algumas das características mais salientes da personalidade de José Honório Rodrigues, que naturalmente se refletem em sua obra, devem ser creditadas à sua sofrida geração, que é também a minha.

Pertencemos a uma geração que acreditou ver auroras de mundos novos, e cujos remanescentes não raro ainda se agitam por viver à miragem dos ideais inatingidos. Uma geração que começou a amoldar o seu pensamento nos generosos conceitos de liberdade, de igualdade, de justiça, bordões de propaganda de uma revolução vitoriosa que prometia a reforma radical dos viciosos costumes políticos e administrativos que nos atrasavam um século dos países civilizados; que viu o nascimento, a luta, o florescimento e o declínio de grandes e antagônicas ideologias e por elas, devotadamente, se distribuiu nos arroubos de sua sinceridade. Geração educada no espírito de reforma, sequiosa de igualdade e de justiça na vida, de verdade na Ciência, de autenticidade na Arte e que esbarrou, nas primeiras horas da idade adulta, quando ia pôr em prática o que aprendera, com um regime exatamente con-

trário ao que idealizara. Preparada para libertar e emparedada; dominada, mas inconformada, demonstrou esse inconformismo principalmente depois que a restauração da ordem legal em 1945 permitiu que ele aflorasse à larga. Os temperamentos ardentes, os que tinham vocação de líderes e talento para o serem, como um Carlos Lacerda, saíram a cobrar, numa linguagem insuspeitada dos colecionadores de disfemismos e agravos, os anos de participação efetiva nos destinos do País, que lhes negaram.

Savonarolas, a exigirem reformas dos costumes, a reorganização do Estado, a renovação dos valores e, como o frade de San Marco, a enfrentarem toda oposição a suas ideias, oposição de adversários e de partidários, do poder civil e do religioso e, até, do orgulho humano.

Drama particular viveram os que se endereçaram para as ciências do espírito e da Cultura. Restringindo o campo de observação às que me são menos estranhas, não temo afirmar que a esse inconformismo com a opressiva realidade, a um impulso de fuga no tempo e no espaço, se deve o fervoroso cultivo de especialidades até então quase desconhecidas no País e, sobretudo, o emprego de métodos mais rigorosos na comprovação dos fatos.

A criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras veio propiciar aos que se interessavam pelas humanidades em geral a aquisição dos novos métodos de trabalho, de uma seriedade que faltava a esses estudos, onde, com poucas e honrosas exceções de alguns pioneiros sem seguidores, o que havia era dogmatismo, verbosidade e vaguidão. Cultuava-se nessas áreas do Saber aquela impostura de que fala Lecomte de Noüy em *L'Homme devant la Science*:

> O sábio sincero, em seu laboratório, trabalhava dia e noite com o exclusivo desejo de compreender a Natureza. Mas havia também o sábio filósofo, que fazia poucas pesquisas; e delas tirava conclusões tanto mais impressionantes quanto mais fantasistas e largamente desenvolvidas. E havia também o filósofo puro, sempre imbuído da importância da Ciência, que ele não conhecia, mas sobre a qual dissertava copiosamente.

José Honório Rodrigues não seguiu regularmente nossos cursos superiores de História, mas pôde fazê-lo durante um semestre intensivo na Universidade de Colúmbia, sob a direção do Professor Frank Tannenbaun,

que, ao fim desse período, lhe assegurou ser manifesta a sua vocação de historiador e que, daí por diante, o que tinha de fazer era pesquisar e publicar.

Faculdade nenhuma, certamente, por mais qualificada que seja, pode criar um verdadeiro especialista, que é produto do próprio esforço, o que vale dizer – um autodidata.

No particular, José Honório deveria ter presente o exemplo dos seus ilustres contemporâneos Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Pedro Calmon, que, como ele, não se licenciaram em História. E mais. Lembrar-se-ia, sem dúvida, da célebre afirmação, de Mommsen, de que o historiador nasce feito. E, provavelmente, do seu tão admirado Benedetto Croce, de quem se dizia que "nenhum mestre o formou e nenhuma escola o deformou".

A permanência nos Estados Unidos no ano letivo de 1943/1944 foi decisiva na formação do historiador, que se volta inteiramente para a alta erudição histórica e planeja o tríptico monumental que iria consagrá-lo:

a) *Teoria da História do Brasil* (introdução metodológica);

b) *A Pesquisa Histórica do Brasil*;

e) *História da História do Brasil*.

Essa fase da obra de José Honório Rodrigues, de sólida preparação para a seguinte, mais interpretativa, caracteriza-se pelo trabalho paciente, austero, fundado na dura realidade dos textos. Poderíamos denominá-la fase beneditina e contrapô-la à fase dominicana, representada pelas obras de História viva, combatente.

Com a *Teoria da História do Brasil* surge, em verdade, o José Honório renovador, aquele que iria causar a admiração dos colegas nacionais e estrangeiros pelo tratamento erudito, pelo domínio atualizado da Bibliografia, da Metodologia e das ciências auxiliares da História.

Foi enorme e benéfica a influência dessa obra desde a primeira edição de 1949, e não somente na área dos estudos históricos.

É por isso estranho que tenha passado quase despercebida aos filólogos brasileiros, que até hoje não costumam citá-la. E, no entanto, ela deve ser considerada o guia imprescindível de quem se dedique, no Brasil e em Portugal, à diplomática, à autenticidade e forjicação de documentos, à crítica de atribuição, à crítica interna, à crítica de textos e à editoração – tudo com indicações bibliográficas precisas e análises dos exemplos mais importantes e complexos

de textos básicos da nossa História. É aí também que se encontra o primeiro esboço de um estudo evolutivo da Crítica Textual no Brasil, com ênfase naturalmente nos textos históricos.

Aliás, no particular, os historiadores anteciparam-se de muito aos filólogos. Cabe a Varnhagen, de inteira justiça, o pioneirismo nessa área com suas *Reflexões Críticas*, de 1839, muito anteriores à renovação lachmanniana, e nas quais revela o conhecimento do método utilizado pelos editores dos *Monumenta Germaniae Historica* e do que se praticava na École de Chartes.

José Honório Rodrigues faz, como sempre, justiça a Varnhagen, não só pelas *Reflexões Críticas*, mas também pelas edições do *Tratado Descritivo do Brasil*, em 1587, de Gabriel Soares de Sousa; do *Diário de Navegação*, de Pero Lopes de Sousa, posteriormente objeto de uma das melhores edições críticas elaboradas no Brasil, a do Comandante Eugênio de Castro.

Ressalta, ainda, a importância da edição da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, preparada por Capistrano de Abreu, segundo ele "o exemplo mais alto de edição crítica no Brasil dificilmente superado".

De Varnhagen, caberia relembrar a extensão de sua pioneira atividade critica à Literatura Medieval Galego-Portuguesa, que lhe deve, entre outras contribuições relevantes, a edição de *Trovas e Cantares*, de 1849, o texto do *Cancioneiro da Ajuda*, que durante cinquenta e cinco anos – ou seja, até o aparecimento da admirável edição crítica de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos –, serviu os romanistas de todo o mundo, também o *Cancioneirinho de Trovas Antigas*, de 1870, foi a primeira antologia do Cancioneiro da Vaticana e precedeu de cinco anos a edição diplomática de Ernesto Monaci.

José Honório reconhecia a importância, para os estudos históricos, não só da Filologia, mas também da Linguística, tendo chegado a afirmar que "só a Linguística Histórica pode libertar a História do uso das imprecisões vocabulares".

Em seu discurso de posse na Academia, inseriu pertinentes considerações sobre a origem da palavra "liberal" e o seu desenvolvimento semântico e em outra oportunidade declarou que "gostaria de fazer considerações similares sobre o uso das palavras 'pátria' e 'patriota', 'social', 'nacionalismo', 'liberalismo', 'democracia', todas nascidas durante e após a Revolução Francesa".

Em verdade, com a Revolução Francesa, algumas palavras, até então neutras, coloriram-se de sentidos novos, mágicos, que se propagaram às línguas cultas do mundo. "Pátria", "Nação", "Liberdade", "Igualdade", "Fraternidade", "Revolução", "Glória" e seus derivados passaram, em sua polissemia, a expressar ideias nem sempre claras, mas cujo fascínio raiava pela religiosidade. Falou-se, então, muito dos "altares da Pátria", do "templo da Liberdade", da "santa causa da Revolução", do "direito sagrado das Nações".

Angel Rosenblat observa que, na América recém-libertada, essas palavras-temas eram não só escritas, mas também pronunciadas com maiúsculas. Se excluirmos Belgrano, cuja voz aflautada lhe trouxe não poucos dissabores, os próceres da emancipação americana tinham todos voz de baixo-profundo e, segundo nos diz Mansilla em suas *Memórias*, demoravam em regra o dobro do que se gastaria depois na emissão de uma frase.

A preocupação de José Honório com a história das palavras e suas relações com as coisas designadas, objeto da Escola Linguística das *Wörter und Sachen*, é, hoje, um tanto geral entre os filósofos e historiadores, que, sob esse aspecto, poderiam ser considerados cratilistas.

Ortega y Gasset reconhece que "as etimologias não são de interesse meramente linguístico, antes nos permitem descobrir situações 'vividas' efetivamente pelo homem".

Situações por vezes insuspeitadas, como nos mostra a história da palavra "povo", na qual Ortega descobre este paradoxo: "O verdadeiro sentido de *populus* foi originariamente o de corpo armado [...] a palavra mais mansa e civil de todas, "povo", aquela a que recorrem os pacifistas, tem uma inquietante origem bélica.

Contribuição linguística de José Honório Rodrigues, fundamental para o conhecimento das condições sociopolíticas e socioculturais em que se desenvolveu a Língua Portuguesa na América, é a sua comunicação *A Vitória da Língua Portuguesa no Brasil Colonial*, escrita em 1980 para a conferência sobre "O Mundo Português no Tempo de Camões", realizada na Universidade da Flórida, em Gainsville.

Estuda aí os idiomas nativos: o Tupi e as línguas "travadas"; a criação da Língua Geral e sua difusão no Brasil; o longo predomínio do Tupi sobre o Português em São Paulo e, principalmente, no Maranhão, Pará e Amazonas; a

multiplicidade das línguas africanas introduzidas com os escravos como política para facilitar o domínio dos senhores; a situação de polilinguismo ainda no século XVIII e a coercitiva legislação pombalina; finalmente, as condições que propiciaram a vitória da Língua Portuguesa.

Esse ensaio é típico da segunda fase do historiador, em que procura mostrar o caráter cruento da História do Brasil. Partindo do pressuposto de que não podia haver paz cultural, nem paz linguística, durante os três séculos de combate das várias línguas indígenas e negras contra uma branca, José Honório conclui que o processo que levou à imposição da Língua finalmente vitoriosa "não foi assim tão pacífico, nem tão fácil. Custou esforços inauditos, custou sangue de rebelados, custou suicídios, custou vidas".

E argumenta, com razão, que os índios e negros eram compelidos a aprender a Língua Portuguesa para sobreviver. "O vitorioso tinha superioridade total das armas militares, políticas, econômicas. Não se tratava de discutir o valor e a excelência da cultura e da Língua branca ocidental, que era imposta, mas de se ver degradado a romper com seus laços de continuidade cultural".

Esse ensaio de José Honório Rodrigues é não só altamente revelador da sua derradeira visão da História do Brasil, mas vem ao encontro de uma das preocupações da sociolinguística atual: a de estudar as relações glóssicas entre colonizador e colonizado, o invariável menosprezo pela língua deste, estigmatizada, como todas as suas outras formas socioculturais.

Infelizmente temos de convir em que a Linguística foi, durante largo tempo, uma fonte de argumentos pseudocientíficos para negar as virtualidades das línguas de outros povos. Essa negação constituiu sempre parte do fundamento ideológico da superioridade europeia sobre os povos exóticos. "O discurso do linguista sobre as línguas preparou assim a dos políticos anexionistas, dos teóricos do colonialismo".

É também este o pensamento subjacente à doutrina da língua companheira do Império, enunciada por Antonio Nebrija, em 1492, defendida por João de Barros em 1540, e que vamos encontrar claramente expressa na criação dos diretórios pelo Marquês de Pombal, golpe de morte dado na "Língua Geral" em nosso País.

Com razão, escreve Roland Barthes, a propósito dos malefícios do Colonialismo glotofágico na África e na América: "*Voler son langage à un homme au nom même du langage, tous les meurtres légaux commencent par-lá.*"

O amor de José Honório Rodrigues pelo Brasil era crítico e exigente.

Repugnava-lhe viver num país de conformistas, abdicatários e adesistas. Dizia ter ódio à conciliação, para ele "arte política finória da minoria", "sempre personalista", que impediu as reformas de base necessárias ao nosso progresso e sufocou no nascedouro as legítimas aspirações nacionais. Esse ódio, no entanto, abrandava-se a ponto de nele reconhecer o papel fundamental no evitar as soluções extremadas e violentas e no resguardo dos superiores interesses da União.

Dentro desse pensamento, via, naturalmente, na mestiçagem valores negativos e positivos. Considerava-a "o fator mais importante de abrandamento das relações raciais e sociais", que tornou menos cruenta a nossa História, mas, por outro lado, acentuava os seus efeitos amolentadores das qualidades viris, de resistência e rebeldia, causas de serem demoradas e ao cabo mais sofridas as vitórias do povo.

À mestiçagem atribuía também o aparecimento do "complexo de caiação", que vai colocar "setores mestiços a serviço de interesses dominantes". Lembraria apenas que o fenômeno não é peculiar ao Brasil. Os romances de Castro Soromenho retratam igual procedimento dos mestiços em Angola.

O "complexo de caiação" assume importância capital na historiografia sociopolítica de José Honório Rodrigues, o que foi muito bem realçado por Raquel Glezer em sua tese, que vê nos livros dessa fase participante um certo ecletismo, uma atitude por vezes dúbia.

Tal acusação foi repelida pelo historiador com argumentos veementes, em que procurou mostrar que a sua obra obedece a um fio condutor coerente e lógico, em perfeita consonância com um pensamento político e social que já se havia corporificado nos bancos acadêmicos e que sempre foi, segundo suas palavras, "de uma esquerda moderada, e nunca de uma esquerda extremada".

No Marxismo, via apenas uma hipótese de trabalho. Nunca o aceitaria em sua totalidade e, muito menos, como um dogma. E, para justificar tal posição ideológica, reitera a sua filiação a certas correntes filosóficas alemãs e ressalta sua dívida para com Dilthey, Rickert e Weber.

É certo que, a partir de 1955, quando ingressa na Escola Superior de Guerra, o historiador passa a sofrer clara influência das doutrinas aí difundidas e, praticamente, arrefece o seu elã de concluir o monumento de obras de alta erudição sobre a História do Brasil, que havia planejado. Continua a atualizar a *Teoria* até a quarta edição de 1977 e a *Pesquisa Histórica* até a terceira edição de 1978. Publica a primeira parte, relativa à época colonial, da *História da História do Brasil* e deixa em provas a segunda parte, que o zelo de Leda Boechat Rodrigues está levando a bom termo. Não chegou, porém, a preparar os três volumes que completariam a obra: um, referente à *Historiografia Liberal*; Outro, dedicado à *Historiografia Católica, Republicana e Positivista*; e, finalmente, um quinto volume, que se intitularia *Do Realismo ao Socialismo*.

Com as *Aspirações Nacionais*, saídas em 1963, transmudam-se os interesses do historiador, que se volve para o tempo presente, para uma história mais crítica da realidade nacional.

Pretendia ele que tão violenta mudança de área temática fosse apenas o efeito de uma atitude mais prática que teórica, interpretação da qual discorda a maioria de seus críticos, que têm apontado uma alteração substancial nos postulados teóricos que informavam os livros anteriormente publicados.

Sustenta, desde então, cada vez com mais ardor, teses que constituem a parte mais atual – e também mais controvertida – do seu ideário crítico. São elas:

1.ª) A importância do presente e a importância dos vivos, abonando-se frequentemente na afirmação de Benedetto Croce de que toda História é sempre História contemporânea.

2.ª) O caráter bem mais cruento da História do Brasil do que nos relata a historiografia tradicional, que ele prefere chamar "oficial".

3.ª) O Brasil não conheceu revolução, que significa ruptura com o passado, nova estrutura econômica e nova relação social. A contrarrevolução saiu invariavelmente vitoriosa em decorrência do peso do conservadorismo no País.

4.ª) O povo brasileiro vem sendo sempre mais derrotado do que vitorioso em suas legítimas aspirações.

5.ª) A conveniência de se ver a História do Brasil na *longue durée*, pois que, sendo ela extremamente conservadora, o exame restrito a períodos curtos pode levar a erros capitais.

6.ª) A importância, raramente enfatizada por outros historiadores, das rebeliões negras e da revolta permanente dos povos oprimidos, negros e índios, sempre esmagadas.

7.ª) A História do Brasil tem sido escrita por mãos brancas, "com a maioria do seu povo marginalizado".

José Honório Rodrigues procurou facilitar o conhecimento do seu ideário nas reflexões críticas de caráter dialético que faz no capítulo "Teses e Antíteses na História do Brasil" do livro *Conciliação e Reforma*.

Aí vemos o historiador preocupado não com a especialização, mas com uma sempre maior abertura de horizontes, com interesse por problemas aparentemente laterais, tudo "com a finalidade de sintonizar o próprio método às exigências não só mais contemporâneas, senão mais futuras".

Aquelas qualidades mestras que encontrava na obra de Capistrano – claridade e crítica, sobriedade e competência, probidade e erudição – podem também servir para caracterizar o legado historiográfico que nos deixou, no qual pretendeu, segundo suas palavras, "não só interpretar de novo a História do Brasil, mas transformá-la. Para que ela seja, como deve ser, um instrumento de formação da consciência nacional, de identificação e integração nacional e social, um fator decisivo do progresso e desenvolvimento".

José Honório Rodrigues conseguiu, com a sua obra e a sua pregação, colocar a Historiografia Brasileira "num plano científico mais rigoroso, eliminando numerosos lugares-comuns banalizantes, repetidos acriticamente ou, pelo menos, tornando clara a necessidade de uma mais correta impostação dos problemas".

Seria fastidioso enumerar os altos elogios de que os seus livros foram objeto em resenhas críticas dos mais qualificados especialistas. A importância de sua obra costuma ser correlacionada às de Varnhagen e Capistrano de Abreu. Robert Conrad chega a considerá-la superior à desses mestres, ao escrever:

> O intervalo entre Varnhagen e José Honório Rodrigues é amplo e foi preenchido por Capistrano de Abreu. É talvez significativo que Rodrigues, o maior dos três, embora menos crítico do que Capistrano o foi de Varnhagen, revele hoje a mesma devoção profissional a seu predecessor que Capistrano manifestava em relação a Varnhagen.

Realmente, José Honório Rodrigues fez-se discípulo de Capistrano e de Varnhagen, especialmente do primeiro, a cuja memória dedicou um cari-

nho fronteiriço da adoração. E desse seu gesto podemos tirar um ensinamento exemplar.

A devoção aos mestres tem sido, topicamente, comparada à devoção transpersonal aos pais, que os latinos chamavam *pietas*, "piedade". E pensavam que sem ela não poderia haver cidade, estado, convivência, o que vale dizer pátria. "Com os pais" – escreve Julián Marías

> não se tem que estar de acordo, não se está nunca de acordo. O que se deve ter com eles é concórdia, e esta só nasce da cordialidade. Quando uma e outra faltam, sobrevém a discórdia; então, nada mais se recorda, pretende-se apagar com mão torpe e rancorosa o passado, renega-se dos pais, e tudo isso quer dizer que se perdeu a cordura. E não se esqueça de que a impiedade costuma ser a máscara cínica com que o nada encobre o seu medo ao real.

Senhores acadêmicos,

é para mim uma grande honra ser recebido nesta Casa pelo Acadêmico Abgar Renault, esse mineiro ilustre, a quem o nosso Estado e o País devem serviços inestimáveis, especialmente na área da Educação. Poeta dos melhores do nosso tempo e linguista com domínio efetivo de idiomas – o que, paradoxalmente, é coisa rara –, os seus admiradores lamentam, no entanto, que o seu discreto culto ao deus Harpócrates venha restringindo a produção de obras de tão alta qualidade.

Sinto-me também profundamente honrado de que o colar de membro desta Academia me seja aposto por meu amigo Eduardo Portella, colega da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cuja fulgurante carreira de ensaísta pude acompanhar e aplaudir desde os seus começos.

E, agora, para finalizar:

Entre os costumes ingleses introduzidos em Portugal pelo casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, generalizou-se a moda das divisas e motes simbólicos, geralmente expressos em Francês, a Língua que acompanhou o Feudalismo levado pelos normandos à Inglaterra.

O rei reservou para si o mote *Il me plaîte* e com razão, comenta Oliveira Martins, "porque raríssimos viveram mais a seu gosto". A severa rai-

nha escolheu o lema que foi um programa de vida: *Pour bien*, "para o bem". E o filho D. Henrique, a divisa predestinada: *Talent de bien faire*.

Ao ingressar nesta Casa – e conhecendo as minhas limitações –, senhores acadêmicos, não me proponho proceder sempre com acerto, como o infante que descobriu "novos climas, novos ares", mas vos prometo adotar, como comportamento, a divisa de seu irmão, o mártir de Alfarrobeira, que se resumia na simples palavra *désir*. Desejo de acertar – *désir de bien faire* –, preocupação que tem sido uma constante em minha vida.

# II

# RESPOSTA DO SR. ABGAR RENAULT

Aceitei com prazer e honra o convite para, hoje, falar em nome da Academia Brasileira de Letras e sem nenhum temor deliberei-me a escrever esta saudação, porque Celso Ferreira da Cunha e sua obra dispensam qualquer exercício de imaginação.

Afirmo que esta Instituição quase centenária vos acolhe, Sr. Celso Ferreira da Cunha, com orgulho e carinho, que lhe brotam simultaneamente do espírito e do coração, mas não saberei dizer-vos o que em vossa personalidade mais nos seduz – o gramático, o filólogo, o crítico literário, notadamente de Poesia, o medievalista, o professor ou o escritor que compõem rara estatura intelectual a surpreender e exaltar este País estranho, capaz de, lado a lado com o mais vivo culto ao analfabetismo de todos os graus, permitir que germine, floreje e frutesça em seu solo figura da vossa categoria.

A vossa obra é numerosa e vária. Sem dúvida, os seus pontos cruciais estão no estudo da linguagem da Poesia Trovadoresca, mas é dotada de outros raros aspectos, que tentarei indicar no correr deste discurso. Ela apresenta vivo caráter de essencialidade, especialmente no relativo aos textos da Poesia Medieval Portuguesa, cuja exata compreensão e avaliação completa se tornam impossíveis sem o conhecimento de quanto sobre ela escrevestes.

Assim, de início, estimarei mencionar *O Cancioneiro de Martin Codax*, dedicado às sete cantigas paralelísticas que restam da obra do poeta.

O estudo é completo e extremamente sedutor, a começar pelo mistério do sobrenome Codax, que demonstrais irretorquivelmente tanto poder ser esse como Codaz ou ainda Codar, sendo segura apenas a sua pronúncia oxítona. Dessa forma, afastais definitivamente soluções apresentadas por altas autoridades europeias.

O texto crítico das cantigas é minucioso, e não apenas isso, senão também admirável pela quantidade e pela qualidade da erudição que lança em evidência, interpretando e esclarecendo cada cantiga.

No decorrer desse trabalho, que é absorvente ao extremo, encontramos glossário completo das palavras usadas por Codax e, além disso, a etimologia de cada uma delas, a qual constitui, a nosso ver, um dos encantos e um dos valores desse precioso volume. Eis alguns exemplos: "banhar" e "bailar"; "ca", conjunção com o sentido "de que", "do que", "como", "coydado", que se origina, muito apropriadamente, aliás, do ponto de vista psicológico, do latim *cogitare*.

Mas não vos limitais a oferecer a origem dos vocábulos, senão que também lhes estudais o uso antigo e o atual, como, por exemplo, no caso de *el*, ou "eu", que data do século VI, e é oriundo de *ego*. Extremamente interessante e esclarecedor para o entendimento de alguns passos é o que diz respeito ao sentido de *irmana*, que demonstrais significar também "amiga", contrariando assim a lição crítica de vários especialistas europeus. É, por igual, de sumo valor a informação de que o advérbio "nunca" tem, por igual, o significado de "alguma vez".

A propósito de *baylar*, apraz-nos dizer que também a Língua Inglesa herdou da nossa a palavra *ball* com o significado de "bailar, dançar", por intermédio do francês arcaico *baler*.

Esse volume sobre as sete cantigas de Martin Codax é bastante – pelo que contém de erudição, de sensibilidade crítica e de agudeza de pesquisador – a conferir-vos, Sr. Acadêmico Celso Ferreira da Cunha, o título de mestre acabado e perfeito de ecdótica.

Ainda a propósito de Codax, foi por vós publicado, em 1986, substancioso exame da lição crítica levada a efeito, no mesmo ano, pela filóloga italiana Barbara Spagiari.

Examinais o estudo dessa ilustre autoridade, louvais o seu trabalho, mas pondes abaixo todas as razões em que ela fundamentou a sua rejeição do *Pergaminho Vindel* em favor dos textos do Cancioneiro da Vaticana e do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Obra que confirma integralmente o que afirmamos sobre a excelência do vosso saber é o volume intitulado *Estudos de Versificação Portuguesa – Séculos XIII a XVI*, que se afirma positivamente como um tratado – o melhor que conhecemos da arte da composição de versos durante o período que figura no seu título. Erudição, finura crítica, sensibilidade em face da Poesia, agudo exame dos textos e riqueza de documentação marcam indelevelmente esse livro.

Não é das características menos valiosas do estudo de que ora falamos o final de cada capítulo, intitulado "Conclusões", em que se sintetizam excelentemente os resultados atingidos pelos estudos levados a efeito nos textos poéticos.

Indicaremos, a seguir, alguns outros pontos que nos causaram forte impressão nesses *Estudos de Versificação Portuguesa*: o primeiro está ligado à contestação que levantais a certos pontos de vista do grande mestre Rodrigues Lapa em relação à heterométrica de versos corteses, citando, entre os seus elementos de convicção, este, que figura no item "a" das conclusões e nos parece dos mais importantes: a correlação íntima entre letra e música dos versos trovadorescos e, em consequência, a impossibilidade de ser a contagem das sílabas fundada em critérios imutáveis, pois é evidente que, ao ser cantada, a poesia adotava o ritmo da música, deixando à margem a rigidez com que as sílabas eram contadas quando independentes da música.

São dignos de menção especial os elementos com que contestais Henry H. Lang no relativo ao "dobre", bem como os de que vos socorrestes para contestar os de Ramón Menéndez Pidal acerca das considerações que dispensou antes à etimologia dos vocábulos usados pelos poetas do que ao seu valor fônico – elemento essencial da Poesia.

Outro volume fundamental sobre a técnica poética é o vosso *Língua e Verso*, em que são tratados seis temas clássicos, e, a demonstrar a vossa rara sensibilidade em face da Poesia em geral, é feito significativo exame do decassílabo usado pelo poeta português Camilo Pessanha, exame que analisa minu-

ciosamente, apoiando-o, o trabalho de Antonio Coimbra Martins, o primeiro crítico, segundo nos parece, a estudar a técnica daquele autor.

Todos os capítulos desse livro são do mais alto interesse, parecendo-nos dificultoso distinguir entre eles e indicar os mais valiosos. Todavia, a nossa predileção pende para o capítulo dedicado ao "e" paragógico nos romances, letra que aparece com frequência nos vocábulos finais agudos do verso, por exemplo: *sone* por "som", *deytare* por "deitar".

Um só e pequeno reparo nos consentimos: não logramos entender o "apoio rítmico" de que falais na página 65: em verdade, o adjetivo rítmico não nos parece aplicável ao caso, já que o acento final não recai no "e" paragógico. Nós o compreendemos perfeitamente como "apoio fonético", tal qual está escrito na página 57. Como quer que seja, esse capítulo é dos mais interessantes, versando matéria pouco e mal estudada e esclarecendo-a cabalmente.

O outro capítulo de nossa preferência é o relativo à linguagem da Poesia Portuguesa na primeira metade do século XVI, hiato, sinalefa e elisão nas églogas de Bernardim Ribeiro e no "Crisfal".

Parece-nos aí de suma importância a advertência que fazeis, logo de início, acerca da falta de documentação para a afirmativa de Epifânio Dias, segundo a qual foi Camões o primeiro poeta português que contou sílabas versificadas de acordo com os princípios ainda hoje em vigor. As conclusões a que chegastes sobre o exame das églogas de Bernardim Ribeiro e o "Crisfal" podem ser resumidas nestes termos: a) a autonomia do "que" e do "se" (conjunção) perde-se na versificação portuguesa antes de perder-se a do "e"; b) Bernardim Ribeiro foi senhor de métrica mais apurada do que a de Cristóvão Falcão; c) o poema "Crisfal" é anterior às églogas de Bernardim Ribeiro; d) a época em que essas obras foram escritas poderá ser esclarecida mediante o exame da Linguagem e dos metros nelas usados; e) a necessidade de pesquisas que estudem os encontros vocálicos intra e interverbais nas obras poéticas em Língua Portuguesa, notadamente no século XVI.

*Língua e Verso* obedece aos mesmos critérios de seriedade crítica que preside todas as vossas obras.

Três estudos vossos versam a delicada questão da Língua Portuguesa no Brasil: são eles *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira, Uma Política do Idioma* e *Conservação e Inovação no Português do Brasil*. Para que se avaliem a

significação de tais trabalhos e a repercussão que atingiram, bastará assinalar que o primeiro alcançou nove edições; e o segundo, cinco, sendo de observar que o terceiro foi publicado em revista da Universidade Federal de Minas Gerais.

O que faz notáveis esses estudos, além da segurança, da penetração e da isenção críticas com que os versastes, é a conclusão alcançada de sereno meio-termo entre os que sustentam a total independência da Língua Portuguesa escrita e falada no Brasil e a Língua Portuguesa de Portugal e o que entendem deva aqui ser mantido como princípios canônicos vigentes naquele País.

Parece-nos terdes alcançado o que em Latim se denomina *felicitas* de estilo, quando afirmais com clareza e economia raras o vosso ponto de vista: "[...] qual seja o da conservação da superior unidade da nossa Língua dentro da sua natural diversidade." Eis aí o raro meio-termo entre dois excessos – o purismo baseado no Português escrito em Portugal e a doença nacionalista a desprezar todo e qualquer vínculo com o idioma tal como falado e escrito no país irmão.

A nosso ver, vós atingis as raízes mais profundas desse problema ao asseverar em palavras insubstituíveis:

> Opõe-se, de regra, a língua comum de Portugal aos falares das classes humildes do campo e das cidades do Brasil. Procedendo-se assim, não é de admirar que se chegue a diferenças profundas em todos os domínios: na Fonética e na Fonologia, na Morfologia e na Sintaxe, no Léxico e na Semântica. A esse método vicioso se deve o esquecimento frequente dos traços comuns, sem dúvida, os preponderantes, pois que permitem a intercomunicação, a superior unidade não só da língua literária, mas também da língua falada pelas classes cultas nos dois países.

Ao mesmo tempo, chamais a atenção para o fato inegável de que "toda língua culta, em particular quando escrita, é tradicional e, de certa maneira, uma língua especial", correndo, entretanto, o risco de estratificar-se, caso não se contagie do falar comum.

No relativo à denominação de "Língua Brasileira" para o Português falado e escrito no Brasil, vós a condenais, irremissivelmente, com a vossa autoridade incontrastável, ao escrever que José de Alencar "imprudentemente chegou a falar em Língua Brasileira". Imaginemos – acrescentamos nós – o Inglês dos Estados Unidos denominado "americano" ou "norte-americano" ou o espanhol do Chile apelidado de "chileno"...

Concordamos calorosamente convosco, quando afirmais que "a história de uma língua é justamente a história de suas inovações". Em consonância com esse pensamento, não podemos deixar de admitir o uso, no Brasil, de vocábulos da Tecnologia Moderna, como *software* e *hardware*, para os quais não temos equivalentes. Mas por que usar cartunista (*cartoonist*) em lugar de "caricaturista"? De outra parte, repugnamos vivamente a adoção de "pacote" como tradução de *package*, que tem tal significado, mas possui também mais quatro, entre eles "conjunto", "elenco", o que torna despropósito falar ou escrever "pacote de medidas", "de providências", como se vem fazendo até em documentos oficiais. Também estúpido é o emprego de *media*, corretamente usado por americanos e ingleses para significar "meios de comunicação em geral" e que no Brasil vem sendo empregado precedido de "a mídia" (escrito como se pronuncia em inglês). O mesmo acontece com o verbo *to develop* em sentenças como: "os laboratórios americanos 'desenvolvem' remédios para a hipertensão", qual se um remédio fosse 'desenvolvido' e não 'produzido' (outro significado de *to develop*). Coisa igual ocorre com outros modos de dizer copiados servilmente da Língua Inglesa: é raro ouvir-se discurso que não comece por "Eu gostaria de dizer que...", (tradução de *I would* ou *should like to say that...*). Para que esse condicional idiota, se o orador já está gostando, já está falando?... Pior que tudo é a invasão da nossa regência: "interferir com", "exceto por", "se não fosse por ele, eu teria sido assaltado."

Assim, voltando ao uso de vocáculos estrangeiros, pedimos vênia para divergir de vós, Mestre ilustríssimo, quando afirmais, generalizando, que o estrangeirismo entra num idioma por necessidade. Entendemos que nem sempre: em muitos casos ele surge por desleixo, ignorância, estupidez.

O vosso incomum discernimento crítico domina também os admiráveis estudos intitulados *Uma Política do Idioma* e *Conservação* e *Inovação do Português no Brasil*, a ambos os quais já fizemos minuciosa referência nas páginas iniciais deste discurso, mas de que trataremos novamente sob aspectos que nos haviam fugido.

Do primeiro, extraímos estas sábias palavras que figuram logo no prefácio da segunda edição e deveriam ser meditadas pelos que ministram o ensino da nossa Língua: "Esta atitude de ruptura com o passado é para nós – e apressamos em dizê-lo – bem mais danosa do que o reacionarismo anterior, já

que põe em risco o inestimável patrimônio que recebemos de nossos ancestrais – a unidade linguística, base da própria unidade nacional.

Em *Conservação e Inovação no Português do Brasil,* demonstrais que não é possível ainda, em face dos estudos levados a efeito, afirmar que a Língua Portuguesa usada entre nós é conservadora ou inovadora, conquanto não se vos afigure exato assegurar que ela é "estática".

De outra parte, assegurais que a unidade do Português popular no nosso País não é uma realidade, parecendo-vos, com razão, que destroem tal afirmativa os nossos atlas linguísticos. Assim, na vossa incontestável opinião, o que caracteriza a língua falada no Brasil é a sua insegurança, é a sua variedade. Isso é demonstrado com clareza por meio de numerosos fatos fonéticos, os quais são encontrados em todo o território nacional, variando em extensão, mas não perdendo nunca o seu caráter regional.

Por essas razões, que muito resumidamente acabamos de expor, consideramos esse ensaio de vossa autoria capítulo importante da vossa extensa obra, o qual revela minucioso conhecimento da Prosa e da Poesia Clássicas e, por igual, das Modernas, sendo por vós nomeados, entre outros autores, Fernando Pessoa e Carlos Drummond de Andrade.

Outro livro vosso igualmente digno de admiração pelo fulgor estilístico e pela erudição é *Língua, Nação, Alienação*, em que examinais em profundidade a situação da Língua Portuguesa no mundo, de vários pontos de vista, inclusive o político, e mostrais que ela ocupa o quinto lugar entre as línguas mais usadas, prevendo as possibilidades da sua expansão. Despertam grande interesse as páginas dedicadas aos *pidgins* e aos crioulos.

O que expus não esgota a vossa personalidade: nela avulta ainda a figura incomum do professor que se revelou na cátedra de nível secundário e na de nível superior e compôs, entre outros, dois livros dignos de figurar entre os mais notáveis de qualquer país para o estudo de sua língua nacional.

Um deles, escrito em colaboração com o mestre emérito que é Wilton Cardoso, *Estilística e Gramática Histórica*, constitui no gênero o que de mais admirável apareceu no Brasil para o ensino do Português em profundidade.

Depois de oferecer ao estudante, com clareza inigualada, um resumo de Teoria Linguística, no qual são objeto de exame a história externa e a história interna da Língua Portuguesa, acompanhadas de atraente exposição sobre

palavras hereditárias e palavras de empréstimo, formas convergentes e divergentes, neologismo, arcaísmo, etc., e são, em seguida, apresentados textos de grandes prosadores do século passado e deste século, bem como uma antologia da Poesia Anteclássica.

Filha da liberdade crítica, veio a nascer *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, sem dúvida a obra mais importante desse gênero, em confronto com qualquer outra publicada seja no Brasil, seja em Portugal. Trata-se de livro completo, moderno, com grande riqueza de exemplificação colhida em autores de nomeada, inclusive poetas e prosadores como Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Cecília Meireles, Cyro dos Anjos, Guimarães Rosa, Herberto Sales. Além disso, é raro em vários sentidos, especialmente no de demonstrar que sua construção obedeceu ao princípio, quase nunca observado, de que nenhuma língua é jamais instrumento intelectual apenas, não sendo, portanto, passível de submissão completa a lógicos princípios rigorosos e imutáveis. Quero lembrar, ainda, a clareza e a síntese com que são tratados todos os problemas e citarei, como exemplos lapidares, os capítulos consagrados à colocação dos pronomes oblíquos e ao uso do infinito pessoal.

Dir-se-ia, ao compulsar esse compêndio sem igual, que, decorridos alguns anos, o medievalista veio a transformar-se, diacronicamente, no autor da mais moderna, mais completa, mais lúcida das obras sobre a Língua Portuguesa, sendo importante assinalar que a linguagem escrita é objeto de reiteradas comparações com a linguagem oral.

O Brasil precisa urgentemente de ler esse livro fundamental e introduzir nas nossas Faculdades de Letras esta advertência de Jean Paul Vinay: *Il faut se garder de confondre enseignement de la linguistique et enseignement des langues vivantes*.

Uma das consequências da ignorância de tal princípio didático está na ignorância, a que conduz, de princípios fundamentais de Gramática, até mesmo em autores de nomeada, fazendo tornar à memória esta afirmação, aparentemente paradoxal, de Chesterton sobre Dickens: "*He is a great writer but not a good one*." Toda a vossa obra se caracteriza pela erudição múltipla e profunda, toda ela de primeira mão, pela clareza expositiva, pela facilidade na discussão de controvérsias, pela solidez das conclusões e, por igual, pela graça estilística. São predicados que raramente se fazem boa companhia e exigem

paciência continuada, estudos perseverantes, pesquisas incansáveis, seriedade de espírito. Além disso, a argumentação técnica, os exemplos colhidos em poetas e prosadores de várias épocas, a análise de tais exemplos, a riqueza bibliográfica, a síntese das conclusões – tudo aponta para um caso de raro *scholarship*.

Havemos por seguro que os termos conclusivos da nossa apreciação crítica podem sintetizar-se nesta afirmação: Celso Ferreira da Cunha alcançou, de forma segura e definitiva, reduzir a finais lógicos a ilogicidade fundamental da Linguagem.

Sr. acadêmico, vossa erudição, vosso espírito crítico, vossa estese diante da Poesia, vossa capacidade de pesquisador, vossa exatidão escolástica, nada de tudo isso esgota a descrição da vossa personalidade, pois o escritor está presente em todo o conjunto da vossa obra, que, sob esse aspecto, se caracteriza pela rigorosa propriedade vocabular, pela claridade do estilo, pela linguagem límpida e ágil, sem ranços de outrora, isto é, livre de contágios antiquados, moderna, mas de alva correção. Demais disso, todos os volumes que compusestes revelam, pelo que contêm de conhecimentos os mais variados, que eles sempre e em tudo obedecem àquele sábio preceito de Henri Delacroix no seu justamente famoso *Le Langage et la Pensée*: *Il n'y a pas de faits indépendants; chaque catégorie de faits reste inintelligible, tant qu'on s'enferme dans une étude spéciale, car elle est liée à d'autres, qui en sont la raison d'être*.

As minhas opiniões expostas neste discurso colhi-as diretamente na leitura ou releitura da vossa obra, mas quero que este auditório saiba que não as infirma, antes as confirma, a autoridade incontestável de grandes especialistas de Portugal, Espanha, Itália, França, Inglaterra, Estados Unidos, que leram os livros de vossa autoria e sobre eles se manifestaram em estudos publicados nesses países e vos conferiram nome e renome internacionais.

É a Academia Brasileira de Letras que enobrece os seus títulos ao receber-vos, Sr. Acadêmico Celso Ferreira da Cunha.

Discurso do
SR. CARLOS NEJAR

e

Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 9 de maio de 1989*

# I

# DISCURSO DO SR. CARLOS NEJAR

## O DIA NA PALAVRA

A Poesia Contemporânea ama o futuro. Porque é sua terra e verdadeira herança.

E a agudeza de consciência ou modernidade nos acena para o tempo presente, sem esquecer o tempo passado e projetando-se ao futuro. Que "a Poesia é a palavra no tempo", assinala Antonio Machado. Mas a Poesia é também a palavra na eternidade e a eternidade brotando na metáfora.

Os dias humanos sabem de sua carga, e o coração do homem conhece as agruras da morte. Mas o espírito que marca a palavra, porque é fundador do universo, perscruta os mistérios de Deus e sabe que somos seres de história e permanência.

"No princípio era a palavra e esta pairava sobre as águas. E se movia sobre a face do abismo".

Hoje se move na boca do futuro, como a esperança de que tudo pode ser dito e que a palavra pressente a ressurreição.

E me vejo adolescente, em Porto Alegre, diante dos livros inquisitivos na biblioteca múltipla, que meu pai ordenara, na Rua Corte Real de tantos ventos – conhecidos todos, andarilhos.

E os livros cresciam na casa amarela, de persianas verdes, que o remoinho dos anos demoliu, mas que os meus olhos guardam, porque a retina é a memória que acordou.

E as letras que se abriam em círculo e se fechavam, enigmáticas. As gravuras do *Tesouro da Juventude*, *O Mundo Pitoresco*, as de Gustave Doré nos poemas da *Divina Comédia*, os romances de Alencar, Machado de Assis, Júlio Verne e as poderosas imaginações de Alexandre Dumas, as outras, as verdadeiras, de Rimbaud (que, mais tarde, descobri e me descobriram), os dramas de Shakespeare, os poetas gregos, Virgílio (Eneias foi meu companheiro insone; amei Dido – um dia); vaguei nas viagens com Homero e assisti, embevecido e imberbe, ao Cavalo de Troia e os guerreiros no seu bojo, expectantes e ávidos. Era o tempo, Helena ou a Guerra de Troia?

A palavra avulta e cogita, cria e mata. Ajuda a viver, consola e admoesta. E registra as palpitações de um povo, exaltado ou submerso. É república, sonho geral, *libertas quae sera tamen*, liberdade do vento que sopra e não se prende; não se prende jamais o futuro, que a palavra desvenda. "O futuro está escrito no presente" – dizia Robert Desnos, poeta morto pela Gestapo em Terezin. "Basta ter alguma lucidez para compreender que estamos rodeados de sinais e advertências".

E é toda a clarividência do coração do homem que a palavra esposa. E da terra que nos deu à luz. E do Deus vivo que nos acompanha, porque opera outro tempo. E será a Poesia a voz dos anjos. E o seu silêncio, quando veremos Deus.

Venho do pampa, o universo. Venho das nascentes do Rio Grande para a palavra. Venho de uma gente infatigável, com Jesualdo Monte, Miguel Pampa, Miguel Poente, Francisco Tesser – o vereador de pássaros, os viventes, os peões do campo e os viandantes das cidades, os anônimos de *Árvore do Mundo* e *Somos Poucos*, os executados e os libertos. Os que não podem e querem falar, os que falarão sempre na minha voz, os *personae* poemas, os coletivos entes.

Venho deles e com eles, não terminarei enquanto respirarem. Venho com os poetas mais velhos, novos, sem idade – da minha terra.

Porque a terra é indivisível na palavra e universal como as árvores ou o mar. Não nos calaremos.

Pertenço a uma circunstância de tempo e geração. Nelly Novaes Coelho, em magistral estudo, pioneiro, a denominou "Geração de 60". E a ela pertence um crítico da estirpe de José Guilherme Merquior, com assento nesta Casa, ou poetas, cujos nomes o dia há de clarear. Buscam uma nova épica, a dos guerreiros anônimos do cotidiano, que são Ulisses, Heitor, Aquiles. E ao suportarem os cataclismos da fome, do medo, da opressão social e econômica, são sobreviventes de um mundo mecânico, apocalíptico. Vivem e viveram sem saber quem eram, entre perigos e fadigas. Há força imperiosa neles e as cidades se tecem nômades, de suas sombras.

Habitantes do pampa e destes Brasis, tão unidos e tão separados entre si, com tanta riqueza e obstinada miséria. E a confiança na linguagem – tradição e ruptura – de Ezra Pound a T.S. Eliot, de Camões ou Dante a Jorge de Lima, Cassiano Ricardo ou Drummond. Que o tempo no tempo se transforma.

E a consciência da palavra é ir mudando; o julgar é o mudar; ser é transpor.

Não aceitamos a mera contemplação. A mudança é a palavra. O ato de remover a pedra que Drummond, admiravelmente, visionou. E ver através dessa pedra levantada na luz da eternidade. Ver com ela e dentro de "um novo céu e uma nova terra, sem lembrança das coisas passadas", como previu Isaías.

A palavra pode elevar-se na luz e demorar-se em fulgor incandescente. Enfrentar o destino e mudar a sorte ou as coisas. Creio, sim, creio nesse mistério.

E é a visão épica que caracteriza uma porção do Rio Grande, onde a planície se torna infinita e o gaúcho se habilita, de horizonte a horizonte, ao diálogo maduro e diuturno com a imensidão. E o latifúndio. Existem "os estratos humanos, diferentes e peculiarizados, dotados de matéria épica", de que fala Alejo Carpentier, em *A Literatura do Maravilhoso*, que apresentam nuanças anímicas, psicológicas, de ação coletiva, distintas de outros blocos humanos, conterrâneos.

Vige "a ação grandiosa e pública". Ali, "o épico terrível ou épico belíssimo é coisa cotidiana".

Mas outro elemento se introduziu, pela distribuição injusta da riqueza, a pobreza gradativa e pungente, alargando a capacidade sofredora deste herói anônimo do tempo, o povo.

E épico é o fluxo da criação de Alcides Maya e a perspectiva histórica de Vianna Moog, acostumados, ambos, com o horizonte, personagem e acontecimento. Eis a empreitada, onde o cosmos se entreabre, como um favo, entre as galáxias e a vida dos homens. Mas o tempo se torna conquista da lembrança.

Alcides Maya afirma o mito do gaúcho, confluindo ao passado, numa ficção de cunho épico e legendário – mais ficcionista que ensaísta. E Vianna Moog, mais ensaísta que romancista, embora reunindo-os em si, coerentes, busca na história primordial deste País, com a amplitude do estadista, as origens e características do *homo brasiliensis*, em *Bandeirantes e Pioneiros*, que o põe, pela importância, ao lado de um Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, e de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

E, aqui, nesta Casa, nos congregamos: eles, o patronímico Basílio da Gama, da Cadeira 4, que, com *O Uraguai*, nos meados do século XIII, demarca, epicamente, nossa emancipação literária, e Aluísio Azevedo.

E foi o próprio Alcides Maya que analisou a obra do criador de *O Mulato* e *O Cortiço*, no discurso de recepção na Academia, em 1926: "À sua afeição, um regionalista, apesar de desviado pelo Naturalismo do rumo que devera ter seguido. Processos de composição literária não mudam a alma de quem os emprega", acentuou o ficcionista de *Ruínas Vivas*. "Aluísio Azevedo adotou um programa cujos artigos essenciais foram o exame instintivo dos caracteres e a verdade imediata e contemporânea dos meios".

E foi um sismógrafo da sociedade no seu tempo – completamos. E, embora sob o modelo do naturalismo europeu, soube traçar o retrato do brasileiro classe pobre e média, as injustiças do regime da pequena burguesia e o poder da solidariedade humana. E mais soube ainda, num estilo fotográfico, captar a dor, a luta na existência suburbana dos cortiços.

Mas a exegese que Alcides Maya faz da obra de Aluísio Azevedo traça a sua própria perspectiva. Ao anotar que "Arte é realidade idealizada, não a cópia da realidade", diz da tortura cuidosa da forma na sua ficção, o desequilíbrio entre o seu linguajar erudito, com maneirismos, arrevessos verbais e a realidade palpável, doída, do pampa, a criatura simples que tentava descrever.

Havia a desproporção de realidades, mas nunca abandonou a experiência vital e a reflexão sociológica. Os comparsas, tropeiros, vendeiros, soldados,

sem o preparo indispensável para a marcha e as metamorfoses da História, envolvem-se na violência, na paixão primitiva do ser com a natureza. E acabam por explodir impotentes, nulos, diante do avanço inabalável do progresso.

Essa transição se reflete em sua pena, com a melancolia da tapera, o sentimento das coisas que se perdem, as carreiras, os ranchos de estrada, a rudeza que a campanha entretece. E a onisciência, quase borgiana, de sua narrativa.

Jorge Luis Borges, o genial contista argentino, e Alcides Maya, tirante o exercício mágico e o amor aos labirintos do autor de *Ficções*, convergem seja no mundo dramático do gaúcho, seja na sua estilização, seja na atmosfera sombria de um regionalismo que se expande ao universal. E, mormente, na direção tão zelosa do criador aos seus personagens, que se distancia deles e é o senhor de sua paz e sua guerra.

Para Guilhermino César, em sua importante *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, Alcides Maya provoca, com Simões Lopes Neto, "o surgimento de um novo ciclo de literatura regional".

Reconhece-lhe Augusto Meyer, em *Prosa dos Pagos*, a riqueza de pormenores nas *Ruínas Vivas*, a força persuasiva em Jango Souza, Anilho, Bento, Cármen e Ritoca e memoráveis episódios: "O Delírio de Chico Santos", "O Enterro", "A Litania Funerária das Reses ou A Morte de Cármen".

Ninguém como Alcides Maya soube evocar o coro das vozes incompreendidas, o pampa revolto contra a sina implacável. Os tipos da campanha em movimento, mudança e decadência.

Desde *Tapera*, *Ruínas Vivas* até *Alma Bárbara,* há uma vertigem do tempo. Alteia-se como figura nuclear das "Ruínas" – Miguelito – andarengo e rebelde. Ou Neco Alves, de *Alma Bárbara,* com suas conversas de galpão, um familiado de Romualdo com seus "causos", em Simões Lopes Neto. O galpão é um universo onde, na palavra contada, tudo se delimita: proezas, invenções, amores, júbilos, peleias. E é quando a palavra, como o chimarrão, andeja. Ou senta, junto ao fogo, com o estancieiro, os peões e o tempo.

Alcides Maya – "o mais universal dos escritores rio-grandenses, inteligência cartesiana", no parecer de Vianna Moog –, observou em carta de 31 de agosto de 1923, para Rubens de Barcellos (referência de Osório Figueiredo, em *Alcides*, o *Clássico dos Pampas*, p. 79): "O Rio Grande encerra tesouros de idealização em natureza, história, costumes e tipos."

E, relatadas pelo inesquecível Manoelito de Ornellas, suas últimas palavras foram: "Eu, às vezes, sonho que estou madrugando sobre os campos. Vejo o rodeio. Mas o rodeio singular na minha visão. Não são reses que galopam para o alto paradeiro. São guerreiros que emergem das brumas, aqueles guerreiros que desenharam à lança os direitos do Brasil nas terras do Sul."

Em *Os Filhos do Barro,* Octavio Paz, com sua autoridade intelectual, salienta:

> A tradição moderna apaga as oposições entre o antigo e o contemporâneo e entre o distante e o próximo. O ácido que dissolve todas essas oposições é a Crítica. Só que a palavra crítica tem demasiadas ressonâncias intelectuais e daí preferir-se acoplá-la com outra palavra: paixão. A união entre a paixão e a Crítica ressalta o caráter paradoxal do moderno (p. 21).

E a paixão é o que caracteriza o ensaísta Clodomir Vianna Moog, a Crítica na paixão e a paixão na Crítica, que é, em verdade, "a janela do juízo".

E, nesse desígnio, publicou, em 1934, *Heróis da Decadência*. Não se esteou apenas no humor, que Rebelais suscitava "ser próprio do homem"; demoliu rindo. Através da ironia, castigava os costumes. E, através da perplexidade, atingia o Ceticismo. Mas ao elucidar a causa da decadência das épocas, ao estudar Petrônio, Cervantes e Machado de Assis, visou o conhecimento do período em que vivemos.

E o escritor, quando moralista, mesmo no Ceticismo, ainda confia e espera. E ama nessa esperança.

Em *Novas Cartas Persas* (1937), escritas à Montesquieu, busca apreender a História, sua exegese, de maneira picaresca e deliciosa. Maneja, lúcido, o seu inconformismo, existencialmente arraigado.

*Eça de Queirós e Século XIX* (1939) nasceu clássico, painel de uma época, mural biográfico-histórico. Porque Vianna Moog não trabalhava pequenos quadros. Com maestria, desenhava as raízes lusitanas e os seus mais destacados vultos, em torno do autor de *A Cidade e as Serras*. E a exclamação de Eça parece saída dele, Moog: "O meu mal é a perfeição."

E, assim, escreveu o seu texto mais permanente, *Bandeirantes e Pioneiros*. Fixa o desbravador do litoral brasileiro, o mestiço e o pioneiro americano. Tem a garra, o estilo dútil, fluente e a visão apaixonada do crítico de

Cultura. Compara, abrange caracteres e costumes. Nada se lhe escapa. É ensaísta, cronista, historiador, ficcionista, político – todos os seus talentos se reúnem numa escrita rutilante, de elegância e beleza, imagens que se iluminam, seres que se incorporam à História. E a inteligência de superior qualidade revestia as camadas de sua criação febril, com a consciência operosa da nacionalidade. Que o Brasil estava nele – genesíaco, primevo. E a História é plantada na respiração da linguagem, com as narinas do passado intemporal, o seu ritmo. E Vianna Moog foi moderno na medida em que cindiu o tempo e aprofundou as mudanças. Para alcançar a duração na palavra.

Se a Poesia é a ebulição das analogias e metáforas, a História é a ebulição das contradições. Não há matéria mais informe do que o sonho na Poesia e não há sonho mais dimensionado que a vida de um povo. E a síntese de seu grande livro é por ele próprio configurada em entrevista: "O bandeirante é predatório, o pioneiro é orgânico, leva a civilização com ele." Examina a ideia de superioridade racial, como explicação para a prosperidade dos Estados Unidos, em todos os setores da atividade humana, incomparavelmente mais do que o Brasil. E comprova não ser racial tal superioridade, mas vinculada a outros fatores, entre os quais a conduta do bandeirante, que só procurava a riqueza, não se fixava, nem vingava; e a do pioneiro, contrária, pois, onde se dirigia, estabelecia raízes.

Mas a vida também era a matéria de seus romances. *Um Rio Imita o Reno* (1939) trata do problema da civilização estrangeira no País e a obsessão da pureza da raça. Centraliza a imigração germânica numa cidadezinha do interior e a integração das culturas contrastantes.

*Uma Jangada para Ulisses* (1959) gira em torno de José Marcos de Andrade Ripol, diplomata, herói inquieto, ressaltando o cenário do Rio Grande antes da Revolução de 1930 e as transformações sociais daí provindas.

Por fim, *Toia* (1962), com o pano de fundo no México e sua sociedade, noticia o amor de um diplomata brasileiro por uma bela mestiça.

Vianna Moog, ficcionista, está a serviço do ensaísta e, este, sob a tutela radiosa da verdade.

"A verdade do sol, a verdade das estrelas, não necessita de documentos, e assim também as grandes verdades da História. As verdades da História, a

gente as sente com as entranhas" – exclamou certo personagem de um dos seus romances.

E explica a visceralidade com que Moog sentiu a História, orientou seu instinto. A paixão com que a imaginação lhe propiciou espaço. E, julgando, se antecedeu ao tempo, vendo. "A janela do juízo".

Era bonachão, forte, de gesto amplo, o rosto firmado, soberanamente, no tronco. Tinha o riso largo, esvoaçando. E o jeito menineiro, travesso, quase. Sim, conheci, pessoalmente, Vianna Moog. O editor Otávio Bertaso nos apresentou, no restaurante Capri, em São Leopoldo. Gustativo, em mesa perto, apreciava sapiente massa bolonhesa. Falou-me de *Ordenações*, e era 1971. Ficamos amigos. Várias vezes, a vida nos juntou nos encontros de escritores em Brasília. A derradeira vez em que conversamos foi na homenagem a Gilberto Freyre, no Rio. E, agora, a vida nos aproxima de novo. Também o pampa, a saudade.

Tem alguma idade a eternidade?

Senhoras acadêmicas, senhores acadêmicos,

minha palavra se vincula ao Rio Grande, aos seus rios e planuras. Nas comarcas, como integrante do brioso Ministério Público, conheci a justiça, os seus arcanos, a coragem na peleja do direito, a defesa das vítimas, menores, órfãos e incapazes, a coletividade do silêncio.

Aprendi nesse mister de cavaleiro andante, solidão e solidariedade a arte guerreira da palavra.

Privei com a Magistratura gaúcha, altiva e nobre.

Reconheci os meus viventes (que me reconheceram). E descobri que a Poesia funda os aparentemente contrários, porque os contrários são iguais do insondável universo. Na Poesia, a água é o fogo que transborda. Transbordaram com as vozes, que eu evoco, os rostos. Pois aqueles que amamos integram-se ao tempo, fonte selada, onde a memória jorra. E, aqui, exsurgem: o avô Antonio Miguel, mascate sírio, comerciante na Rua Nova e da infância. Georgina, avó, filha de libaneses, solfejando o teclado de um piano primordial, organizando a calma, a cozinha, a vontade inabalável, a asma e uma bon-

dade cheia de cuidados. A mãe Mafalda, que não pude ver na morte. Mas "um dia seremos acordados", diz o Apóstolo dos Gentios.

E, ora, presente, o pai Sady, que me ensinou a prezar a vida, mesmo no infortúnio. E a lutar, palmo a palmo, por ela.

Vislumbro, vislumbro as universidades: o vento, a terra que nos olham. E é como prefiro. Escrever com a terra e o vento.

Fui a Vitória, Espírito Santo e muitas vitórias firmei.

A primeira, a de estar, hoje, nesta Casa do Gênio de Cosme Velho, em que o sortilégio do convívio se alia ao amor pelas Letras, a Cultura se irradia, a orla misteriosa dos seres e das coisas encontra polidez, altitude, harmonia, amizade. E o que um vive e cria em todos repercute. Embora diversos, somos um em todos.

Outra dádiva é a da hospitalidade da Ilha, que já entrou na minha poesia, com seu mar sábio e ameno, sua gente ditosa, parte do Brasil sonhado. Porque não sou dos que julgam esta Nação apenas estilhaço de culturas, sem uma face visível. É uma face em muitas. Nação jovem, civilização moça, intenta abarcar ainda o seu território. E há de ocupar o merecido lugar no Concerto dos Povos.

Resgatar e fixar, cabe ao poeta, a identidade deste País, o coração. Que o pampa é ciência do universo.

E, junto à maré montante da Ilha, tive a graça, a maior delas, a de haver encontrado Elza "Mansidão". Sua alegria e claridade. Contemplo a paz alta e sossegada, o amor de madureza:

> Amor é estarmos indo.
> Não é fugaz o sonho,
> se ele nos deixa livres.
> Não morremos? voamos.

E volto-me aos meus filhos, todos. Carla, a primogênita, aqui, os representa. Heranças de uma alma que não se rende, a não ser na pedra do absoluto. E eu os nomeio, um a um, no velame do coração.

Saúdo à mãe Laurita, aos familiares, irmãos, cunhados, amigos, companheiros.

Sou provinciano? O mar é provinciano, o céu também. E não se pode ser outra coisa, a Leste, Oeste da luz, no sítio provinciano das estações.

Tudo é plenitude, quando o misterio arde. Queima a ânsia do homem diante da eternidade da palavra. E nos foi insuflada um dia, e florescemos. Sim, ninguém nos poderá mais impedir de florescer. Porque o amor foi sussurrado, e já estamos no futuro.

Acontecimentos se acercam, e é preciso estar atento e de olhos completamente acesos. E escrevo minha gratidão pela vossa acolhida a esta Casa. "Aberta aos assombros", onde "os dias, os anos / são palmos de nada" (*Assentada*). Nômade é a linguagem. A Poesia é o instante nômade da eternidade. E chegamos. (Quando verdadeiramente chegaremos?)

"Acabamos de chegar" – registrou Goethe, no *Segundo Fausto*. "E não sabemos como foi". [...] "Basta-vos saber que aqui estamos".

# II

# RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

A nossa Academia recebe hoje um poeta. E, quando uma Academia de Letras acolhe um poeta, ela cresce. Cresce por dentro, que é como convém crescer.

Mas o que é um poeta? E o que é o poeta hoje, nestes tempos de cólera? Sou levado a imaginar que o poeta não é apenas um fabricante de versos, destinados ao prazer solitário de beletristas certamente sedentários. O poeta é antes uma espécie humana – cada vez mais rara – tocada pelo vigor da criação: saído da "árvore do mundo" e protegido ou desamparado pelo "chapéu das estações". Talvez, por isso, alguém que trabalhe a Linguagem no interior de um compromisso criativo, mesmo que em diferentes campos da aventura ou do saber humano, na investigação científica, no desempenho público, na vida profissional, este "mais que alguém" pode e deve ser considerado poeta – no sentido radical do termo. Não o deve, nem pode, aqueles produtores de versos, ou de qualquer outra modalidade literária, em franco dissídio com a razão de ser e estar da Poesia.

O poeta que hoje acolhemos, ou por quem somos acolhidos, é Carlos Nejar. Poeta da Poesia, mais que do verso. Porque o verso costuma ser perecível. Quando os tempos mudam, os estilos se alternam ou se alteram, os versos sofrem profundos abalos. E, nessas horas incertas de revezamentos ou de

impugnações históricas, quem assegura a permanência do poeta é a Poesia: a palavra que fala ou se cala, para além dos limites do verso.

A poesia de Carlos Nejar se compõe de camadas diversas, que se entrecruzam, se dispersam, retornando sempre ao mesmo estuário, ao mesmo núcleo energético, de onde irrompem, em sequência razoavelmente solidária, as imagens da revelação. Revelação sobretudo de Deus, sob o olhar vigilante do tempo. Como se a Poesia não fosse se não a projeção natural dessa revelação, acompanhada de uma vontade diária de ver e pressentir. Mas este poeta metafísico, mágico, obstina do culto do mistério, jamais se deixa enredar nas malhas de um poema enigmático. O seu enredo poético de tal maneira alarga o princípio da realidade, que quase podemos falar na transparência do mistério – religioso, cosmogônico, telúrico.

Tanto mais porque o Deus absorvente do poeta é "o Deus vivo", que ele não se cansa de apontar nos versos mais ou menos explícitos do seu livro *O Chapéu das Estações*:

> Deus é vontade
> de estar tão perto
> que só capina
> no amor ou dentro
> do pensamento.

Ou, ainda: "Deus, a folga. / A façanha dos vivos."

É no tecido espesso do tempo, curtido "nas oficinas do vento", do Vento Minuano, que o homem se abriga ou se desprotege. Na poesia de Carlos Nejar, o tempo logo se mostra como usina incansável, criador, não menos infatigável, de cotidianas verdades, que parecem tomar corpo e alma por entre o calendário objetivo das condenações pontuais e o horário subjetivo dos gestos generosos. Compreende-se porque a sua estratégia, mais que de mediação, de manifestação do real, deixa campo livre para os jogos opositivos. Ou para a valorização adequada de situações tensas: o homem entre a eleição divina e a experiência imediata, a peripécia humana cortada pela errância e o enraizamento, o mundo como dor e amor.

O tema da errância se organiza em torno do que poderá ser a constelação da viagem e tanto nos fala, em *Memórias do Porão*, de alguém que "viajou para

aquém da infância e não voltou", quanto, em *Canga*, nos descreve o exílio, mas já com as imagens da terra e no registro próprio à sua linguagem espiritual:

> O exílio não é o longe,
> mas o cerco.
> O exílio, campo exposto,
> onde pasta o pensamento.
> boi que trabalha no amanho.
> O exílio é um deus amargo.

É preciso, portanto, regressar à terra, voltar à morada do homem. A terra é o lugar da raiz. E será sempre, enquanto for terra sem terror. Porque o terror vem a ser a expressão mais acabada do desenraizamento. O poeta, que é também poeta do conhecimento, sabe, e porque sabe, afirma, justamente em *Um País o Coração*: "Os ventos vêm / mas não separam / home e terra."

Carlos Nejar procura, frequentemente, estabelecer novas modalidades de convivência, relações inesperadas, que talvez se potencializem no binômio dor e amor, agora convertido em instância de conhecimento e passagem obrigatória da invenção.

*Árvore do Mundo* consigna: "Onde o amor / só de criar, nos cria."

Em *Memórias do Porão,* acrescenta:

> Mas o amor é a energia predisposta
> ao inteiro silêncio. A energia
> de salvação.
> E a salvação é o avesso da matéria.

O enlace com o segmento dor não é menos preciso. Em *O Chapéu das Estações*:

> Só na dor entendemos.
> .....
> E na dor respiramos
> os climas inventados
> o olor da resistência.

ou em *Árvore do Mundo*: "A dor é resistência. / Até a execução / no amor é resistência."

A resistência da subjetividade, ampliada pela experiência do "outro", em *Canga*, *Os Viventes*, *Um País o Coração*, transpõe as barreiras individualistas, para levar adiante a preocupação solidária por identificar um "rosto coletivo".

O trabalho da linguagem, na Literatura ou nas literaturas brasileiras, especialmente modernas, oscila entre a lição da memória e a ação da experiência, no encalço da identidade possível. Não tão possível, em face da incessante pressão individualista. Do abismo que se interpõe entre a premissa da rememoração e a promessa da identidade.

A eclosão da subjetividade, hipostasiada no desenho usurário do indivíduo, nos deixa um legado literário de consistência crítica pelo menos duvidosa. É quando predominam as representações de um indivíduo "sem qualidades", conforme o dizer de Robert Musil, sem atributos convincentes, abandonado ao seu individualismo predatório. Esse indivíduo ilhado é o contrário do indivíduo como processo, necessariamente intersubjetivo, a uma só vez moção e emoção, que a poesia de Carlos Nejar vai reconstruindo, em meio aos destroços da Baixa Modernidade.

À experiência, estava reservada à tarefa de reprogramar a memória e programar a identidade. Com o avanço da modernidade, o que fora uma experiência razoavelmente coesa se parte em vários pedaços disformes. O homem singular perde o seu eixo ético e leva de roldão as instâncias de ordenação do universo poético ou ficcional.

Daí a expectativa que cerca o aparecimento do indivíduo imune ao individualismo. O indivíduo, como processo, a todo instante rememora e experimenta. E é justamente essa aliança de memória e experiência que evitará o que poderia ser uma morte por claustrofobia. Experiência e memória se encontrariam para viverem, juntas e solidariamente, as peripécias do indivíduo social.

Por isso, é oportuno falar-se em representações, ou manifestações verbais pendulares, que se debatem entre as leis do indivíduo e as individuações da Linguagem, à procura de um esquivo, embora nunca inviável, contraponto. Esse contraponto com o qual se confunde a própria realidade e que o poeta Carlos Nejar assim exprimiu, em *O Poço do Calabouço*: "O real é contraponto."

Essa poética do real, e porque do real, do contraponto, talvez se alongue em outro segmento de *O Chapéu das Estações*:

> Não somos apenas o que existe,
> Há camadas que guerreiam.
> .....
> Não apenas o que existe.
> Também o que não existe,
> somos.

Disse-me certa vez este outro poeta de todos nós, Lêdo Ivo, que todo grande escritor é portador, intérprete e encarnação de uma grande experiência do mundo, da vida, do homem e das coisas. Eu supus que ele falava de si mesmo. Tinha todos os motivos para chegar a essa fundamentada suspeita. Mas Lêdo Ivo me esclareceu que se referia a Carlos Nejar. Fiquei a pensar o quanto de preciso havia naquela avaliação. É que os poetas adivinham, enquanto os críticos apenas constatam. A adivinhação é a constatação antecipada. Do mesmo modo que a Poesia como experiência – experiência vertical e certamente trágica – guarda consigo, como um tesouro escondido, os segredos do mundo. É natural que ela se cerque de mistérios. Mas o mistério, pelo menos em Carlos Nejar, jamais se confunde com a abstração inconsequente. Ele é antes um impulso vital, determinado pela força mítica da realidade.

A permanência do mistério, em épocas escandalosamente devassadas, é ainda o vigor prolongado de uma ética trágica, toda sustentada pela consciência da finitude. "Se queres entrar no Infinito, segue o Finito por todos os lados". São palavras de Goethe, recolhidas como epígrafe, por Carlos Nejar. Elas correspondem a uma espécie de chamamento à realidade e significam mesmo uma decidida aposta no homem, que talvez encontre o seu correlato no discurso matinal do poeta gaúcho: "Sempre caminhamos sob o vento, / sempre madrugamos sob a terra."

A responsabilização do homem, do animal simbólico que assume em toda a linha o risco cotidiano de ser, nos atira, sem consternação e sem desolação, nos braços do moralista. Do moralista vacinado contra o vírus prescritivo das éticas autoritárias. Do moralista que é, antes de tudo, o dedicado estudioso do homem. E que por isso pergunta:

Que homem sou,
se desde o acordar
uma culpa flamejante
me guarda?
.....
Que homem sou,
se continua a reclusão
fora da cela,
se apenado permaneço
além da pena
e não sei quando termina
em suas radiações, irradiações, resinas?

Quando o moralista deixa de ter dúvidas, quando renuncia à sua perplexidade congênita e identificadora, no momento em que ingressa no obscuro território das certezas, nesta hora ele muda de nome. Já não é o moralista, porém o pedagogo. Por isso, o moralista se encontra mais próximo do poeta. Quase podemos concluir, não sem alguma temeridade, que todo poeta que se preza, e nos preza, é um perquiridor, um descobridor do homem.

Esse enraizamento a uma só vez humano e ético – humano porque ético, e ético porque humano –, provavelmente se explicita, ainda mais, no poeta cidadão. No poeta outrora proscrito, que regressa à cidade, para protegê-la da adversidade. No poeta cidadão e até plebiscitário, da sua terra, da sua nação e do seu continente, todo voltado, pelas vias do pensar e do sentir, para a instauração de relações abertamente emancipatórias.

O combate do amor e exercício tenso da vontade reanimam agora o movimento da identidade. O querer e a esperança da parceria – esse modo solidário de apreensão da vida do mundo – mobilizam o homem e a linguagem. Não apenas como relações de produção, mas sobretudo como "produção de relações". O nosso querido e saudoso Celso Cunha, filólogo com as antenas dirigidas para o poético, me ensinou que a Língua é eminentemente relacional. A Linguagem seria relacional em segundo grau. O poeta de *O Chapéu das Estações* sabe, com o saber da experiência feito, que entre a aventura e a disciplina persiste uma antiga e sempre renovada peleja relacional. Por isso não se cansa de perceber:

Aventura, aventura,
ferrenha disciplina.
Curta e frouxa a memória
e pequena a fortuna.
A linguagem luta
Aventura, aventura!

O poeta Carlos Nejar conduz a Linguagem ao limite ilimitado da representação. Quando a representação se exaure, ou se esgotam as suas formas habituais de fazer-se presente, ou de tornar presente o dinamismo do real, ele resiste à falsa saída da encenação. Prefere o esforço tenaz da reapresentação. Reapresentar, no caso, é criar. E é como um criador de linguagem que Carlos Nejar chega hoje à sua Casa. Porque a sua casa é a Casa de Machado de Assis.

Discurso do
SR. OSCAR DIAS CORRÊA

e

Resposta do
SR. AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 20 de julho de 1989*

# I

# DISCURSO DO SR. OSCAR DIAS CORRÊA

## INTRODUÇÃO

Senhores acadêmicos,

"*Pierrot*:
Loura?

Arlequim:

Como as espigas...
Como os raios de sol e as moedas antigas..."

Eis-me, ainda menino, talvez porque de cabelos louros, depois ruivos e agora grisalhos e escassos, ouvindo, em voz fraterna, há sessenta anos, aqueles versos de *As Máscaras* que tempos depois leria, em ânsia incontida, devorando, na biblioteca do Ginásio Mineiro, de Belo Horizonte, na ordem alfabética dos autores, nas estantes, os volumes encadernados, começando por Alexandre Herculano e Antonio Feliciano de Castilho para terminar em Stefan Zweig e passando por Menotti del Picchia.

Seria difícil avaliar o que me ficou dessa leitura afadigada, sem orientação, sem método, sem critério. Mas o certo é que mais bem que mal me fez ao conhecimento, atropelado embora, que me deu, cedo, muito cedo, dos vultos mais altos da Literatura de Língua Portuguesa. E, sobretudo, o discernimento para depois ler o que quis, quando e como quis, podendo separar joio e trigo, caçanje e vernáculo.

Nada me diria, àquela época, que, lendo *As Máscaras* e *Juca Mulato*, no encantamento que me causaram, viria a conhecer, em 1955, na Câmara Federal, em amorável convívio, o Menotti del Picchia, deputado federal pelo PTB, e que hoje me receberíeis, nesta Casa augusta, como seu sucessor na Cadeira 28!

Lembra-me perfeitamente – vejo a cena nas luzes da memória: discutia-se a chamada "Emenda dos Conselheiros", que instituía, com os ex-presidentes da República, um Conselho Superior de assessoramento do presidente da República.

A UDN combatia o projeto. E, nesses casos, éramos os mais ousados – e a ousadia sempre foi meu fraco, disso sabeis! – escalados para o debate.

Chegou a minha vez: fui à tribuna e desincumbi-me da missão.

Ao descer para o Plenário, encontro no meio do corredor, caminhando em minha direção, o nobre deputado Menotti del Picchia, que me diz em tom quase fraternal: "Menino, quando você foi à tribuna perguntei-me: que que esse menino vai falar, depois de Capanema, Arinos, Baleeiro, Adauto, Lacerda. E sabe de uma coisa? Gostei de seu discurso!" Agradeci-lhe o cumprimento espontâneo e insuspeito, envaidecido e acanhado. E ganhei-lhe a estima e o direito à prosa, nos momentos em que um orador mais monótono ocupava a tribuna e me acercava dele para ouvir-lhe a palavra fascinante.

Só agora, passados todos esses anos, explico a acolhida, lembrando as circunstâncias do episódio, que revejo nos *Anais* da Câmara dos Deputados, na sessão de 4.8.1959.

Tendo iniciado meu discurso na madrugada desse dia, à tarde, prossegui. E, ao concluir, disse:

> A esse propósito, no debate, para encerrar nossas considerações, nada melhor para erguê-lo à altura em que poderia colocá-lo do que a inspiração de Dante. Lembraria à maioria aquele encontro fraterno que o imenso poeta, sob as vistas de

Virgílio, teve, no Purgatório, com Sardello, de Mântua. Queixando-se então das vicissitudes da pátria querida, lançava esta imprecação:

*Ahi serva Italia, di dolore ostello*
*nave senza nocchiere in gran tempesta*
*non donna di provincie, ma bordello!*
.....
*Cerca, misera, intorno da le prode*
*le tue marine, e poi ti guarda in seno*
*s'alcuna parte in te di pace gode.*

Senhor presidente, lembre-se, a maioria desta escrava pátria das aflições abrigo, nave sem timoneiro na tempestade imensa, não casta senhora, mas meretriz. Perscrute em torno as praias e as águas, sonde seu próprio seio se em alguma parte deste País reina a paz. Pense a maioria nos sacrifícios que está impondo à Nação Brasileira...

Só agora, relendo o discurso, vejo que, com os versos do divino poeta, conquistara o poeta! Hoje, trinta anos depois, aqui lhe sucedo. Não vos direi que não sonhei este instante. Menos ainda que o não tive como meta, embora me parecesse, a princípio, inatingível, tanto que hesitei, no clássico namoro acadêmico – como lhe chamaria mestre Austregésilo de Athayde –, antes de pedir-lhe a mão.

Asseguro-vos, ao contrário, que tudo fiz para alcançar a distinção em que agora me confirmais. Nas Letras, em busca obstinada, tudo tentei e já o disse, há muito, e agora repito:

De mim, escritor, tenho sido de muitas coisas e muitos temas, mas de pouca monta, sem falsa modéstia, que não a tenho, falsa nem real.

Mas poucos terão desejado, tanto quanto eu, ser escritor. Minhas tentativas – frustradas, direis – o provam. Tentei escrever sobre Ciência, por mais que a muitos, ainda hoje, se lhes arrepie o pêlo considerá-la a economia; sobre Direito escrevi, que a profissão me estimulou a isso; mas até sobre Literatura ousei e versos fiz torcidos, sofridos, custosos, cansados, tanto, tanto, que o sentimento se fatigou antes que tomasse forma poética; ensaios perpetrei, publicados e, para felicidade geral, inéditos muitos, sobre tudo; discursos rebuscados, gongóricos, quentes ou falsamente irônicos, pratiquei-os; e até ao Romance me abalancei, numa provocação que causou espécie e numa ousadia que raiou à temeridade.

Podereis talvez repetir Samuel Lover, quando ironizava: *When once the itch of Literature comes over a man, nothing can cure it but the scratching of a pen*.

Mais ainda vos confesso: meu orgulho itaunense, que só pede meças à minha mineiridade e à minha brasilidade, me açulou a coragem: afinal, por que não haveria de o meu torrão natal, tão nobre e tão querido, alçar-se ao mais alto Cenáculo Literário do País?

Cumpro agora essa vaidade suprema e paradoxalmente desinteressada, envergando o fardão que o berço amado, na voz de seu povo, em subscrição espontânea, me ofereceu e que, um dia, quando a mortalidade física ceder ante o inexorável – de que não fogem os imortais –, retornará ao seu convívio, no áureo desenho dos bordados vistosos, para extasiar os olhos das crianças, esticado no cabide ou no modelo, na vitrine cerrada, os vidros empoados, ou para que alguém, ausente o guia, pergunte quem era esse sujeito!

Quando, assim, a audácia subscreveu meu pedido de inscrição à vaga de Menotti del Picchia, como primeiro candidato inscrito, não aspirava a ocupar a Cadeira por títulos outros que a generosidade dos votantes pudesse vislumbrar: apenas os que, modesta mas permanente e infatigavelmente, buscara, no trato das Letras, de forma atrevida, em vários gêneros.

Antes me perguntara se poderia ansiar por este ingresso e tentar esta acolhida, considerando-me escritor: afinal, atrevera-me ao Romance, escrevera sobre Ciência, discorrera sobre Direito, ousara a Poesia, desafiara o Ensaio Crítico, a tudo me aventurara. E sempre com a preocupação da clareza e da vernaculidade, que são os atributos essenciais da boa escrita. E, se ao lado dessas tentativas literárias exerci atividades outras que a vocação me apontou, como a Advocacia, a Cátedra Universitária, a Política e a Magistratura, não creio pudesse a conjugação dessas linhas de minha vida com a aspiração literária, só por isso, diminuí-la ou invalidá-la.

Esta Casa, como o seu modelo, a Academia Francesa, foi sempre o abrigo, o grande e augusto abrigo dos escritores, ciosa do seu *charme inexprimable* observado por Duc de Castries, no seu *La Vieille Dame du Quai Conti*, e que se manifesta na reunião *des hommes venus de toutes les disciplines, mais qui possèdent tous le privilége de l'intelligence*.

E às Letras Jurídicas não poucos, antes muitos, buscaram este Sodalício desde a fundação. Logo na assentada primeira, Rui Barbosa, Clóvis Beviláqua e Rodrigo Octavio.

E vieram depois Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Lessa, Aníbal Freire, Ataulfo de Paiva, Cândido Motta Filho, Afonso Pena Júnior, João Luís Alves, Levi Carneiro, Rodrigo Octavio Filho, Hermes Lima, Pontes de Miranda, Pedro Calmon e outros.

Como a honraram cientistas como Oswaldo Cruz, Antônio Austregésilo, Miguel Couto, Aloísio de Castro, Silva Mello, Clementino Fraga, alguns nomes eminentes dentre muitos.

Afonso Arinos, que hoje me recebe nesta Casa, como, em 1955, me guiava na Câmara dos Deputados, escrevendo sobre "Literatura e Pensamento Jurídico" (*A Literatura no Brasil*, direção de Afrânio Coutinho, v. 6, pp. 175 e seg.), após o exame "universal" do tema, lembra os muitos que aliaram ao conhecimento do Direito o trato literário. E, passando, entre nós, pela Inconfidência Mineira, ligada à Escola Mineira, com o Tomás Antônio Gonzaga do *Tratado de Direito Natural* e de *Marília*, vai a José Bonifácio, com as *Poesias Avulsas* e a "Ode aos Baianos", e cita, então, além de outros, Odorico Mendes, Maciel Monteiro, Bernardo de Vasconcelos, Tobias Barreto, Nabuco, Rui, Alberto Torres e Clóvis Beviláqua. Raimundo Correia, Augusto de Lima e Vicente de Carvalho; diz: "foram poetas gloriosos e provectos juízes de Direito"; "Inglês de Sousa foi comercialista e romancista, Afonso Pena Júnior, civilista, poeta e crítico". Conclui pela lembrança dos nomes de Gilberto Amado, Francisco Campos, Pontes de Miranda, Prado Kelly, Hermes Lima e Nestor Duarte, afirmando:

> Assim poderíamos enumerar ainda uma série de contemporâneos cuja obra jurídica não se dissocia da literária. Alguns são melhores juristas que escritores, outros o contrário. Mas a tradição brasileira que fez nascer a Literatura e o pensamento jurídico como irmãos gêmeos, não se destruiu. Antes permanece.

Na Academia Francesa, vê-se Sully Prudhomme ser sucedido por Henri Poincaré, celebrizado, antes de mais, como matemático, e a ele suceder Alfred Capus, autor dramático; após G. Goyau, historiador, P. Hazard, literato, e M. Garçon, advogado e escritor; Pierre Loti suceder ao pintor P. A. Besnard; a

Rolland Mallet, poeta e economista, J. F. Boyer, bispo; a Francis Charmes, publicista, J. Cambon, diplomata, e L. Lacaze, almirante; a Leconte de Lisle, poeta, Henry Houssage, historiador, e a este L. Lyautey, marechal de França; a H. Ronyon, historiador, L. Barthou, o político; a P. de La Gorce, historiador, ao Duque de Broglie, físico; ao Marquês de Vogué, diplomata e arqueólogo, Foch, marechal de França; a Paul Valéry, poeta, Henri Monder, cirurgião; a G. Hanotaux, historiador, A. Siegfried, economista; a Al. Ribot, orador e político, Henri Robert, advogado; na sucessão que se marca não só pela categoria literária como pelo sinal inconfundível do talento, da inteligência.

E nesta Academia Brasileira a Filinto de Almeida segue-se Roberto Simonsen; e a este, Aníbal Freire; a Raimundo Correia sucede Oswaldo Cruz; e a este, Aloísio de Castro; a Afrânio Peixoto, Afonso Pena Júnior, depois Hermes Lima e, em seguida, Pontes de Miranda; a Alberto de Oliveira, Oliveira Viana; a Gustavo Barroso, Silva Mello; a Medeiros e Albuquerque, Miguel Osório de Almeida; a Machado de Assis, Lafayette Rodrigues Pereira; a Afonso Arinos, Miguel Couto.

Mas, caros amigos e já agora eminentes confrades, aqui estou eu, pela vossa escolha – hoje unanimizada, pois se esquecem, passado o pleito, números de votantes e votados –, irmanado ao vosso esforço em defesa da Língua e da Cultura, objetivo desta Casa Maior das Letras Brasileiras.

Tendes-me para desempenhar o ofício de escritor, de que cuidarei com zelo e apuro, tanto quanto me permitirem as forças e os anos, para ser digno de vossa companhia.

Destes-me, para honra minha, a Cadeira 28, Patrono Manuel Antônio de Almeida, escolhido por seu Fundador Inglês de Sousa, que, romancista, exerceu a atividade política e ilustrou as Letras Jurídicas; substituiu-o Xavier Marques, que ao Romance e à Poesia somou os estudos vernáculos e intensa atividade jornalística e política; e, por fim, Menotti del Picchia, poeta, ficcionista, jornalista, advogado, deputado federal, homem do seu século.

Diversos e iguais, permitem uma equilibrada visão da Literatura Nacional no exame da obra que nos legaram.

Iguais, sobretudo, na marca indelével de brasilidade que se estampa nas *Memórias de um Sargento de Milícias*, concentra-se em *O Missionário*, expan-

de-se no autor de *Pindorama*, até esplender na obra de Menotti, toda ela marcada do sentido nacional, permeada e ampliada pelo "universal" e pelo "humano".

Múltiplos como homens de letras, nas atividades intelectuais e diversos no trato, na linguagem, na visão, faces do mesmo mundo, que cada um vê com os seus olhos da alma e sente com os pulsares do coração.

## MANUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA

De Manuel Antônio de Almeida, diria apenas que foi uma das minhas surpresas mais gratas nos anos de adolescência. Não há jovem do meu tempo que não tenha lido as *Memórias de um Sargento de Milícias* com a sedução que a simplicidade do romance exerceu sobre nós todos, cabeças feitas do Romantismo.

E que, diz Xavier Marques, com um "romance único, escrito com os dons singelos que a natureza lhe concedeu e a muita mocidade lhe não permitiu acrisolasse", marcou posição na Literatura Brasileira, tanto que mereceu de Inglês de Sousa a honra de patrocinar-lhe imortalmente a Cadeira.

As *Memórias*, diz Josué Montello, "estão hoje em nossas Letras como algo de definitivo, senão como obra plena, pelo menos como obra viva, não envelhecida pelo tempo" (*A Literatura no Brasil*, II, p. 326).

Surgidas cinco anos antes de *O Guarani* (o romance de José de Alencar foi publicado, também em folhetins, no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1857), as *Memórias* – publicadas no *Correio Mercantil*, de 27 de junho de 1852 a 31 de julho de 1853, sob o pseudônimo Um Brasileiro – fugiam inteiramente às variantes sentimental e indianista que impregnaram, de maneira avassaladora, a narrativa romântica brasileira contemporânea, como demonstram as obras de Macedo, Alencar, Taunay e Bernardo Guimarães. As *Memórias de um Sargento de Milícias*, ao contrário, filiavam-se à tradição espanhola do Romance de Costumes e da Novela Picaresca, em especial no *Estebanillo Gonzalez*, como aponta Montello.

Manuel Antônio contrariava a moda literária dominante e o gosto estético então estabelecido no Brasil, constituindo-se em obra verdadeiramente marginal na Literatura Brasileira dos Oitocentos. Assim, também, foi o pri-

meiro livro que recolheu, com intenção de recriação literária, a linguagem oral e popular carioca, ao tempo em que se fez, no dizer de Mário de Andrade, "um tesouro muito rico de coisas e costumes da véspera da independência", no que demonstrava conscientemente e "em grau elevadíssimo a bossa do folclorista".

Manuel Antônio de Almeida mostrava-se interessado nos hábitos e costumes das camadas populares da sociedade brasileira do início do século XIX, fixando, com objetivo e risonho realismo, os meirinhos, os barbeiros, as comadres e os compadres, os policiais, as rezadeiras, os cantadores de modinhas, os demandistas contumazes, os velhacos, achacadores e cafajestes, os gabolas e maledicentes.

Vale ressaltar a apreciação de Xavier Marques, ao empossar-se nesta Casa, em 17.9.1920:

> Essa ingênua galeria, quase totalmente desaparecida do cenário social sob os escombros de dous regimens, não teve observador mais arguto nem mais ladino intérprete de suas malícias, de seus enredos, de suas paixões vulgares. Tampouco lhe faltou o talento descritivo para pintar ou restaurar, com o auxílio da Crônica e da Tradição, onde já não era possível a observação direta, as cenas, as paisagens, as decorações em que ressurgem os personagens grotescos da curiosa burleta nacional, cada qual individuado, sem contudo exorbitar do costume, na lógica do seu temperamento.

Nessa opção pelos representantes mais populares da nossa sociedade de então, que ele trata com risonha bonomia e simpática tolerância, talvez resida a razão da adoção do pseudônimo que escolheu e que manteve mesmo na veiculação sob a forma de livro: Um Brasileiro poderá mesmo representar uma identificação de Manuel Antônio com o universo humano que recriou em seu romance.

Por outro lado, ressalte-se que sua atitude diante da obra literária era também diversa do esteticismo até certo ponto pedante e de transplantação cultural dominante no meio literário da época. Manuel Antônio de Almeida, como observa o ensaísta granadino Francisco Ayala, tradutor da edição em espanhol, "não adota a postura de um 'literato'; não pretende, antes de tudo, 'fazer Literatura', forjar uma obra de Arte". Por isso, viu-se o romancista, pelos seus contemporâneos e por longo tempo, acusado de escrever rude e negligentemente.

Vivendo em meio extremamente literário, como o do Romantismo Brasileiro, a que se sobrepunha ainda a tutela purista vigilante dos autores portugueses e daqueles brasileiros lusófilos, não teve Manuel Antônio a compreensão dos críticos e do público. Não perceberam eles, como protestou Mário de Andrade, que, atrás do aparente desleixo expressivo, existia um "vigoroso estilista", em quem transparecia "algo do estilo espiritual de Machado de Assis".

Com base, ainda uma vez, em Francisco Ayala, merece, salientada a observação de que

> o importante, o significativo, o que obriga a reconhecer um talento criador de primeira grandeza naquele jovem periodista despreocupado dos cânones estéticos e angustiado no seu trabalho por urgências econômicas, é a penetração com que se serve da linguagem oral e popular para preenchê-la de força literária, para dotá-la de qualidade poética na acepção mais ampla da palavra.

Por isso mesmo, o ensaísta espanhol não se furta a declarar que as *Memórias de um Sargento de Milícias* "apresentam uma inatacável harmonia; tamanha, que não contém hipérbole sua classificação de obra-prima" e admira-se por ver "tão madura perfeição nos escritos de um rapaz de vinte e um anos, [...] um espírito repleto de experiência vital, de uma experiência impossível, de uma maturação sem tempo". E concluiu, de forma lapidar: "Um prodígio mais inconcebível que o da própria genialidade."

Persistindo em sua sina de incompreensão crítica e de silêncio do público – após a morte do autor, em 1861, as *Memórias* somente conheceram oito edições até a eclosão do Movimento Modernista de 1922 –, o romance de Manuel Antônio viu-se rotulado, ainda que com intenção elogiosa, de realista e mesmo naturalista!, o que o faria anteceder de vários anos ao aparecimento dessa corrente estética na Europa... Este outro equívoco, para o qual muito concorreu a edição de 1900, da responsabilidade do sempre sério e quase sempre lúcido José Veríssimo, que assim o classificou no seu prefácio, resulta da impossibilidade desnorteadora de classificar o romance de Manuel Antônio de Almeida dentro das correntes estéticas da sua e das épocas seguintes. Em verdade, o chamado realismo das *Memórias* participa daquele componente intrínseco e inerente ao espírito humano de guardar relação com a

realidade contextual. Esse componente, na narrativa ocidental, perpassa autores da Antiguidade Clássica, como Herondas, Apuleio, Petrônio, faz-se extremamente vivo na Literatura Picaresca do século XVI e início do século XVII, nos autores ingleses do século XVIII e está presente em obras de grandes nomes da Literatura Contemporânea, como García Márquez e Vargas Llosa.

A permanência de uma obra literária é estabelecida pelo diálogo que com ela estabelecem as sucessivas gerações de leitores e críticos, na busca das relações eletivas que o processo histórico impõe e que o condicionam. E desse processo inexorável somente as obras que trazem na sua estrutura os elementos determinantes conhecem a perenidade. Assim, as *Memórias de um Sargento de Milícias*, indiferentes aos juízos consubstanciados nos rótulos parciais e circunstanciais, alcançaram reconhecimento indiscutível a partir do Movimento Modernista de 1922, como atestam as sucessivas edições ocorridas desde então e as leituras que delas fizeram os mais representativos críticos, como Mário de Andrade, Astrogildo Pereira, Eduardo Frieiro, Marques Rebelo, Lúcia Miguel Pereira, Francisco Ayala, Eugênio Gomes, Paulo Rónai, Darcy Damasceno, Wilson Martins, Josué Montello, Antonio Candido, de variadas correntes da Crítica e da Historiografia Literária, mas todos acordes em ressaltar sua importância como obra precursora e de sempre renovada modernidade.

## INGLÊS DE SOUSA

Ao fundar esta Casa, Herculano Marcos Inglês de Sousa escolheu como Patrono Manuel Antônio de Almeida, "personalidade que é um diamante de várias faces", diz Xavier Marques no discurso de elogio (*Discursos Acadêmicos da ABL*, v. V, p. 97): "Nela se desdobram, em invejável harmonia, os três aspectos que lhe possibilitam o viver integralmente para as necessidades de sua época: as faculdades racionais do culto da Ciência, as energias efetivas do homem de ação e a potência imaginativa do homem de letras."

A escolha parece ter obedecido àquela ordem de ideias vigente ao fim do século passado, que entendiam as *Memórias de um Sargento de Milícias* como manifestação do estilo de época realista-naturalista. Inglês de Sousa é naturalista consciente, o primeiro, por direito de precedência e de fato, a ado-

tar no Brasil os princípios estéticos da escola, no seu romance *O Coronel Sangrado*, de 1877, embora os manuais de História da Literatura Brasileira insistam na atribuição da primazia a Aluísio Azevedo e seu romance *O Mulato*, publicado em 1881, no mesmo ano das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis.

Não terá sido, entretanto, apenas a coincidência de ideologias literárias que Inglês de Sousa pensou ver entre sua obra e as *Memórias de um Sargento de Milícias*, o fator a presidir sua escolha tão afortunada.

Certamente, o autor de *O Missionário*, na sua intuição de artista criador, percebeu que os unia algo mais profundo, porque pessoal: a busca de retratar seu país e sua gente, apesar da distância geográfica que separa os cenários de seus romances.

Nascido no Pará, estudando no Maranhão e depois no Rio e em São Paulo, onde se bacharelou em 1876, aos 23 anos de idade; as Letras Jurídicas, a Literatura e a Política dividiram-lhe a preferência espiritual. E o talento e a cultura possibilitaram-lhe exceler nessas atividades em período de fastígio da vida nacional.

Como cultor do Direito, atingiu Inglês de Sousa a culminância do prestígio na banca de advogado e na presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros, com participação ativa em congressos jurídicos, e mais ainda, com seu *Títulos ao Portador*, obra fundamental ao estudo do tema.

Há quase cem anos, admira-se que lhe desse tratamento tão seguro, com o conhecimento, não apenas da bibliografia da época, que invoca, como da realidade jurídica que apenas se entremostrava no Brasil, ainda que adiantada em outros países.

Isso lhe aumenta a importância na Literatura Jurídica Nacional.

Na vida literária, assegurando-lhe a participação ativa na fundação desta Casa, impõe-se como contista, novelista e romancista que, ainda estudante, publica três romances: *O Cacaulista* (1876), *História de um Pescador* (1876) e *O Coronel Sangrado* (1877), para, afinal, consagrar-se com *O Missionário* (1888) e encerrar sua obra literária com os *Contos Amazônicos* (1892).

Na atividade política, deputado à Assembleia Legislativa de São Paulo, por iniciativa sua, cria-se a Escola Normal, cujo regulamento elabora (discurso de X. Marques, *op. cit.*, p. 101).

Pouco depois é nomeado presidente de Sergipe e, em seguida, do Espírito Santo; e, proclamada a República, é convidado por Deodoro para governar o Amazonas e indicado para o governo de Pernambuco, ainda que não se efetivasse a escolha, terminando a vida pública como deputado à Câmara Federal.

Nesta Academia, redige o projeto inicial dos novos estatutos de 1897 e é o tesoureiro da primeira diretoria, presidida por Machado de Assis.

Aqui a explicação que Barbosa Lima encontra para que sua obra literária não tenha tido a repercussão que se impunha "pelas suas qualidades intrínsecas". Pergunta-se, então, se nesse injusto silêncio não haveria um pouco dessa prevenção com que costuma o público receber as obras dos escritores que se não limitam a um gênero único de atividade espiritual (*Revista da ABL*, v. 88, p. 167).

E diz, citando Renan:

> Renan falava da má vontade com que se considerava a manifestação de mestria em domínios opostos, e poderiam estender o seu conceito a domínios apenas diferentes. A Crítica, ou o aplauso público, não parece favorecer os regimes poligâmicos, em matéria de atividade intelectual. Prefere, ou parece preferir, a disciplina e a rigidez da monogamia, o gênero único, a atividade uniforme, que valoriza e prestigia o conjunto da obra realizada.

Rodrigo Octavio Filho, fazendo-lhe o elogio, depois de traçar-lhe a origem portuguesa, "algarvia de quatro costados e já conhecida nas Espanhas muito antes do descobrimento do Brasil" (p. 170), e relembrar-lhe os ancestrais ilustres, fala do professor eminente "de saber e autoridade" e estuda-lhe a vida e a obra.

Conviria lê-la para alcançar a nobreza do caráter do jovem presidente de Sergipe aos 27 anos, depois presidente do Espírito Santo, deputado provincial por São Paulo e quase governador do Amazonas ou de Pernambuco.

Ou do festejado autor dos *Títulos ao Portador* no Direito Brasileiro, em 1898, do qual afirma que "se tornou clássico nas Letras Jurídicas nacionais" (p. 184).

É então – diz Rodrigo Octavio Filho – "várias vezes indicado para ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que recusa por motivos de ordem particular" (p. 184).

Além da obra que o celebrizou no Direito, organizou, a convite do ministro Rivadávia Correia, o nosso *Código Comercial*, transformando-o, na realidade, em *Código Uno de Direito Privado*, na antevisão da linha unitarista do Direito Privado, que tantos adeptos conquistou depois.

A obra literária é a de um precursor do Naturalismo, que surge sobretudo em *O Coronel Sangrado* e se firma em *O Missionário*.

A Crítica recebeu-a com aplausos e restrições, estas, sobretudo, quanto ao cenário que descreve e que a muitos pareceu superior às personagens. Resumiu-o Xavier Marques, nestas palavras:

> Prefiro ver nesse feitio do livro a prolixidade reflexa da terra, e na sua aparente desproporção uma admirável simetria com o meio e a humanidade – *rari nantes* – aí dispersa e apoucada. O autor escreveu largo e caudaloso, modelando-se assim o seu estilo pela imagem das coisas. Naquele reino da exuberância não é naturalmente, com o laconismo de expressões avaras, que se logra canalizar o volume das impressões.

De certa forma, explica-se não tenha tido a obra a repercussão que era de esperar-se: surge no mesmo ano de 1888, quando se publicaram *A Carne*, de Júlio Ribeiro, e *O Ateneu*, de Raul Pompeia.

Ainda assim, lembra Rodrigo Octavio Filho, João Ribeiro considerou-a "livro admirável, esplêndido e artístico romance"; e José Veríssimo, "um dos mais severos dos nossos críticos", disse: "Não creio que o Naturalismo tenha produzido no Brasil obra superior a esta. Uma das melhores de nossa Ficção em Prosa" (p. 189).

Araripe Júnior, Olívio Montenegro e Lúcia Miguel Pereira louvam-lhe a obra. E Josué Montello, em trabalho sobre "a feição polêmica do Naturalismo Brasileiro", estuda as influências que sofreu na linha naturalista, salientando:

> *O Coronel Sangrado* é o que melhor revela os pendores de romancista em Inglês de Sousa. E é ainda aquele que confere ao seu autor uma preeminência cronológica, na história do Romance Naturalista em nosso País. Embora as duas outras tenham sido escritas sob o signo da mesma orientação, faltar-lhes-ia consistência literária para se afirmarem na categoria de marco do Naturalismo Brasileiro. Daí o destaque conferido a *O Coronel Sangrado*. Mas a verdade é que, mesmo neste romance,

> não há ainda o naturalista de intenção e processo, que só afloraria muitos anos depois com a experiência de *O Missionário*.

Considerada a obra de Inglês de Sousa em conjunto, diz Lúcia Miguel Pereira (*História da Literatura Brasileira*, direção de Álvaro Lins, v. XII – *Prosa de Ficção*, de 1870 a 1920, J. Olympio, 1950, p. 156):

> Apresenta-se como um documento social, fixando aspectos vários da Amazônia, da Amazônia do cacau e da pesca, região meio selvagem onde a vida era sempre uma luta; luta do tapuio contra o proprietário que explora, na *História de um Pescador*; luta do mulato ambicioso contra o branco que não o quer considerar seu igual, no *Cacaulista* e no *Coronel Sangrado*; luta do indivíduo superior contra o meio mesquinho, no *Missionário*; em todos eles, luta do homem contra o homem e contra a natureza que o ameaça física e moralmente, pelos animais que o atacam, pela água que o afoga, pelo sol que o queima, pelo amolecimento que lhe derreia a energia.

## XAVIER MARQUES

Francisco Xavier Ferreira Marques ocupar-lhe-ia a vaga em 17.9.1920, recebido por Goulart de Andrade que, desde logo, assinalava: "Deveríeis ter notado tal ou qual afinidade entre o contador das *Memórias de um Sargento de Milícias*, o animador do *Missionário* e o revelador de *Pindorama* e *O Sargento Pedro*."

E completa:

> O gosto da tradição e a maneira de bosquejar painéis em Sousa apuraram-se no mestre da *Arte de Escrever*, porque neste se sublinham as excelências de ambos, sem o menor sedimento de imperfeições, quanto ao contexto e à linguagem. A observação arguta, a experiência da vida, a fina sensibilidade e a pesquisa honesta do documento fizeram principalmente desses vossos livros históricos verdadeiras ressurreições, tanto a afabulação parece narrativa estilizada de códices, apenas com um latejo de sangue mais apressado e um rubor mais ligeiramente acentuado de emoção patriótica.

E, como a Inglês de Sousa se fez reparo de que o cenário pintado pelo autor era amplo demais para a obra, também Goulart de Andrade considera o "cenário da epopeia da descoberta demasiado vasto para a chama que imaginastes da conquista e do povoamento".

Falando sobre ele, Menotti chama-lhe "um dos preparadores e enunciadores da minha geração", para, a seguir, analisar seu *Canto de Amor à Bahia* e examinar-lhe a obra de nacionalista, pensador, romancista e polígrafo, e o poeta.

Lembra-lhe o *Canto de Amor à Bahia*, dessa Bahia de que é o seu narrador, "seu homem de pensamento, seu poeta", mas, ao ver de Menotti, "uma Bahia diferente, mais ática, menos temperamental" (*Revista da ABL*, v. 66, p. 159).

O nacionalista, em Xavier Marques, "não é xenófobo: é o homem compreensivo do destino humano e social da sua gente e o enamorado de sua terra, a *Pindorama* exposição universal de virgens belezas e de inéditas formas de liberdade" (p. 160).

Lúcia Miguel Pereira (*op. cit.*, p. 273) comenta-lhe favoravelmente a obra, acentuando:

> [...] sem ser propriamente um regionalista, pôs em seus livros todo o encanto que lhe inspirava a terra onde nasceu, encanto que o levou a perpetrar um incrível romance histórico, *Pindorama*. Quer compondo, nos dois volumes de *Praieiros*, o de contos e o da novela *Jana e Joel*, cenas e idílios em que a vida dos pescadores aparece cheia de poesia, quer estudando os hábitos familiares, o ambiente doméstico em que, como o Feiticeiro, se misturam negros e brancos, catolicismo e feitiçaria, sente-se que evoca com prazer a gente e as paisagens da Bahia, que as ama e as deseja fazer amadas. Talvez seja esse desejo que o leva por vezes a acentuar excessivamente a nota pitoresca, a estilizar certos quadros e personagens, isto é, a esbater-lhes as características próprias, a fim de os tornar mais belos, e, sobretudo, mais típicos; haverá, nas suas descrições, algum rebuscamento, e nas suas figuras humanas um tal ou qual convencionalismo. Mas, por não serem perfeitas, e estarem mesmo longe disso, não deixam de seduzir as suas histórias praieiras, especialmente *Jana e Joel*, cujos cândidos amores se casam bem à frescura da paisagem, à simplicidade da vida evocada.

Submetida ao curso da História, a obra de Xavier Marques encontra-se hoje relegada a injusto silêncio. A razão, talvez, esteja na solubilidade dos gostos atuais, que se estabelecem, muita vez, ao sabor de modismos críticos. Por outro lado, nas universidades, onde deveriam realizar-se os estudos sistemáticos de História Literária, predomina a excessiva especialização, que não permite ao aluno dos cursos de Letras uma visão diacrônica do processo literário.

Se é verdade que Xavier Marques, como bem acentuou Menotti del Picchia na sua oração de posse nesta Casa, teve o destino de viver em "uma

quadra na qual ainda se morria em prol do estilo" e, "para que não morresse a forma, matava-se a ideia"; e "gramáticos soltos nas ruas das Letras, semeando pânico, destruindo, a golpes de palmatória, vocações incipientes", é inquestionável – creio e me permitam a ousadia de afirmá-lo – que a prosa de Xavier Marques, na recriação dos encontros do mar da Bahia, na sua fidelidade aos costumes e às raízes da terra, filia-se, em espírito, à mesma linha que conduz a Jorge Amado.

## MENOTTI DEL PICCHIA

Em 20.12.1943, tomava posse Menotti del Picchia, Paulo por obra e graça do "piedoso" padre que o batizou.

Mas quem era esse Menotti del Picchia, de nome italiano e estilo e tema e tom brasileiros, mais do que os de sua época, rompendo tradições e tabus e marcando novos rumos nacionais na Literatura e na Língua?

Era o filho do italiano Luiz del Picchia, oriundo da Toscana, banido por suas ideias socialistas, diz Ebe Reale no minucioso apanhado da vida do poeta.

Como italiano, pintor, jornalista, poeta, arquiteto e construtor, sentira, por certo, como antes o Divino Poeta:

> *Tu proverai si como sa di sale*
> *lo pane altrui, e como è duro calle*
> *do scendere e'l salir per l'altrui scale.*
>
> (*Par.*, XVII, 55/57)

Menotti, em carta de 8.11.1966, em resposta à remessa que lhe fizera de minha palestra sobre "Minhas Reminiscências de Dante", antes de comentá-la, diz: "Apesar de ter sido aleitado – papai era poeta... – com Dante, Petrarca, Tasso e Ariosto, e o divino Poema ter acordado em mim o vate hereditário [...]."

É a confissão da influência que teria em sua formação a clássica literatura universalista do Renascimento, que se responsabiliza, por certo, pela ampla visão que, desde logo, surge na sua produção literária, com a preocupa-

ção permanente do universal, sempre nele, o poeta, o prosador, o político, o revolucionário das Letras e das artes.

Miguel Reale, no admirável discurso com que o saudou nos noventa anos, pergunta-se e responde:

> Que foi e que ele é? Poeta, romancista, escultor, pintor, artífice, relojoeiro, advogado, agricultor, cronista, deputado, ensaísta, jornalista ou compositor? O revolucionário dos versos inovadores de *Chuva de Pedra* e artífice primeiro da Semana de Arte Moderna, ou o cinzelador dos alexandrinos parnasianos de *As Máscaras*? O artista barroco, que não raro exsurge de seus versos ou de seus romances, ou o Menotti tabelião afeito a redigir, segundo o esclerosado linguajar forense, testamentos e escrituras? O político trabalhista, sonhando salvar o Brasil pelas vias do populismo, ou o Menotti que, ao lado de Cassiano Ricardo, funda a Bandeira, para contrapor-se ao Integralismo de Plínio Salgado, muito embora reconhecendo na época a necessidade de "governos fortes"; ou o poeta que se alia ao mesmo Plínio e ainda ao seu inseparável amigo Cassiano, para no "verde-amarelismo", e na Escola de Anta, contrapor-se à Antropofagia de Oswald de Andrade, o seu primeiro companheiro na arremetida adolescente de 1922? Ou será que temos aqui, à nossa frente, nesta noite tão viva de recordações e de calor humano, o fundador do Mútuo Socorro de São Paulo, ou o funcionário atento e dedicado ao serviço público?

É este o homem total, complexo, que honrou a Cadeira 28, que ora me destinais. Nascido em São Paulo, em 20.3.1892, muda-se, aos seis anos, com a família (a mãe Corina del Corso del Picchia e os irmãos), para Itapira, onde o pai "encalhara ao remodelar a igreja local". No Grupo Escolar Júlio de Mesquita, inicia-se nas Letras.

Começando o secundário no Ginásio Culto à Ciência, em Campinas, vai depois para Pouso Alegre, em Minas Gerais, onde o pai, de novo, "encalhara" – é o verbo de *A Longa Viagem* –, contratando serviços no prédio do Ginásio Diocesano São José.

Aí, diz Ebe Reale, "recebe grande influência do bispo D. Corrêa Nery, a quem era ligado por profunda amizade". "D. Nery e Pouso Alegre estavam no meu destino", diz ele.

Surgem os primeiros versos, incluídos nos *Poemas do Vício e da Virtude*, publicados em 1913, "balbucio inaugural de minha descolorida

aventura literária", diz chegando a esta Casa (Discurso de Posse, *Revista da ABL*, v. 66, p. 150). "Nasce um Poeta", diz nas memórias.

Tive o privilégio de compulsar, no original publicado em *O Mandu*, de 2.8.1908, de que foi, então, redator-chefe, algumas de suas produções iniciais, ainda marcadas da influência romântica ou clássica.

Veja-se, por exemplo, o soneto que dedica a João Beraldo, no número 2 do jornal:

NOTA ÍNTIMA

Fulgurante de luz, disse uma fada:
Dize tu, ó bardo, dize os teus segredos,
Não falam ciciando os arvoredos,
Não fala a balbuciar a brisa alada?

Não murmura o regato uma balada
Segredando a tremer mil contos tredos?
No convento, uma monja macerada
A luz dúbia da tarde amores ledos,

Não confessa a chorar, na soledade?
Pois ouve, ó diva, o que chorei na lira
Não profano a candura, a virgindade

Ouve o gemer de uma alma que delira
Se suspira minh'alma com saudade,
De saudade é que a pobre inda suspira...

E no mesmo número, escrevendo sobre "A Nossa Bandeira", com a assinatura "X.X.P.", defendendo-a de abusos cometidos, começa o artigo:

> O poeta, no seu estro, encontra a seiva, a luz, o colorido de seu verso; o pintor, nas cores, encontra a vitalidade da paisagem, a estética do colorido, a perfeição da forma; a estatuária campeia o objeto, na fantasia entusiasta, e a morbidez plástica da forma, na perfeição humana; foi assim que Dante legou-nos a *Divina Comédia*, divina na realidade, pois prima o limado verso na forma, na vivacidade da expressão, na polidez do estilo, e assim Buonarrotti nos deu seus quadros sublimes, seu Moysés extraordinário.

Não esquece, todavia, os deveres do estudo e na distribuição dos prêmios do Ginásio Diocesano São José, em 9.5.1907, está ele entre os premiados, apenas (?) em Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Alemão, Geometria e Trigonometria, História Universal, Desenho e Álgebra! E surge o "escultor bissexto" com o busto de D. Arcoverde, diz ele mesmo.

Aprestava-se para caminhada que empreenderia, nas Letras e nas artes.

Concluído o curso secundário, matricula-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e aprimora-se nos estudos clássicos.

Mas retorna sempre a Itapira, onde, em 1912, se casa com Francisca Avelina da Cunha Sales, "namorada de infância", a "Pitutica", e inicia a vida profissional.

Surgem, então, ao lado do advogado e do jornalista de *A Cidade de Itapira*, e depois *O Grito*, as atividades agrícolas, que lhe propiciarão o contato mais íntimo com a vida rural e que desembocam no *Juca Mulato* (1917).

"Moysés"

Precede-o, porém, o poema "Moysés", lançado em 1917, com a inspiração do tema bíblico, e que agrada a Oswald de Andrade "pelos seus sinais de renovação se bem que vagos e imprecisos" (Mário da Silva Brito, *História do Modernismo Brasileiro*, I, p. 81).

O próprio poeta explica-se no "Antes do Poema" que precede a "edição definitiva" de 1927:

> Quando, em 1913, compendiando minhas rimas de adolescência nos *Poemas do Vício e da Virtude*, tentava fazer a poesia paulista evadir-se ao cárcere das irredutíveis fórmulas em uso, meu pavor totêmico pelos magnatas literários da época coarctou o insopitado anseio de libertação que se entrevê naqueles versos. A obra saiu tateante e incerta, alternada de concessões e de levantes modernistas. Implacável foi a crítica do tempo para o incipiente balbucio do meu estro rebelde. A quebrar a unanimidade dos baldões que me levariam ao descoroçoamento, levantou-se a isolada voz de Duque-Estrada, no Rio, recompondo, da minha inicial derrota, as energias dos futuros cometimentos.
>
> Foi então (1913), que, entediado dos arcaísmos verbosos dos janízaros do Parnasianismo, mais díscolo e mais ousado, compus quatro cantos do poema bíblico. Um ano após concluí o trabalho, escrevendo o "Horeb".

> Em 1917, aparecia a primeira edição do presente livro. Não menos ruidosos e flamejantes foram ainda os ciclones do descontentamento com que os nédios Jupiters do passadismo saudaram a publicação do meu segundo livro. Trovejaram campanhas nos jornais, onde eu aparecia como um reacionário iconoclasta, incapaz de agitar minha poética dentro das grades alexandrinas das quadras ou das pequenas gaiolas dos sonetos. *Moysés*, como os *Poemas*, foi fulminado com excomunhão maior. E eu sofri, porque era muito moço e tinha ainda vaidades.

Tenta, portanto, quatro anos antes do banquete que lhe foi oferecido pela publicação de *As Máscaras* e cinco anos antes do estrépito da Semana de Arte Moderna, o rompimento com as regras rígidas do verso, "com a anacrônica teocracia literária de que eram calafriantes czares os Srs. Heredia e Banville" (Prefácio de *Moysés*).

Assim, Menotti, o clássico, inicia o rompimento com o clássico. O verso não é mais a preocupação exclusivista com a rima, a métrica, a tônica, o ritmo, e, sobretudo, o tema apegado ao rigor parnasiano.

Mas não se há de recusar a marca ainda presente do modelo clássico no verso bem torneado, que vence o autor, no tom grandíloquo que o eleva.

Menotti podia romper com o clássico porque o dominava desde a adolescência. E podia dar-se ao luxo de dispor-se à revolução que buscaria derrubar todos os ídolos, destruir todas as regras, na radicalização total:

> E foi justamente porque vivemos tanto tempo sob a ameaça da férula dos Corujas que um belo dia, na revolução modernista, entregamo-nos a uma bárbara orgia de solecismos, reduzindo a cacos todas as normas clássicas, barbarizamos o idioma, proletarizando-o na expressão viva, nacional e pitoresca dos seus modismos plebeus, e acabamos por tirar das suas excelentes colocações todos os pronomes, tal qual fazia outrora o político quando subia ao poder expulsando dos seus cargos todos os adversários...
>
> (Discurso de Posse na ABL – *Revista*, 66/163).

Menotti, homem do seu tempo, com sensibilidade para as mais importantes questões dos momentos que viveu, tornou-se, desde a primeira hora, ao lado de Oswald de Andrade e Mário de Andrade, um dos mais atuantes jovens intelectuais de São Paulo que, ainda em 1917 e nos anos seguintes, prepararam de forma consciente a Semana de Arte Moderna de 1922 e desencadearam o Movimento Modernista. Sua atuação de liderança e de par-

ticipação se evidenciou de forma clara ao pronunciar, na noite conturbada de 15 de janeiro de 1922, a conferência em que, pela primeira vez, um integrante daquele grupo formalizou de público seu ideário artístico.

Não foi apenas um dos apóstolos da primeira hora do Movimento Modernista, mas também um dos seus mais importantes evangelistas e, sob o pseudônimo Hélios, transformou sua coluna no respeitado *Correio Paulistano*, porta-voz do conservador Partido Republicano Paulista, em tribuna permanente das ideias dos jovens, da mesma forma que Oswald de Andrade o fazia pelo *Jornal do Commercio*.

Analisar-lhe a obra de poeta significa compreender e acompanhar-lhe a atuação naqueles momentos heroicos de conscientização da elite intelectual paulista, no seu afã diário de articulista.

*Juca Mulato*

É, porém, com *Juca Mulato*, no mesmo ano de 1917, que Menotti ganha a consagração, pode dizer-se unânime, da crítica e do público, ainda hoje revitalizado o poema na voz popular.

Se ainda não representava a revogação total dos cânones hieraticamente formalistas dos parnasianos, mostrava tematização nova, pelo revigoramento do discurso nacionalista. Esse fator foi preponderante para o êxito, pois vinha ao encontro dos sentimentos generalizados da sociedade brasileira, no contexto gerado pela Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, o poema denunciava algo da visão romântico-sentimental do caboclo brasileiro, distanciando-se do seu homônimo, o citadino recalcado e naturalista, *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, bem como do opilado Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, dele bem mais próximo apenas no tempo.

Ao se propor no *Juca Mulato* exprimir o "gênio da nossa raça e da nossa gente", Menotti del Picchia teve a sensibilidade artística para ser dos primeiros a perceber, como mostra Mário da Silva Brito, o desfecho do estádio agrário da sociedade brasileira e sua passagem para a problemática urbana moderna. Esse aspecto estará presente em todo o movimento modernista, refletindo a mais progressista parcela da sociedade brasileira dos anos de 1920, e culminará com a Revolução de 1930.

Por esse pioneirismo, entende-se a larga repercussão do *Juca Mulato*, que assinalará para sempre a vida de Menotti del Picchia. Alfredo Pujol rotulou-o de "obra-prima". Mário de Alencar ressaltou em seus versos o "sentimento humano na sua intensidade e designação cabocla", que neles encontra expressão vivaz e cabal que só pode dar uma imaginação como a sua [de Menotti], de vigoroso colorido brasileiro, mas afinado por um módulo de música antiga e eterna; Goulart de Andrade apontou que o poema "é prodigioso de ritmos e, pelos heptassílabos das suas canções, eminentemente brasileiro". Além da manifestação dos corifeus da Crítica Nacional, não lhe faltou também a consagração de além-mar para completar o quadro: de Portugal, o autor de *A Ceia dos Cardeais*, Júlio Dantas, então no fastígio da glória literária, confessa-se comovido pela sua leitura e vê no poeta brasileiro

> um artista de raça, eloquente, sóbrio, às vezes lapidar nos conceitos, pintando, com uma largueza e uma justeza de valores surpreendente, e possuindo tão excepcionais dotes da comunicativa emoção, que eu próprio, endurecido no ofício de escrever, senti, ao ler os seus versos, que os olhos se me enevoavam e umedeciam de lágrimas.

*Juca Mulato* tinha tudo para ser o poema nacional e o herói:

O "clima" é o nativo,

> Vem, na tarde que expira e na voz de um curiango...
>
> No piquete relincha um poldro; um galo alacre
> tatala a asa triunfal, ergue a crista de lacre
> clarina a recolher; entre varas de cerdos,
> mexem-se ruivos bois processionais e lerdos...

O "tipo" é o "rosto moreno / É ágil como um poldro e forte como um touro".

A "vida"

> Era-lhe um nada...
> Uns alqueires de chão; o cabo de uma enxada;

um cavalo pigarço; uma pinga da boa;
o cafezal verdoengo; o sol quente e inclemente...

O livro falava ao Brasil de todas as latitudes. E confundiu-se com o poeta, dominou-o na voz popular.

A ponto de dizer Miguel Reale:

> Já é tempo, porém, de livrarmos Menotti de seu personagem, pelo menos para que se tenha ciência de outras expressões, não menos poderosas, de sua poesia. O primeiro, aliás, a encetar essa reação foi Cassiano Ricardo, em página tão lúcida que me não furto ao desejo de recordá-la, mesmo porque ela fixa a riqueza lírica e a variegada capacidade plástica de nosso homenageado. "Neste ponto é que eu", escreve Cassiano, "como seu amigo, seria mesmo de brigar com o Juca; não é só você que tem direito à glória do poeta, isso não".

Verdade, contudo, é que, como afirma Antonio Olinto (*A Invenção da Verdade* (Crítica de Poesia), p. 79).

> Como parte de um corpo instável, o poeta reagiu contra Juca Mulato, mas o poema se impôs ao autor e não se deixou destruir. Existe um "juca-mulatismo" subjacente no espírito do brasileiro dos Estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, de formação real antiga e mais ou menos estratificada. Na luta do poeta contra sua obra, Juca Mulato venceu por estar, como poema, ligado a esse ambiente social cheio de romantismo.

*As Máscaras* – A "Semana de 22"

A Menotti cheguei, como disse, pelas "As Máscaras", atraído por aqueles sonoros versos que me soavam aos ouvidos e pelo convite inicial: "Em qualquer terra em que os homens amem. / Em qualquer tempo onde os homens sonhem. / Na vida."

Arlequim, *Pierrot* e Colombina, desejo, sonho, mulher, figuram como personagens do cotidiano, que o carnaval do meu tempo estilizava e vulgarizava. "A anca em forma de lira e a cintura de vespa / A voz de uma flor, se acaso a flor falasse / uma onda de volúpia, um cheiro de pecado".

Quem não os terá sentido e sofrido, desejado e sonhado na adolescência controlada do meu tempo, ousando menos do que o Arlequim, que lhe disse:

Arlequim
O ardor do meu desejo,
a glória de arrancar dos seus lábios um beijo,
a volúpia infernal dos seus olhos devassos,
o prazer de estreitar, nervoso, nos meus braços,
de sentir a lascívia heril dos seus meneios,
esmagar no meu peito a carne dos seus seios.

Vejo agora que um dos meus sonetos de adolescente, sem querer e sem pensar, nasce desses versos. E só não o repito (agora) para que o contraste não me desvaneça a glória desta solenidade, penalizando-vos com a pobreza das rimas do versejador diverso...

No lançamento do livro, como se sabe, em janeiro de 1921, entre os oradores da homenagem a Menotti, que se deu no célebre Trianon e à qual se associaram os mais representativos nomes do *establishment* político, social e artístico da cidade, estava Oswald de Andrade, um nome dos jovens dissidentes, "um grupo de orgulhosos cultores da extremada arte de nosso tempo". Ao louvar a obra de Menotti, Oswald o diz integrante daquele grupo, "como o seu mais vistoso padrão", e, em verdade, lança-lhe um repto para assumir as responsabilidades no processo de mudanças em que se empenhavam.

Aceitando o desafio, em resposta às várias saudações, na parte relativa à renovação literária e artística, por que clamara Oswald, Menotti se expressou, com a elegância e delicadeza que as circunstâncias pediam, em termos que indicam, sem a menor sombra de dúvida, total concordância de ideias, pois a vida da moderna São Paulo estava a pedir "uma arte mais universalizada e complexa e uma curiosidade mais expectante (que) acicata a proclamada lerdice da nossa incultura", ao tempo em que exige dos artistas, que deixaram "de ser o adorno de estufa, ainda quente do ontem romântico", se transformem, os "fixadores dos nossos gestos, os Walt Whitmans de uma vida máscula e violenta, os d' Annunzios das atitudes epopeicas, os Verhaerens das cidades, polvos tentaculares".

Completando esse esboço de ideário, quinze dias após a homenagem, em crônica do *Correio Paulistano*, de 24 de janeiro de 1921, a que dá o significativo título de "Na Maré das Reformas", Menotti se apressa a fixar um

programa teórico, que o historiador do Modernismo, Mário da Silva Brito, assim resumiu:

> a) o rompimento com o passado, ou seja, a repulsa às concepções românticas, parnasianas e realistas; b) a independência mental brasileira através do abandono das sugestões europeias, mormente as lusitanas e gaulesas; c) uma nova técnica para a representação da vida de que os processos antigos ou conhecidos não apreendem mais os problemas contemporâneos; d) outra expressão verbal para a criação literária, que não é mais a mera transcrição naturalista, mas recriação artística, transposição para o plano da arte de uma realidade vital; e) e, por fim, a reação ao *status quo*, quer dizer, o combate em favor dos postulados que apresentava, objetivo da desejada reforma.

Esse programa passou a ser o roteiro dos artigos que o grupo, principalmente Oswald, Mário de Andrade, Cândido Motta Filho, além do próprio Menotti, veiculou quase diariamente: combate ao passadismo (Menotti escreve artigo intitulado "Morte a Peri!"), ao Romantismo piegas, sentimental e mesmo ao Condoreiro; ao Realismo e sua "pedanteria científica", patológica e descritivista; ao Parnasianismo, pela sua retórica vazia e formalista, ao tempo em que se elogia o Simbolismo (Mário de Andrade escreveu uma série de sete artigos, "Os mestres do passado", em que considera mortos e superados os poetas parnasianos brasileiros mais representativos – Francisca Júlia, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac e Vicente de Carvalho); ao regionalismo caboclo à Jeca Tatu.

Como se pode ver, os modernistas identificaram, em amplo espectro, o que de mais estabelecido havia na Literatura Brasileira e que entendiam devia ser destruído.

Nessa ação, mostram-se coesos e fortes, o bastante para, além das páginas dos jornais, enfrentarem a reação publicamente. Operada a derrubada dos mitos e identificados os elementos responsáveis pela estagnação artística nacional, os modernistas se preparam para apresentar sua proposta de reformas.

Assim, planejam, organizam e fazem realizar, no ano do Centenário da Independência, de 11 a 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, a Semana de Arte Moderna. E lá estará Menotti del Picchia pontificando entre os companheiros de geração, fazendo a palestra do dia 15 de fevereiro, "Arte Moderna", na qual serão apresentados já os primeiros frutos práticos da nova proposta.

Sob grande algazarra da plateia, organizada e orquestrada, principalmente enquanto se exemplificavam a Prosa e a Poesia Modernista – Mário de Andrade leu poemas que seriam publicados em *Pauliceia Desvairada*; Ronald de Carvalho leu o poema "Os Sapos", de Manuel Bandeira; Oswald de Andrade, trechos de seu inédito *Os Condenados*; Sérgio Milliet quase foi impedido pelos relinchos e miados; Menotti del Picchia assim apresentou os princípios da nova estética:

> Queremos libertar a Poesia do presídio canoro das fórmulas acadêmicas, dar elasticidade e amplitude aos processos técnicos, para que a ideia se transubstancie, sintética e livre, na carne fresca do Verbo, sem deitá-la, antes, no leito de Procusto dos tratados de versificação. Queremos exprimir nossa mais livre espontaneidade dentro da mais espontânea liberdade. Ser como somos, sinceros, sem artificialismos, sem contorcionismos, sem escolas. [...]
>
> Dar à Prosa e ao Verso o que lhes falta entre nós: ossos, músculos, nervos. Podar, com a coragem de um Jeca que desbasta à foice uma capoeira, a "selva áspera e forte" da adjetivação frondosa, farfalhada, incompatível com cem séculos de economia, onde o minuto é ouro. [...]
>
> Nada de postiço, meloso, artificial, arrevesado, precioso: queremos escrever com sangue – que é humanidade; com eletricidade – que é movimento, expressão dinâmica do século; violência – que é energia bandeirante.
>
> Assim nascerá uma arte genuinamente brasileira, filha do céu e da terra, do Homem e do mistério. [...]
>
> A cidade tentacular radica seus gânglios numa área territorial que abriga 600 mil almas. Há na angústia e na glória da sua luta odisseias mais formidáveis que os que cantaram o aedo cego: a do operário reivindicando seus direitos; a do burguês defendendo sua arca; a dos funcionários deslizando nos trilhos dos regulamentos; a do industrial combatendo o combate da concorrência; a do aristocrata exibindo o seu fausto; a do político assegurando a sua escalada; a da mulher quebrando as algemas da sua escravidão secular nos gineceus eventrados pelas ideias libertárias *post bellum* [...] tudo isso – e o automóvel, os fios elétricos, as usinas, os aeroplanos, a arte – tudo isso forma os nossos elementos da estética moderna, fragmentos da pedra com que construiremos, dia a dia, a Babel do nosso sonho, no nosso desespero de exilados de um céu que fulge lá em cima, para o qual galgamos na ânsia devoradora de tocar com as mãos as estrelas.

Em sua palestra, Menotti del Picchia, ao tempo em que defendia a modernização dos procedimentos técnicos da Arte no Brasil, ditava que ela deveria ser brasileira na sua temática. Mostrava-se, assim, coerente com os

princípios do *Juca Mulato*, reiterados no discurso do Trianon e em sua coluna do *Correio Paulistano*, especialmente na já citada "Na Maré das Reformas", e assim continuou nas que se sucederam à Semana. Em duas de suas crônicas, a 13 de abril e a 6 de maio de 1923, Menotti insiste em que o Brasil precisa, incontestavelmente, ativar o vulto de todas as suas fúlgidas tradições, tutelar o patriotismo sacrossanto de sua Língua e preconizar uma política de incansável defesa do seu espírito nacional, o qual deve ser o ideal constante de todos os bons brasileiros, ao mesmo tempo que recomenda aos pesquisadores que "procurem, o mais possível, restringir e delimitar os elementos caracteristicamente nacionais que singularizam os fenômenos sujeitos aos seus estudos e observações".

Menotti del Picchia jamais deixou de pugnar pela radicação da Arte à terra brasileira, assumindo um sentimento missionário de nacionalismo, que culminou com os movimentos "Verde-Amarelo", "Anta", "Bandeira", e que o acompanhou por toda a vida e em toda a sua obra. E foi esse sentimento que o fez discordar de Oswald de Andrade, inicialmente quando este lançara o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, em 1925, dando começo às dissensões do grupo modernista, posteriormente radicalizadas com a "Antropofagia", em 1928.

Nesse clima de desagregação, em virtude das tendências individuais que naturalmente se definiram após a "festa" da Semana, Menotti lançou, em 1925, seu primeiro e mais fiel livro aos princípios poéticos do Modernismo, *Chuva de Pedra*.

*Chuva de Pedra*

Chama-lhe Menotti "meu primeiro livro de versos". E explica:

> Não conto como tais meus poemas com sua estrutura traçada sobre plano premeditado, não representam, como estas poesias, os vários flagrantes comocionais do meu espírito em transe lírico, nem a inquieta fixação de um estado de alma diante da paisagem.

Considera-o "alvorada lírica da minha sensibilidade", "o alvoroço tímido de uma estreia" ("Prefácio", São Paulo, 1925).

São estes, na verdade, os "versos inovados" e revolucionários do poeta, na fuga definitiva aos cânones aprisionantes, desde a "Chuva de pedra" que abre o volume:

O granizo salpica o chão como se
as mãos das nuvens
quebrassem com estrondo um
pedaço de gelo
para a salada de frutas dos
pomares...

O cafezal, numa carreira alucinada,
grimpa as lombas de ocre
apedrejada matilha de cães verdes...
Fremem, gotejam eriçadas suas copas
como pêlos de um animal todo molhado.
O céu é uma pedreira cor de zinco
onde estoura dinamite dos coriscos.
Rola de fraga em fraga a lasca retumbante
de um trovão.

Os riachos
correm com seus pés invisíveis e líquidos
para o abrigo das furnas. No terreiro,
as roupas penduradas nos varais
dançam, funambulescas, com as pedradas,
numa fila macabra de enforcados!

Mudaram os temas, os ritmos, o verso desprende-se das rimas e canta em harmonia nova.

Todo o brejal sonoro
é o alarido orquestral de uma ópera futurista!
Risca o céu o rojão de uma estrela cadente
que se desfaz em lágrimas de meteoros...

Naquela "Noite de São João", "Toda a cidade é um relevante canhoneiro / contra o céu da geada".

Ou no "Jardim Tropical":

Monjas lunares os lírios rezam de
mãos postas pelos cravos degolados
cujas cabeças estão içadas nos
chuços das hastes escorrendo
o sangue das pétalas.
Corusca a lâmina jalde do grande
sol carrasco
entre a guarda régia
dos girassóis guerreiros escamados de ouro.
Tremem ao vento os paveses das glicínias.
As papoulas roxas com seus pluviais de seda
são graves arcebispos inquisidores.
A plebe miúda e bulhenta das madressilvas
apinha-se em todos os galhos
para espiar o sacrifício cruento.
E contra o monstruoso atentado
apenas se ergue na sombra,
timidamente o protesto aromal das violetas...

Ou, ainda, os versos de "Baía da Guanabara":

O Pão de Açúcar é um pescador filósofo
de costas voltadas para o mar. (...)

A Urca o ermitão taciturno
resiste patreamente à tentação das nuvens
que dançam em seu redor como mulheres nuas.

Ou na descrição da "Praça da República":

Os chorões lavaram seus cabelos verdes
nas piscinas de cimento
dentadas de rochedos feitos por marmoristas
e desenhados por Debrugas...

Álvares de Azevedo, o último Romântico,

condenado às galés da imortalidade
cospe na praça noturna
do alto de sua herma o seu desdém de bronze.

Até o "Nirvana" final:

Quisera ficar a teu lado
No grande êxtase pacífico
do nosso silêncio.
Continuar indefinidamente
o diálogo mudo dos nossos
olhos.

Quisera
diluir-me em ti como um aroma no vento
como dois rios que fundem suas águas
no abraço do mesmo leito
e correm para o mesmo destino...

Somos duas árvores solitárias
que entrelaçam suas ramas:
à mesma brisa estremecem
florescem
envelhecem
e morrem...

Os poemas de *Chuva de Pedra* constituem-se, sem sombra de dúvida, na expressão poética mais forte de Menotti del Picchia, pelo uso de imagens arrojadas, pela riqueza da métrica e dos ritmos, desde as redondilhas até a prosa sinfônica, pelas variadas aliterações e deslocamentos qualitativos. É obra de elaboração técnica madura e de domínio consciente dos procedimentos poéticos.

O livro que se segue, *República dos Estados Unidos do Brasil*, de 1928, é, por sua vez, a realização dos princípios do grupo "Verde-Amarelo", que Menotti criou, juntamente com Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Cândido Motta Filho, sob a influência de Alarico Silveira e que ele considera "meu grande poema cíclico" (*A Longa Viagem*, p. 237).

As preocupações sociais e políticas que passam a dominar Menotti e seu grupo terminam por reduzir a força essencialmente poética da sua expressão, submetendo a essas preocupações aquele princípio que Mário de Andrade apontou como uma das conquistas fundamentais do Movimento Modernista: o direito permanente à pesquisa estética.

A poesia de Menotti assume, assim, um tom ufanista: "não há o que te iguale, ó minha terra natal!", exclamou ele em um dos seus poemas desse livro, no qual se propõe escrever e cantar em versos a formação do País e no qual traça o perfil de vultos preeminentes da História Brasileira.

O ficcionista

Como romancista, Menotti del Picchia produziu vasta bibliografia: *Flama e Argila* (1920) (e que após a quarta edição intitulou-se *A Tragédia de Zilda*), *Laís* (1921), *O Homem e a Morte* (1922), *Dente de Ouro* (1923), *A República 3.000* (1930) (posteriormente intitulado *A Filha do Inca*, (1949), *A Tormenta* (1931), *Kalum* (1936), *Cummunká* (1938) e *Salomé* (1940).

Citem-se, ainda, as novelas e os contos: *O Crime daquela Noite, A Mulher que Pecou, Toda Nua* e *A outra Perna do Saci*.

Se na sua poesia, no calor das lutas do grupo modernista antes e imediatamente depois da Semana de 1922, Menotti deixou-se impregnar pela estética nova, adotando os procedimentos técnicos formais inspirados na Poesia Futurista – cujo rótulo aceitou com relutância não negada nunca; se na sua poesia o sopro renovador de 1922 se faz presente, o mesmo não ocorreu na sua prosa de ficção. Enquanto Oswald de Andrade buscou as inovações na prosa de *Serafim Ponte Grande* e das *Memórias Sentimentais de João Miramar*; enquanto Mário de Andrade produziu a rapsódia do *Macunaíma*, Menotti assumiu, em sua ficção romanesca, atitude mais conservadora, aceitando as lições que a tradição estabelecera. Seus romances apresentam regular linearidade de enredo e no trato do tempo; os recursos técnicos de caracterização das personagens de que se utiliza são próximos daqueles empregados pelos autores realistas e, na fixação dos espaços físicos, procura muito mais a criação de cenários mais ou menos estáticos do que a ambientação psicológica. Por outro lado, de tal forma se mostra Menotti comprometido com seu projeto

nacionalista, que, muitas vezes, como aponta Mário Donato, crítico e prefaciador, assume um tom teorizador e ensaístico, como um romancista naturalista.

Esse tom teorizador quebra, por vezes, nas personagens o que delas mais se exige de vida própria e de problemática psicológica individualizadora, enfraquecendo os dramas humanos que retrata e inviabilizando o estabelecimento de relação moral dos leitores com as personagens e as situações que elas vivem.

Isso se nota, por exemplo, em *A Tormenta*, no qual a República Tropical e Sidéria podem ser interpretadas como alegorias do Brasil e de São Paulo no ano de 1932. Embora Menotti declare que escreveu "páginas de desespero e de sangue", longas disquisições das personagens objetivam, muito mais, discutir as teses extensamente propostas e a problemática de uma época de mudanças.

*Roman à clef*, vale-se o autor da oportunidade para caracterizar as figuras mais preeminentes do tempo nos episódios que descreve. A tal ponto que, à época, corria de mão em mão a "chave" do romance, com as personagens fictícias e os vultos reais que encarnavam.

Previne-se Menotti, logo na página de abertura, nos tópicos que precedem o romance: "A República Tropical não é o Brasil. Pode ser o Brasil ou qualquer outra democracia organizada em curtos séculos sobre o trópico..."

E segue, para afirmar: "As personagens que criam o drama são irreais..."

E mais ainda: "Ninguém se meta, por vaidade ou por suscetibilidade, na pele das criaturas que aqui urdem esta estranha tragédia. Seria cair no pecado de orgulho alguém julgar-se homem-tipo."

Na verdade, tanto bastou para que se desencadeasse a curiosidade das identificações. Que nada têm de extraordinário: não se há de impedir que a Arte copie a vida, se a vida, tantas vezes, copia a Arte. E as personagens, a princípio dominadas pelo autor, libertam-se, autoimpulsionam-se e traçam e cumprem seu próprio roteiro, vivendo vida autônoma.

Mesmo nos típicos romances em que os autores buscam retratar figuras determinadas, reais, acabam as personagens que as corporificam adquirindo autonomia, que a lógica, ou a falta de lógica da vida, conduz, sem que se transformem em marionetes manobráveis ao alvedrio do dono da narrativa, que tem de render-se para não quebrar o fio vital que as anima. E sem atender ao que lhes aconteceu na vida real. Quando se trata de romance de costumes

políticos, ligado às atividades políticas, às lutas que envolve, isso parece acentuar-se: as opções do autor ao descrevê-las, ao traçar a linha de ação das personagens, não têm senão o meio próprio em que atuam, os condicionamentos que sofrem e, consequentemente, certas reações que são normais e às quais dificilmente podem subtrair-se.

Com isso, vitalizada a personagem, movendo-se no enredo, assumindo posições, há consequências que se cumprem inelutavelmente e que impulsionam o criador.

Os romancistas de largo fôlego, sobretudo, lidando com centenas e centenas de personagens, obviamente hão de encontrar no dia-a-dia da vida inspiração nova que as modele e mova a novas criações; e para terem vida não hão de apartar-se da vida real, ainda aquela que a ficção vitaliza.

Não é preciso invocar nenhum dos grandes ficcionistas. Entre eles, multiplicam-se os exemplos, que todos conhecem, especialmente nesta Casa, onde se encontram alguns que vivificaram as melhores criaturas que a Ficção pôs no mundo, com os dados da realidade e o sopro do autor. Personagens que a vida descobre ou o ficcionista, com base nela, inventa, completa, modifica, retoca, reconstrói, combina, mas das quais costuma brotar uma autonomia à qual, afinal, tem de obedecer.

*A Tormenta* não fugiria a esse destino. E hoje, passados os anos, perdida a "chave" das personagens, o romance é só o que deve ser: um retrato da vida política de República Tropical, que enfrenta a ameaça do Caos.

*Flama e Argila* (depois intitulado *A Tragédia de Zilda*), que surge em 1920 – "pioneiro na Prosa Modernista", diz Tristão de Athayde –, antes mesmo que o movimento se declarasse na estrepitosa noite de 1922, não foge a essa apreciação geral.

A carta de Breno, que o abre, enche-se de conceitos.

No fundo, a linguagem do romance não é a moderna, antes a clássica, no próprio torneio da frase, na adjetivação ampla e castiça, que fulge logo nos primeiros quadros descritivos. Até na lembrança do amor de Paulo e Francesca, que surge como inspiração do Divino Poeta; e no tom francamente romântico em que se desenvolve o tema; ou no próprio desenho das personagens e na linguagem que usam.

*Cummunká*, de 1938, é, diz ele, "em última análise, o esforço do inverossímil à cata da verdade".

Nele encontro o Menotti que conheci, no tom e na verve do *causeur* que era e que se espelha nos diálogos e no debuxo dos quadros do romance, misturados sempre às alusões clássicas a Bach, Parsifal, à *Divina Comédia*, às manobras de Napoleão e tantas outras que repontam na obra.

De par com isso, a crítica social, como à mediocracia, "estágio de semicultura em que se encontram as massas que através do jornal, do rádio, do cinema e da mais rápida circulação do homem, se apossam de conhecimentos superficiais e esparsos, sem a coordenação de um sistema".

Até mesmo nas elucubrações filosóficas e sociológicas dos chefes índios, reunidos para estudar o confronto com a bandeira do "Rebate", falando sobre a mediocracia e sua cura pela intensificação da Cultura e todas as outras ponderações que surgem nas conversas de Kummunká, Ambará, Cambeaçu, todos.

Culminando no *gran finale* da rendição dos brancos à nação xavante para lhes impor "a beleza da paz".

Sem que faltem o romântico encontro de Menha e Cendi e as cores que o pintor admirável da Natureza empresta aos quadros nos quais se move a trama.

Por trás de tudo, o ar irônico do artista, sorrindo sob os óculos.

No conjunto ficcional, destaca-se *Salomé*, que Mário de Andrade considerou "o melhor, o mais completo dos livros do grande escritor, sua maior contribuição para a novelística nacional". Nele atenuam-se as preocupações teorizadoras, assumindo suas personagens – Salomé, Eduardo, Cel. Antunes, D. Sarah – caráter individualizador, não estereotipado. Embora, como em outros romances de Menotti, se discuta a dicotomia cidade x campo, representada na imobilidade deste e na velocidade daquela, essa problemática, em nenhum momento, assume preeminência tal que abafe os dramas humanos das vidas que se desenrolam.

Certamente reside nesse aspecto o elogio que ao romance faz Mário de Andrade, completado com a observação de que só pode ter "louvores para um escritor perseguido pela celebridade e pelas qualidades naturais que, após dezenas de obras, faz um esforço honesto para se renovar e consegue se realizar integralmente, como Menotti del Picchia em *Salomé*".

E não difere Tristão de Athayde, que, depois de asseverar "que a Poesia Modernista se apresentava muito mais revolucionária que a Prosa", considera *Salomé* "sua obra-prima em romance".

O Menotti dos contos e novelas é mais solto.

Veja-se, por exemplo, *O Homem que Precisava Ter Ciúmes*, no qual interfere na estória, intervém, a todo instante, na narrativa, mistura o sério e o triste, é o Menotti falando, conversando, glosando a vida, na personagem de Tertuliano Trancoso.

Releiam-se os ditos:

"Mulher é assim: não ama, acostuma."

"Não há homens mais castos e menos puros: há mais hipócritas ou mais francos."

E mesmo nas elucubrações à Freud, com que intervém no conto.

Ou em *O Árbitro*:

> Reparei que um menino é uma *maquette* de um homem. Como tal, em proporções menores, é pérfido, hipócrita e cínico. Quando cresce, com seus músculos e cartilagens, também crescem sua perfídia, sua hipocrisia e seu cinismo. Há assassinos em embrião, como há grandes políticos em semente. Desde logo denunciam suas tendências: quase todos são ladrões e delatores. Em criança furtam goiabada e acusam os colegas de tê-los beliscado na fila. Grandes, roubam heranças e urdem trampolinagens e falam mal de todo o mundo.

"Era preto como a dor de uma viúva". Ou, referindo-se à "petulância intelectual dos teólogos ou dos hereges":

"Se o bajulador soubesse da sua força, seria o dono do universo."

Ou nas disquisições criminalísticas de *O Homem e a Morte*, em que Menotti volta aos tempos de advogado em Itapira, nas tinturas do seu Direito Penal...

Ou, na definição crítica do Trivelli, "crítico raquítico, com um estilo de teia de aranha. Nele enredara todas as burrices que os literatos escreviam. E enredara também as suas".

Não se esgota, contudo, Menotti na poesia e na ficção do Romance, da Novela e do Conto.

Não lhe foi estranho o Teatro. Nem a Memorialística, com as duas etapas de *A Longa Viagem*, além das crônicas que reuniu em *O Pão de Moloch* (1921) e *O Nariz de Cleópatra* (1922).

No Teatro, bastaria lembrar Jesus. O clima é, obviamente, diverso: emana dele a religiosidade em todas as palavras, reacende-se no verso, canta nas estrofes.

Quando fala, ou fala Madalena, ou Lívia, há um hálito de santidade nas apóstrofes, que o poeta quis acentuar.

Lívia:

Ele é bom como o trigo
que nutre, como a luz que a terra toda aclara,
como a lã que do frio o corpo nos aquece.
Seu olhar é um azul rasgado em paraísos.
Sua voz a canção que canta no ar o vento.
Ele prega o perdão, o amor e a caridade.
Agasalha com as mãos, mais brancas que as ovelhas,
as crianças sem pão e os mendigos sem teto.

E Pilatos, visto por Caifás:

Ele é um fraco.
Vive a titubear. Quer estar bem com César
e estar bem com os judeus. Teme afrontar o povo.
Nem parece um romano: é a indecisão togada...

O memorialista

*A Longa Viagem* compreende apenas o período que vai até 1930, sendo a primeira etapa até 1918.

Surge o Menotti da conversa sedutora, aberto, descontraído, nas reminiscências que reconfortam a alma e, estranhamente, fortalecem o ânimo, na lembrança dos desafios vencidos.

E vem Itapira, a antiga Penha do Rio do Peixe; "o Rio do Peixe, embaixo, torcendo-se em curvas entre as margens até furar a ponte do Cubatão para ir rumo ao seu destino...".

Revi essa paisagem repousante, faz poucos dias, em viagem sentimental à cidade e à Casa de Menotti del Picchia, onde se recolheram as relíquias do poeta. E, ao contemplar o horizonte visto do Parque Juca Mulato, senti que o quadro reclamava a pena do pintor-poeta, descobrindo-lhe os segredos das cores nos versos e nos desenhos.

Ao longe, o divisor de águas São Paulo-Minas, antes unidos que separados no alcantil azulado, cercado dos canaviais de um verde amarelo adocicado, ou dos cafezais verdoengos pintando entre o ocre das terras que se preparam para a nova semeadura.

E vi, na sala modesta da casa, a mesa sobre a qual, anos a fio, a mão do mestre vivificou as figuras que os versos cantam e os romances movimentam perpetuamente.

Ao canto, o fardão acadêmico, descoloridos os fios de ouro, tornados prata velha pela vertigem implacável dos anos; nas estantes simples, os livros raros, as primeiras edições ou os originais que se manuseiam como livros sagrados que os doutores ensinaram; no outro canto, como vencendo um desafio, a casaca, estranhamente nova e reluzente no cetim que resistiu ileso ao esquecimento e ao desuso.

Pairando em tudo, como clima envolvente, a figura do poeta, uma ponta de ironia, mas acomodada e compreensiva, sob os óculos das grossas estrias de vidro, como quem, vendo e sabendo, recebe, comovido e surpreso, a homenagem do sucessor que viu jovem e impetuoso e agora, vencendo as fadigas dos anos, vem buscar inspiração para lembrar-lhe a vida e a obra.

Esse o Menotti tranquilo da longa viagem, de que nos deixou apenas as duas etapas iniciais.

Literatura infanto-juvenil

Creio que a Menotti terá parecido alcançar as culminâncias da montanha da vida, que ele galgou áspera, resoluta e gloriosamente, quando, conquistados para suas obras os jovens, os adultos e os anciãos, com seu verso e

sua prosa, se dispôs a seduzir a candura, a simplicidade e a alegria das crianças e a escrever-lhes as histórias que lhes povoariam de sonhos e ilusões a imaginação criadora.

É estranho como esse fenômeno se repete em grandes escritores. Temos, entre nós, nesta Casa, exemplo recente em Orígenes Lessa.

Pois Menotti se lançou a essa tarefa, com a espontaneidade com que procurou ver as coisas e as situações, e se dispôs a contá-las, naquela "lógica infantil" a que, há mais de meio século, se referia Tristão de Athayde, "que tem uma lógica que a lógica desconhece" ("Literatura Infantil", *in Estudos*, I.ª série, 1972, p. 217).

Tentou-o nas *Viagens de João Peralta e Pé-de-Moleque* e *No País das Formigas*: *Novas Aventuras de João Peralta e Pé-de-Moleque e João Peralta*, livros que se espalham hoje por todo o País, às vezes constituindo leitura oficial nas escolas, servindo aos exercícios didáticos de análise e perpetuando, na memória infantil, a lembrança do poeta.

Escultor e pintor

Escultor, aos 11 anos Menotti modelava o busto do cardeal Arcoverde e o de D. Antônio Maria do Claret, superior dos "padres claretianos". Inúmeras outras obras, como *O Saci*, e cabeças de Antonieta Rudge, Helena Rudge Miller, Liberal del Picchia, Índio Quekató etc.

Pintor, em 1926 e 1927 pintava "dois quadros essencialmente modernistas": "Ascensão de uma Alma" e "As Músicas de Wagner". E essa produção se ampliaria, espraiando-se em telas que ora fixam a Semana de 1922, retratam *Juca Mulato* ou *As Máscaras*, lembram paisagens rurais ou urbanas (como o Rio de Janeiro, São Vicente, a construção de Brasília), ou enfeitam a Fazenda Bom Jardim, em Guaxupé (MG), ou acervos particulares.

Mas onde o Menotti se libera é nos traços simples, expressivos, vivos da caricatura, que fixam momentos de sua vida, com os personagens fictícios ou reais que a ela se ligaram: a começar das ilustrações com que enriqueceu seus livros, ou nas com que glosou flagrantes sugestivos de *A Longa Viagem*, de que nos deixou apenas as estações iniciais.

Há nele a ânsia de tudo conhecer e tudo realizar: o espírito do humano, no sentido mais amplo e mais completo, que nada ignora e a que nada é alheio. E assim se explica a ligação a Antonieta Rudge, como o encontro com Brecheret, Tarsila, Di Cavalcanti, Villa-Lobos e outros, que formam a linha de frente inovadora da Revolução Modernista em todos os campos.

O homem público. O estadista

Espanta a quem lhe examine a obra, na sua inteireza, deixando de lado outras virtudes do polígrafo – o poeta, o ficcionista, o memorialista –, a extensão e a profundidade dos estudos que destina a temas políticos e sociais, quer os de ordem geral, universais, quer os que cuidam especificamente da realidade brasileira.

Dedica-lhes boa parte de sua obra (e também isso faremos nesta oração) e busca definir a realidade brasileira – enigma tão falado e tão ridicularizado depois –, com base na "larga experiência política no parlamento e em postos de responsabilidade", "o contato constante com alguns estadistas, que ocuparam a Presidência da República, três revoluções e a meditação e estudo", que, diz, "acabaram dando, em nosso espírito, os contornos dessa famosa 'realidade'" ("Prefácio") a *Soluções Nacionais*, em 1935).

Ressalte-se que, depois disso, como veremos, não se encerraria o ciclo dessas meditações, como acrescer-se-ia sua experiência com a eleição para a Câmara dos Deputados, quando cumpriu mandatos de deputado federal.

O importante, contudo, é a soma de conhecimentos sociofilosóficos, no sentido mais amplo, que Menotti demonstra nessas análises. Partem os estudos, por exemplo, de *Soluções Nacionais*, de *A Crise da Democracia* que, escrita em 1929 e editada em 1931, com "rápidas modificações", inicia o livro.

Submete Menotti o tema a aprofundado exame, de natureza sociológica, que indaga da evolução do regime, do conceito, dos processos de formulação, dos fundamentos, buscando apoio ou refutando concepções que o explicam. Demonstra, então, no confronto das teorias e na crítica das doutrinas, uma largueza de vista e penetração de apreciação que dificilmente encontramos em nossos cientistas sociais ou políticos.

Cuida dos mitos demográficos e examina o que há de "verdade substancial" e de "verdade aparente" no conceito de democracia, palavra que esmiúça no sentido político e seu séquito: "vontade geral", "sufrágio universal", "liberdade, igualdade, fraternidade", "forma de voto", "representação", são "as novas potestades políticas do século XIV", das quais muitas "começam agora a perder seu prestígio" (p. 43).

E profere esta sentença lapidar: "A inquietação humana, saltando de mito para mito, dá-nos a ilusão de que jamais assimila e obedece a uma nova verdade, senão que, através da provação angustiada da experiência, se libera, continuamente, dos próprios e sucessivos erros" (p. 43).

Tenta a definição de "democracia" – "na imprecisão senão a impossibilidade" de a definir; estudar em profundidade os "mitos democráticos", sem esquecer "a fatal hipertrofia do Poder Executivo", "a falsa concepção da democracia política" e as "mentiras convencionais das democracias modernas".

Entre as "fórmulas modernas de neomitologia" (p. 83), lembra o sufrágio universal – que "não realiza o ideal político da democracia" (p. 88), o misticismo do "voto secreto" (p. 92), e cuida das "bases sofísticas da democracia política": os mitos da igualdade e da liberdade. Nada, porém, como a afirmação de que a democracia "é uma tendência geral de todos os componentes modernos dos agregados humanos. Propaga-se por contágio" (p. 99).

Reduz às suas proporções "as várias faces de um novo mito" – o Estado –, quando, então, aprecia o mito "proletariado", do comunismo e do fascismo.

Por fim, busca solução para o problema e a que propõe dá bem a ideia da ânsia de estabilidade e ordem que então prevalecia: a falha das Câmaras Legislativas, os membros dos parlamentos, "frutos da demagogia, mestre dos artifícios eleitorais, ou, melhor, numa palavra, políticos, segundo a atual concepção dessa palavra" (p. 159), concepção desfavorável que exemplifica com citação de Emil Ludwig e Charles Benoit.

O que o levaria depois à formulação da organização no "Novo Estado Brasileiro", na segunda parte, dedicada à "Crise Brasileira".

Nesta, começa pela análise da formação nacional, com os dados fundamentais: psicológicos, sociológicos, étnicos, políticos, geográficos e morais que apresenta.

E aí, ao contrário de tantos, exalta a importância do papel de Portugal. Vale repetir a assertiva:

> § 3.° Delineia-se um dos grandes fenômenos sociais brasileiros, de consequências cardeais para a nacionalidade: a ausência de preconceitos raciais, determinando a fusão das etnias na formação de uma rica ancestralmente variada raça futura. A Portugal – à capacidade de amalgamação da sua gente – se deve esse salutar processo, que salva o País do problema do quisto africano. Mamelucos, brancos e negros irmanam-se numa instintiva antevisão da sua função histórica. Nasce, assim, um tipo específico de civilização americana, caracterizado pela ausência de preconceitos de cor, de credo e de origem; encarnando, prática e em toda a sua plenitude, o verdadeiro espírito da humana fraternidade (pp. 169-170).

Isso leva ao elogio da colonização portuguesa:

> O problema racial brasileiro é dos mais complexos do universo. Foi o modelo de colonização portuguesa que abriu caminho a essa complexidade pela implantação, no estrato racial primário, dessa generosa ausência de preconceitos étnicos, que foi até à fusão com o índio e com o negro. O dono da terra conquistada não se tornou hostil ao alienígena. Não eram meteques na pátria de todos. O primitivo senhor, o índio, era já de índole acolhedora. O português, o mameluco, o negro e o mestiço não o foram menos.
>
> Devemos à colonização portuguesa não sermos hoje uma colônia dividida pela barreira epidérmica e intransponível do senhor branco de *casquette* de lona e chibata na mão tomando refrescos nos *bungalows* litorâneos, mais ou menos escravizando as grandes massas crioulas, de outra pigmentação. Preparada psicologicamente, nossa gente, para a aceitação das contribuições étnicas poligenéticas, os fatores econômicos determinaram a crescente introdução de sucessivas massas emigratórias, que logo se radicaram ao solo e procuraram fundir-se nos elementos étnicos existentes.
>
> Tirante os indígenas, todos são estrangeiros no Brasil, com a diferença que uns vieram antes, outros depois. Este lapidar axioma do Dr. Washington Luís coloca em seus justos termos um dos problemas essenciais da nacionalidade.

Com o elogio ao amigo e chefe, ao qual foi sempre leal: Washington Luis.

Daí passa a examinar as características da alma brasileira.

As características psicológicas que identifica são: a versatilidade, o ceticismo e a tristeza.

As qualidades são a bondade, a generosidade, a capacidade para o trabalho e o espírito de fraternidade. "A alma brasileira, se tem algo de fetichista,

nada tem de mística. Sua principal característica é a tolerância. Sua ânsia maior, a liberdade. Esse é um rico elemento espiritual que o sectarismo dos clãs políticos não deve, sem risco de provocar graves reações futuras, tentar coibir".

Quando se dedica ao problema moral, porém, as definições são estranhas a esse quadro. Vejamo-las nas primeiras frases conceituais.

Fala de "cobiça dos nossos povoadores" como "formidável força de expansão nacional" (p. 221):

> O amoralismo do nosso povo decorre muito da nossa defeituosa estrutura política. É ela que contribui para a nossa "falta de caráter", isto é, para a ausência de diretrizes individuais, fixas e constantes (pp. 221-222).
>
> A incoerência, o oportunismo, a traição aos ideais professados, tão constantes em nossos políticos, não derivam, geralmente, de qualidades morais inferiores em tais indivíduos. São frutos das circunstâncias (p. 222).

E cita Medeiros e Albuquerque (*Parlamentarismo e Presidencialismo no Brasil*), no virulento combate ao Presidencialismo: "Os homens de hoje não são mais nem menos canalhas que os da monarquia. O que há é que 'a função cria o órgão'. A função – regímen presidencial – é nefasta. Daí vem a corrupção geral de caracteres.

Vê no problema jurídico um erro fundamental, a irrealidade, um "contrasenso berrante", "o maior paradoxo jurídico do universo", "uma caótica e grotesca monstruosidade legal", pelo Direito ideal, utópico, abstrato, superior ao meio, "leis litorâneas aplicadas unitariamente ao *hinterland*", concluindo: "não é o brasileiro que não se adapta à lei, mas a lei que não se adapta ao brasileiro" (pp. 227 e segs.):

> As consequências psicológicas dessa unidade legal são a turbulência: A lei não cumprida desmoraliza a justiça e barbariza o povo. Lei que conflita com as condições de vida ambientes é lei que deforma a realidade individual e social e cria focos de reação ou incita à violência (p. 235), advertindo ser essa a explicação dos surtos separatistas e autonomistas das províncias.

Não pára aí, porém: vai ao problema econômico, com os seus paradoxos.

E já àquela época, sessenta anos passados (*A Crise da Democracia* foi escrita em 1929 e publicada em 1931 – p. 6), clamava (p. 251):

> Um país que tem uma legislação caótica somente pode ter uma economia confusa. Se é função da iniciativa particular produzir, é função do governo coordenar, estimular e dar expansão e mercados à produção. No Brasil, o particular trabalha e o governo atrapalha (p. 251).

Para concluir, depois de sintetizar essas análises:

> Raras nações do mundo dispõem de elementos tão próprios a preparar para o amanhã, uma nação tão rica, tão ativa e tão poderosa como a brasileira. Seria um crime descrer-se das possibilidades imensas que oferecem ao universo a gente e a terra do Brasil (p. 262).

A análise é de penetrante atualidade e mergulha fundo nas raízes nacionais, que desvenda com inacreditável precisão, em muitos passos, em números, atual e exata.

Por outro lado, admira a quem o leia, a amplidão do conhecimento da "realidade" geral e da "verdade" nacional, em estudo que abrange todos os aspectos da vida do País, desde o caráter aos problemas econômicos e sociais.

Nota-se, contudo, quando se trata de equacioná-los, a influência do pensamento da época:

> Antiliberal e antidemocrático da nova geração brasileira, não somente coincide, pois, com a corrente do teorismo disciplinador que empolga o continente europeu, como repristina o verdadeiro 'espírito de nossa terra' cernindo de sua estrutura política um democratismo irreal, fantástico e insincero, que 'jamais' foi processado (p. 269).

Anseia pelo "homem genial, o homem do destino"; "empolgando o Estado, seria, por si, a melhor das contribuições".

Por isso, suas "Contribuições para a Organização do Novo Estado Brasileiro" propõem um Estado corporativo que, por certo, se inspira no modelo que, então, surgia, com ímpeto, na Europa e que repercutiria no Brasil com o integralismo de Plínio Salgado, seu valente companheiro de 1922 em diante, na "Revolução Literária" e, depois, na Escola "Verde-Amarela", nitidamente nacionalista, "vulgarizadora da realidade brasileira".

Aqui se impõe sintetizar a análise e buscar explicação para essas preocupações. Não será difícil descobrir que, no fundo de tudo, está, com o

Movimento de 1922, a necessidade de "repensar o Brasil" no primeiro Centenário da Independência.

Diz em discurso na Câmara dos Deputados (*DCN* de 10.2.1954):

> A partir de 1922, uma revolução profunda se operou no País, em todo seu arcabouço econômico, político, cultural e social, o que tornou imperativa a especulação ousada de mentalidades revolucionárias, demolidoras, dessas mentalidades cuja função é desarmar os andaimes e os tapumes que escondem o edifício novo da vida em eterna renovação.
>
> A presença de tais líderes, porém, nessa crise de transição, mais que nunca reclama a assistência e o conselho da experiência de estadistas antigos e experimentados, porquanto toda a revolução não passa de uma evolução acelerada, dado que a vida continua sempre a viver eternamente suas constantes. No próprio edifício novo, a base da sua estrutura, que lhe garante a estabilidade, são os alicerces, cristalização de experiência milenar do homem fabricador.

Instintivamente, por certo, a princípio, deve ter começado esse exame de consciência, essa autoanálise, essa busca de identidade. Afinal, passados cem anos de estranha rebelião que nos separou da Metrópole, teríamos conquistado, de fato, a nossa independência? Nos costumes, na atividade econômica, na vida literária, na tomada de posição em face do mundo? Teríamos formado a nossa *Weltanschauung*, visão geral do mundo, por nós mesmos?

Dessa forma, o Movimento não se restringe à reação literária dos que o iniciaram e depois, eles mesmos, se viram enredados em sua força, mais conduzidos do que condutores.

Tinham todos a consciência de que algo se passava; mas as lâminas de fogo que lhes iluminavam a razão nem sempre os levou à mesma linguagem, antes lhes deu línguas diversas. Mário de Andrade, Oswald, Plínio, Cassiano Ricardo, Cândido Motta, Menotti e todos partiram do mesmo ponto, seguiram rumos diversos, mas aportaram, pelo menos, a uma conclusão: a de que o Brasil não era o mesmo e precisava mudar e reencontrar-se. É o próprio Menotti quem, em discurso (*DCN* de 22.2.1962), examina a extensão e a profundidade do Movimento, quarenta anos depois: "[...] o inconformismo contra uma estrutura econômica e social, que não permitiria ao Brasil ver sua própria verdade, sua realidade exata."

E, após citar o Professor Cruz Costa, no seu *Panorama da História da Filosofia do Brasil,* que vê no Movimento Modernista de 1922 "um momento da história das ideias no Brasil", afirma:

> Esse era o problema fundamental do momento. Fazia-se mister quebrar a crosta exógena e entrar na investigação dos problemas nacionais relegados à margem pela elite cultural do tempo, então absorvida pelo fascínio da França. Precisávamos redescobrir o Brasil soterrado sob densa montanha de exótica cultura.

Para fazer um balanço:

> Passaram-se quarenta anos. O Brasil se agigantou. Nossa obra não foi inútil. Estimulou em nossos irmãos a ânsia de conhecer mais profundamente a si mesmos e o próprio chão que pisam para amá-lo melhor. Mas, ao lado da grandeza, entramos num clima de confusão. As revoluções do mundo atômico e a interferência de forças alheias, no âmbito das outras nações, se por um lado as informam do progresso geral humano, por outro podem desnaturar-lhe a índole e ferir-lhe a originalidade. Não identificamos, como bem nosso, o conteúdo do nacionalismo de hoje, não que não seja sincero em muitos patriotas, como sincero era o sentido gaulês de vida que animava as elites dominantes em 1922 e contra a qual nos rebelamos.
>
> Elas traziam, como ideal, perfectibilidades que o estado ainda imaturo da nossa cultura e o nosso atraso econômico e social não suportavam, pois seriam remédios excessivamente fortes para um organismo extremamente anêmico. Somente com soluções especificamente brasileiras poderíamos então, como hoje, curar males e disfunções brasileiras. Do que nos informa a cultura do mundo, tiraremos, para nos atualizarmos, aquilo que seja adaptável às condições específicas no nosso meio. Essa foi a doutrina do nosso nacionalismo que queria estar bem-informado, para estar atualizado, mas que repelia as influências forasteiras no que tivessem de deformantes e desnacionalizantes.

Clama, então, contra o que via:

> Todas as fórmulas de Arte caminham por campos de destruição, de negação, através de fórmulas verdadeiramente mórbidas. A Pintura desintegrada pelas invenções ultraístas e, por fim, eliminada da sua clássica expressão linear e figurativa pelo abstracionismo; a Escultura, desviada da sua função representativa para se tornar um enigma plástico repugnante, cuja função é nos chocar no intuito de destruir, no nosso espírito, os últimos resíduos do academismo representativo de um ciclo social que fin-

> dou; tudo isso é apenas negação do passado e nos lança, desesperadamente, à procura das feições exatas do futuro, do seu ritmo novo. Para nós a aurora desse novo ritmo está na arquitetura funcional, na arte de dar a casa ao homem.

Com a dolorosa conclusão que enuncia: "Eis o que nós, os modernistas nacionalistas de 1922, encontramos após uma caminhada de quarenta anos: escombros de um mundo que foi e os primeiros sinais de um mundo que está por vir" (*DCN* de 22.2.1962, p. 179).

E coincidiram os impulsos literários com os revolucionários, fruto de ímpetos diferentes: 1922, 1924, culminando em 1930.

Ao fundo, a busca do Brasil brasileiro, autêntico, incorporando tradições, mas seguindo rumos, caminhos próprios.

Daí o tatear de todos, como se cada um se dispusesse à sua tentativa e, firmado o êxito, acenasse aos companheiros de jornada.

Sua posição evolui consideravelmente. Condena o "cerebralismo eclético que gerou o monstro híbrido da Constituição de 1934 – uma caótica mistura de esquerdismo com reacionarismo – incapaz de compreender a realidade brasileira" – e os dois anos seguintes dar-lhe-iam boa parte de razão, com o Golpe de 1937, criando não o Novo Estado que programou, mas o Estado Novo getuliano – e a que, aliás, explicitamente, faz referência no último período do livro: "E a forma do Estado Novo recorta, nas suas linhas, a fisionomia exata da atual realidade brasileira, até hoje sonegada aos olhos do Brasil" (p. 284).

Fico a meditar se essas palavras, vindas a lume em 1935, não teriam sido a semente que faltava à inspiração do ditador. Menotti já era, à época, nome nacional. Desempenhara dois mandatos na Assembleia Paulista, homem de confiança de Washington Luis e Júlio Prestes, e Getúlio não o teria perdido de vista.

Demais disso, gozava da fama que lhe haviam dado os livros já publicados, com a explosiva repercussão na crítica mais consagrada e na acolhida popular.

Aliada a outros pronunciamentos (como os de Plínio Salgado e seus companheiros), vinda de São Paulo – que acabara de rebelar-se e ser contido pela força das armas, após o sacrifício de tantos lutadores abnegados –, essa manifestação pesou, sem dúvida, no ânimo do matreiro senhor dos pampas, que não desdenharia o apoio do consagrado poeta de *Moysés*, *Juca Mulato*, *As Máscaras*, *Angústia de D. João*, *O amor de Dulcineia*, que dominara o ambiente literário da época. Sem falar nos livros de prosa, que iam do ufanis-

mo regionalista de *O Despertar de São Paulo* (1933) aos contos, novelas e romances de ampla acolhida nacional: *Flama e Argila* – romance (depois *A Tragédia de Zilda*), *Nariz de Cleópatra* e *Pão de Moloch* (crônicas), *O Homem e a Morte* (romance), *Laís* (romance) etc.

Havia todo o interesse político em acolhê-lo, se vinha na linha de seu pensamento autoritário, carismático, de "homem do destino". Menotti del Picchia e Plínio Salgado haviam-se formado como "combativa bancada 'verde-amarela' na Câmara baixa paulista", que ele mesmo definia: "Plínio e eu éramos descrentes daquele liberalismo utópico. Plínio já pendia para a direita, e eu para o ideal trabalhista" (*A Longa Viagem*, 2.ª etapa, p. 222). E assinala: "Estou certo de que, no desenvolver do tempo e nas posições políticas que ambos, no futuro, tomaríamos, já em Plínio Salgado rompiam os germes do 'movimento integralista' que levou o autor do Estrangeiro a tornar-se o chefe carismático que empolgou grande parte de nossa mocidade" (pp. 222-223).

Completando:

> Quanto a mim, com Cândido Motta Filho, Cassiano Ricardo, Ellis Júnior e outros, ao separarmo-nos de Plínio, organizaríamos o movimento nacionalista de "A Bandeira", postulando uma democracia orgânica que realizasse, numa síntese ideal, a justiça social pleiteada pela esquerda, enquadrando-a dentro da ordem e disciplina preconizada pela direita. Nosso *slogan* seria: "Contra as ideologias forasteiras e dissolventes opõe o pensamento original de sua pátria" (*A Longa Viagem*, ed. cit., p. 223).

Mas o pensamento político de Menotti evoluiu consideravelmente na linha que apontou "do ideal trabalhista".

Sua visão alargou-se, reviu conceitos, renovou indagações, ainda que não perdesse a marca fundamental que o verde-amarelismo indelevelmente deixou em toda a sua obra – o nacionalismo.

Nem outro fora o sentido do Movimento de 1922, não apenas a rebelião da Arte Moderna contra os moldes tradicionais, a "revolução espiritual", na batalha entre *O Curupira e o Carão*:

> De um lado Carão, com mais de duzentos anos, cinzento, encorujado, de penas híspidas e sujas. Carranca e misoneísta, miolo mole e intransigente. De outro

> lado o Currupira: ágil, matinal, irônico, onímodo. O Espírito Velho contra o Espírito Novo. Luta de morte. Revolução (*O Curupira e o Carão*).

Ele o explicaria muito depois no comovido discurso de homenagem a Jorge de Lima, na tribuna da Câmara dos Deputados, em 19.11.1954:

> Em 1922, quando celebrávamos o primeiro centenário de nossa Independência, verificamos que a própria estrutura do País, a economia política e social, sofria uma transmutação visceral, pelo ocaso da nossa cultura cafeeira, pelo início do industrialismo, pela difusão dos conhecimentos, mercê da técnica, pela socialização dos meios de transporte dado o uso intensivo do motor de explosão. Rompia-se, enfim, toda a estrutura feudal brasileira, com o advento das reivindicações das massas, direitos sociais que este Congresso está sabendo tão bem encarar através de leis que atendem às aspirações do proletariado brasileiro.

Eis a amplitude da ação de 1922, vista mais de 30 anos depois, o pensamento amadurecido e os resultados conhecidos.

Em toda a vida, contudo, não descreu desses princípios.

É acompanhar-lhe a atuação na Câmara Federal, onde, de viva voz, ouvi e hoje, lendo-o nos *Anais*, revejo, sem ímpetos de radicalização, mas com o entono da convicção que os anos firmaram inabalavelmente.

Aí se vê, ao lado do experiente conhecedor de nossa realidade, o arguto debatedor parlamentar, que enfrenta o bulício dos debates, tranquilo, seguro, pronto, destro.

Não foge aos temas políticos, nem se desvia ante as provocações partidárias. Mas o intelectual reponta sempre. Lembre-se, por exemplo, o seu discurso no "Dia Nacional de Ação de Graças", em 1953 (*DCN* de 27.11.1953, p. 491), com a definição inicial:

> A ideia transcende das nossas preocupações comuns, porquanto se inscreve nos sentimentos mais profundos da nacionalidade brasileira. Na raiz da nossa raça, há, efetivamente, a presença da cruz trazida pelos descobridores, inspiradora daqueles que integraram o País, ainda selvagem, no signo do Cristianismo, o que quer dizer no ritmo da civilização universal.
>
> Toda nossa História está marcada pela fé nas forças do espírito. E aquele grupo admirável de jesuítas que se entregou à catequização das massas selvagens fez

com que, nesta parte da América, nascesse, sob a égide da cristandade, uma das nações mais promissoras do universo.

Mas, o que é muito importante, a seguir fala o analista político, o estudioso dos temas políticos universais e nacionais, e nota-se, então, a profunda transformação de sua linha ideológica na mais autêntica pregação democrática, quando se refere ao "vendaval autoritário que deu, pelo carismatismo histriônico dos *führers*, a curta supremacia de executivos ditatoriais" (*DCN* de 27.11.1953).

Para, depois, examinar, com mestria, o pensamento dos doutores a respeito do "mandato imperativo", na lição de Hauriou, Jellinek, Gierke, Duguit, concluindo com o elogio do Parlamento.

Faz, então, sugestivo paralelismo entre a ação do Parlamento e a da Imprensa, ele, "dotado, na Câmara, de uma ambivalência funcional, porquanto o jornalista, lá fora, na obra de pesquisa e divulgação, continuava o legislador", "dispondo" de duas tribunas: a do Congresso, onde fala a voz da Nação, e a da Imprensa, a que articula a voz da opinião, vozes no fundo idênticas, ou melhor, duas faces da mesma linguagem: "a que exprime as necessidades e as aspirações do povo e a que as transforma em leis" (*DCN* de 27.11.1953).

A definição de sua linha ideológica é dele mesmo, quando alude a "Congresso Cultural" realizado no Chile. Havendo desejado dele participassem "intelectuais de todas as cores e partidos", recebeu comentário de um jornal, indagando "se de 'integralista' havia virado 'comunista', ou talvez 'inocente útil', fórmula cândida ou ambígua do 'colaboracionista' inconsciente":

Menotti retruca:

> Há nisso tudo equívoco ou propósito de confusão: nunca fui "integralista" – como poderão atestá-lo os que com todo o direito nesta Câmara o foram.
>
> Não sou "comunista" porque, como o próprio Lênin, compreendo que a socialização integral é fruto de supermaturação econômica, etapa final de uma evolução material e cultural que estabeleceria no mundo a utópica "idade do ouro". Não se comuniza a miséria. Socializar o precário – isso que está aí – seria, entre nós, desorganizar o início de uma débil estrutura econômica que devemos, ao contrário, amparar e estimular de todas as formas.
>
> Minha posição doutrinária ficou expressa em livro, hoje superado, mas continua na necessária coragem de revisar valores procurando libertar-nos do medo de esquadrinhar conceitos a que demos solenidade mística: "fascismo", "comunismo",

> "democracia", "liberdade", "liberalismo", "sufrágio universal", alusões que existem e não existem, que funcionam a meio no caótico ecletismo desta hora de transmutação de um ciclo histórico, hora crucial em que um mundo que demograficamente cresceu demais mercê da Ciência e da Técnica, continua metido na roupa estreita de instituições que já não funcionam com muita fome, pouca comida e violentas contradições sociais entre a miséria que mendiga e o plutocrata que esbanja.

Não descura nunca do estudo da situação nacional, sua preocupação permanente, e seus discursos aliam à penetração da análise crítica a beleza literária de que o estilo vestia a frase. Como líder do PTB, analisa, em 4.5.1954, a crise brasileira – crise econômica e crise moral. E continua no percuciente e aprofundado estudo de 14.5.1954, quando se dedica à apreciação da nossa vida política. Após tratar da instituição da Federação, na voz e ação de Rui, que coteja com a opinião de outros autores – Pontes de Miranda, P. Laband, Durand, Pinto Ferreira e Burdeau –, afirma que o Brasil é um "país deficientemente legislado" e explica, em pronunciamento exato e profundo:

> Um povo mal legislado é um povo desorganizado e turbulento. Lei não é concepção utópica de módulo normativo, mas cristalização da moral do grupo, isto é, obrigatoriedade imposta ao nexo jurídico espontâneo que nasce do atrito social dos agrupamentos humanos agindo, em comum, dentro de um sentido de cultura e dos imperativos dos próprios interesses. Lei não se inventa. Decorre de uma realidade.
>
> É um nódulo social, por assim dizer orgânico, imposto pelas constantes que nascem nas comunidades humanas como regras necessárias a garantir os interesses desse grupo, a assegurar-lhe a harmonia e a paz. Num País de imensa extensão territorial como o Brasil e com seus grupos humanos tão tipificados por costumes e processos de vida tão diversos, lei igual imposta a todos, criada e imaginada fora do ambiente que ele terá que reger, é criação cerebrina, imposição coercitiva, que, se não tiver aplicação exata, somente poderá provocar mal-estar e turbulência. Somos legisladores que inventamos leis na mais bela metrópole do mundo, iluminados pela cultura dos povos mais avançados da terra, para aplicá-las indistintamente, ao sábio e plutocrata urbano e ao índio nu ou ao caboclo ainda não desasnado pelo alfabeto. É por isso que, neste Parlamento, com a mais atualizada sabedoria e com as mais patrióticas intenções, inchamos nossos códigos com uma inflação legal de normas que morrem no *Diário Oficial* e que se aplicam apenas às exíguas áreas demogeográficas, mais alarmante que nossa inflação financeira. O Brasil é uma nação que não é eficientemente legislada, razão pela qual a oposição não faz oposição e o Governo tem que hipertrofiar seu poder para governar. O irrealismo jurídico no qual nos perdemos é feito por

> um cipoal de normas que mais estabelecem caos do que ordem. Todo o mal do Brasil, inclusive seus escândalos, está na falta de uma organização racional que permita o exato conhecimento das necessidades das suas populações para resolver seus problemas através de leis exatas, que se aplicam aos cidadãos e que funcionem sem provocar reações uma vez que venham realmente atender suas necessidades.

E conclui duramente:

> Aí está, senhores deputados, nosso problema e nosso drama. A inanidade do nosso esforço legiferante, oriundo de uma "força da abstração", encontra sua causa no absurdo do Brasil abandonar todas as fontes vivas do seu direito, que mana das suas regiões, para impor-lhes regras unitárias, inadequadas, perturbadoras e deformadoras da sua realidade jurídica. Com tal processo, somente poderemos ou retardar infinitamente nosso progresso, sabotando a espontaneidade fisiológica de nossa evolução, ou caminhar, diretamente como caminhamos, para a anarquia e para o caos.

Passa, então, a debater matéria polêmica – "a errada divisão territorial do País", que começa a esclarecer na "abordagem da organização nacional", "fruto de alguma prática política e de muito sofrida meditação".

Prossegue, em 16.7.1954, sustentando que nossas crises, inclusive a crise moral que nos assola, "derivam de uma falta de estruturação mais racional do Estado brasileiro".

Não abandona a luta e a defesa das teses. Volta a elas em discurso de 21.5.1956, em exame renovado e ampliado, nos "pontos cruciais" que indica. E surge sua visão de problemas àquela época apenas suspeitadas e hoje *leit motiv* das campanhas.

Vejam-se estas considerações:

> Nos municípios que, largados a uma política agrária desajustada, primitiva, quase larvar, paira a preocupação da "reforma agrária", que aqui, geralmente, concebemos em termos teóricos de arquétipo legal, já fala e reclama a linguagem ecológica, que aspira essa reforma mas que a quer em termos orgânicos, resultantes, em cada região, das condições específicas das culturas, das relações tradicionais entre patrões e salariados, no sentido de não matar, na raiz, uma produção já tão escassa ou por excesso de direito ou por falta do recíproco funcionamento dos deveres. As classes agrícolas têm, pois, os olhos voltados para a reforma.

E leiam-se estas palavras que retratam quadro de atualidade incômoda:

> Que deduzir de tudo isso? O Brasil é um paradoxo. Enquanto a iniciativa particular rompe as peias com que, não raro, a manieta o Estado e desborda em exuberante vitalidade construindo usinas e fábricas, vastas lavouras, alta cultura, dotando o País do maior parque industrial deste lado da América e a maior indústria agrícola sistematizada do universo – o Estado definha nas vascas da inflação, anemiza na sangria das divisas desbaratadas e perde o crédito nos desmandos de sua crise moral, a que tais fatos levam os homens.

E a confiança no Brasil.

> Se racionalizarmos nossa organização, dentro em breve poderemos nos emparelhar aos Estados Unidos e à Rússia.
>
> Em primeiro lugar, é mister que não quebremos nosso retomado ritmo democrático. Dentro de uma ditadura, nossos problemas se perderiam na sua noite e não poderíamos estar aqui chamando a atenção do povo brasileiro, através dos seus representantes legítimos, sobre defeitos que entravam o maquinismo estatal e sobre o erro que cometerão nossos homens não tentando extirpá-los. Minha tese, pois, é nova e otimista: boa e grande a terra, inteligente e trabalhador o homem. Imperfeita é a organização.

Para concluir com objetividade, no estilo colorido do escritor completo, enumerando os pontos de sua reforma constitucional:

> Devemos fazer uma Constituição específica, lógica, uma roupa ajustada ao corpo atlético deste jovem Hércules, que é o Brasil. Não lhe cortemos uma roupa estreita copiada em figurinos ingleses ou franceses. Não costuremos uma roupa larga demais, que pode ser ridícula. Não o metamos numa camisa-de-força, porque a violência pode trazer deformação. Cortemos uma roupa justa. Não copiemos o figurino de nenhum país, porque ficaria ridículo vestir uma casaca num índio. Assim, no intuito de colaborar na reforma fixei estes pontos:
>
> a) plasticidade legal para que o nosso Direito seja vivo, isto é, que não seja mais que nossas vivencias econômicas, éticas, políticas e sociais, assegurando a harmoniosa convivência das nossas comunidades regionais e estimulando, não travando seu progresso;
>
> b) racionalização, pela simplificação, do Poder Executivo para que seja forte pela sua legitimidade, eficiência e responsabilidade e nunca precise ser forte em violência, a qual, não raro, é fatal contrapartida da turbulência decorrente de má organização;
>
> c) nos termos da Constituição vigente, reagrupamento das unidades da federação que tenham identidade econômica e cultural em blocos geoeconômicos para defe-

> sa, em conjunto, dos seus mútuos interesses, delineando-se, assim, áreas definidas para a lógica aplicação de determinadas leis federais. A representação política dos blocos não seria numericamente afetada. Atentando à índole das regiões, os Estados por essa forma agrupados poderiam conservar suas fronteiras para os fins de sua economia específica, seus usos e suas políticas. Com essa técnica geopolítica, estabeleceríamos o equilíbrio entre os Estados, quebrado este pelas tremendas diferenciações geográficas e econômicas que tornam irmãos tão desiguais os membros da Federação.

Retorna em 8.8.1956, fazendo uma "radiografia do Brasil", fugindo aos apartes que buscam cortar-lhe o rumo da análise serena, séria do tema, que conduz à reforma que pretende e que lhe sustenta o "ufanismo":

> Creio no Brasil e na sua grandeza, seu romântico ufanismo, como homem prático que sou e fui, lavrador, industrial, diretor de empresas, estudioso dos nossos problemas. Creio que a confiança em nós mesmos nos fará vencer o complexo colonial de que estamos tocados e que nos afasta das realidades do mundo, perante o qual devemos comparecer, não como Nação tímida e desconfiada mas consciente da sua força, mas como o maior País latino de todo o universo, donos de uma extensão territorial que faz inveja ao mundo, dentro da qual erguemos a maior civilização dos trópicos e em cujo chão tesouros de energia pulam das cachoeiras e ainda jazem, como para uma providencial reserva da qual começamos a lançar mão guiados pela técnica, todos os tesouros minerais de que necessita o mundo moderno.
>
> Que o nosso patriotismo e a nossa inteligência sejam dignos dos bens que Deus nos deu. Que não estrague a paixão política ou vaidade dos homens, o que temos em mãos e que é radiosa esperança do mundo.

Assoma, com frequência, à tribuna, e o Brasil – na sua realidade, nos seus problemas, nos seus grandes vultos políticos ou literários – é o motivo único, a preocupação constante. Nada lhe escapa; da recordação de José Lins do Rego, Brecheret, Olegário Mariano, Portinari, José Bonifácio e outros, no elogio aos jogadores de futebol vitoriosos na "Copa do Mundo" de 1962 (*DCN* de 24.6.1962), em que "filho de proletário, preto-cantor do homem da terra, defensor dos direitos dos trabalhadores", canta a gente nativa – "o mais versátil e surpreendente artesão do universo".

E, revendo-lhe agora os discursos parlamentares, vejo-me aparteando-o, para louvar-lhe o trabalho "objetivo e patriótico", em 26.6.1962 (*DCN* de 26.6.1962, p. 3011), quando, ausente da Câmara, suplente que era, Menotti

ocupou a tribuna para "rememoração" de plano que sugerira, "atento às reais necessidades do povo".

E num dos últimos discursos apelava, ao final (*DCN* de 13.8.1962, p. 486):

> À margem dos partidos neste hiato de minha vida política, falo como cidadão deputado não influenciado por nenhuma liderança, apenas dentro do meu velho e incontaminado nacionalismo: resolvamos a emergência apreensiva e grave, não com os olhos voltados para futuros esquemas de mando ou no pleito que está à vista, mas pensando no sofrimento que nossos erros e a tardança dos remédios impuseram às nossas heroicas populações.

Palavras finais

Esta, Sr. Presidente, a sucessão dos vultos nobilíssimos que me destes ao eleger-me para a Cadeira 28.

Goulart de Andrade, recebendo Xavier Marques, afirmava:

> Com Manuel Antônio de Almeida e Inglês de Sousa, sombras sagradas que iluminam o lugar, que ora ocupais, constituís sem dúvida um dos poderosos fatores da unidade da Pátria, pois cada qual no seu recanto a exaltar as belezas da terra, dizendo d'alma bravia e generosa da gente, sonha projetar na eternidade o corpo esplêndido do Brasil bem-amado (*op. cit., loc. cit.*, p. 123).

A essa tríade ficaria bem se acrescentasse agora a sombra sagrada de Menotti del Picchia, Poucos como ele terão feito tanto pela unidade da Pátria, não apenas na pregação política de sua vida pública que é um apelo à brasilidade; mas, ainda mais, pela ligação com a gente, pelo espírito que povoa e anima sua obra literária, tão difundida e comovidamente aceita em toda a vasta extensão nacional, que terá sido e será sempre como um elo de coesão brasileira, que ecoa tanto nos versos de *Juca Mulato*, ditos e cantados em toda a parte, como nas figuras romanescas que criou e se misturam naturalmente à nossa paisagem física e moral.

Menotti del Picchia: trovador e poeta, contista, novelista e romancista, clássico, renovador e inovador, fazendeiro e jornalista, pintor e escultor, político e estadista, como se pretendesse ser a síntese do século que viveu e que encarnou, refletindo-lhe os anseios e as dúvidas, as incompreensões e os desa-

fios, as revoltas e os desmaios, no turbilhão de uma vida que tem os entretons da tragédia e da comédia.

Mas a honra dessa sucessão mais ainda se acresceu com o privilégio que me destes de ser aqui recebido por Afonso Arinos. Assim me renovastes a alegria do convívio que dura velhos 45 anos, tantos quantos minha modesta vida pública aprende na lição de seu exemplo e de sua sabedoria.

Em Afonso Arinos, encontrei o líder dos embates cívicos, no palanque dos comícios brilhantes ou no desafio da tribuna parlamentar, em que exceleu e excele; o estadista destas nossas Repúblicas que se sucedem e das quais é um dos poucos autênticos repúblicos, honrando a linha ancestral e criando o arquétipo para os que se lhe seguirem; o escritor primoroso, que sabe compor as tintas severas de *Um Estadista da República* ou as vivazes pinceladas do *Amor a Roma*; estudar *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa* ou firmar a exegese dos textos constitucionais; sem falar no dom mavioso da eloquência que lhe brota da palavra fácil e lúcida.

Já o contemplei no arriscado e aventuroso de campanhas nos longínquos rincões de Minas; já o admirei na cátedra universitária, como me seduzi nos choques parlamentares; e já o vi, no colóquio amorável da conversa inteligente com que entretém os que lhe falam.

Mas, sobretudo, nunca me faltou com o conselho e o estímulo, até mesmo para ousar o desafio maior desta Casa augusta, difícil e compensador. Por suas mãos de amigo fraterno e mestre generoso entro a porta da imortalidade acadêmica.

Assim o determinou o Presidente Austregésilo de Athayde, que, com o tino de sábio, dirige e comanda, no curto período de trinta anos – nada em face da imortalidade –, os destinos da Academia.

Conquistou, no trabalho indefesso, no combate permanente, que cansa os jovens e espanta os maduros, no estudo, no talento e na genial capacidade de improvisar, o direito à perpétua direção dos trabalhos da Academia, como a participação nos debates do Palais de Chaillot para a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos lhe garantiu o universal reconhecimento dos homens livres.

Tudo isso premia com acréscimo os esforços que fiz, meio século, preparando-me para esta hora, com que sonhei, nos momentos mais intensos do

delírio ambicioso de dar à minha gente mais do que ao meu próprio nome a glória deste momento supremo.

Aqui estou, envergando o vistoso fardão acadêmico que a nobre gente de minha cidade natal, a Itaúna da minha formação e do meu sangue, me veste, misturando o verde da natureza exuberante de suas montanhas ao ouro com que seduziu os bandeirantes que primeiro lhe bateram a água dos riachos e lhe mergulharam as mãos nas entranhas preciosas, desvendando-lhe os segredos.

Trago aos eminentes confrades o agradecimento pela honra que me concederam do privilégio do convívio, a homenagem do respeito pela obra que os trouxe a esta Casa e que engrandece as Letras pátrias.

Asseguro-vos que a consagração desta hora não esmorece em mim a responsabilidade que significa partilhar das tradições deste Sodalício, antes acresce-as.

Menotti del Picchia, chegando, em 20.12.1943, às culminâncias desta Casa, "deste Olimpo de deuses terrestres", ainda "um pouco ofegante, porque toda subida é, no fundo, uma canseira", dizia que "a maior dor deste instante tão decisivo é não ter o meu pai a meu lado".

Sinto que Menotti fala por mim quando, também, vos encontro neste pedestal e me abris a porta desta imortal Mansão.

A mesma saudade, no travo amargo da ausência e na lembrança suave do júbilo que lhe encheria a alma acompanhando-me nesta chegada à cumeada da vida, afoga-me o espírito na triste alegria de chegar e chegar só, sem que comigo cheguem os que me deram a vida e o rumo: meu pai e minha mãe.

Consola-me e conforta-me que me amparam, neste píncaro, a suave e terna, firme e austera, compreensiva e amiga companheira de todos os meus dias, amargos e alegres, que me refaz a vida a cada instante, e, já agora, filhos e netos que me oferecem albores do amanhã.

A vida é assim: de nada vale nos rebelarmos, que desde que o mundo é mundo e enquanto for não será diverso, se não comungamos da eternidade da vida, nem mesmo os que a imortalidade consagra e a morte colhe, para que outros tenham a mesma ilusão de que lhes perdurará a memória, quando nada.

Caro e eminente Presidente Austregésilo de Athayde,

neste instante supremo me imortalizo, como se imortalizaram os que me precederam vivendo-o, e se imortalizarão os que, no futuro, tiverem o privilégio de conquistá-lo.

Há uma estranha inter-relação entre a glória desta Casa e a memória dos que a integram.

Ela se imortaliza à medida que se sucedem os que a compõem e ao acervo anterior outros se acrescentam. Cada um que chega, maior ou menor, lhe traz a contribuição de seu esforço e de sua obra.

E a cada um oferece ela um passado, estimula um presente e promete um futuro: imortalizamo-nos quando, a cada sucessão, quem chega relembra quem já não é, e uma palavra que diga, evoca e perpetua.

Esta Casa é imortal, porque soma a glória, embaçada ou luzente, dos que a compuseram, integram ou comporão.

Por isso mesmo, transmite aos que nela convivem, no amorável trato da inteligência, do respeito e do apreço, imortalidade.

Ainda agora, acresceu-lhe a imortalidade a comemoração dos cento e cinquenta anos de Machado de Assis, Patrono das Letras, nome tutelar desta Casa; e, em pouco, a relembrança dos cento e quarenta anos de Rui Barbosa lhe aumentará a glória na evocação do vulto maior da nossa vida pública, na obra do polígrafo e do estadista.

Por isso, quando celebramos hoje os 92 anos desta Academia, parece-nos que ela nasceu do sempre, incriada, imortal, acima de tudo e de todos, eterna.

Permita Deus, Sr. Presidente, eminentes confrades e amigos meus, que este instante fugaz e permanente, igual e diverso, comum e estranho, nela fique como afirmação de quem, artesão das Letras, hoje lhe participa da glória, com o compromisso superior de não a desmerecer, lutando por que cresça e se eternize, honrando-lhe os que foram e preparando o caminho para os que vierem.

# II

# RESPOSTA DO SR. AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

Vosso ingresso nesta Casa obedece a uma tradição que lhe vem do início da vida. Na verdade, a Academia Brasileira, por ser de Letras, nunca foi exclusivamente literária. Aqui, desde logo, se seguiu o exemplo escolhido pelo nosso modelo, ou seja, a Academia Francesa. Sobre esta, um dos seus membros atuais, o Duque de Castries, publicou recentemente copiosa história, com o título pouco acadêmico, mas muito francês, de *La Vieille Dame du Quai Conti*. Nesse estudo, o leitor brasileiro, sobretudo o acadêmico, verifica o quanto a nossa Casa, já quase centenária, foi adquirindo, longe do exemplo modelar, uma personalidade bem definida, genuinamente brasileira. Mas é inegável que, num aspecto essencial, lhe foi parelha, desde o início da vida. Acolhendo, sempre, membros cujo destino transcorreu em áreas culturais, embora estranhas à atividade puramente literária, a Academia Brasileira secundou o modelo francês. Assim, podemos afirmar que a *Vieille Dame du Petit Trianon*, dentro da sua sede também historicamente francesa, seguiu o exemplo da *Vieille Dame du Quai Conti*.

A sessão inaugural da nossa Academia, ocorrida há 92 anos na data de hoje, é um exemplo. Presidiu-a o maior escritor puramente literário do País, Machado de Assis, que, aclamado Presidente da Casa, produziu breve alocução. Mas, como secretário-geral, discursou Joaquim Nabuco, cuja obra literá-

ria, biográfica e memorialística, não fica acima de sua ação política de parlamentar e de vitorioso combatente da Abolição. Recordemos também que, naquele inesquecível 13 de Maio, o próprio Machado de Assis, que se julgava incapaz de entusiasmo, saiu à rua, em carro aberto, com amigos, comemorando a Lei Áurea. E o presente orador se lembra de um tio, então estudante, que lhe contou haver visto, naquele dia de comunhão nacional, Joaquim Nabuco falando ao povo de uma janela do Paço da Cidade, povo que delirava de entusiasmada gratidão pela princesa Redentora. De resto podemos afirmar que a eloquência política, nos seus píncaros, confunde-se com a Arte Literária. Não precisamos procurar exemplos no grego Demóstenes ou no romano Cícero. Basta-nos a prata da casa para nos servir, lembrando o nome de Rui Barbosa. Algumas das suas mais belas páginas literárias são políticas, jurídicas ou linguísticas.

Referido o mais alto vulto da Política Interna Brasileira, poderíamos recordar outro companheiro da Academia que à Política se dedicou quase exclusivamente, embora no campo internacional: o Barão do Rio Branco, estadista da República das dimensões históricas de Rui Barbosa. O barão fixou no século XX os limites do nosso território, sem sair das suas salas de estudos. Assim completou o ciclo andarilho das bandeiras, magistralmente estudado por outro companheiro nosso, Afonso de Escragnolle Taunay. Outro escrito importante de Rio Branco foram as preciosas *Efemérides Nacionais*, escritas como jornalista, quando da fundação do *Jornal do Brasil*, e posteriormente editadas pelo Itamarati, em cuidadosa edição preparada por outro companheiro nosso, Rodolfo Garcia, que tivemos por amigo e mestre. As *Efemérides* são um esforço de pesquisa, mas sem cunho propriamente literário. A única obra propriamente literária do barão foi a biografia do pai, Visconde do Rio Branco. Mas, no gênero de Literatura Histórica, não se compara à biografia imperial de Nabuco sobre o pai, nem talvez a outras biografias republicanas.

Para encerrarmos este assunto de acadêmicos ilustres, não primordialmente homens de Letras, podem ser lembrados dois juristas eméritos, Pedro Lessa, famoso juiz do Supremo Tribunal, e Clóvis Beviláqua, o maior civilista brasileiro. Meu pai, que integrou na Câmara dos Deputados a Comissão dos 21, revisora do projeto do Código Civil de Clóvis Beviláqua, manifestava o

respeito profundo que devotava ao mestre, pela sua pureza moral, saber científico e modéstia encantadora.

Vossa obra publicada, Sr. Oscar Dias Corrêa, é daquelas que, elucidando os assuntos de que trata, revela, também, a personalidade do autor. Ela se distribui, na maior parte, pelas vertentes do magistério superior, das assembleias legislativas, das decisões judiciais e, mais recentemente, do Poder Executivo. Mas nunca o homem de letras deixou de se manifestar na vossa atividade mental. Um exemplo comprobatório é o vosso estudo sobre Dante, inserto no livro *Vultos e Retratos*, estudo que, apesar de breve, revela seguro conhecimento da vida e da obra do poeta universal. Neste ponto, torna-se oportuna a referência ao memorável trabalho do nosso patrício mineiro Cristiano Martins, com sua histórica tradução, em versos, de toda a *Divina Comédia*, precedida da biografia do poeta muito esclarecedora sobre a vida política da Itália medieval, da qual Dante participou, bem como acrescentada de centenas de notas elucidativas sobre o difícil conteúdo do texto, cheio de alusões e referências a fatos e pessoas. É lamentável que essa obra literária de Cristiano Martins, trabalho acolhido e editado pela Universidade de São Paulo desde 1976, não haja encontrado a repercussão que merece.

Outro trabalho inserido em vossa obra é o romance panfletário *Brasílio*, publicado em 1968. *Brasílio* é como um pós-escrito, em prosa, das *Cartas Chilenas* de Tomás Antônio Gonzaga. Como se sabe, o poeta inconfidente, o suave e arcádico Dirceu das liras a Marília, transformou-se no embuçado Critilo da sátira mais famosa da nossa Literatura. Desejamos relembrar, aqui, a pessoa de outro patrício, Afonso Pena Júnior, membro desta Casa e nosso querido mestre, o qual, em trabalho ainda não publicado e que guardamos como afetuosa oferta dos filhos, reestudou brilhantemente a tese, hoje vitoriosa, da presença de Gonzaga na misteriosa figura de Critilo. Ligado ao assunto é de se recordar outro produto da Cultura Mineira, o primoroso estudo biográfico de D. Maria Doroteia Joaquina de Seixas, a Marília de Gonzaga, retratada pelo seu parente Professor Tomaz Brandão. E, por falarmos na Marília de Vila Rica, não esqueçamos que Bocage cantava outra Marília, de Lisboa.

As sátiras políticas não são raras entre nós. No governo de Venceslau Brás, o paulista Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, sob o pseudônimo de Juó Bananére, publicou um panfleto em verso, numa espécie de salada lin-

guística ítalo-brasileira, sob o título *La Divina Encrenca*, em que alvejara os maiorais da época, inclusive Pinheiro Machado. Antes deste, já havia surgido outro panfleto político, versificado, o *Antônio Chimango* do gaúcho Ramiro Barcelos, sob pseudônimo de Juvenal, atacando o inamovível presidente do Rio Grande, Borges de Medeiros. Desde a aurora da República, havia lutas incessantes e bravias entre os partidos rio-grandenses, chimangos e maragatos, envolvendo patriarcas como Júlio de Castilhos, Silveira Martins, Pinheiro Machado ou Assis Brasil, lutas extensivas à geração seguinte de Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Pedro Moacir, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Batista Luzardo. Perdoai-nos se cedemos a outra recordação pessoal. Certa tarde, quem vos fala foi levado pelo pai à casa carioca de Artur Bernardes, situada pelos lados da Rua Conde de Bonfim, onde o ex-presidente estava em conferência com Borges de Medeiros, também afastado do governo do Rio Grande. Governo em que se mantivera graças à peculiar Constituição estadual gaúcha, ditatorial e positivista. Já Aristides Milton, no seu conhecido estudo sobre a Constituição republicana de 1891 escrevia em 1898: "A Constituição do Rio Grande do Sul contraria quase todos os preceitos da nossa lei constitucional." O inconformismo gaúcho conflui na patética biografia do honrado Borges de Medeiros. Voltando ao dia referido, lembramos que Artur Bernardes, sempre muito polido, apresentou-nos a Borges de Medeiros qualificando-nos de "nosso jovem colega", pois havíamos terminado o curso de Direito. E, enquanto os dois caminhavam para a sala vizinha, sussurrei a meu pai que logo me cortou a palavra: "chamou-me de colega deles. Serei tirano?"

Vossa obra publicada, Sr. Acadêmico Oscar Dias Corrêa, percorre com profundidade e mestria os territórios do saber, derivados da cátedra universitária e do assento no Supremo Tribunal Federal. O ensino jurídico foi exercido nas Universidades de Minas Gerais e do Brasil. Para esta última, traduzistes e anotastes um livro de conhecido professor da Universidade de Paris. À Universidade de Minas, submetestes a tese de candidato à cátedra que aproveita eficazmente ao leitor, mesmo quando não especialista na matéria, visto que constitui introdução abrangente e crítica da Ciência Econômica, entre nós tão posta em risco pela falta de Ciência Política. Mesmo para um estranho aos estudos econômicos, essa introdução abre perspectivas esclarecedoras sobre problemas políticos e jurídicos, inclusive os que tanto nos inquietam no Brasil de hoje.

As cátedras e a judicatura são fases complementares da vossa profícua existência, nas quais as tarefas, quando bem cumpridas, de certo modo se confundem. Ao ensinar estudantes universitários, o professor está sempre julgando. Mas, ao julgar feitos jurídicos, sobretudo na Corte Suprema, o juiz está frequentemente ensinando. Essa situação se manifesta claramente na história da Corte Suprema dos Estados Unidos, conhecida por todos os cultores do Direito Constitucional.

A Corte Suprema e a tradição política bipartidária são as colunas mestras do governo presidencial dos Estados Unidos, principalmente o papel político da Suprema Corte, tomado no melhor sentido da palavra. O fracasso do Presidencialismo no resto do mundo decorre, provavelmente, da ausência desses dois elementos que dominam a política americana desde a vigência da Constituição de Filadélfia. Nossa firme convicção parlamentarista decorre, principalmente, da ausência em nosso País das duas instituições bicentenárias nos Estados Unidos: o bipartidarismo e a Suprema Corte. Mas lá mesmo, nos Estados Unidos, o princípio da independência dos Poderes tem levado a governo de crises, até mesmo a crises desastrosas. Por essa razão é que, hoje, nos Estados Unidos, manifestam-se opiniões parlamentaristas. Os governos infelizes de Nixon, Carter ou mesmo Kennedy têm suscitado reações significativas, na recente Literatura Política, como se vê em dois livros de grande sucesso, *The Imperial Presidency* [A Presidência Imperial] do prestigioso professor Arthur Schlesinger, publicado em 1976, e o recente estudo do mundialmente conhecido senador Fullbright, editado no corrente ano de 1989, e denominado *The Price of Empire* [O Preço do Império]. Desse trabalho, destacamos o seguinte: "Sugeri, quando servia recentemente em uma comissão de estudos do nosso sistema constitucional, que deveríamos considerar o princípio da separação de poderes e marcharmos para a adaptação de certos processos do sistema parlamentar."

Convém insistir: essas palavras recentes provêm de um respeitado pensador político e senador dos Estados Unidos da América.

Sobre o assunto do papel do Supremo Tribunal Federal no Brasil, do qual fostes destacado membro, escrevestes livros que contêm valiosos ensinamentos.

Há mais de vinte anos, publicastes uma contribuição crítica à Constituição de 1967 em que estudastes em pormenor aquela difícil fase na qual o Presidente Castelo Branco tentou evitar o desbordamento do militarismo ditatorial, direcionando-o a uma solução democrática. Sem entrar em pormenores lembraremos que, no Senado, produzimos enérgico discurso contra o capítulo do projeto inicial, dedicado a definir os direitos e garantias individuais. Tomando conhecimento do discurso, o Presidente Castelo enviou dois amigos deputados, Nilo Coelho, de Pernambuco, e Ruy Santos, da Bahia, para solicitar a quem vos fala que fizesse para o dia seguinte um projeto do capítulo, o que foi feito e remetido ao presidente em palácio.

No parágrafo 120 do vosso livro, reconheceis generosamente as boas intenções do esforço, mas logo acentuais a fragilidade da sua aplicação, quando mostrais a insídia do artigo seguinte, onde se dizia que "a lei estabeleceria os termos em que os direitos e garantias individuais seriam exercidos".

Disposição que colocava os direitos assegurados pela Constituição dependentes de lei. Ideia sem paralelo, cremos, no Direito democrático e devida, provavelmente, à insistência dos juristas ditatoriais que assessoravam o presidente.

Sucessivamente, em 1980 e 1985, publicastes dois estudos: o primeiro sobre o estado de direito e a emergência constitucional, e o segundo sobre a Constituinte e o Supremo Tribunal, com rico apoio bibliográfico e dados importantes sobre a jurisprudência do Supremo e seus fundamentos. O mais recente e mais completo desses estudos sucessivos é o livro *O Supremo Tribunal Federal, Corte Constitucional do Brasil*. Esse estudo, sobre o qual seria inoportuno discorrer, revela vossas leituras, meditações teóricas, bem como experiência de ação em assunto fundamental para a democracia brasileira. Seguistes a tradição de Pimenta Bueno sobre o Conselho de Estado do Império, de Pedro Lessa e Castro Nunes, nos livros clássicos sobre o Poder Judiciário, com destaque para o Supremo Tribunal, o qual, segundo Pedro Lessa, não perde o caráter político por ser nomeado pelo presidente da República.

Sobre o assunto do poder político do Supremo Tribunal, existe um recente e notável livro de autor norte-americano, *Politics and the Constitution in the History of the United States*, no qual o autor, William

Crosskey, pesquisa a força política da Suprema Corte na história da grande República.

Outro livro é o de Bernard Schwartz, sobre *Os Poderes do Governo*, traduzido em castelhano pela Universidade do México. Para Schwartz, a Constituição Americana, mantendo o mesmo texto, evolui e se transforma com o tempo, ou, segundo suas palavras: "A evolução da Constituição refletiu a evolução da própria sociedade." Nós, no Brasil, nunca chegamos a alcançar tal benefício. A nossa República presidencial passou por choques históricos sucessivos, vai fazer um século; às vezes choques profundos nas consequências, embora superficiais nas causas, ou seja, quase sempre sem ligação com a evolução social. Em um século de sistema presidencial de governo, temos mais de meio século de ruptura da ordem democrática constitucional, sendo a situação social sempre agravada.

Sr. Acadêmico Oscar Dias Corrêa, senhores acadêmicos, minhas senhoras e meus senhores, perdoai ao orador o ter trazido para a serenidade desta cerimônia o eco das inquietações do nosso povo. Mas é que elas existem, são fundadas e os titulares oficiais da Cultura, que somos nós, não podem esquecê-las. Ocupais, ao lado da Poltrona do Acadêmico, a pasta tradicional da Política Republicana. A Academia tem, entre os seus membros, o chefe do governo e o seu ministro político. A Academia, como as demais instituições nacionais, formula votos fervorosos para que o Brasil saia ileso, unido e pacífico no seu próximo futuro.

Sede bem-vindo entre nós, Acadêmico Oscar Dias Corrêa.

Discurso da
SRA. NÉLIDA PIÑON

e

Resposta do
SR. LÊDO IVO

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 3 de maio de 1990*

# I

# DISCURSO DA SRA. NÉLIDA PIÑON

Muitas vezes confessei que sou brasileira recente. Minha família, no Brasil, é mais jovem que as palmeiras imperiais do Jardim Botânico. Carrego comigo a sensação de haver, eu mesma, desembarcado na Praça Mauá, no início do século, no lugar dos meus avós, em busca da aventura brasileira, a única saga que ainda hoje estremece meu coração.

Temo, muitas vezes, haver chegado ao Brasil com irreparável atraso, não podendo, por isso, contar com uma memória familiar que me permita ir, com a frequência desejada, ao nódulo da nossa História e conhecer seus recônditos segredos, bater à porta do nosso advento e recolher os fios de ouro da narrativa brasileira, ali embaralhados para sempre.

Ninguém do meu sangue me legou a certeza de haver abalado os fundamentos constitutivos da formação do Brasil. Ou me cobrou, por meio dessa referida memória, o irrenunciável dever de traçar o País para que seu passado não se esvaísse em vão. Ou me imprimiu a marca da legitimidade, de modo que meus sonhos fossem hoje o eco dos devaneios de outros brasileiros vencidos pela desilusão.

Trago, pois, na imaginação, vestígios de uma viagem que não fiz – com meu corpo – e o gosto do sal inerente à travessia atlântica. Trago, sim, comigo, junto à atração pelo novo, as hesitações típicas de quem penetra um país

pela primeira vez e desconhece os costumes locais implantados há mais de quatrocentos anos.

Graças, no entanto, a essa inexperiência e à curiosidade sempre incensada por um país que olho com paixão, que a vida não arrefece e os dias renovam na pira do cotidiano, respondo por encargos e sortilégios provenientes, muitos deles, dos sentimentos que habitaram meus avós, Amada e Daniel, e meu pai, Lino. Todos eles originários de uma Galícia povoada de lendas e de seres ansiosos por partir para longe e marcados, ao mesmo tempo, pelo instinto da volta à terra, por cujas montanhas circulavam os fantasmas dos celtas, esses indomáveis desbravadores do imaginário.

Não sei a que intriga e ardil do destino meus familiares obedeceram quando apontaram no mapa de suas aldeias o desenho febril e exaltado do Brasil.

Afinal, cada homem viaja em busca de uma estrela que recebe o nome caro aos seus sentimentos. E traz às costas a sacola da ilusão e da intranquilidade. Escassos pertences que aquecem a vida e norteiam os rumos. E habilitam-nos ainda a dar o passo inicial nesta interminável errância pela terra. Para que, assim, sem reservas e temores, abandonemos os recursos que a própria vida se encarrega de substituir. E não é ela, esta carne inquieta, este coração de corça e touro que nos compra o amor, o instinto, a coragem, a traição? E irriga ainda nossas veias com o sangue da aventura?

Foram, pois, esses seres galegos, amorosamente acomodados à realidade brasileira, que me ofertaram um país de presente. Concederam-me os sentimentos iniciais de Pátria – esse conjunto de aspirações, de amargas e de frustradas coincidências. Esse território dos suspiros travados, de um Finisterra além do qual existem o abismo e o degredo. Sobretudo, entregaram-me eles a majestade de uma língua que inaugurou a minha humanidade.

Não sei que mestre, que mágico, que mãe misericordiosa, que amor desfeito na aluvião das montanhas me transmitiram a caprichosa convicção de que a palavra, espúria e nômade, tinha o dom de costurar todos os sentimentos. E que a palavra ainda, associada à história secreta das nações e ao enredo indevassável do destino humano, se tornava a única chave com que forçar a porta do mundo, lacrada com cera e enigmas.

Arrasto comigo seres arcaicos e memórias coercivas. A caravela que navega no meu imaginário, como herança, insiste em que levantemos as velas.

O vento que assopra conduz-nos pelas grotas de geografia indômita, vistoria palavras e sentimentos cravados no peito alheio. Espinhos de uma roseira que pende sob o fardo de juras e queixumes solitários. O Brasil, saído dessa fornalha, alimenta a fome verbal de seus filhos.

Desde a infância, o mundo pareceu-me encantatório e perturbador. De início, colhi-o no regaço da casa e da própria fantasia. Depois, a realidade me veio por meio dos escritores e ainda de ilustres anônimos, todos criaturas de despudorado alento, que me fizeram crer nos mais intrincados enredos. E que, por falarem, uns e outros, a língua dos homens, haviam presenciado a vida passar. Tanto os escritores quanto esses rapsodos tinham a vantagem de se esfumar, tão cedo se lhes esgotava o ciclo narrativo. Logo, em seus lugares, vinham outros, com igual mérito para escrever e contar. De forma que essas histórias, oriundas de bocas famintas e maliciosas, pudessem reproduzir-se sem interrupções.

Aprendi, então, que, para tal registro não se perder nas noites clandestinas, devíamos – tripulantes desta caravela – exceder-nos no próprio ofício de narrar. Sem reclamar, contudo, verdades ou certezas, uma vez que as palavras procediam comumente do forno da mentira. E mister fazia-se roubar nacos da existência vizinha, de pecado mais fornido que o nosso.

Não, a realidade não era o que eu via ou o que se deixava tocar. Seu arcabouço, muito além do previsto, tinha como substância a nossa história conjugada a outras tantas histórias produzidas ao mesmo tempo por todos os vizinhos do mundo.

Mas foi na Língua Portuguesa que encontrei pouso e graça. Sobre ela debruçada cada manhã, ungida pelo seu exigente desafio, professei-lhe sempre intransigente amor. No livro *A Força do Destino*, de 1978, ao invectivar Leonora e Álvaro, personagens recalcitrantes, a acatarem o modelo narrativo que lhes propunha, assim lhes falei sobre esta Língua:

> Unicamente por minhas mãos ingressariam ambos na Língua Portuguesa, que é – como expliquei a Álvaro – um feudo forte e lírico ao mesmo tempo. Um barco que até hoje singra generoso o Atlântico, ora consolando Portugal, ora perturbando o Brasil. E porque esta Língua tem vocação marítima, entende bem os impropérios do vento, mais que qualquer outra se deixa levar pelos sentimentos. Os ais e os prantos a seduzem tanto, que esta Língua busca as estradas de ferro para medir de perto a intensidade das mágoas que só ganharão corpo e expressão através de seus recursos. E porque ela se orgulha do que é humano, esta Língua Portuguesa, de rosto e sexo ardentes,

> é capaz de saber, apenas pelo apito do trem, se quarta-feira é dia de usarem-na os amantes quando se querem perder para sempre. E, como está em todas as partes, é privilégio seu provar a saliva de qualquer beijo, sentir-lhe a densidade do sal. Pois quanto mais salgado o beijo, mais as desesperadas palavras do seu patrimônio ganharão saída pelos poros, os olhos arregalados.
>
> Nestas horas, como de propósito, a Língua estimula os lamentos africanos, que lhe foram incorporados nos últimos quinhentos anos brasileiros. Com eles, ela ganhou força e ardência. Ficou uma língua morena. Talvez por isso se comova com tanta facilidade e se solidarize muito mais com um corpo em frangalhos do que com quem sai altivo do embate amoroso. Tornou-se a Língua Portuguesa plangente, de índole excessiva, e deseja que usem vinte de seus vocábulos, quando apenas três talvez expressem parte dos seus sentimentos.
>
> Daí esta Língua precisar de que seus amantes se excedam, imaginem o coração incapaz de novo afeto. É nestas horas que a Língua, sob tão grave ameaça, ganha dimensões impensadas. Usa da pena de Camões, Cecília, Machado, Clarice, só para não perecer. Ela quer ser usada até mesmo pelos sentimentos menos nobres. Não lhe falem jamais de poupança, nem pensem conferir-lhe a sobriedade que não seria outra coisa que prendê-la com cordas às camas secas de um quarto de hotel com luz néon, para que não lhe escutem os lamentos.

Cabe-me, aqui, evocar a figura de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, a quem sucedo nesta Cadeira 30. Faço-o com o temor de falhar ao reconstituir uma matéria feita de carne, cerrada em delicado casulo, aquecida, a cada dia, enquanto viveu, pelo sagrado fogo da paixão humana, do desatino do sonho, da realidade polifacetada. Assim, pois, como definir a casa interior de um homem de semelhante magnitude, fotografar-lhe a alma, este labirinto sem paredes, rabisco nervoso esboçado no vazio?

Unicamente Aurélio poderia, estando presente, desatar o nó do seu universo. Ajudar-nos a submergir em seu oleoso mistério. Falar-nos, ele, de sua iniciação nesta Língua Portuguesa. Dizer-nos em que instante compreendeu, sob a custódia das próprias emoções, que o homem não passava de uma espécie condenada a pensar por força de cada palavra pronunciada.

Esses sentimentos, porém, de que a Língua deu início ao homem hão de lhe ter vindo sem pressa, lá na sua longínqua Alagoas, uma franja de terra vencida pelo mar e rios sempre em permanente busca do Atlântico. Entre o calor da comida caseira e do afeto familiar.

Ali, em Porto de Pedras, onde viviam, as palavras grassavam generosas e daninhas. Desde cedo descobriria que essas palavras, contraditórias entre si, quando postas juntas, constituíam um enigma de ordem poética contra o qual esbarrava como cego. Havia que descerrar o véu dessas criaturas verbais.

Em casa, a mãe, D. Maria, olhava o marido com zelo, quando este se desmedia em cumprimentos pela vizinhança. Seu instinto de ordem advertia o filho que cuidasse da roupa, da casa. O leite talhara justo naquela manhã. Resignada, a falta de moedas no lar não lhe impugnava a paz familiar. Talvez endereçasse a este filho expressões que lhe sobraram das leituras feitas em voz alta pelo então noivo, seu Manuel, um homem todo pachola. Expressões que, como se haveres fossem, conservava dentro da gaveta, junto às galas típicas dos domingos festivos.

Louro, de olhos cor-de-mel, o menino Aurélio sorria compadecido. Com dez anos apenas, tudo armazenava naqueles dias. Aprontava-se para captar os gestos da mãe, para melhor defini-la no futuro.

A mãe queria abrir a porta da inteligência daquele filho sensível e ígneo, absorto diante do mar, à deriva da inspiração e do sol, a percorrer, desabrido, as praias do litoral alagoano, enfeitadas de coqueiros, jangadas livres, areia escaldante, ao alcance da mão. Tudo ali em proporções desmedidas, igual ao Brasil.

Alfabetizou-o pessoalmente. Segundo ela dizia, queria desasná-lo. Restaurar-lhe, através da leitura, a condição humana. Arrancá-lo da penumbra a que a ignorância condenava.

Aurélio preferia ouvir o pai, seu Manuel. À noite, levavam as cadeiras para a calçada. A brisa colhia-os primeiro ali que na sala. Com o proveito de verem e serem vistos, incluídos assim todos no rol humano.

As palavras do pai, a serviço de uma fantasia que o arrancava dos circunscritos limites de Porto de Pedras, perpetuavam, através do filho, as histórias que lhe brotavam da memória. Como se pudessem os dois, mediante esta fórmula simples, alcançar Portugal, do outro lado do oceano, de onde a família se originara.

Para enriquecer seu relato e atender aos reclamos da história contada, seu Manuel adotava desvios que realçassem um tecido de sonho, resistente e palpável. Querendo provar que a vida, apesar de restrita, naquele vilarejo ela ardia. Mas havia que buscar, onde fosse, uma outra, farta de amor e risos.

A família, unida, amassava o pão diário naquele confim esquecido. O Brasil, para eles, não passava de uma abstração. Uma geografia que preenchiam com imaginação e espírito cívico. Espécie de livro a que não tinham acesso e de árdua leitura.

Os ruídos do Rio de Janeiro, as ocorrências nacionais chegavam-lhes abafados. Desse modo, pai e vizinhos urdiam, por conta própria, enredos compatíveis com a única forma de experiência que conheciam. Cometiam, em conjunto, a bravura de confirmar a realidade.

Por sua vez, Camaragibe, onde Aurélio nascera, em 1910, Porto de Pedras, Porto Calvo, bem cerca e mais ainda ao norte, eram terras propícias aos contos rendados, sem começo e fim. Os ecos da utopia negra, como exemplo, sediada no Quilombo de Palmares, próximo dali, repercutiam entre eles sem carecer de recuar no tempo. Davam natural guarida ao lendário Gunga-Zumba, ao aguerrido Zumbi, heróis que a morte não varrera.

Aurélio tivera a sorte de nascer no Nordeste, enclave agudo da imaginação brasileira. O Brasil iniciara-se perto daquelas dunas e perplexidades. Moldura perfeita para agasalhar lendas e gratas ilusões. À beira da soleira da casa e da praça, eles acolhiam os andarilhos, seres de apurado sentido deambulatório, que lhes traziam notícias de longe. A vida chegando-lhes por empréstimo.

E recebiam ainda cantadores que, sem moradia e rumo, se pareciam aos trovadores, egressos da Baixa Idade Média. Como aqueles da Europa dos séculos XII e XIII, também aqui seus clamorosos improvisos irrigavam a região com poesia desavergonhada, atuante, satírica, cheia de enganos e astúcias. Sem cerimônia, misturavam eles feitos da República, quase recente, com outros, oriundos da Península Ibérica.

O menino recolhia os mitos com entusiasmo. Alguns, de melancólico Sebastianismo, não haviam decerto nascido em Alagoas. Nem sempre comeram com eles farinha e carne-de-sol. Embora esses mitos agora, intrusos e insaciáveis, se acomodassem nas cercanias, e até mesmo se sentassem sobre o balcão da loja do pai.

Desses cantadores, Aurélio aprendeu cantigas e assimilou o sentido teatral do mundo. Registrava, emocionado, aquela prática poética nascida do anseio daquele povo, cujas palavras, antes mesmo de se atomizarem, de retor-

narem às suas origens e, portanto, ao recato humano, ganhavam, na fala popular, novas evidências, outros estados.

A mãe tinha razão. Aurélio não largava de olhar o mar. Quem sabe ansiava surpreender, por obra de milagre, as primeiras naus portuguesas prestes a desembarcar no Brasil, despejando entre nós as idiossincrasias de uma Europa seiscentista e ainda aventureiros que traziam debaixo das axilas, entre o suor e a avidez da aventura, aquela Língua Portuguesa que o menino se preparava para amar.

Uma Língua que, mal chegada aqui, conheceu o vazio na matriz mesma do seu coração. E que ouviu, por força dos dilemas impostos pelo novo continente, o arfar da doída nostalgia que se sucede a qualquer espécie de exílio. Uma contração naquele instante necessária, para o Brasil passar a ser, ao reverter tal oco provisório, a nova prática desta Língua.

A família precisou deixar Porto de Pedras. Em Porto Calvo agora, terra da mãe, restava-lhe o consolo de ali também as intrigas entrarem pelas frestas das janelas, reduzindo a distância entre o desejo e a frustração.

Nesses cenários alagoanos, os escassos atos diários, vencendo a modorra da tarde ensolarada, infundiam-lhes ânimo e conformidade ao mesmo tempo. O cotidiano, para a maioria, terminava como simples depósito de feitos que dificultavam o culto ao imaginário.

Adolescente e curioso, Aurélio seguia o caminho da imaginação das palavras, como se fora um Fernão Mendes Pinto a peregrinar. Em vez de dizer que visitou o reino da China e da Tartária, apronta-se ele a proclamar, diante do cristal da Língua, o fulcro mesmo das palavras. Já não é mais quem só ouve e acumula. Inicia-se nele prolongada ascese intelectual, a que só a morte há de pôr reparos.

Sob a inspiração do casario local, que retinha vestígios de antiga elegância, apura suas maneiras, atento aos trejeitos sociais. Divaga entre as ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, datada de 1630, e ali pensa ver o vulto de Domingos Calabar, assombração que a sedícia e o malogro da invasão holandesa no Brasil obrigaram a penar sem resguardo. Na escola, sua inteligência entusiasma o Professor José Paulino, que cobra do pai um dicionário e uma gramática de Francês. Pedidos inusitados naquelas paragens.

Aprende a fruir as linguagens dos homens. Para melhor compreendê-las, estabelece analogia entre elas. Nota-lhes o caráter profano e sacro, mistura admirável. Naquelas regiões a feira e a igreja, vizinhas integradas, quase réplicas medievais, constituíam universos que guardavam entre si confidências, cortesias, salpicadas irreverências. No átrio, em dias de quermesse, as palavras, festejadas pelo povo em escala que ia do sublime ao escárnio, selavam a aliança entre os poderes do mundo.

Oriundo de lar temente, em que o pai jamais pronunciava o nome de Deus em vão, Aurélio desenvolve, ao lado de outras virtudes, rara afabilidade no trato. Sua gentileza era tão esmerada, vespertina, que mais parecia um aristocrata rural que recebeu, como prêmio, o direito de nascer no seio do povo. Poucos homens terão sido galantes como Aurélio. De galanteria solene, pícara, respeitosa, nela a prática social ganhou foros éticos. Todos os seus atos asseguravam que a cortesia, entre os mortais, encerrava uma lição de ordem moral, um postulado político.

Tento agora cerzir retalhos da história de Aurélio apoiada em seu livro *Dois Mundos*, publicado em 1942. Esses contos, cobrindo infância e adolescência, são de natureza tão reveladora que, à simples leitura, me acodem as figuras de João e Maria, arrastados pela floresta, deixando tombar no chão pedaços de miolo – sobejas esperanças – com a confiança de virem logo a ser resgatados.

Também Aurélio deixa-nos transparecer, nesta obra, que o inventário familiar, sua gênese, portanto, é a essência de sua matéria narrativa. Ao fazer, em algum desses contos, uso ostensivo da primeira pessoa, voz de enternecida densidade, torna-se ele avalista dos próprios sentimentos e dos lamentos da sua grei. Ainda que adote sobriedade quase ética, como se a revelação do conteúdo ficcional aflorasse do ponto de vista de um narrador oculto.

A sua incursão pelo discurso da Memória, gênero assinalado pelas pegadas do constrangimento, não tolhe a criação de personagens antológicos. No conto "O Chapéu do Meu Pai", o filho, ao observar o pai no caixão e à vista do velho chapéu, frágil herança de toda uma vida, sucumbe às lembranças. Pendido o objeto do porta-chapéus, só lhe faltava um formilho que, em substituição à cabeça do pai, desse forma à sua copa. O autor, porém, elegendo o chapéu como epicentro do drama, multiplica emoções, suas e da família, realça os costumes da época, esmiúça os devaneios das vilas do interior, cujos

rastros, sob o signo de uma verdadeira sociologia dos sentimentos, são preservados de forma quase documental. Com tal perfeição, o escritor desenha em dois planos a história desse pai, um estático, o outro insurrecional em matéria de tempo, que logra devolver-nos, como se vivo fora, a figura do pai.

Notável, da mesma forma, é o retrato de Cândida Rosa, sua avó. Uma mulher que esparge crueza e contradições, mas com rigorosa observância às pesadas limitações impostas a uma mulher da sua condição social. Ao descascar-lhe a alma agreste, Aurélio fustiga-a com um desconsolado afeto.

É com maestria que Aurélio elude a fatalidade dessa voz individual. Através de urdida dança temporal, transporta-se e às suas criaturas para o âmago dos folguedos e rancores humanos, equanimemente repartidos entre todos. E, ao aguçar o caráter evocativo dos textos, torna-os comoventes peças coletivas que parecem emergir da criação puramente ficcional.

Diante de nós agora surgem outras vinhetas, memórias esmaecidas. A família de seu Manuel, já acomodada no barco, para tentar a sorte em Maceió. O mar, para aquela gente, era a estrada natural. Essa viagem, porém, rompe de vez a bolha inchada pela fantasia e pelo tempo ocioso que unia pai e filho.

O capitão, apesar do curto trajeto, cumpre todos os rituais. O apito selou-lhes as despedidas. Queriam deixar para trás um Brasil que lhes empurrava pela goela frituras gordurosas e parcas esperanças.

Do convés, Aurélio contemplava mares que sabia existirem no horizonte do mundo. Para ele, alvoroçado, as águas da Pátria simbolizavam a Língua e a imaginação da sua gente. O barco vencia Passo do Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Paripueira, as praias de Prata, de Jatiúca, de Pajuçara, nomes da alma.

Em Maceió, retoma os estudos. Desenvolve veleidades literárias. Fala dos poetas com feliz acerto, aprende de cor poemas na íntegra. Descobrira a prodigiosa memória a serviço de sua expansão cognitiva.

Para aumentar a precária renda familiar, emprega-se no comércio, pratica tarefas serviçais, que lhe burilam o espírito, a intensa humanidade. Mais tarde leciona aos colegas, exercita o ofício que lhe confirma o fervor na aprendizagem humana. Paciente e obstinado, reparte seu tempo. Adquire, com folga do ordenado, a gramática de Maximino Maciel e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Duas aquisições que ajudam a definir sua vida.

Estuda a Língua à exaustão, aplica-se a conhecê-la. Ao intensificar o convívio com os livros, assinala as frases com as marcas da sua paixão. Elas hão de servir-lhe um dia para as suas abonações. E se muito depressa apreende o significado dos vocábulos, logo pressente que lhes faltam outras acepções. A vida cobrando-lhe, pois, novos valores.

Devagar esmiúça a obra de Machado de Assis. Estuda-lhe, além da psicologia, o estilo único. Prepara-se para devotar-lhe longo estudo. E, a despeito da profunda admiração por tal Mestre, arroga-se a licença – poucos anos depois – já em pleno exercício crítico, atividade para a qual, aliás, demonstra vocação e bom gosto, de fazer reparos a certos expedientes do genial escritor no seu ensaio *Linguagem e Estilo de Machado de Assis*.

O jovem crítico, que igualmente se manifestará, com admirável acuidade, sobre Eça de Queirós, Gonçalves Dias, Simões Lopes Neto – seus livros, em especial *Território Lírico*, dão prova desse talento –, observa que nos indivíduos pobres, esforçados, como é o caso de Machado, encontra-se mais aceso o gosto pela correção da Linguagem. Dificilmente, ocorre-lhes a audácia de romper com a tradição, com os parâmetros da Língua, havendo o mulato Joaquim Maria encontrado, através do soberano domínio da Língua, os meios adequados para superar a modéstia da própria origem.

Seduzido pela tentação de dar, tão jovem ainda, testemunho de independência crítica, Aurélio aponta em Machado aquilo que considera hesitações no seu estilo. Abuso de palavras, de expressões, avanços e recuos que julga, nas frases, meros tropeços. E dos quais resultaria, às vezes, a sensação de monotonia na leitura de certos textos.

Atento para o desabafo ou a ironia de Machado, quando este comparou o próprio estilo ao caminhar dos ébrios, decerto Aurélio reforça a sentença amarga de Sílvio Romero, para quem o romancista sofreria, por força da sua gaguez, de uma perturbação qualquer nos órgãos da palavra.

Por outro lado, entretanto, Aurélio detém-se na alma secreta de Machado, um criador sucumbido ante o acúmulo de dúvidas e descrenças. Enfatiza, com propriedade, que buscou ele, na Arte, derivativo ao calado martírio, resultando dessa verdadeira busca do Santo Graal extraordinário e insuperável conjunto narrativo.

Com a vitória da Revolução de Outubro de 1930, sem luta armada em Alagoas, inicia-se ali o sistema de interventores. A cidade floresce na área cultural. Brilhante geração de jovens converge para Maceió, comprime-se no bar do Ponto Central, entretida em longas tertúlias.

Irreverentes, passam o País em revista. Com aguçado filtro político, insurgem-se contra a sociedade que amesquinha o homem. Querem, como escritores, retratar, sob uma ótica comprometida, a vida do Nordeste.

Subjugados, porém, pelo espelho embaçado da História, longe estavam de supor que a glória rondava o grupo, formado por Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, por todos, aliás, julgado irmão mais velho, Waldemar Cavalcanti, Raul Lima e tantos outros.

Sob o impulso da amizade, Aurélio testa o talento junto aos companheiros. Define sua vocação de infatigável homem de letras. E, a despeito dos embaraços econômicos, cumpre o ritual do prazer, das descobertas. Vive com rara intensidade.

Após formar-se em Direito e dirigir a Biblioteca Municipal de Maceió, instala-se no Rio de Janeiro, em 1938, em pleno Estado Novo. Contratado para professor do Colégio Pedro II, publica com frequência artigos na Imprensa carioca. E, por sugestão de Manuel Bandeira, passa a colaborar no *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, respondendo pelos brasileirismos do mesmo.

Conhece Paulo Rónai, recém-chegado da Europa, que se surpreende com sua erudição. Unidos por amizade fraterna, dedicam-se juntos, ao longo de trinta anos de exaustivo esforço, a organizar *Mar de Histórias*. Uma antologia de rigorosa seleção de contos e narrativas curtas, cujas primorosas traduções e enriquecidas notas críticas revelam, em dez volumes, admirável repertório narrativo que abarca os primórdios mais remotos da civilização, a partir dos primeiros textos sagrados até expressões da contística moderna.

Irresistível recenseamento que confirma haver o homem trazido desde sempre consigo, ativa e perdulária, a matriz da criação.

Por todos agora chamado de Mestre, Aurélio não se descuida, no entanto, do mundo afetivo – lavra preciosa –, constituído de amigos e filhos e de Marina, companheira sempre presente e devotada.

O temperamento do Mestre homenageia a existência com exultante espírito. Ri, canta modinhas, genuflexiona-se, onde seja, dando provas públicas de admiração aos amigos. Ama os frutos da terra. Deus seja louvado.

Emerge da sua biografia um ser filiado às obras humanas e afeito às instâncias absolutas da Língua. Moral e intelectualmente esculpido para fazer o dicionário que respondesse à curiosidade brasileira pelo Idioma. O desafio mais dramático da sua história pessoal. Afinal, procedia do mundo clássico a assertiva de que a palavra era uma sombra cercada de equívocos, em torno da qual havia a imprecisão, a dúvida, o erro humano ao ajuizar seu peso e sua medida. Quem sabe a palavra podendo ser substância untuosa oriunda da baleia Moby Dick, perseguida pelo desvairado capitão Ahab.

Mestre Aurélio, porém, apossou-se das palavras, como se tivesse a Língua Portuguesa inscrita na genética do seu espírito. Empenhado, com desmedida devoção, em descobrir as regras universais da Linguagem.

Cúmplice desta Língua, o País, por inteiro, isto é, as palavras, desfilavam à sua frente enquanto exercia o labor de lexicógrafo. E, sofrendo todas, indistintamente, o assédio dos sentimentos e, por isso, capazes de reproduzir o que estava mais próximo do pensamento e da emoção. Apegadas à memória coletiva e aos registros históricos, traziam elas consigo o estigma da perpetuação. Reproduziam, com volúpia, conceitos, temas, mentalidades humanas. Favoreciam o alargamento do mundo das ideias, propiciando num átimo a sua revelação.

Aquele sentimento enfim de que, por existirem as palavras, o nosso pensamento autoriza-se a atingir raras culminâncias. E empenha-se ainda para que a emoção expresse um estado comum a todos os homens.

Com pertinácia, noite e dia, Mestre Aurélio persegue o mundo aparentemente inanimado e abstrato dos vocábulos no afã de defini-los. Sua polida sensibilidade amola, afia, esmerilha as palavras. Conciso, descreve-as legitimando suas acepções. Sem perder de vista a superfície poética, a vizinhança do humano que as palavras aportam no seu bojo. Espécie de criaturas com as quais engendramos intrigas e fazemos amor.

Na feitura do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, que se enfileira, em importância, ao lado dos Oxford, Larousse, Webster, Zincarelli, do Diccionario da Real Academia Española, transita Mestre Aurélio pelos secretos escaninhos do idioma. Para tanto, habitando o silêncio, a penumbra, a

cerração, a névoa, as pautas musicais de cada vocábulo. Conferindo sua luminosidade e reverberação.

E para que o *Novo Dicionário Aurélio* pudesse ser – o que é hoje de fato – a feliz recolha do rosto brasileiro, o Mestre não ensurdece aos apelos do idioma, que lhe chegavam por meio de escritores, dos marginais, dos políticos, dos rufiões, das festas populares, que lhe ressoavam na lembrança. Com segurança, ele abriga no seu dicionário a insolência do idioma, a escatologia que ele comporta.

Enquanto compila os estados oficiais da Língua, sua natural saturação – quer lexical como semântica –, atende igualmente às camadas interditas que, banidas embora na aparência, forram e dão consistência à nossa obscura alma, ao nosso voluntarioso e intransigente desejo.

Esforça-se o Mestre por não assumir compromissos com a moral de salão, imposições teológicas, hierárquicas. Inclina-se, com seus registros, ante a insolvência das instituições políticas e sociais. A palavra é uma chibata, à disposição de quem a reclama.

Mestre Aurélio decide absorver a gíria, que quase não difere fonética, morfológica e sintaticamente da Língua ordinária. Ele reconhece que a gíria, fazendo uso de procedimento astuto, dissemina-se pelo corpo social de forma a abandonar a esfera grupal onde foi concebida. Assim, o que no princípio era matéria dos iniciados, tratou o *Novo Dicionário Aurélio* de acolher. Pois que essas gírias tinham a função de cobrir vazios, expor sentimentos inusitados, radiografar mazelas típicas de uma época.

Por sua origem popular, Mestre Aurélio mostrava-se sensível a tais rogos. Dizia-lhe a intuição qual palavra precisamente teria força persuasiva, ante os contemporâneos, para não vir a ser expulsa da cidade do verbo.

Portanto, mais do que operar com os preceitos do idioma, sabia ele que o coração orientador desta mesma Língua pulsava nas ruas, nas praças, especialmente dentro dos textos de criação. Em seus escritores, cujas frases, às vezes, em inspirada síntese, captavam o espírito de uma sociedade.

Na poesia dos longos anos de Mestre Aurélio, ele lutava com denodo e sacrifício pessoal pela sobrevida de cada termo, tendo ao lado a sua equipe de trabalho: Marina, sua mulher; Margarida dos Anjos, Elza Tavares Ferreira, Stella Moutinho, Joaquim Campello. Um homem, sem dúvida, fiel e sensível

à expressividade que emana das locuções, aos ruídos que as palavras fazem em marcha forçada para reter as realidades humanas. Que nenhum pesar, júbilo, secretos fluidos fiquem sem batismo, conheçam o desterro.

Eis o mistério da fé transfigurado em palavras que escoram a alma popular, a relíquia da memória. Palavras nascidas em algum rincão descuidado, de um Brasil sem fim – reforçadas, porém, nos presépios, nas casas de tapera, sem luz. Centrífuga, aliciante rodamoinho, a palavra vence o tempo, consome gerações em sua impiedosa máquina semântica.

O *Novo Dicionário Aurélio*, afinal publicado em 1974, pela Editora Nova Fronteira, graças ao descortino de Carlos Lacerda e Roberto Riet, torna-se um tesouro léxico, faz de Mestre Aurélio legenda viva do seu tempo.

Decerto livro angular da nossa Cultura, contempla ele extensamente, com seu sentido aglutinador, a dicção engenhosa e autônoma de cada região. Fala-nos, esse poderoso livro, de um país vigente, de voz sonora, e a cuja acústica devemos as límpidas badaladas que nos chegam do mais longínquo carrilhão. Como se, por intermédio desse dicionário, nos forçássemos de novo a mapear o Brasil. E, por meio dele, ainda prosseguíssemos a auscultar aquelas realidades gestadas pela nossa insaciável urgência de expressar o mundo e a natureza humana.

Aqui estamos, Mestre Aurélio e eu, repartindo esta Cadeira 30. Neste 3 de maio de 1990, em que cumpriria ele oitenta anos. Juntos, recolho agora sua sombra, sua doce memória, para trazê-lo a mim sempre que nesta Casa eu estiver. O destino, afortunado, une-nos a partir de hoje.

Juntam-se a nós, formando cortejo, outros antecessores. Os mortos, quando respeitosamente convocados, reassumem formas de outrora e acatam as novas que lhes atribuímos como preito de saudade. Fazem-se, de repente, jovens. E seus rostos, tocados pela graça, arfam, entre nós, delicados, livres de sobressalto.

Em cada canto, vejo Machado, Nabuco, tantos outros. A vida não teve poder de apagá-los de uma Casa que sempre lhes pertenceu. Observo ainda Pedro Rabelo, ilustre fundador desta Cadeira, que teve Pardal Mallet como patrono. Sucedido por Heráclito Graça, filólogo e estudioso dos clássicos portugueses. Um beneditino nos estudos vernáculos, no dizer de Antônio Austregésilo, seu imediato sucessor. E que, por sua vez, mereceu de Mestre Aurélio, em 1961, ao herdar-lhe a Cadeira, oração de sincero louvor. Antônio

Austregésilo ganhou notoriedade como humanista de estirpe, escritor – fino retratista, entre outros, de Tobias Barreto. Sobretudo como emérito professor, médico, uma mente centrada na Ciência. Aliás, todos os ocupantes desta Cadeira 30 deixaram-se subjugar pela magia da Língua Portuguesa.

Chego à Academia Brasileira de Letras trazida inicialmente pela paixão da Linguagem e pela fidelidade à imaginação, este território pelo qual transita a liberdade. Nessa jornada me secundam companheiros de ofício, amigos, familiares, rostos que vi de relance e jamais pude esquecer. Meu coração, sobretudo, contrai-se agradecido à minha mãe Carmen, a melhor amiga, o mais nobre e dadivoso guia.

Aos senhores membros desta Academia, que me acolheram com generosidade quando lhes bati à porta pela primeira vez, declaro-me sinceramente honrada. A esta Casa cheguei não tangida pelas glórias, que jamais consolam quando tanto nos falta ainda por fazer. Vim em busca, sim, do convívio enriquecedor, do ensejo único de privar com a preciosa memória que emana desta histórica Instituição.

Sei bem que a vida nos regala sentimentos de transcrição penosa. Sob a égide, contudo, dessas emoções, quantas delas sem nome, reunimo-nos aqui, agora, trazidos pelo consolo de nossas discretas crenças. Certos, porém, de que enquanto formos capazes de honrar a modesta aliança que até em meio às trevas estabelecemos com nossos respectivos sonhos, terá valido, para nós, esta viagem que cada qual iniciou na fonte mesmo da sua origem.

Uma viagem que nos leva a buscar, aflitos e solitários, as provas do amor humano. Este amor que, embora revestido de mil máscaras, sempre nos chega sob a guarda da comoção. E é ele – signo maior da nossa augusta humanidade – que ora invocamos, para que seu cetro e manto nos cubram neste momento, quando, comovidos e expectantes, veneramos todos a Língua Portuguesa – nosso espírito – irmanados uma vez mais em torno deste País chamado Brasil.

# II

# RESPOSTA DO SR. LÊDO IVO

## A VOZ DE LONGE E DE PERTO

Sra. Nélida Piñon,

as criações poéticas se assemelham às criações biológicas. Ambas trazem o emblema da noite, ostentam o sinal da escuridão em que foram elaboradas. Nelas não se pode separar a carne e o espírito, o movimento dos corpos e a passagem dos pensamentos.

Esses frutos do silêncio e do amor, do sussurro e do segredo, abrigam um mistério original: o de sua própria geração e nascimento. Jamais teremos uma resposta segura para a existência dos homens e das criações humanas, a não ser que atendam a uma necessidade do mundo. Só a vida explica a vida. Tudo o que nasce, fruto do cálculo ou da paixão, tem a sua razão de ser. No universo em que vivemos, nada é excessivo ou exorbitante. Engastado no tumulto e desordem aparentes, tudo obedece a uma ordem secreta e tem a sua justificação na própria circunstância de existir, nessa interminável respiração de coisas e seres vivos que nos rodeia e converte a cada um de nós num protagonista do aqui e do agora.

Como romancista, pertenceis à linhagem dos que escutam essa longa respiração do mundo. Em vossa obra, ouve-se a voz vinda de longe, do escuro território que só a linguagem tem o poder de iluminar, dos passados escondidos no passado, da distante geografia maternal. Foi, decerto, esse enraizamento físico e espiritual que fez prosperar os rumores que vos apontaram como escritora galega naturalizada brasileira.

A propalação jornalística, produzida depois que fostes eleita, representaria, se verdadeira, uma colisão estatutária com esta Casa, extremamente ciosa da naturalidade de seus sócios efetivos – embora a Academia Francesa, modelo da nossa, já tenha estabelecido o primado da expressão literária sobre a nacionalidade, ao eleger, em tempos recentes, o norte-americano Julien Green e a belga Marguerite Yourcenar.

Apresso-me a dizer que nenhum de nós cometeria a indelicadeza de pedir a vossa certidão de nascimento, pois isso nos faria conhecer as vossas primaveras acumuladas. No reino da polidez em que ora ingressais, com o vosso sorriso misterioso, a idade das senhoras acadêmicas é um segredo que guardamos a sete chaves. Só o revelamos, e assim mesmo premidos por uma comemoração inevitável, quando elas completam oitenta anos.

Não deveis temer que a sombra de alguma contestação retardatária tisne a claridade deste instante, que tanto iluminastes com o vosso fervoroso discurso de recepção. Há testemunhas oculares de vossa infância em Vila Isabel. E aí está a vossa obra, uma das mais genuínas já escritas em nosso País e em nossa Língua, para enxotar as imaginações desabridas dos que vos viram, menina, sofrendo galhardamente os grandes frios e as grandes neves da Galícia, ou asseguram que as vossas constantes viagens ao exterior não vos levam a congressos de escritores, e, sim, constituem meras inspeções de rotina às terras vastas e aos solares vetustos que, em boa hora, herdastes de vossos antepassados.

Aliás, atrevo-me a sustentar que a culpa dessas fantasias, que vos transformam numa personagem de romance de Nélida Piñon, reside em vosso nome, volátil como uma libélula, com o acento agudo que o alça a firmamentos longínquos, e o til que, no sobrenome, o devolve abruptamente a uma penhascosa imensidão terrestre.

Sois nossa. Hoje, esta Casa vos recebe para sempre. E nós, e os que nos sucederem, haveremos de guardar-vos como os vossos ancestrais guardavam os daguerreótipos familiares.

Vós, que escrevestes *A República dos Sonhos* e tendes uma preocupação obsessiva pelos laços de sangue e os conflitos ocultos ou ostensivos da vida familiar e acreditais na aristocracia do povo – desse povo que conta as histórias intermináveis que tanto amais – vós passais agora a pertencer a uma nova família.

Como em vossa obra sob o signo das filiações e dos parentescos, das gêneses e sucessões, do conúbio do profano com o sagrado, do humano com o divino, essa nova família não se compõe apenas de seus figurantes visíveis, que ora vos rodeiam, com os seus uniformes que contam também a história da passagem dos anos e das ilusões. Nela se incluem os que não podem ser vistos pelos nossos olhos nem tocados pelas nossas mãos.

Na Cadeira 30, que passais a ocupar, asila-se, como em todas as outras, a memória tênue que atravessa os anos e nos devolve a um passado que é quase sempre cinza e esquecimento.

Com os seus romances *Hóspede* e *Lar*, Pardal Mallet, o vosso Patrono, foi, ao lado de Júlio Ribeiro e Aluísio Azevedo, um dos introdutores do Naturalismo no Brasil. No campo social, ergueu um estandarte revolucionário, como o comprova o seu livro *Pelo Divórcio!*, no qual prega a medicina da separação definitiva para os casais desavindos.

Pedro Rabelo, o Fundador e primeiro ocupante da Cadeira 30, escolheu-o para Patrono. Mas quem foi Pedro Rabelo? Sabemos apenas que foi um dos figurantes literários da segunda metade do século XIX e viveu desembaraçadamente o processo estético em que o Romantismo, o Parnasianismo e o Realismo ao mesmo tempo se entrechocavam e confluíam, produzindo essas obras híbridas bebidas em várias fontes e movimentos e amparadas na diversidade psicológica das experiências particulares. Em sua bagagem, figuram *Ópera Lírica*, um livro de versos, e *A Alma Alheia*, um volume de contos. E é tudo. E esse tudo que é nada, ou quase nada, rodeia o seu sucessor, o gramático Heráclito Graça.

Esta Academia nos faz conviver com o esquecimento e a má memória dos homens. Pardal Mallet, Pedro Rabelo e Heráclito Graça são nomes alve-

jados pelo olvido. Mas nós os guardamos, e a evocação periódica, nos instantes festivos como agora, ou quando em nossas reuniões semanais nos rendemos ao prestígio das efemérides, coincide com o nosso propósito de duração ou mesmo com a ambiciosa imortalidade que, às vezes, dura menos que um voo de pássaro ou um suspiro de amor.

A propósito de Heráclito Graça, permito-me contar um episódio que lhe atribuem. Em artigo de morte, o velho professor é visitado por um antigo aluno, que se desculpa por não ter vindo mais cedo. Diz-lhe: "Não lhe visitei antes, querido mestre, porque estava viajando." Terminada a visita, Heráclito Graça, com os olhos rasos de lágrimas, volta-se para a sua mulher e quase viúva e se queixa, num desapontamento quase póstumo: "Eles não aprendem nunca."

A Heráclito Graça, aplicado a corrigir os erros gramaticais dos homens, sucedeu Antônio Austregésilo, munido da ambição mais vasta de consertar os desvios e distúrbios dos corpos e das mentes.

Fundador de uma escola brasileira de Neurologia, que se destacou pela sua irradiação e o reconhecimento fervoroso dos discípulos, Antônio Austregésilo se debruçou, em sua faina de grande médico e professor universitário, sobre o universo das lesões cerebrais. Na madureza científica, avançou pelo caminho da investigação do inconsciente humano, estudando essas lesões invisíveis que não marcam os corpos, transitando num território que é o da Psiquiatria. A nova e última posição assumida pela sua pedagogia prestigiosa e empenho curativo exprimia uma visão totalizadora da Medicina, centrada na Clínica Geral e no espetáculo dos corpos inseparáveis das almas.

O antecessor de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira procurava achar no inconsciente a chave perdida capaz de abrir uma porta quase sempre fechada – e essa procura palpita nos seus livros, escritos num enrodilhante estilo *art nouveau*.

Há uma similitude entre a atuação dos neurologistas, psiquiatras e psicanalistas e o nosso e vosso ofício. Também interrogamos os males e desastres que afligem esse estranho animal que é o homem, o qual, desde o início do mundo, atrai a atenção desmedida dos seus semelhantes dotados de linguagem artística.

Diariamente, sentamo-nos à nossa mesa de trabalho e continuamos a tarefa, interrompida na véspera, de desvendar os segredos e as misérias dos

filhos de nossa imaginação – dessas criaturas feitas de palavras que têm o poder de sobreviver aos indivíduos de carne e osso. Na noite de papel que é a noite dos poetas e romancistas, emergem os sonhos, as lembranças, as imaginações desabridas, os enlaces na escuridão, as tramas inconfessáveis, as sombras dos que tinham prometido jamais retornar à vida nem mesmo sob a forma de personagens de romance e, contudo, vêm exibir-nos os seus corpos e almas lesionados e nos obrigam a ouvir o que antes era silêncio e segredo inconfessável. E assim se fazem os romances e os poemas; e os romances que são poemas. E assim se compõem essas histórias que espelham as paixões humanas – essas paixões que só a morte tem o poder e o dever de extinguir.

À arte imemorial de contar a história do homem, do seu amor ou do seu ódio, de suas ambições e desatinos, de sua passagem pela região fronteiriça, onde a verdade se une à mentira, conferistes o timbre de um claro e inequívoco selo pessoal.

À vossa vocação de escritor, que se perde nos dias de vossa infância em Vila Isabel – ou numa longínqua aldeia espanhola, segundo os informantes talvez invejosos de vossa notoriedade e principalmente de vosso sorriso enigmático – à vossa vocação soubestes aliar as virtudes de uma pertinaz e apaixonada aprendizagem intelectual.

Ao dom genuíno, acrescentais a persistência do trabalho continuado, carregando pedras como se fossem plumas. E, com a vossa entrada para esta Casa, é uma nova geração de romancistas que dá o primeiro passo rumo à nossa companhia. Essa revoada de nomes e obras ostenta, como as anteriores, o carimbo histórico que regeu a sua emergência.

O sistema de governo imposto em 1964 imprimiu às vozes que então surgiam uma dicção particular. Os temas da perseguição, do exílio, da violência, da existência absurda, da liberação sexual, da evasão indeterminada, da afirmação feminina projetaram-se, compondo um repertório formal e psicológico. A alegoria, a paráfrase, a paródia e a narrativa fantástica sublinharam o propósito de uma criação literária geminada a criações já existentes, como é o caso, por exemplo, do vosso romance *A Força do Destino*, uma ficção que nos remete à famosa ópera de Verdi. A esses elementos cabe acrescentar a utilização da comicidade e da ironia.

Não sem razão, Franz Kafka se tornou um dos autores mais lidos e imitados (e até saqueados) nesse período. A vida de incontáveis cidadãos se converteu em verdadeiro processo que dispensava, em sua escura tramitação, as evidências da inocência ou da culpa. O conflito entre a cidade e a selva, o arcaico e o moderno, o mítico e o racional, já versado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, voltou à cena literária e artística.

Em romances e documentários da mais variada casta, estendeu-se a violência do Estado e do poder contra o indivíduo. Novos olhos enxergaram o horror das grandes cidades inchadas e favelizadas, que exibem, sob os seus viadutos e pontes, uma população de párias: os *apartheid* brasileiros que a miséria dos campos empurra para a miséria ainda maior das metrópoles impiedosas.

Em longas terras, exilados da mais diversa extração intelectual ou ideológica entoaram as suas novas canções do exílio.

O índio, engrandecido pelo romantismo mitificador de Gonçalves Dias e depois devolvido à realidade pelo Roquette-Pinto de Rondônia, voltou a fazer a sua aparição na Literatura Brasileira, mas desta vez como uma raça saqueada pela marcha das multinacionais na selva ofendida.

A voz das minorias sexuais se faz ouvir: a voz dos corpos que querem ter razão sobre as almas.

Foi no cenário da Pátria dividida, e mudada em dois campos inimigos, que a vossa obra surgiu e se impôs.

Nessa maré matinal, exprimistes desde o início preocupações e até obsessões que haveriam de adensar-se a cada novo livro. A mão juvenil e ainda incerta de seus dons que redigiu o romance de estreia, *Guia-Mapa de Gabriel Arcanjo*, publicado em 1961, foi alcançando, gradativamente, surpreendente firmeza, prenunciada em *Madeira Feita Cruz*, editado dois anos depois.

Creio que é em vosso primeiro livro de contos, *Tempo das Frutas*, de 1966, que ocorre a vitória da fabulação sobre uma atmosfera brumosa, propícia a prestigiar mais as paisagens imaginárias ou estilizadas do que a nitidez das terras situadas e o movimento das personagens.

O romance *Fundador*, de 1969, torna límpida a vossa imagem de criador literário. Nesse livro, despontou o vosso desejo de compor romances que fossem largos painéis tanto da realidade mais chã como da imaginação mais solta, e nela emergem os temas que, em todo escritor digno deste nome, constituem a

sua marca e diferença. Assim, *Fundador* não é apenas o transeunte de um romance, mas o figurante metafórico que a si mesmo se funda no ato de existir, funda outras criaturas pelo ato genesíaco tão presente em vossa ficção, funda famílias e cidades. E funda a linguagem que o torna presente na ordem do mundo.

Aventuro-me a afirmar que há uma certa atmosfera bíblica em vossa obra, cujas personagens parecem possuir a antiguidade das figuras do Velho Testamento, como referências do rodar dos dias e das paixões enoveladas.

Expoente de uma geração voltada para o repertório da realidade circunfusa, como a violência, a anulação do indivíduo pelo poder e o império da Tecnologia, escolhestes o caminho de volta, regressando às origens e à ancestralidade, sensível à dimensão arcaica do mundo e da vida, e buscando nos comportamentos elementares e na força da Natureza e dos frutos da terra o que a criatura humana tem de mais inalterável e resistente às mudanças do tempo. Uma comunhão primeva preside a vossa obra. *A Casa da Paixão* e *Sala de Armas* aumentam os vossos passos rumo a um antes que é também depois. E, neles, como nos demais, a condição feminina irrompe com o seu desatado esplendor, como uma fogueira que não queima, como uma fala triunfante que venceu o silêncio e o medo e nos intriga e até nos estarrece.

A vossa obra tem a materialidade da madeira e do vinho, do azeite e do pão. Há nela algo de hispânico que desdobra os horizontes da procedência e da origem – um lampejo medieval, que aponta para um berço perdido e reencontrado. Mas esse apelo à natividade ostenta algo de opaco e impenetrável, como se existisse, na condição humana, uma fronteira que nenhum criador pode cruzar, por maior que seja o seu gênio e mais competente o seu uso da Linguagem.

Romancista das fundações humanas, do que o homem cria na treva vaporosa ou conflitual e no tempo histórico que é também o espaço da destruição, sabeis que a vossa casa está, como a mais precária das citadas na Bíblia, levantada na areia. *Tebas do Meu Coração,* o romance em que a vossa mitologia pessoal encontra, sobranceiramente, um largo campo para exprimir-se e testemunha um aprimoramento técnico e formal em mais de dez anos de ofício literário, reflete essa opacidade ou impenetrabilidade, comparável – para usar aqui uma imagem que tanto estimais – a uma cebola dentro da terra.

Dir-se-ia que a nós, poetas e romancistas, é vedado atingir aquele centro de tudo, físico e espiritual, que Conrad considerou o "coração da treva", o que nos obriga a passar a vida toda transitando à beira de um segredo que jamais nos será confiado. Dele, saberemos apenas fragmentos desencontrados, versões colisivas e sibilinas. Como, para nós, a realidade é a imaginação convertida em linguagem, o caminho mais adequado para captá-la seria aquele que trilhasse em *A Força do Destino*: o caminho da paráfrase maliciosa ou mesmo zombeteira.

Nesse romance operístico, pintais com expressiva comicidade a mais férvida e incômoda das paixões humanas, que é o amor.

Será a realidade uma paráfrase da realidade? Será o amor uma paráfrase do amor? São perguntas que deixais sem resposta, como se coubesse ao romancista não o responder às indagações dos leitores, mas a missão de interrogá-los.

Finalmente, após o interregno harmonioso dos contos de *O Calor das Coisas*, a vossa criação literária foi atingida, em 1986, pelo sopro épico de *A República dos Sonhos*. Palpita nesse grande romance, que reclama o carimbo de clássico, a presença larga e diversa do Rio de Janeiro: a cidade em que nascestes. É a história de um imigrante espanhol e de sua família no Brasil, e decerto inumeráveis elementos biográficos e autobiográficos se acumularam e se mesclaram na detida fatura em que, pacientemente, pela força da Linguagem vívida e vivida e de um impetuoso poder narrativo, fostes convertendo vozes e sombras amigas ou antagônicas numa saga durável e convincente.

O amplo e maduro *A República dos Sonhos* testemunha as vossas virtudes como romancista da fundação, aqui representada na iluminação de uma origem, na aparição e continuação de uma família, no patrimônio do sangue e da hereditariedade que tanto vos toca, nesse universo genético e genesíaco que produz parentescos e heranças e junta, na mesma linha sinuosa, os sonhos alcançados e as ilusões perdidas.

Não fôsseis uma ficcionista numerosa que, na evidência de sua copiosidade e exuberância, encontra a motivação do seu ofício, bastaria *A República dos Sonhos* – que é também, pelo seu emblema conflitual e planejamento histórico, um retrato, em cores fortes, da república dos vossos pesadelos – para justificar o vosso ingresso nesta Casa. Mas esse momento alto de vossa bagagem, e que documenta a vossa adesão ao romance realista nos moldes de Balzac e Galdós, já possui um rival que é *A Doce Canção de Caetana*, exem-

plo mais recente da fervilhante profusão de vossos dotes literários, com o rastilho de alegria que o percorre, a pungência de sua história de amor e a dialogação desembaraçada que impulsiona a trama romanesca.

Sra. Nélida Piñon,

sucedeis, nesta Casa, a um dos grandes de Espanha da nossa vida cultural – a Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

A aventura literária é, primordialmente, uma aventura linguística, na qual estão presentes, ao mesmo tempo, a voz da ordem e o incitamento à desordem e à transgressão.

O grande dicionarista e filólogo a que sucedeis, esse alagoano airoso e aflamengado em cujo sobrenome fulgia a justificação para os seus cabelos louros e olhos cor de mel, soube escutar, como poucos em sua família espiritual, as vozes desses dois mundos, o do gabinete e o da rua.

A sua lição intelectual e pedagógica é viva e aberta como o mar verde e azul que, menino, ele contemplava em Passo de Camaragibe, seu vilarejo natal. Às palavras já recolhidas aos léxicos pelos seus antecessores desde o alvorejar de nossa Língua, acrescentou novas palavras, que os seus olhos e ouvidos captavam incansavelmente nas mais diversas paragens.

E não eram só as palavras que Aurélio Buarque de Holanda Ferreira tinha a graça de acumular em seu próprio celeiro: também as dicções particulares, os giros de Linguagem, tanto os de origem preclara como os que fluem das bocas plebeias e anônimas e exprimem a lenta e infindável elaboração da Língua.

A gramática dos ceguinhos desdentados e às vezes obscenos que cantam nas feiras do Nordeste é tão autorizada e castiça como o estilo canônico de Machado de Assis e Rui Barbosa. No universo da Língua e da Linguagem, todos são clássicos, até os clássicos.

Com a sua visão tolerante do processo linguístico, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira se rendia a essa evidência, e com tal fervor que, quando abro o seu dicionário, tão juncado de alagoanismos e até de maceioísmos, sinto um cheiro de maresia: o cheiro do Mar Oceano na praia nativa em que tantas vezes caminhamos juntos – eu menino e ele um jovem provinciano ainda ignorante de que o destino, ou a Providência, decidira conferir-lhe a glória de

ser um substantivo comum – de ser o *Aurélio* sempre ao alcance de nossas mãos e de nossos olhos.

Esse andar na distância e no tempo me devolve ainda Maceió dos longos mormaços e dos bordéis austeros como reitorias de universidades, dos cachaceiros de primeira água e dos desembargadores chegadiços a um anacoluto, dos matinais bebedores de conhaque e jogadores de bozó, dos bacharéis taciturnos, das lacraias langorosas e das gaivotas imprecatórias – essa Maceió que, para nós ambos, era a luminosidade de uma palavra sempre habitável.

Ao ser eleito para esta Academia, Euclides da Cunha, em carta ao Presidente Machado de Assis, mencionou o sentimento de elevação que experimentava e, aludindo ao seu novo posto, o de acadêmico, acentuou: "Não sei de nenhum outro mais elevado, neste País."

Instituição criada, não pelos velhos mas pelos jovens, para engastar o Brasil no processo da civilização e ordenar numa grande tradição o fluxo das vanguardas e contemporaneidades, esta Casa se nutre de seu sentido de permanência. Entre tudo o que passa, a Academia é o que não passa. É o que permanece. E guarda as vozes perdidas ou silenciadas.

Ao aspirar a ser um dos nossos, fostes guiada pelo entendimento da significação do nosso convívio.

Sra. Nélida Piñon,

em vossa infância atravessada de viagens, tínheis o costume de pedir a vossos pais que, nos hotéis, fôsseis registrada como escritora. Aos oito anos de idade, já éreis o que ora sois: paixão e fidelidade a um ofício. E teimosia recompensada.

Bendita seja a vida, que nos permite sonhar e realiza os nossos sonhos!

Este dia mudado em noite festiva declina, mais do que nenhum outro, a vossa condição de escritora. A Academia vos recebe – a vós, a menina Nélida Piñon, vinda de tão perto e de tão longe – e vos deseja, de todo o coração, uma longa imortalidade.

Discurso do
SR. GERALDO FRANÇA DE LIMA

e

Resposta do
SR. LÊDO IVO

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 19 de julho de 1990*

# I

# DISCURSO DO SR. GERALDO FRANÇA DE LIMA

Regurgitava a livraria. Ali se reuniam, pela manhã e ao crepúsculo, intelectuais da velha e sempre jovem São Sebastião do Rio de Janeiro, capital da inteligência do País, enquanto que com um sorriso e com uma gentileza, Carlos Ribeiro, o legendário "Mercador" da Rua São José, passeava por entre pilhas e corredores de livros a carismática simpatia.

Assíduo frequentador descobrindo-me encostado a um dos balcões, dirige-se em minha direção, sem formalismo, sem apresentações, exclama numa espontaneidade calorosa: "Até que enfim estou conhecendo o autor de *Serras Azuis*. Venha um abraço."

Era José Cândido de Carvalho.

Eu o conhecia desde 1939, quando apareceu o palpitante romance *Olha para o Céu, Frederico*.

O contexto sugere reação indescritível numa sequência de emoções. Explode a narrativa em sacudidelas contínuas, em linhas borbulhantes, de onde exala o cheiro penetrante dos currais das fazendas ou dos engenhos em fins de tardes coloridas na amenidade dos campos, diluído no vento que ondula as moitas esverdeadas.

O romance é a saga dos plantadores de cana enfrentando percalços de toda a natureza, e Frederico é o homem visceralmente rural, teimoso, ladino,

propositadamente de costas para qualquer inovação, e que, para a consecução de seu objetivo, sabe fingir-se de morto quando está bem vivo. Obstinado, a sua força concentra-se num paradoxo, porque se firma na aparência enganadora de sua fraqueza. É o protótipo, senão o paradigma, do homem do campo com a intuição do perigo e o instinto da defesa. Nada de passadas largas, desconhece a pressa, repele a aventura. Profundamente objetivo – tem de palmilhar o curso imutável de suas atividades. Não pode, por isso, olhar para o céu, se os olhos estão fitos no lucro. Tudo se resume no pequenino cosmo de São Martinho. "Olha para o céu, Frederico" – roga- lhe o padre Hugo. Talvez arrisque uma mirada para o alto, sem muita fé, mais em atenção ao sacerdote, desde que, porém, não se desvie de sua obsessão – conservar nas mãos a herdade ancestral.

Frederico detesta o afogadilho, não quer ser perturbado. Evita questões com o parente e vizinho, Quincas de Barros, ouvidos moucos aos mexericos. Por medo? Nunca! Apenas por calculada malícia, por astúcia finória, por inata esperteza. Aguenta de cabeça baixa insultos e desaforos lançados à sua face. Se D. Lúcia, a esposa jovem de marido erado, sai à liça, espumando braveza, ameaçando chicotadas ao insolente agressor, Frederico não aprova, envia embaixadas com desculpas ao primo provocador.

Taciturno, onusto, não se expande, esconde de si os pensamentos. Por ele, não virá mal ao mundo. Se invadem suas posses, atribui o abuso a gentes interessadas em querelas e discórdias. D. Lúcia, indignada, rechaça a complacência do marido. Quer a luta, quer a desforra. Nada tem de virago, ao contrário, ardente e feminina, dá-se inteirinha, sem cerimônia, muitas vezes com imprudência, ao sobrinho carnal do marido e seu por afinidade, no próprio leito conjugal ou em esbraseada regateirice pelo quintalão senhorial.

As raízes de Frederico estão bem estaqueadas no fundo da terra. A propriedade molda-lhe o caráter, a tradição exige que a casa se mantenha perene. Para tanto não recuará, não agasalha nenhum escrúpulo. Se não poupava os parentes pobres, curvava-se servilmente diante dos ricos. Sabia esconder as garras –, gavião a voar como andorinha. Papava a leiva dos primos pobres, almoçando com eles. Destarte, cairão nas suas mãos os bens do arrogante e briguento Quincas de Barros. Consegue tudo com voz macia, de veludo, com gestos mais suaves do que o arminho das asas dos anjos.

Um dia na fatalidade de todos os desfechos, Frederico baixa à sepultura.

São Martinho acrescido, engrossado, opulento, sem qualquer ônus a lhe pesar por cima, é o belo patrimônio que Frederico, com lábia, sovinice e obstinada persistência, soube admiravelmente conservar, e por sua morte toca à esposa e ao sobrinho descaradamente adúlteros.

Transforma-se a vida de Eduardo, de parasita sem profissão, se eleva à categoria de dono e de patrão. Implacável. Porque o molecote roubou pinhas no pomar, o sibarita se enfurece, manda aplicar-lhe o corretivo aviltante da palmatória com a férula inclemente, a tal ponto que D. Lúcia intervém a favor do desgraçado.

Eduardo, em novidade com a fortuna, compra as partes que do espólio de Frederico couberam à D. Lúcia, enquanto ela assenta casamento com Quincas de Barros, o inimigo intransigente a quem ela prometera chibatadas.

Afinal São Martinho esvaiu-se, transformou-se num montão de dívidas e no trágico epílogo prosaico volta às mãos de D. Lúcia, comprado pelo marido Quincas de Barros.

Nada, em consequência, restaria a Eduardo, não fossem os duzentos contos de Naninha e a promessa de ociosa sinecura. Magoada lamentação, queixume nostálgico – bem poderia ter carregado pomposo nome, Eduardo Noronha de Sá Álvares de Meneses; e, se permitissem as condições, o título de visconde nacional por lambuja.

Tristão de Athayde vê em tudo isto apenas a "sórdida paixão do ganho".

O cenário de toda esta empolgante trama, que, segundo Marcos Almir Madeira, tem muito de folclórica, é a dadivosa terra fluminense, igual por certo, no destino e nos costumes, às plagas congêneres do continente brasileiro.

No entanto, anos, luas e tantos sóis foram passados.

Por onde andaria o escritor do país goitacás? Encheria o tempo com conversas fiadas pelos ângulos loquazes das esquinas palreiras de Campos, o centro gerador de sua sensibilidade?

Com amor, com entusiasmo e "com toda a alma na pena", como diria Vieira, estava levantando, peça por peça, a figura colossal, de quase dois metros de altura do Coronel Ponciano de Azevedo Furtado, que, entre rasgos emocionantes e feitos valerosos, iria, numa predestinação, nas cenas da vida,

na postura desengonçada de um Quixote tropical com as reações ladinas de um Sancho Pança caipira, desempenhar a contento seu extraordinário papel.

Tanto berra quanto se derrete para apreciar a boniteza de uma planta ou a asinha filigranada de uma borboleta colorida.

Coronel fluminense como foram tantos espalhados pelas províncias da Monarquia ou pelos feudos republicanos, colecionados numa bizarra galeria, numa perfeita identidade de procedimentos, elegiam senadores, deputados, faziam governadores, pesavam nas decisões da República. Não havia o direito público, e os coronéis selavam a sorte das urnas.

Ninguém, como Ponciano, sem batalhas nem cicatrizes de guerra, retratava a ordenação desses figurões eleitorais, senhores de terra e de almas, agindo pela própria presença como corpo catalítico.

Aparência adamastoriana, porque comandante mofino sem a pança da prosperidade não teria garbo para autoridade militar de comando e de resoluções.

*O Coronel e o Lobisomem* marca a hora decisiva na carreira literária de José Cândido de Carvalho.

Livro genuinamente nacional sem ser nacionalista, sem outra intenção do que a criação artística, revitaliza episódios bem legítimos, no que eles têm de mais característico, ou seja, o binômio da cidade e o campo, a base fundamental de nossa sociedade com aquele amor, com aquele apego ao seu pedaço de solo que tanto invalida as reformas dos programas de governo...

Ponciano será herói ou anti-herói?

Nem um nem outro, ou talvez ambos, condicionados a uma contextura pessoal de ações repentinas e de reações imprevisíveis.

O de que mais se orgulha é do posto miliciano, porque lhe reforça a confiança em si mesmo, a que se junta à ideia de um privilégio – sem os galões, sem a patena dourada, se sentiria incompleto, menos desabusado.

Dado a mulheres, possui várias e não conheceu o amor. Refiro-me àquele "amor que qualquer adjetivo diminui" (Voivenel).

Branca dos Anjos, seu primeiro xodó, dona de lindas e sedosas tranças, morando em casa avarandada dentro de um jardim de bogaris, não lhe correspondeu. Aceitou outra corte, lá se foi, batendo a linda plumagem.

Esmeraldina Nogueira, paixão fremente de Ponciano, que a ama com o fogaréu de colegial deslumbrado, sabendo seduzir pelas covinhas no rosto,

senhora de adoráveis olhos verdes, muito clara, cabelos em formato de labaredas, não se fartou com pérfida argúcia de explorá-lo ao máximo. Extorquiu-lhe dinheiro, deu-lhe esperanças enquanto que com algente tranquilidade traía o marido, não com Ponciano, mas com outro, Selatiel de Castro.

Esmeraldina ganhava com vantagem, em obra de falsidade, de D. Lúcia, a esposa de Frederico, formando com Pergentino, seu marido, par de abjetos vigaristas, tanto que Ponciano, abatido, vencido, já no fim, ao dar com os olhos nela, em carruagem luxuosa, ao lado do favorito, Selatiel, não segura a exclamação, que, se nada tem da polidez acadêmica, traduz o seu ressentimento: "Vaca!"

Apesar dos elementos formadores de sua personalidade, contrastes e afirmações, Ponciano sustentava o código de princípios éticos: repelia a covardia, não aceitava a felonia, protegia os fracos, cuidava, com desvelo, dos animaizinhos de seus campos e capões – comove a afeição pelo galinho de briga, Vermelhinho Pé de Pilão, a quem chama, com ternura, de Capitãozinho.

Sua problemática hierarquia militar, mais convencional do que castrense, tem para ele transcendental significação, tal tabu intocável, recusa-se a abater a onça que dizima galinheiros e pequenos animais, porque a devastação ocorre em terreno de militar de patente inferior à sua.

Onças, jacarés, sucuris, outros bichos o acompanham na tumultuada jornada de todos os dias, e quando se empreita Zuza Barbirato, o famoso de pontaria infalível, celebrado por várias mortes de panteras ferozes, quem vai afinal liquidá-la é um fracote pegador de passarinhos.

Lobisomens, aparentados aos sacis de nossas florestas, sequer o intimidam.

Não é tão somente nos rochedos que marginam o erudito Rheno – em que cantava e encantava a fúlvida Loreley – que aconteciam as sereias, elas habitavam imaginosamente as enfeitiçadas águas fluminenses, e uma delas escorregou pelas mãos de Ponciano.

O coronel é um exame de coisas impossíveis e inacreditáveis. Bom de charuto e melhor de garfo, frequentador inveterado e ostensivo das casas das damas da vida alegre, mestre em malandragens de amor e de sexo, se espantava pelo tamanho, conquistava pelo coração.

Ao receber José Cândido de Carvalho na Academia Fluminense de Letras, seu companheiro e fraterno amigo Alberto Torres define numa síntese

a complexa figura de Ponciano: "Um misto de fraco e de grande, o campeão das causas tanto mais nobres mais irreais."

*Por que Lulu Bergantim não Atravessou o Rubicon*, outro livro de José Cândido.

Título exótico, bergantim, embarcação amarrada à margem do rio, não do cesário tributário do Adriático, mas outro, doméstico, bem nosso.

Aí se enfeixam série de casos, de estórias que não nos relatam assombrações ou aparições nas casas ou nos fazendões abandonados, e, sim, os casos contados, astuciados e acontecidos do povinho do Brasil.

Lulu Bergantim é o homem do Rio Paraíba, com um modo personalíssimo de considerar, não com a vista de barranqueiro, mas com a de um repórter, tudo que o cerca.

Antonio Olinto, crítico, homem de letras, entronca Lulu Bergantim à linhagem de várias gerações anteriores, todas regionais, que com ele guardam exata afinidade numa sequência de lídima brasilidade. Diz ele:

> É o homem da Amazônia que Paulo Jacó revela, o de Marajó que Dalcídio Jurandir cria, o da região maranhense que Josué Montello exibe, o do Nordeste que José Lins do Rego e Graciliano (mais tarde Jorge de Lima com seu excelente *Calunga*) negaram, o da civilização baiana de Jorge Amado, o da existencialidade carioca, desenvolvida numa série de volumes acima do comum por Otávio de Faria, o das Gerais que Rosa põe lutando nas margens do Urucuia, o paulistano surpreendido por Alcântara Machado em suas inesquecíveis histórias e do extremo Sul que nos vem explicado de *Clarissa* a *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo (Porta de Livraria, em *O Globo*, 9.12.71).

A estes, eu acrescentaria os vultos masculinos dos romances nordestinos de Rachel de Queiroz e os vários tipos humanos de que trata Adonias Filho nas páginas fulgurantes de seus romances.

Seguem-se às obras de José Cândido outros livros na mesma linha onde a graça de mãos dadas com o talento faz a alegria de nossas horas de leitura, como *Um Ninho de Mafagafes Cheio de Mafagafinhos, Os Mágicos Municipais*, e *Ninguém Mata o Arco-Íris* – este, conjunto de entrevistas ao agrado de sua vocação de jornalista. Esse jornalista que escrevia sob estas pressões nem sempre confluentes – a tirania da urgência e a surpresa do assunto. No entanto, a crônica, o artigo, a nota ou o suelto estavam rigorosamente redigidos na hora.

No exterior, na França, na Alemanha e na Argentina, traduzido para o idioma desses países, o sucesso de *O Coronel e o Lobisomem* arranca aplausos e a edição portuguesa o exalta com justiça.

Mário de Andrade pontua a delicadeza com que José Cândido aborda as coisas do sexo. Ei-lo que escreve: "José Cândido de Carvalho é terrivelmente hábil na descrição dos brinquedos sensuais."

Habilidade idêntica teve-a o imensamente grande Machado no conto "A Missa do Galo" e confesso que, nas minhas leituras, jamais encontrei tanta sensualidade sob os véus prudentes, de inato pudor.

Em que língua está redigido o precioso acervo que nos lega o meu antecessor?

Numa Linguagem inovadora, audaciosa, alimentada, num País de dimensões continentais, pelas fontes riquíssimas de nossas regiões numa variedade polifônica, na exuberância de sons autóctones que proporcionam sotaques de rara beleza.

Prosa leve, graciosa, flui de um halo renovador. Pincemos alguns vocábulos para rápida amostragem: tristosa, ironização, feitura, quebrura, devocioneiro. Linguajar irreverente que prenuncia o advento de um idioma nacional.

Viu-o com clareza, a nossa, de todos imensamente querida, Rachel de Queiroz, assinalando com propriedade e com acerto: "Não sei de ninguém, no momento, que renove o idioma como o renova ele. Vira e revira a Língua, arrevesa as palavras, bota-lhes rabo e chifre de sufixos e prefixos, todos funcionando para a complementação especial do sentido."

Em magnífico trabalho na *Revista de Estudos da Língua Portuguesa*, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, a Professora Dra. Clara Grimaldi Eleazaro, versando a obra de José Cândido, em artigo denominado "*Os Mágicos Municipais* num Fascinante Museu Onomástico", focaliza os nomes próprios antonomásticos, dissecando um por um. Além da técnica adotada por José Cândido, há profunda associação entre o nome e a profissão. Ensina-nos a mestra: "Na criação de alguns antropônimos, JCC se prende a associações que envolvem revelações de semelhança e de continuidade entre o nome e o referente, no caso o portador. O processo da metáfora ou da sinédoque se realiza pela antonomásia."

Não é só a novidade do termo, são expressões deliciosas que emprestam às suas páginas sabor diferente, como se encontra à mancheia *O Coronel e o Lobisomem*: "sono de militar de um olho aberto, outro fechado", "língua chorona, visto que só via defeitura", "luarão de cegar coruja".

Em *Por que Lulu Bergantim não Atravessou o Rubicon*, mais do que propriamente o ficcionista, fala o jornalista que foi essencialmente José Cândido, com sua capacidade de ver e de reter. Vocação de imprensa, soube, com refinada verve, ilustrar as colunas da *Revista Nacional*, do *Jornal do Commercio*, de *O Cruzeiro*, de *O Fluminense*, de *O Jornal*, de *A Cigarra*, além das crônicas radiofonizadas da Rádio Nacional e da Roquette-Pinto que com tanta competência dirigiu. Honrou, elevou as funções de membro do Conselho Estadual de Cultura, a que presidiu, do Conselho Federal de Cultura, tendo, por onde passou, deixado a marca indelével de sua pessoa, o trabalho e a honestidade.

Como teria sido a "humanal" estampa de José Cândido?

A começar pelo nome, cândido, branco, alvo, cristalino, tão pessoal, que levou no seguimento lógico, dos acontecimentos que se encadeiam e se desencadeiam, existência *sui generis*.

Pretendeu, a princípio, numa aspiração de asas soltas, viver no último andar de trezentos sacos de açúcar, mas reduziu-lhe a majestade, contentando-se com ser funcionário da Leopoldina. Por não ter alcançado tão modesta situação, ingressou no Jornalismo e, pulando de redação para redação, realizou o sonho do pai, que era vê-lo sobraçando o canudo de bacharel, fotografado de beca e de óculos. Um dia, no exercício da profissão, foi atuar numa delegacia de polícia e aí descobriu que mais valia ter a chave da cadeia do que ser Rui Barbosa.

Estes naturais desencontros na vida de um homem, comuns de resto a todos nós, entre o objeto e o sujeito, não o despojaram de outras riquezas. Teve-as em copiosa abundância, porque pelos lábios de Ponciano, nos diz: "Quem tem, como eu tenho, um sabiá-laranjeira mestre das maiores cantorias, nunca será um pobre de Jó. Será o maior ricão do mundo."

O personagem maior de sua criação não é um tipo comum. Ponciano é uma presença constante.

Atingido pela imprevidência na condução de seus negócios, fulminado pela baixa dos preços do açúcar, perdeu dinheiro, perdeu amigos, só não perdeu a postura altaneira, aquele panache de um Cyrano invicto. Manteve-se o

mesmo, apesar das transformações de sua vida. Mas o mundo também mudava, e José Cândido assinala o que ocorreu entre as publicações de seu primeiro e segundos livros:

O mundo mudou de roupa e de penteado. Apareceu o Imposto de Renda, apareceu Adolf Hitler, e o enfarte apareceu. Veio a bomba atômica e o transplante. E a Lua deixou de ser dos namorados. Sobrevivi a todas estas catástrofes –, e finaliza: – Um mundo assim não está mais por conta de Deus. Já está agindo por conta própria.

Conservo de José Cândido lembranças particularmente inesquecíveis, tal aquela em que num dia de garoa, fui encontrá-lo molhado, encolhido, na esquina da Rua Dois de Dezembro com a do Catete. Sério, desorganizado por dentro, com a cara – o que nele era raro – de poucos amigos. Vivíamos os dias passionais de 64, pensei logo no pior. Ele notou-o, não se conteve: "Desaforo, atravessar o oceano, de Niterói ao Rio, debaixo de chuva, para ouvir o que ouvi." – Animei-me: "Que foi, Zé Cândido?" Ao que, carrancudo, me respondeu como quem da pergunta se pesara: "Na barca, a meu lado, um sujeito descia o pau em Eça de Queirós. Num caso como este, justifico uma cassação."

Eciano como eu, dos mais roxos, havia, sem dúvida, flagrantes vivos de semelhança entre o autor de *O Coronel e o Lobisomem* e o autor de *Os Maias*, afinidades de certo facilmente perceptíveis.

A Sra. Amélia Pamplona de Carvalho, viúva do romancista, soube esquematizá-las num paralelismo apurado que gentilmente me ofereceu. Não há senão conferi-las – filhos de pais portugueses, embora José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, o pai de Eça, tenha nascido no Brasil, ambos criados por parentes; inicialmente tentaram Advocacia, visceralmente escritores; exercendo funções aparentemente elevadas com salários medíocres; atormentados por dificuldades financeiras, muita luta, no princípio, para editarem livros, o pensamento na renovação dos processos linguísticos, nos dois irrepreensível probidade, ambos magricelas e bem vestidos, e ambos ligados a uma Pamplona – Emília Pamplona e Amélia Pamplona.

José Cândido, avesso ao mundanismo, recusando sistematicamente convites, numa guerra declarada à etiqueta e ao protocolo, não levava a sério a celebridade literária que, para ele, tinha o efêmero fulgor do fogo-fátuo.

Com um sorriso de imensa compreensão, narrava o incidente pitoresco – acabara de assistir a um filme em Campos de Goitacases e se dirigiu à elegante confeitaria acompanhado de seus familiares. Sentaram-se, pediram chá, quando então o aborda emprumada, jovem senhora, cheia de viço, facundiosa, protestando ao romancista incondicional admiração, confessando-se devoradora de seus romances. Louvava-lhe a obra magistral. Declara aquele momento o mais feliz de sua vida por vê-lo em carne e osso. Fala alto, gesticula, procura impressionar. Na senhora, estaria, por certo pelas peregrinações da metempsicose, encarnado o espírito de uma das *Les Précieuses Ridicules*, de Molière. José Cândido sob o fogo cerrado dos elogios à queima-roupa convida-a à sua mesa. A desconhecida admiradora não se faz de rogada, reinicia os encômios num crescendo: "O Sr. é o maior escritor do Brasil, o Sr. é um gênio, leio-o todos os dias e não apago a luz para dormir sem antes me ter deliciado com pelo menos uma página de seu grande, extraordinário, monumental romance – *Memórias de um Sargento de Milícias*...

José Cândido baixou a cabeça, todo enfronhado e respondeu: "Quem dera, quem me dera, minha senhora!"

Senhores acadêmicos,

venho ocupar nesta seleta Companhia a Cadeira por tantos engrandecida e honrada pelos antecessores que nos legaram messe preciosa. A começar pelo eminente Patrono, Pedro Luís, poeta de diáfana sensibilidade, das imagens grandiosas, arrebatado, trazendo para cada um de seus versos a alma em chamas.

Luís Caetano Pereira Guimarães Júnior, primeiro ocupante da Cadeira 31, diplomata, poeta, romancista, teatrólogo. Qual o ginasiano de minha geração não o terá lido, nas excelentes antologias de outrora, a sua volta ao lar paterno? Regresso comovente, porque nele se celebra a nostalgia da lembrança: "Uma ilusão gemia em cada canto, / Chorava em cada canto uma saudade."

Substituiu-o a máscula figura de João Ribeiro, filósofo, ensaísta, historiador, filólogo. Sobretudo um erudito. *O Fabordão*, *A Língua Nacional*, *Curiosidades Verbais* são obras de raríssimo valor. Sua *História do Brasil*, sensata, sem prevenções, sem preferências, escrita com o espírito de análise e não com as tintas carregadas da emoção, não encontra similar em nossa historiografia.

Paulo Setúbal, o romancista da História, porque seus personagens existiram, extraídos da realidade. O imperador, a Marquesa de Santos, Fernão Dias, o ouro e as sedutoras esmeraldas estão vivos na sua linha definitiva.

E o excelso, o gigantesco Cassiano Ricardo?

"Brasileiro métrico", como escreveu Drummond, entre as virtudes de grande poeta, um nome que é tudo e que resume os esplendores da criação artística, tão delicada como esta: "Meu coração é hoje um pássaro / pousado na árvore que fui."

Não fica só nesta joia o estro evaltado de Cassiano, e, entronizado num idealismo de esperança, ele nos diz: "O mundo poderá ser salvo se o homem desfizer a distância que o separa da infância."

Carlos Drummond, em artigo publicado em *O Correio da Manhã* de 14 de abril de 1957, escreveu: "Amiga, não lhe darei notícias do Rio, para quê? Vou contar-lhe apenas de vários poetas que apareceram aqui e se chamam, todos, Cassiano Ricardo."

Senhores acadêmicos,

chego a esta Academia, depois de longa caminhada, com a alma reluzindo mais do que o sonho de um garimpeiro, com o coração transbordante, com aquela alegria só comparável à de "um barco voltando", como na voz maviosa de Dolores Duran e com a palpitação daquele que, após penosa escalada, por entre as escarpas pontudas do rochedo e das brenhas lutulentas do caminho, atinge o pico colimado. Menino, mal saído do ginásio, quando vim estudar Direito no Rio, minha primeira visita não foi ao mar, nem à Faculdade, mas à Academia, e como o poeta da Inconfidência, Inácio José de Alvarenga Peixoto, posso dizer: "Fiz logo eterno voto de querê-la."

Se resido no Rio, nesta cidade síntese e ímã, capital da Arte, da Cultura, da elegância, das mulheres mais belas, onde estou definitivamente radicado, venho de muito longe, de uma divisa extrema de Minas Gerais, e como Augusto de Lima, que teve assento nesta Casa, saudoso, repito:

Deixei meu berço por destino incerto,
Mas a paisagem guardo-a na pupila,
Guardo-a no coração donde se estila
Toda a essência das lágrimas que verto.

Com efeito, quando de lá saí, Araguari era pequenina cidade de província, muito pequena, e ao tempo em que a evoco neste olhar retrospectivo por entre as nuvens transparentes da saudade, exumando-a de sob a poeira anilada das distâncias, teria, se tanto ou quando muito, dez mil habitantes. No entanto, centro de uma região opulenta, a que duas vias férreas assistiam: a Mogiana, simpática, colonizadora que ali findava, e a outra, a Goiás, que dali irrompia, buscando o potencial do Oeste que faiscava nos esplendores de fantástico eldorado.

Intensa a vida cultural de Araguari – médicos, filhos da cidade, outros oriundos do Rio, e principalmente aqueles egressos da Faculdade de Medicina da Bahia fundaram casas de saúde que atendiam a vasta região interiorana do Brasil central. Dois excelentes colégios ali se estabeleceram – um para moças, dirigido pelas freiras belgas, outro para rapazes dos padres holandeses, confechando assim o quadro cultural do antigo Pouso da Ventania, da gorjeante Vila do Brejo Alegre e da hoje sorridente Araguari.

A cidade sofria a avassaladora influência de São Paulo, determinada pela proximidade com esse Estado, pela facilidade das comunicações. Só se liam jornais paulistanos. De Minas – esta é a verdade – vivíamos isolados.

No entanto – vede! – fortes, profundos, inarredáveis, o espírito de Minas, o reflexo poderoso de sua cultura, o peso de sua participação decisiva em todos os lances da vida nacional, de modo particular na sua história, a mensagem de sua missão civilizadora e de equilíbrio, que o Triângulo Mineiro se conservou e se conserva fielmente integrado na alma e no coração de Minas Gerais.

Nem seria para menos – paulistas e são-joanenses-del-rei, prevendo o esgotamento das lavras de ouro, raspadas, dilapidadas por uma ganância predatória, começaram a movimentar-se em busca das pradarias do Oeste e, escolhendo um ponto ali, se concentraram na sua marcha rumo ao poente, tendo então fundado, nos primeiros lustros do século XVIII, o povoado da Conquista do Campo Grande da Picada de Goiás, por onde entraram no hoje chamado Triângulo Mineiro e o povoaram. Em 15 de fevereiro de 1775, o povoado da Conquista do Campo Grande da Picada de Goiás, por portaria do prelado D. Frei Manoel da Cruz, passou a chamar-se São Bento do Tamanduá, até que a Lei Provincial n.º 1.148 deu-lhe foros de cidade com o nome que até hoje dura de Itapecerica.

Meus amigos,

venho também de Barbacena, justamente celebrada pela sedutora beleza de suas mulheres, da fascinante Barbacena de minha juventude, das suas manhãs de geada cristalizada, de suas noites de estrelas indormidas, clareadas num tecido translúcido de fios multicoloridos pela lua rendada da Mantiqueira, ninadas em doces acalantos pelas vozes errantes dos boêmios da madrugada no ritmo sonorizado das serenatas sob o orvalho das rosas, bafejadas pelo perfume dos cravos acordados.

Venho do velho internato do Ginásio Mineiro, nos seus tempos áureos, do Grego, do Latim e da Filosofia, qual cera nas mãos dos artesãos do Humanismo, cujos nomes cito com comovida saudade – Soares Ferreira, Concesso Nogueira Campos; Padre Sinfrônio de Castro, dos maiores pregadores sacros do Brasil; José Speich, o Barão Von Knolsberdoff, Pires de Morais e, particularmente, Honório Armond, então no principado da Poesia Mineira, e quem pacientemente corrigiu meus primeiros escritos.

Senhoras, senhores,

recebe-me nesta hora ímpar de tanta gala um dos vultos merecidamente mais celebrados de nossas Letras, nome mais do que nacional, porque refulge com intensidade em terras de além-mar, que se chama Lêdo Ivo, a quem eu conheci antes de sua reluzente nomeada, no momento maior de sua ventura, ao casar-se em Araguari, na capelinha tosca do Rosário, com Lêda, a companheira, a amiga, a inspiradora. Fato curioso! Quando então um de nós, jovens sonhando com a vida através da janela do futuro, poderia imaginar este momento na trama misteriosa das linhas do destino! Poucos homens de Arte em nosso País terão tido como Lêdo Ivo tão pronunciada vocação para o belo, que Platão, nos seus *Diálogos*, definiu como a expressão do verdadeiro. Nem se saberá quem é maior em Lêdo Ivo – o poeta, o romancista, o ensaísta, o *causeur* incomparável. Unânime, porém, a opinião coincidente e convergente, que o destaca como a expressão superior de um talento polimorfo.

Nem me faltaria, nesta hora, uma meditação de ternura e de carinho à memória dos acadêmicos que aqui sempre me quiseram ver e que relembro

com a alma ajoelhada: – Guimarães Rosa, o amigo fraterno, "o Coelho Neto do ano 2000", na frase de Marques Rebelo; Silva Mello, que, em testamento, me legou a espada que tanto honrou e que agora, ufano, porto para complementar a indumentária acadêmica; Otávio de Faria, José Honório, Peregrino Júnior, Genolino Amado, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira – estimuladores incansáveis de minha candidatura.

Nem esqueceria outro poeta, que não escreveu versos, mas realizou na audácia de um sonho, com o cimento e com o aço, outro poema, o épico de Brasília, Juscelino, singular, corajoso, o homem de ação, obediente ao personagem de Sartre: "É preciso trabalhar, salvar-nos-emos pelo acréscimo."

É com o espírito de Minas, de ordem, da harmonia, do trabalho, da convivência aveludada, que varo as respeitáveis soleiras da Academia Brasileira de Letras, não em busca da precária imortalidade, mas para usufruir de vossa companhia sob a égide da inspiração acadêmica.

Compreendo perfeitamente a protocolar solenidade desta investidura – mister que a Academia envergue o fardão, se arme com a espada simbólica para defender o humanismo ameaçado nesta hora de dramática transição histórica pelas forças indomáveis da Informação e da Informática.

Meus companheiros,

Não sei como agradecer-vos a magnanimidade dos sufrágios com que me elegestes, com que me alçastes ao ápice de minha carreira, indo ao encontro do antigo desejo de integrar-me no vosso meio, para que juntos possamos, em sua própria essência, encontrar os outros aspectos da vida, como o de agora, e ao eternizar este momento, posso afirmar com convicção, roubando ao professor Aristides Novis esta palavra tão bonita e tão grandiosa: "Na cultura do espírito está a honra de viver."

Muito obrigado.

# II

# RESPOSTA DO SR. LÊDO IVO

## CONTRA O TERRORISMO CULTURAL

Sr. Geraldo França de Lima,

quando, envergando o uniforme acadêmico, cruzamos pela primeira vez o umbral desta Instituição, como é o vosso caso, deixamos de ser poetas, romancistas, ensaístas, historiadores, juristas, médicos, cientistas, professores, jornalistas, ou diplomatas, e nos transformamos em Acadêmicos.

Passamos a pertencer a uma nova e misteriosa casta, objeto do respeito longínquo de muitos, da tolerância de vários, e até do alvoroço de certas penas anedóticas e bocas predatórias, portadoras da zombaria que nos diverte e até reclamamos, pois é o sal grosso que tempera a nossa dieta.

Nesta Casa, sob o patrocínio ao mesmo tempo austero e malicioso do grande céptico, que tinha a obsessão do adultério e dos braços nus das mulheres, nenhum de nós se sente sozinho.

Semanalmente, tornamos verdade o rito do convívio humano. Dir-se-ia que a nossa condição nos incita a amar mais a vida e a apegar-nos aos dias que passam.

Vindes de uma comunidade, a literária, cujo teor pacífico e solitário só ilude os olhares singelos ou apressados.

De verdade, ela se divide em grupos e hierarquias, procede a singulares alquimias, e estabelece antagonismos, propaga licenças e interdições, e atrai as rotulações fervorosas, num processo em que o selo estético é sempre ferido pela tinta forte do carimbo político e moral.

Entre as copiosas classificações que aspiram a caracterizar a comunidade da criação literária, figura a que divide os escritores em letrados e inocentes. Os primeiros refletem em suas obras as erudições que atraem a reverência pasmada dos leitores mais crédulos e bebem sequiosamente nos livros como se estivessem bebendo na fonte da vida. Os segundos se apresentam sustentados pelo mistério da vocação efusiva e o tirocínio de uma inspiração que é antes uma respiração ou uma transpiração, pois nenhum anjo nos dita um verso ou um capítulo de romance. Somos todos frutos de nós mesmos, de nosso trajeto e limites.

Nesta divisão incerta ou caprichosa como todas, e que atende à propensão humana de rotular para reconhecer ou negar, pertenceis à linhagem dos inocentes.

E foi a vossa inocência que vos trouxe até nós.

Em 1961, num tempo de acirradas experimentações literárias, e no qual mais de uma originalidade tonitruante escondia a visita noturna aos quintais alheios, o vosso romance de estreia, *Serras Azuis*, surgia no primeiro horizonte da Literatura Brasileira como um sopro matinal.

Essa aragem fresca e inesperada impunha, mais uma vez, a noção do romance-romance, ostentando a aliança da imaginação mais viva com a observação mais atenta e soldando a experiência pessoal com uma formação literária forjada nos estaleiros mais preclaros.

Assim, quando muitos buscavam aflitamente os seus caminhos, já surgíeis como um transeunte desembaraçado. Sabíeis em que chão pisáveis: o chão das Minas Gerais. Eram as ruas e praças e árvores de Araguari, onde nascestes, e de Barbacena, onde situastes o vosso primeiro romance. As portas e janelas das casas se abriam desde a vossa infância, e em cada uma delas estava postada uma personagem vossa. O que a vida costuma oferecer de graça aos poetas e romancistas se apressava a ser colhido pelo vosso olhar e a ser recebido pela memória criadora que o transmuda em novos seres e em novas paisagens.

Pela vida inteira, no longo caminho que vos trouxe até aqui – até esta usina de sonhos que hoje vos recebe – haveríeis de refletir, em vossos romances, o Brasil das pequenas e médias cidades, dos batizados e aniversários, das festas religiosas rajadas de foguetes, dos namoros e mexeriquices no largo da matriz, dos amores e dos grandes ódios escondidos; das farmácias sabiamente apetrechadas para aviar receitas em Latim; dos cartórios que promulgam os direitos e privilégios das famílias; dos funcionários de baixo escalão que, em seus cartões de visita, se proclamam portentosamente membros do governo federal; da vida que passa tão demoradamente que a sua lentidão parece um exagero de relógios ociosos; das facções políticas barbacênicas e irreconciliáveis; das intrigas domésticas e das ambições eleitorais que fervilham nos chamados grotões ou burgos podres das Minas Gerais.

Deste Brasil distante e silencioso que só sabe falar nas urnas eleitorais, sois o romancista inequívoco.

A copiosidade do elemento documental engastado nesse *Serras Azuis*, que o vosso amigo Guimarães Rosa tanto louvava, não turva a nitidez e o movimento dos tipos humanos que nele transitam, nomeadamente a fauna política e eleitoral, dotada de uma astúcia convizinha da ferocidade. A escondida vida cruel das pequenas cidades mineiras – e, por extensão, de todo o Brasil – constitui o tema dominante de vossa obra, que se desata na proliferação fervilhante de personagens secundárias e enredos e incidentes entrecruzados.

Como todo romancista legítimo, sabeis que a vida se tece de fios sem conta. De livro para livro, o vosso poder de observação se vai detendo mais demoradamente no coração humano, e a análise dos sentimentos primordiais das almas e dos caprichos dos corpos sobrepuja a face pitoresca dos cenários. As sombras impiedosas que se reúnem em *Brejo Alegre* – o vosso segundo romance, desenrolado em vossa cidade natal – e se espraiam por toda a vossa obra desmentem a noção idílica da vida transcorrida longe das metrópoles.

É uma ilusão, e das grandes, pensar-se que as pequenas cidades são paraísos terrestres. Onde bata mais de um coração humano haverá de ser sempre lugar de desacordo e litígio. E mesmo onde só um coração esteja a bater, o desentendimento estará presente, na luta intestina do homem dividido em si mesmo e em si mesmo dilacerado.

Em *Branca Bela*, abordais, com peregrina delicadeza, um assunto bem mineiro, um velho segredo guardado entre montanhas: o caso do padre e da moça. Mas, ao contrário do poema de Carlos Drummond de Andrade, o vosso romance não é uma história de fuga e danação. Nele, o padre não foge com a moça. O drama transcorre no coração de uma humilde caixeira que, munida de um amor inconfessável, marcha da escuridão para o que muitos presumem ser a claridade do mundo e a luz dos céus. Parece-me a mim que, amigo de Georges Bernanos, a quem conhecestes em Barbacena, e cuja obra amais, recolhestes toques bernanosianos nesse romance admirável. O peito mais anônimo abriga um coração que arde como uma pira: e, ao romancista, cabe desvendar esse fogo encoberto, contar a história desse ardor ao mesmo tempo suportável e insuportável, no qual se asila o mistério da condição humana.

Em *Jazigo dos Vivos*, que narra a disputa familiar por um velho solar, mais se alarga a vossa inclinação para desenovelar o novelo das ambições e inclemências domésticas – e a sua nota final de melancolia é a mesma que vai ensombrecer *O Nó Cego* e *A Pedra e a Pluma*, com o seu emaranhado de conflitos e impossibilidades, e amores tornados inconstâncias e desilusões.

Sabeis, como romancista, descobrir um centro magnético na rotina da vida e nos passos desacertados dos pequenos destinos. Essa exploração da zona viva da vida, na qual a solidão e a convivência se batalham, prossegue em *A Herança de Adão* e *A Janela e o Morro*, os dois romances em que, evadido do chão seminal das Minas Gerais, enveredastes pelos ambientes e paisagens do Rio de Janeiro. Mas, em vosso último romance, *Aquele Natal*, o leitor logo registra o retorno à terra antiga e segura que é o vosso domínio familiar.

Quando fostes eleito para esta Academia, Rubem Braga me ponderou, surpreso, que o vosso nome não figurava nos dicionários de Literatura por ele compulsados.

Tenho para mim que um escritor haverá de preferir ser um Acadêmico a ser um verbete, pois aqui o aguardam semanalmente o calor dos companheiros, um convívio intelectual de muito fruto, o chá propício às confidências rejuvenescedoras e ainda o jeton generosamente engordado pela imaginação perdulária da opinião pública.

No vosso caso, a Academia se antecipou aos dicionários de Literatura, reconhecendo o autor de *Serras Azuis* e *Brejo Alegre*, *Branca Bela* e *Jazigo dos Vivos*, antes dos repórteres de setor e dos pedagogos filauciosos.

É força aceitar a evidência de que a vossa ficção, embora guarnecida de tantos aplausos e apreços, tem esparzido em torno dela silêncios e exclusões, o que nos remete a uma reflexão sobre o ofício de escrever na época que respiramos.

Uma profunda transformação ocorreu no conceito e na prática da Poesia e da Literatura no nosso tempo.

No século XIX, ambas representavam, antes de tudo, a fidelidade a um ofício e o reconhecimento do poder da retórica para celebrar a existência do mundo. Mesmo os escritores e poetas malditos acreditavam na Poesia e na Literatura para exprimir a sua maldição.

Sabiam que elas constituíam, unidas, o caminho real para a afirmação de suas diferenças e a difusão de suas revoltas.

Essa confiança no poder da Literatura não só para mudar destinos individuais como também para projetar, pela linguagem, novas e convincentes imagens do mundo e do tempo, foi danificada pelos sucessivos movimentos que, a partir do Surrealismo, do Dadaísmo e de tantas outras experimentações e aventuras, converteram a Poesia e a Literatura num vasto campo de interdições e repulsas.

O não substituiu o sim. A recusa tomou o lugar da aceitação. A má consciência enxotou a inocência criadora. A dúvida sucedeu a certeza. O espaço da permanência foi ocupado pela sucessão veloz das contestações e rebeldias. A desestruturação linguística e ficcional se converteu numa nova estrutura.

Nesse cenário, surgiram os prosadores que se afervoram em expurgar da Prosa os seus elementos retóricos – como se estes fossem intrusos e não alicerces e fundamentos – e os poetas nutridos da presunção de que a ignorância das leis que regem a composição e a organização do Poema os tornará livres e poderosos.

Um verdadeiro terrorismo cultural, assemelhado ao terrorismo político, assenhoreou-se dos arraiais estéticos do Ocidente e, com o respeitoso atraso de sempre, repercutiu em nosso País, especialmente depois que as generosas traduções espanholas asseguraram aos plumitivos e aos professores das universidades as informações transformadoras, vindas dos grandes centros de criação estética.

No sistema de informação jornalística à transmissão pedagógica das criações culturais, estende-se esse terrorismo empenhado em só permitir a tramitação de um único tipo de romance ou poema e em intimidar, pelo silêncio, as vozes da diferença – como se a criação literária não fosse fundamentalmente o reino da diversidade e o território de um conflito interminável, no qual o estético e o psicológico se unem em misteriosa simbiose.

No Romance, a intimidação do terror se aplica em enxotar a história, o argumento, a peripécia e em transformar a Ficção numa monótona proeza linguística que exclui as personagens, as situações, as imagens e os diálogos do mundo, sequestrando assim a dimensão ambiental e vivencial que é inseparável da dimensão estética e literária.

Os maiores inimigos da Literatura são os escritores, que a alvejam com os seus queixumes e insultos, como se ela fosse um suplício e não um prazer – o prazer de escrever e o prazer de ler – e procuram limitá-la, aprisioná-la e até caluniá-la.

Semanas atrás vi, num suplemento, um autor ser louvado, porque, em seu romance, não usava metáforas. Não creio que o responsável pelo louvor estapafúrdio soubesse o que é uma metáfora – já que estas se acham de tal modo entranhadas em nossa Linguagem coloquial e cotidiana, que seria impossível expungi-las do texto literário. Mas o episódio extravagante documenta o processo de uma espécie de literatura que se insurge contra a Literatura e de uma espécie de poesia que se insurge contra a Poesia.

Os inimigos figadais da Metáfora ignoram que ela, quando expulsa pela porta dos fundos, torna a entrar na morada literária pela porta da frente e se instala, plácida e triunfante, na sala de visitas.

O nosso reino, de poetas e escritores, sendo o reino da Língua e da Linguagem, do conúbio da regra com a transgressão, é o império das metáforas, das hipálages, dos hipérbatos, das anáforas, das epígrafes, das analogias, dos assíndetos, das epanalepses, das prosopopeias, das alegorias – de toda uma parafernália verbal e linguística que nos permite criar um mundo paralelo ao mundo existente: esse mundo guardado pelas bibliotecas, as quais nos advertem de que devemos ser os herdeiros de tudo e nos incitam a repelir as proibições sazonais e a aceitar o grande horizonte aberto de uma estética da totalidade.

A atitude mais salubre será aquela que se esquiva à intolerância e recusa a violência das exclusões sistemáticas – as quais refletem, na verdade, um novo conformismo e uma repetida indolência intelectual. Aqueles que, em suas torres e apostilas, se empenham em limitar a Arte e a Literatura, impondo-lhes fronteiras estreitas, são os geógrafos do nada. O país mais belo estará além dessas divisas irritadas. E será sempre o país dos poetas e romancistas, dos criadores literários, dos portadores do estandarte, dos que estão interessados não na verdade, mas na mentira e no sonho do mundo. É o universo de promessa cumprida, daqueles para os quais, segundo a lição de Henry James, nada é perdido.

Pertenceis, Sr. Geraldo França de Lima, a esta última e generosa família, sois um romancista. Sabeis que a legítima Teoria Literária não está homiziada nas escuras e, às vezes, irrespiráveis furnas pedagógicas e, sim, na grande e eterna clareira do Romance e do Poema.

São os poetas que nos ensinam a fazer poemas. São os romancistas que nos ensinam a fazer romances. A teoria mais límpida e nutriente é aquela de Goethe: "Toda teoria é cinzenta e verdes são os frutos da árvore dourada da vida."

João Ribeiro, o procurador de muitas causas literárias que é um dos vossos antecessores na Cadeira 31, adverte em uma de suas reflexões estéticas: "É um grande faltar, esse da vida". Desse mal sem remédio, não padece a vossa obra, nem a de vosso grande e querido antecessor.

Autor de uma das mais primas obras-primas do Romance Brasileiro, esse *O Coronel e o Lobisomem* que continuará sendo lido, amado e admirado enquanto existirem a nossa Língua e a nossa Pátria, José Cândido de Carvalho canalizou para a sua ficção o que de mais vivo e populaceiro há na vida. E ainda o que há de mais vivo na Linguagem, que atingiu, nele, e com ele, incomparável e sumarento cunho pessoal, efusivamente adestrado para que nos contasse, com tanta graça e inventividade, os desconcertos de uma arraia-miúda ora cômica e ora patética, e pintasse, evocadoramente, as paisagens e cenas de seu lugar de nascimento.

Não encontro, no suntuoso arsenal da Ciência Literária, termos e referências que me habilitem a caracterizar a língua e o estilo de José Cândido de Carvalho, o que me obriga a compará-los ao sabor e ao frescor das frutas do seu amado norte fluminense, às mangas e pitangas maduras.

O veio arcaizante que irriga a sápida oralidade de sua prosa e ainda o seu tributo à memória e ao passado aproximam-no singularmente dos mineiros e nordestinos. Dos mineiros atilados e comedidos e dos nordestinos com os seus corações de manteiga derretida.

Havia nesse visceral fluminense de Campos, que foi José Cândido de Carvalho, a ironia, a malícia e o cepticismo pragmático dos mineiros – e a estas qualidades se ajuntava a doçura nordestina de quem nasceu e se criou numa zona de canaviais e, menino, se lambuzou de muito açúcar e comeu muita goiabada.

Não descabe, pois, apontar aqui as semelhanças que unem os aparentemente separados escritores mineiros e nordestinos. Esses dois componentes de nossa nacionalidade literária ostentam, como traços comuns e indeléveis, o uso eficaz de nossa Língua – um uso que é quase sempre uma secreta demonstração de amor –, a presença da memória e do passado e o sentimento do lugar nativo.

O Nordeste e as Minas Gerais representam o Brasil velho e até arcaico – aquele e este Brasil que soube guardar o idioma do Renascimento, a língua dos bufarinheiros e dos naufrágios, dos marinheiros e das tempestades, dos mercadores e das mulheres de vida airada, dos frades e almocreves, dos escrivães e das descobertas afortunadas. E é a administração desse patrimônio antiquíssimo, tornado mais doce e sedutor e vigoroso e inventivo em uma nova terra e sob um novo céu, que rege as criações estilísticas de tantíssimos nordestinos e mineiros – poetas e prosadores da Língua e da memória e portadores de uma experiência pessoal e hereditária que os leva a unir o passado e o presente num mesmo e só horizonte.

Os vossos romances seguem nessa linha irrompível.

Sabeis aliciar o leitor com uma prosa sempre atravessada de pequenas seduções que reclamam o olho avisado e o ouvido atento.

Sois um mineiro e com a vossa certidão montanhesa aumentais uma bancada que, desde a criação desta Academia, sempre se distinguiu pela sua numerosidade. Os mineiros que já ingressaram nesta Casa alcançam uma cifra respeitável: 23 acadêmicos, superando os 21 pernambucanos, os 21 paulistas e os 19 baianos. Só não se sobrepõem aos 40 cariocas que figuram em nosso quadro de sócios efetivos, e aos quais se acrescentam os 17 fluminenses.

Como todo mineiro, ufanai-vos de ter berço e raízes. A família Lima, a que pertenceis, aparece nas Minas Gerais quando Joaquim Teixeira de Lima assina, em 19 de julho de 1711, exatamente há 289 anos, a ata da fundação da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição, no Arraial da Barra do Sabará. E vossa mineiridade mais se acentua porque sois descendente da virtuosa e aguerrida D. Josepha Carneiro de Mendonça, a heroína da Revolução de 1842, na Província de Minas.

Foi vosso avô paterno, o Tenente-Coronel Joaquim Simões de Lima, que conduziu ao Planalto Central a missão designada pelo alagoano Floriano Peixoto para fixar a localização da futura Capital Federal, o que se deu na manhã de 8 de agosto de 1892.

Outras peças fidedignas da provada e comprovada, sabida e consabida antiguidade de vosso nome e bom sangue poderiam ser aqui exaradas. Mas isto de desfolhar árvores genealógicas, especialmente quando estas são mineiras, é um nunca acabar. Prefiro perguntar, atraído pela vossa excelente origem: o que é ser mineiro? Qual será ou seria a sua qualidade mestra? A discrição, a sagacidade, a moderação, a astúcia política, o recato íntimo, a malícia, a habilidosa capacidade de transitar harmoniosamente no universo conflituoso da convivência? Ou a polidez, essa cordura que alguns atrevidos, invejosos da mitologia moral das Alterosas, ousam estampilhar de fingimento? Ou será esse desamor aos tributos, a impostos, que provocou a Inconfidência? Ou o sentimento de poupança, responsável pelo florescimento dos bancos mineiros de antigamente?

O nosso Confrade Otto Lara Resende observava-me, numa de nossas últimas reuniões, que cada vez mais vos assemelhais a Georges Bernanos, vosso amigo, e cujo retrato autografado adorna a vossa biblioteca habitada dos clássicos, que vos nutriram.

Nessa observação do vigoroso romancista de *O Braço Direito*, engasta-se o mistério da amizade. Os extremos se tocam. O furibundo e indignado convive com o afável e o conciliador.

Ousei ponderar a Otto Lara Resende que se a vossa fisionomia, por uma osmose da amizade, se afeiçoa à do grande escritor que, em anos apocalípticos, se exilou entre nós, o vosso rosto moral exibe outra parecença, asse-

gurando-vos o direito de ser comparado a Alphonse Daudet, o Dickens francês, célebre pela sua bondade.

Não há fugir à verdade pura e lisa. A comunidade literária, sendo um microcosmo da sociedade humana, distingue-se pela variedade psicológica e moral dos seus habitantes. Há os orgulhosos, os petulantes, os vaidosos, os modestos, os biliosos, os dissimulados, os intolerantes, os agressivos – toda essa gradação que conhecestes nas comédias de Molière e nos romances de Balzac.

Nesta escala de luzes e sombras, será fácil reconhecer-vos pela vossa modéstia e irrepreensível sentimento da amizade, os semáforos morais que decerto contribuíram para que esta Casa abrisse meigamente para vós a sua porta, às vezes, cruel.

Não poderíeis ter escolhido melhor lugar para exercer o vosso pendor para a convivência espiritual e humana. Esta Academia é a enseada que abriga navios do mais vário calado.

É o ninho que atrai pássaros das plumagens mais surpreendentes. É o recinto dos antagonismos arrefecidos e dos afetos finais.

Sr. Geraldo França de Lima,

o vosso dia foi belo e proveitoso. E a noite veio com as suas constelações.

Discurso do
SR. ARIANO SUASSUNA

e

Resposta do
SR. MARCOS VINICIOS VILAÇA

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 9 de agosto de 1990*

# I

# DISCURSO DO SR. ARIANO SUASSUNA

Certa vez, num artigo publicado sobre *Romana d'A Pedra do Reino*, Hélio Pólvora afirmou:

> No caso de Suassuna, a identificação entre o homem e a obra parece tão siamesa que o fluxo popular do seu teatro [...] e do seu romance não pode ser acoimado de atitude. Atitudes seriam, e menos graves, certas brincadeiras ou liberdades que o escritor toma em público, com o fito evidente de prolongar em sua pessoa o mito da obra.

É difícil julgar-me a mim próprio, mas, pelo menos até onde vejo, certas atitudes que tomo em público não são brincadeiras. Pelo contrário. Em algumas ocasiões lanço mão do riso para me defender, porque, como sertanejo, não gosto de ser visto dominado pela emoção. Assim, desisti de um primeiro discurso que cheguei a escrever. Ele penetrava de tal modo nas zonas de sombra da minha vida que eu não teria coragem para resistir à sua leitura. Vou ver, então, se, com este, permanecendo fiel ao que julgo ser a minha verdade, consigo ser mais impessoal e manter um certo distanciamento entre minha vida e minhas palavras.

Primeiro, não quero que se entenda como desatenção o fato de não ter querido, cercando esta cerimônia, certos acontecimentos que, exatamente por respeito ao essencial, não quis que a perturbassem. Como escritor, lido com

imagens, mas quero que, no meu caso, elas correspondam sempre a uma verdade singular e profunda. Por outro lado, não acredito que, na posse daqueles a quem mais admiro aqui, tenha havido qualquer acréscimo desse tipo. Na de Joaquim Nabuco, talvez sim. Na de Euclides da Cunha, creio que não. Sei que minhas dimensões não são as de Euclides da Cunha, mas é à linguagem dele que sempre procurei me filiar.

Ora, pelo que li e ouvi a respeito da maneira pela qual me foram entregues, no Recife, as insígnias que passo a usar, notei que tudo estava sendo entendido como uma daquelas atitudes menos graves referidas por Hélio Pólvora. O equívoco parte de um desentendimento fundamental: aquilo que é sério e grave para mim nem sempre é o mesmo que para os outros.

Um dia, lendo Alfredo Bosi, encontrei uma distinção feita por Machado de Assis e que é indispensável para se entender o processo histórico brasileiro. Ele critica atos do nosso mau Governo e coisas da nossa má Política. Mostra-se ácido e amargo com uns e outras e depois explica: "Não é desprezo pelo que é nosso, não é desdém pelo meu País. O 'país real', esse é bom, revela os melhores instintos. Mas o 'país oficial', esse é caricato e burlesco.

Quando eu quis que o uniforme que uso agora fosse feito por uma costureira e uma bordadeira do Recife, Edite Minervina e Cicy Ferreira, estava levando em conta a distinção estabelecida por Machado de Assis e uma frase de Ghandi que li aí por 1980, e que me impressionou profundamente. Dizia ele que um indiano verdadeiro e sincero, mas pertencente a uma das duas classes mais poderosas de seu país, não deveria nunca vestir uma roupa feita pelos ingleses. Primeiro, porque estaria se acumpliciando com os invasores. Depois, porque estaria, com isso, tirando das mulheres pobres da Índia um dos poucos mercados de trabalho que ainda lhes restavam.

A partir daí, passei a usar somente roupas feitas por uma costureira popular e que correspondessem a uma espécie de média do uniforme de trabalho do brasileiro comum. Não digo que fiz um voto, que é coisa mais séria e mais alta colocada nas dimensões de um profeta, como Gandhi, ou de um monge, como D. Marcos Barbosa. Não fiz um voto; digamos que passei a manter um propósito. Não pretendo passar pelo que não sou. Egresso do patriarcado rural derrotado pela burguesia urbana de 1889, 1930 e 1964, ingressei no patriciado das cidades como o escritor e professor que sempre

fui. Continuo, portanto, a integrar uma daquelas classes poderosas, às quais fazia Gandhi a sua recomendação. Sei, perfeitamente, que não é o fato de me vestir de certa maneira, e não de outra, que vai fazer de mim um camponês pobre. Mas acredito na importância das roupagens para a liturgia, como creio no sentido dos rituais. E queria que minha maneira de vestir indicasse que, como escritor pertencente a um País pobre e a uma sociedade injusta, estou convocado, "a serviço". Pode até ser que o País objete que não me convocou. Não importa: a roupa e as alpercatas que uso em meu dia-a-dia são apenas uma indicação do meu desejo de identificar meu trabalho de escritor com aquilo que Machado de Assis chamava o Brasil real e que, para mim, é aquele que habita as favelas urbanas e os arraiais do campo. Voltarei depois a este assunto, de tal modo é ele importante na minha visão do mundo e, em particular na do nosso País, a esta altura submetido a um processo de falsificação, de entrega e vulgarização que, a meu ver, é a impostura mais triste, a traição mais feia que já se tramou contra ele.

Para mim, a roupa cotidiana seria, então, a farda comum de escritor brasileiro em missão, a serviço. O uniforme da Academia passava a ser a farda de gala deste escritor distinguido pela honraria, assim como acontece com um figurante de espetáculo popular, que usa calça e camisa nos dias comuns e se veste de rei quando toma parte num "Auto de Guerreiros". Isto é: eu sempre soube que, se entrasse para a Academia Brasileira, cumpriria os rituais. Mas queria que, no meu caso, a posse se identificasse o mais possível com os rituais do Brasil real.

Teve o mesmo sentido a cerimônia na qual, no Recife, a extraordinária cantadora que é Mocinha de Passira me entregou o colar que aqui tenho a honra de receber da minha querida Rachel de Queiroz, assim como recebi a espada aqui entregue por nosso mestre político, Barbosa Lima Sobrinho, do mestre de espetáculos populares, Manuel Salustiano, e de Isaías Leal, aquele que a concebeu e executou, unindo, num só emblema, o Sertão e o Litoral. Mocinha de Passira significa para mim, para o Brasil e para o nosso povo, o mesmo que Pastora Pavón representava para García Lorca, para a Espanha e para o povo espanhol. Por outro lado, lembro a cada instante que, se o Brasil oficial é dos brancos, do presidente e de seus ministros, o Brasil real é o de Antônio Conselheiro e Mocinha de Passira.

Quanto ao discurso que cabe aqui a Marcos Vilaça – aquele que, generosamente, se dispôs a cuidar de tudo na minha escolha para a Academia –, foi feito, o do Recife, pelo Governador Miguel Arraes, que, na ocasião, pronunciou as seguintes palavras:

> Esta cerimônia tem um significado profundo que talvez escape a uma análise superficial. Ariano Suassuna, eleito para a Academia Brasileira de Letras, recebe aqui, doadas pelo Estado de Pernambuco, as insígnias com as quais vai tomar posse na mais importante Instituição Cultural do nosso País. E recebe-as das mãos dos poetas, dos artistas populares e dos artesãos que as fizeram.
>
> Habituado ao discurso político, não sei se vou conseguir expressar sobre o assunto tudo o que desejo. Creio, porém, que o que se passa aqui significa profunda identificação que Ariano Suassuna busca sempre com as raízes culturais do nosso povo. Significa, também, a importância da Cultura para um país que, como o nosso, só pode se transformar em verdadeira nação pela via democrática e popular. Na História recente, existem povos que souberam fazer de suas respectivas culturas instrumentos de luta e de resistência, como aconteceu, entre outros, com o Vietnã e a Argélia. Creio, assim, que a cerimônia que hoje se realiza procura expressar tudo isso sob forma simbólica.
>
> Sendo sertanejo, como Ariano Suassuna, não tive dificuldade para identificar o significado de seu gesto. Pelo mesmo motivo, ainda no exílio, ao ler o *Romance d'A Pedra do Reino*, pude decifrar a enorme carga de símbolos de que ele está carregado. Muitas vezes parei a leitura para refletir sobre o que lera. E pude ver que, nesse romance, todos os símbolos se originam também dessa Cultura do povo.
>
> Agora, Ariano Suassuna vai para a Academia, isto é, para a Corte. E ficaria a pergunta sobre se tal fato o afetará, de modo a transformá-lo através de rituais mais da Corte do que do povo. Mas eu, que o conheço, acho que não, pois ele é um inquieto. Um homem que, como todos os que têm sede de justiça, vive a todo momento a busca do conhecimento e da luz.

Outro fato significativo, para o qual não contribuí, mas que também cito com orgulho, foi a decisão tomada pela escola de samba Acadêmicos do Salgueiro de, neste ano da minha posse, fazer seu desfile fundamentado no *Romance d'A Pedra do Reino*. Na mesma linha de fusão da cultura popular com a erudita, este romance acaba num sonho no qual o personagem, Quaderna, o Decifrador, ao entrar para a Academia, é coroado rei por José de Alencar e Euclides da Cunha, que, no sonho, aparecem vestidos de cavaleiros do cordão-azul e do cordão-encarnado das cavalhadas. O sonho é comum ao autor e ao personagem. Ainda menino, cheguei à arbitrária convicção de que,

a 9 de outubro de 1930, eu fora escolhido para ocupar, na vida, uma Cadeira ideal, cujo fundador, meu pai, João Suassuna, escolhera Euclides da Cunha como seu patrono – e este foi um dos motivos mais poderosos entre os que me fizeram aspirar à honra de sentar-me aqui, ao lado de todos.

Quanto à Cadeira que vou ocupar na Academia, tem como Patrono Manuel Araújo Porto-Alegre, Barão de Santo Ângelo. Seu fundador foi o Conde Carlos de Laet, a quem se seguem o Barão de Ramiz Galvão, Viriato Correia, Joracy Camargo e Genolino Amado. Todos foram professores e escreveram para o Teatro. Eis a força da tradição verdadeira, aquela na qual não nos limitamos a "cultuar as cinzas dos antepassados", mas tentamos, sim, "levar adiante a chama imortal que os animava".

No *Romance d'A Pedra do Reino* existem, já, referências a Porto-Alegre e Carlos de Laet. Quaderna pretende se tornar rei, escrevendo uma obra completa, genial e clássica. Ora, a única obra verdadeiramente completa que ele conhecia era a *Antologia Nacional*, de Carlos de Laet: tendo textos de todo mundo, tinha todos os estilos. Logo, ele teria que fazer de sua obra uma outra *Antologia Nacional*.

Depois, já no romance seguinte, Quaderna mostra como, ainda criança, era obrigado pelo Professor Minervino a ler e decorar, na *Antologia*, o começo do poema "Colombo", de Porto-Alegre. Não podia ele ouvir sem um arrepio a evocação daquele momento em que, como no "Auto de Guerreiros", lutava o cordão-azul dos ibéricos contra o vermelho dos mouros, ostentando roupagens riquíssimas, decoradas de vidrilhos, cruzes, espelhos e crescentes, que lembravam a ele os da cavalhada. E, coroando tudo, "a sombra de Almansor, banhada em sangue, do poente jazigo em que dormia, se ergue e lá foge ao funeral de um trono que seu braço escudara em cem batalhas".

No meu exemplar da *Antologia*, de Carlos de Laet, havia um erro, jazigo "poente" em vez de "poento". Por isso, sempre que eu, menino, evocava a imagem de Almansor, aquele rei-mouro de cavalhada, ele se erguia de seu poento jazigo e perdia-se, ensanguentado, num céu de crepúsculo que, por causa do erro, eu imaginava semelhante aos esbraseados "pontes" sertanejos descritos por Euclides da Cunha.

Acho que todo escritor, quando menino, lendo outro que tenha afinidade com ele, detém-se, assim, diante de certas imagens e palavras, apossa-se

delas e as incorpora para sempre a seu universo interior. José de Alencar era 23 anos mais moço do que meu Patrono Porto-Alegre. Posso, então, imaginar que, adolescente, ele tenha lido o começo de "Colombo", incorporando à profundeza noturna de sua intuição criadora aquela imagem da sombra ensanguentada de Almansor saindo do seu jazigo "poento", e não simplesmente "poirento". Foi aí, talvez, que Alencar, tentando levar adiante a chama de Porto-Alegre, assim descreveu a dura paisagem sertaneja:

> O sertão ainda inculto ostenta a riqueza de sua vária formação geológica. [...] A chapada [...] tinha o aspecto desolado e profundamente triste que tomam aquelas regiões no tempo da seca. [...] Pela vasta planura [...] o sol ardentíssimo coa através do mormaço da terra abrasada uns raios baços que vestem de mortalha lívida e poenta os esqueletos das árvores, enfileirados uns após outros como uma lúgubre procissão de mortos.

Nesta paisagem desolada, domina o vaqueiro, assim descrito por José de Alencar:

> Vestia [...] um traje completo de couro de veado, curtido à feição de camurça. Compunha-se de véstia e gibão. [...] Instantes depois, corria pelo cerrado. [...] É um dos traços admiráveis da vida do sertanejo essa corrida veloz através das brenhas; ainda mais quando é o vaqueiro a campear uma rês bravia. Nada o retém; por onde passou o mocambeiro lá vai-lhe ao encalço o cavalo e com ele o homem, que parece incorporado ao animal como um centauro.

Euclides da Cunha, por sua vez, levando adiante a chama e já transformando a mera intenção de Porto-Alegre em verdadeira garra brasileira, descreve o sertão, segundo a trilha aberta, aí, por José de Alencar. Diz ele: "Novo horizonte geológico reponta. [...] Estiram-se então planuras vastas. À luz crua dos dias sertanejos aqueles cerros aspérrimos rebrilham estonteadoramente, ofuscantes, num irradiar ardentíssimo."

Como em José de Alencar, nestas "planuras" e não "planícies", nesta paisagem queimada por um sol "ardentíssimo", o rei é o vaqueiro, que Euclides da Cunha vê assim:

> O seu aspecto recorda vagamente, à primeira vista, o de um guerreiro antigo. [...] Envolto no gibão de couro curtido, de bode ou de vaqueta [...] as vestes são uma

> armadura. [...] Esta armadura, porém, [...] não rebrilha, ferida pelo sol. É fosca e "poenta". [...] Mas se uma rês alevantada envereda, esquiva, [...] pela caatinga garranchenta, [...] por onde passa o boi passa o vaqueiro com seu cavalo. Colado no dorso deste, [...] realiza a criação bizarra de um centauro bronco.

Conta Euclides da Cunha que, pretendendo escrever *Os Sertões* e não se considerando um escritor verdadeiramente literário, resolveu modestamente aprender o ofício, o que faria lendo, entre outros, Antônio Vieira e José de Alencar. Assim, acredito até que ele tenha querido imitar o mestre cearense. Mas, na linha da tradição verdadeira, o que fez foi levar adiante a chama dos seus antecessores. A catedral sertaneja que ele ergueu, povoada de balas e ladainhas como a de Canudos, foi, assim, maior e mais bruta do que a capela poenta e neoclássica de Porto-Alegre e o que a igreja romântica de José de Alencar. Maior, mais forte e mais original. Originalidade, ou se tem de nascença ou não se tem de modo nenhum. Mais ainda: "A originalidade só se perdoa quando é involuntária", afirmação de Joaquim Nabuco, com quem, aqui, estou inteiramente de acordo.

Foi de meu pai, João Suassuna, que herdei, entre outras coisas, o amor pelo sertão, principalmente o da Paraíba, e a admiração por Euclides da Cunha. Posso dizer que, como escritor, eu sou, de certa forma, aquele mesmo menino que, perdendo o pai assassinado no dia 9 de outubro de 1930, passou o resto da vida tentando protestar contra sua morte através do que faço e do que escrevo, oferecendo-lhe esta precária compensação e, ao mesmo tempo, buscando recuperar sua imagem, através da lembrança, dos depoimentos dos outros, das palavras que o pai deixou. Talvez, por causa disso, não posso ler sem emoção o seguinte texto, escrito por João Suassuna sob a influência de Euclides da Cunha:

> O sertão, a terra luminosa do sol! O amor invencível a esta terra de dor, apego do líquen à rocha do sofrimento, é a fatalidade inelutável do destino de seus filhos. De mim, confesso a nostalgia inconsolável que me mata, quando longe desta incomparável gleba fascinante, extremamente boa e cruamente má.
>
> Nem posso sofrer que se maldiga do seu sol, desse sol que é a coroa radiante do nosso martírio, mas que também envolve, nas "bolandeiras" irisadas dos seus halos, as nossas horas de abastança e alegria.

> Às vezes, ao fim do dia, a sua corola inflamada de rubores de cobre só anuncia lágrimas a gemidos; é o sanguíneo reflexo da fogueira em que se retorce o sertão. Mas eis que renasce. [...] É que, a desoras, chegou chuva de Deus, "pé d'água" fragoroso, despejado por descargas do abismo imenso dos céus. No entanto, pelo nascente, ninguém "bispara", ao deitar-se, uma "cabeça de torre". Zoava o vento leste, acendendo pelo céu sem um farrapo de nuvem o brasido das estrelas. Mas eis que troa e retumba no eco das serranias o ribombar dos trovões. Arfa a terra fumegante. Rabeiam estonteantes, coriscando em serpentinas, relâmpagos de caracol. "Abrem" ao longe. "Pestanejam", até que os toma o dia. Foi toda a noite de inverno. Eis a terra apocalíptica que eu amo doidamente, a terra do meu berço e do meu túmulo, onde se apura e fixa a Nação Brasileira, guardando com o filão de preciosas tradições a rígida moral dos costumes antigos.

Formado ao embalo de palavras como estas, ainda menino escrevi um conto, cuja qualidade literária bem se pode imaginar. Narrava-se, nele, um caso de adultério e vingança que terminava assim: "Dois tiros espocam e os corpos da mulher infiel e de seu cúmplice caem varados pelas balas vingadoras da honra do marido ultrajado. Fora, morria o sol nas colinas acobreadas e poentas das serras do sertão."

Quer dizer: aos 12 anos de idade eu já estava, como ainda hoje, tentando seguir canhestramente a trilha aberta pelo jazigo poento e pela sombra ensanguentada do meu Patrono Porto-Alegre; pela mortalha poenta que, em José de Alencar, coa o sol ardentíssimo sobre a terra abrasada; pelas vastas planuras onde Euclides da Cunha, ofuscado por um irradiar ardentíssimo, via o vaqueiro sertanejo como um centauro e guerreiro antigo; e pela corola, inflamada de rubores de cobre, do sol de João Suassuna.

Pode-se então imaginar a emoção com que, anos mais tarde, li, a respeito de Suassuna, as seguintes palavras, nas quais Rachel de Queiroz, evocando o testemunho de seu pai, via o meu como um cavaleiro sertanejo:

> João Suassuna foi um grande homem. Não o conheci em pessoa: mas em minha casa ele era muito conhecido e amado através de meu pai, que o admirava profundamente. Ele nos falava de um Suassuna que representava a seus olhos a figura do "cavaleiro sem medo e sem mancha" das tradições sertanejas. Sua bravura, sua fidelidade à palavra dada, o heroísmo da sua vida, a tragédia da sua morte faziam de João Suassuna uma personalidade épica.

> Recordo mesmo uma discussão em nossa casa, naqueles tempos apaixonados da guerra na Paraíba, que tanto repercutiam no Brasil inteiro; alguém incluíra o nome de Suassuna numa lista de "políticos" e meu pai se exaltou:
>
> – Esse não! Não diga que ele foi um político, assim no meio dos outros! Esse viveu como um herói e morreu como um guerreiro.

Jamil Almansur Haddad, não se deixando tocar pela semelhança entre seu segundo nome e o de Almansor, afirma que meu Patrono Porto-Alegre, apesar da busca de uma verdade brasileira, fez, no *Colombo*, um "longo e enfadonho poema épico cuja eloquência balofa o torna por vezes risível". Em linha semelhante, Gilberto Amado, integrante desta Academia e irmão de meu companheiro Genolino Amado, reclama contra a eloquência de Euclides da Cunha, falando mal de seu excesso de adjetivos. Curiosamente, porém, no mesmo livro, ao dar um depoimento sobre João Suassuna, de quem foi colega de turma e companheiro de pensão no Recife, Gilberto Amado mostra que também foi marcado por Euclides da Cunha, inclusive no que se refere aos adjetivos. Diz ele:

> Às vezes eu parava no quarto de Suassuna, sertanejo desconfiado, revesso a toda comunicabilidade, sempre em atitude de defesa. [...] O modo de andar do paraibano [...] era o do sertanejo que para "comer" estrada quase não pisa no chão. Eu não podia vê-lo depois indo para a Faculdade ou na Rua Nova [...] sem o situar nas trilhas "poentas", nos meandros secos que ele percorrera desde a infância nos chapadões nativos.

Marcado por Euclides da Cunha um escritor como Gilberto Amado, não admira que João Suassuna recebesse sua influência. Quanto a mim, confesso que não sou contrário nem à eloquência nem aos adjetivos. Tudo depende da força maior ou menor do escritor. Balzac tinha mau gosto, e aquilo que pode ser um defeito nos menores é apenas uma característica marcante a mais a singularizar o mestre. Por isso, nunca concordei com os que reclamam contra a maneira de escrever de Euclides da Cunha. A meu ver, aquela era a única linguagem capaz de erguer e forjar o áspero universo do sertão que ele não apenas "via", mas deformava ao recriá-lo em seus arrebatos de visionário, tão semelhantes aos que descreve em Antônio Conselheiro, deformando e recriando também o profeta, a ponto de transformá-lo num personagem.

Quaderna poderia seguir adiante em meu lugar, citando autores diferentes e mostrando a influência maior ou menor que cada um deles teria tido

em nossa vida e em nossa formação. Tendo citado Porto-Alegre e Carlos de Laet, falaria no Barão de Ramiz Galvão, bibliotecário e preceptor de príncipes, como o próprio Quaderna. Ramiz Galvão, estudioso infatigável da Cultura Brasileira, foi o responsável pela primeira publicação integral da *Prosopopeia*, poema do cristão-novo Bento Teixeira, preso em Olinda pela Inquisição em 1594. Dada a importância, senão de sua obra, mas daquilo que a vida e a figura de Bento Teixeira significam para mim, bastaria este fato para tornar Ramiz Galvão merecedor do nosso culto, como sempre dirigido à sua chama, e não a suas cinzas. Escreve ele, sobre o poema de Bento Teixeira, que, apesar de não ser grande o seu merecimento poético, tem ele "alguns versos de inspiração feliz" e "seu valor histórico e bibliográfico não tem contestação possível", nas palavras de José Antonio Gonsalves de Mello, em seu notável livro mais recente, intitulado *Gente da Nação*.

Depois, Quaderna falaria em Viriato Correia, que também nos impressionou, na infância com a *História do Brasil para Crianças* e na adolescência com as *Novelas Doidas* e os *Contos do Sertão*, entre os quais havia um, anterior a Camus, é claro, mas que, curiosamente, tem um enredo bem semelhante ao da peça *O Mal-Entendido*. É a história de um rapaz que, saído de casa em criança, volta depois de muito tempo e, não sendo reconhecido, é assassinado pelos pais.

E chegaríamos a Joracy Camargo. Ainda menino, no sertão da Paraíba, o palco mágico e festivo do Teatro, com seus violentos contrastes entre recantos sombrios, povoados de assassinatos, e zonas de luz cheias de gargalhadas, todo esse mundo me foi revelado, ao mesmo tempo, pelo circo, onde travei conhecimento com *O Terror da Serra Morena* e com *O Palhaço Gregório*; pelo auto popular *O Castigo da Soberba*, do cantador paraibano Silvino Pirauá; e pela ribalta armada, pelo ator Barreto Júnior, num velho armazém de algodão deliberadamente esvaziado para esse fim. Barreto Júnior, naquela temporada, para mim memorável, encenou a comédia *O Grande Marido*, o drama *A Ladra*, de Silvino Lopes, e *Deus lhe Pague*, de Joracy Camargo. Ora, ainda hoje a "receita" do meu teatro continua a ser essa fórmula, para mim mágica, que entrou em meu sangue na infância com a Comédia Brasileira, o Drama, o Romanceiro, os espetáculos populares e o

circo. Ou seja: o palhaço Gregório, Silvino Pirauá, Silvino Lopes, Barreto Júnior e Joracy Camargo.

Quanto a Genolino Amado, lembro que Fernando de Azevedo considerava a Cultura Brasileira marcada por duas linhagens de certo modo opostas: a do "espírito de conquista", isto é, a sertanista, de Euclides da Cunha, e a do "espírito de civilização", a urbanista, de Machado de Assis. Na Cadeira que passo a ocupar, eu seria mais da linhagem sertanista; e Genolino Amado, mais da urbana. Se bem que atualmente seja difícil acreditar nisso, antes, a polidez, a clareza, a limpidez resultavam da contenção e do polimento que a cidade imprimia às vigorosas e rústicas qualidades camponesas. Não é por acaso que "polidez" e "polimento" têm a mesma raiz que "polis", "cidade". Foi por isso que Genolino Amado escreveu, a respeito do nosso escritor urbano e polido por excelência, que em Machado de Assis,

> de vez em quando [...] a brasa de uma referência aos braços de uma mulher bonita, ao estremecer de um desejo adolescente, arde num trecho de conto ou de romance. Mas é só. Essa faísca que bastaria para incendiar o matagal de outros [...] logo se apaga na relva orvalhada da prosa machadiana. O seu fulgor é o de um carbúnculo calcado no fundo negro do chão queimado pelos calores da terra, para brilhar depois, milagrosamente transfigurado, na fria luz de um diamante.

Sinto-me, assim, ligado a este escritor, marcado como eu pela afetividade familiar que o levou a citar, em seu discurso de posse, a figura de seu pai, seu irmão Gilberto e o primo, Jorge Amado. Fiquei gostando desse escritor que foi sergipano e carioca como eu sou, ao mesmo tempo, sertanejo paraibano e recifense. No *Auto da Compadecida*, Nossa Senhora afirma que "quem gosta de tristeza é o Diabo". Em linha semelhante, Genolino Amado escreveu que "os que nunca riem são, em geral, cruéis e inclementes". São "os inquisidores, os fanáticos, os torturadores, os tiranos", como nós, aliás, somos forçados a saber, desde a época do pobre cristão-novo Bento Teixeira. Porque, no mundo inteiro, em todos os tempos, inquisidores nos aparecem por todos os lados, sempre dispostos a julgar e condenar os escritores de acordo com seus códigos arbitrários.

Sou, ao que acredito, o sexto paraibano a ingressar na Academia, porque parece que Pedro Américo, meu primo e genro de Porto-Alegre, não teve direi-

to à honraria – assim como aconteceu ao maior poeta paraibano, Augusto dos Anjos, até nisso injustiçado pela vida. Considero o "Eu", do grande poeta do meu Estado, como o equivalente pessoal e lírico da novela épica que é *Os Sertões*. O livro de Augusto dos Anjos expressou, em termos de áspero subjetivismo e lírica reversa, a prosa da grande gesta de Canudos. Ambos são livros solitários, grandes e "do avesso". Ambos padecem de cientificismo arrevesado, dissolvido, porém, nos dois, em universos estranhos e poderosos e numa linguagem que tudo recria, em seu arrebato delirante. Ambos são livros "endaimoniados", livros "de duende", para usar expressões platônicas e lorquianas. O duende dos dois é fúnebre. Mas o de Augusto dos Anjos é mais noturno e esverdeado, e o de Euclides da Cunha é mais ensolarado e pardo, o que talvez se deva às próprias diferenças entre a mata e o sertão.

O que importa assinalar aqui, porém, é que, depois da distinção feita por Machado de Assis, Euclides da Cunha identificou nossos dois países diferentes através de dois emblemas. O Brasil oficial, ele o viu na Rua do Ouvidor, centro da civilização cosmopolita e falsificada. E o Brasil real, no emblema bruto e poderoso do sertão. João Suassuna, ainda sob influência de tal visão, escreveu:

> Nós somos um povo sugestionado pela política inferior dos decalques. Essa mania nos tem sido muito prejudicial. Perdemos tempo e gastamos dinheiro colhendo lá fora, para aplicar aqui dentro aquilo que as nossas condições de vida e a nossa educação social estão naturalmente repudiando. [...] Nascido no sertão, tenho por essa zona natural predileção que nunca disfarcei. [...] Quase tudo o que produzimos e possuímos é trabalho da nossa gente rude e boa, forte e sadia, que vive, em dois terços da Paraíba, no vasto e desafogado ambiente saneado pelo sopro ardente das secas. [...] Temos de conseguir que se aliste na vigorosa carreira da lavoura o inútil e anêmico excedente das cidades, de face clorótica e bolso vazio, tristes e enfezados "vencidos da vida", porque temem o sol e desamam a terra quente e fecunda, onde dormem tesouros perenes, reservados aos que mourejam com brio e coragem. Urge salvar, pela regeneração do trabalho, a onda parasitária. [...] Falo hoje com esta convicção e confiança [...] porque jamais pensei ou agi de outra forma. [...] Sertanejo de nascimento, jamais me deixei seduzir pelo encanto das cidades. [...] Como cidadão, entrei sempre com a parcela do meu esforço, [...] orientando-me por todos os meios contra o "civitismo", [...] criando, plantando, abrindo estradas, fundando pontes açudes, [...] barrando os boqueirões abertos à passagem dos rios por caudais diluvianos, na visão genial de Euclides da Cunha em seus sonhos de patriotismo.

Assim, opondo ao "civitismo", isto é, ao urbanismo exclusivista, um "sertanismo" não menos radical, Suassuna cometia o mesmo erro de Euclides da Cunha – o de julgar que o Brasil real era somente o do sertão e de não fazer, neste, a mesma distinção que no urbano. Foi talvez este erro de visão que levou João Suassuna a afirmar, noutra ocasião:

> Como homem do campo, tenho exercido minhas atividades em lugar onde o operariado ainda não está constituído em sindicatos. Por isso, estou muito pouco a par dos assuntos do Socialismo Moderno e de suas aspirações. Isso, porém, não quer dizer que eu desconheça e seja indiferente às necessidades e reclamações da classe operária. [...] Sou um político que preciso, para sucesso do meu esforço e para me sentir confiante, do arrimo do povo, [...] do aplauso e da solidariedade do povo. É possível que alguma coisa se faça, mas não é provável fazer tudo sem a sagração e o apoio de tão indiscutível soberania.

Influenciado por Suassuna e por Euclides da Cunha, passei muito tempo dominado por visão semelhante. Até que, depois de muitos e duros exames de consciência, descobri que, para ser fiel aos dois, eu não deveria me limitar a repeti-los: tinha era que empunhar sua chama e tentar levá-la adiante. O Brasil real teria, na verdade, não um, mas dois emblemas, pois o arraial do sertão tinha seu equivalente urbano na favela da cidade. Se o Brasil real era aquele que habita o arraial e a favela, o Brasil oficial tinha seu símbolo mais expressivo nas federações das indústrias, nas associações comerciais, nos bancos e no palácio onde reinam o presidente e seus ministros.

Por outro lado, corrigido o erro, poderia ser levado adiante até o socialismo – e sempre através daquela indiscutível soberania que Suassuna tinha visto no povo – o Pré-Socialismo que um Conselheiro profético estabelecera como centro e ponto de apoio da organização social de Canudos. Com isso, e como não sou marxista, evitava-se aquela política inferior dos decalques, da qual também falava meu pai e fazia-se do arraial messiânico ponto de partida para uma reflexão e uma ação, através das quais se pudesse fundir o que existe de bom no Brasil oficial com o que existe de melhor no Brasil real.

É que, como no tempo de Antônio Conselheiro, o Brasil continua dividido e dilacerado naqueles dois países diferentes, o oficial e o real. Qualquer que tenha sido o resultado da mestiçagem, na linha do que tentaram explicar Sílvio Romero, Araripe Júnior, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, ainda

hoje o Brasil oficial, o dos poderosos, do presidente e de seus ministros, é integrado por brasileiros de pele mais clara. E o de Antônio Conselheiro e Mocinha de Passira, pelos descendentes mais escuros de negros, índios, europeus pobres e asiáticos pobres.

O que houve em Canudos, e continua a acontecer hoje, no campo como nas grandes cidades brasileiras, foi o choque do Brasil oficial e mais claro contra o Brasil real e mais escuro. Ao Brasil mais claro, que não é somente caricato e burlesco como afirmou um Machado de Assis momentaneamente cego pela justa indignação, pertenciam algumas das melhores figuras do patriciado do tempo de Euclides da Cunha: civis e políticos como Prudente de Moraes ou militares como o General Machado Bittencourt. Bem-intencionados mas cegos, honestos mas equivocados, estavam certos de que o Brasil real de Antônio Conselheiro era um País inimigo que era necessário invadir, assolar e destruir. O civil que começou a reparar este erro doloroso foi Euclides da Cunha. O militar foi o Major Henrique Severiano, grande herói de Canudos, do lado do Exército. Através de sua bela morte, acendeu ele uma chama que, juntamente com a de Euclides da Cunha, temos todos nós – intelectuais, políticos, padres e soldados – o dever de levar fraternalmente adiante. Conta-se, em *Os Sertões*, sobre o incêndio dos últimos dias de Canudos:

> O comandante do 25.º [Batalhão], major Henrique Severiano [...] era uma alma belíssima, de valente. Viu em plena refrega uma criança a debater-se entre as chamas. Afrontou-se com o incêndio. Tomou-a nos braços; aconchegou-a do peito – criando com um belo gesto carinhoso, o único traço de heroísmo que houve naquela jornada feroz – e salvou-a. Mas expusera-se. Baqueou, malferido, falecendo poucas horas depois.

Este seria o militar simbólico, emblema do verdadeiro soldado brasileiro, capaz de apoiar um movimento em favor do povo, também simbolicamente representado aí por essa criança, iluminada entre as chamas do seu martírio. Euclides da Cunha, formado, como todos nós, pelo Brasil oficial – falsificado e superposto –, saiu de lá como seu fiel e integral adepto, positivista e "modernizante". E de repente se viu ofuscado, encandeado e perturbado pelo Brasil real de Mocinha de Passira e Antônio Conselheiro. Sua intuição de poeta de gênio e seu nobre caráter de homem de bem colocaram-no imediatamente ao lado dele, para honra e glória sua. Mas a revelação era recente

demais, dura demais, espantosa demais. De modo que, entre outros erros e contradições, só lhe ocorreu, além da corajosa denúncia contra o crime, pregar uma modernização que consistiria, finalmente, em conformar o Brasil real pelos moldes da Rua do Ouvidor e do Brasil oficial. Isto é, uma modernização falsificadora e falsa e que, como a que estão tentando fazer agora, é talvez pior do que a invasão declarada. Esta apenas destrói e assola, enquanto a falsa modernização, no campo ou na cidade, descaracteriza, assola, destrói e avilta o povo do Brasil real. Não me coloco hipocritamente fora do Brasil oficial, nem se trata de nos opormos à verdadeira modernidade. Trata-se de recriar as instituições do Brasil oficial de acordo com a verdade do Brasil real. Assim, lembro apenas que, como fez Euclides da Cunha, sempre que nos descobrirmos no caminho do erro e do processo histórico oficial, devemos obrigar-nos a um exame de consciência tão rigoroso quanto os religiosos, procurando então retomar o caminho real oposto. É o que teremos de fazer a cada instante, se é que desejamos realmente transformar o nosso País numa verdadeira Nação, num Brasil que seja grande e justo, e não apenas vulgar, injusto e falsamente próspero como se vem tentando.

Sem êxito à vista, aliás. Atualmente, o que estamos conseguindo é um pacto demoníaco, através do qual vendemos a alma sem nada conseguir para o corpo. Euclides da Cunha – deformado pela Rua do Ouvidor e pelo Palácio, que no tempo dele era o do Catete como hoje é o da Alvorada – partiu de São Paulo para o Nordeste como um cruzado da República positivista e da cidade, que então queria ser francesa como hoje quer ser caricatamente americana. Partiu para ajudar a destruir aquilo que, para ele, era ameaça, barbárie e fanatismo sertanejo – e que, na verdade, era o esboço em bruto da nossa grandeza, da nossa justiça, da nossa futura verdade singular de nação. Fique logo claro que, comparados os dois palácios, existe ainda uma diferença a favor do Catete e contra o da Alvorada, no que se refere à verdade brasileira. Talvez por causa disso, Euclides da Cunha mesmo ofuscado, ao se ver diante do povo brasileiro real, pôde tomar seu lado – e o grande livro que é *Os Sertões* resultou do choque experimentado ante aquele Brasil brutal, mas verdadeiro, que ele via pela primeira vez em Canudos e que amou com seu sangue e com seu coração, se bem que nunca o tenha compreendido inteiramente com sua cabeça, meio deformada pela falsa Ciência europeia que o Brasil ofi-

cial venerava, e ainda venera, como dogma. Quando ele fala com base nesta falsa Ciência, erra. E acerta quando deixa falar sua genial intuição de poeta. A sorte é que aquela pseudociência, enfatuada, pretensiosa e equívoca perde-se no galope épico da ação, no cenário e nos personagens, erguidos e transfigurados pela extraordinária linguagem alegórica, áspera e profética que ele criou. Se queremos, mesmo, encontrar um caminho para nosso País, temos que segui-lo, levando adiante, na medida das forças de cada um, a chama iluminadora daquele que foi e continua a ser a obra fundamental para o entendimento do Brasil. A pedra angular para a futura edificação de nossa Pátria como Nação. Uma nação na qual a cisão atual seja substituída pela indispensável identificação e onde, pela primeira vez em nossa atormentada História, o Brasil oficial se torne expressão do Brasil real.

# II

# RESPOSTA DO SR. MARCOS VINICIOS VILAÇA

A expectativa pelo resultado de candidatura à Academia atormenta e aflige. Já se disse até que ao tímido melhor fora livrar-se da espera agoniada, ficando ao sereno na calçada da Avenida Presidente Wilson, sem tentar entrar aqui nem carecer de acertar o labiríntico caminho de incertezas, nem escutar a dissinfonia que mistura bons e maus augúrios.

Não foi o seu caso, Sr. Ariano Suassuna, esperado com arruído e foguetes de lágrimas por todos os inquilinos das glórias machadianas. Tanto que, ao ouvirmos o seu chamado, à moda nordestina:

– Oh de casa!

Todos, à unanimidade, respondemos:

– Oh de fora!

Foi a alegria de tê-lo, logo, mano a mano.

Só não esqueço a frustração que sofri ao lhe telefonar para dizer, encerradas as inscrições à sucessão do saudoso Genolino Amado, que nenhum outro se dispusera à competição. E falei:

– Você será candidato único. Uma eleição tranquila.

De lá, do seu retiro recifense-capibaribeano do Poço da Panela, dispara, para me desorientar, perguntas danadas:

– E você acha isso bom? E se eu perder para ninguém?

Seguidas da advertência:

– Minha família é ruim de urna, desde 1930 ninguém vence uma eleição!

Quando a Academia Brasileira de Letras foi fundada, em julho de 1897, ainda se brigava em Canudos, sob a convicção de volta à Monarquia. Pois não é que, quase cem anos depois, um canudo euclidiano e ex-monarquista chega aqui acarinhado na consagração do referendo geral – e não apenas daquela unanimidade que, após as votações, todos nós gostamos de dizer, em boa e conveniente tradição, ter sido conferida aos ganhadores.

Sua incorporação à grei machadiana é perfeita, pois, não sendo um academicista, se livrará do confronto com o maior inimigo das academias, o academicismo.

Aqui encontrará, porém, a glória que não passa mesmo, porque as academias não inventam, não fazem escritores menores ou maiores. As academias nada têm a dar além do reconhecimento dos valores e dos poderes do convívio.

As academias não prejudicam a obra de ninguém, não amordaçam nem libertam escritores. Nem as academias representam estações de fim-de-linha. De outra parte, compreendemos a natureza complementar dos ritos, o que, aliás, está exemplarmente admitido no seu discurso. Daí ser o fardão apenas a relevante nota litúrgica, complementar da dignidade ou do ridículo: depende do monge que o use.

Aliás, o povo é sábio, na reverência a esses ritos, a essa liturgia. Nunca esqueço o alvoroço recifense quando a rainha Elizabeth II ali esteve. Todo mundo na rua para ver Sua Majestade desfilar em carro aberto, na companhia do governador Nilo Coelho. Ela passa, e Marieta, a velha cozinheira da família de minha mulher, me diz, arrasada:

Que decepção! Nunca imaginei uma rainha sem manto, nem coroa!

Foi por conhecer, para usar uma ideia-síntese, o seu apreço pela Heráldica, que sabíamos, mesmo ainda vigorasse o Regimento que favoreceu a Rio Branco assumir a Cadeira através de carta, Ariano Suassuna não repetiria o gesto.

Aqui está ele muito mais fazendo que a gente recorde um sonho do Quaderna, sempre tão respeitador dos halos acadêmicos. Mais ainda: fundador da Academia de Letras dos Emparedados do Sertão da Paraíba.

Atentemos para este trecho de *Romance d'A Pedra do Reino*, livro que Maximiliano Campos chama, no seu imperdível posfácio, com felicidade de "Brasileida":

> Devo confessar a Vossa Excelência (Sr. Corregedor) que ontem à noite dormi muito mal: tive um sono profundamente perturbado. Passei a noite sonhando, e desses sonhos, dois sobretudo me deixaram impressionado. O primeiro referia-se à minha coroação como gênio da nossa raça, através da Academia Brasileira de Letras.

Ora, "gênio da raça" ainda não é laurel que distribuamos. Limitamo-nos à glória da "imortalidade". E já basta.

Essa imortalidade é para que desfrutemos, na Casa, aquilo de que muito nos orgulhamos: o exercício da liberdade.

Conta-se, aliás, que, ao tempo da Paris ocupada, sob o guante da SS e da opressão nazista, um acadêmico se dirigia à sessão e, na altura do *Pont des Arts*, um oficial invasor o aborda, apontando para *La Coupole*:

– Que edifício é aquele?

E teve como resposta:

– É a Casa da Liberdade.

Pois este *Petit Trianon* é outra Casa da Liberdade, inclusive nos últimos tempos – muitos e alegres tempos – presidida por alguém que redigiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Este seu conhecido "à vontade" nada terá de se inibir perante a Casa. Querêmo-lo exatamente assim, como construiu a obra estupenda e mostrou a todos a personalidade admirada e admirável.

Por tudo isso e por saber o quanto gosta da poesia de Deborah Brennand, ouso sugerir-lhe ter, de agora por diante, ainda mais presentes, estes versos:

> Então, não lamentes o amanhã. Ajaeza teu cavalo e segue
> Entre o cheiro das juremas, nos ramos da terra clara.
> Nos rios mortos, apanha o teu brasão, as três medalhas.
> O gavião da luz devora um voo de sombras frágeis.
> Segue e rasga o lenço vermelho: está acesa a batalha.

De batalhas, aliás, são enxundiosas sua vida e obra. A mais forte delas, a decisiva de tudo, quando João Suassuna tombou, assassinado na vida para renascer no exemplo.

O filho diria, depois:

Aqui morava um rei quando eu menino
Vestia ouro e castanho no gibão,
Pedra da sorte sobre meu destino,
Pulsava junto ao meu, seu coração.

Para mim, o seu cantar era divino,
Quando ao som da viola e do bordão,
Cantava com voz rouca, o desatino
O Sangue, o riso e as mortes do sertão.

Mas mataram meu pai. Desde esse dia
Eu me vi, como cego sem meu guia
Que se foi para o sol, transfigurado.

Sua efígie me queima. Eu sou a presa
Ele, a brasa que impele ao fogo acesa
Espada de ouro em pasto ensanguentado.

Confessa que é um daqueles escritores que, tendo infância rural, inventa terras e remos como os "Fazendeiros do Ar", todavia não o faz por frustração ou escapismo, porém para a recriação e o enriquecimento poético e forte do real, na gana da recaptura.

É da tragédia da infância, com impressões digitais de dor eterna, que vemos Ariano Suassuna emergir para expor ideias, zelar respeitos, desabotoar preconcebidas conceituações de cultura, construir um dos mais altos momentos da dramaturgia em Língua Portuguesa, para realizar obra romanesca de fascinante afinidade com tudo que é brasileiro, na incrível magia das palavras, e para ser adorável e travesso insubmisso, de vez em quando se fingindo de doido manso.

Só que ninguém se fie na brandura desse cangaceiro de Taperoá, ele próprio sabedor de que o cangaço não se esgota num grupo de facínoras a

espalhar terror e horror. Cangaço é também o grito de uma gente reagindo à injustiça, à opressão, à exploração e ao arbítrio.

O cangaceiro que recebemos hoje – sob luzes de reconhecimento, de aplauso, de simpatia, luzes mais profusas por que o homenageiam – está temperado em lições recebidas na Fazenda Acauhan, no Território Livre de Princesa e nas sequidões dos Cariris Velhos.

Vem de famílias valentes – pela varonia, dos Suassuna – sobrenome indígena que substituiu o luso-florentino Cavalcanti de Albuquerque; em maior ortodoxia que o outro ramo que adotou o Suassuna só como título nobiliárquico – e, pelo lado materno, dos Dantas, que, em 1912, tomaram mais de dez cidades a bala e, na crise perrepista, tendo a casa cercada, o povo açulado – a cantar o "Vassourinhas" – ameaçando sopresá-la, enrijeceu-se de bravura pela ordem dada a um dos filhos, por D. Ritinha, mãe dele:

– Vá pro piano e toque o Hino de Princesa.

E a meninada, ao som da música aliciadora, Ariano Suassuna inclusive, começou a cantar:

> Cidadãos de Princesa aguerrida
> Celebremos com força e paixão
> A beleza invulgar desta lida
> E a bravura sem par do sertão

Ao contatar sua obra, vemos que não se sonega nos seus limites. Seria espécie de bitributação, se, separadamente, cuidássemos de destecer-lhe a renda da vida e de lhe conhecer a produção artística de intelecção imediata. Em razão disso, José Augusto Guerra disse que, nele, a vida e a Arte se completam na fala, nos gestos, nas lembranças, nas confissões.

É fácil perceber o quanto ambas têm do cerne dos problemas daquele tempo e do homem daquela região cheia de sofrimentos, vítima de esquartejamentos sucessivos.

No ato de escrever, reconhecidamente o mais público de todos, denuncia-se a sua natureza participante, pinçando a criatura como parte de um povo. Daí, ser ela encontradiça no núcleo e na moldura dos personagens.

É da nossa querida Rachel de Queiroz a feliz observação em admirável prefácio para *Romance d'A Pedra do Reino*: "Só comparo o Suassuna a dois

sujeitos: a Villa-Lobos e a Portinari. Neles a força do artista obra o milagre da integração do material popular com o material erudito, juntando lembrança, tradição e vivência com o toque pessoal de originalidade e improvisação."

Indo viver os primeiros anos de infância no sertão, contingenciado no luto, viu dentro de casa a batalha da mãe, viúva, aos 34 anos, com nove filhos por educar; e lá fora ouviu os homens do sertão no seu eloquente silêncio.

É preciso anotar que Suassuna não restringiu o mundo ao sertão. Antes, pôs o sertão como palco dos dramas do homem de qualquer latitude.

A peculiaridade regional é apreendida como forma "significante", sem aprisionar o "significado" das coisas, e, em vez de capitular ao pessimismo, resgata o sentimento de amor-próprio.

> Tudo isso introduziu no meu sangue, diz Suassuna, – não digo nas ideias porque veio bem depois – a convicção obscura, mas profunda e arraigada, de que o mundo era, ao mesmo tempo, um espetáculo cruel e belo, duro, mas que vale a pena, porque é grande e porque Deus existe. O pessoal diz, às vezes, por mania esquerdejosa, que eu pinto o sertão e o sertanejo, alegres e belos, como se a vida fosse fácil. Eles não conhecem nem o sertão nem os sertanejos. Os sertanejos são mesmo capazes do sangue da tragédia e do riso violento da comédia; e o sertão é belo. Não é gracioso, como a Zona da Mata: é belo, despojado e cheio de grandeza, capaz de riso, de beleza e de corajosa alegria, no meio da aspereza e da crueldade do mundo.

É fácil entender porque João Cabral de Melo Neto poetou assim:

> Sertanejo, nos explicaste
> como gente à beira do quase,
>
> que habita caatinga sem mel
> cria os romances de cordel
> o espaço mágico e feérico
> sem o imediato e o famélico
>
> fantástico espaço suassuna
> que ensina que o deserto funda.

Na seca, há um caladão doido, um caladão que fala, é o silêncio. E fala gritando, com a alma arranhada de dor.

Esse silêncio é denunciador de que Ariano Suassuna não se situa no sertanismo do sertão úmido, entroncado em Afonso Arinos ou Guimarães Rosa, mas no sertão seco; de vaqueiros encoletados em couro; de sóis sem-fim; euclidiano; emaranhado numa espécie de palha de aço de macambiras, gravatás, coroas-de-frade, facheiros, erva-babosa; de terreno áspero; de chocalho de cabra; por todo lado, um mundo castanho, um mundo pardo, uma raça da cor da suçuarana – nossa onça castanha – e de coisas dispostas numa como que essencialidade bíblica.

Nesse cenário, se desenrola a trilogia de que *Romance d'A Pedra do Reino* é a primeira parte. Escrevendo no "Álbum de Depoimentos" da minha filha, em dezembro de 1977, ele faz uma confissão e um desenho significativos e explicativos:

> Querida Taciana: Se tudo o que eu escrevi tiver que ser esquecido e desgastado pelo Tempo e se fosse dado o direito de salvar um só livro dessa cinza e desse pó, eu escolheria o longo romance que venho escrevendo desde 1958... Por isso, resolvi colocar aqui, como homenagem a você, essa espécie de desenho simbólico d'*A Pedra do Reino*.

Despertado para o mundo como ele próprio conta, entre o primeiro e o segundo ano de vida, dentro de uma rede, chorando porque a mãe deixara uma prima embalando-o, Ariano Suassuna viveu infância marcante, no seu modo de ser, a um só tempo, singular e plural.

Aliás, aquela rede de dormir deveria estar armada em certo alpendre ou quarto do palácio do Governo, na capital da Paraíba, Estado de que seu pai fora presidente, como se dizia à época.

Conta-se que um dia desses, ao passar pela cidade onde nasceu, e dela não pronuncia o nome atual, por conta de tudo o que sabemos, foi Ariano Suassuna ao palácio para rever e recordar.

De alpercata, calça e camisa, na sua encadernação dos últimos anos, barrou-lhe o guarda a entrada, censurando-o:

– Como que quer entrar; sem paletó e gravata?

A resposta veio firme e maliciosa, sem que o coitado do vigilante pudesse entender:

– Pois saiba que já andei nu aí dentro muito tempo. E ninguém reclamava. Até achavam bonitinho e engraçado.

A infância ensejou-lhe muito de amadurecimento antecipado, porque, como diz nestes versos, ela foi assim:

Sem lei nem rei me vi arremessado
Bem menino ao planalto pedregoso
Cambaleando cego ao sol do acaso
Vi o mundo rugir tigre maldoso.
.....

E veio o sonho e foi despedaçado
E veio o sangue, o marco iluminado
A luta extraviada e a minha grei.

Naquele tempo, sabia-se do sertão como o sertão sabia do mar e, talvez por isso, esperava-se fosse cumprida a prédica de Antônio Conselheiro: "Em 1896 hade rebanhos mil correr da praia para o certão: então o certão virará praia e a praia virará certão."

A profecia cumpriu-se pelo avesso: em 16 de junho de 1927, na Cidade de Nossa Senhora das Neves, capital do Estado da Paraíba, filho de João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna e de Rita de Cássia Dantas Villar, nasceu Ariano Villar Suassuna. Um ano depois, 1928, a família Suassuna regressa a seu lugar de origem, o sertão, na Fazenda Acauhan.

Pois bem, o sertão recebeu da praia, do litoral, um seu grande intérprete. O menino pisou a pedra, ouviu os cantos dos pássaros, do povo e, com os professores Emídio Diniz e Alice Dias, aprendeu a ler os primeiros folhetos, os primeiros romances populares. O menino ouviu, pela primeira vez, os cantadores – Antonio Marinho e Antonio Marinheiro – e assistiu a uma peça de mamulengo. O menino se fez, ora descobrindo o imóvel das gravuras, nas capas dos folhetos, ora aprendendo a música do martelo, do galope, da sextilha, da gemedeira, onde gemem os cantadores.

Os seus versos, a prosa, o teatro fazem parte da sua experiência vital. Por isso, o que produziu, proclama um tanto orgulhoso, se aproxima da parte do mundo que lhe foi dada, cheia de sol, de poeira, de atores ambulantes, de bonecos de mamulengo representando gente comum, de assassinos, de juízes, de avarentos, de homens e mulheres de bem, de prostitutas, de luxuriosos medíocres. Seu nativismo, adverte Silviano Santiago, não é tão "estreito"

quanto os dos que pregam um ufanismo de portas fechadas, nem tão "aberto" quanto o dos que professam uma constante dívida, na construção do brasileiro, ao alienígena.

Raimundo Carrero observa que nele "o processo de criação, a fabulação, a chamada agilidade dos diálogos, a arrumação de cenas, a escolha de personagens e a notável 'arquitetura' das tramas jamais traíram a concepção de Arte e de mundo".

É a autenticidade costumbrista, digo eu, desse ressuscitador prodigioso da memória e da alma de sua gente.

Muito do que pode parecer sem-vergonhice de algum dos seus personagens na verdade é a busca do indispensável à sobrevivência. É espécie de vitória da inteligência sobre a adversidade opressora.

No Nordeste, a gente sabe que a astúcia é a coragem do pobre.

Além do mais, esses recursos literários favorecem ao leitor ou ao espectador um suculento exercício de imaginação.

Inspirando-se em bons e nada desprezíveis anônimos, em bons e nada desprezíveis analfabetos, a obra suassuniana foge do banal, porque a desbanalização ocorre exatamente por conta do quanto se mostra atenta ao homem e à magia do cotidiano.

A sua graça, a sua originalidade vêm da empatia com a tradição popular, fazendo tudo que escreve ser espécie de coroa da arte do seu povo. Por isso, tão pura, tão fogo, tão fogosa, tão tradicional e tão original, tão novidadeira, tão ocupada – no sonho e na tradição – em redimir injustiças da vida real.

Antônio Houaiss, com a sua precisão habitual, adverte que:

> Essa inserção no tradicional é, entretanto, tão espontânea e autenticamente estabelecida, que [...] embora possa parecer, a certos analistas metafísicos, um mero aproveitamento de recursos cediços sem originalidade, é, em verdade, uma rica lição de como o novo provém do velho, de um combinatório criador do velho, de modo que o novo apareça como decorrência precisamente desse combinatório.

Nela, é ostensiva uma fidelidade ao que Gilberto Freyre identifica como muito própria do nordestino: a constante ampliação das zonas de sensibilidade, zonas como que erógenas de civismo e fé.

Aliás, o meu dileto Josué Montello, instigante e perspicaz, ao recordar a expressão de Chateaubriand, me disse, faz poucos dias, querer nesta noite ouvir bem os discursos de posse e de recepção para sentir exata demonstração do quanto o Nordeste significa para os oradores, ou seja, uma verdadeira Mátria, diversa da Pátria, que é o todo, no seu conjunto.

Sendo assim, de modo a que não se perca o caráter patriótico e reivindicante, e nem prejudique a prática da inconformidade ao tratamento, permitam-me um instante de "matriísmo" e de "nordestinidade" comprometidas com o progresso e não apenas literárias. Associemos o "matriísmo" ao "patriotismo".

O ano passado, com o processo amplo da campanha política, foi o instante de germinação para as propostas de revisão da estratégia de desenvolvimento regional. Esperamos, agora, que a complexa realidade de seu sistema social, os seus desequilíbrios, a parte que a Região representa de um todo maior – o sistema social nacional – sejam considerados. E que a sua inserção nesse sistema social nacional se faça de modo funcional e convergente.

O Professor Roberto Cavalcanti de Albuquerque tem alertado, e louvo-o pela lucidez como coloca a questão, para a necessidade de a consciência nacional reagir às tentativas de nela se implantarem "mitos incapacitantes" com relação ao Nordeste, como região, e ao nordestino, como povo. É a inconformidade aos clichês mentais depreciativos sobre o Nordeste: o de que o seu desenvolvimento autossustentado é impossível; o de que, no semiárido, a agricultura é inviável; o de que os recursos públicos destinados à Região são invariavelmente malbaratados; o de que a população regional degrada-se rapidamente em sub-raça de nanicos ociosos e imbecilizados.

Setores ponderáveis do Sul e do Sudeste do País não podem ignorar que o Nordeste respondeu aos incentivos à industrialização, com desempenho produtivo superior ao do País; que a agricultura moderna, no semiárido, é factível tecnicamente (com a grande e a pequena irrigação) e rentável economicamente; que a Região evoluiu significativamente no social, conforme demonstram os indicadores de mortalidade, morbidade, nutricionais, educacionais, entre outros.

Tem razão, ainda, aquele ilustre brasileiro ao lembrar:

> O ideário que deve orientar o projeto do Nordeste precisa transmitir mensagens positivas: de integração do sistema regional no sistema nacional que seja mutuamente benéfica; de compatibilização de interesses; de transmissão inter-regional do desenvolvimento, reciprocamente fertilizante.

Logicamente, se a opção estratégica regional for a da inserção convergente – econômica, social, política – no sistema nacional, o conteúdo de sua estratégia deve estar, sintônica e sincronicamente, ajustado à política nacional de desenvolvimento.

Mas não só pelas mudanças e transformações na política de desenvolvimento regional se interessa a inteligência dos brasileiros, em particular a dos nordestinos. É bom não esquecer que, no *Auto da Compadecida*, infere o personagem Manuel da necessidade de uma reforma administrativa. Não na terra, mas no céu. Tudo isso por conta da avassaladora presença salvacionista da Virgem Maria, no empenho de resgatar a todos das penas do fogo eterno.

Manuel falou meio zangado, àquela altura, inconformado com o protecionismo largo, desmedido, de quem mais cultivava o Perdão que a Justiça: "Se a Senhora (a Compadecida) continuar a interceder por todos, o inferno vai terminar [...] feito repartição pública, que existe mas não funciona."

Aí está a crítica social de grande acento cristão. Nada blasfema. Ao contrário, de profunda espiritualidade. Mas houve quem descobrisse nos textos de Suassuna – foi Plínio Salgado, pobre dele – diálogos maldosos, por vezes infames a Deus e à Virgem Maria, estruturados e encenados "de acordo com a técnica soviética de desmoralização da religião".

As contradições que espalhou – como em obediência a Unamuno que preceituou aos artistas o gosto pela controvérsia – também o obrigaram a ouvir que se portava e escrevia como "solteirona da Ação Católica".

Por isso, lhe foi constante o ser acossado por duas censuras: a fascista, autoritária, da Direita; a outra, igualmente totalitária, intolerante, vinda das patrulhas ideológicas marxistas.

Melhor, na verdade, seguir a sugestão de Décio de Almeida Prado que, ao integrar essa obra admirável do não menos admirável Afrânio Coutinho, de interpretação e de esclarecimento da história da Literatura Brasileira – com graça e sabedoria, indica que a justiça e a misericórdia divinas – podem se

expressar, em Ariano Suassuna, no seguinte: "Bem-aventurados os pobres porque deles será o Reino dos Céus."

Ariano Suassuna pôs diante da nação cristocêntrica, que é o Brasil, a condição de ter um teatro de amplo significado religioso, ao retomar, inovando-as, as sendas vicentinas. Teatro, igualmente, de ideias, porém de nenhum modo ideológico, na perfeita observação de Ângelo Monteiro.

Do seu lado, Geraldo Costa Manso afirma que a sua dramaturgia traz a religiosidade do medievo no riso, nas moralidades, nos personagens típicos, na encenação circense, centrada sempre em um ângulo de profunda articulação com a condição humana. Aliás, a propósito desse modelo medievalizante, há razão em Lígia Vassalo, ao observar que a aquisição, pela vivência pessoal, da oralidade em nada despreza as vias cultas das literaturas europeias escritas, nas quais também se arrimou. E diz Vassalo: "Esta opção não implica em arcaísmo, porém em extrema afinação dos elementos constitutivos da obra."

E Eduardo Portella completa: "A fidelidade à forma peninsular é, em Ariano Suassuna, ademais uma solução funcional para um teatro sem tradição que o justificasse. E a tradição não se isolou, ao contrário, se harmonizou com o Nordeste."

É como se as pessoas, se matando, pela sobrevivência, transfigurassem a dor e fizessem dela uma flor a se transformar em riso.

Não resisto ao desejo de trazer à lembrança de todos parte da competente apresentação que Sábato Magaldi faz de *A Pena e a Lei*, ao dizer:

> O mecanismo teatral encontra perfeita equivalência no universo religioso [...] o palco resume aquele *gran teatro del mundo* microcosmo simbolizador da história humana, quando o homem pergunta o significado de sua presença na Terra. Teatro e transcendência estão aí admiravelmente fundidos. [...] É perfeita a correspondência entre a materialização cênica e o intuito apologético fundamental.

Ariano Suassuna foi protestante. Adoeceu, converteu-se ao Catolicismo. Graduou-se em Direito e foi trabalhar no escritório de Murilo Guimarães, um dos principais do Nordeste. Reconheceu; não dava para aquelas coisas. Deixou. Tornou-se professor de Estética. Um estupendo sucesso. Dirigiu a área de Cultura da Prefeitura do Recife. Outro grande êxito.

E ainda há quem diga que ao intelectual não está reservado o esplendor da ação. Como é ruim generalizar!

Foi aí que Suassuna deu força à popularização da Cultura, em vez de se restringir à teoria dos ortodoxos da chamada Cultura popular. E é aí que a gente pode encontrar uma grande sintonia, teórica e prática, do Suassuna, Secretário da Cultura, no Recife, com o Mário de Andrade, Diretor do Departamento de Cultura, em São Paulo. Nessa ocasião, ele pôs no debate de rua o seu entendimento de Literatura, teatral ou romanesca, como interpretação individual de um sentimento plural, enraizado no populário nordestino.

Por essa época, cismou que não queria ser tratado de Secretário. Justificava-se, dizendo que em sua fazenda tinha um jumento chamado Secretário. Por isso mesmo, um amigo comum, lá do Recife, Ítalo Bianchi, já o advertiu de que não inventasse agora que também tem algum bode chamado de Imortal.

Densificou, a partir dos seus tempos de dirigente cultural da Universidade do Recife, a atenção de todos pelo Movimento Armorial, quando posicionou a Cultura popular nos ambientes cultos. Um projeto estético encontradiço na cerâmica de um Brennand ou de um Miguel dos Santos, nos romances de um Maximiliano Campos ou de um Raimundo Carrero, na música de um Cussy de Almeida, de um Guerra Peixe, de um Antonio José Madureira, na poesia de uma Janice Japiassu, de um Marcus Accioly e também nos painéis de Zélia sua mulher.

O Movimento Armorial tem ligação com o espírito mágico do romanceiro popular do Nordeste – a Literatura de Cordel; com a música de viola, rabeca, pífano, que acompanha seus "cantares"; e com a Xilogravura, ilustração de suas capas, assim também com o espírito e a forma das artes e espetáculos populares.

Estas coisas aconteceram sem caipirismos, pois o caipirista só se ocupa "sectariamente" do que há de transferível na vida ou na natureza regional. A obra suassuniana cuida do transferível, do transregional. Por isso, Gilberto Freyre viu nela uma grande distância daquela subliteratura do Sudeste americano que tentou fazer do "negro" um ente ridículo.

Seu teatro, de igual maneira, a excelente poesia e o romance – para onde foi porque algumas coisas que tinha do seu mundo interior, conforme diz, não mais cabiam em versos ou no Teatro — têm expressão linguística popular, como manifestação da Região, e erudita, pela comunicação universalista. Sem que falte, nunca, o tempero do "riso bom e ruidoso, um sopro de vida simples e cheio de paixões diretas, um cauterizar feridas que alegra até o cauterizado, um girar contínuo de graça e astúcia cabocla, sob o fundo de universal humildade", como viu Drummond.

É com essas raízes que a suassuniana trafega pelo trágico e o risível. Não esqueçamos que o engraçado é simpático. Ele próprio, falando do Quixote, diz assim: "[...] há uma beleza criada a partir daquilo que, no comportamento humano, faz parte do risível. E então, uma beleza criada a partir daquilo, sem exageros, o que elidiria o riso."

Agora, Sr. Ariano Suassuna, escute uma coisa. Escute também, dona Zélia, em quem o novo acadêmico se instalou, no conforto do coração, e de quem faz juízo exato, ao dizer: "Os escritores gostam tanto de fantasiar as coisas que, quando não têm um caso de amor, inventam. Eu tive sorte; casei com meu próprio caso de amor."

Ariano Suassuna acha que o sertão é macho e a mata é fêmea. Pois disto usa, quem disto cuida: não é que a nossa distinta dona Zélia vem de famílias da Zona Canavieira pernambucana, da gente de José de Barros Lima, o "Leão Coroado" da Revolução de 1817, companheiro de Frei Caneca? Vem de Tapera. Tão perto – pelo menos na grafia – de Taperoá. Somente uma letra, o "o" e um acento, o "agudo", os separavam. O mais, foi só a ensancha do encontro.

Escutem, pois: a comunidade machadiana está feliz em os incorporar aos seus quadros regimentais e afetivos.

Sr. Ariano Suassuna,

não se entusiasme muito com a imortalidade, ela, às vezes, surpreende desfavoravelmente. Será bom que a decepção não lhe bata à face, outra vez, como no episódio da "La Cumparsita".

O caso, eu vou contar como o caso foi:

Um dia, em casa de Francisco Brennand – seu colega de turma e o artista extraordinário a quem todos admiramos – chega o padre vigário da Várzea, o bairro recifense, hoje tão renomado, por conta desse pintor ceramista, e o anfitrião, feliz, exclama:

– Padre, veja quem está aí!

O padre olha para Suassuna, desconfiado, sem saber quem era. Brennand, no afã de salvar as aparências:

– É porque eu não disse o nome dele. Quando eu disser o senhor identifica.

E o padre:

– Quem é?

E ele:

– É Ariano Suassuna.

O padre confessou, honestamente, nunca ter ouvido falar. Então, Brennand, no esforço derradeiro:

Mas, padre, é o autor do *Auto da Compadecida*.

O rosto do padre se iluminou:

– Ah! Essa eu conheço – e emendou logo a pergunta: – O senhor tem composto muito?

Foi quando Suassuna, sem entender nada, observou-lhe:

– Não, padre; eu não sou compositor.

O padre, novamente perdido, rebate:

– Mas o Dr. Brennand não acaba de dizer que o senhor é o autor de "La Cumparsita"?

Escutem, agora em sério, Ariano e Zélia, pois os trato na intimidade acadêmica: dependurem, lá na casa da Rua do Chacon o diploma da Academia Brasileira de Letras junto àquele de benemérito da Associação dos Cantadores e Violeiros do Nordeste e, assim, promovam a união indissolúvel de Machado de Assis e Austregésilo de Athayde a Antonio Marinheiro e a Antonio Marinho, para não falar num montão de outras boas-gentes, como certamente se referira José Sarney.

Depois, não esqueçam que aplaudem as cenas desta noite, outros paraibanos que se pernambucanizaram, desde André Vidal de Negreiros, passando por Odilon Nestor, Augusto dos Anjos, Virginius da Gama e Melo, Aderbal Jurema, Assis Chateaubriand, José Lins do Rego, e chegando

a Marcílio Campos, a Tarcísio Pereira, a João Câmara e a Edilberto Coutinho. Ademais deles, também os doidos que fizeram a alegria de nossas respeitáveis Cidades – Taperoá, Lajedo e Limoeiro – porquanto cidade sem doido não merece respeito. Falo da Velha do Badalo, de Júlia Doida, de Manoel Penico e de Inácio Carreta.

Pois bem, aquele que o saúda se empavona ao dizer que se apresenta nesta Sala solene com cheiro de pólvora, impregnado do suor das lutas políticas e familiares, entupido de códigos de honra e sempre com o olho na mira, por imposição das disputas de vida e morte.

Devo, finalmente, anotar que o que eu disse de Ariano é muito pouco para o muito que ele é.

Desejo combinar – e como combinam! – o fardão e a viola. Quando Manuel Bandeira assistiu a uma cantoria de viola entre os irmãos Dimas e Otacílio Batista, desabafou, em "Cantadores do Nordeste":

> Saí dali convencido
> Que não sou poeta não;
> Que poeta é quem inventa
> Em boa improvisação,
> Como faz Dimas Batista
> e Otacílio, seu irmão.

Assim, para que ninguém duvide da harmonia fardão-viola – para que todos os presentes possam assistir, sem duvidar, a um desafio de viola, embora erudito, eu convoco à minha fala dois poetas (que dedicaram poemas entre si) e dois poemas; convoco o aqui já convocado Ariano Suassuna e convoco o pernambucano Marcus Accioly, aqui também presente. O desafio é em forma de martelo.

Ariano Suassuna começa, "ante um retrato de Camões":

> Se, na noite de chuva, a tempestade
> em solitários galhos açoitados,
> revivesse os navios naufragados
> e o travoso gemer da soledade;
> se, da grave assonância da vontade
> entrever se pudesse o sacrifício,
> nesse claro e cansado frontispício

quem, mais do que teus olhos, cantaria
da vida o caso cego e a galhardia,
a luz flamante e o sacro desperdício?

Marcus Accioly responde, evocando o maranhense (rima e solução) Catulo da Paixão Cearense:

Sobre as cristas das pedras pousam anjos
Para ouvir estes rudes desafios
Que só hão de cessar ao sol nascente
Pois que a noite tem cantos como os rios.
E estes cantos são notas ou arranjos
De violas, rabecas e pandeiros
Que, marcando o compasso do repente,
Fazem os passos da noite mais ligeiros
Porque o dedo da gente quando esfola
o aço firme e sonoro da viola
que parece chorar enquanto canta,
Eu, lembrando Catulo quando falo,
Ouço a lua cantar dentro do galo
Que carrego por dentro da garganta.

Minhas senhoras, meus senhores,

a cantoria vai continuar pela noite adentro, até o sol nascer. Cedo a retórica à poética. Talvez seja invulgar a cantoria nesta Casa, dentro desta Casa de Machado de Assis. Mas ela irá virar a noite, e eu devo dizer, agora, a todos: Boa noite. Até amanhã.

Discurso do
SR. CANDIDO MENDES DE ALMEIDA

e

Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 12 de setembro de 1990*

# I

# DISCURSO DO SR. CANDIDO MENDES DE ALMEIDA

## ACADEMIA, MITO INAUGURAL DA NOSSA CULTURA

Somos os quarenta da caverna do nosso inconsciente coletivo: o deste Brasil pobre, de tão poucos mitos. Panteon minguado de um imaginário escasso. Marca-o esta Casa, na sua arquitetura de despojos e ruminações, que constitui, mais consoladora do que reptante, a nossa glória.

Não há um Brasil indiferente à Academia. O poder nos corteja; a inteligência nos desdenha; sideramos o povo. Nosso é o lugar deste cativeiro social, de controles sutilíssimos, cenários da melhor usura do olhar e do prontuário das nossas etiquetas cívicas. Vigia-nos, pressuroso, o Príncipe. Recusa-nos, por força, a *intelligentsia*. Somos o contraposto de seu próprio relevo, cânon insuportável de sua ratificação. A cada talento a sua capela, neste País das academias pululantes, desde as volutas do imaginário do Brasil colônia. Da Academia dos Renascidos à dos Perfeitos; à dos Tácitos; à dos Seletos; à dos Esquecidos; à dos Felizes. Opulenta sempre esta abóbada, em que a Academia fecha o inconsciente social brasileiro, irmã da procissão bizantina, da escola de samba e dos pálios da torcida dos nossos estádios.

Por força, guardamos, nas raízes de nossa imitação primordial, o paradigma da *coupole do Quai Conti*. Mas não quisemos tanto a marca aristocrá-

tica, deliberadamente exótica, dos expoentes, dos bispos aos marechais; aos cirurgiões e também aos guias de caça na África; aos antiquários; aos duques – e como! – aos exploradores do fundo do mar; nos seus lotes rígicos, aos romancistas; aos da língua – mostrou-nos Marguerite Yourcenar – não aos da Pátria. Nosso é, mesmo, o inconsciente em magma no seu mais sadio rudimento sem despego da placenta do mito. O visionarismo popular da imortalidade é que marca o panteão mais que democrático do Brasil despossuído; do tocar-se o ungido; da imersão num imaginário tangível, à borda já da imolação de seus telões inaugurais, e da perda de sua primeira ingenuidade.

Aferramo-nos, ainda, ao espelho-espelho, onde se mira o País da excelência espontânea, nacionalmente compartida e porfiada; de raízes ganhas aqui sobre o pavilhão de exposições de 1922. Vigia-a a estátua sentada, fachada exposta à abjeção das tatuagens e dos grafites urbanos: bandeira gasta, perseverante, no rito civil e no périplo escasso do Rio-Acrópole, dos carris que o marcavam, do Cosme Velho, de Machado, depois de Alceu, hoje de Athayde; palco crescido sobre a terra e as dinamites fracas do Castelo, desobstruindo a cidade para as galas da *Belle Époque*; rigor – Abgar Renault sabe da palavra – da fábrica urbana dos nossos ícones e fabulários. Urdidura em que, replicando a *Cité*, cercamo-nos da proteção das *gargouilles* e das cariátides; das divindades benévolas, no arcano intemporal: de Austregésilo, propiciador inumerável; Anteu prolífico, no chão do Rio. Nada duende, só ectoplasma, no que sabe da maior enciclopédia, para além da desmemória; dos jesuítas, como de Pombal; dos impropérios, do cartesianismo rude, como de quem exproba, na mais decantável e peremptória das artes; a da cólera de Deus-Pai, de par com a ironia voltairiana. Crudelíssimo anfitrião das vaidades de cada um, como de seu melhor ermitão e festeiro; senhor da ilha e da torre; do desprezo do Estado e da devoção à coisa pública; do mausoléu – zelo da vossa vinha, vosso fundo de quintal – de um tempo sem edição, maestria toda enfim da última graça: a de nos dar o ser da permanência.

Dura, a nossa Casa toda exata para o mito. Sem fissuras. No limiar, talvez, em que a fadiga de nosso tempo – como a dos metais – alui o jogo certo do olhar, de depósito e da perspectiva em que somos a subjetividade, sem bastidores, da cultura que aqui se espreita e se proclama. Temos talvez, por

demais, a chave desta modernidade, de cuja pompa e certeza plantamos os padrões e podemos, agora, antecipar o mito ferido.

Na sucessão das Cadeiras, somos protagonistas mais que fundadores, investidos da procura antes do recado. Como, na sua fieira, respondemos, no mosaico do preenchimento, à leitura da nossa aventura do espírito? Somos esse jogo anódino à primeira vista, da mudança dos titulares? A simbologia destas ocupações responde, ou não, à trama do construir a subjetividade nacional lá fora, no embate das conscrições exemplares, demasias ou perfis por falta? O que é a nossa crueldade histórica ou – sem perdão – o nosso alheamento?

No débito geral do processo das gerações, o que retrata a história da Academia diante do curso do pensamento brasileiro? Como lhe replica ou é a sua redução pantográfica? Como se estabelece esse fluxo secreto que nos torna os autenticadores, por mais que sonâmbulos, do nosso ser como Cultura?

Cultura dependente, nascida no melhor de sua mímese, trazemos ao arqueólogo do saber esta confusão; de pseudo e metaenunciados do sentido. Somos os prisioneiros do discurso, antes que da expressão mesma deste dizer; do tempo pressentido como utopia e desempenhado em toda a sua ingenuidade. Mal acordamos para o real, no advento tardio de uma Cultura, para si aberta a custo, na lenta saga dos nossos epígonos.

A Cadeira 35 nos dá, no nosso pré-falar, o melhor protótipo do discurso liberal, instalado o cógito normativo no lugar da reflexão. Tavares Bastos engolfa-se no tempo metropolitano das luzes de Condorcet e Jefferson. Mas o Patrono é, com a mesma argúcia e sabedoria, o anti-Tocqueville, ao trazer os Estados Unidos como paradigma do Brasil. Do que não somos o menor – como tão bem salientou José Honório Rodrigues: o nosso, nesta visão, se entrega por relevo negativo pelo desconforme que entorpece ou quebra a vigência da razão instaurada.

A mirada do Patrono é a do prosélito e não a do analista de histórias comparáveis e consistentes na sua autonomia e diferença; do pautado pelo módulo único que só não acontece pela conjura dos homens e dos fados.

Nas culturas, de que são parteiras as utopias, nenhuma fundação mais perversa que a do progressismo novecentista. Proeza de Sísifo, no pensamento de uma elite singela e hegemônica, no País vazio e enorme, a induzir Tavares Bastos ao profetismo mais bravo e acrítico. O horizonte desta "tirania do

*logos*" liberal se apoderaria de uma história complacente e submissa às modulações – sem falhas ou surpresas – do estro brasileiro de então, sôfrego das letras: o romantismo da Faculdade de Direito de Olinda, como do Largo de São Francisco; o laicismo e a plena economia de mercado; a descentralização; a tônica educacional e sanitária, no resgate do País; a aproximação entre o real e o normativo à conta estrita da diacronia; o missionarismo, na varredura dos preconceitos, mola para a superação dos nossos atrasos, notou-o, admiravelmente, Evaristo de Moraes. Sem restos, a crença liberal transpunha-se ao programa do parlamentar, das lutas contra as tarifas comerciais do Império, à eliminação da cabotagem nacional; à abertura da Amazônia ao comércio de todos os povos; à ligação direta a vapor entre os Estados Unidos e o Brasil; à imigração sem peias e ao trabalho livre. Contundente e abrasiva, a transposição do *ethos* ao fato. As luzes se apossam da história, promovidas pelo liberalismo, à sua vera natureza.

E do outro lado, no pragmatismo conservador, de Paraná a Paulino, surgia o fazer nacional, urgido de todos os seus pesos e do aprendizado de suas cicatrizes. Mas é pequeno o respiradouro do real concreto à raiz desencapada do Brasil-Brasil. Dos núcleos de poder imperial ao da República, é só o excesso da utopia que flui, dobra da dobra de sua mímese. O civilismo dos *Founding Fathers* americanos se superpõe ao Positivismo. Nem purga nem reconvenção no formular-se o País ideal. Fuga adentro, alimentada em sustenido pelo terçar dos princípios da máquina da razão universal. Tavares Bastos, o mais lógico dentre todos os reformadores, exaspera a docência pura do discurso. Reconhece o outro espírito universal de seu tempo, Tobias Barreto, no choque inevitável de dois enciclopedismos siderados pelo excesso impune do conhecer. O planisfério do sábio saía do traço mofino das elites coimbrãs. Mas se via ainda como ciência de salva branca, no investir-se no País em projeto.

Aos 34 anos, as *Cartas do Solitário* exilam Tavares Bastos na própria demasia do mundo interior. Menino de novo, a renascer, seis meses antes de sua morte, em Genebra e em Paris. Caderno de notas dos cursos da Sorbonne. Refinamento só e inflexível da mensagem, trajetória sem percalços, na certeza da crença liberal e da vida como atletismo deste desempenho sem dúvidas.

A Cadeira 35 pode testemunhá-la na dádiva histórica da única geminação acadêmica. Pai e filho, os Rodrigo Octavio, vertidos no mesmo compas-

so, à época que vedava o corte interno das gerações. A interpenetração exemplar deságua nas paragens do belo, tal como o pensamento se faz ornato desta arquitetura de uma intemporalidade em trégua. Desimpedido esse tempo, de um espírito a marcar os contrastes pelo matizamento; a varonia da educação de escol, a *pietas* e a fidelidade, vividas na inteireza de um mundo sem sombras; de uma magistratura de homens belos no porte, em que as etiquetas e as emblemáticas forravam o chão bem-comportado de perspectivas, a que a arte delicada do filho traz aos movimentos literários de 1922 a sensibilidade do Penumbrismo. Do grito das *Cartas do Solitário*, passa-se, com os Rodrigo Octavio, ao destilar da razão no *establishment*, que vai ao direito para, na melhor visitação das luzes, falar dos selvagens americanos. O pai traz, naturalmente, ao título da autobiografia o consórcio e a fruição. São as suas as *Minhas Memórias dos Outros*. Continua o filho este "outro" vazado na declinatória de retratos e figuras, de um mundo em vinhetas, e não em tensões; de quem pode percorrer a História como *un tour du proprietaire*. Dos "Farrapos" ao "Reconhecimento do Brasil pela Inglaterra", urde-se – com os Rodrigo Octavio – esta indagação, instigante ao clube conceitual e, sobretudo, às filiais e lealdades da *gentry*, como família do espírito. Não se questionava, ou vinha-se a problema. Demarcava-se a aventura perfeitamente educada do conhecer. Mais que o republicanismo o *aplomb* liberal, na virada do século, deixou-nos esta corte temporã, após a partida do imperador, de uma nobiliarquia leiga e persistente; a das distinções inatas, por onde escorre um tempo sem angústia, de fruição lídima; a trama dos olhares e das obras, exatas ao dizer manifesto. Mas já na trintena do século deflagrava-se a polêmica de nossa "tomada de consciência", como realidade histórico-social, suscetível de um projeto e da assunção de um destino. O espírito liberal – assinalaria Vieira Pinto – encarna o extremo da percepção ingênua do *ethos* imune à fenda e ao trabalho dos conflitos sociais. Rompia, com o sangue azul da nossa Cultura metropolitana, um "mundo que faz o homem que faz o mundo". Modernidade que exige uma decriptagem antes de uma descrição; impõe um novo cógito; pede a raça de fundadores à cata do sentido: entrama-se no nervo crítico da nossa produção intelectual. Quem a vive se insere num metarrecado, marca do próprio emergir do País como subjetividade coletiva. A Cadeira 35 enlaça a crítica da nossa História e, na sua sequência, a da nossa Linguística.

Guarda os modos, os protomodos, em que a memória e os falares se fundem neste "ver em se vendo", e o mundo da Cultura começa como espanto.

José Honório Rodrigues, já no caminho díspar, de ir à Colúmbia, como Gilberto Freyre, a Frank Tannenbaum – não às belas escolas europeias –, pressentia a riqueza da ruptura e seu passo nebuloso. Abandonava os critérios de verdade, como docências domesticadas, fluxos fatalizados de coerência. Remontava às instâncias, em que se entremostra o significante, mais que o acúmulo do fato-pobre. Intuía o látego dos rumos de um Brasil, em se fazendo, convergindo para o tempo-eixo; por sobre o agasalho simultâneo do douto e do irrelevante, para além dos terrenos firmes a toda a prova, e o mais descomprometido dos exercícios acadêmicos. Ponteava a sua história para o presente, como seu era o tempo em que se rompia a estrutura social do "Antigo Regime" no Brasil. Não reordenou apenas os perfis do nosso passado imediato como um museu hierático da memória. No lidar com a própria subjetividade nacional, o faz como pensador do exercício de um autêntico desempenho coletivo. Não se busque a obra magna de José Honório. Atente-se, sim, ao vislumbre da perspectiva nascida no intento de um plano de vida – devassando a Nação, de um só golpe, ao interrogante sem restos do historiador. Da teoria da História do Brasil à história da História, ao fulcro de contemporaneidade, ao explícito e ao oculto, nas elisões do contínuo da narrativa, às pulsões fundas sobre o inédito, ao noturno do nosso fazer e à história cancelada. O acabado é sempre ruína – na obra paradigma – frente à monumentalidade do propósito. José Honório só retesa o teor agonístico de uma saga nacional que saiu, de vez, da convenção multissecular do seu relato, urgida tanto na mirada quanto na certeza das fontes. No que retoma a caução de Varnhagen; ou a restauração do fato buscada em Candido Mendes e em Capistrano; ou vence o álibi da História acima de qualquer suspeita, como em eterno retorno aos nossos primórdios; a prática dos nossos contares vazios e ventríloquos do século XVI. Meta-história, a de José Honório, desencapando o ver-se o País rasgado entre o cânon e a ganga da realidade, questionador sempre, acre, vergastado por uma possessão maior, impertinente e irredutível ao doce e pastoril domínio das nossas elegâncias. A geração dos 30 largava o Brasil anatoliano, da disponibilidade e da contrafação. Assentavam-se nossos nervos históricos, falseados pelas periodizações formais. Permeou-as José

Honório pelo contraponto entre a conciliação e a reforma e denunciou a nossa memória como raconto das classes dominantes. Nem mero contra-raconto, na prisão dialética pobre, das tentativas da História Nova e da anti-história dos 60. Mas toda uma hermenêutica de precaução e de espera, advento de um "Brasil para si" que, antes de se contar, se erige como língua: o que faz, à sua espreita, companheiro de tempo e de olhar, Celso Cunha.

Neste último referir, encontra o nosso primeiro dizer, na Trova, a cartilagem ainda indecisa na vida do "e" paragógico, das repetições vocabulares, de João Zorro ou Paes Xarinho, e suas remissões paralelas. Nestes a primeira escuta, antes do espelho: o espírito que rola na Língua e a anuncia. Função certeira a de Celso Cunha. Senhor invariável, a partir daí, do rigor dos falares e mestre de sua perspectivação histórica: épura que descortinou, mão esgalgada de timoneiro, das placentas do século XIII aos falares crioulos, às difrações do Português pós-imperial, aninhado entre as línguas da diáspora pós-colonial, africana ou brasileira.

Celso dominava a mesura das diferenças fora das pautas de uma filologia hegemônica. Munia-se do mesmo metro para o cânon da Trova e do crioulo fundamental, quase seu contemporâneo. O medievalista único é também o pesquisador devorado pela voz dos descobridores, pelas rotas da Língua que, ao mesmo tempo, norteiam e emancipam o seu dizer. Mais vasto, sempre, o cenário em que Celso sai do incunábulo para as cartas de marear. Assenta, nos falares do Gama, o primeiro *pidgin* – a suposta corruptela oceânica do idioma – quando o Brasil começa pelo tráfico e, por ele, o Português encontra a fertilização de uma língua planetária. Furtiva e oblonga figura, na determinada peregrinação, Celso vazava a arquitetura de metrópole vocabular; negava o seu percurso como história de diferenciações entre as variáveis nobres e as fadadas ao fosso dos dialetos, na busca do que somos para nos comunicarmos. Nenhuma fuga ao quadro de combates e das justas óbvias; das disputas da Crítica, acabada como poucas, quais as da textualística medieval românica. Impecável no seu despojamento, o trabalho em solo escassíssimo do comentário das seis trovas de Paes Xarinho, das vinte de João Zorro, do ementário truncado de Martin Codax para o resgate do "falar dentro do falar". Plexo sobre os discursos, sentires, como o insinuam as trovas de alisar

de João Zorro, o capitão sem volta, embalde a "coita do amor" lhe faria esquecer a "mui gran coita do mar".

É demarcável o caminho do sábio que apetrecha a Gramática. Para além dos misteres, a Teoria Linguística aí ressuma, inquieta, liberta dos procederes de manual. A nova gramática assume força de Verney, nos viajares da palavra. Ou chega ao tronco e à seiva mesma do que quer, enfim, Celso, em *Estilística e Gramática Histórica*. O Celso dos ferros da nossa emancipação linguística; do Português forjado para as angústias do subdesenvolvimento e das independências tardias e, tantas vezes, malogradas: do Brasil e da África fraturada da lusofonia. Sabe-o o Celso da cátedra, mas do samba de breque; da caixa de fósforos, da certa e sumarenta noitada urbana, Celso, Valéry e Villon, do outro lado do esgueirado *Sorbonnard*; da biblioteca como do sebo; do perquirir, na garganta mesma do falar. Não vai à Língua como quem volta ao veio. Cerca-a no seu fado, cúpida e exata à porfia oceânica do século XVI; *Berlitz* esperando o tráfico e a escala, este Português em fermentação. Não se permitia o langor das flexões. Pedia logo o hífen, ressecava os verbos. Prática Língua suada para o funcional, como cinco séculos após o Inglês e o Swahili.

Rompendo com o nosso circuito atlântico, via Portugal, Celso Cunha não quis a porta estreita da Europa. *Rue des Écoles*, logo, estantes e amarras de livros, junto ao Sena. Névoa urbana, casacos secos, mineiridade do norte, ágil escapada à dureza dos outros longilíneos da geração. A romanidade, sim, para além do Tombo. Calicut, Índia, Mediterrâneo certo, Itália sempre. Sabia, como Ionesco, que a Filologia mata. Opõe-lhe bem à face do inimigo, a política da Língua. Tal como entendia Roland Barthes que todos os assassinatos históricos começam por roubar-se alguém de sua Língua, em nome da Linguagem. Celso ergueu-se contra os ditames de uma pretendida normalização dos falares, tal como se identificaria à melhor estirpe do estruturalismo. Entendera a prisão dos atlas linguísticos e suas demarcações confinadas. Quis o cordame livre, e a vibração certa das diferenças vocabulares, para fazer da Língua, no seu acorde próprio, a componente primordial da modernidade.

O que importa no resgate entre o falar autêntico e o bastardo não é a escala, no tempo, da variação diante do primeiro tronco. Mas o contraponto da Língua viva: da sincronia, em que o relevo do exprimir – presente ou falho – cria, não contrafaz: fala de dizer, não de repetir. O que é um "brasileiris-

mo"? Lavra-o Celso, na malha de toda esta renovação da pauta e do signo, do quadro e do significante, da quebra de uma pseudopureza linguística. O autêntico na expressão só se colhe ante a interdisciplinaridade emergente das Ciências Sociais, a trazer à impostação da fala o destaque dos estratos de vida; das classes e das ossaturas de um inconsciente coletivo. Esta a voz feita dos silêncios e das mesuras e das distâncias em que surge o outro e a interlocução no cotidiano; o interdito e o meio-dito; a névoa, o grito ou o grafite, na pulsão nacional que desmura a palavra.

Celso Cunha, cada vez mais perto de Barthes ou de Bourdieu – *qu'est-ce que parler veut dire*? –, nos dará, na obra fertilíssima do último decênio, o seu registro do que sejam variação e concerto da Língua, cravados na sua universalidade.

Sabe o mosaico certo em que o falar se elenca e um dizer se faz, irrevogável, voz de um povo. Na matriz das nossas gerações, Celso Cunha nos deu esse sinete de um tempo nítido. Na moção profunda em que todas as Minas vêm, a seu modo e a sua hora, ao Rio, e compõem o eixo de urbanidade tenaz, onde se reconhece a feitura civil, a Cultura de grei e de grão dos nossos bacharéis. A da Faculdade Nacional de Direito, ferrete intemporal, no timbre de Leônidas de Resende e, sobretudo, Castro Rabelo; da Faculdade Nacional de Filosofia, de Anísio Teixeira, Alceu e San Tiago, tentando a modernização universitária na metrópole. Trazem estes à praça do saber e do sistema a Cultura do jornal e do clube das elites da capital, imune ainda à banca de escrúpulo já então montada em São Paulo. De Teófilo Ottoni ao Rio, de Botafogo e Humaitá, há um clã também, desde o curso secundário, que identifica um nervo secreto de nosso saber de cidade, e de seu veio subsequente de cosmopolitismo. Nele se encontra o eixo do INEP, e esta primeira face das ciências moles, as brandas certezas da Política e da Sociologia, esmagadas pelo esplendor exegético do nosso Direito. Dos saberes esquivos, deixados ao largo pela convencionalidade do nosso Cientificismo; mundo exato, em que as Matemáticas se somaram à Jurisprudência, para construir a nossa utopia republicana. Vai desfazê-la em tantos deltas e meandros um conhecer, em se negando, pedagógico e missionário, de Anísio e Alceu, na faina mais dura de vencermos uma retórica do conhecer do Brasil da pompa polêmica e da tertúlia, chegado quase indene ao nosso meio-século.

É de Celso, exemplarmente, esse "novo sério" do saber, que prospecta a sua fonte e se desloca com o passo a passo definitivo dos escafandros: glossários, *scripta*, textos críticos, por entre os fios do caminho pesado e do seu ferramental. Sua é a *monumenta* deste mundo intermédio, em que o linguista faz a sua cidade e a vê geminada ao universo que manifesta. Só de sua vista, porque primeiro do seu tato, Borges não nos descreve a biblioteca de Alexandria. Insinua-a, de logo, neste mundo de percepções intermédias, a meio sempre da escada – sem fim nem começo – amanualidade pura, nada de labirinto, percurso infinitesimal e infinito. Vórtice com o mais de posse, de quem caça a Língua e demarca – pudor único – a sua senda própria, na página vincada, na festa do toque, do volume e de sua encadernação. De fieira do olhar e da consulta certeira, armado para a mais difícil das pelejas de um saber codificado, numa cultura em que os linguistas se fizeram sócios da nossa exegese sempiterna, na minúcia do probatório, quando é mortal o erro anódino ou a citação incompleta. Celso varou-lhe os estreitos nos interrogantes das nossas falas francas do Português para além, não só da Europa, mas de sua saga civilizatória; do feito e refeito, de um mundo que sobreviveu ao sonho imperial das luzes, a nos votar à Modernidade, como o manso fim da história.

Vivemos, nesta última década das demasias do milênio, o envelhecimento vertiginoso do passado imediato; o excesso de reptos, quando nos falha, de saída, o saber de informação. Nossa é uma equivocidade substantiva, ferida a universalidade do discurso, e vão todo o socorro da multilinguagem. Instalamo-nos num dizer subordinado à prova do que diz, distante da credibilidade imemorial com que as epopeias criaram o Ocidente. Urge-se a nossa Casa, rumo ao espanto, que mal lacera ainda as nossas paredes, de pequenos medos e surdezes. Mito ainda não depredado, cúmplice todo de uma memória e de um testemunho. Vamos à frágua e à ponte. Na barra, tantos prodígios. No que fica, no tempo com os exemplares da faina e do desforço, que pedem como liça as academias. Sede, tanto na Poesia, do cânon de João Cabral e Abgar; do *epos* ou do seu canto, tom D. Marcos e Lêdo; da saga, de Nejar e Ariano. Romance, que o temos no grilhão-limite e na sonda de todos os modos do nosso eu. Na descoberta transpassada de seu tempo, da trama ao trisso do indivíduo, em Cyro ou em Otto; no que é o veio da região, como universal, de Rachel, Herberto, Mário Palmério, José Sarney, Adonias ou

Geraldo França de Lima, ou no corte da nossa romança, marca do contemporâneo sem fronteiras, como Jorge Amado e Josué; já de uma nova monumentalidade da exploração interior, na construção de Lygia e Nélida. Somos, na caverna, a vida em devassa, no País que nos perscruta. Na filosofia nascida da experiência nossa, no debate dos valores de Reale ou do social fundador de Evaristo. Do *ethos*, da pessoa e da persona política e da arbitragem canônica da vida do espírito. A Casa de Barbosa Lima. Do lance, de direito ou do grito na pólis com Oscar Corrêa, ou no lore das vozes das nossas diferenças de muitos Brasis, Marcos Vilaça ou Bernardo Élis, do que pede a História maior e do nosso coloquial de perfeição; de Américo Lacombe, Luís Viana e de Francisco de Assis Barbosa, ou do Jornalismo elevado ao fasto com Castello Branco; a Casa dos expoentes, a que não falta a Ciência, convidada das nossas certezas imponderáveis e do convívio imutilado, com Deolindo Couto e Carlos Chagas; ou presente, no imo da nossa estrutura de nação como Weygand na França de sua *droiteur*, Aurélio de Lyra Tavares.

Mas sempre buscamos relevância nesta vigília em que a comunicação que nos traz o saber de enciclopédia ou da Informática, desde nosso Pantocrator, Austregésilo de Athayde, a Sérgio e Arnaldo. É a Casa dos saberes vazada à alma própria da Cultura, no que nos deixou, em se sabendo, Afonso, o Príncipe perfeito.

Aprestamo-nos para o ser deste mundo pós-moderno e sua prática, sem chancelas prévias de escuta. Mas é por força, nesta constelação de cosmos inacabados, que se encontra, na Academia, a trama deste ponto, arranco só, num mundo que não pode confiar no seu novo firmamento, nem viver, tão só, da leitura de seus signos antigos. É o que nos dá, ainda, a Academia, na militância de seus críticos e nesta procura do comércio lúcido da equivocidade, ao aluir diretamente a Linguagem e libertar a polissemia com Houaiss e a cabeça da Medusa, amarrado ao vórtice joyceano; de Afrânio, dono da tradição afortunada; de José Guilherme e Eduardo, vivendo a explosão do *logos* e da Modernidade, a ruína e a correição de sua velha pletora de sentido. Singularmente, ambos, hoje, a nos darem as pontas em que a Academia se entrama na UNESCO e procura, a partir do Pós-Moderno, ver o mundo das contradições, do desenvolvimento e da exaustão do Progressismo ingênuo; da nova Língua franca da interdisciplinaridade do conhecer; de uma educação

atenta ao álibi das técnicas e da reinvocação, de seus saberes primordiais; de uma cultura ferida pelas ilusões da racionalidade e sabedora de que não há volta ao arcaico, nem ao primevo, como resistência às terraplenagens históricas. Diretor-geral adjunto da Casa de Fontenoy, numa fieira de reincidências brasileiras, recebe-me o crítico descoberto por Alceu. Protagonista de uma Pós-modernidade, no lidar com os modos ameaçados do ser como recado do perene, em tempo de dizer transiente, e do cuidado, sobretudo, com o vestígio, para dele fazer-se a fala. Tempo pressuroso o da nossa Casa, sempre sobre a abóbada imaginária; que falta ao pavilhão francês, da Exposição de 1922. Claraboia de certezas maiores, sempre riso, voz, no mordente certo da cabeça, a grandeza por sobre as idades, nossa era, a de Alceu Amoroso Lima. Cúpula, a que fica, nas tensões desse agora, em que se colhe a realidade nacional – como quem rompe e se instala no novo intento de se ser e se designar. Celso o surpreendeu nas entranhas da palavra. Na sua soleira, José Honório.

Venho de um interrogante que buscou no ISEB – o que fosse, salientou Álvaro Vieira Pinto – a estrutura social total do subdesenvolvimento e vencê-lo numa nova fundação da nossa liberdade. Relevou-o Guerreiro Ramos. Tal como, no *ethos* de um querer nacional, Roland Corbusier. Há que divisar, com Helio Jaguaribe, o nosso novo tempo social rachado e a implicação, sem resto, da mudança. Situamos a exigência de salto de um *Ancien Régime*, ao definir-se o nosso nacionalismo de 1960, na esteira da filosofia existencial do meio-século e na tragédia subsequente da busca do nosso "vir-a-ser", deflagrado pelo suicídio de Vargas e pela ascensão de Juscelino. Fomos o ISEB no desempenho das gerações – e que a enciclopédia não esquarteje –, o testemunho da possessão a nu, pela ideologia, do processo da mudança; do intento da pedagogia do Príncipe, a tomada de consciência da Nação. Provamos a empreitada insuportável, salgado o intento, e dispersa a nossa biblioteca, quando a racionalidade se fixou como imagem do poder enfartada como razão, e razão de Estado, e razão de um sistema, por sobre a regra aberta de suas vigências. Reivindicamos a nossa raiz no que fomos uma contra-história, aparado o regime à tese; à ESG, sem o ISEB; dialetização truncada, no advento da diáspora, onde o Pós-Moderno defronta o que ainda procurávamos, nos vocativos unívocos dos 60. Apartava-se a Nação de sua saga ou do que fosse, ainda, o desenvolvimento, no País da marginalidade e de uma vindicação cole-

tiva, no sulco de todas as suas marcas, a querer o sentido e o seu desempenho. Vela-o o imaginário social, que não se o sepulta, tal como não chegamos a um saber para si sem os seus arcanos; no que ousamos e repetimos, fado do só querer; sem o fabulário primordial da nossa excelência que, na Academia, não se dessacraliza. Frágil, a nossa liberdade, como quem pode desperdiçar a democracia. Órfica, a nossa permanência – a desta Casa – como quem chega; e pousa; e refaz; e guarnece; e manifesta; e vigia.

# II

# RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

A nossa Academia recebe hoje um educador. Não apenas um técnico ou um perito, que, como tal, estivesse confinado ou recluso na sua disciplina. A nossa Academia recebe um educador, no sentido amplo e generoso do termo, recebe Candido Mendes, o depositário fiel de uma *paideia*. Mas de uma *paideia* participativa, que se ergue e se afirma para além da postura irreflexa de meros cultores da moda ou do olhar contemplativo de pedagogos solitários.

A figura do intelectual, herdada pela nossa tradição ilustrada, forneceu, em grande parte, o modelo do desempenho escolar que conhecemos. Talvez por isso não conseguiu proteger-se da tentação salvacionista, que se explicita no tom declaratório ou na inclinação recitativa. Os intelectuais passaram a falar de um espaço fantasma, inexistente ou enganador. Entre as premissas e as promessas da Modernidade, eles deixaram que ganhasse volume um sotaque autoritário já hoje inconfundível. Entre as grandes desavenças doutrinárias e a pequenas alianças corporativas, eles se manifestam como os mandatários privilegiados de um saber não menos privilegiado. Mantiveram uma intensa atividade peticionária, que vem conservando, com igual regularidade, desde os primeiros surtos independentistas até a chegada das "patrulhas ideológicas".

A figura clássica do intelectual foi perdendo presença à medida que avançamos sobre a Modernidade. A Modernidade que o consagrou, sob os

auspícios da razão, é a mesma que o destitui, sob o patrocínio da superstição. Talvez a mais ilusória de todas as superstições, que é a superstição gestionária. O "doente imaginário" parece substituído pelo doente gestionário. O mito da gestão, ou da competência puramente operativa, assina a denegação. Em meio à perplexidade e à inércia de um personagem visivelmente desfigurado.

Terá sido o intelectual apenas a vítima sonâmbula de um processo embrutecido? Certamente não. Oscilando entre múltiplos registros – o pensador jubilado, o desempregado do espírito, a relíquia tombada –, o intelectual se deixou surpreender como a vítima coautora da própria ação ou omissão vitimatória. E somente reaparecerá enquanto ator social. Ator social identificado por um traço, que é a sobriedade ou o escândalo da linguagem. Da linguagem criticamente enraizada, "casa do ser humano" (H.-G. Gadamer), lugar de reforço e de desdobramento de solidariedades existentes e possíveis. O desempenho mobilizador de Candido Mendes se inscreve neste quadro.

## II

O fundamento católico vem sustentando a sua jornada, sem jamais resvalar em nenhum tipo de fundamentalismo. Preferindo desenvolver uma linha de coerência que vai do "personalismo à conscientização", e todo abraçado à mais atualizada "mensagem pastoral", o trabalho de Candido Mendes prossegue a lição de Alceu Amoroso Lima, "a figura exemplar do laicato católico nacional", conforme se lê em *Memento dos Vivos*. E que Alceu Amoroso Lima soube, fugindo ao retrato-robô do intelectual beato, conciliar precursoramente oração e mobilização e evitar a disposição tutelar, tão obsessiva nos gestores de consciência. A reconstrução do "humanismo ameaçado", título de um livro de mestre Alceu passa por uma espécie de ética da discussão. Quando o fundamento sai de dentro de si mesmo para o encontro do outro, quando se abre para a aventura cotidiana, ele se vacina contra qualquer tipo de vírus fundamentalista. Aqui, o confessionalismo adquire um vigor societário inusitado e toma o caminho da pólis.

É a pólis que Candido Mendes visa, desse os dias matinais do ISEB. Mas, a pólis do Deus encarnado, do Cristo, justa e pacífica. A Comissão de Justiça e Paz é a outra vertente, ou o mesmo compromisso, dessa caminhada.

A justiça se legitima a partir de um horizonte, de uma construção permanente e infindável. A paz se concretiza mediante a redução das desigualdades ou pela via da dissolução dos focos de violência – objetiva ou simbólica. O debate do desenvolvimento e do meio ambiente se impõem a cada passo. Combinam-se agora a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão com a emergente Declaração Universal dos Direitos da Natureza. O processo de sociabilização em curso, cindido na simultaneidade de povo e massa, aponta para a nova formação cidadã. Candido Mendes descreve o que chama "o povo em processo" e, no seu interior, a Cultura popular ultrapassa o que seria um reduto ideológico, sedentário e revanchista. A individualidade recuperada, para além da barreira individualista, traduz um regime de coabitação, no qual o indivíduo social é chamado ao exercício da cidadania ativa.

De nada vale a liberdade da solidão. É preciso partilhar. As singularidades perdidas, mas não de todo desesperançadas, buscam outras modalidades de associação. O desenvolvimento, porque associativo, pluridimensional, guarda vários sentidos. Pensar o desenvolvimento como agente de cidadania, e a cidadania como instância emancipatória, significa predispor-se para um desenlace radical. Necessariamente cultural. Os que alardeiam o desenvolvimento econômico, adiando, deixando para depois, o desenvolvimento cultural, equivocam-se redondamente. As exigências de transformação tornaram-se, cada vez mais, incompatíveis com o vazio intelectual.

Essa compreensão plural do desenvolvimento, Candido Mendes leva adiante, de uma forma sistemática, desde o seu vertiginosamente clássico Nacionalismo e desenvolvimento, sempre identificando, com precisão, os obstáculos à liberdade cidadã. Não uma liberdade individual, que de tão individual, se tornasse individualista. A liberdade, mesmo no contexto das filosofias da consciência, deixava de ser uma propriedade do indivíduo para se erguer como um projeto partilhado, com um enredo e um cenário razoavelmente nítidos, e assim imune à contaminação ideológica. Essa distância ideológica, embora nunca política, e muito menos ética, assegura igualmente o livre trânsito da reflexão e o protege das recaídas subjetivas. Porque a vulgata ideológica, que por tanto tempo interditou as nossas possibilidades de pensar, é provavelmente o derradeiro capítulo, longe de ser o mais brilhante, da metafísica do sujeito.

## III

As Ciências Sociais forneceram a Candido Mendes os seus primeiros instrumentos de trabalho. Mas elas trazem – e ele o sabe – o próprio veneno no corpo. Nascidas do que fora a desintegração da Filosofia na sua forma imperial, elas, ou cada uma delas, pouco tardaram em adotar esse imperialismo ancestral. Levaram, ou estão levando, até às últimas consequências, as ambições do saber disciplinar na sua vontade expansionista. Do saber disciplinar, ou especializado, que logo se degradou no poder do perito, e registra hoje um impasse indisfarçável. É quando se confundem os limites da disciplina com o ilimitado do mundo. Tudo indica que a superação dessa dificuldade, ou desse abalo, ou dessa consternação, esteja na combinação interdisciplinar. É justamente no espaço da interdisciplinaridade que Candido Mendes se move, quando reconstitui o traçado arrítmico da Modernidade ou procura ancorar os desenvolvimentos e as ecologias no porto seguro da Ética.

A interdisciplinaridade jamais corresponde à morte da disciplina. Significa mais que tudo um esforço de revitalização. Transpor a grade disciplinar não quer dizer fuga antecipada. É antes uma exigência do saber real, uma vez desencantado, outra vez reencantado, mas sempre acolhido pela vida do mundo. A interdisciplinaridade implica e explica as experiências-limites, numa linha de investigação toda oposta à ilusão das experiências plenas, redondas, conclusivas, que os donatários do idealismo acalentaram até mais não poder, sob o impulso dos filosofemas triunfalistas. As antenas voltadas, ou os olhos abertos para a dinâmica da mudança, deram a Candido Mendes condições de pensar sobre as fronteiras, os interstícios, as margens, os encontros inesperados e inimagináveis. Sou levado a supor que se pode encontrar nele uma bem dosada desconfiança com respeito à noção de modelo enquanto produção ortodoxa da racionalidade, infensa ao conflito, ao risco, ao desequilíbrio ou à festa. A compreensão da linguagem, para além da avareza do sentido, ou da esperteza do texto, indica novo acordo criativo. Que parte do princípio de que toda forma é forma de vida. E avança mais, dizendo: quando a forma deixa de ser forma de vida, ela já não é forma: é fórmula.

Os profissionais da Linguagem são convocados para integrarem uma nova frente hermenêutica capaz de instaurar um lugar ternário e nos facilitar

elementos de superação da dicotomia sujeito e objeto, de ultrapassagem da própria estrutura dualista de desafios complexos, como o da alfabetização, por exemplo, por meio dos "jogos de linguagem". Sem recorrer à leviandade dos eventuais interventores de plantão. Todo profissional conhece, e nenhum estudioso sensato ignora, que a Língua é instrumento de comunicação, mas também, nos seus arranjos e composição, instância programadora de relações interpessoais, ou intersubjetivas, íntegras. O uso instrumental da Língua prefere afastar as ingerências afetivas. E o caso dos dicionários é ilustrativo. Os dicionários não conduzem nem ao pranto, nem ao riso. Nem assim deixam de ter uma serventia indiscutível. Mas estão destituídos de dramaticidade. Por isso, convém distinguir as tarefas e as potencialidades dos conceitos de Língua e Linguagem, numa homenagem reiterada a esse mestre de todos nós, que foi Celso Cunha. A Linguagem é a Língua menos a limitação empírica e mais horizonte do mundo. O livre trabalho da Linguagem nunca deixa de ser um labor tenaz, tanto mais livre quanto mais emancipado da Língua.

No caso de Candido Mendes, inventor de Linguagem desde os seus primeiros artefatos verbais, não seria necessária a prova cabal dos Bilhetes de D. Luciano, bilhetes reconstituídos numa situação-limite e capazes de uma mobilização catártica, de antiga e sempre renovada linhagem. Irrompe no Ocidente socrático, precisamente na *Poética* de Aristóteles, para dizer da seleção vertical de experiências simultâneas. O texto conduz, com toda força, o frágil fio da vida. Se levamos em conta a sua capacidade não de reter, mas de com-ter, de ter-com, a realidade, de verbalizar situações tensas, na mais extrema fronteira, o texto realiza, pelo toque da Linguagem, a façanha inédita de Lázaro.

Completar ou rever o percurso da Nação, das formas societárias da individualidade, avançar sobre o litígio da transformação, é também o trabalho livre da Linguagem. Implica inevitavelmente uma crítica ao Estado desproporcional e burocratizado, que trapaceia sobre a retórica abusiva do jargão. Porque a burocratização é o jargão da funcionalidade, assim como o jargão é a degradação da Linguagem; e o populismo, a perversão do popular. Convocar a parceria hermenêutica da Linguagem significa habilitar-se para a compreensão de que, nos processos de desenvolvimento – o pré-desenvolvimento saqueado e dependente, o desenvolvimento truncado, a uma só vez arcaico e moderno, o pós-desenvolvimento perplexo, estranhamente mecânico e não raro regressivo

– persistem ações e impulsos religiosos, mágicos, míticos, que estão cravados no fundo do imaginário coletivo. E que podem decidir a sorte tanto da noção de nação, quanto do que se vem chamando de cidadania planetária. Como perceber todo esse mistério sem recorrer ao silêncio da Linguagem?

Esse dissídio frutuoso entre a sociedade nacional e a convivência internacional nos tem unido, a Candido Mendes e a mim, desde os idos do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos até a jornada atual, e igualmente comum, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. No primeiro caso, uma utopia mais crédula, sem a filtragem severa dos anos 1980, que Willy Brandt designou oportunamente de "a década perdida". No segundo caso, a esperança militante, a aposta cotidiana, infatigável, nos possíveis da cooperação mundial. Todo um percurso com algumas escalas não menos significativas: das tentativas de reaglutinação política pós-1964, no endereço de Alfredo Marques Vianna, à extraordinária expedição normativo-cultural, comandada por mestre Afonso Arinos e que Candido Mendes batizou, com criatividade e humor correspondente, "a intentona do Hotel Glória". Aí nos reunimos a Miguel Reale, Barbosa Lima Sobrinho, Evaristo de Moraes Filho, Padre Ávila, Paulo Brossard, Bernardo Cabral, Helio Jaguaribe, Alberto Venancio Filho, e tantos outros companheiros admiráveis, para sonharmos juntos o sonho de uma Constituição de liberdade. De resto, um sonho amplamente realizado enquanto construção crítica enraizada e estranhamente malogrado enquanto consequência institucional.

## V

Há em todos os instantes de Candido Mendes uma persistente confiança na política, que parece contrapor-se ao descrédito generalizado que cerca tudo o que se apresenta como político. Mas o que se apresenta como político não chega a ser necessariamente a Política. Quando a Política se confunde com o desaparecimento da iniciativa individual, socialmente plantada, ela se contradiz. Quando a Política se reduz a uma mera técnica rudimentar e imediatista, ela se nega. Quando a Política passa a ver na Ética um fator de diminuição da velocidade ou de perturbação do rendimento, ela se extravia. Quando a Política renega o velho "sentimento trágico da vida", para entrar,

de corpo, porém, sem alma, no cenário da pequena comédia, ela apenas reaparece como farsa.

Os simulacros ou os desvios da Política não devem responder pela Política. O que falta à Política é Política. E o compromisso da pólis, levado a efeito por antigos e novos atores sociais, em meio às chances e aos riscos da Democracia.

Por isso, Candido Mendes acredita na Política como ação-reflexão, eticamente orientada. Os discursos da ação, de tão fechadamente ativistas, tornaram-se sedentários. Perderam o matiz, sem ganhar a objetividade. A atitude unicamente prática é uma atitude conforme – logo, conformista. A reflexão proscrita, pela ilusão gestionária, teria de inverter a ordem de uma tese famosa e afirmar: até aqui mudamos o mundo, agora cumpre pensá-lo. Nesta hora, a conhecida oposição entre a "comunidade de sábios" e a "comunidade de cidadãos" se enfraqueceria ou mesmo desapareceria. E o papel de Candido Mendes ficaria pelo menos mais explícito.

Com esse tear, hoje incerto, ainda é possível tecer a esperança. E para concluir com as palavras timbradas de Candido Mendes, "deixar de ser reféns do medo da esperança".

Acadêmico Candido Mendes:

a Casa de Machado de Assis é, por todas as razões e afeições, a sua Casa.

Discurso do
SR. DIAS GOMES

e

Resposta do
SR. JORGE AMADO

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 16 de julho de 1991*

# I

# DISCURSO DO SR. DIAS GOMES

O dia e o mês não posso precisar, nem creio que isso importe. Sei que era primavera, apesar de tudo. O ano, 1971, ano 7 depois do desastre. O País mergulhado na mais negra repressão, e mesmo assim houve primavera, as árvores floriram, e os pássaros aprimoraram seu canto. Como, não sei. A natureza alheia à tragédia que se abatia sobre a Nação. Naquele dia, eu me preparava para comparecer perante o oficial encarregado de um inquérito policial militar. Era o primeiro dos sete a que iria responder, por isso estava apreensivo. Tinha motivos: ia conhecer o famigerado ENIMAR. Podia ser torturado, como tantos. Podia não voltar, como muitos. Estava preparado para tudo. A família de sobreaviso, os amigos. O telefone tocou. Era Adonias Filho. Nosso conhecimento era apenas superficial. Havíamos cruzado um pelo outro duas ou três vezes, trocado meia dúzia de palavras cordiais, mas uma barreira ideológica nos separava. Eu um militante de esquerda, ele, dizia-se, um espécimen raro: um intelectual de direita. Havia apoiado o golpe militar, amigo dos generais. Eu entre os perseguidos, ele com os perseguidores. Um homem afável, de fala mansa, de jeito interiorano, grapiúna. Mas um inimigo. Eu caça, ele caçador, naquele momento. Por que me telefonaria? Estava a par de tudo, disse, amigos comuns haviam informado. E eu me tranquilizasse, nada de mal iria me acontecer. De qualquer modo, tomasse nota do seu

telefone e contasse com ele, a qualquer hora, em qualquer situação. Agradeci, surpreso. Horas mais tarde, após responder a um interrogatório exaustivo e kafkiano, vi os olhos do capitão encarregado do inquérito se fixarem nos meus com dureza. Agora vou lhe fazer só mais uma pergunta. Se disser a verdade, poderá ir em paz. Se não... As reticências deixaram no ar uma ameaça de tortura. Senti a descarga de adrenalina e me preparei para o pior. Quem matou Nívea? Nívea era a heroína assassinada de uma telenovela que no momento eu estava escrevendo, *Assim na Terra como no Céu*... O ser humano é imprevisível. Mesmo fardado...

O que fez por mim fez por outros companheiros, eu sei. Mais até. Saltando o largo fosso das ideologias, não distinguindo amigos ou inimigos, usou seu prestígio para reparar injustiças, defender perseguidos, evitar crueldades. Ele, Adonias Filho, um homem de direita. Ou um homem direito. Ou apenas um Homem? Buscando entender, aproximei-me dele através de seus livros. Aí deveria estar a solução do mistério. A verdade é a totalidade. O homem é o seu todo e não a sua circunstância. E mergulhei num caldeirão de sentimentos primitivos, penetrei num mundo mágico de seres marcados por um destino trágico e irrecorrível. Pelas mãos ásperas de Jerônimo, conheci o Vale do Ouro, seguindo a estrada de barro vermelho que ele assim descreveu, em seu estilo impecável:

> Onde começa, ninguém sabe. Onde termina, ninguém sabe também. Tão íntima quanto os rudes objetos das habitações primitivas, para nós que a conhecemos desde crianças, existe quase como uma criatura humana. Insensível, acolhe-nos com desprezo, sem bondade. Ficássemos cegos e localizaríamos com facilidade todos os cactos que a tornam agressiva, perdêssemos o tato e diríamos sem esforço qual das suas pedras é a mais áspera. Para os outros, os viajantes que por milagre a atravessassem sem conseguir violar os seus segredos, seria apenas uma estrada.

Não para mim, que ia em busca do segredo e do mistério. No Vale do Ouro, onde "os homens são piores que as feras. Humanos, no vale, são os cavalos selvagens", afirma Jerônimo. Um mundo do qual Deus foi expulso, porque nele somente o ódio e a violência são onipresentes. Um mundo onde se nasce para matar e onde "os homens não perdoam os inocentes". Difícil é entender esse mundo de seres condenados à danação, onde, como diz Fausto

Cunha, "o ódio sopra no doido vento, que açula os cavalos selvagens, sacode o pó da estrada e apodrece o canal".

Difícil para nós, que pouco sabemos da alma humana, palatar o ódio que vem de Abílio, que está em Alexandre, que alimenta Rosália, que varre todo o Vale do Ouro. Só nos resta a perplexidade e o espanto ante a recomendação de Jerônimo a Alexandre: "Você precisa tornar-se forte como uma besta, agressivo como uma cobra batida, para sobreviver." E vale a pena sobreviver? Vale a vida onde só se vive a morte? Adonias nos faz pensar no destino do homem em sua visão trágica do mundo. Seus personagens são condenados a caminhar inexoravelmente para a tragédia, como que guiados por uma força cósmica. São todos isentos de culpa, o autor os inocenta a todos. E para isso é preciso penetrar sua desgraça e ser solidário com ela. Aí descubro eu a dimensão de sua generosidade, de seu extraordinário amor ao próximo. Adonias reduz o homem a seus impulsos mais primitivos para, aí, em estado de inocência e solidão, irmanar-se a ele e buscar entendê-lo. Ele mesmo o declarou certa vez em entrevista: "O que me interessa acima de tudo é sempre o homem, o ser humano com seu destino e seu mistério, com seus sofrimentos e alegrias. Sinto-me unido a esse ser, porque o amo."

Declarou isso, ele, Adonias, intelectual de direita, eu a caça ele o caçador. Declarou-se unido ao homem esmagado pela fatalidade, em sua sina de autodestruição, em sua miséria. Cajango criado pelo índio Inuri para vingar a morte dos pais e dos irmãos, Cajango matando, cortando cabeças, em sua faina de vingar a chacina de sua família, pois "não pode viver quem não vive para vingar o pai e a mãe". Cajango marcado para morrer e caçado por mil jagunços, não podendo fugir ao seu destino. "Quem sustenta Cajango são os seus mortos. É a mão de seu pai que puxa o gatilho", diz Adonias pela voz de João Caio. Hebe, a bruxa louca e centenária, vagando pelas estradas, gritando sua maldição "mataram os passarinhos de Deus!", Hebe, a bruxa, que viu o passado e antevê o futuro, sabe disso. Cajango não tem saída, como não tinha Alexandre nem Rosália. Personagens de tragédia grega redivivos nas terras ásperas do Sul baiano, levam consigo a culpa e absolvição, em seu destino traçado. Daí o horror e a piedade que despertam. Isso no entanto não nos impede de alimentar o sonho de libertar-se. São criaturas sem opção, enclausuradas em sua sorte marcada, mas não sem esperança. Em *Corpo Vivo*, Cajango

encontra Malva, a mulher, e com ela sobe a serra, na tentativa de mudar seu destino. Em *Memórias de Lázaro*, Alexandre retorna sobre os passos do pai, fugindo da morte decretada no vale. Em *Luanda Beira Bahia*, Caúla faz-se ao mar na busca de suas origens e de sua sina. Em *Simoa*, saga heroica da raça negra, Naro conduz seu povo perseguido através da floresta, no êxodo bíblico pela sobrevivência. Mas, em nenhum desses casos, Adonias nos deixa tranquilos quanto a suas possibilidades de libertação e conquista da felicidade almejada. Embora embarque com eles de corpo inteiro em seu sonho. Só mesmo em *O Forte*, romance em que momentaneamente foge das brenhas cacaueiras encharcadas de sangue e sobe as lendárias ladeiras de Salvador da Bahia, por onde escorrem o misticismo e a sensualidade, momento em que sua obra respira lirismo e se abre para a contagiante poesia da cidade de todos os santos e todos os orixás. Em *O Forte*, Adonias se rende à esperança. Tibiti nasceu marcada pela tragédia e o destino trágico do forte a ser destruído parece ser o destino de seu amor por Jairo. Mas Tibiti e Jairo vencem o destino, e seu filho nascerá com o bosque que vai crescer no lugar do forte, que foi "trincheira, hospital e prisão, que conheceu as guerras, as pestes e as galés". Seu filho conhecerá a liberdade. Como bem disse o mestre Afrânio Coutinho:

> Adonias Filho é o criador de um mundo trágico e bárbaro, de mistério, de violência, varrido por um sopro de poesia. [...] Seu ágil pincel, ora na zona cacaueira, ora em Salvador, está sempre em busca do mundo íntimo da gente na maioria rude que povoa a terra. E a terra é, para ele, o personagem movido sempre por um sentimento trágico. A tragicidade é o eixo de sua visão do mundo, um mundo de solidão e destino fatal, que ele descreve com uma linguagem típica e bem pessoal, além de muito entrosada com a técnica e a estrutura sobremodo modernas.

Na opinião de Cassiano Ricardo, esses "personagens são trazidos em carne viva à nossa presença e quase nos agridem. Adonias consegue elevar o 'real natural' ao plano do 'real absoluto', mais contundente que a realidade mesma".

E Rachel de Queiroz estabelece a diferença quanto à alegada filiação de Adonias à linhagem ficcional de Dostoievski.

> [...] enquanto as criaturas dostoievskianas mergulham permanentemente no conflito religioso ético e, na verdade, só existem em função da sua alma imortal e dos abismos a que os pecados e tentações do mundo possam levar à danação essa alma imor-

> tal, nas criações de Adonias a alma é muito mais primitiva e ligada à terra, obediente aos códigos do instinto, muito mais dependentes da substância física do ser do que de sua essência metafísica.

Não, Adonias não é um autor agradável. Nem é confortável a descida aos infernos dessa Divina Comédia sem céu e sem purgatório. Ao emergirmos de seu mundo demoníaco, saímos dele atordoados, contundidos, massacrados. E transformados. Transformados no sentido da catarse, da purgação e da descoberta. Ninguém mergulha nesse microcosmo de almas danadas – seus romances maiores – e sai incólume. Adonias fustiga não somente a nossa sensibilidade como também a nossa consciência. E ninguém pode permanecer indiferente ao seu clamor de justiça e humanidade. Menos indiferente ainda se pode ficar diante da maestria desse escritor – cujo estilo, por não ser crítico e nem pretender sê-lo, não me atrevo a analisar em profundidade, em respeito a ele mesmo que o foi e dos maiores. Permitam-me por isso que me socorra de Eduardo Portella:

> Há uma preocupação artística permanente na obra de Adonias Filho. Os elementos de sua estruturação novelística estão sempre dispostos esteticamente. Por isso ele não será cerceado pelas obrigações de correspondência à realidade cotidiana. Sua palavra não é um signo, não é um envelope previamente endereçado; é antes a imagem totalizante do real no seu dinamismo. E é assim, pelo desdobramento natural da própria experiência artística, que ele configura a sua dramática verdade humana. Porque as suas novelas, atendendo a compromissos antes de tudo artísticos, são também a denúncia trágica da apatridade do homem. Daquele homem condenado a ser estrangeiro na sua própria terra, a empreender a viagem ilusória palmilhando caminhos sem destino e procurando trabalho, aquele homem diferente, sofredor de grande sofrimento. Adonias Filho é ao mesmo tempo um narrador e um cenógrafo, que estabelece e funda cuidadoso a técnica do distanciamento. Manipulador eficaz da organização cênica, ele parece trabalhar com uma câmara cinematográfica instauradora de uma nova distância entre os homens e os objetos. [...] E todo esse empenho de globalização do real, animado e assistido por uma rigorosa seleção estética, adquire constantemente o sentido de uma visão apocalíptica da existência, porque traduz um código cifrado de agressões ao homem.

Colocado por alguns, muito justamente, no nível de Machado, de Graciliano e de Guimarães Rosa, Adonias ainda não teve a sua obra devida-

mente dimensionada. Talvez por nunca ter-se deixado seduzir pela popularidade, mantendo-se fiel a seu projeto artístico, sem concessões. Como seus personagens, seguiu sempre seu áspero caminho, que parece previamente traçado, em linha reta, indiferente aos atalhos, prisioneiro da maravilhosa maldição de não poder se deixar cair em tentações. Essa postura estoica pode levar a uma rotulação equivocada de elitismo. Tão equivocada quanto aquela que nos anos sessenta lhe fazíamos, levando em conta apenas o seu equívoco histórico. Um intelectual de direita. Busquei desesperadamente, na minha descida ao inferno adoniano, esse ser antagônico. Não encontrei. O que descobri foi um irmão de sangue. Permitam-me que lembre aqui um filósofo de esquerda muito caro a minha geração, George Lukács:

> O estudo apaixonado da natureza humana do homem faz parte da essência de toda literatura e toda arte autênticas; daí que toda boa arte e toda boa literatura sejam humanistas, não só por estudarem apaixonadamente o homem e a verdadeira essência da natureza humana, mas, também, por defenderem apaixonadamente a integridade humana do homem contra todas as tendências que a atacam, a envilecem e adulteram.

Ninguém fez isso melhor que Adonias, de maneira consequente, consciente e declarada. Adonias Filho, dono da Cadeira 21, que, com muito orgulho, agora vou ocupar. Estranha Cadeira essa que, qual símbolo humanizado e esfingético, ao estilo de seu último detentor, parece exigir de seus ocupantes dois compromissos essenciais: o Humanismo e a luta pela liberdade. Compromissos que todos que nela se sentaram até hoje cumpriram com paixão. Desde seu Patrono, Joaquim Serra, passando por José do Patrocínio e Álvaro Moreyra, até seu último ocupante, Adonias Filho. E foi ele mesmo quem o disse, em seu emblemático discurso de posse:

> Os escritores deste reduto, e porque nela acreditaram é que escritores foram, acreditaram na liberdade [...]. Esta a minha Cadeira. Os escritores que a ocuparam, de Joaquim Serra a Álvaro Moreyra, firmando a liberdade como sua tradição, não me impuseram um compromisso. Quis o destino que também a ocupasse um romancista, um romancista e um crítico literário, que, jurando respeito à liberdade, sabe que na liberdade se contém a própria inteligência como função intelectual. Obrigam-me, todos os meus antecessores, a esta definição.

E Adonias se define como escritor e como homem:

> [...] já como escritor do meu tempo, não posso evitar o que exigem no fundo do mesmo da sua obra. Exigem a luta contra a censura ideológica, contra o comando do partido único nas Artes e nas Ciências, contra o bloqueio cultural – que tentei estudar em um dos meus livros – ainda hoje oprimindo povos e humilhando o homem. Fossem eles a falar, Joaquim Serra ou José do Patrocínio, e o protesto seria o mesmo.

Fosse eu, Dias Gomes, a falar e não falaria de outro modo. Mais eloquente que a minha fala, seria a minha vida, toda ela pautada por uma luta constante contra todas as formas de cerceamento da liberdade, vítima que fui, desde a minha primeira peça teatral, dessa mesma censura ideológica que Adonias abominava. Essa censura que, por ironia do destino, poucas semanas após o seu belo discurso de posse, em 1965, proibia *O Berço do Herói* e dava início a uma caça às bruxas no Teatro Brasileiro que iria impedir a encenação de mais de trezentas peças. Adonias era então Diretor da Biblioteca Nacional, e eu posso avaliar os conflitos e angústias em que se debateu.

Falamos todos a mesma Língua, nós da Cadeira 21. Joaquim Serra, nosso Patrono, em sua luta pela abolição da escravatura, José do Patrocínio, voz inspirada e candente dessa mesma luta. Quer no ensaísmo crítico de Mário de Alencar, quer no lirismo poético de Olegário Mariano, ambos ocupantes da Cadeira 21, perpassa o mesmo compromisso com a liberdade que em Álvaro Moreyra se torna exemplar. Sua vida, em si, um exemplo e um conceito de liberdade, no seu pensar e no seu fazer. Cronista admirável, adversário intransigente do lado sombrio da vida. Álvaro Moreyra, como Joaquim Serra, descobriu o Teatro como o reduto mesmo da liberdade, onde ela se exerce como condição básica, onde ela brota como a própria vida, onde o homem afirma a sua vocação para o sublime.

Sem usar o palco como arma panfletária de sua campanha abolicionista – pois o Teatro não é um meio, mas um fim em si mesmo, como escreveu no prefácio de sua sofisticada comédia, *Coisas da Moda* – Joaquim Serra encontrou nele o espaço ideal para fustigar com extraordinário bom humor a sociedade fútil, alienada e preconceituosa de seu tempo. Não por acaso, Machado de Assis foi seu parceiro no drama *O Remorso Vivo*, talvez sua obra teatral de maior repercussão, embora seu nome esteja ligado, juntamente com os de

Artur Azevedo e Moreira Sampaio, à introdução de um novo gênero teatral no Brasil, a Revista – gênero hoje em extinção, lamentavelmente. O mesmo Machado, tão avaro em elogios, a ele se referiu nestes termos: "[...] Joaquim Serra era principalmente um artista. Amava a justiça e a liberdade pela razão de amar, também, a arquitrave e a coluna, por uma necessidade de estética social."

Álvaro Moreyra foi um pouco mais além. Aportou ao continente teatral com sua caravela de otimismo e aí armou sua barraca e fincou sua bandeira. Chamou de "Teatro de Brinquedo", talvez por timidez, talvez por ironia, ou quem sabe por não avaliar a importância histórica de seu empreendimento. O Teatro fora a única Arte a não participar da revolução cultural deflagrada pela Semana de Arte Moderna. Era preciso integrá-lo nesse movimento, ainda que tardiamente, fazê-lo recuperar o tempo perdido. Com seu despretensioso *Teatro de Brinquedo*, Álvaro Moreyra alertou para a defasagem em que nos encontrávamos e deu, ainda que timidamente, o primeiro passo no sentido da renovação. Com ele e seu grupo, o nosso Teatro começou a tatibitatear o idioma brasileiro, fator importante para a revolução cênica e dramatúrgica que ocorreria mais tarde, nos anos 1950 e 1960. Isso lhe devemos nós, isso lhe deve o moderno Teatro Brasileiro.

Estranha Cadeira essa, a 21. Tendo por Patrono um teatrólogo, vai ocupá-la agora um dramaturgo, alguém que outra coisa não é, nunca foi, nem nunca desejou ser senão um homem de teatro. Sucedendo a outro que, embora só tendo escrito uma peça, *O Auto dos Ilhéus*, ocupou o cargo de diretor do Serviço Nacional do Teatro, demonstrando pelo palco indisfarçável fascínio. Pena que *O Auto dos Ilhéus* não tenha recebido o batismo cênico, indispensável à comprovação de suas qualidades, já que seu autor era, no fundo, um grande trágico. Tornou-se lugar-comum sublinhar a força inarredável do destino como motor de toda a trama novelística de Adonias, o que o aproxima inevitavelmente dos grandes trágicos gregos. Acrescente-se a isso a construção das personagens e sua força dramática como elementos condutores do enredo, como notou um dos maiores críticos que nosso Teatro já conheceu, Anatol Rosenfeld: "O enredo existe através das personagens, as personagens vivem o enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuitos do romance, a visão de vida que decorre dele, os significados e valores que o animam."

Nada disso se dá por acaso. Escrevi há tempos:

> O Teatro é a única Arte que usa a criatura humana como meio de expressão. No cinema e na televisão, a imagem da criatura humana é utilizada, não a criatura viva, sensível e mortal. Esse meio de expressão, mais poderoso que qualquer outro, o homem-ator, torna o Teatro a mais comunicativa e a mais social de todas as Artes, aquela que, de maneira mais íntima e reconhecível, pode apresentar o homem em sua luta contra o destino – em última análise, a razão de ser da Arte Dramática, dos gregos aos nossos dias. Pois o que temos no palco são seres humanos, que nos tocam duplamente: pela interpretação de um destino alheio, sem que isso os liberte de seu próprio destino. Esta carga trágica de que é portador é que dá ao Teatro inexcedível autoridade para transmitir o sentido trágico de nossa existência. Se, como queria Lukács, o estudo apaixonado da natureza humana e do homem faz parte de toda arte autêntica, nenhuma arte pode ser mais eloquente no cumprimento dessa finalidade que o Teatro, no qual o homem não é só objeto, mas também sujeito, na medida em que dele se serve o autor, como meio de expressão, para declarar algo a respeito dele mesmo. O Teatro é a arte por excelência da luta, do amor e da paixão do homem.

Não é de estranhar, portanto, que esteja o Teatro, de uma forma ou de outra, ligado aos escritores da Cadeira 21 – que Adonias chamou "a Cadeira da liberdade" – todos eles, principalmente seu último ocupante, voltados para a defesa da integridade do homem e para o mistério da natureza humana.

Em bem-humorada crônica publicada logo após a minha eleição para esta Ilustre Companhia, um dos seus mais brilhantes membros, Josué Montello, fez notar o que chamou de uma "diferença essencial: Adonias pendia para a direita, no plano político, e Dias Gomes pende para a esquerda, no mesmo plano. [...] Mas não devemos esquecer que assim como a direita de Adonias era à brasileira, é também à brasileira a esquerda de Dias Gomes".

Por estranha coincidência – e coincidências estranhas são inerentes à Cadeira 21 – o mesmo acadêmico que ora me recebe nesta Casa, Jorge Amado, recebia, há 26 anos, Adonias Filho. E a mesma irônica contradição era então notada. Jorge, meu caríssimo amigo, conterrâneo como Adonias, companheiro de lutas e de ideais, refutou-a brilhantemente em seu discurso:

> [...] creio possuirmos em comum, mais além das nossas fronteiras ideológicas, algo da maior importância, Sr. Adonias Filho. E nosso horror, nossa total desestima por todo e qualquer sectarismo, por essa estreiteza de visão e de ação que é a negação da inteli-

> gência, e que é o único e mísero capital de certos homens políticos – homens de qualquer tendência – sua única maneira de fazer Política. Para esses, a Política é apenas o ódio, a injustiça, a perseguição, a negação da Cultura e do Humanismo.

A alguns parecerá, talvez, até anacrônica essa rotulação de esquerda ou direita, nos dias de hoje, quando a bipolarização política do mundo caiu por terra, como caíram o muro de Berlim e outros muros ideológicos. Até já se proclama o fim do Socialismo – e todos os idiotas do mundo ostentam um sorriso de vitória. Como se um erro histórico significasse o definitivo fim de um sonho generoso que a humanidade alimenta há séculos – o sonho de um mundo mais justo, uma sociedade igualitária, onde o homem possa exercer a sua vocação de liberdade. Ao contrário do que pensam, o sonho não morreu, porque é ele que impulsiona a História. Nem morrerá nunca, porque é inerente ao que de melhor existe na natureza humana do homem. Porque com ele comungam os homens de bem.

E os escritores da Cadeira 21 foram todos homens de bem, voltados para as grandes causas. Divergências circunstanciais, posicionamentos históricos equivocados de um ou de outro – e erros todos cometemos – não eliminam a visão comum diante do essencial. Por isso, senhores acadêmicos, é com muito orgulho que hoje ocupo esta Cadeira, para a qual me elegestes em vossa generosidade. A mim, modesto escritor de ofício, cujos caminhos nunca me pareceram poder trazer-me a esta Casa. Confesso que me sinto ainda constrangido e perplexo em me ver dentro deste fardão, nunca supus que isso um dia pudesse acontecer. Olhando-me de fora, pergunto-me: O que teria mudado, eu ou a Academia? Pois, muito embora todas essas afinidades que encontro com os antigos ocupantes desta Cadeira, sempre me imaginei numa postura artística e filosófica que me vedava as portas desta ilustre Casa, onde tenho, aliás, grandes amigos. Foram eles, sem dúvida, que me trouxeram para cá. Mas, neste momento, é bom, é justo, é importante reconhecer: nem eu mudei, nem a Academia. Ela me aceita tal como sou, inconformado escritor do meu povo, engajado no sonho de vê-lo livre e feliz. Tal como já acolheu a outros, que a honraram e a honram, ecumenicamente, generosamente. Destina-me uma Cadeira na qual me sinto confortável. Não fosse esta, a Cadeira 21, como a batizou Adonias, a Cadeira da Liberdade.

# II

# RESPOSTA DO SR. JORGE AMADO

Se é de paz, pode entrar, diz-se na Bahia, nossa terra, Sr. Acadêmico Dias Gomes, quando alguém chama à porta da rua. Sois da guerra, vossa vida é uma sucessão de combates, mas vossas armas foram a escrita e a imaginação, e a causa pela qual lutastes é a da paz e da felicidade do homem sobre a terra. Sede pois bem-vindo a esta Casa da Cultura e da convivência, onde chegastes devido aos altos méritos de vossa criação literária.

Em trinta anos de vida acadêmica – por curiosa coincidência, como diria D. Arminda, personagem de romance, eu os cumprirei amanhã, 17 de julho –, assumo pela segunda vez esta tribuna para dar boas-vindas a um confrade na hora solene da posse. Quando me convidastes para vos receber, chamei vossa atenção para minha total incompetência crítica. "Compadre, eu vos disse, estais cometendo um erro, sou incapaz de fazer a análise densa e profunda que vossa obra reclama e merece. Dos quatro escritores que constituem a pequena bancada baiana na Academia Brasileira de Letras, sentam-se, ao lado do romancista Herberto Sales, dois grandes da Crítica e do Ensaio, Afrânio Coutinho e Eduardo Portella, ambos teus admiradores e teus amigos. Recorre a um deles, ou a mestre Antônio Houaiss, que, pelas virtudes e pelo saber, bem poderia ser baiano. Com qualquer deles, estarás servido a contento, tua obra será objeto, do preclaro louvor decorrente de estudo acurado, de

justa interpretação. O meu louvor será limitado e pobre, apenas o aplauso de leitor, as palmas de espectador, faltar-lhe-ão profundidade e brilho, sou inepto", assim vos disse. Não aceitastes meus argumentos, recorrestes aos ritos de amizade que, na Bahia, como sabemos, são exigentes e precisos, ninguém pode ignorá-los ou deixar de cumpri-los sem pecar por desatento, sem causar ofensa.

Esses mesmos deveres de amizade fizeram-me subir a esta tribuna há 26 anos, em 1965, quando me coube a alegria e a honra de receber um escritor singular, mestre da Ficção, duas vezes conterrâneo – por baiano e por grapiúna: paridos nas roças de cacau, crescemos nas ruas de Ilhéus –, colega de internato no Ginásio Ipiranga, em Salvador, adversário político, fraterno amigo, amizade que começou antes de nos conhecermos, pois nossos pais, coronéis do cacau, já eram velhos amigos quando os filhos nasceram. Coube-me receber e saudar Adonias Filho, vosso antecessor, de quem acabastes de traçar o retrato de corpo inteiro.

No Brasil, a cegueira, a burrice do sectarismo comanda a atividade política e social, à direita e à esquerda, iguais no atraso e na baixaria, degrada as relações, envenena o convívio. Contra tal concepção, Adonias Filho se bateu sem medir consequências não só com a palavra, sobretudo com o exemplo: jamais confundiu adversário político com inimigo pessoal a quem se deve, de forma obrigatória e violenta, ódio e repulsa. Tendo sido um dos tutores intelectuais dos militares que desencadearam o Golpe de Estado de 1964, prestigiado, citado para postos importantes, Ministro da Educação, Governador da Bahia, Adonias gastou seu capital político, despendeu o prestígio de que gozava na tarefa de impedir perseguições a adversários, para tirar da cadeia oposicionistas ao regime, para sustar processos de intelectuais de esquerda, inclusive de alguns que o haviam insultado e se preparavam para persegui-lo, se chegassem ao Poder.

Desde a adolescência, optamos por posicionamentos mais que diferentes, opostos, ele na Ação Integralista, eu na Juventude Comunista. Também nossas obras de criação, a dele e a minha, se bem nascidas de idênticas raízes, de vivências similares no chão do cacau, nas encruzilhadas da cidade da Bahia, respondem a visões pessoais e dessemelhantes: Adonias viveu voltado para o eterno, eu vivo afundado no materialismo grosseiro. Nossa amizade, no entanto, perdurou e cresceu acima de toda e qualquer divergência. Jamais per-

mitimos que as ideologias, a nos prenderem e limitarem, impusessem os termos de nosso relacionamento, desfizessem os laços de admiração, respeito e bem-querer a nos unirem. Talvez porque idêntico humanismo baiano marcou nossa conduta de cidadãos e escritores: a confiança no ser humano. Ele sabia, e eu sei que, por maior seja a miséria material ou moral, brilha uma luz no coração dos homens.

Assim sendo, em 1965, ao tomar posse, Adonias me escolheu para recebê-lo, a mim, inimigo jurado do regime militar, "subversivo e pornógrafo", como se escreveu na ocasião: talvez o houvesse feito por isso mesmo. Certamente o fez por isso mesmo.

Desejei, Sr. Dias Gomes, que minhas primeiras palavras hoje, nesta tribuna, fossem de homenagem a Adonias Filho que, para completar a beleza exemplar de sua vida, morreu de amor: não pôde suportar a ausência de Rosita, a esposa bem-amada.

Também nossa amizade, Sr. Dias Gomes, data de antes de nosso relacionamento pessoal: vosso irmão Guilherme foi meu companheiro de juventude, juntos iniciamos nosso aprendizado no ofício das Letras e o fizemos, impetuosos e virulentos subliteratos, nas hostes da Academia dos Rebeldes nos anos derradeiros da década de vinte. Guilherme morreu cedo, deixando ao irmão caçula, a vós, Sr. Dias Gomes, a tarefa de concretizar a aspiração do jovem rebelde. Vós o fizestes na dimensão democrática e popular das Letras baianas: temática de problemas sociais e humanos, questionamento da sociedade, solidariedade com os despossuídos e os discriminados, escrita despida de artifícios, transmutação da língua falada, viva e criativa.

Nossa tradição se assenta em Gregório de Matos Guerra, libertário, anarquista, indomável, dito o Boca do Inferno para de logo assinalar-se a originalidade da literatura baiana que encontrou perfeita consciência moral no canto do poeta Castro Alves: o beijo ardente, os escravos, a liberdade e o amor. A narrativa de Xavier Marques definiu os amplos limites de nossa ficção e nos ensinou a fazer do povo o herói maior, o personagem principal.

Nos anos finais da década de vinte, o Modernismo esgotara sua eficácia renovadora após ter-nos dado uns poucos livros fundamentais: *Memórias Sentimentais de João Miramar*, *Macunaíma*, *Cobra Norato*, *Brás, Bexiga e Barrafunda*, o *1.º Caderno de Poesia do Aluno de Poesia* de Oswald, a

*Pauliceia Desvairada*, de Mário. Provindo dos ruidosos movimentos europeus do pós-guerra de 1918 – o Futurismo, o Surrealismo, o Dadaísmo –, cedia lugar a novas formas de criação, saídas das tripas do povo. Em 1928, José Américo de Almeida publicava, na Paraíba, o romance *A Bagaceira*, e quase na mesma data o poeta Carlos Drummond de Andrade assinava seus primeiros poemas, em Minas Gerais: iniciava-se a etapa mais significativa da Literatura Brasileira.

Na Bahia, o discurso retórico e vazio dos ilustres professores da Faculdade de Medicina via-se contestado pelos jovens do *Samba* e do *Arco e Flecha*, poetas e pasquineiros, pelos malignos pé-rapados da Academia dos Rebeldes. Cruzada de meninos destemidos, implacáveis, dessas arruaças decorre a literatura moderna da Bahia, a já citada condição democrática e popular que condiciona sua originalidade. Dessa tradição contestatária e polêmica, decorre a obra que realizastes, Sr. Dias Gomes, cumprindo o mandato recebido de vosso irmão Guilherme.

Ao debruçar-me sobre vossa obra, de logo uma consideração me vem ao espírito e a quero aqui consignar, pois elogio maior não lhe poderei fazer. Quero dizer-vos que a obra que concebestes e realizastes já não vos pertence, nem à Crítica que a estuda, nem às trupes que montam vossas peças nos teatros, ela pertence ao povo por direito de propriedade – o povo, coautor dessa obra, vosso parceiro, a incorporou à sua criação anônima. Outros grandes de nossas Letras podem ser conduzidos em procissão nos andores da Crítica enfatuada, aquela que tem horror ao popular, ao sadio, ao deleitável, mas são pouquíssimos os poetas e os prosadores cujas criações deixam de lhes pertencer, viram domínio público, se transformam em bem de todos, patrimônio de cada brasileiro. Raríssimos esses eleitos, a maioria deve contentar- se com o ruidoso ou obscuro elogio dos profissionais da Crítica.

Penso no claro enigma de Carlos Drummond de Andrade, o poeta mais distante da facilidade: sua poesia, por vezes tão difícil, sempre à altura da obra-prima, deixou de pertencer ao tímido vate para se tornar sentimento e condição de todos nós, brasileiros. Qual de nós não diz que "havia uma pedra no meio do caminho", repetindo verso seu? Que homem do povo – quantos deles analfabetos – não perguntou, na hora da dificuldade: "e agora, José?", repetindo verso seu? Campeão do carnaval carioca no desfile da Escola de Samba da Mangueira, Drummond é o exemplo da poesia que extrapolou do

livro, se fez dito popular, frase correntia, canção de Escola de Samba, dom do povo. Depois de Castro Alves, somente ele, nenhum outro.

Idêntica apropriação aconteceu com vossa obra de dramaturgo, Sr. Dias Gomes: cruzamos com vossos personagens nos caminhos do sertão e nas ruas das cidades onde convivem e participam, gente de carne e osso. Neles, o povo se reconhece, como reconhece o Brasil, a grandeza e a miséria, os equívocos absurdos e os espantosos acertos, nas histórias que construístes no universo do palco, nas ilimitadas polegadas dos vídeos. Um privilégio único, esse que vos coube, Sr. Dias Gomes: bem poucos o alcançaram em nossa Literatura.

Tamanho sucesso popular, presença poderosa e evidente, deve-se ao caráter social e político de vossa dramaturgia, à amplitude dos espaços e tempos nela delimitados, por ela questionados. Os problemas brasileiros referentes à liberdade, a individual e a coletiva, aos direitos humanos, à batalha entre o atraso e o progresso, foram expostos ao debate público, às luzes das ribaltas, em palcos que não se limitaram aos dos teatros, multiplicaram-se nas antenas das estações de rádio, nos vídeos das televisões.

Parte considerável de vossa obra de dramaturgo foi realizada em circunstâncias difíceis que tornaram vosso trabalho extremamente penoso: raros os autores brasileiros, na época da ditadura militar, tão visados pela censura. Fostes obrigado, em mais de uma ocasião, a recorrer a estratagemas literários, a recursos sutis de escrita e composição, para conseguir levar vossa mensagem ao grande público. Recordo que uma de vossas peças mais significativas, "O Berço do Herói", proibida no Brasil, teve sua estreia mundial nos Estados Unidos, em tradução para o Inglês. Mantendo uma intransigência essencial, mas usando a astúcia e a fantasia, conseguistes as mais das vezes ludibriar a estupidez da censura, derrotar a intolerância do autoritarismo.

*O Pagador de Promessas, O Santo Inquérito, A Revolução dos Beatos, O Bem Amado, O Berço do Herói, A Invasão, O Túnel, Os Campeões do Mundo, Amor em Campo Minado, Meu Reino por um Cavalo*, essas dez peças, cujos títulos venho de citar, constituem o núcleo central de vosso teatro. Nelas traçastes extenso e incisivo panorama de nossa realidade. Tomastes dos temas mais candentes – a liberdade negada ao indivíduo pela sociedade opressora, a dura luta contra o regime militar, o painel feudal da vida camponesa nos sertões de cangaceiros e fanáticos, a intrujice política nas cidades,

domínio da demagogia e da corrupção, o atraso e o progresso, a audácia e a violência, a reação e a revolução – tomastes dos temas mais candentes e os trouxestes à mesa da discussão, ao debate nacional. Vale salientar a unidade que identifica o conjunto de vossa dramaturgia, ditada por vossa posição de autor: não se trata de criação gratuita, o que antigamente se dizia ser Arte pela Arte, vossa criação possui causa e compromisso.

Cada peça vossa significou impacto, constituiu-se em acontecimento relevante, ultrapassou o simples episódio literário. A começar pelo êxito mundial de "O Pagador de Promessas": não somente todo o Brasil se comoveu com essa fábula pungente e grave, a emoção se estendeu aos quatro cantos do mundo. Destinadas às cenas dos teatros, essas dez peças vos situaram entre os principais dramaturgos brasileiros, entre os grandes da Dramaturgia Contemporânea.

Quero fazer referência especial a outra face de vossa dramaturgia, aquela que se destina a ser difundida pela televisão. Sei que é de bom-tom falar horrores da televisão, apontada pelo elitismo dos intelectuais como um dos males de nosso tempo. O que os leva a querer terminar com todo e qualquer programa destinado a divertir, a alegrar a gente simples do povo, ou seja, nós todos. Não lhes parecendo punição suficiente a vida miserável a que a população brasileira está sujeita, querem lhe retirar ademais o direito à diversão, ao ócio, à descontração, ao riso; nossos intelectuais têm horror ao povo. Nos países onde tais teorias se impuseram, os programas de televisão tornaram-se de uma pobreza abominável. Aí estão os exemplos das televisões da União Soviética stalinista, de Portugal salazarista. Sem desconhecer e esconder as limitações e os perigos inerentes à televisão, não se pode tampouco desconhecer e esconder seu imenso poder de informação, de ensinamento e de entretenimento, a dimensão cultural, a eficiência incomparável da comunicação.

No que se refere a esse aspecto de vossa dramaturgia, devo vos dizer que eu o valorizo ao extremo, pois as séries e novelas televisivas levaram vossa proposição, vosso protesto, a um público infinitamente maior do que aquele que frequenta as salas de espetáculos. Foi sobretudo nos vídeos dos televisores que o povo se identificou com vossos personagens e reconheceu o Brasil, nossa espantosa realidade, o lado podre da vida de miséria e opressão, o lado luminoso da luta e da esperança.

Não aceito que se estabeleça diferença de valor entre os dois segmentos de vossa dramaturgia. Por que tal diferença, se o autor das peças de teatro e das novelas de televisão é o mesmo escritor, situado em idêntica posição, um senhor dramaturgo, um obstinado combatente?

Parte considerável de meu trabalho de romancista tem servido de base para séries e novelas de televisão. Se bem eu encare como uma violência contra o autor a adaptação de qualquer livro de ficção para outro meio de comunicação, creio que essa violência é compensada pela ampliação da audiência às ideias e emoções que o autor quis transmitir. Por mais a adaptação se afaste do original, alguma coisa resta: a ideia básica, a emoção mais profunda.

Há poucos dias um jornal de Lisboa, noticiando o êxito polêmico na tevê portuguesa da novela *Tieta*, realização da Rede Globo baseada em romance meu, presenteou-me com a autoria de vosso *O Bem-Amado*. Podeis imaginar como me senti vaidoso. Não é a primeira vez que os generosos portugueses me conferem falsa autoria de novelas de televisão. Certa ocasião, vai disso vários anos, estávamos em Lisboa, Zélia e eu, andávamos às compras no Rocio, em companhia do romancista baiano João Ubaldo Ribeiro (faço um parênteses para dizer que espero viver tempo suficiente para recebê-lo e saudá-lo desta mesma tribuna em sua inevitável posse na Academia Brasileira de Letras), quando numa loja as vendedoras me reconheceram. Foi uma algazarra. Isso se passou logo após o sucesso da novela adaptada de *Gabriela, Cravo e Canela*, cuja autoria é de Walter Georges Durst, mas que com frequência me é atribuída por ser eu o autor do romance. As balconistas quiseram saber se eu era o "gajo que escreve as novelas de televisão".

É ele sim – respondeu João Ubaldo –, o autor das novelas. Só que às vezes, em lugar de assiná-las com o próprio nome, assina-as com o pseudônimo de Janete Clair.

Pronuncio aqui, hoje, nesta hora, o nome de Janete Clair com respeito e afeto, com real emoção, pois sei o que ela significou para Dias Gomes: esposa, companheira, mãe dos filhos mais velhos. Ilustre figura de um novo gênero literário, a Dramaturgia Televisiva, Janete Clair deu-lhe a dimensão e a humanidade do talento e do coração.

Adonias Filho, adversário político, fraterno amigo. Vós, Sr. Dias Gomes, sois fraterno amigo e companheiro de ideais e lutas. Juntos temos

andado um bom pedaço de caminho entre acertos e erros, generosos e honrados os acertos e os erros, e, sem abdicar de nossas posições, chegamos ambos a esta Casa da convivência.

Vossa posse ocorre no momento em que, com rapidez incrível, o mundo se transforma, cava-se um abismo entre o dia de ontem e o dia de hoje. Um muro de preconceito e de demência política ruiu, e nos seus escombros soterraram-se teorias, concepções, sistemas de governo, estados, ideologias, lideres e heróis. Fragmentos do que foi o sonho e o combate, a esperança e a certeza de milhões de seres humanos pelo mundo afora estão sendo vendidos em pequenos pedaços por ávidos comerciantes norte-americanos a colecionadores de relíquias, junto com as lascas do muro de Berlim. Sei de homens e mulheres, magníficas pessoas, que de súbito se encontram desamparadas, esvaziadas, mergulhadas na dúvida, na incerteza, na solidão, no desamparo, perdidas, suicidas. O que as inspirou e conduziu pela vida afora, o ideal de justiça e beleza pelo qual se bateram, pelo qual tantos sofreram perseguição e violência, exílio, cadeia, tortura, muitos outros foram assassinados, se transformou em fumaça, em nada, em coisa nenhuma, foi apenas mentira e ilusão, mísero engano, ignomínia. De muitos, eu sei que se encontram nos limites do suicídio, como se a noite mais horrenda se houvesse abatido sobre o mundo, de vez e para sempre.

De mim, não vejo motivo para desespero e suicídio. Permanecem atrozes e urgentes, com as mesmas perspectivas e exigências, os problemas por cuja solução nos batemos, Sr. Dias Gomes, durante toda a nossa vida: o sonho que sonhamos permanece íntegro em seu fascinante desafio. Apenas rasgou-se o véu da fantasia, viu-se exposta ao sol a indigente nudez das ilusórias ideologias que cerceiam e diminuem o ser humano e são armas de opressão a serviço dos donos do poder: veio abaixo o que era falso e feio, podre e perverso.

Tem sido imensa a repercussão de tais acontecimentos, e é natural, pois eles atingem o destino de toda a humanidade. Sucede, porém, que na avalanche do noticiário sensacionalista e dos comentários facciosos, a mídia ocidental falsifica-lhes a significação, ao apresentá-los como se fossem a batalha final do confronto histórico entre o Capitalismo e o Socialismo. Estaríamos assistindo ao derradeiro combate, do qual resulta a completa vitória do Capitalismo, que se afirma o regime político mais perfeito, justo e humano, e

a definitiva derrota do Socialismo, julgado e condenado pela História, repudiado pelas grandes massas populares.

Total adulteração da verdade, tal interpretação dos fatos é falsa e sala-frária. O combate é bem outro: trava-se entre a Democracia e a Ditadura. No Leste europeu e no resto do mundo, estão ruindo ditaduras inconcebíveis, instauradas em nome do Socialismo, que eram ou são o oposto da Democracia – eram ou são porque algumas ainda resistem entrincheiradas na mentira ideológica e no terrorismo das policias políticas. Não é o Socialismo que está acabando, e, sim, sua contrafação fraudulenta e desumana, o chamado "Socialismo real", imposto por déspotas cruéis através da mais monstruosa máquina de embuste e opressão.

O triunfo é da Democracia e não do Capitalismo, a derrota é da Ditadura e não do Socialismo. O Capitalismo permanece o mesmo sistema econômico e político falho que sempre foi, defeituoso e injusto, em nada melhorou. Continua a colocar a ambição de lucro, a ânsia de dinheiro acima de qualquer outro ideal, a cultivar fatores da miséria e da guerra. O Socialismo tampouco deixou de ser a meta almejada pela humanidade, etapa superior da marcha do homem em busca de uma vida melhor sobre a face da terra.

Socialismo sem democracia significa ditadura, e nenhuma ditadura presta, seja de direita ou de esquerda. Atrevo-me a dizer que as de esquerda são as piores, pois contra as de direita pode-se lutar de peito aberto; quem o fizer contra as de esquerda acaba patrulhado, acusado de reacionário, vendido, traidor. Eu próprio me vi sujeito a tais acusações quando, em fins de 1955, mantendo intactas minhas convicções socialistas, deixei de militar no Partido Comunista e passei a denunciar o Stalinismo, a criticar os erros, a condenar os crimes que continuavam a se repetir.

Há dois séculos a Revolução Francesa mudou a face do mundo. Novos valores, maiores, se estabeleceram, a vida tornou-se mais justa e mais bela. Quando, porém, os caminhos democráticos da Grande Revolução foram abandonados para dar lugar à ditadura sangrenta do Terror, ainda mais monstruosa porque exercida em nome do povo e do progresso, houve na França uma volta atrás, semelhante à que se dá hoje no Leste europeu. Primeiro foi o Império, Napoleão e as guerras de conquista levadas a cabo sob as bandeiras da Revolução Francesa, farsa somente comparável à da ocu-

pação da Polônia, da Hungria, da Tchecoslováquia pelas tropas soviéticas sob as bandeiras do Socialismo. Depois de Napoleão, o retrocesso prosseguiu com a volta da monarquia dos Bourbons, com a entronização de Luís XVIII.

O retorno ao passado não significou o fim, a liquidação dos valores novos e maiores trazidos no bojo da Revolução Francesa, o mundo não voltou a ser o mesmo de antes, aquele que a Revolução destruiu, liquidou para sempre. Também a Revolução de Outubro, a Revolução Socialista, mudou a face do mundo e a vida dos homens e o fez para sempre. Os novos e maiores valores humanos e sociais trazidos em seu bojo persistirão mais além da suposta derrota de hoje.

Os acontecimentos atuais tampouco modificaram o quadro deplorável, sinistro, da realidade do Brasil onde a sociedade se torna a cada dia mais egoísta e injusta. Nenhum dos grandes problemas foi resolvido, a começar do problema fundamental, o maior de todos, da posse e da exploração da terra até aqueles que se referem à Infância, à Educação, à Saúde Pública, à Ecologia, à Cultura. Prosseguimos no trágico quotidiano de miséria e fome, na guerra contra milhões de crianças abandonadas ao crime, na crescente devastação do solo, na extinção das florestas e das espécies animais. Nosso retrato nacional, mostrado diariamente nos vídeos das televisões, dá vontade de chorar.

Foi válida a luta que nos coube lutar, Sr. Dias Gomes, por maiores e mais grosseiros tenham sido os erros cometidos. Apenas diante do fim do Império soviético e de suas colônias na Europa, na África e na Ásia, do desmoronamento das ideologias e das teorias que orientavam nossa tomada de posição, devemos compreender que cabe a nós, brasileiros, tão somente a nós e a mais ninguém – a nenhum cidadão soviético ou norte-americano, cubano ou chinês, alemão ou albanês –, a luta pela solução de nossos problemas, o remédio para nossas mazelas, a mudança para melhor da mesquinha, amarga, inaceitável sociedade atual.

São de nossa responsabilidade, única e exclusiva, os problemas da Amazônia e do Pantanal, dos rios e florestas, das cidades que são campos de batalha, das favelas da violência e da droga, das nossas desgraçadas crianças, dos servos da terra nos latifúndios, problemas imensos, monstruosos, são todos eles de nossa inteira responsabilidade, temos de resolvê-los com urgência, se ainda desejamos ter pátria e chão, se desejamos que a cordialidade e o

riso retornem, que o brasileiro retome suas virtudes de povo, reencontre o canto, a dança, o futebol, a festa, o carnaval. As causas pelas quais nos batemos, Sr. Dias Gomes, continuam a exigir de nós a mesma coragem, idêntica decisão, completa e generosa consciência.

Contemplo este Salão Nobre da Academia Brasileira, repleto na cerimônia de vossa posse. Trazidos, quem sabe por minha comadre Bernadete, esposa, companheira, namorada, mãe de vossas filhas mais jovens, enxergo, misturados aos senhores acadêmicos, figuras insólitas que não costumam frequentar academias nem comparecer a eventos assim solenes. Parecem estranhos a este ambiente, não receberam convite, serão intrusos.

Não, não são intrusos. Aqui estão de pleno direito, com convite ou sem convite, pois, para tudo dizer, direi que foram essas pessoas que vos trouxeram a esta tribuna e a esta Casa, que vos deram fama e honrarias, popularidade. São vossos personagens, tantos! Não posso citar a todos eles, mas quem não reconhece, em meio à seleta, nobre assistência aqui presente, quem não reconhece Branca Dias desavergonhadamente nua, o Bem-Amado Odorico, Porcina, Carlão, Roque Santeiro, Sinhozinho Malta, as irmãs Cajazeira, o Senador e o Imortal, o Inquiridor e o Velho – há gente de toda espécie hoje nesta sala –, o Padre Cícero Romão Batista com seu cajado e sua santidade sertaneja, à frente de beatos e de cangaceiros, nosso padrinho Padre Cícero queiramos ou não; embaixo de sua batina, esconde-se a fraude de Floro Bartolomeu, senhor de baraço e cutelo. Vejo Zeca Diabo e Chico Moleza, Zabelinha, Dirceu Borboleta, Zé das Medalhas, heróis fabulosos, pequenos figurantes, Malu, Santa e os favelados, ai! Tanta gente, meu Deus, não os posso citar a todos, que os demais me perdoem. No comando dessa malta de Comédia e Drama, ergue-se Zé do Burro com sua cruz de brasileiro.

São muitos, a população que criastes, Sr. Dias Gomes, gente simples e sofrida. Deles é esta festa, bem a merecem.

Axé, Sr. Dias Gomes, eu vos digo em língua da Bahia, axé.

Discurso do
SR. IVO PITANGUY

e

Resposta do
SR. CARLOS CHAGAS FILHO

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 24 de setembro de 1991*

# I

# DISCURSO DO SR. IVO PITANGUY

Senhor Presidente,
Senhores acadêmicos,

que minhas palavras iniciais sejam de admiração por aqueles que fazem da Literatura sua Arte maior.

Picasso dizia que há dois tipos de artista: "Aquele que faz do sol uma simples mancha amarela, e o que de uma simples mancha amarela faz o sol." Creio que escritor é quem transforma manchas amarelas em sóis: tanto é iluminado quanto ilumina. Tem luz própria. O escritor sabe, como Shakespeare, que palavras sem pensamento não vão para o céu – não alçam voo.

Deve, então, haver uma intimidade entre o pensamento e a palavra, de tal maneira que esta, plena da força do pensar, possa se fazer bela e acordar os homens, o mundo. O escritor é capaz disto: através da palavra, possibilitar o acesso ao belo da vida, à beleza essencial que habita o coração de todos os seres, de todas as formas.

A beleza é uma forma de verdade ou será a própria verdade? Julgo só ser possível atingir a verdade a partir do belo.

Acredito que nada é mais difícil do que conceituar a beleza. Parece-me impossível defini-la, enquanto sinto tão fácil reconhecê-la quando a vejo.

A beleza das formas belas leva à consideração das almas belas. O belo das almas impulsiona a contemplação da beleza. Desta, ao reconhecimento do belo da Ciência, até que se chega ao oceano da Beleza que, em seus múltiplos aspectos, permite conceber belos discursos e pensamentos. O espírito, elevado, toma posse de uma sabedoria única – a da Beleza, a do conhecer o "belo em si próprio – perfeito acordo entre conteúdo e forma".

É esse acordo que a Academia faz aparecer a cada momento, tornando a palavra mais bela, o pensamento mais lúcido, o sentimento mais profundo.

Nasci em Belo Horizonte, filho de Antônio de Campos Pitanguy, humanista e cirurgião geral, e de Maria Staël Rabello Jardim. Guardo de meus pais uma lembrança tão viva que não consigo falar deles no passado. Meu pai, entusiasmo e alegria. Minha mãe, sonho e harmonia.

Belo Horizonte, cidade cheia de árvores e de um ar muito puro. São recordações que ficaram muito presentes – de uma rua que se inclinava para cima, uma casa grande num quintal cheio de mangueiras e uma biblioteca do lado direito de quem entrava, ocupando nobre área. É ali que me lembro mais de meu pai, junto de minha mãe, para nos contar coisas à noite, despertando nossa curiosidade para o mundo.

Em Minas, dentre tantos outros amigos queridos, estavam Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Paulinho Mendes Campos, Hélio Pellegrino, Paula Lima, Marco Aurélio Matos. Gostávamos muito de ler e tínhamos nossos sonhos literários; eles continuaram no caminho das Letras, enquanto eu trilhei o das Ciências Médicas.

Eu me sentia dentro de um círculo de afeto, onde o ar, povoado pelas ideias e pelos sonhos, se deixava perfumar com o aroma das árvores em flor e de um jasmineiro, perto da escada. Os mesmos sonhos de minha mãe, que fora criada num ambiente de amor, elevados valores morais e de uma refinada intelectualidade, característica da Diamantina do princípio do século. Este amor e valores universais ela os transmitiu aos filhos. Aos seus cinco filhos. ela ensinou que não se pode viver sob o Signo do Medo e muito menos sob o Signo da Morte e, para expressar esta sua máxima existencial, ela nos citava o imperador Marco Aurélio:

## TUDO FAZER, TUDO DIZER, TUDO PENSAR COMO UMA PESSOA QUE A CADA INSTANTE PODE DEIXAR A VIDA.

Minha querida mãe está aqui a nosso lado, presente com seu espírito jovem, e, ao lado dela e de todos nós, meu querido pai.

Fomos criados na certeza de que as pessoas não morrem – "ficam encantadas": se elas deixam em torno de si uma aura de bondade, esta continua se refletindo como se estivessem presentes. Sem dúvida, este momento de amizade, esta festa de espírito e coração, pertence muito a eles: a meus pais; a meus irmãos – Ivan, Yvette, Yedda Lúcia e Jacqueline; a minha querida Marilu – doce companheira de jornada – e a nossos adoráveis filhos – Ivo, Gisela, Helcius e Bernardo.

Senhores acadêmicos,

vossa generosidade, recebendo-me como companheiro nesta Casa – tendo eu a vos oferecer apenas a minha intensa e, por vezes, quixotesca luta pelo Ensino e pela difusão do ramo da Medicina que abracei – é homenagem que recebo com humildade e alegria. Humildade na alma e alegria no coração.

Vós, que cultuais o saber e a perfeição da forma através do exercício do gênio, me ensinastes a cultivar o constante respeito à força criadora da palavra, veículo do pensamento – vida –, harmonia e estética.

A palavra cria elos para a memória coletiva, define e registra referenciais imprescindíveis aos processos histórico-culturais da humanidade, principalmente neste final de século, quando a revolução científica e tecnológica parece ameaçar certos valores do espírito, em seu avassalador e vertiginoso relativismo.

Mas o culto à inteligência, à sensibilidade e à memória dos grandes vultos que iluminaram a humanidade com seus passos, seus questionamentos e revisões nos faz prosseguir na procura de ideias novas, na busca de outras formas, cada vez mais harmoniosas, de convivência social, no exercício crítico do pensamento individual e na identificação da criatividade em seus diferentes aspectos formais.

Penso que qualquer conhecimento pressupõe a responsabilidade de sua transmissão, para que ele não venha a se estagnar, quebrando o ciclo histórico da memória coletiva. Os mecanismos de troca, o intercâmbio permanente e franco, tornam o receber tão importante quanto o dar. E, nesse processo de entrelaçar tempos e conquistas, a palavra, obstinadamente, vai, ao mesmo tempo que representando o realizado, tecendo as utopias.

Senhores acadêmicos,

recebo com viva emoção a honra que me conferistes, mas observo que esta Casa, em sua tradição de Cultura, vem abrigando médicos bem mais ilustres do que eu.

Como sabeis, a Medicina é muito absorvente, como já o disse aqui Deolindo Couto:

> Tendes, agora, o médico, que não poderia disfarçar a quase exclusividade de sua condição e nem jamais pretendeu fazê-lo, escravizado, como é, a uma atividade, no seu egoísmo, dominadora. Rejubila-me testemunhar que a Academia, sensível à influência das várias correntes do pensamento e da expressão, preserva, contudo, normas inseparáveis da sua essência, entre elas a de recrutar elementos nas diversas áreas culturais.

A sólida cultura humanística e científica de Carlos Chagas, amigo tão querido, impressiona-me hoje, como há tantos anos passados, quando eu, ainda estudante, o conheci na Praia Vermelha.

Carlos Chagas, quando embaixador na UNESCO, desempenhou missão de relevante importância para o desenvolvimento da Ciência no Brasil. Exerceu com brilhantismo, durante dezesseis anos, a Presidência da Academia Pontifícia de Ciências, para a qual fora nomeado por Sua Santidade o Papa Paulo VI. Carlos Chagas deu ao nosso País posição universal, sem perder a simplicidade e a doçura próprias dos grandes homens.

Sua generosidade pode ser sentida, percebida em todos os aspectos: no lado familiar, no culto aos amigos. A seu lado, a figura extraordinária de Annah: juntos fizeram de sua casa um fórum de amor e amizade. Este lado familiar resplandece em todos nós que temos o privilégio do seu convívio.

Fiel à grandeza de sua tradição familiar, transmitiu e transmite a seus discípulos a importância da continuidade do Ensino para a consolidação da Pesquisa Científica. A ele, toda uma geração de pesquisadores deve não só a formação, mas também o entusiasmo pela Ciência.

Quero ainda me referir a Afrânio Coutinho, que, embora dedicando seu talento exclusivamente às Letras, é também médico diplomado desde os 20 anos de idade. E, se tivesse Afrânio exercido a Medicina, teria, certamente, emprestado à nossa profissão brilho igual ao que sempre trouxe e continua a dar à Literatura.

Os progressos da Ciência, assegurando uma vitória cada vez mais forte da inteligência sobre o mundo material, se traduzem por uma espécie de ascensão na direção do Espírito, ligada a uma tendência profunda da evolução da vida.

Por certo, como já dizia Pasteur, "pouca Ciência afasta o homem de Deus; muita, o aproxima".

Senhores acadêmicos,

homens sábios e pródigos na difusão de seu saber me precederam nesta Cadeira que ora passo a ocupar. Se, por sua grandeza, deles me distancio, a eles me liga íntima e profundamente o mesmo desejo de transmitir nossos conhecimentos, nossas verdades.

A História de um povo ou de uma nação não é feita, apenas, com fatos e ilações, mas sobretudo com exemplos. Exemplos que uma geração recolhe nas gerações precedentes, para acrescer a esses paradigmas as suas próprias lições, com espírito de continuidade harmoniosa – disse Josué Montello.

Continuidade, diria eu, no respeito preservador, mas também na defesa da liberdade criativa e enriquecedora que faz o conhecimento prosseguir além das fronteiras encontradas.

Senhores,

José Bonifácio, o Moço, é o Patrono da Cadeira 22. Escolheu-o Medeiros e Albuquerque, um dos idealizadores desta Academia, guiado pelo entusiasmo e pela coragem cívica desse grande brasileiro, em sua luta eloquente

pela permanência dos ideais de liberdade, deixando-nos clara sua veneração por aqueles que conservam até o fim, erguida e soberana, a bandeira de seus ideais.

Castro Alves sentiu arder em José Bonifácio, o Moço, a mesma chama que lhe inspirava o verso, ao ouvi-lo, junto com toda uma plêiade de outros jovens, entusiasmados pelas causas progressistas que nosso Patrono corajosamente defendeu, com brilho, até a morte.

A redenção de toda uma raça motivaria Castro Alves a um brado de revolta, dirigido a outro Andrada:

> Levantai-vos, heróis do Novo Mundo!
> Andrada! Arranca esse pendão dos ares!
> Colombo! Fecha a porta de teus mares!

Medeiros e Albuquerque foi convicto adepto da República. Seu hino de louvor é a prova concreta de seu entusiasmo e admiração pelo movimento renovador. A multiplicidade de seus interesses proporcionou-lhe uma vasta temática, consolidando seu talento de escritor, de político e de jornalista.

Foi educador criativo e divulgador de ideias e acontecimentos de seu tempo. Seu espírito pioneiro tornou vivas entre nós as inovações ocorridas na Literatura mundial, como as obras de Verlaine, Rimbaud e Mallarmé.

Era curioso, obstinado, não se deixando levar por uma ideia sem interrogá-la, sem pesquisá-la mais a fundo. Na Europa, se interessou por Medicina, não tendo nem o hipnotismo escapado à sua curiosidade. No Brasil, foi o precursor da doutrina de Freud.

Humberto de Campos descreve-o como escritor irreverente e infatigável,

> apaixonado pela vida moderna, pelo progresso, pelas atividades vertiginosas do século. Seria incapaz de louvar um jangadeiro que viesse do Ceará ao Rio, ou um andarilho que atravessasse o Saara, porque, no reinado do avião e do automóvel, lhe parecia idiota que alguém fizesse menos, quando todo o mundo fazia mais. Tinha a coragem, hoje rara, de voltar-se contra a multidão e contrariá-la unicamente para ficar de acordo consigo mesmo.

Medeiros e Albuquerque buscava, no fervilhar da originalidade, o ponto central da construção de seu pensamento. Representava, na concepção de Miguel Osório, o artista que, diante de um universo muito explorado, procura fazer algo de novo, de original.

Senhores,

ao evocarmos Miguel Osório de Almeida, encontramos toda uma vida dedicada à Ciência e ao Ensino. Um homem cujo humanismo, no dizer de Barbosa Lima Sobrinho, "não era aquele do Renascimento, preocupado com a restauração de velhos modelos, mas sim um humanismo universal, fundado na convicção de que o progresso da humanidade deveria resultar de uma colaboração mais íntima de todos os espíritos sobre uma base de sentimentos comuns".

Sua experiência e sua reflexão foram sempre orientadas pela necessidade compulsiva de apreender os fenômenos da Natureza.

Miguel Osório iniciou sua vida profissional com o irmão Álvaro, num laboratório montado em sua própria casa. Carlos Chagas, que os considera, a justo título, os pioneiros da Fisiologia no Brasil, conta-nos como os dois irmãos eram diferentes:

> Álvaro era sisudo, pouco afável, ainda que tivesse a boa educação dos homens brasileiros que ainda recebiam a aragem da Corte Imperial; possuía extraordinária memória – que só apresentava quando necessário – e uma invejável cultura biológica. Miguel Osório, ao contrário, era jovial, de grande atração, seja pela aparência física, onde seus olhos claros combinavam com o seu sorriso alegre –, seja de suas intervenções.

Tendo assistido Miguel Osório pronunciar uma conferência sobre o cérebro no Palais de la Decouverte, em Paris, Carlos Chagas comenta o entusiasmo de um cientista francês que lhe disse nunca ter ouvido uma exposição tão clara em um Francês tão perfeito.

Sua obra científica foi fecunda e mundialmente conhecida, tendo sido laureado com o Prêmio Sicard da Faculdade de Medicina de Paris pelo trabalho "Teoria da Excitação ou Estado de Excitabilidade Nervosa".

Miguel Osório, em seus *Ensaios, Críticas e Perfis*, entre outras figuras, traz-nos a de Axel Munthe. Se, por um lado, Miguel Osório se identifica com Axel Munthe, como fino observador da natureza humana, por outro, mantendo sua consciência crítica, observa que no grande escritor e médico sueco a emoção impediria conclusões científicas mais frias e consolidadas. Em Axel Munthe, se sente a margem da indecisão, a faixa imprecisa que mal a separa

do sonho, fundo de misteriosa penumbra, os pontos claros, cercados de um halo brandamente iluminado.

No Adeus da Academia a Miguel Osório, Austregésilo de Athayde enfatizou que:

> este homem de ciência, entregue aos labores da pesquisa, era, ao mesmo tempo, um escritor dos mais interessantes da nossa atualidade literária; [...] no convívio acadêmico, nas sessões privadas do Petit Trianon, revelavam-se plenamente a cultura de Miguel Osório, os recursos de sua inteligência apurada no conhecimento das Letras nacionais e estrangeiras, o seu gosto pela suave ironia, o nível superior do seu espírito.

Senhores,

nesta Cadeira, sucedo com grande humildade à extraordinária figura de Luís Viana Filho.

Era Luís Viana Filho governador da Bahia, quando tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente. Guardo, até hoje, indelével, a impressão que me causou. Senhorial e afável, sua maneira suave e firme deixava transparecer a profundidade do espírito desse incansável trabalhador da ideia e da forma. Personalidade difícil de ser definida, não pela falta, mas sim pelo excesso de qualidades.

Pouco antes deste encontro, eu havia recebido um precioso legado de uma legítima representante da linhagem real africana iorubá. Refiro-me à Mãe Senhora, cuja dignidade atraiu para o candomblé artistas e intelectuais encantados pela beleza e magia de sua pessoa.

Jorge Amado, que se achava presente, assim relembra, com carinho e amizade, este acontecimento:

> Já não recordo a data precisa, não posso garantir quantos anos já se passaram – uns vinte, quem sabe? O tapeceiro Genaro de Carvalho, grande artista da Bahia, Obá de Xangô no terreiro de Axé do Opô Afonjá, por fim entregou a Ivo, na presença de Nair e Marilu, o colar enfiado e lavado por Mãe Senhora, para ser usado pelo Ogan, quando fosse confirmado. Aconteceu na Casa de Alagoinhas, em Salvador, casa de Zélia, minha e de nossos amigos. Creio que Ivo ainda possui o colar de Mãe Senhora, que Genaro lhe pendurou no pescoço, cumprindo o compromisso. Uma oferenda do povo, bela e mágica.

Brasil, terra cheia de magia, feita de seus habitantes anônimos de ontem e de hoje – de sua população miscigenada e dos sincretismos religiosos – da mistura dos heróis universais com nossos mitos acirrados de brasilidade – de seus poetas, seus sábios e seus homens públicos que com seus pensamentos e ações escreveram nossa História.

Se, na dimensão poética, se inscreve o sonho, o voo, é na História que se configura a consciência de um povo.

Por certo, disso sabia Luís Viana Filho, que, professor de Direito Internacional, jamais abandonou o hábito da pesquisa histórica, apesar de sua intensa atividade legislativa e executiva, que sempre exerceu com a grandeza própria dos verdadeiros homens públicos.

Seu fascínio pelo ser humano e seu mundo interior levaram-no a enveredar pelo universo da biografia. "Nada – disse Luís Viana Filho – interessa tanto ao homem quanto o próprio homem, que continua a ser a medida e a razão de tudo".

Identificando-se com Rui Barbosa, em seu ideal de liberdade, e com as admiráveis personalidades de Nabuco e Rio Branco, reuniu-os, mais tarde, neste marco da historiografia brasileira que é a obra sobre estes três estadistas.

O grande biógrafo por certo considerou que, se o homem é a sua História, a Pátria é feita por seus homens.

O valor isolado de cada uma dessas biografias cresce e se multiplica, quando as tomamos em conjunto, como resultado do entrelaçamento dos destinos que Luís Viana Filho estabeleceu ao estudar as vidas de três figuras, que animadas pelos supremos ideais de Justiça, Paz e Liberdade, dedicando suas existências ao engrandecimento da nacionalidade, marcaram nossa História.

Conduzidos pelo estilo refinado de sua narrativa, sempre assentada em pesquisa laboriosa e na busca incansável da exatidão histórica, os leitores dessas verdadeiras obras de Arte vivem e respiram os ares que cercaram as quadras turbulentas da vida nacional, na segunda metade do século passado e no começo deste século: nossas reiteradas intervenções no Prata, a Guerra do Paraguai, a Abolição, o ocaso da Monarquia, o advento e os primórdios da República, as irresolvidas questões de fronteiras, nas quais Rui, Nabuco e Rio Branco atuaram e inseriram, de maneira gloriosa e imorredoura, suas participações na História pátria.

Poucas nações poderiam envaidecer-se de apresentarem, contemporaneamente, uma tríade de estadistas de tamanha fulgurância e excelsa magnitude, segundo nos ensina Mestre Viana em sua admirável trilogia.

Luís Viana Filho incluiria em sua galeria de homens públicos a importante biografia de Castello Branco, mas sua multiplicidade de interesses o fez também nos revelar a vida de três grandes escritores – Machado de Assis, José de Alencar e Eça de Queirós. Trouxe-nos, ainda, Anísio Teixeira, o notável educador que marcou nossa geração.

O biógrafo deve ter, antes de mais nada, a capacidade de admirar: é isto que lhe confere dimensão. Luís Viana Filho, ao recriar seus personagens em sua força de vida, elegeu aqueles que sua sensibilidade instintivamente acolheu.

Montaigne já dizia que a admiração é o fundamento de toda filosofia, "revela a alma despida de egoísmo. A alegria de encontrar na grandeza do outro não parcelas da própria grandeza, mas da condição humana".

Luís Viana Filho ama e admira o ser humano, o que demonstra, uma vez mais, quando escreve sobre a vida de Machado de Assis: tão explicado e tão inexplicado, surgindo em época e lugar surpreendentes, com uma originalidade e grandeza espantosas. Um Machado múltiplo, um Machado de alma inteira. Leva-nos a percorrer em suas páginas o cotidiano de Machado, as inquietudes conjunturais e estruturais de seu espírito e o processo de transferência de suas contradições pessoais para seus personagens. Avesso a situações e a climas polêmicos, Machado, com sua obra, suscita controvérsias, e, com *Brás Cubas*, chega a causar perplexidades e indagações hamletianas.

O que é *Brás Cubas*?

Machado, como lembra Luís Viana Filho, definira esta obra com as palavras de seu personagem maior: "Obra supinamente filosófica, de uma filosofia desigual, agora austera, logo brincalhona, coisa que não edifica, nem destrói, não inflama, nem regela, e é todavia mais do que passatempo e menos que apostolado."

Mas, apesar disso, Capistrano de Abreu, tanto como Hamlet, vacilava no julgamento: Que era *Brás Cubas*? Para Luís Viana Filho, era a floração do desencanto.

Machado, perplexo com a inaceitação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, quer abandonar a pena; entretanto, no prólogo de uma nova edição admitia: "Há na alma deste livro, por mais risonho que pareça, um sentimento amargo e áspero, que está longe de vir dos seus modelos." Por certo, vinha da vida, disse Luís Viana Filho.

Surge *Dom Casmurro* ao despontar do nosso século.

"Que era *Dom Casmurro*?" – pergunta Viana.

> Certamente uma experiência proustiana de Machado em busca do tempo perdido que, ao envelhecer, como um Fausto malogrado, tentara restaurar na velhice a adolescência. Desta busca do tempo perdido, emerge Capitu, possivelmente a maior dos personagens femininos de Machado. E ele, tal como Bentinho, não alcançara "atar as duas pontas da vida".
>
> Flor de sombra, Machado, recatado, viveu tentando esconder-se nos romances que lhe deram a glória. Talvez por isso tenha sido frequentemente julgado sem generosidade, acreditando-se ser ele apenas frio e indiferente dissecador de almas, que não provara o leite da bondade humana. Esqueciam-se da face oculta, na qual se abrigou o verdadeiro Machado de Assis, compreensivo, tolerante, pronto para perdoar, sensível ao sofrimento humano.

Luís Viana Filho, em *A Vida de José de Alencar*, preferiu, ao invés da análise literária, trazer-nos o romance, cujo personagem principal é o próprio José de Alencar.

Não se depreenda, porém, deste comentário, que tenha Luís Viana Filho romanceado. Ele, como em suas outras biografias, foi o mesmo pesquisador rigoroso e incansável. Mas foi também o escritor que, ao narrar os fatos, o fez com graça e desenvoltura.

Conta-nos que Machado de Assis jamais esquecera o dia em que conheceu Alencar: "A sensação que recebi no primeiro encontro pessoal com ele foi extraordinária; creio agora que não lhe disse nada, contentando-me de fitá-lo com os olhos assombrados do menino Heine a ver passar Napoleão."

Nunca mais eles se separariam. A admiração continuou, porém sem o olhar mítico de outrora, permitindo a Machado captar toda a grandiosidade humana de Alencar:

> Nenhum escritor teve em mais alto grau a alma brasileira. E não é só porque houvesse tratado assuntos nossos. Há um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das coisas. [...] nosso Alencar juntava a esse dom a natureza dos assuntos, tirados da vida ambiente da história local. Outros o fizeram também; mas a expressão do seu gênio era mais vigorosa e mais íntima.

Ao revelar-nos Eça de Queirós, Luís Viana Filho o faz com uma tal cumplicidade que nos deixa transparente como lhe deve ter sido prazerosa a leitura do mestre do Realismo Português.

Também, qual de nós não se deixou algumas vezes se envolver pelas páginas impregnadas de sua ironia cáustica, por aquele seu jeito espirituoso com que, ferinamente, retratou a sociedade pequeno-burguesa, satirizando seus valores socioculturais?

Quem dentre vós não se lembra daquele seu ceticismo quase agressivo e de sua ousada Linguagem, saboreadamente adverbial na fixação das situações sociais e dos personagens?

Sim, por certo foi também muito agradável a Luís Viana Filho a leitura de Eça de Queirós, e, ao recriar sua figura, ele o fez sem dissociar do escritor o ambiente que o envolvia, levando-nos a conviver com Eça na Inglaterra, na fria e escura New Castle, na sua adorada e borbulhante Paris, onde Eça desempenhara suas funções de cônsul.

O biógrafo recorda a posição de Eça no caso Dreyfus, deixando-nos bem definida a luta contra a alienação, a hipocrisia, o obscurantismo: "Eça participa de todos os movimentos e se posiciona, corajosamente. Acompanha o pensamento político e literário em todo o mundo."

Apoiando-se em narrativa de Olavo Bilac, nos conta que "Eça de Queirós sabia de cor o incomparável delírio de Brás Cubas e gostava de declamá-lo pausadamente, com inflexões estudadas".

Mas, incansável, Luís Viana Filho deixa-nos ainda um último e precioso legado: a biografia de Anísio Teixeira, seu amigo fraterno.

Ao contextualizá-lo, transmite-nos sua própria contemporaneidade, que é a de todos nós, relembrando-nos, portanto, fatos que testemunhamos na luta heroica deste grande homem simples, que manteve sempre o entusiasmo pela formação dos jovens, aos quais dedicou toda a sua vida.

Conta-nos que, desde o Governo de seu pai, quase nada se fizera no campo da Educação na Bahia. "Anísio sacudiu-a com a fé de um missionário".

Inicialmente, elaborou amplo projeto, transformando em Lei, em 1925, para modernizar e ampliar o Ensino, cuja filosofia contrariava a Escola única então em grande voga. Enquanto em São Paulo se defendia a alfabetização em massa, este projeto tratava de inserir qualidade no objetivo meramente quantitativo.

A divulgação do Conhecimento, do Ensino, foi também grande preocupação do meu antecessor. E, em Anísio Teixeira, Luís Viana Filho deixou transparente esta sua preocupação. A Anísio interessavam muito forma e o conteúdo a serem transferidos aos estudantes. Suas ideias sobre Educação nortearam e continuam a orientar, até hoje, nossos educadores.

Anísio Teixeira, em seu discurso sobre a função da Universidade, pronunciado no Rio de Janeiro em 1935, enfatiza que o objetivo da Educação é formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva. Difundir a Cultura humana com inspiração, enriquecendo e vitalizando o Saber no passado com a sedução, a atração e o ímpeto do presente.

Anísio levou suas ideias para todos os fóruns em que esteve presente, procurando continuamente uma Educação de qualidade, deixando em seus pares a certeza de que, em sua figura amena, havia a inequívoca força dos grandes lutadores. Isso podem certamente testemunhar Deolindo Couto, Abgar Renault e Josué Montello, seus companheiros no Conselho Federal de Educação. Luís Viana Filho traz-nos o belo testemunho de Montello sobre Anísio Teixeira:

> Ele não meditava para falar: a própria fluência verbal era em si o ato de pensar, com a palavra gerando a frase ajustada à lógica de uma estupenda ordenação expositiva. Era como se estivéssemos diante de uma forja incandescente a abrir-se em faíscas. E tudo aquilo era novo, com a força da criação definitiva.

Senhores,

intensa foi a busca de Luís Viana Filho para trazer à perenidade a lógica dos fios perdidos da História.

Em sua gestão à frente do Governo do Estado da Bahia, teve atuação coerente com sua personalidade de pesquisador da história do seu povo.

Guardião implacável dos marcos e traços do passado, resguardou da destruição um dos mais importantes engenhos do Recôncavo – o Engenho Freguesia – com capela e casa conjugados, remanescente do Ciclo da Cana-de-açúcar. Para preservá-lo, criou o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, onde, com riqueza de material etnográfico, inscreveu uma síntese das mudanças pelas quais veio passando a Bahia desde a época do descobrimento até nossos dias. Abriu-o à visitação pública, deixando assim que o povo compartilhasse desta lição de História.

As manifestações artísticas mais importantes nas Artes Plásticas, Luís Viana também reuniu e tratou de preservar, deixando-as expostas para que muitos pudessem, através de sua apreciação, conhecer a Arte, e Arte feita pelos artistas baianos.

Criou bibliotecas no interior e a grande Biblioteca Central do Estado da Bahia, para a qual doou valiosa coleção dos sermões do Padre Antônio Vieira, fazendo gravar, na placa comemorativa de sua inauguração: "Construída para preservar e aprimorar nossa cultura, esta biblioteca será permanente instrumento a serviço da Democracia e do desenvolvimento. Somente os povos que amam os livros aprendem a amar a liberdade e ambicionar o progresso."

O espírito universal de Luís Viana Filho permitiu-lhe conduzir à vida política seus méritos de intelectual, demonstrando, com sabedoria, como é possível a ambas as atividades caminhar em harmonia.

Se a vida pública ensinou-lhe coragem e eloquência, mostrou-lhe também como sabiamente abster-se de entusiasmos excessivos, brotados da emoção de um só acontecimento. Vivendo os fatos em sua sucessão, discernia-os com a lógica de sua inteligência analítica, a um só tempo, como observador e coparticipante da História Política Contemporânea, jamais se afastando do homem de Cultura. O escritor Luís Viana Filho deu a seus heróis um profundo toque humano.

A querida Rachel de Queiroz, que tão bem sabe penetrar o reino das palavras, resgatando-as em seu vigor poético, assim nos fala de Luís Viana Filho:

> Luís conseguiu fazer biografias de uma grande perfeição de fatura, de uma grande dignidade de composição e de, principalmente, uma grande riqueza de informação, sem chegar jamais ao minuendo, à insinuação malevolente e sem também chegar ao exagero das biografias laudatórias, que são, em geral, abomináveis, porque partem daquele *parti pris*, a favor, que sempre incompatibiliza o leitor.

Mestre Viana retirou da convivência com a história de seus biografados o lado mortal, finito. Mas, certamente, guardou e transmitiu o infinito do legado de cada um deles. Ao analisá-los, percorreu os vários platôs que seus heróis habitavam; juntos, galgaram a longa espiral da vida e, ao conhecê-los, tão intimamente, delineou com exatidão seus perfis.

A biografia torna possível ver-se o homem na escada da História. Ao olhar de Luís Viana Filho, jamais faltou a argúcia dessa mobilidade. Não lhe escapou, também, na vida pública, a necessidade de mover-se – avançando e recuando como fazem os rios que buscam a imensidão dos oceanos – para transformar em realidade as utopias que projetou.

Senhores acadêmicos,

o ramo da Medicina que abracei coloca-me face a face com o ser humano em busca permanente de identificação com sua própria imagem.

Em contraposição à ortodoxia universal da forma, as diferenças de raça e de Cultura geraram, na pluralidade geográfica e temporal, a diversidade conceitual estética.

Cada raça possui seu próprio conceito de beleza, que sofre mutações com as idiossincrasias e filosofias de cada época. E, ainda dentro de uma mesma raça, cada ser humano tem seu próprio conceito, conforme seu temperamento, cultura e sensibilidade, a determinar sua forma particular de perceber, conceber, de sentir o mundo, de raciocinar e julgar.

Por maior que seja sua compreensão de harmonia, de beleza, o cirurgião está diante de uma grande limitação quando comparada à do pintor, do escultor e do poeta, para os quais o espaço não está restrito em relação ao que sua criatividade pode traduzir. Somos escravos da forma e da anatomia e muitas vezes sentimo-nos frustrados, pois, lidando com o ser humano, o acrescentar e o retirar estão mais sujeitos às leis do próprio corpo do que à nossa força criativa.

Além de enfrentarmos tais limitações de ordem anatômica, encontramo-nos diante de um ser que pensa, que se interpreta – que escolhe seu Deus.

O ser humano é o seu corpo.

Seu corpo é sua forma de estar no mundo.

A expressão corporal indica, tanto ao cientista quanto ao artista, os movimentos da *anima*.

A energia, envolvida em todos os processos vitais, segue seu trajeto natural, através do labirinto hermético do corpo, até encontrar um obstáculo.

A quantidade de energia que um indivíduo usa e o como ele a usa denunciam-no e se refletem na sua personalidade. Também é assim nos processos sociais e psicossociais.

Captar os bloqueios energéticos – soluções de continuidade em seu necessário fluir – e resolvê-los é tarefa por vezes difícil, mas sempre necessária.

Como na análise do corpo político-social, também os estudiosos do indivíduo – em seu complexo psicossomático – buscam arrancar da natureza humana alguns de seus segredos.

Como o pintor prepara sua tela, suas tintas, o escultor sua pedra, devemos preparar o ser antes de nele intervirmos.

O corpo lúcido toma iniciativas, inclui-se na decisão.

Senhores,

hoje, quando os meios de comunicação promovem a difusão da informação de maneira agudamente intensa e extensa, mesmo populações assentadas nos mais ermos locais são atingidas em seus núcleos, onde, antes, eram guardados intactos seus conceitos próprios de vida. E a informação, porque excessiva e vertiginosa, interfere na percepção e na emoção e se infiltra como um elemento de ruptura das estruturas conceituais do grupo, gerando sonhos impossíveis. Tal fenômeno cria no indivíduo o desejo de ser semelhante não mais a seu próximo, mas sim a este ou àquele grupo, cuja supremacia econômico-cultural lhe impõe sua própria imagem.

Entretanto, o que há de mais extraordinário, de mais belo no ser humano, é a diversidade, é sua pluralidade estética.

Na sua longa caminhada desde os tempos mais remotos até os dias de hoje, o homem sempre procurou a identidade com o seu par, com sua tribo, com seu grupo social. Ele jamais desejou ser diferente, na medida em que tal diferença implicasse distanciamento do seu grupo. Sua conceituação de beleza esteve sempre mais ligada à semelhança com os seus pares; nas características pertinentes, e seu núcleo encontrou maior harmonia.

A experiência adquirida, lidando com pacientes de vários núcleos, latitudes diversas, grupos sociais distintos, me ensinou que o sofrimento é o mesmo: o ser humano é um só, e o bem-estar, na sua intimidade, não é apenas a consequência do sentido de saúde orgânica, é muito o sentido de conviver em paz e tranquilidade com a sua imagem.

Não poderia, com essas convicções tão verdadeiras, deixar de ressaltar o que julgo ser o mais importante em toda a nossa carreira: o ensino e a divulgação de nossa especialidade, formando profissionais capazes de levá-la aos mais remotos territórios do nosso País e de tantos outros no mundo, tornando-a mais acessível a todas as camadas sociais.

O campo do conhecimento que escolhi encerra uma finalidade transcendente, que é a tentativa de harmonizar o corpo com o espírito, a emoção com a razão, visando estabelecer um equilíbrio interno que permita ao indivíduo reencontrar-se, reestruturar-se, para que se sinta em harmonia com sua própria imagem e com o universo que o cerca.

Luís Viana Filho viveu em plena harmonia com os valores mais elevados de nossa época. Por sua dignidade humana, pela dimensão de sua obra, pelas lições de desprendimento e devoção à causa pública, representa estímulo constante à preservação dos mais nobres ideais de vida.

Luís Viana Filho legou-nos essa lição de inteireza: a medida exata, sem excesso ou falta.

Senhores acadêmicos,

agradeço a honra que me haveis concedido, recebendo-me nesta Casa, onde a harmonia e o espírito convivem na força de vossos ideais.

Muito obrigado.

# II

# RESPOSTA DO SR. CARLOS CHAGAS FILHO

Sr. Ivo Pitanguy,

ao serdes recebido na Academia Brasileira de Letras, sinto ressoar neste ambiente as vozes de outros acadêmicos que, como Vossa Excelência, souberam juntar a uma eficiência profissional extraordinária uma enorme compreensão do que é a vida nos seus múltiplos aspectos. Dos que já se foram, cito apenas Miguel Couto, Patrono dos médicos brasileiros, de quem meu pai disse "ser o homem bom por excelência", Oswaldo Cruz, criador da Medicina Experimental em nosso País, Antônio Austregésilo, eminente sábio neurologista, e Miguel Osório de Almeida, que se encontra na linha dos acadêmicos que vos antecederam e que, como vós mesmo, poderia dizer, era um homem da Renascença. Pertenciam, os quatro, a uma mesma formação, amigos das artes e das demais atividades culturais.

Deveis vos sentir em franca ressonância com o espírito de nossa Casa, pois sois um homem de Cultura, e esta é uma Casa onde a Cultura tem, no Brasil, um de seus melhores nichos. Em nosso meio, ireis encontrar uma gama variada de valores que representam o espectro da civilização intelectual de nosso País. Mais ainda: ireis viver num ambiente em que a consonância de ideais não é perturbada por diferenças de opiniões, quando estas existem. E,

assim, uma Casa de alegria, pois todos os que aqui vivem estão em plena união com as atividades culturais que exercem.

Sr. Ivo Pitanguy. Sois um homem bem-sucedido, e a expressão que aqui uso nada tem a ver com o sucesso material ou com o reconhecimento midiático. Bem-sucedido sois, porque vosso ideal de jovem se concretizou, de uma forma brilhante e positiva, que vos torna uma das melhores expressões do povo brasileiro.

Analisando a vossa vida, vê-se que não conquistastes prestígio, fama e glória através de oportunidades desvalidas, mas sim através de um esforço próprio, guiado sempre pelo desejo de realizar o ideal de servir a todos quantos necessitassem de vosso auxílio.

Vossa trajetória mostra o quanto lutastes porfiadamente para atingir a posição de "mestre da cirurgia plástica" que vos deu fama em todo mundo, especialidade que soubestes valorizar como dantes não o havia sido.

Fostes sempre um bom estudante e brilhastes, em todo o curso que seguistes, em Belo Horizonte. Do mesmo modo, soubestes aproveitar, como poucos o fazem, as lições dos ilustres profissionais com que trabalhastes no estrangeiro.

É bem verdade que tivestes, a vos ajudar, dois extraordinários exemplos da gente mineira: vosso pai, Antônio de Campos Pitanguy, e vossa mãe, Maria Staël Jardim de Campos Pitanguy. Gente mineira, daquela que faz do Estado das Minas Gerais um núcleo de sabedoria, de probidade e de interesse intelectual.

Antônio Pitanguy foi um médico de perfeita estatura profissional. Probo, estudioso, piedoso e exato no cumprimento dos seus deveres. Com ele, aprendestes que não há doentes, e sim "um doente", fórmula esta que, no vosso exercício profissional e no próprio convívio humano em que viveis, se transforma na verdade fundamental de que não há seres vivos iguais, mas sim que cada um de nós é um indivíduo bem identificado genética, biológica e psicologicamente.

Maria Staël Pitanguy, descendente de Felisberto Caldeira Brant, transmitiu-vos o seu próprio interesse pelas Letras e pelas Artes, acompanhando, assim, vosso pai – cotidianamente preso por suas atividades profissionais – na formação integral de vossa personalidade. Como eram cultas – e o são até hoje – as mulheres de vosso Estado! Minha avó, Maria Lobo, nascida na

segunda metade do século passado, falava e escrevia correntemente o francês sem nunca ter saído da sua velha e pequena cidade de Campanha. Bem mais tarde, vosso interesse pela Literatura seria acrescido na convivência deste grupo de jovens mineiros que tanto brilho deu às Letras Brasileiras: Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Hélio Pellegrino.

É certamente de vossa progenitura que aprendestes o bom gosto pela Literatura e pelos Clássicos, que sabeis citar com tanta facilidade. Foi, também, na casa familiar que começastes a desenvolver o conhecimento das línguas estrangeiras que hoje tão bem dominais. Sois, dos brasileiros que conheço, um dos que melhor falam as várias línguas que praticam, e não me espantaria se em terras de Espanha utilizásseis o Galego, tão parecido com o nosso Português e por isso tão difícil de ser bem falado.

Soubestes orientar a vossa vida profissional de maneira particularmente precisa. Não sei qual terá sido a contribuição de Antônio Pitanguy neste planejamento. O que sei é que, desassombradamente, seguistes o bom caminho que só leva a uma especialização quem conhece os fundamentos que lhe dão as necessárias bases. É por isto que sois, mais do que um especialista da Cirurgia de Reconstrução, um bom médico e um excelente cirurgião geral. Exemplo tão desrespeitado hoje na nossa formação profissional, em que são queimadas as barreiras de etapas necessárias.

Vossa meninice e juventude passaram-se em Belo Horizonte, e, certamente, a amplitude das montanhas e das serras que a cercam deve ter inspirado ao jovem, muitas vezes travesso nos seus momentos de desocupação, o desejo de realizar a sua vida grandemente, sem se socorrer senão do valimento de sua própria personalidade.

A vossa vinda para o Rio foi uma consequência de vosso desejo de progredir, muito embora excelente fosse a escola de Medicina da capital mineira. Queríeis ir mais longe e pensastes, naturalmente, que na Metrópole mais recursos haveria para expandir o vosso conhecimento.

Um quase acidente fez com que viésseis ao Rio mais cedo do que esperáveis. E que o serviço militar vos chamou para incorporar o jovem reservista cavalariano à tropa que devia seguir para a frente de combate na Segunda Guerra Mundial. O término desta impediu-vos de partir, o que certamente

vos deixou um gosto amargo, porque há, no fundo de vossa alma, um pouco da amálgama de Gavroche e de um Cadete da Gasconha.

Sentistes depois a necessidade de alargar os vossos conhecimentos e a vossa experiência, mas já tínheis a alma comprometida com o bem-estar do próximo e fostes procurar esse alargamento no estrangeiro.

A bolsa de estudos que vos foi concedida levou-vos a uma cidade em que o clima humano era totalmente diferente – embora de qualidade – daquele com que estáveis acostumado. Cincinatti é uma cidade áspera, quando o forasteiro ali chega. Fostes recebido no Hospital Bethesda e nele encontrastes quem iria dissipar qualquer desânimo que o novo *habitat* podia vos dar. Foi o Professor Longacre que vos recebeu e com o qual estabelecestes uma ligação de mestre/discípulo que, se vos foi útil, certamente também o foi para o professor norte-americano, acostumado muito mais à rigidez de pensamento dos alunos anglo-saxônicos do que à agilidade mental de um latino-americano, condição que então apresentáveis de maneira perfeita.

Voltastes ao Rio, terminado o vosso estágio, com uma bagagem de conhecimentos a qual dificilmente teríeis adquirido aqui, já que os nossos grandes cirurgiões da época ainda não se tinham apegado à importância da Cirurgia Reparadora e de sua identificação como disciplina própria.

Assinalo que nessa oportunidade fostes um exemplo de denodo e decisão. E que as condições de trabalho que vos foram oferecidas, ainda que úteis e, direi mesmo, utilíssimas, porque na ambulância do Pronto-Socorro pudestes conhecer o submundo da miséria econômica e das dificuldades de vida que se encontram nas favelas, não vos permitiriam nunca a realização do que já tínheis em vossa mente: socorrer homens e mulheres, trazendo-lhes a quase normalidade que condições desastrosas, ou defeitos genéticos, haviam feito com que fossem discriminados – ou quase – da comunidade em que viviam.

Decidistes, então, retornar ao estrangeiro para adquirir mais experiência, que iríeis expor à vossa magnífica intuição e inteligência.

Assim, seguistes para trabalhar, em Paris, com o Professor Marc Iselin e, como sempre, soubestes formar uma composição de aperfeiçoamento com o vosso novo mestre que terá sido útil para ambos. É que, na verdade, tendes o dom de compreender as pessoas com que entrais em contato e com que

conviveis, o que vos dá a popularidade de que gozais em todos os meios – profissionais ou não – que frequentais.

Nanterre, na grande Paris, foi a vossa primeira localização em França. Paris e a civilização francesa, que certamente conhecíeis de leitura, não vos foram uma revelação, pois que sempre houve, em vós, um componente "proustiano" que vos colocou em perfeita sintonia com a grande cidade. Paris, que alcançáveis de motocicleta, era, como sempre foi e o será, um deslumbramento para vós, mas ali chegastes em um momento extremamente positivo. É que Paris renascia. E renascia, totalmente, dos anos terríveis de ocupação, e a alegria voltava à cidade.

Tivestes um bom introdutor para a vida artística que ali se passava. É que viajou convosco, no avião que vos transportou à França, uma das grandes artistas da Música Popular Francesa, Juliette Greco. Frequentáveis o Café de Flore, ou o Lipp, quando possível, isto é, quando a escassez de recursos não era demasiada, e ainda, entre tantos outros, a Rose Rouge, onde brilhavam Mouloudji, o próprio Brassens e os Frères Jacques. Também o pequeno "Café-Concert" L'Écluse, no cais de Saint-Michel, onde dois cantores, Marc e André, vos atraíam, cantando a vontade da Ilha de Saint-Louis de se desgarrar da Ilha de la Cité, outro ponto de interesse. Para ouvir Edith Piaff, éreis obrigado a ir ao outro lado do Sena, seja na vizinhança da Praça Wagran, seja, mais tarde, no Bobino. Também do outro lado do Sena ficava a Comédie Française, cujo repertório tantas vezes vos foi recitado por Maria Staël. Tornaste-vos um conhecedor profundo do Quartier que envolve Saint-Germain-des-Près, para onde confluem o Boulevard Saint-Germain, a Rue des Rennes e a Rue Bonaparte, onde fica a Academia de Medicina da França – que eu não sei se frequentastes. Também não sei qual o convívio que tivestes com *habitués* dos "cafés", restaurantes e bares do Quartier, onde, na época, se acotovelavam Jean-Paul Sartre, Bons Vian, Raymond Queneau e Francis Carco, que tanto fizeram para renovar a vida intelectual francesa, tão restringida pela ocupação nazista. Estou certo, entretanto, de que soubestes vos aproximar de quem tanto interesse intelectual despertou em vós. A verdade é que as agruras da vida hospitalar, que mesmo em condições mais favoráveis são muito difíceis, às vezes, de serem suportadas, eram superadas pelas poucas noites em

que podíeis ir a esse pequeno mundo em que a alegria das gentes torna a vida muito mais simpática. Assim, vossa motocicleta zunia entre Nanterre e Paris.

Mas não ficou aí o vosso aprimoramento. Da França, seguistes para a Inglaterra, terra na qual a Cirurgia Reparadora se tornara mestra depois da mutilação de suas cidades e de seus soldados pelo desvario das forças hitlerianas. Ali surgem, de novo, mestres que darão ao já brilhante – ainda que iniciante – cirurgião a sua melhor atenção, não por dever de ofício, mas sim pelas qualidades que nele pressentiram.

Na pessoa de Sir Harold Gillies, encontrastes um exemplar perfeito do profissional liberal inglês já aposentado, mas com as suas manias bem definidas, entre as quais a do golfe e a da pintura. Com ele vistes que uma carreira profissional não dispensa os momentos de lazer e, menos ainda, o exercício de um passatempo esportivo. Foi com ele que aprendestes o vosso interesse pela pesca submarina e pela aeronavegação. Gillies vos contou, também, das dificuldades dos cirurgiões plásticos durante a Segunda Guerra Mundial. Ao seu lado, encontrastes Archibald McIndoe, provavelmente o maior de todos os mestres, que vos mostrou a importância de uma execução perfeita do ato operatório.

Antes de voltardes para o Brasil, fizestes uma longa viagem pela Europa. Mais do que em qualquer outro momento, este foi aquele em que pudestes reconhecer a importância da civilização e da cultura que, durante séculos, ali se forma. Visitastes catedrais, castelos, burgos em múltiplos países e, com isto, adquiristes uma fundamentação extraordinária para falar, como falais, em civilizações passadas. Creio, entretanto, que o país que mais vos atraiu sentimentalmente foi a Espanha, porque ali fostes encontrar Marilu, vossa esposa. Em um café, em um restaurante, talvez em torno de uma "sangria", não posso dizer como o foi, mas sei que nesta ocasião selou-se a vossa sorte com quem é um perfeito modelo de dama brasileira.

Aqui chegando, caístes no difícil emaranhado das condições do trabalho médico no Brasil. Quis o destino, que tanto vos admira, que obtivestes um serviço na Santa Casa de Misericórdia, mas não era tal condição suficiente para realizar o vosso ideal. Saístes pelos hospitais brasileiros solicitando que queimados ou outros acidentados fossem encaminhados ao vosso serviço, ao qual, desde então, dais a melhor das atenções.

Creio poder dizer que sois um artista na Medicina que, nós sabemos bem, é muito mais Arte do que Ciência, porque nela há o estabelecimento de uma ligação entre um médico e um paciente que muito se assemelha àquela de um criador artístico com a obra que realiza.

Como artista plástico, estais muito mais próximo de um escultor do que de um pintor, porque aquele, embora preso à rigidez do material com que trabalha, pode errar e corrigir-se, e este último tem uma liberdade de ação e de escolha que o escultor não tem. O cirurgião plástico, ao contrário do escultor, que pode corrigir o erro de seu cinzel, não pode errar de um milímetro o corte que pratica. Assim, a vossa responsabilidade, cada vez que operais, é enorme. Várias vezes tenho podido assistir a operações que realizastes, o que me fez voltar aos tempos de estudante, quando presenciava atos cirúrgicos executados por um dos mais eminentes médicos brasileiros, o Professor Brandão Filho. Era um cirurgião que, como vós, dominava a sua técnica e havia organizado uma equipe operatória que o ajudava com precisão maquinal.

Admirei e admiro a pertinácia que vos foi necessária para implantar a Cirurgia Reparadora em nosso meio. E que não é fácil, em qualquer país, implantar alguma coisa nova que, as mais das vezes, colide com interesses privados. De outro lado, as grandes realizações médicas ou científicas são combatidas, frequentemente, seja por misoneísmo, tão prejudicial ao progresso, ou então por aqueles que, sem conhecimento, ou por inveja, irritam-se com o sucesso dos outros. Certamente, isto terá acontecido em vossa vida. Não é este o caso de Carlos Chagas, que viu a sua maravilhosa descoberta contestada por colegas e companheiros de Manguinhos, até mesmo na principal sociedade médica do País? Mas fostes persistente e, pouco a pouco, malgrado a desafeição de muitos colegas com o vosso sucesso, vencestes uma etapa que parecia quase impossível, e eis-vos entronizado como o melhor cirurgião plástico do nosso País. Usei a expressão "nosso País" e não a alarguei, como seria justo, porque quero realçar a vossa profunda ligação com o Brasil. Mineiro e brasileiro, nossa terra tem uma expressão especial em vossa vida. A ela estais ligado por laços que superam todas as benesses que o estrangeiro pode vos oferecer. Com que frequência, sois chamado para pronunciar conferências, presidir sessões do mais alto coturno ou demonstrar a vossa técnica em países estrangeiros! Sois, provavelmente, o único cirurgião plástico que apresentou,

em um volume de extraordinário merecimento, as suas técnicas. Esta obra, editada na Alemanha, com um cuidado de causar inveja a qualquer editor no mundo, deu-vos uma esplêndida láurea em uma das Feiras Internacionais do Livro, em Frankfurt. Entretanto, nada disso vos afasta do difícil cotidiano carioca, interrompido, nos fins de semana, para o necessário descanso numa ilha da baía de Angra dos Reis.

Sr. Ivo Pitanguy,

não vou me dar ao desfrute de relacionar aqui os vossos títulos e as distinções meritórias que tendes recebido das nações de além-mar. Seria, de uma certa maneira, apresentar o vosso magnífico *Curriculum Vitae*. Entretanto, como me disse uma vez meu amigo Peregrino Júnior: "Quem é candidato à Academia de Letras não precisa apresentar o seu *Curriculum Vitae*. Se o fizer é que não merece se candidatar." Entretanto, não posso me furtar a assinalar, entre os numerosos doutorados *honoris causa* que tendes, o da Universidade de Bolonha, o qual vos foi concedido por ocasião da celebração do seu IX Centenário. Duas razões me levam a fazê-lo. É que cheguei a Bolonha alguns dias depois de vossa passagem pela cidade e da solenidade que se completou com a entrega das insígnias correspondentes. Foi com entusiasmo que ouvi as referências feitas a V. Exa. não só pela extraordinária qualidade de vosso discurso, como também pelo excelente italiano pronunciado numa cidade famosa pela qualificação intelectual e, ainda, pelo cuidado com que os emilianos cultivam o seu vernáculo. A outra referência que quero fazer é ao fato de que foi em Bolonha que nasceu, em 1524, a Cirurgia Reparadora pelas mãos do Professor Gaspari Tagliacozzi. Diria eu que foi um retorno às suas origens o momento em que Bolonha vos consagrou.

Depois dos anos passados no exterior, voltastes ao Brasil e aí começa, realmente, para vós, uma luta incessante: a de implantar em nosso país uma nova disciplina cirúrgica e a de encontrar um local para o seu trabalho. Como sabeis, há no fundo da grande maioria dos homens um componente de medo das inovações. Assim, não vos foi fácil convencer os vossos colegas da necessidade de implantação de técnicas de Cirurgia Plástica. Entretanto, em pouco tempo vencestes a batalha e hoje dividis vosso tempo entre a Santa Casa e a "casa encanta-

da" da Rua Dona Mariana, onde tendes resolvido tantos problemas muito mais humanos do que técnicos, onde mulheres e homens entram preocupados e, às vezes, desesperados, para saírem com o sorriso da esperança no rosto.

Sr. Ivo Pitanguy,

passou-se o tempo em que a Cirurgia Plástica, ou melhor, a Cirurgia Cosmética, era desconsiderada, pois imaginada não necessária. Hoje ela é aceita como uma necessidade urgente para todos os que se sentem deslocados na sua comunidade. Se esta consideração é válida para correção de defeitos graves, como o de um lábio leporino, ela também o é para os atos cirúrgicos que nada mais fazem do que dar, a mulheres e a homens, a satisfação de verem vencidos motivos que, as mais das vezes psicologicamente, os impediam de verem completadas as suas personalidades psicofísicas. Deveria mesmo empregar o termo *self*, tão do agrado dos psicanalistas. Creio, aliás, que não é desmando aproximar a Cirurgia Plástica, corretiva ou cosmética, da Psicanálise. As duas disciplinas nada mais fazem do que corrigir desvios que se tenham formado na personalidade psíquica, ou física, daqueles que, esperançosos, as procuram. Na verdade, estas duas disciplinas, tão separadas no espaço, nada mais fazem do que dar, a quem o necessita, uma posição de normalidade na comunidade em que vive.

Sr. Ivo Pitanguy,

sois, na verdade, um pioneiro em todas as atividades que exerceis. No momento em que o ambiente se torna uma preocupação máxima da sociedade mundial, e o problema se apresenta tanto mais grave quanto menos desenvolvido é um país, fostes uma das primeiras pessoas que eu ouvi falar em proteção do ambiente e tomastes vosso tugúrio marítimo em um local de proteção ambiental e de conservação de espécies vegetais e animais raras. Esta atitude não é um modismo. Ela vem dos vossos tempos de menino, quando já apreciáveis a Natureza. Assim, quando íeis à Serra da Piedade, colhíeis, com o maior cuidado, flores e plantas, flores que leváveis para casa para homenagear vossa mãe e plantas sobre as quais se debruçava vossa curiosidade juvenil.

Passar da admiração de plantas e flores à sua proteção é um dos melhores sinais de Cultura que conheço. Mas os animais foram sempre uma de vossas preocupações. Desde cedo, procurastes conhecê-los, e, em Belo Horizonte, até hoje conta-se a história de um menino que, sem medo, passeava dentro de casa ou pelo jardim, apavorando a todos com uma jiboia. Este menino era Ivo Helcio Campos Pitanguy.

Sr. Ivo Pitanguy,

falei muito dos caminhos que seguistes, mas faltam-me ainda as palavras com que desejo acentuar traços característicos de vossa personalidade.

O primeiro é a vossa disponibilidade para servir os que de vós necessitam. Acho que está na memória de nós todos a ação que executastes por ocasião do terrível incêndio do "Grande Circo Americano", em Niterói, ocorrido em 17 de dezembro de 1961. Foram milhares as crianças as quais pudestes fazer reviver em um trabalho árduo, que se prolongou por meses. Não posso dizer quantos pacientes salvastes. Sei que foram mais do que numerosos, entre os 1.500 espectadores presentes, sobre os quais caiu, flamejante, o toldo de plástico que cobria o picadeiro. Mas, mesmo que fosse um só que houvésseis sabido recuperar, a maneira pela qual vos empenhastes no tratamento dos outros, durante dias e semanas, consagraria a nobreza de uma vida.

Que dizer então do pequeno boliviano que veio ao vosso encontro, queimado, trazido pelo Correio Aéreo Nacional, e o qual, na "casa encantada", foi submetido a mais de dezessete intervenções, podendo voltar à sua terra com as feições de um ser humano?

Como falar no sem-número de indigentes que tratais com o mesmo desvelo e carinho com que recebeis os mais graduados personagens da cidade e do mundo? Se, em geral, atendeis na Santa Casa os mais necessitados, quando preciso os levais para a "casa encantada".

Na verdade, perguntas como estas poderia eu formular às centenas, pois, cada dia que passa, mais do que um profissional de classes abastadas, pertenceis, também, àqueles que necessitam de vossos cuidados, por menor que seja a sua situação social.

Se eu tivesse que sublinhar as características de vossa pessoa, diria que uma das que mais me encantam é a ética com que agis. Está, também, sempre presente no vosso cotidiano a generosidade. Uma outra, a simplicidade de vosso trato, que encanta seres das mais variadas situações sociais. Com ela, segue-se a da compreensão da condição humana, que deve ser por nós todos encarada como o problema de maior importância nos tempos em que vivemos.

Diria, também, da vossa lealdade aos princípios fundamentais que devem reger o comportamento de mulheres e homens e que o sucesso que vos persegue em nada modificou desde o vosso tempo de menino. Lealdade com princípios, com amigos e com nosso País.

Generosidade, lealdade, simplicidade, perseverança são a base da formação desta comunidade de jovens profissionais que, em todos os países da América, particularmente da América Latina, e até mesmo da Europa, se juntam na grande associação de antigos alunos de Pitanguy.

Ao vos honrar, honram, também, o nosso País.

Discurso do
SR. ALBERTO VENANCIO FILHO

e

Resposta do
SR. AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 14 de abril de 1992*

# I

# DISCURSO DO SR. ALBERTO VENANCIO FILHO

## ELOGIO DE AFONSO ARINOS

### INTRODUÇÃO

Numa tarde de julho de 1943, um menino de nove anos subia as escadas desta Casa e entrava neste Salão. A Academia recebia o Presidente da Bolívia, General Enrique Peñaranda, que vinha homenagear Euclides da Cunha, "defensor de seus direitos".

Ladeavam o menino duas presenças amigas: uma, a de Afrânio Peixoto, o sucessor de Euclides da Cunha na Cadeira 7, o polígrafo eminente, capaz de conversar com a mesma facilidade com um sábio erudito da Sorbonne ou com uma criança recém-alfabetizada. O outro era seu pai, Francisco Venancio Filho, o maior de todos os euclidianistas, de quem Roquette-Pinto, um dos nossos grandes, afirmou: "Do próprio culto à memória de Euclides da Cunha – grande traço de sua existência –, Venancio fez surgir um movimento de educação cívica sem paralelo no Brasil."

As relações entre Afrânio Peixoto e Francisco Venancio Filho foram modelares, justificando a referência de Afonso Pena Júnior, no discurso de

posse na Cadeira 7, ao "inesquecível Venancio Filho, que, pelo muito que amou e serviu ao Brasil, era da estirpe de Afrânio".

Afrânio Peixoto, tempos depois, dedicava ao menino as *Obras Completas de Castro Alves*, com a seguinte dedicatória: "Alberto: Castro Alves mereceu a paixão de Euclides. Que eles lhe inspirem a paixão do Brasil... Afrânio Peixoto."

Até a morte do pai em 1946, o menino aqui retornou várias vezes. Era presidente na época a figura austera do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, tez morena, óculos grossos, fidalguia no trato, autor de livros de História, primorosamente impressos, que fascinavam o menino já interessado pelo tema. Dessas visitas, além de Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto – chamado familiarmente de Vovô Roquette – e Afonso Taunay, que frequentavam nossa casa, são bem nítidas as figuras de Filinto de Almeida, Viriato Correia, Rodrigo Octavio Filho, Aloisio de Castro, Múcio Leão e o sempre jovem Barbosa Lima Sobrinho.

Foram estreitas as relações com esta Casa de Francisco Venancio Filho, cujo nonagésimo oitavo aniversário de nascimento hoje se comemora. A Biblioteca de Cultura Nacional, fundada por Afrânio Peixoto em 1931, e que hoje tem o seu nome, foi inaugurada com o livro do fundador sobre Castro Alves, seguindo-se estudo de Francisco Venancio Filho sobre Euclides da Cunha. Ampliava trabalho anterior de 1914, e seria base para volumes posteriores, *Euclides da Cunha e Seus Amigos* e *A Glória de Euclides da Cunha*. Em 1937, recebia o Prêmio Francisco Alves com trabalho sobre *A Divulgação do Ensino Primário no Bra*sil. De 1943 a 1946, colaborou assiduamente na *Revista Brasileira*, sob a direção de Levi Carneiro, com artigos sobre Euclides da Cunha.

Sua morte, em 1946, foi pranteada em sessão em tocantes depoimentos de Roquette-Pinto, Rodrigo Octavio Filho, Peregrino Júnior, Pedro Calmon, Levi Carneiro, Múcio Leão e Afonso Taunay, não se registrando o de Afrânio Peixoto, então já enfermo. E, em 2 de setembro de 1976, Paulo Carneiro, seu grande discípulo e amigo, fez-lhe o elogio como homem de Ciência e educador, quase um discurso de recepção *post mortem*.

Por isso, neste momento, Srs. acadêmicos, ao ingressar nesta Casa com a generosidade de vossos sufrágios, vejo-me conduzido, como há quase 50 anos, pela mão de meu pai, e imagino-o talvez ocupando uma dessas Cadeiras, que tinha todos os títulos para aspirar.

Nesta evocação filial, há uma referência a fazer à minha mãe, professora Dina Venancio Filho, aqui presente na lucidez de seus 84 anos. Durante décadas, ensinou Inglês a gerações de alunos do Colégio Bennett e do Colégio Pedro II e de uma viuvez precoce encontrou forças para educar os filhos, campeã do otimismo e mestra da arte de bem viver.

A morte de meu pai não representou longo interregno nas minhas relações com a Academia. Em 1947, participava de curta experiência de jornalismo como auxiliar do *Diário das Sessões* da Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança do Continente realizada em Quitandinha e que era dirigido pelo amigo de toda a vida, o hoje Embaixador Roberto Assumpção. Tomaz Santa Rosa se ocupava da parte gráfica, e eram redatores três futuros membros desta Casa: Álvaro Lins, Marques Rebelo e Francisco de Assis Barbosa.

Marques Rebelo, ao receber Francisco de Assis Barbosa, retratou com a finura de seu estilo este episódio:

> Não garanto que a segurança continental tenha sido conseguida, mas garanto que foram dias maravilhosamente divertidos aqueles na fresca e imperial Petrópolis, de neblina e hortênsias, quando, de parceria, na folga dos afazeres redacionais, compúnhamos bestialógicos sonetos satirizando vultos exponenciais do conclave, para desespero do nosso compenetrado companheiro, que foi membro ilustre desta Companhia – Álvaro Lins.

Marques Rebelo foi desde então presença marcante em minhas atividades, constituindo-se orientador seguro, e com ele mantive relações até a sua morte. O tom irônico com que se conduzia não escondia a grande afetividade. E o interesse pelos jovens se exercia tanto na explicação de um texto do *Diário* de Jules Renard como no aprendizado de embrulhar livros, que, segundo ele, era atividade fundamental para um homem de letras. A entrega hoje do diploma por Elza Marques Rebelo mantém este laço de amizade.

Francisco de Assis Barbosa foi incentivador constante desde aquela época, estimulando-me em projetos intelectuais e me apoiando em várias iniciativas. Honrou-me ao me receber como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1988. A sua morte recente ainda é dor e saudade.

A posse de Marques Rebelo em 1965 iniciou o cortejo dos amigos acadêmicos. Seguiu-se o grupo dos rebelianos; João Cabral de Melo Neto em 1969; Francisco de Assis Barbosa, Antônio Houaiss e Herberto Sales em 1971; Lêdo Ivo em 1987.

Amigos de meu pai, também meus amigos, a eles se juntaram: Ivan Lins em 1958; Fernando de Azevedo, seu maior amigo, em 1968; Abgar Renault em 1969; Paulo Carneiro em 1971; Carlos Chagas e Américo Jacobina Lacombe em 1974 e, se a fatalidade não o tivesse colhido, Anísio Teixeira. A minha geração aqui ingressa com Eduardo Portella em 1981, José Guilherme Merquior em 1982 e Carlos Nejar em 1989. E, para culminar esse ciclo de afetividade, meu padrinho Candido Mendes em 1988.

Dois de meus mestres na Faculdade de Direito também foram aqui recebidos. O primeiro Hermes Lima, o didata incomparável, o biógrafo primoroso de Tobias Barreto, o professor de Introdução à Ciência do Direito, que, com habilidade excepcional, introduzia os calouros no quadro amplo das Ciências Sociais no qual inseria o Direito.

Tive, por outro lado, a ventura de pertencer à primeira turma a que Evaristo de Moraes Filho, meu segundo mestre acadêmico, ensinou Direito do Trabalho como catedrático da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1955. As aulas de Evaristo de Moraes Filho eram manifestação de Cultura, erudição e talento. Desde aquela época, o seu magistério no Direito, nas Ciências Sociais, na História das Ideias e na Filosofia tem sido modelo de excelência. Em 1982, um grupo de especialistas em Direito do Trabalho, liderado pelos professores Nair Gonçalves e Arion Sayão Romita, organizou em sua homenagem um Curso de Direito do Trabalho. Embora não especialista na matéria, fui honrado com convite para traçar-lhe o perfil intelectual, ressaltando-lhe os méritos de professor e pensador. A entrega do colar de suas mãos representa a sagração do discípulo pelo mestre.

Sensibilizou-me muito, Sr. Presidente, a escolha para me receber de Américo Jacobina Lacombe. Amigo de meu pai, o acadêmico que conheço há mais tempo, trata-se de figura destacada no estudo da História do Brasil. Por diversas vezes, em caso de dúvidas, ouvi Afonso Arinos dizer: "Vou consultar o Américo que sabe tudo!"; "Como sabe o Américo!" No *Diário de Bolso* escreveu:

> Américo, meu velho amigo que conheci por intermédio de San Tiago Dantas, provoca sempre minha admiração pela sua integridade e pela precisão de seu saber histórico. Pertence, com Pedro Calmon e Sérgio Buarque de Holanda, aos três melhores conhecedores do Império brasileiro. Sua memória não falha: é jovem aos sessenta e muitos anos.

E eu acrescentaria, ainda mais jovem aos 82 anos. De sua obra, destaco o resumo primoroso *Um Passeio pela História do Brasil*, o volume de metodologia *Introdução ao Estudo da História do Brasil* e a biografia *Afonso Pena e Sua Época*. Modelo de virtudes, chefe de família exemplar, foi no culto modesto de Rui Barbosa que consagrou grande parte de sua vida, podendo chamar-lhe "servidor público exemplar" na direção há mais de 52 anos na Casa de Rui Barbosa. Sucedendo a Pedro Calmon, foi na presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dirigente excepcional, dignificando as tradições da instituição cultural mais antiga do Brasil. A saudação de Américo Jacobina Lacombe me comove e me engrandece.

## A CADEIRA 25

A Cadeira 25 é, na multiplicidade dos integrantes, vivo retrato do Brasil: a um baiano de Itaparica, Franklin Dória, Barão de Loreto, sucede um pernambucano de Recife, Artur Orlando, vindo, em seguida, um fluminense de São João Marcos, Ataulfo de Paiva, um paraibano de Pilar, José Lins do Rego, e um mineiro de Belo Horizonte, Afonso Arinos, não havendo recorrência nas naturalidades.

Agora a ela ascende um carioca de Botafogo, nascido nesta cidade de onde jamais se despregou, a ela votando a paixão de um enamorado. Enraizou-se no bairro, quase no mesmo local que Augusto Meyer descreveu com mão de mestre:

> Na enseada imensa, a maior do mundo, escolhi uma pequena enseada, a mais graciosa, a mais redonda, a mais suave do mundo, entreaberta em forma de ferradura, entrefechada às brisas da baía, esse mar interior, na Língua dos índios. E aqui, entre o Caminho Velho da Pedreira e o Caminho Novo de Botafogo, entre Senador Vergueiro e Marquês de Abrantes, comecei a criar musgo. Tanto musgo já criei, afi-

> nal, que hoje não posso admitir uma querência que não envolva no mesmo abraço as duas enseadas; Guaíba e Guanabara. Com a última revolução do tráfego, inaugurada há pouco na minha esquina, a memória bairrista e conservadora reage, avivando recordações de ontem. Há uns 20 anos, assim resmunga o conformado inconformado que não aprende a mudar, tudo era mais Botafogo na Praia de Botafogo. Nos bondes vagarosos e dignos, ainda era possível abrir o jornal, os cobradores de bigodeira e unha comprida no mindinho só de quando em quando empernavam os pingentes, avisando: Olha à direita! Como ainda não havia Caparaó, nem Massilia, nem Paraopeba, o alteroso Juruá dominava a paisagem, e com algum esforço de acomodação topográfica não custava muito imaginar as quintas ou chácaras de outros tempos, inclusive uma casa que nunca existiu, ou melhor, que existe, cada vez mais, no começo de Quincas Borba: "Rubião fitava a enseada – eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta..."
>
> Eu por mim confesso: esta grande casa de Botafogo, a casa de Rubião, chega a parecer-me bem mais duradoura do que todos os edifícios vertiginosos que espiam com altivez a enseada, lá do alto dos seus andares.

Ao se pretender estabelecer para a Cadeira 25 um fio condutor, poder-se-á chamá-la a Cadeira dos homens de direito, Franklin Dória, escritor, poeta, tradutor de *Evangelina*, de Longfellow, destacou-se na profissão do Direito e os trabalhos reunidos em *Estudos de Direito* atestam o saber jurídico. Ocupou cargos de presidente de Província e no Ministério no período imperial e teve carreira política destacada, o que o levou a ser agraciado com o título de Barão de Loreto. Acompanhou, com a mulher, no exílio o Imperador.

Artur Orlando é um dos sucessores da Escola de Recife, o movimento chefiado por Tobias Barreto que empolgou a Faculdade de Direito do Norte, com repercussões de extrema importância. Da sua obra variada, de forte cunho filosófico, desejo assinalar o livro *Propedêutica Jurídica*, que revela interesse pela integração entre o Direito e a Economia, com a utilização, pela primeira vez, entre nós, de meu conhecimento, da expressão "Direito Econômico" a que o orador de hoje, 65 anos depois, dedicaria um livro.

Ataulfo de Paiva é o exemplar típico da *belle époque* carioca e foi, fundamentalmente, magistrado. Na presidência do Tribunal de Apelação do Rio, destacou-se por profícua obra administrativa. Dos demais ângulos de sua vida, nada de mais exato poderia ser dito do que as expressões de Austregésilo de Athayde ao receber José Lins do Rego:

> Foi um leal servidor desta Casa, e todos aqui queremos dar depoimento de seus préstimos. O que lhe faltou em títulos literários quis sempre suprir em devoção aos interesses da Companhia.
>
> Confessamos a saudade que nos deixou e queremos honrar a memória de Ataulfo de Paiva nesta noite, que também é a ele dedicada, a este companheiro assíduo, incrivelmente veraz e fidalgo, espécie de irmão leigo da Ordem, que só deixou de frequentar-nos quando vencido pela moléstia nos cimos de seus noventa janeiros.

A exceção a essa vinculação profissional foi José Lins do Rego, um dos mais lídimos representantes do romance do ciclo da cana-de-açúcar, no qual retratou com rara felicidade o declínio do patriciado rural da região ao qual pertencia. Tipo humano de grande riqueza, integrou-se na paisagem carioca como se aqui tivesse nascido: torcedor do Flamengo, frequentador da Colombo, foi também cronista de rara maestria, e sua seção "Conversa de Lotação" – na época em que eles existiam – espelha essa realidade. As suas páginas que mais me sensibilizam são as da crônica publicada em 17 de agosto de 1946:

> Morreu, em São Paulo, o bom e abnegado Venancio Filho, em pleno exercício de suas funções de trabalhador infatigável pela glória de Euclides da Cunha. Em tempos que correm, de terrível e constante oportunismo, a vida de um Venancio Filho é verdadeiro padrão de honradez, de amor ao trabalho, de fidelidade a causas que não dão empregos e cartórios. A vida de Euclides da Cunha enchia a sua vida de homem enfermiço, mas de vontade tão firme e de coração que só vibrava pelas grandes emoções do espírito. Este era o homem Venancio Filho, mestre que tanto fizera pela elevação cultural brasileira, no seu esforço de técnico, de humanista, de apóstolo. O idealista morreu em São Paulo, fulminado por uma embolia, no instante mesmo em que voltava de proferir uma conferência sobre o imenso Euclides, que era o grande entusiasmo de sua vida.

## A FORMAÇÃO DE AFONSO ARINOS

Elogio justo e inexcedível sobre Afonso Arinos foi o de Pedro Nava:

> Escrever sobre Afonso Arinos de Melo Franco é como abordar um mundo. Principalmente para quem o faz menos mandado por motivações intelectuais que

> pelas que nascem do coração. Como englobar em escassas páginas cada uma das múltiplas facetas desse poliedro humano? Eis aí a primeira perplexidade. Falar de quem? Do poeta, do ensaísta, do crítico, do cronista, do historiador, do biógrafo, do memorialista, do tratadista de Direito, do teórico político, do revolucionário, do oposicionista, do secretário estadual, do deputado, do senador, do ministro, do embaixador, do mineiro, do brasileiro, do ibero-americano ou do latino?

A mesma perplexidade enfrenta o orador de hoje, tendo de resumir em minutos os vários aspectos desta personalidade tão rica e universal.

Afonso Arinos de Melo Franco se vinculava a dois tradicionais troncos da vida mineira: pelo lado paterno, provinha dos Melo Franco de Paracatu, de João de Melo Franco ali radicado no final do século XVIII, cujo filho, Francisco de Melo Franco, foi médico ilustre e autor do célebre livro *Reino da Estupidez*, condenando os métodos retrógrados da Universidade de Coimbra; e de Manoel de Melo Franco, deputado à Assembleia Geral em 1845, compondo seis gerações de parlamentares até os nossos dias.

Virgílio de Melo Franco, juiz, político e professor, foi pai de Afrânio e de Afonso Arinos, este ocupante, nesta Casa, da Cadeira 40, escritor de mérito, pioneiro da Literatura Regional, e que, habitando longos anos em Paris, nunca se desprendeu das raízes mineiras e brasileiras, que indicava sempre aos jovens que se iniciavam na Literatura, como foi o caso de Alceu Amoroso Lima e do sobrinho.

Afrânio de Melo Franco foi eminente político, cuja biografia primorosa foi escrita pelo filho. De sua prole, cabe mencionar os irmãos Caio e Afrânio, que se destacaram na Diplomacia, chegando ao posto de embaixador, o primeiro também escritor; Virgílio de Melo Franco, figura singular de político e de homem de ação, dotado de grande encanto pessoal; e as irmãs, D. Zaíde, Sra. Embaixador Jaime Chermont, falecida há alguns anos, D. Maria do Carmo, Sra. José Nabuco, e D. Anah Chagas, casada com o nosso confrade Carlos Chagas.

Do lado materno, filia-se à família Alvim, à figura de Cesário Alvim, político liberal do Império que na Câmara de Deputados afrontou o regime imperial e que viria a ser, com a República, primeiro presidente da Província de Minas e Ministro do Interior.

Nascido em Belo Horizonte em 27 de novembro de 1905, sua formação se fez no Rio de Janeiro, muito embora as raízes mineiras sejam um dos traços fundamentais da personalidade. Os primeiros estudos realizaram-se no Colégio Mello e Souza, cabendo assinalar a influência marcante que teve em sua formação o professor de História João Batista de Mello e Souza, a quem atribui o interesse apresentado por toda a vida por esses estudos. Outra influência marcante foi do Colégio Pedro II, onde se aproximou de amigos de sempre, Pedro Nava, Prado Kelly e Prudente de Moraes Neto, e onde teve plêiade de grandes professores, destacando-se João Ribeiro, professor de História, mas sobretudo interessado nos problemas de Literatura.

Fundamental para sua formação foi a estada em Genebra, durante os anos de 1924 e 1925, na companhia do pai, que representava o Brasil na Liga das Nações. Não realizou os estudos regulares, mas os cursos avulsos com o Professor Albert Sechaye, organizador da publicação das obras de Ferdinand de Saussure, foram fundamentais no substrato de sua formação intelectual. Um estudo sem programas, de análise de grandes figuras da Literatura Francesa, sobretudo Montaigne e Rousseau, traçou-lhe marcas indeléveis em seu espírito. De Montaigne, tornou-se dedicado leitor, presença constante em suas reflexões.

No ambiente acanhado e estreito dos estudos universitários da época, as opções eram poucas. Afonso Arinos se inclina pelo Direito, para ser "bacharel como toda gente", provocando protestos de um amigo da família, que o desejava encaminhado para outros estudos: "Você acabou na vala comum!" A memorialística de Afonso Arinos, como de tantos outros homens do Direito, apresenta uma constante: a influência desses cursos como aprendizado profissional foi restrita. Por exemplo, Joaquim Nabuco consagra todo um capítulo do livro *Minha Formação* à influência da obra do pensador inglês Walter Bagehot *A Constituição Inglesa* e não tem uma linha sequer sobre os estudos realizados em Recife e em São Paulo. Chegando a São Paulo, diria Rui Barbosa em carta a amigo: "Estou engolfado na vida acadêmica." Mas a vida acadêmica não era a assistência às aulas e a preparação dos exames, mas a participação nos grêmios literários e filosóficos, nas lojas maçônicas, a redação de ensaios e poemas, a oratória acadêmica, e, muitas vezes, a vida boêmia.

A passagem de Afonso Arinos pela Faculdade de Direito não discrepa desse perfil. Ganha-se logo a impressão de que nenhuma influência lhe adveio do curso, formando-se, afinal, sem entusiasmo em 1927, ano do centenário dos cursos jurídicos.

## O TRÍPTICO INICIAL

O livro de estreia foi a tese *Responsabilidade Criminal das Pessoas Jurídicas*, de 1930, escrita na época em que era promotor público na cidade de Belo Horizonte e com vistas à realização do concurso de professor, não ocorrido. A tese era trabalho de iniciante, mas revelava, pela novidade do assunto, tratamento que até hoje desperta o interesse dos especialistas.

Voltando ao Rio, as atividades se concentraram na História e na Crítica Literária, exercendo profissionalmente as funções de advogado do Banco do Brasil.

Logo em seguida, elaboraria tríptico que Manuel Bandeira chamaria "uma espécie de vigília das armas de cavaleiro que pretendia dedicar a vida ao serviço político de sua Pátria".

O primeiro deles, *Introdução à Realidade Brasileira*, publicado pela Editora Schmidt em 1933, foi comparado aos livros da época de idêntica temática: *Maquiavel e o Brasil*, de Octavio Faria, e *O Sentido do Tenentismo*, de Virgílio Santa Rosa. Causou grande repercussão pelas circunstâncias do momento e pela projeção que tinham no cenário político o pai e o irmão, mas revelava reflexão expressiva, como análise da revolução comunista e do regime fascista. Digna de nota é a tônica do livro em que destaca o papel do intelectual, contestando a teoria de Julieta Benda, em *La Trahison des Clercs*, de que o intelectual deveria se isolar na torre de marfim e não ter papel atuante no processo social.

*Preparação ao Nacionalismo*, editado em 1934, é estudo de índole política e tem análise percuciente da Revolução Russa, até então pouco conhecida entre nós. Nos capítulos finais sobre a projeção futura do problema internacionalista e a verdade do presente, estão nítidas as inquietações sobre o momento brasileiro, que caracterizara o livro anterior.

Finalmente *Conceito de Civilização Brasileira*, publicado em 1936, examina aspectos psicológicos de nossa formação social, em âmbito mais amplo do que os tópicos puramente políticos, que predominaram nas duas obras anteriores. O livro absorvia a experiência profissional no magistério de História da Civilização Brasileira da Universidade do Distrito Federal, a brilhante iniciativa de Anísio Teixeira, cedo malograda.

Essa experiência foi abertura de caminhos para os estudos históricos que constituiriam nova fase de sua vida intelectual. O convívio com os professores franceses contratados para a Universidade, um discipulado de alto nível, a possibilidade de realização de pesquisa e a publicação de livros constituíram grande apelo cultural. Por isso, quando a Constituição de 1937 proibiu as acumulações, ficou em dúvida se optava pelo cargo de advogado do Banco do Brasil ou pelo de professor da Universidade. Socorreu-se do conselho de seu sábio amigo Edmundo da Luz Pinto, que lhe recomendou: "Meu Afonso – há duas casas que a gente nunca deve deixar, uma vez lá dentro. Uma é a Igreja Católica; e outra, o Banco do Brasil. E você sabe por quê? Porque, quando o dinheiro falta nelas. Nossa Senhora vem e intera..."

## OS TRABALHOS INICIAIS DO HISTORIADOR

Os trabalhos iniciais de historiador representam ponto de especial relevo na obra de meu antecessor. Não resultaram de projetos planejados de estudos e pesquisas, mas se realizaram ao sabor das circunstâncias e por instigações de momentos diversos. De 1937, é o livro *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa* com o subtítulo *As Origens Brasileiras de Teoria da Bondade Natural*. Trata-se de obra singular no quadro da História das Ideias na Literatura Brasileira, modelo de erudição, tendo se originado remotamente das lições sobre a obra de Montaigne do professor Sechaye. Estudos posteriores sobre a obra de Rousseau levaram a ampliar o escopo do trabalho, que inicialmente tinha o título *Jean-Jacques Rousseau e o Índio Brasileiro*. Iniciada a coleta do material em 1932, a redação só terminou cinco anos depois, constituindo trabalho de pesquisa e interpretação criadora. Foi pena que não tivesse

o devido realce por ocasião das comemorações do bicentenário da Revolução Francesa.

*Síntese da História Econômica do Brasil*, publicado pelo Ministério da Educação e Saúde em 1938, originou-se de curso de férias realizado em Montevidéu. Nesse trabalho, aprofunda, embora de forma sucinta, o estudo da nossa História Econômica através dos ciclos, partindo do Pau-Brasil até o Ciclo Industrial. Revela grande conhecimento histórico e uma menção às referências literárias, que será uma das constantes de sua produção intelectual. Acompanhou-o nessa viagem, tratando da História Política do Brasil, San Tiago Dantas, que esta Casa, num momento de dúvida, não elegeu para o convívio. San Tiago Dantas somente preparou sumários que, junto com o livro de Afonso Arinos, até hoje apresentam interesse para os estudiosos da nossa História. Nessa viagem se estreitaram as relações entre os dois intelectuais, iniciadas ao tempo da Livraria Católica de Augusto Frederico Schmidt, que posições ideológicas diversas tinham levado ao afastamento e que, a partir de então, se consolidam.

Cabe mencionar *As Ideias da Inconfidência*, tese ao Terceiro Congresso de História Nacional de 1938, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O título inicialmente era *Inconfidência Mineira*, mas o autor decidiu restringi-lo para esclarecer a gênese e a elaboração das ideias do movimento. Esse trabalho foi depois publicado, como o anterior, no livro *Terra do Brasil*. O estudo erudito demonstra a plena realidade do movimento conspiratório, espancando dúvidas, como as de Capistrano de Abreu, de que fora manifestação puramente intelectual sem resultados concretos.

Um momento de afetividade leva-o a escrever, em 1942, com o título expressivo *Um Soldado do Reino e do Império*, a vida de seu ascendente, o Marechal João Crisóstomo Callado, que participara das guerras napoleônicas e dos episódios da Maioridade. Nesse trabalho, mais uma vez estão presentes o caráter de erudição, a extensa pesquisa em fontes primárias e o cuidadoso estilo literário.

Por indicação de seu primo e grande amigo Rodrigo M.F. de Andrade, diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), realizou, de outubro a novembro de 1941, curso sobre *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*, publicado em 1944 por aquela repartição.

Destinou-se o curso ao pessoal técnico do órgão, que sentia necessidade de um conhecimento maior dos aspectos materiais do processo histórico da nossa civilização. Trata-se, na verdade, de belo esforço de síntese, analisando assunto pouco estudado. Sobre esse livro, escreveu meu saudoso mestre Alberto Rangel, cujo prenome trago em sua homenagem:

> Não sei como gabar o seu trabalho. É sólido e bem alinhavado, demonstrando a erudição que já é a dos velhos quilotados no alfarrábio e todo palhetado do que é preciso em tal gênero de trabalho, para que, ilustrando, não enfare. Enfim, é coisa onde logo se vê a marca M.F., isto é, fecundidade, probidade e saber variado. Vá-se louvar a macieira porque dá maçãs e vá-se vituperar certas eufórbias porque são imprestáveis ou venenosas. É de seu oficio escrever bem, ser interessante, pesquisador e penetrativo... Guarda-se em segredo o adjetivo da lisonja para os que o merecem e saque-se do palavrão amargo de desgosto para os ineptos. Principalmente para os que, sem nenhuma qualidade de escritor, infestam as letras nacionais.

Advogado do Banco do Brasil servindo na Consultoria Jurídica, primeiro com Afonso Pena Júnior, seu grande amigo, companheiro em Montaigne, e depois com João Neves da Fontoura, foi por este indicado ao presidente do Banco, Marques dos Reis, para elaborar a *História do Banco do Brasil*, que, a seu ver, "é, até certo ponto, a História Financeira do Brasil". O volume, pronto em 1943, só foi editado em 1948, por iniciativa do saudoso Antônio Gontijo de Carvalho, o grande amigo. A obra ficou apenas em um volume, relatando a primeira fase (1808-1835), pois logo ocorreu a divulgação do Manifesto dos Mineiros, levando-o à demissão das funções naquele Banco, e circunstâncias posteriores não lhe possibilitaram retomar o trabalho. O volume que Manuel Bandeira, no discurso de recepção, declarou com franqueza não ter tido coragem de ler se inscreve como um ponto alto na nossa Historiografia.

## O CRÍTICO LITERÁRIO

Esta fase da atividade intelectual se conjuga com as atividades de crítico literário, melhor dizendo, de crítico *tout court*. Em 1927, quando se encontrava em Minas Gerais, exercendo a promotoria pública e escrevendo no

*Diário de Minas*, ao enviar os artigos para a noiva, esta lhe argumenta com elegância que ele ficava nas ideias gerais. Comentando mais tarde, diria: "Ela tinha toda a razão. Nunca consegui fazer a verdadeira Crítica Literária. Sempre exerci mais o gênero impressionista do *books review*. Meus dois livros de Crítica, *Mar de Sargaços* e *Portulano*, mostram bem isso."

De fato, ainda moço, o meu antecessor já vislumbrara que o seu interesse era pelas ideias, o que se revela de forma clara nos seus trabalhos de Crítica Literária. Em *Espelho de Três Faces, Ideia e Tempo, Mar de Sargaços, Portulano*, nota-se um autor preocupado com a visão literária do mister, mas também com os fundamentos históricos, como são, por exemplo, os estudos "Viagem Stendhaliana" e "Evocação de Rousseau", dois dos seus grandes ídolos literários.

Momento alto dessa tarefa é a Introdução e Notas à edição das *Cartas Chilenas*, publicadas em 1940 pelo Ministério da Educação, encabeçadas pela autoria de Critilo (Tomás Antônio Gonzaga). As *Cartas Chilenas* constituíram durante muito tempo enigma literário, e sobre elas se pronunciaram vários autores, sem conclusão definitiva. Primitivo Moacir, cujo nome evoco com saudade, costumava dizer que, se fosse Presidente da República, baixaria decreto, proibindo que se escrevesse mais sobre as *Cartas Chilenas*.

Sobre a autoria houve divergências. Alguns, como o irmão de Afonso Arinos, Caio de Melo Franco, inclinando-se por Cláudio Manuel da Costa; outros, como Xavier da Veiga, por Alvarenga Peixoto; ainda outros, na tese que hoje se mostra vitoriosa, por Tomás Antônio Gonzaga; e atribuições menos exatas, como a de Cecília Meireles, por Diniz e Silva; ou a teoria, que teve certa primazia, da autoria conjunta.

No final da década de 1930, novos especialistas se debruçaram sobre o problema, sobretudo na coleta de documentos que foram fortalecendo a autoria de Tomás Antônio Gonzaga, como o nosso Confrade Afonso Pena Júnior e Luís Camilo de Oliveira Neto, que recolheu na Torre do Tombo documentos importantes sobre a matéria.

Luís Camilo de Oliveira Neto, grande amigo de Afonso Arinos, deixou obra escrita reduzida, mas se tornou exímio conhecedor da História Colonial Mineira, reunindo valioso acervo bibliográfico e documental. Realizou importante tarefa de reorganização dos arquivos do Itamaraty e teve papel relevante

na luta contra o Estado Novo, sendo responsável pela publicação da famosa entrevista de José Américo de Almeida. Tocante é a descrição do *Roteiro Lírico de Ouro Preto*; "essa imensa ternura brasileira que faz Luís Camilo escalar, à noite, os arquivos, suspirando pelos infólios, qual menestrel enamorado".

A análise de caráter estilístico feita por Manuel Bandeira fortaleceu ainda mais a tese de autoria de Gonzaga, e o estudo de Afonso Arinos, analisando a matéria com a amplitude de seus conhecimentos jurídicos, históricos e literários – divergindo com tristeza de seu próprio irmão, que se inclinou pela autoria de Cláudio Manuel da Costa –, consolidou a posição de que o autor das *Cartas Chilenas* era Tomás Antônio Gonzaga. Mais tarde, Rodrigues Lapa, em livro definitivo, que conta com sólido prefácio de Afonso Pena Júnior, parece ter resolvido em definitivo a questão.

Artigos esparsos – não divulgados em livros – publicados primeiramente no suplemento de *A Manhã*, jornal do qual se afastou quando da sua demissão do Banco do Brasil, por ser de propriedade do Governo, e a partir desse momento no rodapé de crítica do *Diário de Notícias*, consolidam o ponto de vista de Afonso Arinos como um crítico de ideias, ou melhor, crítico *tout court*.

## O INGRESSO NA POLÍTICA

O ano de 1943 é de certa maneira marco divisor na vida de Afonso Arinos. Dedicado basicamente ao mister de advogado e escritor, não tinha tido nenhuma participação maior na vida política, embora acompanhasse com interesse as atividades do pai e do irmão Virgílio.

Se na estirpe Melo Franco predominou sempre o interesse pela Política e pelas Letras, é de se indagar o ingresso tardio de Afonso Arinos na Política. A explicação pode ser dada pelo fato de o pai e o irmão Virgílio terem atuação destacada no cenário político. Nos preparativos da Revolução de 1930, foi Virgílio um dos principais arautos da articulação de Minas com o Rio Grande do Sul, e Afrânio o primeiro chanceler da revolução. Assim, o espaço estava tomado para que outro Melo Franco ingressasse na Política.

Em 1933, Virgílio é eleito deputado na Assembleia Nacional Constituinte, e Afrânio aceita ser deputado estadual para participar da última etapa de sua vida, como legislador, na preparação da Constituição Mineira. A outorga da Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937 representaria o ostracismo dos políticos mineiros: Afrânio, no final de sua vida gloriosa, limita-se a participar das atividades da Comissão Jurídica Interamericana; Virgílio é ativo no grupo que, no primeiro momento, concentra esforços no combate às tendências nazifascistas, presentes em escalões da intelectualidade e inclusive no próprio Governo. Em episódio curioso, Afonso Arinos, o irmão Virgílio e o cunhado José Nabuco mandam telegrama ao Primeiro-ministro Churchill apoiando os esforços na luta contra o Eixo. Surpreendentemente, recebem depois resposta do Embaixador, agradecendo a manifestação que constituíra estímulo para o primeiro-ministro.

Surge a ideia de um manifesto liberal, originário de Minas, de combate à Ditadura. Os antecedentes do Manifesto foram descritos minudentemente por Carolina Nabuco na *A Vida de Virgílio de Melo Franco*, cabendo aqui apenas destacar a posição proeminente que teve Afonso Arinos na redação das várias minutas, juntamente com o irmão Virgílio, Luís Camilo de Oliveira Neto, Dario de Almeida Magalhães e Odilon Braga. O Manifesto, divulgado clandestinamente, produziu grande impacto, embora tivesse sido considerado por muitos como uma manifestação débil e anódina, mas despertou grande reação do poder, que arbitrariamente demitiu das funções públicas os signatários e forçou empresas privadas a fazerem o mesmo. Afonso Arinos é demitido, com base no art. 177 da Constituição, do cargo de advogado do Banco do Brasil. Em discurso logo em seguida pronunciado na inauguração do prédio do Ministério da Fazenda, o Presidente Getúlio Vargas referiu-se veladamente aos autores do Manifesto, chamando-os de "leguleios em férias". Milton Campos, também vítima da arbitrariedade, com leve tom irônico declarou que "o Manifesto, tendo sido feito para causar onda, acabou criando vaga".

A consequência imediata foi a articulação de forças políticas da oposição para constituir um partido, que seria a União Democrática Nacional – nome, aliás, de autoria de Afonso Arinos – e que lançaria à Presidência da República o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Na organização do novo partido, papel fundamental coube a Virgílio. Este se recusa a aceitar a candidatura ao mandato eletivo por Minas Gerais, em grande parte por considerar que era chegada a hora de o irmão mais moço ingressar na Política. Candidato a deputado federal pelo Estado natal, Afonso Arinos obtém a primeira suplência, não tendo assim participado dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, mas em 1947 assume o posto, com a ascensão de Milton Campos ao Governo de Minas.

## O PARLAMENTAR

Ao assumir as funções, é logo indicado para membro da Comissão de Constituição e Justiça, lugar onde só se ingressava após vários anos de mandato. A atuação inicial se exerce nas comissões: apresenta projeto de criação da Comissão de Leis Complementares da Constituição, visando a dar execução a vários dispositivos constitucionais que necessitavam de regulamentação, e tem atuação destacada, defendendo a ilegalidade da cassação dos mandatos de deputados do Partido Comunista. Ponto alto de seu trabalho é a apresentação do projeto que proíbe a discriminação racial, que, convertido em lei, passou a ser conhecido como Lei Afonso Arinos.

Na legislatura seguinte, indicado líder da oposição, trava o combate ao Presidente Getúlio Vargas, com o célebre discurso de 13 de agosto de 1954, que precedeu o suicídio do presidente. Em 1958, é eleito Senador da República, desta vez pelo Estado da Guanabara, em campanha memorável na companhia de Carlos Lacerda, quando, utilizando o "caminhão do povo", chegou aos pontos afastados do Estado. O homem, considerado aristocrata, de ideias refinadas e leituras requintadas, juntou-se ao povo no esforço de obtenção do mandato eletivo.

No Senado Federal, sua atuação não foi menos profícua, pois a Câmara Alta oferecia ambiente mais propício ao exercício dos conhecimentos jurídicos e políticos. Desta fase, o importante a assinalar é a atuação que teve na discussão do projeto da Constituição de 1967, emanado da Presidência Castelo Branco, especialmente a crítica contundente ao capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, mostrando as falhas, as incoerências e o completo

abandono da tradição do Direito Constitucional Brasileiro. Figuras ligadas ao Governo, impressionadas com essas críticas, tiveram a hombridade de chamar o senador e crítico e solicitar-lhe a apresentação de substitutivo, incluído na Constituição de 1968.

E em 1986 voltaria ao Senado Federal, em votação consagradora, sem ter se empenhado na campanha eleitoral.

## O PROFESSOR DE DIREITO

O ingresso nas atividades políticas fez certamente crescer o interesse pelo Direito Público, e a projeção como publicista e constitucionalista destacou-o no cenário nacional. Ao assumir o mandato de deputado federal, inclina-se pela especialidade do Direito Constitucional e luta pela conquista da cátedra universitária. A disciplina criada na lei de 11 de agosto de 1827 – Direito Público Constitucional – sobreviveu com pequenas mudanças de nome até 1940, quando Vargas, desejando que a matéria fosse ensinada na ótica do regime, transfere os professores da disciplina para uma nova, a Teoria Geral do Estado, e provê a cadeira de Direito Constitucional com figuras ligadas ao regime.

Com a redemocratização, tais cadeiras são consideradas vagas, e são abertos os concursos. Afonso Arinos obtém, nos anos de 1949-1950, as cátedras de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, em seguida, a da Faculdade de Direito da hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na primeira, apresenta tese sobre *Leis Complementares da Constituição*, matéria nova que versara na Câmara de Deputados. Da banca examinadora, fizeram parte os nossos confrades Aníbal Freire e Pontes de Miranda. Conta em suas memórias que o fato de ser candidato único colocou-o numa posição de certa benevolência, mas que:

> Aníbal Freire foi quem examinou de fato e me surpreendeu pela trama cerrada e firmíssima de sua análise, que levou minha pobre tese a um pelourinho. Foi muito cortês, mas muito severo. Respondi como pude, de maneira bem inferior à arguição de mestre Aníbal, que foi generoso na nota máxima. Aliás, ele mesmo acentuava que

> não gostava de examinar concursos e que só aceitara naquele caso "em homenagem" a mim. Fiquei grato pela homenagem e pela nota, mas aprendi bem a lição, pensando na defesa de tese do outro concurso. Senti que a coisa podia tornar-se séria nessa prova.

De fato, no outro concurso, com oito candidatos e com banca ainda imbuída do velho estilo coimbrão, a disputa revelou-se acirrada. A tese versava sobre *História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro,* e ele revela:

> parecia fraca aos juristas. E, de fato, era. Seu tratamento fora mais histórico-sociológico que jurídico; sua técnica era talvez deficiente; sua contribuição, em termos de utilidade imediata, medíocre. Mas possuía para mim uma grande vantagem. O assunto fora tratado de maneira aberta e larga, num plano mais cultural do que científico, o que levava fatalmente seu debate a se espraiar para as áreas mais vastas das ideias gerais. Ora, isto era exatamente o que convinha ao meu tipo de espírito e à minha maneira habitual de exposição.

E de fato foi mais uma vez vitorioso. Assumiu o exercício das duas cátedras, que desempenhou com proficiência, intercalado pelas funções de parlamentar. Do magistério de Afonso Arinos, surgiu curso previsto para quatro volumes, dos quais foram publicados dois: um sobre a *Teoria Geral,* dedicado a Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, e outro sobre a *Formação Constitucional do Brasil,* dedicado a Afonso Pena Júnior. Do exercício do mandato parlamentar e dos votos e pareceres pronunciados, resultou o livro *Estudos de Direito Constitucional,* com trabalhos sobre temas diversos, nos quais mais uma vez se revela a simbiose entre o jurista e o historiador. O capítulo "O Constitucionalismo Brasileiro na Primeira Metade do Século XIX" é modelo dessa síntese feliz.

## A ATIVIDADE INTERNACIONAL

Curto interregno foi a fase internacional de Afonso Arinos, bem menor do que a do pai, mas ainda assim cheia de realizações e iniciativas. Ministro das Relações Exteriores por duas vezes, a primeira no Governo Jânio Quadros (1961), foi um dos principais artífices da política externa independente, a que

deu o prestígio de sua inteligência e a criatividade de suas ideias. Os seis meses em que exerceu essa função, ele o fez de forma inequívoca e exata, sobretudo na filiação do Brasil a uma nítida política anticolonialista e na tarefa de aproximação do Brasil com os países da África. Numa viagem, conjugou essas duas metas, participando das comemorações da Independência do Senegal e da posse do Presidente Senghor e, logo em seguida, viajando para Portugal, a fim de expor a nova posição adotada pelo Brasil. O relato dessa viagem a Portugal é extremamente expressivo, revelando a posição retrógrada com que os dirigentes portugueses encaravam o problema. A descrição da visita ao Primeiro-ministro Oliveira Salazar, já velho e cansado, mas obstinado em posições superadas pelo tempo e querendo forçar que o Brasil a elas continuasse atrelado, é reveladora. O exercício da mesma função em 1962 no Gabinete parlamentarista de Brochado da Rocha, já numa fase de grande ebulição política e enfraquecimento do regime, e por curto período, não possibilitou uma atuação mais profícua. A atuação na chefia da delegação brasileira às XX.ª e XXI.ª Conferências da Assembleia Geral das Nações Unidas (1961-1962) e como representante do Brasil na Conferência do Desarmamento em Genebra, em 1963, foi mais uma mostra de sua atuação política, representando com dignidade os interesses do Brasil nos foros internacionais.

## AS DUAS GRANDES BIOGRAFIAS

A obra historiográfica de Afonso Arinos culmina com as duas grandes biografias do período republicano: *Um Estadista da República – Afrânio de Melo Franco e seu Tempo* e *Rodrigues Alves – Apogeu e Declínio do Presidencialismo*.

O próprio Afonso Arinos dá a chave do seu interesse pelos estudos históricos, quando fala do curso secundário realizado no Colégio Mello e Souza, aluno do Professor João Batista Mello e Souza. Descreve a técnica didática utilizada, com a feitura de cadernos de própria redação dos alunos sobre os pontos capitais da História pátria, com gravuras testemunhando os episódios.

O interesse pela vida de seu pai veio ainda moço, em Genebra, em 1925, com a leitura de *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco. A ideia jamais foi revelada ao pai, que dela só tomou conhecimento pela inconfidência de um amigo.

Com a sua morte, interrompe a seção literária mantida no *Diário de Notícias* e no artigo "Adeus à Crítica" explica: "Serei forçado a me dedicar a um trabalho cujo compromisso assumi não apenas comigo, mas também com outros e, sobretudo, para com alguém a quem não posso faltar."

O livro nasceu com o título que recebeu, embora para alguns a escolha fosse "ambiciosa, quando não pretensiosa", e outros amigos tivessem sugerido o título *Um Estadista Republicano*.

As comparações são, nesses casos, bastante perigosas. A que se faz entre a obra de Joaquim Nabuco e o livro de Afonso Arinos foi realizada por ele mesmo entre aquele livro e o de Bañados de Espinosa sobre Balmaceda. Após analisar as duas obras, Afonso Arinos afirma que: "É óbvio que a obra de Joaquim Nabuco é muito superior à de Bañados de Espinosa, esta, diga-se de passagem, muito lida no Brasil quando apareceu."

Gilberto Freyre declara que:

> *Um Estadista da República* era um livro barroco e *Um Estadista do Império* um livro predominantemente clássico, contrastando na diferença entre as técnicas da Historiografia nas duas épocas:
>
> Uma, a História grandiosa, dramática, fixadora das culminâncias entre os fatos e os homens, drapejada de reminiscências antigas com personagens solenes, e togados, como heróis racinianos. Outra, a História mais copiosa que grandiosa, cuja força está na solidariedade dos pequenos fatos e não na emoção isolada dos grandes; História que é rio e não montanha, História mais interpretativa do que julgadora. Diferença parecida com a que os historiadores literários fazem entre a época ciceroniana e pós-ciceroniana, idade do ouro e a prata.

Afonso Arinos concorda com a análise de Gilberto Freyre e acrescenta: "Para ele o Império era clássico e a República barroca. Os dois livros não podiam ser diferentes do que são."

Em entrevista a Homero Senna em 1950, publicada em *República das Letras*, quando o livro estava em elaboração, afirmaria:

> A historiografia de Nabuco, como aliás a de todos os grandes de sua escola – Mackaulay Taine, etc... é uma Historiografia raciniana, com quê de Comédia Francesa, em que os personagens chegam ao proscênio, declamam sua parte e se retiram. É uma construção teatral, solene, poderosa, impressionante, não há dúvida, mas a técnica da moderna Historiografia é completamente outra. A História deve ser muito mais interpretativa do que descritiva e não pode deixar de levar em conta os ensinamentos de todas as ciências afins que se desenvolveram extraordinariamente nos últimos tempos: a Sociologia, a Economia Política, a Psicologia. De um historiador pós-proustiano, não se espera a preocupação do jogo cênico, tão caro aos mestres do século XIX.

É inegável, portanto, que a comparação entre as duas obras faz ressaltar a importância do *Um Estadista da República*.

O próprio autor considera que nesse livro não pudera deixar de ser parcial em dois sentidos: na valorização do personagem e na apreciação, em função dele, de apenas uma parte da época estudada. E esclarece:

> Mas haverá biografia imparcial? Esta ideia em si mesma me parece absurda. Há, naturalmente, biografias destrutivas, hostis, mas isso não quer dizer imparcialidade. Reconheço que dentro da parcialidade inerente ao gênero biográfico há graduações, e mais parcial será o livro sobre um conhecido, sobre um amigo e, especialmente, sobre um pai.

A obra se encontra dividida em três partes: a primeira, a fase provincial, com Afrânio de Melo Franco iniciando a carreira política na província, nas funções de deputado estadual e secretário de governo; a segunda, a fase nacional, que se inaugura com a eleição para deputado em 1906 e se prolonga até o final da presidência Bernardes, em 1926; a terceira fase, a fase internacional, corresponde ao período em que é nomeado chefe da delegação brasileira à IX Conferência Interamericana de Santiago em 1923, representante à Liga das Nações, o trágico episódio da retirada do Brasil da Liga, o chanceler da revolução, o mediador da questão de Letícia e o presidente da Comissão Jurídica Interamericana. Esse estudo mostra o contraponto entre a vida do político mineiro e os grandes feitos da História republicana, e há capítulos verdadeiramente lapidares, como o consagrado ao Jardim da Infância, a questão das cartas falsas ou a discussão do Pacto Gondra na Conferência de Santiago.

A elaboração de *Um Estadista da República* iniciou-se com a morte de Afrânio de Melo Franco, em 1943, e só terminou no ano da sua edição, em 1955, período entremeado de intensa atividade política, que por certo não terá lhe proporcionado sempre vagar para a elaboração da obra. Conta-se que o editor José Olympio começou a imprimir os dois primeiros volumes enquanto o autor concluía o terceiro.

Não se tem bem presentes as motivações que levaram Afonso Arinos, alguns anos após o término da biografia do pai, a se lançar na feitura do livro sobre Rodrigues Alves, mas se pode aventar a hipótese, bastante plausível, de que foi mais um ato de devoção à sua mulher Anah, neta do presidente. Assim como em *Um Estadista da República,* ele pode dispor dos arquivos do pai, que estavam sob sua guarda, os arquivos do grande presidente também chegaram às suas mãos, e vários outros arquivos lhe foram facultados, graças à amizade de Gontijo de Carvalho, como os de Rubião Júnior e Altino Arantes. Afonso Arinos poderia repetir a frase de Henri Irénée Marrou: *L'histoire se fait avec des documents*. Na verdade, a sua grande preocupação como historiador era chegar às fontes autênticas e só a partir daí alçar-se às hipóteses, às análises e às linhas de interpretação.

No prefácio, diz ele que: "Algum tempo – (não há determinação do período) – depois da publicação da biografia de meu pai, comecei a cogitar no preparo de longo estudo sobre a vida de Rodrigues Alves."

A comparação entre os dois livros se faz logo presente, e o próprio Afonso Arinos reconhece que não é possível comparar em importância a vida de Rodrigues Alves à de Afrânio de Melo Franco, mas pretendia com esse segundo estudo constituir uma espécie de História da Primeira República, "estudada através de duas longas vidas de homens que fizeram da ação política a razão principal de suas existências".

Cabe ainda acrescentar que a redação do último livro transcorreu em período mais curto, pois nela não pesaram as interferências da atividade política.

Escrevendo sobre a biografia do pai, Afonso Arinos transcreve a frase de James Boswell na *Vida de Samuel Johnson*: *Nobody can write the life of a man but those who have eaten and drunk and lived in social intercourse with him*.

Se essa afirmação fosse verdadeira, desqualificaria desde logo a segunda biografia, pois enquanto na primeira escreveu sobre seu pai, o autor nunca fez as refeições, bebeu ou viveu em contato social com Rodrigues Alves.

É importante assinalar que os dois livros conservam perfeita simetria, paralelismo singular, e constituem certamente uma boa comprovação da existência da Política do "café com leite". De fato, na medida em que predomina a Política Paulista no cenário republicano, é em Rodrigues Alves que encontramos a narrativa dos acontecimentos. No momento em que ascende à Política Mineira, é em *Um Estadista da República* que encontramos a descrição desses fatos. Quando pela primeira vez Afrânio de Melo Franco chega à Câmara dos Deputados – em 1906 –, terminava a primeira presidência de Rodrigues Alves, relatada de forma abundante no segundo livro. As fases da presidência Afonso Pena são um dos pontos altos de *Um Estadista da República,* e a Presidência Hermes da Fonseca, na qual Rodrigues Alves ocupa a presidência de São Paulo, é tratada em detalhe no segundo livro. Num momento apenas, convergem as posições: na Regência Republicana, quando eleito Rodrigues Alves para a Presidência da República e não podendo exercer a função por motivo de doença, assume a presidência o vice-presidente Delfim Moreira, ocupando a função de regente Afrânio de Melo Franco, Afonso Arinos descreve os efeitos da morte de Rodrigues Alves: "Em 16 de janeiro de 1919, morria com Rodrigues Alves a República de 15 de novembro de 1889."

É a partir desse período que *Um Estadista da República* analisa minuciosamente as presidências Artur Bernardes e Washington Luis, os movimentos da Aliança Liberal e da Revolução de 1930. Aliás, em Rodrigues Alves, em vários momentos, Afonso Arinos, para evitar a duplicação, se reporta à biografia de Afrânio de Melo Franco em relação a determinados fatos.

Assim, impõe-se a interrogação tão comum nos torneios escolares de outrora: Quem foi maior? César ou Aníbal? Cícero ou Demóstenes? Qual o livro maior? *Um Estadista da República* ou *Rodrigues Alves*? As comparações são sempre perigosas, mas, expondo ponto de vista estritamente pessoal, parece-me que *Um Estadista da República* é um livro melhor construído, feito com mais vagar, com feitura mais equilibrada, em que o documento não afoga em certos momentos o texto.

Mas de *Rodrigues Alves* podem-se destacar aspectos importantes: o primeiro, o exame da atividade de Rodrigues Alves no campo econômico. Afonso Arinos sempre timbrou em declarar o seu desconhecimento dos problemas econômicos, mas as análises feitas sobre o Convênio Taubaté, a defesa da Política cafeeira nos Estados Unidos e a criação e funcionamento da Caixa Conversão são estudos importantes no âmbito da História Econômica.

Há capítulo nesse livro que merece especial menção, o consagrado à Burschenschaft, a "Bucha", sociedade secreta criada na primeira metade do século passado por Julius Frank e que, por sua própria natureza, nunca foi estudada com profundidade. Com material que lhe deve ter sido fornecido por Gontijo de Carvalho, Afonso Arinos colocou uma luz nova sobre a matéria, fundamental para a compreensão da História Republicana, à espera de que, com o tempo, a eventual divulgação de seus arquivos permita traçar a evolução da sociedade, que tanta repercussão teve na Primeira República.

Escrevendo sobre *Um Estadista do Império*, disse Afonso Arinos que era "monumento e estátua que vão durar para o largo futuro do Brasil, como modelos inexcedíveis do gênero". Das duas grandes biografias escritas por Afonso Arinos, pode-se repetir que são monumentos e estátuas que vão perdurar, erguidos às memórias de Afrânio de Melo Franco, Rodrigues Alves e Afonso Arinos de Melo Franco.

Contemporânea às biografias é a colaboração que prestou à elaboração da *História do Povo Brasileiro*, dirigida por Jânio Quadros, como responsável pelos períodos imperial e republicano, e contando com a colaboração dos nossos confrades Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa.

No volume IV, *O Império – O Escravismo e o Unitarismo Político*, escreveu os capítulos sobre o início do Império, abrangendo a Constituição de 1924, o período de Pedro I, a Regência e a Maioridade.

No volume V, *A República – As Oligarquias Estaduais*, Afonso Arinos trata dos governos do Marechal Deodoro e do Marechal Floriano e das presidências de Afonso Pena, Venceslau Brás e Delfim Moreira. É curioso assinalar que o capítulo sobre a Presidência Rodrigues Alves tenha ficado a cargo de Francisco de Assis Barbosa e não de Afonso Arinos. A escolha, entretanto, se explica, pois Francisco de Assis Barbosa, nascido em Guaratinguetá, conterrâneo de Rodrigues Alves, era estudioso do período e pretendia mesmo

escrever obra a respeito do grande presidente, tendo colaborado de forma decisiva, como está registrado no prefácio, no livro sobre Rodrigues Alves.

Na apresentação da *História do Povo Brasileiro*, que é assinada pelos autores e colaboradores, é difícil caracterizar a autoria, e depoimento autorizado de Antônio Houaiss informa ter sido feita a várias mãos, mas é nítida a marca de Afonso Arinos.

A referência ao trabalho de Von Martius apresentado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1843, sob o título "Como se Deve Escrever a História do Brasil", deve ter sido incluída por sua iniciativa, e de sua autoria parecem ser as sínteses sobre os grandes autores da História da Política, da História Econômica, da História Social, da História da Literatura e das Artes e da História Diplomática. A citação final de Henri Irénée Marrou deve ter sido também de sua indicação:

> A pesquisa foi levada mais avante: esforça-se por encontrar, além das motivações conscientes, os móveis secretos que impeliam os heróis e, sobretudo, procurou identificar as realidades de ordem coletiva, das quais esses autores da História eram porta-vozes, testemunhas, ou algumas vezes joguetes; forças sociais e estruturas econômicas.

Outro trabalho de importância, numa bibliografia extremamente pobre, é o opúsculo "As Ideias Políticas no Brasil", série de conferências pronunciadas em curso de extensão universitária na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1971, e posteriormente incluídas no volume *O Som do Outro Sino*. Nessas conferências, é analisada a evolução do pensamento político, e merece especial destaque o estudo do pensamento republicano, mostrando as várias tendências que se confrontavam, a partir do legismo de Rui Barbosa, e acentuando a importância do pensamento de Campos Salles e da obra de Assis Brasil.

## O MEMORALISTA

A Memorialística é gênero cultivado de longa data na Literatura Universal. Na Antiguidade, os memorialistas, Epicteto, Sêneca e Marco Aurélio eram de certa maneira ensaístas, com um certo quê de memorialistas. Santo

Agostinho foi um dos patriarcas da Memorialística, e nas *Confissões* pode-se ter, ao lado do gênero Ensaio, o modelo de um tipo de Memórias. Na Idade Moderna, entre os mestres do gênero, podemos assinalar Marco Polo, Fernão Mendes Pinto e o maior deles todos, Saint-Simon. O século XVIII é rico em Memórias, bastando lembrar as de Casanova, mas o momento áureo do gênero é o século XIX, em consequência do subjetivismo romântico de Chateaubriand, que se torna o mestre insuperável do gênero, produzindo, na expressão de Afonso Arinos, o "maior livro de memórias já escrito", ganhando relevo também as memórias políticas de Napoleão, Talleyrand, Metternich e Guizot. À obra de Chateaubriand, pode-se contrapor, do ponto de vista político, o *Memorial de Santa Helena*, e entre os Diários se destacam o dos irmãos Goncourt e o de Jules Renard, este tão do agrado de Marques Rebelo.

A Memorialística Brasileira inicia-se no século XIX, pois até então só havia cronistas: Visconde de Taunay e Joaquim Nabuco são os primeiros representantes dessa corrente no século passado. O século XX inaugura-se com as memórias políticas de Salvador de Mendonça e do conde Afonso Celso, vindo em seguida os nossos confrades Medeiros e Albuquerque, Rodrigo Octavio e Humberto Campos, mas, na observação exata de Afonso Arinos, foi a partir de Gilberto Amado que o gênero se impôs literariamente com estilo e autonomia.

Ponto alto da atividade intelectual de Afonso Arinos foi a elaboração dos três primeiros volumes das Memórias: *A Alma do Tempo*, *Planalto* e *A Escalada*, a que se juntou depois *Alto Mar, Maralto*, e a que viria se adicionar o *Diário de Bolso*. Os quatro primeiros volumes foram reunidos posteriormente no título único *A Alma do Tempo* e constituindo um dos momentos culminantes da moderna Memorialística Brasileira.

No capítulo inicial, conta ter iniciado a feitura do livro diante da página de um caderno, indagando do mistério da nebulosa incerta que é um caderno em branco nas mãos do escritor. Do momento inicial em que recebe a notícia do nascimento de seu neto Afrânio à página final em que está junto do neto João Rodrigo, olhando para o céu, e este lhe indaga quem está dirigindo a lua, perpassam dez anos de produção intelectual, mas mais de cinquenta anos de uma vida rica de acontecimentos e rica interiormente.

Não se tem notícia das motivações exatas que levaram o escritor a se interessar por esse gênero literário, e as páginas iniciais dão a entender que foi um ato casual e momentâneo, inspirado ao acaso das circunstâncias. Mas, logo a seguir, quando descreve as leituras de memórias, destaca as *Confissões* de Santo Agostinho, que André Maurois considerava não ser um livro de memórias, mas ter a feição de um tratado de Metafísica, as *Memórias* de Saint-Simon, as *Confissões* de Rousseau e as *Memórias de Além-Túmulo*, de Chateaubriand. Pode-se interpretar que o desejo de trabalhar no gênero foi se acumulando ao curso do tempo e que a maturidade, idade própria às reflexões, levou-o a iniciar a tarefa.

Nas primeiras páginas, analisa as tendências dos livros de memórias, as obras de caráter puramente literário e as obras de caráter puramente histórico e afirma: "Pretendo fazer dele, antes de tudo, como já disse, sua obra de Literatura. Escrito de forma literária, tanto quanto estiver ao meu alcance, será sempre de um ponto de vista cultural que nele exporei e interpretarei a experiência de minha própria vida."

E acrescenta: "O Direito e a Política podem conformar-se segundo o modelo utilitário. Mas, deixado a mim mesmo, reintegro-me no meu mundo natural, que é o da Literatura."

Essas expressões, ditas com sinceridade, foram de certo modo desviadas no curso da elaboração da obra, pois enquanto o primeiro volume – por tantos considerado o melhor – é basicamente dedicado à Literatura, a Política vai absorvendo os volumes subsequentes, porque correspondem ao período áureo de sua atividade parlamentar e no Executivo, mas nem por isso deles fogem as manifestações literárias, como sempre em estilo elegante e escorreito. Já os volumes finais, *Alto Mar, Maralto* e *Diário de Bolso*, se aproximaram mais de verdadeiros diários, muito mais voltados à descrição do cotidiano do que a reflexões mais profundas que assim mesmo emergem do texto.

No plano da Literatura Brasileira, *A Alma do Tempo* pode ser comparado às memórias de Gilberto Amado e às de Pedro Nava, três cumes da Memorialística Brasileira. Da mesma forma como sucede em Afonso Arinos, os dois volumes iniciais de Gilberto Amado, *Histórias de Minha Infância* e *Minha Formação no Recife*, se prendem mais ao plano puramente literário, em estilo vigoroso, e às vezes chegando ao bombástico, sem perder as caracte-

rísticas puramente literárias, mas a Política predomina nos restantes. As memórias de Pedro Nava se conservam sempre no plano da lídima Literatura, com a reconstrução e a transfiguração dos fatos do cotidiano numa imagem vigorosa de criação literária.

As memórias de Afonso Arinos guardam, em relação ao escritor sergipano, o contraponto da fase inicial de caráter puramente literário, descrevendo a infância, a juventude e a formação intelectual para, a partir de um certo momento, ser absorvido pela atividade política de deputado, senador, ministro e embaixador, mas em todos eles perdura a feitura do homem de letras, do escritor e, muitas vezes, do pensador de alto coturno.

Afonso Arinos, tal como Pedro Nava, realiza com felicidade o contraponto do presente e do passado, misturando-os com maestria, sem que em qualquer momento se possam confundir os planos. Há no livro momentos culminantes de criação literária, entre os quais, apenas para exemplificar, as cenas da vida de adolescente em Petrópolis e do baile em que conhece Anah, a estada na Suíça e as relações com Robert de Traz e Anne de Noailles, a cena grega na fazenda de Virgílio, em Barbacena, e a descrição das aeromoças no *hall* do hotel de Istambul, que Alceu Amoroso Lima comparou à das telefonistas relatadas por Proust. Mas os episódios históricos guardam parelha com essa descrição, como a descrição da preparação do Manifesto dos Mineiros, a luta da oposição no final do governo Vargas e os esforços pela introdução do Parlamentarismo em 1961.

É muito comum a tendência a procurar encontrar influências e paradigmas nas obras literárias, e a propósito *Alma do Tempo* várias vezes foi comparada às *Memórias de Além-Túmulo*. Afonso Arinos é o primeiro a reconhecer que esse livro era o seu preferido entre as memórias, daí talvez se forçando a comparação. É evidente que a figura do escritor francês marcou de muito a personalidade de meu antecessor, mas creio haver certo exagero nessa comparação puramente linear.

Mesmo em matéria de estilo, poderiam ser indicadas várias diferenças e discrepâncias que invalidam em parte a tese, mas é no capítulo da personalidade e das tendências pessoais que se podem apontar as diferenças mais marcantes e significativas.

Chateaubriand foi um grande amoroso, contando-se às dezenas as paixões que lhe encheram a vida, como Pauline de Beaumont, Delphine de Custine, Madame Récamier, Natalie de Noailles, a Princesa de Leven, Cordelia Greffulhe, Hortense Allart e *j'en passe*. Essa instabilidade emocional deixa marcas no indivíduo e, certamente, na feitura de uma obra tão vinculada às características pessoais. Ao contrário, Afonso Arinos teve em toda a sua vida a paixão por Anah, que se reflete em todos os momentos das memórias e em todos os episódios de sua vida em que essa presença foi marcante.

Pelas características de vida, pelas dificuldades e dissabores que enfrentou, Chateaubriand foi um pessimista, sempre se considerando um injustiçado e, assim, em atitude de permanente desencanto diante dos fatos da vida. Ao contrário, Afonso Arinos, apesar de ter tido momentos de dissabores e dificuldades, inclusive a doença, tem sempre em relação à vida uma atitude de otimismo, e a presença da mulher, de filhos, netos e amigos era elemento dessa tendência otimista.

Essa análise mais profunda não caberia nos limites deste discurso. Deixo-a, contudo, para os críticos mais competentes desta Casa, como Josué Montello, Afrânio Coutinho, Eduardo Portella e Lêdo Ivo.

O livro teve a maior repercussão e foi celebrado como a aparição de novo grande memorialista. Entre essas manifestações, posso reproduzir o depoimento, até hoje inédito, de Antonio Candido:

> Pouco depois da publicação do primeiro volume das memórias de Afonso Arinos, Maria Amélia, Sérgio Buarque e Rubens Borba foram jantar em nossa casa, e comentamos o livro com grande apreço unânime. Eu lhes disse que o achava superior à famosa *Minha Formação*, de Nabuco; pelo que lembro, concordaram.
>
> A horas tantas, algum de nós propôs escrevermos a Afonso Arinos uma carta conjunta. O título foi dado por Sérgio: Primeira Epístola de São Paulo aos Mineiros. Nós dizíamos que, reunidos em torno de um vinho, mandávamos os parabéns, louvando a obra e afirmando que ela nos parecia superior à *Minha Formação* (sinal de que o meu juízo fora aceito). Não lembro mais os termos, nem aproximadamente. Mais tarde soube que Afonso Arinos, comentando talvez com o próprio Sérgio, dissera que tínhamos sido descabidamente exagerados, o que talvez fosse influência do tal vinho...
>
> A verdade é que, passados tantos anos, mantenho a opinião. Não direi o mesmo dos volumes sucessivos, apesar de os considerar muito bons. Mas continuo achando o primeiro uma obra-prima do gênero.

## AMOR A ROMA

Em 1925, Afonso Arinos deixa a Suíça, onde se restabelecia, e viaja de trem em direção a Roma, seguindo conselho do pai. Lá se encontrava o amigo deste, o Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo, íntimo de Machado de Assis e nosso confrade, primeiro ocupante de Cadeira que sobreviveu por mais longo tempo. Magalhães Azeredo foi diplomata em Roma por cerca de 36 anos e ali permaneceu após a sua aposentadoria, vindo a falecer na cidade que tanto amou.

A presença de Afonso Arinos ainda jovem em Roma, com um anfitrião do porte de Magalhães Azeredo e já impregnado dos conhecimentos históricos e literários, lhe permitiu apreciar as relíquias da cidade, fê-lo um encantado de Roma, e ele assim permaneceu até morrer.

Não se tem bem a ideia de quando lhe ocorreu o propósito de escrever o livro que, desde logo, teve o título *Amor a Roma* e que Pedro Nava fez o palíndromo:

Amora Romã
Amor a Roma
Amor Aroma
Amor a Roma

Mas a ideia está presente em vários momentos, nas conversas, nas memórias, e há mesmo trecho em que comenta: "O meu *Amor a Roma* ficará provavelmente um projeto, o que não é um mal, pois não realizar os projetos, sem esquecê-los, é também uma forma de vida."

Ao contrário, Afonso Arinos deu cumprimento ao propósito, escrevendo um livro que é singular na Literatura Brasileira e que Alceu Amoroso Lima chamou de "poema de beleza, ternura e lucidez intelectual" e "a mais completa e perfeita homenagem que um escritor latino-americano jamais prestou à Cidade Eterna".

É difícil defini-lo num enquadramento rígido, pois não é um guia, não é um livro de Memórias, não é um livro de História, não é livro de Crítica Literária, nem de Arte. Ao contrário, todos esses ingredientes se reúnem numa combinação feliz, em que, numa dosagem perfeita, todos os planos

estão presentes, sem exagero de um ou de outro. A evolução arquitetônica de Roma desde as Colinas se fez no encadeamento certo, adicionadas as referências literárias e históricas e as impressões pessoais que acumulou em inúmeras viagens. Nessas referências, se acentuam as referências a Portugal e ao Brasil, à expedição de Tristão da Cunha, à posse do Papa Inocêncio VI, bem como à passagem do Padre Vieira por Roma. Não há como omitir as menções às paixões literárias, como Montaigne, Chateaubriand, Stendhal, que estão bem presentes no livro, como a indicar os grandes amorosos de Roma, nos quais se deve incluir Afonso Arinos. A crítica abalizada de nosso Confrade Abgar Renault caracterizou bem o livro:

> A aproximação do íntimo e do universal, da evolução alegre do quotidiano, e da grave contemplação do eterno, das minúcias – todas elas carregadas de vivo interesse – e do geral, da Poesia e dos conhecimentos reveladores de extraordinária erudição, da Cultura multifacetada e da graça estilística – tudo isso por junto resulta numa obra-prima compósita, da mais alta categoria. E a singularidade da construção desse todo complexo por excelência, a sábia conjunção dos materiais para a composição de um todo de harmonia infrangível, ou seja, a sua forma é um feito literário dificílimo de que não tenho notícia em nenhuma literatura e constitui, a meu ver, o essencial desse livro extraordinário.

Ao terminar o livro, declara Afonso Arinos:

> O rapaz brasileiro que chegava a Roma em 1925 trazia no bolso como o jovem Barrès um livro de Stendhal. Ele era também barresiano, além de stendhaliano. Seus primeiros livros, compostos ainda na quadra dos vinte, procuravam um caminho para o confuso Brasil, que emergia da Revolução de 1930.
>
> Passou meio século sob essas lembranças, e o jovem brasileiro de então, encanecido, continuou a procurar o caminho no entendimento (não no sentido da aproximação, mas no da compreensão) para o Brasil de hoje.
>
> Nos momentos de fadiga desta longa caminhada, o melhor repouso é a lembrança de suas horas douradas. A recordação de uma espécie de reencarnação espiritual, uma nova receptividade de espírito para um amor universal que é promessa e não dádiva, que encanta o espírito e não julgamento e escolha. Na vida como na Natureza, os frutos se colhem no outono.
>
> Assim me encontro agora no *Amor a Roma*, como aquele rapaz brasileiro que na manhã de 1925, acompanhado de si mesmo, debruçou-se à janela do quarto do

hotel, sobre as muralhas antigas, as árvores e alamedas do parque, as cúpulas e as torres indecisas ao longe.

## ROMA VERSUS PARIS

Após a análise desse livro singular, *Amor a Roma*, em que as virtudes e as belezas de Roma são cantadas em verso e prosa, uma indagação se impõe: a comparação com Paris. E a leitura das *Memórias* irá nos revelar, surpreendentemente, que a capital francesa está numa posição de segundo plano, em alguns pontos mesmo depreciativa com relação a Roma, embora nas conversas e testemunhos pessoais tal atitude não se apresentasse com essa nitidez.

A primeira viagem de Afonso Arinos à Europa é, ainda menino, em 1911, na companhia dos seus pais, e as lembranças a Paris são, nas próprias palavras, "vagas e esparsas, com recordações confusas. Há a lembrança dos cafés com orquestras ao ar livre e a visita aos grandes *magazines*, ganhando de sua mãe uma bola de gás". O acontecimento mais significativo é a visita, com o pai, a Raimundo Correia, dias antes de sua morte. Ele descreve:

> De qualquer forma, revejo o quarto comprido e avermelhado, a cama estreita no ângulo esquerdo e o homem barbado em cima dela, vestido com uma camisola branca. Meu pai fez-me sentar no próprio leito e aproximou para si uma cadeira. O doente se queixava de que tinha suores, coceiras pelo corpo. Meu pai ria, procurava animá-lo, reavivar a alegria naqueles olhos encovados e brilhantes. Eu olhava, perplexo, o homem barbado: as mãos descarnadas, gesticulando perto de mim, sobre os lençóis.

Em 1923, acompanhando o pai à Assembleia da Liga das Nações, a viagem se faz por Bordeaux, sem passar em Paris. Comentando a afirmação de Joaquim Nabuco da atração exercida por Paris, que mal lhe deixara tempo para ver outros lugares, declara Afonso Arinos: "Comigo ocorreu o contrário. Meu pai decidiu seguir diretamente com a família de Bordeaux para Genebra, sem passar por Paris."

Em seguida, passa curta temporada em Paris, da qual Afonso Arinos declara: "Aqueles meses em Paris têm importância nas minhas recordações, porque representaram a única fase de minha vida em que tive um contato próximo e demorado com o meu irmão Caio."

As ligações literárias que este teve no Rio, com intelectuais da época, como Álvaro Moreyra, Jayme Ovalle, Olegário Mariano, Ronald de Carvalho, assim como referências a Sousa Dantas, o embaixador que por tantos anos representou o Brasil junto ao governo francês, constituindo-se elemento de prestígio na capital, são mencionadas, mas nenhuma referência específica sobre as lembranças da cidade. Apenas diz que:

> Paris, sem dúvida, me absorvia, com tantas experiências novas para mim e, diferentemente de Roma, a vida que levei em Paris foi muito menos literária do que boêmia, se bem que não propriamente turística, pois eu concordava com Caio e frequentava, de preferência, os pontos noturnos de gente jovem, estudantes, escritores, artistas, nos quais os estrangeiros eram menos numerosos.

Sem especificar quais teriam sido essas experiências novas.

O retorno se dá em 1931, a caminho da Suíça, em busca de cura para os males de saúde. A permanência deve ter sido curta; a referência principal é de ordem afetiva, com a visita de Ribeiro Couto, então auxiliar do Consulado em Marselha. E Afonso Arinos, em gesto de generosidade, pondo à prova o prestígio junto ao pai, ministro de Estado, pede a transferência de Ribeiro Couto para Paris. A resposta ao telegrama é decepcionante: o quadro de auxiliares em Paris estava completo.

> Fiquei uma fera, mandei segundo despacho, digno e lacônico, dirigido este para Copacabana, perguntando se o Ministro atendia ao Gabinete ou se meu pai me atendia a mim. A resposta foi a remoção imediata de um auxiliar de Paris para o Havre (peço desculpas até hoje por isso) e a vinda do poeta para a sua almejada Lutécia.

Em 1939, passa alguns meses em Paris, como enviado do Instituto Franco-Brasileiro de Cultura, para realizar uma série de conferências na Sorbonne, com tema que constituíra o livro *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Agripino Grieco comentaria que fora dar um curso de Direito Público, mas que a assistência diminuíra tanto que se tornou curso de Direito Privado, o que nega, afirmando ter sido maior o comparecimento às aulas finais do que às iniciais. Desses meses em Paris, também nenhuma impressão direta está revelada nas memórias, apenas referência aos contatos com o Embaixador Souza Dantas e ao grande amigo do Brasil, Professor Georges Dumas.

A guerra interrompeu por alguns anos esses contatos, mas o interessante é que, nas referências seguintes, na década de 1970, a mesma falta de atenção se nota em relação a Paris, assim como o confronto, sempre desprestigioso, com Roma. Em 1971, a longa referência à permanência de seu tio Afonso Arinos em Paris é mais uma rememoração de caráter histórico, mas logo em seguida, comentando uma visita à exposição sobre Proust no Museu Jaquemard-André, afirma:

> Para quem se encontra dentro daquela enorme compoteira de cimento e gesso, a lembrança de qualquer palácio romano – digamos, a Embaixada Brasileira, projetada por Rainald: (1650) – desvenda a diferença humilhante que separa Roma de Paris. Sinto tédio às vezes ao ter que justificar, perante amigos brasileiros, por que desde rapaz sempre preferi aquela que se chamou simplesmente a cidade (a Urbe) a esta que se adorna com o nome cançoneta de Cidade Luz. Urbe (tom grave) e Cidade Luz (tom ligeiro): há quem não sinta de chofre a escandalosa diferença? Já que comecei vamos ao final, desafiemos as consequências. Em Paris, predomina o conjunto visual, o cartão-postal. As revelações solitárias e dramáticas, que são o músculo de Roma, aparecem raramente: alguns cais do Sena, algumas ruas das duas ilhas, o Louvre, a Notre Dame, a Santa Capela, as Praças Vendôme, dos Vosges, a Concórdia, o Marais, o Arco da Estrela. Tirando alguma coisa mais, o resto é perspectiva, visão de conjunto, paisagem. Confronto, é claro, a Paris de Haussman, oferecida à primeira vista com a Roma, tal como hoje se nos oferece. Não posso imaginar o que seria Paris antes de Haussman, mas acredito que a grande Revolução urbana de Napoleão III é a expressão do espírito do Segundo Império e da sua projeção sobre o início da Terceira República.

Da viagem de 1977, com estada no Hotel Concorde, o confronto se faz de novo de forma desfavorável. Comparando a paisagem que se desvenda do andar elevado desse hotel, diria:

> Roma, ao contrário, mantém seu perene conjunto de plácida grandeza, no qual a disparidade dos tempos une-se dentro de uma espécie de harmonia que se pode chamar natural. As transformações sofridas da Antiguidade à Idade Média e ao Barroco Pós-Renascentista (o tempo de Bernini marca mais amplamente a fisionomia da cidade que o de Michelangelo) já se integraram, se interpenetraram, se compuseram nesse todo indivisível e intocável.
>
> Já escrevi que Paris é mais universal pela vida do que propriamente pela monumentalidade. Por isso, a vida que flui no corpo, conforme o verso de Rimbaud,

> vai mudando inexoravelmente a cidade. A impressão de eternidade que nos vinha de Paris na mocidade da minha geração era fruto efêmero do século XIX. Paris nada tem de barroco, pouco de renascentista, fora do Marais.

E novamente comparando: "Em Roma, a força monumental da cidade é tão grande que as transformações de espírito pelo tempo não lhe alteram, senão em pequenos trechos, o semblante e a majestade."

Da viagem de 1977, a mesma atitude:

> Mal chegado o verão, Paris se envolve toda nas brumas e na chuva fina de outono. Não sei que tenaz fidelidade, que constante alumbramento se desprende da auréola de Paris, para prender tanto os meus caros Roberto Assumpção e Cícero Dias, que aqui revejo. Roberto é mais entusiasta, mais enternecido. Como todo amoroso, não raciocina sobre o seu amor. É como namorado. Cícero, que há decênios por aqui vagueia sua inconversível sensibilidade pernambucana, exibe outro comportamento, mais lúcido e menos cálido do que o de Roberto. Amor mais costumeiro e menos fogoso por Paris. Roberto, como no verso de Ribeiro Couto, vê aqui "Europa! oh! civilização!", Cícero mistura as coisas com o tempo dos canaviais, as chaminés de engenho, nas rivas ilustres sequanenses. Eu aqui não consigo realmente me habituar a esta chuva, a este vento, a este frio, sobretudo ao implacável século XIX, tão invasor nessa Rua de Castiglione.

A observação final da viagem de 1978 contém um pouco mais de entusiasmo ao referir-se que "esses dias têm sido uma festa universal em Paris". Comenta ainda uma volta pelo Sena e a visita à igreja de Saint-Gervais, mas novamente vem o comentário pouco favorável quando descreve: "Atravessar o Sena de Saint-Gervais para os lados das Praças Saint-Michel ou Saint-André des Arts é como cruzar o oceano, 'deixa-se a Europa e entra-se no estranho mundo afro-asiático.'"

Mais adiante: "Paris deve oferecer espetáculo parecido com a Roma do Baixo Império. Pobre. Nobre, ai de nós, Lusíadas, coitados."

## A MINEIRIDADE

Ao tratar da personalidade de Afonso Arinos, um tema aflora que não pode deixar de ser enfrentado, sob pena de deixar este perfil incompleto. É o

do caráter mineiro e daquilo que tem sido chamado, inclusive por ele, de mineiridade, mineirice e mineirismo.

Sobre o tema muito tem sido escrito, e Afonso Arinos a ele dedicou algumas páginas, inclusive em discursos acadêmicos, recebendo nesta Casa a Otto Lara Resende e, na Academia Mineira de Letras, a Tancredo Neves.

Só esse motivo explicaria a ousadia de tratar do problema numa Instituição onde pontificam tantos valores ilustres da Cultura Mineira, e só o faço, porque na verdade o que pretendo examinar é a visão que o próprio Afonso Arinos tem do problema. Ele mostra as origens longínquas quando, mesmo antes da Inconfidência, Martinho de Melo e Castro, poderoso secretário da Marinha em Ultramar, assim dava instruções ao governador, Visconde de Barbacena: "Entre todos os povos de que se compõem as Capitanias do Brasil, nenhuns talvez custaram mais a se sujeitar e reduzir à devida obediência [...] como foi o de Minas Gerais."

No século seguinte, José Bonifácio escrevia ao Príncipe D. Pedro, de partida para Minas:

> Não se fie V.A.R. em tudo que lhe disserem os mineiros, pois passam no Brasil pelos mais finos e trapaceiros do Universo, fazem do preto branco, mormente nas atuais circunstâncias, em que pretendem mercês e cargos públicos e outros deitar poeira aos olhos de V.A.R. para se livrarem dos crimes e atentados que cometeram.

A esses julgamentos tão severos se poderiam contrapor outros, sobretudo de viajantes estrangeiros, que melhor apreenderam o caráter do povo das Alterosas, como Saint-Hilaire, que destacou a religiosidade, e o Reverendo Walsh, que falaria da fidelidade ao regime constitucional e a tendência contrária à anarquia e ao despotismo.

É do século passado a página expressiva escrita por Francisco Otaviano, apontando já para o declínio da civilização mineira. Lamentando essa situação, apela para o reerguimento:

> Estrela brilhante do sul, formosa Província de Minas, por que desmaias no azul da nossa Pátria quando ela precisa que cintiles com toda a tua pureza antiga? [...] Tu que tiveste por largo tempo a primazia no paço dos Césares e nos comícios do povo, por que te aniquilas na indiferença e no desânimo? [...] Onde estão os teus filhos? A terra em que eles nascem já não tem forças para produzir esses gigantes? [...]

> que escalaram o Olimpo da Monarquia absoluta? [...] A loucura de túmulo caiu sobre o cadáver de alguns. A mão de ferro do ostracismo comprimiu a garganta dos outros. [...] Formosa Província de Minas, surge, surge; não te é lícito tão longo repouso. Já dizem os cortesãos, com insultante sarcasmo, que a soberba mãe de Gracos, depois de resistir, corajosa, à violência brutal, estendeu os pulsos às cordas de seda da hipocrisia.

Deixando as expressões retóricas e as afirmações subjetivas e respaldando-se nos condicionamentos sociológicos e econômicos, deve-se apontar a originalidade do pensamento de Afonso Arinos, quando contrapõe no desenvolvimento da Política Mineira na Primeira República o confronto entre as duas regiões econômicas: a Zona da Mineração, já em processo de decadência, com homens delicados, sutis e conciliadores, e a Zona da Mata, com o florescer da economia cafeeira, representada por políticos afirmativos, temperamentais e quase mesmo autoritários. Nas suas palavras:

> A zona agrícola, fundada no café, tentava arrebatar o poder político das mãos dos representantes da velha zona decadente da mineração, como de fato o fez, mais tarde. Ora, a Mata e o Sul eram precisamente as zonas agrícolas novas, cuja expansão econômica estava exigindo poder político. Pode-se dizer que a Minas republicana, entre Silviano e Antônio Carlos, foi governada pelo café da Mata e do Sul. As exceções a esta regra, como os governos de João Pinheiro, Melo Viana e Olegário Maciel, eram determinadas por causas anômalas e ocasionais, eram soluções críticas para crises, mas não alteravam em nada a linha histórica predominante.

Na questão, a meu ver, nenhuma análise supera a do saudoso Confrade Alceu Amoroso Lima, no livro *Voz de Minas*, com o subtítulo *Ensaio de Sociologia Regional Mineira*. Explicava no prefácio como o primeiro de uma série de cinco livros, ao qual se juntariam a *Voz do Norte*, a *Voz do Sul*, a *Voz do Litoral* e a *Voz do Sertão*, plano infelizmente inacabado, dando a entender que realmente foi a aproximação com Minas que o fez se dedicar ao tema, não guardando o mesmo interesse pelas outras regiões do País. Neste trabalho, que recebeu muitas críticas, Alceu Amoroso Lima acentua as características peculiares dessa gente, o valor dado ao homem, à sua mentalidade, ao espírito humanista e às características *sui generis* que o representavam. Fazendo a síntese da questão, afirmaria:

> Tenho a intuição de que Minas não vai ficar silenciosa. Tenho o pressentimento de que os valores intelectuais que fazem hoje de Minas o mais impressionante conjunto cultural do País vão trazer ao século, como já o estão fazendo, alguma coisa de importante. Tenho a certeza de que o senso moral mineiro não falhará. Num Brasil em plena participação universal nos acontecimentos, em que o Norte, o Sul, o Litoral e o Sertão mandam as suas mensagens que se cruzam, Minas é o centro do cruzamento dessas mensagens. É a encruzilhada de todos os caminhos brasileiros no mundo moderno. Poderá ser amanhã, no pleno sentido da expressão, a chave de abóbada na nossa civilização.

Mas a essa bela análise de caráter cultural e sociológico poderia ser contraposta a saborosa crônica de Rubem Braga, de 1954, observando o convívio "quase maçônico" dos mineiros do Rio:

> Os mineiros, eu conheço os mineiros, é de vê-los, os mineiros, quando uma tarde se telefonam. Durante dois, três dias, sempre se encontram na rua ou em um bar, se detêm um instante, como duas formigas que se cumprimentam, às vezes vem Milton, às vezes vem Abgar, e sinto que o Rodrigo telefona a Afonso e a Drummond. Ainda não me expliquei... Uma vez estava presente, mas, de súbito, compreendi que se ia realizar um rito exclusivamente mineiro e achei melhor me retirar. Eles ficaram sussurrando.

Mas a mineiridade não se apresenta como elemento uno. Dario de Almeida Magalhães assinalou essa diversidade:

> Já se sabe que não há um protótipo, porém variegados tipos de mineiro. Há os pacíficos e os belicosos; os tímidos e os arrojados até à imprudência; há os rotineiros e os desbravadores; os legalistas à *outrance*, os *frondeurs* e os revolucionários; há os ingênuos e os extremamentes ladinos; os somíticos e também os perdulários. Mas creio que a identificação da legítima mineiridade, ou mineirice, se faz pela mistura, ou coexistência de alguns desses defeitos e qualidades, com a permanência de características essenciais.

Com base nessas considerações genéricas, há a examinar o problema específico das características dessa civilização que produziu um determinado tipo de homem, facilmente identificável no contexto da Antropologia Brasileira, como interpretado por Afonso Arinos.

Prefaciando o livro de Sílvio de Vasconcelos, *Mineiridade – Ensaio de Caracterização*, de 1968, Afonso Arinos atribui ao autor a escolha desse nome, que, sendo "nome novo", era formado, no entanto, de elementos antigos.

Tratando do tema da decadência mineira e da frase do poeta de que "Minas não há mais", ele acentua que "Minas há, às vezes pela ausência e briga pela sombra em que se envolve". E tem uma interpretação psicológica sobre essa análise que representaria a compensação a um sentimento de insegurança para afirmar:

> O declínio de Minas leva o mineiro de velho sangue, de apurada cultura, não a viver Minas, mas explicá-la. De qualquer maneira, este livro é uma prova não de que Minas existiu, mas que ela existe, condutora apenas em territórios diferentes daqueles em que outrora dominou. E quem abre a marcha num caminho (refiro-me ao povo de Minas) pode fazê-lo ainda em outro.

Parece, entretanto, que a análise dessas características representou no pensamento de Afonso Arinos um processo de decantação e sedimentação que se reflete na fina análise do discurso com que recebeu Tancredo Neves na Academia Mineira de Letras. Parte do exame de um conjunto, de uma categoria geral, a que chama mineiridade, e da individualização dos elementos constantes dessa categoria, aos quais denomina mineirismo e mineirice, para apontar que o conceito de mineiridade se divide em mineirismo cultural e mineirice política. Adianta também que o mineirismo cultural e a mineirice política confluem para a síntese histórica da mineiridade. Isso se aplica mesmo aos mineiros que não vivem no mundo da Cultura nem no da Política, mas cuja formação seja acentuadamente mineira.

Aponta, assim, os casos de equilíbrio entre mineirismo e mineirice, exemplificativamente em Antônio Carlos, Afonso Pena Júnior, Afrânio de Melo Franco, Juscelino Kubitschek e Gustavo Capanema, e em outros o predomínio de mineirismo, como Teófilo Ottoni, Cesário Alvim, João Pinheiro, Virgílio de Melo Franco e Milton Campos. Em Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade e Alfonso Guimarães Filho, dá-se o caso raríssimo de predominância de mineirismo sem poucos traços de mineirice. Eles se

incluem numa geração pródiga de mineirismo cultural, dentro da mineiridade histórica, incluindo Rodrigo Melo Franco de Andrade, Milton Campos, Pedro Nava, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade e os nossos confrades Guimarães Rosa, Abgar Renault e Cyro dos Anjos, para afinal concluir sobre o enlace da Cultura com a Política, do mineirismo com a mineirice, para chegar à síntese de mineiridade.

Esperemos que outros mineiros e não mineiros se debrucem com mais vagar sobre esse fascinante assunto, procurando decifrar o enigma que até hoje aparece sem resposta. Há que apontar, entretanto, como esses valores se conservam mesmo fora do torrão natal, pois Afonso Arinos, nascido em Belo Horizonte, ali viveu poucos anos de sua infância, retornando em 1928 por um período de oito meses e mais tarde, de 1933 a 1934, quando exerce o Jornalismo. Todos os demais anos foram vividos no Rio de Janeiro, com rápidas estadas em viagens de trabalho e de lazer à Europa, especialmente Roma, Paris e Genebra, e a Nova Iorque. Por isso mesmo, é extremamente oportuna a caracterização de Alceu Amoroso Lima quando se refere à presença dessa tradição onde quer que se esteja:

> É de ver como, em Paris, Arinos sabia a Paracatu. É de ver como, falando em Montaigne, nos salões mais literários do Rio, um Afonso Pena Júnior tem gosto de Santa Bárbara. É de ver como um Carlos Drummond, ao fazer a Epopeia de Stalingrado, não perde nunca o saber do seu itabirismo (e poderíamos substituir, sem desvantagem, pelo mineirismo). O mineiro leva consigo o seu arraial, como amuleto contra as conjurações de progresso.

Ao final da vida, Afonso Arinos iniciou a feitura de um livro sobre Minas Gerais, com o título expressivo *Rosa de Ouro*, do qual ouvi certa vez a leitura de parte do primeiro capítulo. Os trabalhos da Comissão Afonso Arinos, depois da Constituinte e do Senado Federal, desviaram-no desse caminho e era de ver os protestos de Abgar Renault, instando-o para que deixasse a atividade política e se dedicasse ao livro derradeiro. Seria, na verdade, um contraponto, guardadas as devidas proporções, ao *Amor a Roma*, um livro de amor e devoção à sua terra natal e às várias gerações de antepassados que na Política e nas Letras ilustraram a "formosa estrela de Minas".

## O PARLAMENTARISTA

Um dos grandes debates políticos de sua época foi entre Presidencialismo e Parlamentarismo. Formado na tradição republicana como o pai, um dos melhores exemplos de elite política da Primeira República, Afonso Arinos filiou-se inicialmente à corrente do Presidencialismo. Designado em 1949 para dar parecer sobre a emenda constitucional de autoria do Deputado Raul Pilla, que instituía o sistema parlamentar de governo, revelou-se ainda adepto do Presidencialismo e manifestava a sua discordância com a mudança de regime.

As crises a partir de 1954, com a renúncia do Presidente Vargas, o impedimento dos Presidentes Carlos Luz e Café Filho, as batalhas por ocasião das campanhas para escolha do Presidente da República, aliadas aos estudos sobre as crises de regime republicano e a biografia de seu pai levaram-no a lealmente mudar de posição e filiar-se ao Parlamentarismo, do qual, após a morte de Raul Pilla, tornou-se um dos seus maiores arautos. Destacou-se como um de seus principais defensores na presidência da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, criada em 1985 pelo Presidente José Sarney, muito justamente chamada Comissão Afonso Arinos, e na presidência da Comissão de Sistematização Constitucional da Assembleia Nacional Constituinte de 1986.

O Presidente Tancredo Neves, após a sua eleição, sentiu a necessidade de organizar um texto básico que pudesse orientar os trabalhos da futura Assembleia Constituinte. Um nome longo ocorreu para a presidência dessa Comissão, o de Afonso Arinos, convidado ainda em vida do presidente, escolha mantida pelo seu sucessor, o nosso Confrade Presidente José Sarney. Tive a honra de ser, por indicação de Afonso Arinos, um dos membros da Comissão e por isso quero testemunhar, de ciência própria e por dever de justiça, a obra realizada, com várias imperfeições, como toda obra humana, mas que no fundo serviu de base para a preparação do texto da atual Constituição.

Outro dever de justiça me impõe a necessidade de reconhecer o trabalho expressivo por ele desempenhado, como presidente da Comissão não como chefe autoritário, que quisesse impor suas posições, mas como sutil harmonizador de disputas, superando com autoridade pessoal e moral divergências que poderiam parecer intransponíveis. Entendia também que a função de presidente não exigia a presença permanente na chefia dos debates e delegava

esse trabalho a alguns de seus colegas, sobretudo à figura exemplar do Padre Fernando Bastos de Ávila, que algum dia espero ter como nosso colega. Mas nos momentos de crise, assumia tranquilamente a presidência e com o velho estilo mineiro, com voz mansa e pausada, sem arroubos oratórios, conseguia arrefecer os ânimos e encaminhar as votações para formas satisfatórias, como ocorreu com a adoção pela Comissão do sistema parlamentar de governo.

Cessada essa tarefa, para a qual o Governo Federal demonstrou reconhecimento, outorgando-lhe a Ordem Nacional do Mérito, nova tarefa se lhe impôs, a de presidir a Comissão de Sistematização Constitucional da Assembleia Nacional Constituinte de 1986. Naquele conclave, onde confluíram as aspirações mais profundas da sociedade brasileira, em busca de uma forma política que atendesse aos reclames do povo brasileiro, ninguém mais talhado para exercer essas funções. Sendo o mais velho e, sem sombra de dúvida, o mais habilitado pela Cultura e pelo passado, Afonso Arinos presidiu a Comissão com o mesmo espírito com que fizera na Comissão Afonso Arinos. A tarefa era mais difícil, o número de participantes maior, as pressões da opinião pública e do jogo de interesses certamente mais numerosas, mas ele desempenhou-se com a mesma categoria de sempre. Fora dessas tarefas de presidente, também no plenário ele exerceu influência, reservando-se para os grandes momentos e para as grandes decisões, como, por exemplo, a divisão de seu Estado natal, com a criação do Estado do Triângulo, que lhe provocou indignação incontida, quase uma ofensa pessoal. Contra ela se lançou com todas as suas forças, para afinal obter a vitória desejada. Em discurso memorável, em que analisa tentativas anteriores, afirmava:

> que se deve entender que não é possível que nós prossigamos nessa fantasmagoria que eu mostrei que tem mais de cem anos de existência, essa mania de dividir a minha Terra. Por que a minha Terra? Por que razão? Por que o Triângulo? Por que Minas? Porque Minas é o fiel da balança. Ainda hoje, a integridade de Minas é a permanência da confiança e uma balança equilibrada dos interesses políticos e sociais deste País. A divisão de Minas é a divisão da tradição da liberdade, no Brasil, desde o sacrifício de Tiradentes. Eu defendo Minas, Minas unida, em nome do passado, mas também a defendo em nome do presente e do futuro.

Em outro passo, quando do exame da questão da maioridade eleitoral, seria de se crer que um velho octogenário se rebelasse contra a diminuição de prazo. Mas enfrenta o problema:

> É um coroamento, é uma alegria, é um reconforto, é um prêmio que ao termo de uma vida dedicada ao Parlamento eu possa vir aqui, procurando, como o mais idoso de nossos colegas, interpretar o sentimento, o pensamento, a esperança, o entusiasmo de toda essa garotada que se encontra lá em cima, nas tribunas gerais.

E concluía, haurindo argumentos nos conhecimentos históricos:

> O Deputado Antônio Carlos, na famosa reunião da Câmara de Deputados em que se criou o Primeiro Ministério no Brasil, foi o defensor da maioridade do Imperador Pedro II, então com quinze anos. A tradição do Brasil não é de dezesseis anos para o eleitor. Não. Ela é de quinze anos para o Imperador. E ninguém foi mais prudente e ninguém foi mais acertado do que Pedro II. Senhores constituintes, vamos aprovar os dezesseis anos para a juventude.

É evidente que a tarefa maior nos debates constitucionais foi no sentido de tentar a adoção da forma parlamentarista, para a qual deu como sempre a maior contribuição, afinal derrotada em plenário. Mas a consagração desses trabalhos de tantas décadas ocorreu na sessão de promulgação da Constituição de 1988, quando foi escolhido para falar em nome da Assembleia. Profligando com palavras de fogo, afirma:

> Derrubar a Constituição, execrar os políticos é derrubar a liberdade para entregar a Política atual a outra "política", isto é, a outro tipo de governo, não declarado, que teria em suas mãos a sorte e o destino do povo e com ele o próprio futuro da Pátria. Senhores constituintes de hoje, senhores congressistas de amanhã, vosso dever é fazer Política, isto é, defender e praticar a Constituição Brasileira em vigor, acreditar nela, convocar a Nação para defendê-la, se estiver em risco, reagir contra esses riscos disfarçados. Em suma, praticar, defender a liberdade. Fazer Política é honrar nosso mandato, sustentar nosso trabalho, enobrecer a memória do nosso povo.

Terminados esses misteres, Afonso Arinos mantém-se no mandato de senador, mas sem a mesma atuação. As viagens a Brasília, deixando a mansão da Rua Dona Mariana, levaram-no várias vezes a pensar em renúncia ou licença, mas a tanto obstava a votação de milhões de fluminenses. O seu ambiente preferido era, entretanto, a casa da Rua Dona Mariana, a presença de Anah, dos filhos, dos netos e bisnetos, dos parentes e amigos e especialmente aquela biblioteca excepcional – e daqui faço um apelo às autoridades

da República, que não permitam que se disperse esse patrimônio cultural valiosíssimo –, aquela biblioteca que Stephan Zweig, já combalido pela doença e pelo desânimo, disse-lhe certa vez que não a abandonasse nunca por nenhum trono de rei. Exercia as funções de diretor do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getulio Vargas, cuja extinção deixou-o grandemente contristado.

No período que precede mesmo à sua eleição como senador pelo Estado do Rio, Afonso Arinos se coloca com uma voz oracular, um *elder stateman*, a quem todos recorrem para ouvir-lhe as opiniões e obter-lhe os conselhos. Os governos militares, a partir mesmo do Governo Castelo Branco, solicitam-lhe parecer nos esforços pela redemocratização do País. E sua presença é exigida na Imprensa, nos debates da televisão e ao mesmo tempo nos círculos universitários e nas entidades de classe para receber prêmios e honrarias. Uma das que mais fundo lhe calaram foi a Medalha Teixeira de Freitas, conferida em 1977 pelo centenário Instituto dos Advogados Brasileiros. Ele relata:

> A 27 de julho recebia o Prêmio Teixeira de Freitas do Instituto dos Advogados Brasileiros. Atribuo a ideia a três jovens juristas, então dirigentes daquele órgão, Eduardo Seabra Fagundes, Alberto Venancio Filho e Jorge Hilário Gouvêa Vieira. A decisão do Conselho do Instituto, composto de mais de meia centena de expoentes da profissão, foi unânime.

O discurso então proferido, "Teixeira de Freitas e a Renovação do Direito", foi pronunciamento expressivo, por ele chamado "brado pioneiro de alerta e inconformidade".

Dizia Afonso Arinos que a Política e as Letras eram as verdadeiras vocações da família.

De 1930 – estreia de seu primeiro livro – a 28 de agosto de 1990 – seu falecimento –, atendeu plenamente a essas vocações e soube conduzir-se com equilíbrio, conciliando uma e outra. As atividades de político e parlamentar não impediram a vocação para as Letras, e foi durante o exercício de mandatos parlamentares que escreveu a biografia de seu pai, os volumes de memórias e ensaios, monografias e artigos, conquistando por concurso duas cátedras de Direito Constitucional.

Ao empossar-se, nesta Casa, em 1958, no exercício do mandato parlamentar, indagava se a primazia do político não prejudicaria a investidura do homem de letras. Elas se combinaram de forma perfeita, sem que uma ofuscasse a outra. Mas foi a sua pregação incessante ao retorno ao Estado de direito, o restabelecimento das garantias individuais e do respeito aos Direitos Humanos que constituiu o grande apanágio de sua atividade pública, autodenominando-se, sem falsa modéstia, "advogado dos direitos humanos e da legitimação do poder".

No domingo que precedeu ao início da agonia, fui mais uma vez visitá-lo, encontrando aquele casal unido, sempre juntos, e por mais de duas horas conversamos desataviadamente – conversar não era bem o caso, mas sim ouvir a palavra daquele homem que, chegando à culminância da vida intelectual e pública, manifestava as suas apreensões pelas dificuldades que o País atravessava, mas ao mesmo tempo mantinha sólida confiança no destino do País e falava ainda de projetos futuros.

## A PERSONALIDADE

Depois de termos falado de tantos personagens, ficou faltando o personagem principal do discurso, que não pode ser analisado independentemente de sua obra, mas que apresenta contornos próprios.

Trata-se do homem Afonso Arinos. Quem quer o tenha conhecido, e são numerosos neste Salão os que se beneficiaram deste convívio, não pode deixar de destacar a figura simples, cordata e amena, ao contrário do perfil que muitas vezes se faz de sua estirpe, e, especialmente, a figura do grande conversador, primeiro, por saber muita coisa, e a sua conversa era assim um repositório de conhecimentos, informações e dados; e, em segundo lugar, porque tinha prazer na conversa, no diálogo, na troca de ideias e, coisa que ocorria raramente, em aprender com aqueles que poderiam saber mais sobre determinado assunto. Otto Lara Resende apontou com propriedade dois traços de sua personalidade: o senso de humor e a objetividade. Surpreende-se, portanto, nesta personalidade tão serena, a afirmação de Alceu Amoroso Lima de que na infância ele desafiava as pessoas para briga. Na verdade, foi um ho-

mem sem brigas e, mesmo nos episódios mais difíceis de sua vida parlamentar, sempre conservou o equilíbrio, evitando que divergências ocasionais pudessem se tornar inimizades permanentes, como foi, por exemplo, o caso com Tancredo Neves na segunda Presidência Vargas.

Mas, ao falar do homem Afonso Arinos, uma lembrança imediata vem à mente, que é a figura de sua mulher Anah, num casamento de 62 anos, em que os sentimentos dos noivos perduraram até a morte de ambos. Quando Afonso Arinos disse, várias vezes, que pedia a Deus que o levasse em primeiro lugar, é que para ele a ausência e a separação seriam um episódio insuportável. Mas também o foi para ela, que, apenas quarenta dias depois, sucedeu-o na vida eterna. Esse convívio de seis décadas principiou em Petrópolis, naquele final da *belle époque*, tão bem descrito em *A Alma do Tempo* e iniciado no baile na residência da família Franklin Sampaio, no Largo do Afonso. Atendendo ao convite, disse ele:

> Foi sem nenhuma intenção especial que vim do Sítio do Repouso, onde me encontrava sozinho, para aquele grande baile que, de certo modo, marcou o ponto de partida de todo o resto de minha existência.
>
> O grande salão estava repleto. De súbito, duas convidadas retardatárias apareceram, como se fossem figuras de Velásquez, emolduradas pela larga porta do salão. Eram duas irmãs, meninas-moças, a mais jovem tinha dezessete anos, a outra dezoito. A mais alta, e mais jovem, toda de branco, não trazia pente nem poderia usá-lo, pois os cabelos curtos e louros se enroscavam na cabeça, como os de uma criança. Estava séria, mas os olhos, olhos maravilhosos, que logo me pareceram os mais belos do mundo, percorriam o ambiente, exprimindo uma espécie de curiosidade reservada. Era, de fato, uma frágil visão radiosa e real que parecia querer sumir de repente na turba indistinta. Seus olhos claros e imensos pousaram de repente em mim, que estava imóvel na sacada fronteira, numa atitude compatível com os meus vinte anos: entediado e superior.
>
> Olhamo-nos com enleio. Falamo-nos. Verificamos que já nos conhecíamos. Ela com dezessete, eu com vinte anos, éramos assistentes e figurantes do mistério milenar que em nós se renovava.
>
> Em pouco dávamos as mãos, enlaçávamos para uma dança rápida e saímos para a varanda, dizendo o quê? Não consigo lembrar. Pensando o quê? Não posso recordar, mas presos um ao outro para sempre, por uma força que resistiu à vida e que enfrentará a morte e que espero humildemente se tornará em luz no seio de Deus.
>
> Quando os ruídos do mundo nos aturdem, quando os mistérios da sorte nos ameaçam, quando os golpes do destino nos atingem, eu sei que a nossa força é esta,

de podermos ficar sozinhos no meio deles, contra eles, transformando-os em silêncio e em paz.

O namoro e o noivado encontram-se descritos em *A Alma do Tempo*, naquela vida de sociedade de final de época e término da República Velha. A ida de Afonso Arinos para Belo Horizonte oferece oportunidade a uma correspondência de cerca de um ano entre os namorados, documento revelador dos costumes do tempo.

Essa correspondência, com o título *Retrato de Noiva*, só foi publicada em 1979, por instâncias de Afonso Arinos. Não desejava Anah inicialmente que essas cartas fossem publicadas, só concordando quando as dele foram incluídas. As cartas do noivo foram guardadas, cuidadosamente, num pequeno cofre de madeira por mais de meio século, sem nunca ter se preocupado em saber o que acontecera com as suas, até que, no dia em que foi acertada a publicação, ela trouxe da mesa de trabalho o maço dessas antigas cartas, amarradas por uma fita descolorida.

Desde então, com o casamento, a vida de um e de outro estiveram intimamente ligadas em convívio íntimo, que representa também uma aproximação intelectual na colaboração dada por ela na cópia e na revisão de todos os livros, nos comentários, presente a todos os momentos de sua vida, dos discursos do deputado estreante na Câmara dos Deputados, em 1947, aos grandes pronunciamentos em Brasília na Assembleia Nacional Constituinte em 1986.

Era de se ver, ao se chegar ao grande salão da biblioteca da Rua Dona Mariana, de um lado Afonso Arinos, quase sempre com um livro na mão, e D. Anah ao seu lado, na tranquilidade daquele ambiente de trabalho, entrecortada a atividade de um e outro por um comentário ou uma rápida conversa. Com a morte de Afonso Arinos, a cena se repetiu em parte, mas podia-se pressentir o sofrimento dela, ausente que estava o seu companheiro de tantos anos, ao qual logo veio se juntar.

Um traço que distingue a personalidade de Afonso Arinos é a rara capacidade de fazer amigos, que conservou até a idade provecta, no convívio que tinha com os jovens que, em sua volta, se reuniram nos últimos anos: na Diplomacia, Rubens Ricupero e João Augusto Medicis; no Direito, Celso de Albuquerque Melo, Carlos Roberto de Siqueira Castro e Ana Lúcia de Lyra Tavares; e na Ciência Política, Celso Lafer.

As suas amizades têm várias etapas, desde aquelas iniciadas no Colégio Pedro II, como Pedro Nava, Prudente de Moraes Neto e Prado Kelly; os contemporâneos na Faculdade de Direito, nossos confrades Pedro Calmon e Hermes Lima; e o círculo de amigos que fez por toda parte, seja na vida social, cultural e política. O volume *A Escalada* foi dedicado a 11 amigos, dos quais já falecidos Antônio Gontijo de Carvalho, Arthur Santos, João Gomes Teixeira, José Olympio, Manuel Bandeira, Milton Campos, Odylo Costa, filho, e Rodrigo M.F. de Andrade, felizmente ainda entre nós Clementino de Carvalho Lisboa e Roberto Assumpção. Na dedicatória, colocou a epígrafe de François d' Amboise: "Fazer amigos não é tudo, é mister conservá-los." Afonso Arinos cumpriu rigorosamente o preceito porque soube fazer amigos e soube conservá-los.

Mas para oferecer um exemplo paradigmático, poderemos ir além desse elenco ilustre e fixar-nos no nome de Rui Ribeiro Couto, com quem manteve uma amizade de muitas décadas, embora por longo tempo distanciados no espaço, por força do exercício por este de atividades diplomáticas no exterior.

Afonso Arinos pela primeira vez ouviu falar de Ribeiro Couto quando, aluno do Colégio Pedro II, João Ribeiro chamou-lhe atenção para o livro *O Jardim das Confidências*.

"Aquela poesia intimista, persuasiva, desmanchada como ramo de flores, colhido distraidamente, me abrira, súbito, um novo panorama literário, muito mais autêntico e vivo, apesar de seus ares verlainianos, do que o falso Parnasianismo Nacional".

No período de recuperação da doença em Montana, em 1923, eles se aproximaram, e Ribeiro Couto se fez de médico para assistir à intervenção do amigo. Em 1931, quando de novo na Europa numa rápida passagem em Paris, eles se aproximam e reatam essa convivência. Certa vez, desciam juntos os Campos Elíseos quando Afonso Arinos disse: "Sei o que V. está pensando. Você está andando por aqui, pensando que é Eça de Queirós e que eu sou Eduardo Prado." Ele replicou logo: "Sou mais brasileiro do que Você. Para V. ser brasileiro, precisava ser mulato."

A Afonso Arinos foi dedicado o livro de poesias *Cancioneiro de D. Afonso*: "O cancioneiro de D. Afonso Arinos de Melo Franco e sua mulher,

D. Anah Pereira de Melo Franco, naturais de meigas terras brasileiras, pelo tocador de xererê, residente no estrangeiro, o Ribeiro Couto."

Permito-me transcrever o verso.

No Sanatório Bella Lui;
O poeta Afonso e o poeta Rui
são gentilíssimos cavaleiros:
– A ti, Afonso – Tu, primeiro.
– Primeiro que tu nunca fui.

As dedicatórias são sempre de grande afetividade: "A Afonsinho, nesta longa viagem já perto agora do Cabo das Tormentas, o companheiro civil, Rui."

"Para Afonso e Anah, com o velho afeto, de dias tristes. Rui."

"Para Afonsinho e Anah, este cancioneiro em que há sinais de cristãos-novos exilados, construtores da terra morena, jamais separada da terra gentil. Rui."

"Para Anah e Afonso Arinos de Melo Franco, amigos do balcão de cura, cujo afeto de há trinta anos enriqueceu a minha vida e o melhor dos meus cantares de saudade."

"Para Afonso e Anah este cancioneiro em que também, para eles e para mim, acenam tons coloniais silenciosos na cerração. Rui."

Quando Afonso Arinos completou 50 anos, Ribeiro Couto enviou-lhe o seguinte bilhete:

Para Afonso, em novembro de 1955.

Não sei quantos anos fazes
A vinte e sete do mês.
Que este abraço vá, sem frases,
levar-te mais uma vez
– Sem discursos nem cartazes
Tudo aquilo que nos fez
Amigos, desde rapazes.

E ele respondeu:

Couto, amigo e companheiro,
Sobre os mares deste um salto
Surgiste de corpo inteiro
No papel azul-cobalto,
Que é retrato e mensageiro.
Desponta a flor de Pouso Alto,
num incerto outono estrangeiro,
Flor da amizade indormida
que eu enxerto ainda com vida
no ramo do Cancioneiro.

Afonso Arinos escolhera inicialmente Ribeiro Couto para recebê-lo nesta Casa, mas este, impossibilitado de vir ao Brasil, foi substituído por Manuel Bandeira. Quando de sua aposentadoria na carreira diplomática, Afonso Arinos enviou-lhe carta cuja resposta foi a seguinte:

> Meu caro Afonso: Muito obrigado pelas suas generosas palavras da carta do dia 12. Fizeram-me um grande bem. Fizeram-me um bem grandíssimo. A minha carreira foi obscura, sem nenhum clarão, sem nenhum acontecimento especial, mas foi correta de princípio a fim.
>
> Nas melancolias que você tão finamente percebe daí, da beira do lago (onde o saudoso Olegário queria ser "marinheiro", lembra-se desta dos versos dele?) que alegria se derrama, submergindo-as: a de saber que vamos recomeçar, já em maio, aquelas conversas de Montana, quando eu pensava que era tarde demais para sentar praça na Infantaria. Qual o quê! Saudades, Couto.

E Afonso Arinos encerra o capítulo:

> No silêncio da noite carioca, na calma do jardim de Botafogo, pouso a minha pena e penso intensamente em Ribeiro Couto. Chego a olhar para fora, a sombra da mangueira, as flores do jasmim, pensando que ele poderia aparecer na porta aberta, como aqueles velhos amigos ausentes de que nos fala a poesia de Francis Jammes – que foi amigo de Ribeiro Couto, o qual, vindo de Marselha, o visitava na acolhedora casa de Orthez – ausentes de tantos anos, que chegam naturalmente, falando baixo, de coisas habituais, sem provocar surpresas, pois são sempre esperados.

No momento em que faço o elogio de Afonso Arinos, a referência a Ribeiro Couto abarca no seu conjunto todos os amigos.

## AS LETRAS JURÍDICAS

Ao ingressar nesta Casa, sucedendo a Afonso Arinos de Melo Franco, não posso deixar de mencionar as ligações que aqui sempre existiram entre as Letras Jurídicas e as Letras propriamente ditas. O verdadeiro fundador desta Casa – embora tal fato se atribua a Machado de Assis, primeiro Presidente – foi Lúcio de Mendonça, homem de letras e jurista, autor de obras de ficção de reconhecido valor, como *Horas de Bom Tempo, Vergastas, O Marido da Adúltera*, e que também se destacou na carreira jurídica, como Procurador-Geral da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal e autor de estudos jurídicos, entre os quais se sobressai o consagrado ao recurso extraordinário, instrumento novo no regime republicano, ao qual deu o devido realce. A estirpe de Lúcio de Mendonça está representada entre nós pelo seu sobrinho-neto, o nosso querido D. Marcos Barbosa, mas não posso deixar de mencionar o nome de seu neto, Carlos Sussekind de Mendonça Filho, meu amigo mais antigo, relação que se iniciou no primeiro ano do curso primário e se prolonga até hoje, fino escritor e artista de altos méritos.

Dessa galeria ilustre, caberia destacar Rui Barbosa, – culminância que constitui exceção à parte – o quarteto glorioso de Lafayette, Clóvis Beviláqua, Pedro Lessa e Pontes de Miranda, juristas que cultivaram com sabedoria as Letras, o Ensaio e a Filosofia e que comprovam mais uma vez a exatidão do ditado de que o jurista que é apenas um jurista é uma pobre coisa.

Lafayette Rodrigues Pereira ocupou importante posição no Direito, na Política e nas Letras. Indagado certa vez como chegara tão moço aos conselhos da Coroa, respondeu: "Subi montado em dois livrinhos de Direito." De fato, *Direitos de Família* e *Direito das Cousas* são obras lapidares, em que, ao estilo escorreito e simples, se junta profundo conhecimento das fontes e da doutrina, numa época em que era caótica a legislação nacional. Signatário do Manifesto Republicano de 1870, não titubeou em aceitar a pasta da Justiça no Ministério Sinimbu em 1878 e a Presidência do Conselho em 1883, por entender que o projeto da eleição direta, com o qual estavam comprometidos esses ministérios, constituía parte do ideário republicano. Fino humanista, romanista de mão cheia, respondia aos violentos ataques que suas atitudes provocaram com epigramas clássicos, nem sempre com-

preendidos. Com a República, isolou-se na sua chácara da Gávea e passou a ser o jurisperito requisitado nas grandes causas forenses. O seu trabalho mais expressivo, no campo da Crítica Literária e Filosófica, é o volume *Vindiciae*, que, sob o pseudônimo de Labieno, escreveu, rebatendo com fina ironia e com suprema erudição ataques apaixonados que Sílvio Romero fizera ao nosso primeiro Presidente.

Clóvis Beviláqua sobressai-se pela autoria do anteprojeto do Código Civil Brasileiro que o Governo da República, na Presidência Campos Salles, entregou-lhe, quando era ainda um jovem e desconhecido professor de província. Em seis meses, produziu documento que honra a nossa Cultura Jurídica e que, com emendas e modificações, é o texto que ainda hoje rege a Legislação Civil do País. Além de inúmeras obras jurídicas, Clóvis Beviláqua dedicou-se aos estudos filosóficos e às Ciências Sociais, mas há na sua vida um traço que o distingue com particular relevo, que é a altitude da sua vida pessoal e de seu princípio moral. Disse San Tiago Dantas:

> A capacidade intelectual do jurisconsulto, quando não lança alicerces numa consciência moral límpida e isenta, assume, muitas vezes, um caráter perigoso e alarma em vez de tranquilizar. Pois Clóvis Beviláqua era desses jurisconsultos que tranquilizam e não dos que alarmam. Sua consciência se mantinha indene em meio às paixões e não era ameaçada nem pelas seduções de caráter pessoal, nem pelas competições da vaidade.

Pedro Lessa, o grande professor de Filosofia do Direito da Faculdade de São Paulo, ascendeu ao Supremo Tribunal Federal convidado, em 1907, pelo Presidente Afonso Pena. Tendo banca bastante prestigiosa, inicialmente recusou o convite, mas a ele acedeu, quando Afonso Pena lhe disse: "Eu cumpri o meu dever, V. Exa. cumpra o seu." A sua atuação no Supremo Tribunal Federal destaca-se como uma das mais ilustres. Os livros de Direito que publicou, especialmente *Do Poder Judiciário*, representam contribuição fundamental. Mas também se destacou em outras disciplinas, na Filosofia do Direito e na História, com o prefácio magistral à *História da Civilização na Inglaterra*, de Buckele.

Pontes de Miranda foi jurista completo, tendo perlustrado com sabedoria todos os ramos do Direito, mas de sua obra jurídica permito-me ressal-

tar o monumental *Tratado de Direito Privado*, em 60 volumes. No campo do Ensaio Filosófico, nos estudos de Política e na Poesia, também merece relevo a sua contribuição.

Permito-me ainda aditar a figura do advogado exemplar e nosso Confrade Levi Carneiro, primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, em 1931, e que, num país ainda com deficiência de comunicações, conseguiu o milagre de aglutinar os colegas de profissão na corporação, cujos relevantes serviços à Nação inteira se conhece e cuja *Notícia Histórica*, no cinquentenário, em 1980, tive a honra de escrever. Recusando toda e qualquer função pública, Levi Carneiro orgulhava-se de ser apenas advogado, o que definiu em frase lapidar:

> Advogado, simples advogado, sem aptidão para mais, eu me consolo de sentir-me destituído de aspirações maiores, amando a minha profissão na sua beleza, na sua força, na sua humildade, nas suas aflições; no que comporta de abnegação, de lealdade, de desinteresse; no que exige de desassombro, de probidade e de vibratividade; no que proporciona de independência, no que ensina de tolerância.

A esses nomes, quero mencionar alguém que, não tendo pertencido a esta Casa, se alçava aos anteriores e poderia por todos os títulos ter dela participado, meu saudoso mestre e amigo Victor Nunes Leal. Advogado exemplar, em todas as funções que desempenhou deu mostras de excepcional dedicação, interesse pelo trabalho e espírito modernizador. No decênio em que pertenceu ao Supremo Tribunal Federal, revelou, sobretudo, rara capacidade de organização, e em muito simplificou os trabalhos da Corte, e prometia, ao ascender, segundo previsto, à presidência, exercer um papel fundamental na reorganização do Poder Judiciário no Brasil. Era homem simples, excessivamente simples, revelando o saber como se estivesse pedindo licença por tanto saber, e saber tão bem, e era, sobretudo, figura que a todos atraía, espalhando pelos seus amigos e colegas os frutos generosos da sua personalidade.

Esses exemplos maiores me inspiram, no momento em que ingresso nesta Casa, padrões de competência, seriedade e espírito público e fazem-me orgulhar da profissão que escolhi há vários lustros, assim como igualmente me orgulho de pertencer a uma sociedade de advogados na qual se destacam dois expoentes da Advocacia Empresarial do País: José Luiz Bulhões Pedreira, que o saudoso Luís Viana Filho definiu com propriedade como "dotado de

grande talento jurídico e imaginação criadora", autor, nos últimos trinta anos, de importantes projetos no campo da Legislação Econômica e a quem, por isso, o País deve relevantes serviços; Lucas Lopes, em depoimento recente, chamou-o uma das melhores cabeças que o Brasil tem e apontou como "excepcional" o livro sobre conceitos fundamentais da empresa; e Antônio Fernando de Bulhões Carvalho, por cujos serviços prestados a esta Casa teve o reconhecimento na concessão da Medalha Machado de Assis, estilista primoroso, seja nos arrazoados forenses, seja no Conto, no Romance e no Ensaio.

## CONCLUSÃO

Senhores acadêmicos, descreve Afonso Arinos, com riqueza de colorido, o episódio de estreia como promotor público na cidade de Belo Horizonte:

> Foi, assim, em ambiente de inegável expectativa, que chegou o dia da minha primeira acusação pública.
>
> Sobre o largo estrado, por detrás da alta mesa, presidindo o Tribunal, austero, togado, o Juiz de Direito Correia de Amorim. À sua direita, eu, e, à esquerda, o escrivão. Aberta a sessão, o burburinho de curiosos continuava, quando, de súbito, foi se fazendo um grande silêncio no salão.
>
> Alguém entrara pela porta do fundo e forçava passagem pelos grupos que se acumulavam junto à parede. Do estrado em que me achava, reconheci de repente Mendes Pimentel, que avançava em direção à mesa do Tribunal. O leitor não pode ter ideia do que era Mendes Pimentel, naquele tempo, em Belo Horizonte: uma espécie de papa, de líder, de chefe moral e jurídico da cidade. A sua opinião representava uma força considerável em qualquer ponto, inclusive no Palácio da Liberdade. No Foro, então, nem se fala. Ele era o mestre, o guia, o varão prudente, o oráculo.
>
> Pimentel se aproximava, acercava-se do estrado e dirigia-se para mim. Ele fora colega de turma do meu tio Arinos, era velho e querido amigo de meu pai, mas nunca esperei que tivesse comigo, que jamais o procurara, um gesto como aquele. Pimentel subiu ao estrado, apertou-me longamente as mãos, sob o silêncio atento da audiência. Recomendou-me calma, desejou-me boa sorte. Depois retirou-se, como tinha vindo, abrindo uma ala respeitosa na passagem. Meus olhos se umedeceram de grata emoção, o ambiente mudara. Eu senti uma espécie de vertigem.

Creio, senhores acadêmicos, repetir-se hoje, numa visão onírica, o episódio, o jovem promotor de então substituindo Mendes Pimentel. Vejo Afonso Arinos abrir uma das portas do salão, acompanhado de Anah, que discretamente se recolhe a um canto, vem em direção à mesa, dirige-se a vós, Sr. Presidente, companheiro de muitos anos, e a todos os demais membros da mesa, e virando-se para a tribuna, saúda os seus confrades e tem uma palavra especial para as colegas Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles e Nélida Pinõn. E, em seguida, dirigindo-se para mim, repetindo o gesto de Mendes Pimentel, aperta-me longamente as minhas mãos, recomenda-me calma e deseja-me boa sorte.

Senhores acadêmicos,

Na presença simbólica de Afonso Arinos, na vossa presença, como Presidente da Casa, na presença dos ilustres confrades e desse público de amigos aqui presentes, assumo o solene compromisso de bem seguir as tradições desta Casa, "promover a unidade literária na federação política", trabalhar pelo engrandecimento da Cultura Nacional em beneficio do sofrido povo de nossa terra, "com a paixão do Brasil".

# II

# RESPOSTA DO SR. AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Sr. Alberto Venancio Filho,

ao percorrer os inúmeros e valiosos trabalhos de vossa considerável produção, um fato de início me impressionou: o culto aos grandes inspiradores de vossa obra, a gratidão pelos colaboradores que vos incitaram a laborar em temas de tão alta significação cultural.

Impressionou-me a seriedade com que fazeis a apologia de um grande nome, vítima ainda há pouco de imperdoáveis incompreensões, e que expusestes em primoroso discurso no Pen Clube do Brasil: Oliveira Viana;

– a evocação de um pensador que anteviu, com impressionante lucidez, os problemas que nos afligem no campo da Educação: Anísio Teixeira, em lúcido prefácio à sua correspondência com Monteiro Lobato;

– a visão exata em belo ensaio acerca da personalidade inesquecível pela correção unida à cordialidade, que foi a de Luís Viana Filho;

– as constantes referências ao talento solar de San Tiago Dantas, tanto na Política quanto no Ensino Jurídico;

– a evocação repetida de um insuperável colaborador dos que pesquisam, cujo nome timbro em pronunciar nesta gloriosa oportunidade por gratidão e justiça: Antônio Gontijo de Carvalho.

Permiti que me detenha na introdução, de vossa autoria, ao livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal, modelo de estudioso e magistrado, obra indispensável à compreensão de nossa terra, que bem mereceu o vosso magistral estudo introdutório à edição consagradora promovida pela Universidade de Cambridge.

São todos santos também de minha devoção, que me aproximaram das vossas obras predispondo-me a acolhê-las com simpatia, interesse e entusiasmo.

Sucedeis a figura estelar de Afonso Arinos de Melo Franco, que durante 32 anos participou dos trabalhos desta Casa com excepcional brilho, assim como o fez no livro, no Parlamento, na cátedra universitária, na Imprensa, nos salões e nas praças públicas. Tive a ventura de conviver com esse nosso ilustre confrade e posso repetir o que sabem todos, como era agradável sua companhia e como de seu trato se saía sempre enriquecido.

Não há afinidades eletivas nas escolhas da Academia, eu mesmo, historiador e professor, sucedendo ao ilustre médico e humanista Antônio da Silva Mello. Mas quero crer que na vossa eleição pesou também a íntima convivência que nos últimos anos tivestes com Afonso Arinos de Melo Franco, que vos devotava carinho e afeição filiais. Foi ele que lembrou vosso nome para membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como dele foi a indicação para vossa participação nos trabalhos da Comissão de Estudos Constitucionais.

Retribuístes essa afeição, dedicando-lhe três trabalhos; ainda em vida, o primeiro publicado no volume *Afonso Arinos na UnB*, estudando o papel do constitucionalista e o do cultor do Direito Público. Nesta ocasião, Afonso Arinos disse a vosso respeito, do fundo do coração, que éreis "meu querido amigo, embora jovem, com a idade de meus filhos, mas um dos mentores de sua geração".

Por ocasião de seu jubileu universitário, organizastes, juntamente com o Professor Celso Albuquerque Melo, o volume de estudos em sua homenagem com o título *As Tendências Atuais do Direito Público*. Colaboraram no volume os nossos ilustres confrades Cândido Mota Filho, Hermes Lima, Pontes de Miranda e Evaristo de Moraes Filho, e no volume retomastes indagações doutrinárias sobre a "Intervenção do Estado e liberdade econômica no Direito Constitucional brasileiro".

O outro, mais recente, já após o falecimento, na Revista *Estudos Históricos* da Fundação Getúlio Vargas, analisando o seu papel na Historiografia Republicana, tema de especial predileção de ambos.

O discurso que acabamos de ouvir, em síntese apertada dada a limitação do tempo, representa o perfil exato desse nosso grande confrade.

Coordenando as notas para esta saudação, observei que 25 anos nos separam desde a vinda ao mundo e também no ingresso na Universidade. Há vinte anos, entrava eu para esta Academia, cujas portas hoje se abrem para acolhê-lo. Minhas palavras têm, assim, o sabor de mensagem de uma geração a outra que lhe sucede.

Impressionaram-me os pontos em que as linhas de nossas vidas se aproximam. Nascidos em famílias de professores, devotados à sua missão, e que várias vezes entraram em contato através de amigos comuns; completamos no Rio nossos preparatórios, como se dizia no meu tempo, e procuramos a mesma Faculdade de Direito.

Mas eram diversas as nossas intenções ao penetrarmos na velha Escola. É que eu, não tendo vocação religiosa nem militar, só podia optar pelos cursos de Engenharia, Medicina ou Direito. Optei por este, em busca daquilo que num de vossos trabalhos denominais de "cultura geral". Não havia ainda as Faculdades de Filosofia e Letras, onde se estudasse a História em nível superior, e a esse setor se inclinava minha formação. Na Faculdade, as cadeiras que mais poderiam interessar a alguém não seduzido pela carreira forense não conseguiram atrair minha curiosidade. Os cursos, com raras exceções, não tinham elevação. O meu grupo de colegas organizou então um Centro de Estudos, com comissões paralelas às matérias do currículo, para tirarmos o máximo proveito do ensino, o Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos (CAJU).

Ao contrário, fostes desde cedo empolgado pela vocação forense. As falhas do ensino nos levaram ambos a analisar desde então as causas das deficiências na formação dos juristas. Esses estudos e esse adestramento, no vosso caso, vão constituir o esplendor material com que mais tarde, em 1968 e 1977, elaborastes, respectivamente, dois grandes livros que constituem excelentes estudos acerca da formação de nossos juristas: *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico* e *Das Arcadas ao Bacharelismo*.

O primeiro resultou do choque entre a formação obsoleta que recebemos e os casos que tivestes de enfrentar no início da carreira ardorosamente abraçada. Fostes iniciar vossa brilhante vida profissional em um núcleo de notáveis causídicos, reunidos nesta cidade, sob a orientação sábia e patriótica de nosso saudoso amigo Antônio Gallotti. Com essa equipe, à qual também me honro de não ter sido estranho, concluístes que a natureza dos problemas que enfrentam as empresas privadas "difere fundamentalmente da formação recebida nas Faculdades de Direito, imbuídas da velha tradição coimbrã e cujo ensino é centrado basicamente no campo do Direito Privado". E prosseguindo: "As questões que se apresentam, as soluções que se devem encontrar não têm nos moldes clássicos do Direito Civil as respostas que as novas necessidades sociais estão a exigir." Estou transcrevendo palavras de vossa introdução.

Daí a necessidade de uma nova colocação dos problemas jurídicos. Vosso livro pioneiro tornou-se clássico, e não admira que o autor tenha sido logo incluído entre os mais acatados juristas de nossa terra. O subtítulo, bem significativo, passou a ser empregado largamente: *O Direito Público Econômico no Brasil*.

Mas, para estudar a intervenção do Poder Público, foi preciso investigar a origem e a elaboração do Estado Brasileiro. A importância do conhecimento da evolução histórica do País impôs-se à vossa atenção. Um outro setor abria-se, então, à vossa capacidade de pesquisa: a História Nacional. A ele vos dedicastes com a paixão e o escrúpulo que se vão tornar característicos de vossos estudos.

A grande preocupação de vosso espírito era a formação dos juristas no Brasil. Por isso, em conferência na Faculdade de Direito do Recife, publicada nos *Estudos Universitários*, dedicastes vossa atenção aos planos de Rui Barbosa, em seu famoso parecer de 1882. Após avaliar a importância desses trabalhos parlamentares, focalizastes o ambiente político e social brasileiro da era de 1980 e concluístes que se perdeu uma grande oportunidade de dar à formação de nossos juristas "mais extensão prática e mais espírito científico".

Os projetos de Rui, que morreram "na traçaria dos arquivos", na expressão do próprio autor, mereceram poucos estudos de tanta agudeza como os vossos.

A pesquisa da eficácia do ensino do Direito no tempo do Império era vossa constante preocupação. No Congresso convocado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1975, apresentastes o esboço de um estudo sobre o tema, o que de certo concorreu para vossa eleição como sócio efetivo da veneranda instituição. Mas já aí anunciáveis que estava em elaboração um estudo mais completo. No mesmo ano, pronunciáveis uma conferência acerca do tema na Universidade de Brasília e outra em Minas Gerais.

Dois anos depois, publicáveis sério estudo em torno de *Os Estatutos de Visconde de Cachoeira*, com importante introdução sobre a criação dos cursos jurídicos. O assunto, tão escrupulosamente estudado, resultou num livro que não admira já tenha sido reeditado.

Seja-me permitido destacar, dentre os estudos acerca do ensino jurídico, a comunicação apresentada à Universidade de Brasília no encontro realizado em torno da personalidade de Santo Tiago Dantas. Até o presente momento nenhum estudo focalizou com tanta acuidade a figura solar que deixou, a respeito do ensino do Direito, os mais lúcidos conceitos, infelizmente não acolhidos pelos responsáveis.

*Das Arcadas ao Bacharelismo*, aparecido em 1977, é o livro com que vos inscrevestes na primeira linha de nossos historiadores da Cultura. Nele se traça uma síntese magistral da evolução dos principais centros formadores de nossa Cultura Jurídica. As fontes foram conscienciosa e pacientemente examinadas. Histórias, relatórios, leis, discussões parlamentares, tudo foi escrupulosamente pesquisado.

As distorções na formação daqueles que os jornais de militares na época do Império chamavam de legistas, em vez de técnicos em Direito, estão implacavelmente caracterizadas. Para compreender a formação da sociedade brasileira, é obra indispensável. Não admira que figure sempre na lista dos trabalhos necessários à compreensão do País.

A deformação dos cursos jurídicos, gerando mais poetas e filósofos que legistas, é apontada como uma das falhas na formação da elite nacional. Concluístes, com o nosso saudoso Confrade Fernando de Azevedo, que

> as Faculdades de Direito foram o viveiro de uma elite de Cultura e urbanidade, em que recrutaram numerosos elementos a Administração e a Política, o Jornalismo, as Letras e o Magistério (e até mesmo o Teatro), infiltrados de bacharéis, desertores dos

quadros profissionais e que guardaram, com a ilustração, apenas o título e o anel de rubi no dedo, como sinais de classe e de prestígio.

A extensão da Literatura a públicos mais amplos se deve a três principais fatores: o amparo oficial de D. Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as academias de Direito. Nada mais significativo desse fenômeno que a inscrição, nas Arcadas da Faculdade de São Paulo, do nome de três poetas e não de três juristas. "Uma análise histórica do ensino jurídico no Brasil", lida na Universidade de Brasília, complementa vossos estudos neste setor.

O tema da formação do advogado volta a vos despertar o interesse na densa *Notícia Histórica da Ordem dos Advogados do Brasil*, elaborada por designação do presidente da Instituição, Eduardo Seabra Fagundes. A pesquisa perfeita das variadas fontes é a mesma, e a conclusão é sempre de que o ensino teórico do Direito, tal como ministrado nas nossas Faculdades, está fora do mundo moderno.

Mas não sois homem de criticar e planejar nas nuvens. A formação de novos juristas não ficou em projetos e sugestões. Fostes um ativo e eficiente colaborador de um dos mais sérios movimentos para a formação de juristas sintonizados com o nosso tempo. No pórtico de vossa obra inicial, lembrais uma lúcida observação de San Tiago Dantas: "O jurista está no mundo de hoje como deve ter estado o geógrafo na época das descobertas."

A justa ambição de dar ao estudo do Direito uma feição atualizada não se limitou a discursos e escritos. O notável grupo de advogados, de que fizestes parte inicialmente, promoveu uma das mais sérias iniciativas nesta cidade no campo da Cultura Jurídica. A criação do CEPED – Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito, vinculado à então Universidade do Estado da Guanabara, e funcionando na Fundação Getúlio Vargas, sob a direção do emérito jurista Caio Tácito, com o "trabalho catalisador" do Professor David Trubek e a competentíssima assessoria do Professor Alfredo Lamy Filho, e de que fostes um dos mais ativos propulsores, tornou-se um vitorioso centro de experimentação de estudos jurídicos. Ainda fora desta cidade repercutem os ecos dessa iniciativa original e, até certo ponto, revolucionária. Vários cursos de formação de advogados de empresas foram professados por esse Centro, com excepcional êxito. Na classe dos advogados, vários nomes devem a tais cursos o prestígio de que atualmente gozam.

O Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito lançou semente fértil que se pode reconhecer não só em outras experiências que nele vieram a inspirar-se, senão, também, pelo impacto sobre os integrantes das turmas que seguiram os seus cursos, os quais se têm feito notar através da "atitude objetiva e moderna que vieram a imprimir a sua atuação profissional".

A consagração desses cursos, e os de doutorado nas Universidades, gerou uma corrente de causídicos que vão assumir o papel de liderança nos meios jurídicos. Os resultados desse esforço vão resultar na *Memória* apresentada em 1966 à Universidade de Upsala.

Um dos frutos dessa nova mentalidade entre os juristas foi o curso de que fostes coordenador, de Direito Especializado, criado por convênio entre o Ministério de Minas e Energia e a PUC-Rio. Foi esse curso que formou os advogados para os quadros do Ministério das Minas e Energia. Já então era notória vossa autoridade no campo da Cultura Jurídica, não especialmente do ensino jurídico, mas da Ciência do Direito em geral.

Sois logo solicitado a colaborar com a comissão organizadora, elaborando o plano inicial da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Fostes ainda assessor técnico da Presidência da República, para os assuntos de Educação, assistente do diretor de Ensino Superior, assessor do Professor Carlos Chagas Filho na comissão especial para programação de Educação, Ciência e Cultura na Organização dos Estados Americanos, colaborando na CAPES com esse modelo de servidor público que é Almir Castro; e, finalmente, fostes professor da cadeira de Introdução ao Desenvolvimento Brasileiro, na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, de saudosa memória.

Não admira que, na Comissão Preparatória dos Atos Constitucionais, chamada dos "50 Notáveis" e presidida por Afonso Arinos, fôsseis encarregado de relatar o tema – Ordem Econômica – e, em consequência, autor de capítulo correspondente, nos *Comentários à Constituição*, ora em elaboração.

Quando conheci mais a fundo vossa obra *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico*, já lá se vão mais de vinte anos, escrevi-vos uma carta, conservada em vosso arquivo, como tive, há pouco, a satisfação na qual ousava dizer: "Não é um livro: é a abertura de um campo, com uma larga visão e um espírito de pesquisa, raros em nosso meio. Tenho a impressão de que

você se meteu num caminho de onde não voltará sem na boa dúzia de obras complementares."

Não era difícil profetizar. Dez ensaios sobre os problemas do Ensino Jurídico se seguiram, todos coerentes com os planos desenvolvidos nas duas obras-mestras, orientadoras de toda a vossa produção: *A Intervenção do Estado* e *Das Arcadas ao Bacharelismo*.

Em outro substancioso estudo sobre a *A Ordenação Jurídica da Economia*, enunciais esta conclusão lapidar:

> Pode-se afirmar que o problema mais sério com que se defronta a ordenação jurídica da Economia Brasileira é o adequado funcionamento das instituições administrativas que, na maioria dos casos, ainda não se encontram aparelhadas para desempenhar as novas funções que lhes são cometidas. Constantemente, ao aparecimento de um problema novo, fala-se logo na reforma de uma lei ou edição de uma lei nova, quando, quase sempre, as leis já existem e estão apenas dependendo de execução eficiente.

Mas um outro campo se abriu diante de vossa capacidade de investigar, na senda do Direito e do Ensino Jurídico. Além da *Notícia Histórica da Ordem dos Advogados do Brasil*, a que já nos referimos, mais de vinte ensaios de vossa autoria, sobre eventos ou personalidades históricas, foram acolhidos nas mais sérias publicações do país. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro incorporou-os à sua *Revista* e aos *Anais* dos congressos de História. Perfis intelectuais como os de Afonso Pena Júnior, de nosso colega Evaristo de Moraes Filho, de Alfredo Valadão, de Fábio Konder Comparato, de Celso Lafer e de Miguel Seabra Fagundes, de Filadelfo Azevedo, de Levi Carneiro, Constituem uma galeria que formaria um volume respeitável.

Mas a História do Ensino Jurídico abriu-vos o ingresso a dois setores em que vos distinguistes logo: a História da Educação e a História Política. Da biografia de Montezuma, o grande advogado, passastes à de Zacarias de Góis, em publicação da Câmara dos Deputados, e à de *Carlos Peixoto e o "Jardim da Infância"*.

O estudo sobre *Carlos Peixoto e o "Jardim da Infância"* colocou nova luz sobre esta fase pouco estudada da História Republicana, e para a qual trouxestes com o zelo de sempre documentos e escritos inéditos. Passou a ser

de citação obrigatória nas referências à época, revelando o vosso especial interesse por esse período de nossa história.

Nesse aspecto, merecem referência os prefácios feitos para a biblioteca O Pensamento Político Republicano, organizada pela Universidade de Brasília, em colaboração com a Câmara dos Deputados, para a qual preparastes as introduções aos volumes *O Estado Federado e sua Organização Municipal* de Castro Nunes, *O Poder Executivo na República Brasileira* de Aníbal Freire e *Problemas de Direito Corporativo* de Oliveira Viana. Nesses prefácios, o trabalho do jurista se conjuga à visão do historiador e do sociólogo, colocando as obras no seu exato contexto e realçando o papel de seus autores no cenário intelectual da época. Assim mais uma vez revelastes a visão interdisciplinar do estudioso que não se contenta com um único ponto de vista, mas que procura estabelecer interrelações.

Na introdução ao livro de Oliveira Viana *Problemas de Direito Corporativo*, realçastes com proficiência a visão moderna do Direito como instrumento de mudança social e o papel das instituições administrativas nesse processo de transformação, discutindo na teoria as práticas que foram aplicadas no Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito.

Há, porém, páginas de vossos trabalhos que não resultaram somente de vossa inteligência e de vossa erudição. São, como diz a expressão clássica, escritas com a pena molhada no coração. Refiro-me aos estudos sobre a História da Educação, especialmente os relacionados à Associação Brasileira de Educação, e aos pioneiros dessa atividade entre nós. Acrescentem-se ainda os estudos euclidianos. É que neles vossa mão foi conduzida pela lembrança do exímio educador que vos formou com o carinho de sua indiscutível competência.

Sou testemunha da história da ABE, desde os tempos das catacumbas. Possuo uma das vias do ato de sua fundação, na antiga Escola Politécnica, em que figuram as firmas dos seus fundadores. Eram poucos. Mas todos conscientes do combate que iam travar. Não chegavam a vinte. Honro-me de ver entre eles três nomes de minha família, e, em letra miúda e discreta, lá figura a assinatura de Francisco Venancio Filho. Acompanhei os primeiros tempos da nossa ABE, desde o período em que nem sequer possuía sede, e o sábio Heitor Lira, com a vista em declínio, sentindo que entrava na fase final da existência, esforçava-se por lançar os alicerces da nova instituição que, ai de

nós, não conservou as linhas mestras que a experiência daquele douto companheiro lhe traçara.

Sei, de um saber de experiências feito, como foi difícil conciliar, em vista de nobres ideais, correntes divergentes, quiçá conflitantes, em matéria de Política e Pedagogia. Nada disso seria possível sem a cooperação de espíritos conciliadores, com alto senso de tolerância e respeito pelos outros, de que foi modelo o Professor Francisco Venancio Filho. Dele tratou, com autoridade de colega e testemunha, o nosso saudoso Paulo Carneiro, em estudo primoroso: "Francisco Venancio Filho – Homem de Ciência e Educador", em conferência aqui proferida. E relembrou as palavras de Roquette-Pinto: "Durante toda a existência, Venancio foi enamorado das coisas puras e belas. O amor da terra e da gente do Brasil foi nele um sentimento sério, sem clarinadas patrióticas, sem retórica, sem lantejoulas."

E, após revelar traços de extrema delicadeza de sentimentos e de espírito público do homenageado, concluiu: "Ninguém sabe ser melhor amigo do que ele. Ninguém serviu com maior desprendimento a causa pública, nem deu mais alto exemplo de fidelidade aos seus ideais, aos seus labores, à sua terra e à sua gente."

Nenhum dos ouvintes poderá esquecer a emoção com que nosso grande colega pronunciou estas palavras.

A ele dedicastes um comovente opúsculo: *"Francisco Venancio Filho – Um Educador Brasileiro,* reunindo a conferência que proferistes na ABE e uma preciosa bibliografia comprovando a abundante e notável atuação do grande professor. A ele vos referistes no discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que estudastes *O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova,* ocasião em que fostes saudado pelo nosso inesquecível Francisco de Assis Barbosa. Tudo que eu possa dizer a vosso respeito não tem o valor daquela saudação que vos consagrou como o "iniciador dos modernos estudos de direito econômico".

Nesse mesmo discurso, considerastes tríplices vossos interesses intelectuais: "O Direito, a História e a Educação." Mas no setor histórico um tema também dominais *par droit de naissance*: o culto de Euclides da Cunha. Francisco Venancio levou a devoção euclidiana ao ponto de falecer numa comemoração cívica do autor de *Os Sertões*. Vossa conferência sobre "Eucli-

des da Cunha e Seus Amigos", publicada na *Revista do Instituto Histórico*, foi pronunciada como quem desempenha um mandato sentimental. Porque não sois somente um pesquisador consciencioso. Tendes a consciência do dever de perpetuar os altos ideais pelos quais se consumiu vosso ilustre pai, o mestre exemplar e chefe de um lar admirável, em que contou com a colaboração de uma esposa perfeita, emérita professora e companheira ideal.

Tudo que eu pudesse dizer a respeito de vossa personalidade como intelectual já foi dito na vossa posse no Pen Clube, em 1987, pela palavra do homem de letras que é também o Ministro Marcílio Marques Moreira: "Amplo conhecimento do Direito, a que dedicou com a maior parcela da sua carreira profissional, acurada sensibilidade pela História, intenso interesse pelo processo e instituições políticas e bom domínio da temática econômica."

Só nos cabe, por fim, um sentimento de alegria: gozar agora, permanentemente, de vossa companhia, quer dizer, desfrutar do maior prêmio que pode ter um companheiro de lutas e ideais – viver em contato intelectual com um amigo de longos anos e solidário nos grandes temas do nosso tempo, enquanto Deus assim o permitir.

Discurso do
SR. JOÃO DE SCANTIMBURGO

e

Resposta do
SR. MIGUEL REALE

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 26 de maio de 1992*

# I

# DISCURSO DO SR. JOÃO DE SCANTIMBURGO

Recebi, com emoção, a honra de ser eleito para a Academia. Vindo a ocupar uma Cadeira nesta ilustre Casa, participarei da linhagem dos confrades que nos precederam e dos que nos vão suceder, para cumprir sempre a missão da Academia na conservação e enriquecimento da Língua, na guarda dos tesouros da criação literária. Quando elegeis um novo acadêmico, vós lhe estais lembrando que a honra se acompanha da obrigação de corresponder à escolha. Não se chega sem deveres a esta altura. Tantos títulos ornaram os acadêmicos arrebatados pela morte e ornam os presentes, que não sei como me acomodar em sua companhia. Suponho que reconhecestes, elegendo-me, a minha contribuição às Letras Históricas, Políticas e Filosóficas, especialmente a um gênero literário, o Jornalismo, cuja prática me tomou a vida inteira. A Academia assenta sobre uma espécie de sistema não escrito, admitido, aceito, com seu código de preferências e decisões. O ritual das campanhas, os compromissos, as escolhas, esse mecanismo do sistema é sutil e complexo. Quem não lhe descobrir as combinações, para o abrir, não conseguirá vir a sentar-se no santo dos santos das Letras, a Instituição Acadêmica, esta ilustre Companhia. Sei que há exceções nessa configuração, demasiado sumária, do sistema acadêmico. Mas, na sua composição, esse é o quadro. Submete-se ao tempo o estranho ritual, exatamente como ensina o Eclesiastes. Há tempo para semear

e tempo para colher. É preciso conhecer as épocas, as estações acadêmicas, das quais os membros desta Casa conservam o sigilo. Cumpri o ritual, aceitando as suas peculiaridades. Fui recompensado, aqui estou. Meus agradecimentos, senhores acadêmicos. Ocuparei a Cadeira cujo Patrono é o Poeta Teófilo Dias, da qual foi Fundador Afonso Celso, e sucessores, Clementino Fraga, Paulo Carneiro e José Guilherme Merquior.

Sobrinho de poeta, e poeta dos maiores da Língua, Teófilo Dias admirava o tio, Gonçalves Dias, mas, longe de sua terra e de seu meio, deixou-se fascinar pelo Simbolismo, que da França conquistava adesões no mundo da inteligência e do lirismo, como ideia nova. Tendo nascido em 8 de novembro de 1854, estava com 32 anos quando o poeta Jean Moreas lançou o manifesto simbolista, embora a nova poesia procedesse de anos anteriores. Sua vida, aventureira no início da mocidade, acabaria sedentária e plácida em São Paulo. Nasceu em Caxias, no Maranhão, foi, ao que consta, militar, chegando a sargento. Mudou-se para Belém do Pará, onde trabalhou no comércio, mas logo desceu para o Rio de Janeiro e, em 1878, com 22 anos, foi para São Paulo, na companhia de Fontoura Xavier. Matriculou-se na Faculdade de Direito em 1877. Um ano depois, toma parte na Batalha do Parnaso e pratica ato importante: casa-se com Gabriela Frederica Ribeiro de Andrada, filha de Martim Francisco, o II, seu protetor nos dias da extrema penúria em que vivia. O poeta entrou, portanto, numa das mais importantes famílias paulistas. Graças ao apadrinhamento do sogro, foi diretor da Escola Normal e deputado provincial de 1885 a 1886, falecendo de parada cardíaca em 29 de março de 1889, com 35 anos de idade.

Simbolista ou parnasiano Teófilo Dias? Sílvio Romero e Ronald de Carvalho o incluem entre os parnasianos. Péricles Eugênio da Silva Ramos, entre os simbolistas. Quer-me parecer que esta é a classificação acertada. Consoante Silva Ramos, sua "mescla de fluidez do ritmo, aliterações e sinestesia" apontam-no para o Simbolismo. Bastam os versos baudelairianos de *Cantos Tropicais* e *Fanfarras* para estarmos de acordo com Silva Ramos. A poesia nova, anunciada por Jean Moreas, era a mesma em que versejava Teófilo Dias. Baudelaire, seu ídolo, fora, com Rimbaud, Laforgue e outros, um dos precursores do movimento. Caracterizavam o Simbolismo, segundo Otto Maria Carpeaux, a musicalidade do verso, o preciosismo da expressão, a

suntuosidade verbal, a evasão da realidade comum. Confessando-se poetas da decadência, os simbolistas desencadearam uma revolução na Arte Poética. Cito Baudelaire, o maior deles e um dos maiores em qualquer língua. Os simbolistas Cruz e Sousa e Venceslau de Queirós manifestaram afinidade com Teófilo Dias, chancelando, portanto, sua inclusão na poesia nova.

> Sonoro mar – a música me envolve,
> E em éter vasto, sob um teto amargo,
> De brumas a minha alma, feita ao largo,
> Para o meu astro pálido se volve.

Teófilo Dias mostrou-se, em sua época, entusiasta paladino da Ideia Nova, e não só em Poesia. Foi republicano, antimonárquico e antirreligioso. Estava, portanto, distante do Parnasianismo, da "torre de marfim" da Arte pela Arte. Cataloguemo-lo como simbolista.

Affonso Celso de Assis Figueiredo deve ser estudado por sua formação, pelo ambiente no qual nasceu e cresceu, sobretudo por sua fé, vivificada na fonte do catecismo da Contrarreforma. Católico do credo e do mandamento, inteiriçamente católico, Afonso Celso tanto se destacou na firmeza da fé, que recebeu do Papa Pio X o título de Conde da Santa Sé, numa época e numa idade histórica dominadas pelo laicismo. Se vivia Afonso Celso num país católico, onde a fé sincera do povo se manifestava, com frequência, nas cerimônias católicas, nas missas e procissões, vivia, também, num meio saturado do laicismo difundido pela França. Não hesito, portanto, em arrolá-lo entre os moralistas católicos. Seu livro mais conhecido, *Porque me Ufano do Meu País*, justifica a classificação que lhe entendi rotular. Comprometeram-no os termos ufanista, ufanismo. Mas Afonso Celso pretendeu, apenas, escrever um livro moralmente edificante e patriótico. Dirigido aos filhos, é singelíssimo o seu conteúdo. Noventa anos depois de publicado, está velho, nem o autor o queria sempre novo. Mas direi que se uma nação há necessitada de entusiasmo, essa nação é o Brasil. Povo ciclotímico, o brasileiro deriva, rapidamente, da euforia à depressão. Onde via tudo róseo, passa a ver tudo negro. Não lhe iriam mal, portanto, algumas injeções de ufanismo, sem dúvida modernizado, de Afonso Celso, homem fiel aos sacramentos, às penitências da Santa Madre Igreja e fiel, também, à Pátria onde nasceu e morreu.

Do livro mais conhecido, passamos a outros, alguns estudos e escritos de circunstância, reunião de artigos de jornal, como as respostas ao combativo jornalista Ferreira de Araújo. Acusando a República, usa, em defesa da Monarquia, argumentos válidos ainda hoje. Afonso Celso, que foi republicano na Monarquia, converteu-se ao Antigo Regime logo depois de proclamada a República. Deu explicação de suas atitudes no opúsculo "Guerrilhas". Paradoxal ou não, aderiu aos monarquistas inconformados com o advento da República, neste País de fatos consumados, embora a mudança de regime, em 15 de novembro, tenha sido tão inesperada que, no Passeio Público, onde espairecia, o Conselheiro Ayres não se dera conta dos acontecimentos do Campo de Sant'Anna.

Um dos fundadores da Academia, Afonso Celso foi jornalista, parlamentar, poeta, historiador, ensaísta. Lançando-se a uma empreitada dificílima, a de escrever a biografia do próprio pai, teve êxito. No gênero biográfico, é modelo. Dá-nos a conhecer, minuciosamente, a vida do Visconde de Ouro Preto, em cujas mãos caiu o Império do Brasil. Contesta Afonso Celso que seu pai tinha sido o último presidente do Conselho de Ministros da Monarquia. Saraiva havia aceitado a incumbência de organizar novo gabinete. Mas os acontecimentos se precipitaram e, historicamente, o 36.º gabinete, o último do Império, foi presidido pelo Visconde de Ouro Preto. Afonso Celso, dedicado brasileiro, amou sua terra e sua gente.

Sucedeu a Afonso Celso o médico, professor de Medicina, sanitarista e humanista Clementino Fraga. Sempre me fascinou a Medicina. Em anos longínquos de minha infância e adolescência, em pasmada cidade do interior paulista, bem me lembro do médico de família, levando, na visita aos doentes, a valise com os aparelhos de seu ofício. Católico, vi no pecado original, como ensinam os teólogos, contra o pelagianismo, a chave do sofrimento. Vivemos época de fé enfraquecida, não obstante a formidável presença do Papa João Paulo II, peregrino de Deus, na vasta cena do mundo, e o seu carisma no convívio com as multidões. Apesar do penoso amortecimento da fé, creio, firmemente, e com robusta certeza, que o dogma do pecado original explica, teologicamente, a dor humana sobre a face da Terra. Todos somos herdeiros de uma primeira e maior dor, como somos beneficiários da redenção trazida à Terra por Cristo. Não importa que milhões de habitantes do mundo não creiam em Deus, na

Revelação Cristã e no destino eterno do ser humano. O dogma prescinde de adesões sem o amparo da graça. Numa de suas epístolas, diz São Paulo que o corpo é o receptáculo do espírito. Ensina a Filosofia da Escola que a pessoa humana é hipóstase de corpo e alma ou substância completa, dotada de natureza racional. Seu conceito tem sofrido mudanças profundas. Mas os paleoescolásticos e os neoescolásticos retomaram estudos e reflexões do passado, demonstrando os fundamentos inalteráveis da Filosofia da pessoa. Os valores espirituais foram diminuídos, embora toda uma corrente de pensamento tente revitalizá-los, enfrentando, resolutamente, o desafio da Ciência e da Técnica, ou do cientismo e do tecnologismo, que, se não forem subordinados à soberania do espírito, nos converterão em peças de sua gigantesca engrenagem.

Por mais que a Ciência tenha feito progressos, limitada, ainda, é a sua capacidade para resolver problemas psíquicos e físicos do ser humano, particularmente a Ciência Médica. Aplicando-se a defender e proteger a vida, a Medicina procura não só curar, como eliminar, ou, quando não lhe for possível, diminuir a dor. Não direi da tantas vezes insuportável dor moral. Essa, a Medicina está capacitada apenas a disfarçar com os tranquilizantes. Não a cura. Direi da dor física, para cujo combate o médico dispõe, e vai dispondo, cada vez mais, de vastos recursos. É a Medicina uma vocação altíssima, na qual só devem permanecer, como aconselha São Paulo, os para ela chamados. Clementino Fraga deixou fama de notável médico, de humanista, de cultor das Letras na sua castiça expressão, de ser humano dotado de raros atributos morais. O enfermo para Clementino Fraga era o ser criado à imagem e semelhança de Deus. Sabia o médico que a função da Medicina é linimentar a dor e prolongar a vida para a distanciar da morte. Se o nosso itinerário no mundo é balizado de cruzes, cabe à Ciência Médica estender o mais longe possível esses marcos do caminho da eternidade. Clementino Fraga cumpriu a sua vocação médica e ainda lhe acrescentou a de escritor, destacando-se nas Letras com tanto brilho quanto na Medicina. Abstenho-me de mencionar os trabalhos médicos, estritamente profissionais e técnicos, para citar os estudos sobre o bovarismo, raro no Brasil; sobre Antero de Quental, sobre o Humanismo na Medicina, sobre a vocação liberal de Castro Alves, sobre a Medicina e os médicos na vida de seu glorioso conterrâneo, Rui Barbosa. Valiosa, em todos

os sentidos, foi a bagagem literária deixada por Clementino Fraga. É o seu legado, com seu alto nome na Medicina.

Na segunda quinzena de dezembro de 1955, próximo do Natal, assaltou-me a melancolia. Viúvo recente, sem filhos, nem mesmo o cargo de diretor de jornal me distraía a depressão que, ameaçadoramente, me sitiava para me assaltar. Percebendo meu estado, um caríssimo casal de amigos me convidou a passar o Natal e o Ano Novo em sua companhia em Paris, onde possuía um apartamento. Aceitei o convite. O avião que me levou não pôde, no entanto, pousar em Paris. Uma greve paralisara o aeroporto de Orly. Fomos, os passageiros, desviados para a alternativa de Bruxelas. Telefonei da capital belga aos meus amigos, avisando-os que chegaria de trem. Foram à estação me esperar. Quando desembarquei, estava com eles, na plataforma, um desconhecido. Para mim desconhecido. Após os cumprimentos, a apresentação do desconhecido. Era Paulo Carneiro. Assim começou a nossa amizade, no remoto inverno de 1955. Durante os dias que passei em Paris, encontramo-nos várias vezes, e depois, sucessivamente, sempre que eu ia à França, procurava avistar-me com o erudito amigo, mantendo, então, com ele, conversa de horas.

Paulo Carneiro foi um espírito jovial, dotado de excelente *humour*. Por ter vivido muitos anos em Paris, tornou-se autêntico *parigot*. Era *gourmet* exigentíssimo. Lembro-me de almoços e jantares com ele, da escolha dos pratos e dos diálogos com o *sommelier* sobre a *appelation* e o *millèsime* na escolha dos vinhos. Paulo Carneiro não dispunha de recursos pecuniários para manter trem de vida farto, mas era um fidalgo, um grão-senhor nos convites. Esse o lado mundano, ameno, da vida de nosso saudoso predecessor. Outro lado deve colocá-lo entre os grandes brasileiros de seu tempo: o cientista, o filósofo, o humanista. Engenheiro químico, especializou-se no estudo e aplicações do curare, veneno terrível dos índios da Amazônia. Deveu-lhe a Medicina o princípio ativo e o alcaloide, para uso terapêutico. No Instituto Pasteur, de Paris, Paulo Carneiro firmou reputação científica. Era respeitado pelo corpo de pesquisadores daquela instituição. Em todos os cargos que ocupou, Paulo Carneiro sobressaiu-se pela Cultura, pelos predicados de sua bela inteligência, pelo zelo que punha nas obras a realizar e no dever a cumprir. Num de nossos jantares, falou com paixão dos monumentos egípcios da Núbia, cuja salvação estava sob sua responsabilidade. A barragem de Assuam os submergeria.

Impunha-se impedir esses crimes contra a Arte e o registro histórico. Paulo Carneiro presidiu a comissão da UNESCO, designada para essa missão; os recursos afluíram, a tecnologia foi acionada, e os monumentos foram salvos.

Paulo Carneiro já foi louvado pelo meu ilustre antecessor. Lembro aqui fatos aos quais fiquei ligado pelo acaso e o convívio. Em nosso último jantar, em Paris, prolongamos a estada à mesa, dialogando sobre tema filosófico. Ele, fidelíssimo ao pensamento de Auguste Comte; eu, filiado à patrística, à escolástica e seus prolongamentos. Mas nosso diálogo não poderia ter sido mais agradável, nem mais exemplar. Deixou bem nítidas as duas posições. Para os filósofos, não há corrente de pensamento, da qual discordamos, que não contenha uma parcela de verdade. Segundo Paulo Carneiro, a humanidade entrou no estado positivo, marcado pela era tecnológica. Para o positivista, foram superados os estados teológico e metafísico, e, na realidade do antiteísmo contemporâneo, cada vez mais extenso, com a anunciada morte de Deus, a humanidade é o grande ser submetido à lei do progresso. Argumentei que o ser humano é naturalmente atraído para a divindade, nutrido de metafísica, e a humanidade, segundo Comte, uma ficção. Argumentei, ainda, que para mim, católico, o positivismo traduz-se por uma tomada de posição metafísica. Insisti que não devemos reconhecer valor comprovadamente histórico na lei dos três estados, embora concorde com a inegável realidade da conquista da Terra pela Ciência e a Tecnologia. Saímos tarde, cada qual com sua posição filosófica. Deixou-me no hotel, quando nos despedimos, como sempre, cordialmente. No dia seguinte, parti para o Sul da França. Não mais o revi. Lembro-me com saudade do caro amigo.

Pela boca do profeta Isaías, diz o Senhor: "Os meus pensamentos não são os vossos pensamentos; nem os meus caminhos são os vossos caminhos." Deus somente decide o nosso destino, sem que nada saibamos sobre o futuro, ainda que a Ciência tenha reduzido em muito a margem do acaso na vida. Ninguém possui a chave da incógnita da morte. Um dos grandes filósofos deste século, e filósofo católico, Maurice Blondel, incluiu no seu estudo *La Pensée* um capítulo sobre a metafísica da morte. Segundo o filósofo de Aix, "nenhum estudo aprofundado se elaborou, do ponto de vista filosófico, sobre a morte, não obstante a sua realidade em nosso quotidiano". Diante do mistério da morte, somos impotentes para decifrá-la. Na sua sabedoria, ensina a

Igreja a pensarmos na morte e na ressurreição. É essa, mesmo, segundo Chateaubriand, no *Le Génie du Christianisme*, a única licença, para a quebra do silêncio regular, concedida aos monges trapistas de Mortagne. O homem não ignora, medita Heidegger, que vai para a morte. Filósofo da angústia, para Heidegger, o ser humano não sabe o que o espera depois da morte. Para os que têm fé, espera-os a ressurreição. Os místicos cristãos veem, mesmo na morte, a afirmação da vida. Para os que não a têm, espera-os o nada, filosoficamente insustentável. Humildes, convençamo-nos dos imperscrutáveis segredos da Providência.

Por que Deus Nosso Senhor – e falo como homem de fé – chamou tão cedo José Guilherme Merquior? No prefácio de seu último livro, Roberto Campos faz a mesma reflexão: "A partida de José Guilherme Merquior, aos 49 anos, no apogeu da produtividade, parece um cruel desperdício. Deus faz dessas coisas. Fabrica gênios e depois quebra o molde." Maurice Blondel considera a morte impensável. Não entro no amplo recinto onde caberia debater a morte como fim e como ressurreição. Aceitemos não serem os pensamentos de Deus os nossos pensamentos, nem os seus caminhos os nossos caminhos. Lamentemos que a morte tenha levado José Guilherme Merquior quando o jovem pensador se encontrava na plenitude de seu talento e muito poderíamos esperar de sua inteligência fulgurante, de sua riquíssima produção cultural, de seus estudos sobre os problemas do nosso tempo.

Rendo homenagem ao meu predecessor. Considero um privilégio fazer o elogio de morto galardoado de tantos méritos. Não conheci pessoalmente José Guilherme Merquior. Nunca nos encontramos. Nunca trocamos palavras. É provável que, em diálogo, divergíssemos, e divergiríamos em teses das muitas que nos preocuparam e sempre me preocupam. Mas é irrelevante cogitá-lo. José Guilherme Merquior foi devorado pela curiosidade, que, como dizia, saborosamente, Eça de Queirós, nuns leva a descobrir a América e noutros a olhar pelo buraco da fechadura. Merquior era da raça dos primeiros. Descobriu continentes. Ou os explorou com a ferramenta da sua inteligência.

José Guilherme Merquior, carioca de nascimento, foi diplomata, polemista, ensaísta, crítico literário, crítico cultural, numa palavra, polígrafo. A Diplomacia é uma vocação rara, pois o diplomata escolhe exílio voluntário e nele permanece longos anos. Depende a Diplomacia da arte da discrição, do

uso comedido e sem ambiguidade das palavras. Escola aprimorada em longa tradição, no Itamaraty se formam os membros da *carrière*, com tal rigor, que nesse meio original consideram-no tão perfeito quanto o Foreign Office, o Quai d'Orsay e o State Department. Na Literatura, foram, não pouco, satirizados os diplomatas. Quem leu Proust lembra-se do Marquês de Norpois. Mas a Diplomacia é uma profissão seriíssima, especialmente no mundo contemporâneo, onde os problemas e as questões internacionais são cada vez mais complexos. Merquior foi embaixador precoce, pois tudo em sua vida foi precoce. Serviu na Secretaria de Estado, em embaixadas, foi assessor de ministros, embaixador do Brasil no México e faleceu como chefe da delegação do Brasil junto à UNESCO. Carreira brevíssima, prometida, no entanto, a outras missões, onde seus dotes culturais e o tirocínio de sua profissão se fizessem necessários. Em Londres, Bonn, México, Paris, deixou rastro luminoso da vasta soma de conhecimentos que juntou com sofreguidão.

Diplomata, polemista, ensaísta, crítico literário, crítico cultural. Considero difícil identificar o diplomata e o polemista na mesma pessoa. Sinto a tentação de admitir que são homônimos, tão longe da polêmica está a Diplomacia. Mas José Guilherme Merquior foi tão ágil e valente polemista quanto, segundo os colegas, perfeito diplomata. Não é polemista quem quer, mas quem pode sê-lo. Usando a velha figura do espadachim, direi que o polemista age como esses lutadores aos quais nos habituaram Alexandre Dumas, Edmond Rostand e o cinema de capa-e-espada. Com vivacidade, erudição e coragem, engalfinhou-se em debates, agitando o ambiente cultural brasileiro, sempre se impondo com *donaire*.

Nesta Academia, faço a imaginação trabalhar e vislumbro e ouço o fantasma do velho Machado de Assis chamar o jovem Merquior, na Sala das Sessões, pedir-lhe para sentar-se ao seu lado e aconselhá-lo à concha do ouvido – lembrou-o Josué Montello – a não se envolver em polêmicas de nenhuma espécie, para não colecionar dissabores. Sem faltar com o respeito ao venerando mestre de tantas obras-primas, o mestre que tinha horror à controvérsia, Merquior continuaria firme na ala dos polemistas. Na Academia, foram eles numerosos e destemidos. Lembro, dentre os mortos, Rui Barbosa, com esse notável exemplar do gênero, "A esfola da calúnia"; lembro Eduardo Prado, José do Patrocínio, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Sílvio Rome-

ro, Assis Chateaubriand. Vemo-los, impávidos, caçando lugares-comuns, castigando a ousadia dos difamadores, enfrentando a prepotência dos detentores do poder, discordando de conceitos e julgamentos. Merquior foi polemista até os últimos dias de sua curta vida. Ensaísta, suas obras merecem a perenidade das estantes. Não nos deixou obra volumosa em número, mas todos os seus livros dão o testemunho de uma inteligência superior, de formação característica nos grandes centros universitários da Europa e dos Estados Unidos. Qualquer assunto de sua pena ganhava dimensão autorizada. Era citado e comentado, fosse de sua autoria o artigo de jornal, o ensaio de revista ou o livro. Fenômeno raríssimo, Merquior conquistou, sem oposição, a famosa República das Letras, na qual ocupou lugar eminente. A Academia o acolheu como um dos valores mais altos da intelectualidade brasileira. Editado, traduzido e comentado nos Estados Unidos, na Europa, na América Ibérica e, evidentemente, no Brasil, era um dos nomes mais conhecidos e respeitados da Cultura Brasileira.

Mas esse moço, que atropelou a vida, apressadamente, fazendo-nos lembrar o mito do Briareu, foi escolhido pela morte e partiu aos 49 anos. Com sua presença ativíssima na pugna das ideias, provocante como desafio, porfiou em fazer os brasileiros se atualizarem pela informação. Apegam-se, ainda, a ideologias de idade caduca, já sentenciadas à morte pela História, não poucos clérigos nas universidades, nos *media*, na Política. Contra eles, Merquior assestou suas baterias e os bombardeou, abatendo tantos deles e tantos deles ferindo mortalmente. Prosseguiu no trabalho que outros, mais velhos, fizeram antes, o da introdução do Brasil na esfera da Modernidade, da qual necessitamos, para superar a ignorância, vencer a pobreza e erguer a nação ao patamar das mais desenvolvidas. Seu talento, seu patrimônio cultural erigiram-no em crente fiel no poderio da inteligência e da palavra pelo êxito de sua ação cultural e a admiração que suscitou. Como os mais conhecidos escritores da Língua Portuguesa, reunidos em antologias, Merquior era dono de estilo pessoal na exposição de suas ideias. Escrevia bem. Sua língua tinha, como queria Chomsky, aspecto inventivo. Pensador, prestou inestimável e ainda de todo inavaliado serviço ao Brasil. É tal a riqueza de seu pensamento, tão expressiva a massa de suas reflexões, que devo selecionar-lhe trabalhos dos

quais colho a sua dimensão, para citá-los nos limites protocolares de um discurso acadêmico.

Dos ensaios reunidos em *Crítica*, temos um Merquior de 23 anos a um Merquior de 48 anos. Um quarto de século de leituras, de estudos, de pesquisas, de meditação, de maturação, de assimilação, de depuração. Nessa longa parábola, Merquior firmou-se como analista de ideias dos mais argutos e lúcidos intérpretes dos fenômenos artísticos, políticos e sociais de nosso tempo. O primeiro ensaio da seleta *Crítica*, sobre a poética de Gonçalves Dias, escrito aos 23 anos, já anuncia o crítico bem instrumentado. Basta-nos a sua análise da música da "Canção do Exílio", onde, nas suas palavras, ressoa, claramente, o motivo da obsessão com a aparência do estribilho, reforçando-se na energia com que se firmava o ritmo. Temos aí o sentido da "Canção do Exílio". No ensaio sobre Machado de Assis, Merquior salientou o schopenhaueriano que concebe a existência como uma desalentadora oscilação entre a dor e o tédio, acrescentando que talvez só Baudelaire se compare ao nosso compatriota, na argúcia com que define os vários matizes do mal-estar moral. Sobre Fernando Pessoa, Merquior considera-o um intrépido explorador de novos territórios no eixo vital do ego, com o que o poeta se afasta tanto da revolta romântica quanto do mito romântico sem se afastar da dor universal. É uma síntese admirável do enigma chamado Fernando Pessoa. Colocando-se acima e além de modismos, Merquior fundou-se na filosofia de Kant, para quem a Crítica é positiva pelo uso prático da razão. Foi esse o fio condutor, a meu ver, da sua crítica, a Crítica Antiformalista, projetada da razão. Seus ensaios, reunidos nesse volume, o consagram como um dos maiores críticos de ideias do Brasil contemporâneo. Para ele, a Crítica deve ser independente, julgando, sobretudo, o espírito da obra.

Em *O Elixir do Apocalipse*, Merquior obedeceu ao modelo de Walter Benjamin, sopesando o valor dos textos literários em função de sua capacidade de iluminar os problemas da Cultura Moderna, como se nos apresentam no crepúsculo do século XX. Proclamando-se humanista, quis o Humanismo com raízes no *ethos* brasileiro. Daí afirmar no estudo "Gilberto (Freyre) e depois": "Não conheço pior forma de colonialismo inconsciente, de criptomasoquismo intelectual que essa triste denegação a priori da racionalidade ao

nosso espírito e à nossa cultura – como se a razão fosse um privilégio alheio, um atributo ubíquo do Norte, e não fizesse parte da nossa humanidade."

Concordo com Miguel Reale quando diz que, em seu itinerário filosófico, Merquior se opôs ao irracionalismo de Heidegger, cujo pensamento analisou em várias passagens de seus ensaios. Em *O Marxismo Ocidental*, livro que li primeiramente em Inglês, por tê-lo encontrado numa livraria da Bannhoffstrasse, de Zurich, Merquior focaliza a classificação de Maurice Merleau-Ponty dentro do firmamento marxista e estuda o corpo de ideias, principalmente filosóficas, que abarcam a obra de autores tão diversos quanto Georg Lukács, Althusser, Walter Benjamin, Jean-Paul Sartre, Gramsci, Habermas. Procede o *distinguo*. Não há um único Marxismo, porém vários. O Marxismo de Lenin e Stalin e o Marxismo Ocidental que, segundo Merquior, nasceu no começo da década de 1920, como um desafio doutrinário ao Marxismo Soviético. O Marxismo Ocidental pinta, segundo Merquior, o movimento como uma espécie liberal ou libertária do Marxismo infinitamente mais próximo da visão humanista do jovem Marx do que da sombria política do Realismo Socialista implantado na União Soviética.

Não vou me alongar. O Marxismo é tributário da Filosofia Imanentista de Hegel, pois o absoluto imanente o domina, e nesse universo se manteve em suas versões plurais. O Imanentismo Marxista, Soviético ou Ocidental, não se abriu para a transcendência, o autêntico Absoluto que enche a faculdade apetitiva do sujeito. Historicamente, pelo seu vazio metafísico, o Marxismo é uma utopia trágica, cuja instauração e realização pagou-se com sangue e lágrimas por milhões de servos do sistema. Insisto que o Marxismo Ocidental nada mais tem sido, no seu Humanismo ateu, do que uma promessa soteriológica irrealizável. O temporalismo imanentista não garante a paz na Cidade Terrestre, não desvendando, portanto, a esperança da Cidade Celeste. Merquior reconhece e acentua que a fase criativa do Marxismo Ocidental parece esgotada, acrescentando que, em conjunto, o Marxismo Ocidental "foi apenas um episódio na longa história da velha patologia do pensamento ocidental cujo nome é, e continua a ser, irracionalismo". Livro denso, escrito antes da derrocada do sistema comunista na Europa Oriental, mantém-se na crítica da doutrina. Tenho para mim, no entanto, que continuarão a escrever os marxianos e marxólogos, mas o Marxismo da temporalização redentora,

como o quiseram seus epígonos, esse morreu. O messianismo está enterrado, seja o antigo, soviético, seja o ocidental. Enfim, o Marxismo já não empolga e, a rigor, não interessa, senão a alguns acadêmicos da História das ideias. É o que acrescento às reflexões de Merquior.

O estudo sobre Carlos Drummond de Andrade obedece à técnica rigorosa da tese universitária, que, submetida à Sorbonne, foi aprovada com distinção. Temos nessa tese o verso universo do poeta, desde o lirismo inicial do Modernismo aos últimos poemas, já tocados na ironia melancólica da vida no ocaso. Merquior analisa em profundidade a poética drummondiana, nas várias fases por que transitou, mais do que evoluiu a sua criação. De "No meio do caminho" ao "José", do *Sentimento do Mundo* ao *Boitempo*, o universo drummondiano foi inteiramente estudado, perquirido com fascinante identificação de quem lhe assimilou a mensagem. Merquior assinalou a universalidade do poeta, obcecado sempre por suas origens. Para Merquior, Drummond foi o mais importante poeta de sua época, classificação altamente louvável em país de grandes poetas. Toda a inquietação de Drummond, repassada de lirismo, tantas vezes de lirismo irônico, não raro de lirismo prosaico, foi estudada no espaço de poética abundantemente múltipla. Em *Verso Universo em Drummond*, Merquior nos descerra o poeta na sua grandeza, no denso segredo de onde lhe brotou a inspiração. Na poesia de Drummond, como numa concha acústica, reboou a dor do mundo, esse mundo que, se ele se chamasse Raimundo, seria uma rima mas não seria uma solução. A tese de Merquior é definitiva e constitui peça essencial na bibliografia do poeta.

Merquior dedicou um livro a Michel Foucault, figura central, até a sua morte, em 1984, da Filosofia Francesa desde Sartre. Arguiu-o Merquior de niilista da cátedra. Foucault procurou dar fundamento ético-político, acentua Merquior, ao Pós-Estruturalismo. Não o fez. Daí o rótulo de niilista da cátedra que Merquior lhe acolcheta. Em *De Praga a Paris* Merquior estuda o Estruturalismo, concluindo por afirmar o diagnóstico crítico da Cultura de nosso tempo:

> A noção de que uma profunda crise cultural é endêmica à modernidade histórica parece ter sido aceita de forma ansiosa, mas não propriamente demonstrada, sem dúvida porque, mais frequentemente, os que geralmente a aceitam, os intelectuais humanistas, têm o maior interesse em serem vistos como os médicos da alma de uma

civilização enferma. No entanto, o remédio é necessário, ou a enfermidade é real? Talvez devamos reconsiderar toda a questão.

Não pôde fazê-lo. Merquior expõe o Estruturalismo de Lévi-Strauss, um dos *maîtres à penser* da França contemporânea. Discípulo do autor de *Tristes Trópicos*, deu-nos, nesse ensaio sobre o mestre, o depoimento de quem lhe conheceu profundamente a obra. Lévi-Strauss, que iniciou carreira universitária em São Paulo e tomou contato no Brasil com as culturas indígenas, é autor consagrado do Estruturalismo.

Em *De Praga a Paris*, Merquior procede à ampla análise da obra do mestre, desde logo reconhecendo que "avaliar a obra de Lévi-Strauss é tarefa difícil". Se o Estruturalismo apresenta-se com o caráter de sistema, como acentua Lévi-Strauss, Merquior o estuda sob esse prisma, praticando o método da dissecação. Reconhecendo que Lévi-Strauss abarcava a História numa percepção ampla, dela tendo, mesmo, uma visão sombria, Merquior afirma que o mestre "acende em nossos corações algo de que necessitamos terrivelmente: uma ética goethiana do respeito". Prosseguindo na análise do Estruturalismo e do Pós-Estruturalismo, estuda o pensamento de Roland Barthes, outro *maître à penser* da França contemporânea. Dedica-lhe quase tanto espaço quanto a Lévi-Strauss. Festejado em seu tempo, Barthes alçou-se a líder cultural, atraindo ao College de France ondas de entusiastas de seus conceitos, sua prosa e sua percuciente análise dos textos, dos fenômenos linguísticos, do Estruturalismo. Para Merquior, Barthes teve papel crucial no Movimento Estruturalista, pois, acentua, foi, por assim dizer, o oficial de ligação entre o Estruturalismo e o Existencialismo; foi, em suma, o modernizador da revolução literária antiburguesa.

Já em Jacques Derrida, Merquior zurziu o estadulho da crítica impiedosa. A desconstrução, que teve em Jacques Derrida o seu mais ilustre nome, salienta Merquior, "vem a ser um negócio bastante melancólico – a lúgubre incidência de uma época". É difícil, como se vê, avaliar na sua dimensão total a obra riquíssima de Merquior. Daí a minha opção por excertos representativos de seus livros. Na crítica do Estruturalismo e Pós-Estruturalismo, reconhece no mestre Lévi-Strauss posição desbravadora em Ciência e um humanista com perfeito conhecimento de todas as culturas, sobretudo a do homem que polui o ambiente. Merquior fala que o relógio da História não pode ser

atrasado, ao estudar o eminente mestre, aduzindo que ele se entrega ao jogo de protestar contra o Ocidente, derrubar a Modernidade e arrasar o progresso. O estudo de Merquior faz de *De Praga a Paris* obra de consulta necessária em bibliografia, não só brasileira como estrangeira, sobre o Estruturalismo em seus vários ramos, inclusive os divergentes.

Impossibilitado, pois, de analisar extensivamente toda a opulenta obra de Merquior, detenho-me no seu último livro, *O Liberalismo – Antigo e Moderno*, antecipado pelo *A Natureza do Processo* e *O Argumento Liberal*. Não é o Liberalismo – ou os liberalismos – uma causa nova, mas renovada, com os tônicos restauradores do espírito moderno. Compreendeu-o, admiravelmente, Merquior, transmitindo-nos sua visão com o livro, herdado às Letras como testamento. Dentre os *maîtres à penser* que mais influência exerceram no rumo do pensamento mundial, na segunda metade do século, Raymond Aron coloca-se em lugar eminente. Foi o maior e mais autorizado pregador do Novo Liberalismo, a quem Merquior dedicou a sua memória *Liberalismo – Antigo e Moderno*. Tem variado o conceito de Liberalismo dos séculos passados ou, mais delimitadamente, do século passado a estes últimos dias do milênio. Sua longa história suscita, portanto, uma reavaliação, para integrá-lo no mundo moderno. Não entro no exame do Liberalismo Religioso, por não me caber fazê-lo. A Igreja ainda não mudou a sua posição doutrinária, não obstante o ecumenismo pós-conciliar mostrar-se tolerante a esse respeito, e a encíclica *Centesimus Annus*, de João Paulo II, já lhe constituir uma preparação. Excluído, pois, o Liberalismo na religião católica, vemos, na sua expressão secular, a doutrina liberal assegurar nas sociedades, quando corretamente praticada, as liberdades fundamentais que exigem a dignidade da pessoa humana. Esboroaram-se os totalitarismos sob pressão do legítimo anseio de liberdade dos povos. Quem acompanha o movimento da História, nestes derradeiros anos do século, vê-se diante da reação da liberdade como força incoercível contra todas as formas de opressão. Corporificando-se no Liberalismo político, social e econômico, as liberdades da pessoa humana deram ao poder do Estado configuração na qual a nota principal é a sua submissão ao império do direito e da lei. Falhas indigitam-se nessa conceituação. Não há negar. Mas o Liberalismo se impôs, embora possamos colocar a questão: "Qual Liberalismo?" Para Georges Burdeau, o

Liberalismo é um estado de espírito, um acontecimento histórico como poder político e uma filosofia política. Todos os seres humanos aspiram à liberdade e lhe dão, mesmo, a vida em sacrifício, mas os liberalismos não são iguais.

Os vocábulos "liberal" e "liberalismo" foram deturpados. Devemos, por isso, tentar restituir-lhes o verdadeiro sentido. Se o Liberalismo político, social, econômico deve ser entendido como autonomia da pessoa e participação mínima do Estado no seu processo, cabe ao poder dobrar-se a esse princípio, cumprindo-o rigorosamente, do mesmo passo que protege nas pessoas as liberdades. Para Merquior, a miragem neoliberal de uma economia sem Estado é, literalmente, uma utopia. Concordamos. Na sociedade plural em que estamos vivendo, o Estado liberal corresponde à diversidade de juízos, opiniões, tendências e posições sociais, econômicas e políticas. Não se pode, portanto, falar de uma redução liberal a um só conceito, a uma única definição. Devemos, antes, nos conciliar em torno do vocábulo "liberalismo", expurgando-o dos resíduos impuros que se lhe agregaram. Quando concluí a leitura do estudo de Merquior *O Liberalismo – Antigo e Moderno*, convenci-me de que o trabalho, redigido com impressionante massa de argumentos, com rigorosa base filosófica, autorizado suporte em autores clássicos da matéria, ainda não esgotou o tema. Se o autor não tivesse partido, provavelmente, iria, a meu ver, desenvolvê-lo em outras edições, revistas e aumentadas. Dotado de incomum capacidade sintetizadora, Merquior fez desfilar diante de nós, à leitura de seu livro, os autores que formaram e difundiram a Filosofia Liberal e sua prática, de Locke a Raymond Aron, este um autêntico sucessor e continuador de Tocqueville, mas com maior ascendência na universidade e nos meios de comunicação de nosso tempo. Bobbio, também autor de sua preferência, antigo socialista, opta por um Social-Liberalismo, no fundo uma nuança do Liberalismo, como o devemos entender em nossos dias, quando o Estado tem, definitivamente, participação normativa no processo econômico e social, como admite Merquior.

Concluindo seu estudo, Merquior expõe o que chama de inflexão nos meados do século XIX e desvio no término do mesmo século. Finalmente, nas duas últimas décadas renasceu o Liberalismo com o liberismo e seus efluentes, em economia. A corrente liberal está formada; foram-lhe soldados os elos rompidos neste século pelos totalitarismos e pelas ditaduras. Mas o

Liberalismo continua plural. Pode ser salutar, pode desvirtuar-se. Devemos querer o Liberalismo substantivo, embora admitindo-lhe diversidades adjetivas. Na última página de seu substancioso estudo, acentua Merquior que, para alguns sociólogos, nossa sociedade parece caracterizada por uma dialética contínua, embora cambiante, entre o crescimento da liberdade e o impacto em direção a uma maior igualdade, de onde a liberdade parece emergir mais forte do que enfraquecida. O Liberalismo ainda não conquistou o mundo todo, nem mesmo em suas variantes. Como não nos devemos lançar em prospecções futuristas, lembremo-nos que o benefício já trazido às nações, onde funcionam as instituições liberais, anima a esperança de que a História será fecundada pelas liberdades timbradas com a sua etiqueta.

Ao lermos e meditarmos as obras de Merquior, impressionados pela riqueza das dissertações, a multiplicidade das questões examinadas, e, portanto, disputadas, como diriam os escolásticos; ao indagarmos sobre o seu fundamento filosófico, convencemo-nos de que estamos diante de uma Suma da Cultura Moderna, em vias de se formar, no melhor estilo de suas congêneres do passado, ainda que pontilhada de finíssima ironia. Se tivesse vivido para completar sua obra, provavelmente nos daria a Suma com as grandezas e misérias da Cultura Moderna, neste século XX que termina em estertores de crise da civilização.

Concordo com Miguel Reale que Merquior se orientou a partir do Criticismo kantiano, para uma visão concreta da História de Hegel, visão que ele considerava indispensável para arrancá-la do esquecimento. Foi o Criticismo idealista que Merquior cultivou. Mas o forte pensador brasileiro não se deixou imobilizar no gesso de um sistema. Original na sua *Weltanschauung*, Merquior enriqueceu a reflexão filosófica, trazendo-lhe contribuição própria. É o signo predominante de sua posição no panorama filosófico brasileiro. Não ficou estritamente ligado ao kantismo, nem à visão histórica de Hegel, cujo Historicismo não aceitou, como lembra Miguel Reale. Merquior foi um pensador cioso de sua independência, não obstante, independente ou não, todos, no campo filosófico, nos filiemos a uma vertente, ainda que sejamos heterodoxos, como não poucos se consideram, nas várias correntes em circulação na galáxia do pensamento. Se vivesse, quer-nos parecer que, ao elaborar o que

denominamos Suma da Cultura Moderna, Merquior se inseriria na corrente fenomenológica.

Partindo de alguns *maîtres à penser* para exercer seu clarividente espírito crítico, Merquior classificou Marx de agitador de ideias, tributário de Hegel; estudou Freud e a Psicanálise; a teoria de Jung; os existencialistas, as Artes, a Nova Crítica; enfim, a maioria das questões que interessam à indagação da inteligência foram percucientemente estudadas. Houve quem dele discordasse. Sem dúvida. É o destino dos polemistas e dos debatedores de ideias. Mas seu espólio é opulento. Tombou, com a sua morte, uma das colunas da inteligência brasileira. Muito ainda teremos de esperar que outra se erga para a substituir. Esse foi o fascinante espírito a quem me coube suceder na Academia.

Nesta solenidade, para mim entre todas memorável, única em vida, cuja sombra se alonga no ocaso, saúda-me um caríssimo amigo de meio século dedicado ao diálogo, às discussões, aos debates sobre questões filosóficas. Não tem rugas essa amizade, e não oficiamos no mesmo altar do pensamento. O Acadêmico Miguel Reale e eu temos formação filosófica diferente. Mas não importa. Colocamos a Filosofia acima das filiações. O Acadêmico Miguel Reale é uma das mais altas expressões da Filosofia do Direito em todo o mundo. É preciso apelar para a imagem da rosa dos ventos se quisermos ilustrar a procedência das cartas, das consultas, das indagações que lhe afluem à mesa de trabalho de vários países e continentes. Sua teoria tridimensional do Direito é objeto de teses, de temas de congressos, de fonte de interpretação do fato jurídico, nos mais diversos institutos universitários e círculos culturais do mundo. Seu salão filosófico, pontualmente aberto em março e encerrado em novembro, é cenáculo onde, uma vez por mês, um dos frequentadores profere uma conferência que, em seguida, é debatida. É motivo de alegria ser recebido pelo eminente jusfilósofo e filósofo.

Preside esta sessão o meu velho companheiro dos tempos heroicos dos Diários Associados, o Acadêmico Austregésilo de Athayde. Uma grande aventura no planisfério da informação teve início com Austregésilo de Athayde subindo, em companhia de Assis Chateaubriand, as escadas do velho edifício do Centro do Rio de Janeiro. Levavam no bolso magra quantia emprestada por um advogado paulista, nosso predecessor, Alfredo Pujol. Compraram *O Jornal*. Assim nasceram os Diários Associados, cuja história

está, ainda, para ser escrita. Admiro nesse bravo lutador o periodista notável, o estilista elegante do idioma, o esgrimista de ideias, o erudito das Letras Clássicas, o espírito jovem que se retempera, a cada dia, em contato com a realidade, analisada em artigos concisos e primorosos. Admiro, sobretudo no sólido Presidente desta Casa, o estrênuo idealista dos direitos humanos. Foi providencial tê-lo nomeado o Governo brasileiro para a Comissão que, em Paris, iria redigir o mais importante documento do século. Sua capacidade de trabalho assegurou-lhe a responsabilidade na redação final escorreita, definitiva da Declaração dos Direitos Humanos, segundo a qual todos partilhamos do mesmo direito, o de sermos iguais ainda que as injustiças deste mundo não tenham sido, infelizmente, eliminadas. Dou graças a Deus por ter-me premiado com essa munificência de sua bondade, a presidência desta sessão pelo Acadêmico Austregésilo de Athayde.

Poeta romântico, sensível, Casimiro de Abreu cantou sua terra:

Todos cantam sua terra,
também vou cantar a minha,
nas débeis cordas da lira,
hei-de fazê-la rainha.

Permiti que eu louve a minha terra paulista. Nesta mesma tribuna, um de nossos predecessores, Alcântara Machado, lançou a expressão que se tornou divisa do antigo patriciado de minha terra:

Paulista sou há quatrocentos anos.

Não tenho essa ventura. Vieram para o Brasil meus avós paternos no fim do século passado com três filhos menores, e meus avós maternos, no início do século, com duas filhas menores. Paulista sou, portanto, analogicamente, há 90 anos. Mas paulista somos todos quantos nos impregnamos do "espírito bandeirante", de que falou Gilberto Freyre. Estamos certos, desde os remotos anos da nossa formação histórica, que a obra comum é mais completa do que a individual, se a estudarmos à luz da Teoria Holista de Gellner. Todos precisamos de inter-relação e a praticamos num tácito concerto. Longe

de mim, animado que sou de sentimento nacional, longe de mim pretender sobrancear São Paulo às demais províncias da nossa Pátria. Cada uma delas guarda o seu tesouro cívico original, a participação no grande todo. São peças da História de que muito nos orgulhamos, pois, nas latitudes tropicais, criamos uma civilização incomparável, por seu desenvolvimento e suas notas humanistas. Venho, no entanto, lembrar a obra épica dos paulistas, como justo preito ao meu povo. Gilberto Freyre, com sua luneta de atento observador, traçou o perfil admirável do homem do planalto, o empreendedor, o criador de riqueza, o fundador de cidades, o perpétuo bandeirante, impregnado sempre do mesmo espírito que empurrou para os sertões os grandes nomes do glorioso passado de São Paulo. Acentua Gilberto Freyre, com acertado julgamento sociopsicológico, que o que permanece no bandeirismo do São Paulo étnica e culturalmente plural de hoje é, principalmente, o élan, o motivo, a condição do "espírito bandeirante". Esse espírito subsiste no planalto, imbuindo-se de seu fluido, constante e forte, quantos vivem e trabalham em São Paulo, seja qual for sua origem e procedência. A missão de São Paulo é a de provocar emulação. Os bandeirantes partiram de São Paulo. Os empreendedores lançaram-se no risco das empresas, sem outro suporte senão o da vontade. As iniciativas, o fermento social, o choque de opiniões, as correntes políticas, o dinamismo cósmico dos paulistas estão vivos, palpitantes, em todos os ramos da atividade humana. São Paulo cumpre a sua missão, pois os paulistas são permanentemente tocados pelo espírito impalpável que os acompanha no tempo e no espaço, "o espírito bandeirante", feito de civismo e da glória de criar para a Nação. Esse é São Paulo. Ao encerrar seu formoso discurso de posse, nesta mesma tribuna, disse o poeta Cassiano Ricardo: "Venho de Piratininga. Só não trago esmeraldas." Também eu venho de Piratininga. Também eu não trago esmeraldas. Mas trago, e aqui a ofereço a vós todos, a minha inabalável fé paulista na grandeza do Brasil.

# II

# RESPOSTA DO SR. MIGUEL REALE[1]

Volvidos quarenta e um anos, meu caro João de Scantimburgo, eis-nos, de novo, à porta de uma grande Casa de Cultura. Mas que diferença espantosa! Entrais, agora, para ser armado cavaleiro das Letras Nacionais, recebendo a justo título colar e espada, o que muito se harmoniza com vosso feitio de monarquista convicto, passando a pertencer ao mais alto cenáculo da inteligência brasileira.

No fim da década dos quarenta, ao contrário da serena visão que tendes hoje do passado, o que surgiu à nossa frente era o futuro incerto de três dezenas de jovens amantes de Platão e de Aristóteles, os quais, atendendo a meu apelo, se dispuseram a travar árduo combate para assegurar ao Brasil o lugar que lhe competia no diálogo das ideias universais.

Quanto sorriso maldoso, quantas demonstrações de comiseração tivemos de afrontar, alvejados com a alcunha de "filosofantes", que, com a confiança irônica própria da juventude, achamos melhor recebê-la para dignificá-la. E tornamo-nos os filosofantes de um Brasil irresignado com o melancólico

1 Impossibilitado de comparecer à Academia na noite da posse, o Acadêmico Miguel Reale indicou seu confrade Acadêmico Josué Montello para saudar, em seu lugar, o Acadêmico João de Scantimburgo.

e tradicional papel de admiradores incondicionais ou de simples comentaristas de textos concebidos alhures.

Pode-se dizer que, até então, a Filosofia no Brasil havia sido mais obra de autodidatas solitários, desde o Padre Feijó com seu rústico *Cadernos de Filosofia* até o espiritualismo romântico de Gonçalves de Magalhães, desde o bravio Tobias Barreto, depois catalogado na Escola do Recife, até o ensimesmado Farias Brito. Faltava-nos um diálogo brotado na imanência de nosso próprio viver histórico, sem o qual as nações não alcançam maturidade.

O que queríamos era uma instituição na qual os pensadores nacionais pudessem se realizar, cada um segundo seus pendores pessoais, mas unidos todos pelo mesmo ideal de correr o risco de não sermos simples destinatários passivos da última verdade trazida da Europa pelo último navio.

Sem rompermos amarras com a tradição filosófica ocidental – o que teria sido estulta petulância –, o que almejávamos era demonstrar, como procurei fundamentar em vários escritos, que até mesmo no ato de sermos influenciados havíamos revelado algo da alma nacional, em virtude da prioridade conferida a estes e não àqueles outros temas universais, em função de nossas circunstâncias. Quereis um exemplo? Muito se fala da influência dominante do Positivismo no Brasil, mas vai nisso um grande erro. E que há o grave equívoco de confundi-lo com a Filosofia Científico-Positiva, que, esta sim, dominou a nossa elite pensante, desde o último quartel do século passado até a Primeira Grande Guerra, culminando numa cosmovisão ético-evolucionista baseada em um conjunto de ideias do mesmo Comte, em sua primeira fase, de Haeckel, de Stuart Mill, de Spencer e tantos outros, com aplausos de homens de letras como Renan, Anatole e Taine. Ora, num País marcado pelo dogmatismo da escolástica conimbricence e que não vivera os três momentos da dúvida caracterizadora do espírito moderno – a dúvida metódica de Descartes, a alada de Voltaire e a crítica de Kant –, a Filosofia Científico-Positiva exerceu um papel bem diverso do desempenhado na Europa, constituindo, a seu modo, a nossa necessária e benéfica experiência crítica. Por ser, porém, parcial e incipiente, iria provocar natural reação, cujo fim foi superar a autossuficiência cientifista, abrindo campo a uma visão humanista da Cultura.

Não creio sejam extemporâneas tais divagações filosóficas numa Academia que contou, entre seus mais ilustres membros, pensadores polêmi-

cos e aguerridos como Sílvio Romero e Graça Aranha, assim como inteligências serenas, mas não menos convictas, como as de Clóvis Beviláqua, Ivan Lins e Alceu Amoroso Lima. Nem se pode esquecer a Filosofia que lateja no âmago dos escritores do bruxo de Cosme Velho, sempre presente em qualquer de nossas atividades espirituais. E, aqui, abro um parêntese para lembrar que, hoje em dia, outro bruxo de Cosme Velho também ama a Filosofia...

Deixemos, todavia, tais cogitações para as reuniões periódicas do Instituto Brasileiro de Filosofia, que corajosamente ajudastes a fundar e onde exerceis as funções de secretário da *Revista Brasileira de Filosofia*, cujos 165 fascículos trimestrais, reunindo colaboração de pensadores de todas as tendências, constitui, fora de dúvida, o mais precioso acervo do pensamento nacional.

O que me move a tais lembranças é o propósito de realçar um dos aspectos mais simpáticos de vossa personalidade, que é o destemor com que sabeis defender ideias novas, afrontando todos os obstáculos, e, em campo oposto, trabalhar por ideias antigas se as julgardes ainda vivas no presente, como seria a que denominais de "democracia coroada".

A rigor, não sei se, como consequência da idade, de uns tempos para cá já não sou capaz de distinguir entre o novo e o velho, ao verificar a atualidade de conflitos sangrentos por motivos de religião, de regionalismo ou de diferenças raciais, que julgávamos definitivamente superados, enquanto se consideram anacrônicos valores como os do patriotismo e do pundonor público e privado.

A propósito de patriotismo, jamais tivestes receio de proclamá-lo, cultivando-o mesmo com certo panache, com certo viés barroco (e ninguém mais do que eu admira o Barroco! que exorna vossas atitudes. Assim se deu quando se tornou obrigatório o estudo de Moral e Civismo em todos os graus de nosso Ensino, e dedicastes atenção especial a uma de vossas obras melhores, esse rico e minucioso *Tratado Geral do Brasil*, graças ao qual demonstrastes que é através dos valiosos ensinamentos de nossa História e do amor a nossos bens culturais que podemos formar jovens conscientes de seus direitos e deveres perante a Nação e não mediante uma fria cartilha com máximas de bom comportamento. Houve, nesse episódio, uma demonstração eloquente de quanto amais resolver os problemas da ação à luz dos conhecimentos teóricos.

A problemática da ação, prezado João de Scantimburgo, representa, a meu ver, o cerne de vosso ser pessoal, o que se manifesta em vossa atividade

como jornalista e comunicador, por sinal que ocupando sempre postos de direção, à testa do *Diário de São Paulo*, do *Correio Paulistano*, do *Digesto Econômico*, da Rádio Bandeirante ou da Televisão Excelsior –, bem como em vossos estudos de História e de Filosofia.

Nenhuma profissão mais do que a de jornalista, máxime se empenhado na observação da vida política, exige tão viva correlação entre a teoria e a praxe, pois os acontecimentos cotidianos, no plano do governo ou do parlamento, em sua fuga contraditória e incessante, somente adquirem verdadeiro significado quando o crítico sabe penetrar em seu sentido ideal, isto é, na ideia que bem ou mal inspira os atos políticos. Quem deu exemplo incomparável dessa missão teórico-prática foi o Patrono desta Casa, o nunca assaz lembrado Machado de Assis das páginas aliciantes de *O Velho Senado*, onde o evanescente ganha a força da perenidade criadora.

Foi o amor à ação que vos atraiu para o gênero biográfico, quer ao retratar de corpo inteiro a figura realizadora do empresário José Ermírio de Moraes, quer ao procurar alterar a imagem de Camões, apresentado tradicionalmente como platônico, quando o considerais um fiel seguidor de Santo Tomás. Perdoai-me a divergência, pois para mim o excelso poeta não é nem tomista nem platônico, mas sim um homem do Renascimento, mas de um Renascimento à maneira lusíada, compondo em unidade inscindível empenhos práticos e exigências ideais, valores da Mitologia e do Cristianismo, graças à força transfiguradora da Arte.

Por vosso amor à práxis, não é de estranhar que, ao estudar a História do Império no Brasil, vossa atenção tenha sido atraída para o exame do Poder Moderador, em livro que tivestes a gentileza de dedicar-me. É, penso eu, a nossa melhor análise sobre a repercussão das ideias do constitucionalista liberal franco-suíço, Benjamin Constant, nos domínios do constitucionalismo pátrio, demonstrando que, nas circunstâncias de risco que cercavam a existência de uma Nação recém-libertada e ameaçada de ruinosa dispersão – como a que perdera a América hispânica – a concentração de poderes nas mãos da autoridade monárquica, livre do tumulto das paixões partidárias, era o único modo de manter em equilíbrio tanto o arquipélago das províncias como os três clássicos Poderes do Estado. Soubestes, em suma, pôr em realce a ressonância de uma teoria orleanista, sem repercussão em suas terras de origem,

mas paradoxalmente eficaz neste lado do Atlântico, o que confirma a tão conhecida lei sobre a heterogeneidade dos fins na tela da História.

Essa vossa atração pela práxis teve um resultado curioso, enfileirando-vos, muito cedo, entre os raros discípulos de Maurice Blondel, autor de um único livro fundamental, cujo título diz tudo: *L'Action*. Como deve ter sido grato ao vosso coração o encontro desse pensador singular que compõe com tanta originalidade os valores da ação e da transcendência! Viestes, assim, confirmar o antigo ensinamento de Fichte de que a Filosofia que se tem depende do homem que se é.

Permiti que vos diga, brevemente, em que consiste, no meu entender, a originalidade de Blondel, inconformado com o conceito de Deus-motor-imóvel da concepção aristotélica, incompatível com a ideia de *criação* que é contribuição por excelência da tradição judaico-cristã, a qual importa em amoroso movimento do Criador no sentido da criatura, como fonte de *caritas*, de amor transcendental. Se Deus é o fim absoluto, não pode deixar de ser, com efeito, o alvo perene da ação do homem, fundindo-se ação com transcendência. Assim interpreto Blondel, o mais transcendente dos cultores da ação, que tanto vos atrai, concebida, conforme bem o lembrais, como "itinerário para a autêntica plenitude".

É sempre a problemática da ação que ainda vos leva a escrever livros dedicados ao "espírito paulista", ou seja, a interpretar a razão comunitária e pioneira da gente bandeirante, desde os primórdios da colonização até a Semana de Arte Moderna, e essa admirável integração dos elementos alieníge-nas em sua vida social e política, lado a lado com paulistas de quatrocentos anos; ou, então, a procurar na cultura do café a razão de ser da expansão industrial de São Paulo, sustentando, de maneira original, a tese segundo a qual a cafeicultura teria sido um dos sustentáculos da unidade nacional, como base econômica, durante decênios, de nossos quadros institucionais.

Por fim, como era de esperar-se, vossa obra filosófica fundamental intitula-se *A Extensão Humana – Introdução à Filosofia da Técnica*, o que quer dizer da ação programada segundo ditames da razão para a realização de objetivos práticos. Compreendestes que foi a técnica que converteu o Mundo Moderno em mundo Contemporâneo, graças à sua força revolucionária e uniformizante, como o notou Heidegger, pois, ao mesmo tempo que estende os

poderes do homem, condiciona-o à potencialidade das máquinas. E na ruptura técnica que podemos encontrar a causa maior do desmoronamento do chamado "Socialismo real", quando os russos se aperceberam que, não obstante o pseudocientifismo socialista de K. Marx, não era possível haver duas estruturas paralelas e conflitantes de processo científico e econômico. A tecnologia, em suma, dissolveu a ideologia socialista, assim como converteu o Capitalismo em Capitalismo Democrático. Ora, em vosso livro, que é de 1970, já apontais os valores positivos e negativos da técnica, não escondendo vossas preocupações.

Mais não será necessário acrescentar, meu caro João de Scantimburgo, para demonstrar que, sendo, como sois, jornalista, pensador e amante dos estudos políticos e históricos, estais em condição de suceder a José Guilherme Merquior, o Álvares de Azevedo de nossa Filosofia, não somente por ter-nos deixado tão cedo, mas também pelas intuições e interpretações geniais com que penetrou no âmago de nossa Cultura, descortinando-nos os valores do futuro.

Poucas vezes tive a ventura de conviver mais demoradamente com esse jovem surpreendente, mas, em nossos encontros fecundos, jamais soube o que mais admirar nele, se a sua prodigiosa erudição, se o acume da inteligência na análise dos mais singulares problemas, sempre com admirável e compreensiva visão do todo. Foi a rara altitude de seu intelecto, sensível a todas as palpitações da aventura humana, e sobranceiro a todos os modismos filosóficos, artísticos e políticos – de que faziam ruidosa praça os medíocres e os fúteis – que lhe permitiu oferecer com segurança o diagnóstico de nossa época, não tendo tido necessidade da derrocada do muro de Berlim para iluminar-nos a rota essencial da História.

Polígrafo, como bem o qualificastes, deixa-nos Merquior um acervo de obras cujo sentido global somente poderá ser captado através de reiteradas análises, que porão em realce seus méritos de historiador das ideias; de crítico, ora entusiasta, ora severo, de obras nacionais e alienígenas; do demolidor corajoso de falsos ídolos, sem jamais deixar de aprontar o que neles pode haver de universalmente valioso, como o fez, por exemplo, ao examinar as figuras de Freud ou de Foucault; do hermeneuta profundo de nosso patrimônio literário, quando revela, como bem poucos o lograram, toda a riqueza de sua sensibili-

dade estética; e, para marcar sua solidariedade com o drama de nossa gente, o pesquisador das correntes políticas da mais palpitante atualidade.

Ao longo de nossa existência, vamos compondo nossos rosários de lembranças – seixos rolados de nossa existência coloquial – transfiguradas em contas inspiradas pelo afeto familiar, ou, então, pelas que a amizade consagra, com outras mais que o convívio intelectual seleciona e projeta no horizonte ideal de nossos propósitos. Merquior foi uma das contas mais preciosas do meu doce e saudoso enfileirar de imagens, as quais, afinal, acabam se fundindo à luz do amor, da amizade e da admiração espiritual. Ai dos que não sabem ir confeccionando, para sua alegria interior e a claridade das horas de solidão, o colar dos personagens mais representativos de sua vida espiritual!

Fique-nos, pois, a imagem de Merquior como um astro na galáxia de nossas recordações melhores, e, ao contemplá-lo, renovaremos a emoção de ouvir estrelas sentida pelo poeta maior do Parnasianismo, cujos valores estéticos ele soube isentamente assinalar no tempo, por nunca ter subordinado seus juízos críticos à periodicidade das escolas. É no seio das Academias que se apreende o sentido da real eternidade das Letras, não obstante o fluxo incessante das tendências literárias. É desse sentido de permanência estética, como intencionalidade perene de beleza sob infinitas formas, que provem a nossa tão incompreendida imortalidade, menos do sujeito que ama do que do objeto amado.

E, agora, Acadêmico João de Scantimburgo, ides registrar vosso nome no Livro-Tombo quase secular desta Casa, para fazer jus ao colar e à espada com que se conclui o ritual desta cerimônia. Nem sempre se atenta a seu significado simbólico, que cada um interpreta a seu modo, mas é preciso esclarecer-lhe a imagem.

Em verdade, passais a pertencer à auriverde Companhia oficialmente reconhecida como guardiã da Língua, o solo sagrado da República das Letras, sendo o colar o símbolo de fidelidade ao dever do bom combate em prol dos valores do Idioma, donde o singular uso da espada a serviço da Linguagem, o instrumento surpreendente que quanto mais se usa tanto mais de afia.

Com fardão, colar e espada, armado cavaleiro do Idioma de Luís de Camões a Fernando Pessoa, de Castro Alves a Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, o trio de ouro de nossa Academia Paulista de Letras, e membros ilustres também da Academia *Mater*,

Sede bem-vindo!

Discurso do
SR. SERGIO PAULO ROUANET

e

Resposta do
SR. ANTÔNIO HOUAISS

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 11 de setembro de 1992*

# I

# DISCURSO DO SR. SERGIO PAULO ROUANET

Senhores acadêmicos,

neste momento de tanta alegria, gostaria que minhas primeiras palavras fossem para evocar alguém que, se vivo fosse, estaria radiante de felicidade. Peço-vos licença para convidá-lo postumamente.

Meu querido convidado se sentirá bem em vossa companhia e na de várias sombras eminentes que povoam esta Casa. Estará à vontade com Miguel Couto, terceiro ocupante da Cadeira 40, com Clementino Fraga, segundo ocupante da Cadeira 36, com Antônio Austregésilo, terceiro ocupante da Cadeira 30, com Miguel Osório de Almeida, segundo ocupante da Cadeira 22, com Afrânio Peixoto, terceiro ocupante da Cadeira 7, e com Aloisio de Castro, terceiro ocupante da Cadeira 5. Terá um diálogo amável com o segundo ocupante da Cadeira para a qual me elegestes, Francisco de Castro. E conversará longamente, reverentemente, como um discípulo conversa com um mestre 30 anos mais velho, com outro vulto ilustre, o segundo ocupante da Cadeira 5, um paulista chamado Oswaldo Gonçalves Cruz.

Já percebestes, por essa relação de nomes, que meu inesquecível morto era médico. Talvez tenhais notado, pela ênfase que dei a Oswaldo Cruz, que era médico sanitarista. E, pela emoção com que vos falo, é possí-

vel que tenhais adivinhado sua identidade: era meu pai. Paulo Luiz Rouanet dedicou toda a sua vida ao combate da febre amarela. Escreveu muito sobre sua especialidade, propondo melhores técnicas de visceroto-mia para o diagnóstico dos doentes, sugerindo medidas para ampliar a vacinação antiamarílica e sobretudo discutindo métodos para alcançar o objetivo a que consagrou o melhor dos seus esforços, a erradicação do *aedes aegypti*. Mas foi principalmente como homem de ação que ele se notabilizou. Tendo passado a maior parte de sua vida profissional no Nordeste, viajava incessantemente em lombo de burro e de jipe para inspe-cionar postos e detectar surtos epidêmicos. Quando não havia hotéis, dor-mia em pousadas; e, quando não havia pousadas, passava a noite em chou-panas. Uma noite, aceitou a hospitalidade de um matuto. No dia seguinte, ao levantar-se da rede, descobriu que o dono da casa era leproso. Tanto heroísmo acabou dando seus frutos. Leio num trabalho seu, *Serviço Antiestegômico Rural Intensivo,* de 1941:

> Agora, se me permitem, uma afirmativa arrojada que me valerá na certa o amá-vel epíteto de visionário: estou convencido de que conseguiremos, em futuro próximo, erradicar o *aedes aegypti* do Nordeste do Brasil. Tivesse eu procuração dos demais colegas, não hesitaria em declarar: de todo o Brasil.

Não, meu pai não estava sendo visionário. Pouco depois, a profecia se realizava, e salvo reincidências esporádicas a febre amarela pôde ser considera-da extinta no Brasil. Se falo em meu pai neste momento, é porque foi sua extraordinária sensibilidade literária que me infundiu o amor pela Cultura, ao qual devo hoje o privilégio de vosso convívio. Graças a ele aprendi a saborear autores como Anatole France, que minha geração já não lia. Passávamos horas a fio discutindo sobre nossos escritores favoritos, meu pai defendendo a supremacia de Eça; e eu, a de Machado. Mas, como os contendores eram tolerantes, as duas igrejas rivais acabavam se reconciliando, ecumenicamente, num superior sincretismo machado-queirosiano. Invertíamos as posições, e, enquanto meu pai elogiava o delírio de Brás Cubas, eu dizia coisas como "a forma de Vossa Excelência é um mármore divino com estremecimentos humanos" ou citava trechos inteiros de *Os Maias*.

Você se lembra, não é, minha mãe? Você assistia a nossos debates acalorados, sorrindo. É que você sabia que a Literatura Universal é algo mais que um baile a dois em que Capitu dança uma valsa com Jacinto. Você me iniciou no Teatro Clássico Francês, em Lamartine, em Hugo e em Claudel, esse mesmo Claudel que um dia visitou seu colégio, em Petrópolis, e que você saudou quando tinha dez anos de idade. Graças a você, li muito cedo a obra de vários membros desta Casa, como Alberto de Oliveira e Olegário Mariano, que você conheceu pessoalmente nos anos de 1920, em casa de Laurinda Santos Lobo, e cujas poesias você sabia declamar como ninguém.

Pensei muito em você, quando li em Francisco de Assis Barbosa que um dos professores de Lima Barreto tentava, em vão, incutir em seus alunos o amor por Racine, martelando, desesperado, versos como estes:

*Je jouissais en paix du fruit de ma sagesse;*
*Mais un trouble importun vient, depuis quelques jours*
*De mes prospérités interrompre le cours.*
*Un songe (me devrais-je inquiéter d'un songe?)*

Lembrei-me imediatamente da passagem – o sonho de Athalie – que você declamava para mim quando menino. Dócil, minha memória supriu os versos que faltavam:

*C'était pendant l'horreur d'une profonde nuit,*
*Ma mère Jézabel devant moi s'est montrée*
*Comme au jour de sa mort pompeusement parée.*
*Ses malheurs n'avaient point abattu sa fierté;*
*Même elle avait encor cet éclat emprunté*
*Dont elle eut soin de peindre et d'orner son visage*
*Pour réparer des ans l'irréparable outrage.*

Bem vedes, senhores acadêmicos, que eu tinha razão de convidar para esta solenidade meu pai morto, como tive razão de dirigir-me à minha mãe, que ali me escuta, toda ereta, com a posição decorosa que aprendeu no Colégio Sion, há oitenta anos, toda orgulhosa, sem saber que é só a ela, a ela e meu pai, que devo a honra de estar hoje entre vós.

Senhores acadêmicos,

entre os hábitos acadêmicos está o ritual de descobrir semelhanças, nos discursos de posse, entre os vários ocupantes de uma Cadeira. Confesso que falhei miseravelmente nessa busca de analogias. O patrono da Cadeira 13 e três dos seus ocupantes foram bacharéis em Direito, mas esta não é uma Cadeira de bacharéis, pois Taunay tinha formação científica, e Francisco de Castro era médico. Francisco Otaviano e Taunay eram cariocas, mas não se trata de uma Cadeira cativa de cariocas, pois Francisco de Castro era baiano, Martins Júnior e Sousa Bandeira eram pernambucanos, Hélio Lobo era mineiro, Augusto Meyer era gaúcho, e Francisco de Assis Barbosa era paulista. Otaviano, Sousa Bandeira e Hélio Lobo desempenharam funções diplomáticas, mas os estraga-prazeres Taunay, Francisco de Castro e Meyer atrapalham minha tentativa de dizer que o Itamaraty é nossa matriz comum. E se dissesse que o amor pelas Letras e pelas Artes nos une a todos? Lapalissada pífia, meu caro Rouanet, tão absurda quanto dizer que todos os ocupantes de uma Cadeira na Academia de Medicina têm em comum o fato de serem médicos. E se lembrasse o destino horripilante dos que se sentaram nesta Cadeira, vítimas de uma espécie de maldição de Tutankamen? Também não; se dois morreram antes da posse, Hélio Lobo aguentou firme na Cadeira fatídica durante 40 anos.

De repente, descubro o que essa Cadeira tem de característico: a Cadeira 13, por não ter uma vocação própria, ilustra a vocação da Academia, que é o pluralismo. A Academia é um agregado de diferenças, diferenças regionais, diferenças profissionais, diferenças políticas, diferenças de idade, diferenças de sexo. Há mulheres e homens, jovens e velhos, conservadores e progressistas, piauienses e mineiros, engenheiros e advogados. Somos a unidade dos contrários, somos uma *concordia discors*, somos a harmonia dentro da diversidade. Pois bem, que outra coisa é a Cadeira 13, senão uma réplica em miniatura dessa variedade? É por isso que, por mais que eu desse tratos à imaginação, não conseguia descobrir afinidades entre os ocupantes da Cadeira. Pois sua alma está na obstinada ausência de uma alma comum. O que Graça Aranha disse da Academia pode se aplicar a essa fração da Academia que é a Cadeira 13; ela é "a divergência das nossas ideias, o absoluto de cada um formando o relativo de todos". Ele acrescentou: "A verdade são quarenta bocas

que se contradizem." Eu não diria o mesmo dos sete ocupantes desta Cadeira, porque eles não se contradizem sempre, mas diria que são sete vozes inconfundíveis, cada uma com seu timbre próprio, com sua modulação característica. Sim, foram vozes diferentes. O Patrono, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, foi orador e jornalista, artífice do Tratado da Tríplice Aliança, político que renegou a Política, essa "Messalina impura", e de quem, ativo como foi, certamente não se pode dizer que tenha passado "pela vida em branca nuvem" e adormecido "em plácido repouso".

O primeiro ocupante, Taunay, defendeu teses liberais, como o casamento civil, a grande naturalização, a separação da Igreja e do Estado, a liberdade de cultos. Com uma bibliografia extensíssima, Taunay ficou famoso por dois livros, uma narrativa militar e uma novela, *A Retirada da Laguna* e *Inocência*. É de rigor definir esses livros, respectivamente, como a *Anábasis* brasileira e como o *Paul et Virginie* brasileiro, o que transforma esse carioca do século passado num misto de Xenofonte e Bernardin de Saint-Pierre.

Os ocupantes seguintes foram os dois que não tomaram posse: Francisco de Castro e Martins Júnior. O primeiro foi médico, filólogo, erudito e, conforme Rui Barbosa, tinha uma intuição quase divinatória em seus diagnósticos, o que me fez pensar, não sei por quê, nesse outro gênio do diagnóstico, o Dr. Cottard, contemporâneo de Francisco de Castro e mais verdadeiramente imortal que este, porque, existindo apenas como personagem de Proust, viverá para sempre nas páginas da *Recherche*. Martins Júnior foi um dos representantes da Escola de Recife e celebrou em versos hugoanos a Ciência, o progresso e o século XIX, que, segundo ele, impor-se-ia "ao culto dos pósteros" como se impõe à escuridão "um relâmpago, um raio, um brilho, uma explosão". Diante da condenação pelo fascismo dos grandes ideais do século passado e da denúncia pós-moderna da Ciência e da Razão, confesso que perco a vontade de sorrir com esses versos absurdos: é melhor consagrar um soneto ao binômio de Newton que celebrar a estética da guerra.

Seu sucessor, Sousa Bandeira, é mais famoso hoje por ter sido o tio de Manuel Bandeira que por ter escrito *Memória Histórica* e *Razões Finais*. Mas, para Alceu Amoroso Lima, Sousa Bandeira era uma requintada figura de humanista e de humorista, homem da medida e do bom gosto, que citava Goethe e Shakespeare no original.

Hélio Lobo foi antes de tudo diplomata e autor de livros sobre História Diplomática. Ao recebê-lo, seu superior hierárquico Lauro Müller louvou em Hélio o fato de que escrevia sobre assuntos de seu ofício, em vez de imitar alguns dos seus colegas, que compunham comédias entre dois pareceres e transformavam um despacho num canudo, soprando através dele músicas de opereta. O pan-americanismo advogado por Hélio Lobo esteve em eclipse durante muitos anos, pois pressupunha uma solidariedade com os Estados Unidos que parecia anacrônica na era do conflito Norte-Sul, mas o declínio do terceiro-mundismo e do movimento não-alinhado pôde dar uma atualidade inesperada a várias opiniões do autor.

O ocupante seguinte, Augusto Meyer, foi de longe o mais fino e o mais completo dos nossos ensaístas: filólogo, folclorista, lexicógrafo e crítico literário, Meyer se dava ao luxo, também, de ser um excelente poeta. Alceu Amoroso Lima vê nele uma segunda vaga de germanismo em nossas Letras, na linha da espiritualidade mística que vem de Ruysbroek e, passando por Goethe e Hoelderlin, deságua em Stefan Georg e Scheler, um germanismo mais genuinamente humanista que o primeiro, introduzido por Tobias Barreto, e que estava contaminado pelos ideais guerreiros do *Kulturkampf*.

Enfim, em 1971 empossou-se Francisco de Assis Barbosa. A data é duplamente simbólica: 13 de maio, aniversário da Lei Áurea e aniversário de Afonso Henriques de Lima Barreto.

Senhores acadêmicos,

vi Francisco de Assis Barbosa apenas uma vez, aqui mesmo na Academia, quando ele já estava combalido pela doença e minado pelo pessimismo. Não o conheci, portanto. Só tinha, por isso, vias indiretas para chegar até ele.

A mais óbvia era a leitura. Li virtualmente tudo o que ele escreveu, o que me fez conhecer melhor o pensador, mas não necessariamente o homem. Para isso, foram mais úteis os resumos biográficos. Mas, em sua secura notarial, esses dados eram obviamente insuficientes para a reconstrução de uma vida.

Recorri, por isso, a um segundo método: as entrevistas com pessoas que privaram da intimidade de Francisco de Assis Barbosa e cuja gentileza aproveito para agradecer. Depois de todos esses depoimentos, tive a impressão de

que finalmente se rompera o gelo. Francisco de Assis Barbosa e eu tínhamos ficado amigos: não amigos por toda a vida, mas amigos para além da vida. Passei a chamá-lo, familiarmente, de Chico, como faziam seus outros amigos. Sei que ele não se incomodaria com isso e espero que Yolanda também não se importe com essa intimidade.

Sim, hoje me gabo de conhecer Chico bastante bem. Sei que ele tinha um temperamento explosivo, mas sei também que era o melhor amigo dos seus amigos. Como Homero Senna, seu conterrâneo de Guaratinguetá, condiscípulo na Faculdade de Direito e companheiro de trabalho na Casa de Rui Barbosa. Como Pedro Nava, que conversou longamente com Chico na véspera de sua morte trágica. Como Afonso Arinos, cuja mulher, Anah, telefonou uma vez para Yolanda dizendo que Afonso estava com saudades dos seus quitutes. Os dois casais almoçaram, e depois Yolanda e Anah puseram seus maridos para dormirem a sesta, um ao lado do outro, deixando as mulheres livres para conversarem em paz. A morte de Nava e Arinos chocou profundamente Chico. Outro amigo fraterno foi Antônio Houaiss, com quem almoçava quase todas as semanas e que, segundo D. Yolanda, impunha enorme respeito a Chico. Outro grande amigo foi Américo Jacobina Lacombe, por quem ele se bateu junto a Juscelino, quando o presidente estava a ponto de cometer contra Lacombe uma grave injustiça. Chico tinha tanto carinho por Lacombe que, quando este se operou, ia visitá-lo diariamente no hospital. E no entanto essa amizade começou com uma briga, quando Chico criticou no jornal a nomeação de Lacombe para a Casa de Rui Barbosa, dizendo que queriam pôr a camisa verde na águia de Haya. Aliás, diga-se de passagem que o entusiasmo do Dr. Lacombe pelo Integralismo não durou muito. Certa vez, ele e seu amigo Galotti foram redigir um documento contra Plínio Salgado. Lacombe, tinha escrito: "Os abaixo-assinados acordam em que...", quando Galotti cortou: "acordam, e ponto final."

Com toda essa afetividade, Chico podia ter antipatias violentas. Adorava uma boa polêmica. Publicava artigos contra figurões poderosos. Era tão pouco convencional que, estando no poder, se comportava como um anarquista. Certa vez foi convencido a "tapar um buraco" na Casa de Rui, ocupando o cargo de secretário-executivo: o único meio de vencer sua relutância foi garantir-lhe que o martírio duraria apenas trinta dias. Chico ficou sessen-

ta, sem reclamar. Diante da estranheza dos seus funcionários, ele respondeu: "Estou gostando. Ficar no poder é bom porque a gente pode tomar água mineral com gás."

Não há nenhuma dúvida quanto às preferências esportivas de Chico: ele torcia, inexplicavelmente, pelo América Futebol Clube. Mais difíceis de precisar eram suas opiniões políticas. É evidente que eram progressistas, mas não seria fácil enquadrá-las num rótulo. Apesar de sua amizade por Astrojildo Pereira, tanto quanto sei nunca foi marxista. Foi amigo de Samuel Wainer, mas também teve uma fase lacerdista. Digamos que era um nacionalista sincero, sem nenhum tipo de xenofobia, e inimigo de qualquer forma de preconceito ou discriminação.

Chico era religioso? Alguns garantem que não. Mas D. Marcos conta que, em seus últimos anos, Chico assistia às missas cantadas de domingo no Mosteiro de São Bento e recebia a comunhão. O Dr. Lacombe também afirma que o Catolicismo de Chico era sincero e aponta o Padre Ávila como um dos principais responsáveis por sua conversão.

"Para se compreender bem um homem não se procure saber como oficialmente viveu. É saber como ele morreu; como ele teve o doce prazer de abraçar a Morte, e como Ela o abraçou". Ocorre-me esta frase de Lima Barreto, que Chico cita na sua biografia do escritor, a propósito da morte do próprio Chico. Ele morreu em São Paulo, rodeado do carinho dessa companheira extraordinária que foi Yolanda. Tinha viajado a São Paulo para participar da banca para um concurso de livre-docência. O candidato era Nicolau Sevcenko, de quem tinha prefaciado um livro. A viagem foi uma insensatez, pois Chico estava muito doente. Não devia ter ido, mas foi. Seu compromisso último foi com o mundo das ideias, ao qual tinha dedicado sua vida, e com os deveres da amizade, dos quais nunca se esquivou.

A personalidade intelectual de Francisco de Assis Barbosa foi bastante múltipla. Ele se interessou pela Literatura. Foi jornalista. Foi historiador. E foi biógrafo.

Senhores acadêmicos,

que eu saiba, Francisco de Assis Barbosa só tentou fazer Literatura de Ficção uma única vez, quando perpetrou, em 1934, a novela intitulada

*Brasileiro Tipo 7*. É a história de uma mediocridade municipal que acaba virando membro da Assembleia Nacional Constituinte e tem uma síncope cardíaca quando vai fazer seu primeiro discurso. Chico morria de vergonha desse pecado de juventude, e não se pode dizer que não tivesse razão. Às vezes, podemos sentir em primeiros esboços literários os germes de uma grandeza futura, mas positivamente não foi o caso de *Brasileiro Tipo 7*.

Foi como crítico e historiador literário que Chico realizou sua vocação pelas Letras. A brevidade do tempo me impede de comentar individualmente seus inúmeros ensaios e prefácios na área da Literatura. Citarei apenas, entre vários outros, *O Romance, a Novela e o Conto no Brasil*, publicado em 1951; uma importante introdução, em 1957, à obra de Antônio Alcântara Machado; ensaios sobre Domingos Caldas Barbosa, José de Alencar e Manuel Bandeira, publicados em *Achados do Vento*, de 1958; um prefácio de 1964 a uma seleta de contos de Machado de Assis; uma apresentação, em 1965, de *A Sucessora*, de Carolina Nabuco; uma defesa, em 1975, do regionalismo literário em prefácio ao teatro de Francisco Pereira da Silva; uma apresentação, em 1983, de livro sobre nossa *belle époque* cultural; e em 1988 uma análise magistral da obra de Manuel Bandeira: *100 Anos de Poesia*, o último estudo de fôlego que Chico lançaria na área da Literatura.

No entanto, era nessa mesma área que Chico estava trabalhando quando a morte o surpreendeu – a publicação da correspondência entre Manuel Bandeira e Ribeiro Couto.

Senhores acadêmicos,

jornalista, Francisco de Assis Barbosa o foi toda a vida. Ainda estudante, foi redator-chefe da revista da Faculdade, *A Época*, e desde 1934 trabalhou em jornais como *A Nação, O Imparcial, A Noite, A Noite Ilustrada, Vamos Ler, Carioca, Para Todos, Correio da Manhã, Diretrizes, O Estado de S. Paulo, Diário Carioca, Folha da Manhã* e *Última Hora*. Mas poderíamos dizer que, além de ter sido sempre jornalista, Chico foi antes de tudo um jornalista, mesmo quando se dedicava a outros gêneros literários?

Creio que ele responderia afirmativamente. Sua coletânea *Achados do Vento* contém prefácios, aulas, conferências, ensaios e um único trabalho que

poderia ser considerado jornalístico, uma entrevista com Graciliano Ramos, e no entanto o autor não hesita em considerar jornalísticos todos os textos enfeixados: "Entendi chamar a tudo reportagens literárias, pois, na verdade, jamais consegui me libertar do figurino jornalístico. Em tudo o que faço há sempre o traço do repórter."

Excesso de modéstia ou excesso de orgulho? Depende, pois não estou seguro se Chico via no Jornalismo um gênero menor ou a forma de expressão mais ajustada aos ritmos do nosso tempo. Em todo caso, não era "apenas" um repórter, se a palavra é tomada como sinônimo de autor apressado e superficial, que capta as impressões efêmeras do dia, sabendo que elas terão envelhecido no próximo número do jornal.

Era, sim, um repórter, no sentido de usar sempre uma linguagem simples, recusando com a ironia de quem passara pela experiência do modernismo todos os pedantismos acadêmicos. Era um repórter, também, em sua capacidade de transmitir ao leitor informações complexas de um modo inteligível, em seu talento para apresentar fatos e interpretá-los, em sua competência para estabelecer ligações rápidas entre episódios e encadeamentos instantâneos entre causa e efeito. Nisso, ele não era apenas um repórter, era um grande repórter. Repórter político, como quando cobriu a Constituinte de 1946. Repórter das vidas humildes, como quando entrevistou Fidélis, o porteiro da Academia, que gostava de usar palavras como "assaz", "porquanto", "quiçá" e "alhures". E repórter das Letras e das Artes, entrevistando com igual mestria representantes de todos os segmentos culturais, Villa-Lobos e Magdalena Tagliaferro na Música, Cardoso Júnior na Pintura, Augusto Frederico Schmidt na Poesia, Mário de Andrade na Crítica e no Ensaio.

Uma das primeiras entrevistas de Chico, e sem dúvida uma das mais rumorosas, foi a feita em novembro de 1941 com o Coronel Dilermando de Assis, que baleara Euclides da Cunha.

Em julho de 1942, é a célebre entrevista com Lindolfo Collor, realizada poucos meses antes da morte do ex-ministro do Trabalho. Talvez tenha sido o testamento intelectual do gaúcho, no qual ele reafirma com todas as forças sua fé na liberdade.

Em outubro, Chico entrevista Graciliano Ramos por ocasião dos seus 50 anos. O escritor conta sua vida em Quadrângulo e Palmeira dos Índios. Nesta,

Graça colaborava no semanário da cidade, *O Índio*, dirigido por um padre. Certa vez, em plena Semana Santa, publicou um elogio de Judas. Chico pergunta, desconfiado: isso saiu no jornal do padre? Saiu, disse Graça secamente.

Em janeiro de 1944, Francisco de Assis Barbosa faz uma entrevista-testamento com Mário de Andrade. Mário aprofunda sua autocrítica e a denúncia de sua geração, que fizera na conferência do Itamaraty dois anos antes. Combate a despolitização dos intelectuais, faz uma apologia exaltada da Arte participante e despreza a preocupação do artista com seu próprio umbigo, num momento em que a própria civilização está ameaçada. Em instantes assim, diz Mário: "O artista não só deve, mas tem que desistir de si mesmo. Diante duma situação universal de humanidade como a que atravessamos, os problemas profissionais dos indivíduos se tornam tão reles que causam nojo."

A entrevista é curiosa, também, porque contém o que constitui possivelmente a palavra final de Mário na questão da "língua brasileira". Afastar-se da sintaxe lusitana não significa uma opção pela anarquia. Para evitar a barbárie, Mário defende a necessidade de uma norma culta e de uma padronização ortográfica, qualquer que ela seja.

Em 1946, Chico faz com Otávio Tarquínio de Souza o que suponho ser uma de suas últimas entrevistas. O grande historiador do Império advoga para o Brasil "um regime de verdadeira liberdade, liberdade para todos e não somente para classes privilegiadas". Não podia haver melhor fecho para essa fase da vida de Chico.

Senhores acadêmicos,

Como historiador, Francisco de Assis Barbosa escreveu sobre todas as fases da História do Brasil, de D. João VI a Juscelino Kubitschek. Mas seu grande interesse foi a República Velha.

Não me atreveria a dizer que esse interesse tenha vindo do fato de que Rodrigues Alves houvesse nascido na mesma cidade de Guaratinguetá em que Chico veria a luz, 66 anos depois, mas não é impossível que a estátua do conterrâneo ilustre, no antigo Largo do Rosário, tenha capturado a imaginação do menino e influenciado o rumo de suas pesquisas futuras.

Uma das ideias-força de Francisco de Assis Barbosa quando ele estuda esse período é a necessidade de manter a unidade nacional contra os regionalismos e estadualismos defendidos pelos patriarcas da Velha República. As antigas províncias eram agora Estados quase soberanos. Chico não tem a menor simpatia por esse pseudofederalismo, na verdade um álibi para a legitimação dos poderes locais, das oligarquias de província, dos feudalismos caboclos, sustentados por jagunços e coronéis. A face nacional desse federalismo de coronéis era igualmente detestável – a política dos governadores, que mais tarde acabou sendo a de apenas dois governadores, a chamada política do café com leite, que levou à alternância na Presidência e na Vice-Presidência de mineiros e paulistas. Em suma, durante a Velha República, para horror de Chico, não prevaleceu o federalismo centrípeto de Rui – "os que partem dos Estados para a União, em vez de partir da União para os Estados, estão transpondo os termos do problema" – e sim o centrífugo, de Campos Salles – "o que pensam os Estados pensa a União".

Outra característica de nossa vida republicana que desperta especial aversão em Chico é a fraude eleitoral. As eleições a bico de pena e as atas falsas são fustigadas com uma veemência pouco usual entre os historiadores e infrequente mesmo em Chico. É que este seguia nisso o exemplo de Rui Barbosa, autor de um libelo tremendo contra a fraude nas eleições de 1910. Para Chico, o alistamento, o ato de votar, a apuração, o reconhecimento, tudo não passava de "asquerosa ficção" praticada sem pejo pelos donos do poder.

Mas valia a pena, realmente, lutar pelo Liberalismo de fachada da primeira República? A fraude eleitoral era uma transgressão das regras aceitas pela própria República, mas essas regras eram em si viciadas, pois a exclusão dos analfabetos reduzia a muito pouco a participação popular. Ainda que pudesse exercer em sua plenitude os direitos políticos, poderia o povo melhorar suas condições materiais de vida? Chico rastreia o desenvolvimento da questão social na República. Ela reprime o anarquismo e a greve, deportando os operários estrangeiros. Ao mesmo tempo, ensaia as primeiras tentativas de legislação trabalhista, com a aprovação no quatriênio Hermes de medidas como o dia de oito horas e a proibição de trabalho noturno para mulheres e crianças. Em geral, essas medidas permaneceram letra morta. Epitácio e Bernardes não se preocuparam a sério com o problema. Quanto a

Washington Luis, é certo que ele não formulou exatamente nos termos que ficaram famosos a ideia de que a questão social era uma questão de polícia, mas não ficou longe disso.

A verdade é que ainda não havia soado, no Brasil, a hora do Socialismo e nem sequer do trabalhismo. Muito realisticamente, Chico percebe que a prioridade, nessa fase, era a criação de um Capitalismo nacional, pela consolidação de uma burguesia interna capaz de opor-se tanto às oligarquias rurais como aos interesses econômicos externos. Modernização conservadora, portanto, encarnada pelos jovens do chamado "Jardim da Infância", agrupados em torno de Afonso Pena: Miguel Calmon, Carlos Peixoto, João Pinheiro. O programa desses jovens políticos era francamente desenvolvimentista, para usar um anacronismo que não intimidava Chico: uso do álcool como combustível para substituir o petróleo, imigração europeia, criação de núcleos agrícolas, exploração das riquezas minerais e industrialização através da siderurgia. Com a morte quase simultânea de Afonso Pena e de João Pinheiro, os velhos oligarcas voltaram à cena, com mais força que nunca. Só muito mais tarde, com a Revolução de 1930, os fundamentos da Velha República viriam a ser contestados a sério.

Entre esses fundamentos, havia também os ideológicos. Um dos que Chico verbera com mais desprezo é o bovarismo republicano, a mania de parecermos o que não éramos. Data daí nosso horror de sermos vistos aos olhos europeus como uma nação de negros. Foi o mesmo bovarismo que impulsionou os chamados "melhoramentos urbanos" – precisávamos ter avenidas tão amplas quanto as de Paris, donde a "haussmanização" do Rio por Pereira Passos no Governo Rodrigues Alves e as grandes obras realizadas por Epitácio em 1920 para a recepção do Rei Alberto e em 1922 para a comemoração do primeiro centenário da Independência.

Bovarismo que Chico identifica, também, na Literatura, inteiramente dominada pelos cânones franceses, inclusive no Modernismo, no fundo uma estética importada. Para Chico, a revolta modernista tinha sido superficial e nisso tinha analogias com o Tenentismo: este se satisfazia com o voto secreto; e o Modernismo, com a liberdade gramatical.

O balanço da Velha República parece ser, assim, maciçamente negativo. Foi a época do Liberalismo Formal, que excluía o povo; da fraude, que per-

vertia o próprio Liberalismo Formal; da autonomia estadual à *outrance*, que colocava o poder local acima dos interesses nacionais; da hegemonia dos grandes estados, que transformava numa mentira o igualitarismo federativo; da política econômica agroexportadora, que impedia a industrialização. Mas será engano meu? Sinto às vezes em Chico, nessa imersão tão longa na Velha República, uma identificação inesperada, uma certa nostalgia por um tempo perdido para sempre, uma saudade inexplicável por todos esses "mortos de sobrecasaca". Notamos isso, por exemplo, no prefácio que escreveu para o livro *Um Sertanejo e o Sertão*, autobiografia de um "coronel" da Velha República, um dos produtos típicos daquela estrutura agrária semifeudal que Chico detestava. Ora, esse "coronel" é para Chico um ancião respeitável, "baraúna que dá sombra e alento, árvore e homem, uma coisa só, o mesmo tronco rugoso e forte... entre os seus filhos, netos e bisnetos, sereno, lúcido, numa dignidade de uma vida simples, ascética, modelar". Não é mais o crítico do latifúndio que escreve, é o apologista do patriarcado rural. Gilberto Freyre não teria evocado com mais emoção esse mundo senhorial defunto. Por quê? Deixo a outros a explicação do enigma.

Senhores acadêmicos,

chegamos, enfim, ao último estrato da personalidade intelectual de Francisco de Assis Barbosa, a biografia. É justo que esse estrato venha no final, porque, como biógrafo, Chico resume, integra e ultrapassa o homem de letras, o repórter e o historiador.

Não duvido que a posteridade venha a admirar em Francisco de Assis Barbosa sobretudo as suas biografias e, de modo muito particular, a sua obra-prima, *A Vida de Lima Barreto*. Em todo caso, este é o veredicto dos contemporâneos.

É que a Biografia, como gênero, nos fascina cada vez mais, o que não deixa de ser paradoxal, porque ela tem como foco o indivíduo, este mesmo indivíduo que está sendo banido pelo espírito do tempo.

O paradoxo é antigo. Já o século XIX desvalorizava o indivíduo em nome de abstrações coletivas como os povos, as raças e as classes, e no entanto nunca a biografia floresceu tanto.

Hoje em dia cresce mais ainda o interesse pela Biografia, e isso apesar da Nova História, do *nouveau roman*, do fim do referente, da substituição lacaniana do *moi* pelo *ça*, da dissolução saussuriana do falante individual no anonimato do código linguístico e de todos os modismos galo-estruturalistas que, de uma ou outra forma, decretam o fim do sujeito. Ao filósofo neo-hegeliano que diz que só o todo é verdadeiro e ao intelectual pós-moderno que proclama a morte do homem, o biógrafo e seu leitor respondem, não repetindo, como Adorno e Benjamin, que o todo é sempre falso, ou como os humanistas retardários, que o sujeito sempre sobreviverá aos que querem assassiná-lo, mas escrevendo e compondo biografias, ou seja, reinventando um sujeito singular e mergulhando numa vida irrepetível. Simplificando bastante, podemos dizer que Chico escreveu, por um lado, biografias pouco exigentes – as destinadas ao grande público, como *Retratos de Família*, e as destinadas ao público infanto-juvenil, como *Santos Dumont Inventor* e *Machado de Assis em Miniatura*. E, por outro lado, biografias extremamente refinadas – destinadas a um público adulto de alto nível de maturidade intelectual, como *A Vida de Lima Barreto* e *Juscelino Kubitschek – Uma Revisão na Política Brasileira*.

Seria um erro subestimar as biografias do primeiro grupo. *Retratos de Família* é uma deliciosa coletânea de depoimentos sobre pessoas ilustres, feitos por seus filhos e filhas, naturalmente um tanto transfigurados pela piedade filial, mas cheios de informações fascinantes. *Santos Dumont Inventor* se destina a leitores infantis; e *Machado de Assis em Miniatura*, a adolescentes: num gênero talvez menor, duas pequenas obras-primas.

Mas esses trabalhos despretensiosos, significativos como são, não podem comparar-se às duas grandes biografias de Francisco de Assis Barbosa, *A Vida de Lima Barreto* e *Juscelino Kubitschek – Uma Revisão na Política Brasileira*.

É certo que *A Vida de Lima Barreto* é a melhor das obras biográficas de Francisco de Assis Barbosa e muito provavelmente o mais importante dos seus livros. É uma via insubstituível para conhecer Lima Barreto e fornece um prisma privilegiado para conhecer através dele as três primeiras décadas de nossa vida republicana.

Esse resultado é alcançado pelo perfeito equilíbrio entre os dois planos. Francisco de Assis Barbosa mostra como a História externa modelou a personalidade de Lima: ele foi um produto do regime escravocrata no qual nasceu e

da estrutura social injusta da República, que perpetuou as monstruosas iniquidades sociais herdadas do século passado e manteve intacto o preconceito racial. Por outro lado, Chico deixa claro que Lima foi, como jornalista militante e como romancista crítico, testemunha, observador e protagonista de sua época, e nesse sentido sua história de vida agiu sobre a História coletiva na qual estava inscrito.

Chico não teria obtido esse equilíbrio se tivesse ou ignorado ou superestimado o papel da História na biografia de Lima Barreto. A advertência de André Maurois continua válida: "O biógrafo não deve representar demasiadamente o papel de historiador. A biografia é a história da evolução de uma alma humana; a história aqui deve ser o que é para o retratista o fundo contra o qual ele coloca seu modelo."

Sem o fundo, o retrato seria fantasmagórico, porque estaria descontextualizado, privado de coordenadas espácio-temporais; mas se o fundo pesasse demais sobre o modelo, projetando-se para o primeiro plano, não haveria retrato, e sim um painel épico, com milhares de figurantes anônimos e nenhuma figura identificável.

O livro é exatamente isso: unidade harmoniosa de retrato e fundo e diálogo permanente entre os dois planos.

Chico entrelaça constantemente dois fios, um correspondente à vida individual de Lima Barreto e outro à História externa. Às vezes, esta age causalmente sobre a primeira, como o advento do florianismo, que faz o pai de Lima perder seu emprego no jornal e motiva a mudança da família para a Ilha do Governador, e a Revolta da Armada, que engendra sentimentos antimilitaristas no futuro escritor. Outras vezes, é este que age sobre a História externa, sob a forma de comentários críticos que podem ter modificado tendências sociais e políticas, ainda que de modo pouco perceptível. Em outras vezes, há interações que são ou parecem fortuitas, pontos de interseção entre as duas séries, sem que se possam determinar causalidades claras num ou no outro sentido, como a relação de Lima com o "Jardim da Infância", através do seu colega da Escola Politécnica, Miguel Calmon, ou o cruzamento entre o fato coletivo da "primavera de sangue" – repressão militar de uma manifestação de estudantes no governo Nilo Peçanha – e o fato individual da escolha de Lima para o júri que julgaria os culpados. A extraordinária habilidade de Francisco

de Assis Barbosa está em respeitar a inteligência do leitor, deixando-o tirar suas próprias conclusões. Ele se limita a intercalar fragmentos de História externa entre dois fatos biográficos, sempre atento à realidade do escritor como homem de carne e osso, com suas muitas misérias e pouquíssimos momentos de felicidade, mas atento, também, à necessidade de contextualizar sua vida, pintando o modelo sobre um fundo de História e estabelecendo uma ponte entre esta e a biografia.

Com *Juscelino Kubitschek – Uma Revisão na Política Brasileira*, Francisco de Assis Barbosa tentou uma novidade estupenda. Em vez de narrar a história de um homem e de sua época, ele pretendeu narrar a história de quatro gerações – a de Kubitschek, a dos seus pais, a dos seus avós e a dos seus bisavós – e através dela a História do Brasil, no período que se estende da Independência à posse de JK.

Se bem-sucedido, o livro seria algo como os *Rougon-Macquard* da biografia nacional: não mais, como na *A Vida de Lima Barreto*, um jogo de espelhos entre um escritor e seu tempo, mas a história de uma família interagindo com a História do Brasil independente.

O projeto não se realizou completamente e talvez mesmo não fosse realizável.

Sem dúvida, há razões contingentes, externas, como a doença e a morte de um autor, que explicam por que certas obras célebres ficaram inacabadas. Foi certamente o caso da *Eneida*. Mas foram apenas essas razões que impediram Sartre de escrever a moral que ele anunciara, ao fim de *L'Être et le Néant*, de redigir o segundo volume da *Critique de la Raison Dialectique* e de terminar sua grande biografia de Flaubert, *L'Idiot de la Famille*? Pelo menos um autor admitiu razões intrínsecas para o inacabamento de sua obra. Refiro-me a Heidegger, que na sétima edição de *Sein und Zeit* reconheceu que o livro, publicado em 1927 com a indicação "Primeira parte", não teria uma continuação. E isso porque a reflexão do filósofo evoluíra de tal maneira que a redação de uma segunda parte o obrigaria a reelaborar radicalmente a primeira.

Temo que algo de semelhante haja ocorrido com Francisco de Assis Barbosa – depois de publicar o primeiro volume, é possível que tenha se dado conta da dificuldade de completar seu projeto original.

Não que não haja informações biográficas interessantíssimas, obtidas por uma pesquisa certamente exaustiva, que vão desde a origem tcheca do sobrenome Kubitschek até as raízes francesas do prenome Juscelino, tão difundido em Minas Gerais; desde o inventário do espólio de João Alemão, bisavô de JK, até a investigação das notas do menino no Seminário Diocesano de Diamantina e do estudante de Medicina em Belo Horizonte; desde a passagem do rapaz pelo Rio até sua estadia em Paris, como interno do Hospital Cochin. Nem se pode negar que o livro contenha análises magistrais sobre a História do Brasil ao longo de quase 150 anos. Mas o problema está na interação entre esses dois planos.

Em sua introdução, Chico elucida o papel que ele quer atribuir à História usando a metáfora de Maurois: na vida de JK, a História seria o "pano de fundo" da biografia. Ora, o que ele faz é exatamente o contrário. Em *JK*, é a biografia que aparece como pano de fundo da História. Chico se afasta, assim, do sábio equilíbrio que ele havia alcançado em sua biografia de Lima Barreto entre a vida individual do romancista e a História externa.

Examinemos, por exemplo, a segunda parte do livro, dedicada ao próprio Juscelino, deixando de lado a primeira parte, em que Chico fala sobre as três gerações anteriores. O biógrafo vai da infância do seu herói até a Revolução de 1932. Lemos em seis capítulos as impressões do menino com a morte do pai e do avô, seus estudos no seminário diocesano de Diamantina, seu concurso para telegrafista, sua formatura na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, sua estadia em Paris, sua viagem ao Egito, sua volta ao Brasil depois da Revolução de 1930 e sua participação, como oficial médico da Força Pública de Minas Gerais, na luta contra os revoltosos de São Paulo.

Esse material biográfico é relativamente pobre. Mas, em compensação, que pletora de informações históricas! Em dezenas de páginas implacáveis, o livro nos diz tudo sobre o governo anômalo de Epitácio Pessoa – anômalo, porque ele não era nem paulista nem mineiro – sobre a volta ao esquema café com leite com a eleição do mineiro Artur Bernardes, sobre as cartas falsas que o obrigaram a governar em estado de sítio, sobre a eleição, igualmente conforme ao figurino, do seu sucessor, o paulista Washington Luis, sobre o lançamento heterodoxo, para o quatriênio seguinte, da candidatura de um gaúcho, Vargas, sobre a derrota de Getúlio e a eleição fraudulenta do paulista Júlio

Prestes, sobre a revolução que se seguiria a esse resultado eleitoral, e sobre o último espasmo da oligarquia latifundiária de São Paulo, na Revolução de 1932.

Dei-me ao trabalho de fazer um levantamento rápido do espaço dedicado à biografia em confronto com o dedicado à História. De um total de 181 páginas, somente 62, ou 34%, são consagrados à vida de JK; o restante, ou 66%, é consagrado à História do Brasil. E note-se que escolhi esta parte do livro por ser a mais rica em informações biográficas; quanto mais recuamos no passado, mais a biografia vai se diluindo na História.

O que se passou? Entre a biografia de Lima Barreto e a de JK, Chico trocou o retrato pelo mural, dando mais destaque à dimensão coletiva que à do indivíduo. Abandonou, com isso, a relação clássica entre retrato e fundo, pondo a História em primeiro plano e convertendo a vida em *coulisse*. Parece-me uma concepção antidialética, pois se esmagamos o indivíduo sob o peso da História, impedimos que ele se transforme em via real para o conhecimento da História. O indivíduo diz tudo sobre o todo, com a condição de não desaparecer enquanto indivíduo.

Chico não era vulgar em nada, nem quando errava. Por isso, *Juscelino Kubitschek – Uma Revisão na Política Brasileira* foi um magnífico fracasso, mas foi um fracasso. Quem sabe? Talvez seja preferível errar com grandeza a acertar mediocremente.

Gostaria de abordar uma última questão: não mais a relação entre a biografia e o leitor, mas entre a biografia e o biógrafo.

Sabemos que o artista se exprime através de sua obra. Não há dúvida de que Stendhal se exprimiu através de Fabrice del Dongo, Julien Sorel e Lucien Leuwen; de que Balzac se exprimiu através de Félix de Vandenesse; e de que Flaubert se exprimiu através de Madame Bovary: *Madame Bovary, c'est moi*. Chateaubriand sintetizou numa frase essa tendência de todo artista: *On ne peint bien que son propre coeur, en l'attribuant à un autre*.

O que é menos banal, mas igualmente verdadeiro, é que pode haver também uma relação expressiva entre o biógrafo e seu herói. Assim como Proust se exprime através da *Recherche*, o biógrafo se exprime através de Proust. Ele escolhe seu herói para responder a uma necessidade secreta de sua natureza. André Maurois conta que escreveu a biografia de Shelley, porque o poeta inglês encarnava uma situação que o próprio autor estava vivendo na

época – o conflito entre os ideais e a realidade; e a de Disraeli, porque através dele podia exprimir seu próprio pensamento político, o conservantismo popular, que concilia o respeito da tradição com as reformas dentro da ordem. O herói presta ao biógrafo o serviço de exprimir suas pulsões e fantasias, ou mesmo de ajudá-lo espiritualmente. Pois muitas vezes o biógrafo pertence ao número daquelas "almas ternas" de que fala Sainte-Beuve, "almas segundas, que se associam a uma alma ilustre e se enfeudam à sua glória". Ao escrever uma biografia, o autor como que convida o herói morto a renascer, incorporando-o a si. Ouçamos o que diz Ernst Jünger: "Deixamos os mortos chegarem até nós; eles amadurecem e se suavizam; eles crescem em nós com raízes póstumas; somos o verdadeiro campo, a verdadeira terra dos mortos; eles querem ser sepultados em nossos corações."

Nessa metáfora, os heróis dependem do biógrafo ao mesmo tempo jardim em que eles crescem e jardineiro que cultiva a terra.

É no mesmo sentido que Walter Benjamin diz que temos o dever de salvar os mortos, para evitar que a derrota dos oprimidos se torne definitiva.

> Não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado no passado? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Se é assim, existe em encontro marcado entre as gerações precedentes e a nossa... Pois a nós, como a cada geração, foi concedida uma frágil força messiânica, para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser ignorado impunemente... Pois irrecuperável é cada imagem do passado que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela.

Sabemos que Lima Barreto se exprimia através dos seus personagens. Lima se autorrepresenta ora em Isaías Caminha, ora em Gonzaga de Sá, ora no amanuense Augusto Machado. A questão agora é: considerando a importância absolutamente primordial que tem Lima Barreto na carreira intelectual de Francisco de Assis Barbosa, podemos dizer que ele se identifica com o romancista e se exprime na *A Vida de Lima Barreto*?

Chico e Lima diferiam na cor e na condição social, mas isso não impede a identificação: esta não supõe uma convergência total entre duas personalidades, e sim um encontro parcial, a partir de um ou mais traços comuns.

Há muitos desses traços. Os dois foram jornalistas, ganhando o pão com esse trabalho. Há coincidências curiosas, como o fato de que Lima se

candidatou à mesma Cadeira na Academia que a ocupada por Chico. Há até manias comuns, como a do compadrio. O tema aparece na obra de Lima Barreto (Olga, a suave afilhada de Quaresma, o pequeno Aleixo Manuel, afilhado de Gonzaga de Sá) e em sua vida, pois o escritor era afilhado de Ouro Preto e tinha ele próprio vários afilhados. Ora, Chico adorava ter compadres, todos amigos eminentes, como Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira e creio que Di Cavalcanti.

Mas é óbvio que há afinidades mais fortes. Chico e Lima sempre detestaram o culto da Arte pela Arte. Foram ambos escritores militantes. Os dois se bateram contra a impostura, e por isso foram antibovaristas, contra a repressão política, e por isso sempre defenderam a Democracia, contra o Imperialismo, o que dava matizes nacionalistas a suas posições, contra o preconceito de raça, e por isso eram liberais, e contra a exploração social, e nessa medida eram socialistas.

Eis por que Chico não somente se identificou com Lima como o redimiu, no sentido de Benjamin. Ele o acolheu em sua alma. Colocou-o em seu livro. E o salvou para milhares de leitores.

Senhores acadêmicos,

só me resta agradecer-vos pela generosidade de terdes me chamado a ser um dos vossos.

Agradecer, também, ao Presidente Austregésilo de Athayde por ter designado para receber-me Antônio Houaiss, *gentleman and scholar*, amigo incomparável, linguista e lexicógrafo, epicurista delicado, grande pescador diante do Eterno, igualmente capaz de dizer não, como Mefistófeles, e sim, como Molly Bloom – *não* à ditadura militar e *sim* à vida – *yes, yes, yes,* como no delírio final do grande livro que ele traduziu.

E agradecer o destino por ter me reservado, na Academia, de todas as Cadeiras a mais habitada pelo espírito da diversidade e portanto a que mais convém a um modesto pensador iluminista, sempre sensível a essa síntese de todas as diversidades que é o gênero humano.

É nesse universalismo concreto que me sinto ligado a Francisco de Assis Barbosa. E ao pobre grande homem que ele retratou, o aspirante à

Cadeira em que me sento, Lima Barreto, leitor de Voltaire, Diderot e Condorcet, iluminista ele próprio em sua fé no progresso e na solidariedade entre os homens. Pois ao fim e ao cabo é dele a mais bela expressão em nossas Letras do sonho da unidade humana: segundo Lima Barreto, "a comunhão dos homens de todas as raças e classes, fazendo com que todos se compreendam, na infinita dor de serem homens, e se entendam, sob o açoite da vida, para maior glória e perfeição da humanidade".

# II

# RESPOSTA DO SR. ANTÔNIO HOUAISS

Faz vinte e um anos que sou desta Casa, a que, estatutariamente, estou vinculado *ad vitam*. Por pouco, outro seria o vosso recipiente ou receptor, numa relação morfológica que vos faz recipiendário, vale dizer, dois nomões quase feios para dizerem, neologicamente, o que vos acolhe e o que é acolhido. Realmente, sinto-me muito mais como acolhedor e vos vejo muito mais como acolhido, numa relação afetuosa de acolhida, em que há ecos de escolha e recolhimento. O fato é que, sobrevivente de vinte e um anos desta minha maneira de ser e não ser solitário, hoje quebra-se essa rotina temporal, que já fazia suspeitar-me homem sem relações com o mundo dos homens, um quase zumbi...

Mas, na tarde mesma em que acabáveis de ser eleito, o vosso e nosso e meu Presidente, Austregésilo de Athayde, seguramente sem vos consultar a tal respeito, me disse que me caberia receber-vos, ou recepcionar-vos, noutro verbão que não me agrada. Assim, entre nomões e verbões desagradáveis – desagradáveis, talvez, só para mim – aqui estou, e vô-lo digo sinceramente, muito feliz de aqui estar nesta função. Levara o Presidente em conta, certamente, primeiro, o fato de sermos ambos cariocas, depois, o fato de por um bom par de anos ou mais havermos servido na delegação permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, de 1962 a 1964, ano em que o meu amigo e ministro de Estado João Augusto de Araújo Castro me removeu abruptamente

para Montreal, como cônsul geral, com o que supunha poupar-me de punições revolucionário-gloriosas – pois que de que outro modo poderia eu aqui referir o estigma que queriam impingir-me e que me foi desde então brasão de honra?

Desse modo, o nosso convívio quase fraterno – que, se não o era, é porque já me sentia vetusto em face de vossa juventude – esse convívio fraterno não teve prosseguimento, senão em episódicos reencontros ao sabor das nossas andanças neste mundo cada vez menor. Mas é bom recordar, daqueles tempos, a colegas seus e meus, quase todos de vossa faixa etária, como Marcos Castrioto de Azambuja, Luís Cláudio Pereira, João Augusto Médici – e seria um rosário de bons nomes, na minha saudade, se quisesse citá-los todos, entre os mais velhos e os já mortos. Poupemo-nos.

Investido quase sempre de tarefas conexas com o pequeno mundo – que não raro petulantemente se crê o mundo – repito, o pequeno mundo da economia, em que luzíeis garra e devoção, ninguém suspeitaria que havia em vosso imo espírito a busca de certa universalidade de cultura que já discretamente vos marcava e que veio depois marcar-vos ostensiva e maduramente, por vossa aplicação a uma obra de alta seriedade crítica – filosófica, sociológica, politológica, histórica, cultural.

É que vindes sendo na carreira partícipe conspícuo de uma das quatro frações em que – pilhérico-seriamente – a divido, faz já bom tempo, isto é, desde quando a exercia. Na prática, cada diplomata é, ao ser nomeado esplendoroso terceiro secretariozinho, beneficiário de uma bolsa, de estudos ou de degenerescências, privilegiada. É que o diplomata – e não apenas o brasileiro, digo-o enfaticamente – o diplomata, por mais árdua que possa ser a sua profissão em certas conjunturas, tem sempre tempo disponível para aperfeiçoar a sua vocação, esse chamamento interior que é uma nuga de livre arbítrio com que cada um, não raro inconscientemente, propende para algo e não para al (que Língua, a nossa, que bela!), para isso e não para aquilo, para o aqui e agora e não para o depois e eterno. Desse modo, se hedonista de base, pode brilhar em requintes mundanos, ou etílicos, ou gastronômicos, ou enofílicos, ou eróticos, ou mesmo transeróticos; se obrador compulsivo, pode produzir relatórios infindos e multiplicados de *omnia re scibile*, sabendo, embora!, que correrão o risco de serem pouco ou não serem sequer lidos; se artista, pode fazer-se poeta, romancista, viajor de andar e ver, pintor, escultor; se inquiri-

dor, das coisas ou de si mesmo ou dos outros, pode estudar e aprofundar suas buscas e indagações, tendo, não raro – eu diria mesmo quase sempre – os lazeres para transformar a estes em deveres com prazeres estudantescos nas áreas mais díspares, na Economia, na Sociologia, na História, nas Ciências Exatas, na Filosofia – como foi, é e será sempre o vosso caso, pois não sois da grei que busca o PhD pelo PhD... Ao contrário, o vosso caso foi outro, o de vos resignardes aos títulos, pois que, sem ironia, éreis jovem, tínheis saúde e garra, vontade e sonho, e ambição de vos dardes, porque púnheis alegria e esperança nessa coisa frágil e bela que tão mal chamamos condição humana.

Estou certo de que, *Deo volente* e com a bênção de nosso D. Marcos Barbosa, tudo isso vos conserve até virdes a ser um dos nossos venerandos nonagenários – como o são esse brasileiro sem par, sem jaça, sem medo e sem reproche, que é Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, esse brasileiro que fez de falsos *vana verba* alicerces da Declaração dos Direitos Humanos, que é Austregésilo de Athayde, e esse brasileiro que faz do amor aos semelhantes, pela Educação e pelo culto da nossa Língua e pela criação poética, um modo de ser exemplar, que é Abgar Renault. Oxalá tais exemplos vos comuniquem a alegria da centenariedade em que vos inscrevereis.

Volto ao terra-a-terra: não vou listar aqui os postos diplomáticos em que servistes, nem as funções que vindes exercendo. Seria burocrático e aparentemente impertinente, ainda que nos coubesse – a nós todos – conhecer dos meandros das sociedades humanas nas suas aparências microcósmicas – ah! o Itamaraty! tão espelho dessas mazelas e grandezas, grandezas enquanto apenas grandezas humanas! Baste-nos recapitular que em Washington, em Genebra (onde vivi, muito antes, dois anos de encantamento com a minha Ruth), em Zurique e em Copenhague, já aqui alçado a embaixador, omitida Nova York, pudestes conviver com mestres e universidades, onde pudestes fazer vossas pós-pós-graduações, em Ciência Política, de 1960 a 1964, em Filosofia, durante igual período e, já na Universidade de São Paulo, vosso doutorado de Politologia, quando, em 1980, havíeis atingido a maturidade de vossos quarenta e seis anos de idade: que, para mim, quase octogenário, são o vestíbulo moderno do *il mezzo del camin* – já que estamos no caminho de uma expectativa de vida de 73 anos para os homens e, felizmente, de 83 anos de vida para as mulheres – fonte de vida, fonte de amor, fonte de sobrevivên-

cia, fonte só – creio – de humanidade: homens de todo o mundo, desuni-vos ante as mulheres!

O imprevisto, da ordem do improvável, cumpre muito de cada vida. Tínheis em 1991 um respeitável cabedal de Cultura de relativa repercussão nacional, quando itinerastes – vede o verbo, e era vossa presunção – por Brasília, na intenção, aliás, de rotina profissional, de logrardes ou obterdes ou conseguirdes ou postulardes um novo posto, fluidos que já eram três anos de Copenhague. A Secretaria de Cultura da Presidência da República estava, por circunstâncias que não cabe aqui recapitular, vaga. Não era, literalmente, sopa no mel – expressão paremiológica que nos avisa de que era bom pôr um pouco de mel na sopa, em outras épocas, o que já cumpri certa vez e tive como contraprova a prova de que os gostos tendem, eles também, a mudar no espaço e no tempo. Sopa no mel, aqui ficastes como Secretário da Cultura e aqui vos pareceu bem concorrer à vaga aberta nesta Casa por meu saudosíssimo e nosso prestante confrade Francisco de Assis Barbosa, para cuja memória abro este parêntese:

No vosso antecessor, podeis ter a certeza de um operário intelectual que pôs em todo trabalho de seu espírito o maior empenho em aperfeiçoar-se e aperfeiçoar a visão dos temas e problemas que enfrentou. A partir de um romance alígero – eufemismo de ligeiro? – e de um Jornalismo inicialmente ligeiro – eufemismo de alígero? –, o nosso Francisco de Assis Barbosa, nosso querido Chico Barbosa, cresceu dia a dia, realizando uma obra que é laurel da Cadeira que já agora ocupais *ad vitam*. Mais de uma vez vos caberá falar sobre ele e ela, e isso vos será sempre grato, tão ricas são elas, incluindo-se nessa gratidão a gratidão com que vos reouvirei a tal respeito. Fecho, como vedes, o parentesezinho, cheio, entretanto, da minha funda saudade.

Vossa produção intelectual é, no essencial, a relação homem:cultura, sabendo que aí homem quer dizer sociedade:indivíduo, quer dizer, cultura:espaço/tempo, quer dizer planetização:hominização. Estimamos que entre um milhão e oitocentos mil a um milhão e quinhentos mil anos atrás, o *Homo erectus* já vivia na Terra com uma população de um milhão de seres. Estimamos ainda que, transitando ou emergindo como *Homo sapiens*, entre 220-140 mil anos atrás, há 10 mil anos apenas, atingíamos 10 milhões de seres, já presentes em quase todos os pontos do ecúmeno, numa dispersão tal que não é inverossímil que houvesse então cerca de 20 mil grupos humanos

separados, numa diáspora que, vindo das origens, se manteve desde as origens. Tal diáspora perdurante teria criado 20 mil culturas diferentes. Aí então – embora provavelmente oriundas de um só foco inicial – haveria 20 mil línguas diferentes, pois a Língua é que é o vetor de qualquer cultura, havendo desde sempre uma relação necessária e inseparável entre homem:sociedade:língua:cultura – vale dizer, sem algum desses quatro elementos é de crer que não haja nem os quatro elementos, nem qualquer um, nem quaisquer dois a dois, nem quaisquer três a três.

Todas as sabedorias e Ciências do passado, Históricas ou Naturais, se fundam em documentos e racionalizações e racionalidades. O passado das coisas mentais só se tornou documental com a invenção da escrita. E esta só se fez de uso literoverbal – antes, era apenas contábil – há pouco mais de três milênios. Há três milênios já aparecera o que se viria a conhecer generalizadamente como *ásti:pólis:urbs:civitas*, quando começa a modernidade do homem, ou seja, a História, em oposição a tudo que fora humanamente anterior, a Pré-História. Essas nomeações, recentes, se justificaram em função da documentação verbal pela escrita e em função de um fenômeno extremamente raro: se todas as culturas se fundaram sobre uma língua, todas as línguas tiveram e têm sua oratura – essa reserva oral de sapiências, parêmias, relatos, mitos e afins –, mas apenas umas muito poucas têm literatura, embora esta tenha sido tentada, mas malograda, num número muito maior.

Vós sois um pesquisador da Cultura naquilo em que ela se corporifica como Literatura, *lato sensu*. Não sem razão vindes de Platão, e a tradição oral recolhida por escrito ao seu tempo ou pouco antes, a Freud e seus herdeiros, abrangendo um arco de círculo que, na literatação, é presuntivamente completo.

O traço mais emocionante e comovente de vossas análises e sínteses e exegeses é que, realçando com isenção quase ideal o contraditório ou mesmo caótico das documentações entre si, lograis sínteses de uma incomparável – e, por isso, perigosa – coerência e harmonia. É como se requintássemos em ressaltar que, se nos entredevoramos (meu Chico Barbosa enfatizaria *entredevorámos*), nos entre-exploramos, nos entredesrespeitamos, uma outra marca do homem, a luta pela racionalidade tem sido – ou pelo menos tem tentado ser – a construtora de nós mesmos. E se muita escória se tem gerado no nosso percurso, a só esperança – para vós como para parte cada vez maior da humani-

dade – está na racionalidade racional, holística, de tudo e qualquer nuga para com tudo. Todos os homens sabemos que não podemos construir um muro que subsista contra a racionalidade obtida por todos com erguer muros, vale dizer, com respeito, no mínimo, dessa coisa a que damos o nome de gravidade. Mas o fato é que frequentemente os muros se erguem onde passam a ser cizânia, agressão, opressão, luta, esbulho, isto é, a racionalidade particular ou setorial com que são erguidos é contrária à nacionalidade holística. Claro que há as interferências ou ambiências ideológicas, que não devemos esquecer – mas cujo não-esquecimento não invalida a tese.

A busca da racionalidade vos levou a ser um homem da Ilustração, e, vendo-lhe as marcas vocativas do seu humanismo ou de sua humanizabilidade, vos fizestes homem do Iluminismo. E o pregais nas vossas obras com a dignidade dos santos, profetas, sábios e filósofos.

Vede, por exemplo, a garra – vem-me esta palavra mais de uma vez como um traço da vossa personalidade – vede a garra, airosa e benévola, é bem verdade, com que buscais levantar os véus da confusão verbal que medra em torno dos níveis e áreas conceituais da palavra *cultura* e as realidades em que se manifesta. Sabemos que podemos pensar uma Cultura Americana, dentro da qual apreendemos uma Cultura Latino-Americana, dentro da qual se pode ver a Cultura Hispano-Americana, em cujo bojo há uma Cultura Sul-Americana e, assim, dentre várias, a Cultura Brasileira, com, por exemplo, a Cultura Cearense, com a caririense e, no passado, a da Serra dos Padres com que a minha imortal Rachel de Queiroz agora nos oferece seu estupendo *Memorial de Maria Moura*, saga das origens da fronteira cultural entre a cultura do cangaço e suas origens e a cultura da opressão organizadora, em cujo interior se faria a do xiquexique – e iríamos ao infinito das particularizações ou das generalizações.

Sabemos que, Brasil afora, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, nos vales e montanhas, onde quer que haja brasileiros ou onde quer que se forjem brasileiros, há uma tradição-transmissão rica, diversificada, com uma criação musical saborosa, coreografias, e culinárias, e artes visuais superficiais ou tridimensionais, e a utilitária, e a funerária, ao lado de uma estupenda oratura, cantada ou declarada ou relatada, em trânsito para certa literatura cordelesca que ressuscitam as folhas volantes de certa fase final da medievalidade europeia ou

oriental. Sabemos que temos nisso razão para crer que, nesse imenso mosaico, há ainda uma segura intercomunicação entre os elementos limítrofes das suas variedades e variações.

Aqui há uma área de grave ambiguidade judicatória em que vindes buscando assumir posição inequívoca, anterior, fique claro, à vossa atual investidura oficial. Esta nossa classe dominante, que de regra dá a grande fração da dirigente e afeiçoa tanto quanto pode os aparelhos ideológicos do Estado, essa dominância e dirigência vêm montando sobre a ufania dos grandes contingentes humanos nossos um suspeitíssimo louvor, que vem contaminando as doxias domesticadas como se foram ortodoxias, isto é, expressão correta do julgar geral: com todas essas qualidades práticas, estéticas e éticas, somos um povo quase perfeito, que temos quase tudo que importa e que, se não temos, devemos pacientar, pois é quase certo que chegaremos lá. Nossas dominâncias e dirigências, assim, coonestam seu bom êxito de usufrutuários e o malogro de sermos, por cinco séculos, povo sem educação de base, sem alimentação decorosa, sem sanidade, sem sanitariedade, sem morada, sem locomobilidade. Somos o paraíso futuro, não à feição daquele paraíso escolhido como refúgio suicidário por um grande europeu, sim do profetismo louvaminheiro mas tão belo do letrado da frota de Cabral.

Sei que não vos enganais quanto a esta minha iracunda digressão. Sei que percebeis que, procedente ou não procedente, estou opondo essa visão do nosso povo – e, de cambulhada, dos chamados subdesenvolvidos – à esperança palpitante em toda a vossa obra de pensador político e de filósofo. Dela, emerge a mais racional racionalidade, aquela que permite crer que, volentes e benevolentes, os homens saberão espancar, na prática, as mazelas sobre as quais nos vimos destruindo para construir um campo societário algum dia comum, em que possamos conviver na solidariedade. Vossa obra filosófica está profundamente eixada nesse, não direi pressuposto, mas pós-suposto, que extraís da teoria analítica com que discutis, em geral montado sobre textos originais, gregos, latinos, alemães, franceses, italianos, espanhóis, quem sabe que outros mais – vós que, em contrapartida, nos tendes dado (não raro em colaboração com vossa maravilhosa mulher, esposa e companheira Bárbara) traduções de originais complexos e difíceis.

Maravilhados com um futuro tido e inculcado como certamente radioso, vimos – como povo – suportando a objetividade escandalosa da nossa miséria, subproduto de uma concentração de recursos, sobretudo fundiários e também das riquezas e da renda, que raia gritantemente com a mais torpe irracionalidade, concentração que se afirma mais ainda no oligopólio dos meios de comunicação de massa e monopólio da ortodoxia, esta falsamente apresentada como ninho de heterodoxias e particularismos, o que serve, exatamente, para fragmentar a possível futura contestação, que permita transformar o presente cada vez mais gangrenoso num futuro em que se inicie uma relativa lenta longínqua trabalhosa construção de um tímido igualitarismo prudencialíssimo. Nessa ilusão, somos embalados. E vós mesmo vindes fraturando essa concórdia celerada com mostrar, incansável e militantemente, que é uma ilusão também presumir que se possa erigir um futuro nacional sobre nossas expressões ágrafas, típicas de uma humanidade do século XVIII para trás, quando a luta pela concórdia e pela solidariedade tem que ser encetada pelo homem emerso do Iluminismo. Que homem é esse?

Vossos estudos e trabalhos todos permitem que um intérprete, mesmo de medíocre culturalização como eu, veja neles e compreenda mercê deles que – se não houve o mítico e hipócrita fim da História (não estará ela acaso iniciando-se?), se não o houve – há a possibilidade, grifo, a *possibilidade* de o *Homo rationalis* criar o mundo do convívio societário intercultural solidário. Vossa obra, a tal respeito, é de poderosa coerência.

A empiria, porém, vos propõe dilemas e problemas de cuja formulação mínima não fujo, aqui e agora, não sei bem se com isso querendo, inconsciente ou subconsciente ou hiperconscientemente exibir-me (do que me penitencio mil vezes) ou se querendo assim vos reptar para vos dardes mais e mais aos vossos estudos e deveres e fazeres (com íntimos prazeres, espero!), graças aos quais a dignidade de vossa obra possa crescer nos horizontes desta nossa aventura espiritual brasílico-brasiliense-brasileira.

Há, na minha angústia de precariamente informado, dados empíricos – volto ao termo – que propõem, a mim, a vós, a nós, a todos, a questão que os encontros internacionais de Genebra, pelos idos de 1949-1950, propunham: o progresso moral tem correspondido ao progresso técnico? A questão me vem desde então obcecando, na busca de uma resposta racional. Vosso esfor-

ço, em toda a vossa obra, frutifica não apenas na esperança, senão que mesmo na evidência de que há, lenta embora, a emergência da racionalidade que dará ao homem a concórdia e sobrevivência para todos minimamente desejável, por via do florescimento progressivo da democracia, ainda que por ora sempre ainda monopolizada por dominâncias e dirigências inautênticas, lococêntricas, concentrocêntricas.

Acima ou ao lado ou por baixo das teorias e abstrações e generalizações, há dados concretos, factuais, empíricos que eu – timorato, mas amoroso da vida, ainda que já me preparando para dela despedir-me – não vejo como conciliar com certas convicções escatológicas, ou epifânicas, ou soterológicas. Referi-me em algum ponto desta fala ao fato de que em dois milhões de anos como *genus Homo*, ou pelo menos em 200-140 mil anos como *Homo sapiens*, chegamos apenas, há dez mil anos, isto é, ontem, a dez milhões de criaturas. Há dois mil anos, em tempos de Cristo, seríamos entre 350-450 milhões de seres. E só atingimos um mil milhões – que chamamos (nestas nossas latitudes) um bilhão – de homens em 1800. Hoje, duzentos anos depois, isto é, num fracionésimo de tempo, somos quase seis bilhões, numa prolificação proliferante poluidora que acena com prenúncios catastróficos que não se congeminam com os horizontes de esperança e concórdia:

1) a Terra deveria contentar-se com dois bilhões e quinhentos milhões de homens, os sós predadores de sua fecundidade, caso em que, reciclando-se permanentemente, poderia dar-nos seus bens indefinidamente;

2) somos agora já quase seis bilhões, com a particularidade de sermos um bilhão de ricos e quase cinco bilhões de pobres, sendo que cada rico "equivale" a 150 pobres, como se a Terra estivesse sustentando 155 bilhões de fantasmas humanos;

3) a poluição demográfica humana antecipa-nos que, no ano 2025, isto é, em 34 anos, seremos um bilhão e 400 milhões de ricos e – pasmemos – sete bilhões e 600 milhões de pobres.

A partir de 1800, aplicaram-se dois recursos humanos sobre a Terra: a Grande Medicina, que varreu as epidemias e endemias, em todas as latitudes e longitudes, para que nas partes saneadas não houvesse recidiva suscitada pelas partes não saneadas; e a Grande Educação, aplicada tão somente em certas áreas do mundo. Até 1800, as mulheres e casais fecundos tinham tantos

filhos quantos Deus fosse servido dar-lhes; mas o Diabo lhes tirava quase todos. A partir, progressivamente, do concurso da Grande Medicina e Grande Educação, as proles se reduziram, voluntariamente, de tal modo, que o incremento das populações locais se estabilizou. Onde a Grande Educação não chegou, a prolificação anterior continuou, mas sem as hecatombes de antes: as prolíficas de vinte filhos, em lugar de os ver reduzidos a três, quatro, tiveram a ventura ambígua de vê-los sobreviver como quinze, dezesseis e mais.

Já existe, assim, a explicação dessa poluição ou pululação ou purulentação. Como conciliar o tempo lentíssimo de maturação de nossa racionalidade com o tempo rapidíssimo de nossa explosão biológica, fisiológica, demográfica, carencial, miserabilizante, hiper somalizante?

Perdoai-me, meu querido Sergio Paulo, se vos proponho – não contestatoriamente – questões a que não sei responder e cujos horizontes previsivelmente catastróficos me angustiam. Será que os grandes decisores irão piedosamente fazer-se corregedores, multiplicando santificadas Hiroximas, Nagasákis, Tempestades no Deserto *et caterva*?

Quero-vos tão bem e vos admiro tanto, que só explico o diabolismo que me guiou nesta saudação de um modo: suspeito que me dareis uma resposta. Escusa dizer que não só com isso vos delego a certeza do meu tributo de minha nutrida amizade. Aqui nesta Casa vereis, deste instante em diante, que fostes, como todos os outros, eleito pela unanimidade desta confraternidade que, guardando sua independência e autonomia mental e judicatória, se renderá, já se rende, fraternalmente a um novo irmão.

No que me resta de tempo vivituro, terei a alegria de conviver convosco nesta Casa, que passa a ser vossa mais que minha e nossa, por serdes mais jovem e mais vividouro. Sede, pois, bem-vindo!

Discurso do
SR. DARCY RIBEIRO

e

Resposta do
SR. CANDIDO MENDES DE ALMEIDA

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 15 de abril de 1993*

# I

# DISCURSO DO SR. DARCY RIBEIRO

Meus nobres pares, aqui estou, cumprindo o velho, sábio, rito acadêmico de incorporar-me à nossa Casa, recordando aqueles que me antecederam na Cadeira II.

Confesso que me dá certo tremor d'alma o pensamento inevitável de que, com uns meses, uns anos mais, algum sucessor meu, também vergando nossa veste talar, aqui estará, hirto, no cumprimento do mesmo rito para me recordar. Vendo projetivamente a fila infindável deles, que se sucederão, me louvando, até o fim do mundo, antecipo aqui meu agradecimento a todos. Muito obrigado.

Estou certo de que alguém, neste resto de século, falará de mim, lendo uma página, página e meia. Os seguintes menos e menos. Só espero que nenhum falte ao sacro dever de enunciar meu nome. Nisto consistirá minha imortalidade.

* * *

Não resisto à tentação de contar um sonho que sonhei há dias sobre minha posse na Academia. No sonho, éramos três os acadêmicos a empossar,

eu mesmo, Santiago Dantas e Victor Nunes Leal. Não sei por que precisamente eles. Seriam, sem dúvida, boa companhia.

Juntos, vestindo túnicas gregas de colorido tailandês, admirávamos, guiados por Santiago, a beleza do edifício catedrático da Academia, encimado por estátuas de Aleijadinho. Lá estavam, eu vi, um Isaías de barbas encaracoladas, que iam até os joelhos, e um esplêndido Daniel andrógino.

Erramos de corredor e fomos dar num salão em que se comemorava o centenário dos Correios e Anísio Teixeira – que nessa altura entra no sonho – teve que discursar sobre o prodígio de levar uma carta a qualquer lugar do mundo.

Saindo dali, entramos, por fim, no edifício de minha Academia onírica, através de um extenso corredor, que ligava umas grandes portas, todas trancadas. Fomos dar, então, num pátio empedrado, onde uma precaríssima escada de madeira dava acesso ao Salão Nobre. Santiago e Victor passaram. Eu fiquei entalado num sino enorme de bronze, ao qual não poderia me agarrar, porque era liso e escorregadio demais. Acordei apavorado de medo daquele sinão badalar.

Que significa isto? Sei lá... Sei apenas que reflete meu enorme apreço por nossa Academia.

* * *

Meditei nesses meses de espera da glória acadêmica, buscando o que dizer aqui, agora.

Queria alguma coisa definitória que me unisse à Comunidade em que hoje me integro, dos acadêmicos presentes, dos acadêmicos de ontem, dos acadêmicos de amanhã.

Só achei de assinalável o fato notório de que somos todos intelectuais brasileiros. Vale dizer, expressões mais ou menos lúcidas do saber culto de nosso povo. Parcela da inteligência, fiel e genuína, de que o Brasil dispõe para entender como viemos a ser o que somos e, sobretudo, para iluminar nossos caminhos futuros. Este componente de lucidez é, provavelmente, o que mais nos falta para deixarmos de ser o resultado residual da História, para sermos fruto e produto do nosso próprio projeto de Nação e de Civilização.

O Brasil surge e se edifica a si mesmo, não em razão dos desígnios dos seus colonizadores. Eles só nos queriam como feitoria lucrativa. Contrariando suas expectativas, nos erguemos, imprudentes, inesperadamente, como um novo povo, distinto de quantos haja, deles inclusive, na busca de nosso ser e de nosso destino.

Somos um rebento mutante, ultramarino, da Civilização Ocidental Europeia, na sua versão ibero-americana. Produto da expansão europeia sobre as Américas, que, destruindo milhares de povos, modelou com o que restou deles uns poucos novos povos, uniformemente refeitos. Todos configurados como extensões da metrópole que regeu a colonização, impondo sua língua e suas singularidades.

Com efeito, uns quantos soldados latinos e suas cinquenta gerações de filhos, transfigurando-se, sucessivamente, ao longo de mil e quinhentos anos, debaixo de toda sorte de opressões e padecimentos, plasmaram a forma lusitana. Saltando o mar-oceano, há quinhentos anos, aquela Lusitânia prístina veio ter aqui, para cumprir, em nós, seu destino mais alto: fazer Brasil.

A Europa não conseguiu fazer o mesmo no Oriente, cujas populações, muito mais densas, absorveram o assalto, conservando sua própria cara. Também não na África, que constituiu, por séculos, mera reserva de mão-de-obra de que os europeus tiraram mais de cem milhões de escravos, enquanto o músculo humano foi a fonte energética principal do sistema produtivo. Quando o trabalho manual obsolesceu, a África tinha mantido sua tribalidade, desde a qual se esforça, hoje, para compor suas próprias imagens étnicas.

Nas Américas, não houve nunca possibilidade nenhuma de que os povos avassalados mantivessem sua identidade. Primeiro, os índios que aqui estavam; depois, os negros para cá trazidos, e também os brancos e até os orientais, foram todos radicalmente transfigurados. Isso se operou com tamanha brutalidade, que desfez, étnica e culturalmente, quantos foram engajados no processo, para de todos fazer neoeuropeus genéricos, mais homogêneos que qualquer dos povos propriamente europeus. Tanto é assim que os países europeus guardam mais idiomas e variantes dialetais nas falas de seus povos que nós americanos.

Somos, pois, inelutavelmente, uma criatura mais da civilização ocidental, condenada a expressar-se dentro dos seus quadros culturais. Uma romani-

dade tardia, tropical e mestiça. Uma nova Roma, melhor, porque racialmente lavada em sangue índio, em sangue negro. Culturalmente plasmada pela fusão do saber e das emoções de nossas três matrizes; iluminada pela experiência milenar dos índios para a vida no trópico, espiritualizada pelo senso musical e pela religiosidade do negro. Deste caldeamento carnal e espiritual, surgimos nós, os brasileiros.

Somos, apesar de toda essa romanidade, um povo novo, vale dizer um gênero singular de gente marcada por nossas matrizes, mas diferente de todas, sem caminho de retorno a qualquer delas. Esta singularidade nos condena a nos inventarmos a nós mesmos, uma vez que já não somos indígenas, nem transplantes ultramarinos de Portugal ou da África.

Somos os portadores da destinação que, forçados pela História, nossos pais se deram, a seu gosto ou a seu pesar, de plasmar este novo gênero humano, o brasileiro; com vocação mais humana, porque feito de mais humanidades e porque engendrado de forma mais sofrida. Um povo em que ninguém está enfastiado, nem tedioso; o que todos aspiram é fartura e alegria.

Somos os herdeiros de uma imensa, imensamente bela, imensamente rica, província da Terra que, lamentavelmente, mais temos malgastado que fecundado. Tamanho foi o desgaste que, hoje, tarefa maior é salvar toda a beleza prodigiosa da natureza que conseguiu sobreviver à nossa ação predatória. É fixar as diretrizes para uma convivência melhor com as terras, as matas, os campos, as águas e toda a diversidade quase infinita de formas de vida que nelas ainda vicejam.

Maior ainda foi o desgaste humano. O Brasil tem sido, ao longo dos séculos, um terrível moinho de gastar gentes, ainda que também um prodigioso criatório. Nele se gastaram milhões de índios, milhões de africanos e milhões de europeus. Nascemos de seu desfazimento, refazimento e multiplicação pela mestiçagem. Foi desindianizando o índio, desafricanizando o negro, deseuropeizando o europeu e fundindo suas heranças culturais que nos fizemos.

Somos, em consequência, um povo síntese, mestiço na carne e na alma, orgulhoso de si mesmo, porque entre nós a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Um povo sem peias que nos atem a qualquer servidão, desafiado a florescer, finalmente, como uma civilização nova, autônoma e melhor.

Falo de civilização autônoma, sem nenhuma pretensão de poderio autárquico. Bem sei que este é um mundo só, de nações interdependentes. Mas sei, também, que as há autônomas, como também as há dependentes. Nós, brasileiros, bem podemos optar pela autonomia e pela singularidade, em razão de nossa dimensão continental e da condição de maior das províncias neolatinas. Mas, também, com base na democracia racial que estamos desafiados a construir como um povo confluente de todas as raças. E com base, sobretudo, na aspiração nacional de criar uma sociedade solidária, inspirada na propensão indígena para o convívio cordial e para a reciprocidade.

O fato incontestável é que nos cabe neste mundo um espaço de existência e de influência, que estamos chamados a assumir, juntamente com alguns outros povos, também dotados para a grandeza e para a felicidade. Faz falta ao mundo um Brasil realizado em suas potencialidades de civilização tropical, mestiça e solidária, que não pede nada a ninguém, mas muito pode dar. Temos tudo para isso.

Somos uma nação etnicamente unificada e coesa, sem qualquer contingente oprimido a disputar autodeterminação. É verdade que uns quantos povos indígenas, para nossa vergonha, ainda estão reclamando a propriedade dos territórios em que viveram desde sempre e o direito de continuarem vivendo dentro de sua própria Cultura. Eles são tão poucos, e o que pedem é tão insignificante, que a dignidade nacional não há de negar-lhes. Isso seria fatal, hoje, já não para o nosso destino, mas para a nossa honra.

Nossa matriz africana é a mais abrasileirada delas. Já na primeira geração, o negro, nascido aqui, é um brasileiro. O era antes mesmo do brasileiro existir, reconhecido e assumido como tal. O era, porque só aqui ele saberia viver, falando como sua a língua do amo. Língua que não só difundiu e fixou nas áreas onde mais se concentrou, mas amoldou; fazendo do idioma do Brasil um Português falado por bocas negras, o que se constata ouvindo o sotaque de Lisboa e o de Luanda.

É de assinalar que estes nossos patrícios negros enfrentaram, e ainda enfrentam, o drama de sua penosa ascensão de escravo a assalariado e a cidadão, debaixo da dureza do preconceito racial. Menos virulento que o de outras partes, mas, aqui também, discriminatório e perverso. Ainda assim, é do contingente negro, como do índio, que nos vem a singularidade cultural

que tenhamos. É, também, do negro nossa criatividade mais assinalável, que se expressa, por exemplo, no Carnaval carioca e no culto a Iemanjá.

Somos, hoje, uma nação de cento e cinquenta milhões de pessoas, falando a mesma língua, a todos inteligível – sem dialetos e nem mesmo sotaques dissonantes. Imersos, todos, numa mesma cultura, fiéis a seus valores maiores. A partir destas bases é que ingressaremos na nova civilização, fundada no desenvolvimento científico e tecnológico, que teremos de dominar para não perecer.

Quando alcançados, há dois séculos, pela Revolução Industrial, incapazes que fomos de nos incorporar autonomamente a ela por um salto evolutivo, nos deixamos avassalar, como consumidores de seus produtos. Reiteramos, assim, já independentes, o mesmo papel colonial, subalterno, de servidores do mercado mundial. Urge vencer esse desafio que a História novamente nos propõe, para sermos, afinal, a civilização inigualável que podemos ser.

Este repto civilizacional desafia nossos estadistas a formular um projeto nacional de desenvolvimento para nos livrar do que seria uma nova condenação ao atraso. O mesmo repto se coloca, também, a nossos educadores, chamados, por sua vez, a unir seus esforços para superar o precaríssimo sistema educacional que temos, a começar pela escolarização de todas as crianças, a fim de estancar a produção de mais analfabetos.

Estes são alguns dos requisitos indispensáveis para que o Brasil, afinal, dê certo. Muito é o que fizemos até agora em nossa autoedificação. De fato, fizemos tudo que se requeria para sermos um povo-nação, em si. Muito mais, porém, é o que cumpre fazer para que, afinal, os brasileiros alcancem a condição de povo para si, a fim de que o esforço ingente, de cinco séculos de trabalho e sofrimento, resulte numa sociedade livre, soberana, feliz e próspera.

Isto somos, isto seremos, senhores acadêmicos, um povo laborioso e criativo, animado pela mais vivaz vontade de fartura, de alegria, de beleza e de felicidade. Um povo só, uma Nação coesa, um país continental, que se quer digno de seu passado de dores e sacrifícios, mas se volta é para a construção do futuro.

O Brasil é nossa causa. Nossa tarefa. Nossa missão. Não precisamente nossa, de nós mesmos, provectos acadêmicos, mas dos brasileiros todos e, como tal, também nossa. Ouçamos o poeta:

Havemos de amanhecer. O mundo
se tinge com as tintas da antemanhã,
E o sangue que escorre é doce, de tão necessário
Para colorir tuas pálidas faces, aurora.

* * *

Senhoras, senhores,

vamos, agora, finalmente, à recapitulação de nossos ancestrais acadêmicos. O Patrono desta Cadeira II, de que hoje me aposso – graças ao voto generoso de meus confrades – é o poeta fluminense Luís Nicolau Fagundes Varela. Homem afoito e atônito, marcado pelo destino, gasta-se na exaltação byroniana de nossos jovens poetas mortos. Entrega-se à boemia da ceia bem regada, das serenatas noite adentro, dizendo versos tristes na alegria das festas. Morre aos 34 anos e deixa, ainda assim, obra assinalável, como um de nossos poetas românticos.

A imagem que se guarda de Varela é a de um intelectual dado a grandes gestos vãos, lírico, sentimental e sofredor. Golpeado pelo destino – órfão de seu filho morto; viúvo da linda artista de circo com quem se casou, estudante ainda, antes dos vinte anos, e que o abandonou – entrega-se à esbórnia e afunda no culto da tristeza.

Seus versos espelham tantos infortúnios. Seu poema maior, aquele que o fará para sempre lembrado, é o "Cântico do Calvário". Surge, como toda uma novidade. Escrito em versos brancos, liberta nossa poesia da servidão à rima. Arma a Poesia Vernácula com uma alta, sentida, elegia à memória de seu filho morto com três meses:

Eras na vida a pomba predileta
Que sobre um mar de angústias conduzia
O ramo da esperança. Eras a estrela
Que entre as névoas do inverno cintilava

Apontando o caminho ao pegureiro.
Eras a messe de um dourado estio.
Eras o idílio de um amor sublime.
Eras a glória, a inspiração, a pátria,
O porvir de teu pai! – Ah! no entanto,
Pomba, – varou-te a flecha do destino!
Astro, – enguliu-te o temporal do norte!
Teto, – caíste! – Crença, já não vives!

Quero ler, aqui, um verso mais de Varela, para fazer presente seu romantismo boêmio, bem versejado:

Mais vinho! Oh! Filtro mago.
Só tu podes no mundo
Mudar os giros do destino vago
E fazer do martírio um doce afago
De uma taça no fundo!

Varela também verseja seu gosto pela vida campestre a que se entrega, gozosamente, passeando de fazenda a fazenda para participar da vida rural festiva do antigo Rio de Janeiro. Outros temas de nosso poeta foram sua religiosidade, seu pendor libertário e seu fervor patriótico. Um traço que ressalta precioso para mim é seu interesse pioneiro pelo drama escravo, que seria o principal tema poético da geração que o sucedeu. Principalmente de nosso poeta maior, Castro Alves, que, aliás, confessa ter sido influenciado pelos versos de Varela.

Permitiam-me um verso mais de nosso patrono, em que ele destila a vil tristeza em que viveu:

Tornei-me um eco das tristezas todas
Que entre os homens achei! O lago escuro
Onde ao clarão dos fogos da tormenta
Movem-se as larvas fúnebres do estrago!
Por toda a parte onde arrastei meu manto
Deixei um traço fundo de agonias.

Confesso, aqui, que se a escolha fosse minha, eu teria escolhido Fagundes Varela para patrono de nossa Cadeira II. Como Varela, tive, juve-

nil, meus pendores suicidas; salvou-me o gosto de viver, tirando da vida o sumo que ela pode dar: doce ou amargo. Como Varela, sou andarilho e gosto do mato. Como Varela, também sou homem de devoções patrióticas e libertárias. A identificação prossegue, tanto é assim que dei, ultimamente, de versejar, eu também, uns toscos versos. Nunca tive, pobre de mim, foi o talento de Varela para a boemia.

* * *

Lúcio Drummond Furtado de Mendonça, Fundador da Cadeira II, tinha todas as qualidades de um intelectual academizável. Era poeta e romancista e jornalista e professor, deputado e advogado que chegou a ministro da Suprema Corte. Era, inclusive, orador tonitruante, livre pensador professo e socialista.

Lúcio foi, também, poeta tristíssimo, como era de uso e se comprova nesses versos melancólicos:

> À terra morta, num inverno inteiro
> Voltam a primavera e as andorinhas
> E nunca mais vireis, ó crenças minhas
> Nunca mais voltarás, amor primeiro.

Mas Lúcio se dava, também, a arroubos cívicos e gostava de profligar. Bom exemplo de sua vergasta é o poema "A morte do Czar":

> Graças! Louvado seja o braço niilista
> Que acertou, afinal!
> Matou-se a velha fera, o abutre da conquista
> O urso imperial.

Não podemos esquecer que nosso Lúcio cometeu um romance, escrito em forma de cartas a um jornal. Com ele, se fez precursor do gênero Nelson Rodrigues, propondo ao leitor um tema ético, visivelmente esdrúxulo, o das culpas do marido da mulher adúltera.

A qualidade maior de Lúcio, para meu gosto, é a de repúblico, combativo, sempre pronto a lançar-se contra o arbítrio imperial e contra o

Clericalismo. Seu mérito reconhecido é o de principal companheiro de Machado de Assis e de Joaquim Nabuco na luta pela criação de nossa Academia Brasileira de Letras. Há quem diga até que, sem ele, nossa Casa não teria havido quando houve.

* * *

Sucede a Lúcio, outro magistrado: Pedro Augusto Carneiro Lessa. Também ministro do Supremo Tribunal Federal, além de professor notável, de parlamentar eminente e de ministro de Estado. Seu nome se guarda e se cultua como um de nossos maiores jurisconsultos, banhado em águas filosóficas e sociológicas.

Cultor e professor de Filosofia de Direito, Lessa encarnou, como poucos, a erudição, enxameando suas falas e seus escritos com os nomes dos principais pensadores do passado e do presente. Filiava-se ao evolucionismo spenceriano, mas rendia culto ao Positivismo, tanto na versão de Comte, quanto na de Littré.

Lessa correu enorme risco de cair nessa erudição vã e vadia, que constitui a principal enfermidade do espírito: aquela que converte todo o saber em fruição estética de obras alheias, sem olhos para a realidade circundante como fonte de conhecimento. Salvou-se, Lessa, deste pecado, graças à sua aguda noção de tema e de problema, objetivado no Direito, que ele cultivava como disciplina acadêmica e como prática na jurisprudência.

Impulsivo, estava sempre pronto a polemizar, lançando-se contra tudo que lhe parecesse erro ou injustiça. Com os anos, Lessa foi se fazendo mais moderado e mais conservador. Converteu-se, por fim, na voz mais eloquente na defesa da ordem e da legalidade.

Em sua liderança das campanhas patrióticas da Liga de Defesa Nacional, prega, com toda a eloquência de que era capaz, o quietismo, fundado nas velhas virtudes patrióticas da cordura, da desambição e da laboriosidade, como solução para todos os males do Brasil. São exemplares alguns dos seus xingamentos, eivados de emotividade incontida, contra todas as formas de demagogia e, até mesmo, contra qualquer veleidade de mudança institucional.

Adelmar Tavares retrata Lessa, acadêmico, como um homem alto, forte, de cabeça branca, encimando um busto de atleta, os olhos vivos, luzindo atrás de vidros de grau. Esta, a bela figura que por muitos anos foi, nesta Casa, a voz da reflexão filosófica e do fervor patriótico.

***

Eduardo Ramos, parlamentar baiano de elegância exemplar, poderia ter sido o titular seguinte da Cadeira II, se não houvesse morrido antes da posse. Ainda assim, estamos na obrigação de declinar seu nome. Eduardo foi eleito e cabe, portanto, trazer à Casa alguma recordação dele.

Quem melhor retratou a vivacidade e o espírito irônico de Eduardo foi seu amigo Rui Barbosa. Leiamos:

> Ninguém entre nós, nos nossos dias, meneou melhor os segredos da ironia, ninguém lhe deu mais lustre às elegâncias, ninguém lhe rendilhou com mais engenho a graça, ninguém teve mão mais hábil em aligeirar o epigrama e polir a alusão, em acerar o remoque, em centelhar o chiste, em despedir o sarcasmo, em jogar todas essas armas sutis da malícia e do paradoxo, da originalidade e do asteísmo.

O próprio Eduardo, assumidamente satírico, se divertia rindo de si mesmo. Glosando certa vez a um crítico, escreveu bem-humorado: "Este consumou meu desbarato, com uma mestria de fundibulário bíblico. Matou-me. Sucumbi de febre poética por embolia dos pronomes enclyticos mal localizados..." Comenta, com o mesmo humor sardônico, sua inclusão na comitiva oficial que acompanhou o Presidente Campos Salles em sua visita a Buenos Aires: "[...] E, por fim, eu. Eu, cuja presença naquela aprimorada companhia só se explicava pela perícia dos meus alfaiates! [...] Era preciso alguém que se vestisse corretamente, à inglesa, como então me entrajava [...] E fui incorporado à comitiva [...]."

Eduardo me é particularmente simpático pela luta que travou, em princípio do século, pela criação de uma universidade. Eu, que sou do ramo, posso avaliar sua indignação contra a intelectualidade do seu tempo, fortemente influenciada pelos positivistas, que se opunham à criação, tardia, do

que seria a primeira universidade brasileira. Ela só foi criada em 1930 e só começou a funcionar, efetivamente, anos depois.

Cumpri o rito e que Eduardo quede tranquilo em sua imortalidade.

* * *

João Luís Alves, mineiro, graduado na Faculdade de Direito de São Paulo, foi o sucessor transverso de Lessa, porque, como se viu, Eduardo Ramos morreu antes da posse. É descrito por muitos contemporâneos seus como um homem secarrão, carrancudo, protótipo do mineiro enfezado. Não seria tão casmurro, penso eu, porque é tido como o benemérito introdutor do uísque em Belo Horizonte.

Orgulhava-se de nunca ter escrito um verso, o que o contrastava com os intelectuais de sua geração, todos versejadores incontidos. Inclusive com os acadêmicos, entre os quais não haveria um só seco de águas poéticas. Essa soberba afirmação custou-lhe um pito de Augusto de Lima, que na saudação revelou o fato. Saudação, seu tanto marota, porque Augusto de Lima, escalado para receber o seu querido amigo Eduardo Ramos, aceitou o encargo de saudar o substituto dele. O certo é que se alongou, gostosamente, na recordação do poeta baiano e tratou seu conterrâneo com visível secura.

A fama que deixou João Luís – exceto aquela história do uísque – é de um homem severo, muito ciente de sua importância e zeloso da compostura que a ela correspondia. Fez carreira brilhante. Como professor, foi catedrático de matéria árdua – Direito Administrativo. Como jurisconsulto, chegou à Suprema Corte. Como político, foi senador da República e ministro da Justiça de Artur Bernardes. Coroa sua carreira alcançando, por notoriedade, a eleição para a Cadeira 11.

Traço simpático de nosso confrade era seu cuidado com os trombadinhas de seu tempo. João Luís foi o criador do Juizado de Menores e da primeira cadeia especializada na reeducação de meninos de rua. Certamente, veria com imensa tristeza o pouco êxito de sua iniciativa, se vivesse em nossos dias.

Na roda do tempo que rege nossa Academia, o sucessor do severo mineiro foi um poeta pernambucano alegre e queridíssimo: Adelmar Tavares. Trovador de sua pátria nordestina, algumas de suas composições são cantadas

até hoje nas serestas, seus versos são também recordados com apreço. Vejamos uma amostra da poesia de Adelmar:

> Sinos de Goiânia, que saudade imensa
> trazem-me esses sinos no meu coração
> Nove igrejas, nove, barulhavam sinos,
> da Misericórdia, por defuntos ricos,
> o Rosário, pobre, por um preto irmão.

E vai adiante o poeta, falando da Igreja do Amparo, da Matriz, da Soledade, dos Martírios e do Carmo. Todas tangendo sinos no seu coração.

Advogado e magistrado notável e muito bem-sucedido, Adelmar me comove, especialmente, por seu horror ao automóvel, de que participo com paixão. Corre no Senado, por iniciativa minha, um projeto de lei que ele louvaria. Peço ali que se declare que as ruas, as praças, as estradas, todas as vias públicas, enfim, pertencem de direito aos pedestres, sendo apenas consentido seu uso por veículos motores, sob duas condições. Primeiro: quem matar um transeunte – e matam-se 50 mil por ano no Brasil, mais que o câncer, o infarto e os derrames, todos juntos – perde a carteira e o carro. Segundo: quem machucar alguém – a maioria das crianças hospitalizadas no Brasil são vítimas do trânsito – e negar socorro, sofrerá as mesmas penas. Isto, mais ou menos, é o que Adelmar queria estatuir nos albores do século, quando o Rio tinha 2 mil e quinhentos veículos.

* * *

Chegamos, por fim, a meu antecessor heráldico nessa Cadeira II, o sábio, o médico, o humanista, Deolindo Augusto de Nunes Couto.

Tantos são os títulos de Deolindo, que, se eu me ocupasse em enumerá-los todos, não teria tempo para falar dele. Vejamos alguns: Deolindo foi o neurologista mais ilustre do Brasil e um dos mais reverenciados mundo afora. Foi criador do Instituto de Neurologia e, inclusive, fundador da Academia Brasileira de Neurologia. Além da nossa Academia Brasileira de Letras, Deolindo pertenceu, também, à Academia Nacional de Medicina. Foi Reitor de nossa querida Universidade do Brasil, que os tolos passaram a designar,

ultimamente, como Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recebeu numerosos títulos de Doutor *Honoris Causa* de universidades do Brasil e do estrangeiro. Presidiu mais de uma vez o Conselho Nacional de Cultura.

Médico, Deolindo viveu sua vida no ofício de servir, de salvar, de orientar a multidão inumerável de enfermos que, por décadas, acorriam a ele, pedindo socorro.

Cientista, foi um devotado estudioso, atento a quanto progresso sua ciência alcançava, e compartindo seu vasto saber com os colegas, fazendo discípulos, criando escola.

O saber médico de Deolindo foi reiteradamente reconhecido na Academia Nacional de Medicina, que ele tantas vezes presidiu. Sobretudo, na sua criação maior, que é o Instituto de Neurologia, onde ela frutificou belamente.

Humanista, Deolindo foi homem de alta sabedoria de viver e conviver, no culto da erudição e na fruição requintada das Letras. Sobretudo da Literatura Vernácula, que converteu num de seus bens mais caros e frutuosos. Especialmente a vasta obra de Camilo Castelo Branco, de que foi apreciador apaixonado.

Característica assinalável dele foi, também, sua capacidade de fazer amigos e de cultivá-los, fraternalmente, vida afora. Lembro dois amigos comuns; na área médica, a Júlio de Moraes; na órbita literária, a Josué Montello – ambos, como tantos outros, inconsoláveis com sua perda.

Deolindo era um homem alto, belo, que, na expressão encantada de Nélida Piñon, tinha uma forte presença máscula. Voz pausada, tranquila, deixando ver na fala e nos gestos um homem contente de si mesmo. Deolindo se quis pulcro e sábio e o foi, magnificamente.

A pulcritude de Deolindo, visível em sua figura, sempre bem cuidada, se comprova pelo zelo com que levava em suas tantas viagens, pelo estrangeiro, malas cheias de lençóis e toalhas para seu uso exclusivo.

Este é meu elogio de um homem, por muitos títulos admirável, que fez de nossa Academia Brasileira de Letras a Casa de sua devoção literária e cultural. Aqui, por três décadas conviveu gratamente com seus confrades, sempre reverenciado por todos.

É fácil imaginá-lo, sentado onde eu hoje me sento, na nossa sala discreta, lá de cima, nas sessões de após o chá das quintas-feiras, falando de quanta efeméride da civilização brasileira ali se recordava.

Senhoras acadêmicas,
Senhores acadêmicos,
Senhoras e senhores,

quanto a mim, o que tenho a dizer, confessional, é que sou homem de sorte. A vida me tem fluído leve, até gozosa. As asperezas que às vezes rangeram meus dias – prisão, exílio, dores – foram travessias de águas revoltas. Nelas, naveguei sempre disposto, pondo à prova minha capacidade de conviver comigo. Só, no espaço exíguo da prisão. Só, na imensidão do exílio, sofrendo longe a pátria proibida. Só, afundado na dor e no horror da morte prescrita. Algumas vezes, quase sucumbi. Sempre saí destas angusturas, querendo navegar em novas aventuras: ávido e voraz, animado de expectativas desassombradas, tentando, temerário, mudar o curso das coisas. Não tenho e não mereço fama de modesto, de tímido ou de tíbio. Se peco, é por confiante e afoito.

Minhas características distintivas talvez sejam a contraditória vontade insofreável de compreender e o gosto de fazer, que me converteram em híbrido de intelectual e fazedor. Certa disposição solidária do espírito me fez homem de campanhas e lutas, servo de minhas causas. Um pendor ético e iracundo, encarnado em minha militância política, se expressa na indignação que me mobiliza contra todo atraso e qualquer injustiça que achaque os brasileiros.

A paixão a que mais me dei, sempre com gosto, foi a do estudo e do convívio das gentes. Sobretudo de minhas ínvias gentes índias. Mas também dos brasileiros e dos latino-americanos. Uma década vivi com os índios, a mais bela de minha vida. Percorro, há meio século, sempre atento, os caminhos e descaminhos de nosso fazimento, querendo mapeá-los. Destas vivências são feitos meus ensaios e meus romances. Milhares de páginas de arguição emocionada.

Não posso é dizer que fui bem-sucedido, senão em medida escassa. Nada do muito que quis, cheguei a alcançar na proporção de minhas esperanças: amores, amizades, devoções, não me sobraram. Antes, me faltaram.

Quanto de amores sobra a alguém?

Sou grato à vida que me deu como bens preciosos a amizade de tantos queridos amigos e o amor de tantas santas mulheres.

Obras, escritos, cargos, fiz, tentei e exerci muitos. Nisto gastei minha vida. Uns poucos deles ficaram com minha marca nos mundos por que passei, enquanto passava: um sambódromo, um parque indígena, museus, muitas bibliotecas, demasiados ensaios, quatro romances, muitíssimas escolas, algumas universidades. Não é pouco, quisera mais. Sempre quero mais. Muito mais.

É verdade que algumas desglórias me caíram em cima, na forma de fracassos, nas lutas que travei, em vão, para salvar os índios, para escolarizar os brasileiros, para reformar o Brasil. Também provei, até carpi, desgostos do não-reconhecimento de méritos meus que guardo no peito e cobro. Alguns desses dissabores me magoaram. São dores que ainda me doem. Suportáveis, mil vezes pior fora não tê-las sofrido, por não haver optado, nem ousado, nem lutado. Não mereço o inferno dos indiferentes.

Um balanço de vida inteira mostraria que minhas realizações foram parcas. Talvez, porque tentei plantar na Lua muitas lanças demais. Não é demasia para um homem só querer, como quis e quero ainda, ser romancista e antropólogo e educador e político e fazedor e até revolucionário? Se me ativesse a um campo só, teria talvez feito alguma maravilha. Disperso entre tantas devoções, não servi bem a nenhuma delas. Relevem este pecado, que eu pecaria outra vez. Variei tanto de temas, foi obedecendo a mandos de meu coração. Afinal, a vida não é missão, é também fruição.

Não que me queixe. Tive os carinhos, as glórias, os gozos de que necessitava em minha carência professa de ternura, de amor e de reconhecimento. Também tive as alegrias de criar e de fruir para aplacar minha insaciável vontade de saber e de beleza. Tudo somado é mais do que mereço, diria, se fosse modesto. Não digo, não. Espero, no fundo do peito, fazer e fruir coisas maiores e melhores.

A lição mais clara que tiro de minha vida de lutas é que, aparentemente generoso e altruísta, na verdade, fui e sou um egoísta. Delas é que me vieram os louvores e gratidões que mais me esquentaram o coração. Delas, principalmente, é que vem o decoro e a dignidade que minha vida tenha. Sou o benefi-

ciário verdadeiro de minha benemerência. A vida me deu muito. Graças, têm valido as penas.

Hoje, aqui me tenho contente, frente a meus pares, neste alto pouso acadêmico. Nunca supus que o alcançasse. Temendo o contrário, o desmerecia, invejoso. Me veio, porém, na hora certa dessa velhice em que ingresso, inda não trôpego, para consolar-me dela. Juntos, aqui viveremos, como a aspirada imortalidade, nossos aos conclusivos. Convivendo cordiais naquilo que somos: uma amostra fiel da inteligência brasileira, tão variada como ela mesma. Isto é tudo. Muito Obrigado.

# II

# RESPOSTA DO SR. CANDIDO MENDES DE ALMEIDA

## DARCY, A FAÇANHA ORGIÁSTICA

### DARCY TRIUNFANTE

Iniciei o Armagedon de cimento, rematado na Apoteose: a procissão para os dias únicos e os barcos de luz. Fiz a biblioteca inumerável, a da referência e da documentação. Sem face, sem crônica até, só com a lenda, entronizei o Zumbi, benfazejo e enorme. Triângulo na acrópole do Rio de Janeiro, e do resgate do Centro, pontos cardeais do conhecer e do celebrar. Inspirei os Cieps no denodo dos velhos olhos de ver a Educação Brasileira. Pratiquei a pólis nas artes do poder: as difíceis do retorno de 1964, do reavivar as marcas do povo e seu lanho. Procurei o pacto primeiro, do legado do grande suicida, a não poder ser, de novo, o do PTB. Ganhei para Leonel Brizola, em processo de destreza e de vitória sobre os simulacros, a sigla de sua verdade e da saga viva da volta.

Depois da purga de razão armada, de 1964, coube a Darcy no exílio o Continente todo por mensagem, na descoberta errante, antes do outro suicida, formador da consciência do Hemisfério, o de Salvador Allende. Começava pelo Uruguai, pela Venezuela e pelo Peru, de Velasco, e do empe-

nho menino ainda de um nacionalismo, que reencontrava lá os nossos tenentes de 1922 e a reforma agrária ao lado do controle do petróleo inesperado.

## DARCY DA TRISTE AMÉRICA LATINA, EXPULSO DOS SERTÕES DO POVO

Rachada a América do Sul, no projeto histórico, que palmilha Darcy, triste da catástrofe mansa e da destinação interditada. Aprendeu-a o novel acadêmico, quiçá no mais fecundo dos exílios de 1964, da experiência inédita para nossa vida cívica, dos ceifados na flor das quarentenas – quantos Celsos Furtados? – e da plena maturação da sua vida política. E avanço dentro de si mesmo, esse, do Senador da "carta" e das imaginações, de história partida, de desrumo e em recaminho a saciar-lhe a gula de miradas, e a encontrar a civilização cigana, que só paira e não se finca. Nossa América Latina, e seu processo, que descreveu como quem o funda, a espera e reespera de um querer cada vez remoto, no seu último verrumar: o do panteão que o celebra na Pauliceia, experiência arteira de um arcano, senão já de uma arqueologia de futuro.

Como acompanhar nosso condestável, do gozo cívico e da fundação da brasilidade, dos Espinhaços às Brasílias, da épura da utopia e das peles do índio, a do populismo da primeira jaça, ao cristão errante da perdição das ameríndias, à voz do povo canalha, do Brasil bem-educado e dos insossos reformismos, da utopia corrosiva da universidade, a de Brasília, ou do Milênio, do aprendizado para a morte, e o luxo do encantamento, quando lhe colhe a Academia – no tríptico de seu desabuso criador, sob o pretexto do romance – na anábase – a do progresso de fundo não da cronologia – do *O Mulo*, de *Maíra* e do *Migo*?

Por todos estes fazimentos, cresce Darcy, no salto excessivo de quem se beneficiou – vamos à Toynbee – do aguilhão para a história maior dos homens, o da prova da saída e do retorno; do exílio, e da morte entrevista. Darcy, expulso para o aprendizado das assincronias de nosso tempo; para o refugo, na escala certa, do que poderia ainda o País enorme, fascínio por Juscelino, se devolvido a seus sertões de povo. Pressentiu-o, no corriqueiro da desolação de sua Montes Claros, ou do Mangueiral, tão esperto para o melhor civismo: o caseiro da mãe professora, de D. Fininha e do contágio

mais perseverante da cartilha e do nosso bem-querer de Nação. E para dentro, depois do fascínio de Carlos de Campos, em Belo Horizonte, ou da província da USP, da Medicina já ruída pelo Romance inacabado, pela Antropologia como primeira pele, a que Darcy vai a palmilhar a nossa História frustra, pela mão premonitória de Pierson e Balthus. Mas não é na trilha do primeiro resgate, mesmo fosse o de Rondon, e do nosso maior salvacionismo laico: o do remontar, aos rios do Engano, do Desencontro, ou da Dúvida. Rente aos telêmetros e ao telégrafo, o Brasil de dentro de Darcy é o do batelão do opróbrio do comprador; dos espelhos e torpezas da escravidão do sal, e do querosene, na troca das libras de carne do seringueiro e do provedor de pele de lontra ou suçuaranas. Ou o país das novas donatarias, possuídas antes de rasgadas na selva, pranchadas pelas teleobjetivas do avião da grilagem, e das novas sesmarias, ferradas no olho.

Não vai também Darcy ao país urbano, sem que já o reesquadrinhe e o corte, no risco da universidade bravia, fora do *trivium* ou do *quadrivium* – sem que desdoure entretanto da oferta de teologia – no aprendizado da difícil e machucada coisa nossa. Saber em março aberto, e terra escapada, ao país do rondó, de suas elites e jubilações. Saber do povo, a recosturar-se, depois da espada da carta-testamento, no empenho da fala-desforra, desforço e assombração de Jango e do Chefe da sua Casa Civil, no comício de 13 de março.

## DARCY, DA FAENA E DA FESTA

Abortava-se a história imediata, mas não o seu largo. No compasso já a pressentir a nova dimensão, volta-nos antes Darcy, a descer do avião na trégua estreitíssima do governo Geisel, e pela promessa de Golbery do Couto e Silva, a desembarcar no Rio para a operação salvadora, de plantão policial à porta do quarto do hospital, das cassetes de ouvido, em que o repertório de Bach a Mahler e a Villa-Lobos prenunciava outro largo da meditação, a libertária de Alceu. Nas semanas da morte plenária, na vigília, compunha-se das mesmas músicas, frente à faena, pauta aberta, didática e divinatória da cabeça. Adivinhava-se, na Beneficência Portuguesa, a nova perspectiva da biografia: a da tarefa que nunca acaba, da vida à prova, em manifesto e desvelamento. Era esse o caminho da ascese contra o seu rito; da fuga trabalhada à morte, avisa-

da sem as convalescenças flébeis dos grandes tísicos da Literatura Brasileira, que Nelson Rodrigues resgataria do "Pneumotórax", e da ainda ingênua pungência, de Álvares de Azevedo e Manuel Bandeira. Retorno esfuziante é este o de Darcy, visitado, já de posse do amestrar prodigioso do viver, sentando maravilhas, primeiro o egrégio cidadão da nossa festa, a reinventar o Brasil da sua grandeza. E peregrino, sempre, na parceria estrita, que pede o que é diálogo para ser viagem; companhia para ser vigília; ponta de dois para ser chegada. A de Anísio e Darcy, a de Brizola e Darcy, a de Oscar e Darcy. Pares de selvagens utopias, a querer o chão para merecer o espelho, de assentada. Ou da localização da subjetividade brasileira pelo que seria plantada a pique e sem precedentes, a Universidade de Brasília. Do retorno sem sebastianismos, do populismo de fundo, na brecha de Vargas, não nas nostalgias das diásporas, com padrão e posse da esperança imobilizada no Comício de 1964. Do marco da construção do nosso espaço, no casto risco do *Homo faber* para a espera do Brasil do silêncio, nos plenos e vazios opulentos do barroco proletário, e da arquitetura de Oscar Niemeyer, para outros tempos do homem.

A volta, de vez, é de Darcy, a da *persona* livre que se pensa como desabusada, porque libérrima, seduzido sedutor.

Só amadurece uma cultura quando, de fato, se ganha o teatro da subjetividade; quando se decanta, do Romance, da Biografia ou do imaginário de fortuna, o que fica do homem, para o retrato do Brasil; o que vai às simbologias explícitas; ao choque de corpo inteiro de introspecção e revelação. No que a nossa Cultura se funda, da punção de seu inconsciente coletivo, desbravou-nos Darcy pelo narcisismo assumido e o projeto orgiástico.

## DARCY, O BOCA DO INFERNO E O PELINTRA

Devemos ao Senador-Acadêmico, nada posto em sossego, talvez a perturbação mais sistemática das figurações do Brasil da convenção e da *mímesis*. Refugou o primitivo intocável, como o revolucionário prosélito. Descolou-se da borra do nosso mesmo e da construção de seu refugo no bem comportadinho das esquerdas, da servidão dialética. Foi Darcy ao veio mais fundo e raro para o seu dizer de fundação. Recuou, na colônia ancestral, a Gregório de Matos, o "Boca do Inferno", em que a ironia é o primeiro esbravejo do civis-

mo indignado, e o vulgar é só a sua retórica. Serve como deliberada pantomima ao resgate do sério, perdido pela infinita contrafação da literatura cortesã. Esta, a força de retroz da história dos Chaucers, dos Mallorys, dos Rabelais e dos Aretinos. Gregório, o Chulo, é também o épico primeiro de nosso Nacionalismo, na sua Salvador, prisioneira – viu-o tão bem Alfredo Bosi – da "máquina mercante, que em tua larga barra tem entrada". No rasgo mais que estrago, Oswald de Andrade caminharia para o anedotário, que trai ainda o modelo e sobrevive na pelintragem, tão aos trinques da metrópole, na sua amestrada negação. Mas a preparar de qualquer forma a *effrontérie* – intraduzível desvelar-se – que nos dá Darcy, sem a ética do deboche, ou da verrina de seus predecessores. Do "Boca do Inferno" e do "Pelintra de Salão", vamos à pajelança; do escárnio ou da piada metódica à apostrofe encantatória.

## DARCY, IRMÃO DE ROUSSEAU

Mas demora a grande iniciação. Chega-nos pela mediação das etnologias, para apossar-se da cultura inventora. Colhe-a Darcy no aprendizado do mito para destampar os seus fazimentos. Lévi-Strauss foi ao imaginário indígena à cata do enlace mesmo da vida, suas filias e racontos. Sobretudo à sua ordem intransgredível. Foi, nosso novel acadêmico, à mais antiga, a da nossa celebração rebentada em festa, argúcia e castigo do explorador/provocador, patência tão didática quanto insuportável: porque vai ao arcano e só o fixa, confunde os velhos interditos com as suas meras contravenções: a da explicitude da sexualidade, do apoio desbragado ou da confissão, ainda como pele do anúncio.

Protagonista fundador do nosso onirismo, de ação e mudança, Darcy exorciza-se na queima daquela primeira derme, a capa índia do Pindorama, dos Kadiveus, dos Kaapor-Xavantes, dos Baroros, das exéquias triunfais. Sai do abraço mortal entre o preservacionismo – confundida a cultura morta com a intocada – e o assimilacionismo de que só se escapa para o retorno impossível. Seu mito mais rico é talvez o deste aviso de que não há salvação na fuga inútil: a da tribo determinada a fugir do beijo da morte dos brancos – os epexes – no Iparanã, e da tentação dos donos dos espelhos e instrumentos supercortantes. A se despojar da marca mas a buscar os metais, as tampas de cerveja, as garrafas, os cacos fabris, as ferramentas por mais que inúteis, os anzóis

entortados para, de mão em mão, em novo nomadismo encantatório, passarem de supremo modo de troca ao de nosso mais pungente "cargo *cult*". Claro, fica-nos, no legado das políticas públicas de Darcy, o primeiro grito, a formação das reservas indígenas. Mas, quando se debruça sobre os "Kadiveus", vai se plantar sobre o seu "Exercício do Saber, do Azar e da Beleza". Não é depósito de memória o que busca nosso etnólogo heterodoxo, mas o protagonismo do ser fundante arremessado em chão de risco. Desempenho sublevado, nem submisso à evocação piedosa, nem à defesa dos purismos recuperadores. Impele-o a intuição do "ser brasileiro", fora do repertório do colonizado e também de sua antítese educada. Pois que há uma disciplina – a da espontaneidade – do selvagem a se reencontrar depois da primeira inocência. Opulência dos índios brasileiros de Ruão, e seus penachos, ao deslumbre de Montaigne, ao que a História só suporta como aprendizado, o contrário da domesticação: o que faz de Darcy irmão de Rousseau muito mais do que Flaubert, na proposta da Educação sentimental e das transformações entre o imaginário e as convenções do imaginário.

## DARCY, BICHO-CARPINTEIRO

Didático, agônico, Darcy é o senhor da pergunta: como podemos fugir ao prosélito, sem uma proposta radical de desvelamento? A que servem seu narcisismo assumido e a orgia, sábia e feroz, de seu projeto? Pajé, devorador de arcanos ou, ao contrário, seu troféu exemplar? Guie-nos o flagrante final do herói temerário, nada Sísifo nem Atlas, a livrar-nos do nosso nativismo mitológico, contaminado pela imitação súcuba; pela treta dos Macunaímas inutilmente espertos ou, no tributo maior de uma enfermidade metafísica da cabeça, nossos panteões doentes, de antropomorfismo mutilado ou carente, dos Sacis e Caaporas. Outros são os bichos-carpinteiros esfuziantes de Darcy, a desarrumar o país da *mímesis*; das mediações cada vez mais fáceis; da anestesia do implícito ou do crítico, da falta do susto e do escárnio, indispensáveis a abrir-nos a boca para a boa gula do espanto. Perde Darcy as suas peles, como a erosão dos anéis da biografia. Não são cíclicos, mas pátinas infinitas em que o condestável do gozo e da festa escapa, órfico, às duas vozes do imitador e do replicante; do retrato do Brasil de Paulo Prado, ou da pobre antro-

pofagia da Pauliceia, em 1922; do contínuo assumido de experiência só não desesperada porque vertida à ascese da festa, ininterrompível, e do ir adiante. Nesses tempos nossos, do que engravidamos de história "para nós", a fundação é toda a tarefa de sair do espelho, trabalho de Hércules em que o dar conta custa menos que o contar; a lógica do desempenho prevalece sobre as razões do agir, o viver sobre a imagem e o fazimento sobre a *delectatio* da proeza, de Darcy rompante, panpolítico a contagiar e encantar tudo que toca, em perseverante maldição.

Darcy afinal, o da maturidade, quando só deveriam começar os romances – o Darcy canônico do *O Mulo*, de *Maíra*, e do *Migo*, redundantes como solares, na metódica expulsão do eu magnífico, sem conectivos tal como não há tramas nem novelas na nua romanza nunca.

## ORGIA E PROGRESSO

Mas a chegar lá venha-nos, de primeiro ainda, a busca dos olhos de ver, para além das escamas do real, a fenomenologia do processo brasileiro, a seus trancos e barrancos. E o de Darcy o ideológo, preso sob palavra, ao mais restrito dos clubes do pensamento orgiástico: o da dissecação da utopia. Mas a sua não é a de Morus, nem a de Campanella, nem a de Rabelais e, mais exigente e formidando, a de Swift. Não se ubica o exercício da impossível racionalidade do convívio dos homens em Darcy, como quer o topos vagante, a *never never land*; as ilhas afortunadas, as paliçadas do futuro ou a terra incógnita. Sua é aquela terra sem leões porque placentária. E nesse exercício do seu projeto orgiástico só o pleonasmo cobre a nudez da vã malícia, a da verdadeira ideologia ao falar-nos, como de incestos, na inocência arrebatada ou da fábula perdida. Ser de manifesto, porque de utopia, Darcy não fugiria à grande tentação da explicitude: o do futuro feito ordem, a ordem feita, precisa e exaustivamente, organograma. Que país é este, como nos perguntava, em 1969, o tenebroso Presidente, senão o que deglute os calibãs, para dar vida aos cunhambebes e tuchauas? Nossos, de vez, o estado como as estruturas do mito que não mente; "das fratrias do poder e gozo, do séquito dos passistas, mães de santo, futebolistas, folcloristas, beletristas, imaginistas; dos cardeais

da cor, dos colégios de magistrados e do imperador impoluto, maduro, belo, gordo, apetecível – olhos gazos – surdo-mudo?"

Jamais teremos o que a pobre razão pede, como a biografia de Darcy, ou muito menos as suas memórias. O inventário e o portulano aí estão, a tornar facílima a tarefa dos historiadores ou dos discursos sobre Darcy, a partir da sebenta e do ementário das datas; dos florilégios. Só em um ano entre os seus setenta – de 27, antes da leitura do ano seguinte de "Reco-Reco, Bolão e Azeitona" – não existe, pelo próprio herói, dado do seu longínquo ser de crônica, e não de ser no mundo. Nem de que deixará para qualquer outro, senão para o próprio, a fita perenemente regravada da oração junto ao túmulo, feita pelo próprio morto. Ou o outro louvor da Academia: o que jamais ouviremos. É esta verdade sua, sim, e do que colhe, afinal, como o último desvelar, volúpia do que cantem ainda as armas ou bordunas, do orgiástico varão assinalado.

## A CONFISSÃO PLEONÁSTICA

Peles, pátinas vem-nos Darcy ao gatilho do dizer a que serve de armadilha à trilogia dos romances, e em tempos orgiásticos insubstituíveis intermutáveis o da finta, no *O Mulo*, da imolação em *Maíra*, da entrega no *Migo*. E em tempos orquestrais, insubstituíveis e intermutáveis, canônicos: o da confissão, o da missa e, em última regra, a do tempo fraturado, e da composição aleatória ou do eu repartido, e do que dele queira se apossar o leitor. Malicioso, Darcy pode distanciar-se na imagem de si mesmo. Mas sabe que dela é prisioneiro, do lado da sideração. O que escreve é charneira do debruçar-se, nunca do tomar distância definitiva. Tal como o contexto objetivo é varadouro, relógio de horas – a de qualquer divisão de seus capítulos – mas volta sempre, sem ponta de fuga. É por isso mesmo metodologia da *enajenación*, na boa abordagem mística, da transfixação e do transbordo. Mas amarrado a uma enorme e segura metodologia do desvelamento. O despegue do *O Mulo* pelo modo da confissão, remetido ao eu de escuta do outro lado, convidado de pedra, que se interpõe à queda direta nas gerais do público. Nela vai o desgaste do eu mais antigo de Darcy. O do Mangueiral, ritornela dos grandes sertões, no mundo caboclo das altas gerais do Espinhaço e do Jequitinhonha, convívio de muares e da gente, coletivo final da tropa e dos eus grossos da sub-

jetividade, esfolhada, ainda não em purga. A vida exposta sem perdão no seu símbolo, senão no esconjuro, viria com *Maíra*, rasgado o ser transeunte, de infinidade mal suportada; do absoluto exaurido, cansado nas suas metamorfoses e nas suas onipotências, fábula swiftiana, de um "ex-maquina" ilimitado, de *alter ego* e ordenança, de *Maíra* e *Miruca*, infinitamente encarnável e em refeitura. E o que nos diz Darcy, meta-Isaías, o herói do retorno frustro e do céu vazio.

## A EDUCAÇÃO PARA A MORTE E AS GERAIS

No escape de nosso seduzido sedutor para o reencantamento, salva-lhe, como fio de Ariadne, o narcisismo: o reencontro do outro dentro dele, Darcy, o final e único possível, o da cissiparidade bacteriana, ou do *Migo*, antes do eu, a de Darcy, afinal Ageu Regueira. E ser fractal o desse desvelamento senão da telescopagem. Não do que sobra, mas o que se cumula, exorbitante. Literatura sincopada de fechos, como quem volta a encerrar o demônio, no seu receptáculo e no chiado impaciente dos superlativos. Nem um *carpe diem* ovidiano, mas o amor de encontro, como de partida, sem vigília nem sobretudo nostalgia. Enfrentamento, o do triste tristíssimo em que só o raconto biográfico pode flagrar a velhice – a do venoso pé de Nava – a do ser em desfazendo-se, na anamnese, desses segredos dos mineiros das "serranias demais". De Nava, e Darcy, tapando os horizontes, para que melhor desponte o retrato insuportável, o da parede percuciente de Itabira. Não é outro o que perpassa o nosso senhor da lúcida chegança ou de sua Estela, do sortilégio sem retoque, que se quer para além da graça, no jamais posto em sossego, ou do clinicamente conformado, num contingente tão sagaz quanto da mais fina entrega à corrosão do absoluto: a dos saberes de Montaigne ou do Zenon de Yourcenar nos deitas exatos – aguarrases – no leito feito da *Oeuvre en Noir* ou nas colunas de leitura de Darcy escandido no seu livro, pedra da roseta, para o eu do Mangueiral; do fraque do "*quai* Voltaire"; ou do "metro" do Chatelet; do cura, do Canuto e Uriel; de Ageu Regueira; varado que mineiro é das suas alterosas; do chama a gente e vai andando, nada eu de Psicanálise, de memórias, de currículos, ou de *bas de page*. Constelação sim, a do reino mais o rei. Na Academia, sua Casa, sua pena, Darcy Ribeiro.

Discurso do
SR. ROBERTO MARINHO

e

Resposta do
SR. JOSUÉ MONTELLO

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 19 de outubro de 1993*

# I

# DISCURSO DO SR. ROBERTO MARINHO

Minhas senhoras,
meus senhores,
meus amigos,
senhores acadêmicos,

ao longo de 60 anos de convívio com Austregésilo de Athayde, ao analisarmos os problemas e inquietações que vinham desaguar na redação em que cada um exercia o ofício que nos identificava, jamais nos separamos, após um franco debate de ideias, sem um acordo de julgamento.

A única vez em que o velho e querido companheiro não admitiu contestação foi quando, ao receber a carta em que alinhei os motivos que me induziam a resignar à generosa indicação do meu nome para a Academia, decidiu não apreciá-la.

Surpreso, mas empenhado em preservar uma amizade e uma admiração de toda a vida, assumi o desafio de superar os meus méritos para vir ocupar uma Cadeira ao vosso lado.

A sua ausência, neste momento, traz-me a convicção de que Austregésilo pressentiu que era aquele o nosso último encontro e portanto não dis-

punha de tempo para discutir o que se lhe afigurava menos uma homenagem à minha pessoa, do que a convocação para o cumprimento de um dever.

Na verdade, como Presidente desta Casa, Austregésilo imprimiu-lhe uma orientação pela qual, ampliando e aperfeiçoando o cultivo das Letras e das mais diversas atividades artísticas, insistiu em conciliá-las com a sua maior difusão por todos os segmentos da sociedade brasileira.

O País não lhe parecia necessitado apenas de uma distribuição mais justa da renda econômica, como também de uma participação mais abrangente na formação do nosso patrimônio cultural.

Nesse sentido, quando se referia à importância da Cultura de Massa propiciada pela expansão da Mídia Eletrônica, estimulava as minhas atividades de homem de comunicação, reconhecendo-me o cuidado primordial de procurar servir à massa, sem desservir à Cultura. Por essa razão, considerou imprescindível mobilizar os meus recursos pessoais e institucionais para dar continuidade a essa tarefa no plano acadêmico.

Permiti-me assim que as minhas primeiras palavras nesta tribuna, repassadas de saudade, sejam voltadas para a sua memória, respondendo à sua chamada: "Presente, companheiro".

Senhores acadêmicos,

o mestre que iniciou a minha formação de jornalista foi Irineu Marinho, meu pai. Por seu intermédio, desde a adolescência, tomei conhecimento das questões que agitavam o ambiente de trabalho não só na *Gazeta de Notícias*, da qual foi secretário, mas na atmosfera comum dos grandes órgãos da época.

Guardo a lembrança de que entre as matérias de maior interesse dos leitores, além das questões políticas, ressaltavam-se os debates literários, as atividades dos escritores, não apenas no lançamento de suas obras, como nos seus encontros e conferências, mantendo-se assim uma tradição de apreço aos valores espirituais que remontava aos últimos anos do século passado.

Vale recordar que a geração boêmia de grandes poetas e romancistas da década inicial deste século tinha suas crônicas ou folhetins estampados na primeira página de nossos jornais, caracterizando o Rio de Janeiro como a capital cultural do País.

E no momento em que, incentivados pelas propostas pioneiras de Medeiros e Albuquerque e Lúcio de Mendonça, empolgaram-se pela ideia da fundação desta Casa, concretizada por força da autoridade de Machado de Assis, a sua primeira reunião preparatória ocorreu na redação da *Revista Brasileira*, então dirigida por José Veríssimo, instaurando-se afinal solenemente naquelas mesmas salas em 1897.

Não há exagero em se dizer que a história da Academia pode ser pesquisada nos registros dados pela Imprensa aos seus eventos marcantes. Assim aconteceu quando, em 1906, o ministro Seabra encaminhou projeto de lei cedendo instalações no Silogeu para sede da Instituição.

Naquele mesmo ano, a controvérsia sobre a eleição de Mário de Alencar refletiu-se em acirrada polêmica envolvendo a *A Notícia* e *O País*. Também os incidentes verificados na posse de Euclides da Cunha, atingindo o Presidente Afonso Pena, foram debatidos em todos os jornais.

As colaborações de Bilac, Laet, Coelho Neto e outros eminentes acadêmicos elevavam o estilo redacional de vários órgãos, destacando-se no *Correio da Manhã* uma coluna de crítica cuja autoridade se manteve de José Veríssimo a Álvaro Lins. Dessa maneira, os encontros semanais na Academia prolongavam-se na arena das colunas diárias. Essa integração da Literatura com o Jornalismo trazia à memória a previsão de Afrânio Peixoto de que o jornal tendia a substituir o livro.

Não é de admirar que quando Irineu Marinho fundou *A Noite*, assinalando uma nova época na Imprensa Brasileira, tenha desde logo aberto suas colunas a escritores da altura de Felinto de Almeida.

E em julho de 1925, com o surgimento de *O Globo*, meu pai reiterou a sua vívida consciência de que, na alma nacional, interligam-se os objetivos concretos de natureza política e econômica, com os anseios espirituais de ordem artística, cívica e religiosa. Com isso, assegurou ao novo órgão – embora abalado nos seus primeiros dias pela perda de seu fundador – uma identificação com a opinião pública que, acredito, constitui o segredo de sua atuante presença em todas as fases da História Republicana em mais de seis décadas.

Nos anos 1920, acompanhamos os movimentos políticos e militares que exigiam uma prática mais autêntica da democracia que iriam implantar-se com a Revolução de 1930. Simultaneamente, preocupamo-nos em registrar

que aquele anseio de renovação estendia-se ao plano cultural, fermentando a partir da exposição de Anita Malfatti e chegando afinal ao desafio da Semana de Arte Moderna.

Não escapou porém à nossa observação que o processo só atingiu a sua culminância na sessão da Academia em que se enfrentaram Graça Aranha e Coelho Neto.

Essa circunstância deixou bem claro que esta Casa tem sido o centro fundamental de ressonância da evolução do País no plano cultural. Machado de Assis já lhe atribuía, nos primeiros dias da República, o papel de resguardar a unidade nacional no âmbito literário, em confronto com o caráter divisório da federação política.

Na própria seleção dos patronos e dos membros fundadores, refletiu-se esse senso de responsabilidade, inspirado na convicção de que o artista só atinge o ideal de universalidade, quando se alicerça no compromisso com a sua nacionalidade.

É o que constato ao me voltar para as grandes figuras que me antecederam na Cadeira que hoje passo a ocupar.

***

Varnhagen, historiador e diplomata, soube ir às fontes para documentar o nosso passado. Agiu como os repórteres na busca dos fatos, antes de se atrever a interpretá-los. Graças ao seu espírito de pesquisa, muitas informações refluíram dos arquivos, as quais, enriquecidas pelas notas eruditas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, redundaram nos cinco tomos fundamentais da *História Geral do Brasil*, obra maior do meu patrono nesta Casa.

***

É oportuno acentuar aqui o ponto de encontro entre o jornalista que capta a verdade do presente e o historiador que procura captá-la no passado. A verdade factual é, assim, para ambos, a substância mesma do testemunho escrito. Uns e outros estão a serviço da mesma causa. E isso explica por que Oliveira Lima, Fundador da Cadeira em que me emposso, conci-

liou as duas vocações, sem deixar de ser diplomata a seu modo, sem transigência e concessões.

***

O sucessor de Oliveira Lima, Alberto de Faria, veio de jornal, como colaborador do *Jornal do Commercio*, para abrigar-se sob as glórias da Academia, graças ao livro magistral em que soube trazer à luz o caminho de lutas de Mauá em favor do progresso do País.

***

Dois historiadores, Rocha Pombo em 1933 e Rodolfo Garcia em 1934, vieram depois. O primeiro foi também poeta, romancista e contista, além de servidor da narrativa histórica, mais didática que reflexiva. O segundo, companheiro de Capistrano, soube ser, nos seus relatos do nosso passado, um modelar escritor, na limpidez, na sobriedade e até no bom humor de seus textos.

***

Se esses dois antecessores pertencem ao meu mundo, porque os vi e com eles cruzei os meus caminhos, aquele que se seguiu acha-se incorporado às minhas saudades. Refiro-me a Elmano Cardim, que sempre soube ser um modelo de amigo e companheiro, desses que nascem para deixar de si a recordação a que se associa a mais pura emoção. Seu estilo de jornalista constituiu para mim uma lição inesquecível.

***

Eis-me aqui, agora, diante de Otto Lara Resende, meu antecessor imediato nesta Academia e companheiro de tantos anos. Singular como escritor e como figura humana.

Foi sempre o jornalista que, embora voltado para o momento que passa, orientou-se por valores perduráveis. Nunca renunciou à liberdade a ser-

viço da verdade. Liberdade de denunciar o erro, o embuste, a corrupção, enfim, a falsificação. Como também a de aplaudir, a de reconhecer eventuais equívocos, a de lutar permanentemente por uma sociedade mais justa.

Repartindo-se entre as Letras e o Jornal, soube repetir a lição de Alencar e Machado. O que lhes saiu da pena, mesmo quando a inspiração adveio do fato essencialmente jornalístico, ganha foro de perdurabilidade, a exemplo do que fez o mestre de *Dom Casmurro* quando nos falou do sineiro da glória. Ou ao recordar o velho Senado, numa página de antologia.

Otto constituiu um exemplo da boa formação humanística que sempre nos veio das montanhas de Minas Gerais. Ali se familiarizou com os clássicos. Aprendeu a dar à palavra o aprimoramento da obra de Arte, empregando-a no sentido exato, no ritmo do período, numa elegância de estilo sem excessos nem derramamentos.

Quem conheceu Otto Lara Resende, por seus livros, artigos e reportagens, não apreendeu completamente a sua personalidade, visto que era sobretudo o companheiro do bom convívio com a Arte e o gosto de conversar manifestado na frase de espírito, na reminiscência feliz, na murmuração jovial em que se destacava pela espontânea vivacidade de seus reparos inesquecíveis.

Essa arte de conversar ele a trouxe para o Rio, juntamente com a roda de amigos de Belo Horizonte – Carlos Castello Branco, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Hélio Pellegrino.

Isso explica por que Otto, o grande conversador do grupo, nos deixou como escritor uma bibliografia pequena, embora de grande dimensão literária. Alinham-se nela, um romance, *O Braço Direito* e cinco volumes de novelas e contos: *O Lado Humano,* 1952; *Boca do Inferno,* 1962; *O Retrato na Gaveta,* 1962; *A Cilada,* 1965; e *As Pompas do Mundo,* 1975.

Colaborador dominical de *O Globo*, sabia ser o comentarista agilíssimo da vida corrente. E quando passou a atuar no Jornalismo diário, em sua coluna na *Folha de S. Paulo* nos últimos anos, mantendo o tom coloquial que lhe era próprio, deixou indelevelmente registrada a vivacidade do seu espírito para todos aqueles que não tiveram com ele a oportunidade e o privilégio de um diálogo pessoal.

Senhores acadêmicos,

agradeço ao meu dileto e fraternal amigo Josué Montello ter aceito a incumbência de me transmitir nesta solenidade os votos de boas-vindas desta Casa, além de me haver orientado com sua grandeza de inteligência e coração, nos primeiros passos que me conduziram à vossa presença.

Esse estado de espírito deixou-me à vontade para vos fazer uma confidência.

No momento em que me foi entregue em casa o fardão acadêmico, com chapéu bordado e espada, acudiu-me a constrangedora ideia de estar aderindo a uma formalidade anacrônica. Mas logo a impressão se dissipou.

Compreendi que se trata de uma veste que transcende o tempo em que foi criada. Análoga à toga do magistrado, à farda do soldado, ao hábito do sacerdote.

Simboliza a adoção de um compromisso de vida. E justamente esse caráter marca a sua fundamental diferença da fantasia que se usa em datas de festa em portanto, de descompromisso.

Conscientizei-me de estar me comprometendo a partilhar convosco a defesa da dignidade da palavra. Como certa vez observei, a comunicação não é privilégio do homem. Aquilo que nos distingue é a compreensão. Com isso, queremos dizer que não adianta distribuir informações se não estivermos dispostos a discuti-las. Utilizando-se a força dos meios de comunicação, pode-se talvez vencer, mas não convencer. O convencimento exige diálogo, em que nos arriscamos à troca de palavras.

Quando o jornalista atreve-se a imprimir editoriais e comentários, aventurando-se a refletir o pensamento do homem comum, corre o risco atinente à sua profissão.

Quando o cientista, firmado em raciocínios e experiências, formula leis essenciais da Natureza ou da Sociedade, corre o risco de transmitir a sua concepção do mundo para os homens de seu tempo.

Quando o artista se dispõe a elaborar em Prosa ou Verso experiências humanas que reflitam ou transbordem as de sua época, corre o risco da criação.

Nessas diversas modalidades, fica-se sujeito à rejeição ou à consagração. Joga-se assim o destino das vocações na força comunicativa das palavras.

Essa circunstância acrescenta a esta Casa, além da atividade criadora de seus membros, a responsabilidade específica do cuidado com a Linguagem.

Não para circunscrevê-la a rígidas normas gramaticais, excluindo-a da comunicabilidade com a fala coloquial. Nem tampouco para jogar levianamente com o vocabulário, a exemplo de alguns dos primeiros exercícios do Modernismo que só iriam atingir o ponto definitivo de equilíbrio na obra admirável de Guimarães Rosa.

Por outro lado, abre-se nos dias atuais uma nova frente de ameaça às palavras em virtude da sua crescente substituição por imagens eletrônicas ou informes de computadores.

As imagens, sejam diretas ou transmitidas por irradiações, são sinais que nos chegam do mundo, marcando a sua presença em nosso espírito. As palavras são sinais pelos quais impomos e atribuímos ao mundo um sentido espiritual.

Não nos é lícito renunciar a essa primazia.

***

Cabe ainda observar que o computador aumenta a velocidade do pensamento, mas não a sua profundidade. O que é mais grave: a máquina não erra. Enquanto o homem tem a faculdade e o direito de errar.

É um ser essencialmente errante que viaja para o futuro, sem receio de incidir em equívocos no que afirma, pois lhe é sempre possível corrigi-los.

É a esse bom combate, no sentido de colaborar para que não se degrade a nossa Língua, reduzindo as nossas fronteiras espirituais, que me disponho, na medida de meus préstimos, a ficar ao vosso lado.

***

Chesterton dizia que, em certas horas de crise, as palavras perdem sentido. Ficam loucas. Na atual perturbação do Brasil, não estão enlouquecendo apenas as palavras, mas todos os símbolos nacionais a partir da moeda, estendendo-se ao sistema de segurança pública, à vida urbana, às instituições jurídicas e políticas, à própria Constituição.

Que minha primeira sugestão, como vosso confrade, seja a de que orientemos o nosso esforço em prol do País, pregando que sem tardança restabeleçam-se o senso e a dignidade de duas palavras: ORDEM e PROGRESSO.

# II

# RESPOSTA DO SR. JOSUÉ MONTELLO

Se eu precisasse de uma explicação para a vossa presença nesta Academia, iria buscá-la, com a ajuda de Machado de Assis, num alto poeta inglês, Wordsworth, em quem nosso Patrono recolheu o reparo de que a criança é o pai do homem.

Bem sabemos que, na origem de toda vocação, há um exemplo. No vosso caso, esse exemplo vós o encontrastes, Sr. Roberto Marinho, na vossa própria casa, no melhor dos paradigmas: a vida e a obra de Irineu Marinho.

A vida de vosso pai, meu ilustre confrade, explica admiravelmente a vida do filho empreendedor e glorioso, nas várias etapas de vosso destino. Não precisastes sondar os astros para saber o itinerário de vossa estrela. O sangue que vos corre nas veias, com a lição paterna, com a confiança materna, bem cedo vos mostrou o caminho a seguir e a que soubestes corresponder com o vosso gênio e a vossa tenacidade.

Dois cronistas maranhenses, ambos glórias desta Casa, Viriato Correia e Humberto de Campos, sobretudo este último, guardaram nas suas reminiscências as imagens objetivas de vosso pai e modelo, e são elas, nesta noite gloriosa, que me permitem dar-vos como um exemplo a mais da recomendação de Emerson, quando reconhecia que a educação de uma criança deveria começar cem anos antes de seu nascimento.

Trabalhando na *Gazeta de Notícias*, Irineu Marinho, um dia, discorda da direção do jornal e resolve despedir-se. Vários colegas o acompanham. Estes, desempregados, tratam de saber em que jornais iriam trabalhar, quando Irineu reage, redobrando a confiança em si mesmo:

– Nada de trabalhar nos jornais alheios. Vamos fundar nosso próprio jornal.

Com que recursos? E é então que Irineu junta aos seus trocados os trocados dos companheiros e funda um jornal vespertino, com características próprias, essencialmente noticioso, e a 18 de julho de 1911 eis que se ouve na cidade, na voz dos pequenos jornaleiros, o primeiro pregão de *A Noite*.

Esse pregão se repetiria por muitos anos, na voz dos mesmos meninos de rua, aqueles meninos, já então nossos aliados, e que sempre esperam por nós, por nosso amparo, por nossa assistência, sobretudo depois que, andando o tempo, uma nobre mulher, D. Darcy Vargas, deles se fez o anjo protetor, abrigando-os na Casa do Pequeno Jornaleiro. Lá está um, adornando a cidade, na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua do Ouvidor, na figura do garoto de bronze que sobraça os jornais e os anuncia e que ali foi inaugurado com o derradeiro discurso de Coelho Neto.

Permiti-me, Sr. Roberto Marinho, que aqui recorde, para evidenciar em vossa personalidade uma outra linha de concordância com o modelo paterno, a acolhida que Irineu Marinho proporcionou, em *A Noite*, aos nossos escritores, abrindo-lhes o espaço em que o texto literário se amalgamou à vida corrente. Andei a reler, um destes dias, as *Colunas da Noite*, de um confrade esquecido, Filinto de Almeida, e ali encontrei subsídios preciosos sobre o mestre de *Dom Casmurro*, ao tempo em que andou em Petrópolis, de braço com Carolina, e era um fino homem de bom convívio, de quem só o poeta Rozendo Moniz se afastou, formalizado, dando a Filinto esta desculpa: "Não nos damos..."

Foi em *A Noite* que Irineu Marinho acolheu o Lima Barreto de *Numa e a Ninfa*, e daí a homenagem do romancista, dedicando-lhe o livro, quando o publicou em volume.

Assim, meu caro confrade, nada mais fazeis do que continuar a lição paterna, ampliando-a, magnificando-a, dando-lhe o relevo merecido, e eu estou a lembrar-me do exemplo expressivo da reedição de *Cacau*, no

*Jornalivros*, com a chamada respectiva em toda a extensão da primeira página de *O Globo*, por cima do cabeçalho principal.

Sinal de que as letras, sob a vossa vigilância, e com o mesmo cuidado, dispõem de um espaço próprio, numa hora em que há quem pretenda suplantá-las, sem levar em conta que a verdadeira literatura é a consciência do povo expressa na palavra como obra de Arte e ajustada à Cultura Nacional. E assim se prolongou, com o vosso zelo e a vossa compreensão, a obra de Irineu Marinho, e isso também explica a vossa presença nesta Academia, como nosso confrade.

Há poucos dias, para escrever este discurso, reli a excelente entrevista que concedestes a um jovem amigo e editor, a José Mário Pereira, e ali encontrei esta opinião exemplar, ao vos ser perguntado o que pensais das Letras: "A Literatura é o retrato de um Povo, de uma nação. Sempre li muito." E entre os grandes autores que citastes, lá figuram o nosso Machado de Assis, Balzac, Anatole France, Flaubert, Dickens, Eça de Queirós, Dante, Tolstoi, Shakespeare, Proust. E discordastes deste último, no texto em que ele censura aos jornais as supostas coisas insignificantes a que dão o relevo de um comentário ou de uma notícia.

É que Proust era essencialmente romancista, enquanto vós sois, Sr. Roberto Marinho, essencialmente jornalista. Mas jornalista com a sensibilidade do homem de letras.

Quando Jean-Jacques Brousson, secretário de Anatole France, manifestou o propósito de publicar os ditos maliciosos e os pequenos comentários risonhos do escritor, Madame Armand de Caillavet, amiga dileta do mestre de *La Révolte des Anges*, prontamente se opôs a esse projeto. Mas Anatole France concordou com ele, invocando este argumento: "O que, hoje, é indiscrição, amanhã será erudição."

Para o verdadeiro jornalista, não há a indiscrição, há o fato, desde que esse fato traga em si a imanência da verdade, ou abra caminho à sua revelação. Daí a conclusão de Grimm, que explica o jornalista, sobretudo o repórter: "Quem não se preocupar em saber como estava o tempo em Roma, quando César foi assassinado, nunca há de saber história."

Tenho nítida na memória a página de abertura do primeiro jornal francês, o *Journal de Paris*, publicado em janeiro de 1777, e posso dizer-vos, meu

caro confrade, que essa primeira página está assim dividida: no alto, o nascer e o pôr do sol, ao lado da fase da lua; abaixo, a altura do rio, o tempo médio ao meio-dia e as reverberações; mais abaixo, a previsão meteorológica; no resto da página, em destaque, em duas colunas as belas letras. E até hoje, nos grandes jornais de Paris, ali está a Literatura, de que só têm medo os medíocres e os maus literatos, bastando lembrar aqui que, dois dias depois das solenidades de posse na Academia Francesa, como se ainda ouvíssemos ali o rufar dos tambores da guarda oficial, os discursos respectivos podem ser lidos, no destaque das páginas nobres de *Le Monde*, indicativas de que a nação continua a ser sensível aos seus valores intelectuais.

Permiti-me que aqui recorde um pequeno episódio ilustrativo, associado à saudade de uma dileta amiga, a Condessa Pereira Carneiro, a quem devo boa parte de minha vida de escritor, diretamente ligada à assiduidade de meu trabalho. Eu era, por esse tempo, o Conselheiro Cultural de nossa Embaixada em Paris, quando dela recebi um telefonema, convidando-me a mim e à minha mulher a que lhe fizéssemos companhia numa pequena excursão de devoção literária. Não me disse qual. E, como o sol de primavera tornava ainda mais bela a paisagem de nosso caminho, parecia-nos que tudo fora posto ali para enfeitar a manhã tranquila que nos levou à capelinha de Saint-Blaise-des-Simples, em Milly-la-Forêt, esplendidamente decorada por Jean Cocteau, poeta de minha maior admiração e sobre o qual havia publicado um pequeno artigo, dias antes, no *Jornal do Brasil*. O gosto das Letras, que fizera de Dunshee de Abrantes, pai da Condessa, um de meus primeiros amigos no Rio de Janeiro, transmitira-se à filha dileta, e daí a romaria que fiquei a dever ao seu alto espírito, e que por isso mesmo a levou a compartir comigo a devoção do mestre do *Testamento de Orfeu*.

Cada um de nós, nesta Casa, e muitos que estão lá fora, e que aqui poderiam ou poderão estar, têm para convosco, nos muitos caminhos de vossa obra benemérita, uma dívida natural, associada à vocação literária, já que o renome de um escritor nada mais é, no dizer de Edmond de Goncourt, do que o nome repetido.

Estive a repassar vossa biografia, para trazê-la ao nosso aplauso, nas luzes deste salão, e posso dizer-vos aqui, alteando um pouco a voz, que toda a vossa vida é um prolongado tirocínio de altos serviços prestados ao Brasil.

Napoleão afirmava, enfaticamente, que pertencia à melhor raça dos Césares, aquela que constrói. E foi para construir que realmente nascestes. Tendes a vocação dos empreendimentos perduráveis e o fascínio da perfeição.

Contou-nos Humberto de Campos que Irineu Marinho, depois de ter passado a outras mãos, em pleno fastígio, como um de nossos grandes jornais, a direção e o controle de *A Noite*, deu a si mesmo as merecidas férias, numa longa viagem à Europa. De volta, com direito e recursos para uma vida serena, ajustada ao lazer de quem já trabalhara demais, subitamente decidiu fundar outro jornal. E um belo dia, precisamente a 29 de julho de 1925, outros meninos de rua, na pele de outros pequenos jornaleiros, apregoaram *O Globo* nas esquinas, nos balaustres dos bondes, no Centro da Cidade, nas tranquilas ruas dos bairros, no aconchego dos subúrbios, nos pontos de ônibus, nas estações da Central do Brasil e da Leopoldina, para que o país contasse, a partir do Rio de Janeiro, com um jornal realmente moderno, ajustado à hora de transformações profundas que o país vivia, nas Letras, na Educação, nas Ciências, e de que seria o espelho a serviço da unidade nacional.

E é nessa hora matinal que um caricaturista, Romano, por solicitação de Humberto de Campos, vai a *O Globo*, para de lá trazer um flagrante de Irineu Marinho. No gabinete da direção, não o encontra. Tampouco na redação. Vai encontrá-lo na oficina, na casa de máquinas, de colete, as mangas da camisa arregaçadas. Conhece tudo, domina tudo. E esse homem múltiplo, que sabe fazer, que sabe comandar, que tem a percepção exata de todos os mistérios de um jornal, e é mais uma vez o chefe vitorioso, subitamente se converte no pássaro alcançado em pleno voo.

Vinte e um dias depois dos primeiros pregões de *O Globo* nas ruas da cidade, Irineu Marinho morre subitamente. E é então que a viúva do grande comandante chama o filho Roberto para que lhe assuma o lugar. Tendes 21 anos, meu caro confrade, mas sabeis que ainda vos falta, para a responsabilidade nova, e extremamente complexa, a maturidade experiente, que só o tempo proporciona. Possuis a vocação; a aptidão não vos falta; mas a compenetração da responsabilidade vos detém o passo. Não que o desafio vos haja intimidado. Não. É que soubestes ter, ainda na juventude, a consciência de que, para suceder a Irineu Marinho, teríeis de balizar com triunfos o vosso caminho, para melhor corresponder ao legado de suas vitórias.

Quando o Presidente Washington Luis é deposto e recolhido ao Forte de Copacabana, cabe-vos a vigilância do prisioneiro ilustre, e é fardado que vos postais à entrada do aposento que lhe serve de cela. Estais ali no cumprimento cívico do serviço militar obrigatório. Mas estais também ali como filho de Irineu Marinho. E disto dais a prova imediata na reportagem de *O Globo* sobre o prisioneiro. Sois ali, não apenas a testemunha da História, mas sobretudo o jornalista, com o gosto da verdade factual transformada em notícia.

Vós, que bem conheceis a obra de nosso Patrono, certamente vos recordais de um de seus mais belos contos, nas *Histórias sem Data*, e que se intitula "Capítulo dos Chapéus".

Permiti que eu recorra agora, para intrigar nossos ouvintes, à minha pena de romancista, contando aqui a romântica história da bela mulher com quem um jovem marcou encontro, num fim de tarde, no Largo do Machado, aqui no Rio. Dirigindo o seu carro, ei-lo que se aproxima da Igreja da Glória. Na esquina, em vez da jovem com quem prometeu encontrar-se para levá-la a um passeio no Alto da Tijuca, na claridade do luar, cercado de sombras propícias, quem está é um vasto chapéu feminino, sob o qual se abriga uma mulher.

Desapontado, o jovem dá uma volta pelo largo, diminui a marcha do carro, olha por alguns instantes a esquina combinada, e lá está o imenso chapéu desabado, com o mesmo vulto feminino. E como o jovem, sempre afeito a cumprir o que combinou, reconhece que a amada não veio, pisa o acelerador do carro e dali se vai, relegando o desencontro à condição dos desapontamentos imerecidos, enquanto a lua cheia mostra o seu rosto redondo por cima dos telhados, na direção do Palácio Laranjeiras.

Roda o tempo, o jovem deixou para trás a juventude e é agora o empresário vitorioso, que se vai sentar, à mesa de um banquete, no lado de uma bela senhora. E ela, após um silêncio desdobrando o guardanapo:

"Não está me reconhecendo?"

E, antes que ele responda, apresenta-se:

"Eu sou a amiga com quem marcou encontro no Largo do Machado e não me apareceu."

Espanto do empresário:

"Você? Estive lá, e a procurei. Só vi na esquina um imenso chapéu numa cabeça de mulher."

E ela, identificando-se:

"Era eu que estava ali, Roberto!"

Reponho ao pé do tinteiro a pena de romancista para vos dizer que o jovem, se tinha o vosso nome, a concordância corre à conta dos acasos da vida. Verdade? Fantasia? Não confirmo, não nego: registro-a, como se quisesse enfeitar vosso passado, à maneira machadiana, com este capítulo do chapéu.

Entretanto, pondo de lado o episódio romântico, que cada um de nós há de ter tido na idade própria, o importante é reconhecer que soubestes ser, desde o início de vossa vida benemérita, o realizador prodigioso, no fiel cumprimento de vossa condição de jornalista.

Eu estava em Lisboa quando ali desceu, vindo não se sabe de onde, o nosso patrício a quem poderíeis chamar, como no verso de Baudelaire, vosso semelhante e vosso irmão, na capacidade de construir como diretor de jornal. Meu dileto amigo Augusto de Castro, diretor do *Diário de Notícias*, português, noticiou assim a ocorrência do fenômeno: "Passou há dias por Lisboa um pé-de-vento, uma das mais ilustres correntes de ar do mundo e que se chama Assis Chateaubriand." E acrescentou: "Abriu, na passagem, meia dúzia de janelas, bateu quatro ou cinco portas, fez cinco ou seis cumprimentos e lá largou pelos ares de onde veio, a seiscentos quilômetros por hora."

Se vos comparo com ele, na condição de homem de jornal, com a mesma vocação criadora, prontamente reconheço, no contraste do confronto, que tendes, nas vossas lutas, o pendor da serenidade. E, porque nada vos intimida, também nada vos perturba. O essencial é o cumprimento da missão, o dom de abrir caminho aos contemporâneos, para que também se realizem, nos espaços que lhes criastes. Sois o largo rio sereno que desliza sempre e não se cansa de correr.

Recentemente, num ensaio de Joubert, encontrei esta definição do leitor do jornal: é o homem no alto da ponte olhando a água passar. Essa água reflete o céu estrelado e o sol do meio-dia. Sobre ela se debruçam as árvores ribeirinhas. E desliza a sombra dos pássaros voando. Se o tempo se fecha, com o vento a soprar, prontamente se encrespa. Depois, amainada a tormenta, volta à serenidade natural e continua a fluir na direção do mar. Refletir o tempo bom ou mau é o seu ofício. E, sempre que nos debruçamos sobre a

ponte, alongando o olhar em busca dos dias passados, lá estarão os momentos de ontem à nossa espera.

A controvérsia das opiniões, de que se nutre a Democracia, tem no jornal a sua fonte de água-viva. Os demais instrumentos de comunicação não dispõem da mesma força. Jefferson, maltratado pelos jornais ao longo de seu governo, não os dispensava, animado pelas esperanças de que, entre tantas acusações, rebrilhasse um bom conselho para aproveitá-lo.

Rui, que não se cansava de aparar os golpes que os adversários lhe assestavam, na Imprensa de seu tempo, alteava mais a voz para reconhecer: "Tempos houve em que a difamação era, com efeito, uma potência. Foi antes que a criação de Guttemberg chegasse a ser o que é hoje: a presença do disco solar no horizonte da consciência humana."

Em 1897, quando esta Academia se constituiu, já com o quadro de quarenta companheiros, 25 faziam questão de proclamar a sua condição de jornalista. Vinham eles de duas campanhas fundamentais: de um lado, a da abolição do cativeiro; de outro lado, a da implantação da República. E mais adiante, quando se incorporou às tradições da Casa o critério dos valores representativos do País, fora da área puramente literária, para o preenchimento dos claros que viessem a ocorrer, foi Joaquim Nabuco, nosso primeiro Secretário-Geral, quem tomou a iniciativa de defender esse critério complementar, em carta a Machado de Assis, a 8 de outubro de 1904:

> A minha teoria, já lhe disse: devemos fazer entrar para a Academia as superioridades do País. A Academia formou-se de homens na maior parte novos, é preciso agora graduar o acesso. Os novos podem esperar, ganham em esperar, entrarão depois por aclamação, em vez de entrarem agora por simpatias pessoais ou por serem de alguma *coterie*. A Marinha não está representada no nosso Grêmio, nem o Exército, nem o Clero, nem as Artes, é preciso introduzir as notabilidades dessas vocações que também cultivem as Letras. E as grandes individualidades também. Assim o J(osé) C(arlos) Rodrigues, o redator do *Novo Mundo*, o chefe do *Jornal do Commercio*, que neste momento está colecionando uma grande livraria relativa ao Brasil.

Na volta do correio, com a data de 6 de dezembro de 1904, eis a resposta de Machado de Assis: "A sua teoria das superioridades é boa; os nomes citados são dignos." E desde então a Academia incorporou ao seu quadro de

membros efetivos as figuras representativas do país que nos bateram à porta, ou que fomos buscar para que aqui permanecessem.

Sr. Roberto Marinho: o lugar que aqui conquistastes é agora vosso, de pleno direito. Sois uma das figuras representativas do Brasil contemporâneo. Não vos limitastes a realizar uma vida fecunda, de que também agora nos orgulhamos. Com o vosso ar tranquilo e descansado, sois uma força da Natureza. E não vos limitastes a viver vosso destino. Assim sereno, assim passado a limpo, assegurastes o trabalho e a vida digna a artistas, a escritores, a jornalistas, a gráficos, a administradores, a publicitários, a executivos, a revisores, a locutores, a cineastas, a técnicos em Informática, a engenheiros, a médicos, a advogados, a todo um vasto elenco de companheiros, a que assegurastes o trabalho, o nome e a glória, nas iniciativas que emanaram de vossa vontade.

De agora em diante, mesmo depois que nos transferirmos para a memória e a guarda de nossos sucessores, a Academia repetirá vosso nome e vossas glórias, assim como hoje repete, na palavra viva de cada um de nós, as glórias e o nome daqueles que nos antecederam.

Poucos são os contemporâneos que alcançaram o altiplano a que atingistes e do qual fomos buscar-vos para também nos orgulharmos de vossos troféus.

Vosso campo de ação na multiplicidade de seus recursos verbais, visuais e auditivos não se limita à continentalidade de nosso País. Porque, longe daqui, há quem viva, há quem trabalhe, há quem firme seu nome, graças ao mundo que soubestes criar.

Não vos limitastes a dar continuidade ao jornal que Irineu Marinho criou. Ao longo do tempo, cuidastes de aprimorá-lo. Com extremo cuidado. Sabendo que um jornal não constitui propriedade exclusiva de quem o comanda. Porque é sobretudo patrimônio de seu público. De quem o lê. De quem nele se louva. De quem diariamente se debruça sobre ele, e o interroga, e nele recolhe a opinião do jornal, transformando-a em opinião pública. E, como cabe aqui uma revelação, deixai-me que passe adiante, nesta tribuna, uma de vossas lições como diretor de *O Globo*.

Quando sentistes, com o zelo e o cuidado de quem chega muito cedo à redação de seu jornal, que *O Globo* deveria passar de vespertino a matutino, sem surpresa para seus leitores, adotastes um expediente exemplar. Um bisonho comandante, que não dispusesse do necessário cuidado, teria resolvido o

problema com o erro imediato de um simples aviso na primeira página. Ou mesmo sem qualquer aviso. Mas vós, meu caro confrade, com o vosso tato, vos louvastes na vossa prudência. E assim, a cada novo mês, retardastes de meia hora a saída do jornal. De modo que, um belo dia, *O Globo* acabou de passar à condição de matutino, despontando nas bancas e na porta dos assinantes com a luz do novo dia.

Um jornal que se transforma, à revelia de seu público, é a baleia arpoada, que irá sangrar até morrer.

Em 1970, querendo levar pessoalmente ao diretor de *Le Figaro* o meu livro sobre Stendhal, então primorosamente publicado numa edição de Pierre Seghers, fui visitá-lo em companhia de um velho amigo, o saudoso Embaixador Paulo Carneiro. E lá fomos nós, a pé, de meu escritório, na Rue La Boetie, ao Rond Point des Champs Elysées, ao encontro de Louis Gabriel-Robinet, a quem eu ficaria a dever a nota generosa que, dias depois, publicou no seu jornal, sobre o meu livro.

No gabinete singelo, onde avultava uma severa mesa de tampo corrido, nada era mais sóbrio e também mais acolhedor. Sobre a mesa, uns linguados de papel, já manuscritos. Ao lado, em parte corrigidas, as provas do novo livro do diretor de *Le Figaro*, *Une Vie de Journaliste*, no qual Louis Gabriel-Robinet, de harmonia com as suas experiências na profissão, anunciava as transformações que no seu campo estariam ocorrendo no Japão, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, sobretudo no âmbito do jornal a domicílio, com os recursos da comunicação instantânea das imagens a cores, e que, à época, não poderiam ser adotadas, sem a cautelosa colaboração do tempo. E daí a pergunta que a si mesmo formulava, no fecho de seus livros: "Com a força das máquinas, o homem não se arrisca a ser, ele próprio, uma máquina?" E concluía com esta advertência de Fontenelle: "Se eu tivesse encerrado todas as verdades na minha mão, não sei se teria coragem de abrir os meus dedos."

Minha geração, como a vossa, Sr. Roberto Marinho, como a de nosso Austregésilo de Athayde, como a de Barbosa Lima Sobrinho, assistiu ao desmoronamento das duas forças políticas que se digladiavam, messianicamente, propondo uma nova ordem para o homem sobre a terra: uma, a da Direita, foi derrotada pela Segunda Guerra Mundial; a outra, a da Esquerda, implodiu diante de nossos olhos. Restou-nos o melhor caminho: o das liberdades demo-

cráticas. Mas devemos estar atentos, redobrando a vigilância de nossos valores éticos, de nossos valores cívicos, de nosso patrimônio como Nação soberana.

Eu tive a oportunidade de reconhecer, logo após vossa eleição para esta Casa, que contribuístes, e continuais contribuindo, com os instrumentos de comunicação de que dispondes, para a unidade do Brasil.

Essa unidade decorre de nossa própria vocação como povo. De Norte a Sul, a despeito dos idiomas que nos cercam, falamos a Língua Portuguesa com idêntica entoação. Idênticos são os nossos usos e costumes. Idênticos os nossos objetivos, com a consciência de que compomos uma estrutura nacional, orgulhosa, de seus valores, e só aspirando à mesma coesão institucional, para ajustar ao futuro os valores de nosso passado.

Há trinta anos, há quarenta anos, se nos deslocávamos dos grandes centros para regiões distantes, em nosso próprio território, éramos nós que levávamos conosco as novidades, as últimas notícias. Hoje, são as novidades que esperam por nós, à revelia da rapidez de nosso transporte.

É que as notícias, levadas sobretudo pela televisão e pelo rádio, chegaram antes de nós. E somos nós que perguntamos por elas aos amigos e familiares que estão nos aeroportos para nos receberem.

Para essa obra formidável, não cessais de contribuir, a cada novo dia, a cada novo momento. Se a palavra oralizada tende naturalmente a esvair-se, por força do som que rapidamente se desfaz, e a imagem prontamente se apaga, suplantada pela imagem que logo lhe sucede, na instantaneidade da comunicação televisiva, a palavra escrita traz em si a vocação da perdurabilidade mesmo no texto do jornal, que tende naturalmente a envelhecer a cada novo dia.

Entretanto, se o jornal do dia faz esquecer o jornal da véspera, há sempre o jornal que perdura e é recolhido aos arquivos e bibliotecas, porque ali está fixado o momento que passou. Vai servir ao futuro, como subsídio sobre o passado. Ali está a memória viva, como se girássemos para traz a máquina do tempo, ou cavalgássemos o hipopótamo do delírio de Brás Cubas.

Sem esse jornal que assim conservamos, criando condições propícias para a sua preservação necessária, nós, jornalistas, seríamos, aqui, os profissionais do efêmero, numa Instituição que deve ser a memória da palavra como obra de Arte ou como notícia viva do tempo que se foi.

Pertence-vos agora, nesta Academia, a Cadeira que Oliveira Lima fundou sob a invocação da glória de Varnhagen, como seu Patrono. Historiador, jornalista e diplomata, o mestre pernambucano que Gilberto esplendidamente definiu como um D. Quixote gordo, soube ser quixotesco como diplomata, como jornalista e como historiador. Acumulou em si próprio o cavaleiro e o escudeiro, juntando assim, no seu corpo exagerado, os dois personagens de Cervantes. O jornal foi para ele o espaço preferido para os seus combates com os moinhos de vento.

Alberto de Faria, que lhe sucedeu, foi também jornalista. No jornal, depois do livro, por fim nesta Academia, soube levar a bom termo a campanha benemérita em defesa da maioria da memória de Mauá.

Vieram depois dois historiadores, Rocha Pombo e Rodolfo Garcia, este último seu mestre, companheiro de Capistrano de Abreu, exemplar escritor, quase escondido nas primorosas notas de pé de página da obra de Varnhagen, e que me abriu caminho à direção da Biblioteca Nacional.

Em seguida, Elmano Cardim, diretor do *Jornal do Commercio*, grande companheiro. Além de jornalista historiador. E que me fez esta surpresa, quase ao fim da vida: o domínio completo da obra lírica de Bocage, e de quem fui companheiro, na romaria literária à terra natal do poeta, no segundo centenário de seu nascimento.

Por fim, o Otto, jornalista, contista, romancista, e de quem acabais de fazer o louvor, com as saudades do amigo e o reconhecimento de seus altos méritos.

Quem, como vós, meu caro confrade, transitou pela obra de Anatole France, há de lembrar-se da famosa dedicatória em que o mestre, dirigindo-se a Adrien Hébrard, na abertura de *La Vie Littéraire*, agradece ao diretor do *Temps* ter disciplinado o seu trabalho, como crítico literário do jornal. Todas as semanas, lá estava ele, com seu longo artigo, a falar de si mesmo, a propósito de Balzac, de Shakespeare, de Molière, de Zola, de Daudet. Em vez da ociosidade, com longos intervalos entre seus novos livros, na editora Calmann-Levy, ei-lo a superar a indolência estudiosa, tornando mais ágil a sua pena de escritor.

Bem o sei que é isso, Sr. Roberto Marinho.

O tirocínio do jornal, quer como redator, quer como colaborador, disciplina o escritor. Louvo-me também na minha própria experiência. Sem a obrigatoriedade de minha colaboração, em dia certo, variando de tema, disciplinando minha frase, eu não teria encontrado o que penso constituir o meu modo de ser, no texto essencialmente literário. Por outro lado, suponho ter feito de meus leitores, à boa maneira da lição de Montaigne, os condôminos de minhas leituras, sobretudo dos autores que reclamam a nossa gota de sangue para a merecida ressurreição, como as sombras que passam diante de Ulisses, no poema de Homero.

O jornal, quer impresso, quer falado, além de ser nossa escola, é nosso prêmio e nossa advertência. Dele nos vem o aplauso ou a censura, já que o louvor e a restrição sempre afloram em nosso caminho, mesmo quando o escritor se chama Stendhal, Eça de Queirós ou Machado de Assis.

Somos gratos a Roberto Marinho também por isso.

Nosso saudoso Confrade Alceu Amoroso Lima, no seu primoroso ensaio *O Jornalismo como Gênero Literário*, publicado em 1960, e baseado também na sua própria militância, reconheceu, objetivamente, que

> o Jornalismo, como gênero literário, deve antes de tudo ser uma arte, isto é, uma atividade livre do nosso espírito no sentido de fazer bem alguma coisa. Essa obra, para ser Arte Estética, e não apenas arte mecânica ou liberal, deve fazer de seu modo de expressão o seu fim, ao menos relativo ao *finis quo*, como dizem os filósofos.

Essa obra de Arte, acrescentemos, não se limita ao texto, para alcançar seus dois propósitos, que são informar e convencer. Reclama o concurso da apresentação objetiva, com seus valores estéticos de natureza material e que vão desde os recursos gráficos à ilustração que a amplia e completa.

Porque o jornal é o conjunto do texto e da disposição gráfica. Todo ele se harmoniza nesse propósito. Sem que o texto perca a eficácia que há de ter, como argumento, como verdade factual. Essa eficácia se amplia, se aprimora, se aprofunda, com a plenitude da liberdade da imprensa. É esta que adverte e denuncia, que comprova e corrige, que pune e exalta, que faz incidir sobre o crime a claridade que o ofusca e abre espaço para a defesa do injustiçado.

William Allen White, que foi considerado o primeiro jornalista americano de seu tempo, por ter sido o editorialista de maior influência nos Estados

Unidos, deu este conselho aos seus colaboradores: "A política editorial de um jornal deve combinar três coisas: a inteligência, a coragem e a bondade."

André Maurois, que dele nos deu um excelente retrato em seu diário de 1946, lembra-nos ainda que, no parecer do mesmo jornalista, a autoridade de um jornal tem de refletir a personalidade de um homem.

Vós, Sr. Roberto Marinho, que tão bem lestes o vosso Dickens, certamente lembrareis que, no início de um de seus romances, o que o romancista reclama, para compor a sua narrativa, são os fatos, nada mais que os fatos. William Allen White ia mais longe. Punha de lado as hipóteses e as conjecturas. Poucos adjetivos. Poucos advérbios.

E recomendava aos companheiros: "Não adivinhem, verifiquem. Não julguem, informem-se. Qualquer que seja a matéria, respondam a estas questões: 'Quem? O quê? Onde? Por quê? e Como?'"

E, quando ele próprio teve de sentar à mesa da redação, para comentar a morte de uma filha, vítima de acidente de equitação, aos 17 anos, não se esqueceu de aplicar a mesma norma, e nunca foi tão intensa a emoção dos leitores quando se debruçaram sobre o texto sóbrio e patético do pai dilacerado.

Bem sabemos que isso só é possível quando o texto do jornal se eleva à condição de obra de Arte.

É preciso ouvir-vos, no privilégio do convívio frequente, para reconhecer que o vosso jornal é Roberto Marinho, nos seus objetivos, na sua política, na sua linha ética, correspondendo assim à personalidade de um homem, tal como recomendava William Allen White.

Tenho nítido na memória o pequeno artigo que publicastes em *O Globo*, em 8 de março de 1990, com o título "Um gigante", a propósito da morte de Luís Carlos Prestes. Guardei o recorte desse texto exemplar. Tivestes, como eu tive, como muitos tiveram, a fascinação do herói rebelde. E daí terdes identificado nele (são vossas as palavras) o "bravo líder revolucionário que empolgou nossos ideais de liberdade". E concluístes: "Ele teve o seu momento culminante na lendária marcha da Coluna Prestes."

Num de meus romances, *A Coroa de Areia*, busquei recompor a marcha da Coluna e recebi o aplauso do próprio Prestes. Foi como se o acompanhasse até às terras do meu Maranhão, com ele à frente, pequenino, de barbas negras, aproveitando a noite para seguir em frente, rumo ao Norte, ilumina-

dos pelos vaga-lumes: "Dir-se-iam irreais aqueles bravos, no imenso chapadão deserto, envoltos pelas pequenas luzes azuladas, que acendiam e apagavam acendiam e apagavam, abrindo um clarão nas sombras circundantes, enquanto as pesadas botas cheias de lama iam calcando a terra do chão", tal como contei no meu romance.

Há heróis que são criados pela lenda. Mas há outros, como Prestes, que a lenda não magnifica, limitando-se a recolhê-los sem retoque. São os verdadeiros. Prestes foi um deles. Por isso, quando o abraçastes, numa livraria, já na hora de seu ocaso, pudestes guardar desse encontro esta impressão indelével: "O meu pensamento foi de ternura por aquele homem de metro e meio de altura, mas um gigante de obstinação e de coragem."

Como todos os verdadeiros liberais, na hora em que a Direita e a Esquerda se defrontavam, e vos combatiam, e vos negavam, pagastes o pesado tributo de vossa independência, que eu também paguei, que muitos aqui pagaram, e que por vezes ainda nos obrigam a pagar, porque as patrulhas sobrevivem às ideologias, com os ódios e as paixões que acumularam.

Deixei para o fim deste discurso, em nome de nossa Academia, o merecido louvor ao volume que publicastes ano passado, *Uma Trajetória Liberal*, e que, correspondendo à vossa colheita na seara do empresário e do homem de jornal, constituiu também, no plano das ideias e das atitudes, o vosso autorretrato e a vossa estreia em livro, trazendo nas mãos jubilosas o volume publicado.

Eu já tive oportunidade de comparar os textos que resgatamos dos jornais para codificá-los em livro àqueles bonecos indultados que, em Valência, na Espanha, compõem o mais curioso museu de toda a cidade. Ali, todos os anos, três dias antes daquele que a tradição consagra a São José (19 de março), as ruas e praças são adornadas por figuras de cera e papelão que constituem comentários espirituosos ou austeros dos fatos capitais ocorridos em Valência.

No dia de São José, à noite, todas essas figuras são queimadas. A cidade, num relance, se converte numa imensa fogueira. Mas, no dia seguinte, se olhamos o largo, a praça, a rua, no centro urbano de Valência, está tudo limpo e em ordem, como se por ali não houvessem crepitado as brasas e as labaredas.

Das figuras que, horas antes, nas esquinas, no pedestal dos monumentos, no centro das avenidas, enfeitavam toda a área, uma foi salva e já está no

Museu dos Bonecos Indultados: aquele que melhor fixou, com seu valor como obra de Arte, uma figura ou um acontecimento local.

Cada um de nós, jornalistas, imita Valência, indultando também o texto que nasceu sob o signo do efêmero. Nele está retido um momento ou um comentário que merecia ser preservado. E com eles compomos as páginas que por vezes nos sobrevivem.

Com essas páginas indultadas, Sr. Roberto Marinho, foi composto o vosso livro. Os textos dispersos, sobre vossas experiências e vossos testemunhos, guardando imagens vivas de figuras como Carlos Lacerda, como Tancredo Neves, como Luís Carlos Prestes, tinham de ser naturalmente resgatados do rio do tempo. Soubestes buscá-los na hora própria para o louvor merecido. Um de meus mestres advertiu-me desde cedo para o fato de que, se a crítica restritiva é necessária, devemos orientar nossa pena, de preferência, para as festas de glória. Daí, por vezes, a perplexidade em que, no dizer de Jean François Revel, por vezes nos defrontamos, como jornalistas, entre o dever de opinar e o de informar.

Mas, se agora também me permitis, deixai-me que vos louve aqui nos textos em que comovidamente nos recordais vossas lutas, dando-nos também a emoção com que criastes a Fundação Roberto Marinho, proporcionando tantas benemerências às Letras, às Artes, às Ciências, em proveito de nosso País. Mallarmé reconhecia que, neste mundo, tudo acaba em livro. Sim, acaba, mas para continuar como uma lição.

Sabemos que vos debruçais neste momento sobre as vossas reminiscências, para compor com elas o desejado livro de memórias, *Condenado ao Êxito*, em que nos transmitireis, já agora como acadêmico, a vossa lição de vida.

Numa bela página de lembranças, publicada precisamente em *O Globo*, de 1.º de outubro de 1960, meu querido conterrâneo Viriato Correia, companheiro de Irineu Marinho na redação da *Gazeta de Notícias*, contou que o diretor do jornal, Manuel Rocha, o Rochinha, como era então conhecido, decidiu fazer uma experiência, quando Luís de Castro deixou de ser ali o secretário, que era então, realmente, o diretor executivo. Em vez de pôr à frente do jornal este ou aquele redator, decidiu confiar a responsabilidade a cada um deles, entre os mais graduados, para ver quem estaria realmente à altura de assumir o comando.

Coube a Paulo Barreto (João do Rio) a primeira semana. A despeito de seu imenso talento, soube ser vulgar, sem qualquer brilho.

Oferecido o posto a Viriato, este o recusou.

E Paulo, ansioso para deixar a roda do leme:

Tenho um plano, que te poupará. Se houvesse uma eleição para escolher o secretário, em quem votarias?

E Viriato, com rapidez:

No Irineu Marinho!

Consultados os demais redatores, a resposta foi unânime: Irineu Marinho. Não havia outro com a sua qualidade e a sua competência. E à noite, quando o diretor chegou à redação, Paulo Barreto lhe deu a notícia de que, por escolha geral, o secretário deveria ser Irineu Marinho. Tinha todos os atributos para comandar a *Gazeta de Notícias*.

E o Manuel Rocha, satisfeito:

É então, pelo que vejo, uma aclamação. Parabéns a vocês.

Pela votação que alcançastes, Sr. Roberto Marinho, entrastes também aqui por aclamação.

Sede bem-vindo a esta Casa, meu caro confrade.

Discurso do
SR. MARCOS ALMIR MADEIRA

e

Resposta do
SR. ABGAR RENAULT

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 11 de novembro de 1993*

# I

# DISCURSO DO SR. MARCOS ALMIR MADEIRA

Senhor Presidente,

senhores representantes de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, excelentíssimos senhores ministros do Supremo Tribunal, excelentíssimos senhores senadores e deputados, embaixadores e cônsules-gerais, magníficos reitores, Reverendíssimo representante de Sua Eminência o Senhor Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Senhor representante do Excelentíssimo Senhor Ministro da Cultura, senhores oficiais generais, Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade de Niterói, Senhor representante do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Rio de Janeiro, digníssimos representantes da Família Américo Lacombe, senhores presidentes de instituições culturais, Senhor Acadêmico Abgar Renault, que me prezo de ter por paraninfo, minhas senhoras, senhores,

venho cumprir perante Vossas Excelências minha primeira missão nesta tribuna.

Senhores da Academia Brasileira,

minha palavra começa por ser de reverência e de amor à província natal. No seu adereço de prioridades, brilha a própria fundação desta Casa, idealiza-

da pelo fluminense Lúcio de Mendonça e constituída graças à sua tenacidade sem eclipses, ao reunir em torno da bela ideia homens de espírito representativos da época, motivados, todos, por aquele auspicioso "convite" de que falou Joaquim Nabuco; convite do jovem de Piraí, do "moço", como acabaria dizendo Machado de Assis em seu discurso inaugural de Presidente, referindo-se à nova Academia: "Idealizada por um moço...", assim falou o inventariante de Brás Cubas. Não lhe declinou o nome, certamente pelo cuidado de não lhe salpicar na modéstia uma alusão direta. Cuidados machadianos?...

Mas não saberia eu evocar o meu antigo Estado do Rio, sem me concentrar na cidade-berço: Vila Real da Praia Grande ou singelamente Niterói. Lá nasceram e findaram meus pais. Devo-lhes uma bonita incentivação dos meus pendores nascentes. Mais que isso: devo-lhes um ambiente, uma atmosfera de cultura, de intelectualidade idealista e os melhores contatos literários em casa, como do portão para fora; contatos que explicam em boa parte esta noite. Lá, na modesta Niterói, também nasceu, viveu por longos anos e fruiu as primeiras grandes vitórias na profissão, como também fincou os pilares da prosperidade pessoal, um dos mais consagrados juristas do País, Levi Fernandes Carneiro, a cujos filhos, amigos militantes, devo a cativante iniciativa que me traz a emoção de empossar-me nesta Casa, envergando a espada acadêmica que usou sob este teto, em noites de gala, meu grande amigo e mestre. Como que estou a vê-lo aqui, onde ele me queria ver. E isto aviva o profundo sentido fluminense de uma amizade e uma gratidão sem nuvens ou simplesmente o sentido da terra. Mais do que nunca, sinto que a província é tudo, até porque, como expressão maior de pureza e fidelidade às origens, vem a ser, por isso mesmo, um ponto de resistência natural à distorção dos valores, à poluição do gosto, à transgressão cultural, à lesão da própria sensibilidade popular.

Cioso da sua província, ou precisamente do seu município, era aquele Acadêmico de França, Edouard Herriot, por trinta anos prefeito da sua cidade de Lyon e a ela tão fortemente apegado, que o Presidente Georges Pompidou, numa ousada mas excelente imagem, apontou nele alguém *enlacé en sa commune comme un serpent amical*...

Mas por que colher exemplo fora da barra, pondo em baila o autor de *Madame Récamier et Ses Amis*, se temos, mais que a prata, o ouro da terra

fluminense, na atitude amorosa e lúcida do egrégio Raul Werneck de Avelar Fernandes, cujas inclinações de espírito, como escrevi há tempos, oscilavam entre Valença, Vassouras e Versailles. De lá, do palácio dourado dos reis de França – quando de uma reunião internacional por volta de 1918 ou 1919 –, a extensão e a gravidade dos seus afazeres político-diplomáticos não o impediram de enviar carta ao Governador do Estado do Rio, cobrando-lhe a pavimentação de uma estradazinha medíocre ligando, em Vassouras, um distrito a outro.

É belo tudo isso. A província é o ponto de irradiação dos entusiasmos sadios e dos amores mais puros. Só não o discernem os inseguros do próprio mérito, em geral imersos no ridículo do nuvorrichismo intelectual, social, político ou, numa hipótese menos negativa, os que erradamente indentificam no provinciano sempre o rústico, o rude, o roceiro. Não sabem que a mais forte aristocracia, exatamente pelo poder de possuir a terra, vem do campo – aqui e em toda a parte.

Estou a me lembrar de um dos mais completos sociólogos de nosso tempo, o insuspeito Lewis Mumford, norte-americano, quando implicitamente preferiu um fazendeiro de Boston a um senador por Nova York: *There is more politeness in a Boston farmer than in a New York senator* – lá está, com todas as letras, numa sua entrevista à televisão, em Londres.

Dizendo-lhes essas coisas a só um tempo simples e complexas, marco uma posição de fidelidade a certas matrizes culturais.

Seja eu como for, senhores acadêmicos, aqui estou. Fui eleito, e já não há mais recurso. Aos que me sensibilizaram com o voto consagrador, o agradecimento de um coração aberto; aos que puseram na velha urna de bronze outro nome, no pleno e belo exercício do direito de preferir – direito por excelência humano –, lastimo não possa dizer como o garoto da historieta de Álvaro Moreyra, aquele pirralho que, tendo vencido em concurso literário no colégio, eximiu-se quase a chorar: "– Desculpem. Prometo que não faço mais."

E trago minha melhor palavra de reconhecimento também àquelas e àqueles que não pertencem a esta Casa, nem poderiam integrá-la, já que são muito mais de quarenta... Estou pensando em intelectuais, pessoas significativas e ainda mesmo nas criaturas intelectualmente desambiciosas que me trouxeram, falando e escrevendo, o seu apoio, seu impulso generoso, sua vibração brasileira. Foram, como lhes chamei, os meus eleitores subjetivos, camada de

uma opinião realmente pública, não necessariamente a que se publica e pode ser de encomenda. O que tive foi o voto moral de uma comunidade cujas homenagens, após a eleição, se vêm sucedendo em ritmo encantador. Também nos braços desses muitos aqui chego.

Perdoem-me, senhores da Academia Brasileira, que esteja a falar de mim. A bem pensar, presto contas aos que me honraram com o seu voto, levando-me ao êxito. E seria de repetir aquela réplica, concisa e afiada, de José Américo de Almeida, quando o criticaram por falar de si: "– Falo porque posso..." Ou isso ou recordar Gilberto Amado: "– Hei de falar de mim mesmo. Conheço profundamente o assunto."

Seja como seja, e ainda que arrimado em gente de respeito, o bem melhor será mudar de tema.

A Academia, como diria o fino Aloísio de Castro, não enxertou "dentre as práticas da boa usança" o Termo de Compromisso nas sessões de posse. Quanto a mim, "velho menino" (houve quem o dissesse) ainda que bem diferentemente do outro, de Álvaro Moreyra, também tenho o que prometer. Desde logo, viver a Instituição, sentindo-a no seu essencial; assumindo, assim, o compromisso de evitar os caminhos da vulgaridade, que além de opostos aos caminhos acadêmicos, já nem levam mais ao povo. Ele quer ascender e está ascendendo – invadiu a escola. Equivocou-se demagogia. Viva o povo brasileiro – estamos em ponto e hora de repetir com o Sr. João Ubaldo Ribeiro, ainda convalescente da última eleição neste Condomínio sutil – ou "vitalício", como preferiu Alcântara Machado, quando aqui se empossou.

Pode um escritor, mormente no mundo da ficção, trabalhar com certos dados do vulgar. Nada importa, se a sua especulação literária, pela técnica de construção, a graça, o alcance social e humano, insufla no leitor o desejo de rever valores, retificar velhos juízos apriorísticos e redescobrir a alma da sua gente. É o caso singular do Sr. Jorge Amado, de obra tão telúrica e tão universal, exatamente porque nos deu e nos dá páginas em que as rotinas e a inventiva simples do povo "miúdo", ou os instantâneos do vulgo, se diluem no claro senso poético – um lírico de lugar marcado na Prosa Brasileira... descontraído, engenhoso, baiano.

Mas ia eu dizer a Vossas Excelências que uma forma de avivar meu Termo de Compromisso será resumir o que penso da Instituição quase centenária.

Quando me propus aos seus votos, pensei em dobro: na Academia, diretamente – claro; essencialmente, em academia. Explico-me: o que a sensibilidade me apontou não foi apenas uma academia, esta, sediada neste Palácio, presente da França de todos nós; o que vi e a rigor senti foi a Instituição Acadêmica como tal, sua significação no espaço histórico, seu papel, seu espírito.

Academia, para mim, tem a força dos símbolos. A própria gala que a singulariza, se já não bastassem a ideia de imortalidade, o toque aristocrático dos seus paramentos, a ousadia, talvez irônica, de uma espada civil, a própria gala, dizia eu, perfaz valores que não se diluem no chá das quintas-feiras, precisamente porque traduzem uma atitude, um gesto de crença na superioridade das inteligências polidas pela Cultura e municiadas pela decisão de defesa da liberdade de ser, de pensar e dizer. E é essa, afinal, a significação da espada *sui generis*, materialização de um espírito não apenas liberal, senão também vigilante. Desse espírito, há provas de peso e beleza, e dentre elas a mais completa – para não dizer a mais excitante – foi o duelo verbal a que se lançaram aqui mesmo Coelho Neto e Graça Aranha, nos idos de 1924, em torno de tradição e renovação, no campo da criação literária. A Academia Brasileira não mudou substancialmente, mas a divergência que estalou entre os dois maranhenses de talento na pena e sangue na guelra mostrou bem nitidamente que aquela, como a sua tetravó francesa, era uma casa de homens de espírito e, por boa consequência, livres.

Espírito assim livre e vigilante foi, por bom sinal, Joaquim Caetano da Silva, Patrono da Cadeira que me coube. Nesse gaúcho, nascido em 1810 e falecido em Niterói, em 1873, a linha eclética não veio a ser a linha da dispersão. O seu foi um ecletismo construtivo, produtivo, socialmente útil. Educado na França, lá se graduou em Medicina, em Montpellier. A formação clássica, notadamente no plano científico, ele soube pô-la a serviço do País, quando a Regência se tornava um período politicamente acidentado. Varando dificuldades naturais, fez-se professor do Colégio Pedro II. E o mestre completou-se na revelação de um administrador acurado: foi diretor do colégio. Mas o bom eclético mudou de rumo: aderiu à diplomacia. Creio que terá sido a melhor das suas opções, a mais benéfica ao Brasil-Nação e ao Brasil-Estado; no serviço diplomático, lidou avisadamente pelos interesses do País nas questões de limites das Guianas. Como se não bastasse, deixou em livro escrito em

Francês – *L' Oyapoc et l'Amazone*, de par com um sólido atestado de erudição, uma clara expressão de espírito público.

Esse alto espírito não faltou, por seu turno, ao fundador da Cadeira, fluminense de Magé, Alcindo Guanabara, cuja vocação de jornalista lhe brotou com os primeiros fios de barba: tinha a ninharia de dezessete anos quando apareceu em folha de Imprensa. E jornalista ficou sendo para sempre, por entre faiscações na Crônica Política e nos editoriais notadamente. Escrevendo para jornal, de 1882 a 1918, foi uma vocação que não se perdeu. Muito ao invés; para ela apelaram os grandes do Império e da República.

Um dado de sua vida trepidante envolve o problema da crença. Generalizou-se a impressão, suponho que produzida por certas expansões de fundo mais ou menos boêmio, que o jornalista era um agnóstico ou um ateu. Não era. E um dos seus discursos mais veementes, pouco depois da Proclamação da República, não faz dúvidas. Dizia ele textualmente: "Onde não existe a fé, não vibra a paixão pelas coisas superiores. [...] Não podemos submergir [...] roídos pelo ceticismo e sem fé religiosa." E, inaugurando uma obra de assistência a crianças abandonadas, dizia a bom dizer: "Esperamos firmemente em Deus que nossa obra será abençoada. Deus estará conosco."

Eis aí a demissão do ateu, se algum dia o foi; D. Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana e primeiro sucessor do grande jornalista, tinha, como sempre, a consciência em paz. Aqui entrou sem suceder a qualquer ateu. Não foi preciso às ovelhas do Bispo que se fossem queixar ao Papa...

A obra do prelado escritor começa por um livro aparentemente convencional, por assim dizer de uma didática litúrgica, como sugere o título: *A Prática da Confissão*. Mas o certo é que, no precioso volume, o doutrinador católico deu as mãos ao escritor ameno; o mesmo que se impôs em outros volumes de interesse para a memorialística em termos de biografia e nos enternece com a evocação da figura materna, no dia triste da morte.

A D. Silvério sucede Gustavo Barroso, cearense de 1888 e escritor definido, a partir das primeiras tentativas na imprensa de Fortaleza, onde andou publicando contos, reunidos mais tarde em volume sob o título de *Praias e Várzeas*. Chega ao Rio em 1910. No *Jornal do Commercio* é o cronista vivaz e ali acumula matéria para um outro livro: *Ideias e Palavras*. Em qualquer hipótese, o que se destaca a produção do jovem Gustavo é o zelo do passado,

uma espécie de culto da tradição. Notou-o, aliás, o Sr. Alberto Faria, quando aqui o recebeu em 7 de maio de 1928. Mas o seu livro-chave é *Terra de Sol*, publicado em 1912.

O Sr. Josué Montello, com a lucidez que nele é provérbio, recordava há dias o vigor literário e o alcance social do livro fascinante. Eu me permitiria acrescentar que há um quer que seja de euclidiano na técnica expositiva do autor, mergulhando no drama da terra e do homem, vítimas periódicas dos caprichos sinistros de uma natureza homicida. Uma inspiração ecológica, geopolítica, político-social, psicofísica atravessa a obra de Gustavo Barroso. Foi um telúrico bafejado por uma vibração literária que o Nordeste explica. Mas a visão, às vezes folclórica, do agreste inevitável e dos "chapadões bravios" não fez secar na sua sensibilidade o encantamento pelas revelações da heráldica e das genealogias insignes. Foi, no seu tempo, o peito brasileiro mais guarnecido de honrarias em ouro e prata, glória que o Ministro Ataulfo de Paiva suportou com dignidade e paciência de rival superado. Sofreu com elegância...

De Antônio da Silva Mello, o terceiro sucessor na 19.ª Poltrona, fruí a prodigalidade e a graça do convívio, jantando, almoçando, telefonando ou falando por escrito, nas cartas. Foi das criaturas mais singulares que frequentei: assim nas rotinas de vida como na própria Ciência. Havia nele uma espécie de insatisfação criadora que lhe aguçava o desejo de descobrir, de recriar a vida de cada dia, em cada cliente. Foi, sem dúvida, médico de consultório, hora marcada e jaleco. Mas a sua ciência transcendia o expediente comum. Tinha o senso e o gosto da inovação, na profissão e em tudo o mais. Porque afinal, por bem dizer, havia na composição da sua alma os traços do boêmio.

De elite, mas boêmio. E viria daí não o gosto de fazer Medicina, mas de refazer, de revolver, a arte da Clínica. Outra coisa não foi a sua famosa terapêutica emagrecedora, que lhe engordou altamente o renome e a bolsa burguesa. E o que foi como médico, um profissional dialético, polêmico se quiserem, foi por igual como escritor. Aquela sua série dos *Prós e Contras* – Estados Unidos, Religião, Israel – mostra excelentemente o seu espírito reformulador, redescobridor, revisionista. Numa palavra: sadiamente inquieto. Na sua pena, extremamente comunicativa, correntia, coloquial – graciosa e digna, ainda quando versava o rasteiro – na sua pena, ia eu dizendo, havia sempre uma claridade, uma invenção realista, sociológica e antropologicamente váli-

das. De permeio, a nota bizarra, longe de comprometer, contribuía mais e mais para fixar o leitor na sua especulação científica ou para atraí-lo ao centro nervoso do seu argumento.

Quando me presenteou com um exemplar do seu *Religião – Prós e Contras*, logo lhe telefonei para agradecer. Muito rapidamente, permutamos algumas ideias sobre o tema das suas novas páginas. Uns cinco minutos após, ei-lo a chamar-me pelo fio. Na sua voz, como que abafada por uma toalha no fone, voz anêmica, voz de cansaço, muito dele, logo me disse: "– Gostei da nossa conversa e do seu projeto de escrever sobre meu livro. A verdade, seu Marcos Madeira, é que o Cristo foi uma figura muito interessante." Se há extravagâncias carinhosas, essa terá sido uma delas...

Silva Mello: o singular na Ciência, na arte de escrever, viver e conviver.

Medito agora no contraste, que está na história e na graça de tantas academias: ao agnóstico e pré-socialista, patrono da Sociedade dos Homens de Cor, homem de salão e de bar, veio suceder o austero, o católico rigoroso, o historiador e escritor exigente consigo mesmo. E com que lisura, com que finura perfeitamente acadêmica tratou o predecessor, sem sair da verdade, por amor de Deus.

Sou eu, agora, quem se preza da sucessão e de vir louvar o amigo.

Américo Jacobina viu a primeira luz em cidade de nome carregado de inspiração religiosa; inspiração que marcaria toda a sua vida: nasceu em São Sebastião do Rio de Janeiro. A família, culta e católica, foi-lhe um exemplo; bebera nas mais puras fontes de Cultura e Humanismo. E Humanismo e Cultura, àquele tempo, eram brilhantes incrustados no mesmo ouro. A ideia de seleção intelectual entrelaçava-se na ideia mesma de formação humanística.

Américo Lacombe sorveu o mel dessa filosofia, produtora do conceito aristocrático de elite, que sociologicamente já se poderia considerar, ainda mesmo àquela época, um conceito unilateral. A democratização da escola e por isso mesmo da Cultura repercutia no espaço social como ressonância de um boato. Fosse como fosse, meu ilustre antecessor educou-se para uma sociedade que pautou as realizações da inteligência na linha de altitude, de polimento e de austeridade; aquela austeridade que vinha a ser a própria elegância da sabedoria. Bem principalmente a sabedoria de transmitir modelos.

Na constelação doméstica, cintilava a estrela guia, o bisavô magistrado, Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira, que exercera a presidência do Supremo Tribunal de Justiça. O avô, Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, primo e amigo de Rui Barbosa (nem todo primo é amigo), tornara-se doutor em Ciências Físicas e Matemáticas pela Universidade de Coimbra e bacharel em Filosofia pela Sorbonne, onde um dos seus colegas chamava-se Antônio Gonçalves Dias...

O pai era Domingos Lourenço Lacombe, de estudos de Humanidades seriamente feitos no Liceu Condorcet, de Paris. Seu professor de Inglês: um certo Mallarmé... Um dos seus colegas: Henri Bergson. Do casamento com a educadora Isabel Jacobina, nasceu, além dos filhos em carne e osso, o Colégio Jacobina, onde me prezo de revelar que estudou minha filha primogênita e onde, numa bela manha, falando em nome da Associação dos Pais, atirei minha eloquência da janela do Chalé sobre ouvintes distintos e resignados...

O *Jacobina* era a força de um belo exemplo intragrupal. Aquela classificação sociológica dos grupos, definindo a família como grupo *natural*, porque biológico, e a escola, grupo *intermediário*, o educandário da Rua São Clemente na verdade desfez: grupo natural era nele a escola, pela boa razão de que vinha a ser uma família. Uma família não apenas a inspirar, mas de fato a gerir, não só administrando como ensinando. Ensinando e administrando na casa e em casa. Havia um quer que fosse de superiormente doméstico naquele núcleo do ensino carioca; uma pedagogia a um tempo séria e afetuosa, interação caseira. Isso explica a saborosa incidência do apelido, que ali pude logo observar.

A diretora, minha digníssima e querida amiga Professora Laura Lacombe, era, para as alunas, Dadá, como a própria fundadora não escapara de ser Belinha. E Marietinha, a secretária? E Memé, a professora de Português? Mais que o nome, o cognome é rico de substância afetiva; por isso mesmo, mais aproximativo e, em boa decorrência, mais forte como fator de coesão, de enlaçamento das almas. Quem estudasse a função social dos cognomes como veículo de solidificação do próprio afeto e de eficácia das relações de companheirismo, atingiria conclusões de um auspicioso imprevisto.

O *Jacobina* era todo um espírito de família, numa família de espírito. Luís Viana, em seu discurso de posse nesta Casa, e Homero Senna, em conferência no Instituto Histórico, já haviam comentado que "Américo Lacombe

cresceu dentro de um colégio, onde fez os primeiros estudos (sublinhou Homero Senna), orientado por sua mãe, notável educadora". Eis aí. A ambiência intelectual, o clima moral, as sugestões de ordem vocacional e cívica teriam de fazer do jovem Américo um conservador; ele tinha o que conservar – tinha o que perder. E isso daria a compreender mais tarde o culto quase religioso da criatura pelas criações do passado. Terá sido historiador à sombra da árvore genealógica? Por impulso doméstico, familial? É a pergunta que entrego à Academia.

De toda maneira, o que importa ao País é a seriedade da sua obra; é seu acuro, o zelo no expediente da pesquisa, a segurança e lisura no processo conclusivo. Era a negação do afoito: decerto por isso, historiador em profundidade. E claro que não trabalhava com pressupostos; não o comprometia nenhuma *arrière pensée* – ia ao subsolo dos fatos. Ou mergulhava no passado brasileiro com tenacidade de escafandro, como se quisesse, no fundo do tempo, apalpar coisas, épocas, acontecimentos, instituições. Sua meta, fruto do próprio gosto pessoal, era ver a História viver, obreiro, que sempre foi, daquela *living history* de Toynbee, com as suas raízes ao sólido Gibbon, no agudo Fustel de Coullanges e em tantos mais, consideradas apenas as diferenças de forma ou estilo.

A bem pensar, por mais extravagante ou paradoxal que possa parecer, havia nele uma espécie de impressionista da Historiografia: um impressionista diferente, a seu modo. Sim, porque foi, em essência, um visualista do fato histórico, apaixonadamente empenhado em conferir a crônica do pretérito, a história em livro, com o documento na mão; por excelência, em gênero e escopo, um documentalista. Mas o interesse pelo documento não era evidentemente, no seu caso, um sucedâneo da paciência maníaca dos filatelistas, à procura de raridades; a verdade final é que Lacombe, como ia eu aventando, parafraseava, sem querer, os escritores franceses filiados ao Impressionismo. Aquela divisa – *Ecrire pour les yeux* – ele parecia ajustar à sua metodologia: *Rechercher pour les yeux*. A mim mesmo me ocorreu dizer-lhe que a sua tríplice residência psíquica ele a havia fixado em nosso Arquivo Nacional, no Instituto Histórico e na Torre do Tombo, em Lisboa. Sorriu a seu jeito, um meio de concordar sem dizer. O silêncio, nele, era muitas vezes uma forma de discrição conceituosa, um gesto de convergência implícita. Não abraçava desde

logo as ideias como era também econômico nos abraços a pessoas. Sem me inclinar à conclusão de que era furreta no carinho, dou-me a crer que tinha um como que pudor do próprio afeto. Repetiria ele o exímio parnasiano, um dos fundadores desta Casa, o grave Alberto de Oliveira, para dizer-nos que "jamais abrira seu coração em público"?... Não, não terá sido assim. O que há é que a sua afetividade e suas intenções carinhosas vinham nos atos, antes que nas exteriorizações da ternura física. E não estaria assim preservando das expansões vulgares, do automatismo de certas práticas, ou praxes, a própria essência da afetividade? O certo, senhores acadêmicos, Vossas Excelências bem sabem: um afetivo era Lacombe; efusivo é que não era. Reflita-se sobre o claro exemplo, que deixou, de amor à sua Igreja. O marido extremoso, orgulhoso das virtudes de sua mulher, e o zeloso pai de cinco filhos deram as mãos ao paroquiano irrepreensível. E os netos? Nas visitinhas domingueiras, quantas vezes lhe suspenderam a austeridade e a velhice, se é que não as desmoralizaram carinhosamente?

Um dia, motivado por fortes amizades antigas, cuidou que seria possível juntar no relicário de amor, de permeio com o seu Deus e sua Família, sua Pátria. E alistou-se no Partido, que fora inicialmente um movimento de Cultura, de espiritualidade e brasilidade. Mas, quando entrou a ver que sua grei se desfigurava, desviando-se do rumo prometido, desligou-se honestamente do compromisso partidário. E contou ele próprio a Homero Senna que reuniu correligionários para assentar o desligamento, mediante a divulgação de uma espécie de manifesto. Um dos companheiros começou a ler o documento, mais ou menos nestes termos:

> – Considerando os últimos acontecimentos que envolvem a Ação Integralista Brasileira; considerando que tais acontecimentos revelam desvios de rumos políticos, gerando frustração entre correligionários e consideráveis parcelas da opinião pública, os abaixo-assinados acordaram em...

Nessa altura, um dos companheiros aparteou, sugerindo: "– Pronto, fiquemos por aí: os abaixo-assinados acordaram."

Uma das características de Lacombe era a fidelidade às ideias, o que explica a sua continuidade de conduta, no plano político inclusivamente. Não era homem de intervalos morais. E no comportamento do historiador isso se

reflete claramente. É frequente na sua obra a decisão de retificar, para condenação final, o que lhe parecesse afirmação de má-fé ou pesquisa falseada, tendenciosa. Nem sempre será possível aceitar suas conclusões; mas impossível será negar que na ciência do historiógrafo palpita a consciência do homem sério. Assim, num só exemplo, a sua posição quanto à consistência ou profundidade da República entre nós, como movimento de opinião pública ou desígnio popular.

No velho debate em torno da descoberta do Brasil, fruto de um acaso, submeto à Academia a conclusão de que foi também a sua consciência moral que se fez sentir. As longas e largas pesquisas a que se lançou deram-lhe a crer firmemente que o apoio à tese da descoberta casual conflitava com o que ele mesmo averbou de "epopeia" da era das navegações portuguesas. De maneira que abraçou um critério não apenas descritivo, em nível de arrolamento ou inventário factual, mas, visivelmente, critério-defensivo, tendente à reparação do que tinha por incorreções ou injustiças contra uma "era de glórias". Esta linha metodológica, se por um lado pode parecer um abrandamento do seu reconhecido rigor de objetividade, por outro lado está a demonstrar que o historiador, sempre arrimado no documento, não sacrificava, muito apesar disso, a capacidade interpretativa do pesquisador, ou seus dotes de historiador hermeneuta, seguro de uma exegese específica.

Se não há dúvida de que primou pelo apego ao documento e pelo incentivo a uma correta operacionalidade dos nossos arquivos públicos – e daí as suas afinidades com um Rodolfo Garcia, por exemplo –, uma outra verdade é que soube combinar essas tendências para a História verificada, contada, ou factual, com a História deduzida, dinâmica ou reconstruída – e daí os sinais da influência de Oliveira Viana, como notou o Professor Arno Wehling, num sumarento estudo que foi sua última conferência no Instituto Histórico.

Entre pesquisas e ideias, entre ação e "pensação", como diria o sempre douto Sr. Antônio Houaiss, fluiu o trabalho de Jacobina Lacombe. Mas volto a dizer por outras palavras que era correta nos seus textos a distribuição das ideias; elas circulavam sem tropeços pelo centro do argumento capital, exatamente porque vinham de uma espécie de decantação dos documentos, resultado natural de uma bem vivida técnica de cotejo. Assim em toda a sua obra: *Mocidade e Exílio* (anotações e prefácio à correspondência de Rui

Barbosa); *Um Passeio pela História do Brasil*; *Introdução ao Estudo da História do Brasil*; *À Sombra de Rui Barbosa*; *História do Brasil*; *A Obra Histórica do Padre Hoonaert*; *Relíquias da Nossa História*; *Ensaios Brasileiros de História* e *Afonso Pena e sua época*. Este último rebento da sua produtividade, a crítica o erigiu em obra *mater*. *Com Razão e Motivo*, como garantiria o Padre Manuel Bernardes. É que o livro não perfaz uma biografia como tantas outras; não é, tão só, o perfil de um homem de Estado, senão também de um estágio da política e da administração da República – livro que junta densidade e agudeza, claro exemplo de História deduzida, não apenas exposta. Foi sua obra cardeal.

Mas de interesse todo especial para a Academia terá sido, por certo, a presença do escritor no historiógrafo. Em não poucos dos seus ensaios, são fortes as vigas da construção literária, e sobre elas acabou instalando peças de leveza e graça. Sua comunicabilidade na palavra escrita vem exatamente de um certo despojamento artístico. Sim, porque simplicidade também é Arte, desde que não configure um mero truque literário, que o leitor de logo percebe, já que identifica no processo esse pitoresco paradoxo de afetar naturalidade. Não. Lacombe era escritor comunicativo, elegantemente comunicativo ou sugestivo, porque intrinsecamente simples. E a sobriedade, fruto da sua austeridade orgânica, avivava nele a figura do escritor desatado de compromissos com o frasismo ou a verbiagem, embustes que respondem pela incidência de uma demagogia literária. E meu caro antecessor, antítese plena do demagogo na vida, deixou-nos exemplo de sinceridade na página. Por isso, era não raro um historiador dialogal. Tudo porque esse historiador severo era aquele escritor liberal, descontraído, fácil. Veja-se, por exemplo, seu livro, dos mais conhecidos, cujo poder de comunicação começa literário no título ameno, convidativo, de sabor turístico: *Um Passeio pela História do Brasil*. Logo num dos primeiros parágrafos, com uma ironia que é um dos ingredientes do seu processo literário, lamenta reconhecer que se "espantam" os estrangeiros

> logo ao primeiro contato com a História Brasileira, marcada pelo signo do acaso... circunstâncias, aventuras... tudo terminando por um príncipe meio desequilibrado que se revolta contra o pai por simples teimosia, funda um império de brinquedo... passa tudo a um filho sisudo, despedido por militares sôfregos, que estabelecem uma república, cansados de monotonia.

Não podendo revogar a realidade ou impugnar o depoimento dos fatos, o historiador Lacombe, por um atraente mecanismo de compensação, refugiou-se – e impôs-se – no Lacombe escritor, visível no humor do estilo crônica, a apresentar-nos, dentre outras coisas, "militares cansados de monotonia".

Já quando recorda, no mesmo *Um Passeio pela História do Brasil*, a figura do Infante D. Henrique, o escritor cronista, num desdobramento da personalidade literária, transfigura-se em prosador de corte poético. E, quase lírico, dá-nos esta frase azul-rei: "Poucas vezes a humanidade contou com exemplares desta espécie, reunindo a cultura de um sábio, a vontade de um herói e a crença de um santo." Como arranjo verbal, senhores acadêmicos, seria de concluir que é perfeito o jogo rítmico do período; período que poderemos ler como uma pauta melódica. E esse sentido de harmonia na composição do pensamento escrito sensibilizava, de fato, o escritor que tentarei substituir sob este Teto histórico.

No estudo sobre Afonso de Escragnolle Taunay, quando lhe analisa o estilo, o ponto em que se concentra é aquilo a que chamou, bem literariamente, o "arredondamento dos períodos". E o mais interessante: um tal "arredondamento", ele não só o considera uma resultante de "gosto musical" do autor, como a isso atribui o fato de não haver cacofonias na sua prosa. Para esses detalhes, converge expressivamente a atenção do ensaísta. E que a consciência do escritor repelia fealdades sonoras, choques silábicos incômodos.

Essa fidelidade a certos padrões de Arte Literária o acompanha em toda a sua obra. Um dos seus volumes em que a cogitação estética mais se acentua, creio que vem a ser o último, editado pela própria Academia, na Coleção Afrânio Peixoto, entregue à boa diligência do Sr. Arnaldo Niskier. A publicação recente é mais uma confirmação auspiciosa das excelentes relações entre o historiador e o escritor. Mas esse escritor não é apenas expressão de uma estética ou de um certo tipo de simpatia verbal, na armadura do texto; estética não apenas na trama da ironia, do humor, ou na busca da clareza e leveza essenciais, senão ainda na manifestação de uma eloquência que não extravasa e por isso mesmo conquista.

Atente-se nas meditações que nos legou no seu último livro, sobre o estudo da História. Comentando a distinção, que lhe pareceu "sutil e provocadora", entre o *verdadeiro* e a *verdade* na Arte (distinção que ficamos deven-

do a Alfred de Vigny), aproveitou Lacombe a filosofia do nobre francês, para ajustá-la ao trabalho de perquirição dos historiadores. "A verdade", diz o meu predecessor, "é um simples ente de razão, sem vida, sem consequências. O verdadeiro é uma realidade humana, sopro e sangue, cicatrizes e ressentimentos". A verdade "não move uma palha"; o verdadeiro "move massas humanas, derruba governos, destrói nações, inaugura novas eras".

Há nesse lance literário uma nítida mostra de eloquência do pesquisador que também vibrava, espiritualizando o seu material, os documentos, os papéis... Há o escritor.

Mas não saberia eu concluir, sem que me desse ao prazer de recordar o zelo de certos valores em cuja defesa nos vinculávamos: o espírito de latinidade ou o humanismo latino e a figura condoreira de Rui Barbosa. Nunca me esqueceria de sua faina, em Paris, na Maison de l'Amérique Latine, de que foi diretor exemplar – um diretor que ficou. Muito especialmente ficou aquele outro, que esteve a zelar, por meio século, na própria casa do grande cidadão, seu alto patrimônio espiritual.

De Rui Barbosa, devo e desejo dizer que o entusiasmo pelo escritor-orador, ambos às vezes wagnerianos, como pelo homem público, pelo lidador dos direitos humanos, é o mesmo da minha mocidade. Mas os estudos, a vida vivida, a visão do meu mundo e do meu país indicaram-me outra linha de pensamento.

Já me vou cansando. Senhores, dessa liberdade apenas declarada, declamada, verbal, a produzir uma democracia de superfície, formal, desigual, brilhantemente enganosa. Aqui, como em todo o planeta, o problema de milhões de seres humanos já não é o da liberdade política, mas seguramente o da justiça extensiva, uma justiça que não seja a congestão da própria liberdade, a ilusão de ser livre, sob um regime de convivência tragicômica entre a liberdade política e a opressão social e econômica. Sim, senhores da Academia Brasileira, já me vai cansando essa recitação de liberdade, agitação no espaço sem realidade no tempo, como já me acudiu escrever. Politicamente, sou um passageiro que enjoou a bordo. Penso em Franklin Delano Roosevelt, um grande insuspeito, a apontar certos pecados do Liberalismo Político, para averbá-los de "maldades estabelecidas". Tinha razão: o Liberalismo Clássico já trazia consigo, nas dobras do individualismo agressivo, o vírus da injustiça,

do mal viver, do mal-estar, a vitimarem, na rotina dos dias, homens, mulheres e crianças, que a rigor não viviam; estavam apenas durando.

Nem se diga – e muitos dizem – que a Revolução Francesa, de influência universal, viu apenas direitos políticos. Muito ao invés: na própria trilogia gloriosa, sentiu o mundo que a liberdade há de prolongar-se ou fortalecer-se, senão mesmo legitimar-se na igualdade e na fraternidade, que são, em essência, seu óleo vital, sua substância social e cristã, sua moral. Mil setecentos e oitenta e nove não nos deu apenas a visão do homem ante o poder público, senão também dentro da vida. Assim se adensava a democracia política, pela caracterização social da própria liberdade. O Estado liberal teria de ser, antes de tudo, um Estado justo. E, mais do que nunca, este é o problema capital do Estado brasileiro na hora que passa. O mais é bailar sobre as palavras.

Mas Rui Barbosa, herói carlyleano de Américo Lacombe e meu por igual, continua no ápice da minha admiração. Apenas o transferi de pedestal. Já não me entusiasma o artífice da Constituição de 1991, de costas para a realidade social em carne viva; Constituição omissa, demissionária, perfeita na técnica jurídica, mas lastimável na visão (ou não-visão) do homem brasileiro, da problemática do meio e suas urgências. Desse Rui modelado e embevecido pelo individualismo anglo-saxônio e, por luxo doutrinário, imerso no federalismo jeffersoniano, antes que nas carências da porção majoritária da nossa gente, desse Rui, eu de fato me despedi. Reverencio sinceramente a outro, inimigo do Estado, não diria forte, mas Estado bruto, primitivo, policial, total, totalitário; continuo a exaltar o Rui que pregava a ampliação dos benefícios judiciais do *habeas corpus*, o que libelava o arbítrio, os desmandos, as licenciosidades do poder; e ficou-me também profundamente aquele outro, que magnificamente projetou a renovação de métodos e processos de ensino nos três níveis, madrugando, em 1882, para uma filosofia e uma nova política de Educação. Como igualmente me reencontro com o ardoroso cidadão, quando lhe releio os dois discursos em que fala de direitos sociais, mas deploro, confesso, que tenha sido aquilo algo de episódico, sem a consistência e sobretudo a continuidade das posições definitivas e profundas. E não me despedi do gênio verbal, do criador de eloquência, do talento na página, porque vejo no seu barroco, tão malsinado, o fruto de uma pressão de agentes culturais de sua época, em termos precisos de formação ou educação do gosto. Nem se diga

que, em certos casos, não se tenham instalado variantes, por vezes grotescas, desse mesmíssimo barroco, nos textos abstrusos de uns tantos modernos de hoje, a começar pelos militantes da verbiagem tecnicista. Prefiro o barroco inteligível, ritmado, harmonioso. Prefiro o voo da "águia", não sei de Haya, mas seguramente da Bahia, onde o Brasil começou...

Numa das nossas muitas conversas, resumi essas reflexões para Américo Lacombe. Ele me olhou meditativo e opinou: "– Você tem razão." Depois, num dos seus ultimatos afetuosos (só não me deu prazo), sensibilizou-me com este remate: "– Reúna logo essas ideias num ensaio." E foi andando, muito a seu jeito, sem se despedir. Mas voltou de repente; voltou sorrindo de lado (isto era dele). E tirou da memória o seu Mallarmé: "– Tudo existe para acabar num livro." Por fidelidade à fonte (também dele era isso), expandiu-se em Francês, agitando o indicador quase no meu rosto: *Tout existe pour aboutir à un livre*.

Foi a última vez em que o vi. Perdão, senhores acadêmicos, continuo a vê-lo – sempre o verei.

# II

# RESPOSTA DO SR. ABGAR RENAULT

Personalidade – eis a primeira palavra que sugere ou desperta a figura intelectual, moral e física de Marcos Almir Madeira. Ele é incomum e sua personalidade também o é. Baste-nos considerar os seguintes aspectos da sua figura: é incomum em tom, em modo de ser, é incomum no trato com os amigos, é incomum no conversar, não por ser pedantesco, senão por ser sempre exato, preciso e correto – qualidades muito raras na conversa brasileira dos dias de hoje.

Mas que é personalidade? A palavra tem sua origem no latim *persona*, que significa "pessoa"; observe-se que de pessoa se tira "pessoalidade", palavra que tem evidente parentesco com "personalidade", mas não guarda o sentido desta e é pouco usada.

Daí nasce a figura de Marcos Almir Madeira tal como a conhecemos, tal como é no seu conjunto geral, e não como pessoa apenas.

Esta não é diversa na qualidade, e falo em pessoa intencionalmente, pois personalidade não é o mesmo que pessoa. Esta pode existir sem aquela, mas personalidade não existe sem a pessoa, que é, sem dúvida, a sua raiz.

Esse observador exímio, que é Marcos Almir Madeira, iniciou cedo a sua escrita literária: por volta dos vinte e poucos anos deu início a uma obra que viria desdobrar-se ao longo da vida: estudou Machado de Assis na flor da

idade. O seu estudo não é longo, mas é bastante para ajuizar o poder crítico e descritivo que o inspirou. Não é o tamanho que faz o valor da obra, senão esta em si, no seu desdobramento por parte de um leitor digno desse nome.

Marcos Almir Madeira é, assim, figura realmente singular que se desdobra e se multiplica em cada um dos pequenos capítulos do seu primeiro livro *A Ironia de Machado de Assis e Outros Temas*.

A sua vocação literária teve o ímpeto de suas raízes, acelerado pela influência de seu pai, que o levou a conhecer figuras como Alberto de Oliveira, o maior dos nossos parnasianos, a meu ver, Oliveira Viana, Levi Carneiro, Afrânio Peixoto, Humberto de Campos, Raul Fernandes e outros.

Esse convívio erudito deve ter dado origem, sem dúvida, à finura do seu gosto literário e à feitura de tantos livros de valor em que a feição crítica é a face capital.

São numerosas e extremamente significativas as opiniões de importância sobre a figura de Marcos Almir Madeira. Algumas delas figurarão neste discurso.

O que caracteriza especialmente o conjunto da obra de Marcos Almir Madeira é a pureza da linguagem e a beleza do estilo isento de lugares-comuns. A crítica é o seu motivo capital, e dela constitui-se o último livro que publicou, belamente intitulado *Fronteira Sutil – Entre a Sociologia e a Literatura*, em que se encontram notáveis estudos críticos, como nos capítulos "Educação e Cultura", em que aborda o problema do falso pragmatismo e da descaracterização cultural, a propaganda exógena e a ruptura dos valores endógenos; Aspectos da Regressão Social; Arte e Indivíduo; Palavra e Cultura: Anchieta, sua Escola e seu Teatro; Modernidade e Psicanálise na Obra de Raul Pompeia.

Nesse pequeno grande livro, aparecem outras figuras admiráveis, como Gilberto Amado, Afonso Arinos de Melo Franco e Antonio Candido, todos objeto de exímios estudos críticos.

Antes, porém, de *Fronteira Sutil,* Marcos Almir Madeira já publicara outros livros importantes, cujos títulos e apreciações não podem deixar de ser lembrados aqui e agora. Assim, rememoramos: *Oliveira Viana e o Espírito da sua Obra*; *Bacharelismo e Tecnicismo*; *Compreensão de Euclides da Cunha*; *Um Generoso Inquieto: Lúcio de Mendonça*; *Posições Vanguardeiras da Sociologia Brasileira*; *Romance e Trópico*; *Atualidade Política de Três Poetas*

*Victor Hugo, Fernando Pessoa e Garcia Lorca*; e *Homens de Marca*, que pode ser havido por obra da maior importância entre as realizadas por Marcos Almir Madeira. Também merece menção especial *A Revolução Francesa – O Sentido e o Rumo das Ideias, a Mensagem e o Momento*, notável estudo publicado em 1991.

Mas isso não é tudo, como não é tudo a agudeza crítica do autor. Constitui imperiosa justiça lançar em alto relevo a linguagem e o estilo de Marcos Almir Madeira, qualidade a que fizemos até agora escassa referência de passagem, insuficiente em face dos valores singulares de uma e de outro.

A respeito de Marcos Almir Madeira como escritor são realmente consagradoras as opiniões de Alceu Amoroso Lima, em alocução de 1958, nesta Academia, comentando o ensaio sobre Lúcio de Mendonça: "Pena de alta finura [...], de verdadeiro estilista"; de José Américo de Almeida, em discurso no Pen Clube (1974): "Homem de Ideias e de Fina Expressão Literária"; de Cassiano Ricardo, também em alocução no Pen Clube (1965): "O espírito literário de Marcos Almir Madeira revela-se até em conversa de telefone"; de José Guilherme Merquior: "Uma sageza quase erasmiana, de tão lépido e lúcido" (em discurso de posse no Pen Clube do Brasil, 1984); de Roger Caillois, membro da Academia Francesa: *Un écrivain à la tribune et, j'ose le dire, un orateur discipliné par l'orateur* (de uma conferência pronunciada em 1973, no Pen Clube).

Hoje, escrever no Brasil é estropiar a Gramática, é desvalorizar a Linguagem e enxovalhar o Estilo. Marcos Almir Madeira é exemplo magnífico do contrário. Toda a sua linguagem é exemplar, e exemplar é também o seu estilo. Aliás, não é apenas no escrever que esse autor desperta vivos admiradores: é também no conversar; não é que seja pedante e gramaticante: é sempre simples, exato, seguro e elegante. Não se vê diferença de qualidade entre o que diz e o que escreve: é sempre admirável.

Assim, se tomarmos *A Ironia de Machado de Assis e Outros Temas* – o seu primeiro livro publicado em 1946 e escrito a partir de 1938, quando contava apenas 24 anos –, ou se nos voltarmos para *Oliveira Viana e o Espírito da sua Obra* ou *Um Generoso Inquieto – Lúcio de Mendonça*, ou *Homens de Marca*, encontraremos igual talento crítico e conhecimento histórico, acontecendo o mesmo se preferirmos a mesma incisão crítica, queremos

dizer a mesma finura, o mesmo valor de estilo e de segurança gramatical. Marcos Almir Madeira é o mesmo valor em todas as suas obras.

Não é fácil esgotar a descrição ou indicação das atividades intelectuais de Marcos Almir Madeira, além do que encontra expressão em seus livros já citados.

A primeira de tais atividades aparece na Presidência do Pen Clube do Brasil, a cuja finura social e literária imprime vigor sem igual, conferindo-lhe expressão nacional e repercussão internacional. Não é apenas o presidente desse grêmio: é, por igual, o seu coração e a sua voz.

Ao lado de tal figura, surge fulgurante o professor que exerceu o seu rico magistério na antiga Universidade do Brasil, na Universidade Federal Fluminense, na Fundação Getúlio Vargas e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Além disso, seria erro não mencionar o *causeur* admirável, que traz na sua fala incomum a capacidade de atrair e prender qualquer companheiro de convívio em qualquer auditório, por mais disperso que seja.

Fechado tal ciclo, lembrarei o orador exímio que é Marcos Almir Madeira e o seu humor invencível.

Por esse conjunto de motivos, raríssimo numa só pessoa, tenho a segurança de dizer, como Presidente desta Casa ilustríssima e como um dos seus membros mais antigos, que a presença de Marcos Almir Madeira honra a Academia, que ora gloriosamente se abre para ter a honra de recebê-lo.

Discurso do
SR. JOÃO UBALDO RIBEIRO

e

Resposta do
SR. EDUARDO PORTELLA

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 8 de junho de 1994*

# I

# DISCURSO DO SR. JOÃO UBALDO RIBEIRO

Minhas senhoras e meus senhores,

ao empossar-se nesta Casa, Carlos Castello Branco começou por manifestar saudades do primeiro Regimento Interno da Academia, o qual facultava que se tomasse posse por carta. Assim fez um dos mais eminentes brasileiros em toda a nossa História, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que por sinal ocupou esta mesma Cadeira que, com tanto e tão justificado orgulho, agora assumo eu. Também eu preferia, pelo menos neste caso, que ainda vigorasse o antigo Regimento, eis que sou um paradoxo ambulante: sempre me pergunto por que, me havendo feito baiano, Deus não me fez orador. Posso apenas, para vosso alívio, acenar com a promessa de brevidade, promessa também feita pelo meu ilustre antecessor imediato.

Tampouco sou homem de letras no sentido rigoroso do termo. Sou apenas um romancista, um contador de histórias, cuja modesta cultura literária foi adquirida num convívio arrebatado com os livros de Ficção, a Poesia e o Teatro. Receio que o convívio com a Teoria Literária e o Ensaio Crítico não tenha sido tão amoroso. Pelo contrário, sempre foi – e continua sendo – inconstante e esquivo, pouco entusiástico e, às vezes, indiferente. Não me gabo disso, antes me envergonho, sinto-me incompleto e frágil, ainda mais

diante de tantos que aqui se encontram e que merecem, sem a menor dúvida, o galardão de homem, ou mulher, de letras.

Mas romance não posso escrever para esta ocasião, se bem que Castello Branco, pela sua vida rica e movimentada, tivesse o perfil de um grande personagem de romance. Vimo-nos em pessoa somente uma vez, na ilha de Itaparica, onde ele, na companhia de outros amigos, resolveu visitar-nos. Pode ser que tudo tenha sido efeito dos ares fagueiros da ilha, mas o fato é que o achei bem diferente do que às vezes me falavam dele, ou suas fotos pareciam projetar: catadura enfezada, taciturno, durão, riso escasso, um certo azedume, um certo jeitão enfezado. Não percebi nada disso. A uma mesa de botequim, sob a sombra de oitizeiros centenários, na brisa de uma manhã amena em frente a um mar de todos os tons de azul e verde, conversamos como se já fôssemos camaradas de longa data. O famoso Castelinho, ali diante de mim, me mostrou um semblante suavemente alegre, olhos miúdos mas vivos, cortesia e fraternidade, quase sempre sublinhadas por um riso calmo em que mal mostrava os dentes. Corro o risco de ser contestado por outros que estiveram com ele em circunstâncias diversas, mas tenho certeza de quem vi e de com quem conversei naquele dia: um homem enrijecido por tantas batalhas que enfrentou, consagrado por seu talento e sua dedicação ao Jornalismo de alta qualidade, ali sentado com tanta simplicidade e uma certa ternura pelo mais jovem e falante que era eu, com um ar, diria mesmo, bonachão. Naquela época, embora eu não soubesse, ele já portava a doença que terminou por levá-lo, mas este fato, ao contrário do que aconteceria com homens de menos fibra, não lhe emprestava amargor ao rosto ou às palavras. Na despedida, provocado pelo comentário de alguém, falou-me brevemente sobre a doença, sem alterar sua expressão ou tom de voz, como quem discute um pequeno resfriado. Até hoje penso que, se imaginasse que jamais conversaria com ele outra vez, teria prolongado sua estada, sob um dos muitos pretextos que amigos congregados num boteco à beira-mar aceitam, por mais esdrúxulos que pareçam.

Mas, como disse, não posso fazer um romance aqui, nem mesmo uma crônica de memórias. Cabe a mim cumprir, como um calouro disciplinado, o honroso dever de fazer o que prescreve o Art. 25 do Regimento Interno, no qual sou designado com qualificação corretíssima, mas quiçá tão filologicamente cruel quanto a de "soteropolitano" para o cidadão de Salvador e

"ludovicence" para o cidadão de São Luís do Maranhão, como o nosso querido Presidente Josué Montello. Nesse artigo, sou chamado de "recipiendário". E compete ao recipiendário apreciar a personalidade e a obra de seu antecessor, tarefa que, como admirador de Carlos Castello Branco, não me deverá ser difícil. E também se tornou praxe lembrar os ocupantes anteriores. Assim como obedeço ao regimento, obedeço igualmente à praxe.

O Patrono desta Cadeira 34 é o Padre Antônio Pereira de Sousa Caldas. Uma guinada em seu espírito transformou um precoce estudante de Direito em Coimbra, processado por causa das ideias que professava com eloquência e destemor, num santo homem e pregador extraordinário. Influenciado, no convívio com a estudantada coimbrã, pelo Iluminismo, pela inquietação dos enciclopedistas, pela defesa da liberdade de pensamento, por tudo isso que precedeu as radicais transformações políticas ocorridas na Europa dos fins do século XVIII e início do século XIX, o Patrono desta Cadeira teve sua prisão decretada pelo Santo Ofício. Sua família conseguiu que a prisão fosse substituída por um estágio de seis meses num mosteiro. Surpreendentemente, o jovem rebelde descobriu uma poderosíssima vocação religiosa, escolhendo o sacerdócio como opção de vida. Ordenou-se em Roma, voltou para o Rio de Janeiro, onde morreu em 1814, com pouco mais de 50 anos de idade, celebrado pela sua legendária oratória, pela poesia a que também se dedicou e pela humildade e desprendimento. Jamais quis ser bispo e jamais deu importância à glória terrena, havendo morrido pobre e sem bens além dos do espírito.

Já o Fundador desta Cadeira, João Manuel Pereira da Silva, era figura bem diferente da do Patrono, a começar pelo fato de que foi muitas vezes acusado de anticlerical ou mesmo de inimigo do Catolicismo, por sua impaciência com o que ele considerava religiosidade excessiva, em Portugal e no Brasil. Polemizou e fez inimigos por isso. Mas sempre esteve no poder ou próximo dele. Bacharel em Direito formado em Paris, não só militou na Advocacia, como, principalmente, na Política. Foi conferencista, orador, jornalista, historiador, biógrafo – um verdadeiro e típico polígrafo. Conservador desde que ingressou na Política, foi deputado provincial e deputado geral de 1848 a 1888, com alguns intervalos. Em 1888, foi nomeado senador do Império pela Princesa Isabel. Sua fama se estendia para fora das fronteiras do

Brasil, valendo-lhe honrarias e comendas até sua morte, aos 80 anos – tanto assim que, entre muitos outros títulos, era sócio da Academia Real de Ciências e da Sociedade de Lisboa, da Arcádia de Roma, da Academia Real de História da Espanha e do Instituto Histórico da França. Deixou obra vastíssima, inclusive romances, mas seu interesse básico, além da Política, era a História. Muitas vezes criticada por parcialidade ou superficialidade, não obstante sua obra constitui acervo valioso para a Historiografia Brasileira.

Seguiu-o nesta Cadeira o Barão do Rio Branco. Não há certamente brasileiro que não tenha ouvido falar no Barão do Rio Branco. Poucas cidades haverá que não celebrem sua memória, num busto, numa estátua, numa rua, numa praça, numa avenida, no nome de uma instituição. E a duvidosa homenagem que foi prestada, numa nota que começou sendo a de mais alto valor entre nós e terminou humilhada e banida, mostrou seu rosto e seu nome em toda parte. Sua habilidade diplomática, sua perspicácia, tenacidade e coragem renderam ao Brasil uma série retumbante de vitórias para nossas causas: a questão de Sete Povos das Missões, a Questão do Amapá e a Questão do Acre – esta última superando divergências com a Bolívia, a Colômbia, o Equador, a Venezuela, o Peru, o Uruguai e a Argentina. Só pela sua estatura como diplomata e estadista, o Barão já mereceria o acolhimento desta Academia. Mas o orgulho da Academia em recebê-lo está em que o reconhecimento de seu mérito, que é universal, começou aqui nesta Casa. Nas palavras de Magalhães Júnior, "foi daqui que partiu o primeiro ato de reconhecimento nacional de seus altos méritos". A Academia elegeu o jornalista, o autor das obras que já havia publicado – ou seja, ainda como disse Magalhães Júnior em seu discurso de posse, a Academia antecipou-se a tudo e a todos acolhendo José Maria da Silva Paranhos Júnior – "e o fez quando esse homem avesso às convenções era ainda um continente rico de energias cívicas à espera de quem o descobrisse".

O sucessor do Barão foi um general, o General Lauro Severiano Müller, catarinense que, ainda com seus 25 anos, em 1889, foi nomeado governador de seu Estado. Escreveu pouco – coleções de discursos e alguns poemas. No entanto, sua eminência na Primeira República é inegável, pelo dinamismo refletido em realizações de alta envergadura e essenciais à Nação, levadas a cabo em tempo curtíssimo, tais como a construção dos portos do Rio de

Janeiro, de Salvador e de Belém, o saneamento do Rio de Janeiro e a expansão das ferrovias, entre tantas outras. Constituinte, deputado até 1899, duas vezes governador de seu Estado (além da ocasião em que foi eleito para um terceiro mandato e renunciou para voltar ao Senado), senador, ministro da Viação, ministro das Relações Exteriores, poucos homens terão sido tão importantes no início de nossa vida republicana.

Aberta a vaga de Lauro Müller, volta esta Cadeira a ser ocupada por um sacerdote, Francisco de Aquino Correia, ou D. Aquino Correia. Bispo antes dos 30 anos, presidente de seu Estado, o Mato Grosso, aos 32, arcebispo de Cuiabá aos 35, empossado nesta Academia aos 41, D. Aquino Correia teve uma vida ativa e fecunda, como poeta, tradutor, orador sacro, historiador e biógrafo, cuja ação política equilibrada e carreira eclesiástica brilhante já o haviam tornado um nome nacional.

E é seguido por outro homem de letras – e que homem de letras foi Raimundo Magalhães Júnior! Alcancei-o, embora nunca tenha estado com ele pessoalmente, na plenitude de sua atividade literária, ouvindo comentários sobre sua prodigiosa capacidade de trabalho, pesquisa e realização. Como lhe disse Viriato Correia, ao recebê-lo nesta Academia: "Não sei quantas horas tem o dia para vós, mas me parece que a vossa capacidade de trabalho modificou de tal maneira o caminhar do tempo que as vossas 24 horas se desdobram em 48." E, mais adiante:

> Outra faceta de vossos talentos é a variedade do engenho literário. Dominais com brilho todas as modalidades das letras. Na lista de vossas obras não falta nada: há ensaios, há novelas, há contos, biografias, crônicas, antologia, pesquisas históricas, histórias infantis, poesia, comédias, muitas comédias, tudo.

Creio que não se acharão palavras mais apropriadas para resumir a personalidade e a vida desse homem singularíssimo, cuja contribuição para a Cultura Brasileira ainda não foi adequadamente avaliada.

Finalmente, chegamos a Carlos Castello Branco. À sua personalidade, já me referi, embora baseado em experiência exígua. Mas creio que não fui inexato. Como ele, sou nordestino, e, mesmo dentro de sua excepcional individualidade, certos traços básicos são comuns a nós todos. É naturalmente mais fácil para um nordestino avaliar um outro, é mais difícil para um nordestino

enganar outro. Pensei em entrevistar seus amigos, em importunar sua família com perguntas, mas preferi ficar com a impressão pessoal que tive dele e que sei ser, embora esquemática, verdadeira. Para reforçá-la, conto com o testemunho dos que com ele conviveram. Trabalhador sério e eficiente, homem de princípios sólidos, intransigente e compreensivo ao mesmo tempo, de pouco falar e muito ouvir, capaz de reproduzir e comentar uma entrevista sem fazer nenhuma anotação, incapaz de deixar o voluntarismo, as pressões ou as amizades afetarem sua visão dos fatos. Sua percepção arguta e sua coragem chegaram mesmo a levá-lo, ainda que brevemente, à prisão – e talvez a medida das razões que motivaram o regime a encarcerá-lo possa ser sublinhada pelo fato de que um de seus companheiros nesse episódio foi o irrepreensível jurista Sobral Pinto. De resto, sua biografia e sua trajetória brilhante são amplamente conhecidas, desde o tempo em que começou sua carreira de jornalista, nas Minas Gerais em que viveu e se formou em Direito, após sair do Piauí, onde nasceu. Quando a morte prematuramente o colheu, ainda com planos para o futuro e trabalhando praticamente até o fim, era um mito na profissão, uma espécie de oráculo que todos os políticos e jornalistas políticos consultavam diariamente. Havia enfrentado, junto com outros bravos colegas, os rigores da censura, passando a escrever de maneira às vezes oblíqua, meramente insinuando ou disfarçando o fato comentado, circunstância esta que, segundo ele mesmo afirma, na nota preliminar ao terceiro volume de *Os Militares no Poder*, chegou a mudar seu estilo. Mas o talento e a ironia se afiaram ainda mais e continuaram a brilhar, em tempos já de liberdade de imprensa.

Não vamos retomar aqui a velha discussão sobre se Jornalismo é Literatura. O indiscutível é que o Jornalismo de Castello Branco é Literatura – e Literatura do maior valor, pois que vazada em linguagem clara, despojada e elegante. Pode-se afirmar que, na sua militância diária, praticava uma ensaística constante, pois a maior parte de seus artigos era no fundo composta por ensaios, reflexões e inferências sobre a realidade nacional. E, como jornalista com tantos anos de militância profissional, foi também um historiador. Os bons repórteres são historiadores; e repórteres também foram, de uma forma ou de outra, alguns dos pilares clássicos da Historiografia e da Biografia, como Tucídides, Políbios, Tácito, Plutarco e Suetônio. O próprio "Pai da História", Heródoto, também pode ser descrito, em larga medida, como

repórter. Não existia a profissão, nem tampouco havia jornais, mas, se houvesse, eles possivelmente seriam jornalistas. Nenhum historiador interessado nos acontecimentos que precederam a queda do Presidente João Goulart pode prescindir da contribuição dada por Castello Branco em *Introdução à Revolução de 1964*. Da mesma forma, para investigar a nossa vida política mais recente, não pode dispensar o material abundante, informado e erudito de *Os Militares no Poder*. Enfim, sem Castello Branco será lacunoso e mal informado qualquer estudo da História Brasileira das últimas décadas.

Mas Castello Branco era mais do que isso, era também um ficcionista, o que amplifica os méritos que a Academia lhe reconheceu ao recebê-lo. Escreveu apenas dois livros de ficção, pois a paixão que tinha por ela foi soterrada pelas pressões da lide jornalística. Ele mesmo relutava em assumir a condição de ficcionista, achava que havia produzido muito pouco para ostentá-la. Quando, em nosso encontro, mencionei o título de seu livro *Continhos Brasileiros*, descrevendo-o como autoironia, ele discordou. Não havia nada de irônico no título, eram continhos mesmo, coisa de aprendiz de escritor. E mudou de assunto, fazendo uma pergunta sobre a Igreja de São Lourenço, que se via de onde estávamos.

Não eram continhos despretensiosos, eram contos bem escritos e bem urdidos, na mesma linguagem comedida e econômica em advérbios e adjetivos que mais tarde ele transformaria numa espécie de marca registrada, tanto assim que mereceram o louvor de escritores como Odylo Costa, filho. E eram contos de quem sonhava seguir a carreira de ficcionista, como prova a publicação, sete anos mais tarde, do romance *Arco de Triunfo*. Parecia estar repetindo o percurso de muitos romancistas. Primeiro, o "livro de continhos", depois um romance e mais outro e mais outro. Ele, infelizmente, ficou nesse. Se não se pode dizer que é um grande romance, é com certeza um romance muito bom. A linguagem continua seca e sem firulas inúteis. A técnica narrativa se casa com a linguagem, por meio de cortes bruscos e falas inesperadas, que aceleram a ação, a ponto de ser realmente, como disse Jorge Amado, um desses livros que a gente pega e não consegue largar. Trata-se de uma espécie de biografia do personagem José do Egito, desde os tempos da Coluna Prestes até mais ou menos a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência da República, em 1950. É a história triste de um homem dúbio, fraco de caráter

e de parcos e poucos princípios. A história de um carreirista, enfim, que ascende no Jornalismo, na sociedade e na Política ao custo de uma vida pessoal e de uma consciência desbaratadas pelas consequências de seu comportamento interesseiro, inescrupuloso e egocêntrico – embora ele, o personagem, sempre fantasie razões honestas, apesar de no fundo indefensáveis até por ele mesmo, para seus atos de vileza ou covardia. Se o título *Continhos Brasileiros* não era irônico, o título *Arco de Triunfo* o é, só que não para com o autor, mas para com o personagem, cujo triunfo é na verdade ilusório. Um romance forte, às vezes brutal, em que o tom quase impessoal, sem nada de panfletário ou moralista, somente enfatiza o horror do autor por uma vida entregue simplesmente às ambições e aos interesses pessoais, como as vidas de muitos que conhecemos ou de quem ouvimos falar. E romance tão atual que sua edição mais recente é de 1991. Com absoluta certeza, se Castello Branco houvesse continuado sua carreira de romancista, estaria entre os primeiros nomes da Ficção Brasileira Contemporânea. *Arco de Triunfo* deixa isso bem claro.

Não quero, contudo, terminar sem lembrar a mais duradoura contribuição de Castello Branco. Para mim, essa contribuição está em podermos inspirar-nos e partilhar, como compatriotas, da glória de uma vida de exemplar profissional, cidadão prestante e eminente, de fé inabalável e combativa na liberdade de pensamento e expressão, da combinação exata de humildade, altivez e desprendimento, uma vida e uma obra que honram esta Academia e honram o Brasil.

Ocupo este posto graças à generosidade dos amigos que aqui tenho e dos que aqui já fiz. Agradeço especialmente a Jorge Amado, que lançou neste mesmo salão minha candidatura; Afrânio Coutinho, que a espicaçou; Nélida Piñon, Candido Mendes, Eduardo Portella, Alberto Venancio Filho, Dias Gomes e tantos outros, mesmo fora da Academia, que me incentivaram e orientaram. Espero poder seguir, ao menos de longe, o exemplo lapidar de Carlos Castello Branco. Orgulho-me de ocupar esta Cadeira, mas tenho a humildade de reconhecer que muitos poderiam ser tão ou mais dignos do que eu. E espero, na pequenez de meus recursos, poder contribuir para uma existência cada vez mais atuante desta Entidade venerável, que logo completará cem anos e continuará a afirmar-se pela sua presença indelével e inerradicável na vida cultural de nosso País. Aqui temos e tivemos alguns dos nomes mais

ilustres de nossa nacionalidade, notáveis pelo que construíram, cada um à sua maneira e em seu terreno, mas todos com brio, dignidade e competência. É a Academia Brasileira de Letras, a Casa de Machado de Assis, a nossa Academia, a Academia dos brasileiros. Brasileiros que hoje enfrentam problemas da mais grave magnitude, em meio à injustiça social, à insegurança e à descrença em nós mesmos. Mas não podemos permanecer descrentes, não se pode viver sem esperança. Não é muito o que está ao alcance dos escritores para diretamente alterar essa situação. Mas contribuímos, como todos os artistas, para o conhecimento de nós mesmos, a afirmação da nossa identidade. Um país sem seus livros, suas canções, suas danças, seu cinema, suas pinturas e esculturas, suas manifestações culturais, enfim, não é um país, é apenas um conglomerado de vizinhos malsatisfeitos. E isso não somos, não queremos ser, jamais seremos. E os artistas cumprirão o seu papel. E esta Academia fará a sua parte.

Terminando, peço vossa permissão para algumas homenagens pessoais. A primeira para meu pai, Manoel Ribeiro, que me incutiu o amor aos livros e ao estudo. Sem a atenta formação moral e intelectual que ele me deu, eu não estaria aqui. Para minha mãe, que felizmente vive para ver este momento na existência do filho que fizeram e criaram juntos. Se ele estivesse entre nós, não haveria pai mais orgulhoso na face da Terra. Para minha mulher e companheira, Berenice, sem cujo amor, dedicação, paciência e mesmo abnegação, eu não seria capaz de viver. Para os professores do antigo Colégio Central e da velha Faculdade de Direito da Bahia, que souberam, em meu tempo, transformar essas duas instituições em verdadeiros centros de Ciência e Humanidades do mais alto nível. E, deixo para o fim, por ser a mais importante, a homenagem ao povo de minhas duas terras. Tendo sido criado em Sergipe até os 11 anos, não posso deixar de ser meio sergipano; tendo nascido em Itaparica, sou baiano. Agradeço, abraço e peço a bênção do povo da Bahia e de Sergipe. Imagino que agora, lá na ilha, algum itaparicano levanta um copo em minha lembrança, e, lá em Aracaju, tão doce e amável na minha infância feliz, algum amigo antigo fala em mim com orgulho conterrâneo.

Muito obrigado.

# II

# RESPOSTA DO SR. EDUARDO PORTELLA

Quem devia estar aqui, saudando João Ubaldo Ribeiro, era o nosso querido Jorge Amado. Ele, mais do que ninguém, dispõe das condições plenas para falar desse traço insólito, dessa crispação, desse conjunto de "aparições e atos mágicos" – e já começo a recorrer a João Ubaldo – que constituem a fábula da Bahia e de suas geografias espirituais próximas. Essa mesma fábula que une estes dois fabuladores por meio de um pacto superior, jamais assinado, porque espontâneo e livre. Jorge Amado se encontra em condições especiais, porque recebeu, ainda muito cedo, a legítima delegação de poderes de todos os Santos e todos os Orixás. Mas, como o coração tem razões que a própria razão conhece, aqui me vejo tentando fazer o impossível: substituir Jorge Amado.

A obra de João Ubaldo Ribeiro recolheu os inúmeros tempos da nossa História e os reconstruiu. Juntou o passado ao futuro e deixou o presente perpassar esse interminável horizonte que vai e vem do mato ao mar. O Brasil profundo consegue respirar, a plenos pulmões, a vida que se renova entre a perda e o encontro. No caso do povo brasileiro, muito mais entre a perda imposta do que entre o encontro lutado.

João Ubaldo Ribeiro reconstrói sem querer explicar, imune a qualquer tentação didática, mas como quem conta, inventa, espanta. E, porque sabe espantar, inventar, contar as infindáveis façanhas da nossa gente, ele está

sendo recebido agora, na sua Casa, sob estas paredes onde é fácil perceber ressonâncias vivificadas de um antepassado inconfundível, não por acaso conhecido como o Bruxo do Cosme Velho.

A construção ficcional de João Ubaldo Ribeiro está impulsionada, de ponta a ponta, por uma razão narrativa vitalizadora. Os discursos que se cruzam, por entre as frestas do texto, o discurso histórico e o político, o discurso da moralidade ou o da sexualidade, obedecem a uma decisão narrativa, insuflada pela capacidade de fabular e pelo trabalho livre da linguagem. O romance, nem salvação nem fuga, vai modulando essa imprevisível polifonia, que liga *Vencecavalo e o Outro Povo* ao *Viva o Povo Brasileiro*, passando por realizações igualmente consistentes como *Sargento Getúlio, Vila Real, Já Podeis da Pátria Filhos*. O narrador circular, desdobrado entre o "eu" que o unifica e a série de máscaras que o diversifica, contém surpreendente mobilidade, atua dentro de um ritmo vertiginoso. Versátil e flexível, tanto quanto irônico e crítico, ele assegura o encadeamento, e talvez a coesão interna, de uma obra unitária, emancipada de qualquer determinação uniforme. A velocidade narrativa, que se acelera nos encontros ou nos desencontros individuais, e em seguida coletivos, nas lembranças persistentes, nos episódios fortuitos e nos acontecimentos frequentes, parece reprogramada pela impaciência do olhar. Narrar é olhar. Narrar mais é ver mais. E reunir materiais díspares, e entregá-los à dedicação da linguagem. A avareza da retina que tudo recolhe, em meio à suspeita e à crueldade, ancora a sua pressa no porto inseguro da mudança, porque a cidade, porque Laranjeira, "parece que vai morrer". As estratégias de transposição, os deslocamentos e os enlaces insuspeitáveis, as improvisações de pontes são próprias dos habitantes da ilha ou dos que, mesmo distantes, guardam dentro da alma, incontrolavelmente, o sortilégio insular. A insularidade, longe de conduzir à resignação, absorve e responde à provocação.

A representação imaginativa sabe gerir, frutuosamente, a inteligência da emoção. O seu programa de invenção da realidade jamais evita, porque recupera e condensa o que parecia simples aceno e constitui a solidez legítima da utopia. E, no caso de uma população animada pelo "Espírito do Homem", o tamanho da utopia é tal, que inclui a realidade. A realidade se inventa com a realidade. Os viventes ou os sobreviventes que comem pedras, nas plagas de Vila Real, eles criam, porque metaforizam a rudeza da exclusão, esse lugar

inóspito, onde os homens e as coisas, a imagem e a miragem, a ocorrência e a impaciência, se encontram e se desencontram para sempre.

A narração da História, recorrência constante nesse mundo de fabulações e de confabulações, sabe até onde pode chegar. O tempo literário redireciona o tempo historiográfico. "Na guerra – diz o narrador –, Otoniel trabalhou de forma funcionária". Na Literatura, a sua opção instrumental seria ou inútil ou tediosa. No marco de uma sequência de referências históricas e éticas, discretamente valorizadas, o que quer dizer calibradas até o limite ou o respeito da soberania narrativa, o texto lança mão da História mesma e se mostra particularmente receptivo à História outra. O dado histórico irrompe não como um encarte ocioso, que estabelecesse com o corpo narrativo uma relação aleatória. O que se verifica é o intenso intercâmbio de linguagens, em virtude do qual certo registro de época vai buscar, no fundo da memória histórica, os sinais pertinentes para as novas reconstituições. A narração da História se mistura e se confunde com a história da narrativa. Amleto, Henriqueta, Budião, Maria da Fé, Bonjfácio Odulfo, talvez possam depor ainda nesse processo inacabado. Quando a narrativa amplia a História, ela dispensa os clichês antropológicos e funde Natureza e Cultura. O narrador radical jamais visa à transubstanciação ou à reprodução formal da realidade. Ele se impõe à intriga eventual, porque sabe, com o saber de experiência feito, que a Ficção cria o mundo. Por seu intermédio, o imaginário coletivo, que parecia imobilizado, recebe novo sopro de vida.

São vários os motivos que se reúnem para assinalar a vitalidade do texto de João Ubaldo Ribeiro. O primeiro deles talvez seja a simultaneidade linguística, no interior da qual coabitam, como se pode ler em *Viva o Povo Brasileiro*, "a língua dos brancos", a "língua de preto", ou a "de caboco holandês". Esses cruzamentos linguísticos antecipam a interculturalidade que se acentua progressivamente. O idioma da opulência ou da pureza metropolitana, o discurso do poder espiritual, o Latim, as onomatopeias mestiças, do lado de cá da margem atlântica e do lado de lá do pecado, recortam e dinamizam a fábula. As citações estrangeiras e seus efeitos parodísticos, oportunamente localizados, alargam, de igual maneira, o horizonte verbal. Sem receio de romper os hábitos linguísticos institucionalizados, o narrador e seus comparsas deixam prevalecer a obstinação e o acaso da Linguagem. A fala, de irre-

cusável entonação popular, e tão perceptível no contorno das frases, no aproveitamento lexical, nos nomes e nos sobrenomes, astuciosamente reiterados no batismo irreverente dos personagens, descarta o tom solene e declaratório dos proprietários da Língua. Já em *Vencecavalo e o Outro Povo,* João Ubaldo Ribeiro se apressa em estigmatizar aqueles que falam "como um memorando de prefeitura do interior". Recusa, com o vigor comedido da ironia e a força extrovertida da burla, todo e qualquer artificialismo. Nem artifício, nem artimanha, porém o labor intersubjetivo da Linguagem. Nenhuma concessão à inadimplente retórica dos fogos de artifício, do discurso predatório, a uma só vez inflacionário e fraudulento. O regime ortográfico da fala se mostra colado à vida, em franco dissídio com a impostação canônica. Na aparência linear das falas, sertão adentro e litoral afora, na verbalização tosca ou simplesmente rude, do Sargento Getúlio, por exemplo, o que se entrelaça e se entrechoca é o sentido vertical dos seres, animados e inanimados, é a vontade de dar nova vida à Língua. O desempenho da Linguagem e a Crítica da Cultura se identificam: ou porque o primeiro se configura como Crítica da Cultura, ou porque a segunda prospera graças ao trabalho livre da Linguagem.

Se é certo que a ficção de João Ubaldo Ribeiro traduz a busca infatigável da identidade nacional, não é menos evidente a sua aguda sensibilidade em face do irresistível trançado das diferenças. Quase podemos falar da diversidade como identidade. As suas rememorações e as suas comparações percorrem as mais distantes geografias e recolhem, com sábia naturalidade, os mínimos gestos da nossa máxima alteridade. Nesse processo laborioso, a identidade ganha novo corpo e nova alma, deixando de ser o fato consumado, irremediavelmente concluso, dotado de uma certa data. A rigor, a identidade não tem idade – é antes o percurso incerto, sujeito às imprevisões do tempo. E, nessa hora, o absoluto identitário passa a ser relativo. Desfaz-se a lógica apropriativa.

A identidade estabelecida, que corria o risco de submergir no sedentarismo, ou de preparar, sem o querer e sem o saber, o caminho do Fundamentalismo, emerge agora em meio ao previsível cortejo de rostos diferenciados. Esse movimento mais ou menos descontraído, menos ou mais tenso, reúne brasileiros de todas as cores, todos os credos e todas as injustiças; reúne brancos, negros e amarelos, os pré os pós-alforriados, acompanhados de seus relatos sem fim. As desigualdades não retrocedem, como também não desani-

ma a convicção fálica de Luiz Cuiúba. "Muito melhor é a vida do povo", diz ele, depois de alguns exercícios edificantes, pelas páginas tropicais de *Já Podeis da Pátria Filhos*. Sem ceder, em nenhum instante, às pressões de uma identidade social puramente revanchista.

As relações conturbadas com o real procuram evitar, com a colaboração atenta do imaginário, a fatalidade ameaçadora de um núcleo concentrado e concentracionário. A narrativa se faz rosa dos ventos, apontando em múltiplas direções. Os personagens, peregrinos e sedentários, "seres que vivem da morte" no paradoxo de Vila Real, se acham perdidos entre a continentalidade do espaço e a insularidade do tempo.

A obra de João Ubaldo Ribeiro está sustentada por culturas que dialogam, por intercâmbios simbólicos instauradores, capazes de universalizar o regional, evitando as sínteses que pudessem ser reciprocamente emudecedoras. Desde os instantes matinais da aventura nacional, desde aqueles dias em que expedições se confundiam com transações, e transações com explorações, começou a formar-se a nova subjetividade, na tradução intercultural do povo brasileiro. É essa interculturalidade que retira a Nação do solo infrutífero do nacionalismo ingênuo ou tão somente folclórico. É essa interculturalidade que revigora a narrativa, proporcionaliza as figuras contrastantes, restaura papéis originários, extraviados no poço da amnésia nacional.

Nesse quadro culturalmente interativo, dissolve-se a oposição Natureza e Cultura. A Natureza deixa de ser a anticultura, ao ponto de autorizar a mediação inesperada da Cultura da Natureza, sem denegar ou denegrir a natureza da Cultura. A distensão do corpo libera a sexualidade das garras do poder discricionário, mesmo quando se trata de um micropoder ou de pequenas extensões delegadas ou usurpadas. A silhueta alegórica de Vevé, toda desenhada entre a margem que comprime e a exclusão que progride, torna-se, sem muito esforço interpretativo, o emblema social que transpõe o individualismo, desde sempre opulento, da consciência infeliz. O erotismo que irrompe das fendas do real, declarado ou clandestino, aceito ou imposto, em qualquer caso cotidiano e exorbitante, inscreve o desejo no quadro da saudável animalidade. A desordem amorosa e a ordem social trocam figurinhas sem o menor constrangimento. A linguagem do corpo, e suas emanações, e o corpo da Linguagem, e suas representações unem-se e, juntos, preparam e sonham com

a Irmandade do Povo Brasileiro. Mas sem conseguir romper o circuito fechado do Poleiro das Almas.

Por isso, enquanto esperam, e talvez confiem, estes seres fustigados pela adversidade, quebrados mas não rendidos, recorrem à ironia matizada, ao sorriso discreto e dissimulado, ou ao riso aberto, partilhado, e incontrolável, com que os naturais da ilha observam os gestos caricatos dos invasores. O veio irônico, animado pela cobertura da Linguagem, já despontara vigoroso, nas reconstituições de *Vencecavalo e o Outro Povo*, quando certos confrontos culturais se empenhavam por acentuar a diferença.

A paródia do amor mais ou menos cortês nas relações truncadas de Patrício Macário, ao mesmo tempo em que ironiza a sociedade ritualizada da época, desabona o formalismo puritano. O riso parodístico que constata o esgotamento de costumes e estruturas sociais, arcaicas ou residuais, paradoxalmente agonizantes e renitentes, expõe à visitação pública o ridículo da heroicidade histriônica, desperdiçadamente obesa.

A admirável sátira à ideologia da segurança, que culmina no capítulo "Abusado Santos Bezerra", de *Vencecavalo e o Outro Povo*, mostra como a astúcia nacional consegue fragilizar e desmontar a rigidez do sistema multinacional. No lugar de curvar-se ao panfleto, fazendo a apologia da incultura, orienta a apropriação ou a recepção cultural ao extremo da dicção satírica. O delírio nunca imaginoso, porque repetitivo e monótono, das cabeças submersas nos organismos de informação, denunciaram, sem jamais supor, a perversão atravessada na garganta do Poder.

Porque prefere desdramatizar, João Ubaldo Ribeiro recorre ao cômico. O cômico bipartido entre a demonstração de esperteza com que o vencido se descarta do vencedor e a estratégia de desvalorização do poderoso, surpreendido em desempenhos pouco ou nada edificantes. Os nomes do ridículo, cuidadosamente escolhidos, e a condensação do grotesco, habilmente mobilizada, são aliados fiéis desse empreendimento.

A ironia maior pode ser encontrada na estranha alternância de papéis, quando a "mentiralhada oficial" – a expressão é do narrador – vê no povo o estrangeiro. Estrangeiro de si mesmo, errante, nômade, sem terra e sem destino, que não precisa esconder a sua fatalidade e, como se estivesse diante do espelho, diz: "Eu moro no mundo. Moro andando." Sem domicílio fixo, tal-

vez escapando, talvez driblando, ou tão somente se debatendo entre a sombra dominadora do senhor Barão de Pirapuama e a volúpia canibalesca do "caboco" Capiroba, mas em qualquer hipótese empurrado pela força motriz da Esperança, que se comprime, prende o grito, até a explosão uníssona, a do "viva o povo brasileiro." Os seus personagens, ao contrário de serem meras produções verbais, constituem encarnações das lendas, das histórias, das fantasias com que o povo vive.

Por isso, João Ubaldo Ribeiro sente necessidade de desmascarar, por meio do riso, do sarcasmo, da sátira endereçada, o processo de mistificação, forjado pela História petrificada nos manuais do equívoco. A nacionalidade bloqueada, a cidadania vacilante, a liberdade falsificada, o hedonismo reprimido, o racismo estimulado, exibem as suas feridas expostas, bem como a desordem moral que se esconde por detrás da ordem institucional, laica ou beata. O saber premonitório do povo, nos ditos, nas orações, nos aforismos do cotidiano ascético, registra esse desequilíbrio. E pede a expressão correspondente, capaz de dar forma a essa disparidade. A História jamais unívoca requer o discurso simultâneo, veloz, a palavra comedida – medida em regime de parceria. A Linguagem não será nunca a pura produção da subjetividade. Ela olha, vê, convive e vive cada dia mais.

O Espírito, que confere alma à fábula e corpo à fala, em nenhum momento prescinde do seu eixo ético. "O Espírito precisa do Bem", esclarece o narrador, sem que se abandone ao imperativo categórico. O moralista no sentido montaigniano do termo se inclina ao convite da perquirição. Em vez de prescrever, determinar, sentenciar, ele indaga, pergunta, questiona – imune àquela lógica prescritiva, dada de antemão, a mesma que fez a grandeza e a miséria da Cultura Ocidental.

O autor de *O Sorriso do Lagarto* prefere apostar na invenção da verdade, legenda inegociável do partido do homem. A epígrafe do seu romance *Viva o Povo Brasileiro* é bem ilustrativa. Diz ela: "O segredo da verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias." Jorge Luis Borges diria só existem *ficciones*. Isto significa que se equivocam as suposições de que a Ficção é o contrário da Realidade. Ela é antes o máximo de intensificação do real.

Inexiste a verdade como território estável e imperturbável. O que existe é o olhar, todo minado pelo vigor do outro, que desfaz ou desautoriza a ten-

dência ao egocentrismo. E que ao desindividualizar chega àquela fronteira observante e absorvente, em que a verdade perde o seu caráter absoluto. O olhar é a virtude da fábula; a imaginação, o seu paraíso reencontrado.

O Sargento Getúlio, o que não se cansa de alertar "eu sou eu, Getúlio Santos Bezerra, e meu nome é um verso que vai ser sempre versado", também cede ao espetáculo do outro. O individualismo pleno e plano que o faz refém de si mesmo, que o transforma no dono da verdade, se vê repentinamente cercado. Escoltando e escoltado, pelos seus demônios e pelos seus fantasmas, ele se depara, reconhece o confim e balbucia as primeiras letras da consciência – alfabeto remoto, e inalcançável, até então conduzido em regime de solidão. O narrador sabe que só há duas maneiras de enfrentar a estupidez absoluta: ou ser mais absolutamente estúpido, ou expor a estupidez ao ridículo. Ele opta pela segunda alternativa. E daí desfia o fio da tessitura política que atravessa as suas páginas.

Trata-se da política sem partidarismo, inteira, vazada no que ele, João Ubaldo Ribeiro, chamou o Espírito do Homem. No desenho grotesco do líder convencional, na paródia precisa da negligência e do descaso, sobretudo na reconstrução evidente e simbólica do desencontro social, quando o povo depara-se com inúmeras dificuldades em se identificar com a Pátria, aí aflora o conteúdo político. Já se falou também do épico. Se épico for, será um épico insólito, sem façanhas totais que o caucionem. Provavelmente, o primeiro épico da esperança.

Certa vez, também "por obra do acaso", quando João Ubaldo Ribeiro estreou em livro, volume coletivo intitulado *Reunião*, coube-me fazer o prólogo. Hoje, depois de tantos anos e de tantos sonhos, as circunstâncias me fazem acrescentar àquele prefácio resumido o meu posfácio talvez prolongado.

Discurso do
SR. ANTONIO CALLADO

e

Resposta do
SR. ANTÔNIO HOUAISS

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 12 de julho de 1994*

# I

# DISCURSO DO SR. ANTONIO CALLADO

Nessa espécie de grande pátio que une o delicado Petit Trianon, onde nos encontramos neste momento, e o maciço bloco de concreto do Centro Cultural da Academia, o qual já tem o nome de Austregésilo de Athayde, sopra sempre um vento forte. É o vento da entrada da barra, da entrada, pelo mar, no velho Rio de Janeiro. Este vento fustigava, até 1922, data de seu desmonte, o Morro do Castelo, que ficava bem atrás de nós e atrás da igrejinha de Santa Luzia, que ainda está ali, olhando o mar.

Pois bem, anos antes de ser demolido, o Morro do Castelo abrigava, entre outras casas humildes, a de uma adivinha, de nome Bárbara, conhecida como "cabocla". O Rio, o Brasil, como se sabe, apesar de católico desde a primeira missa que aqui se rezou no ano de 1500, sempre manteve um culto lateral, meio disfarçado, a divindades e poderes menos ortodoxos. Tanto assim que o mais profundo conhecedor que já houve do nosso povo – e dizendo isto fica claro que me refiro ao nosso Fundador, Acadêmico Machado de Assis – põe na primeira página do seu penúltimo romance, *Esaú e Jacob*, duas finas senhoras da sociedade carioca, Natividade e sua irmã Perpétua, subindo o Morro do Castelo para consultar a cabocla. É claro que o assunto era sério, pois do contrário Natividade não deixaria o luxo e a calma de sua casa de Botafogo para escalar aquele morro, que podia ter tido

muita importância histórica, mas se transformara em valhacouto de desocupados. O assunto era simplesmente que Natividade tinha tido gêmeos e queria descobrir, mediante a clarividência da cabocla, que destino viriam a ter. Qual seria o destino reservado a Pedro e Paulo? E Natividade, ao chegar, entregou à cabocla aquilo que a consulta exigia: retratos dos dois gêmeos, madeixas do cabelo de cada um.

Na cena da adivinhação, Machado não nos deixa saber como era seu costume, até que ponto ele criou com Bárbara uma pitonisa rústica, mas de certa profundeza, ou sinceridade, ou se apenas a apresenta tal como vista por Natividade, que se acha que Bárbara possui dons sobrenaturais poderá até, quem sabe, esperar que ela tenha prestígio para criar um bom futuro para os meninos. O fato é que vemos Bárbara fumar, mirar firme os retratos, apertar os cachos de cabelos, respirar fundo e finalmente fazer a pergunta que inquieta natividade: Pedro e Paulo teriam brigado antes de nascer, ainda no ventre dela? Tinham, responde Natividade, lembrando pontadas, dores, insônia. Mas que queria isto dizer? E, vendo a cabocla meio agitada, transtornada, implora: "Diga. Posso ouvir tudo." Mas Bárbara, já livre do transe em que estivera mergulhada, sorri, feliz, anunciando "cousas futuras!". Natividade insiste, quer ouvir mais, quer saber se os meninos serão felizes, e a vidente diz que sim, que vão não apenas crescer, vão ser grandes e, sobretudo, hão "de subir, subir, subir... Brigam no ventre de sua mãe, que tem? Cá fora também se briga. Seus filhos serão gloriosos. É só o que lhe digo. Quanto à qualidade da glória, cousas futuras!".

O crítico, poeta e acadêmico Augusto Meyer, em um de seus pioneiros estudos sobre Machado de Assis, chamou-o de o Bruxo do Cosme Velho. Isto não me autoriza a afirmar que Machado previu, no capítulo inicial de Esaú e Jacó, a derrubada do Morro do Castelo, a construção pelos franceses deste Petit Trianon, a vinda para cá da Academia, a ampliação da Academia, por Austregésilo de Athayde, Centro Cultural afora. Mas peço vênia para lembrar que houve, em tudo isso, a intervenção de outro bruxo, também morador do Cosme Velho, o dito Austregésilo de Athayde. Aos críticos difíceis, que disserem que há coincidências demais, muito forçadas, no enredo deste meu romance, peço que reparem que o Petit Trianon e o Centro Cultural são gêmeos tão diferentes do ponto de vista do temperamento e que

no entanto cresceram para coisas grandes, ficaram gloriosos, cintilantes de fardões e povoados de senhoras elegantes, em noites de posse de acadêmico.

Pedro e Paulo, na verdade, ficaram gloriosos, sobretudo, como criações de Machado de Assis. Criação dele é também esta sólida Academia, que hoje generosamente me recebe e que foi fundada em 1897. É pouco mais jovem que a República do Brasil. Não tem sofrido, porém, os abalos e aflições da República, que apesar de haver passado por tantas revoluções não conseguiu chegar à nossa estabilidade acadêmica. Durante a minha vida, que de um ponto de vista histórico não é afinal de contas tão antiga assim, já atravessei várias repúblicas. Nasci – o que, para parodiar Rubem Braga, foi uma precipitação – em 1917. Eram ainda os tempos da Primeira República, a qual foi derrubada quando eu era menino, em 1930, e passou a ser conhecida como República Velha, também chamada República dos Carcomidos. Vivi, a partir de então, alguns anos numa República dos Tenentes, que em 1937 desembocou na entidade denominada Estado Novo. Estive anos fora, em Londres e Paris, transmitindo notícias do mundo para o Brasil, e quando retornei, em 1947, havíamos entrado em um período que se classificou como Democracia, e que se prolongou até 1964, quando entramos no chamado Regime Militar, que o vulgo denominou Ditadura. Deu lugar à República em que agora vivemos e que ainda carece de nome de pia, confirmado.

Enquanto isso, a Academia crescia tranquila. E, como descobri numa quinta-feira recente, depois do chá e durante a reunião de rotina, esta sólida Instituição, preocupada com seu destino e com a guarda da Língua e da Cultura do País, nem sabe ainda que nome é o seu. Na reunião de outro dia, como neófito e catecúmeno, já eleito mas sem direito a palpite ou muito menos voto, vi e ouvi, com agradável assombro, que até hoje a Academia não sabe se se chama Academia Brasileira, simplesmente, ou Academia Brasileira de Letras. E não parece de todo preocupada, tanto assim que, depois de se cruzarem opiniões e até ironias acerca do assunto, nada ficou resolvido, absolutamente nada. Ou, para ser mais exato, o último dos acadêmicos a se manifestar foi a Acadêmica Rachel de Queiroz, que sugeriu que devíamos continuar exatamente como até agora, usando, segundo a inclinação de cada um, o nome de Academia Brasileira ou de Academia Brasileira de Letras.

Até chegarmos a esse remanso, a esta nossa tranquila Academia à beira da Guanabara, o Brasil empreendeu várias outras experiências acadêmicas, a princípio na Bahia, sede do governo colonial. Como escreve José Veríssimo – acadêmico – em sua *História da Literatura Brasileira*,

> ... havia academias no Brasil ainda antes do século XVIII. [...] Mas como associações literárias e regularmente organizadas datam de 1724. Foi nesta época criada a primeira, a Academia Brasileira dos Esquecidos. Para em tudo imitar as da metrópole [...], fundava-se conforme aquelas, com a proteção real, sob os auspícios do vice-rei, ou antes estabelecida por ele em seu próprio palácio.

O historiador Rocha Pita, citado por Veríssimo, diz que era indispensável a fundação de uma academia como a dos Esquecidos, sobretudo na Bahia, que "na produção de engenhosos filhos, pode competir com Itália e Grécia". Fundou-se ainda na Bahia a Academia dos Renascidos, em 1759. O Rio de Janeiro entrou cedo na competição. Mesmo antes de se mudar a capital para o Rio, em 1763, tivemos aqui, em 1736, a Academia dos Felizes e em 1752 a dos Seletos.

Eis aqui como José Veríssimo registra na *História do Brasil* esses primeiros vagidos acadêmicos:

> [...] tiveram as academias literárias no Brasil um existência transitória e inglória. Mas não de todo inútil e sem efeito nessa Cultura e na Literatura que a devia representar. Apesar da origem oficial, e de serem um arremedo, havia porventura nelas um sentimento de emulação com a metrópole, e, portanto um primeiro e leve sintoma do espírito local de independência. Acaso a denominação da primeira, de Academia Brasileira dos Esquecidos, revê o despeito dos seus fundadores contra o esquecimento dos letrados coloniais na formação das academias portuguesas anteriores. O propósito que não só essa, mas a dos Renascidos e dos Felizes declaradamente tiveram, de estudar sob seus diversos aspectos o Brasil e sua História, traduz evidentemente um íntimo sentimento de apego à terra, com a intenção, ainda certamente pouco consciente, da parte que no seu desenvolvimento devia caber aos seus letrados.

Essa observação de Veríssimo, sossegada mas profunda, me serve de atalho certeiro ao Patrono desta minha Cadeira, o poeta Cláudio Manuel da Costa, que se filiou em 1759 à Academia Brasílica dos Renascidos, segundo documento descoberto em 1911 nos arquivos portugueses. Reincidente, Cláudio fundaria mais tarde, em Minas, outra Academia, a Arcádia Romana,

ou Ultramarina, que vai acabar na tragédia da Inconfidência Mineira. Ninguém terá retratado melhor que meu predecessor, Austregésilo de Athayde, a beatífica paz em que viviam os poetas da Vila Rica:

> As inocentes paisagens bucólicas em que pastores imaginários, vestidos de peles, tangiam rebanhos ao som da rude frauta, as florestas povoadas de semideuses homéricos, as sutis aparições dos habitantes das árvores, dos ares e das águas, todo o mundo que sucumbira com a morte do Grande Pã, revivia nas montanhas mineiras. Vinham de tão longe, do fundo dos milênios, no ritmo dos alexandrinos de Glauceste Satúrnio e do amorável Dirceu.

Glauceste Satúrnio, esclareço, era o apelido de Cláudio; e Dirceu, naturalmente, o de Tomás Antônio Gonzaga, na referida Academia Romana, ou Ultramarina, que haviam fundado. É claro que não entraram os dois na Conjuração Mineira apenas por desfastio, e para descansar da Poesia. Eram sensíveis às ideias do tempo e aos anseios de independência. Aqui está de novo Austregésilo de Athayde:

> Cláudio acompanhara a revolução americana, sabia que ao norte do continente um grande povo proclamara a independência. [...] Washington era citado como um semideus. Perpassava nessas conversas, a princípio, a tímida aragem da doutrina em forma de longínqua esperança. Durante o dia, o advogado e o juiz (isto é, Cláudio e Gonzaga), cumprindo os deveres dos seus encargos, ponderavam o sofrimento do povo, as enormidades do fisco, as ameaças da derrama anunciada, enquanto partiam as tropas copiosas conduzindo para o litoral, na lombada dos burros, o ouro roubado à terra. E tinham que pleitear a causa dos humildes e julgá-la segundo os rigores das Ordenações, no serviço leal de Sua Majestade.

Nesta sua última frase, Athayde realmente captou o dilema por excelência de Cláudio e Gonzaga, ambos conhecedores profundos e executores das leis de Portugal e ambos, ao mesmo tempo, já rendidos ao domínio da outra Lei, que raiava como um sol novo em folha no céu dos Estados Unidos e da França, encerrando o período do absolutismo monárquico. No entanto, mesmo assim, tinham o consolo da Poesia que praticavam. Refugiavam-se nela. E, ainda que Cláudio Manuel da Costa não tenha chegado à sustida e firme beleza dos versos de Gonzaga dedicados a Marília, ele nos deixou uma coleção, cheia de

graça e frescor, de sonetos de molde camoniano. E atingiu um momento especialmente alto quando, ao tomar como tema uma história clássica e cheia de versões ilustres – de Ovídio passou a Metastasio e a um poema lindíssimo de Góngora –, deu-lhe, mesmo assim, um toque mágico, novo. Trata-se da lenda de Galateia, amada pelo belo pastor Ácis e perseguida pelo insano amor do ciclope Polifemo. Cláudio foi o único que se compadeceu do gigante, daquele ser monstruoso, mas tal como o viu Cláudio, monstruosamente apaixonado.

Antonio Candido celebrou assim esse momento luminoso da nossa Poesia no século XVIII:

> [...] o contraste dramático entre o gigante grotesco e a ternura que o anima permitiu a Cláudio um poema comovente, quase trágico. O pobre ciclope apaixonado, largado a soluçar sua paixão desmesurada nas verdes relvas do prado arcádico, entre pastores e pastoras de ópera, produz o efeito de um estampido nessa atmosfera de "parnaso obsequioso" – graças à contensão clássica e à força barroca que o anima.

Antonio Candido tem razão, e o velho Cláudio, meu Patrono e Patrono de Austregésilo, às vezes nos faz pensar, ao falar pelo ciclope, em algum Vinicius de Moraes solto na roça e disposto a esvaziar de gado alguma fazenda da família para conquistar Galateia:

> E se não basta o excesso
> De amor para abrandar-te,
> Quando rebanho vês cobrir o monte,
> Tudo, tudo ofereço:
> Este branco novilho,
> Daquela parda ovelha tenro filho,
> De dar-te se contenta
> Quem guarda amor, zelos apascenta.

Seja como for, o que parece indiscutível é que a poesia criada pelos árcades da Academia Ultramarina, e praticada com brilho por Gonzaga, Cláudio e por Inácio José de Alvarenga Peixoto, terá ocupado demais o tempo desses inconfidentes. Havia, certamente, planos de subversão. Mas antes de mais nada, por exemplo, escolheu-se o lema da bandeira revolucioná-

ria. O primeiro "Ordem e Progresso" que tivemos foi o verso virgiliano *Libertas quae sera tamen*. Ora, ao contrário do que ficou pensando a maioria do povo brasileiro, o verso nada tem de heroico, ou patriótico, no poema original. Vou pedir vênia para uma digressão, na qual citarei uma extraordinária façanha de tradução empreendida pelo grande poeta que foi Paul Valéry, acadêmico, Académie Française.

Um editor de livros de Arte pediu a Valéry, durante a guerra, que lhe traduzisse, para um belo volume ilustrado que planejava, as *Bucólicas* de Virgílio. Assustado, lembrando-se das aulas de Latim nos bancos escolares, Valéry fez ver ao editor que já havia excelentes versões do Virgílio inteiro em Francês. Mas o editor não queria mais um Virgílio traduzido por algum professor. Queria V. e V., Virgílio e Valéry. Queria, mais ainda, para chegar a uma beleza marmórea das páginas bilíngues, que verso a verso, linha a linha, os poemas se correspondessem. Queria mais ou menos que pastores latinos do ano 40 dialogassem num coro simétrico com pastores franceses de 1940. A proposta era tão atrevida e difícil, que Valéry aceitou.

Infelizmente não possuo a joia que é a edição de luxo que o editor Roudinesco publicou. Mas mesmo a brochura que a Gallimard imprimiu da obra – só os poemas, em Latim e Francês, um defronte do outro como num espelho – dá, além da leitura, um prazer visual extraordinário. O primeiro poema das *Bucólicas* é uma conversa entre Títiro e Melibeu, pastores que, na realidade, eram proprietários rurais, como Glauceste Satúrnio e Dirceu. Melibeu pergunta ao outro o que foi que lhe trouxe o sossego e contentamento que se veem em seu semblante, e ouve a resposta: *Libertas quae sera tamen respexit inertem*... que os versos de Valéry, que traduzo, vão ecoando em francês: "A liberdade, que, tardia, apesar da minha negligência me veio, dignando-se enfim interessar-se por mim." E prossegue: "Deixado por Galateia, Amarílis já me havia tomado como amante." Como vemos, com certo espanto, a liberdade que tardou, mas veio, foi a de ver-se o pastor livre do amor, provavelmente tirânico, de Galateia, caindo nos braços de Amarílis. Em seguida, ele vai a Roma, de onde volta ainda mais satisfeito para o convívio de suas ovelhas, à sombra das faias. Daí a felicidade que dele se irradia.

Não importa. Os árcades inconfidentes, quando elegeram seu lema, sua bandeira, não pretendiam contar os amores de ninguém. E sabiam, aliás, que

o vocabulário do amor é um só e que no *Cântico dos Cânticos*, como nos versos de Santa Teresa ou de São João da Cruz, o leitor não sabe se está diante de amores do Céu ou da Terra. Os inconfidentes retiraram, dos amores de Títiro, o verso que, isolado, enaltecia aqueles que buscam a liberdade em si, a independência, pessoal ou da pátria: "Liberdade, ainda que tardia."

E armaram sua conspiração, que sem dúvida teria resultado em prisões, em devassas, mas não teria consequências maiores, se não surgisse, entre os árcades, um complicador. Se não se manifestasse entre eles uma dessas presenças que perturbam, reviram, convulsionam a vida dos outros sem pedir licença. Surgiu, em suma, um herói, que não teve nome arcádico, que não possuía gado ou lavoura. Mas o Alferes Joaquim José da Silva Xavier nada tem a ver com o que exponho aqui. Ele não teria acesso a esta ou a qualquer outra academia. Não se elegeria em nenhuma delas, nem mesmo no quarto escrutínio de uma quarta tentativa. Era desses que primeiro ficam sozinhos, para viverem depois, para sempre, no dia-a-dia da vida de um povo.

Ainda assim, meu Patrono, Cláudio Manuel, teve seu modesto quinhão da tragédia. Morreu no cárcere. Suicidou-se, ao que tudo indica, como um belo e frágil pastor Ácis, aterrado com o ciclope Polifemo, que o perseguia.

Depois da Inconfidência, houve, aqui no Rio, algo que só poderíamos chamar pseudoconjuração, pois não havia conjurados. Havia, simplesmente, intelectuais reunidos numa academia chamada Sociedade Literária. Desconfiado, e pensando no que ocorrera em Minas, o vice-rei, Conde de Resende, meteu em horríveis masmorras da Ilha das Cobras os indiciados. Interrogados, maltratados, vilipendiados, lá ficaram durante três anos. Foram afinal mandados para casa, em 1797. A história guardou o nome de dois, o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga e o Doutor Mariano José Pereira da Fonseca, que se tornaria mais tarde o Marquês de Maricá, autor de um livro de máximas. Maricá produziu um total de 4.188 máximas e reflexões. Depois dessa frustrante e última experiência, baixou o ritmo da criação de academias.

A nossa, um século depois, surgiu de uma nova mentalidade, com a vocação exclusiva de pôr-se a serviço da Cultura do País e à margem de qualquer tendência política do momento. Está dando tão certo, em sua perfeita estabilidade, que só corre o risco de um dia lhe pedirem que governe o País. Saberemos resistir.

Mas é tempo de nos voltarmos para aqueles que antes de mim ocuparam esta Cadeira, a de número 8, que parece ter uma certa preferência pelo Estado do Rio. O patrono era mineiro, mas os dois ocupantes seguintes – Alberto de Oliveira e Oliveira Viana – eram de Saquarema. Em seguida, ocupou-a meu predecessor, Austregésilo de Athayde, nascido em Pernambuco, educado no Ceará, irradiado depois, pelas rotativas e cadeias radiofônicas dos *Diários Associados*, e pelo seu próprio gênio de jornalista e homem público, pelo vasto território brasileiro. Agora, com este niteroiense, que sou eu, volta a Cadeira 8 à Velha Província, pois quem antecedeu Austregésilo foi o citado Oliveira Viana, que acreditava em um Brasil centralizado sobretudo no Rio e no Estado do Rio. Aliás, acho que, se vivo fosse em 1993, teria, no plebiscito, votado pela volta à Monarquia.

Alberto de Oliveira, poeta parnasiano, que em 1924 sucedeu ao Acadêmico Olavo Bilac como "príncipe dos poetas brasileiros", nasceu, como dissemos, em Saquarema, Estado do Rio, de família de posses. Em Saquarema, viveu o período de infância. De lá, saiu aos 12 anos, quando veio para o Rio e não retornou nunca ao lugar de nascença, nem para aquela clássica "Visita à casa paterna" de outro poeta, Luís Guimarães, acadêmico. O próprio Alberto de Oliveira nunca se referiu ao assunto. Quis talvez, como poeta antirromântico que foi, furtar-se exatamente a uma emoção mais intensa e comum. De qualquer forma, é um fato curioso, pois nada indica que não guardasse da infância em Saquarema boas e doces recordações.

Austregésilo, aliás, numa feliz e significativa expressão, diz que tanto o poeta Alberto de Oliveira como o Sociólogo Oliveira Viana têm a psicologia do *homo saquaremensis*: foram ambos cultores da tradição do convívio familiar e ambos produtos de uma região linda e onde nasceram, como se diz, "bem". Criaram obras importantes cercados de seus familiares. De Alberto de Oliveira, quase se poderia dizer que exagerou, pois viveu em meio ao carinho de nada menos que dezessete irmãos, dez dos quais homens e também poetas. O próprio Oliveira Viana, quando evocou o conterrâneo a quem sucedia nesta Academia, falou na "tribo patriarcal" que Alberto chefiava.

Nascido em 1857, Alberto de Oliveira participou do próprio movimento de criação desta Academia. No seu primeiro livro já parnasiano de poesia, intitulado *Meridionais*, teve prefácio de Machado de Assis. Publicou

depois *Versos e Rimas*, 1895, e, a partir de 1900, publicou coletâneas de *Poesias* pela livraria Garnier. O poeta faleceu em 1937 e, hoje em dia, terá poucos leitores, além dos estudiosos da Poesia Brasileira. Mas, em qualquer revisão maior que se faça da Poesia Brasileira, aparecerá o nome do primeiro ocupante desta Cadeira 8.

Em *Apresentação da Poesia Brasileira*, Manuel Bandeira dedica algumas páginas, no capítulo dos parnasianos, a Alberto de Oliveira e diz:

> Alberto de Oliveira foi dos mestres parnasianos o que mais se deixou prender aos rigores da escola, o que mais se distingue pelo conceito estrutural da forma, muitas vezes prejudicado pelo abuso da inversão e do *enjambement*. [...] Com o passar dos anos, e talvez por efeito das críticas de seus melhores admiradores e amigos, como José Veríssimo, se foi o poeta despojando desses artifícios até atingir a beleza simples de *Alma em Flor*, onde o brilho descritivo se une à emoção do amor estudado num coração de adolescente. A natureza brasileira foi a fonte mais frequente da sua inspiração. As suas descrições são sempre brilhantes, e às vezes numa linha, num som, num perfume sabe evocar a totalidade do ambiente.

Chego agora ao outro saquaremense, Francisco José de Oliveira Viana, que desde 1920, quando publicou seu livro mais famoso, *Populações Meridionais do Brasil*, tem tido o dom de provocar debate e polêmica. Conservador, elitista, Oliveira Viana tem como virtude maior, a meu ver, a dura e pouco brasileira coragem de ser antipático, de remar contra a corrente. Comumente, entre nós, até membros de um governo ditatorial se declaram a favor da Democracia. Lutam para que ela venha um dia, dizem um dia: cousas futuras!

Oliveira Viana (que era, diga-se de passagem, um admirador do Conde de Gobineau) escrevia, ajuizando seu próprio livro:

> Os povos civilizados em geral, principalmente os povos de origem colonial e de civilização transplante, como o nosso, possuem sempre duas constituições políticas: uma escrita, que não se pratica e que, por isso mesmo, não vale nada – outra, não escrita e viva, que é a que o povo pratica, adaptando-a ao seu espírito, à sua mentalidade, à sua estrutura – e as deturpando, as deformando ou, mesmo, as revogando – as instituições estabelecidas nas leis e nos códigos políticos.

Aqui fecho aspas e digo ao meu ilustre predecessor que, não estando vivo hoje, não pode saber o que ocorre neste País, que ele amou e estudou a fundo, que a Constituição, feita pelas elites políticas, continua não valendo nada, mas que o povo continua longe de adaptá-la, deturpá-la, revogá-la. As elites políticas, que sempre elaboraram a Constituição, agora marcam prazo de meros cinco anos para modificá-la em tudo que lhes parecer necessário. Descobriram, meu prezado antecessor, a Constituição descartável.

Mas às senhoras e senhores que ouvem não digo o mais novo, mas o mais recente dos acadêmicos, peço perdão pelo tom meio ácido. Austregésilo de Athayde, homem do Norte, homem consciente da importância de um País federativo e democrático, divergiu, em seu discurso de posse, das teses brilhantes mas um tanto prepotentes de Oliveira Viana: soube porém fazê-lo com uma classe, uma finura e uma sã honestidade que deviam servir de modelo a qualquer neófito num primeiro dia de aflição e fardão. Devo, aliás, acrescentar que, lendo e lendo discursos acadêmicos de posse, em busca de lenitivo e inspiração, notei em vários o germe da divergência, da cizânia, diante da opinião política ou do estilo literário de ocupantes anteriores da respectiva Cadeira. Fiquei mesmo tentado a citar alguns momentos dessa rebeldia de calouros contra mestres já afastados do Magistério. Mas me contive, apesar do indiscutível sabor e brilho de muitas dessas manifestações. Por que destacar, sublinhar, em nobres textos, divergências e implicâncias que lhes trazem sal mas que, extraídas deles, tornam-se ardidas, pungentes? Lembrei-me, inclusive, das observações e conselhos da vidente Bárbara, que, à medida que eu avançava neste discurso, me parecia cada vez mais clarividente: "Brigaram no ventre de sua mãe, que tem? Cá fora também se briga. Seus filhos serão gloriosos. Quanto à qualidade da glória, cousas futuras!"

A qualidade da glória que cabe a Francisco José de Oliveira Viana ainda se discute entre nós e será por muito tempo discutida, pois ele foi culto, valente e franco. Sua trajetória pública, longa e destacada, começou a partir da Revolução de 1930. Consultor jurídico do Ministério do Trabalho, desenvolveu criadora atividade na formulação das leis de previdência social. Trabalhou na elaboração da Constituição de 1934 e durante o Estado Novo fez parte da comissão revisora de leis. Nessa carreira operosa e coerente, serviu ao País

durante todo o primeiro período de Getúlio Dornelles Vargas, acadêmico. Era, ao falecer em 1951, ministro do Tribunal de Contas da União.

Chego, afinal, à tarefa mais grata ao meu coração, e talvez mais acima de minhas forças, que é a de falar sobre meu predecessor imediato, Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Athayde, que, de tão recentemente falecido depois de vida tão fecunda e longa, ainda está quase que aqui, entre nós, na sua bem-amada Academia. Falo em tarefa acima de minhas forças não por algum floreio de retórica (pela primeira vez na vida estou lendo, aqui, hoje, o primeiro discurso formal que jamais redigi), mas por saber que estou cercado de pessoas que conheceram e conviveram muito mais que eu com Austregésilo e portanto muito mais capazes de evocar quem deles se afastou não faz ainda um ano, dia 13 de setembro de 1993.

O que não quer dizer que eu não haja conhecido meu predecessor ilustre, e isto durante decênios. Lembro-me – eu no *Correio da Manhã* e Austregésilo no *Diário da Noite*, nos Associados em geral, braço direito que ele foi de Chateaubriand – de um amplo, um ajantarado, na sua esplêndida casa do Cosme Velho. Foi talvez, quem sabe, dia 12 de julho, pois ano a ano, a 12 de julho, celebrava Austregésilo o aniversário do seu feliz casamento. Lembro que a casa estava repleta de amigos, mas a grande presença era a da família anfitriã: a mulher, D. Jujuca, que nunca vi que não estivesse irradiando felicidade, os olhos brejeiros e azuis, a pele de porcelana; os filhos adolescentes, a filha Laura, minha amiga, mulher do amigo Cícero Sandroni, escritores, que viriam a dar a Austregésilo netos artistas de que ele se gabava, com muita razão, onde estivesse; o filho Antonio e o filho Roberto, que tornaria Athayde o mais famoso nome de dramaturgo brasileiro no mundo inteiro.

Realizou-se esse almoço uns poucos anos antes de assumir Austregésilo a Presidência desta Academia, 1959, e durante toda a nossa vida nesta cidade nos encontramos e nos saudamos dezenas de vezes, em recepções, jantares, revoluções. Em anos mais recentes, surgiu em nossa relação um delicado e leve hiato, uma espécie de dúvida no ar. Consistia no seguinte: Austregésilo se orgulhava demais da Academia para admitir que alguém com alguma chance de nela se acolhido não o fizesse, não tentasse ao menos. Assim, se em alguém ele visse ou imaginasse ver méritos que justificassem aspiração acadêmica, ficava à espera. Só por timidez doentia – imagino que fosse seu raciocínio –

deixaria alguém de aspirar à farda, chapéu, espada e colar. Depois de me haver feito, uma só vez, um vago aceno acadêmico, Austregésilo, cordial como sempre em nossos encontros, me espreitava também, um tanto desconfiado. Como um entomólogo diante de inseto que não se conforma exatamente com a classificação que lhe cabe.

Lamento hoje, neste dia em que vós outros acadêmicos generosamente me acolheis, que eu não tenha me apressado um pouco, para encontrá-lo aqui, respondendo afirmativamente àquele aceno.

Austregésilo nasceu em Caruaru, Pernambuco, em 1898. Mas foi em Fortaleza, no Seminário da Prainha, que armou as bases de uma sólida cultura humanística, forrada em Latim e no estudo dos Clássicos. Quase se fez padre. E, quando, ainda durante os estudos, perdeu a fé no Deus de sua infância, custou a se conformar com o vazio que lhe ficou. Acho importante lembrar esse ateísmo nostálgico, que ainda o entristecia de tempos em tempos, levando o atual Presidente desta Casa, Acadêmico Josué Montello, a lhe dizer, a título de consolação: "Você pode não crer em Deus, mas ele crê em você." Acho importante evocar essa desconversão de juventude, para esclarecer a posição de Austregésilo quando integrava, em 1948, a delegação brasileira à assembleia das Nações Unidas encarregada de redigir a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao empreender sua famosa luta por incluir o nome de Deus no artigo primeiro da Declaração, Austregésilo não pensava no remoto Deus dos seus tempos de seminário. Pensava, segundo suas próprias palavras, em "todos aqueles que creem em Deus, no mais largo sentido do termo. [...] E esses constituem a esmagadora maioria da população de todos os países membros das Nações Unidas". Irrespondível.

Só alguma futura biografia de Austregésilo de Athayde poderá, a um só tempo, traçar seu perfil, retratar-lhe a personalidade e daí partir para influência que teve essa personalidade na vida do Brasil do seu tempo. No entanto, mesmo então, mesmo levando em conta toda a abrangência da vida de Austregésilo, veremos que a concentração de sua energia criadora ocorreu aqui, nesta Academia Brasileira, ou Brasileira de Letras. Sem dúvida, o biógrafo se deterá longamente sobre livros que Austregésilo até certo ponto abandonou à própria sorte, como as *Histórias Amargas*, o romance *Quando as Hortênsias Florescem*, de 1921, e as coletâneas de artigos, em *Vana Verba*. O

atual decano e ex-presidente desta Casa, Barbosa Lima Sobrinho, fez, ao morrer Austregésilo, uma terna contabilidade acerca do que teriam produzido ambos, em termos jornalísticos, desde que se encontraram, por volta de 1919, Barbosa no *Jornal do Brasil* e Austregésilo na *United Press*. Diz Barbosa Lima: "Se reunidos, meus artigos do *Jornal do Brasil* chegariam a mais de três milheiros; [...] Austregésilo, se fosse contar tudo o que produziu, chegaria a não sei quantos milheiros, quando ele reuniu em livro apenas algumas páginas de *O Cruzeiro*, naqueles volumes de *Vana Verba*."

Só nos jornais, portanto, terá o futuro biógrafo toda uma mina a explorar. Acentue-se, todavia e sempre, que o verdadeiro ouro que Austregésilo extraiu de si mesmo, do seu esforço mais intenso e mais amoroso, é esse que herdamos nós, acadêmicos.

Esta Academia, fundada quando Austregésilo tinha um ano de idade, teve penosa infância e adolescência. Alguém perguntou naquele tempo ao poeta Olavo Bilac, acadêmico, Fundador, por que letrados errantes se arrogavam o epíteto de "imortais". Explicou o poeta que não era por arrogância, não, e sim porque não tinham onde cair mortos.

Foi Afrânio Peixoto, Presidente desta Casa em 1923, que promoveu junto ao embaixador da França a doação à Academia do prédio em que estamos e que a França construíra para as celebrações do centenário da Independência do Brasil. Há uma lógica quase cartesiana no fato de a Academia, inspirada no modelo da Academia Francesa, herdar da França o prédio; e uma graça mozartiana no fato de a França nos haver doado, dentro do prédio, três jarrões de Sèvres.

A partir daí, e já morando em casa própria tão refinada, a Academia estava pronta para o furacão Austregésilo. Gilberto Amado, acadêmico, costumava dizer de Carlos Cavalcanti que ele era dotado, em relação aos amigos, de "um amor eficiente". Parodiando Gilberto, eu diria que Austregésilo, no seu caso de amor com a Academia, foi eficiente e, se me permitem, até faunesco.

Desde sua investidura na Presidência, em 1959, começou a fazer com que a Academia, erguendo-se deste seu delicado *foyer*, virasse uma espécie de potência industrial. A partir de Juscelino Kubitschek e através dos governos militares, Austregésilo trouxe ao sonho ainda contemplativo da Academia uma realidade de concreto armado, vergalhões de ferro, blocos de mármore.

Maurício Roberto foi o arquiteto convocado pelo nosso bruxo do Cosme Velho para harmonizar a ligação entre este *salon* das nossas reuniões, e onde guardamos as joias e relíquias do nosso orgulho familiar, e o imperioso prédio moderno em que se expandem nossas relações com o resto do Brasil e com o mundo. Esse prédio, Austregésilo o batizou Centro Cultural do Brasil, e o novo Presidente da Academia, Josué Montello, o crismou Centro Cultural Austregésilo de Athayde. Tivemos um bruxo fundador e um bruxo construtor.

Mas Austregésilo não se satisfaria com a redução da Academia Brasileira a um modelo exclusivamente urbano. Construiu também, na cidade de Campos, Estado do Rio, o Instituto Internacional de Cultura, conhecido como Solar da Baronesa. Por doação do ex-ministro da Agricultura João Cleofas, dono de canaviais em Campos, a Academia entrou na posse do Solar, antiga Usina Sapucaia. Lá, enquanto forma o Instituto Internacional de Cultura, fundou o Museu da Aristocracia Rural Fluminense do Século XIX. Afrânio Peixoto cobriu-nos com um teto, já que vivíamos no sereno. Austregésilo multiplicou esse teto pelos trinta andares do Centro Cultural e ainda descobriu, para nós, uma avó baronesa. Viva o amor eficiente.

Deixei para o fim o doce encargo de agradecer às senhoras e senhores acadêmicos a generosa acolhida que me deram e que muito me tocou. Pelo tempo que levei hesitante, temeroso do fardão, das novas responsabilidades, previ, ao resolver tentar a Academia, como se diz, luta mais árdua. Para surpresa minha, eu vos garanto, só tive um voto contra minha temeridade. Desde então, procuro, como um novo Diógenes, este único homem de juízo entre os tantos acadêmicos generosos demais. De algum lugar diante de mim, esse austero voto contra estará me olhando e dizendo aos seus botões – ou palmas de ouro, que botões não nos permitem – que eleição no Brasil acaba sempre assim. Aos demais acadêmicos, companheiros meus agora, meu comovido muito obrigado.

Minhas senhoras, meus senhores, está acabado o discurso.

# II

# RESPOSTA DO SR. ANTÔNIO HOUAISS

Antonio Callado, senhor de minha admiração e dono do meu afeto,

A forma por que fostes consagrado na vossa recente eleição para a vaga aberta nesta Casa pela morte do nosso saudoso Austregésilo de Athayde criou-vos e criou-nos uma pequena embaraçosa dificuldade ao se cuidar de a quem iria caber a honra de receber-vos. E que, como o confessastes, foram tantos os vossos amigos desta Casa que vos acolheram de bom, de ótimo, de incomparável grado, que declinastes de indicar a quem caberia a missão, deixando a Josué Montello, nosso onipresente Presidente a quanto a esta Casa se refere, a incumbência de fazê-lo. Ele aceitou-a, porque sabia que a sua decisão seria fatalmente salomônica: aquele que vos falasse – como eu aqui agora – fá-lo-ia em nome coletivo, isto é, ainda que com responsabilidade pessoal, pagaria o preço ao revés de certa prática modernosa: os méritos que eu soubesse ou souber, acaso, ressaltar em vós e vossa obra serão socializados por nossos confrades e amigos comuns, por força do mandato que me coube; os deméritos em que eu incidir por não ter sabido ressaltar alguns mais deles serão privatizados e da minha só responsabilidade. Felizmente, sempre moveu-me pouca ambição oligomonopolista...

De fato, eu poderia simplificar esta minha tarefa, se não me fosse tão grata: frustrando os vossos amigos e admiradores que aqui acorrem, a esta festa, limitar-me-ia a dizer-lhes que estais onde já deveríeis, de há muito, estar, pois merecestes o sufrágio que merecíeis, porque nos honra ter-vos entre nós e sereis dentro de minutos empossado e passareis a estar aqui, com voz e voto e mandato, como em vossa Casa – e, por isso, sumariamente, convocaria os presentes: aplaudamo-vos.

Mas isso seria, ainda que como pilhéria, uma traição, a mim, a vós, a todos nós. Permiti-me, assim, minhas senhoras e meus senhores, que prossiga, mais grave ou menos leve, na esperança, porém, de não vos ser aborrecível, aborrecido, aborrido, aborrecedor, aborrente – chato, em suma.

Limitar-me-ei, para isso, a três (dentre trinta ou trezentas) observações iniciais sobre a vossa vocação – impresciente e impressentida talvez – de aqui estar, aqui, nesta Casa, ou em qualquer outra que, no que vai de século, buscasse preencher a função social que esta preenche ou aspira a preencher: nunca fostes outra coisa que o trabalhador intelectual que, pela pena, pelo dactilodígito (*bis in idem*), pois dactilográfico ou digitalizante, ou pelo magnetofone e, daí, as demais formas de vos fixar visual e vocalmente, nunca fostes mais do que essa coisa, não raro subestimada, de escritor, o velho escriba de há seis mil anos a esta parte que busca fazer – vivo, contemporâneo e coetâneo – o nexo entre o passado e o futuro. Não sem razão, assim, muitos dentre os nossos trabalhadores de um presente foram desse presente excluídos na esperança de que, num futuro, viessem a renascer. Vede a coerência, a tal respeito, das profissões que exercestes, como jornalista – vale dizer, escriba, redator, repórter, correspondente, diretor e, com qualificativos, diretor-adjunto, diretor-principal, diretor-chefe – omitindo só, nessa série, o diretor-proprietário, que não tivestes tempo, ou engenho, ou vocação, ou ambição de ser... Esta é primeira das observações prévias a que me referi acima.

A segunda é mais óbvia ainda: buscastes sempre a excelência (por vaidade, por dignidade sem dúvida), em todas as circunstâncias e instrumentos vocativos, apurando-vos no uso de vossas ferramentas de trabalho – esta vossa e nossa comum Língua, cujo senhorio desde cedo vos foi dado, exemplar, pois logo percebestes que, para tanto, em lugar de passivamente obedecerdes a ela no que os propedeutas dela diziam dela o que ela devia ser e descobristes

que, amando-a, tínheis o senhorio maior, o de fazê-la inclinar-se à vossa imaginosa vontade criadora, fazendo-vos decisor da vontade dela. Nesta equivocíssima conjuntura sexual (sem nada dizer da social), "vontade", "ela", "dela", como do gênero gramatical feminino, pois que delas vos assenhoriais, não quer insinuar em vós nenhuma forma torpe de machismo falocrático – fique isto claro. Na vossa polêmica interior, linguageira, de como saber optar em cada mil e uma possibilidade de dizer e escrever, sabíeis que diríeis o já dito ou buscaríeis o não dito, não raro previamente mal dito e – escrito a superpor-se ao já dito – o maldito. Nisso pusestes a inarredável angústia de servir vossa gente, como termo e mandato de referência irrevogável, impostergável e inalienável de vos justificardes perante vós mesmo e todos os vossos companheiros de vida, os vossos brancos, os vossos índios, os vossos negros, os vossos amarelos, os vossos mestiços, os vossos vossos e – não omitindo – as vossas, as vossas vossas, pelo amor que soubestes alimentar sempre a todas as formas de vida – e Ana Arruda Callado me perdoará que tanto eu veja nele de amor a tantas e tantos. Esta é a segunda observação prévia das três que me propus fazer.

A terceira virá a ser, se já não é, um lugar-comum: nunca soubestes, e menos ainda quisestes, deixar de fruir a vida, esta, a vida, o só milagre em que nos debatemos, os terrenos, os divinos, os extraterrenos, os extradivinos (e amanhã nos inventarão, no mesmo debate, os metaterrenos, os metadivinos), mas fruí-la eticamente, já como postura filosófica, já como militância cotidiana, para, a ela, vida, querê-la, querer-lhe, amá-la, gustá-la, degustá-la, mas não solitária, masturbatória, egoística, egocentricamente: ela, vida, sem ti, meu amor, que é que vale? E o valor dela é que essa pergunta é intrínseca a todos os filhos de Deus, do diabo, ou da vida mesma. Eis a terceira óbvia observação.

Seria uma blasfêmia, já agora, balancear vossa vida em seus pormenores, mas não o é antecipar que – nos muitos feitos e nos muitos anos que vos auguramos por virem – já há um *cursus honorum* em vossa formação e afirmação que parece ditado por uma notável coerência. Nascestes em Niterói – coisa mirífica que, nesta Casa, poucos o fizeram, pois convosco estiveram apenas o saudoso Levi Carneiro e o nosso saudável Marcos Almir Madeira, que terá ombreado convosco até as lides juvenis. Transferistes-vos para este vosso Rio de Janeiro, em que vos nutristes de uma aura e volição e ânsia perambulante, graças às quais pudestes estar naqueles pontos de vosso país-

continente onde as incoerências, os descalabros, as torpezas do brasileiro contra o brasileiro mais se evidenciavam ou aguçavam. Por isso, estivestes no Pernambuco das Ligas Camponesas, no Brasil central dos vossos Antas e Jacis, na Bananal da sonhada harmonia intertribal, no Pantanal do latifúndio parasitário. E que lição de brasileiridade (essa coisa de que estamos tão necessitados, por tão ignorantes dela!) e que lição de brasileiridade recebestes disso e com isso nos retribuístes. Mas o alargamento de vossa fronteira brasílica e brasileira vínheis já fazendo, como que instintivamente associado ao pós-caos, mas não ainda antecosmo (quando o teremos?) na Londres da guerra e pós-guerra, na Paris da pós-guerra e da ante-esperança e no Vietnã do repto, do repto, do repto, em que fostes profético. Dizer que com isso vos tomastes cidadão do mundo, autorizado a vivê-lo, julgá-lo e condená-lo, não, mas desesperar-se dele, ou quase – não há nisso um *curriculum vitae* a que devemos inclinar-nos e que devemos, pelo menos, exaltar?

(Entretanto – e aqui vai um parágrafo interparentético impertinente – continuais vossa luta, nesse mundo que, malgrado seus dissabores, é o de nossa idade, [sois mais jovem, ou mais novo, ou mais moço do que eu...], o que nos promete uma perspectiva de vida em que poderemos sorrir-nos, sobretudo se seguirdes, e eu convosco, a lição que vos, nos foi dada pelo sempre saudoso Austregésilo de Athayde, cuja memória vos acompanhará vida em fora nesta Casa).

Vossa obra é una e trina, ou quadra, ou quina. É una na unidade da Língua – sempre, esta nossa comum lusofonia e lusografia, que aprendestes a usar e continuar e inovar, vinda de há um milênio até os amanhãs que nossos descendentes haverão de cantar; mas vossa língua é diversa nessa mesma unidade. Não sei quando – mas no vosso caso tudo converge para admitir o desde cedo – captastes esta coisa clara e racional: a nossa gramática não é nossa, senão que de cada um em função do interlocutor presente ou esperado ou desejado ou sonhado. Nosso léxico não é nosso, senão que de cada um em função do interlocutor e/ou sua idade e/ou sua atividade e/ou sua culturalização e/ou sua localidade e/ou sua localização e/ou sua e vossa emocionalidade, sentimento e o que sei eu mais, se sei... Os comprovantes disso estão nos discursos, nas mentações, nas intervenções, nas pensações, nas exposições, nas narrações, nas dissertações, nas dialogações, nas monologações dos vossos

filhos de Deus em Literatura – de vós, de Deus e das vossas linguagens – que primam em ser o que são por serem esses vossos filhos o que pensam ou pensam que pensam mais o que dizem ou dizem que dizem – oh! Os manes que não desmentistes já desde Proust e de Joyce, tão antecipado entre nós pelo nosso Dominique Braga...

(Entre parênteses de novo: tivestes que enfrentar o dilema de optar pelo 'brasileiro' ou o 'português' como pseudolínguas autônomas – e não desatastes o nó górdio inexistente, seguindo os documentalistas da realidade linguageira que vêm de antes de Alencar e atravessam Távora, Machado, Lima Barreto, Adelino Magalhães, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Zé Lins, Rachel, Graciliano, Jorge de Lima, Marques Rebelo, Lúcio, Otávio de Faria, Rosa, Josué, Herberto, Nélida, Lygia, Lêdo, Rubem Fonseca, Haroldo Maranhão e tantos mais – inclusive os que buscaram reinventar uma sobrerealidade translinguageira – tanto mais que omito – por ignorância ou por irrelevância – a bobice de ser aqui exaustivo: não buscastes dizer à brasileira, buscastes dizer como dizeis ou dizem os vossos seres, pois que, ao serem criados ou forjados ou pinçados ou recordados ou recombinados por vós, têm a sua linguageiridade própria dentro da nossa Língua. A essa circunstância, perdoai-me que me espante – com espanto de admiração, bem entendido! – ante uma certa coisa: a pornofonidade, a escatologicidade, a obscenidade, a chulidade, a desvergonhicidade de uns poucos seres vossos, mas tão do nosso dia a dia – e perdoai-me poupar-lhes os nomes, pois que isso me soaria como que uma delação, em face de vossa impecável postura e compostura convivial com mulheres, homens, crianças e provectos – com o que, dizem, vos fazeis muito *British*, o que é, positivamente, um tipo de lisonja de que não necessitais.

De fato, vossa formação – e não nos esqueçamos de que, nesta interpretação, estamos em formação até o instante em que morremos, pois até nossas deformações (quando as temos, e quem não as tem?) nela se subintegrarão – vossa formação, repito, convergiu toda – e isso é um *post factum*, de modo que os eventuais objetores não me venham com os borzeguins ao leito... – convergiu toda para a unidade estética e ética que sois: quisestes e buscastes ser jornalista e o fostes em plenitude, se mais não for com algumas das mais perdurantes e penetrantes reportagens sobre nossa história – do Brasil e de fora dele; quisestes ser romancista e o fostes, como só poucos grandes no

Brasil e na Língua o foram; quisestes ser dramaturgo e aí resolvestes uma aparente lacuna de vossa cosmovisão, ou mundivisão, ou, mais concentradamente brasilivisão, pois sem vossa dramaturgia o componente negro de vossa humanidade mestiça e sofredora talvez não se tivesse tão fortemente marcado. Enfim, quisestes ser participante, enfrentando cara a cara o vosso e nosso presente (quando tantos acham, ainda, que o presente não chega a ser história) na sua realidade urbana, suburbana, rurbana, mas já não rural ou selvática e selvagem.

Dentre os que se têm criticamente debruçado sobre partes de vossa obra que considerem mais perdurantes, mais de um vê no vosso painel romanesco a mesma ambição conspectiva e abrangente de Alencar, isto é, captar com o conjunto de seus romances – falo de Alencar – a nossa indiada primeva, a nossa mineração, a vida urbana emergente com perfis de mulheres (e que bom gosto, pois não lhe caiu bem rabiscar perfis de homens...). Há nessa hipótese, nessa pseudocomparação, algo que discutir: que os vossos temas e problemas são o Brasil (e até no Vietnã o eram...) é fato que me parece pacífico, como, aliás, me parece ser também no caso da grande maioria dos nossos romancistas passados e contemporâneos – que se desbordam raramente das nossas fronteiras e, quando o fazem, fazem-no em geral remembrativamente, na cabeça de alguma sua personagem.

No vosso caso, porém, há um componente a que não buscastes nem quisestes fugir – e não há melhor palavra para dizê-lo que a de engajamento. Sabendo que a palavra em causa – e o que ela encerra de significância – vem sendo vibrada vindicativa e punitivamente contra os que fazem literatura social não *in vitro*, mas in vivo, não omitindo, assim, os males que o homem vem praticando contra o homem, degradando – é o corolário dessa argumentação crítica – a pureza da Arte, de qualquer arte, neste caso, a da palavra, invertestes a Crítica e os pressupostos desse tipo de crítica: municiastes-vos de quanto, como Ciências, a História, a Antropologia, a Sociologia, a Politologia podiam dar-vos, para poderdes não apenas ver, na realidade, o que os cientistas e ensaístas buscam e – às vezes – conseguem ver, mas fostes além: vistes a realidade em movimento, com suas paixões e sentimentos e ódios e opróbrios, com seus cursos e correntes e forças divergentes ou convergentes, para chegarem a algo que vem sendo o vosso alvo passional: como o Brasil sairá do impasse (é bem esse o termo) a que chegou? Como lhe caberá a ele, Brasil,

ver-lhe o ninho de víboras de seu atraso e imobilismo e vislumbrar o ninho dos carcarás de seu futuro, de seu tão augurado futuro de abundância e bonança antecipado tão ostensivamente pela riqueza e variedades dos seus bens e recursos naturais e humanos.

Essa busca, essa busca, essa busca vem sendo obstinadamente a vossa – a de um campeão da confraternidade possível entre nós, sem pieguices da boca para fora, sem sentimentaloidices, mas com a coragem de nela, fraternidade, crer – ainda quando, chegando ao coração do Brasil, sobre ele virdes os biliões de saúvas que o corroem. É que o vosso e nosso Brasil, montado sobre cinco séculos de História, é o Brasil de hoje – o Brasil do latifúndio, o Brasil da extinção dos índios, o Brasil da interdição dos negros, o Brasil da exploração das mulheres, das crianças, dos pobres, da imensa maioria da sua gente, a que não tem sido nem vem sendo nem é dado o direito real a um mínimo de saúde, de alimentação, de instrução, de respeito, de dignidade – e como é triste ter de dizê-lo no instante em que buscamos festejar-vos. Mas, por certo, me acharíeis um alienado se, sobre vossas obras e vossas lutas, tão generosas, viesse eu brandir-vos ufanismos pelo Brasil que tem sido: afinal, a sua lógica é férrea, pétrea, adamantina; o presente é presente porque é a continuidade do que tem sido e vem sendo. Claro, diremos todos.

Mas faremos anamneses ou recapitulações diferentes: uma é a dos que culpam os brasileiros por suas próprias injunções, preguiçosos, ignorantes, doentes, apáticos, abúlicos, irresponsáveis, sensuais, procriadores, gozadores, vítimas, sim, mas de si mesmos; outra é a dos que, como vós, mostram que vimos sendo uma cultura impiedosa, ímpia, que vem cometendo o etnocídio, o genocídio, o glotocídio de muitos milhões de índios; que importou seis vezes mais negros do que os territórios que viriam a constituir os Estados Unidos da América e os discriminou mais afrontosamente pois mais aleivosamente – não é verdade que somos uma democracia social e racial? –, e ouso olhar para vós e pedir-vos que me ajudeis a aqui contar com os índios, os negros, os amarelos que – dir-se-me-á – aqui não estão porque não querem.

Mas o futuro nos redimirá – e a esperança que nos é comum e a cota-parte que vossa obra lhe insufla sempre. Aí, caber-vos-á, a vós, aqui concelebrado senhor inventor (à antiga, como achador) de Brasis e Brasis, de brasileiros e brasileiros, de ideias e ideias, de abjeções e abjeções, de belezas e belezas,

de esperanças e esperanças, o louvor que, mesmo não o buscando, mereceis – pois é dessa tara, desse fundo, desse poço, desse lastro, dessa sementeira de tristezas e angústias que vindes fazendo frutificar, com vossos irmãos em Letras, a esperança Brasil.

O fato é que aqui – com Ana, vossos filhos, os vossos – estamos todos, os amigos, os admiradores, os confrades, os bisbilhoteiros benévolos, os pícaros ridentes, estamos todos aqui aplaudindo-vos com emoção sincera dos que vos são gratos pelo que nos destes e nos dareis por muito tempo.

Estais em casa; desfrutai-a.

Discurso do
SR. SÁBATO MAGALDI

e

Resposta do
SR. LÊDO IVO

*Sessão solene extraordinária*
*do dia 25 de julho de 1995*

# I

# DISCURSO DO SR. SÁBATO MAGALDI

Gratidão é o sentimento que me domina quando penso em Cyro dos Anjos. Apenas chegado ao Rio, com 21 anos de idade, vindo da Belo Horizonte natal, recebi de sua mão generosa um apoio que, até hoje, me permite manter o equilíbrio orçamentário. Trabalhar sob suas ordens, no primeiro emprego estável, representou para mim uma completa lição de vida.

Relevem-me principiar o elogio de meu antecessor na Academia Brasileira de Letras pela evocação de virtudes não especificamente literárias. É que, tão bom escritor como respeitável homem público, ele surgiu para mim na sua segunda natureza, embora eu, ainda na província, já tivesse lido *O Amanuense Belmiro* e *Abdias*.

Logo promovido a seu chefe de gabinete e depois chefe de divisão, na diretoria do Departamento de Assistência do antigo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, fiz com ele rigoroso aprendizado, que não se cingiu às normas administrativas.

Cyro, que se desincumbira em Minas de vários cargos de responsabilidade, podia emprestar à autarquia sua ampla experiência e transmiti-la aos colaboradores. Diferentemente da maioria dos intelectuais que procuram no governo uma sinecura, Cyro se desdobrava em incontáveis iniciativas, responsáveis pela criação da rede médico-hospitalar dos funcionários federais.

A faina construtiva, que o levou a lançar sementes por toda parte, não dispensou os cuidados com pormenores. Posso testemunhar que não era fácil redigir um despacho ou um simples telegrama para a assinatura de Cyro. Estilista impecável, ele exigia de uma informação processual uma elegância absoluta. Os memoriais deviam valer como peça literária. E o agradecimento, ao receber um livro, reclamava com frequência diversas datilografias antes de chegar à forma definitiva.

Qualquer irregularidade era prontamente sanada. Cyro não tolerava nenhum desvio ou abuso financeiro. Sem alarde, afastava os suspeitos até o final da sindicância. E o inquérito ia sempre às últimas consequências, com a punição dos culpados. Fui, certa vez, interventor num caso delicado, em que Cyro evitou oneroso prejuízo para a repartição. Asseguro, ainda, que o senso de justiça e a incorruptível probidade não sufocavam o caráter humano de seus veredictos.

Um quarto de século mais tarde, quando me tornei o primeiro secretário municipal de Cultura de São Paulo, a convite de Olavo Egydio Setúbal, filho de Paulo Setúbal, ilustre membro desta Academia, não foram poucos os momentos em que me socorri da lembrança do tempo passado junto com Cyro para enfrentar uma dificuldade e resolver um problema.

Penitenciei-me, às vezes, por querer dos colaboradores um empenho literário que a pressa burocrática não admite. E nunca tolerei um indício de corrupção. Cyro, como prêmio pela longa carreira de bons serviços prestados ao Executivo, aposentou-se como ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Não é sem propósito conjeturar se teria sido outra a obra de escritor de Cyro dos Anjos sem a dedicação plena à causa pública até os setenta anos. Seria fácil supor que lhe sobraria lazer para a elaboração de livros mais numerosos. Sentimos falta deles? Por certo, a leitura de outros textos significaria sempre um novo prazer. Mas – é preciso que se proclame logo – nada há a reclamar do legado de Cyro dos Anjos. As obras-primas que ele produziu constituem um acervo insubstituível. Seu nome está inscrito, ao lado dos mais expressivos, na História da Literatura Brasileira.

No balanço que faz de sua contribuição, entretanto, Cyro se analisa com impiedade. O capítulo 39 da segunda parte de *A Menina do Sobrado*

(Mocidade, Amores), intitulado O Birô, O Espelho, apresenta um retrato cruel da divisão entre o burocrata e o criador:

> Agora, no fim da viagem, devo lamentar o tempo furtado ao escritor por essa atividade dispersiva, quase sempre vã, que fazia descer sobre os meus dias uma nuvem gris, de frustração e melancolia? Eu era um boi de canga, paciente e aferrado, mas às vezes tinha ímpetos de empinar a cabeça, sacudir o jugo. Rebelava-me, por dentro, contra aquela dissipação de energias do espírito em tarefas tão desencontradas, sufocantes e, sobretudo, alheias às minhas inclinações naturais.

Para depois ponderar:

> Não há o que lamentar. E isso porque, dissipadas as antigas veleidades, vejo-me cônscio, não sem uma ponta de amargura, de que nenhum detrimento veio às Letras nacionais disso de haver sido eu forçado a lhes sonegar algum suplementar produto do meu fraco engenho. Tanto mais quanto não poderia eu garantir que o hipotético produto viesse a lume caso me fossem prodigalizados os vagares com que o literato sonha. O pouco que eu tinha a dizer foi dito. O mais seria crescimento vegetativo.

Cyro não maldiz, também, do diabólico Birô, que lhe pedia tudo: "A carta maneirosa, o telegrama diplomático, as cacetíssimas exposições de motivos, e pareceres, discursos, mensagens, projetos de lei, toda a matéria temporal e perecível que, num gabinete de governo, consome pena e papel." Observa: "Talvez devesse até bendizê-lo. No mínimo, forneceu, ao escritor menor, argumento com que justificasse a sua esterilidade. Quando, por fim, alçado a outras funções, me vi livre dele, que aconteceu? Perdi o meu álibi!" E conclui: "Mas agora, que as forças se foram, já não há como trazer ao sol sequer obras menores. Eis por que liquido, neste volume, as minhas memórias."

Antes, no segundo capítulo, Cyro já havia mencionado a "insegurança, a autodepreciação, que continuariam a flagelar-me pela vida fora". Não fosse a sinceridade de seu sentimento, caberia até duvidar de tão duras palavras. Porque elas parecem desconhecer diferenças básicas de temperamentos. Há os caudalosos, que reagem em cada escrito a variados estímulos, e os sintéticos, presos sempre à teia da própria biografia, aprofundando um ideal de perfeição que se mostra inatingível. O mérito, em ambos os casos, pode ser idêntico. Um

só livro basta para consagrar um autor. Na História da Literatura, são numerosos os exemplos dos que se tornaram célebres com uma única publicação.

Quanto a Cyro dos Anjos, *O Amanuense Belmiro*, o primeiro romance que escreveu, lançado em 1937, já teria sido suficiente para assegurar-lhe lugar de relevo entre os seus pares. Ainda que ele, na sua envergonhada modéstia, confessasse mais tarde que se tornou

> autor sem querer, um tanto movido pelo acaso. Em Belo Horizonte, e desde o tempo de estudante, praticava o Jornalismo Literário, mas nunca tive o propósito de publicar livros. Aconteceu, porém, que aí por volta de 1933 a 1935, andei escrevendo umas crônicas no jornal *A Tribuna*, e depois no *Estado de Minas*, com o pseudônimo de Belmiro Borba.

Cyro acrescenta que "as crônicas acabaram impondo, àquele que as assinava, uma atitude e um estilo". Belmiro Borba "começou a intrometer-se na vida do autor, trazendo-lhe fantasias, devaneios, desajustamentos com a realidade. Convinha a este último, e com urgência, livrar-se de tão comprometedora companhia, aprisionando o personagem dentro dum livro". O escritor, de lenta e penosa elaboração, que refazia seus textos vezes incontáveis, daí por diante, preparou *O Amanuense* em férias ocasionais, durante menos de dois meses.

O diário, forma preferida dos tímidos e introspectivos, foi o veículo ideal para as aventuras solitárias desse *gauche* lírico, mitificador de amadas inatingíveis, que dispensava o necessário complemento da realidade para a concretização de seus sonhos. Entendo que muita gente, afeita às exteriorizações impositivas, à capacidade de afirmar-se em meio a assembleias estranhas, considere medíocre Belmiro Borba, desajustado amanuense de repartição improdutiva, homem de pequenos horizontes, incapaz de façanha heroica. Permitam-me, contudo, uma confidência: nós, mineiros, por mais que conquistemos o mundo, carregamos dentro de nós, como fardo acalentado e irreprimível, um Belmiro Borba. Daí nosso profundo apreço pela ficção de Cyro dos Anjos, que fixou como poucos essa estranha "mineiridade".

Uma passagem do romance me parece elucidativa do caráter do protagonista. O empenhado Redelvim lhe pergunta o que ele é, na ordem das coisas. "Talvez um 'individual-socialista'", responde Belmiro certo de ser "um sujeito inofensivo, para todos os regimes...". Se a explicação enoja o interlocu-

tor, Belmiro continua a estimá-lo. E anota, com a certeza de quem acredita que os sistemas não sobrelevam as relações pessoais:

> Os companheiros são raros, precisamos conservá-los a todo custo. E quando não possamos ser amigos cem por cento, sejamos cinquenta ou vinte. Quando encontro, em alguém, cinco por cento de afinidade, contento-me com essa escassa percentagem.

Sabedoria pacata, de quem não rouba espaço aos outros e tem uma visão cética da existência.

Com *O Amanuense Belmiro*, Cyro dos Anjos incorporou publicamente ao Modernismo a linhagem machadiana, embora Mário de Andrade, em artigo de 1939, o associasse a Graciliano Ramos, como "dois apaixonados da vida interior", e adiante escrevesse:

> Muito mais machadiana que o Sr. Cyro dos Anjos, e talvez sem o querer, me pareceu a Sra. Rachel de Queiroz com o seu romance das *As Três Marias*, onde o jeito conceituoso, a lapidação cristalina da frase, o próprio mecanismo de pensar, muitas vezes, lembra Machado de Assis.

A verdade é que o nome de Cyro se vinculou, na prática, ao do autor de *Dom Casmurro*, levando-o a afirmar, em 1951: "[...] não me lisonjeia ser fichado como epígono. Nem acho que escritor algum possa ser classificado com facilidade como o fazem no Brasil. Leia-se a obra de Machado, e ver-se-á quão diferente é o seu espírito." Nessa questão, creio definitivo o juízo de Antonio Candido, em artigo aproveitado como prefácio nas edições posteriores do romance. Eis suas palavras:

> Falou-se muito em Machado de Assis a propósito de Cyro dos Anjos, insistindo-se sobre o que há de semelhante no estilo e no humorismo de ambos. O que não se falou, porém, foi na diferença radical que existe entre eles: enquanto Machado de Assis tinha uma visão que se poderia chamar dramática, no sentido próprio, da vida, Cyro dos Anjos possui além dessa, e dando-lhe um cunho muito especial, um maravilhoso sentido poético das coisas e dos homens. O que é admirável, no seu livro, é o diálogo entre o lírico, que quer se abandonar, e o analista, dotado de *humour*, que o chama à ordem: ou, ao contrário, o analista querendo dar aos fatos e aos sentimentos um valor quase de pura constatação, e o lírio chamando-o à vida, envolvendo uns e outros em piedosa ternura.

Candido chega a apontar, no fundamento da arte do romancista mineiro, "uma qualidade de vida que é superior à de Machado de Assis".

Como se não bastasse empatia tão profunda, emprestando significado especial ao aparecimento de *O Amanuense Belmiro*, o crítico e historiador, ao comentar, em 1948, a lista dos dez romances preferidos de Augusto Meyer, termina com a seguinte declaração: "[...] preciso guardar espaço para certas amizades – modestas, mas fiéis e inspiradoras, como *O Amanuense Belmiro*, que, timidamente, eu levaria para a ilha deserta em lugar de grandes figurões." Em outra oportunidade, Antonio Candido repetiu ser o *Amanuense*

> um dos seus romances mais queridos – ao lado do *Lucien Leuwen*, de *Os Possessos*, do *Temps Perdu*, de *A Ilustre Casa*. [...] Esse livro de capa amarela, na edição da mais simpática editora do mundo, "Os Amigos do Livro", de Belo Horizonte, temme acompanhado, desde a publicação, como companheiro e amigo. Quando viajo, levo-o junto, não raro, e apesar da sua atmosfera já ser minha, sempre faço qualquer pequena descoberta, que me dá tanto prazer quanto o reencontro das descobertas antigas e já agora familiares.

É de se imaginar que estreia tão festejada, responsável por copiosa fortuna crítica, criasse enorme expectativa para *Abdias*, o segundo romance de Cyro dos Anjos, editado oito anos depois, em 1945. No cômputo geral dos comentários, a acolhida favorável superou em muito as restrições, ainda que Antonio Candido, considerado por Cyro o melhor exegeta de *O Amanuense*, se mantivesse distante do entusiasmo anterior.

Álvaro Lins, outro crítico de incontestável autoridade, publicou em jornal, em 1946, artigo que, alterado, se tornou depois apresentação de *Abdias*. Com agudeza, o estudo afirma que Cyro

> pertence à família dos escritores de um só livro em vários livros, com obras que se desdobram e se comunicam como se fossem uma só. Isto não é um defeito, e sim um caráter, uma espécie de criação literária. *Abdias* não é a repetição de *O Amanuense Belmiro*, mas o segundo romance continua o primeiro, embora os personagens tenham outro nome e novas situações sejam apresentadas.

Ao enumerar as semelhanças entre os dois livros, Álvaro diz que a personagem Gabriela, do segundo, tem muito de Carmélia, do primeiro, para ir

mais longe nas suas ponderações: "Abdias, este então bem se poderia chamar Belmiro."

Acresce que de novo a narrativa adota a técnica do diário e registra os parcos acontecimentos e sobretudo as ilações por eles despertadas. Só que, agora, Abdias não é o solteiro disponível para os mitos femininos, mas um homem casado, que divide a sua afetividade entre a esposa Carlota e a adolescente Gabriela. O romance acompanha o crescimento da paixão impossível do professor pela aluna, até que ela escape de sua órbita e case com um jovem. Página antológica do livro é aquela em que, morta a esposa, Abdias assim inicia um retrato de sua solidão: "Carlota, a vida é um tecido de equívocos. Foi preciso que morresses, para eu saber que te amava e que éramos felizes, na monotonia dos nossos dias. Nessa monotonia, formada de coisas simples e permanentes, encobria-se a felicidade."

O despontar do sentimento de Abdias por Gabriela é pintado de maneira admirável, sintetizando com perfeição um dos motivos do ideário do escritor:

> A moça resumiu, para mim, naquele momento, todas as antigas namoradas, e sua casa representou os misteriosos palácios que as escondiam. É possível que a amada seja uma só e apenas exista em nosso espírito. Nela se encarnarão transitoriamente formas femininas que se lhes assemelham, mas essas formas passam, fugazes, e a amada permanece idêntica a si mesma, dentro de nós, fora do tempo.

Sem ser crítico literário, e contrariando juízo quase genérico, ouso pensar que *Abdias* representa um progresso em relação a *O Amanuense Belmiro*. O romance é mais orgânico e se concentra na análise psicológica dos protagonistas, que se modificam paulatinamente, acrescentando novas facetas aos dados antes transmitidos. As personagens constroem-se com total nitidez. Cyro tem consciência de seu processo de composição, sobre o qual fornece uma pista explícita:

> A divisão destas notas em parágrafos tem muitas vezes fugido à cronologia e, de ordinário, dissocia fatos que, encadeados no tempo, talvez devessem ser alinhados seguidamente no papel, para maior fidelidade de exposição. É que, no comum, eu me abandono a um fluxo caprichoso que vem do inconsciente e, à semelhança das correntes marítimas, certamente tem o itinerário determinado por diferenças de densidade e temperatura.

Nesse procedimento, Cyro se aproxima dos grandes ficcionistas que revolucionaram o romance moderno.

Em autocrítica severa, Abdias confessa o que deve à mulher:

> Quanto Carlota fez por mim! Eu era indeciso, tímido, incapaz de enfrentar a vida. Ela transformou-me, tornando-me um ser útil, ajudando-me a vencer minhas dúvidas e dissipar o sentimento de inferioridade que me tolhia e angustiava. Como retribuí seu amor e sua sobre-humana dedicação? À primeira fantasia que me veio, desfiz-me dela, moralmente, rompendo os laços que nos prendiam...

O caráter de Abdias, moldado pela esposa, é uma das explicações para o passo adiante que o romance representa em face de *O Amanuense*.

No autorretrato que fez para as "Notícias Literárias da Semana", veiculadas na imprensa por José Condé, em 1946, Cyro dos Anjos anuncia que seu próximo livro terá outro feitio. Alude ele, expressamente, a Antonio Candido, "a quem o *Abdias* pareceu apenas um eco de *O Amanuense*". Ao invés de mostrar-se magoado, por motivo de eventual incompreensão, o romancista digeriu bem as palavras do crítico, e juntou: "De qualquer modo, sua advertência valeu, porém, como um convite a tentar novos rumos."

Esses novos rumos consubstanciaram-se uma década mais tarde, em 1956, com a publicação de *Montanha*, romance que suscitou numerosas polêmicas, de fontes várias. Aí, Cyro abandonou a narrativa na primeira pessoa, como se não quisesse mais filtrar a vida exterior pela mente privilegiada de um indivíduo, confiando-a ao exame do romancista neutro. O título é o apodo de Minas Gerais e, através de suas tramas políticas, desenha-se um painel histórico da vida brasileira moderna.

A primeira edição esgotou-se rapidamente, porque o romance transcendeu o público habitual da Literatura para interessar a camadas mais amplas. A descrição objetiva dos métodos políticos praticados no período da ditadura provocou uma onda de repúdio aos donos do poder. Os leitores excitavam-se na bisbilhotice de identificar as figuras da realidade transpostas para a ficção. Esqueciam-se de antigo pressuposto estético de Cyro, segundo o qual "de ordinário, o personagem de ficção se forma assim como um mosaico. Constitui-se de partes justapostas apanhadas aqui e ali, nas mais variadas fontes. Sua 'realidade' será produto de uma combinação feliz dos materiais". E exemplifica: "Às vezes

sucedem coisas imprevistas. O autor enxerta num tipo masculino certo traço de caráter observado em uma mulher. Pode ocorrer também o contrário."

O político Aliomar Baleeiro, de oposição, declarou, enfaticamente: "Não permitam os deputados da maioria que o Brasil continue a ser o país mui justamente retratado e pintado pelo romancista Cyro dos Anjos no livro *Montanha*. Nossa Pátria é realmente aquilo que o escritor traça, é aquilo em que se tornou pelo domínio de vinte anos dos homens que formam o PSD."

Em entrevistas divulgadas na imprensa, Cyro admitiu: "Nesse livro, aliviei a minha consciência de escritor que participou, eventualmente, de um sistema de coisas a que era infenso." Em outra oportunidade, confessou que

> sem ter nenhuma tendência ditatorial, havia eu aceito os fatos de 1937, passivamente, como a maioria do povo no país e no novo regime cheguei a postos de destaque. Entrosado, desde jovem, na estrutura estatal, ligado, sem querer, a grupos com que não tinha afinidades, vivia desencantado, mas sem meios ou sem ânimo de romper com o sistema que me envolvia.

O amigo Carlos Drummond de Andrade, companheiro de geração, desde as mesas de jornal em Belo Horizonte, saudou efusivamente o livro:

> Porque Pedro Gabriel (o protagonista do romance) não é esse ou aquele, mas o político, tal como o nosso *habitat* o engendrou, nossas instituições o emolduraram e o romancista o modelou, acrescentando um tipo à nossa galeria literária, a que faltava um estudo de conjunto no meio político, e o aprofundamento de seus caracteres, sem deformação caricatural ou satírica.

O romancista, porém, conhecedor íntimo de suas legítimas inclinações, não demonstrava muita certeza quanto ao alcance de sua aventura na Política. Ao dedicar-me o livro, quando o lançou em São Paulo, ele o chamou de *pas-de-quatre* da política de *Montanha*. E pediu que eu deixasse de lado a fauna que lida com ela e prestasse atenção "à minha Ana Maria, na qual pus as complacências de escriba cinquentão. É a maior paixão de minha vida. Amores serôdios, que são os grandes amores".

A recepção a *Montanha* atesta o conflito produzido pela mudança de linha do autor. Era inevitável associá-la a John dos Passos e aos *newsreel* roubando-a do universo de Proust, Anatole France e Amiel, entre outros. Cyro

enveredara, de fato, para uma pesquisa mais contemporânea, que procurava abarcar o homem e a sociedade. Com procurada objetividade, ele pintou o universo da oligarquia política e sua contrapartida social, nas carências e nos reclamos dos desfavorecidos. E sem deixar de lado as sutilezas do temperamento inquieto de Ana Maria – ponto de contato e continuação de sua obra anterior.

Muitas vezes os capítulos se alimentam de diálogos, que abolem a interferência direta do narrador. É como se ele quisesse anular-se em benefício da objetividade do retrato. Os múltiplos ambientes, do palácio ao botequim, testemunham o propósito de abarcar a realidade mais ampla possível. Cyro não quis furtar-se a nenhuma experiência.

Se o seu domínio natural é a autoanálise impiedosa, é preciso convir que, em *Montanha*, achando-se em causa o jogo do poder, os recursos ficcionais precisariam alterar-se. O mergulho interior não se ajusta bem a personagens que devem manter uma aparência vitoriosa, numa imagem pública mais importante que suas possíveis dúvidas. E não é fácil alcançar rendimento literário uniforme, lidando com a superfície.

O romance contorna a dificuldade, promovendo verdadeira colagem de técnicas diferentes. Grande parte da presença de Ana Maria se contém no seu diário. Ainda aí, Cyro inovou: não mais o diário masculino de Belmiro e Abdias, mas o de uma mulher – longe do mito de Arabela ou da adolescente virgem e curiosa, e, sim, dentro da sua pureza incontaminada, amante de um homem casado, prática tão incomum na Minas daqueles anos.

O reencontro, no Rio, de Ana Maria e Everardo, antigo apaixonado da cidade natal, na província distante, torna o capítulo XXXII um dos mais belos do romance, pela delicadeza do diálogo, tecido em meios-tons, que evitam os transbordamentos discutíveis. A confidência sincera une essas criaturas separadas pelo tempo, e ela se interroga se um dia viria a amá-lo. Que ele não vá embora – pede a sua solidão. E Ana Maria surpreende-se maternal, chamando-o "meu filho"...

Adiante, ela confessa ao diário: "Meu ideal: viver ao pé de Everardo como irmã. Não permitir que se case com outra. Unirmo-nos para o resto da vida, numa longa conversação. Encontro em mim o mesmo egoísmo absurdo, que reprovava em papai." As páginas finais do romance pertencem ao diário de Ana Maria. Depois de anotar nele os seis versos mais famosos de *A Vida*

*É Sonho*, de Calderón de la Barca, a heroína retifica: "A vida nada tem de sonho. É uma realidade tremenda, Señor Calderón!" A última frase do livro, deixando em suspenso o futuro, é: "Um problema, Everardo!" Não seria gratuito conjeturar que, no desfecho, *Montanha* se abre para uma promessa otimista. Acima dos conciliábulos turvos da oligarquia política, impõe-se o encontro afetuoso de duas solidões.

Os que não aprovaram o romance puderam mobilizar vários argumentos, que vão da caricatura da Política de Minas à falsidade das personagens, da falta de emoção e do conteúdo dramático neutro ao pedantismo, à alienação ideológica do autor. Preocupado com essa última assertiva, repassei os três romances de Cyro e cheguei à conclusão de que não só a subjetividade de *O Amanuense Belmiro* e *Abdias* tem sempre o contraponto social dentro dos próprios romances, como *Montanha* promove dura crítica da alienação ideológica de certo gênero de nossos políticos.

Documento de qualquer forma admirável, o livro sempre será leitura obrigatória para se conhecer determinada fase do País. Para mim, a colagem resultou algo híbrida, e não são todos os capítulos que guardam o mesmo nível. A evolução da trama às vezes claudica, criando-se hiatos de relativa frieza. Diante da perfeição formal dos dois primeiros romances, é justo que eu, como muitos leitores, os prefira a *Montanha*. Que vale ainda pelo empenho do autor em renovar-se.

Cyro não mais voltou ao romance. Aparentemente, não encontrou novas reservas ficcionais que o motivassem. Severo consigo mesmo, preferiu silenciar no gênero, embora sua produção literária abarcasse outros veículos. Não se pode esquecer, por um lado, a permanente colaboração jornalística, ao longo de muitos anos, a merecer um crivo, para ser reunida em volume, a partir do material que ele doou à Fundação Casa de Rui Barbosa e ali se encontra carinhosamente preservado.

Em 1956, o mesmo ano em que *Montanha* veio a lume, Cyro publicou *A Criação Literária*, pequeno e substancioso ensaio de pesquisa estética, nascido de uma pergunta que, cerca de uma década atrás, lhe formulara um aluno da cadeira de Literatura que ele regia na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: – Por que escreve?

A indagação levou o professor a ler numerosos livros, no afã de encontrar resposta para si mesmo. A bibliografia comentada é bastante extensa, podendo-se afirmar que engloba a maioria dos estudos acessíveis para um pesquisador brasileiro familiarizado com as Línguas Neolatinas e o Inglês. Observe-se a sucessão de nomes comentados por Cyro, o que dá uma medida do erudito que ele foi, circunstância, aliás, incomum entre a maioria dos nossos ficcionistas: Valéry, Huizinga, Delacroix, Flaubert, Malraux, Grassi, Ribot, Tilgher, Lado, Alain, Tristão de Athayde, Platão, Jacques e Raíssa Maritain, Bergson, Benda, Croce, Hegel, Dilthey, Proust, Bourget, Focillon, Pirandello e – certamente o autor mais discutido naqueles dias – o Sartre de *Qu'est-ce que la Littérature?*. A lista não esgota o número de fontes recrutadas em *A Criação Literária*.

Vê-se que Cyro passeia com muita desenvoltura pela obra de filósofos e estetas e não recua ante a dificuldade de certos tratados. Seria legítimo pedir que ele não se cingisse ao quase resumo dos estudos lidos, a propósito de muitos autores, e se aventurasse numa formulação mais pessoal do problema. O que não o impediu de reconhecer que "a ideia de 'dom' que, de uma ou de outra forma, repontara aqui e ali, no curso destas notas, voltou a obsidiar-nos". E Cyro menciona, quanto a "dom", "vocação", uma passagem de Malraux, em *Les Voix du Silence*: "a relação do artista com a Arte pertence ao domínio da vocação. E uma vocação religiosa não se sente como resultado de uma 'escolha', e sim como 'resposta' ao apelo de Deus."

Reconhecendo que lera "talvez demasiado, e, contudo, muito havia ainda por esgravatar nos intermináveis livros dos doutores", "o temerário professor" pensou:

> Eis o que se chama Filosofia: um longo giro que frequentemente nos devolve ao ponto de partida. Por que o artista cria? Ora esta, porque criar é próprio de sua natureza, e assim quis, decerto, aquele Demiurgo dos gnósticos, que, não podendo conceder aos homens a alma racional, lhes conferiu a sensitiva...

O último parágrafo do livro encerra com ironia a questão: "Jamais perguntem a um romancista por que escreve romances. Melhor é pedir, como certo personagem de Shakespeare, que sejam os mesmos bem encadernados e nos falem de amor..."

Cyro incursionou pela Poesia em 1963, quando foi vítima de um enfarte, escrevendo doze *Poemas Coronários*. Na dedicatória de um dos cem exemplares, belissimamente preparados pela Universidade de Brasília, no ano seguinte, por iniciativa do acadêmico e então Reitor Darcy Ribeiro, o autor esclareceu a uma afilhada que, "pensando que ia morrer, permiti-me a aventura destes versos. Como peça literária, nada valem, mas funcionaram, naqueles dias, como alívio à dor da despedida". Na explicação inicial do volume, chamando-se Belmiro Montesclarino, Cyro qualificou a empreitada de "lira ingênua", de alguém que é: "Imperito nas Artes Poéticas / Mas / Em Temerário Assomo / Quis Dar Expressão / às Visões e Efusões / das noites / em / claro."

Os poemas não alteram, de fato, a História da Poesia, mas testemunham, à sua maneira, o permanente bom gosto do escritor. Sua natureza religiosa, de católico sempre fiel à Igreja, teve oportunidade de expandir-se, desde o primeiro poema, "Louvado seja o irmão dia", que a autocrítica feroz considera um pasticho inepto de São Francisco de Assis. O cético afirma que, "se não há um Deus Padre Todo Poderoso, / Criador do Céu e da Terra, / mister é que Ele exista, / eu O reclamo, careço Dele". Não pretende nada que "difira de ninguém no seio da terra. / Contudo, se quiserem algo na lápide, / escrevam: "Aqui descansa um homem errado, que sempre tentava emendar-se". O *gauche* não deixou de ser fiel a si mesmo.

Linda a confissão do poeta: "Dependo de tudo e de todos, absurdamente. / Que ser frágil veio ao mundo! / Estou a desmoronar-me a cada instante." Ao Anjo da Morte, que viu outra vez, ele confidencia: "Já vi o que não quisera ver / e nem das coisas belas tenho mais curiosidade." Em outro poema, Cyro se abre: "Não sei quem sou nem o que valho, / qualquer opinião me afeta / qualquer esquivança me agrava." Aos amigos, confia que "o Cavaleiro da Triste Figura / tem-na, agora, ainda mais triste". Se a morte foi vencida provisoriamente pelo corpo, sem eximir-se "a trabalhos, dores. Alegria, minério raro!", ele sabe que "logo me erguerei contra mim, / serei meu pior inimigo / recriminatório, batendo os punhos no peito, carregado de culpas, / atormentado de não ser o que desejara".

Sob a inspiração confessa de Carlos Drummond de Andrade, Cyro presta contas ao pai e informa que "nos arrumaremos no azul" e que todos os irmãos responderão "Presente!" quando forem chamados. Finalmente, no

último poema, deixa claro: "Se fiz verso ou prosa, importa pouco, / fui à raiz da aflição, descarnei-a." E pede aos poetas de ofício: "Não castigueis com vosso reproche a Belmiro Montesclarino, / menestrel dos mais pobres." O escritor se abandona à poesia imprevista como se pedisse desculpas. Só um leitor desatento não percebe que ela, no seu feitio particular, pode ser entrevista já no lirismo de *O Amanuense Belmiro*.

Cyro dos Anjos despediu-se do livro em 1979, com as memórias de *A Menina do Sobrado*. Seria normal pensar que, terminada a obra romanesca, ele se debruçou sobre as lembranças para promover um balanço da vida. Não é verdadeira a verificação. Em 1952, ele havia publicado um pequeno volume, em que evocava a infância passada na imaginária Santana do Rio Verde (pseudônimo de Montes Claros), sob o título *Explorações no Tempo*. A nota introdutória esclarecia que se tratava de "crônicas, escritas descontinuamente, sem ideia de livro, e agora aqui reunidas com a só costura da tipografia".

Em 1963, adotando o mesmo título de *Explorações no Tempo*, Cyro lançou um volume alentado, de que o pequeno caderno anterior foi o embrião, segundo se esclarece de início. E *A Menina do Sobrado* se compõe de duas partes – a primeira, denominada Santana do Rio Verde, que reproduz *Explorações no Tempo*, e a segunda, inédita, Mocidade, Amores, continuação da autobiografia começada. O próprio autor, no capítulo final, resume o conteúdo melhor do que ninguém:

> A primeira parte deste volume explorou o país da infância; esta entrou pelo da adolescência, até a zona indecisa em que ela parece ter acabado, e não sabemos se começou já a maturidade. Parou no exato instante em que a menina do sobrado pôs termo à carreira do malsucedido Don Juan.

Em outras palavras, as memórias se encerraram com o anúncio do casamento.

O matrimônio, o Birô, os filhos, a passagem pela Administração e pela Política eram assunto "para uma terceira parte não magra, nem gorda, mediana como as duas primeiras. Tendo pouco de si para contar, o autor contaria do alheio, diria de pessoas e de fatos em que o seu espírito se deteve". Mas preferiu não ir adiante. Talvez lhe faltasse estímulo especial, porque *Montanha*, anterior na publicação a *A Menina do Sobrado*, era sem dúvida,

na cronologia, um passo à frente nas memórias. Não é exagero reconhecer que tudo o que Cyro escreveu foi fruto de experiência pessoal.

O memoralista é minucioso na reconstituição do passado. E a presença das lembranças é tão intensa, que um cotejo entre *A Menina do Sobrado* e os romances comprova como elas se introduzem na ficção – tarefa cumprida por Afonso Henrique Fávero, na dissertação de Mestrado "A Prosa Lírica de Cyro dos Anjos", defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP em 1991. Cyro sempre escreveu memórias na sua ficção? Ou são em grande parte ficção as suas memórias? Provavelmente, umas e outras se interpenetraram, fornecendo chão sólido para os livros. Resultando em boa literatura.

Santana do Rio Verde reconstitui magnificamente a pacata vida do interior de Minas – e, sem dúvida, de todo o Brasil – nas primeiras décadas do século. E "Mocidade, Amores" estende as observações a Belo Horizonte, nova capital do Estado, por volta dos seus trinta anos. Sem ser crônica de costumes, *A Menina do Sobrado* pinta os hábitos de um país que não estão nos livros usuais de História. Subsídios para o melhor conhecimento da alma brasileira.

Depoimento muito revelador da vida familiar e das primícias amorosas. Se o autor atribui ao seu temperamento a tendência de transformar a amada em mito, pode-se dizer que ela era comum a mais de uma geração, que separava o amor do sexo. Mais tarde, com a liberação feminina, alteraram-se as coordenadas do relacionamento. Imagino que um jovem de hoje estranhe que Cyro aluda a "desesperados amores que nem mesmo aspiravam a ser correspondidos, pois a amada, por definição, havia de sobrepairar, distante e inatingível como uma deusa. Amores que se alimentavam de sua própria chama, encontrando em si mesmos o seu objeto".

Ainda em Montes Claros, Cyro teve acesso a obras de Machado, Eça, Camilo e Herculano, primeiras referências do futuro escritor. Belo Horizonte não dissipou as dúvidas quanto à carreira a seguir: "Das profissões liberais, nenhuma falava aos meus pendores. Tendia mesmo é para as Letras, ofício suspeito, nada recomendável a quem buscava meio de vida. Demais, as Letras me tentavam antes como consumidor que como produtor." Há uma ponta de ironia no sentimento de conquista da Capital. Cyro confessa: "Não tinha os desígnios de um Rastignac. O herói balzaquiano queria tudo e, de quebra,

ainda as bonitas damas. Do herói de Santana do Rio Verde se poderia dizer que nada pleiteava, exceto as damas bonitas."

O Jornalismo, a repartição pública vão inscrevendo o futuro bacharel em Direito na vida da Capital, mesmo que ele não se sentisse privilegiado fisicamente. Aos poucos, entrosou-se nas rodas literárias, admirando no Café Estrela, desde 1925, os rapazes de *A Revista* – Carlos Drummond de Andrade, João Alphonsus, Emílio Moura, Pedro Nava, Abgar Renault. Na visão de Cyro, o movimento modernista "pouco ou nenhum eco teve além-Mantiqueira".

> De qualquer modo, o Modernismo não terá caminhado de São Paulo para Minas. Pode-se conjeturar que tenha chegado a Belo Horizonte pelo diurno do Rio. [...] Parece que a vanguarda de Minas só travou relações com a paulista em 1924, quando Mário de Andrade visitou Belo Horizonte, Sabará e Ouro Preto, em companhia de Cendrars, Oswald e Tarsila. E tem história à parte o levante de Cataguases, promovido por alguns rapazes de talento, entre os quais Guilhermino César.

Sem figurar na roda de *A Revista*, Cyro não se filiou, por outro lado, à Semana de Arte Moderna de 1922. Ele, que nunca andava inteiramente convicto de nenhuma ideia, fez esta reveladora confissão:

> Na verdade, eu não me engajava naquele movimento já a desintegrar-se: seguia a Carlos e João, sob o fascínio da poesia de um e os encantos da prosa do outro, ricas, originais, mensageiras ambas de uma novidade autônoma, que nada, em substância, devia às inspirações e aos mandamentos do sectarismo literário. Uma adesão, portanto, a pessoas, não a princípios.

*A Menina do Sobrado* completa o perfil literário de Cyro dos Anjos, escritor refinado, dono de prosa clássica, lidando com a palavra como poucos autores em nossa Língua. É invejável a pertinência com a qual ele desencava vocábulos e atualiza arcaísmos, emprestando-lhes sabor de perenidade. Difícil encontrar uma página sua que não ilustre, com brilho, uma antologia.

Desde a estreia literária, foi ele unanimemente reconhecido como um dos talentos indiscutíveis do País. Sua fama espalhou-se por toda parte, transpondo também as nossas fronteiras. Várias versões dos romances enriquecem a bibliografia estrangeira. Eles passaram a figurar nos estudos universitários. O governo francês incluiu *O Amanuense Belmiro* no programa do concurso

nacional de Agregação, destinado a recrutar professores da literatura de Língua Portuguesa. Cyro nunca deixou de ser julgado um dos grandes da moderna Ficção Brasileira.

Cabe ser ressaltada também sua atuação no Magistério. O escritor levou para o ensino a grande bagagem acumulada e a rica experiência do ofício. Não se preocupou, exatamente, em galgar os postos sucessivos da carreira universitária. Colaborou com o que sabia, estimulando possíveis vocações ou, em qualquer hipótese, o espírito crítico. Tanto na permanência em Belo Horizonte como em Brasília – cuja Universidade foi ideia sua – e, depois de aposentado no cargo de ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, ele lecionou Literatura ou dirigiu oficinas literárias. A convite do Itamaraty, regeu de 1952 a 1954 a cadeira de Estudos Brasileiros, junto à Universidade do México, transferindo-se a seguir, durante um ano letivo, para igual posto na Universidade de Lisboa.

No trabalho burocrático, ainda em Belo Horizonte, além de outras funções, Cyro exerceu os cargos de diretor da Imprensa Oficial e de presidente do Conselho Administrativo do Estado. Diretor do IPASE, no Rio, foi nomeado, em 1957, pouco mais de um ano depois de regressar de Portugal, subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, por indicação, aliás, do então ocupante do cargo, o atual Presidente da Academia, Josué Montello, que ia cumprir missão em Lisboa. As funções de conselheiro do Tribunal de Contas de Brasília, até a aposentadoria compulsória, encerraram a contribuição de Cyro dos Anjos ao serviço público.

Uma existência plenamente realizada em qualquer campo. Alguém que dignificou tudo o que fez. E que será certamente reverenciado enquanto houver um admirador da Literatura Brasileira.

Coube a Cyro dos Anjos suceder, nesta Casa, a Manuel Bandeira, um dos maiores poetas do nosso Modernismo, ou, melhor, um dos maiores poetas da nossa História Literária. Admiro-o junto a uns poucos, desde a adolescência, quando o nosso grupo da província devorava os seus livros. Prendianos a todos o seu lirismo, a aparente simplicidade da sua composição, a voz pura de uma poesia que transfigurava o prosaísmo do cotidiano em algo eterno. Bandeira era alimento diário da nossa geração.

Já em *A Cinza das Horas*, publicado em 1917, aparece o grande poeta, que seguia os cânones do Simbolismo e do Pós-Parnasianismo. Quem não se lembra da "Epígrafe", com os dois versos iniciais, "Sou bem nascido. Menino, / Fui, como os demais, feliz."? Ou dos versos que principiam "Desencanto", "Eu faço versos como quem chora / De desalento... de desencanto..."? "Renúncia", o soneto final da coletânea de cinquenta poemas, é um dos mais belos de nossa Língua.

Dois anos depois, em 1919, Bandeira lança *Carnaval*, em que Alceu Amoroso Lima, ou Tristão de Athayde, ou simplesmente o nosso querido Dr. Alceu vê não apenas o simbolista marcado por Laforgue e Cesário Verde, mas o poeta "pessoal e espontâneo". Curiosamente, os modernistas vão buscar nesse livro uma espécie de manifesto da liberdade poética pretendida pelo seu movimento. Ronald de Carvalho recitou, na noite de abertura da Semana de Arte Moderna, no dia 13 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, o poema satírico "Os sapos", voltado contra a rigidez parnasiana. Tanto assim que o sapo-tanoeiro, "Parnasiano-aguado", diz: "Vai por cinquenta anos / Que lhes dei a norma: / Reduzi sem danos / a formas a forma. / Clame a saparia / Em críticas céticas. / Não há mais poesia, / Mas artes poéticas..."

Apesar desse grito antecipado de emancipação, Bandeira vai considerar *O Ritmo Dissoluto*, editado em 1924, junto com os dois volumes anteriores, sob o título geral *Poesias*,

> um livro de transição entre dois momentos da minha poesia. Transição para quê? Para a afinação poética dentro da qual cheguei, tanto no verso livre como nos versos metrificados e rimados, isso do ponto de vista da forma; e na expressão das minhas ideias e dos meus sentimentos, do ponto de vista do fundo, à completa liberdade de movimentos, liberdade de que cheguei a abusar no livro seguinte a que por isso mesmo chamei *Libertinagem*. Em *O Ritmo Dissoluto* prossegui em certas experiências de Carnaval, como rimas toantes, mistura de versos brancos e versos rimados, coisa de que depois tomei horror.

Muitos poemas de *O Ritmo Dissoluto* figurariam, entretanto, em qualquer antologia do poeta: "Noite morta", "Berimbau", "Os sinos", "Madrigal melancólico", "Meninos carvoeiros", "Na Rua do Sabão", entre muitos outros.

*Libertinagem*, de 1930, é feito inteiro de obras-primas, do primeiro poema, "Não sei dançar", ao derradeiro, chamado "O último poema", passando

sobretudo por "O cacto", "Pneumotórax", "Poética", "Porquinho-da-Índia", "Mangue", "Evocação do Recife", "Poema tirado de uma notícia de jornal", "Tereza", "Cunhantã", "Andorinha", "Profundamente", "Irene no céu" e "Vou-me embora pra Pasárgada". Bandeira vive então gloriosa maturidade, que se confirmará nos livros sucessivos – *Estrela da Manhã, Lira dos Cinquent'anos, Belo Belo, Opus 10, Estrela da Tarde,* trajetória de plenitude e de lenta preparação para a morte. O grande poeta mostra a sua percepção e o seu virtuosismo exemplares até nos versos de circunstância de *Mafuá de Malungo*.

A prosa de Bandeira não fica atrás da poesia em precisão, encanto e sutileza. Desde as *Crônicas da Província do Brasil* a *Flauta de Papel* e *Andorinha, Andorinha,* livro comemorativo dos 80 anos do poeta, preparado por outro grande poeta e prosador, Carlos Drummond de Andrade, amigo de admiração recíproca. E o extraordinário conhecimento que tinha Bandeira de seu ofício está expresso no ensaio *Apresentação da Poesia Brasileira,* de 1945, que trata dos jesuítas até os estreantes daquela quadra, para os quais mostrou sensibilidade. A erudição literária permitiu-lhe editar diversas antologias de poetas brasileiros de várias fases, além de *A Autoria das Cartas Chilenas* e as *Noções de História das Literaturas,* bem como *Literatura Hispano-Americana, De Poetas e de Poesia, Obras Poéticas de Gonçalves Dias* e, para a coleção "Nossos Clássicos", da Agir, o livro *Gonçalves Dias*. Num labor quase incompreensível em quem muito jovem foi acometido de moléstia então quase incurável, Bandeira ainda escreveu sobre *As Artes Plásticas no Brasil* e elaborou um *Guia de Ouro Preto*. Sua curiosidade intelectual não admitia limites.

Como crítico de teatro, devo confessar a enorme dívida do palco para com o tradutor Manuel Bandeira. Na década de 1950, ele desdobrou-se na transposição de vários textos fundamentais da história da Dramaturgia, assim como de outros, destinados a atender a uma encomenda de empresário, que se empenhava em montar um trabalho consciencioso, de quem conhecia o original e dominava o vernáculo.

As traduções de Bandeira não são mero registro bibliográfico, mas peças literárias que passam a enriquecer também a Literatura Dramática em Língua Portuguesa. Mencionem-se *Maria Stuart,* de Schiller; *MacBeth,* de Shakespeare; *D. João Tenório,* de Zorrilla; *A Máquina Infernal,* de Cocteau; *Juno e o Pavão,* de O'Casey; *O Círculo de Giz Caucasiano,* de Brecht; *O*

*Fazedor de Chuva*, de Richard Nash; *Auto do Divino Narciso*, de Juana Inés de la Cruz; *O Colóquio-Sinfonieta*, de Jean Tardieu; e *A Casamenteira*, Thornton Wilder. Um repertório vasto de problemas e soluções.

Quando dirigi a série Teatro Universal da Editora Brasiliense, tive oportunidade de obter do poeta os direitos de publicação de *Juno e o Pavão*. Lamento que a coleção se encerrasse no 34º volume, porque havia a promessa de serem aproveitados outros títulos. E a maioria continua inédita até hoje, num prejuízo incalculável para o nosso Teatro. A dívida do palco só será paga quando, além da publicação, um estudioso se detiver no exame do cuidadoso trabalho de Manuel Bandeira.

Sucedeu ele, nesta Academia, a Luís Guimarães Filho, cujo nome foi herdado do pai, Luís Guimarães Júnior, também membro desta Casa. A implacável decantação do tempo não inclui, nas histórias literárias, o nome desse antecessor na Cadeira entre os expoentes de nenhuma escola que floresceu no País. Talvez se possa aplicar-lhe o mesmo juízo que fez, no discurso de posse, da imagem do pai: "Não foi parnasiano nem romântico da Decadência: foi simplesmente um Poeta, um desses seres privilegiados." Se atribuiu os sufrágios que o elegeram a uma homenagem prestada ao progenitor ilustre, tamanha modéstia só diz bem de seu temperamento.

O melhor roteiro para o contato com a obra de Luís Guimarães Filho encontrei no elogio de Manuel Bandeira, ao preencher sua vaga. Lembrou ele que seu antecessor, educado em Portugal, ainda estudante em Coimbra, poeta desde os 15 anos, publicou *Versos Íntimos*, *Livro da Minha Alma*, *Idílios Chineses* e *A Aranha e a Mosca*, marcados pelas incertezas da adolescência. A verdadeira estreia se daria em 1900, quando, achando-se na Pátria há três anos, publicou o volume *Ave-Maria*.

*A Aranha e a Mosca*, de 1897, é uma fantasia em verso, que se passa numa Atenas lendária, com cinco personagens: Lydia, formosa ateniense, de preciosos cabelos dourados; Aristeu, pastor do Egito, apaixonado por Egina; Egina, escrava favorita de Lydia; e Nisêa e Scyria, escravas de tez bronzeada.

Num cenário irreal – câmara suntuosa forrada de púrpura –, Lydia, invejada pela deusa Afrodite, "da bela Helena a única rival", cujo "corpo é rival dos mármores de Fídias", sente-se atraída por um pastor e diz: "Hei de tê-lo esta noite!"

A segunda cena passa-se num "lago límpido como uma pedra preciosa", onde o pastor Aristeu tange a lira, informa ter deixado as cabras no verde Egito porque o amor por Egina o arrastou a esse exílio. Consolam-no um regato, uma rosa, uma ave e duas lágrimas, que escorrem pelo seu rosto. Até que, na terceira cena, surge Lydia, tentando seduzi-lo. A princípio, o pastor a recusa, para finalmente ceder à fascinação da mulher. Aristeu cinge Lygia pela cintura e exclama: "És a estátua do amor! Envenenas e brilhas!" Amara Egina, porque não a havia achado ainda. E as Árvores, qual coro, pronunciam os últimos versos: "Os homens são tolos em coisas d'amor, / São moscas que caem no laço traidor / Da teia da aranha..." Eis a razão do título.

O resumo da trama deixa clara a ingenuidade da inspiração. Não chega a organizar-se um conflito dramático, e o diálogo não se presta naturalmente ao destino cênico. Trata-se, em verdade, de uma fantasia adolescente, de quem se maravilha com o encanto feminino e ao mesmo tempo o teme. Uma experiência que, ao que parece, não teve continuidade.

Se não consigo ser sensível à proposta poética de *Ave-Maria* e nem de *Pedras Preciosas*, em cujo volume Manuel Bandeira afirma "que as gemas luzem requintadamente parnasianas na faiscação das rimas escolhidas a dedo para ofuscar os olhos e seduzir os ouvidos", os livros nascidos da atividade diplomática de Luís Guimarães Filho me parecem muito interessantes, pelo poder de observação e pela elegância da narrativa. São eles *Samurais e Mandarins*, A *Holanda* e *Fra Angélico*, captadores de realidades tão diversas, com espírito de requintado repórter.

*Samurais e Mandarins*, como o nome sugere, refere-se ao Oriente, que o escritor analisa não com a superficialidade do turista nem do funcionário que ficou preso às tarefas rotineiras e às recepções sociais, mas empenhado em surpreender as suas características secretas. Lê-se sobre as cerejeiras, a gueixa, os crisântemos, a cerimônia do chá, uma crítica ao Teatro Japonês falsamente ocidentalizado e, também, entre outros temas, sobre a sabedoria extraída das visitas ao filósofo Chiba. De forma leve e agradável, o leitor é introduzido nos mistérios de uma civilização que lhe era muito mais distante, no início do século.

*A Holanda* mostra a tenacidade de um povo que venceu a fúria das águas e também os moinhos, as tulipas, as bicicletas, as toucas, um pouco da história do país, a vida e a morte de Rembrandt (indicando a familiaridade do

escritor com os valores das Artes Plásticas) e até a indignação diante da película *Rio de Janeiro. Aspectos da Cidade. O Movimento nas Ruas*, a que ele assistiu, num teatro de Roterdã, a convite de um jornalista. Ao invés de exibir as nossas riquezas e as nossas belezas, a fita era "uma daninha propagandista dos méritos" de nosso povo, expondo-nos à "galhofa universal". Queixa-se Luís Guimarães Filho de que "as fitas que se apresentam na Europa e nas Américas relativas ao Brasil são de fazer chorar os próprios cegos!" E, diplomata que nunca perdeu de vista a sua origem, ele anotou:

> Há, todavia, um amor que, às avessas de todos os outros, cresce em tamanho e fortaleza com o tempo e com a distância: é o amor à Pátria. Quanto mais longe da Pátria, mais próximos dela nos sentimos. [...] Viver longe da Pátria é viver dolorosamente no exílio. [...] A nostalgia é, sem dúvida, o mais atroz dos padecimentos!

A bibliografia indicada no fim do livro comprova a seriedade com a qual o escritor elaborou *Fra Angélico*. À biografia minuciosa do religioso e pintor, corresponde uma análise objetiva das obras-primas por ele realizadas, sem que seja esquecido o contexto histórico no qual se insere a Ordem de São Domingos. Labor dos mais louváveis, que deveria deixar o rol das obras esgotadas. Manuel Bandeira menciona mais um livro de prosa de Luís Guimarães Filho – *Mala Diplomática*, infelizmente inédito até os nossos dias.

O Fundador da Cadeira que passo hoje a ocupar foi Garcia Redondo. A diversidade de interesses levou-o a deixar uma obra múltipla, que ele próprio dividia em literária – contos, crônicas, teatro, impressões de viagem – e sobre assuntos diversos, compreendendo relatórios a respeito de serviços de água e esgotos de São Paulo, ferrovias (ele era engenheiro), cultura da vinha e Botânica Elementar, lei do orçamento, conferências a propósito da inteligência dos animais e das plantas e, justificando ter sido fundador do Instituto Histórico de São Paulo, memória histórica sobre a primeira concessão de estrada de ferro dada ao Brasil e uma palestra sobre a descoberta do País.

No prefácio dos "contos ligeiros" de *Arminhos*, o autor esclarece que eles foram primeiramente publicados em folhetins no *Diário de Santos*, entre 1874 e 1881. A princípio, desconhecia o estilo dos escritores naturalistas e começava apenas a ler Flaubert. Zola, Daudet e Goncourt só veio a cultivar mais tarde, e os processos de sua escola aparecem nas últimas histórias curtas.

Como "o Naturalismo é uma bela cousa, mas não deixa de ter os seus inconvenientes, [...] estendeu uma das mãos a Lamartine para entregar a outra a Zola" e, assim, colocado entre as duas escolas, "buscou imitar o que havia de bom em uma e evitar o que havia de mau na outra".

As páginas íntimas de *Carícia* sugerem um recuo ao Romantismo, e os contos de *A Choupana das Rosas*, não obstante a leitura agradável, não acrescentam novos valores ao perfil literário de Garcia Redondo. E o humor de *Cara Alegre*, editado no Porto, em 1912, é sem dúvida menos ambicioso sob o prisma artístico. Provavelmente por conhecer esses livros, Paulo Barreto, ou João do Rio, ao receber nesta Academia Luís Guimarães Filho, teve sobre Garcia Redondo este severo juízo: "Ele foi engenheiro e professor, cuja literatura não passava de féria boêmia, dando a rever na sua imperfeição."

Não vou negar, porém, que li com imenso prazer as crônicas e os bilhetes postais de *Através da Europa*, livro que dá conta das impressões de viagem a uma dezena de países no ano de 1906. Agradaram-me particularmente as reminiscências da juventude em Portugal, quando privou com Guerra Junqueiro e Cesário Verde, entre outros. É saborosa a narrativa do modo como ele, indo de Coimbra ao Porto, em 1870, fez relações com o romancista Camilo Castelo Branco. Para os companheiros do vagão, Garcia Redondo criticou acerbamente *O Retrato de Ricardina*, que não fazia justiça ao autor de *Amor de Perdição*. Um passageiro do mesmo carro, "homem picado das bexigas, com *pince-nez* de vidros escuros", aproximou-se da roda para ajudar na catilinária contra o livro. Depois, em virtude de um incidente, esse homem convidou o brasileiro para ir no seu veículo até o Porto. De convite em convite, revelou-se a identidade do desconhecido, ao saudarem-no amigos num concerto: era o próprio Camilo Castelo Branco, que apresentou Garcia Redondo como o seu crítico mais sincero. E acrescentou: "O que disse do meu livro é a pura verdade; aquilo é um romance de fancaria, feito a vapor para satisfazer a exigência de um editor indomável."

Em Paris, reportando a Conferência do Conselho Internacional das Mulheres, Garcia Redondo escreveu que "o feminismo, ao cabo destes últimos anos de luta tenaz e sem tréguas, impôs-se e provou a sua vitalidade, fazendo jus ao respeito e à consideração dos intelectuais e das classes dirigentes". Uma

legião de 10 milhões de mulheres, que aderiram a mais de duas dezenas de Conselhos Nacionais femininos, provoca o seguinte comentário do escritor:

> Este número, já elevado, dentro de alguns anos estará dobrado ou triplicado e então a mulher há de impor os seus direitos como nós impusemos os nossos, em detrimento dos dela, há de conquistar o seu lugar ao nosso lado, há de votar e ser votada, há de subir à tribuna parlamentar como já sobe à tribuna das conferências e do júri, há de ditar as leis como nós as ditamos, há de administrar, dirigir e julgar, mostrando finalmente que tem capacidade para o fazer, que é o ser equivalente e não o ser inferior que nós outros – os césares caricatos – queremos que ela seja.

Garcia Redondo exorta as senhoras ilustradas do Brasil a se agremiarem também, "a fim de engrossar a falange dos que trabalham para nivelar os direitos dos dois sexos, estabelecendo o humanismo completo e integrado". Postura admirável, em 1906, que atesta o espírito progressista de uma personalidade de múltiplas facetas.

Li ainda, de Garcia Redondo, a comédia *Moléstias e Bichos*, representada pela primeira vez, por amadores, no Clube Germânia de São Paulo, no sarau musical e artístico promovido pelo autor e realizado na noite de 27 de janeiro de 1899. Admito que o título me assustou, sendo improvável associá-lo, por exemplo, a um espetáculo da carreira comercial. À medida que se avança nos diálogos, verifica-se que a peça se inscreve na legítima tradição do nosso Teatro de Costumes. As moléstias, sempre contagiosas, são invenção de um caça-dotes arruinado financeiramente, que procura isolar a família da noiva daqueles que poderiam denunciá-lo. E os bichos pertencem à galeria do popular jogo brasileiro, cultivado às escondidas pela mãe da noiva, com o objetivo de presentear o marido. Só que as peripécias da mulher, a fim de consumar as apostas, confundem-se para ele com sintomas de adultério. Uma bela hora, como em todas as comédias, os equívocos se esclarecem, para que surja o *happy end*.

O amor sincero, à maneira da maioria das obras do gênero, é no final recompensado, castigando-se o vilão. O comediógrafo não tentou, em nenhum momento, renovar os procedimentos da comédia. Sua preocupação se resumiu ao objetivo de provocar o riso dentro dos preceitos conhecidos. As personagens estão talhadas em formas sintéticas e precisas. Seu horizonte não

ultrapassa as fronteiras da vida doméstica. Registrem-se o dinamismo e a propriedade das situações. E o humor do entrecho, em que o marido ciumento, convencido do ridículo de suas suspeitas, dá a última réplica ao vendedor do jogo do bicho: "Hoje, vai o burro, que é o que eu tenho sido. Pode trazer, logo, quatro dezenas."

A intenção inicial de Garcia Redondo era a de escolher Patrono da Cadeira Cesário Verde, amigo de mocidade em Coimbra. Homenagem mais que justa, por todos os títulos. Como o poeta se tivesse naturalizado português, tornou-se Patrono de nossa Cadeira Júlio Ribeiro, figura literária e humana de minha permanente admiração.

Ultimamente, debruçado sobre a obra de meus antecessores, receio que se passe comigo o fenômeno da metempsicose. Estabeleceu-se entre mim e todos, a partir de Júlio Ribeiro, uma verdadeira identidade de almas. A suposta transmigração me trouxe árduas exigências: eu gostaria de vasculhar-lhes as intimidades, apossando-me de seus mais secretos sentimentos. Pena que essa curiosidade seria saciada somente num longo ensaio, depois de um mergulho profundo.

Com Júlio Ribeiro, vislumbro especial parentesco. Nas palavras endereçadas ao leitor, que precedem o romance *Padre Belchior de Pontes*, escreveu ele: "Mineiro por nascimento, paulista por criação, eu voto às províncias de Minas e São Paulo um amor ardente, intenso, bairrístico até." Se já me transferi adulto para São Paulo, atendendo a convite, meus laços afetivos não são de outra natureza (discordo apenas, radicalmente, do separatismo político de Júlio Ribeiro). O romancista, no dia 28 de julho de 1889, um ano antes de morrer, asseverou à mãe, em carta dirigida do Rio de Janeiro: "Estive muito doente em São Paulo, e vim à Corte, não para procurar remédio, mas para procurar meios de sair de São Paulo, cujo clima irregular me está matando. Aqui tenho gozado de muito melhor saúde." Se não chegou a mudar para o Rio, fugindo do clima hostil, terminou seus dias em Santos, aos 45 anos de idade, em 1890.

Vida extraordinária, marcada pela excepcionalidade, desde o nascimento em Sabará, filho de um artista de circo norte-americano e de uma professora mineira. Poucas décadas de existência bastaram-lhe para residir em diversas cidades do interior de São Paulo, acumulando os trabalhos de professor, jornalista, político, filólogo, gramático, romancista e polemista. Republicano intransigente, não admitiu em seu jornal de Sorocaba anúncios sobre escravos

fugidos. Precursor da ecologia, criticou acerbamente a destruição das matas. Quanto ao estudioso, afirmou-se que ele deu à "gramática portuguesa a elasticidade indispensável para o ajustamento aos moldes do linguajar nativo". Não obstante o temperamento rude e pouco diplomático, diferente daquele que se costuma atribuir aos mineiros, pôde reconhecer: "Das polêmicas que tenho ferido *nem uma só* foi procurada por mim; eu não sei atacar, eu só sei defender-me, eu só sei vingar-me."

*Padre Belchior de Pontes* é, no dizer do próprio autor,

> um romance essencialmente histórico em sua máxima parte: tirados alguns anacronismos necessários ao enredo, algumas ficções e um ou outro personagem de imaginação, tudo o mais teve vida, 'passou-se mesmo' como poderá ver quem quiser dar ao trabalho de compulsar expressiva bibliografia,

meticulosamente enumerada. Tem o livro como pano de fundo a guerra dos emboabas e uma romântica história de amor entre o protagonista e Branca Rodrigues. Apenas, separados na infância, quando a inclinação recíproca era soberana, coagiram D. Branca a casar com outro, enquanto obrigaram Belchior de Pontes a tomar o hábito da Companhia de Jesus. Passados 63 anos, no vestíbulo da morte, eles se reencontraram, para a última confissão de amor, que explodiu contra todas as conveniências. D. Branca não se furtou ao cumprimento dos deveres conjugais, dizendo embora que "o afeto íntimo" do coração, "o amor de mulher", nunca pôde dar ao marido. E padre Belchior secunda-a: "Amamo-nos, Branca, e nosso amor foi puro demais para que nele tomasse parte a matéria... A terra negou-se-nos, vamos amar-nos no céu... No seio imenso de Deus não nos alcançará a garra venenosa dos discípulos de Loyola..." O ressentimento é contra os jesuítas, alvo da crítica do escritor.

Falta ao romance maior equilíbrio na alternância entre os episódios propriamente históricos e as peripécias que envolvem o itinerário dos protagonistas. Sinto que um pequeno ajuste propiciaria perfeita coesão ficcional. É sumamente curioso que o autor economize o processo da narrativa na terceira pessoa, em que sua presença se mostraria mais atuante, para incorporar a técnica do diálogo – e um diálogo muito vivo –, que transporta a personagem para o primeiro plano e quase dispensa a mediação dele. Uma objetividade que Júlio Ribeiro vai aprimorar com a descoberta do Naturalismo.

*A Carne*, o romance que espelha os princípios dessa escola, creio que a esta altura já superou quaisquer preconceitos. Na distante época do ginásio, minha geração o lia às escondidas. Eu nunca havia voltado a ele, por achar saciada a curiosidade. Retomei-o agora, para o preparo deste discurso, e a surpresa foi grande. Não se trata de livro datado, ou de obra que escape ao domínio da Literatura. Há nele uma verdade pungente, que está na raiz das obras-primas.

Júlio Ribeiro paga alguns pecados do Naturalismo, erigido em valor absoluto, como se vê na dedicatória a Émile Zola. Certas minúcias de pendor cientificista hoje não figurariam mais na narrativa. Encontram-se no Romance, por sorte, quase apenas em duas longas cartas, a primeira das quais de 27 páginas impressas. Lenita, a destinatária desta, leu-a, segundo relata o autor, com impaciência: "Os dados exatos, as apreciações científicas de Barbosa sobre Santos, sobre a serra irritaram-na; passou por aquilo tudo rapidamente, nervosamente, sem aprofundar, como quem percorre um catálogo." Não estaria o romancista fazendo aí uma autocrítica dos exageros da escola?

Sob o prisma moral, se a entrega de Lenita a Manuel Barbosa, impelida pelos reclamos da natureza, poderia provocar censura, o próprio autor tratou de corrigir o excesso. Ao descobrir, numa caixinha, os segredos de Barbosa, que fariam dele "um D. João de pacotilha" e dela "uma de suas muitas amantes", Lenita tem a súbita consciência de que transgredira antiga lei social e exclama:

> É loucura quebrar de chofre o que é produto de uma evolução de milhares de séculos. A sociedade tem razão: ela assenta sobre a família, e a família assenta sobre o casamento. Amor que não tenda a sacrificar-se pela constituição da família, pelo casamento legal, aceito, reconhecido, honrado, não é amor, é bruteza animal, é desregramento de sentidos. Não, ela não amara Barbosa, aquilo não tinha sido amor. Procurara-o, entregara-se a ele por um desarranjo orgânico, por um desequilíbrio de funções, por uma nevrose.

No desfecho de *A Carne*, Júlio Ribeiro submeteu-se por inteiro à ética de seu tempo, não sem ter feito antes, no corpo do romance, uma admirável análise da atração dos sexos, e num estilo de mestre. Por isso, o Patrono de nossa Cadeira, sobrevivendo aos detratores de todas as épocas, é um clássico.

Senhores acadêmicos,

resta-me agradecer vossa generosidade, trazendo-me para o convívio desta Casa. Nunca me passara pela cabeça a ideia de candidatar-me a uma vaga, não por qualquer tipo de prejuízo antiacadêmico, mas em razão do desejo de levar a cabo os livros que um cotidiano excessivamente trabalhoso obrigava a adiar. A solicitude de vários confrades, instando-me a postular a Cadeira de Cyro dos Anjos, me sugeriu que a persistência na recusa poderia ser mal interpretada. Entendi, também, que a eventual escolha de meu nome representaria a primeira homenagem da Academia àqueles que se dedicam precipuamente à tarefa de críticos e historiadores de Teatro e com eles compartilho a honra que me foi conferida. Espero corresponder à confiança da Casa de Machado de Assis e a todos os que me elegeram desejo exprimir minha profunda gratidão.

# II

# RESPOSTA DO SR. LÊDO IVO

Sr. Sábato Magaldi,

o tempo costuma transformar caçulas em decanos e meninos-prodígios em medalhões e mandarins. No vosso caso, essa metamorfose transcorreu como a escalada harmoniosa de uma paixão juvenil. A chama inicial, que era a luz da própria manhã, não se esvaiu com o fluir dos dias e dos espetáculos. A cada passo e a cada descoberta, ela cresceu e se expandiu; e de tal modo que hoje, em vossa confortável e inarredável condição de decano da Crítica Teatral Brasileira, e grande historiador literário, imperais sozinho e altaneiro como aqueles imperadores chineses que sabiam da vastidão de seus domínios, mas eram incapazes de precisá-la e estabelecer as suas linhas geográficas. Agora, em vossa maturidade, após mais de meio século de ação e reflexão crítica e pedagógica, de pesquisa e investigação, de diálogos nos camarins – após tantas interrogações feitas ao dia que passa e à noite que desce no palco habitado pela comédia humana –, as dúvidas e perplexidades se converteram na serenidade das certezas disseminadas.

Uma verdade emergiu de tantas noites e sombras, luzes e rumores, vozes e silêncio. Para vós, o Teatro é o espetáculo – o instante privilegiado em que, no espaço nítido que procede da topografia imemorial, se unem e se

reúnem o autor com o seu texto, os atores com suas máscaras, o diretor ou encenador que faz de uma leitura um sortilégio organizado, o público com o seu aplauso ou a sua desaprovação. Teatro, para vós, é a realidade da representação sucessiva. E uma arte aparelhada para transformar Sófocles em Sófocles e Shakespeare em Shakespeare, pelo caminho da encenação criadora que retira do texto teatral o poder e o privilégio de ser o depositário de uma única verdade ou rubrica, conferindo-lhe a condição de estuário de interpretações diversas e até colisivas. Assim, cada vez que um espectador assiste a uma interpretação de *A Tempestade*, de Shakespeare, a diversidade da representação contrastante com as lições dramáticas anteriores haverá de fortalecer a sua convicção de que está diante do verdadeiro Shakespeare – daquele que abre as portas do seu gênio à encenação múltipla e plural, e irrepetível, que é o emblema de sua posteridade.

O sentimento do Teatro como uma arte coletiva vos leva a estampilhá-lo até de arte impura. Mas todas as artes são impuras. Como ocorre com a Poesia, a impureza do Teatro é um imperativo de sua abrangência. Os elementos que lhe tributam as outras artes – como a Poesia, o Cinema, as Artes Plásticas, a Música, a Dança, a Arte do Vestuário, a Arquitetura, a nova tecnologia de iluminação que tanto alterou a Cenografia e toda a parafernália dos ingredientes indispensáveis à ilusão cênica – não são empréstimos nem dádivas prestimosas. Todas estas contribuições, cada vez mais numerosas e extensivas, com o seu espectro de experimentações e a sua pendular oscilação entre o acerto e o erro, apontam para o vigor e a grandeza do Teatro do nosso tempo e hão de ser consideradas como a evidência de que a Arte Teatral tem a ambição de ser uma Arte total.

"O encantamento da metamorfose é a condição prévia de toda Arte Dramática", adverte Nietzsche. Teórico do Teatro total, Mallarmé proclama a sua função de festa e rito, e alude à *notre seule magnificence, la scène* (nossa única magnificência, a cena) com o seu *concours d'arts divers scellés par la poésie* (com a sua ação simultânea de artes diversas sob a chancela da poesia).

Igual ou assemelhada ambição pulsa nos escritos teóricos de Claudel e Brecht. O uso de procedimentos cinematográficos em *Le Livre de Christophe Colomb*, de Claudel – que tanto nos impressionou quando o vimos pela primeira vez – indica essa direção em que o Teatro se apossa de novas artes e

tecnologias para prosseguir em seu caminho, que é o próprio caminho do imaginário humano.

Sr. Sábato Magaldi,

uma longa amizade nos une. Quando vos conheci, éreis o caçula de uma buliçosa e ambiciosa geração mineira que haveria de mitificar-se na promessa de uma genialidade coletiva. Naqueles dias, a vossa precocidade, tanto a literária como a política, era quase motivo de espanto. Menino-prodígio, aspiráveis a reformar o Brasil, a Literatura Brasileira e o mundo.

Aos dezessete anos, já pertencíeis ao Partido Comunista, no qual não vos demorastes muito. Pela vossa versão pessoal, que merece todo o nosso respeito, partiu de vós o rompimento, por falta de afinação com um rígido estatuto ideológico. Segundo, porém, a versão ortodoxa provinda da rubra falange, fostes sumariamente expulso. O vosso espírito de insubordinação, somado à vossa arrogância de adolescente, vos levava até a querer discutir palavras de ordem emanadas de Moscou – uma ousadia inaceitável e até mesmo intolerável.

Mas esse episódio de vossa inauguração política, e no qual as duas versões litigiosas apontam para uma ambiguidade que não destoa do exercício da vida, não empalideceu o vosso interesse pelo destino do mundo. Continuou florindo com excepcional viço a vossa capacidade de indignação. E ela vos acompanha até hoje, como uma sombra fiel, ou uma luz fiel, e jamais renunciastes a essa boa e necessária companhia.

Lembro-me de que, naqueles dias fervilhantes, o grande alvo de vosso aceso inconformismo era um dos mais eminentes membros da Academia Brasileira de Letras – o Presidente ou Ditador Getúlio Vargas. No horizonte tisnado de tantas esperanças e inquietações, com a derrocada de uma ditadura aborígene e o fim da Segunda Grande Guerra, o grupo mineiro de que éreis um dos mais viçosos e vivazes ornamentos buscava novos caminhos estéticos e políticos.

Recordo-me de que vários dos seus integrantes usavam apenas as iniciais em suas aparições literárias e jornalísticas. Reservavam zelosamente os seus nomes completos para as obras-primas que presumivelmente se geravam

em seus inconscientes inabalavelmente confiantes no esplendor do futuro. Mas não foi o vosso caso. Em vossa arrancada matinal, jamais escondestes atrás de um honroso monograma o vosso nome então singelo de filho de imigrantes italianos. Seja dito que, pelo lado paterno, procedeis da rural e arcaica Lucânia; e o vosso lado materno já antecipava misteriosamente o vosso amor ao Teatro, pois vindes da família Pazzini, da shakespeareana Verona. Era, pois, com o vosso nome completo – ou incompleto, já que vos chamais Sábato Antônio Magaldil – que esperáveis as dádivas da vida, cercado pelos vossos autores prediletos: Dostoievski, Gide, Malraux, Amiel e Jacob Wassermann.

Era a hora de escolher a vossa expressão literária. Mas essa já vos tinha escolhido. Como decorrência de uma imposição jornalística, afirmou-se dominadoramente em vós o interesse pelo Teatro, que o tempo haveria de converter num estudo e numa paixão.

Em 1950, coube-nos descobrir o grande Teatro Contemporâneo que se impusera na Europa emergida de uma grande guerra, e do qual a presença entre nós de Ziembinski, na revelação de *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues, em 1943, fora a antecipação surpreendente.

No Teatro Municipal, assistimos à temporada inteira da Companhia de Jean-Louis Barrault. Cada peça era para nós um acontecimento. No repertório figuravam *Partage de Midi*, de Claudel, *O Processo*, de Kafka-Gide, *Occupe-toi d'Amélie*, de Feydeau, um *Hamlet*, um Marivaux, um Molière, até *Les Mains Sales*, de Sartre.

Para vós, a passagem de Barrault e Madeleine Renaud pelo Teatro Municipal foi a ocasião afortunada para a vossa afirmação como crítico teatral.

A grande hora de vosso destino soou em 1952 quando, graças a uma bolsa de estudos, fostes cursar Estética na Universidade de Paris – a mítica Sorbonne. O Professor Etienne Souriau foi o vosso mestre incomparável. Alguns meses depois, era a minha vez de fazer a travessia inesquecível. Quando Lêda e eu chegamos à antiga estação do Quai d'Orsay, hoje um dos maiores museus do mundo, lá estáveis, Nellie Magaldi e vós, à nossa espera, como emblemas da amizade.

Encontrávamo-nos todos os dias e todas as noites, reatando sempre a conversa interminável. Habitávamos hotéis fronteiros, na Rue Madame,

esquina da Rue Fleurus, que evocava à nossa mocidade literária e sedenta de informações e experimentações substanciais ou atrevidas, a passagem de Gertrude Stein, Hemingway, Picasso e tantos outros figurantes de uma vanguarda radiosa. E, para nós, Paris também foi uma festa.

Assim como há leituras que ficam para sempre em nossas memórias, e as desbravam, há espetáculos que pousam dentro de nós e não nos abandonam nunca. Naqueles tempos de descobertas sucessivas, em que os teatros, os cinemas, os museus, as livrarias, os bistrôs e o Jardim de Luxemburgo eram os habituais remates de nossos dias sem fadiga, tivemos a felicidade de assistir, no Teatro Nacional Popular, sob a direção de Jean Vilar, *El Principe de Homburgo*, de Kleist; *A Morte de Danton*, de Büchner e tantos outros espetáculos que nos conduziam a reflexões intermináveis. Chegamos a ser incluídos, *ex officio*, entre os que viram o gênio de Samuel Beckett nascer, pois nossa desabrida curiosidade intelectual nos levou ao Théâtre Babylone, para assistir a *En attendant Godot* numa sala quase vazia.

Decerto, ainda vos lembrais de *Le Maître de Santiago*, de Montherlant, de mais de um Pirandello, de *Le Carrosse du Saint-Sacrement*, de Mérimée, de *La Cantatrice Chauve*, de Ionesco, de *Siegfried*, de Giraudoux, de *Le Balcon*, de Jean Genet, do assoalho negro e branco de *Sud*, de Julien Green, de um Tchekov ou Anouilh. E havia ainda as peças que, por um instante, sequestravam a atenção geral e depois partiam como gaivotas engolidas pelo nevoeiro. O tempo não confirmava a promessa formidável, sublinhando um dos dramas essenciais da vida artística, na qual se sucedem as aparições que recebem o selo da confirmação e até da glória, e as que são atraídas ou empurradas para as sombras e até para os naufrágios.

As tardes de sábado eram propícias a que, na *Comédie-Française*, consolidássemos a nossa vivência teatral e o nosso respeito pelos clássicos diante de um Molière, um Racine, um Marivaux ou um Corneille.

A experiência parisiense, ou europeia, foi decisiva para nós, e decerto contribuiu para nutrir e fortalecer a nossa condição nativa. Ela nos tornou mais brasileiros. Continuávamos a aventura espiritual iniciada por Domingos José Gonçalves de Magalhães, o fundador do nosso Romantismo. E, certas noites, quando a saudade da Pátria nos pungia, vinhos e queijos, e até mesmo

uma substanciosa sopa de cebola, bem gratinada, tornavam mais suportável a dor do nosso exílio.

De volta ao Rio de Janeiro, munido do prestigioso certificado de Esthétique et Science de l'Art, retomastes o vosso oficio de crítico teatral e ainda o de banhista assíduo nas praias cariocas. Mas um convite de Alfredo Mesquita para lecionar História do Teatro na Escola de Arte Dramática de São Paulo vos transformou no mineiro que mora em São Paulo e vive sonhando com a Praia de Ipanema.

Era o início de uma atividade pedagógica pioneira; e seus frutos sápidos traziam a promessa da multiplicação mais generosa. No pecúlio das vantagens paulistanas, deve ser acrescentada a vossa brilhante atuação como crítico teatral e redator de *O Estado de S. Paulo* e do *Jornal da Tarde* e o vosso convívio com uma figura exponencial da Crítica Teatral Brasileira, que é Décio de Almeida Prado. E ainda a vossa posição no serviço público, como procurador do extinto IPASE.

Jornalista, crítico teatral, professor, procurador autárquico – estas absorventes condições profissionais hão de justificar um dos hábitos que tendes, mesmo depois de aposentado, que é o de chegar sempre atrasado aos encontros e reuniões, com o ar desembaraçado de quem está chegando antes da hora.

Mais de quarenta anos em São Paulo, como crítico teatral e professor, transformaram o antigo caçula belo-horizontino num poderoso mandarim literário.

Como decorrência dessa transformação operada pelo tempo, ingressais nesta Casa sobrecarregado de obras e referências.

São numerosos os vossos títulos culturais e universitários. A vossa presença em seminários, cursos, conferências e cátedras é um complicado emaranhamento pedagógico e geográfico, e até turístico, no qual não ouso aventurar-me. Limito-me a mencionar a vossa condição de professor de Literatura e Teatro Brasileiro na Sorbonne, da qual fostes aluno, e que antecipou vosso desempenho na Universidade de Provence.

Prefiro falar de vossa bagagem literária.

O vosso *Iniciação ao Teatro*, mais do que obra de informação e Pedagogia, é livro de catequese – ou uma confissão de amor.

Painel da criação teatral no Brasil, o vosso *Panorama do Teatro Brasileiro* ostenta todos os títulos para impor-se entre as mais substanciais e convincentes histórias literárias do nosso país. É o mapa de um tesouro. Um dia, numerosos textos e nomes nele mencionados, e que habitam hoje o território da sombra e do olvido, haverão de levantar-se e respirar à luz da ribalta. Nesse livro modelar e juncado de tantas minudências afortunadas, destacais a importância de Anchieta na formação da nossa dramaturgia.

Com efeito, nos autos jesuíticos que Anchieta escreveu, fiel ao exemplo medieval e movido pelo fervor da catequese – e no qual os diálogos são ora em Português, ora em Espanhol, ora em Tupi –, já estava nascendo a Literatura que, surgida sob o signo da diferença, foi e é nossa desde o momento inaugural. Outros passantes de vosso livro, como Gonçalves Dias, Machado de Assis e Artur Azevedo, demonstram o indisputável conhecimento que possuís do nosso Teatro. Ninguém, como vós, foi mais longe e mais fundo na exploração desse domínio que ainda hoje reclama o benefício do reconhecimento e da claridade.

O ensaio sobre Pirandello que figura em vosso opúsculo *O Cenário no Avesso* honra o vosso sangue de filho de imigrantes italianos. É o melhor trabalho existente em nossa Língua sobre o grande dramaturgo que tanto amais e que tanto influiu para que o Teatro de nosso tempo fosse, como é, um palco de ambiguidades e desintegrações morais e psicológicas e no qual o homem vive e morre de seu próprio e inextirpável absurdo.

Porta aberta ao horizonte plural, o vosso ensaio *O Texto no Teatro* reaviva o grande paradoxo preliminar. Sem o autor teatral, não há Teatro. Sem o ator – aquele que, segundo Claudel, entra na alma do espectador como em uma casa vazia – não há Teatro. Sem o palco, não há Teatro. Sem o diretor ou encenador, não há Teatro. Sem o público – para quem o verdadeiro autor teatral produz o seu texto – não há Teatro. O Teatro é, pois, um estuário de artes – e é, fundamentalmente, a história das peças e de suas representações, já que o texto teatral digno deste nome é criado para ser representado.

A esses títulos, cabe acrescentar a obra de vossa autoria em que se processa a fusão esplêndida do crítico da noite que passa com o historiador do dia que ambiciona permanecer na memória dos homens – e ainda a do jornalista e repórter atento às minúcias significativas.

Refiro-me a *Nelson Rodrigues – Dramaturgia e Encenações*.

Sois, Sr. Sábato Magaldi, um dos inventores de Nelson Rodrigues. Com isso, quero dizer que, se a vossa atenção e uma reflexão crítica avizinhada do fervor não tivessem convergido, de modo tão avassalador, para a criação teatral de Nelson Rodrigues, outro teria sido o destino do autor de *Vestido de Noiva*. Vós transformastes um autor maldito num clássico. A vossa vigilância abriu caminhos e iluminou escuridões, assegurando ao grande dramaturgo obsessional e escatológico uma posteridade fulgurante, que provoca os mais vários e entrechocantes estilos interpretativos e sacia a sede que os encenadores ambiciosos têm de sua própria criatividade e imaginação.

Mais de uma vez tenho refletido sobre a Crítica como uma ficção, uma memorável ou portentosa mitografia. O crítico literário estaria para o autor como o encenador para o texto teatral, vendo nele o embrião ou pretexto de sua reflexão criadora ou de sua imaginação sibilina.

Os vossos ensaios e introduções à obra de Nelson Rodrigues não estão longe desse domínio intrigante e instigante em que a verdade e a imaginação se unem, num conúbio deleitoso, para produzir uma imagem ou um mito.

Perguntei-vos um dia como se explicava que Nelson Rodrigues fosse Nelson Rodrigues. E me respondestes: "Pela mesma razão pela qual as vacas dão leite." Nesta frase, vibra todo o mistério da criação artística e literária. Diante dos críticos mais astutos ou aparelhados culturalmente, e ciosos em impor a Crítica Literária como uma ciência exata, convizinha da Física e da Química, os poetas, romancistas e dramaturgos – isto é, os emissários do mundo da imaginação, os visitantes da noite – desdobram um território impenetrável. Por mais que eles, os críticos, abram portas, haverá sempre, na criação poética, uma porta fechada, uma pergunta irrespondível, um segredo que protege como um escudo – um domínio de sombra e profundeza, que nenhuma razão alcançará.

Nelson Rodrigues são as suas encenações diversas, de Ziembinski, Sérgio Cardoso, Antunes Filho, Luiz Arthur Nunes, Eduardo Tolentino de Araújo, Ulysses Cruz, Gabriel Villela e Aderbal Freire-Filho. E no espaço cênico que ele respira, com o seu texto incômodo e transgressor que reclama sempre a nova montagem capaz de exprimir a sua dicção plural, a sua verdade insultuosa, a sua suburbana tragédia carioca que é a paródia da eterna tragédia

grega. Ao estudá-lo na ambiguidade e diversidade de suas aparições, ântumas e póstumas, vós nos proporcionais uma lição reiterada: o teatro é o espaço onde o homem conta a sua história – essa história que incomoda a todos os homens.

O modo brasileiro do fluir dessa fabulação tem sido uma das vossas preocupações dominantes. Ao longo de vosso magistério de crítico e historiador, tendes insistido no imperativo da implantação de uma dramaturgia nacional – de uma maneira nossa de interpretar Eurípides ou Goldoni, Ben Jonson ou Shakespeare, Gogol ou Eugene O'Neil; e também de interpretar os brasileiros José de Alencar ou Martins Pena, Artur Azevedo ou Jorge Andrade, Ariano Suassuna ou Dias Gomes, Osman Lins ou Antonio Callado.

Não vos cansais de chamar a atenção das autoridades educacionais e culturais para o papel das escolas de Teatro na formação de atores e demais integrantes do nosso sistema dramático. A menção a essa pregação pedagógica estaria incompleta, se eu não me referisse aqui à vossa atuação como secretário de Cultura do Município de São Paulo.

Não foi sem razão que, ainda cheirando a menino, ingressastes no serviço público como chefe de gabinete em uma autarquia, pela mão ao mesmo tempo afetuosa e exigente de Cyro dos Anjos, o grande romancista e prosador a quem ora sucedeis e de cuja amizade partilhamos desde a mocidade até os seus dias finais. O futuro haveria de confirmar a vossa condição de homem público, especialmente a de administrador cultural de primeira água. E essa administração cultural, vós a tendes exercido tanto de forma burocraticamente ostensiva como até de maneira discreta, como é o caso da edição de prestigiosas coleções que permitem ao nosso leitor o conhecimento de peças significativas do Teatro Universal. Nelas, a presença de nomes brasileiros tem o mérito de indicar que a nossa Dramaturgia integra a corrente da criação artística ocidental. Nelson Rodrigues não vem de Catumbi ou de Vigário Geral, como muitos pensam. Vem da Grécia.

Muito São Paulo fez por vós. E muito fizestes por São Paulo, com a vossa inteligência e devotamento e a capacidade de lançar sementes novas. Assim, depois de lecionar História do Teatro Universal na Escola de Arte Dramática de São Paulo, criastes ali, em 1962, a disciplina de História do Teatro Brasileiro. Na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, fostes o primeiro professor titular de Teatro Brasileiro em nosso País.

Em 1990, estáveis em Aix-en-Provence, como professor de Teatro e Literatura Brasileira na sua Universidade, quando esta Academia vos conferiu o Prêmio Machado de Assis, pelo conjunto de vossa obra. Não era, de nossa parte, apenas o reconhecimento de um trabalho notável. Ao vos premiar, a vós que estáveis tão longe de nós, queríamos dizer-vos ter chegado o momento em que deveríeis renunciar aos encantos da luminosa paisagem provençal, a uma cátedra prestigiosa, a vinhos ilustres, a queijos e patês insignes, a cogumelos excelsos, aos peixes, lagostas e camarões ungidos de molhos sublimes, e voltar para a vossa Pátria e ser um dos nossos.

A porta desta Casa já estava aberta para vós antes que o soubésseis.

Manuel Bandeira, um de vossos antecessores, costumava chamar de "cães de açougue" aos candidatos ao nosso convívio antecipadamente vitoriosos. Comparava-os, na caça aos votos, aos briosos cachorros que enxotam os companheiros famélicos e se apropriam de todos os ossos e carnes sobrantes. Vós, Sr. Sábato Magaldi, fostes desde a apresentação de vossa candidatura, quando sucumbistes à nossa intimação afetuosa, um legítimo e inconfundível cão de açougue.

A vossa eleição foi um passeio no bosque.

A luz da amizade clareou o vosso alto valor literário. Aqui jamais havereis de sentir-vos entediado. Esta Casa corresponde à visão que tendes da vida. Como todos os lugares de convívio, e de eventual colisão, reclama dos seus figurantes uma representação, a emergência ora discreta ora ostensiva daquele duplo, ou outro, que reside em todos os homens, e é um dos fundamentos da ação dramatúrgica. Só tememos, e com justas razões, que algum Molière tropical nos observe ou espreite.

Nesta noite, mais do que em nenhuma outra de sua história quase centenária, a Academia é um teatro.

Aqui estais. E não vindes sozinho. Trazeis convosco todos os que compõem a Arte Cênica: os autores, os diretores, os atores e atrizes, os cenógrafos, os figurinistas, os iluminadores, os músicos, os dançarinos, os empresários, os espectadores, até os bilheteiros e operários que, na humildade de suas vidas anônimas, tanto contribuem para a implantação dos sortilégios e o prolongamento dos aplausos.

Visíveis ou invisíveis, eles aqui estão, ao vosso lado.

As mais belas damas do Teatro Brasileiro aqui estão, cálidas e misteriosas como se tivessem fugido das páginas de um romance de Machado de Assis. E aqui está Edla van Steen, com o seu amor e irradiado talento literário já reconhecido por esta Academia.

Esta é uma noite que não se repetirá nunca mais. Que a cortina comece a baixar, e as luzes se apaguem. O espetáculo terminou.